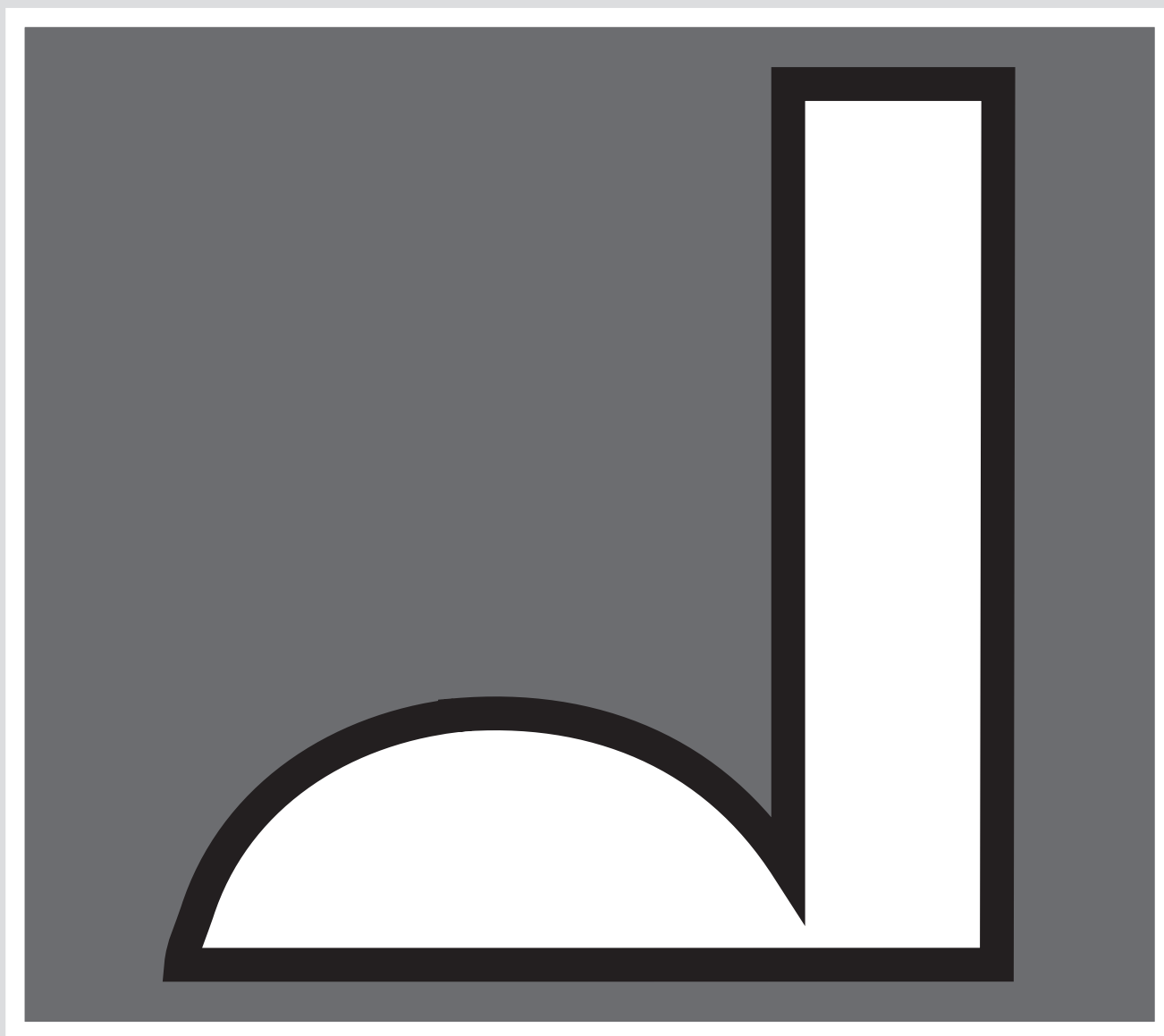




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXV - Nº 042 - QUINTA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2010 - BRASÍLIA-DF**

---

<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>		
<b>PRESIDENTE</b> José Sarney - (PMDB-AP) <b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Marconi Perillo - (PSDB-GO) <b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Serys Slhessarenko - (PT-MT) <b>1º SECRETÁRIO</b> Heráclito Fortes - (DEM-PI) <b>2º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino - (PTB-PI)		<b>3º SECRETÁRIO</b> Mão Santa - (PSC-PI) <b>4ª SECRETÁRIA</b> Patrícia Saboya - (PDT-CE)  <b>SUPLENTE DE SECRETÁRIO</b> <b>1º</b> - César Borges - (PR-BA) <b>2º</b> - Adelmir Santana - (DEM-DF) <b>3º</b> - Cícero Lucena - (PSDB-PB) <b>4º</b> - Gerson Camata - (PMDB-ES)

<p><b>Maioria</b> <b>(PMDB/PP) - 19</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b></p> <p>Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior .....</p> <p><b>Líder do PMDB - 18</b> <b>Renan Calheiros</b></p> <p>Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,5,7,10) Neuto De Conto</p> <p><b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b></p>	<p><b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Aloizio Mercadante - PT</b></p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella .....</p> <p><b>Líder do PT - 9</b> <b>Aloizio Mercadante</b></p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b> <b>João Ribeiro</b></p> <p><b>Líder do PSB - 2</b> <b>Antonio Carlos Valadares</b></p> <p><b>Líder do PRB - 2</b> <b>Marcelo Crivella</b></p> <p><b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b></p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Minoria</b> <b>(DEM/PSDB) - 28</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Raimundo Colombo - DEM (1)</b></p> <p>Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana .....</p> <p><b>Líder do DEM - 14</b> <b>José Agripino</b></p> <p>Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,9) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes</p> <p><b>Líder do PSDB - 14</b> <b>Arthur Virgílio</b></p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p>
<p><b>PTB - 7</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Gim Argello - PTB</b></p> <p>Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma</p>	<p><b>PSOL - 1</b></p> <p><b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b></p>	<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b></p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Romeu Tuma</p>
<p><b>PDT - 6</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Osmar Dias - PDT</b></p>	<p><b>PV - 1</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Marina Silva - PV</b></p>	
	<p><b>PSC - 1</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Mão Santa - PSC</b></p>	

**Notas:**

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09, conforme Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09.
9. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
10. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, a partir de 01.04.2010.

<b>EXPEDIENTE</b>	
<p><b>Haroldo Feitosa Tajra</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>



# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 42ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 31 DE MARÇO DE 2010

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Comunicações da Presidência

Da Liderança do Partido Verde no Senado Federal, de indicação de membro para compor o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes. Designação da Senadora Marina Silva para compor o referido Conselho. **(Ofício 85/2010, de 24 do corrente)**..... 10808

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 337, 641, 862, 880, 904, 906, 940, 942, 951, 954, 956, 957, 958, 959, 960, 969, 972, 976, 981, 984, 992, 1.003, 1.009, 1.019, 1.030 e 1.033, de 2009; e 5, de 2010..... 10808

Deferimento dos Requerimentos nºs 240 e 248, de 2010..... 10810

#### 1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 301, de 2010, de autoria do Senador César Borges, solicitando desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 2007, do rol de propostas de emenda à Constituição com as quais tramita conjuntamente. .... 10810

Nº 302, de 2010, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2005, passe a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2005..... 10810

Nº 303, de 2010, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2003, do rol de propostas de emenda à Constituição com as quais tramita conjuntamente. .... 10811

Nº 304, de 2010, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 3, de 2008 e 23, de 2005..... 10811

Nº 305, de 2010, de autoria do Senador João Ribeiro, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Moadir Andrade dos Santos. .... 10811

Nº 306, de 2010, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de aplauso ao diretor regional da OIT para a América Latina e o Caribe, Jean Maninat. .... 10811

#### 1.2.3 – Pareceres

Nº 277, de 2010, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Aviso nº 27, de 2006 (nº 901/2006, na origem), do Tribunal de Contas da União..... 10812

Nº 278, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2003..... 10822

Nºs 279 a 281, de 2010, das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e de Serviços de Infraestrutura, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008..... 10841

Nº 282, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1995 (nº 1.238/1995, naquela Casa)..... 10941

#### 1.2.4 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2003, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. **(Ofício nº 21/2010, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais)**..... 10951

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. **(Ofício nº 38/2010, do Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)** ..... 10951

#### 1.2.5 – Comunicações

Da liderança do Bloco PSDB/DEM/PPS na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. *Designação do Deputado Eduardo Barbosa, como suplente, para compor a referida Comissão. (Ofício 467/2010, de 30 do corrente, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando o Ofício 285/2010, de 30 do corrente)* ..... 10958

Da liderança do Bloco PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B, na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para compor a Comissão Mis-

ta de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. *Designação do Deputado Wilson Santiago, como suplente, para compor a referida Comissão. (Ofício 468/2010, de 31 do corrente, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando o Ofício 301/2010, de 30 do corrente).....*

10952

Da liderança do Bloco PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PT do B, na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. *Designação do Deputado Eduardo Amorim, como suplente, para compor a referida Comissão. (Ofício 468/2010, de 31 do corrente, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando o Ofício 302/2010, de 30 do corrente).....*

10952

### 1.2.6 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2010 (nº 2.115/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Champagnat para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.....

10955

Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2010 (nº 2.117/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo. ....

10960

Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2010 (nº 2.118/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Record de Curitiba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. ....

10965

Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2010 (nº 2.119/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Planalto de Perdizes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Perdizes, Estado de Minas Gerais. ....

10970

Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2010 (nº 2.120/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Princesa do Jacuí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul.....

10975

Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2010 (nº 2.122/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.....

10980

Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2010 (nº 2.125/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Difusão Comunitária para executar

*serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matina, Estado da Bahia.....*

10983

Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2010 (nº 2.167/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas.....

10987

Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2010 (nº 2.210/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Assistência Social para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teotônio Vilela, Estado de Alagoas....

10991

Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2010 (nº 2.005/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Recreativa de Marapanim – Asccrem para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marapanim, Estado do Pará.....

10997

Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2010 (nº 2.007/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Magalhães Barata – Asderacomab para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Magalhães Barata, Estado do Pará.....

11003

Projeto de Decreto Legislativo nº 177, de 2010 (nº 2.017/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Tapiramutá – Arcomut para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapiramutá, Estado da Bahia. ....

11009

Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2010 (nº 2.020/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro Agrovila – Santa Maria da Boa Vista – PE – Assmobag para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria da Boa Vista, Estado de Pernambuco. ....

11015

Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2010 (nº 2.021/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Sete Barras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Barras, Estado de São Paulo. ....

11021

Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2010 (nº 2.022/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Gospel Shalon para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itariri, Estado de São Paulo.....

11027

Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2010 (nº 2.023/09, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Paróquia de Barreirinha para executar serviço de

<i>radiodifusão comunitária na cidade de Barreirinha, Estado do Amazonas.....</i>	11033	<i>que aprova o ato que outorga permissão à Difusora Natureza FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo. ....</i>	11089
Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2010 (nº 2.025/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Santo Antônio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranapoema, Estado do Paraná. ....	11039	Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2010 (nº 2.042/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Nacional de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matozinhos, Estado de Minas Gerais....	11095
Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2010 (nº 2.026/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Amazônia Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Moju, Estado do Pará. ....	11045	Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2010 (nº 2.043/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. – SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo. ....	11101
Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2010 (nº 2.029/09, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ondas FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dolcinópolis, Estado de São Paulo. ....	11049	Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2010 (nº 2.046/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Planalto de Euclides da Cunha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Euclides da Cunha, Estado da Bahia. ....	11107
Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2010 (nº 2.031/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fator Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.....	11055	Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2010 (nº 2.050/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul.....	11112
Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2010 (nº 2.032/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade AM de Votuporanga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo. ....	11061	Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2010 (nº 2.051/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Aliança Paulista S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo. ....	11119
Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2010 (nº 2.034/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Difusora Natureza FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo. ....	11067	Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2010 (nº 2.052/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Movimento Jovem de Pio XII – Mojop para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pio XII, Estado do Maranhão.....	11123
Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2010 (nº 2.037/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Super Rádio DM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiracatu, Estado do Espírito Santo. ....	11073	Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2010 (nº 2.053/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Amigos de Apiacás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apiacás, Estado de Mato Grosso.....	11129
Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2010 (nº 2.039/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curionópolis, Estado do Pará.....	11079	Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2010 (nº 2.056/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Nova Era para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de David Canabarro, Estado do Rio Grande do Sul... ..	11135
Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2010 (nº 2.040/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Floresta do Araguaia, Estado do Pará..	11083	Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2010 (nº 2.062/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Centro Comunitário de Pinheiral para executar serviço de	
Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2010 (nº 2.041/2009, na Câmara dos Deputados),			



radiodifusão comunitária na cidade de Pinheiral, Estado do Rio de Janeiro..... 11141

Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2010 (nº 2.065/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Estrela Polar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo..... 11145

Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2010 (nº 2.066/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Fãs Clubes do Pará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belém, Estado do Pará..... 11149

Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2010 (nº 2.069/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Botucatu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Botucatu, Estado de São Paulo..... 11154

Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2010 (nº 2.027/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Nortão Comunicação e Publicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas..... 11159

Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2010 (nº 2.067/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Nely Andrade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvaterra, Estado do Pará..... 11162

### 1.2.7 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 166 a 205, de 2010, que serão apreciados terminativamente pela referida Comissão. .... 11167

### 1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR GEOVANI BORGES – Registro da participação de S. Ex<sup>a</sup>. em audiências que trataram da situação de constrangimento entre brasileiros e franceses, na região de fronteira entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa. Defesa de projeto de lei que extingue o exame de ingresso na Ordem dos Advogados do Brasil..... 11167

SENADOR TIÃO VIANA – Homenagem à Desembargadora Maria Cesarineide Souza Lima, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, que abrange os Estados do Acre e de Rondônia, reconhecido, pelo Conselho Nacional de Justiça, como o tribunal de melhor desempenho no ano de 2009. Aplausos ao Governador do Acre, Binho Marques, pelo sucesso junto à comunidade, e sobretudo entre os jovens, do Programa Brasil Profissionalizado..... 11180

SENADOR SADI CASSOL – Restrospectiva da trajetória política de S. Ex<sup>a</sup>., por ocasião da despedida do exercício do mandato de Senador da República, em consequência do próximo retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha. .... 11181

SENADOR MÃO SANTA, como Líder – Defesa de que sejam aprovados projetos que tratam da criação de novos Estados, especialmente os de Carajá, do Maranhão do Sul e do Gurgueia, a partir da divisão dos Estados do Pará, Maranhão e Piauí, respectivamente..... 11186

SENADOR VALTER PEREIRA – Reflexão e lembrança sobre o transcurso, em 31 de março, de 46 anos desde que os quartéis se armaram para derrubar o governo regularmente constituído do Presidente João Goulart, e para conspirar contra a democracia. .... 11190

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI, como Líder – Chamamento à Casa para a aprovação imediata do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989, que cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos. .... 11192

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Cumprimentos aos trabalhadores da área da saúde e do meio ambiente do Estado do Mato Grosso. Relato sobre o esforço para regulamentar a revalidação dos diplomas de brasileiros que estudaram em países do Mercosul..... 11196

SENADOR PEDRO SIMON – Debate sobre a questão da distribuição dos *royalties* oriundos da exploração do petróleo. .... 11200

SENADOR CÉSAR BORGES – Satisfação pela sanção e conversão em lei da Medida Provisória nº 471, que prorroga os benefícios fiscais para as indústrias localizadas no Norte, Nordeste e Centro Oeste. Considerações sobre as dificuldades do setor cacauzeiro da Bahia..... 11208

### 1.3 – ORDEM DO DIA

#### 1.3.1 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

### 1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

#### 1.4.1 – Discursos

SENADOR LOBÃO FILHO – Despedida do mandato de Senador da República, na suplência do Senador Edison Lobão. Prestação de contas do mandato parlamentar..... 11227

SENADOR PAULO PAIM – Registro do recebimento de Moção de Apoio da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em favor dos projetos que beneficiam os aposentados e pensionistas. Registro do término, hoje, da 1ª Conferência sobre Política Industrial para o Brasil. Apresentação de documento divulgado pelo IPEA, que tem como foco a formação de mão-de-obra no país, para atender a demanda dos postos de trabalho, principalmente de trabalhadores com formação profissional..... 11233

SENADOR JAYME CAMPOS, como Líder – Considerações sobre as mudanças no campo político-administrativo do Mato Grosso, com a saída do Governador Blairo Maggi e do Prefeito de Cuiabá,

Wilson Santos. Registro do apoio do Democratas ao Prefeito Wilson Santos, na disputa pelo governo de Mato Grosso. .... 11237

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro das comemorações dos 265 anos da Procissão do Fogaréu, que percorre as ruas de Goiás Velho, conhecida como Vila Boa de Goiás. .... 11239

#### 1.4.2 – Comunicações da Presidência

Durante o prazo único previsto no art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, inciso I, do Regimento Interno, foram apresentadas 12 emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 (nº 5.940/2009, na Casa de origem). .... 11241

Durante o prazo único previsto no art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, inciso I, do Regimento Interno, foram apresentadas 5 emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2010 (nº 5.941/2009, na Casa de origem). .... 11259

Durante o prazo único previsto no art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, inciso I, do Regimento Interno, foram apresentadas 54 emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010 (nº 5.938/2009, na Casa de origem). .... 11267

#### 1.4.3 – Discursos (continuação)

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Registro de dois aniversários comemorados nesta data: os 13 anos da adoção da faixa de pedestres no Distrito Federal e os 46 anos de implantação do regime militar no Brasil, que duraria 21 anos. .... 11466

SENADOR JÉFFERSON PRAIA – Considerações sobre o crescimento da produção mineral brasileira, apontado pelo Instituto Brasileiro de Mineração. .... 11472

SENADOR JOSÉ NERY – Apoio à luta dos trabalhadores em educação do Estado do Pará. .. 11475

#### 1.4.4 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2010 – Complementar, de autoria do Senador Marconi Perillo, que altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, para regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, serão concedidas isenções, incentivos e benefícios fiscais relacionados ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, atendendo ao disposto no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea g, da Constituição Federal. .... 11481

#### 1.4.5 – Leitura de requerimento

Nº 307, de 2010, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando tramitação autônoma do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2009. .... 11485

#### 1.4.6 – Mensagens do Presidente da República

Nº 86, de 2010 (nº 138/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Frederico Cezar de Araujo, Ministro de

Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile. .... 11486

Nº 87, de 2010 (nº 137/2010, na origem), solicitando que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de dezessete milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América, de principal, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro – PROFAZ. .... 11510

#### 1.5 – ENCERRAMENTO

#### 2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 36ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 23 de março de 2010 e publicada no **Diário do Senado Federal** nº 36, de 24 de março de 2010.. 11659

#### 3 – EMENDAS

Nºs 1 a 38, apresentadas a Medida Provisória nº 483, de 2010. .... 11664

### SENADO FEDERAL

#### 4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

#### 5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

#### 7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

#### 8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

**CONGRESSO NACIONAL****9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional  
(Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº  
8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do  
Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades  
de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

---

# Ata da 42ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 31 de março de 2010

## 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência da Sra. Serys Slhessarenko, e dos Srs. Mão Santa Epitácio Cafeteira,  
Valter Pereira e Romeu Tuma*

*(Inicia-se a Sessão às 14 horas, e encer-  
ra-se às 21 horas e 15 minutos)*

É o seguinte o registro de compareci-  
mento:

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 31/3/2010 07:35:47 até 31/3/2010 21:20:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA		X					
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X					
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X					
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X					
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X					
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES		X					
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA		X					
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X					
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES		X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X					
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA		X					
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS		X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X					
PMDB	AP	GEOVANI BORGES		X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X					
PTB	DF	GIM ARGELLO		X					
DEM	MT	JAYME CAMPOS		X					
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA		X					
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO		X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY		X					
PMDB	MA	LOBÃO FILHO		X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X					
PSC	PI	MÃO SANTA		X					
DEM	PE	MARCO MACIEL		X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X					
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO		X					
PDT	PR	OSMAR DIAS		X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X					
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE		X					
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI		X					
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X					
PTB	SP	ROMEU TUMA		X					
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI		X					
Bloco-PT	TO	SADI CASSOL		X					
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X					
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X					
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X					
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X					
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X					
PMDB	MS	VALTER PEREIRA		X					
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X					

**Compareceram: 45 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. Ext. GSMS nº 85/2010

Brasília, 24 de março de 2010

Exmº Senhor Senador

José Sarney

Presidente do Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atenção ao contido no Of. SF nº 335/2010, de 8 de março de 2010, e tendo em vista o que dispõe sobre a Resolução nº 35, de 2009, informo que, sendo a única parlamentar do Partido Verde–PV no Senado Federal, representei o Partido no Conselho do Diploma José Erminio de Moraes.

Em tempo, renovo a Vossa Excelência meus votos de consideração. – Senadora **Marina Silva**.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2009** (nº 1.258/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Gravatá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibimirim, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 641, de 2009** (nº 1.572/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Clube de Mães Nossa Senhora da Conceição da Cidade de Itabi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itabi, Estado de Sergipe;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 862, de 2009** (nº 1.689/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores de Dário Meira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dário Meira, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 880, de 2009** (nº 1.697/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Adacsom – FM Associação de Desenvolvimento Artístico,

Cultural e Social Milenium – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapura, Estado de São Paulo;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 904, de 2009** (nº 1.695/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 906, de 2009** (nº 1.710/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Guapé Stúdio 94 FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapé, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 940, de 2009** (nº 1.187/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação João XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 942, de 2009** (nº 1.755/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural do Meio Ambiente e Comunicação Comunitária de Pium – Tocantins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pium, Estado do Tocantins;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 951, de 2009** (nº 1.571/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Serense – Ascoser para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sério, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 954, de 2009** (nº 1.206/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Entre Rios – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios, Estado de Santa Catarina;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 956, de 2009** (nº 1.389/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Figueroa Belmonte de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Valparaíso, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 957, de 2009** (nº 1.645/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Comunicação Mega Cidade para



executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ananindeua, Estado do Pará;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 958, de 2009** (nº 1.721/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Atrativa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barretos, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 959, de 2009** (nº 1.727/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social “Vale Verde FM” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguari, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 960 de 2009** (nº 1.758/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Capitânia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montalvânia, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 969, de 2009** (nº 1.853/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Carlópolis FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carlópolis, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 972 de 2009** (nº 1.871/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Mariana Moreira Alves para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Triunfo, Estado da Paraíba;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 976, de 2009** (nº 1.902/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Artística e Cultural de Apoio a Saúde e Instituições Sociais de Novo Horizonte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 981, de 2009** (nº 1.590/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à União dos Moradores de Maranhãozinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maranhãozinho, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 984, de 2009**, (nº 1.121/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional Maranata de Radiodifusão FM para executar serviço de ra-

diodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Grande, Estado do Maranhão;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 992, de 2009** (nº 1.581/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural De Difusão Comunitária, Combate as Drogas e Prevenção de DST Planeta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirajuba, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.003, de 2009** (nº 1.846/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Projeto Brigida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orocó, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.009, de 2009** (nº 1.865/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Vila Rica Ltda., atualmente denominada Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.019, de 2009** (nº 1.900/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão de Vila Dalila para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.030, de 2009** (nº 1.956/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional de Vista Alegre do Alto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.033, de 2009** (nº 1.883/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jaboticabal Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2010** (nº 1.880/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Globo de Brasília Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário que foram deferidos, nos termos do **Ato da Mesa nº 2, de 2009**, os seguintes Requerimentos:

– **nº 240, de 2010**, do Senador Marcelo Crivella, que solicita o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2004, que altera a redação da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir entre os crimes hediondos aquele tipificado pelo art. 149, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, dos Projetos de Lei do Senado nºs 61, de 2004; 40 e 253, de 2006; 45, 112, 223 e 739, de 2007. Deferido o Requerimento, o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2004, volta a tramitar autonomamente, e vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. As demais matérias, apensadas, voltam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

– **nº 248, de 2010**, do Senador Romero Jucá, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2009, com o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2009, que já tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 404, de 2008, e 104, de 2009. Deferido o Requerimento, o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2009, perde o caráter terminativo. As matérias passam a tramitar em conjunto e vão às Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 301, DE 2010**

Requeremos, com base em interpretação contrário sensu do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 2007, do rol de propostas de emenda à Constituição com as quais ora tramita conjuntamente, para fins de tramitação autônoma.

#### **Justificação**

A PEC nº 54, de 2007, ora tramita conjuntamente com mais vinte e oito propostas de emenda à Constituição.

Ocorre que a matéria que é seu objeto, qual seja a substituição do sistema do voto proporcional pelo sistema do voto majoritário nas eleições para Deputados Federais, Deputados Estaduais e Distritais e Vereadores, configura matéria muito específica e diversa das

demais vinte e oito propostas de emenda à Constituição que ora se encontram com ela apensadas.

Desse modo, para que esta Comissão possa apreciar a PEC nº 54, de 2007, com a devida atenção e brevidade, solicitamos à douta Mesa que proceda ao desapensamento da proposição em tela do rol de propostas de emenda à Constituição com as quais ora tramita conjuntamente, para fins de tramitação autônoma. – Senador **César Borges**.

(À Mesa para decisão.)

#### **REQUERIMENTO Nº 302, de 2010**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 215, alínea c, em consonância com o disposto no art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 418 de 2005 passe a tramitar em conjunto com o PLS 168 de 2005, tendo em vista tratarem sobre temas correlatos, conforme justificativa abaixo.

#### **Justificação**

Tramita nesta Casa o Projeto de Lei do Senado nº 168 de 2005, de autoria do nobre Senador Tasso Jereissati que dispõe sobre o sistema de segurança privada, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas privadas que exploram os serviços de segurança, e dá outras providências.

No mesmo ano foi apresentado pelo ilustre Senador Sérgio Zambiasi o Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2005, que altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para prever a obrigatoriedade de escolta em caso de transporte intermunicipal de numerário.

O PLS 168, de 2005 é um projeto detalhado, com 32 artigos, que visa consolidar a legislação sobre o tema atualmente em vigor, consubstanciada na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores.

Desta forma, entendendo ser conveniente que também os Projetos de Lei do Senado 418 de 2005 e 168 de 2005 passem a tramitar em conjunto, até mesmo por economia processual.

Sala das Sessões, março de 2010. – Senador **Romeu Tuma**.

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão encaminhados à Mesa para decisão.

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 303, DE 2010**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a desapensação, para que tenha tramitação autônoma, da PEC nº 65, de 2003, das PEC nºs 14/2003, 39/2004, 28/2008 e 1/2009.

Sala das Sessões, 31 de março de 2010. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

**REQUERIMENTO Nº 304, DE 2010**

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei da Câmara nº 3 de 2008 e o nº 23 de 2005, por versarem sobre matérias correlatas. – Senadora **Serys Slhessarenko**.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 305, DE 2010**

Requeremos, nos termos do inciso VII, do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a inserção, em Ata, de Voto de Pesar e Apresentação de Condolências à família e ao Município de Miracema – TO, pelo falecimento de Moadir Andrade dos Santos – personalidade de relevo na vida política do Tocantins. Garimpeiro aposentado, um verdadeiro desbravador de minas, foi um dos pioneiros na luta pela criação do Estado ao lado de grandes políticos tocantinenses. Pai do ex-vice-governador do Estado, Raimundo Nonato Pires dos Santos, o conhecido Raimundo Boi, deixa um legado de ética e honestidade para seus concidadãos miracemense.

Sala das Sessões, 31 de março de 2010. – Senador **João Ribeiro**.

**REQUERIMENTO Nº 306/2010**

**Requeiro Voto de Aplauso ao Diretor Regional da OIT para a América Latina e o Caribe, Jean Maninat, pelo artigo “Jovens Educados e Desempregados”, publicado no Jornal O Estado de S. Paulo, no dia 21 de fevereiro de 2010.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Diretor Regional da Organização Internacional do Trabalho para a América Latina e o Caribe, Jean Maninat, pelo artigo publicado no Jornal **O Estado de S. Paulo**, intitulado “Jovens, Educados e Desempregados”.

**Justificação**

No artigo “Jovens Educados e Desempregados”, o diretor regional da OIT, Jean Maninat chama a atenção para um dos maiores desafios políticos dos países latino-americanos: a criação de empregos para os jovens. Segundo Maninat, dados estatísticos apontam que existem 7 milhões de jovens entre 15 e 24 anos que, por mais que tentem, não participam dos mercados de trabalho na América Latina.

O diretor da OIT alerta para o perfil dos estudantes: “esses jovens são parte da geração mais instituída que tivemos, uma boa porcentagem deles frequentou a faculdade e têm expectativas lógicas sobre seu próprio futuro no mundo do trabalho”. Diz ainda que os jovens formam o grupo mais golpeado pela crise de emprego de 2009. E conclui que “quando essas expectativas são traduzidas em desânimo e frustração, se torna mais difícil a estabilidade de nossas sociedades e até mesmo a representatividade e a governabilidade democrática”.

Como solução, Maninat afirma que “é preciso colocar os planos de promoção do trabalho decente para a juventude como parte integrante das políticas públicas. É preciso reforçar o quadro institucional que implementa essas políticas, dispor do diálogo social para torná-las mais fortes e garantir seu sucesso. É indispensável, ainda, o intercâmbio de experiências entre as nações”.

Sala das Sessões, 31 de março de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

## **PARECER**

### **Nº 277, DE 2010**

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Aviso nº 27, de 2006 (nº 901/2006, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha recomendação proferida por aquela Corte de Contas, de seguinte teor “à Presidência do Congresso Nacional que atente para a previsão, na Lei Orçamentária Anual, do mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste, em cumprimento ao inciso I do art. 42, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”

**RELATOR: Senador VALTER PEREIRA**

#### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de comunicação do Exmo. Presidente do Tribunal de Contas da União ao Presidente do Congresso Nacional, em decorrência do descumprimento, no exercício de 2005, do disposto no inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste.

O Tribunal de Contas da União (TCU), conforme o art. 71, I, da Constituição Federal, e o art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000, tem a atribuição de apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio.

O TCU, ao analisar as contas referentes a 2002 e 2003, já havia recomendado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPO) a elaboração de demonstrativo regionalizado dos recursos destinados à irrigação, de forma a permitir a verificação do cumprimento do art. 42 do ADCT, tanto de seu inciso I, que determina a aplicação de vinte por cento desses recursos na Região Centro-Oeste, quanto do inciso II, que determina a aplicação de cinquenta por cento na Região Nordeste.



Atendida aquela recomendação pelo MPO, o TCU atestou, na análise das contas de 2005, o não cumprimento do percentual determinado, visto que as despesas com irrigação no Centro-Oeste atingiram apenas 3% do total, naquele exercício.

No Senado Federal, o Aviso nº 27, de 2006, foi inicialmente examinado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), tendo como relator o Senador Jonas Pinheiro. Em 14 de fevereiro de 2007, foi aprovado o voto do relator propondo que a matéria fosse informada ao Presidente do Congresso Nacional, ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), ao Relator-Geral do Orçamento para 2007, para verificação do atendimento do percentual no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA)/2007, e para que fossem solicitadas ao TCU informações sobre o cumprimento do referido limite nos cinco exercícios anteriores.

Em resposta, o TCU expediu Acórdão nº 1.530/07 no qual demonstrou que, de 2000 a 2006, o percentual mínimo não foi atendido, e, ademais, que houve clara redução dos valores aplicados entre 2002 e 2006. Cumpre salientar que, nesse Acórdão, o TCU destacou a resposta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao ser questionado pelo Tribunal: *... a Região Nordeste é a de menor pluviosidade anual do País. Isso não só gera uma grande demanda por projetos de irrigação como justifica a aplicação de recursos, nos últimos orçamentos anuais da União, superiores ao fixado no ADCT. Por outro lado, na Região Centro-Oeste, com uma maior pluviosidade, não existem projetos de irrigação suficientes para absorver 20% dos recursos destinados a essa finalidade.* (grifo nosso)

Dessa feita, em 30 de outubro de 2007, novo parecer foi elaborado pelo Senador Jonas Pinheiro, e aprovado na CRA, decidindo: a) oficial ao Presidente do Congresso Nacional, ao Presidente da CMO, ao Relator-Geral do Orçamento para 2008 e ao Relator do Setor de Agricultura do Orçamento de 2008, para verificação do atendimento do pleito no PLOA/2008, e as providências necessárias; e b) solicitar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Ministério da Integração Nacional, informações e explicações sobre o não cumprimento do art. 42, I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Em atendimento às conclusões do Parecer da CRA, a Presidência do Senado comunicou ao Plenário a autuação dos Requerimentos nºs 190 e 191, de 2008, respectivamente, aos Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão

e da Integração Nacional, os quais foram aprovados pela Mesa Diretora, em 9 de setembro de 2008.

Em decorrência da aprovação dos citados Requerimentos, foi interrompida a tramitação do Aviso nº 27, de 2006 (SF), nos termos do inciso IV, do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em 11 de novembro de 2008, o Ofício nº 683/2008, do Ministro da Integração Nacional, encaminhou as informações solicitadas pelo Requerimento nº 191, de 2008, e, em 14 de novembro de 2008, por meio do Ofício nº 416/2008, o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão enviou a resposta ao Requerimento nº 190, de 2008.

## II – ANÁLISE

Dando sequência à tramitação do Aviso nº 27, de 2006 (SF), cumpre analisar as respostas aos Requerimentos nºs 190 e 191, ambos de 2008, do Senado Federal, nos quais foram solicitadas aos Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão da Integração Nacional, respectivamente, informações relativas ao montante anual dos recursos destinados à irrigação nos Orçamentos da União de 2000 a 2007; quanto foi efetivamente destinado à Região Centro-Oeste em cada ano; e qual foi a destinação dos recursos que deveriam ter sido aplicados na Região.

Na Nota Técnica nº 22/DEINF/SOF/MP, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão apresentou as seguintes considerações, apoiadas nos dados dos Anexos I e II da referida Nota:

- o Estado de Tocantins criado pelo art. 13 do ADCT originou-se do Estado de Goiás, situado na Região Centro-Oeste; a ausência daquele Estado significou a redução na demanda por irrigação na Região, tendo em vista que ela é regida por critérios geográficos e climáticos, e não relacionados à circunscrição territorial;

- a criação política do novo Estado não alterou a necessidade técnica de receber investimentos em irrigação, embora seja viável admitir que essa demanda tenha corroborado para o percentual exigido no art. 42, I, do ADCT para a Região Centro-Oeste.

Para fundamentar esses argumentos são apresentados, no Anexo I, os percentuais de aplicação em irrigação na Região Centro-Oeste, indicando que os percentuais aplicados entre 2000 e 2007 estão efetivamente muito abaixo dos 20% previstos no comando constitucional. Porém, quando se agregam os montantes aplicados no Estado do Tocantins, esses percentuais, à exceção de 2002, superam o mínimo, e em alguns anos por larga margem.

Portanto, como afirma a Nota enviada, caso as áreas hoje pertencentes ao Estado de Tocantins ainda fizessem parte da Região Centro-Oeste, o percentual assinalado no ADCT seria cumprido, com a única exceção do exercício de 2002.

Além disso, a Nota do MPO reproduz os argumentos fornecidos pelo Ministério da Integração Nacional em anos anteriores para justificar o não cumprimento do percentual: em primeiro lugar, a inexistência de número suficiente de entidades estaduais capazes de induzir os produtores a adotarem a prática da agricultura irrigada, gerando baixa procura por recursos, principalmente dos Fundos Constitucionais; em segundo, a falta de planejamento e de projetos de agricultura irrigada para permitir a integração dos diversos setores envolvidos na gestão de recursos hídricos; e, finalmente, o fato de que na Região Centro-Oeste, as áreas irrigadas em produção alcançam somente 318 mil hectares, e são, em quase sua totalidade, de iniciativa particular, do mesmo modo que no País, dos 3,44 milhões de hectares irrigados, apenas 8% correspondem a áreas públicas.

Já na resposta encaminhada ao Senado pelo Ministério da Integração Nacional, por meio da Nota Técnica nº 07/2008/SE-MI para atender ao Requerimento nº 191, de 2008, a argumentação apresentada fundamenta-se na comparação dos montantes aprovados nas Leis Orçamentárias Anuais, com os efetivamente liquidados. O argumento é que embora os montantes das dotações para irrigação no Centro-Oeste estejam aquém do que prescreve o comando constitucional, os percentuais são ainda mais baixos se considerados os montantes efetivamente liquidados, que se aproximam dos verificados nos programas de irrigação para o conjunto do País.

Ao analisar os dados do Quadro “Percentuais de Liquidação dos Investimentos em Irrigação / Brasil e Região Centro-Oeste 2000/2007”, verifica-se que, embora os percentuais liquidados para o total do Brasil estejam incorretos, os valores efetivos corroboram, em certa medida, a afirmação apresentada à p.2 da Nota Técnica nº 7/2008/SE-MI, de que... *mesmo frente às restrições financeiras e orçamentárias (resultado em parte do contingenciamento de recursos, que está fora da governabilidade do Ministério*

*da Integração Nacional) os percentuais dos recursos liquidados na região (Centro-Oeste) não ficam muito aquém dos percentuais para o conjunto do país, com exceção do registrado no ano de 2002.*

Resta bem justificada, também, a argumentação de que a inclusão dos dados relativos ao Estado de Tocantins eleva os percentuais de aplicação dos recursos de irrigação da Região Centro-Oeste para o nível constitucionalmente exigido.

A criação do Estado de Tocantins, e a concomitante transferência de seu território da Região Centro-Oeste para a Região Norte, foi determinada pela Constituição de 1988, que, ao mesmo tempo, fixou em 20% o percentual mínimo de aplicação dos recursos de irrigação na Região Centro-Oeste. Como a área que abrange o atual Estado de Tocantins é a que mais demanda irrigação quando se considera a antiga composição da Região Centro-Oeste, é razoável supor que o Constituinte, ao elaborar a regra dos 20%, tinha em mente que tal área comporia a Região Centro-Oeste. Contrário senso seria supor que o Constituinte excluía do benefício tal área de alta demanda por irrigação para beneficiar o restante da então Região Centro-Oeste, que, por questões naturais, possui baixa demanda por irrigação.

Em suma, as informações solicitadas atenderam às questões formuladas nos Requerimentos nºs 190 e 191, ambos de 2008, trazendo explicações dos Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Integração Nacional, consistentes com a realidade da Região, para o não cumprimento do percentual de 20% dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste, conforme o art. 42, I, do ADCT. De fato, a Região Centro-Oeste não apresenta índices pluviométricos que justifiquem tal demanda por irrigação e, ademais, mesmo sem esses investimentos, constitui a maior produtora de grãos do País.

Portanto, parece haver sérios óbices ao cumprimento do preceito constitucional, os quais, a nosso ver, dificilmente serão superados mediante a simples recomendação aos órgãos responsáveis do Poder Executivo no sentido de destinarem à irrigação no Centro-Oeste os recursos orçamentários na proporção prevista na Carta Magna.

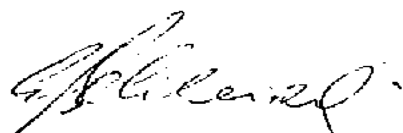


### III – VOTO

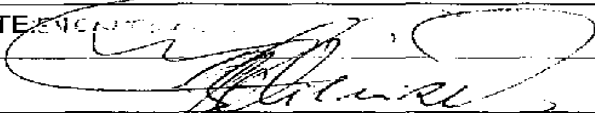

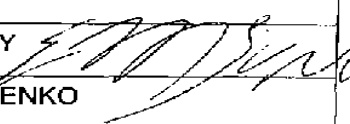
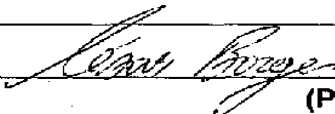
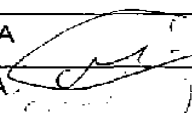

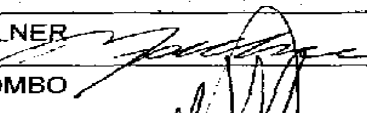
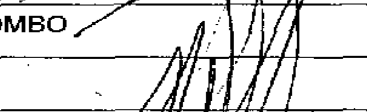

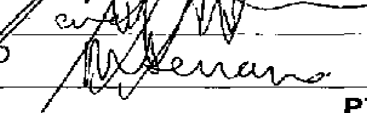
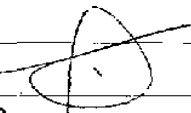
Ante o exposto, o voto é pelo conhecimento da matéria pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, pela informação ao Presidente do Congresso Nacional, e ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), quanto ao teor das respostas aos Requerimentos nºs 190 e 191, de 2008, e pelo seu posterior arquivamento.

Sala da Comissão,

, Presidente

 , Relator

**COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**PROPOSIÇÃO: AVS Nº 27, DE 2008ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 1/1, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE 	
RELATOR: 	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT PR PSB PC DO B PRB)</b>	
DELCIDIO AMARAL	1- ANTONIO CARLOS VALADARES
SADI CASSOL	2- FÁTIMA CLEIDE
AUGUSTO BOTELHO	3- EDUARDO SUPLEY 
CÉSAR BORGES 	4- SERYS SLHESSARENKO
(PMDB, PP)	
VAGO	1- ROMERO JUCÁ
NEUTO DE CONTO	2- VALDIR RAUPP
GERSON CAMATA 	3- RENAN CALHEIROS
VALTER PEREIRA 	4- PAULO DUQUE
<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM, PSDB)</b>	
GILBERTO GOELLNER 	1- DEMÓSTENES TORRES
RAIMUNDO COLOMBO 	2- HERÁCLITO FORTES
KÁTIA ABREU	3- ROSALBA CIARLINI
JAYME CAMPOS	4- JOSÉ AGRIPINO
VAGO	5- MÁRIO COUTO
FLEXA RIBEIRO 	6- JOÃO TENÓRIO
MARISA SERRANO 	7- MARCONI PERILLO 
<b>PTB</b>	
ROMEU TUMA	1- SÉRGIO ZAMBIASI
<b>PDT</b>	
OSMAR DIAS	1- JOÃO DURVAL

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

**TÍTULO IV**  
**Da Organização dos Poderes**  
**CAPÍTULO I**  
**DO PODER LEGISLATIVO**

**Seção IX**  
**DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

**TÍTULO X**  
**ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS**

Art. 13. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

§ 1º - O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso.

§ 2º - O Poder Executivo designará uma das cidades do Estado para sua Capital provisória até a aprovação da sede definitiva do governo pela Assembleia Constituinte.

§ 3º - O Governador, o Vice-Governador, os Senadores, os Deputados Federais e os Deputados Estaduais serão eleitos, em um único turno, até setenta e cinco dias após a promulgação da Constituição, mas não antes de 15 de novembro de 1988, a critério do Tribunal Superior Eleitoral, obedecidas, entre outras, as seguintes normas:

I - o prazo de filiação partidária dos candidatos será encerrado setenta e cinco dias antes da data das eleições;

II - as datas das convenções regionais partidárias destinadas a deliberar sobre coligações e escolha de candidatos, de apresentação de requerimento de registro dos candidatos escolhidos e dos demais procedimentos legais serão fixadas, em calendário especial, pela Justiça Eleitoral;

III - são inelegíveis os ocupantes de cargos estaduais ou municipais que não se tenham deles afastado, em caráter definitivo, setenta e cinco dias antes da data das eleições previstas neste parágrafo;

IV - ficam mantidos os atuais diretórios regionais dos partidos políticos do Estado de Goiás, cabendo às comissões executivas nacionais designar comissões provisórias no Estado do Tocantins, nos termos e para os fins previstos na lei.

§ 4º - Os mandatos do Governador, do Vice-Governador, dos Deputados Federais e Estaduais eleitos na forma do parágrafo anterior extinguir-se-ão concomitantemente aos das demais unidades da Federação; o mandato do Senador eleito menos votado extinguir-se-á nessa mesma oportunidade, e os dos outros dois, juntamente com os dos Senadores eleitos em 1986 nos demais Estados.

§ 5º - A Assembléia Estadual Constituinte será instalada no quadragésimo sexto dia da eleição de seus integrantes, mas não antes de 1º de janeiro de 1989, sob a presidência do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás, e dará posse, na mesma data, ao Governador e ao Vice-Governador eleitos.

§ 6º - Aplicam-se à criação e instalação do Estado do Tocantins, no que couber, as normas legais disciplinadoras da divisão do Estado de Mato Grosso, observado o disposto no art. 234 da Constituição.

§ 7º - Fica o Estado de Goiás liberado dos débitos e encargos decorrentes de empreendimentos no território do novo Estado, e autorizada a União, a seu critério, a assumir os referidos débitos.

Art. 42. Durante 25 (vinte e cinco) anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 43, de 15.4.2004)

I - vinte por cento na Região Centro-Oeste;

II - cinquenta por cento na Região Nordeste, preferencialmente no semi-árido.

#### **LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

#### **CAPÍTULO IX**

#### **DA TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

#### **Seção V**

#### **Das Prestações de Contas**

Art. 56. As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, referidos no art. 20, as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas.

§ 1º As contas do Poder Judiciário serão apresentadas no âmbito:

I - da União, pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, consolidando as dos respectivos tribunais;

II - dos Estados, pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça, consolidando as dos demais tribunais.

§ 2º O parecer sobre as contas dos Tribunais de Contas será proferido no prazo previsto no art. 57 pela comissão mista permanente referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente das Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 3º Será dada ampla divulgação dos resultados da apreciação das contas, julgadas ou tomadas.

---

## **PARECER**

### **Nº 278, DE 2010**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2003, de autoria do Senador César Borges, que estabelece utilização dos recursos do FAT para financiar a obtenção de Carteira nacional de habilitação ao trabalhador desempregado e de baixa renda.

RELATOR: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei do Senado nº. 528, de 2003, de autoria do Senador César Borges, pretende assegurar ao trabalhador desempregado, de baixa renda, a obtenção gratuita da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

De acordo com o projeto, o benefício seria financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), criado pela Lei nº. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que “regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências”. Ao Conselho Deliberativo do Fundo (CODEFAT) caberia definir a forma de operacionalização do financiamento.

Para tanto, seria acrescido parágrafo único ao art. 2º. Da Lei de criação do FAT, de modo a inserir o financiamento da CNH entre as ações a serem promovidas pelo Programa do Seguro-Desemprego.

Pela justificação apresentada, o autor demonstra a preocupação com o desemprego e as dificuldades dos trabalhadores em busca de colocação no mercado de trabalho, especialmente aqueles desprovidos de qualificação profissional. Com a medida, vislumbra-se a possibilidade de ampliação das oportunidades de trabalho, assim como de melhores condições de permanência no emprego.

À Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, compete manifestar-se sobre a constitucionalidade, a ~~competência~~ <sup>competência</sup> da Comissão de Assuntos Sociais.

regimentalidade da matéria, a técnica legislativa empregada, e o mérito da iniciativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

## **II – ANÁLISE**

O processo de formação e habilitação de condutor de veículo automotor envolve treinamento específico e aprovação em exames de cunho teórico e prático, cujos custos devem ser assumidos pelo candidato. Entre o pagamento de auto-escola e de outras despesas e taxas referentes à realização dos vários exames exigidos, a obtenção da carteira de motorista pode tornar-se inviável para aqueles que não disponham dos recursos financeiros necessários.

Para superar esse obstáculo e dar ao trabalhador carente a oportunidade de habilitar-se para o exercício de uma profissão, o autor do projeto propugna pelo financiamento da CHN para os desempregados sem condições de arcar com os custos do processo de habilitação. Ao defender a utilização de recursos do FAT com essa finalidade, o projeto busca caracterizar a obtenção da habilitação para conduzir veículo automotor com uma das “ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional” previstas no âmbito do Programa de Seguro-Desemprego, com a finalidade de auxiliar os trabalhadores na busca de emprego, conforme explicita o inciso II do art. 2º. Do texto legal vigente.

No mérito, avalia-se que a proposta tem elevado interesse social. Com efeito, ao facilitar o acesso a uma profissão e, possivelmente, a um posto de trabalho – façanha particularmente difícil para aqueles que, além de carentes, não contam com boa qualificação profissional -, a medida contribui para reduzir o grave problema do desemprego e seus efeitos sobre os segmentos menos favorecidos da população.

Acompanhando, no mérito, os demais argumentos expendidos pelo autor, deve o PLS nº. 528, de 2003, ser examinado também nos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A matéria de que se ocupa o projeto integra as competências da União, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre elas, conforme estabelece o art. 48, caput da Constituição Federal. De outra parte, é perfeitamente lícita, no presente caso, a iniciativa parlamentar, uma vez que a matéria tratada não se inclui no campo legislativo de iniciativa privativa do Presidente da República.

fixado no § 1º. do art. 61. Disposta em boa técnica, a proposição igualmente preenche dos requisitos de juridicidade.

A única ressalva faz-se à redação da ementa, que falha em não estabelecer, de forma explícita, a vinculação da matéria com a Lei nº. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que o projeto pretende alterar.

### III – VOTO

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2003, e, no mérito, pela sua **APROVAÇÃO**, com a seguinte emenda:

#### EMENDA Nº – CAS


Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2003, a seguinte redação:

Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no financiamento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para o trabalhador desempregado de baixa renda.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

Senadora **ROSALBA CIARLINI**  
Comissão de Assuntos Sociais  
Presidente

, Presidente

  
Senador Wellington Falcão de Oliveira Relator



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

### **IV - DECISÃO DA COMISSÃO**

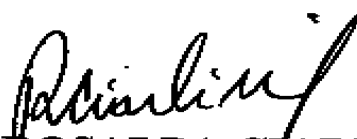
A Comissão de Assuntos Sociais, em Reunião realizada nesta data, aprova o Projeto de Lei do Senado nº 528 de 2003, com a Emenda nº 1-CAS.

#### **EMENDA Nº 1 – CAS**

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2003, a seguinte redação:

Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no financiamento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para o trabalhador desempregado de baixa renda.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.



Senadora **ROSALBA CIARLINI**  
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

## COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 528 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/03/2010 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDÊNCIA: SENADORA ROSALBA CIARLINI

RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO TITULARES	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO SUPLENTE
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR) AUTOR
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
ELMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTE
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GEOVANI BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB) RELATOR
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB) TITULARES	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB) SUPLENTE
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM) PRESIDENTE	2- JAYME CAMPOS (DEM)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- MARISA SERRANO (PSDB)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB TITULARES	PTB SUPLENTE
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE





**TEXTO FINAL****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 528, DE 2003**

Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no financiamento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para o trabalhador desempregado de baixa renda.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 2º da lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, com a redação conferida pelas Leis nº 8.900 e 10.608, de 30 de junho de 1994, e de 20 de dezembro de 2002, respectivamente, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

**“Art. 2º.....**

*Parágrafo único.* A obtenção de carteira nacional de habilitação faz parte da qualificação profissional estipulada no item II do *caput* deste artigo, devendo ser financiada ao trabalhador desempregado e de baixa renda, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT). (NR)”

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 10 de março de 2010.

  
Senadora ROSALBA CHIARLINI  
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988****Seção II****DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

- I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;
- II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;
- III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;
- IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;
- V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;
- VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;
- VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;
- VIII - concessão de anistia;
- IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;
- ~~X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;~~
- ~~XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~
- X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)
- XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)
- XII - telecomunicações e radiodifusão;
- XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;
- XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.
- ~~XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~
- XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

**Subseção III****Das Leis**

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

- I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;
- II - disponham sobre:
  - a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
  - b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
  - ~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~
  - c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)
  - d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

.....  
**LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990.**

Mensagem de veto

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

.....  
**DO PROGRAMA DE SEGURO-DESEMPREGO**

Art. 2º O Programa de Seguro-Desemprego tem por finalidade:

~~I - prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa;~~

~~II - auxiliar os trabalhadores requerentes ao seguro-desemprego na busca de novo emprego, podendo para esse efeito, promover a sua reciclagem profissional.~~

~~I - prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta; (Redação dada pela Lei nº 8.900, de 30.06.94)~~

~~I - prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo; (Redação dada pela Lei nº 10.608, de 20.12.2002)~~

~~II - auxiliar os trabalhadores na busca de emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional. (Redação dada pela Lei nº 8.900, de 30/06/94)~~

~~II - auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)~~

.....

**SECRETARIA DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**Of. Nº 21/10-PRES/CAS**

Brasília, 10 de março de 2010.

**Senhor Presidente,**

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2003, com a Emenda nº 1-CAS, que “Estabelece utilização dos recursos do FAT para financiar a obtenção de Carteira Nacional de Habilitação ao trabalhador desempregado e de baixa renda”, de autoria do Senador César Borges.

**Atenciosamente,**



**Senadora ROSALBA CIARLINI**  
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

**Excelentíssimo Senhor  
Senador JOSÉ SARNEY  
DD. Presidente do Senado Federal  
SENADO FEDERAL**



## **RELATÓRIO**

**RELATOR: Senador DELCÍDIO AMARAL**

### **I – RELATÓRIO**

Chega a esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 528, de 2003, de autoria do ilustre Senador César Borges, que “estabelece utilização dos recursos do FAT para financiar a obtenção de Carteira Nacional de Habilitação ao trabalhador desempregado e de baixa renda”.

O projeto é composto por dois artigos, dos quais o primeiro formula a determinação expressa na ementa, através do acréscimo de parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 7.998, de 1990, e o segundo corresponde à cláusula de vigência da lei.

Na justificação, o autor aponta que um dos principais problemas que ora afligem o trabalhador brasileiro é a ameaça do desemprego. Nesse ambiente de instabilidade, prossegue o autor, a ausência de qualificação pode ser motivo para a demissão do trabalhador e, ainda pior, para vedar sua recolocação no mercado.

Dessa forma, o autor argumenta que a carteira nacional de habilitação (CNH) pode ser um fator que contribua na formação profissional do trabalhador, melhorando sua empregabilidade.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

## II – ANÁLISE

Com relação à constitucionalidade, a matéria de que trata o projeto é de competência do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 48, da Constituição Federal, e não está sujeita a reserva de iniciativa, conforme o art. 61, do mesmo diploma legal, podendo ser apresentada por um Senador isoladamente.

Quanto ao mérito do projeto, cabe-nos destacar a elevada intenção da medida proposta, que visa oferecer mais uma oportunidade de crescimento profissional para os trabalhadores brasileiros. Entretanto, em que pese tal elevada intenção, devemos aqui expor os argumentos contrários que nos recomendam a rejeição do projeto sob análise.

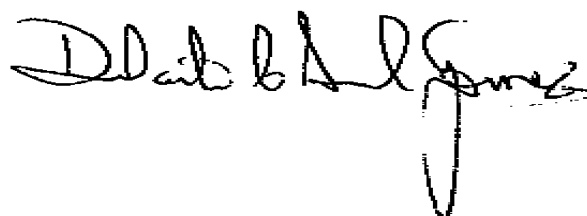
Em primeiro lugar, a citada Lei nº 7.998, de 1990, que cria o FAT e dá outras providências, com as alterações que lhe são posteriores, não entra em detalhes a respeito de quais tipos de programas são elegíveis para utilização desses recursos para fins de financiamento de treinamentos. Sabidamente, tal lei remete ao Codefat essa competência. Caso o Congresso Nacional decidisse dispor, detalhadamente, quais seriam esses programas, haveria duas consequências: a primeira seria o esvaziamento do Codefat, e a segunda, mais grave, seria que o Congresso deveria discriminar não só a possibilidade de financiamento da obtenção de CNH, como de todos os programas elegíveis, e de todas as alterações (inclusões e retiradas) posteriores, retardando-as e burocratizando-as.

Por outro lado, entidades como o SENAT (Serviço Nacional de Aprendizado em Transporte) normalmente já fazem uso dos recursos do FAT para treinamentos diversos na área de transporte, não havendo nenhum impedimento de natureza legal para que utilizem tais recursos em programas de treinamento para a obtenção de CNH.

## III – VOTO

Em face ao exposto, votamos pela **REJEIÇÃO** do PLS nº 528, de 2003.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator

## **RELATÓRIO**

**RELATOR: Senador MÃO SANTA**

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2003, de autoria do Senador César Borges, pretende assegurar ao trabalhador desempregado, de baixa renda, a oportunidade de ter a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) financiada com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Ao Conselho Deliberativo do Fundo (CODEFAT), caberia definir a forma de operacionalização do financiamento.

Para isso, propõe o acréscimo de parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que “regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências”, de modo a inserir o financiamento da CNH entre as ações a serem promovidas pelo Programa do Seguro-Desemprego.

A justificação apresentada baseia-se em preocupações com o desemprego e as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores em busca de colocação no mercado de trabalho, especialmente aqueles desprovidos de qualificação profissional. Com a medida, o autor do projeto vislumbra a possibilidade de ampliação das oportunidades de trabalho, assim como melhores condições de permanência no emprego.

À Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, compete manifestar-se, em caráter terminativo, sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da matéria, a técnica legislativa empregada, e o mérito da iniciativa.

Perante a Comissão, não foram apresentadas emendas ao projeto.

## II – ANÁLISE

A matéria de que trata o projeto inclui-se entre as competências da União, cabendo, assim, ao Congresso Nacional dispor sobre elas, conforme estabelece o art. 48, *caput*, da Constituição Federal. Não havendo reserva de iniciativa incidente sobre o tema, a proposição de lei é facultada a qualquer parlamentar, nos termos do art. 61, *caput*, da Constituição.

A análise do PLS nº 528, de 2003, evidencia que o projeto atende aos requisitos formais de constitucionalidade e juridicidade, não contém ofensa regimental e está elaborado de acordo com a boa técnica legislativa. A única ressalva faz-se à redação da ementa, que falha em não estabelecer, de forma explícita, a vinculação da matéria com a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que o projeto pretende alterar.

No mérito, a proposta reveste-se de elevado interesse social e grande sentido de oportunidade, no momento em que a ameaça do desemprego torna-se particularmente crítica para os trabalhadores que não contam com uma boa qualificação profissional.

Com o dispositivo acrescido o projeto busca caracterizar a obtenção da habilitação para conduzir veículo automotor como uma das “ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional” previstas no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, com a finalidade de auxiliar os trabalhadores na busca do emprego, conforme explicita o inciso II do art. 2º do texto legal vigente.

Avalia-se que a profissão de motorista está entre as que não sofrem tão intensamente os efeitos da inovação tecnológica e da crescente especialização demandada pelos contratantes. A habilitação para conduzir veículo automotor, todavia, requer do candidato a participação em treinamento e a aprovação em exames de cunho teórico e prático. Trata-se,

portanto, de processo oneroso para o candidato, já que envolve o pagamento de auto-escolas, além de taxas e outros custos. Para aqueles que não disponham de recursos financeiros necessários, torna-se praticamente inviável a obtenção da carteira de motorista.

Daí por que o autor do projeto vislumbra na possibilidade de o trabalhador conseguir gratuitamente a CNH uma condição favorável e decisiva para o seu acesso e permanência do trabalhador no mercado de trabalho.

### III – VOTO

Ante o exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2003, com as modificações decorrentes da emenda de redação apresentada a seguir.

#### EMENDA Nº – CAS

Dê-se à ementa do projeto a seguinte redação:

Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no financiamento da obtenção da Carteira Nacional de Habilitação para o trabalhador desempregado e de baixa renda.

Sala da Comissão,

, Presidente

*Frederico de Amor e Menezes*

, Relator

*(Ass. Assessoria)*

## **RELATÓRIO**

**RELATOR: Senador FERNANDO COLLOR**

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2003, de autoria do Senador César Borges, pretende assegurar ao trabalhador desempregado, de baixa renda, a obtenção gratuita da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

De acordo com o projeto, o benefício seria financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), criado pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que “regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências”. Ao Conselho Deliberativo do Fundo (CODEFAT) caberia definir a forma de operacionalização do financiamento.

Para tanto, seria acrescido parágrafo único ao art. 2º da lei de criação do FAT, de modo a inserir o financiamento da CNH entre as ações a serem promovidas pelo Programa do Seguro-Desemprego.

Pela justificação apresentada, o autor demonstra a preocupação com o desemprego e as dificuldades dos trabalhadores em busca de colocação no mercado de trabalho, especialmente aqueles desprovidos de qualificação profissional. Com a medida, vislumbra-se a possibilidade de ampliação das oportunidades de trabalho, assim como de melhores condições de permanência no emprego.



**À Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, compete manifestar-se sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da matéria, a técnica legislativa empregada, e o mérito da iniciativa.**

**Não foram apresentadas emendas ao projeto.**

## **II – ANÁLISE**

**O processo de formação e habilitação de condutor de veículo automotor envolve treinamento específico e aprovação em exames de cunho teórico e prático, cujos custos devem ser assumidos pelo candidato. Entre o pagamento de auto-escola e de outras despesas e taxas referentes à realização dos vários exames exigidos, a obtenção da carteira de motorista pode tornar-se inviável para aqueles que não disponham dos recursos financeiros necessários.**

**Para superar esse obstáculo e dar ao trabalhador carente a oportunidade de habilitar-se para o exercício de uma profissão, o autor do projeto propugna pelo financiamento da CNH para os desempregados sem condições de arcar com os custos do processo de habilitação. Ao defender a utilização de recursos do FAT com essa finalidade, o projeto busca caracterizar a obtenção da habilitação para conduzir veículo automotor com uma das “ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional” previstas no âmbito do Programa de Seguro-Desemprego, com a finalidade de auxiliar os trabalhadores na busca de emprego, conforme explicita o inciso II do art. 2º do texto legal vigente.**

**No mérito, avalia-se que a proposta tem elevado interesse social. Com efeito, ao facilitar o acesso a uma profissão e, possivelmente, a um posto de trabalho – façanha particularmente difícil para aqueles que, além de carentes, não contam com boa qualificação profissional -, a medida contribui para reduzir o grave problema do desemprego e seus efeitos sobre os segmentos menos favorecidos da população.**

**Acompanhando, no mérito, os demais argumentos expendidos pelo autor, deve o PLS nº 528, de 2003, ser examinado também nos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.**

A matéria de que se ocupa o projeto integra as competências da União, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre elas, conforme estabelece o art. 48, *caput*, da Constituição Federal. De outra parte, é perfeitamente lícita, no presente caso, a iniciativa parlamentar, uma vez que a matéria tratada não se inclui no campo legislativo de iniciativa privativa do Presidente da República, fixado no § 1º do art. 61. Disposta em boa técnica, a proposição igualmente preenche os requisitos de juridicidade.

A única ressalva faz-se à redação da ementa, que falha em não estabelecer, de forma explícita, a vinculação da matéria com a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que o projeto pretende alterar.

### III – VOTO

Ante o exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2003, com as modificações decorrentes da emenda apresentada a seguir.

#### EMENDA Nº - CAS

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2003, a seguinte redação:

Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no financiamento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para o trabalhador desempregado de baixa renda.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2007.

\_\_\_\_\_, Presidente



\_\_\_\_\_, Relator

## **PARECERES**

### **NºS 279, 280 E 281 DE 2010**

*Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas, e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral, e dá outras providências.*

#### **PARECER Nº 279, DE 2010**

**(Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)**

**RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO**

#### **I – RELATÓRIO**

A proposição em exame é o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 18 de março de 2008, de autoria do Senador Gilberto Goellner. O Projeto foi encaminhado à apreciação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, devendo em seguida ser avaliado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para decisão em caráter terminativo.

O PLS nº 81, de 2008, autoriza em seu art. 1º a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal, puro ou com mistura, como combustível para

tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário desses mesmos produtos e de seus insumos em geral.

O parágrafo único do art. 1º estabelece que, para os fins especificados, não se aplicam os dispositivos constantes do art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005.

O art. 2º autoriza todas as indústrias refinadoras, devidamente estabelecidas, a produzir e comercializar o biodiesel, vendendo-o diretamente ao consumidor desse combustível, para ser utilizado nos fins previstos no *caput* do art. 1º.

O art. 3º trata da vigência e o art. 4º revoga eventuais disposições em contrário.

## **II – ANÁLISE**

A análise do PLS nº 81, de 2008, deve ficar restrita, a princípio, ao mérito que toca esta Comissão, uma vez que o Projeto ainda seguirá para a Comissão de Infra-Estrutura, onde será analisado terminativamente. Nesse sentido, é importante relembrar algumas informações prestadas por convidados às diversas audiências públicas realizadas pela Subcomissão Permanente de Biocombustíveis do Senado Federal.

Em Audiência Pública conjunta com CRA e CMA, realizada em 18 de abril de 2007, sobre a Produção e Exportação de Alcool e Biocombustíveis, o Senhor Arnaldo Anacleto de Campos, responsável pelo Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), nos informou que, como não existem regras internacionais de padronização para o biodiesel, ainda não há mercado externo consolidado. Portanto, a viabilização desse biocombustível deve se ancorar no mercado interno, como primeira opção.

Em outra Audiência Pública, realizada em 28 de junho de 2007, sobre “Propostas para Estimular, Aprimorar e Viabilizar a Implantação do Programa de Biodiesel na Região Nordeste”, o representante do Ministério da Agricultura, senhor José Nilton de Souza Vieira, afirmou que “o grande desafio do programa de biodiesel é identificar matérias-primas que permitam alto rendimento por unidade de área cultivada, e que minimizem, conseqüentemente, a competição entre a agricultura de alimentos e a agricultura energética”.

A Lei nº 11.116, de 2005, concedeu incentivos tributários, através de descontos da CIDE e PIS/COFINS, às empresas produtoras de biodiesel. Além disso, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) tem como considerando que as principais diretrizes: 1) implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social; 2) garantir preços competitivos, qualidade e suprimento e; 3) produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas.

A Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, alterou a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispôs sobre a Política Energética Nacional, o monopólio do petróleo e instituiu o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), fixou em 5% (cinco por cento), em volume, o percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, até 2013. Desde 1º de julho de 2009, o óleo diesel comercializado em todo o Brasil contém 4% de biodiesel. Entretanto, hoje é impossível utilizar 100% de biodiesel, por limitações técnicas dos motores.

Todavia, a legislação brasileira e o Programa Nacional de Biodiesel não incentivam a introdução, na matriz energética nacional, do óleo vegetal *in natura* como combustível, que pode ser obtido de diversas fontes, entre elas soja, dendê, girassol, babaçu, amendoim, mamona e pinhão-mansão.

Em Audiência Pública realizada por esta Comissão, em 16 de junho de 2009, diversos especialistas mostraram que a utilização de óleo vegetal *in natura* em motores diesel já é realidade em diversos países, como Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, com o uso de kits de adaptação dos motores. Isto é, existem soluções técnicas para a utilização de óleo vegetal *in natura* puro ou combinado com biodiesel em motores a diesel. Na Audiência citada foi informado ainda que o custo do processo de transformação do óleo vegetal em biodiesel é de 40 centavos por litro.

O País é grande produtor de soja, cultivada em 22 milhões de hectares. Temos ainda cerca de 8 milhões de hectares de terras propícias ao plantio do dendê, do qual será possível extrair até 5 mil litros de óleo por hectare. O pinhão manso, espécie que tem potencial de produção de 2 mil litros de óleo por hectare, possui pesquisas de melhoramento genético em andamento na Embrapa que em alguns anos viabilizarão economicamente o seu cultivo. O mesmo se aplica para outras culturas ainda em estudo, como a macaúba, a inajá e a tucumã.

É possível a ANP autorizar a comercialização de combustíveis alternativos entre produtor e consumidor proprietário de frota cativa. Entretanto, o PLS nº 81, de 2008, inova ao permitir a comercialização direta do óleo vegetal *in natura* pelos seus produtores com os consumidores finais, ampliando e diversificando o mercado de combustíveis, e reduzindo custos de transação com intermediários, como seria o caso da Petrobras, que detém praticamente um monopólio do processo de mistura do biodiesel ao óleo diesel.

A ANP deverá fazer a regulamentação necessária e a definição dos padrões técnicos da composição e características do óleo vegetal *in natura*, a fim de que seja comercializado nos termos do PLS nº 81, de 2008. Desta maneira, as indústrias refinadoras mencionadas no art. 2º do Projeto poderão, então, comercializá-lo livre e diretamente aos consumidores, conforme disposto no art. 1º.



O parágrafo único do art. 1º estabelece que, para os fins especificados, não se aplicam os dispositivos constantes do art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005. Tais dispositivos determinam que seja adicionado um mínimo de 5% de biodiesel ao óleo diesel de origem fóssil, em todo o território nacional, até o ano de 2013, e que a matéria-prima para a produção do biodiesel tenha que ser oriunda preferencialmente de agricultores familiares. Assim, no caso do PLS nº 81, de 2008, quaisquer produtores rurais poderão fornecer às indústrias refinadoras a matéria-prima necessária à produção do óleo vegetal para uso *in natura* como combustível.

Para ampliar o escopo da proposição, incluindo as frotas de ônibus urbanos utilizados no transporte público e o transporte de mercadorias, foi procedida alteração do art. 1º para inclusão do transporte de pessoas e de mercadorias. A medida visa, também, melhorar a qualidade do ar dos centros urbanos, através da utilização de óleo vegetal refinado como combustível em substituição ao óleo diesel derivado do petróleo.

Por fim, com vistas ao aprimoramento da técnica legislativa, propomos a exclusão do art. 4º do PLS nº 81, de 2008, que revoga disposições em contrário, sem no entanto explicitá-las, sendo, portanto, desnecessário, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

### III – VOTO

Pelas razões acima expostas, somos favoráveis à aprovação do PLS nº 81, de 2008, com as seguintes emendas :

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81 , DE 2008****EMENDA CRA Nº 1 – CRD**

Dê-se a seguinte redação a ementa do projeto de Lei nº 81, de 2008:

“Dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo vegetal, puro ou com mistura, como combustível para tratores, veículos de transporte de pessoas e de mercadorias, máquinas e aparelhos de uso agrícola, hortícola e florestal, máquinas e aparelhos para colheita ou debulha de produtos agrícolas, geradores de energia, motores, bem como no transporte ferroviário e hidroviário, e dá outras providências” (NR).

**EMENDA CRA Nº 2 – CRD**

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do projeto de Lei nº 81, de 2008:

“Art. 1º . Ficam autorizados, em todo o território nacional, a comercialização e o uso de óleo vegetal, puro ou com mistura, como combustível para tratores, veículos de transporte de pessoas e de mercadorias, máquinas e aparelhos de uso agrícola, hortícola e florestal, máquinas e aparelhos para colheita ou debulha de produtos agrícolas, geradores de energia, motores, bem como no transporte ferroviário e hidroviário” (NR).

**EMENDA CRA Nº 3 – CRD**

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008:

.....

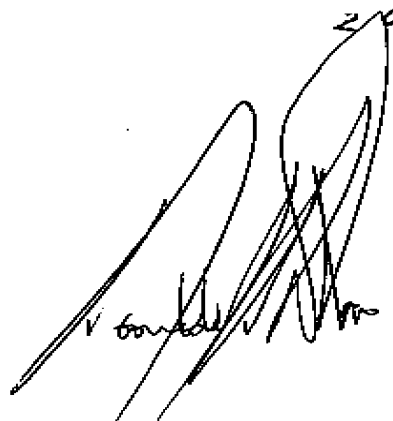
“Art. 2º. Ficam autorizadas, em todo o território nacional, a produzir óleo combustível de origem vegetal, as indústrias refinadoras devidamente estabelecidas, que poderão comercializá-lo diretamente ao consumidor desse combustível, para ser utilizado nos fins previstos no *caput* do art. 1º, de acordo com normas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP (NR)”.

.....

**EMENDA CRA Nº 4 – CRD**

Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei nº 81, de 2008.

Sala da Comissão, 1 de setembro de 2009.



A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and strokes, positioned above the text for the President.

, Presidente

, Relator

# **COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**

**PROPOSIÇÃO:** PLS Nº 81, DE 2008

**ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE** 1, 9, 2009, OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS):

<b>PRESIDENTE:</b> <u>VOLTER PEREIRA</u>	
<b>RELATOR:</b> <u>FLEXA RIBEIRO</u>	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT PR PSB PC DO B PRB)</b>	
DELCÍDIO AMARAL	1- PAULO PAIM
JOÃO PEDRO	2- FÁTIMA CLEIDE
AUGUSTO BOTELHO	3- EXPEDITO JÚNIOR
CÉSAR BORGES	4- SÉRY S L HESSARENKO
<b>(PMDB, PP)</b>	
LEOMAR QUINTANILHA	1- ROMERO JUCÁ
NEUTO DE CONTO	2- VALDIR RAUPP
GERSON CAMATA	3- RENAN CALHEIROS
VALTER PEREIRA	4- PAULO DUQUE
<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM, PSDB)</b>	
GILBERTO GOELLNER	1- DEMÓSTENES TORRES
RAIMUNDO COLOMBO	2- HERÁCLITO FORTES
KÁTIA ABREU	3- ROSALBA CIARLINI
JAYME CAMPOS	4- JOSÉ AGRIPINO
VAGO	5- MÁRIO COUTO
FLEXA RIBEIRO	6- JOÃO TENÓRIO
MARISA SERRANO	7- MARCONI PERILLO
<b>PTB</b>	
ROMEU TUMA	1- SÉRGIO ZAMBIASI
<b>PDT</b>	
OSMAR DIAS	1- JOÃO DURVAL

**PARECER Nº 280, DE 2010**  
**(Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**  
**(em audiência, nos termos do Requerimento nº 1.263, de 2009))**

**RELATOR: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR**

**I – RELATÓRIO**

A proposição em tela é o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 81, de 2008, de autoria do Senador Gilberto Goellner.

O PLS nº 81, de 2008, autoriza em seu art. 1º a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal, puro ou com mistura, como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário desses mesmos produtos e de seus insumos em geral.

O parágrafo único do art. 1º estabelece que, para os fins especificados, não se aplicam os dispositivos constantes do art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005.

O art. 2º autoriza todas as indústrias refinadoras, devidamente estabelecidas, a produzir e comercializar o biodiesel, vendendo-o diretamente ao consumidor desse combustível, para ser utilizado nos fins previstos no *caput* do art. 1º.

O art. 3º trata da vigência e o art. 4º revoga eventuais disposições em contrário.

O Projeto foi encaminhado à apreciação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), e à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para decisão em caráter terminativo. Todavia, foi aprovado, em 28 de outubro de 2009, o Requerimento nº 1.263, de 2009, do Senador Wellington Salgado, solicitando que o PLS nº 81, de 2008, seja apreciado, também, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Na CRA, o projeto recebeu relatório favorável do Senador Flexa Ribeiro, com quatro emendas, tendo sido aprovado o parecer.

## **II – ANÁLISE**

Nos termos do art. 104-C, incisos I, II e VIII do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão examinar o PLS nº 81, de 2008. A análise dos aspectos referentes à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa está a cargo da Comissão de Serviços de Infraestrutura, onde o projeto será apreciado terminativamente.

Para instrução do projeto em questão foi realizada Audiência Pública conjunta da CRA e CI, em 16 de junho de 2009, em cumprimento aos Requerimentos nºs 15 e 23 de 2009-CRA, e Requerimento nº 36 de 2009-CI, todos de autoria do Senador Gilberto Goellner.

Participaram como convidados representantes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Embrapa Soja, da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da empresa Suncor Engenharia e Biocombustíveis.



Quanto ao mérito, é importante lembrar experiências anteriores. Em 1975, foi criado o Plano de Produção de Óleos Vegetais para Fins Energéticos (PROÓLEO), coordenado pelo Ministério da Agricultura, que virou um Programa Nacional instituído pela Resolução nº 7, de 1980, do Conselho Nacional de Energia. Entre outros objetivos, o Programa pretendia substituir óleo diesel por óleos vegetais de soja, amendoim, colza e girassol em mistura de até 30% em volume, incentivar a pesquisa tecnológica para promover a produção de óleos vegetais, nas diferentes regiões do país, até buscar a total substituição do óleo diesel por óleos vegetais. Todavia, em face da estabilização dos preços do petróleo, do funcionamento do Proálcool e do alto custo da produção e esmagamento dos grãos, o programa não chegou a ser implementado.

Outras iniciativas podem ser citadas, como o PRODIESEL em 1980, que teve envolvimento de outras instituições de pesquisas, da Petrobrás e do Ministério da Aeronáutica, e o Programa de Óleos Vegetais (OVEG), também do governo federal. Em 1991, o Presidente Fernando Collor lançou oficialmente o Projeto Dendiesel, a partir de experiências da Embrapa Instituto Nacional de Tecnologia (INT), do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), realizadas desde a década de 70.

Em dezembro de 2004, foi lançado o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Este combustível foi efetivamente introduzido na matriz energética brasileira a partir da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que também alterou a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, o monopólio do petróleo e instituiu o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo.

A criação do PNPB é louvável, como alternativa para reduzir o impacto ambiental decorrente do uso do diesel e incentivar a produção de culturas oleaginosas. Entretanto, é fato que já existem tecnologias que permitem a utilização eficaz de óleo vegetal refinado diretamente como combustível, sem sua transformação em biodiesel. Além disso, o custo de transformação do óleo vegetal *in natura* em biodiesel é de R\$ 0,40 por litro, o que encarece esse combustível. Os palestrantes relataram ainda diversas experiências bem sucedidas em países desenvolvidos.

Não obstante, não há legislação que regule a utilização do óleo vegetal refinado como combustível, e é aí que reside a importância do PLS nº 81, de 2008. O Brasil tem enorme potencial de produção de óleos vegetais, a partir de diversas fontes, com destaque para a soja, dendê, girassol, canola, pinhão-mansão,

Caroço de algodão e mamona. Mas também é possível citar palmiste, babaçu, amendoim, tucumã, pequi, sementes de gergelim, buriti, nabo forrageiro, jojoba e linhaça. É possível utilizar também óleos de fritura e resíduos da indústria de refino de óleo.

Não obstante sejam importantes os aprimoramentos do projeto propostos pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, consideramos convenientes modificações adicionais na proposição, que apresentamos a seguir.

Propomos, inicialmente a mudança do termo “óleo vegetal *in natura*” para “óleo vegetal refinado”, visto que este é o produto que deve ser utilizado como combustível.

O custo do diesel é mais elevado, sobretudo, nas regiões Norte e Nordeste, e no meio rural. O uso do óleo vegetal refinado como combustível nas atividades relacionadas à produção agropecuária e florestal reduziria os custos de produção destas atividades, com benefícios para toda a cadeia produtiva e para os consumidores. Neste aspecto propomos uma mudança de redação no art. 1º.

Da mesma forma, o uso do óleo vegetal refinado como combustível nas frotas de transporte público coletivo urbano reduziria a pressão por aumentos no custo das passagens, devido aos recorrentes aumentos nos preços do diesel, mas, sobretudo, reduziria a elevada emissão de poluentes que tanto afligem as grandes cidades do País. Destarte, propomos a inclusão de emenda modificativa do art. 1º do projeto, conferindo esta finalidade adicional do óleo vegetal refinado.

Destaque-se que a restrição do uso de óleo vegetal refinado como combustível para as atividades relacionadas à produção agropecuária e florestal e para o transporte público coletivo urbano tem o objetivo de garantir que não haja desabastecimento, tanto do mercado de óleo como alimento quanto do mercado de óleo como combustível.

Outra alteração proposta é a inclusão de parágrafo no art. 1º que obrigue a utilização de dispositivos que permitam o funcionamento adequado dos motores diesel com o óleo vegetal refinado, mediante regulamentação dos órgãos competentes.

O art. 2º é tem a sua redação também alterada, para atender ao novo termo empregado: óleo vegetal refinado.

Em acordo ainda com as emendas propostas pela CRA, tendo em vista o aprimoramento da técnica legislativa, propomos a exclusão do art. 4º do PLS nº 81, de 2008.

### **III – VOTO**

Pelas razões acima expostas, somos favoráveis à aprovação parcial do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, com apresentação das seguintes emendas:

#### **EMENDA Nº        - CCT** (Ao PLS nº 81, de 2008)

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008:

“Dispõe sobre a produção, comercialização e o uso de óleo vegetal refinado, como combustível para máquinas e equipamentos, geradores de energia, veículos de transporte de pessoas e de mercadorias, utilizados em atividades agropecuárias e florestais; transporte rodoviário, hidroviário e ferroviários de produtos e insumos agropecuários e florestais; veículos de transporte público coletivo urbano, e dá outras providências” (NR).

#### **EMENDA Nº        - CCT** (Ao PLS nº 81, de 2008)

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008:

“Art. 1º. Ficam autorizados, em todo o território nacional, a comercialização e o uso de óleo vegetal refinado como combustível em:

I - máquinas e equipamentos, geradores de energia, veículos de transporte de pessoas e de mercadorias, utilizados em atividades agropecuárias e florestais;

-II - transporte rodoviário, hidroviário e ferroviários de produtos e insumos agropecuários e florestais;

III - veículos de transporte público coletivo urbano.

*Parágrafo único.* A autorização de que trata o caput está condicionada à utilização de dispositivos que permitam o funcionamento adequado dos motores diesel com o óleo vegetal refinado, que serão regulamentados e homologados pelos órgãos competentes." (NR)

**EMENDA Nº - CCT**

(Ao PLS nº 81, de 2008)

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008:


"Art. 2º. Ficam autorizadas, em todo o território nacional, a produzir óleo vegetal refinado para uso como combustível, as indústrias refinadoras devidamente estabelecidas, que poderão comercializá-lo diretamente ao consumidor, para os fins previstos no caput do art. 1º, de acordo com normas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP". (NR)

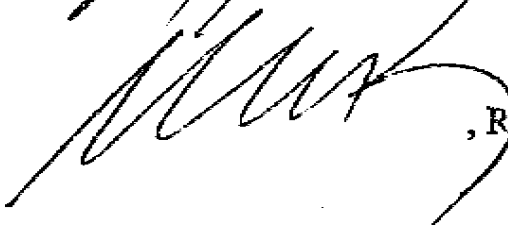
**EMENDA Nº - CCT**

(Ao PLS nº 81, de 2008)

Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 81 de 2008.

Sala da Comissão, 9 de dezembro de 2009.

  
Presidente

  
, Relator

#### **IV – DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, com as emendas a seguir apresentadas

##### **EMENDA Nº 5 – CCT** (Ao PLS nº 81, de 2008)

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008:

“Dispõe sobre a produção, comercialização e o uso de óleo vegetal refinado, como combustível para máquinas e equipamentos, geradores de energia, veículos de transporte de pessoas e de mercadorias, utilizados em atividades agropecuárias e florestais; transporte rodoviário, hidroviário e ferroviários de produtos e insumos agropecuários e florestais; veículos de transporte público coletivo urbano, e dá outras providências” (NR).

##### **EMENDA Nº 6 – CCT** (Ao PLS nº 81, de 2008)

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008:

“Art. 1º. Ficam autorizados, em todo o território nacional, a comercialização e o uso de óleo vegetal refinado como combustível em;

I - máquinas e equipamentos, geradores de energia, veículos de transporte de pessoas e de mercadorias, utilizados em atividades agropecuárias e florestais;

II – transporte rodoviário, hidroviário e ferroviários de produtos e insumos agropecuários e florestais;

III - veículos de transporte público coletivo urbano.

*Parágrafo único.* A autorização de que trata o *caput* está condicionada à utilização de dispositivos que permitam o funcionamento adequado dos motores diesel com o óleo vegetal refinado, que serão regulamentados e homologados pelos órgãos competentes.” (NR)

**EMENDA Nº 7 – CCT****(Ao PLS nº 81, de 2008)**

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008:

**“Art. 2º. Ficam autorizadas, em todo o território nacional, a produzir óleo vegetal refinado para uso como combustível, as indústrias refinadoras devidamente estabelecidas, que poderão comercializá-lo diretamente ao consumidor, para os fins previstos no caput do art. 1º, de acordo com normas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP”. (NR)**

**EMENDA Nº 8 – CCT****(Ao PLS nº 81, de 2008)**

Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008.

Sala das Comissões, 09 de dezembro de 2009.



**Senador FLEXA RIBEIRO**

**Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,  
Inovação, Comunicação e Informática**



**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA  
ASSINAM O PARECER AO PLS 81/08 NA REUNIÃO DE 09/12/2009  
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

*Senador Flexa Ribeiro**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)*

MARCELO CRIVELLA

1. DELCÍDIO AMARAL

RENATO CASAGRANDE

2. FLÁVIO ARNS

MAGNO MALTA

3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ROBERTO CAVALCANTI

4. JOÃO RIBEIRO

*Majoria (PMDB e PP)*

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1. VALTER PEREIRA

LOBÃO FILHO

2. ROMERO JUCÁ

GERSON CAMATA

3. GILVAM BORGES

VALDIR RAUPP

4. LEOMAR QUINTANILHA

*Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)*ANTONIO CARLOS JÚNIOR  
RELATOR

1. GILBERTO GOELLNER

DEMÓSTENES TORRES

2. ELISEU RESENDE

JOSÉ AGRIPINO

3. MARCO MACIEL

FRAIM MORAIS

4. KÁTIA ABREU

CÍCERO LUCENA

5. EDUARDO AZEREDO

FLEXA RIBEIRO

6. SÉRGIO GUERRA

PAPALÉO PAES

7. ARTHUR VIRGÍLIO

*PTB*

SÉRGIO ZAMBIAS

1. FERNANDO COLLOR

*PDT*

ACIR GURGACZ

1- CRISTOVAM BUARQUE

**PARECER Nº 281, DE 2010**  
**(Da Comissão de Serviços de Infraestrutura)**

RELATOR: Senador **ELISEU RESENDE**

**I – RELATÓRIO**

A matéria em pauta é o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 81, de 2008, do Senador GILBERTO GOELLNER, que trata da produção, comercialização e utilização de óleos vegetais como combustível.

O PLS autoriza, em seu art. 1º, *em todo o território nacional, a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal, puro ou com mistura, como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário desses mesmos produtos e de seus insumos em geral.*

O parágrafo único do art. 1º estatui que, para os fins especificados, não se aplicam os dispositivos constantes do art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que trata da introdução do biodiesel na matriz energética brasileira. Os dispositivos em questão tratam dos percentuais de biodiesel que serão adicionados ao diesel até 2013.

O art. 2º do PLS nº 81, de 2008, autoriza todas as indústrias refinadoras, devidamente estabelecidas, a produzir e comercializar o óleo combustível de origem vegetal, vendendo-o diretamente ao consumidor, para ser utilizado com os fins previstos no caput do art. 1º. O art. 3º trata da entrada em vigor da lei, e o art. 4º revoga eventuais disposições em contrário.

Em sua justificação, o autor do projeto defende a necessidade da redução dos custos de produção e de transporte de matéria prima agropecuária, por meio da utilização de óleo vegetal refinado, em substituição ao diesel. Argumenta ainda os benefícios ambientais, decorrentes da redução da emissão de gases poluentes e causadores do efeito estufa.

A proposição foi inicialmente distribuída para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para apreciação em caráter terminativo. Recebeu na CRA parecer favorável, depois de relatada pelo Senador FLEXA RIBEIRO, com quatro emendas, todas aprovadas.

Em 28 de outubro de 2009, foi aprovado o Requerimento nº 1.263, de 2009, do Senador Wellington Salgado, para que o PLS nº 81, de 2008, fosse também apreciado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Nessa Comissão, a proposição obteve, também, parecer favorável, tendo em vista o relatório pela aprovação, apresentado pelo Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. O parecer da CCT, além de ter concordado com as emendas aprovadas na CRA, aperfeiçoou a proposição, com o encaminhamento de mais quatro emendas.

## **II – ANÁLISE**

Compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em decisão terminativa, em acordo com o art. 91, § 1º, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria. Ainda, nos termos do art. 104, inciso I do RISF, compete à CI opinar sobre o mérito da matéria.

A proposição atende aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, no que tange à competência do Congresso Nacional. Não há vício de iniciativa, uma vez que, conforme o art. 22 da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre energia (inciso IV), trânsito e transporte (inciso XI). A matéria atende também ao art. 238 da Carta Magna, que determina a ordenação por lei da *venda e revenda de combustíveis de petróleo, álcool carburante e outros combustíveis derivados de matérias-primas renováveis*, respeitados os princípios constitucionais. Quanto à juridicidade, a proposição em tela não colide com a legislação em vigor sobre combustíveis e transportes.

Para instrução dos pareceres da CRA e da CI, foi realizada Audiência Pública conjunta dessas Comissões, em 16 de junho de 2009, em cumprimento aos Requerimentos nºs 15 e 23 de 2009-CRA, e ao Requerimento nº 36 de 2009-CI, ambos de autoria do Senador Gilberto Goellner. A Audiência teve como convidados representantes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Embrapa Soja, da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da empresa Suner Engenharia e Biocombustíveis.

No que toca ao mérito do PLS nº 81, de 2008, é importante destacar que a idéia do uso de óleos vegetais como combustível não é nova. Como resposta à elevação dos preços do petróleo, na década de 1970, o Brasil já propunha a utilização de óleos vegetais combustíveis, por intermédio do PROÓLEO. Esse Programa pretendia substituir óleo diesel por óleos vegetais de soja, amendoim, colza e girassol, em mistura de até 30% em volume, e incentivar a pesquisa tecnológica para promover a produção de óleos vegetais, nas diferentes regiões do país, até buscar a total substituição do óleo diesel.

O Proóleo não chegou a ser implantado, inviabilizado pelo alto preço das oleaginosas no início da década de 80. Outros programas, então, se sucederam como o PRODIESEL e o Programa de Óleos Vegetais (OVEG), na década de 1980, e o Projeto DENDIESEL, lançado em 1991.

Os anos 1990 presenciaram o surgimento da diretriz global para a adoção de políticas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis. Assim, em 2004, o governo brasileiro lançou o Programa

Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), introduzindo esse combustível na matriz energética brasileira, a partir da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005. Tal iniciativa foi importante, porque o custo do diesel é mais elevado, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, e no meio rural.

Entretanto, o biodiesel é obtido a partir do craqueamento, esterificação ou, mais comumente, transesterificação de óleos vegetais. É uma reação química que também produz a glicerina (ou glicerol), empregada para fabricação de sabonetes e outros cosméticos, entre outras aplicações. O custo desta transformação está em torno de R\$ 0,40 por litro de biodiesel produzido, o que tem trazido complicações de ordem econômica para a produção em larga escala de biodiesel, cujo objetivo é sua adição ao diesel. Os custos de produção a partir do óleo de soja, que estavam, em São Paulo, entre R\$ 1,90 e R\$ 2,00 por litro em setembro de 2009, subiram para entre R\$ 2,10 e R\$ 2,20 em outubro do mesmo ano.

Mas, com a utilização do óleo vegetal refinado como combustível, o problema do custo é minimizado. No Brasil, a soja participou com 73,3 % de todo o óleo vegetal produzido no País em 2008, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE). No mundo, entretanto, a maior parte do óleo vegetal é produzido a partir do dendê, cultura da qual é possível extrair de 4 a 6 mil litros de óleo por hectare por ano. O Brasil possui pouco mais de 100 mil hectares de dendê plantados, mas possui também o maior potencial mundial para a produção do óleo de dendê, em razão dos quase 75 milhões de hectares de terras aptas à dendeicultura, sobretudo no Norte e no Nordeste, conforme estima a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). Há, ainda, um enorme potencial no País para produção de óleo vegetal a partir de outras matérias primas, como girassol, colza, algodão, mamona, babaçu e pinhão manso.

Diversos trabalhos científicos têm atestado as vantagens da utilização de óleo vegetal combustível em motores estacionários, com o objetivo de geração de energia elétrica em comunidades isoladas do interior, aonde o diesel chega a custos proibitivos. Nessas comunidades, o maior tempo de funcionamento dos geradores tem permitido a melhoria das condições de vida das populações, por intermédio da aquisição de eletrodomésticos, como geladeira, televisão, ou mesmo simplesmente o aumento do número de lâmpadas em cada residência.

Nas grandes cidades, 45 % da poluição do ar deriva das partículas finas resultantes da combustão do diesel em ônibus e caminhões, com até 500 ppm (partes por milhão) de enxofre. No interior, entretanto, o diesel é vendido com até 1.800 ppm e 70% do consumo de diesel no Brasil corresponde ao tipo S-1800.

Portanto, o diesel é responsável por um nível de emissões de gases potencialmente agravadores do efeito estufa bem superior aos observados em veículos movidos a gasolina, álcool ou gás natural. A formação das chuvas ácidas, originadas a partir da grande industrialização mundial, é o resultado das reações de óxidos de enxofre e de nitrogênio com a água, ativadas pelas descargas elétricas atmosféricas. O enxofre dificulta o funcionamento dos dispositivos de controle dos gases de escape nos motores a diesel, mas nos Estados Unidos e Europa, as refinarias já chegaram à quase total eliminação desse elemento na mistura.

A substituição do diesel por óleo vegetal refinado nos motores dos ônibus, microônibus e vans urbanos resultaria em significativa melhoria das condições do ar, com reflexos extremamente positivos na saúde e qualidade de vida da população.

As críticas contrárias ao uso do óleo vegetal como combustível em motores diesel se basearam em experiências que utilizaram o óleo *in natura* diretamente no motor, o que de fato causa uma série de danos, por causa do resíduo de glicerina resultante da combustão ineficiente.

Entretanto, experiências conduzidas em diversos países como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, desde os anos 80, testaram dispositivos adaptados aos motores (compostos de um segundo tanque de combustível e de um sistema de pré-aquecimento do óleo vegetal e a redução da sua viscosidade) que permitem a combustão eficiente do óleo vegetal refinado. É o caso dos motores da marca alemã Elsbett, por exemplo. Já há, inclusive, a norma DIN V 51605, publicada em 2006/07 pelo Instituto Alemão de Normalização, voltada para o óleo de colza como combustível, e que serve de parâmetro para a normatização de óleos de outras matérias primas.

Portanto, a queima de óleo vegetal em motores adaptados apresenta níveis de emissões muito menores, além do efetivo seqüestro de

**carbono da atmosfera, com rendimento e desempenho semelhantes aos do diesel e do biodiesel.**

Adicionalmente, o uso de óleo vegetal combustível pelo agronegócio reduzirá significativamente o custo de produção, elevado pelo uso do diesel nos tratores, máquinas agrícolas e veículos de transporte de carga, com reflexos positivos na competitividade das respectivas cadeias produtivas dos óleos vegetais.

Da mesma forma, para a agricultura familiar a possibilidade de produção local de óleo vegetal para consumo como combustível pode representar oportunidades de diversificação e de aumento da renda, considerando que muitas culturas oleaginosas apresentam bom potencial de exploração nos diversos agroecossistemas do País.

As emendas propostas ao PLS nº 81, de 2008, na CRA e na CCT, aperfeiçoaram cumulativamente o projeto. Na CRA o projeto recebeu quatro emendas. A primeira altera a ementa, para adequá-la às propostas de alteração das emendas seguintes. A segunda emenda altera no art. 1º a especificação dos usos possíveis do óleo vegetal puro ou com mistura, como combustível, destacando-se o uso em veículos de transporte de pessoas e de mercadorias. A terceira emenda altera o art. 2º para condicionar a comercialização ao estabelecimento de normas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Na CCT a primeira emenda altera a ementa e também para adequá-la às alterações propostas nas emendas seguintes. A segunda emenda altera o art. 1º, que passou a tratar do óleo vegetal refinado, e não mais puro ou em mistura, resguardando a segurança dos consumidores. Adicionalmente, especificaram-se, em incisos, os usos possíveis do combustível em:

**I - máquinas e equipamentos, geradores de energia, veículos de transporte de pessoas e de mercadorias, utilizados em atividades agropecuárias e florestais;**

**II – transporte rodoviário, hidroviário e ferroviários de produtos e insumos agropecuários e florestais;**

**III - veículos de transporte público coletivo urbano.**



Sobretudo, a adição, no PLS, da permissão de uso em frotas de veículos destinadas ao transporte público coletivo urbano é um aperfeiçoamento que potencializará os ganhos ambientais decorrentes do uso do óleo vegetal refinado nos centros urbanos.

Ainda na segunda emenda, o parágrafo único do art. 1º foi alterado, para condicionar o uso do óleo vegetal refinado combustível mediante utilização de dispositivos de adequação dos motores diesel, regulamentados pelos órgãos competentes. A normatização técnica complementar dos dispositivos de adaptação orientará a indústria para a sua fabricação e adição aos motores e veículos que atendam às demandas do mercado.

A terceira emenda aprovada na CCT repete a aprovada na CRA, especificando no art. 2º que é o óleo vegetal refinado, e não o puro ou com mistura, o combustível a ser comercializado. Igualmente determina obediência a normas que devem ser editadas pela ANP, a fim de garantir a produção de óleos vegetais em conformidade com as exigências da indústria de veículos e motores.

Finalmente, em obediência à boa técnica legislativa, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998, tanto a CRA como a CCT aprovaram uma quarta emenda para excluir o art. 4º do texto original do PLS nº 81, de 2008.

### III – VOTO

Pelas considerações acima expostas, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, com as emendas aprovadas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, e pela rejeição das emendas aprovadas na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

## COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

### DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Serviços de Infraestrutura, em Reunião realizada no dia 18 de março de 2010, aprova, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, que *"Dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas, e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral, e dá outras providências"*, com as Emendas nºs <sup>5, 6, 7 e 8</sup> ~~5~~, ~~6~~, ~~7~~, ~~8~~ CCT-CI, descritas a seguir:

#### EMENDA Nº 5 – CCT/CI

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008:

*"Dispõe sobre a produção, comercialização e o uso de óleo vegetal refinado, como combustível para máquinas e equipamentos, geradores de energia, veículos de transporte de pessoas e de mercadorias, utilizados em atividades agropecuárias e florestais; transporte rodoviário, hidroviário e ferroviários de produtos e insumos agropecuários e florestais; veículos de transporte público coletivo urbano, e dá outras providências" (NR).*

#### EMENDA Nº 6 – CCT/CI

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008:

**“Art. 1º.** Ficam autorizados, em todo o território nacional, a comercialização e o uso de óleo vegetal refinado como combustível em:

I - máquinas e equipamentos, geradores de energia, veículos de transporte de pessoas e de mercadorias, utilizados em atividades agropecuárias e florestais;

II – transporte rodoviário, hidroviário e ferroviários de produtos e insumos agropecuários e florestais;

III - veículos de transporte público coletivo urbano.

*Parágrafo único.* A autorização de que trata o caput está condicionada à utilização de dispositivos que permitam o funcionamento adequado dos motores diesel com o óleo vegetal refinado, que serão regulamentados e homologados pelos órgãos competentes.” (NR)

#### **EMENDA Nº 7 – CCT/CI**


Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008:

**“Art. 2º.** Ficam autorizadas, em todo o território nacional, a produzir óleo vegetal refinado para uso como combustível, as indústrias refinadoras devidamente estabelecidas, que poderão comercializá-lo diretamente ao consumidor, para os fins previstos no caput do art. 1º, de acordo com normas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP”. (NR)

#### **EMENDA Nº 8 – CCT/CI**

Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008.

Sala da Comissão, 18 de março de 2010.



**Senador FERNANDO COLLOR**  
**Presidente**

## COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

## Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 18/03/2010, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

RELATOR: Senador Eliseu Resende

SERYS SLHESSARENKO - PT

DELÍCIO AMARAL - PT

ELI SALVATTI - PT

INÁCIO ARRUDA - PC do B

FÁTIMA CLEIDE - PT

JOÃO RIBEIRO - PR

FRANCISCO DORNELLES

GEOVANI BORGES

PAULO DUQUE

MÃO SANTA

VALDIR RAUPP

WELLINGTON SALGADO

1- MARINA SILVA - PV

2- PAULO PAIM - PT

3- ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB

4- (vago)

5- EDUARDO SUPPLY - PT

6- JOÃO PEDRO - PT

1- NEUTO DE CONTO

2- LOBÃO FILHO

3- PEDRO SIMON

4- VALTER PEREIRA

5- (vago)

6- ALMEIDA LIMA

GILBERTO ROBERTO - DEM

ELISEU RESENDE - DEM

HERÁCLITO FORTES - DEM

JAYME CAMPOS - PTB

KÁTIA ABREU - DEM

ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB

JOÃO TENÓRIO - PSDB

FLEXA RIBEIRO - PSDB

MARCONI PERILLO - PSDB

FERNANDO COLLOR

ACIR GURGACZ

1- ANTONIO CARLOS JUNIOR - DEM

2- EFRAIM MORAIS - DEM

3- ADELMIR SANTANA - DEM

4- ROSALBA CIARLINI - DEM

5- DEMÓSTENES TORRES - DEM

6- CÍCERO LUCENA - PSDB

7- MÁRIO COUTO - PSDB

8- ÁLVARO DIAS - PSDB

9- SÉRGIO GUERRA - PSDB

1- GIM ARGELLO

1- JOÃO DURVAL

PS 81-9  
112

**COM. SÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA****Materia:** Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008

TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PSB / PODEB / PPB)					Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PSB / PODEB / PPB)				
SERYS SLHESARENKO - PT					1- MARINA SILVA - PV				
DELÍCIO AMARAL - PT	X				2- PAULO PAIM - PT				
IDELI SALVATI - PT					3- ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB				
INÁCIO ARRUDA - PC do B	X				4- (vago)				
FÁTIMA CLEIDE - PT					5- EDUARDO SUPLICY - PT	X			
JOÃO RIBEIRO - PR					6- JOÃO PEDRO - PT				
TITULARES (PMDB / PP)					SUPLENTE (PMDB / PP)				
FRANCISCO DORNELLES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	1- NEUTO DE CONTO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GEOVANI BORGES	X				2- LOBÃO FILHO	X			
PAULO DUQUE					3- PEDRO SIMON				
MÃO SANTA	X				4- VALTER PEREIRA				
VALDIR RAUPP					5- (vago)				
WELLINGTON SALGADO					6- ALMEIDA LIMA				
TITULARES					SUPLENTE				
Bloco da Minoria (DEM / PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM / PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HERACLITO FORTES - DEM	X				1- ANTONIO CARLOS JUNIOR - DEM	X			
JAYME CAMPOS - DEM	X				2- EFRAIM MORAIS - DEM				
KATIA ABREU - DEM	X				3- ADELMIR SANTANA - DEM	X			
ARTHUR VIRGILIO - PSDB					4- ROSALBA CIARLINI - DEM				
JOÃO TENÓRIO - PSDB	X				5- DEMÓSTENES TORRES - DEM				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				6- CÍCERO LUCENA - PSDB				
MARCONI PERILLO - PSDB	X				7- MARIO COUTO - PSDB				
TITULARES					8- ÁLVARO DIAS - PSDB				
PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	9- SÉRGIO GUERRA - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FERNANDO COLLOR					SUPLENTE PTB				
					1- GIM ARGELLO				
TITULARES					SUPLENTE				
PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				1- JOAO DURAL				

TOTAL: 16 Sim: 14 Não: 0 Abstenção: 0 Autor: 1 Presidente: 1

Sala das Reuniões, em 18/04/2010

*F. Collor*  
**Senador Fernando Collor**  
 Presidente

Obs.: O voto do Autor da Proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de Quorum (art. 132, § 8º - RISF)

**COM SÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

Matéria: Emendas nº 01, 02, 03 e 04 CRA ao Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008

TITULARES Bloco da Apoio ao Governo (PT/PP/PSB/PCdoB/PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE Bloco da Apoio ao Governo (PT/PP/PSB/PCdoB/PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESSARENKO - PT					1- MARINA SILVA - PV				
DELÍCIO AMARAL - PT		X			2- PAULO PAIM - PT				
IDELI SALVATTI - PT					3- ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB				
INACIO ARRUDA - PC do B		X			4- (vago)				
FATIMA CLEIDE - PT					5- EDUARDO SUPLICY - PT				
JOÃO RIBEIRO - PR					6- JOÃO PEDRO - PT		X		
TITULARES (PMDE/PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE (PMDE/PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FRANCISCO DORNELLES					1- NEUTO DE CONTO		X		
GEOVANI BORGES		X			2- LOBÃO FILHO				
PAULO DUQUE					3- PEDRO SIMON				
MÃO SANTA		X			4- VALTER PEREIRA				
VALDIR RAUPE					5- (vago)				
WELLINGTON SALGADO					6- ALMEIDA LIMA				
TITULARES Bloco da Minoria (DEM/PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE Bloco da Minoria (DEM/PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ELISEU RESENDE - DEM (Relator)					1- ANTONIO CARLOS JUNIOR - DEM		X		
HERÁCLITO FORTES - DEM		X			2- EFRAIM MORAIS - DEM				
JAYME CAMPOS - DEM		X			3- ADELMIR SANTANA - DEM		X		
KÁTIA ABREU - DEM					4- ROSALBA CIARLINI - DEM				
ARTHUR VIRGILIO - PSDB					5- DEMÓSTENES TORRES - DEM				
JOÃO TENÓRIO - PSDB					6- CÍCERO LUCENA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB		X			7- MARIO COUTO - PSDB				
MARCONI PERILLO - PSDB		X			8- ALVARO DIAS - PSDB				
TITULARES PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FERNANDO COLLOR					1- GIM ARGELLO				
TITULARES PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ		X			1- JOÃO DURAL				

TOTAL: 16 Sim: 0 Não: 14 Abstensão: 0 Autor: 1 Presidente: 1

Sala das Reuniões, em 18/04/2010

*Felipe*  
**Senador Fernando Collor**  
 Presidente

Obs.: O voto do Autor da Proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de Quorum (art. 132, § 8º - RISF)



**COM. SÃO DE SERVICOS DE INFRAESTRUTURA**

Matéria: Emendas nº 05, 06, 07 e 08 CCT/CI ao Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008

TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
Blcco da Minéria (DEM/PSDB)					Blcco da Minéria (DEM/PSDB)				
SERYS SLHESARENKO - PT					1- MARINA SILVA - PV				
DELICÍDIO AMARAL - PT	X				2- PAULO PAIM - PT				
IDELEI SALVATTI - PT					3- ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB				
INACIO ARRUDA - PC do B	X				4- (Vago)				
FÁTIMA CLEIDE - PT					5- EDUARDO SUPLICY - PT	X			
JOÃO RIBEIRO - PR					6- JOÃO PEDRO - PT				
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(PMDB/PP)					(PMDB/PP)				
FRANCISCO DORNELLES					1- NELITO DE CONTO	X			
GEOVANI BORGES	X				2- LOBÃO FILHO				
PAULO DUQUE					3- PEDRO SIMON				
MÃO SANTA	X				4- VALTER PEREIRA				
VALDIR RALUPP					5- (Vago)				
WELLINGTON SALGADO					6- ALMEIDA LIMA				
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
Blcco da Minéria (DEM/PSDB)					Blcco da Minéria (DEM/PSDB)				
HERACLITO FORTES - DEM	X				1- ANTONIO CARLOS JUNIOR - DEM	X			
JAYME CAMPOS - DEM	X				2- EFRAIM MORAIS - DEM				
KATIA ABREGU - DEM					3- ADELMIR SANTANA - DEM	X			
ARTUR VIRGILIO - PSDB					4- ROSALBA CIARLINI - DEM				
JOÃO TENÓRIO - PSDB					5- DEMOSTANES TORRES - DEM				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				6- CICERO LUCENA - PSDB				
MARCONI PERGILLO - PSDB	X				7- MARIO COLTO - PSDB				
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PTB					PTB				
FERNANDO COLLOR					1- GIM ARGELLO				
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDT					PDT				
ACIR GURGACZ	X				1- JOÃO DURALVAL				

TOTAL: 16 Sim: 14 Não: 2 Abstensão: 0 Autor: 1 Presidente: 1

Sala das Reuniões, em 18 de 2010

*Fernando Collor*  
 Senador Fernando Collor  
 Presidente

Obs.: O voto do Autor da Proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de Quorum (art. 132, § 8º - RISF)



SECRETARIA DE COMISSÕES  
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**TEXTO FINAL AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2008,  
APROVADO EM 18/03/2010.**

*Dispõe sobre a produção, comercialização e o uso de óleo vegetal refinado, como combustível para máquinas e equipamentos, geradores de energia, veículos de transporte de pessoas e de mercadorias, utilizados em atividades agropecuárias e florestais; transporte rodoviário, hidroviário e ferroviários de produtos e insumos agropecuários e florestais; veículos de transporte público coletivo urbano, e dá outras providências (NR).*

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º.** Ficam autorizados, em todo o território nacional, a comercialização e o uso de óleo vegetal refinado como combustível em:

I - máquinas e equipamentos, geradores de energia, veículos de transporte de pessoas e de mercadorias, utilizados em atividades agropecuárias e florestais;

II - transporte rodoviário, hidroviário e ferroviários de produtos e insumos agropecuários e florestais;

III - veículos de transporte público coletivo urbano.

*Parágrafo único.* A autorização de que trata o caput está condicionada à utilização de dispositivos que permitam o funcionamento adequado dos motores diesel com o óleo vegetal refinado, que serão regulamentados e homologados pelos órgãos competentes." (NR).

**Art. 2º.** Ficam autorizadas, em todo o território nacional, a produzir óleo vegetal refinado para uso como combustível, as indústrias refinadoras devidamente estabelecidas, que poderão comercializá-lo diretamente ao consumidor, para os fins previstos no caput do art. 1º, de acordo com normas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. (NR)

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de março de 2010.

  
**Senador FERNANDO COLLOR**  
**Presidente**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****LEI Nº 11.097, DE 13 DE JANEIRO DE 2005.**

Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências.

.....

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar acrescido do inciso XII, com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

.....

XII - incrementar, em bases econômicas, sociais e ambientais, a participação dos biocombustíveis na matriz energética nacional." (NR)

Art. 2º Fica introduzido o biodiesel na matriz energética brasileira, sendo fixado em 5% (cinco por cento), em volume, o percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional.

§ 1º O prazo para aplicação do disposto no caput deste artigo é de 8 (oito) anos após a publicação desta Lei, sendo de 3 (três) anos o período, após essa publicação, para se utilizar um percentual mínimo obrigatório intermediário de 2% (dois por cento), em volume.  
(Regulamento)

§ 2º Os prazos para atendimento do percentual mínimo obrigatório de que trata este artigo podem ser reduzidos em razão de resolução do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, observados os seguintes critérios:

I - a disponibilidade de oferta de matéria-prima e a capacidade industrial para produção de biodiesel;

II - a participação da agricultura familiar na oferta de matérias-primas;

III - a redução das desigualdades regionais;

IV - o desempenho dos motores com a utilização do combustível;

V - as políticas industriais e de inovação tecnológica.

§ 3º Caberá à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP definir os limites de variação admissíveis para efeito de medição e aferição dos percentuais de que trata este artigo.

§ 4º O biodiesel necessário ao atendimento dos percentuais mencionados no caput deste artigo terá que ser processado, preferencialmente, a partir de matérias-primas produzidas por agricultor familiar, inclusive as resultantes de atividade extrativista. (Incluído pela Lei nº 11.116, de 2005)

Art. 3º O inciso IV do art. 2º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

**IV - estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, do carvão, da energia termonuclear, dos biocombustíveis, da energia solar, da energia eólica e da energia proveniente de outras fontes alternativas;**

....." (NR)

Art. 4º O art. 6º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar acrescido dos incisos XXIV e XXV, com a seguinte redação:

"Art. 6º .....

.....

**XXIV - Biocombustível: combustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna ou, conforme regulamento, para outro tipo de geração de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil;**

**XXV - Biodiesel: biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil."**  
(NR)

.....

#### **Nº 11.116, DE 18 DE MAIO DE 2005.**

Dispõe sobre o Registro Especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, de produtor ou importador de biodiesel e sobre a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas decorrentes da venda desse produto; altera as Leis nºs 10.451, de 10 de maio de 2002, e 11.097, de 13 de janeiro de 2005; e dá outras providências.

.....

#### **LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997.**

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

.....

#### **LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

Parágrafo único. (VETADO) (Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

.....

Secretaria de Comissões  
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes  
Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

*Ofício nº 38 /2010-CI*

*Brasília, 18 de março de 2010.*

*Excelentíssimo Senhor Presidente,*

*Nos termos do § 2º, do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em Decisão Terminativa, na reunião realizada no dia 18 de março do ano em curso, o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, que “Dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas, e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral, e dá outras providências.”, de autoria do Senador Gilberto Goellner, com as Emendas nº 05, 06, 07 e 08 – CCT/CI.*

*Respeitosamente,*



**Senador Fernando Collor**  
Presidente da Comissão

*Excelentíssimo Senhor*  
**Senador José Sarney**  
*Presidente do Senado Federal*  
**N E S T A**

*DOCUMENTOS ANEXADOS DOS TERMOS DO ART. 250, DO  
REGIMENTO INTERNO*

## **RELATÓRIO**

**RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO**

### **I – RELATÓRIO**

A proposição em exame é o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 18 de março de 2008, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que propõe incentivos ao consumo de óleo vegetal para fins diversos, encaminhado à apreciação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, devendo em seguida ser avaliado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para decisão em caráter terminativo.

O PLS nº 81, de 2008, autoriza em seu art. 1º a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal, puro ou com mistura, como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário desses mesmos produtos e de seus insumos em geral.

O parágrafo único do artigo citado estabelece que, para os fins especificados, não se aplicam os dispositivos constantes do art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005. Tais dispositivos determinam que seja adicionado um mínimo de 5% de biodiesel ao óleo diesel de origem fóssil, em todo o território nacional, até o ano de 2013, tornando-se obrigatória a adição mínima de 2% já a partir de 2008.

O art. 2º autoriza todas as indústrias refinadoras, devidamente estabelecidas, a produzir e comercializar o óleo combustível de origem vegetal, vendendo-o diretamente ao consumidor desse combustível, para ser utilizado nos fins previstos no *caput* do art. 1º.

## II – ANÁLISE

A análise do PLS nº 81, de 2008, deve ficar restrita, a princípio, ao mérito que toca esta Comissão, uma vez que o Projeto ainda seguirá para a Comissão de Infra-Estrutura. Nesse sentido, é importante lembrar algumas informações prestadas por convidados às diversas audiências públicas realizadas pela Subcomissão Permanente de Biocombustíveis do Senado Federal.

Em Audiência Pública conjunta com CRA e CMA, realizada em 18 de abril de 2007, sobre a Produção e Exportação de Alcool e Biocombustíveis, o Senhor Arnaldo Anacleto de Campos, responsável pelo Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), nos informou que, como não existem regras internacionais de padronização para o biodiesel, ainda não há mercado externo consolidado. Portanto, a viabilização desse biocombustível deve se ancorar no mercado interno, como primeira opção.

Em outra Audiência Pública, realizada em 28 de junho de 2007, sobre “Propostas para Estimular, Aprimorar e Viabilizar a Implantação do Programa de Biodiesel na Região Nordeste”, o representante do Ministério da Agricultura, senhor José Nilton de Souza Vieira, afirmou que “o grande desafio do programa de biodiesel é identificar matérias-primas que permitam alto rendimento por unidade de área cultivada, e que minimizem,

conseqüentemente, a competição entre a agricultura de alimentos e a agricultura energética”.

A Lei nº 11.116, de 2005, concedeu incentivos tributários, através de descontos da CIDE e PIS/COFINS, às empresas produtoras de biodiesel. Além disso, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) tem como as principais diretrizes: 1) implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social; 2) garantir preços competitivos, qualidade e suprimento e; 3) produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas.

O PLS nº 81, de 2008, inova ao permitir a comercialização direta do uso do óleo de origem vegetal, puro ou com mistura, pelas indústrias produtoras com os consumidores finais, reduzindo custos de transação com intermediários. Seria usado como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviários desses mesmos produtos e de seus insumos em geral.

O projeto é altamente inovador e ousado ao permitir o uso do óleo vegetal como combustível. Aliás, a idéia de produzir óleo vegetal para ser utilizado como combustível vem sendo pesquisado há mais de dois anos pela Cooperativa Witmarsum, de Palmeiras-PR, em conjunto com o Instituto de Tecnologia do Paraná. O óleo é extraído a partir de grãos ou sementes para desenvolvimento de um combustível alternativo ao petróleo, com preocupação com a proteção ao meio ambiente. O estudo está restrito ao uso do combustível às propriedades rurais, para redução de custos.

Cumprе destacar, entretanto, que a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, alterou a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispôs sobre a política energética nacional, o monopólio do petróleo e instituiu o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, incluiu o seguinte conceito de biodiesel:

XXV – Biodiesel: biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme,



regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil.

Entretanto, no caso, a proposição trata de óleo de origem vegetal, desenvolvido com tecnologia para uso culinário e combustível. O Instituto Morro da Cutia (IMCA), de Montenegro, RS, recebeu o Prêmio Fundação Banco do Brasil e FINEP de Tecnologia Social, de 2007, na categoria "Aproveitamento e Tratamento de Rejeitos, Resíduos e Efluentes de Processo Produtivo". O IMCA usa uma camionete Chevrolet S10, rodando pelas estradas brasileiras para divulgar a reciclagem de óleos vegetais como combustível.

Diante das pesquisas e estudos, apresentamos, ao final deste, emenda permitindo o uso do óleo de origem vegetal, puro ou com mistura, restrito aos limites das propriedade rurais.

### III – VOTO

Pelas razões acima expostas, somos favoráveis à aprovação do PLS nº 81, de 18 de março de 2008, com a seguinte emenda ao *caput* de seu art. 1º:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2008

#### EMENDA CRA Nº

Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, alterando-se conseqüentemente sua enenda :

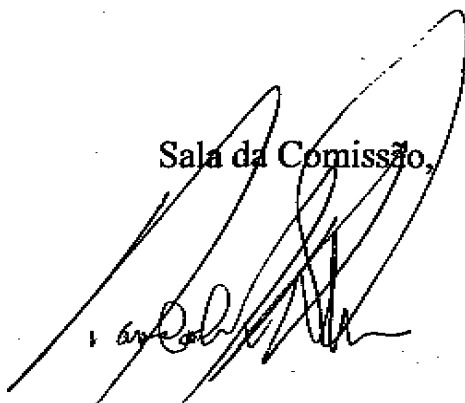
*Dispõe sobre o uso de óleo de origem vegetal para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas, e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, e dá outras providências.*

“Art. 1º. Fica autorizado, nas propriedade rurais de todo o território nacional, o uso de óleo de origem vegetal, puro ou com mistura,

como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários.”

.....

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator

## RELATÓRIO

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

### I – RELATÓRIO

A proposição em exame é o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 18 de março de 2008, de autoria do Senador Gilberto Goellner. O Projeto foi encaminhado à apreciação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, devendo em seguida ser avaliado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para decisão em caráter terminativo.

O PLS nº 81, de 2008, autoriza em seu art. 1º a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal, puro ou com mistura, como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário desses mesmos produtos e de seus insumos em geral.

O parágrafo único do art. 1º estabelece que, para os fins especificados, não se aplicam os dispositivos constantes do art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005.

O art. 2º autoriza todas as indústrias refinadoras, devidamente estabelecidas, a produzir e comercializar o biodiesel, vendendo-o diretamente ao consumidor desse combustível, para ser utilizado nos fins previstos no *caput* do art. 1º.

O art. 3º trata da vigência e o art. 4º revoga eventuais disposições em contrário.

## **II – ANÁLISE**

A análise do PLS nº 81, de 2008, deve ficar restrita, a princípio, ao mérito que toca esta Comissão, uma vez que o Projeto ainda seguirá para a Comissão de Infra-Estrutura, onde será analisado terminativamente. Nesse sentido, é importante lembrar algumas informações prestadas por convidados às diversas audiências públicas realizadas pela Subcomissão Permanente de Biocombustíveis do Senado Federal.

Em Audiência Pública conjunta com CRA e CMA, realizada em 18 de abril de 2007, sobre a Produção e Exportação de Álcool e Biocombustíveis, o Senhor Arnaldo Anacleto de Campos, responsável pelo Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), nos informou que, como não existem regras internacionais de padronização para o biodiesel, ainda não há mercado externo consolidado. Portanto, a viabilização desse biocombustível deve se ancorar no mercado interno, como primeira opção.

Em outra Audiência Pública, realizada em 28 de junho de 2007, sobre “Propostas para Estimular, Aprimorar e Viabilizar a Implantação do Programa de Biodiesel na Região Nordeste”, o representante do Ministério da Agricultura, senhor José Nilton de Souza Vieira, afirmou que “o grande desafio do programa de biodiesel é identificar matérias-primas que permitam alto rendimento por unidade de área cultivada, e que minimizem, conseqüentemente, a competição entre a agricultura de alimentos e a agricultura energética”.

A Lei nº 11.116, de 2005, concedeu incentivos tributários, através de descontos da CIDE e PIS/COFINS, às empresas produtoras de biodiesel. Além disso, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) tem como considerando que as principais diretrizes: 1) implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social; 2) garantir preços competitivos, qualidade e suprimento e; 3) produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas.

A Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, alterou a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispôs sobre a Política Energética Nacional, o monopólio do petróleo e instituiu o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), fixou em 5% (cinco por cento), em volume, o percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, até 2013. Desde 1º de julho de 2009, o óleo diesel comercializado em todo o Brasil contém 4% de biodiesel. Entretanto, hoje é impossível utilizar 100% de biodiesel, por limitações técnicas dos motores.

Todavia, a legislação brasileira e o Programa Nacional de Biodiesel não incentivam a introdução, na matriz energética nacional, do óleo vegetal *in natura* como combustível, que pode ser obtido de diversas fontes, entre elas soja, dendê, girassol, babaçu, amendoim, mamona e pinhão-manso.

Em Audiência Pública realizada por esta Comissão, em 16 de junho de 2009, diversos especialistas mostraram que a utilização de óleo vegetal *in natura* em motores diesel já é realidade em diversos países, como Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, com o uso de kits de adaptação dos motores. Isto é, existem soluções técnicas para a utilização de óleo vegetal *in natura* puro ou combinado com biodiesel em motores a diesel. Na Audiência citada foi informado ainda que o custo do processo de transformação do óleo vegetal em biodiesel é de 40 centavos por litro.

O País é grande produtor de soja, cultivada em 22 milhões de hectares. Temos ainda cerca de 8 milhões de hectares de dendê, do qual é possível extrair até 5 mil litros de óleo por hectare. O pinhão manso, espécie que tem potencial de produção de 2 mil litros de óleo por hectare, possui pesquisas de melhoramento genético em andamento na Embrapa que em alguns anos viabilizarão economicamente o seu cultivo. O mesmo se aplica para outras culturas ainda em estudo, como a macaúba, a inajá e a tucumã.

É possível a ANP autorizar a comercialização de combustíveis alternativos entre produtor e consumidor proprietário de frota cativa. Entretanto, o PLS nº 81, de 2008, inova ao permitir a comercialização direta do óleo vegetal *in natura* pelos seus produtores com os consumidores finais, ampliando e diversificando o mercado de combustíveis, e reduzindo custos de transação com intermediários, como seria o caso da Petrobras, que detém praticamente um monopólio do processo de mistura do biodiesel ao óleo diesel.

A ANP deverá fazer a regulamentação necessária e a definição dos padrões técnicos da composição e características do óleo vegetal *in natura*, a fim de que seja comercializado nos termos do PLS nº 81, de 2008. Desta maneira, as indústrias refinadoras mencionadas no art. 2º do Projeto poderão, então, comercializá-lo livre e diretamente aos consumidores, conforme disposto no art. 1º.

O parágrafo único do art. 1º estabelece que, para os fins especificados, não se aplicam os dispositivos constantes do art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005. Tais dispositivos determinam que seja adicionado um mínimo de 5% de biodiesel ao óleo diesel de origem fóssil, em todo o território nacional, até o ano de 2013, e que a matéria-prima para a produção do biodiesel tenha que ser oriunda preferencialmente de agricultores familiares. Assim, no caso do PLS nº 81, de 2008, quaisquer produtores rurais poderão fornecer às indústrias refinadoras a matéria-prima necessária à produção do óleo vegetal para uso *in natura* como combustível.

Por fim, com vistas ao aprimoramento da técnica legislativa, propomos a exclusão do art. 4º do PLS nº 81, de 2008, que revoga disposições em contrário, sem no entanto explicitá-las, sendo, portanto, desnecessário, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

### III – VOTO

Pelas razões acima expostas, somos favoráveis à aprovação do PLS nº 81, de 2008, com as seguintes emendas aos arts. 2º e 4º:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81 , DE 2008

#### EMENDA CRA Nº

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008 :

.....

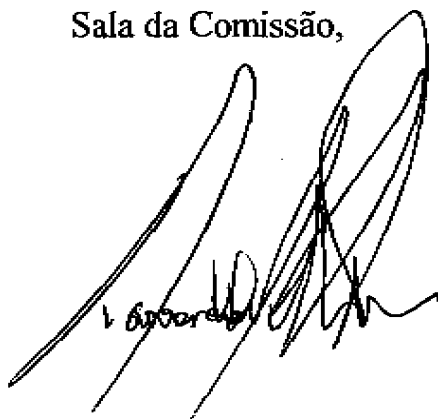
“Art. 2º. Ficam autorizadas, em todo o território nacional, a produzir óleo combustível de origem vegetal, as indústrias refinadoras devidamente estabelecidas, que poderão comercializá-lo diretamente ao consumidor desse combustível, para ser utilizado nos fins previstos no *caput* do art. 1º, de acordo com normas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP (NR)”.

.....

EMENDA CRA Nº

Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei nº 81, de 2008.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator



## **RELATÓRIO**

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

### **I – RELATÓRIO**

A proposição em exame é o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 18 de março de 2008, de autoria do Senador Gilberto Goellner. O Projeto foi encaminhado à apreciação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, devendo em seguida ser avaliado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para decisão em caráter terminativo.

O PLS nº 81, de 2008, autoriza em seu art. 1º a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal, puro ou com mistura, como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário desses mesmos produtos e de seus insumos em geral.

O parágrafo único do art. 1º estabelece que, para os fins especificados, não se aplicam os dispositivos constantes do art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005.

O art. 2º autoriza todas as indústrias refinadoras, devidamente estabelecidas, a produzir e comercializar o biodiesel, vendendo-o diretamente ao consumidor desse combustível, para ser utilizado nos fins previstos no *caput* do art. 1º.

O art. 3º trata da vigência e o art. 4º revoga eventuais disposições em contrário.

## II – ANÁLISE

A análise do PLS nº 81, de 2008, deve ficar restrita, a princípio, ao mérito que toca esta Comissão, uma vez que o Projeto ainda seguirá para a Comissão de Infra-Estrutura, onde será analisado terminativamente. Nesse sentido, é importante lembrar algumas informações prestadas por convidados às diversas audiências públicas realizadas pela Subcomissão Permanente de Biocombustíveis do Senado Federal.

Em Audiência Pública conjunta com CRA e CMA, realizada em 18 de abril de 2007, sobre a Produção e Exportação de Alcool e Biocombustíveis, o Senhor Arnoldo Anacleto de Campos, responsável pelo Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), nos informou que, como não existem regras internacionais de padronização para o biodiesel, ainda não há mercado externo consolidado. Portanto, a viabilização desse biocombustível deve se ancorar no mercado interno, como primeira opção.

Em outra Audiência Pública, realizada em 28 de junho de 2007, sobre “Propostas para Estimular, Aprimorar e Viabilizar a Implantação do Programa de Biodiesel na Região Nordeste”, o representante do Ministério da Agricultura, senhor José Nilton de Souza Vieira, afirmou que “o grande desafio do programa de biodiesel é identificar matérias-primas que permitam alto rendimento por unidade de área cultivada, e que minimizem, conseqüentemente, a competição entre a agricultura de alimentos e a agricultura energética”.

A Lei nº 11.116, de 2005, concedeu incentivos tributários, através de descontos da CIDE e PIS/COFINS, às empresas produtoras de biodiesel. Além disso, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) tem como considerando que as principais diretrizes: 1) implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social; 2) garantir preços competitivos, qualidade e suprimento e; 3) produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas.

A Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, alterou a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispôs sobre a Política Energética Nacional, o monopólio do petróleo e instituiu o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), fixou em 5% (cinco por cento), em volume, o percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, até 2013. Desde 1º de julho de 2009, o óleo diesel comercializado em todo o Brasil contém 4% de biodiesel. Entretanto, hoje é impossível utilizar 100% de biodiesel, por limitações técnicas dos motores.

Todavia, a legislação brasileira e o Programa Nacional de Biodiesel não incentivam a introdução, na matriz energética nacional, do óleo vegetal *in natura* como combustível, que pode ser obtido de diversas fontes, entre elas soja, dendê, girassol, babaçu, amendoim, mamona e pinhão-manso.

Em Audiência Pública realizada por esta Comissão, em 16 de junho de 2009, diversos especialistas mostraram que a utilização de óleo vegetal *in natura* em motores diesel já é realidade em diversos países, como Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, com o uso de kits de adaptação dos motores. Isto é, existem soluções técnicas para a utilização de óleo vegetal *in natura* puro ou combinado com biodiesel em motores a diesel. Na Audiência citada foi informado ainda que o custo do processo de transformação do óleo vegetal em biodiesel é de 40 centavos por litro.

O País é grande produtor de soja, cultivada em 22 milhões de hectares. Temos ainda cerca de 8 milhões de hectares de dendê, do qual é possível extrair até 5 mil litros de óleo por hectare. O pinhão manso, espécie que tem potencial de produção de 2 mil litros de óleo por hectare, possui pesquisas de melhoramento genético em andamento na Embrapa que em alguns anos viabilizarão economicamente o seu cultivo. O mesmo se aplica para outras culturas ainda em estudo, como a macaúba, a inajá e a tucumã.

É possível a ANP autorizar a comercialização de combustíveis alternativos entre produtor e consumidor proprietário de frota cativa. Entretanto, o PLS nº 81, de 2008, inova ao permitir a comercialização direta do óleo vegetal *in natura* pelos seus produtores com os consumidores finais, ampliando e diversificando o mercado de combustíveis, e reduzindo custos de transação com intermediários, como seria o caso da Petrobras, que detém praticamente um monopólio do processo de mistura do biodiesel ao óleo diesel.

A ANP deverá fazer a regulamentação necessária e a definição dos padrões técnicos da composição e características do óleo vegetal *in natura*, a fim de que seja comercializado nos termos do PLS nº 81, de 2008. Desta maneira, as indústrias refinadoras mencionadas no art. 2º do Projeto poderão, então, comercializá-lo livre e diretamente aos consumidores, conforme disposto no art. 1º.

O parágrafo único do art. 1º estabelece que, para os fins especificados, não se aplicam os dispositivos constantes do art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005. Tais dispositivos determinam que seja adicionado um mínimo de 5% de biodiesel ao óleo diesel de origem fóssil, em todo o território nacional, até o ano de 2013, e que a matéria-prima para a produção do biodiesel tenha que ser oriunda preferencialmente de agricultores familiares. Assim, no caso do PLS nº 81, de 2008, quaisquer produtores rurais poderão fornecer às indústrias refinadoras a matéria-prima necessária à produção do óleo vegetal para uso *in natura* como combustível.

Para ampliar o escopo da proposição, incluindo as frotas de ônibus urbanos utilizados no transporte público e o transporte de mercadorias, foi procedida alteração do art. 1º para inclusão do transporte de pessoas e de mercadorias. A medida visa, também, melhorar a qualidade do ar dos centros urbanos, através da utilização de óleo vegetal refinado como combustível em substituição ao óleo diesel derivado do petróleo.

Por fim, com vistas ao aprimoramento da técnica legislativa, propomos a exclusão do art. 4º do PLS nº 81, de 2008, que revoga disposições em contrário, sem no entanto explicitá-las, sendo, portanto, desnecessário, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

### III – VOTO

Pelas razões acima expostas, somos favoráveis à aprovação do PLS nº 81, de 2008, com as seguintes emendas :

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81 , DE 2008

## EMENDA CRA Nº

Dê-se a seguinte redação a ementa do projeto de Lei nº 81, de 2008:

“Dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo vegetal, puro ou com mistura, como combustível para tratores, veículos de transporte de pessoas e de mercadorias, máquinas e aparelhos de uso agrícola, hortícola e florestal, máquinas e aparelhos para colheita ou debulha de produtos agrícolas, geradores de energia, motores, bem como no transporte ferroviário e hidroviário, e dá outras providências” (NR).

## EMENDA CRA Nº

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do projeto de Lei nº 81, de 2008:

“Art. 1º . Ficam autorizados, em todo o território nacional, a comercialização e o uso de óleo vegetal, puro ou com mistura, como combustível para tratores, veículos de transporte de pessoas e de mercadorias, máquinas e aparelhos de uso agrícola, hortícola e florestal, máquinas e aparelhos para colheita ou debulha de produtos agrícolas, geradores de energia, motores, bem como no transporte ferroviário e hidroviário” (NR).

## EMENDA CRA Nº

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008:

.....  
“Art. 2º. Ficam autorizadas, em todo o território nacional, a produzir óleo combustível de origem vegetal, as indústrias refinadoras devidamente

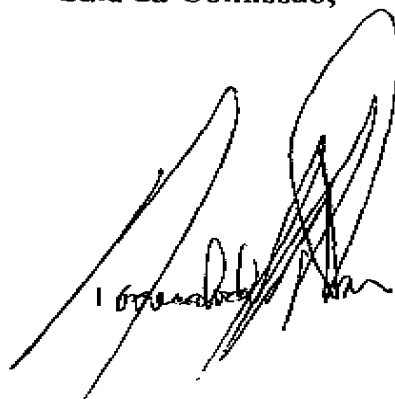
estabelecidas, que poderão comercializá-lo diretamente ao consumidor desse combustível, para ser utilizado nos fins previstos no *caput* do art. 1º, de acordo com normas estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP (NR)”.

.....

EMENDA CRA Nº

Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei nº 81, de 2008.

Sala da Comissão,



, Presidente



, Relator

## RELATÓRIO

RELATOR: Senador **ELISEU RESENDE**


### I – RELATÓRIO

A matéria em pauta é o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 81, de 2008, do Senador GILBERTO GOELLNER, que trata da produção, comercialização e utilização de óleos vegetais como combustível.

O PLS autoriza, em seu art. 1º, *em todo o território nacional, a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal, puro ou com mistura, como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário desses mesmos produtos e de seus insumos em geral.*

O parágrafo único do art. 1º estatui que, para os fins especificados, não se aplicam os dispositivos constantes do art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que trata da introdução do biodiesel na matriz energética brasileira. Os dispositivos em questão tratam dos percentuais de biodiesel que serão adicionados ao diesel até 2013.



O art. 2º do PLS nº 81, de 2008, autoriza  todas as refinadoras, devidamente estabelecidas, a produzir e comercializar o óleo combustível de origem vegetal, vendendo-o diretamente ao consumidor, para ser utilizado com os fins previstos no caput do art. 1º. O art. 3º trata da entrada em vigor da lei, e o art. 4º revoga eventuais disposições em contrário.

Em sua justificção, o autor do projeto defende a necessidade da redução dos custos de produção e de transporte de matéria prima agropecuária, por meio da utilização de óleo vegetal refinado, em substituição ao diesel. Argumenta ainda os benefícios ambientais, decorrentes da redução da emissão de gases poluentes e causadores do efeito estufa.

A proposição foi inicialmente distribuída para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para apreciação em caráter terminativo. Recebeu na CRA parecer favorável, depois de relatada pelo Senador FLEXA RIBEIRO, com quatro emendas, todas aprovadas.

Em 28 de outubro de 2009, foi aprovado o Requerimento nº 1.263, de 2009, do Senador Wellington Salgado, para que o PLS nº 81, de 2008, fosse também apreciado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Nessa Comissão, a proposição obteve, também, parecer favorável, tendo em vista o relatório pela aprovação, apresentado pelo Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR. O parecer da CCT, além de ter concordado com as emendas aprovadas na CRA, aperfeiçoou a proposição, com o encaminhamento de mais quatro emendas.

## **II – ANÁLISE**

Compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em decisão terminativa, em acordo com o art. 91, § 1º, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria. Ainda, nos termos do art. 104, inciso I do RISF, compete à CI opinar sobre o mérito da matéria.

A proposição atende aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, no que tange à competência do Congresso Nacional. Não há vício de iniciativa, uma vez que, conforme o art. 22 da Constituição

Federal, compete privativamente à União legislar sobre ~~inciso XI~~ trânsito e transporte (inciso XI). A matéria atende também ao art. 238 da Carta Magna, que determina a ordenação por lei da *venda e revenda de combustíveis de petróleo, álcool carburante e outros combustíveis derivados de matérias-primas renováveis*, respeitados os princípios constitucionais. Quanto à juridicidade, a proposição em tela não colide com a legislação em vigor sobre combustíveis e transportes.

Para instrução dos pareceres da CRA e da CI, foi realizada Audiência Pública conjunta dessas Comissões, em 16 de junho de 2009, em cumprimento aos Requerimentos nºs 15 e 23 de 2009-CRA, e ao Requerimento nº 36 de 2009-CI, ambos de autoria do Senador Gilberto Goellner. A Audiência teve como convidados representantes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Embrapa Soja, da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da empresa Suner Engenharia e Biocombustíveis.

No que toca ao mérito do PLS nº 81, de 2008, é importante destacar que a idéia do uso de óleos vegetais como combustível não é nova. Como resposta à elevação dos preços do petróleo, na década de 1970, o Brasil já propunha a utilização de óleos vegetais combustíveis, por intermédio do PROÓLEO. Esse Programa pretendia substituir óleo diesel por óleos vegetais de soja, amendoim, colza e girassol, em mistura de até 30% em volume, e incentivar a pesquisa tecnológica para promover a produção de óleos vegetais, nas diferentes regiões do país, até buscar a total substituição do óleo diesel.

O Proóleo não chegou a ser implantado, inviabilizado pelo alto preço das oleaginosas no início da década de 80. Outros programas, então, se sucederam como o PRODIESEL e o Programa de Óleos Vegetais (OVEG), na década de 1980, e o Projeto DENDIESEL, lançado em 1991.

Os anos 1990 presenciaram o surgimento da diretriz global para a adoção de políticas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis. Assim, em 2004, o governo brasileiro lançou o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), introduzindo esse combustível na matriz energética brasileira, a partir da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005. Tal iniciativa foi importante, porque o custo do diesel é mais elevado, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, e no meio rural.

Entretanto, o biodiesel é obtido a partir do ~~129379.90256~~ esterificação ou, mais comumente, transesterificação de óleos vegetais. É uma reação química que também produz a glicerina (ou glicerol), empregada para fabricação de sabonetes e outros cosméticos, entre outras aplicações. O custo desta transformação está em torno de R\$ 0,40 por litro de biodiesel produzido, o que tem trazido complicações de ordem econômica para a produção em larga escala de biodiesel, cujo objetivo é sua adição ao diesel. Os custos de produção a partir do óleo de soja, que estavam, em São Paulo, entre R\$ 1,90 e R\$ 2,00 por litro em setembro de 2009, subiram para entre R\$ 2,10 e R\$ 2,20 em outubro do mesmo ano.

Mas, com a utilização do óleo vegetal refinado como combustível, o problema do custo é minimizado. No Brasil, a soja participou com 73,3 % de todo o óleo vegetal produzido no País em 2008, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE). No mundo, entretanto, a maior parte do óleo vegetal é produzido a partir do dendê, cultura da qual é possível extrair de 4 a 6 mil litros de óleo por hectare por ano. O Brasil possui pouco mais de 100 mil hectares de dendê plantados, mas possui também o maior potencial mundial para a produção do óleo de dendê, em razão dos quase 75 milhões de hectares de terras aptas à dendeicultura, sobretudo no Norte e no Nordeste, conforme estima a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). Há, ainda, um enorme potencial no País para produção de óleo vegetal a partir de outras matérias primas, como girassol, colza, algodão, mamona, babaçu e pinhão manso.

Diversos trabalhos científicos têm atestado as vantagens da utilização de óleo vegetal combustível em motores estacionários, com o objetivo de geração de energia elétrica em comunidades isoladas do interior, aonde o diesel chega a custos proibitivos. Nessas comunidades, o maior tempo de funcionamento dos geradores tem permitido a melhoria das condições de vida das populações, por intermédio da aquisição de eletrodomésticos, como geladeira, televisão, ou mesmo simplesmente o aumento do número de lâmpadas em cada residência.

Nas grandes cidades, 45 % da poluição do ar deriva das partículas finas resultantes da combustão do diesel em ônibus e caminhões, com até 500 ppm (partes por milhão) de enxofre. No interior, entretanto, o diesel é vendido com até 1.800 ppm e 70% do consumo de diesel no Brasil corresponde ao tipo S-1800.

Portanto, o diesel é responsável por um nível de emissões de gases potencialmente agravadores do efeito estufa bem superior aos

observados em veículos movidos a gasolina, álcool ou ~~ou~~ <sup>29379.90256</sup> formação das chuvas ácidas, originadas a partir da grande industrialização mundial, é o resultado das reações de óxidos de enxofre e de nitrogênio com a água, ativadas pelas descargas elétricas atmosféricas. O enxofre dificulta o funcionamento dos dispositivos de controle dos gases de escape nos motores a diesel, mas nos Estados Unidos e Europa, as refinarias já chegaram à quase total eliminação desse elemento na mistura.

A substituição do diesel por óleo vegetal refinado nos motores dos ônibus, microônibus e vans urbanos resultaria em significativa melhoria das condições do ar, com reflexos extremamente positivos na saúde e qualidade de vida da população.

As críticas contrárias ao uso do óleo vegetal como combustível em motores diesel se basearam em experiências que utilizaram o óleo *in natura* diretamente no motor, o que de fato causa uma série de danos, por causa do resíduo de glicerina resultante da combustão ineficiente.

Entretanto, experiências conduzidas em diversos países como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, desde os anos 80, testaram dispositivos adaptados aos motores (compostos de um segundo tanque de combustível e de um sistema de pré-aquecimento do óleo vegetal e a redução da sua viscosidade) que permitem a combustão eficiente do óleo vegetal refinado. É o caso dos motores da marca alemã Elsbett, por exemplo. Já há, inclusive, a norma DIN V 51605, publicada em 2006/07 pelo Instituto Alemão de Normalização, voltada para o óleo de colza como combustível, e que serve de parâmetro para a normatização de óleos de outras matérias primas.

Portanto, a queima de óleo vegetal em motores adaptados apresenta níveis de emissões muito menores, além do efetivo seqüestro de carbono da atmosfera, com rendimento e desempenho semelhantes aos do diesel e do biodiesel.

Adicionalmente, o uso de óleo vegetal combustível pelo agronegócio reduzirá significativamente o custo de produção, elevado pelo uso do diesel nos tratores, máquinas agrícolas e veículos de transporte de carga, com reflexos positivos na competitividade das respectivas cadeias produtivas dos óleos vegetais.

Da mesma forma, para a agricultura familiar a possibilidade de produção local de óleo vegetal para consumo como combustível pode, representar oportunidades de diversificação e de ~~adiciona~~ <sup>29379.90256</sup> considerando que muitas culturas oleaginosas apresentam bom potencial de exploração nos diversos agroecossistemas do País.

As emendas propostas ao PLS nº 81, de 2008, na CRA e na CCT, aperfeiçoaram cumulativamente o projeto. Na CCT, o art. 1º passou a tratar do óleo vegetal refinado, e não mais puro ou em mistura, resguardando a segurança dos consumidores. Ademais, especificaram-se adequadamente, em incisos, os usos possíveis do combustível em:

I - máquinas e equipamentos, geradores de energia, veículos de transporte de pessoas e de mercadorias, utilizados em atividades agropecuárias e florestais;

II - transporte rodoviário, hidroviário e ferroviários de produtos e insumos agropecuários e florestais;

III - veículos de transporte público coletivo urbano.

Sobretudo, a adição, no PLS, da permissão de uso em frotas de veículos destinadas ao transporte público coletivo urbano é um aperfeiçoamento que potencializará os ganhos ambientais decorrentes do uso do óleo vegetal refinado nos centros urbanos.

O parágrafo único do art. 1º foi alterado, para condicionar o uso do óleo vegetal refinado combustível mediante utilização de dispositivos de adequação dos motores diesel, regulamentados pelos órgãos competentes. A normatização técnica complementar dos dispositivos de adaptação orientará a indústria para a sua fabricação e adição aos motores e veículos que atendam às demandas do mercado.

O art. 2º passou a condicionar a produção do óleo vegetal refinado mediante obediência a normas que devem ser editadas pela ANP, a fim de garantir a produção de óleos vegetais em conformidade com as exigências da indústria de veículos e motores.

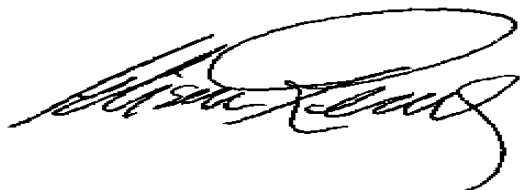
Finalmente, em obediência à boa técnica legislativa, em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998, tanto a CRA como a CCT aprovaram emenda para excluir o art. 4º do texto original do PLS nº 81, de 2008.

### III – VOTO

Pelas considerações acima expostas, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, com as emendas aprovadas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

**18ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA EM CONJUNTO COM A 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2009, ÀS 09 HORAS E 50 MINUTOS.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):**

Declaro aberta a 18ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 17ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores que, com a anuência do Plenário, são dadas como aprovadas.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública conjunta, em cumprimento aos Requerimentos nºs 15 e 23, da CRA e da CI, todos de autoria do Senador Gilberto Goellner, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, que “dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários; bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral, e dá outras providências”, com a presença dos seguintes convidados que desde já convido para compor a Mesa: o Sr. Waldyr Gallo, Assessor da Diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP; o Sr. Denilson Ferreira, Coordenador-Geral de Agroenergia da Secretaria de Produção de Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; o Sr. Osvaldo Luiz Ceotto, Analista Ambiental da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; Engenheiro Paulo de Moraes, Diretor da SUNER Engenharia e Biocombustíveis; e o Sr. Márcio Turra de Ávila, Pesquisador da EMBRAPA.

Eu passo a palavra ao Senador Gilberto Goellner, que é o autor da proposição para esta Audiência conjunta.

**SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG):** O senhor me permite, Sr. Presidente?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Com a palavra o Ministro Eliseu Resende, nosso Presidente da Comissão de Infraestrutura.



**SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG):** É uma palavra inicial, Senador Valter Pereira, para dizer da ausência aqui na reunião do Presidente da Comissão de Infraestrutura, o Senador Fernando Collor. Ele me pede para estar presente, eu estou aqui representando a Comissão de Infraestrutura e acho que este é um evento importante, proposto pelo Senador Gilberto Goellner, quando nós vamos estudar a matriz energética com a inserção dos óleos vegetais atuando como combustíveis. Acho que é uma contribuição importante que as duas Comissões, a Comissão de Agricultura, presidida por V. Exa., e a Comissão de Infraestrutura, presidida pelo Senador Fernando Collor, para que nós tenhamos um avanço expressivo. Isso já foi discutido aqui na Comissão de Infraestrutura, na matriz energética brasileira para absorver os óleos vegetais.

É a palavra que eu queria dar inicialmente, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Nós agradecemos a sua manifestação e, sobretudo, a sua presença. Estando V. Exa. representando a Comissão de Infraestrutura, estará este órgão exemplarmente representado pela abalizado conhecimento que V. Exa. traz da área de infraestrutura para esta Comissão. Com a palavra o ilustre autor do requerimento, o Senador Gilberto Goellner.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Sr. Presidente Valter Pereira, Sr. Vice-Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Eliseu Resende, demais convidados.

Eu gostaria de traçar a motivação que nos levou a inserir um Projeto de Lei, já em 2005, quando eu substituí nessa Casa o Senador Jonas Pinheiro. Esse projeto teve uma paralisação natural devido à minha ausência do Senado, mas agora em 2008 nós o reencaminhamos e eu vejo que o País, o Brasil, hoje, é um modelo de renovação na área de combustível com o Programa do PROÁLCOOL, que se tornou referencial no mundo, que o Brasil possui todas as condições de produção de cana-de-açúcar, que é o grande componente, é o único componente hoje do etanol, o álcool, aqui no Brasil. E mais de 55% já, estamos em 55% do uso de álcool em substituição à gasolina. Da mesma forma a dependência que o País tem do combustível que é o óleo diesel, dos motores a diesel, é muito grande. O Brasil iniciou esse processo instituindo o Programa de Biodiesel que deu o passo inicial, é muito importante, nós estamos apenas agora com 3%, existe uma capacidade instalada no País muito grande de usinas de transesterificação que transformam o óleo vegetal em óleo biodiesel e que pode ser então misturado ao óleo diesel. Já vamos a partir agora para o B4 e em curto espaço de tempo podemos ter o B5. Porém, essa iniciativa não é suficiente. Eu vou entrar com o Projeto de Lei nessa Casa para já colocar o B10, o B20, como existe em outros países, para nós aos poucos tirarmos a dependência do uso do combustível fóssil, que é o petróleo. E o País hoje tem, nessa modalidade do óleo vegetal in



*natura*, uma segunda opção ao biodiesel. Ele já é amplamente utilizado na Europa, inclusive em automóveis movidos a diesel, automóveis, nos Estados Unidos também, e só não é mais amplamente utilizável possivelmente pelo alto custo de produção da principal cultura oleaginosa lá, que é a colza. E o País aqui têm várias opções, nós temos palma que fornece o dendê, nós temos o pinhão-manso, temos o girassol, soja, algodão, várias outras oleaginosas e temos áreas disponíveis sem desmatar, sem entrar em ocupação de novas áreas. Nós temos áreas disponíveis de pecuária que estão defasadas, que estão mal utilizadas, e nós poderemos hoje iniciar esse processo de contribuição com vários ganhos, ganhos econômicos, porque nós descentralizaríamos a produção nas zonas produtoras, acabaria com esse passeio do óleo diesel, que às vezes é levado até um local para depois misturar com o óleo vegetal, para tornar o B3, e depois retorna para algumas regiões. Então é um custo altíssimo, tudo por estrada, não tem nada por navegação, possivelmente, nem por ferrovia, muito pouco por ferrovia. Então isso daí está encarecendo o custo desse combustível e essa produção local vai ser um grande diferencial para o País para reduzir o custo. E os ganhos que eu vejo de qualidade do ar, ganho social, é intenso, é muito intenso devido às péssimas condições do óleo diesel produzido aqui no País, porque as normas aqui ainda hoje permitem alto teor de enxofre, algo que em outros países não existe. Esses índices, possivelmente os técnicos aqui darão maiores explicações, mas é uma vergonha o óleo diesel, ele está poluindo as cidades. Às vezes 10% da frota consegue ser responsável por 45% das emissões de efeito estufa nas grandes cidades e o Brasil pode ser um exemplo para tudo isso daí com a introdução e a ANP podendo normatizar esse novo combustível e se adaptar então os motores para o referido uso.

Então foi essa a motivação que nos levou a apresentar esse Projeto de Lei, e o Senador Flexa Ribeiro, que é o Relator do projeto, ele está vindo de viagem, eu gostaria que ele analisasse também todas as palestras aqui e eu até proporia numa segunda etapa, Presidente, nós convidarmos também a ANFAVEA, numa segunda Audiência Pública, juntamente com a sua solicitação que já foi na semana passada da avaliação do pinhão-manso como alternativa. Eu vejo que nós precisamos encontrar alternativas para fugir dessa dependência que o País tem desse óleo finito que é o petróleo. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. Vamos reservar agora para o período posterior à exposição os debates sobre as virtudes e defeitos que eventualmente possam trazer essa alternativa sugerida pelo Senador Gilberto Goellner.

Nós vamos passar a palavra agora ao primeiro expositor, que é o Diretor da SUNER Engenharia e Biocombustíveis, Sr. Paulo de Moraes.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Quantos minutos?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Dez minutos.

**SR. PAULO DE MORAIS:** Bom-dia Srs. Senadores, senhoras e senhores. É uma satisfação grande estar aqui e poder compartilhar com vocês uma série de dados que mostram todo o alcance do uso de óleo vegetal *in natura* como combustível. O próximo.

Matéria publicada na Folha de São Paulo, no dia 05 de março agora de 2009, apresenta que a "Poluição acelera morte de 20 pessoas por dia". Isso foi feito através de uma pesquisa realizada pela USP. Uma outra pesquisa, também feita pela USP e publicada pela Rede Globo no Jornal Nacional em 2007, mostra que a concentração de partículas finas no ar na cidade de São Paulo está em 30 microgramas por m<sup>3</sup>, quando o limite considerado seriam 10 m<sup>3</sup>. Nesse mesmo estudo também é indicado que 10% dos veículos que rodam nas grandes capitais são movidos a diesel e esses 10% são responsáveis por 45% das emissões de fumaça. O grande responsável por esse processo é o teor de enxofre contido no diesel. Nós aqui no Brasil utilizamos o diesel até com 1800 partes por milhão, enquanto que na Europa e nos Estados Unidos é de 15 e até em algumas outras situações com dez partes por milhão. A consequência é essa fumaça que nós conhecemos, que esse é o material particulado fino. Não resolve nós trazermos motores de última geração porque o problema está ligado ao combustível com alto teor de enxofre.

Os biocombustíveis que poderiam dar solução são esses: para os veículos leves nós temos derivado de petróleo, a gasolina, teríamos o álcool; para os veículos pesados o diesel e as alternativas são o óleo vegetal ou biodiesel; e mesmo para a aviação, para o querosene de aviação, nós podemos utilizar o óleo de pinhão-manso ou jatropa, que é substituto.

Para reduzir as emissões a solução é utilizarmos combustíveis isentos de enxofre e as alternativas podem ser óleo vegetal ou biodiesel. O óleo vegetal *in natura*, ele pode ser de soja, pinhão-manso, que é não comestível, girassol, palma e outros óleos.

Só uma pequena demonstração do que é o processo do biodiesel. O processo de transesterificação começa com o óleo vegetal adicionado com 15% de metanol ou etanol e ele se transforma em biodiesel e mais a glicerina. O custo desse processo de transformação do óleo vegetal em biodiesel é de 40 centavos por litro. Hoje nós temos uma limitação em função do biodiesel ser um produto extremamente forte como o solvente, então isso impõe uma limitação ainda nos motores de 5% no máximo de adição ao diesel. Hoje nós estamos trabalhando com o B3, que na realidade é 3% de biodiesel e 97% de diesel. Dessa forma, hoje é impossível utilizar 100% de biodiesel por questões técnicas nos motores, além de um preço bem mais alto que o do diesel, e a utilização de 100% de óleo vegetal é viável técnica e economicamente.

O óleo vegetal *in natura* já vem sendo utilizado há mais de dez anos na Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, através de um kit do mesmo formato como um kit de gás; você tem um motor a gasolina, não precisa fazer nenhuma alteração e, através de um kit, você permite utilizar um combustível ou outro.

Esse é um exemplo na Alemanha, a empresa vem utilizando há mais de dez anos em ônibus e tem ônibus já com mais de um milhão e 100 mil quilômetros, com motores das marcas Scania, Volvo, Mercedes. Aqui está a situação em que ele utiliza um tanque de óleo vegetal e outro tanque de diesel.

Também na Alemanha encontramos a situação que nos postos de combustíveis nós encontramos três bombas: uma com diesel, outra com biodiesel - B100 puro e óleo vegetal também.

Em 2007, essa empresa Doits(F) apresentou um trator já produzido de fábrica para 100% de óleo vegetal, utilizando esse sistema desse kit com o segundo tanque. Esse trator já sai com garantia de dois anos ou duas mil horas e, dentro desse processo, já há uma normatização do óleo vegetal como combustível na Europa.

Um outro exemplo é nos Estados Unidos. Aqui um Volkswagen Jetta, com motor 1.9 da Volkswagen, fazendo 21 quilômetros por litro com o óleo vegetal.

Uma outra situação, uma Pick-Up, uma Ford F-350, na cidade lá de Filadélfia, inclusive utilizando isso para coleta de óleo em mais de mil restaurantes na cidade. Esse óleo passa por um processo só de filtragem e abastece uma transportadora de caminhões pesados. Isso já ocorre há mais de dez anos.

Aqui em Goiás fizemos uma experiência instalando um kit desse num trator e fizemos a apresentação aqui para o Governador de Goiás. Esse trator, levamos ele para trabalhar numa usina de álcool em Pontalina, Goiás. Fizemos algumas medições de opacidade, que é a fumaça, e os resultados que encontramos foram esses: A primeira medição: 4,45; a segunda: 2,66. Aí quando viramos depois dessa medição para essa, com intervalo de quatro minutos entre uma e outra, tivemos esse resultado de 0,33.

Esse quadro só mostra quais foram os números, que está confirmando aqueles dados lá.

Aqui é na Alemanha, um Volkswagen, um Golf, com motor diesel 1.9. Se fizermos um comparativo desse Golf nas mesmas condições, se ele estivesse usando álcool estaríamos aqui com um consumo de nove quilômetros por litro; com gasolina, 12; se ele estivesse utilizando diesel, 20 quilômetros por litro e também com o óleo vegetal.

Aqui só fazendo um comparativo de preço dos combustíveis: biodiesel a 2,31, que é o preço do último leilão; temos aqui o diesel, o óleo de soja e o álcool.

Quando analisamos aqui agora o custo por quilômetro rodado com esses combustíveis, chegamos a essa conclusão: nós temos aqui o álcool e temos aqui com o óleo de soja nesse valor.

Há uma tendência hoje do uso de motores diesel na Europa: de cada três veículos vendidos, dois são com motor diesel. Esse uso também de motores diesel já veio para as competições de automóveis. Nesse último campeonato de turismo os quatro primeiros colocados foram com motores diesel. Também nas 24 Horas Alemãs, nos três últimos anos, inclusive esse ano, os vencedores foram veículos com motores diesel.

Goiânia teve um Plano Diretor aprovado agora em 2007. Nesse Plano Diretor já foi estabelecido que deverá haver utilização de combustíveis com menor emissão de poluentes e menor utilização de combustíveis não renováveis. Houve um novo contrato de concessão do uso do sistema de transporte coletivo e dentro desse contrato já foi estabelecido que deverá haver uma redução de 20% em peso ou em volume dos poluentes emitidos pelos ônibus e num prazo de cinco anos deverá ser atendida essa meta.

Goiânia tem uma frota de 1.600 ônibus com o consumo de 60 milhões de litros por ano. O Prefeito Íris Rezende, em 2007, já tomou algumas providências solicitando estudos e implementação de algumas medidas visando essa utilização de óleo vegetal. Foi solicitado, a ANP já fez uma autorização para a realização de testes, seriam com quatro ônibus com óleo vegetal e quatro ônibus com diesel durante um período de um ano para se fazer a avaliação de desgaste e durabilidade dos componentes. O IBAMA também foi consultado, já concedeu autorização para a realização dos testes.

A utilização de 100% de óleo vegetal *in natura* permite a obtenção de crédito de carbono. No caso específico de Goiânia, a substituição de 60 milhões de litros por ano, considerando o crédito de carbono a dez Euros a tonelada quando o mercado tem valores na ordem de 16 a 22 Euros, mas mesmo considerando só dez Euros teríamos uma receita de 35 milhões de Euros durante 21 anos. Essa iniciativa partiu do Prefeito Íris Rezende, juntamente com o Secretário de Turismo Euler Moraes, para a implantação desse processo em Goiás. O Senador Gilberto Goellner fez uma visita ao Prefeito de Goiânia visando um esforço conjunto para a implantação do sistema com óleo vegetal nos ônibus urbanos.

Na Copa do Mundo que nós teremos em 2014, 12 cidades irão sediar os jogos e seria uma oportunidade de demonstrarmos ao mundo que nós temos mais uma outra vertente, além do programa de álcool, do programa de biodiesel e, também, do uso de óleo vegetal *in natura* como combustível.

Cuiabá, que vai ser uma sede da Copa, o Senador Gilberto já esteve lá com o Prefeito Wilson Santos e já começaram a estabelecer parcerias no sentido de promover a introdução também dessa matriz na capital do Mato Grosso.

Esteve também em São Paulo com o Prefeito Gilberto Kassab, que também já iniciou o processo para a realização de testes na capital paulista.

Aqui fazendo a avaliação das produtividades das oleaginosas que nós temos em maior quantidade no Brasil. No caso a soja, conseguimos aqui 500 litros de óleo por hectare; com o girassol 800; o pinhão-manso tem um potencial de dois mil litros de óleo por hectare; e a palma, que é o nosso dendê, cinco mil litros.

Aqui o preço desses óleos vegetais e combustíveis. O pinhão-manso tem uma viabilidade na ordem de 1,70 por litro; a soja é 1,77; temos aqui o girassol a 3,80; e a palma com cinco reais por litro.

Eu estou fazendo menção aqui ao pinhão-manso porque é o que apresenta os valores mais baixos aí. O pinhão-manso, ele produz um óleo que não é comestível. É possível fazer o plantio dele consorciado com capim para a criação de gado, portanto, sem fazer qualquer deslocamento na pecuária; o gado não come o pinhão-manso. Já está em desenvolvimento o processo de colheita mecanizada. O óleo de pinhão-manso também já foi testado como combustível substituto do querosene de aviação.

Esse eixo onde está sendo construída a Ferrovia Norte-Sul, ligando Anápolis até São Luís do Maranhão, ele é bastante promissor para a produção de pinhão-manso até sem deslocar a produção pecuária nessa região.

E, por fim, fechando todo esse processo, para se tornar viável essa utilização, o Projeto de Lei do Senador Gilberto Goellner.

Muito obrigado.

[palmas].

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):**

Muito bem. Se fosse o Senador Demóstenes, ele iria chamar a atenção aqui por causa das manifestações. Como essa Comissão aqui é um pouco mais democrática... [risos]

Bom, vamos passar a palavra a seguir, eu agradeço aqui ao Dr. Paulo, fez uma bela exposição, tanto agradou que houve essas manifestações. Nós vamos passar a palavra ao segundo expositor, vamos um de lá e outro de cá, vamos com o Denílson, que é o Coordenador-Geral de Agroenergia da Secretaria de Produção de Agroenergia do Ministério da Agricultura e Pecuária.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Sr. Presidente, pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pela ordem, Senador Jayme.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Eu gostaria de ouvir do senhor se é possível só tirar uma duvidazinha aqui, fazer uma indagação ao Dr. Paulo, que é bem pragmática a minha pergunta aqui.

Dr. Paulo, o senhor disse o seguinte: que se usa 15 partículas, eu não sei se eu bem entendi, de enxofre lá nos Estados Unidos do óleo diesel e que aqui no Brasil me parece que é 1800. Eu queria saber de V. Sa. por que dessa diferença tão grande entre 15 nos Estados Unidos da América e 1800 aqui no Brasil?

**SR. PAULO DE MORAIS:** O nosso petróleo ele já, naturalmente, possui um teor de enxofre bem superior ao que é utilizado lá fora. Adicional a esse fato, há o problema também das refinarias. Esses são os dois pontos básicos.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Era possível se extrair naturalmente desse petróleo nosso aqui, desses 1.800, baixar para 200, para 500? É possível ou não é?

**SR. PAULO DE MORAIS:** É possível. Ele tem um custo adicional, mesmo em um pesado investimento nas refinarias, mas é possível.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Outra perguntinha rapidão. Um litro de óleo comestível você pode usar em automóvel, que eu já vi usar em Mato Grosso, estão usando muito naquela região, em Poconé, que o Senador Valter, V. Exa. conhece. Lá os carros de pessoas amazônidas, vão num bolicho daquele lá, num armazém, compram dez latas, 15 latas de óleo, abre, vai lá e despeja no tanque para andar. Me causou bastante curiosidade porque nesse caso, particularmente, é bem mais barato um litro de óleo comestível diante do litro de óleo combustível, certo? Qual que é a diferença? Por exemplo, um litro de óleo comestível anda a mesma distância ou quilometragem do o óleo combustível ou há uma diferenciação de quilometragem?

**SR. PAULO DE MORAIS:** No caso do óleo de soja, ele tem um poder calorífico na ordem de 9.200 Kcal, enquanto que o diesel tem 9.800 Kcal. Então essa quantidade menor de energia acaba gerando um consumo levemente acima, mas alguns testes já realizados com óleo de pinhão-manso, devido a outras características que ele tem melhor do que o diesel, os dois acabam tendo praticamente o mesmo consumo.

**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Só com a diferença que o óleo comestível é mais barato do que o óleo combustível; eu imagino que seja.

**SR. PAULO DE MORAIS:** Perfeito.



**SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT):** Muito obrigado.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Sr. Presidente, eu acho que seria necessário também acentuar que há necessidade de um kit, porque alguém que ouviu a exposição pode amanhã cedo meter o óleo de soja no tanque do carro dele e dar um pepino no motor se ele não tiver um kit; eu acredito que tem que ter uma adaptação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Mas, Senador Gerson Camata, lá no Mato Grosso, eu vi uma região lá, o cara vai, compra no bolicho, fura, joga no tanque do motor e sai rodando, queimando gasolina. Agora é prejudicial ao motor? Eu imagino que seja, mas que anda, anda. Eu vi cara comprando dez latas, abre na porta do bolicho lá, já fura, coloca no tanque e sai rodando. É incrível.

**SR. PAULO DE MORAIS:** Senador Camata, não deve ser utilizado o óleo vegetal misturado no mesmo tanque de diesel porque, se assim o fizer, vai haver uma série de problemas técnicos: vai haver contaminação do óleo lubrificante do motor, vai haver carbonização. Com a doação de um kit, um segundo tanque, é dada partida com o óleo diesel e após alguns minutos, após a câmara de combustão já estar em alta temperatura, já é possível introduzir o óleo vegetal sem gerar nenhum problema. Mas, então, é essencial a utilização desse kit.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem, prestado--

**SR. PAULO DE MORAIS:** Algumas experiências foram feitas, inclusive mesmo no Mato Grosso, no Estado de Goiás, muitos produtores chegaram a misturar, mistura na ordem de 30% a 50% de óleo vegetal misturado ao diesel e tiveram motores danificados, mas com esse kit não há nenhum problema.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Bom, agora com a palavra o Sr. Denílson Ferreira, do MAPA, do Ministério da Agricultura e Pecuária.

**SR. DENÍLSON FERREIRA:** Exmo. Senador Valter Pereira, Senadores presentes, demais presentes, bom-dia. É uma honra para nós, da Secretaria de Produção e Agroenergia, poder dar essa contribuição com o projeto do Senador Gilberto Goellner, o qual nós parabenizamos pela iniciativa que visa a diversificação da matriz energética e utilização de todas as potencialidades energéticas existentes em nosso País. Eu vou ser bastante breve, muito provavelmente eu vou cumprir os dez minutos.

Bom, o contexto contemporâneo da agroenergia se baseia em cinco pontos. O primeiro diz respeito ao modelo de desenvolvimento econômico que necessariamente se consolidou a partir da Revolução Industrial, onde o petróleo, a partir daí se consolida como fonte abundante e barata de



energia para mover todo o processo de desenvolvimento econômico, que também é fundamentado fortemente no consumo que leva, necessariamente, à necessidade de recursos naturais, tanto para a matéria-prima, produção de alimentos, mas, fundamentalmente, para a produção de energia para movimentar esse modelo de desenvolvimento econômico. Associado a isso todo o processo de evolução do conhecimento humano possibilita, entre outros fatores, uma explosão demográfica que faz com que em menos de dois séculos a população passe de pouco menos de um bilhão de habitantes para os quase sete bilhões atuais, quer dizer, isso é um ponto determinante no sentido de tencionar esses recursos naturais. E nesse contexto, associado à perspectiva de desenvolvimento econômico de diferentes regiões do planeta, tem que se levar em consideração também o aumento de consumo necessariamente que esse desenvolvimento econômico acarreta. Nós temos entre América Latina, África e Ásia aproximadamente 70% da população mundial consumindo cerca de sete, oito vezes menos per capita do que se consome um americano do ponto de vista do consumo energético *per capita*, ou quatro vezes, três vezes menos do que consome um europeu. Então na medida em que há um desenvolvimento econômico, há um tensionamento necessariamente do ponto de vista de demanda energética. Daí a necessidade de cada vez mais buscarmos alternativas. Associado a isso há um movimento constante e crescente de aumento da consciência coletiva em relação aos aspectos ambientais. Esse fenômeno, ele é visível. Há poucas décadas era, digamos assim, um elemento positivo na visão da sociedade ou uma visão de progresso você chegar e desmatar, enfim, colocar indústrias, fábricas. Essa visão da sociedade passa a ser alterada significativamente com o avanço também do conhecimento humano, com o avanço da ciência no sentido de amenizar os impactos ambientais da ação antropogênica, especialmente aquela derivada do desenvolvimento econômico. É exatamente nesse ponto que, digamos, se fundamenta todo o modelo de diversificação da matriz energética europeia, a preocupação com as questões ambientais, com as questões relacionadas a aquecimento global, com as questões relacionadas à qualidade do ar, já muito bem mencionada pelo engenheiro Paulo, nas grandes metrópoles. E aí nós temos um outro elemento fundamental, que é a possibilidade da escassez de petróleo - e há muita controversas a esse respeito -, mas pelo menos a possibilidade de escassez do petróleo enquanto fonte barata e abundante como nós pudemos ver nos últimos três anos, uma escalada do preço dos petróleos e das *commodities*, por consequência. E, também, a questão da insegurança no abastecimento, dado que as grandes reservas e as grandes regiões produtoras de petróleo no mundo têm, digamos assim, problemas geopolíticos evidentes. Aqui se baseia o Programa de Biocombustíveis Americanos, exatamente para consolidar um contexto de segurança energética.

Associado a todos esses elementos nós colocamos as condições favoráveis que o nosso País possui em relação a toda essa discussão, tanto pela experiência já acumulada ao longo de anos, com processo de produção de etanol e, também, de biomassa de um modo geral, porque afinal de contas aproximadamente 13% da matriz energética brasileira é proveniente de linha e carvão vegetal, nós temos a matriz energética certamente mais limpa do planeta. Temos, também, um domínio científico-tecnológico de agricultura tropical como nenhum outro País possui, além da disponibilidade de terra que, comparadamente, nenhum outro País possui. Então nós vemos aí uma grande oportunidade e é nesse sentido, aproveitando exatamente as orientações estratégicas do Governo, a orientação estratégica do próprio Ministério da Agricultura e Pecuária, que se consolida a Secretaria de Produção e Agroenergia, exatamente para tentar buscar essas potencialidades, concretizar essas potencialidades agroenergéticas dentro de um contexto de sustentabilidade. Pode passar, por favor.

Aí cabe, também, destacar que há cerca de três anos foi criada a EMBRAPA Agroenergia, exatamente para dar suporte a essa política do Ministério da Agricultura e do Governo, por consequência, de desenvolver o setor agroenergético brasileiro. Por consequência disso, nós desenvolvemos um Plano Nacional de Agroenergia, que é fundamentado nessas diretrizes, que eu vou discutir uma a uma, exatamente a partir de uma elaboração conjunta com a EMBRAPA Agroenergia, que leva em consideração essa necessidade de desenvolvimento da agroenergia exatamente para aproveitar essas potencialidades e essas oportunidades existentes para o agronegócio brasileiro, para a agricultura de um modo geral no Brasil, levando em consideração a necessidade da produção de alimentos e o impacto que isso tem para a sociedade de um modo geral e, no mundo como um todo, como é simbólica essa discussão. Há necessidade do desenvolvimento tecnológico para que essa produção agroenergética seja uma produção necessariamente eficiente, que se leve em consideração a autonomia energética comunitária numa lógica de geração descentralizada e, necessariamente, com a geração de emprego e renda associada a essa produção agro energética. Aqui um elemento fundamental dessas diretrizes, que não é compatível com o desenvolvimento da agroenergia no Brasil com degradação ambiental, com o desmatamento. Necessariamente esse desenvolvimento deve levar em consideração as áreas existentes, as áreas antropizadas, buscando a otimização das vocações regionais. [soa a campainha] O engenheiro Paulo já comentou da possibilidade do pinhão-mansão, mas nós trabalhamos com uma gama de oleaginosas e buscamos foco naquelas que são mais eficientes do ponto de vista da produtividade, num programa de desenvolvimento de agroenergia coordenado pela Secretaria de Produção e Agroenergia, trabalhamos em conjunto com a EMBRAPA Agroenergia focado em cinco matérias-primas produtoras de oleaginosas que tenham potencial de produção acima de duas mil toneladas de óleo por hectare. Aí

eu cito: o pinhão-mansão, que é uma aposta para o médio e longo prazo. Cito aí também algumas palmáceas. O dendê, ainda temos a dificuldade em relação aos preços praticados nos mercados. Temos aí a macaúba, inajá, tucunã(F), enfim, algumas palmáceas aí que também são apostas para o médio e longo prazo. Também dentro dessa diretriz, exatamente buscar e consolidar uma liderança internacional nessas discussões a respeito dos biocombustíveis, que o Ministério da Agricultura tem buscado constantemente estar presente em todos os fóruns internacionais que envolve essa discussão dos biocombustíveis. Aí dá para citar o GEBEPE(F), que discute a sustentabilidade desses biocombustíveis, as discussões relacionadas à certificação de biocombustíveis, e demais fóruns internacionais que tratam do tema. Todo esse desenvolvimento do setor agroenergético tem que estar aderido à Política Ambiental Nacional. Pode passar, por favor.

Ainda cabe destaque para o nosso Plano Nacional de Agroenergia, que trabalha com quatro vetores fundamentais de desenvolvimento agroenergético, que são: a produção energética derivada da cana-de-açúcar, hoje necessariamente consolidada no etanol e na bioeletricidade, mas com uma perspectiva forte de produção de diesel a partir do etanol, a partir da cana, numa perspectiva diria até de curto prazo em relação aos resultados que vêm sendo apresentados por algumas empresas; outro vetor é o vetor da biomassa, da dendroenergia e, especificamente, com a política específica de desenvolvimento para as florestas energéticas e para o manejo sustentável de florestas públicas; um terceiro vetor é o aproveitamento de resíduos e dejetos da agricultura, como é o caso do biogás proveniente de frigoríficos e produção de aves, entre outras possibilidades; e, por fim, as fontes lipídicas e que cabe exatamente essa discussão proposta pelo Senador Gilberto Goellner, tanto para a produção de biodiesel e o aproveitamento energético de um modo geral dessas fontes lipídicas.

As nossas considerações - que eu daria contribuições - da nossa Secretaria para a discussão do projeto. Nós entendemos que trata-se de um projeto que necessariamente vai aumentar a renda do produtor, que é algo que é fundamental no contexto daquelas diretrizes, até eu fiz questão de citar as diretrizes exatamente para mostrar que o projeto se encaixa em muitos aspectos daquelas diretrizes exatamente em função da diminuição dos custos, porque parte significativa do processo, dos custos produtivos, é derivado de combustíveis, portanto, agregando valor ao agronegócio, criando um mercado que hoje inexistente; os ganhos ambientais já foram muito bem esclarecidos aqui pelo engenheiro Paulo, não cabe discutir; a diminuição da dependência externa aqui no caso específico do diesel, mas é importante salientar também que com os investimentos da PETROBRAS, muito em breve por anúncios até da PETROBRAS se diminuirá significativamente essas importações e, no caso, talvez de zerar essas importações. É importante destacar esse elemento porque numa discussão entre o *trade-off* exportar óleo, que é em muitos

momentos da história o óleo esteve mais caro que o diesel, há que se levar isso em consideração, se não é o caso de exportar o óleo ao invés de produzir diesel, dado que o diesel, em muitos momentos, é mais barato que o óleo nesse contexto.

Há algumas preocupações em relação ao projeto, especialmente no que diz respeito aos mecanismos de controle, e aí é fundamental a participação do órgão regulador que cuida exatamente da cadeia como um todo, a preocupação em relação à qualidade e, digamos assim, misturas inadequadas. A preocupação aqui com a inclusão da indústria automobilística no contexto dessa discussão, que o Senador Gilberto Goellner já fez referência à ANFAVEA, porque no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, todo o processo de acréscimo, de utilização de biodiesel é acompanhado de testes realizados através de política do MCT em conjunto com a ANFAVEA certificando tecnologicamente essa possibilidade, em que pese o fato que essa tecnologia já está consolidada em muitos mercados.

Outro aspecto importante e que pode ser um obstáculo certamente duro [soa a campainha] é a questão dos órgãos fazendários, como é que você estabelece a estrutura tributária nesse contexto. Esse é um elemento, digamos assim, que impede muitas vezes essa discussão da venda direta no caso do etanol, que é uma indústria já consolidada, uma indústria madura no Brasil.

E uma preocupação, talvez essa seja a mais relevante, em relação aos preços e necessariamente à questão do abastecimento. Se nós olharmos para os volumes de diesel consumidos no Brasil e fizermos uma conta rápida da necessidade de óleo para abastecer esse mercado, é claro que nós não trabalhamos aqui com as perspectivas de substituição total, mas qualquer quantidade, dado esse volume tão grande, é uma quantidade significativa e aí é necessário olhar não só para a capacidade de produção existente, porque o aumento de produção exige investimentos que levam um certo tempo para ter uma maturidade e, também, o fomento necessário à produção de oleaginosas e outras fontes alternativas. Isso certamente é fundamental. Então imaginamos que uma política desse porte deva considerar necessariamente uma lógica de aumento de produção de oleaginosas no Brasil. Pode passar, por favor.

É isso, eu agradeço a atenção de todos, essa é a nossa contribuição para a discussão e estamos à disposição para dúvidas, enfim. Agradeço.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):**

Esta presidência agradece o Sr. Denílson pela exposição, que acho que foi muito oportuna. Passamos a palavra ao terceiro expositor, que é o Dr. Márcio Turra, que terá dez minutos, prorrogável pelo prazo que for indispensável para concluir a sua exposição.

**SR. MÁRCIO TURRA DE ÁVILA:** Bom-dia a todos os presentes, Senadores, senhoras e senhores. A nossa exposição vai ser

eminentemente técnica dada a nossa função na EMBRAPA como pesquisador de agroenergia e formação em engenharia mecânica, especialização em motores de combustão interna. O próximo, por favor.

Fizemos um relato bem rápido a respeito de bibliografia, desde mais antigas até mais atuais. Isso é um pequeno resumo que dão conta de várias questões relacionadas ao uso de óleos vegetais em motores de ciclo diesel. O primeiro grande ponto é a alta viscosidade, que se configura como um problema que precisa ser contornado. Mas junto a isso existem outros aspectos relacionados: facilidade de oxidação do combustível; formação de resíduos na câmara de combustão; a necessidade de pré-aquecimentos; alto índice de odor dos gases emitidos pelo escapamento; a ausência de volatilidade por ser um óleo e de alta viscosidade; redução da potência do motor quando comparado ao diesel convencional; aumento, portanto, de consumo, porque existe uma diferença de poder calorífico; dificuldade de partida a frio em função também da viscosidade; e uma característica que é amplamente variante em função das várias oleaginosas que existem no País, no caso. O próximo.

Esse trabalho é um trabalho recente que nós coletamos há poucos dias e que dá conta de algo que nós não conhecíamos, que é, na verdade, o efeito de mutação genética em seres vivos. Foi utilizada uma bactéria, a Salmonella, ela foi colocada num ambiente no qual foi inserido gás proveniente da queima de vários tipos de combustíveis e comparativamente os óleos vegetais produziram compostos que aumentaram o teor de mutação desses seres vivos. É muito importante essa referência para que a gente não perca de vista esses aspectos quando se pensa em utilização de um combustível, principalmente em grandes centros aonde existem milhões de vidas envolvidas. O próximo.

Agora nós vamos relacionar experimentos específicos, testes práticos com o óleo vegetal em motores de ciclo diesel.

O primeiro caso é o emprego de óleo de girassol bruto como combustível no motor MWM de injeção direta. É muito importante frisar, injeção direta, porque existem diferenças de comportamento entre o motor de injeção direta e o motor de injeção indireta. Esse trabalho foi feito pelo Dr. Maziero, do Instituto Agronômico de Campinas na Seção Jundiaí. Os resultados estão aí de uma maneira resumida: perda de potência em relação ao uso do diesel - 7% menor; acúmulo de carvão nos bicos injetores, pistões e cabeçotes; deterioração do óleo lubrificante; danos ao motor com pouquíssimo tempo de uso - 63 horas. Isso num veículo mais ou menos de rua seria um torno de seis mil quilômetros.

Aí passamos a mostrar o resultado do Dr. Maziero utilizando o óleo bruto de girassol: o topo do pistão totalmente carbonizado; o bico injetor igualmente carbonizado; essa é uma fotografia da parte inferior do motor, a tampa do cárter foi retirada e ali a gente vê capa de biela, o eixo, o óleo lubrificante virou uma goma. A tampa do--



**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Isso foi com a soja?

**SR. MÁRCIO TURRA DE ÁVILA:** Isso foi com óleo bruto de girassol. A tampa do cárter também mostrando o óleo lubrificante totalmente empastado; o bloco do motor igualmente empastado; e os componentes móveis, o eixo do virabrequim, o eixo comando também cheios de goma por contaminação do óleo lubrificante com o óleo vegetal utilizado; essa é a capa de biela. Ela engrossou, ela ficou absolutamente incrustada de compostos provenientes da queima incompleta do óleo vegetal.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Estoura o motor?

**SR. MÁRCIO TURRA DE ÁVILA:** Na verdade com o tempo, nesse tipo de injeção, que é a injeção direta, o Dr. Maziero chegou à conclusão que o resultado é muito ruim.

Esse é o pescador do óleo lubrificante. Existe um filtro aí, o filtro está todo colapsado, todo fechado, e a goma entupiu o pescador, como a gente pode ver.

Essa tabela mostra as propriedades resumidas de três combustíveis: do óleo de girassol, do biodiesel de girassol e do diesel convencional. A gente vê em amarelo que o grande problema é a viscosidade. A viscosidade chega a ser quase dez ou até dez vezes maior que a do diesel convencional e isso causa um problema muito sério no processo de combustão intracâmara.

Vamos apresentar agora o segundo caso. Esse estudo foi feito pelo Professor Schosler(F) da Federal de Santa Maria, é um motor de injeção indireta, que é um outro resultado. O motor de injeção indireta apresenta um resultado um pouco mais favorável e o Professor Schosler(F) usou misturas pré-questionadas. Uma observação: no caso anterior, do estudo anterior, o óleo bruto de girassol foi usado a frio, sem aquecimento. E no caso daqui do Professor Schosler(F) foi feito um pré-aquecimento do óleo de soja cru - que ele chamou. Os detalhes do experimento: ele fez vários testes de misturas, 10% e 90%, 30% e 70%, 50% e 50%, 70% e 30%, são misturas volumétricas com o diesel puro e com o óleo de soja puro, sendo que aqueceu em dois níveis de temperatura: 57 e 68 graus. O detalhe é que ele não fez teste de durabilidade como o Dr. Maziero fez no IAC. Os resultados que ele obteve foram significativamente melhores. Por exemplo, o consumo específico médio com o óleo de soja cru aquecido e nessas misturas, 70% de óleo de soja e 30% de diesel, depois 10% de óleo de soja e 90% de diesel, também óleo de soja puro, foi menor ou igual ao consumo do diesel convencional. A potência esteve ligeiramente superior, até 8,7 superior, e isso, voltando a dizer, no motor de injeção indireta e com o óleo aquecido.

Um terceiro caso de experimento: emprego de óleo bruto de girassol como combustível feito pela CATI da Secretaria de Agricultura de São Paulo. Eles prensaram as sementes a frio e fizeram a filtragem por

gravidade. Num primeiro teste da CATI foi usado um trator Massey Ferguson 235 com motor de injeção indireta, que é o motor mais favorável para a utilização de óleos vegetais viscosos. Eles rodaram 690 horas, com 100% de óleo bruto de girassol, com o consumo de 2,8 litros por hora, pistões e cilindros não apresentaram disposição de carvão ou resíduos, gomas, e o lubrificante, após 100 horas de uso, não apresentou perdas de qualidade, segundo análises do engenheiro Sylmar Denucci, que é quem coordena esses trabalhos na CATI.

Num segundo teste foi usado um trator Valmet de injeção direta, que é um motor mais problemático para o uso de óleo vegetal. Eles utilizaram uma mistura de 50% de óleo bruto de girassol e 50% de óleo diesel de petróleo. Nesse tipo de motor de injeção direta nós tivemos: disposições com resíduos nas camisas, formação de gomas nos canais de lubrificação e o indicativo de combustão incompleta, apesar do uso de misturas de óleo diesel de petróleo com óleo bruto de girassol.

Aqui nós temos fotografias comparando os pistões quando rodam com o óleo vegetal, no caso óleo de soja em injeção indireta e os mesmos pistões num motor de injeção direta também movido a óleo de soja. A formação de carbono ou de carvão é muito maior no motor de injeção direta. Isso é fácil de explicar porque o tempo que o combustível tem dentro do motor é muito menor no motor de injeção direta. A queima no motor de injeção indireta é mais completa e, portanto, a formação de carvão é menor [soa a campainha].

Num terceiro teste, nós temos aqui a apresentação de misturas também feitas na CATI de 30% de óleo vegetal, 65% de diesel de petróleo e 5% de gasolina. É um texto muito interessante porque o Engenheiro Denucci faz uma diluição com gasolina dessas misturas buscando ter uma melhor viscosidade, mais baixa, no caso, e uma melhor queima. E todos os motores ensaiados, inclusive com muitas horas, tanto os de injeção direta como de indireta, não apresentaram nenhum problema e apresentaram um consumo bastante razoável.

Como conclusão a gente gostaria de salientar: em função dessa maior viscosidade dos óleos vegetais, eles apresentam um problema muito sério de combustão dentro do motor, dados os tempos extremamente curtos que o motor apresenta para essa combustão. Uma das possibilidades para essa combustão de óleos vegetais seria o aquecimento das misturas. A outra possibilidade seria a formação de misturas com compostos menos viscosos, portanto, diluidores dessas misturas para promover uma melhor combustão. O próximo.

A minha apresentação é essa. Eu agradeço a atenção e, também, gostaria de salientar que junto comigo está o colega César de Castro, que é agrônomo e que pode estar respondendo questões a respeito das várias oleaginosas que são usadas aí como combustível. Muito obrigado.



**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Nós agradecemos ao Dr. Márcio Turra. Precisava alguém para botar um pouco de gosto ruim no tempero do óleo vegetal para combustível. Ele acabou colocando um pouquinho desse gosto [risos], dando o tom para essa reunião. Pena que o Senador Gilberto não estava aqui para assistir a essa exposição, que foi o contraponto que foi feito nesta reunião até agora.

Nós vamos passar para o próximo palestrante, que é o Sr. Osvaldo Luiz Ceotto, que é Analista Ambiental da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental.

**SR. OSVALDO LUIZ CEOTTO:** Bom-dia a todos.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Permite, Sr. Presidente?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pela ordem.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Eu queria primeiro dizer que a família Ceotto é uma família tradicional do Espírito Santo, bem-vindo aqui, e dizer que eu tive uma luta no ano passado inteiro para liberar, não tornar obrigatório o uso do paletó. A minha proposição foi derrubada por unanimidade porque disseram onde que estaria a solenidade da Casa sem o paletó. Ele está aqui solene, cheio de dignidade, sem paletó, de modo que eu quero dizer que é uma prova de que a pessoa pode vir aqui e... Eu vi na TV Record, no sábado, na Record News, o Ban Ki-moon, Secretário-Geral na ONU, no Conselho de Segurança da ONU falando sobre as eleições no Irã de manga de camisa igual ele está ali, cheio de dignidade também.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eis aí mais um contraponto na nossa reunião.

**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):** Eu queria mais uma vez acentuar aí. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então com a palavra o Ceotto.

**SR. OSVALDO LUIZ CEOTTO:** Bom-dia a todos. Eu fico muito feliz por dois motivos: primeiro, por estar participando dessa iniciativa tão importante. Eu acho que questões como essa de minimizar os problemas ambientais são muito importantes. E, por outro lado, e vejo o Exmo. Sr. Senador Gerson Camata, que trabalhou com o meu pai durante muitos anos, inclusive ele está vivo ainda. Eu fico muito feliz.

Eu fui pego de surpresa, não tenho apresentação, mas eu acho que as questões ambientais também devem ser incluídas nesse contexto. Eu vejo que a questão não pode passar sem ser analisado os aspectos de desmatamento, as questões também do zoneamento ecológico e econômico, que são muito importantes.

Eu vejo alguns problemas nesse Projeto de Lei que são mais relacionados à parte de regulação. Eu vejo que os aspectos de regulação devem ser bem vistos.

Por outro lado, eu vejo também que a parte de comercialização precisa ser bem analisada, porque, como diz o Parecer, a questão deve ser bem vista, principalmente pelo Ministério da Agricultura.

Agora em termos ambientais, eu acho que minimizar efeito estufa é muito importante, diminuir a questão das emissões de GEE.

Eu, realmente, posso contribuir dessa maneira porque eu fui pego de surpresa e não fiz nenhuma apresentação. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. O Dr. Ceotto acabou propiciando aí mais tempo para os próximos. Nós agradecemos aqui a atenção que ele teve de vir aqui mesmo sem ter feito a pesquisa para fazer a sua apresentação.

O próximo é o Dr. Waldyr Gallo, Assessor da Diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

**SR. WALDYR GALLO:** Bom-dia, Srs. Senadores. Em primeiro lugar eu preciso, em nome do Diretor-Geral da ANP, o Haroldo Lima, desculpar a ausência dele nessa reunião, pois foi impossível por motivos de sua agenda. Eu espero poder, em nome da ANP, dar as respostas ou, pelo menos, as indicações que os senhores estão buscando.

Me apresentando rapidamente, eu sou assessor direto do diretor Haroldo e tenho também, aí eu tenho que chamar esse aspecto, sou professor de engenharia mecânica na UNICAMP, trabalhando na área de motores. Então eu estou me sentindo, assim, muito a vontade de falar a respeito do tema do uso de óleos vegetais em motores diesel.

Aqui um sumáriozinho do que nós vamos falar. Vamos avançar, por favor.

Aqui uma definição do que são biocombustíveis. A minha vez de professor insiste em apresentar definições. Na verdade os biocombustíveis, a gente está falando em biomassa, onde essa energia solar que foi guardada nessa biomassa que cresceu através da fotossíntese, ela vai ser liberada especificamente através de um processo chamado combustão. Então biocombustíveis significa que essa energia vai ser liberada pela combustão e a combustão é uma forma complicada de obter energia do ponto de vista ambiental, qualquer que seja a matéria-prima usada como combustível. Então não é pelo fato de eu estar usando um biocombustível que a combustão será limpa; essa é uma primeira questão que nós precisamos deixar muito clara. Por favor.

Aqui um pouco de dados de vários países. Na verdade os grandes biocombustíveis líquidos para uso em veículos hoje em dia são o etanol e o biodiesel. Na América do Norte e na América Latina fundamentalmente

etanol e na Europa principalmente o biodiesel. Na Ásia é, mais ou menos, meio a meio os volumes de biodiesel e... Pode passar.

Aqui essa tabela mostra um pouco a produção mundial de óleos vegetais. O óleo de soja perdeu o posto de ser o óleo com maior volume de produção no mundo, a palma hoje em dia é produzida em maior quantidade, e os preços internacionais da palma costumam até ser mais baixos que o da soja. Aqui no Brasil, acho que por conta do dendê ser tão interessante para fins culinários, os preços não se refletem dessa maneira no Brasil, mas internacionalmente o óleo de palma é, em geral, mais barato que o óleo de soja. São três óleos em nível mundial que têm produção em volumes grandes: palma, soja e colza, na Europa, principalmente por causa da utilização como biodiesel. Por favor.

Esse quadro vai ser difícil da gente chegar, mas eu não preciso me deter muito nele não. Na verdade o Dr. Márcio Turra, da EMBRAPA, já mencionou o principal aspecto que eu queria levantar, que é o aspecto da viscosidade dos óleos vegetais. Os óleos vegetais não podem ser usados diretamente em motores diesel sem que a gente tome algumas providências por conta de sua viscosidade; é incompatível com a viscosidade do óleo diesel que foi usada para desenvolvimento dos motores. Pode passar.

Aí eu estava apontando várias características. Pode passar.

Óleos vegetais, basicamente, são compostos por triglicérides. Triglicérides são moléculas quimicamente muito específicas. A gente vê que dos óleos vegetais em torno de 95% são triglicérides e a gente tem também monoglicérides. Pode passar.

Essa é uma molécula típica de um triglicéride de um óleo ou de uma gordura. É uma cadeia carbônica muito grande e aqui na beirada a gente têm as ligações com a chamada ponte de glicerina e a presença de oxigênios. Então essa é uma molécula típica de um óleo vegetal, é claro, cada óleo tem uma mistura de diferentes moléculas, mas com esta cara. Essa daqui é a chamada ligação dupla ou insaturação do óleo. Então essa é uma molécula, em particular, monoinsaturada; a gente vê isso muito em embalagem de alimentos, óleo mono ou poli-insaturada. Isso tem efeitos sobre a saúde humana e isso tem efeito sobre a combustão. A molécula típica do diesel está aqui abaixo. Notem que se eu passasse uma tesoura aqui, olha, eu teria três moléculas muito parecidas com a do diesel e na verdade essa que é a ideia básica que está por trás do biodiesel. Pode passar.

Essa tabela aqui também a gente poderia olhar em detalhe, mas eu vou passar bastante rápido. Fundamentalmente por conta da questão da viscosidade, os óleos vegetais, quando usados diretamente em motores diesel, tendem a formar depósitos, já foram mostradas algumas fotografias, em particular eu tenho algumas fotografias que são exatamente as mesmas do Márcio sobre deterioração do motor. Agora é

possível tecnicamente, a gente tem aqui os problemas, as causas prováveis desses problemas e as soluções potenciais para dar conta. Então se a gente olha as soluções, a gente vê que o tempo todo está se falando em aquecimento do óleo, aquecimento do óleo. Então ao aquecer o óleo, a viscosidade dele diminui e as condições dele trabalhar no motor melhoram substancialmente. Além disso, também se trabalha com mudanças de filtros. Os filtros para que esse óleo possa ser usado como combustível são filtros mais finos; a gente precisa tomar cuidado com a filtragem do óleo. Pode passar.

Essa é uma foto de um pistão: depósito carbônico num pistão causado pelo uso de óleo vegetal sem aquecimento, enfim, sem a presença de uma forma especial de usar esse óleo. Essas figuras aqui, eu não sei por que é que sumiram, mas, enfim, coisas da informática. Elas sumiram, porém, elas são exatamente as mesmas figuras que já foram apresentadas pelo Márcio, aquelas figuras de formação de depósito no bico injetor do motor e etc. Então a perda não foi tão grande. Pode passar, por favor.

Na verdade os óleos vegetais, para serem usados em motores diesel, eles precisam sofrer modificações no motor: redução da viscosidade é o fundamental. Isso pode ser obtido através do aquecimento do óleo vegetal antes da injeção; mudança e cuidado com filtros de combustível; para otimizar esse motor e aí, para não ter perda de desempenho, é necessário eventualmente trabalhar com a mudança na pressão de injeção ou com o ponto de injeção, e aqui são mudanças mais sérias no motor; trabalhar sempre fazendo a partida do motor a frio com diesel, esperar o motor esquentar para só então passar a consumir o óleo vegetal; da mesma maneira ao desligar o motor, tem que mudar para diesel até que todos os filtros e linhas de combustíveis estejam já sem o óleo vegetal; trabalhar com um tanque adicional para o óleo vegetal, ou seja, não fazer a mistura, não fazer a mistura com óleo diesel; mas trabalhar em tanque separado. Essa adaptação tem que ser feita de forma profissional para que não haja prejuízo ao motor. Uma coisa que é extremamente importante: as propriedades do óleo vegetal não podem mudar muito a cada lote, porque se houver mudanças grandes nas propriedades do óleo vegetal todo o trabalho anterior que foi feito de ajeitar, qual é a melhor temperatura, qual é o melhor ponto de injeção e etc., esse trabalho se perde por conta da variação das propriedades do óleo vegetal. Fazer a distribuição de óleo vegetal também é complexo, na medida em que eventualmente, particularmente em lugares de clima mais frio, a gente pode ter até que a necessidade de aquecer os tanques. Por fim, misturas de óleo vegetal com diesel devem ser evitadas, porque o óleo vegetal a frio com o diesel vai tender a formar carbonização.

O Márcio até comentou sobre a questão dos motores de pré-câmara. Os motores de pré-câmara são mais adaptados a consumir óleo vegetal. O problema é que hoje em dia a indústria automobilística praticamente não

fabrica mais motores de injeção indireta. Era uma tecnologia muito usada do ponto de vista agrícola, mas isso tudo está mudando para a injeção direta, ou seja, a mensagem que eu queria dar aqui é a seguinte: a gente ou mantém o óleo vegetal sem modificações, mas aí é necessário modificar o motor diesel através de um kit, uma série de ações, ou, então, modificar o óleo vegetal, que é a filosofia que se usa quando trabalha com o biodiesel, eu modifico o óleo vegetal para que o motor diesel possa ser usado sem alterações. Pode passar.

Aqui a gente tem um pouco o marco regulatório do programa de biodiesel. Eu não vou entrar, não vou discutir cada uma dessas Leis, Decretos, mas só para a gente ver que para a gente poder introduzir comercialmente um combustível na matriz energética é necessária uma série de providências do ponto de vista legal, não só a criação da Lei para introduzir esse produto, mas é necessário que a gente tenha regras de comercialização, trabalho sobre qual é o modelo tributário, quais são as alíquotas de impostos federais, enfim, tem toda uma preparação que precisa ser feita até que se possa entrar no uso comercial desse combustível. O próximo.

Aqui a situação do biodiesel no mundo. Só como uma explicação, quer dizer, o biodiesel, pelo fato de não precisar mexer com o motor, a solução do biodiesel é a mais aceita pelos fabricantes do que usar o óleo vegetal *in natura*, porque implica em pouca mudança. Então a gente tem aqui um panorama da utilização [soa a campainha] do biodiesel no mundo. Por favor.

O esquema de comercialização. Essa é uma atividade que é regulada pela ANP, isso serve tanto para os derivados de petróleo, para a gasolina, para o diesel, como, também, para o biodiesel e para as destilarias. Então eventualmente no caso de óleo vegetal passar a ser comercializado, a gente teria que botar aqui um terceiro ator, que seria o fabricante do óleo, e a partir daí uma série de regras de comercialização precisam ser estabelecidas. Pode passar.

Eu mostro aqui como exemplo o biodiesel, a gente verificar que a parte agrícola e a parte de extração do óleo, o esmagamento do grão, essa parte não é regulada pela ANP; a ANP regula a partir da fábrica que vai produzir o biodiesel. Então daqui para frente existe toda a regulação da comercialização cheia de regras e que basicamente essas regras de comercialização se destinam fundamentalmente a proteger o consumidor quando à qualidade, proteger os vários comerciantes e agentes econômicos envolvidos contra a concorrência desleal e evitar fraudes de natureza fiscal, por isso que existe uma série de regras aqui de comercialização. Eu não vou me deter em detalhes. Por favor.

Para concluir eu queria deixar as seguintes observações: o uso de óleos vegetais em motores diesel é tecnicamente possível, desde que o motor sofra as adaptações necessárias. Então a primeira mensagem não é para sair botando óleo vegetal em motor diesel sem nenhuma outra



providência, que existe um risco grande de dano, existe um risco grande de redução de durabilidade.

Os fabricantes de motores podem suspender a garantia dos seus produtos caso se empregue combustíveis não especificados. Esse é outro detalhe, se for constatado o uso de um combustível não autorizado o veículo perdeu a garantia.

Aqui a posição da ANP a respeito dessa discussão atual aqui no Senado. A comercialização pública de óleos vegetais em postos revendedores, na nossa visão, ela não pode ser estabelecida a curto prazo porque não há como defender o consumidor contra essa questão que está aqui em vermelho. Óleos vegetais de diferentes procedências, com diferentes graus de purificação, com diferentes propriedades, podem danificar os motores dos consumidores, mesmo no caso de motores preparados para um dado tipo de óleo vegetal. Então é muito difícil fazer uma garantia, quer dizer, o motor foi otimizado para usar o óleo de soja, se ele for mais abastecer com o óleo de amendoim ele não vai estar funcionando na condição ótima, ele vai aumentar a poluição e, eventualmente, pode causar dano no motor. Então a questão da proteção do consumidor aqui é fundamental para a gente ter um ceticismo quanto a essa comercialização de óleo vegetal a curto prazo e aqui nós estamos falando de venda em posto revendedor.

Porém, existe uma questão que é absolutamente possível, que é a comercialização feita por autorização da ANP entre o produtor do óleo e a empresa que está interessada em consumir esse produto em frotas cativas, ou seja, não pela distribuição através de postos, mas em frotas cativas. No caso de frotas cativas, desde que atendida a Resolução da ANP nº 19, que trata de combustíveis não especificados, não teria problema nenhum. Então uma frota de ônibus urbano, ela vai ter que entrar em acordo com o fornecedor de óleo, eles vão concordar, eles vão fazer uma negociação e a questão da qualidade será gerenciada pelas partes, duas empresas. Então nessas condições não tem problema nenhum, isso já pode ser feito a partir de hoje, não tem... Inclusive na apresentação do Sr. Paulo, ele até mostrou uma autorização da ANP para um teste em quatro ônibus em Goiânia utilizando óleo vegetal. Então esse tipo de comercialização feito entre empresas ou o Poder Público, enfim, não tem problema nenhum. Do ponto de vista do consumidor individual que para o seu veículo num posto para abastecer, a gente tem uma séria dúvida se isso pode ser feito a curto prazo por conta dessas questões que foram levantadas, ou seja, é possível usar o óleo vegetal em motores? É possível, mas a gente precisa tomar, primeiro, as providências técnicas necessárias, que já foram ressaltadas anteriormente, e do ponto de vista regulatório, do ponto de vista da proteção do consumidor, isso não deve ser feito em postos revendedores, isso deve ser feito prioritariamente por entrega direta do produtor do óleo ao consumidor em frotas cativas. Nesse aspecto não há nenhum problema. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Nós agradecemos ao Dr. Waldyr Gallo que, obviamente, também botou um pouquinho de gosto ruim nessa questão do óleo, mas mostrou alguns caminhos que podem ser percorridos. A verdade é que essa alternativa é um caminho ainda que tem muito a se percorrer, não é isso? É preciso, sobretudo no campo da tecnologia, desenvolver uma forma de compatibilizar esse novo combustível com os carros, os veículos disponíveis.

Eu gostaria aqui de fazer algumas perguntas, nós vamos passar aqui aos debates. Você tem alguma pergunta para fazer, Gilberto?

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Eu faço em seguida.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eu gostaria de saber o seguinte: essa dificuldade que foi apontada pelo Dr. Gallo com relação aos tipos de óleos que podem trazer transtornos, quer dizer, a mudança de um determinado tipo de óleo para outro que afetam duramente a condição do motor e a questão ambiental que foi também alertada aqui pelo Ceotto, será que poderia ser superada caso haja uma tecnologia que leve a uma padronização desses óleo ou essa tecnologia também é distante? Como é que o senhor enxerga isso?

**DR. WALDYR GALLO:** Um pouco me metendo em seara alheia, porque realmente eu não sou da área agrícola, então para falar sobre a variabilidade das propriedades dos óleos seria talvez mais adequado a alguém da área agrícola ou agroindustrial. Mas pelo que eu conheço, pelo que a gente tem visto, os óleos vegetais variam bastante, quer dizer, cada partida de óleo sai com propriedades muitas vezes bastante diferentes e que para uma série de utilizações essas diferenças são irrelevantes. Do ponto de vista de usar motor, a gente precisa tomar alguns cuidados, por isso que eu fiz essa observação. Eu não sei, porque não é a minha especialidade, eu não sei se existe a possibilidade de padronizar o óleo. Certamente alguns processamentos, por exemplo, o óleo a ser usado como combustível tem que ser necessariamente degomado ou pode ser óleo cru? Então essa é uma decisão que certamente pode ser tomada e é um início de padronização, mas de qualquer maneira eu acredito que a própria natureza, ao produzir os óleos, os produz com uma certa variabilidade que no caso de otimização de motores pode atrapalhar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. Eu gostaria de ouvir o Dr. Paulo e o Dr. Márcio também sobre essa mesma hipótese, que eu acho que aí é um gargalo bem complicado.

**DR. MÁRCIO TURRA DE ÁVILA:** Em relação aos tipos de óleos, por exemplo, nós temos um óleo específico, que é o óleo de dendê, que inclusive o colega César de Castro, que é agrônomo, pode até responder isso com maior propriedade, é um óleo cujo perfil de ácido graxo se dá bem em regiões quentes. Portanto, ele tem uma fluidez, ele flui em dutos e, portanto, poderia ser usado com um motor, claro, adaptado, em



regiões mais quentes, porque uma das propriedades de combustíveis para motores diesel é a fluidez em regimes de tempos frios. Por exemplo, nos temos Estados no Brasil abaixo do Trópico de Capricórnio que são de região temporada e no inverno as temperaturas, como nós estamos verificando agora, caem muito. O óleo de palma, se for utilizado nessa época do ano, na Região Sul, fatalmente causará problema. Então dependendo do tipo de óleo, cada tipo de óleo tem o seu perfil de ácido graxo, temos aplicações para áreas, para regiões específicas em função da questão climática.

**SR. PAULO DE MORAIS:** Com relação às diversas possibilidades de utilização de óleos vegetais, tem uma coisa que se impõe, que é o aspecto econômico. Apesar de nós termos possibilidade de óleo de palma, óleo de girassol, óleo de amendoim, todos eles têm um valor de mercado muito elevado e, com certeza, não são viáveis economicamente serem utilizados para a substituição do diesel, que tem um valor muito mais baixo. Então basicamente nós já ficamos restritos a uma matriz basicamente com o óleo de soja em função do aspecto econômico. E dentro dos óleos de soja, as experiências que eu pude constatar na Alemanha são de que não há uma variação tão significativa de características. Estamos com a possibilidade de vir a ter o óleo de pinhão-manso, que também tem características relativamente estáveis. Então hoje eu enxergo num primeiro momento de utilização basicamente com o óleo de soja e, talvez, num próximo momento, o óleo de pinhão-manso. Os demais óleos, eu acho que não têm viabilidade econômica.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. Senador Gilberto.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Pela ordem. Eu gostaria de perguntar ao Dr. Gallo sobre o Programa de Biocombustíveis, se também não está ocorrendo a mesma situação por falta de condições econômicas de se produzir um óleo substituível ao óleo de soja, como o óleo de pinhão-manso, mamona, que foi o que levou o Governo a introduzir essa política de biodiesel para incentivar a agricultura familiar, dar uma renda diferente, inclusive o óleo de palma também, que é altamente rentável, poderia estar sendo desde que concretamente amparado no sistema de produção, ele poderia ser altamente vantajoso economicamente para quem fizesse então esse sistema de produção. Mas, infelizmente, devido à situação de se produzir o B3, as indústrias instaladas, a urgência de se tocar as indústrias para não terem problema de continuidade, viabilidade econômica prejudicada, porque são normalmente indústrias que foram financiadas e que precisam ter a sua rentabilidade resolvida, também está se usando praticamente óleo de soja, óleo de algodão, porque não tem tempo hábil de se produzir aquele óleo que a agricultura familiar teria que estar atendendo a demanda, inclusive dentro da orientação do Programa do Selo Social. Infelizmente, então, a cultura que mais tecnicamente responde, apesar que é a que

menos óleo produz por hectare, ainda é a soja. Mas, independente disso, essa pergunta que eu lhes ponho, se também não está ocorrendo o mesmo no Programa de Biodiesel.

**SR. WALDYR GALLO:** Perdão, Senador, ocorrendo o mesmo problema de qualidade?

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Não, não, da utilização praticamente de todo o programa de biodiesel de 1,2 bilhões de litros que hoje são consumidos--

**SR. WALDYR GALLO:** Estarem fundamentalmente na soja?

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Fundamentalmente é a soja que está viabilizando essa compra pela ANP nos leilões, porque é o óleo mais barato hoje, que melhor tecnologia nós temos de produção em todo o País.

**SR. WALDYR GALLO:** Na verdade, arredondando os números e sem ser muito preciso, da ordem de 80% do biodiesel produzido no Brasil é biodiesel produzido a partir de soja, porque é a cultura que tem os grandes volumes de produção, já tem uma cadeia toda de esmagamento bem estabelecida. As outras culturas, talvez com o tempo, venham a substituir a soja paulatinamente. O próprio pinhão-mansão é, assim, uma aposta que muita gente faz, mas que ele vai ter um tempo de maturação ainda pela frente. Então hoje o Senador tem razão, o biodiesel, o programa todo de biodiesel, 80% do biodiesel é fabricado a partir do óleo de soja. É importante também ressaltar que os outros 20% não estão muito igualmente distribuídos não. 15%, então falamos em 805, mais 15%, ou seja, chegamos já em 95%; esses 15% são de biodiesel fabricado a partir do sebo animal, em geral ligado a grandes frigoríficos, grandes abatedouros, que é um óleo mais barato até um pouco que a soja, apesar de ter alguns problemas um pouco mais... Traz alguns problemas para o biodiesel, inclusive ele raramente é usado sozinho, ele é usado sempre em associação com a soja; os outros 5% restantes da produção de biodiesel se dividem entre o óleo de girassol, o óleo de algodão e alguns resíduos oleosos como, por exemplo, o óleo usado de restaurante, enfim, óleo de reciclagem. Respondi? Eu não sei se eu respondi à sua pergunta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eu gostaria de fazer um questionamento aqui. Não vou especificar a quem, mas aquele que tiver condições de responder que o faça, que eu acho que é importante para a Comissão saber onde está pisando.

Pela Audiência Pública que nós realizamos para discutir especificamente a questão do pinhão-mansão e pelo depoimento que nós ouvimos hoje, especialmente do Dr. Paulo Moraes, deu para se perceber que a iniciativa privada está correndo mais do que o Poder Público nas pesquisas para o desenvolvimento do biodiesel a partir dessa cultura. A pergunta que eu faço é a seguinte: o Poder Público, que está mais lerdo

que a iniciativa privada, tem contribuído através de suas instituições, como BNDES, Banco do Brasil, financiando a iniciativa privada, dando condições para que ela possa desabrochar nessa busca de respostas? Principalmente no campo tecnológico eu acho que tem que vencer muito para que a produção e a produtividade alcancem os objetivos que se buscam. Essa é a pergunta, ou seja, como é que está o setor público se relacionando com o setor privado nesse campo da pesquisa e no fomento à produção?

**SR. WALDYR GALLO:** A pergunta talvez seja assim um pouco grande, um sanduíche um pouco grande demais para a nossa boca, que somos técnicos, para falar assim em nome de uma articulação maior do Governo Federal, enfim, dos órgãos públicos, mas eu queria só lembrar uma coisa que é verdade e que existe do ponto de vista da Agência Nacional do Petróleo. É que o petróleo, quando é extraído de grandes jazidas, ele gera recursos para a pesquisa. Esses recursos são geridos pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, pelo MCT, através de um Fundo, um Fundo proveniente de recursos de exploração do petróleo, e as diretrizes para a utilização desses recursos passam, evidentemente, por pesquisas na área de petróleo, mas também são apropriadas e também são aprovadas linhas de pesquisa na área de biocombustíveis. Então o MCT/FINEP tem recursos, tem recursos que podem ser usados para pesquisa. Do ponto de vista do financiamento direto a empresas aí, BNDES e Banco do Brasil, apoio bancário a financiamento de pesquisa, eu realmente não tenho muitas informações, mas do ponto de vista de ciência e desenvolvimento científico feito através do MCT, o próprio petróleo joga um dinheiro no MCT que pode ser usado também para pesquisa em biocombustíveis.

**SR. DENÍLSON FERREIRA:** Eu gostaria de fazer um comentário também. Especificamente em relação ao pinhão-mansão, há um programa intensivo de pesquisa no contexto da EMBRAPA Agroenergia com recursos do MCT, com recursos do Ministério da Agricultura. Esse é um dado. Em relação ao contexto do financiamento da cultura através da política agrícola, através dos bancos que financiam a agricultura no Brasil, em que pese o fato que nós já temos conhecimento que algumas instituições bancárias financiaram o cultivo do pinhão-mansão, há que se relatar que o Ministério da Agricultura não pode fazer essa indicação nesse momento pelo fato de nós não possuírmos ainda o Valor de Cultivo e Uso. Nós temos um registro no Ministério da Agricultura para o pinhão-mansão que é um registro, digamos assim, provisório de cultivar exatamente dentro desse contexto estabelecido da pesquisa, mas nós não podemos indicar para os agricultores, fazer o plantio e o financiamento porque os riscos não estão estabelecidos, exatamente porque não existe, ainda, esse Valor de Cultivo e Uso. Então é fundamental o avanço das pesquisas que estabelecerá o chamado VCU para que possa ser incluído dentro do contexto da política agrícola nacional.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eu gostaria, só para não perder o embalo dessa indagação, pedir ao Dr. Paulo que responda se esse valor do cultivo e uso, que é apontado pelo Denílson, se está dentro de um cronograma aceitável, se realmente no caso da iniciativa privada, se ele acha que está caminhando na velocidade ideal ou se está atrasado também, se realmente o Poder Público poderia acelerar mais.

**SR. PAULO DE MORAIS:** As presenças experiências que eu tenho dito e em contato com a Associação Brasileira dos Produtores de Pinhão-Manso, fica muito claro que a iniciativa privada, principalmente com algumas multinacionais europeias, estão fazendo investimentos aqui no Brasil e não contam com o apoio oficial. Não estão aguardando pelas pesquisas dos órgãos oficiais, mas estão fazendo investimentos. Se houvesse já uma disponibilidade a nível de financiamento, nós já estaríamos com plantios em escala bem maiores do que nós temos atualmente, que todas estão sendo feitas com recursos privados.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Há um número considerável de pesquisas nessa direção, que já seja capaz de convencer todos os segmentos que estão interessados em acompanhar o desenvolvimento dessa cultura?

**SR. PAULO DE MORAIS:** A iniciativa privada, nessas pesquisas que têm sido feitas, ela tem disponibilizado de uma forma geral ao público, inclusive realizando diversos dias de campo e abrindo, de uma forma geral, todos os desenvolvimentos que eles têm obtido. Por outro lado, vamos dizer, as pesquisas oficiais não têm sido da mesma forma aberta aos interessados em produzir.

**SR. DENÍLSON FERREIRA:** Eu gostaria só de fazer um comentário em cima do que foi falado. Inclusive esses dias de campo que estão sendo executados pela Associação Brasileira de Produtores do Pinhão-Manso, do meu amigo Mike Lu, é uma ação do Ministério da Agricultura, lá da Coordenação-Geral de Agroenergia, com o apoio da EMBRAPA Agroenergia. O que é que ocorre? É que trata-se de uma cultura perene, ou seja, uma cultura que demora um número X de anos para produzir. Não é uma cultura que numa safra você tem todo o controle para estabelecer todos os parâmetros de pesquisa a serem considerados. Então esse processo, digamos assim, ele pode ser encurtado até certo ponto, porque é uma cultura que leva três anos para ter maturidade, ou seja, e as previsões estabelecidas pela EMBRAPA Agroenergia seria que em dez anos, isso há uns dois anos atrás, quando se iniciou todo o processo, nós teríamos esse cultivar com o Valor de Cultivo e Uso para daí entrarmos num outro processo de melhoramento genético. Esses prazos estão sendo antecipados com toda a rede de pesquisa de EMBRAPA e com todos os--

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):**  
Então há um cronograma?

**SR. DENÍLSON FERREIRA:** Há um cronograma, eu tenho até aqui um encarte que eu posso deixar com o Senador e que trata um pouco disso. Fora as iniciativas da EMBRAPA Agroenergia, há um contexto de iniciativas inclusive que envolvem a iniciativa privada através dos associados da ABPPM, que envolve as Universidades Federais, as Universidades Estaduais, financiadas pelo MCT. Então não dá para dizer que o Poder Público está ausente dessa discussão, pelo contrário, estamos até o último fio de cabelo envolvidos nessa discussão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):**  
Então, na verdade, a falta da definição desse Valor de Cultivo e Uso acaba acarretando também uma dificuldade de crédito para a própria produção?

**SR. DENÍLSON FERREIRA:** Exatamente, Senador, porque aí é que se estabelece o risco, porque o Valor de Cultivo e Uso determina a homogeneidade do processo produtivo, estabelece as variedades. São questões mais técnicas agrônômicas, mas que possibilita ao agente financeiro estabelecer exatamente qual é o risco, porque hoje nós temos problemas de homogeneidade. Esse processo de colheitadeira que foi demonstrado aqui na apresentação eu conheço, é do Sr. Tominaga, lá da BIOJAN, se eu não me engano de Barbacena, que é uma adaptação de uma colheitadeira de café, mas tem um problema porque os frutos não amadurecem no mesmo período. Então tem um processo intenso de pesquisa para a gente poder avançar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):**  
Deixa eu fazer uma pergunta bem objetiva: de um a dez, qual a distância que foi percorrida na direção de se definir o Valor de Cultivo e Uso?

**SR. DENÍLSON FERREIRA:** Eu acredito, não sou a melhor pessoa para dizer, eu gostaria de ter aqui o Dr. Frederico Durães da EMBRAPA e Agroenergia, mas eu acredito em quatro, acredito.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):**  
Quatro?

**SR. DENÍLSON FERREIRA:** Exatamente, e os resultados dessas pesquisas estão sendo publicados em diversos eventos relacionados à pesquisa agroenergética. Está previsto um Congresso Mundial de Pesquisa e Desenvolvimento em Jatrofa no México, agora no mês de julho, quer dizer, há uma discussão internacional intensa pelas possibilidades, como foi mostrado aqui os testes com a Japan Airlines com o querosene de aviação exatamente por essas características propícias ao biocombustível da jatrofa que se avança nessa discussão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):**  
Senador Gilberto.



**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Eu gostaria de ouvir primeiro, para depois fazer a minha pergunta, o Dr. Márcio.

**SR. MÁRCIO TURRA DE ÁVILA:** Senador, é o seguinte, eu pediria a palavra do Dr. César de Castro, que é agrônomo, colega nosso na EMBRAPA Soja, que poderia fazer considerações bastante pertinentes a respeito da cultura do pinhão-manso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então vamos chamá-lo para cá. Nós estamos, na verdade, quase que prosseguindo da Audiência anterior, que foi convocada para o pinhão-manso. Dr. César de Castro, que é Pesquisador da EMBRAPA.

**SR. CÉSAR DE CASTRO:** Bom-dia e obrigado. Eu sou pesquisador da EMBRAPA Soja. A EMBRAPA Soja trabalha com basicamente a segunda e a terceira cultura que mais produz óleo, que é a soja e girassol. Só perde, na verdade, para o dendê, que é uma cultura perene. Então com essas culturas a EMBRAPA Soja tem dado respostas à altura.

Com relação ao pinhão-manso, a EMBRAPA tem a EMBRAPA Agroenergia, como foi bem citado pelo Dr. Denílson, a EMBRAPA Agroenergia tem trabalhado bastante nisso e eu acredito que justamente o espaço percorrido, numa escala aí de zero a dez, está na ordem de três a quatro, é uma cultura ainda relativamente nova em que eu percebo que existem bastante problemas. O agricultor vai ganhar basicamente o dinheiro só com a venda do óleo, tendo em vista que a torta não é utilizada para a alimentação animal, isso é um empecilho principalmente para o pequeno produtor, ele precisa ter essa fonte de renda advinda também da produção da torta. Mas eu acho que com relação às pesquisas, a EMBRAPA, junto com os seus parceiros, tem dado resposta à altura. Eu volto a dizer a questão da soja. A cultura produz em torno de 20% de óleo, mas temos 22 milhões de hectares de soja. Mas não foi ontem que começou isso, a EMBRAPA já está há 30, 35 anos trabalhando. Não vai precisar desse tempo todo para se trabalhar com o pinhão-manso, mas já tem também pesquisas com outras culturas, como o dendê. Por que a gente esquecer do dendê, que é a cultura que mais produz óleo no mundo e basicamente por poucos países do Sudeste Asiático e alguns da Costa Oeste da África, países de colonização francesa. O dendê é um fato, não tem porque nós não dedicarmos mais atenção ao dendê, não é nem questão de pesquisa, talvez seja questão fundiária, questão legal, qualquer outra coisa.

Eu gostaria de aproveitar, com relação ao que foi perguntado antes, por que é que vai variar a composição do óleo de uma cultura para outra, eu diria mais, ele vai variar se for produzido no Rio Grande do Sul ou no Estado de Roraima, por exemplo. Quanto mais calor a planta tiver, de um modo geral ela vai ter óleos com menor quantidade de duplas e insaturações. Por exemplo, se mostrasse aquela figura do triglicerídeo, quanto mais dupla ligação tiver, por exemplo, um Omega 3, mais líquido vai ser esse óleo. Então o que eu quero dizer é que um óleo produzido no

Brasil de girassol, ele vai ser mais fluído do que esse mesmo óleo produzido com o mesmo híbrido, inclusive, em Roraima. Isso se acontece dentro da mesma planta, acontece muito mais com plantas distintas ou até quando a gente produz biodiesel advindo de sebo, como foi dito. O biodiesel vai ter a mesma característica do ácido graxo que compõe esse triglicerídeo. O sebo, ele é sólido à temperatura ambiente, por isso que ele é gordura, não é óleo. Então esse biodiesel vai ter problema, vai ter que passar por algum processo melhor. Então o Brasil, ele tem condições de produzir biodiesel de diversas coisas, quer dizer, entre o Trópico de Câncer e Capricórnio, onde basicamente não existe País do Primeiro Mundo, à exceção de parte da Austrália, é aonde tem a maior quantidade de plantas, mas também onde tem poucas pesquisas. Se nós pensarmos bem, na soja é que foi investida uma grande quantidade de pesquisa. O pinhão-manso é uma coisa de poucos anos, então vai demorar um pouco ainda a se ganhar espaço para essa cultura que é importante. Mas é importante também outras: a macaúba, por exemplo, o patuá, que na Segunda Guerra Mundial o Brasil exportou óleo de patuá para a Europa porque tem um perfil de ácidos graxos semelhante ao azeite de oliva, ou seja, não nos falta cultura, o que falta é investimento e tempo para que as pesquisas respondam sem partido, sem ser partidário ou paixão, qual é a cultura que é melhor. O pinhão-manso é uma promessa e o fato é que atualmente é a soja, mas pode ser o girassol também. Foi colocado o preço bastante alto do girassol, porque a qualidade do ácido graxo dele é melhor, ou seja, para o consumo humano, mas nós temos o quê? Uns 150 mil ou 200 mil hectares só de girassol no Brasil. E a Argentina, que nos avizinha ao Sul, é o segundo maior produtor, só perde para a Rússia, quer dizer, o que falta é investir aqui dentro para produzir, mas poderíamos produzir óleo combustível e o óleo para a alimentação humana por diversas culturas. O que falta realmente é tempo e isso começou, assim, de uma forma muito rápida de se dar respostas. Acredito que a questão de colocar esse óleo dentro do motor, ele vai depender de escolher qual é a planta que produz mais e de forma mais racional, e modificando eu acho que o motor, com algumas modificações. A gente tem acompanhado diversos kits que aumentam a temperatura, kits que aumentam a fluidez misturando substâncias mais fluídicas no óleo de girassol para fazer isso, trabalhos que o Márcio Turra inclusive fez no Doutorado dele. O que nós temos que dar é um tempo para isso aí. Eu acredito que as colocações do Dr. Gallo de que ou deva se mudar o óleo ou deva se mudar o motor são bastante pertinentes no momento.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem, estava escondido ali, prestou um belo depoimento. Márcio, você gostaria de fazer algum comentário também? Já terminou?

Senador Flexa, que é o Relator.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Bom-dia Presidente Senador Valter Pereira, Senador Gilberto Goellner, senhores convidados.



Eu quero, primeiro, justificar ter chegado já após as exposições. É que lamentavelmente a TAM resolveu atrasar hoje o voo por duas horas e meio de Belém; tinha que sair às seis, saiu às oito e meia.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Faltou querosene e não tinha o óleo de pinhão-manso.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Foi por problema meteorológico, mas eu vou, depois, solicitar as notas taquigráficas para poder fazer a leitura das exposições, que tenho certeza que foram bastante importantes.

Como V. Exa. bem ressaltou, Presidente Senador Valter Pereira, eu tenho o privilégio de ser o Relator do PLS 81, do Senador Gilberto Goellner, que propõe a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustíveis para vários equipamentos, inclusive para também transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário.

Eu tenho me debruçado sobre essa questão há muito tempo. Em 1995 eu fiz uma visita, estava Presidente da Federação das Indústrias do Pará e com o então Governador Almir Gabriel nós buscávamos verificar nos países de clima tropical, na faixa dos trópicos, aqueles desenvolvidos e para que a gente pudesse fazer uma visita na intenção de importar tecnologia. Nos deparamos com a Malásia, a Malásia que tinha ao longo de trinta e poucos anos, naquela altura, se transformado de um País pobre num Tigre Asiático, já hoje acendendo quase que a um País de Primeiro Mundo. As culturas que levaram a Malásia nessas três décadas e meia a fazer essa transformação: borracha, dendê, pimenta do reino e cacau, exatamente as culturas que nós tínhamos na Amazônia e, em especial, no Pará. Nós fomos até lá, Senador Valter Pereira, passamos 20 dias percorrendo a Malásia por inteiro. Com o que nos deparamos nos trouxe a certeza de que o caminho tinha realmente que ser, evidentemente mantido os acertos e corrigidos os erros que foram cometidos nessa mudança lá naquele País, mas que nós teríamos que adotar no Brasil. Em seguida, trouxemos uma comitiva do Governo e de empresários de Malásia com o interesse de investir no Brasil e, em especial, na Amazônia, em função do clima e por ser propício para a cultura. Lamentavelmente essa comitiva entrou no Brasil por Brasília e aqui, numa Audiência com o Ministro do Meio Ambiente à época, foi orientada a não fazer negócio no Brasil, ou seja, em outras palavras, não me foi dito isso, mas "você não são bem-vindos ao Brasil, você são considerados como predadores e, então, por isso, nós não achamos interessante fazer negócios no Brasil e, em especial, na Amazônia". Eles estiveram conosco na Amazônia, disseram isso, acharam lamentável terem sido recebidos no Brasil desta forma e disseram que se não fosse possível fazer investimento no Brasil, porque já naquela altura a Malásia era a maior produtora de óleo de palma do mundo com dois milhões e meio de hectares plantados e não tinha mais nenhum palmo de terra para poder plantar. Então ela tinha tecnologia, tinha capital e não tinha terra,

estava buscando um espaço no resto do mundo em áreas propícias para fazer esse plantio. Eles disseram abertamente lá no Pará: "Se o Brasil não nos quer, nós vamos buscar outros dias mercados, nós vamos para o Peru, nós vamos para a Bolívia, nós vamos para a Colômbia, nós vamos para o México, nós vamos para outras áreas aonde também podemos fazer esse cultivo".

Isso já remonta, de 1995 para cá nós temos quase que 15 anos, 14 anos. Eu tenho levantado essa bandeira com várias propostas, inclusive desde os governos passados até nesse Governo, para que pudéssemos fazer a produção do óleo de palma, em especial do óleo de palma, porque seria o mais propício na minha região e no meu Estado. Só no Pará, numa área, num raio de cem quilômetros de Belém, você tem áreas propícias da ordem de dois milhões de hectares para o plantio do dendê, ou seja, o Pará sozinho, sem devastar, sem derrubar uma única árvore, esse é o ponto fundamental, só em áreas antropizadas, áreas já alteradas, poderia se tornar o maior produtor de óleo de palma do mundo. E lamentavelmente, passados 15 anos disso aí, nós temos hoje plantado menos de 100 mil hectares na Amazônia e no Pará, apesar da EMBRAPA possuir um centro de pesquisa de produção de sementes na região de Urubu, no Amazonas, que estava totalmente abandonado, e que hoje, através de uma parceria com o setor privado, está retomando a produção de semente, porque a maior dificuldade na realidade também para aqueles que querem produzir é conseguir a semente, porque tem que ser importada. E aí, lamentavelmente, o projeto que eu apresentei há quatro anos e meio aqui no Senado Federal que permitia a utilização, flexibilizava o Código Florestal permitindo a utilização das áreas antropizadas para em 30% dela ser utilizada para o plantio de palmácea e de outras espécies exóticas ou nativas, ele, apesar de aprovado por unanimidade no Senado Federal, ele está empacado até hoje lá na Câmara e não anda, não tem jeito de andar porque os ambientalistas acham que o projeto é floresta zero, apelidaram de floresta zero, mas ele não derruba uma única árvore, pelo contrário, ele preserva a Amazônia, ele não permite o avanço sobre a floresta, ele não permite usar nessas áreas antropizadas a compensação em áreas de preservação para a produção de grãos, para a produção de pecuária, nada; é só para reflorestamento com espécies nativas ou exóticas. Lamentavelmente o dendê é exótico, está há 500 anos no Brasil, como também são exóticas o boi, a galinha, o peru, está entendendo? [risos] Nós, nós somos exóticos, os índios é que não nativos, nós todos somos exóticos, então não teríamos o direito nem de estar aqui, nem de estar aqui representando o povo brasileiro. Mas lamentavelmente eu não consigo vencer a barreira ideológica feita pelas Organizações Não-Governamentais ligadas à área ambiental. Eles têm uma mídia impressionante, tem recursos externos e bloqueiam o projeto de toda maneira.

Agora recentemente o Ministro Reinhold Stefani, me perdoe Senador Valter Pereira, eu preciso fazer esse relato para ver como é difícil a gente

estar aqui, o Senador Gilberto Goellner também é um defensor da produção de biocombustível, mas como é difícil a gente avançar. Acho que a gente dá um passo à frente e dois para trás e não consegue sair da mesmice. O Ministro Reinhold Stefani assumiu de público agora, assumiu de público que a solução para que o Governo do Presidente Lula atenda o que ele pretende fazer, de usar até 2013 parece que 5% na mistura, para isso ele tem que produzir, tem que ter. E a mamona, que era o carro chefe do governo, se fazia loas para o plantio da mamona, já se mostrou inviável economicamente, não dá para fazer produção de biodiesel, de biocombustível, em escala com a mamona. Há possibilidade do pinhão-manso e pelo dendê, que é comprovadamente, já exaustivamente comprovada, como sendo o caminho natural para se poder atender, até porque, até porque o biodiesel produzido do dendê é subproduto, ele passa por uma cadeia que vem desde o óleo bruto, passa pelo óleo refinado, vem para o óleo comestível, vem para as margarinas. O que era colocado como alimento animal, que era o final do processo, dali você ainda consegue tirar o óleo para produzir o biodiesel, ou seja, não há nenhum impacto na cadeia alimentícia, nenhuma concorrência com a cadeia alimentícia, que é uma preocupação de todos evidentemente que o biocombustível não venha impactar a produção de alimentos para o mundo.

Então hoje o Ministro Reinhold Stefani defende, mas não consegue avançar também. Ele esteve visitando e era importante, Senador Valter Pereira, que o Senado Federal, a Comissão de Agricultura, tão bem presidida por V. Exa. , pudesse visitar um projeto experimental feito no Município de Moju, no Estado do Pará, com um assentamento do INCRA totalmente abandonado. Existiam lá 150 famílias que não tinham do que subsistir. Viviam, eu acho, que abaixo da linha da miséria, pior que animais. Esse experimento, através do Governo do Estado, do Governador de então Almir Gabriel, com o financiamento do BASA pelo PRONAF, com a assistência técnica da empresa que é hoje a maior produtora de óleo de palma do Brasil, que está no Estado do Pará, da AGROPLAMA, eles fizeram que as 150 famílias de assentados plantassem, em cada lote de 25 hectares, dez hectares de dendê. A planta para poder produzir leva de dois anos e meio a três. Durante esse tempo os assentados recebiam um salário mínimo e mais a assistência para agricultura de subsistência para plantar mandioca, para criar galinha, para poder subsistir enquanto a empresa dava assistência, cedeu a semente e dava a assistência técnica. Bom, hoje, passado já cinco anos, em plena produção, talvez seja o único financiamento do PRONAF, seria bom o Senado até fazer uma solicitação para saber se isso é verdadeiro ou não, que tenha retorno para o órgão financiadora, porque a empresa compra os cachos das famílias, retém 25% desse valor para pagar o BASA, o financiamento do BASA, e tem hoje uma renda familiar da ordem de 2.500 a três mil reais por família, por família daquelas que estão lá assentadas.

Com este exemplo eu já percorri o Ministério da Agricultura e Ministério do Meio Ambiente para transformar os assentamentos do INCRA em modelo daquilo que pode ser feito, evidentemente na área propícia ao plantio, não consigo avançar, mas não vou desistir.

Eu acho que esse projeto do Senador Goellner é importante e eu gostaria de fazer duas ou três questionamentos, porque o projeto do Senador Goellner propõe, e eu, como Relator, preciso ter essas informações, ele propõe que seja usado o óleo vegetal *in natura* nas fazendas para o trator, colheitadeira. Até aí, conversando com ele já várias vezes, não há nenhum problema, eu acho que se você produzir o óleo e usar no seu equipamento, ele adaptado para aquele tipo de combustível, não há problema. Só que ele pretende ir mais longe. Eu acho que ele está correto. Aí ele já me trouxe aqui exemplos dos países da Europa de que você tem bomba de óleo vegetal para abastecer os veículos. Então você tem lá o óleo vegetal, você tem o diesel, você tem a gasolina, você pode até mixar qual a proporção que você quer fazer aqui, se é o de 5%, 10% ou o 100%.

O questionamento que eu queria fazer, principalmente ao Dr. Gallo, da ANP, que conversando com o Senador Goellner, eu acho, eu penso que para que isso possa realmente chegar aos postos de distribuição tem que ter uma regulação por parte da ANP como tem os outros combustíveis. Você não pode chegar no fazendeiro, colocar um posto para vender óleo vegetal na porta da sua fazenda, passa um caminhão, ele abastece; não há como ser isso, então nós precisamos ter essa regulação. É evidente que precisamos ter escala industrial para que possa abastecer essa rede que seria, eu penso, seria como foi o caso do etanol, quer dizer, o etanol hoje já é um combustível usado em todo o Brasil e aprovado, então isso num futuro próximo seria também a possibilidade de se ter. Mas eu gostaria de perguntar à ANP: Como é que nós caminharíamos no Parecer para que pudéssemos atender... Eu sou favorável ao projeto do Senador Gilberto Goellner, só que precisamos fazer algumas Emendas no sentido de poder ter essa comercialização regulada, porque aí nós temos que ter qualidade. É importante, eu ouvi aqui, numa Audiência Pública que houve em abril de 2007, o Dr. Arnoldo de Campos, ele diz que não existem regras internacionais de padronização para o biodiesel. Isso realmente é uma dificuldade para que você possa transformar isso a nível internacional. E, também, identificar quais as matérias-primas que permitam alto rendimento por unidade de área cultivada, que é isso que nós estamos vendo aí, é o caso do pinhão-manso, é o caso do dendê; não adianta insistir com mamona, eu não sei o girassol, eu não conheço o girassol, não sei se tem essa possibilidade.

Mas eu queria perguntar também, tinha aqui algumas perguntas, eu gostaria de perguntar ao Dr. Osvaldo, que é Analista Ambiental da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, eu não sei se o senhor conhece o Projeto 6.424, que é esse que de minha autoria que

tramita lá no Senado. Eu gostaria de ouvir de V. Sa. se realmente esse projeto é nocivo ao meio ambiente, se ele traz algum dano ao meio ambiente quando ele permite que 30% das áreas alteradas sejam reflorestadas com espécies nativas ou exóticas e possa fazer a sua compensação em áreas de preservação, segundo o zoneamento econômico e ecológico. Eu quero deixar aqui também bem claro de que no meu entendimento a reserva legal por propriedade não é inteligente. Você faz com que cada vez mais se agrida a floresta. Na Amazônia você só usa 20% da área, então para você ter uma área razoável, você tem que entrar cada vez mais avançando sobre a floresta. Então eu acho que mantida... É uma outra inverdade que os ambientalistas dizem do meu projeto, que ele altera a reserva legal, ele não altera, ele mantém a reserva legal de 80% na Amazônia, ele apenas permite que essa reserva seja feita em área de preservação. Então eu defendo o zoneamento econômico e ecológico de todos os Estados brasileiros, em especial da Amazônia, e que a gente possa ter definitivamente quais as áreas que são de preservação, quais as áreas de uso por manejo semi-intensivo e quais as áreas de uso intensivo que seriam aquelas áreas já antropizadas, aquelas áreas já alteradas.

Eu teria outras perguntas, mas eu gostaria de ouvir esses dois pontos, que eu acho importante.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Senador Flexa, eu acho que se V. Exa. pegar as notas taquigráficas e examinar as advertências que foram feitas aqui com relação ao uso do óleo vegetal *in natura* terá informações suficientes e sobejas para produzir um belo Parecer nesse projeto. Aqui, pelo que eu senti, é admissível sim o uso do óleo vegetal, mas há riscos que precisam ser superados e para isso medidas têm que ser adotadas. Eu acho que se V. Exa. pegar as notas taquigráficas vai encontrar um manancial de informações úteis para o seu Parecer. Mas, de qualquer forma, V. Exa. fez duas perguntas--

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu gostaria que os nossos convidados pudessem enriquecer as questões.

**SR. WALDYR GALLO:** Na verdade, a manifestação que a ANP trouxe para essa reunião de hoje tem como uma das preocupações a questão da comercialização. A comercialização em larga escala a gente vê como problemática, pelo menos num primeiro momento, pelo menos a curto prazo. A gente lembra que, por exemplo, a Alemanha tem essa comercialização, foi mostrado inclusive bombas de óleo, mas a Alemanha tem um clima e o óleo que é usado para fins combustíveis é exclusivamente colza, no caso da Alemanha, numa área assim geográfica, climática e de solos muito parecido. Então eles conseguiram fazer uma especificação, uma especificação técnica para o óleo de colza poder ser usado nos motores.

A gente entende que isso é muito mais difícil no Brasil, que tem uma diversidade de climas e culturas de oleaginosas muito diverso. Para que haja a proteção do consumidor, para que ele tenha não tenha prejuízo nos



seus veículos, que não tenha, enfim, não sofra algum tipo de prejuízo, a gente entende que a gente tem um longo caminho a percorrer para poder fazer essa comercialização em larga escala. Porém, e eu acho que isso é muito importante, o uso do óleo vegetal, ele pode ser usado em nichos de mercado, em regiões específicas onde a comercialização tem que passar por uma autorização da ANP, já existe a regulamentação pronta para isso, e aí é uma negociação direta para o produtor do óleo e o frotista ou o agricultor que vai usar esse produto, eles precisam negociar, eles precisam se colocar de acordo sob responsabilidades mútuas, se houver problema no motor como é que é, como que não é, quem vai garantir a qualidade do óleo, mas é uma negociação entre dois agentes econômicos e isso é perfeitamente possível já nos dias de hoje. Eu não sei se eu respondi a sua questão.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Ou seja, a ANP já autoriza, dá essa autorização para a comercialização entre dois entes, o produtor e o frotista?

**SR. WALDYR GALLO:** É, não só no caso do óleo vegetal, isso vale para qualquer combustível não especificado que queira ser usado em substituição ao diesel ou à gasolina. Em geral essa autorização também necessita de um Parecer ambiental que eu acredito que, no caso do óleo vegetal, não deve ser muito difícil de ser obtida, mas que em outras propostas que a gente já escutou na ANP, de usar substâncias malucas como substitutivo e que houve veto do Meio Ambiente por conta dos efeitos sobre a saúde humana. Então com um Parecer favorável de órgão do meio ambiente e, assim, seguindo a receita que está nessa regulamentação já pronta da ANP, já é possível fazer a comercialização hoje entre agentes específicos; não pode ser feito assim na distribuição em postos de gasolina.

**SR. OSVALDO LUIZ CEOTTO:** Da parte do Ministério do Meio Ambiente eu vejo que o Ministério não é impedimento à atividade produtiva. Eu acho que a gente tem uma ideia, não todos, mas um pouco equivocada de que o Ministério do Meio Ambiente quer atrapalhar e, na realidade, ele não quer; nós queremos é sustentabilidade e isso é muito importante. Nós temos um Código Florestal que realmente precisa ser revisto, atualizado. Agora isso depende não somente do Ministério do Meio Ambiente, depende também de todos os outros órgãos, da Agricultura, de Minas e Energia; eu vejo por esse lado. Nós temos problemas sérios de desmatamento, agora eu acho que se existem áreas antropizadas, elas podem muito bem ser utilizadas; isso é uma questão de bom-senso, não precisa nem ser ambientalista para ver, agora tudo dentro do seu limite, tudo dentro da sua possibilidade. Quantos por cento nós vamos utilizar? Esse que é o detalhe. 100% dessa área degradada? Aí é até uma questão científica, técnica. E a questão das APPs, dessas áreas que foram devastadas? Nós temos também que recuperar. Então eu acho que a gente ter o bom-senso e negociar nesse aspecto, a gente não pode ver o

Ministério do Meio Ambiente como querendo avançar o processo, pois não quer; eu acho que a gente tem que trabalhar juntos.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Presidente, se me permite--

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** O Sr. César gostaria de fazer uma intervenção em cima do que foi dito.

**SR. CÉSAR DE CASTRO:** Em cima da questão do cultivo de dendê, eu acho bastante interessante. Toda essa produção de óleo de palma e palmiste, que advém da mesma planta, ela é feita basicamente em oito milhões de hectares ou nove milhões de hectares. Só a soja no Brasil tem vinte e dois milhões de hectares. Para cada hectare de dendê que entra em produção, ela é equivalente a dez hectares de soja. Então é uma planta extremamente eficiente e vai ao encontro daquela questão que foi dita de produção de energia por área, quer dizer, produzir dendê é uma questão inteligente. Um plantio de dendê, quem já viu o plantio de dendê, ele é todo coberto, ou seja, a cobertura com [ininteligível], por exemplo, há 20 anos atrás eu trabalhei na Amazônia, era dessa forma e fica uma área bastante interessante. Então trabalhar com isso eu acho que é bom, principalmente por economia de área, porque cada hectare de dendê que entra em produção ele equivale a aproximadamente dez de soja; é só de nós vermos quando foi que o dendê passou a soja na produção mundial de óleo. Então seria algo bastante interessante aproveitar essas áreas antropizadas, respeitando o Código Florestal e respeitando as condições edafoclimáticas para a planta. A EMBRAPA já teve inclusive um centro, o Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira e Dendê em Manaus, ou seja, existe um pacote tecnológico que pode ser para atender a esses agricultores. O senhor citou bem esse exemplo de Moju, que eu também conheço, acho bastante interessante. Eu não conheço especificamente esse projeto, mas toda essa região do Pará eu conheço.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Pela ordem, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** O Denílson gostaria de fazer um comentário também em cima desse assunto só para aproveitar.

**SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):** Só pela ordem, antes eu gostaria de... Eu preciso me ausentar, existe uma votação numa outra Comissão. Eu queria parabenizar a todos os expositores, eu vejo que todos se ativeram muito bem ao tema, apresentaram sugestões valiosas que serão analisadas pelo Relator. Eu acho que de uma forma conjunta aí nós podemos tirar proveito de subsidiar esse projeto, melhorá-lo ainda mais. Eu gostaria de agradecer a todos que deram uma força muito grande a esse evento aqui, a essa Audiência Pública, que eu acho que é nessa discussão técnica que se consegue então as soluções para o País, já que o País é um País de vanguarda na área de biocombustíveis.



Obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):**  
Então, Denílson.

**SR. DENÍLSON FERREIRA:** É só um breve comentário em acordo com o Senador Flexa Ribeiro, que tratou a respeito do óleo de dendê. O óleo de dendê é o óleo mais comercializado no mundo hoje, com um valor agregado altíssimo. E é verdade, o Ministro Reinhold Stefani está bastante sensível à questão, nos deu essa difícil tarefa de buscar mecanismos de incentivo à cultura e dentro do governo nós estamos trabalhando nesse sentido. Não há ainda resultados a serem mostrados, porque é uma coisa bastante recente, mas nessa tarefa, imediatamente à minha chegada do Ministério da Agricultura, nós fomos visitar todo esse projeto lá da AGROPALMA, em Moju e tal, e é realmente excepcional. Esse projeto que nós buscamos é para além do uso energético, não é exatamente em função desse mercado potencial imenso que existe, e não existe no mundo País com potencial de aumento de produção de dendê como o Brasil tem disponível com condições edafoclimáticas. E nesse sentido nós já imediatamente, a partir de uma iniciativa conjunta com a EMBRAPA Solos, iniciamos um processo de zoneamento agroecológico para identificar quais são essas áreas potenciais para o cultivo do dendê no País. Além da Região do Sul da Bahia, ali aquela região cacauieira, já identificamos uma área na Zona da Mata Pernambucana, além daquela região lá no Pará, que está sendo feito um zoneamento também agroecológico a partir de uma iniciativa também do MCT para identificar quais são as melhores áreas para aumentar a produtividade. E dentro dessa mesma iniciativa já realizamos no início desse ano uma reunião lá na EMBRAPA, na sede da EMBRAPA, onde nós congregamos todos os agentes envolvidos nessa discussão exatamente para intensificar o processo de pesquisa e desenvolvimento exatamente nesse segmento, inclusive com iniciativas importantes lá para a Estação Experimental do Rio Urubu e para o processo de aumento de produção de sementes e no combate a uma praga que atinge a região, que é o amarelecimento fatal, que precisa ser visto, há avanços nesse sentido. E, também, na busca de uma solução dentro desse contexto do Código Florestal, a partir de um híbrido interespecífico que permite uma espécie que é nativa, você faz o híbrido e aí permite, digamos assim, a exploração econômica daquilo, digamos assim, que estaria na reserva da propriedade.

Era esse o meu comentário.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):**  
Muito bem.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pela ordem?

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):**  
Presidente, quando eu puder, gostaria de dar uma palavrinha.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Senador Antonio Carlos Valadares, que não usou da palavra.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu só queria fazer um comentário ainda sobre as respostas, se o Senador Valadares me permitir; é um comentário sobre as respostas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Um comentário breve?

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** É. Eu gostaria, Dr. Osvaldo, que as respostas que V. Sa. nos deu sobre os questionamentos dizendo ser favorável à utilização das áreas alteradas, não é na totalidade, eu me referi a 30% delas, preservada APPs, matas ciliares, nada disso será mexido, se tiver sido mexido terá que ser recomposto.

Eu pediria a V. Sa. se conseguisse marcar uma Audiência com o Ministro Carlos Minc e que pudesse ir em minha companhia para que nós pudéssemos conversar com o Ministro. É difícil. O Ministro, quando assumiu o governo, me parecia ser uma pessoa de diálogo, aberta às negociações; ele mudou completamente. Eu estou aguardando. Já solicitei, Senador Valter Pereira, uma Audiência com o Ministro, mas, lamentavelmente, eu acho que a agenda dele está muito atarefada. Eu pediria auxílio a V. Sa. para que pudesse agendar e pudéssemos ir juntos ao Ministro.

**SR. OSVALDO LUIZ CEOTTO:** Bom, eu sou apenas um funcionário do Ministério do Meio Ambiente, aliás, um funcionário do Governo, então nós estamos no mesmo barco. Se for possível, poderei fazer isso.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu agradeceria.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Senador Antonio Carlos Valadares.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Sr. Presidente, ilustres convidados, debatedores. Qualquer pessoa, por mais leiga que seja, ao tomar conhecimento de que existem projetos no Brasil de utilização do óleo vegetal *in natura*, do óleo vegetal natural para a movimentação de veículos, fica realmente impressionado porque... Deixa o Papa aí terminar que depois eu continuo?

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Se V. Exa. contribuir, não vai perturbar o raciocínio do Senador Flexa Ribeiro, que está ali fechando um assunto importante com o Senador Suplicy.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Está tudo fechado? Graças a Deus.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Eu queria transmitir ao Senador Flexa Ribeiro que, se ele está tendo dificuldade em dialogar com o Ministro Carlos Minc, eu me disponho a colaborar, ligarei para o Ministro

Carlos Minc para que ele possa receber sim o Senador pelo Estado do Pará, com toda a cooperação do Sr. Osvaldo Luiz Ceotto. Obrigado.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Eu quero agradecer ao Senador Suplicy, vou cobrá-lo diariamente.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Presidente, então inteiramente justificada a interrupção.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Mas é lastimável que um Senador da República tem que valer-se do seu colega de outro Estado, do Estado de São Paulo, para conseguir uma Audiência com o Ministro do Meio Ambiente. Realmente é uma figura exótica [risos] esse Ministro, nós temos que reconhecer isso.

**SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP):** Eu nunca tive dificuldade em conversar com qualquer Ministro.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Parabéns, Senador Suplicy--

**SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP):** Nem quando era da oposição.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** --porque nós somos da base e temos muita dificuldade em falar com alguns Ministros, nem todos, mas alguns Ministros eu só vejo na televisão e olhe que eu sou vice-líder do Governo.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Têm uns que nem na televisão V. Exa. consegue--

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Só no papel. Como?

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Um monte nem na televisão V. Exa. consegue--

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Não, até o nome para mim é estranho, porque são tantos, mas isso não vem ao caso.

Estamos discutindo uma matéria da mais alta importância, que é o Projeto de Lei 81, de 2008, do nobre Senador Gilberto Goellner que, sem dúvida alguma, propõe a utilização do óleo vegetal natural não só em tratores, também até em transporte coletivo. Eu estou lendo aqui que há em Goiânia o Projeto Goiânia com a utilização de 100% de óleo vegetal substituindo 60 milhões de litros de por ano, quatro empresas já estão adotando este projeto e São Paulo também estuda a possibilidade da adoção dessa ideia, dessa iniciativa do nobre Senador Gilberto, que tem como Relator um Senador muito atuante, eu tenho certeza que ele vai dar conta do recado, que é o Senador Flexa Ribeiro. Além disso, além de proporcionar uma grande novidade no Brasil, fortalecer a nossa agricultura, vai contribuir, sem dúvida alguma, se esse projeto se

elastecer, se expandir para todo o Brasil, como eu espero, vai contribuir, sem dúvida alguma, para a redução dos gases do efeito estufa, para a redução do enxofre que causa tantas doenças. Em São Paulo mortes ocorrem mensalmente por causa deste produto altamente tóxico que é o enxofre e, além disso, proporcionando mais emprego e renda no campo, fixação do homem ao seu lugar de trabalho, vantagens inúmeras existem. Em relação ao meio ambiente, a vantagem é 100%, que enquanto o diesel é altamente poluidor, o óleo vegetal natural praticamente não tem poluição nenhuma, a fumaça é a mínima possível na hora da utilização do seu consumo.

Por isso, eu gostaria de parabenizar ao seu autor e, muito embora não tenha comparecido ao debate inteiramente porque estava e tenho que voltar para a Comissão de Assuntos Econômicos onde votaremos alguns projetos em fase terminativa, eu gostaria de enaltecer a iniciativa do Senador Gilberto Goellner como, também, parabenizar a todos os participantes deste evento e ao Presidente Senador Valter Pereira, uma pessoa sempre voltada para o fortalecimento da agricultura em nosso País, sendo que ele tem dado esse demonstrativo através de várias relatorias onde prepondera sempre o seu pensamento de que é através da agricultura que nós iremos fortalecer a nossa economia, podemos competir com o mercado externo em condições de igualdade. Agora mesmo o Brasil está dando um banho de competência quando a crise financeira se alastrou pelo mundo inteiro e a nossa agricultura, principalmente a agricultura onde há um consumo interno intenso, em virtude da queda das exportações o nosso consumo é capaz de dar à agricultura a sustentabilidade necessária para a continuação de suas atividades, quer dizer, não fosse a preocupação com o mercado interno nós estaríamos em maus lençóis hoje. Então aquilo que é temporário, que é esta crise, o setor está aguentando como pode porque a nossa população, através de programas sociais, através de atitudes do Governo Federal de redução, por exemplo, do IPI, do Imposto de Renda, quer dizer, está havendo um grande consumo da população e este grande consumo também dá suporte não só à indústria como também à agricultura. Por isso, acho que a utilização dessa iniciativa é importante para o desenvolvimento da agricultura e, também, a correção das distorções em relação ao meio ambiente. Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):**

Muito obrigado, Senador Valadares. Antes de encerrarmos esta reunião, nós vamos ter aqui a apreciação de um requerimento de autoria do Senador Augusto Botelho e do Senador Eduardo Suplicy que visa convocar uma Audiência Pública para tratar do processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira, em data a ser determinada por esta Comissão.

Eu vejo um problema aqui, Senador Suplicy, e gostaria de contar com a colaboração de V. Exa. para administrá-lo. São 12 palestrantes sugeridos. Para isso aqui nós precisaríamos de um dia inteiro ou de dois dias para administrar. Veja o seguinte: hoje nós tivemos cinco e com cinco nós já estamos avançando no horário aqui, já próximo ao meio-dia e meio. Então eu sugeriria a V. Exa. que entrasse em articulação com a CAE para reduzir a quatro ou no máximo cinco palestrantes; aí nós poderíamos votar o requerimento.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a sugestão de que como o requerimento envolve a CAE, a Comissão de Agricultura e se solicita a representação do CADE, do STE, dos citricultores de um lado e dos produtores de suco de laranja que justamente têm a concentração observada. Mas o que poderia ser feito é, aprovado o requerimento, a Secretaria de ambos e em colaboração com comigo próprio, com V. Exa., o Presidente, nós procuraríamos junto, por exemplo, aos citricultores de um lado e aos produtores de suco de laranja de outro que eles acordassem em qual a pessoa que viria representá-los, um ou dois no máximo, além dos representantes das entidades governamentais como o CADE e o STE na linha do que V. Exa. está falando, porque como o requerimento já foi aprovado na CAE, mas justamente o Presidente avaliou que seria próprio que fizéssemos em conjunto com a Comissão de agricultura, o espírito daquilo que V. Exa. está sugerindo, uma vez aprovado o requerimento aqui, pode ser observado na forma de conduzi-lo. Então--

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Nós poderíamos aprová-lo com quatro expositores a serem designados nas tratativas com os interessados.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** De comum acordo entre eles. Eu pediria a V. Exa. que fizesse de quatro a seis, porque conforme for nós--

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Não vamos a seis, que seis--

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Porque hoje tem seis aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Mas aqui, na verdade, foram só cinco que participaram, aqui foi um contrabando que chegou de última hora e fez uma intervenção muito oportuna, mas, na verdade, curta.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Está bem. Eu quero, Sr. Presidente, cumprimentar a todos aqueles que deram aqui uma contribuição tão significativa para que nós, Senadores, venhamos a aprender sobre a utilização do óleo vegetal, do biodiesel. Infelizmente eu estava em outra Comissão simultaneamente atendendo a

responsabilidades que temos que fazê-lo, mas cumprimento a todos que aqui colaboraram. Muito obrigado.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Pela ordem, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Pela ordem, Senador Antonio Carlos. >

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Presidente, eu já tive ocasião de pessoalmente fazer essa reivindicação, mas eu gostaria de que ficasse registrado em Ata este pedido.

É que eu sou autor de uma proposta que eu considero da maior importância porque valoriza o setor agropecuário no nosso País, a agricultura, que é o projeto que trata do Estatuto do Produtor Rural, da minha autoria. Ele está aqui há mais de dois anos. Esse Estatuto do Produtor Rural, inicialmente, foi designado como Relator o nobre Senador, o inesquecível Senador Jonas Pinheiro, que deu Parecer favorável, mas nesse ínterim, antes da aprovação da matéria, ele faleceu. E o então Presidente, que não foi V. Exa., designou como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que é uma Senadora da mais alta competência, todos nós sabemos o brilhantismo com que ela desenvolve o seu trabalho aqui no Senado Federal. Entretanto, talvez devido às ocupações que ela têm hoje como Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, ela não tenha tempo de relatar a matéria, tanto que está há quase dois anos na mão dela e essa matéria não sai do gabinete da Senadora Kátia Abreu, lamentavelmente. Então eu gostaria que V. Exa. de imediato, devido à importância da matéria e ao intercâmbio com que V. Exa. mantém com os produtores do Brasil e nós todos aqui nessa Comissão, que V. Exa. designe outro Relator que tenha interesse em encaminhá-la e fazer a sua tramitação normal.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Então eu determino, atendendo a V. Exa., determino ao Secretário da Comissão--

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Agradeço a V. Exa., Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** -- que peça a devolução do projeto a fim de que nós possamos redistribuí-lo a outro relator.

**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):** Já que não há um interesse da Senadora em relatar a matéria. Dois anos na mão, isso é significativo, é um tempo bastante suficiente para dizer a nós todos que ela não tem interesse em relatar a matéria.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. Agora em votação esse requerimento com a convocação de



cinco dos citados aqui nesse requerimento que já foi aprovado também pela CAE.

**SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP):** Que os próprios produtores de suco de laranja de um lado e de laranja do outro definam os seus representantes.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. Em votação. Não havendo divergência, está aprovado por unanimidade.

Eu consulto aqui se algum dos expositores deixou alguma resposta pendente e que gostaria de prestar nesse momento. Sr. Paulo Moraes.

**SR. PAULO DE MORAIS:** Eu gostaria só de ressaltar que haveria possibilidades aqui no Brasil já de estarmos avançando na produção de óleos vegetais, talvez em passos mais largos, através da iniciativa privada. Particularmente eu estive, fui consultado por um grupo norte-americano pretendendo fazer a implantação aqui da produção de óleo de pinhão-mansão, mas devido a embargos por parte do Banco do Brasil, mais especificamente, não houve possibilidade de haver uma inversão de recursos significativos aqui no Brasil com tecnologia deles e com risco deles. Esse tipo de situação eu acho que trava muito o nosso desenvolvimento. Nós estamos realizando uma série de pesquisas para fazer o desenvolvimento da produção de óleo, mas enquanto há recursos disponíveis e instituições dispostas a bancarem esses riscos, nós estamos restringindo esse processo aqui dentro do País.

Era isso que eu gostaria de complementar. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Muito bem. Bom, não havendo mais assunto a tratar, eu gostaria de encerrar esta reunião, sem antes fazer os nossos agradecimentos, agradecimento de toda a Comissão aos expositores Waldyr Gallo, Denílson Ferreira, Osvaldo Luiz Ceotto, Engenheiro Paulo de Moraes, Dr. Márcio Turra e Dr. César Castro.

Declaro encerrada, portanto, esta reunião.

---

*Sessão encerrada às 12h27.*



## **PARECER Nº 282, DE 2010**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre as emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1995 (nº 1.238/1995, daquela Casa), de autoria do Senador Romero Jucá, que altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União e dá outras providências.

**RELATOR: Senador ANTONIO CARLOS JUNIOR**

**RELATOR "AD HOC": Senador FRANCISCO DORNELLES**

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1995, que *altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União e dá outras providências* foi apresentado em 1991 pelo Senador Marco Maciel e arquivado ao final da legislatura, sem apreciação. Reapresentado em 1995 pelo Senador Romero Jucá, logrou aprovação nesta Casa, tendo sido enviado à Câmara dos Deputados, para a fase revisional.

A proposição, em síntese:

a) em seu art. 1º altera o inciso I do art. 21 da Lei referida, para estender o direito ao pagamento do auxílio-familiar em função de indenização de representação no exterior também a companheiro ou companheira com quem o beneficiário *viva há mais de cinco anos*, sob dependência econômica;

b) em seu art. 2º altera o inciso II do art. 29 da mesma Lei, para estender o direito ao transporte por via aérea ao *companheiro e companheira com quem o servidor ou servidora mantenha união estável há mais de cinco anos*, direito já previsto na redação vigente ao cônjuge e dependentes menores, quando for designado para o exercício, em caráter provisório, de missão considerada permanente e cuja duração seja superior a trinta dias.

Na Câmara dos Deputados, a proposição recebeu três emendas.

A Emenda nº 1 determina a supressão do art. 4º do projeto, para remover a cláusula *revogam-se as disposições em contrário*.

As Emenda nºs 2 e 3 alteram a redação atribuída, respectivamente ao inciso I do art. 21 e ao inciso II do art. 29 da Lei nº 5.809, de 1972, para excluir a exigência de que somente seja considerada união estável aquela com mais de cinco ano de duração

## II – ANÁLISE

A Emenda nº 1, da Câmara dos Deputados, merece aprovação neste Senado Federal. A Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis*, determina, em seu art. 9º, que a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. Aboliu-se, assim, a cláusula revocatória geral, como a que constava na versão do projeto aprovada por esta Casa.

As Emendas nºs 2 e 3 contribuem decisivamente para aperfeiçoar o projeto de lei, ao remover a referência ao tempo de convivência para a identificação de companheiro ou companheira beneficiável. Rende-se, assim, à disciplina imposta ao tema pela legislação civil, no que anda bem.

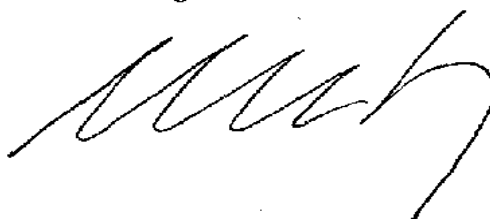
## III – VOTO

Somos pela **aprovação**, nesta Comissão, das Emendas da Câmara dos Deputados nºs 1, 2 e 3 ao Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1995.

Sala da Comissão, 24 de março de 2010.

Sen. DEMÓSTENES TORRES

, Presidente



, Relator

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO ~~FCDoB~~ PLS Nº 69 DE 1995

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 24/03/2010, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Sen. Demóstenes Torres</u>	
RELATOR: <u>"Ad hoc" Sen. Francisco Dornelles</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLYC	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GEOVANI BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****LEI Nº 5.809, DE 10 DE OUTUBRO DE 1972.**

Dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior, e dá outras providências.

**SEÇÃO V****Do Auxílio-Familiar**

Art 21. O auxílio-familiar é calculado em função da indenização de representação no exterior recebida pelo servidor à razão de: (Vide Decreto nº 72.288, de 1973)

I - 10% (dez por cento) de seu valor, para a esposa; e

**SEÇÃO VII****Do Transporte**

Art 29. O transporte é assegurado na forma e condições que se seguem:

II - passagem via aérea para o servidor, sua esposa e dependentes menores quando for designado para o exercício, em caráter provisório, de missão considerada permanente e cuja duração seja superior a 30 (trinta) dias; e

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

## **DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ART. 250, DO REGIMENTO INTERNO.**

*Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre as emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1995, que "altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que 'dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União e dá outras providências'".*

**RELATOR:** Senador JEFFERSON PÉRES

### **I - RELATÓRIO**

Retorna a esta Comissão, para análise das emendas da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1995, de autoria do eminente Senador **ROMERO JUCÁ**, que *altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que 'dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União e dá outras providências'*.

A iniciativa visa a permitir que o companheiro ou a companheira que viva em união estável receba, quando em serviço no exterior, os mesmos benefícios do cônjuge.

A Casa revisora aprovou 3 emendas à proposição. A Emenda nº 1 suprime o art. 4º do projeto, que encerra cláusula de revogação genérica. Já as Emendas nºs 2 e 3, alteram, respectivamente, a redação dada pela proposta aos art. 21, I, e 29, II, da Lei nº 5.809, de 1972, para retirar deles a exigência de que somente seja considerada união estável aquela com mais de cinco anos de existência.

## II - ANÁLISE

No que diz respeito à Emenda nº 1, manifestamo-nos pela sua aprovação, uma vez que se trata, tão-somente, de emenda de redação, com o objetivo de adaptar a proposição aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona*, que, em seu art. 9º, prevê a existência de cláusula revogatória apenas quando essa indicar expressamente as leis ou disposições legais revogadas. Assim, como não é o caso, a cláusula revogatória do projeto em exame deve ser suprimida.

As emendas nºs 2 e 3 também merecem acolhida, na medida em que, efetivamente, aperfeiçoam a proposição, que, em sua redação original, ao exigir a convivência mínima de cinco anos para configurar a união estável, extrapolava as exigências para o reconhecimento do instituto, constantes do § 3º do art. 226 da Lei Maior.

Finalmente, cabe, aqui, a apresentação de duas emendas de redação, que não afetam, absolutamente, o mérito da proposta. A primeira pela necessidade de adequar o texto da proposição à referida Lei Complementar nº 95, de 1998, mediante acréscimo da sigla “NR”, significando “nova redação”, ao final de cada artigo alterado na Lei nº 5.809, de 1972. A segunda emenda visa a corrigir erro material na ementa do projeto, na qual a transcrição da ementa do diploma legal por ela alterado está incompleta.

## III - VOTO

Diante do exposto, opinamos pelo acolhimento das emendas nºs 1 a 3 da Câmara dos Deputados ao PLS nº 69, de 1995, e pela apresentação das seguintes emendas de redação à proposição:

**EMENDA Nº 1 – CCJ (DE REDAÇÃO)**

Acrescente-se a sigla “NR” ao final de cada artigo da Lei nº 5.809, de 1972, alterado pelo PLS nº 69, de 1995.

**EMENDA Nº 2 – CCJ (DE REDAÇÃO)**

Dê-se à ementa do PLS nº 69, de 1995, a seguinte redação:

*Altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que 'dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior e dá outras providências'*

Sala da Comissão, em

, Presidente

, Relator



## RELATÓRIO

**RELATOR:** Senador JEFFERSON PÉRES

### I – RELATÓRIO

Retorna a esta Comissão, para análise das emendas da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1995, de autoria do eminente Senador ROMERO JUCÁ, que *altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que 'dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União e dá outras providências'*.

A iniciativa visa a permitir que o companheiro ou a companheira que viva em união estável receba, quando em serviço no exterior, os mesmos benefícios do cônjuge.

A Casa revisora aprovou 3 emendas à proposição. A Emenda nº 1 suprime o art. 4º do projeto, que encerra cláusula de revogação genérica. Já as Emendas nºs 2 e 3, alteram, respectivamente, a redação dada pela proposta aos art. 21, I, e 29, II, da Lei nº 5.809, de 1972, para retirar deles a exigência de que somente seja considerada união estável aquela com mais de cinco anos de existência.

### II – ANÁLISE

A matéria sob exame já fora, na legislatura passada, distribuída à nossa relatoria, quando apresentamos relatório pela aprovação das emendas da Câmara dos Deputados ao PLS nº 69, de 1995, e pela apresentação de duas emendas de redação. O final da legislatura impediu a votação do relatório por esta Comissão.

Não tendo ocorrido fatos novos que justifiquem alteração, reiteramos as nossas conclusões sobre o tema, conforme se segue.

No que diz respeito à Emenda nº 1, manifestamo-nos pela sua aprovação, uma vez que se trata, tão-somente, de emenda de redação, com o objetivo de adaptar a proposição aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona*, que, em seu art. 9º, prevê a existência de cláusula revogatória apenas quando essa indicar expressamente as leis ou disposições legais revogadas. Assim, como não é o caso, a cláusula revogatória do projeto em exame deve ser suprimida.

As emendas nºs 2 e 3 também merecem acolhida, na medida em que, efetivamente, aperfeiçoam a proposição, que, em sua redação original, ao exigir a convivência mínima de cinco anos para configurar a união estável, extrapolava as exigências para o reconhecimento do instituto, constantes do § 3º do art. 226 da Lei Maior.

Finalmente, cabe, aqui, a apresentação de duas emendas de redação, que não afetam, absolutamente, o mérito da proposta. A primeira pela necessidade de adequar o texto da proposição à referida Lei Complementar nº 95, de 1998, mediante acréscimo da sigla “NR”, significando “nova redação”, ao final de cada artigo alterado na Lei nº 5.809, de 1972. A segunda emenda visa a corrigir erro material na ementa do projeto, na qual a transcrição da ementa do diploma legal por ela alterado está incompleta.

**III – VOTO**

Diante do exposto, opinamos pelo acolhimento das emendas nºs 1 a 3 da Câmara dos Deputados ao PLS nº 69, de 1995, e pela apresentação das seguintes emendas de redação à proposição:

**EMENDA Nº 1 – CCJ (DE REDAÇÃO)**

Acrescente-se a sigla “NR” ao final de cada artigo da Lei nº 5.809, de 1972, alterado pelo PLS nº 69, de 1995.

**EMENDA Nº 2 – CCJ (DE REDAÇÃO)**

Dê-se à ementa do PLS nº 69, de 1995, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que ‘dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior e dá outras providências’

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 21, de 2010**, do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2003.

É o seguinte o Ofício:

OF. nº 21/10-PRES/CAS

Brasília, 10 de março de 2010

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2003, com a Emenda nº 1-CAS, que “Estabelece utilização dos recursos do FAT para financiar a obtenção de Carteira Nacional de Habilitação ao trabalhador desempregado e de baixa renda”, de autoria do Senado César Borges.

Atenciosamente, – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Com referência ao expediente recebido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 38, de 2010**, do Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, comunicando a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 38/2010-CI

Brasília, 18 de março de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em Decisão Terminativa, na reunião realizada no dia 18 de março do ano em curso, o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2008, que “Dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas, e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e pro-

ductos agropecuários em geral, e dá outras providências.”, de autoria do Senador Gilberto Goellner, com as Emendas nºs 5, 6, 7 e 8 – CCT/CI.

Respeitosamente, – Senador **Fernando Collor** Presidente da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Com referência ao expediente recebido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. n. 467/2010/SGM/P

Brasília, 30 de março de 2010

Ao Exmo. Sr.

Presidente do Congresso Nacional

Nesta

Assunto: Encaminha Ofício da Liderança do PSDB que indica membro para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício n. 98/2010-CN, recebido em 02 de março de 2010, da Liderança do PSDB, que indica Deputado para o preenchimento de vaga destinada à sua bancada na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – **Michel Temer**, Presidente

Of. n. 285/2010/PSDB

Brasília, 30 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Michel Temer

Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação de Membro de Comissão

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado EDUARDO BARBOSA, como membro suplente, para integrar a Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Respeitosamente, – Deputado **João Almeida**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – A Presidência designa o Sr. Deputado Eduardo Barbosa, como suplente, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. n. 468/2010/SGM/P

Brasília, 31 de março de 2010

Ao Exmo. Sr.

Senador **José Sarney**

Presidente do Congresso Nacional

Nesta

Assunto: Encaminha Ofício da Liderança do PMDB/PSC que indica membro para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício n. 98/2010-CN, recebido em 02 de março de 2010, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os Ofícios n.s 301 e 302/2010, da Liderança do Bloco PMDB/PSC, que indica Deputado para o preenchimento de vaga destinada à sua bancada na Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – **Michel Temer**, Presidente.

OF/GABI/Nº 301

Brasília, 30 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor

Deputado **Michel Temer**

Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado **WILSON SANTIAGO** passa a integrar, na qualidade de SUPLENTE, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Líder do Bloco.

OF/GAB/I/Nº 302

Brasília, 30 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor

Deputado **Michel Temer**

Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência o que o Deputado **Eduardo Amorim**, PSC, passa a integrar, na qualidade de Suplente, a Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Líder do Bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – A Presidência designa os Srs. Deputados **Wilson Santiago** e **Eduardo Amorim**, como suplentes, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos dos ofícios que acabam de serem lidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, as seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2010** (nº 2.115/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Champagnat para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2010** (nº 2.117/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2010** (nº 2.118/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Record de Curitiba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2010** (nº 2.119/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Planalto de Perdizes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Perdizes, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2010** (nº 2.120/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Princesa do Jacuí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2010** (nº 2.122/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2010** (nº 2.125/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matina, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2010** (nº 2.167/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas;



- **Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2010** (nº 2.210/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Assistência Social para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teotônio Vilela, Estado de Alagoas;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2010** (nº 2.005/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Recreativa de Marapanim – Asccrem para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marapanim, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2010** (nº 2.007/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Magalhães Barata – Asderacomab para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Magalhães Barata, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 177, de 2010** (nº 2.017/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Tapiramutá – Arcomut para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapiramutá, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2010** (nº 2.020/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro Agrovila – Santa Maria da Boa Vista – PE – Assmobag para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria da Boa Vista, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2010** (nº 2.021/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Sete Barras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Barras, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2010** (nº 2.022/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Gospel Shalon para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itariri, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2010** (nº 2.023/09, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Paróquia de Barreirinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreirinha, Estado do Amazonas;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2010** (nº 2.025/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Santo Antônio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaipoema, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2010** (nº 2.026/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Amazônia Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Moju, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2010** (nº 2.029/09, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ondas FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dolcinópolis, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2010** (nº 2.031/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fator Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2010** (nº 2.032/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade AM de Votuporanga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2010** (nº 2.034/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Difusora Natureza FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2010** (nº 2.037/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Super Rádio DM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibirapu, Estado do Espírito Santo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2010** (nº 2.039/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curionópolis, Estado do Pará;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2010** (nº 2.040/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Floresta do Araguaia, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2010** (nº 2.041/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Difusora Natureza FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2010** (nº 2.042/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Nacional de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matozinhos, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2010** (nº 2.043/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. – SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2010** (nº 2.046/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Planalto de Euclides da Cunha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Euclides da Cunha, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2010** (nº 2.050/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2010** (nº 2.051/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Aliança Paulista S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2010** (nº 2.052/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Movimento Jovem de Pio XII – Mojop para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pio XII, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2010** (nº 2.053/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Amigos de Apiacás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apiacás, Estado de Mato Grosso;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2010** (nº 2.056/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Nova Era para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de David Canabarro, Estado do Rio Grande do Sul;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 200, de 2010** (nº 2.062/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Centro Comunitário de Pinheiral para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinheiral, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2010** (nº 2.065/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Estrela Polar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2010** (nº 2.066/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Fãs Clubes do Pará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belém, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2010** (nº 2.069/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Botucatu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Botucatu, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2010** (nº 2.027/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Nortão Comunicação e Publicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2010** (nº 2.067/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Nely Andrade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salva-terra, Estado do Pará.

São os seguintes os projetos:



# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 166, DE 2010**

**(nº 2.115/2009, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 12 de junho de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Fundação Champagnat para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**Mensagem nº 727, de 2009.**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, concessões outorgadas a diversas entidades para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, conforme segue:

Decreto de 8 de agosto de 2006 (DOU do dia subsequente):

- 1 - Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda., no município de Cerro Largo - RS;

Decretos de 27 de fevereiro de 2009 (DOU de 2 de março subsequente);

- 2 - Rádio Record de Campos Ltda., no município de Campos dos Goytacazes - RJ;

- 3 - Rádio Panamericana S.A., no município de São Paulo - SP;

- 4 - Fundação Educacional União da Serra, no município de Marau - RS;

- 5 - Rádio Porto Alegre de Curitiba Ltda., no município de Curitiba - PR;

- 6 - Rádio Barretos Ltda., no município de Barretos - SP;

Decretos de 10 de junho de 2009 (DOU do dia 12 subsequente):

- 7 - Rádio Tiradentes Ltda., no município de Belo Horizonte - MG;

- 8 - Fundação Educativa Nordeste, no município de Lagoa Vermelha - RS;

- 9 - Rádio Princesa do Jacuí Ltda., no município de Candelária - RS;

- 10 - Rádio Planalto de Perdizes Ltda., no município de Perdizes - MG;

- 11 - Rádio Record de Curitiba Ltda., no município de Curitiba - PR;

Decretos de 12 de junho de 2009 (DOU do dia 15 subsequente):

12 - Rádio Globo Eldorado Ltda., no município do Rio de Janeiro - RJ;

13 - Rádio Miriam Ltda., no município de Farroupilha - RS;

14 - Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda., no município de São João Nepomuceno - MG;

15 - Rádio TV do Amazonas Ltda., no município de Manacapuru - AM;

16 - Rádio Agulhas Negras de Resende Ltda., no município de Resende - RJ;

17 - Rádio Mirador Ltda., no município de Rio do Sul - SC;

18 - Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., no município de Araçatuba - SP;

19 - Rádio Club de Nova Aurora Ltda., no município de Nova Aurora - PR;

20 - Rádio Cabo Frio Ltda., no município de Cabo Frio - RJ;

21 - Fundação Champagnat, no município de Curitiba - PR;

22 - Fundação Aldeia SOS de Goioerê, no município de Goioerê - PR;

Decretos de 17 de julho de 2009 (DOU do dia 20 subsequente):

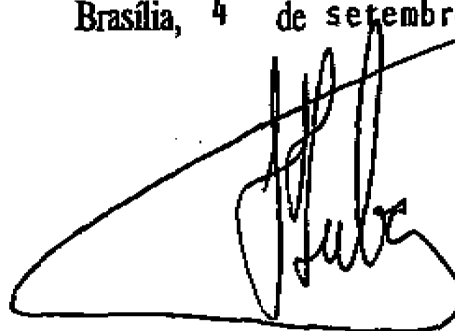
23 - Empresa Fluminense de Comunicação Ltda., no município de Niterói - RJ;

24 - Rádio Planalto de Euclides da Cunha Ltda., no município de Euclides da Cunha - BA;

25 - Rádio Ribeirão Preto Ltda., no município de Ribeirão Preto - SP; e

26 - Fundação José de Paiva Netto, no município do Rio de Janeiro - RJ.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



**MC 440 EM**

Brasília, 5 de outubro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto, para renovação da concessão outorgada à FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sonora em ondas médias, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, pelo prazo de 10 (dez) anos.
2. A requerente recebeu a outorga, originariamente, pela Portaria MVOP nº 216 de 27 de março de 1957, tendo sido renovada pela última vez pelo Decreto s/nº de 21 de dezembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de dezembro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 1039 de 2004, publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de novembro de 2003.
3. Pretende a requerente a renovação de sua concessão por igual período, ou seja, 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004.
4. Observo que a renovação do prazo de vigência da outorga para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.
5. Cumpre ressaltar que os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o de acordo com a legislação aplicável e demonstrando possuir a entidade as qualificações necessárias à renovação da concessão, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.
6. Nessa conformidade, e em observância aos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo nº 53000.019059/2004, que lhe deu origem.

Respeitosamente,



**HÉLIO COSTA**

Ministro de Estado das Comunicações

**DECRETO Nº                   , DE                   DE                   DE 2007.**

Renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT, para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, *caput*, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 22 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.019059/2004,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33 § 3º da Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no município de Curitiba, Estado do Paraná, outorgada originalmente pela Portaria MVOP nº 216 de 27 de março de 1957, e renovada pelo Decreto s/nº de 21 de dezembro de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de dezembro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 1039 de 2004, publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de novembro de 2003.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,       de                   de 2007; 186ª da Independência e 119ª da República.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 167, DE 2010**

**(nº 2.117/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 12 de junho de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Cultura de Araçatuba Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

**Mensagem nº 727, de 2009.**

**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, concessões outorgadas a diversas entidades para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, conforme segue:

**Decreto de 8 de agosto de 2006 (DOU do dia subsequente):**

**1 - Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda., no município de Cerro Largo - RS;**

**Decretos de 27 de fevereiro de 2009 (DOU de 2 de março subsequente);**

**2 - Rádio Record de Campos Ltda., no município de Campos dos Goytacazes - RJ;**

**3 - Rádio Panamericana S.A., no município de São Paulo - SP;**

**4 - Fundação Educacional União da Serra, no município de Marau - RS;**

**5 - Rádio Porto Alegre de Curitiba Ltda., no município de Curitiba - PR;**

**6 - Rádio Barretos Ltda., no município de Barretos - SP;**

**Decretos de 10 de junho de 2009 (DOU do dia 12 subsequente):**

**7 - Rádio Tiradentes Ltda., no município de Belo Horizonte - MG;**

**8 - Fundação Educativa Nordeste, no município de Lagoa Vermelha - RS;**

**9 - Rádio Princesa do Jacuí Ltda., no município de Candelária - RS;**

**10 - Rádio Planalto de Perdizes Ltda., no município de Perdizes - MG;**

**11 - Rádio Record de Curitiba Ltda., no município de Curitiba - PR;**

**Decretos de 12 de junho de 2009 (DOU do dia 15 subsequente):**

**12 - Rádio Globo Eldorado Ltda., no município do Rio de Janeiro - RJ;**

**13 - Rádio Miriam Ltda., no município de Farroupilha - RS;**



14 - Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda., no município de São João Nepomuceno - MG;

15 - Rádio TV do Amazonas Ltda., no município de Manacapuru - AM;

16 - Rádio Agulhas Negras de Resende Ltda., no município de Resende - RJ;

17 - Rádio Mirador Ltda., no município de Rio do Sul - SC;

18 - Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., no município de Araçatuba - SP;

19 - Rádio Club de Nova Aurora Ltda., no município de Nova Aurora - PR;

20 - Rádio Cabo Frio Ltda., no município de Cabo Frio - RJ;

21 - Fundação Champagnat, no município de Curitiba - PR;

22 - Fundação Aldeia SOS de Goioerê, no município de Goioerê - PR;

Decretos de 17 de julho de 2009 (DOU do dia 20 subsequente):

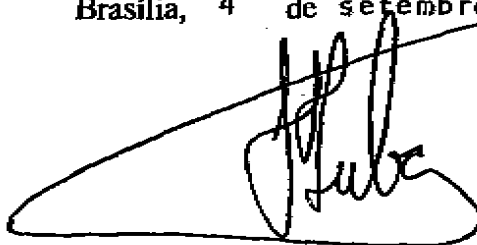
23 - Empresa Fluminense de Comunicação Ltda., no município de Niterói - RJ;

24 - Rádio Planalto de Euclides da Cunha Ltda., no município de Euclides da Cunha - BA;

25 - Rádio Ribeirão Preto Ltda., no município de Ribeirão Preto - SP; e

26 - Fundação José de Paiva Netto, no município do Rio de Janeiro - RJ.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 711/2008-MC

Brasília, 10 de dezembro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto, para renovação da concessão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sonora, em ondas médias, no Município de Araçatuba, Estado de São Paulo, pelo prazo de 10 (dez) anos.
2. A concessão foi outorgada por meio do Decreto nº 38086 de 12 de outubro de 1955, com última renovação conferida, pelo Decreto de 29 de setembro de 2000, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 212 de 2002, publicado no D.O.U. de 12 de setembro de 2002, por mais dez anos, a contar de 1º de novembro de 1993.
3. Pretende a Requerente a renovação de sua concessão por igual período, ou seja, 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003.
4. Observo que a renovação do prazo de vigência da outorga para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.
5. Cumpre ressaltar que os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o de acordo com a legislação aplicável e demonstrando possuir a entidade as qualificações necessárias à renovação da concessão, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.
6. Nessa conformidade, e em observância aos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo nº 53000.025555/2003, que lhe deu origem.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009**

Renova a concessão outorgada à Rádio Colômbia de Aracaju Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Aracaju, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 33006.003085/2004,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2009, a concessão outorgada à Rádio Colômbia de Aracaju Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Aracaju, Estado de São Paulo, outorgada à Rádio Colômbia de Aracaju Ltda. pelo Decreto nº 34.086, de 12 de outubro de 1952, e sua renovação concedida pelo Decreto de 29 de setembro de 2006, publicado no Diário Oficial da União de 3 de outubro de 2006, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 212, de 11 de setembro de 2006.

Parágrafo único. A concessão em renovação reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentações e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009; 189º da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Heloisa Costa

**DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009**

Renova a concessão outorgada à Rádio União de Nova Aurora Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Nova Aurora, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.001050/2006,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de maio de 2006, a concessão outorgada à Rádio Clube de Nova Aurora Ltda., por meio do Decreto nº 92.516, de 4 de abril de 1976, renovada pelo Decreto de 24 de abril de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2004, e aprovada pelo Decreto Legislativo nº 659, de 29 de agosto de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Nova Aurora, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão em renovação reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentações e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009; 189º da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Heloisa Costa

**DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009**

Renova a concessão outorgada à Rádio Cabo Frio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 33003.007009/2004,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Cabo Frio Ltda., pela Portaria MVOP nº 328, de 26 de junho de 1960, e renovada pelo Decreto de 13 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2001, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 505, de 17 de agosto de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão em renovação reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentações e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009; 189º da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Heloisa Costa

**DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009**

Renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 50710.009299/1994 e 53003.001970/2004,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda., pela Portaria MVOP nº 772, de 21 de novembro de 1952, e renovada pelo Decreto nº 90.422, de 3 de novembro de 1964, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão em renovação reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentações e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009; 189º da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Heloisa Costa

**DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009**

Renova a concessão outorgada à Rádio Mirim Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 33003.0022610/2003,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Mirim Ltda., pelo Decreto nº 47.250, de 17 de novembro de 1959, renovada pelo Decreto de 16 de setembro de 1994, publicado no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 1994, e aprovada pelo Decreto Legislativo nº 56, de 13 de agosto de 1999, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A concessão em renovação reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentações e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009; 189º da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Heloisa Costa

**DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009**

Renova a concessão outorgada à Rádio Mirim Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Fátima, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53003.001970/2004,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Mirim Ltda., pela Portaria MVOP nº 113, de 28 de janeiro de 1953, e renovada pelo Decreto de 30 de janeiro de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 2 de fevereiro de 1998, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 92, de 16 de maio de 2007, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Fátima, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão em renovação reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentações e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009; 189º da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Heloisa Costa

**DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009**

Declara renovada a concessão outorgada à Rádio Progresso de Corumbá Ltda., concessão do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 7º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 33.000.000239/2001,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada renovada a concessão outorgada pelo Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, à Rádio Progresso de Corumbá Ltda., no Município de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias.

Art. 2º A concessão somente produzirá seus efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009; 189º da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Heloisa Costa

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 168, DE 2010**

**(nº 2.118/2009, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO RECORD DE CURITIBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 10 de junho de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Record de Curitiba Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 727, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, concessões outorgadas a diversas entidades para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, conforme segue:

Decreto de 8 de agosto de 2006 (DOU do dia subsequente):

1 - Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda., no município de Cerro Largo - RS;

Decretos de 27 de fevereiro de 2009 (DOU de 2 de março subsequente);

2 - Rádio Record de Campos Ltda., no município de Campos dos Goytacazes -

RJ;

3 - Rádio Panamericana S.A., no município de São Paulo - SP;

4 - Fundação Educacional União da Serra, no município de Marau - RS;

5 - Rádio Porto Alegre de Curitiba Ltda., no município de Curitiba - PR;

6 - Rádio Barretos Ltda., no município de Barretos - SP;

Decretos de 10 de junho de 2009 (DOU do dia 12 subsequente):

7 - Rádio Tiradentes Ltda., no município de Belo Horizonte - MG;

8 - Fundação Educativa Nordeste, no município de Lagoa Vermelha - RS;

9 - Rádio Princesa do Jacuí Ltda., no município de Candelária - RS;

10 - Rádio Planalto de Perdizes Ltda., no município de Perdizes - MG;

11 - Rádio Record de Curitiba Ltda., no município de Curitiba - PR;

Decretos de 12 de junho de 2009 (DOU do dia 15 subsequente):

12 - Rádio Globo Eldorado Ltda., no município do Rio de Janeiro - RJ;

13 - Rádio Miriam Ltda., no município de Farroupilha - RS;

14 - Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda., no município de São João Nepomuceno - MG;

15 - Rádio TV do Amazonas Ltda., no município de Manacapuru - AM;

16 - Rádio Agulhas Negras de Resende Ltda., no município de Resende - RJ;

17 - Rádio Mirador Ltda., no município de Rio do Sul - SC;

18 - Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., no município de Araçatuba - SP;

19 - Rádio Club de Nova Aurora Ltda., no município de Nova Aurora - PR;

20 - Rádio Cabo Frio Ltda., no município de Cabo Frio - RJ;

21 - Fundação Champagnat, no município de Curitiba - PR;

22 - Fundação Aldeia SOS de Goioerê, no município de Goioerê - PR;

Decretos de 17 de julho de 2009 (DOU do dia 20 subsequente):

23 - Empresa Fluminense de Comunicação Ltda., no município de Niterói - RJ;

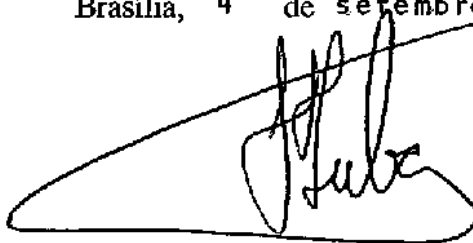
Cunha - BA;

24 - Rádio Planalto de Euclides da Cunha Ltda., no município de Euclides da

25 - Rádio Ribeirão Preto Ltda., no município de Ribeirão Preto - SP; e

26 - Fundação José de Paiva Netto, no município do Rio de Janeiro - RJ.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº 661/2008-MC

Brasília, 24 de novembro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto, para a renovação da concessão outorgada à RÁDIO RECORD DE CURITIBA LTDA, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, pelo prazo de 10 (dez) anos.
2. A concessão foi outorgada originariamente à Rádio Atalaia de Porto Alegre Ltda., pelo Decreto nº 1.401, de 26 de setembro de 1962, cuja denominação social foi alterada para RÁDIO RECORD DE CURITIBA LTDA, pela Portaria nº 143, de 24 de outubro de 1991, renovada por meio do Decreto de 8 de agosto de 1994, publicado no D.O.U. de 9 de agosto de 1994 e aprovado através do Decreto Legislativo nº 14, de 2003, publicado no D.O.U. de 14 de março de 2003. (313)
3. Pretende a requerente a renovação de sua concessão por igual período, ou seja, 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003.
4. Observo que a renovação do prazo de vigência da outorga para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.
5. Cumpre ressaltar que os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o de acordo com a legislação aplicável e demonstrando possuir a entidade as qualificações necessárias à renovação da concessão, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.
6. Nessa conformidade, e em observância aos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo nº 53000.021291/2003, que lhe deu origem.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*





# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 169, DE 2010**

**(nº 2.119/2009, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PLANALTO DE PERDIZES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Perdizes, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 10 de junho de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 15 de março de 2001, a concessão outorgada à Rádio Planalto de Perdizes Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Perdizes, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 727, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, concessões outorgadas a diversas entidades para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, conforme segue:

Decreto de 8 de agosto de 2006 (DOU do dia subsequente):

1 - Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda., no município de Cerro Largo - RS;

Decretos de 27 de fevereiro de 2009 (DOU de 2 de março subsequente);

2 - Rádio Record de Campos Ltda., no município de Campos dos Goytacazes - RJ;

3 - Rádio Panamericana S.A., no município de São Paulo - SP;

4 - Fundação Educacional União da Serra, no município de Marau - RS;

5 - Rádio Porto Alegre de Curitiba Ltda., no município de Curitiba - PR;

6 - Rádio Barretos Ltda., no município de Barretos - SP;

Decretos de 10 de junho de 2009 (DOU do dia 12 subsequente):

7 - Rádio Tiradentes Ltda., no município de Belo Horizonte - MG;

8 - Fundação Educativa Nordeste, no município de Lagoa Vermelha - RS;

9 - Rádio Princesa do Jacuí Ltda., no município de Candelária - RS;

10 - Rádio Planalto de Perdizes Ltda., no município de Perdizes - MG;

11 - Rádio Record de Curitiba Ltda., no município de Curitiba - PR;

Decretos de 12 de junho de 2009 (DOU do dia 15 subsequente):

12 - Rádio Globo Eldorado Ltda., no município do Rio de Janeiro - RJ;

13 - Rádio Miriam Ltda., no município de Farroupilha - RS;

14 - Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda., no município de São João Nepomuceno - MG;

15 - Rádio TV do Amazonas Ltda., no município de Manacapuru - AM;

16 - Rádio Agulhas Negras de Resende Ltda., no município de Resende - RJ;

17 - Rádio Mirador Ltda., no município de Rio do Sul - SC;

18 - Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., no município de Araçatuba - SP;

19 - Rádio Club de Nova Aurora Ltda., no município de Nova Aurora - PR;

20 - Rádio Cabo Frio Ltda., no município de Cabo Frio - RJ;

21 - Fundação Champagnat, no município de Curitiba - PR;

22 - Fundação Aldeia SOS de Goioerê, no município de Goioerê - PR;

Decretos de 17 de julho de 2009 (DOU do dia 20 subsequente):

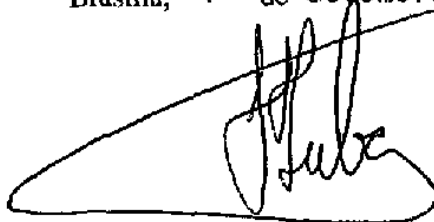
23 - Empresa Fluminense de Comunicação Ltda., no município de Niterói - RJ;

24 - Rádio Planalto de Euclides da Cunha Ltda., no município de Euclides da Cunha - BA;

25 - Rádio Ribeirão Preto Ltda., no município de Ribeirão Preto - SP; e

26 - Fundação José de Paiva Netto, no município do Rio de Janeiro - RJ.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº 656/2008-MC

Brasília, 24 de novembro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto, para renovação da concessão outorgada à RÁDIO PLANALTO DE PERDIZES LTDA para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sonora em ondas médias, no Município de Perdizes, Estado de Minas Gerais, pelo prazo de 10 (dez) anos.
2. A requerente recebeu a outorga pelo Decreto nº 99.077, de 8 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União do dia 9 de março de 1990, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 78 de 1991, publicado no Diário Oficial da União do dia 15 de março de 1991.
3. Pretende a requerente a renovação de sua concessão por igual período, ou seja, 10 (dez) anos, a partir de 15 de março de 2001.
4. Observo que a renovação do prazo de vigência da outorga para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.
5. Cumpre ressaltar que os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o de acordo com a legislação aplicável e demonstrando possuir a entidade as qualificações necessárias à renovação da concessão, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.
6. Nessa conformidade, e em observância aos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo nº 53710.000313/2001, que lhe deu origem.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

Nº 110, sexta-feira, 12 de junho de 2009

## Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1676-2339

## DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada à **EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISÃO S.A.**, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de São Carlos, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.011566/2003,

## DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de setembro de 2003, a concessão outorgada à **EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISÃO S.A.**, pelo Decreto nº 96.679, de 13 de setembro de 1958, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens, no Município de São Carlos, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

**LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
Hélio Costa

## DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2009

Declara perempta a concessão outorgada à **Rádior Arqueiros Ltda.**, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Arqueiros, Estado de Rondônia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 7º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.075427/2006,

## DECRETA:

Art. 1º Fica declarada perempta a concessão outorgada pelo Decreto nº 85.887, de 8 de abril de 1981, à **Rádior Arqueiros Ltda.**, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Arqueiros, Estado de Rondônia.

Art. 2º A perempta somente produzirá seus efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

**LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
Hélio Costa

## DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2009

Declara perempta a concessão outorgada à **Rádior Difusora Sul da Bahia Ltda.**, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Itabuna, Estado da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 7º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.090488/2006-19,

## DECRETA:

Art. 1º Fica declarada perempta a concessão outorgada pelo Decreto nº 45.971, de 9 de maio de 1959, e renovada pelo Decreto nº 91.521, de 9 de agosto de 1985, à **Rádior Difusora Sul da Bahia Ltda.**, no Município de Itabuna, Estado da Bahia, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias.

Art. 1º Este ato somente produzirá seus efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

**LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
Hélio Costa

## DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2009

Declara perempta a concessão outorgada à **Sociedade Rádio Dourados Ltda.**, concessionária do serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais, no Município de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 7º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.008288/2007,

## DECRETA:

Art. 1º Fica declarada perempta a concessão outorgada pelo Decreto nº 77.602, de 12 de maio de 1976, e renovada pelo Decreto nº 94.416, de 10 de junho de 1987, à **Sociedade Rádio Dourados Ltda.**, no Município de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais.

Art. 2º A perempta somente produzirá seus efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

**LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
Hélio Costa

## DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada à **Rádior Piratininga do Jacuí Ltda.**, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.042.823/2003,

## DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de novembro de 2003, a concessão outorgada à **Rádior Piratininga do Jacuí Ltda.**, pelo Decreto nº 41.987, de 5 de agosto de 1957, renovada pelo Decreto de 17 de julho de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2000, e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 537, de 15 de junho de 2005, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

**LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
Hélio Costa

## DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada à **Rádior Planalto de Perizes Ltda.**, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Perizes, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000313/2001,

## DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 15 de março de 2001, a concessão outorgada à **Rádior Planalto de Perizes Ltda.**, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Perizes, Estado de Minas Gerais, pelo Decreto nº 99.977, de 8 de março de 1990, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 78, de 14 de março de 1991.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

**LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
Hélio Costa

## DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada à **Rádior Triunfantes Ltda.**, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.017164/2003,

## DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de novembro de 2003, a concessão outorgada à **Rádior Triunfantes Ltda.**, pelo Decreto nº 52.009, de 16 de maio de 1963, renovada pelo Decreto de 18 de dezembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 1995, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 85, de 3 de dezembro de 1998, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

**LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA**  
Hélio Costa

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 170, DE 2010**

**(nº 2.120/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PRINCESA DO JACUÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 10 de junho de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Princesa do Jacuí Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**



Mensagem nº 727, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, concessões outorgadas a diversas entidades para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, conforme segue:

Decreto de 8 de agosto de 2006 (DOU do dia subsequente):

1 - Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda., no município de Cerro Largo - RS;

Decretos de 27 de fevereiro de 2009 (DOU de 2 de março subsequente);

2 - Rádio Record de Campos Ltda., no município de Campos dos Goytacazes - RJ;

3 - Rádio Panamericana S.A., no município de São Paulo - SP;

4 - Fundação Educacional União da Serra, no município de Marau - RS;

5 - Rádio Porto Alegre de Curitiba Ltda., no município de Curitiba - PR;

6 - Rádio Barretos Ltda., no município de Barretos - SP;

Decretos de 10 de junho de 2009 (DOU do dia 12 subsequente):

7 - Rádio Tiradentes Ltda., no município de Belo Horizonte - MG;

8 - Fundação Educativa Nordeste, no município de Lagoa Vermelha - RS;

9 - Rádio Princesa do Jacuí Ltda., no município de Candelária - RS;

10 - Rádio Planalto de Perdizes Ltda., no município de Perdizes - MG;

11 - Rádio Record de Curitiba Ltda., no município de Curitiba - PR;

Decretos de 12 de junho de 2009 (DOU do dia 15 subsequente):

12 - Rádio Globo Eldorado Ltda., no município do Rio de Janeiro - RJ;

13 - Rádio Miriam Ltda., no município de Farroupilha - RS;

14 - Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda., no município de São João Nepomuceno - MG;

15 - Rádio TV do Amazonas Ltda., no município de Manacapuru - AM;

16 - Rádio Agulhas Negras de Resende Ltda., no município de Resende - RJ;

17 - Rádio Mirador Ltda., no município de Rio do Sul - SC;

18 - Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., no município de Araçatuba - SP;

19 - Rádio Club de Nova Aurora Ltda., no município de Nova Aurora - PR;

20 - Rádio Cabo Frio Ltda., no município de Cabo Frio - RJ;

21 - Fundação Champagnat, no município de Curitiba - PR;

22 - Fundação Aldeia SOS de Goioerê, no município de Goioerê - PR;

Decretos de 17 de julho de 2009 (DOU do dia 20 subsequente):

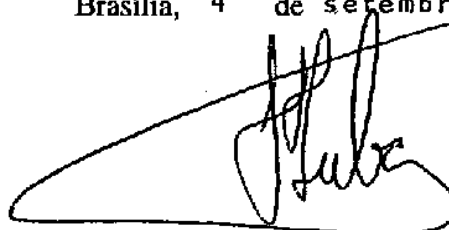
23 - Empresa Fluminense de Comunicação Ltda., no município de Niterói - RJ;

Cunha - BA;

25 - Rádio Ribeirão Preto Ltda., no município de Ribeirão Preto - SP; e

26 - Fundação José de Paiva Netto, no município do Rio de Janeiro - RJ.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº 655/2008-MC

Brasília, 24 de novembro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto, para renovação da concessão outorgada à RÁDIO PRINCESA DO JACUÍ LTDA, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no município de Candelária, estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de 10 (dez) anos.

2. A outorga foi concedida à Rádio Princesa do Jacuí Ltda, por meio do Decreto nº 41.987, de 5 de agosto de 1957, renovada por meio do Decreto Legislativo nº 557, de 2005, publicado no D.O.U. de 16 de junho de 2005.

15 de junho

3. Pretende a requerente a renovação de sua concessão por igual período, ou seja, 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 2003.

4. Observo que a renovação do prazo de vigência da outorga para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

5. Cumpre ressaltar que os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o de acordo com a legislação aplicável e demonstrando possuir a entidade as qualificações necessárias à renovação da concessão, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.

6. Nessa conformidade, e em observância aos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo nº 53000.042823/2003, que lhe deu origem.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

Nº 116, sexta-feira, 12 de junho de 2009

## DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada à EMPRESA MONEIRA DE TELEVISÃO S.A., para explorar serviço de radiodifusão de TV e imagem, sem direito de exclusividade, no Município de São Carlos, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 7º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 33000.011566/2003,

## DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de novembro de 2003, a concessão outorgada à EMPRESA MONEIRA DE TELEVISÃO S.A., pelo Decreto nº 96.679, de 13 de setembro de 1988, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens, no Município de São Carlos, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentações e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato submete produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Hélio Costa

## DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2009

Declara prorrogação da concessão outorgada à Rádio Arapongas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Arapongas, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 7º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 33000.075427/2006,

## DECRETA:

Art. 1º Fica declarada prorrogação a concessão outorgada pelo Decreto nº 88.887, de 8 de abril de 1981, à Rádio Arapongas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Arapongas, Estado do Paraná.

Art. 2º A prorrogação ora declarada produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Hélio Costa

## DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2009

Declara prorrogação a concessão outorgada à Rádio Difusora Sul da Bahia Ltda., concessão do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Itabuna, Estado da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 7º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.09049/2006-19,

## DECRETA:

Art. 1º Fica declarada prorrogação a concessão outorgada pelo Decreto nº 45.971, de 9 de maio de 1959, e renovada pelo Decreto nº 91.521, de 9 de agosto de 1985, à Rádio Difusora Sul da Bahia Ltda., no Município de Itabuna, Estado da Bahia, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias.

## Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1678-2379

Art. 1º Este Decreto declara prorrogação a concessão outorgada pelo Decreto nº 45.971, de 9 de maio de 1959, e renovada pelo Decreto nº 91.521, de 9 de agosto de 1985, à Rádio Difusora Sul da Bahia Ltda., no Município de Itabuna, Estado da Bahia, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Hélio Costa

## DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2009

Declara prorrogação a concessão outorgada à Sociedade Rádio Difusora Ltda., concessão do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Lacerdópolis, Estado do Mato Grosso do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 7º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 33000.008288/2007,

## DECRETA:

Art. 1º Fica declarada prorrogação a concessão outorgada pelo Decreto nº 77.602, de 12 de maio de 1978, e renovada pelo Decreto nº 94.416, de 10 de junho de 1987, à Sociedade Rádio Difusora Ltda., no Município de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias.

Art. 2º A prorrogação ora declarada produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Hélio Costa

## DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada à Rádio Pádua do Jari Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Canabara, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 7º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 33000.042.82/2003,

## DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Pádua do Jari Ltda., pelo Decreto nº 41.897, de 3 de agosto de 1957, renovada pelo Decreto de 17 de julho de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2000, e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 557, de 15 de junho de 2005, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Canabara, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentações e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato submete produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Hélio Costa

## DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada à Rádio Pádua do Jari Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Canabara, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 7º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000919/2001,

## DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 15 de março de 2001, a concessão outorgada à Rádio Pádua do Jari Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Canabara, Estado do Rio Grande do Sul, pelo Decreto nº 99.077, de 8 de março de 1991, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 75, de 14 de março de 1991.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentações e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato submete produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Hélio Costa

## DECRETO DE 10 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada à Rádio Transmissora Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 7º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 33000.01710/2003,

## DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 14 de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Transmissora Ltda., pelo Decreto nº 52.009, de 16 de maio de 1963, renovada pelo Decreto de 18 de dezembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 1995, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 83, de 3 de dezembro de 1998, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentações e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato submete produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Hélio Costa

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 171, DE 2010**

**(nº 2.122/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO BARRETOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 27 de fevereiro de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 727, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, concessões outorgadas a diversas entidades para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, conforme segue:

Decreto de 8 de agosto de 2006 (DOU do dia subsequente):

1 - Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda., no município de Cerro Largo - RS;

Decretos de 27 de fevereiro de 2009 (DOU de 2 de março subsequente):

2 - Rádio Record de Campos Ltda., no município de Campos dos Goytacazes -

RJ;

3 - Rádio Panamericana S.A., no município de São Paulo - SP;

4 - Fundação Educacional União da Serra, no município de Marau - RS;

5 - Rádio Porto Alegre de Curitiba Ltda., no município de Curitiba - PR;

6 - Rádio Barretos Ltda., no município de Barretos - SP;

Decretos de 10 de junho de 2009 (DOU do dia 12 subsequente):

7 - Rádio Tiradentes Ltda., no município de Belo Horizonte - MG;

8 - Fundação Educativa Nordeste, no município de Lagoa Vermelha - RS;

9 - Rádio Princesa do Jacuí Ltda., no município de Candelária - RS;

10 - Rádio Planalto de Perdizes Ltda., no município de Perdizes - MG;

11 - Rádio Record de Curitiba Ltda., no município de Curitiba - PR;

Decretos de 12 de junho de 2009 (DOU do dia 15 subsequente):

12 - Rádio Globo Eldorado Ltda., no município do Rio de Janeiro - RJ;

13 - Rádio Miriam Ltda., no município de Farroupilha - RS;

14 - Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda., no município de São João Nepomuceno - MG;

15 - Rádio TV do Amazonas Ltda., no município de Manacapuru - AM;

16 - Rádio Agulhas Negras de Resende Ltda., no município de Resende - RJ;

17 - Rádio Mirador Ltda., no município de Rio do Sul - SC;

18 - Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., no município de Araçatuba - SP;

19 - Rádio Club de Nova Aurora Ltda., no município de Nova Aurora - PR;

20 - Rádio Cabo Frio Ltda., no município de Cabo Frio - RJ;

21 - Fundação Champagnat, no município de Curitiba - PR;

22 - Fundação Aldeia SOS de Goioerê, no município de Goioerê - PR;

Decretos de 17 de julho de 2009 (DOU do dia 20 subsequente):

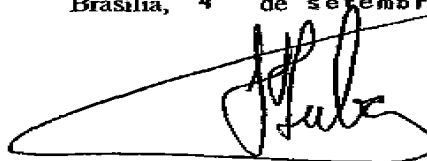
23 - Empresa Fluminense de Comunicação Ltda., no município de Niterói - RJ;

24 - Rádio Planalto de Euclides da Cunha Ltda., no município de Euclides da Cunha - BA;

25 - Rádio Ribeirão Preto Ltda., no município de Ribeirão Preto - SP; e

26 - Fundação José de Paiva Netto, no município do Rio de Janeiro - RJ.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº 650/2008-MC

Brasília, 24 de novembro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto, para a renovação da concessão outorgada à RÁDIO BARRETOS LTDA, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Barretos, Estado de São Paulo, pelo prazo de 10 (dez) anos.
2. A concessão foi outorgada por meio da Portaria MVOP nº 353, de 19 de junho de 1940, renovada por meio do Decreto s/nº, de 14 de dezembro de 1994 e aprovado através do Decreto Legislativo nº 113, de 1996, publicado no D.O.U. de 31 de outubro de 1996.
3. Pretende a requerente a renovação de sua concessão por igual período, ou seja, 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004.
4. Observo que a renovação do prazo de vigência da outorga para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.
5. Cumpre ressaltar que os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o de acordo com a legislação aplicável e demonstrando possuir a entidade as qualificações necessárias à renovação da concessão, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.
6. Nessa conformidade, e em observância aos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo nº 53000.035227/2004-74, que lhe deu origem.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

**DECRETO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2009.**

Renova a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Barretos, Estado de São Paulo.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.035227/2004-74,

**DECRETA:**

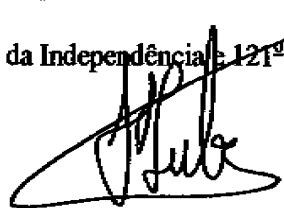

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Barretos Ltda., por meio da Portaria MVOP nº 353, de 19 de junho de 1940, renovada pelo Decreto de 14 de dezembro de 1994, publicado no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 1994, e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 113, de 30 de outubro de 1996, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Barretos, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*



## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 172, DE 2010

(nº 2.125/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matina, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.132 de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural e Difusão Comunitária para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matina, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 733, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

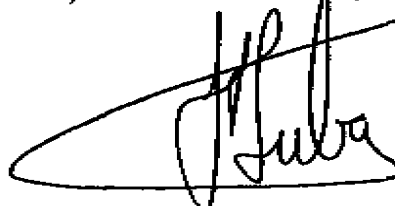
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 1.091, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária com Ações Participantes, no município de Lucas - CE;
- 2 - Portaria nº 1.092, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Pró-Cidadania – Associação de Voluntários no Desenvolvimento Humano e Difusão Cultural de Cidade Ocidental, no município de Cidade Ocidental - GO;
- 3 - Portaria nº 1.098, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Cidade FM, no município de Caldas Novas - GO;
- 4 - Portaria nº 1.099, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Difusão Comunitária de Novo Destino, no município de Santa Rita do Novo Destino - GO;
- 5 - Portaria nº 1.101, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Mimoso de Goiás - GO, no município de Mimoso de Goiás - GO;
- 6 - Portaria nº 1.103, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Bragança - ASDEGAB, no município de Bragança - PA;
- 7 - Portaria nº 1.106, de 23 de dezembro de 2008 – Associação “Josefa de Medeiros Lira”, no município de Cruzeta - RN;
- 8 - Portaria nº 1.107, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Boa Vista do Incra - ICBVI, no município de Boa Vista do Incra - RS;
- 9 - Portaria nº 1.108, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Rádio Momento FM, no município de Osório - RS;
- 10 - Portaria nº 1.109, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária Ferraria, no município de Campo Largo - PR;

- 11 - Portaria nº 1.114, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Comunitária de Taquari, no município de Taquari - RS;
- 12 - Portaria nº 1.115, de 23 de dezembro de 2008 – ADCX - Associação de Difusão Comunitária de Xerém, no município de Duque de Caxias - RJ;
- 13 - Portaria nº 1.116, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Comunitária Coronel Bicaco, no município de Coronel Bicaco - RS;
- 14 - Portaria nº 1.117, de 23 de dezembro de 2008 – Clube do Livro Amigos da Leitura, no município de Três de Maio - RS;
- 15 - Portaria nº 1.119, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Teutônia, no município de Teutônia - RS;
- 16 - Portaria nº 1.120, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária São Francisco de Assis, no município de Abelardo Luz - SC;
- 17 - Portaria nº 1.121, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Beneficente de Radiodifusão de Inimutaba, no município de Inimutaba - MG;
- 18 - Portaria nº 1.122, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Miguelina de Rádio Difusão Comunitária, no município de São Miguel das Missões - RS;
- 19 - Portaria nº 1.123, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Mariana Pimentel, no município de Mariana Pimentel - RS;
- 20 - Portaria nº 1.125, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Paverama, no município de Paverama - RS;
- 21 - Portaria nº 1.126, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Governador Mangabeira, no município de Governador Mangabeira - BA;
- 22 - Portaria nº 1.127, de 23 de dezembro de 2008 – União Comunitária Ativa Única, no município de Paulista - PB;
- 23 - Portaria nº 1.132, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Difusão Comunitária, no município de Matina - BA;
- 24 - Portaria nº 1.136, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Amigos de Caravelas, no município de Caravelas - BA;
- 25 - Portaria nº 1.137, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária Voz Livre, no município de São Ludgero - SC;
- 26 - Portaria nº 1.142, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Educativa de Sussuapara, no município de Sussuapara - PI;
- 27 - Portaria nº 1.144, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cultural Mostardense, no município de Mostardas - RS;
- 28 - Portaria nº 1.145, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Magalhães Barata - ASDERACOMAB, no município de Magalhães Barata - PA;
- 29 - Portaria nº 1.147, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Dezesseis de Novembro - RS, no município de Dezesseis de Novembro - RS;
- 30 - Portaria nº 1.149, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cultural e Recreativa de Marapanim - ASCCREM, no município de Marapanim - PA;
- 31 - Portaria nº 1.150, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Comunitária de Eldorado dos Carajás, no município de Eldorado dos Carajás - PA;
- 32 - Portaria nº 1.154, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Solidariedade, no município de Novo Hamburgo - RS;
- 33 - Portaria nº 1.156, de 23 de dezembro de 2008 – Fundação Fronteiras, no município de Fronteiras - PI;
- 34 - Portaria nº 1.159, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Gregório de Souza Mororó - Bairro Acampamento, no município de Varjota - CE;
- 35 - Portaria nº 1.161, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária e Cultural Nova Era, no município de David Canabarro - RS;

- 36 - Portaria nº 1.163, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Oiapoque - ASCOQUE, no município de Oiapoque - AP;
- 37 - Portaria nº 1.166, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Artística Dr. Juca Ribeiro, no município de Sacramento - MG;
- 38 - Portaria nº 1.177, de 30 de dezembro de 2008 – Obra Social e Cultural Santo Antônio, no município de Caçapava - SP;
- 39 - Portaria nº 1.178, de 30 de dezembro de 2008 – Instituto de Comunicação Popular a Voz do Rincão, no município de Bonito - MS;
- 40 - Portaria nº 1.181, de 30 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Bairro da Muritiba, no município de Nazaré - BA;
- 41 - Portaria nº 1.182, de 30 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores da Vila Amorim (AMVA), no município de Corumbaita - GO;
- 42 - Portaria nº 1.206, de 30 de dezembro de 2008 – ACCLTP - Associação de Comunicação Comunitária Liberdade de Três Palmeiras/RS, no município de Três Palmeiras - RS;
- 43 - Portaria nº 1.211, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Ladário - ACOLA, no município de Ladário - MS;
- 44 - Portaria nº 1.214, de 30 de dezembro de 2008 – Associação de Amigos de Apiacás, no município de Apiacás - MT;
- 45 - Portaria nº 1.217, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária dos Moradores e Amigos de Oiapoque, no município de Oiapoque - AP;
- 46 - Portaria nº 1.221, de 30 de dezembro de 2008 – MEAC - Movimento Esportivo Amador Coquense, no município de Vitória do Mearim - MA;
- 47 - Portaria nº 1.223, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária e Cultural do Bairro do Riacho, no município de Barreirinhas - MA;
- 48 - Portaria nº 1.224, de 30 de dezembro de 2008 – Movimento Jovem de Pio XII - MOJOP, no município de Pio XII - MA;
- 49 - Portaria nº 326, de 28 de maio de 2009 – Associação Recreativa e Esportiva Grupo Manoel Marchetti, no município de Ibirama - SC; e
- 50 - Portaria nº 366, de 16 de junho de 2009 – Associação Beneficente Joaquim Cocundo, no município de Bezerras - PE.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 230/2009 – MC

Brasília, 10 de março de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **Associação Cultural e Difusão Comunitária**, no Município de Matina, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53100.000783/2004, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa***PORTARIA Nº 1132 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53100.000783/2004 e do PARECER/MC/CONJUR/JSN/Nº 1126 - 1.08 / 2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Cultural e Difusão Comunitária**, com sede à Praça Elgino Campos, s/n.º Centro, no município de Matina, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 13°54'39"S e longitude em 42°50'42"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 173, DE 2010

(nº 2.167/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIO-DIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 303 de 14 de maio de 2009, que outorga permissão à Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 730, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

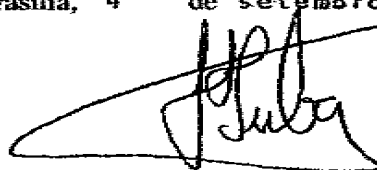
- 1 - Portaria nº 330, de 11 de junho de 2008 – SBC - Radiodifusão Ltda., no município de Cachoeira do Arari - PA;
- 2 - Portaria nº 333, de 11 de junho de 2008 – Empresa de Radiodifusão Estrela Polar Ltda., no município de Itaberá - SP;
- 3 - Portaria nº 334, de 11 de junho de 2008 – Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda., no município de Paranhos - MS;
- 4 - Portaria nº 335, de 11 de junho de 2008 – Gomes Comunicações Ltda., no município de Ladário - MS;
- 5 - Portaria nº 370, de 12 de junho de 2008 – Campo Grande Comunicação Ltda., no município de Glória de Dourados - MS;
- 6 - Portaria nº 386, de 13 de junho de 2008 – SBC - Radiodifusão Ltda., no município de Concórdia do Pará - PA;
- 7 - Portaria nº 555, de 4 de setembro de 2008 – Sistema Regional de Comunicação Andradina Ltda., no município de Castilho - SP;
- 8 - Portaria nº 873, de 19 de dezembro de 2008 – Rádio Sanhauá FM Ltda., no município de Mari - PB;
- 9 - Portaria nº 875, de 19 de dezembro de 2008 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de São Miguel Arcanjo - SP;
- 10 - Portaria nº 992, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Noroeste de Comunicação Ltda.EPP, no município de Penápolis - SP;
- 11 - Portaria nº 994, de 23 de dezembro de 2008 – W.A.C Rabelo & CIA Ltda., no município de Irituia - PA;
- 12 - Portaria nº 1.001, de 23 de dezembro de 2008 – Rede Tamandaré de Rádio e Televisão Ltda., no município de Picuí - PB;

- 13 - Portaria nº 1.018, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Cidade AM de Votuporanga Ltda., no município de Cardoso - SP;
- 14 - Portaria nº 71, de 25 de março de 2009 – Moriá FM Ltda., no município de General Carneiro - PR;
- 15 - Portaria nº 74, de 25 de março de 2009 – Fator Radiodifusão Ltda., no município de Barra do Ribeiro - RS;
- 16 - Portaria nº 75, de 25 de março de 2009 – Sociedade Rádio Vanguarda Limitada, no município de Marianópolis do Tocantins - TO;
- 17 - Portaria nº 76, de 25 de março de 2009 – Rádio Brasil Sul FM Ltda., no município de Santa Mariana - PR;
- 18 - Portaria nº 78, de 25 de março de 2009 – Rádio Tauá de Guiratinga Ltda., no município de Alto Paraguai - MT;
- 19 - Portaria nº 79, de 25 de março de 2009 – Sociedade Rádio Vanguarda Limitada, no município de Dom Aquino - MT;
- 20 - Portaria nº 80, de 25 de março de 2009 – Moriá FM Ltda., no município de Iguaçu - PR;
- 21 - Portaria nº 81, de 25 de março de 2009 – Moriá FM Ltda., no município de Quinta do Sol - PR;
- 22 - Portaria nº 82, de 25 de março de 2009 – Rádio Vera Ltda., no município de Vera - MT;
- 23 - Portaria nº 84, de 25 de março de 2009 – Rádio Litoral Norte Ltda., no município de Piedade - SP;
- 24 - Portaria nº 85, de 25 de março de 2009 – Sistema Nativa de Comunicações Ltda., no município de Pinheiro Machado - RS;
- 25 - Portaria nº 86, de 25 de março de 2009 – Mar e Céu Comunicações Ltda., no município de Vila Rica - MT;
- 26 - Portaria nº 92, de 25 de março de 2009 – Rádio Voz do São Francisco Ltda., no município de São Francisco - MG;
- 27 - Portaria nº 261, de 7 de maio de 2009 – Sistema Arizona de Comunicação Ltda., no município de Acará - PA;
- 28 - Portaria nº 268, de 12 de maio de 2009 – Rádio Nativa FM Ltda., no município de Ipaba - MG;
- 29 - Portaria nº 275, de 13 de maio de 2009 – Rádio Ondas FM Ltda., no município de Colômbia - SP;
- 30 - Portaria nº 276, de 13 de maio de 2009 – Rádio Ondas FM Ltda., no município de Dolcinópolis - SP;
- 31 - Portaria nº 293, de 14 de maio de 2009 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Herculândia - SP;
- 32 - Portaria nº 294, de 14 de maio de 2009 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Euclides da Cunha Paulista - SP;
- 33 - Portaria nº 295, de 14 de maio de 2009 – Campo Grande Comunicação Ltda., no município de Angélica - MS;
- 34 - Portaria nº 296, de 14 de maio de 2009 – Campo Grande Comunicação Ltda., no município de Bataiporã - MS;
- 35 - Portaria nº 298, de 14 de maio de 2009 – Xaraés Comunicações Ltda., no município de Bodoquena - MS;
- 36 - Portaria nº 299, de 14 de maio de 2009 – Xaraés Comunicações Ltda., no município de Água Clara - MS;



- 37 - Portaria nº 300, de 14 de maio de 2009 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Taquarituba - SP;
- 38 - Portaria nº 301, de 14 de maio de 2009 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Teodoro Sampaio - SP;
- 39 - Portaria nº 303, de 14 de maio de 2009 – Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda., no município de Delmiro Gouveia - AL;
- 40 - Portaria nº 304, de 14 de maio de 2009 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de São José do Vale do Rio Preto - RJ;
- 41 - Portaria nº 306, de 14 de maio de 2009 – Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Porto de Moz - PA;
- 42 - Portaria nº 307, de 14 de maio de 2009 – Sistema de Comunicação Sol Ltda., no município de Barcelos - AM;
- 43 - Portaria nº 308, de 14 de maio de 2009 – Sistema de Comunicação Sol Ltda., no município de Apuí - AM;
- 44 - Portaria nº 309, de 14 de maio de 2009 – Sistema de Comunicação Sol Ltda., no município de Anori - AM;
- 45 - Portaria nº 310, de 14 de maio de 2009 – Rádio Difusora de Catanduva Ltda., no município de Catiguá - SP;
- 46 - Portaria nº 311, de 14 de maio de 2009 – Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Alenquer - PA;
- 47 - Portaria nº 331, de 28 de maio de 2009 – Web Comunicação Ltda., no município de Rio Pomba - MG;
- 48 - Portaria nº 332, de 28 de maio de 2009 – Web Comunicação Ltda., no município de Rio Novo - MG;
- 49 - Portaria nº 384, de 18 de junho de 2009 – Rádio Imprensa FM de Vargem Grande do Sul Ltda., no município de Roseira - SP;
- 50 - Portaria nº 389, de 18 de junho de 2009 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. - SIR, no município de São José da Bela Vista - SP.

Brasília, 4 de setembro de 2009



EM nº. 529/2009-MC

Brasília, 22 de maio de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 080/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que o Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda (Processo nº 53103.000125/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa



**PORTARIA Nº 303 , DE 14 DE MAIO DE 2009.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53103.000125/2002, Concorrência nº 080/2001-SSR/MC, resolve:

**Art. 1º** Outorgar permissão ao SISTEMA COSTA DOURADA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas.

**Parágrafo único.** A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

**Art. 2º** Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

**Art. 3º** O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

## Nº 174, DE 2010

(nº 2.210/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teotônio Vilela, Estado de Alagoas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 197 de 22 de abril de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Assistência Social para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teotônio Vilela, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 735, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 1.183, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Alcântara, no município de Alcântara - MA;
- 2 - Portaria nº 1.205, de 30 de dezembro de 2008 – Fundação Camachense de Apoio a Cultura - FUCAC, no município de Camacho - MG;
- 3 - Portaria nº 1.213, de 30 de dezembro de 2008 – Fundação Valter Evaristo, no município de São Miguel do Tapuio - PI;
- 4 - Portaria nº 1.218, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Difusão Comunitária Belaquense, no município de Belagua - MA;
- 5 - Portaria nº 1.220, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Anajatubense - Anajá, no município de Anajatuba - MA;
- 6 - Portaria nº 1.226, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação Vale do Xingu, no município de Gaúcha do Norte - MT;
- 7 - Portaria nº 1.241, de 31 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Santa Cruz da Baixa Verde, no município de Santa Cruz da Baixa Verde - PE;
- 8 - Portaria nº 25, de 12 de fevereiro de 2009 – Associação Cultural Jardim Represa, no município de São Bernardo do Campo - SP;
- 9 - Portaria nº 61, de 24 de março de 2009 – Associação Amigos de Maraã, no município de Maraã - AM;
- 10 - Portaria nº 101, de 25 de março de 2009 – Associação Vida Nova, no município de Conceição da Barra - ES;
- 11 - Portaria nº 103, de 25 de março de 2009 – Associação Cultural Educativa de Buritis, no município de Buritis - MG;
- 12 - Portaria nº 88, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural do Recanto dos Pintados - ASSOPINTA, no município de Corguinho - MS;
- 13 - Portaria nº 100, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Alto do Madeiro de Itaporanga, no município de Itaporanga - PB;
- 14 - Portaria nº 106, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Apucarana, no município de Apucarana - PR;

- 15 - Portaria nº 107, de 25 de março de 2009 – Associação dos Amigos Moradores da Vila Campante, no município de Quintana - SP;
- 16 - Portaria nº 109, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Comunidade de Muriú, no município de Ceará-Mirim - RN;
- 17 - Portaria nº 115, de 25 de março de 2009 – Associação de Comunicação e Cultura Cicero Alves - ACCCA, no município de Pirapemas - MA;
- 18 - Portaria nº 116, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária Rosário, no município de Correntina - BA;
- 19 - Portaria nº 118, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária da Comunidade de Aranhas, no município de Senhora de Oliveira - MG;
- 20 - Portaria nº 125, de 25 de março de 2009 – Associação de Difusão Comunitária de Campo Limpo de Goiás, no município de Campo Limpo de Goiás - GO;
- 21 - Portaria nº 129, de 25 de março de 2009 – Associação dos Comunicadores de Taquaral - ACT, no município de Taquaral - SP;
- 22 - Portaria nº 130, de 25 de março de 2009 – Associação Rádio Comunitária Nova Visão, no município de Igrejinha - RS;
- 23 - Portaria nº 132, de 25 de março de 2009 – Associação dos Servidores do Transporte Alternativo e de Bairros do Município de Novo Gama, no município de Novo Gama - GO;
- 24 - Portaria nº 153, de 1º de abril de 2009 – Associação de Comunicação e Cultura de Novo Brasil - ASCON, no município de Novo Brasil - GO;
- 25 - Portaria nº 160, de 14 de abril de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária Mantiqueira, no município de Poços de Caldas - MG;
- 26 - Portaria nº 163, de 14 de abril de 2009 – Associação das Famílias Carentes de São João das Missões, no município de São João das Missões - MG;
- 27 - Portaria nº 164, de 14 de abril de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de Seritinga - MG, no município de Seritinga - MG;
- 28 - Portaria nº 193, de 22 de abril de 2009 – Associação Witmarsuense de Cultura e Radiodifusão Comunitária, no município de Witmarsum - SC;
- 29 - Portaria nº 194, de 22 de abril de 2009 – Associação Radiofônica de Produtores Rurais de Brejetuba, no município de Brejetuba - ES;
- 30 - Portaria nº 195, de 22 de abril de 2009 – Associação de Moradores da Jaguatirica e Adjacências, no município de Campina Grande do Sul - PR;
- 31 - Portaria nº 196, de 22 de abril de 2009 – Associação de Radio Difusão Cultural e Comunitária Amigos de Cotiporã, no município de Cotiporã - RS;
- 32 - Portaria nº 197, de 22 de abril de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Assistência Social, no município de Teotônio Vilela - AL;
- 33 - Portaria nº 198, de 22 de abril de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação Rio Tungo, no município de Mirinzal - MA;

34 - Portaria nº 204, de 22 de abril de 2009 – Associação de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais e da Comunidade do Distrito Federal, na localidade de Ceilândia - DF;

35 - Portaria nº 205, de 22 de abril de 2009 – Associação do Movimento de Radiodifusão Alternativa de Tuparendi, no município de Tuparendi - RS;

36 - Portaria nº 210, de 22 de abril de 2009 – Associação Comunitária Cultural de Aparecida do Taboado, no município de Aparecida do Taboado - MS;

37 - Portaria nº 211, de 22 de abril de 2009 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Cariacica, no município de Cariacica - ES;

38 - Portaria nº 212, de 22 de abril de 2009 – Associação Rádio Comunitária Jovem FM, no município de Arraias - TO;

39 - Portaria nº 213, de 22 de abril de 2009 – Associação de Proteção Ambiental do Vale do Rio Verdão, no município de Maurilândia - GO;

40 - Portaria nº 214, de 22 de abril de 2009 – Associação Comunitária Reluz FM de Radiodifusão, no município de Jacupiranga - SP;

41 - Portaria nº 224, de 28 de abril de 2009 – Associação Cultural de Difusão Comunitária Semeando Vitória, no município de Juazeiro - BA;

42 - Portaria nº 255, de 6 de maio de 2009 – Associação Comunitária Pontenovense de Radiodifusão "ASCOPRADI", no município de Ponte Nova - MG;

43 - Portaria nº 257, de 6 de maio de 2009 – Associação de Radiodifusão Cidade de Gaspar, no município de Gaspar - SC;

44 - Portaria nº 322, de 28 de maio de 2009 – Associação Farroupilha de Comunicação Comunitária, no município de Farroupilha - RS;

45 - Portaria nº 334, de 29 de maio de 2009 – Associação Comunitária Coroaciense de Desportos (ACCORD), no município de Coroaci - MG;

46 - Portaria nº 335, de 29 de maio de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Assistência Social de Pingo D'Água, no município de Pingo D'Água - MG;

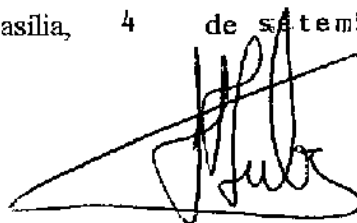
47 - Portaria nº 336, de 29 de maio de 2009 – Associação Capital de Difusão Comunitária, no município de Patos de Minas - MG;

48 - Portaria nº 353, de 12 de junho de 2009 – Associação de Difusão Comunitária Conde FM, no município de Conde - BA;

49 - Portaria nº 355, de 12 de junho de 2009 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Costa Rica - MS, no município de Costa Rica - MS; e

50 - Portaria nº 357, de 12 de junho de 2009 – Associação de Radiodifusão e Cultura de Terezópolis, no município de Terezópolis de Goiás - GO.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 490/2009-MC

Brasília, 12 de maio de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária de Comunicação e Assistência Social**, no Município de Teotônio Vilela, Estado de Alagoas, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.048172/07, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 197 DE 22 DE ABRIL DE 2009.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.048.172/07 e do **PARECER/AGU/CONJUR-MC/MGT/Nº 0571 - 1.08 / 2009**, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Comunitária de Comunicação e Assistência Social**, com sede na Rua Francisco Temóteo, nº 191 – Bairro São Jorge, no município de Teotônio Vilela, Estado de Alagoas, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 09º 54' 43"S e longitude em 36º 21' 35"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*



# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 175, DE 2010**

**(nº 2.005/2009, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E RECREATIVA DE MARAPANIM - ASCCREM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marapanim, Estado do Pará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.149 de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Recreativa de Marapanim - ASCCREM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marapanim, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 733, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

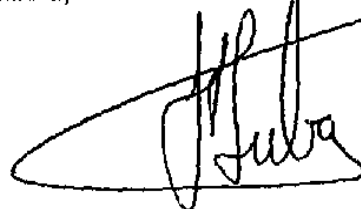
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 1.091, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária com Ações Participantes, no município de Jucas - CE;
- 2 - Portaria nº 1.092, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Pró-Cidadania – Associação de Voluntários no Desenvolvimento Humano e Difusão Cultural de Cidade Ocidental, no município de Cidade Ocidental - GO;
- 3 - Portaria nº 1.098, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Cidade FM, no município de Caldas Novas - GO;
- 4 - Portaria nº 1.099, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Difusão Comunitária de Novo Destino, no município de Santa Rita do Novo Destino - GO;
- 5 - Portaria nº 1.101, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Mimoso de Goiás - GO, no município de Mimoso de Goiás - GO;
- 6 - Portaria nº 1.103, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Bragança - ASDEGAB, no município de Bragança - PA;
- 7 - Portaria nº 1.106, de 23 de dezembro de 2008 – Associação “Josefa de Medeiros Lira”, no município de Cruzeta - RN;
- 8 - Portaria nº 1.107, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Boa Vista do Incra - ICBVI, no município de Boa Vista do Incra - RS;
- 9 - Portaria nº 1.108, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Rádio Momento FM, no município de Osório - RS;
- 10 - Portaria nº 1.109, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária Ferraria, no município de Campo Largo - PR;
- 11 - Portaria nº 1.114, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Comunitária de Taquari, no município de Taquari - RS;
- 12 - Portaria nº 1.115, de 23 de dezembro de 2008 – ADCX - Associação de Difusão Comunitária de Xerém, no município de Duque de Caxias - RJ;
- 13 - Portaria nº 1.116, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Comunitária Coronel Bicaco, no município de Coronel Bicaco - RS;
- 14 - Portaria nº 1.117, de 23 de dezembro de 2008 – Clube do Livro Amigos da Leitura, no município de Três de Maio - RS;
- 15 - Portaria nº 1.119, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Teutônia, no município de Teutônia - RS;
- 16 - Portaria nº 1.120, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária São Francisco de Assis, no município de Abelardo Luz - SC;

- 17 - Portaria nº 1.121, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Beneficente de Radiodifusão de Inimutaba, no município de Inimutaba - MG;
- 18 - Portaria nº 1.122, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Miguelina de Rádio Difusão Comunitária, no município de São Miguel das Missões - RS;
- 19 - Portaria nº 1.123, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Mariana Pimentel, no município de Mariana Pimentel - RS;
- 20 - Portaria nº 1.125, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Paverama, no município de Paverama - RS;
- 21 - Portaria nº 1.126, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Governador Mangabeira, no município de Governador Mangabeira - BA;
- 22 - Portaria nº 1.127, de 23 de dezembro de 2008 – União Comunitária Ativa Única, no município de Paulista - PB;
- 23 - Portaria nº 1.132, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Difusão Comunitária, no município de Matina - BA;
- 24 - Portaria nº 1.136, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Amigos de Caravelas, no município de Caravelas - BA;
- 25 - Portaria nº 1.137, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária Voz Livre, no município de São Ludgero - SC;
- 26 - Portaria nº 1.142, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Educativa de Sussuapara, no município de Sussuapara - PI;
- 27 - Portaria nº 1.144, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cultural Mostardense, no município de Mostardas - RS;
- 28 - Portaria nº 1.145, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Magalhães Barata - ASDERACOMAB, no município de Magalhães Barata - PA;
- 29 - Portaria nº 1.147, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Dezesseis de Novembro - RS, no município de Dezesseis de Novembro - RS;
- 30 - Portaria nº 1.149, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cultural e Recreativa de Marapanim - ASCCREM, no município de Marapanim - PA;
- 31 - Portaria nº 1.150, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Comunitária de Eldorado dos Carajás, no município de Eldorado dos Carajás - PA;
- 32 - Portaria nº 1.154, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Solidariedade, no município de Novo Hamburgo - RS;
- 33 - Portaria nº 1.156, de 23 de dezembro de 2008 – Fundação Fronteiras, no município de Fronteiras - PI;
- 34 - Portaria nº 1.159, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Gregório de Souza Mororó - Bairro Acampamento, no município de Varjota - CE;
- 35 - Portaria nº 1.161, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária e Cultural Nova Era, no município de David Canabarro - RS;
- 36 - Portaria nº 1.163, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Oiapoque - ASCOQUE, no município de Oiapoque - AP;

- 37 - Portaria nº 1.166, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Artística Dr. Juca Ribeiro, no município de Sacramento - MG;
- 38 - Portaria nº 1.177, de 30 de dezembro de 2008 – Obra Social e Cultural Santo Antônio, no município de Caçapava - SP;
- 39 - Portaria nº 1.178, de 30 de dezembro de 2008 – Instituto de Comunicação Popular a Voz do Rincão, no município de Bonito - MS;
- 40 - Portaria nº 1.181, de 30 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Bairro da Muritiba, no município de Nazaré - BA;
- 41 - Portaria nº 1.182, de 30 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores da Vila Amorim (AMVA), no município de Corumbaliba - GO;
- 42 - Portaria nº 1.206, de 30 de dezembro de 2008 – ACCLTP - Associação de Comunicação Comunitária Liberdade de Três Palmeiras/RS, no município de Três Palmeiras - RS;
- 43 - Portaria nº 1.211, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Ladário - ACOLA, no município de Ladário - MS;
- 44 - Portaria nº 1.214, de 30 de dezembro de 2008 – Associação de Amigos de Apiacás, no município de Apiacás - MT;
- 45 - Portaria nº 1.217, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária dos Moradores e Amigos de Oiapoque, no município de Oiapoque - AP;
- 46 - Portaria nº 1.221, de 30 de dezembro de 2008 – MEAC - Movimento Esportivo Amador Coquense, no município de Vitória do Mearim - MA;
- 47 - Portaria nº 1.223, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária e Cultural do Bairro do Riacho, no município de Barreirinhas - MA;
- 48 - Portaria nº 1.224, de 30 de dezembro de 2008 – Movimento Jovem de Pio XII - MOJOP, no município de Pio XII - MA;
- 49 - Portaria nº 326, de 28 de maio de 2009 – Associação Recreativa e Esportiva Grupo Manoel Marchetti, no município de Ibirama - SC; e
- 50 - Portaria nº 366, de 16 de junho de 2009 – Associação Beneficente Joaquim Cocundo, no município de Bezerras - PE.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 248/2009 – MC

Brasília, 11 de março de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a **Associação Comunitária Cultural e Recreativa de Marapanim - ASCCREM**, no Município de Marapanim, Estado do Pará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.057418/06, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 1149 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.057.418/06 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 1639 – 1.08/2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Comunitária Cultural e Recreativa de Marapanim - ASCCREM**, com sede na Rua São Geraldo, s/nº, Comunidade Guarajubal, no município de Marapanim, Estado do Pará, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 00º 44' 13"S e longitude em 47º 43' 03"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 176, DE 2010**

**(nº 2.007/2009, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MAGALHÃES BARATA - ASDERACOMAB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Magalhães Barata, Estado do Pará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.145 de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Magalhães Barata - ASDERACOMAB para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Magalhães Barata, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



Mensagem nº 733, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 1.091, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária com Ações Participantes, no município de Jucas - CE;
- 2 - Portaria nº 1.092, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Pró-Cidadania – Associação de Voluntários no Desenvolvimento Humano e Difusão Cultural de Cidade Ocidental, no município de Cidade Ocidental - GO;
- 3 - Portaria nº 1.098, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Cidade FM, no município de Caldas Novas - GO;
- 4 - Portaria nº 1.099, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Difusão Comunitária de Novo Destino, no município de Santa Rita do Novo Destino - GO;
- 5 - Portaria nº 1.101, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Mimoso de Goiás - GO, no município de Mimoso de Goiás - GO;
- 6 - Portaria nº 1.103, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Bragança - ASDEGAB, no município de Bragança - PA;
- 7 - Portaria nº 1.106, de 23 de dezembro de 2008 – Associação “Josefa de Medeiros Lira”, no município de Cruzeta - RN;
- 8 - Portaria nº 1.107, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Boa Vista do Incra - ICBVI, no município de Boa Vista do Incra - RS;
- 9 - Portaria nº 1.108, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Rádio Momento FM, no município de Osório - RS;
- 10 - Portaria nº 1.109, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária Ferraria, no município de Campo Largo - PR;
- 11 - Portaria nº 1.114, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Comunitária de Taquari, no município de Taquari - RS;
- 12 - Portaria nº 1.115, de 23 de dezembro de 2008 – ADCX - Associação de Difusão Comunitária de Xerém, no município de Duque de Caxias - RJ;
- 13 - Portaria nº 1.116, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Comunitária Coronel Bicaco, no município de Coronel Bicaco - RS;
- 14 - Portaria nº 1.117, de 23 de dezembro de 2008 – Clube do Livro Amigos da Leitura, no município de Três de Maio - RS;
- 15 - Portaria nº 1.119, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Teutônia, no município de Teutônia - RS;
- 16 - Portaria nº 1.120, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária São Francisco de Assis, no município de Abelardo Luz - SC;

- 17 - Portaria nº 1.121, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Beneficente de Radiodifusão de Inimutaba, no município de Inimutaba - MG;
- 18 - Portaria nº 1.122, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Miguelina de Rádio Difusão Comunitária, no município de São Miguel das Missões - RS;
- 19 - Portaria nº 1.123, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Mariana Pimentel, no município de Mariana Pimentel - RS;
- 20 - Portaria nº 1.125, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Paverama, no município de Paverama - RS;
- 21 - Portaria nº 1.126, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Governador Mangabeira, no município de Governador Mangabeira - BA;
- 22 - Portaria nº 1.127, de 23 de dezembro de 2008 – União Comunitária Ativa Única, no município de Paulista - PB;
- 23 - Portaria nº 1.132, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Difusão Comunitária, no município de Matina - BA;
- 24 - Portaria nº 1.136, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Amigos de Caravelas, no município de Caravelas - BA;
- 25 - Portaria nº 1.137, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária Voz Livre, no município de São Ludgero - SC;
- 26 - Portaria nº 1.142, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Educativa de Sussuapara, no município de Sussuapara - PI;
- 27 - Portaria nº 1.144, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cultural Mostardense, no município de Mostardas - RS;
- 28 - Portaria nº 1.145, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Magalhães Barata - ASDERACOMAB, no município de Magalhães Barata - PA;
- 29 - Portaria nº 1.147, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Dezesseis de Novembro - RS, no município de Dezesseis de Novembro - RS;
- 30 - Portaria nº 1.149, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cultural e Recreativa de Marapanim - ASCCREM, no município de Marapanim - PA;
- 31 - Portaria nº 1.150, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Comunitária de Eldorado dos Carajás, no município de Eldorado dos Carajás - PA;
- 32 - Portaria nº 1.154, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Solidariedade, no município de Novo Hamburgo - RS;
- 33 - Portaria nº 1.156, de 23 de dezembro de 2008 – Fundação Fronteiras, no município de Fronteiras - PI;
- 34 - Portaria nº 1.159, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Gregório de Souza Mororó - Bairro Acampamento, no município de Varjota - CE;
- 35 - Portaria nº 1.161, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária e Cultural Nova Era, no município de David Canabarro - RS;

36 - Portaria nº 1.163, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Oiapoque - ASCOQUE, no município de Oiapoque - AP;

37 - Portaria nº 1.166, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Artística Dr. Juca Ribeiro, no município de Sacramento - MG;

38 - Portaria nº 1.177, de 30 de dezembro de 2008 – Obra Social e Cultural Santo Antônio, no município de Caçapava - SP;

39 - Portaria nº 1.178, de 30 de dezembro de 2008 – Instituto de Comunicação Popular a Voz do Rincão, no município de Bonito - MS;

40 - Portaria nº 1.181, de 30 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Bairro da Muritiba, no município de Nazaré - BA;

41 - Portaria nº 1.182, de 30 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores da Vila Amorim (AMVA), no município de Corumbá - GO;

42 - Portaria nº 1.206, de 30 de dezembro de 2008 – ACCLTP - Associação de Comunicação Comunitária Liberdade de Três Palmeiras/RS, no município de Três Palmeiras - RS;

43 - Portaria nº 1.211, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Ladário - ACOLA, no município de Ladário - MS;

44 - Portaria nº 1.214, de 30 de dezembro de 2008 – Associação de Amigos de Apiacás, no município de Apiacás - MT;

45 - Portaria nº 1.217, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária dos Moradores e Amigos de Oiapoque, no município de Oiapoque - AP;

46 - Portaria nº 1.221, de 30 de dezembro de 2008 – MEAC - Movimento Esportivo Amador Coquense, no município de Vitória do Mearim - MA;

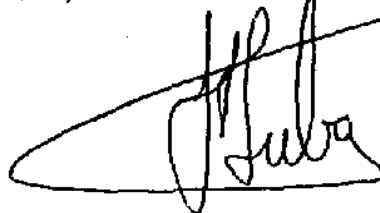
47 - Portaria nº 1.223, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária e Cultural do Bairro do Riacho, no município de Barreirinhas - MA;

48 - Portaria nº 1.224, de 30 de dezembro de 2008 – Movimento Jovem de Pio XII - MOJOP, no município de Pio XII - MA;

49 - Portaria nº 326, de 28 de maio de 2009 – Associação Recreativa e Esportiva Grupo Manoel Marchetti, no município de Ibirama - SC; e

50 - Portaria nº 366, de 16 de junho de 2009 – Associação Benfícite Joaquim Cocundo, no município de Bezerros - PE.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 255/2009 – MC

Brasília, 12 de março de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação de Radiodifusão Comunitária de Magalhães Barata - ASDERACOMAB**, no Município de Magalhães Barata, Estado do Pará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53100.000807/04, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 1145 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.100.000.807/04 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 0602 - 1.08/2007, resolve:

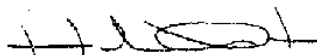
Art. 1º Outorgar autorização à **Associação de Radiodifusão Comunitária de Magalhães Barata - ASDERACOMAB**, com sede na Avenida Central, s/nº - Praça Paulino Freire, no município de Magalhães Barata, Estado do Pará, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 00º 47' 41" S e longitude em 47º 35' 52" W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 177, DE 2010**

**(nº 2.017/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE TAPIRAMUTÁ - ARCOMUT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapiramutá, Estado da Bahia.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.073 de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Tapiramutá - ARCOMUT para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tapiramutá, Estado da Bahia.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 732, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 352, de 12 de julho de 2006 – Associação Comunitária de Marilac, no município de Marilac - MG;
- 2 - Portaria nº 722, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Padre Ludovico Redin, no município de Sertão - RS;
- 3 - Portaria nº 863, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária dos Radiodifusores de Cambira, no município de Cambira - PR;
- 4 - Portaria nº 866, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento do Portal do Jalapão, no município de Novo Acordo - TO;
- 5 - Portaria nº 868, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Santo Antônio, no município de Paranapoema - PR;
- 6 - Portaria nº 869, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária, no município de Piraí do Sul - PR;
- 7 - Portaria nº 872, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Radiodifusão Santo Antônio de Lisboa - ACSAL, no município de Japira - PR;
- 8 - Portaria nº 881, de 19 de dezembro de 2008 – União Comunitária Catuporanga - UCC, no município de Nova Tebas - PR;
- 9 - Portaria nº 883, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Defesa Cultural e Artística de Paçandu - ACP, no município de Paçandu - PR;
- 10 - Portaria nº 897, de 22 de dezembro de 2008 – Associação de Desenvolvimento Comunitário e Esportivo Açude - ACESA, no município de Volta Redonda - RJ;
- 11 - Portaria nº 903, de 22 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Povoado Pedras, no município de Marechal Deodoro - AL;
- 12 - Portaria nº 904, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Franca, no município de Franca - SP;
- 13 - Portaria nº 905, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Movimento Comunitário Ativa, no município de Mongaguá - SP;
- 14 - Portaria nº 909, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Paróquia de Barreirinha, no município de Barreirinha - AM;
- 15 - Portaria nº 910, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Amaturá, no município de Amaturá - AM;
- 16 - Portaria nº 920, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Renascer, no município de Rio das Pedras - SP;



17 - Portaria nº 937, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Gospel Shalom, no município de Itariri - SP;

18 - Portaria nº 944, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vargem Grande Paulista, no município de Vargem Grande Paulista - SP;

19 - Portaria nº 946, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Sete Barras, no município de Sete Barras - SP;

20 - Portaria nº 947, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Educativa e Social do Distrito de Rubião Júnior, no município de Botucatu - SP;

21 - Portaria nº 948, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Ação Morro do Ouro - AMO, no município de Apiaí - SP;

22 - Portaria nº 949, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Nova Ramada, no município de Nova Ramada - RS;

23 - Portaria nº 959, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Rádio Rural FM, no município de Piedade - SP;

24 - Portaria nº 962, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Moriá FM de Porto Lucena RS, no município de Porto Lucena - RS;

25 - Portaria nº 963, de 23 de dezembro de 2008 – ACOMARES - Associação Comunitária de Radiodifusão Mares do Sul Fm, no município de Capão da Canoa - RS;

26 - Portaria nº 979, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária New Life FM, no município de Santa Mercedes - SP;

27 - Portaria nº 982, de 23 de dezembro de 2008 – Movimento Comunitário Cultural e Social de Santa Lúcia, no município de Duque de Caxias - RJ;

28 - Portaria nº 986, de 23 de dezembro de 2008 – Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Cidadania Taquaritubense, no município de Taquarituba - SP;

29 - Portaria nº 1.027, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Comunitária Sociedade FM de Pedregulho, no município de Pedregulho - SP;

30 - Portaria nº 1.031, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Difusão Comunitária Paraíso de Rios, no município de Anitápolis - SC;

31 - Portaria nº 1.033, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Rádio Transa Rio, no município de Rio de Janeiro - RJ;

32 - Portaria nº 1.042, de 23 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Bairro Agrovila - Santa Maria da Boa Vista - PE - ASSMOBAG, no município de Santa Maria da Boa Vista - PE;

33 - Portaria nº 1.043, de 23 de dezembro de 2008 – Sociedade Assistencial Social e Cultural Vida Feliz, no município de Fraiburgo - SC;

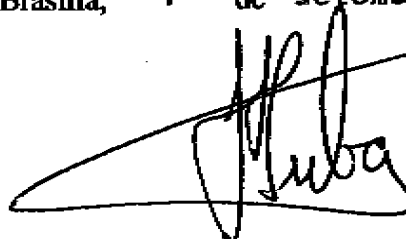
34 - Portaria nº 1.044, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Comunicação Comunitária do Distrito de Montevideo, no município de Conceição - PB;

35 - Portaria nº 1.046, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária da Estância Hidromineral de Águas da Prata - SP, no município de Águas da Prata - SP;

36 - Portaria nº 1.056, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Amigos de Palmelo - ACAP, no município de Palmelo - GO;

- 37 - Portaria nº 1.057, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cultural Maisa - ACCM, no município de Mossoró - RN;
- 38 - Portaria nº 1.059, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Um Novo Amanhã, no município de Natal - RN;
- 39 - Portaria nº 1.062, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Morpará - ACOM, no município de Morpará - BA;
- 40 - Portaria nº 1.067, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Rádio de Souto Soares, no município de Souto Soares - BA;
- 41 - Portaria nº 1.072, de 23 de dezembro de 2008 – Organização Não Governamental Poeta Leone, no município de Aratuípe - BA;
- 42 - Portaria nº 1.073, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Tapiramutá - ARCOMUT, no município de Tapiramutá - BA;
- 43 - Portaria nº 1.074, de 23 de dezembro de 2008 – Conselho Cultural e Artístico Pedras Brancas, no município de Guaíba - RS;
- 44 - Portaria nº 1.076, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária Pampeana do Bairro Martinica, no município de Viamão - RS;
- 45 - Portaria nº 1.077, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cerrograndense de Cultura e Comunicação, no município de Cerro Grande - RS;
- 46 - Portaria nº 1.080, de 23 de dezembro de 2008 – Associação do Movimento de Radiocomunicação da Cidade de Avandava, no município de Avandava - SP;
- 47 - Portaria nº 1.081, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Carlos Barbosa, no município de Carlos Barbosa - RS;
- 48 - Portaria nº 1.082, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Vale do Acarape, no município de Acarape - CE;
- 49 - Portaria nº 1.085, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária do Passo da Caveira Vila Neiva, no município de Gravataí - RS; e
- 50 - Portaria nº 1.088, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Guaibense de Apoio Cultural e Comunitário - AGACC, no município de Guaíba - RS.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 127/2009 – MC

Brasília, 16 de fevereiro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação de Radiodifusão Comunitária de Tapiramutá - ARCOMUT**, no Município de Tapiramutá, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53.000.027.353/05, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 1073 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.027.353/05 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 1580 - 1.08/2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação de Radiodifusão Comunitária de Tapiramutá - ARCOMUT**, com sede na Praça da Vitória s/n, Bairro Novo, no município de Tapiramutá, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 11º 50' 57'' S e longitude em 40º 48' 24'' W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 178, DE 2010**

**(nº 2.020/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO AGROVILA - SANTA MARIA DA BOA VISTA - PE - ASSMOBAG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria da Boa Vista, Estado de Pernambuco.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.042 de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro Agrovila - Santa Maria da Boa Vista - PE - ASSMOBAG para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria da Boa Vista, Estado de Pernambuco.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

**Mensagem nº 732, de 2009.**

**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

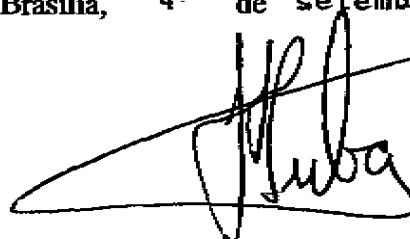
- 1 - Portaria nº 352, de 12 de julho de 2006 – Associação Comunitária de Marilac, no município de Marilac - MG;
- 2 - Portaria nº 722, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Padre Ludovico Redin, no município de Sertão - RS;
- 3 - Portaria nº 863, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária dos Radiodifusores de Cambira, no município de Cambira - PR;
- 4 - Portaria nº 866, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento do Portal do Jalapão, no município de Novo Acordo - TO;
- 5 - Portaria nº 868, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Santo Antônio, no município de Paranapoema - PR;
- 6 - Portaria nº 869, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária, no município de Piraí do Sul - PR;
- 7 - Portaria nº 872, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Radiodifusão Santo Antônio de Lisboa - ACSAL, no município de Japirã - PR;
- 8 - Portaria nº 881, de 19 de dezembro de 2008 – União Comunitária Cataporanga - UCC, no município de Nova Tebas - PR;
- 9 - Portaria nº 883, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Defesa Cultural e Artística de Paçandu - ACP, no município de Paçandu - PR;
- 10 - Portaria nº 897, de 22 de dezembro de 2008 – Associação de Desenvolvimento Comunitário e Esportivo Açude - ACESA, no município de Volta Redonda - RJ;
- 11 - Portaria nº 903, de 22 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Povoado Pedras, no município de Marechal Deodoro - AL;
- 12 - Portaria nº 904, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Franca, no município de Franca - SP;
- 13 - Portaria nº 905, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Movimento Comunitário Ativa, no município de Mongaguá - SP;
- 14 - Portaria nº 909, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Paróquia de Barreirinha, no município de Barreirinha - AM;
- 15 - Portaria nº 910, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Amaturá, no município de Amaturá - AM;
- 16 - Portaria nº 920, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Renascer, no município de Rio das Pedras - SP;

- 17 - Portaria nº 937, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Gospel Shalon, no município de Itariri - SP;
- 18 - Portaria nº 944, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vargem Grande Paulista, no município de Vargem Grande Paulista - SP;
- 19 - Portaria nº 946, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Sete Barras, no município de Sete Barras - SP;
- 20 - Portaria nº 947, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Educativa e Social do Distrito de Rubião Júnior, no município de Botucatu - SP;
- 21 - Portaria nº 948, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Ação Morro do Ouro - AMO, no município de Apiaí - SP;
- 22 - Portaria nº 949, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Nova Ramada, no município de Nova Ramada - RS;
- 23 - Portaria nº 959, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Rádio Rural FM, no município de Piedade - SP;
- 24 - Portaria nº 962, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Moriá FM de Porto Lucena RS, no município de Porto Lucena - RS;
- 25 - Portaria nº 963, de 23 de dezembro de 2008 – ACOMARES - Associação Comunitária de Radiodifusão Mares do Sul Fm, no município de Capão da Canoa - RS;
- 26 - Portaria nº 979, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária New Life FM, no município de Santa Mercedes - SP;
- 27 - Portaria nº 982, de 23 de dezembro de 2008 – Movimento Comunitário Cultural e Social de Santa Lúcia, no município de Duque de Caxias - RJ;
- 28 - Portaria nº 986, de 23 de dezembro de 2008 – Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Cidadania Taquaritubense, no município de Taquarituba - SP;
- 29 - Portaria nº 1.027, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Comunitária Sociedade FM de Pedregulho, no município de Pedregulho - SP;
- 30 - Portaria nº 1.031, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Difusão Comunitária Paraíso de Rios, no município de Anitápolis - SC;
- 31 - Portaria nº 1.033, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Rádio Transa Rio, no município de Rio de Janeiro - RJ;
- 32 - Portaria nº 1.042, de 23 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Bairro Agrovila - Santa Maria da Boa Vista - PE - ASSMOBAG, no município de Santa Maria da Boa Vista - PE;
- 33 - Portaria nº 1.043, de 23 de dezembro de 2008 – Sociedade Assistencial Social e Cultural Vida Feliz, no município de Fraiburgo - SC;
- 34 - Portaria nº 1.044, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Comunicação Comunitária do Distrito de Montevidéo, no município de Conceição - PB;
- 35 - Portaria nº 1.046, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária da Estância Hidromineral de Águas da Prata - SP, no município de Águas da Prata - SP;
- 36 - Portaria nº 1.056, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Amigos de Palmelo - ACAP, no município de Palmelo - GO;



- 37 - Portaria nº 1.057, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cultural Maisa - ACCM, no município de Mossoró - RN;
- 38 - Portaria nº 1.059, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Um Novo Amanhã, no município de Natal - RN;
- 39 - Portaria nº 1.062, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Morpará - ACOM, no município de Morpará - BA;
- 40 - Portaria nº 1.067, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Rádio de Souto Soares, no município de Souto Soares - BA;
- 41 - Portaria nº 1.072, de 23 de dezembro de 2008 – Organização Não Governamental Poeta Leone, no município de Aratuípe - BA;
- 42 - Portaria nº 1.073, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Tapiramutá - ARCOMUT, no município de Tapiramutá - BA;
- 43 - Portaria nº 1.074, de 23 de dezembro de 2008 – Conselho Cultural e Artístico Pedras Brancas, no município de Guaíba - RS;
- 44 - Portaria nº 1.076, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária Pampeana do Bairro Martinica, no município de Viamão - RS;
- 45 - Portaria nº 1.077, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cerrograndense de Cultura e Comunicação, no município de Cerro Grande - RS;
- 46 - Portaria nº 1.080, de 23 de dezembro de 2008 – Associação do Movimento de Radiocomunicação da Cidade de Avanhandava, no município de Avanhandava - SP;
- 47 - Portaria nº 1.081, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Carlos Barbosa, no município de Carlos Barbosa - RS;
- 48 - Portaria nº 1.082, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Vale do Acarape, no município de Acarape - CE;
- 49 - Portaria nº 1.085, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária do Passo da Caveira Vila Neiva, no município de Gravataí - RS; e
- 50 - Portaria nº 1.088, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Guaibense de Apoio Cultural e Comunitário - AGACC, no município de Guaíba - RS.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 116/2009 – MC

Brasília, 16 de fevereiro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **Associação dos Moradores do Bairro Agrovila - Santa Maria da Boa Vista - PE - ASSMOBAG**, no Município de Santa Maria da Boa Vista, Estado de Pernambuco, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.007627/2002, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 1042 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.007627/2002 e do PARECER/MC/CONJUR/JSN/Nº 1818 - 1.08 / 2008, resolve:

**Art. 1º** Outorgar autorização à **Associação dos Moradores do Bairro Agrovila – Santa Maria da Boa Vista – PE - ASSMOBAG**, com sede à Rua Catequista de Sá Gonzaga, n.º 329, Bairro Agrovila, no município de Santa Maria da Boa Vista, Estado de Pernambuco, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

**Art. 2º** A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 08º47'58"S e longitude em 39º49'24"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

**Art. 3º** Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 179, DE 2010**

**(nº 2.021/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE SETE BARRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Barras, Estado de São Paulo.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 946 de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Sete Barras para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Barras, Estado de São Paulo.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 732, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

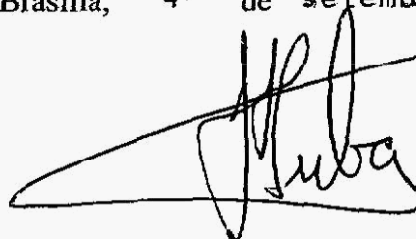
- 1 - Portaria nº 352, de 12 de julho de 2006 – Associação Comunitária de Marilac, no município de Marilac - MG;
- 2 - Portaria nº 722, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Padre Ludovico Redin, no município de Sertão - RS;
- 3 - Portaria nº 863, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária dos Radiodifusores de Cambira, no município de Cambira - PR;
- 4 - Portaria nº 866, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento do Portal do Jalapão, no município de Novo Acordo - TO;
- 5 - Portaria nº 868, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Santo Antônio, no município de Paranapoema - PR;
- 6 - Portaria nº 869, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária, no município de Piraí do Sul - PR;
- 7 - Portaria nº 872, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Radiodifusão Santo Antônio de Lisboa - ACSAL, no município de Japira - PR;
- 8 - Portaria nº 881, de 19 de dezembro de 2008 – União Comunitária Cataporanga - UCC, no município de Nova Tebas - PR;
- 9 - Portaria nº 883, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Defesa Cultural e Artística de Paçandu - ACP, no município de Paçandu - PR;
- 10 - Portaria nº 897, de 22 de dezembro de 2008 – Associação de Desenvolvimento Comunitário e Esportivo Açude - ACESA, no município de Volta Redonda - RJ;
- 11 - Portaria nº 903, de 22 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Povoado Pedras, no município de Marechal Deodoro - AL;
- 12 - Portaria nº 904, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Franca, no município de Franca - SP;
- 13 - Portaria nº 905, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Movimento Comunitário Ativa, no município de Mongaguá - SP;
- 14 - Portaria nº 909, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Paróquia de Barreirinha, no município de Barreirinha - AM;
- 15 - Portaria nº 910, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Amaturá, no município de Amaturá - AM;
- 16 - Portaria nº 920, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Renascer, no município de Rio das Pedras - SP;



- 17 - Portaria nº 937, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Gospel Shalon, no município de Itariri - SP;
- 18 - Portaria nº 944, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vargem Grande Paulista, no município de Vargem Grande Paulista - SP;
- 19 - Portaria nº 946, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Sete Barras, no município de Sete Barras - SP;
- 20 - Portaria nº 947, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Educativa e Social do Distrito de Rubião Júnior, no município de Botucatu - SP;
- 21 - Portaria nº 948, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Ação Morro do Ouro - AMO, no município de Apiaí - SP;
- 22 - Portaria nº 949, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Nova Ramada, no município de Nova Ramada - RS;
- 23 - Portaria nº 959, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Rádio Rural FM, no município de Piedade - SP;
- 24 - Portaria nº 962, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Moriá FM de Porto Lucena RS, no município de Porto Lucena - RS;
- 25 - Portaria nº 963, de 23 de dezembro de 2008 – ACOMARES - Associação Comunitária de Radiodifusão Mares do Sul Fm, no município de Capão da Canoa - RS;
- 26 - Portaria nº 979, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária New Life FM, no município de Santa Mercedes - SP;
- 27 - Portaria nº 982, de 23 de dezembro de 2008 – Movimento Comunitário Cultural e Social de Santa Lúcia, no município de Duque de Caxias - RJ;
- 28 - Portaria nº 986, de 23 de dezembro de 2008 – Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Cidadania Taquaritubense, no município de Taquarituba - SP;
- 29 - Portaria nº 1.027, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Comunitária Sociedade FM de Pedregulho, no município de Pedregulho - SP;
- 30 - Portaria nº 1.031, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Difusão Comunitária Paraíso de Rios, no município de Anitápolis - SC;
- 31 - Portaria nº 1.033, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Rádio Transa Rio, no município de Rio de Janeiro - RJ;
- 32 - Portaria nº 1.042, de 23 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Bairro Agrovila - Santa Maria da Boa Vista - PE - ASSMOBAG, no município de Santa Maria da Boa Vista - PE;
- 33 - Portaria nº 1.043, de 23 de dezembro de 2008 – Sociedade Assistencial Social e Cultural Vida Feliz, no município de Fraiburgo - SC;
- 34 - Portaria nº 1.044, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Comunicação Comunitária do Distrito de Montevidéo, no município de Conceição - PB;
- 35 - Portaria nº 1.046, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária da Estância Hidromineral de Águas da Prata - SP, no município de Águas da Prata - SP;
- 36 - Portaria nº 1.056, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Amigos de Palmelo - ACAP, no município de Palmelo - GO;

- 37 - Portaria nº 1.057, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cultural Maisa - ACCM, no município de Mossoró - RN;
- 38 - Portaria nº 1.059, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Um Novo Amanhã, no município de Natal - RN;
- 39 - Portaria nº 1.062, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Morpará - ACOM, no município de Morpará - BA;
- 40 - Portaria nº 1.067, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Rádio de Souto Soares, no município de Souto Soares - BA;
- 41 - Portaria nº 1.072, de 23 de dezembro de 2008 – Organização Não Governamental Poeta Leone, no município de Aratuípe - BA;
- 42 - Portaria nº 1.073, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Tapiramutá - ARCOMUT, no município de Tapiramutá - BA;
- 43 - Portaria nº 1.074, de 23 de dezembro de 2008 – Conselho Cultural e Artístico Pedras Brancas, no município de Guaíba - RS;
- 44 - Portaria nº 1.076, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária Pampeana do Bairro Martinica, no município de Viamão - RS;
- 45 - Portaria nº 1.077, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cerrograndense de Cultura e Comunicação, no município de Cerro Grande - RS;
- 46 - Portaria nº 1.080, de 23 de dezembro de 2008 – Associação do Movimento de Radiocomunicação da Cidade de Avanhandava, no município de Avanhandava - SP;
- 47 - Portaria nº 1.081, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Carlos Barbosa, no município de Carlos Barbosa - RS;
- 48 - Portaria nº 1.082, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Vale do Acarape, no município de Acarape - CE;
- 49 - Portaria nº 1.085, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária do Passo da Caveira Vila Neiva, no município de Gravataí - RS; e
- 50 - Portaria nº 1.088, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Guaibense de Apoio Cultural e Comunitário - AGACC, no município de Guaíba - RS.

Brasília, 4 de setembro de 2009.





EM nº. 25/2009 - MC

Brasília, 12 de fevereiro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE SETE BARRAS**, localizada no Município de Sete Barras, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição Federal e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.014846/04, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 946 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.014.846/04 e do PARECER/MC/CONJUR/DMM/Nº 0529 - 1.08 / 2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE SETE BARRAS, com sede na Rua Presidente Arthur Costa e Silva, nº 74, Centro, município de Sete Barras, Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 24º23'00"S e longitude em 47º55'27"W, utilizando a frequência de 87,9 Mhz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 180, DE 2010**

**(nº 2.024/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA GOSPEL SHALON para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itariri, Estado de São Paulo.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 937 de 22 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Gospel Shalon para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itariri, Estado de São Paulo.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

**Mensagem nº 732, de 2009.**

**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

**Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo**

relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 352, de 12 de julho de 2006 – Associação Comunitária de Marilac, no município de Marilac - MG;
- 2 - Portaria nº 722, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Padre Ludovico Redin, no município de Sertão - RS;
- 3 - Portaria nº 863, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária dos Radiodifusores de Cambira, no município de Cambira - PR;
- 4 - Portaria nº 866, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento do Portal do Jalapão, no município de Novo Acordo - TO;
- 5 - Portaria nº 868, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Santo Antônio, no município de Paranapoema - PR;
- 6 - Portaria nº 869, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária, no município de Pirai do Sul - PR;
- 7 - Portaria nº 872, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Radiodifusão Santo Antônio de Lisboa - ACSAL, no município de Japira - PR;
- 8 - Portaria nº 881, de 19 de dezembro de 2008 – União Comunitária Cataporanga - UCC, no município de Nova Tebas - PR;
- 9 - Portaria nº 883, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Defesa Cultural e Artística de Paçandu - ACP, no município de Paçandu - PR;
- 10 - Portaria nº 897, de 22 de dezembro de 2008 – Associação de Desenvolvimento Comunitário e Esportivo Açude - ACESA, no município de Volta Redonda - RJ;
- 11 - Portaria nº 903, de 22 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Povoado Pedras, no município de Marechal Deodoro - AL;
- 12 - Portaria nº 904, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Franca, no município de Franca - SP;
- 13 - Portaria nº 905, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Movimento Comunitário Ativa, no município de Mongaguá - SP;
- 14 - Portaria nº 909, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Paróquia de Barreirinha, no município de Barreirinha - AM;
- 15 - Portaria nº 910, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Amaturá, no município de Amaturá - AM;
- 16 - Portaria nº 920, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Renascer, no município de Rio das Pedras - SP;

17 - Portaria nº 937, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Gospel Shalom, no município de Itariri - SP;

18 - Portaria nº 944, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vargem Grande Paulista, no município de Vargem Grande Paulista - SP;

19 - Portaria nº 946, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Sete Barras, no município de Sete Barras - SP;

20 - Portaria nº 947, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Educativa e Social do Distrito de Rubião Júnior, no município de Botucatu - SP;

21 - Portaria nº 948, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Ação Morro do Ouro - AMO, no município de Apiaí - SP;

22 - Portaria nº 949, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Nova Ramada, no município de Nova Ramada - RS;

23 - Portaria nº 959, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Rádio Rural FM, no município de Piedade - SP;

24 - Portaria nº 962, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Morá FM de Porto Lucena RS, no município de Porto Lucena - RS;

25 - Portaria nº 963, de 23 de dezembro de 2008 – ACOMARES - Associação Comunitária de Radiodifusão Mares do Sul Fm, no município de Capão da Canoa - RS;

26 - Portaria nº 979, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária New Life FM, no município de Santa Mercedes - SP;

27 - Portaria nº 982, de 23 de dezembro de 2008 – Movimento Comunitário Cultural e Social de Santa Lúcia, no município de Duque de Caxias - RJ;

28 - Portaria nº 986, de 23 de dezembro de 2008 – Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Cidadania Taquaritubense, no município de Taquarituba - SP;

29 - Portaria nº 1.027, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Comunitária Sociedade FM de Pedregulho, no município de Pedregulho - SP;

30 - Portaria nº 1.031, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Difusão Comunitária Paraíso de Rios, no município de Anitápolis - SC;

31 - Portaria nº 1.033, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Rádio Transa Rio, no município de Rio de Janeiro - RJ;

32 - Portaria nº 1.042, de 23 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Bairro Agrovila - Santa Maria da Boa Vista - PE - ASSMOBAG, no município de Santa Maria da Boa Vista - PE;

33 - Portaria nº 1.043, de 23 de dezembro de 2008 – Sociedade Assistencial Social e Cultural Vida Feliz, no município de Fraiburgo - SC;

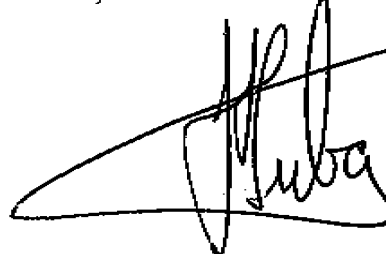
34 - Portaria nº 1.044, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Comunicação Comunitária do Distrito de Montevideo, no município de Conceição - PB;

35 - Portaria nº 1.046, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária da Estância Hidromineral de Águas da Prata - SP, no município de Águas da Prata - SP;

36 - Portaria nº 1.056, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Amigos de Palmelo - ACAP, no município de Palmelo - GO;

- 37 - Portaria nº 1.057, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cultural Maisa - ACCM, no município de Mossoró - RN;
- 38 - Portaria nº 1.059, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Um Novo Amanhã, no município de Natal - RN;
- 39 - Portaria nº 1.062, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Morpará - ACOM, no município de Morpará - BA;
- 40 - Portaria nº 1.067, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Rádio de Souto Soares, no município de Souto Soares - BA;
- 41 - Portaria nº 1.072, de 23 de dezembro de 2008 – Organização Não Governamental Poeta Leone, no município de Aratuípe - BA;
- 42 - Portaria nº 1.073, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Tapiramutá - ARCOMUT, no município de Tapiramutá - BA;
- 43 - Portaria nº 1.074, de 23 de dezembro de 2008 – Conselho Cultural e Artístico Pedras Brancas, no município de Guaíba - RS;
- 44 - Portaria nº 1.076, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária Pampeana do Bairro Martinica, no município de Viamão - RS;
- 45 - Portaria nº 1.077, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cerrograndense de Cultura e Comunicação, no município de Cerro Grande - RS;
- 46 - Portaria nº 1.080, de 23 de dezembro de 2008 – Associação do Movimento de Radiocomunicação da Cidade de Avandava, no município de Avandava - SP;
- 47 - Portaria nº 1.081, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Carlos Barbosa, no município de Carlos Barbosa - RS;
- 48 - Portaria nº 1.082, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Vale do Acarape, no município de Acarape - CE;
- 49 - Portaria nº 1.085, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária do Passo da Caveira Vila Neiva, no município de Gravataí - RS; e
- 50 - Portaria nº 1.088, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Guaibense de Apoio Cultural e Comunitário - AGACC, no município de Guaíba - RS.

Brasília, 4 de setembro de 2009.

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to a senator, is written over the date line.



EM nº. 58/2009 – MC

Brasília, 13 de fevereiro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária Gospel Shalon**, no Município de Itariri, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53100.000455/04, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*



**PORTARIA Nº 937****DE 22 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.100.000.455/04 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 0405 – 1.08/2008, resolve:

**Art. 1º** Outorgar autorização à **Associação Comunitária Gospel Shalon**, com sede na Rua Manoel da Cruz – nº. 76- Bairro Raposo Tavares, no município de Itariri, Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

**Art. 2º** A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 24º 17' 00" S e longitude em 47º 11' 00" W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

**Art. 3º** Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 181, DE 2010**

**(nº 2.023/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DA PARÓQUIA DE BARREIRINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreirinha, Estado do Amazonas.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 909 de 22 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Paróquia de Barreirinha para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreirinha, Estado do Amazonas.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

**Mensagem nº 732, de 2009.**

**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

**Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo**

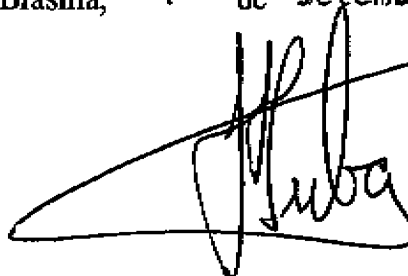
relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 352, de 12 de julho de 2006 – Associação Comunitária de Marilac, no município de Marilac - MG;
- 2 - Portaria nº 722, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Padre Ludovico Redin, no município de Sertão - RS;
- 3 - Portaria nº 863, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária dos Radiodifusores de Cambira, no município de Cambira - PR;
- 4 - Portaria nº 866, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento do Portal do Jalapão, no município de Novo Acordo - TO;
- 5 - Portaria nº 868, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Santo Antônio, no município de Paranapoema - PR;
- 6 - Portaria nº 869, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária, no município de Piraí do Sul - PR;
- 7 - Portaria nº 872, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Radiodifusão Santo Antônio de Lisboa - ACSAL, no município de Japira - PR;
- 8 - Portaria nº 881, de 19 de dezembro de 2008 – União Comunitária Cataporanga - UCC, no município de Nova Tebas - PR;
- 9 - Portaria nº 883, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Defesa Cultural e Artística de Paçandu - ACP, no município de Paçandu - PR;
- 10 - Portaria nº 897, de 22 de dezembro de 2008 – Associação de Desenvolvimento Comunitário e Esportivo Açude - ACESA, no município de Volta Redonda - RJ;
- 11 - Portaria nº 903, de 22 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Povoado Pedras, no município de Marechal Deodoro - AL;
- 12 - Portaria nº 904, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Franca, no município de Franca - SP;
- 13 - Portaria nº 905, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Movimento Comunitário Ativa, no município de Mongaguá - SP;
- 14 - Portaria nº 909, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Paróquia de Barreirinha, no município de Barreirinha - AM;
- 15 - Portaria nº 910, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Amaturá, no município de Amaturá - AM;
- 16 - Portaria nº 920, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Renascer, no município de Rio das Pedras - SP;

- 17 - Portaria nº 937, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Gospel Shalom, no município de Itariri - SP;
- 18 - Portaria nº 944, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vargem Grande Paulista, no município de Vargem Grande Paulista - SP;
- 19 - Portaria nº 946, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Sete Barras, no município de Sete Barras - SP;
- 20 - Portaria nº 947, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Educativa e Social do Distrito de Rubião Júnior, no município de Botucatu - SP;
- 21 - Portaria nº 948, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Ação Morro do Ouro - AMO, no município de Apiaí - SP;
- 22 - Portaria nº 949, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Nova Ramada, no município de Nova Ramada - RS;
- 23 - Portaria nº 959, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Rádio Rural FM, no município de Piedade - SP;
- 24 - Portaria nº 962, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Moriá FM de Porto Lucena RS, no município de Porto Lucena - RS;
- 25 - Portaria nº 963, de 23 de dezembro de 2008 – ACOMARES - Associação Comunitária de Radiodifusão Mares do Sul Fm, no município de Capão da Canoa - RS;
- 26 - Portaria nº 979, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária New Life FM, no município de Santa Mercedes - SP;
- 27 - Portaria nº 982, de 23 de dezembro de 2008 – Movimento Comunitário Cultural e Social de Santa Lúcia, no município de Duque de Caxias - RJ;
- 28 - Portaria nº 986, de 23 de dezembro de 2008 – Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Cidadania Taquaritubense, no município de Taquarituba - SP;
- 29 - Portaria nº 1.027, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Comunitária Sociedade FM de Pedregulho, no município de Pedregulho - SP;
- 30 - Portaria nº 1.031, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Difusão Comunitária Paraíso de Rios, no município de Anitápolis - SC;
- 31 - Portaria nº 1.033, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Rádio Transa Rio, no município de Rio de Janeiro - RJ;
- 32 - Portaria nº 1.042, de 23 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Bairro Agrovila - Santa Maria da Boa Vista - PE - ASSMOBAG, no município de Santa Maria da Boa Vista - PE;
- 33 - Portaria nº 1.043, de 23 de dezembro de 2008 – Sociedade Assistencial Social e Cultural Vida Feliz, no município de Fraiburgo - SC;
- 34 - Portaria nº 1.044, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Comunicação Comunitária do Distrito de Montevideo, no município de Conceição - PB;
- 35 - Portaria nº 1.046, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária da Estância Hidromineral de Águas da Prata - SP, no município de Águas da Prata - SP;
- 36 - Portaria nº 1.056, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Amigos de Palmelo - ACAP, no município de Palmelo - GO;

- 37 - Portaria nº 1.057, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cultural Maisa - ACCM, no município de Mossoró - RN;
- 38 - Portaria nº 1.059, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Um Novo Amanhã, no município de Natal - RN;
- 39 - Portaria nº 1.062, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Morpará - ACOM, no município de Morpará - BA;
- 40 - Portaria nº 1.067, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Rádio de Souto Soares, no município de Souto Soares - BA;
- 41 - Portaria nº 1.072, de 23 de dezembro de 2008 – Organização Não Governamental Poeta Leone, no município de Aratuípe - BA;
- 42 - Portaria nº 1.073, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Tapiramutá - ARCOMUT, no município de Tapiramutá - BA;
- 43 - Portaria nº 1.074, de 23 de dezembro de 2008 – Conselho Cultural e Artístico Pedras Brancas, no município de Guaíba - RS;
- 44 - Portaria nº 1.076, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária Pampeana do Bairro Martinica, no município de Viamão - RS;
- 45 - Portaria nº 1.077, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cerrograndense de Cultura e Comunicação, no município de Cerro Grande - RS;
- 46 - Portaria nº 1.080, de 23 de dezembro de 2008 – Associação do Movimento de Radiocomunicação da Cidade de Avanhandava, no município de Avanhandava - SP;
- 47 - Portaria nº 1.081, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Carlos Barbosa, no município de Carlos Barbosa - RS;
- 48 - Portaria nº 1.082, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Vale do Acarape, no município de Acarape - CE;
- 49 - Portaria nº 1.085, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária do Passo da Caveira Vila Neiva, no município de Gravataí - RS; e
- 50 - Portaria nº 1.088, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Guaibense de Apoio Cultural e Comunitário - AGACC, no município de Guaíba - RS.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 57/2009 – MC

Brasília, 13 de fevereiro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Paróquia de Barreirinha**, no Município de Barreirinha, Estado do Amazonas, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53.000.054.612/2006, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 909 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.054.612/2006 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 1578 - 1.08/2008, resolve:

**Art. 1º** Outorgar autorização à **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Paróquia de Barreirinha**, com sede na Rua 9 de junho, s/nº, Centro, no município de Barreirinha, Estado do Amazonas, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

**Art. 2º** A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 02º 47' 45" S e longitude em 57º 04' 22" W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

**Art. 3º** Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*



# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 182, DE 2010**

**(nº 2.025/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL SANTO ANTÔNIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranapoema, Estado do Paraná.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 868 de 19 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural Santo Antônio para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranapoema, Estado do Paraná.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 732, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo

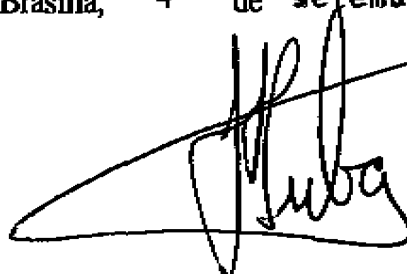
relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 352, de 12 de julho de 2006 – Associação Comunitária de Marilac, no município de Marilac - MG;
- 2 - Portaria nº 722, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Padre Ludovico Redin, no município de Sertão - RS;
- 3 - Portaria nº 863, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária dos Radiodifusores de Cambira, no município de Cambira - PR;
- 4 - Portaria nº 866, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento do Portal do Jalapão, no município de Novo Acordo - TO;
- 5 - Portaria nº 868, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Santo Antônio, no município de Paranapoema - PR;
- 6 - Portaria nº 869, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária, no município de Piraí do Sul - PR;
- 7 - Portaria nº 872, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Radiodifusão Santo Antônio de Lisboa - ACSAL, no município de Japira - PR;
- 8 - Portaria nº 881, de 19 de dezembro de 2008 – União Comunitária Cataporanga - UCC, no município de Nova Tebas - PR;
- 9 - Portaria nº 883, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Defesa Cultural e Artística de Paçandu - ACP, no município de Paçandu - PR;
- 10 - Portaria nº 897, de 22 de dezembro de 2008 – Associação de Desenvolvimento Comunitário e Esportivo Açude - ACESA, no município de Volta Redonda - RJ;
- 11 - Portaria nº 903, de 22 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Povoado Pedras, no município de Marechal Deodoro - AL;
- 12 - Portaria nº 904, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Franca, no município de Franca - SP;
- 13 - Portaria nº 905, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Movimento Comunitário Ativa, no município de Mongaguá - SP;
- 14 - Portaria nº 909, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Paróquia de Barreirinha, no município de Barreirinha - AM;
- 15 - Portaria nº 910, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Amaturá, no município de Amaturá - AM;
- 16 - Portaria nº 920, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Renascer, no município de Rio das Pedras - SP;

- 17 - Portaria nº 937, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Gospel Shalon, no município de Itariri - SP;
- 18 - Portaria nº 944, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vargem Grande Paulista, no município de Vargem Grande Paulista - SP;
- 19 - Portaria nº 946, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Sete Barras, no município de Sete Barras - SP;
- 20 - Portaria nº 947, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Educativa e Social do Distrito de Rubião Júnior, no município de Botucatu - SP;
- 21 - Portaria nº 948, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Ação Morro do Ouro - AMO, no município de Apiaí - SP;
- 22 - Portaria nº 949, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Nova Ramada, no município de Nova Ramada - RS;
- 23 - Portaria nº 959, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Rádio Rural FM, no município de Piedade - SP;
- 24 - Portaria nº 962, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Moriá FM de Porto Lucena RS, no município de Porto Lucena - RS;
- 25 - Portaria nº 963, de 23 de dezembro de 2008 – ACOMARES - Associação Comunitária de Radiodifusão Mares do Sul Fm, no município de Capão da Canoa - RS;
- 26 - Portaria nº 979, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária New Life FM, no município de Santa Mercedes - SP;
- 27 - Portaria nº 982, de 23 de dezembro de 2008 – Movimento Comunitário Cultural e Social de Santa Lúcia, no município de Duque de Caxias - RJ;
- 28 - Portaria nº 986, de 23 de dezembro de 2008 – Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Cidadania Taquaritubense, no município de Taquarituba - SP;
- 29 - Portaria nº 1.027, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Comunitária Sociedade FM de Pedregulho, no município de Pedregulho - SP;
- 30 - Portaria nº 1.031, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Difusão Comunitária Paraíso de Rios, no município de Anitápolis - SC;
- 31 - Portaria nº 1.033, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Rádio Transa Rio, no município de Rio de Janeiro - RJ;
- 32 - Portaria nº 1.042, de 23 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Bairro Agrovila - Santa Maria da Boa Vista - PE - ASSMOBAG, no município de Santa Maria da Boa Vista - PE;
- 33 - Portaria nº 1.043, de 23 de dezembro de 2008 – Sociedade Assistencial Social e Cultural Vida Feliz, no município de Fraiburgo - SC;
- 34 - Portaria nº 1.044, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Comunicação Comunitária do Distrito de Montevideo, no município de Conceição - PB;
- 35 - Portaria nº 1.046, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária da Estância Hidromineral de Águas da Prata - SP, no município de Águas da Prata - SP;
- 36 - Portaria nº 1.056, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Amigos de Palmelo - ACAP, no município de Palmelo - GO;

- 37 - Portaria nº 1.057, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cultural Maisa - ACCM, no município de Mossoró - RN;
- 38 - Portaria nº 1.059, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Um Novo Amanhã, no município de Natal - RN;
- 39 - Portaria nº 1.062, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Morpará - ACOM, no município de Morpará - BA;
- 40 - Portaria nº 1.067, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Rádio de Souto Soares, no município de Souto Soares - BA;
- 41 - Portaria nº 1.072, de 23 de dezembro de 2008 – Organização Não Governamental Poeta Leone, no município de Aratuípe - BA;
- 42 - Portaria nº 1.073, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Tapiramutá - ARCOMUT, no município de Tapiramutá - BA;
- 43 - Portaria nº 1.074, de 23 de dezembro de 2008 – Conselho Cultural e Artístico Pedras Brancas, no município de Guaíba - RS;
- 44 - Portaria nº 1.076, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária Pampeana do Bairro Martinica, no município de Viamão - RS;
- 45 - Portaria nº 1.077, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cerrograndense de Cultura e Comunicação, no município de Cerro Grande - RS;
- 46 - Portaria nº 1.080, de 23 de dezembro de 2008 – Associação do Movimento de Radiocomunicação da Cidade de Avandava, no município de Avandava - SP;
- 47 - Portaria nº 1.081, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Carlos Barbosa, no município de Carlos Barbosa - RS;
- 48 - Portaria nº 1.082, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Vale do Acarape, no município de Acarape - CE;
- 49 - Portaria nº 1.085, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária do Passo da Caveira Vila Neiva, no município de Gravataí - RS; e
- 50 - Portaria nº 1.088, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Guaibense de Apoio Cultural e Comunitário - AGACC, no município de Guaíba - RS.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 146/2009 – MC

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Cultural Santo Antônio**, no Município de Paranapoema, Estado do Paraná, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.009542/2008, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 868 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.009.542/2008 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 2404 - 1.08/2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cultural Santo Antônio, com sede na Avenida Victorelli, s/nº - Centro, no município de Paranapoema, Estado do Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º 39' 18" S e longitude em 52º 04' 56" W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 183, DE 2010**

**(nº 2.026/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga concessão à AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Moju, Estado do Pará.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 17 de julho de 2009, que outorga concessão à Amazônia Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Moju, Estado do Pará.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 731, de 2009.

**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

**Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos**



adiante especificados, que outorgam concessões às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em onda média:

Decreto de 27 de fevereiro de 2009 (DOU do dia 2 de março subsequente):

- 1 - Empresa de Rad iodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Prainha - PA;
- 2 - Nortão Comunicação e Publicidade Ltda., no município de Santo Antônio do Içá - AM;
- 3 - Nortão Comunicação e Publicidade Ltda., no município de São Gabriel da Cachoeira - AM;

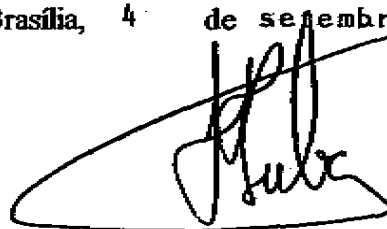
Decreto de 10 de junho de 2009 (DOU do dia 12 subsequente):

- 4 - Rádio e Televisão Belo Monte Ltda., no município de Senador José Porfírio, Estado do Pará;
- 5 - Camy Telecomunicações Ltda., no município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul;

Decreto de 17 de julho de 2009 (DOU do dia 20 subsequente):

- 6 - Amazônia Comunicações Ltda., no município de Moju - PA;
- 7 - Sistema de Rádio e Televisão Vale do Sucuriú Ltda., no município de Nioaque - MS;
- 8 - Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Itaituba - PA;
- 9 - Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de São Domingos do Capim - PA;
- 10 - Sistema de Rádio e Televisão Vale do Sucuriú Ltda., no município de Ribas do Rio Pardo - MS;
- 11 - Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Almeirim - PA;
- 12 - Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda., no município de Barcarena - PA;
- 13 - Rádio Comunicação LMW Ltda.-ME, no município de Jauru - MT; e
- 14 - Rádio Comunicação LMW Ltda.-ME, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº 638/2008-MC

Brasília, 24 de novembro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 057/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Moju, Estado do Pará.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Amazônia Comunicações Ltda (Processo nº 53720.000472/2001) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a concessão, na forma do projeto de decreto incluso.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**DECRETA:**

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Comunicação LMW Ltda.-ME para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Jauru, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º A concessão ora outorgada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Heloisa Costa

**DECRETO DE 17 DE JULHO DE 2009**

Renova a concessão outorgada à Agência Goiana de Comunicação Ltda. - AGECOM, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, sem direito de exclusividade, no Município de Goiânia, Estado de Goiás.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.065092/2006,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 25 de abril de 2006, a concessão outorgada à Agência Goiana de Comunicação Ltda. - AGECOM, pelo Decreto nº 92.333, de 27 de janeiro de 1986, renovada pelo Decreto de 19 de setembro de 2001, e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 881, de 19 de novembro de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, no Município de Goiânia, Estado de Goiás.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Heloisa Costa

**DECRETO DE 17 DE JULHO DE 2009**

Transfere para a Rádio Novo Milênio Ltda. a concessão outorgada à Rádio Globo S/A para explorar serviços de radiodifusão sonora em ondas curtas, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e nos termos do art. 34, item 3, alínea "a", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica transferida para a Rádio Novo Milênio Ltda. a concessão outorgada à Rádio Globo S/A pelo Decreto nº 36.779, de 18 de janeiro de 1955, renovada pelo Decreto de 25 de agosto de 1998, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 31, de 22 de agosto de 2001, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53000.045162/2008).

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja concessão é transferida por este Decreto, rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Heloisa Costa

**DECRETO DE 17 DE JULHO DE 2009**

Outorga concessão à Amazônia Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Moju, Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53720.000472/2001, Concorrência nº 057/2001-SSR/MC,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica outorgada concessão à Amazônia Comunicações Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Moju, Estado do Pará.

Art. 2º A concessão ora outorgada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Heloisa Costa

**DECRETO DE 17 DE JULHO DE 2009**

Renova a concessão outorgada à Rádio Planalto de Euclides da Cunha Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nºs 53000.025266/2004 e 53640.000.938/95,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de abril de 2006, a concessão outorgada à Rádio Planalto de Euclides da Cunha Ltda., pelo Decreto nº 92.572, de 18 de abril de 1986, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Heloisa Costa

**DECRETO DE 17 DE JULHO DE 2009**

Outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Itaitubá, Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53720.000473/2001, Concorrência nº 057/2001-SSR/MC,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica outorgada concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Itaitubá, Estado do Pará.

Art. 2º A concessão ora outorgada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Heloisa Costa

**DECRETO DE 17 DE JULHO DE 2009**

Outorga concessão à Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Barcarena, Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53720.000492/2001, Concorrência nº 058/2001-SSR/MC,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Barcarena, Estado do Pará.

Art. 2º A concessão ora outorgada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Heloisa Costa

**DECRETO DE 17 DE JULHO DE 2009**

Outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de São Domingos do Capim, Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53720.000473/2001, Concorrência nº 057/2001-SSR/MC,

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 184, DE 2010**

**(nº 2.029/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga permissão à  
RÁDIO ONDAS FM LTDA. para explorar  
serviço de radiodifusão sonora em  
frequência modulada na cidade de  
Dolcinópolis, Estado de São Paulo.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a  
Portaria nº 276 de 13 de maio de 2009, que outorga permissão  
à Rádio Ondas FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem  
direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em  
frequência modulada na cidade de Dolcinópolis, Estado de São  
Paulo.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na  
data de sua publicação.**

Mensagem nº 730, de 2009.

**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades

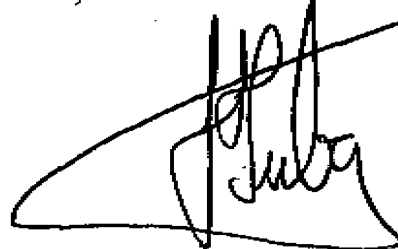
abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 330, de 11 de junho de 2008 – SBC - Radiodifusão Ltda., no município de Cachoeira do Arari - PA;
- 2 - Portaria nº 333, de 11 de junho de 2008 – Empresa de Radiodifusão Estrela Polar Ltda., no município de Itaberá - SP;
- 3 - Portaria nº 334, de 11 de junho de 2008 – Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda., no município de Paranhos - MS;
- 4 - Portaria nº 335, de 11 de junho de 2008 – Gomes Comunicações Ltda., no município de Ladário - MS;
- 5 - Portaria nº 370, de 12 de junho de 2008 – Campo Grande Comunicação Ltda., no município de Glória de Dourados - MS;
- 6 - Portaria nº 386, de 13 de junho de 2008 – SBC - Radiodifusão Ltda., no município de Concórdia do Pará - PA;
- 7 - Portaria nº 555, de 4 de setembro de 2008 – Sistema Regional de Comunicação Andradina Ltda., no município de Castilho - SP;
- 8 - Portaria nº 873, de 19 de dezembro de 2008 – Rádio Sanhauá FM Ltda., no município de Mari - PB;
- 9 - Portaria nº 875, de 19 de dezembro de 2008 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de São Miguel Arcanjo - SP;
- 10 - Portaria nº 992, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Noroeste de Comunicação Ltda.EPP, no município de Penápolis - SP;
- 11 - Portaria nº 994, de 23 de dezembro de 2008 – W.A.C Rabelo & CIA Ltda., no município de Irituia - PA;
- 12 - Portaria nº 1.001, de 23 de dezembro de 2008 – Rede Tamandaré de Rádio e Televisão Ltda., no município de Picuí - PB;
- 13 - Portaria nº 1.018, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Cidade AM de Votuporanga Ltda., no município de Cardoso - SP;
- 14 - Portaria nº 71, de 25 de março de 2009 – Moriá FM Ltda., no município de General Carneiro - PR;
- 15 - Portaria nº 74, de 25 de março de 2009 – Fator Radiodifusão Ltda., no município de Barra do Ribeiro - RS;
- 16 - Portaria nº 75, de 25 de março de 2009 – Sociedade Rádio Vanguarda Limitada, no município de Marianópolis do Tocantins - TO;

- 17 - Portaria nº 76, de 25 de março de 2009 – Rádio Brasil Sul FM Ltda., no município de Santa Mariana - PR;
- 18 - Portaria nº 78, de 25 de março de 2009 – Rádio Tauá de Guiratinga Ltda., no município de Alto Paraguai - MT;
- 19 - Portaria nº 79, de 25 de março de 2009 – Sociedade Rádio Vanguarda Limitada, no município de Dom Aquino - MT;
- 20 - Portaria nº 80, de 25 de março de 2009 – Moriá FM Ltda., no município de Iguaçu - PR;
- 21 - Portaria nº 81, de 25 de março de 2009 – Moriá FM Ltda., no município de Quinta do Sol - PR;
- 22 - Portaria nº 82, de 25 de março de 2009 – Rádio Vera Ltda., no município de Vera - MT;
- 23 - Portaria nº 84, de 25 de março de 2009 – Rádio Litoral Norte Ltda., no município de Piedade - SP;
- 24 - Portaria nº 85, de 25 de março de 2009 – Sistema Nativa de Comunicações Ltda., no município de Pinheiro Machado - RS;
- 25 - Portaria nº 86, de 25 de março de 2009 – Mar e Céu Comunicações Ltda., no município de Vila Rica - MT;
- 26 - Portaria nº 92, de 25 de março de 2009 – Rádio Voz do São Francisco Ltda., no município de São Francisco - MG;
- 27 - Portaria nº 261, de 7 de maio de 2009 – Sistema Arizona de Comunicação Ltda., no município de Acará - PA;
- 28 - Portaria nº 268, de 12 de maio de 2009 – Rádio Nativa FM Ltda., no município de Ipaba - MG;
- 29 - Portaria nº 275, de 13 de maio de 2009 – Rádio Ondas FM Ltda., no município de Colômbia - SP;
- 30 - Portaria nº 276, de 13 de maio de 2009 – Rádio Ondas FM Ltda., no município de Dolcinópolis - SP;
- 31 - Portaria nº 293, de 14 de maio de 2009 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Herculândia - SP;
- 32 - Portaria nº 294, de 14 de maio de 2009 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Euclides da Cunha Paulista - SP;
- 33 - Portaria nº 295, de 14 de maio de 2009 – Campo Grande Comunicação Ltda., no município de Angélica - MS;
- 34 - Portaria nº 296, de 14 de maio de 2009 – Campo Grande Comunicação Ltda., no município de Bataiporã - MS;
- 35 - Portaria nº 298, de 14 de maio de 2009 – Xaraés Comunicações Ltda., no município de Bodoquena - MS;
- 36 - Portaria nº 299, de 14 de maio de 2009 – Xaraés Comunicações Ltda., no município de Água Clara - MS;

- 37 - Portaria nº 300, de 14 de maio de 2009 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Taquarituba - SP;
- 38 - Portaria nº 301, de 14 de maio de 2009 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Teodoro Sampaio - SP;
- 39 - Portaria nº 303, de 14 de maio de 2009 – Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda., no município de Delmiro Gouveia - AL;
- 40 - Portaria nº 304, de 14 de maio de 2009 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de São José do Vale do Rio Preto - RJ;
- 41 - Portaria nº 306, de 14 de maio de 2009 – Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Porto de Moz - PA;
- 42 - Portaria nº 307, de 14 de maio de 2009 – Sistema de Comunicação Sol Ltda., no município de Barcelos - AM;
- 43 - Portaria nº 308, de 14 de maio de 2009 – Sistema de Comunicação Sol Ltda., no município de Apuí - AM;
- 44 - Portaria nº 309, de 14 de maio de 2009 – Sistema de Comunicação Sol Ltda., no município de Anori - AM;
- 45 - Portaria nº 310, de 14 de maio de 2009 – Rádio Difusora de Catanduva Ltda., no município de Catiguá - SP;
- 46 - Portaria nº 311, de 14 de maio de 2009 – Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Alenquer - PA;
- 47 - Portaria nº 331, de 28 de maio de 2009 – Web Comunicação Ltda., no município de Rio Pomba - MG;
- 48 - Portaria nº 332, de 28 de maio de 2009 – Web Comunicação Ltda., no município de Rio Novo - MG;
- 49 - Portaria nº 384, de 18 de junho de 2009 – Rádio Imprensa FM de Vargem Grande do Sul Ltda., no município de Roseira - SP;
- 50 - Portaria nº 389, de 18 de junho de 2009 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. - SIR, no município de São José da Bela Vista - SP.

Brasília, 4 de setembro de 2009

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to a high-ranking official, is written over the date line.



EM nº. 523/2009-MC

Brasília, 19 de maio de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 125/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Dolcinópolis, Estado de São Paulo.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Ondas FM Ltda (Processo nº 53830.000144/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 276 ,DE 13 DE MAIO DE 2009.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000144/2002, Concorrência nº 125/2001-SSR/MC, resolve:

**Art. 1º** Outorgar permissão à **RÁDIO ONDAS FM LTDA.** para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Dolcinópolis, Estado de São Paulo.

**Parágrafo único.** A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

**Art. 2º** Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

**Art. 3º** O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 185, DE 2010**

**(nº 2.031/2009, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga permissão à FATOR RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 74 de 25 de março de 2009, que outorga permissão à Fator Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 730, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 330, de 11 de junho de 2008 – SBC - Radiodifusão Ltda., no município de Cachoeira do Arari - PA;
- 2 - Portaria nº 333, de 11 de junho de 2008 – Empresa de Radiodifusão Estrela Polar Ltda., no município de Itaberá - SP;
- 3 - Portaria nº 334, de 11 de junho de 2008 – Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda., no município de Paranhos - MS;
- 4 - Portaria nº 335, de 11 de junho de 2008 – Gomes Comunicações Ltda., no município de Ladário - MS;
- 5 - Portaria nº 370, de 12 de junho de 2008 – Campo Grande Comunicação Ltda., no município de Glória de Dourados - MS;
- 6 - Portaria nº 386, de 13 de junho de 2008 – SBC - Radiodifusão Ltda., no município de Concórdia do Pará - PA;
- 7 - Portaria nº 555, de 4 de setembro de 2008 – Sistema Regional de Comunicação Andradina Ltda., no município de Castilho - SP;
- 8 - Portaria nº 873, de 19 de dezembro de 2008 – Rádio Sanhauá FM Ltda., no município de Mari - PB;
- 9 - Portaria nº 875, de 19 de dezembro de 2008 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de São Miguel Arcanjo - SP;
- 10 - Portaria nº 992, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Noroeste de Comunicação Ltda.EPP, no município de Penápolis - SP;
- 11 - Portaria nº 994, de 23 de dezembro de 2008 – W.A.C Rabelo & CIA Ltda., no município de Irituia - PA;
- 12 - Portaria nº 1.001, de 23 de dezembro de 2008 – Rede Tamandaré de Rádio e Televisão Ltda., no município de Picuí - PB;
- 13 - Portaria nº 1.018, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Cidade AM de Votuporanga Ltda., no município de Cardoso - SP;
- 14 - Portaria nº 71, de 25 de março de 2009 – Moriá FM Ltda., no município de General Carneiro - PR;
- 15 - Portaria nº 74, de 25 de março de 2009 – Fator Radiodifusão Ltda., no município de Barra do Ribeiro - RS;
- 16 - Portaria nº 75, de 25 de março de 2009 – Sociedade Rádio Vanguarda Limitada, no município de Marianópolis do Tocantins - TO;

- 17 - Portaria nº 76, de 25 de março de 2009 – Rádio Brasil Sul FM Ltda., no município de Santa Mariana - PR;
- 18 - Portaria nº 78, de 25 de março de 2009 – Rádio Tauá de Guiratinga Ltda., no município de Alto Paraguai - MT;
- 19 - Portaria nº 79, de 25 de março de 2009 – Sociedade Rádio Vanguarda Limitada, no município de Dom Aquino - MT;
- 20 - Portaria nº 80, de 25 de março de 2009 – Moriá FM Ltda., no município de Iguaçu - PR;
- 21 - Portaria nº 81, de 25 de março de 2009 – Moriá FM Ltda., no município de Quinta do Sol - PR;
- 22 - Portaria nº 82, de 25 de março de 2009 – Rádio Vera Ltda., no município de Vera - MT;
- 23 - Portaria nº 84, de 25 de março de 2009 – Rádio Litoral Norte Ltda., no município de Piedade - SP;
- 24 - Portaria nº 85, de 25 de março de 2009 – Sistema Nativa de Comunicações Ltda., no município de Pinheiro Machado - RS;
- 25 - Portaria nº 86, de 25 de março de 2009 – Mar e Céu Comunicações Ltda., no município de Vila Rica - MT;
- 26 - Portaria nº 92, de 25 de março de 2009 – Rádio Voz do São Francisco Ltda., no município de São Francisco - MG;
- 27 - Portaria nº 261, de 7 de maio de 2009 – Sistema Arizona de Comunicação Ltda., no município de Acará - PA;
- 28 - Portaria nº 268, de 12 de maio de 2009 – Rádio Nativa FM Ltda., no município de Ipaba - MG;
- 29 - Portaria nº 275, de 13 de maio de 2009 – Rádio Ondas FM Ltda., no município de Colômbia - SP;
- 30 - Portaria nº 276, de 13 de maio de 2009 – Rádio Ondas FM Ltda., no município de Dolcinópolis - SP;
- 31 - Portaria nº 293, de 14 de maio de 2009 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Herculândia - SP;
- 32 - Portaria nº 294, de 14 de maio de 2009 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Euclides da Cunha Paulista - SP;
- 33 - Portaria nº 295, de 14 de maio de 2009 – Campo Grande Comunicação Ltda., no município de Angélica - MS;
- 34 - Portaria nº 296, de 14 de maio de 2009 – Campo Grande Comunicação Ltda., no município de Bataiporã - MS;
- 35 - Portaria nº 298, de 14 de maio de 2009 – Xaraés Comunicações Ltda., no município de Bodoquena - MS;
- 36 - Portaria nº 299, de 14 de maio de 2009 – Xaraés Comunicações Ltda., no município de Água Clara - MS;

37 - Portaria nº 300, de 14 de maio de 2009 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Taquarituba - SP;

38 - Portaria nº 301, de 14 de maio de 2009 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Teodoro Sampaio - SP;

39 - Portaria nº 303, de 14 de maio de 2009 – Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda., no município de Delmiro Gouveia - AL;

40 - Portaria nº 304, de 14 de maio de 2009 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de São José do Vale do Rio Preto - RJ;

41 - Portaria nº 306, de 14 de maio de 2009 – Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Porto de Moz - PA;

42 - Portaria nº 307, de 14 de maio de 2009 – Sistema de Comunicação Sol Ltda., no município de Barcelos - AM;

43 - Portaria nº 308, de 14 de maio de 2009 – Sistema de Comunicação Sol Ltda., no município de Apuí - AM;

44 - Portaria nº 309, de 14 de maio de 2009 – Sistema de Comunicação Sol Ltda., no município de Anori - AM;

45 - Portaria nº 310, de 14 de maio de 2009 – Rádio Difusora de Catanduba Ltda., no município de Catiguá - SP;

46 - Portaria nº 311, de 14 de maio de 2009 – Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Alenquer - PA;

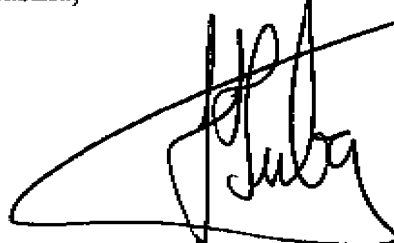
47 - Portaria nº 331, de 28 de maio de 2009 – Web Comunicação Ltda., no município de Rio Pomba - MG;

48 - Portaria nº 332, de 28 de maio de 2009 – Web Comunicação Ltda., no município de Rio Novo - MG;

49 - Portaria nº 384, de 18 de junho de 2009 – Rádio Imprensa FM de Vargem Grande do Sul Ltda., no município de Roseira - SP;

50 - Portaria nº 389, de 18 de junho de 2009 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. - SIR, no município de São José da Bela Vista - SP.

Brasília, 4 de setembro de 2009



**EM nº. 441/2009 – MC**

**Brasília, 17 de abril de 2009.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da República,**

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 067/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Fator Radiodifusão Ltda (Processo nº 53790.000808/2001) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

**Respeitosamente,**

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA Nº 74 , DE 25 DE MARÇO DE 2009.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000808/2001, Concorrência nº 067/2001-SSR/MC, resolve:

**Art. 1º** Outorgar permissão à **FATOR RADIODIFUSÃO LTDA**, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.

**Parágrafo único.** A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

**Art. 2º** Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

**Art. 3º** O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 186, DE 2010**

**(nº 2.032/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CIDADE AM DE VOTUPORANGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.018 de 23 de dezembro de 2008, que outorga permissão à Rádio Cidade AM de Votuporanga Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

**Mensagem nº 730, de 2009.**

**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

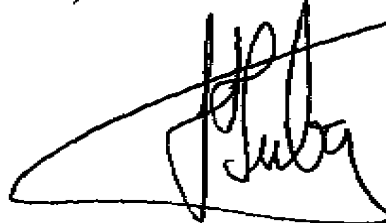
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 330, de 11 de junho de 2008 – SBC - Radiodifusão Ltda., no município de Cachoeira do Arari - PA;
- 2 - Portaria nº 333, de 11 de junho de 2008 – Empresa de Radiodifusão Estrela Polar Ltda., no município de Itaberá - SP;
- 3 - Portaria nº 334, de 11 de junho de 2008 – Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda., no município de Paranhos - MS;
- 4 - Portaria nº 335, de 11 de junho de 2008 – Gomes Comunicações Ltda., no município de Ladário - MS;
- 5 - Portaria nº 370, de 12 de junho de 2008 – Campo Grande Comunicação Ltda., no município de Glória de Dourados - MS;
- 6 - Portaria nº 386, de 13 de junho de 2008 – SBC - Radiodifusão Ltda., no município de Concórdia do Pará - PA;
- 7 - Portaria nº 555, de 4 de setembro de 2008 – Sistema Regional de Comunicação Andradina Ltda., no município de Castilho - SP;
- 8 - Portaria nº 873, de 19 de dezembro de 2008 – Rádio Sanhauá FM Ltda., no município de Mari - PB;
- 9 - Portaria nº 875, de 19 de dezembro de 2008 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de São Miguel Arcanjo - SP;
- 10 - Portaria nº 992, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Noroeste de Comunicação Ltda.EPP, no município de Penápolis - SP;
- 11 - Portaria nº 994, de 23 de dezembro de 2008 – W.A.C Rabelo & CIA Ltda., no município de Irituia - PA;
- 12 - Portaria nº 1.001, de 23 de dezembro de 2008 – Rede Tamandaré de Rádio e Televisão Ltda., no município de Picuí - PB;
- 13 - Portaria nº 1.018, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Cidade AM de Votuporanga Ltda., no município de Cardoso - SP;
- 14 - Portaria nº 71, de 25 de março de 2009 – Moriá FM Ltda., no município de General Carneiro - PR;
- 15 - Portaria nº 74, de 25 de março de 2009 – Fator Radiodifusão Ltda., no município de Barra do Ribeiro - RS;
- 16 - Portaria nº 75, de 25 de março de 2009 – Sociedade Rádio Vanguarda Limitada, no município de Marianópolis do Tocantins - TO;

- 17 - Portaria nº 76, de 25 de março de 2009 – Rádio Brasil Sul FM Ltda., no município de Santa Mariana - PR;
- 18 - Portaria nº 78, de 25 de março de 2009 – Rádio Tauá de Guiratinga Ltda., no município de Alto Paraguai - MT;
- 19 - Portaria nº 79, de 25 de março de 2009 – Sociedade Rádio Vanguarda Limitada, no município de Dom Aquino - MT;
- 20 - Portaria nº 80, de 25 de março de 2009 – Moriá FM Ltda., no município de Iguaraçu - PR;
- 21 - Portaria nº 81, de 25 de março de 2009 – Moriá FM Ltda., no município de Quinta do Sol - PR;
- 22 - Portaria nº 82, de 25 de março de 2009 – Rádio Vera Ltda., no município de Vera - MT;
- 23 - Portaria nº 84, de 25 de março de 2009 – Rádio Litoral Norte Ltda., no município de Piedade - SP;
- 24 - Portaria nº 85, de 25 de março de 2009 – Sistema Nativa de Comunicações Ltda., no município de Pinheiro Machado - RS;
- 25 - Portaria nº 86, de 25 de março de 2009 – Mar e Céu Comunicações Ltda., no município de Vila Rica - MT;
- 26 - Portaria nº 92, de 25 de março de 2009 – Rádio Voz do São Francisco Ltda., no município de São Francisco - MG;
- 27 - Portaria nº 261, de 7 de maio de 2009 – Sistema Arizona de Comunicação Ltda., no município de Acará - PA;
- 28 - Portaria nº 268, de 12 de maio de 2009 – Rádio Nativa FM Ltda., no município de Ipaba - MG;
- 29 - Portaria nº 275, de 13 de maio de 2009 – Rádio Ondas FM Ltda., no município de Colômbia - SP;
- 30 - Portaria nº 276, de 13 de maio de 2009 – Rádio Ondas FM Ltda., no município de Dolcinópolis - SP;
- 31 - Portaria nº 293, de 14 de maio de 2009 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Herculândia - SP;
- 32 - Portaria nº 294, de 14 de maio de 2009 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Euclides da Cunha Paulista - SP;
- 33 - Portaria nº 295, de 14 de maio de 2009 – Campo Grande Comunicação Ltda., no município de Angélica - MS;
- 34 - Portaria nº 296, de 14 de maio de 2009 – Campo Grande Comunicação Ltda., no município de Bataiporã - MS;
- 35 - Portaria nº 298, de 14 de maio de 2009 – Xaraés Comunicações Ltda., no município de Bodoquena - MS;
- 36 - Portaria nº 299, de 14 de maio de 2009 – Xaraés Comunicações Ltda., no município de Água Clara - MS;

- 37 - Portaria nº 300, de 14 de maio de 2009 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Taquarituba - SP;
- 38 - Portaria nº 301, de 14 de maio de 2009 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Teodoro Sampaio - SP;
- 39 - Portaria nº 303, de 14 de maio de 2009 – Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda., no município de Delmiro Gouveia - AL;
- 40 - Portaria nº 304, de 14 de maio de 2009 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de São José do Vale do Rio Preto - RJ;
- 41 - Portaria nº 306, de 14 de maio de 2009 – Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Porto de Moz - PA;
- 42 - Portaria nº 307, de 14 de maio de 2009 – Sistema de Comunicação Sol Ltda., no município de Barcelos - AM;
- 43 - Portaria nº 308, de 14 de maio de 2009 – Sistema de Comunicação Sol Ltda., no município de Apuí - AM;
- 44 - Portaria nº 309, de 14 de maio de 2009 – Sistema de Comunicação Sol Ltda., no município de Anori - AM;
- 45 - Portaria nº 310, de 14 de maio de 2009 – Rádio Difusora de Catanduva Ltda., no município de Catiguá - SP;
- 46 - Portaria nº 311, de 14 de maio de 2009 – Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Alenquer - PA;
- 47 - Portaria nº 331, de 28 de maio de 2009 – Web Comunicação Ltda., no município de Rio Pomba - MG;
- 48 - Portaria nº 332, de 28 de maio de 2009 – Web Comunicação Ltda., no município de Rio Novo - MG;
- 49 - Portaria nº 384, de 18 de junho de 2009 – Rádio Imprensa FM de Vargem Grande do Sul Ltda., no município de Roseira - SP;
- 50 - Portaria nº 389, de 18 de junho de 2009 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. - SIR, no município de São José da Bela Vista - SP.

Brasília, 4 de setembro de 2009

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to a high-ranking official, is written over the date line.

**EM nº. 172/2009 – MC**

**Brasília, 18 de fevereiro de 2009.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da República,**

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 124/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Cardoso, Estado de São Paulo.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Cidade AM de Votuporanga Ltda (Processo nº 53830.000116/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

**Respeitosamente,**

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1018 , DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000116/2002, Concorrência nº 124/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à RÁDIO CIDADE AM DE VOTUPORANGA LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Cardoso, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
HÉLIO COSTA

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*



# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 187, DE 2010**

**(nº 2.034/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga permissão à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 875 de 19 de dezembro de 2008, que outorga permissão à Difusora Natureza FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 730, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

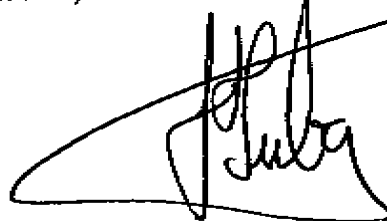
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 330, de 11 de junho de 2008 – SBC - Radiodifusão Ltda., no município de Cachoeira do Arari - PA;
- 2 - Portaria nº 333, de 11 de junho de 2008 – Empresa de Radiodifusão Estrela Polar Ltda., no município de Itaberá - SP;
- 3 - Portaria nº 334, de 11 de junho de 2008 – Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda., no município de Paranhos - MS;
- 4 - Portaria nº 335, de 11 de junho de 2008 – Gomes Comunicações Ltda., no município de Ladário - MS;
- 5 - Portaria nº 370, de 12 de junho de 2008 – Campo Grande Comunicação Ltda., no município de Glória de Dourados - MS;
- 6 - Portaria nº 386, de 13 de junho de 2008 – SBC - Radiodifusão Ltda., no município de Concórdia do Pará - PA;
- 7 - Portaria nº 555, de 4 de setembro de 2008 – Sistema Regional de Comunicação Andradina Ltda., no município de Castilho - SP;
- 8 - Portaria nº 873, de 19 de dezembro de 2008 – Rádio Sanhauá FM Ltda., no município de Mari - PB;
- 9 - Portaria nº 875, de 19 de dezembro de 2008 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de São Miguel Arcanjo - SP;
- 10 - Portaria nº 992, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Noroeste de Comunicação Ltda.EPP, no município de Penápolis - SP;
- 11 - Portaria nº 994, de 23 de dezembro de 2008 – W.A.C Rabelo & CIA Ltda., no município de Irituia - PA;
- 12 - Portaria nº 1.001, de 23 de dezembro de 2008 – Rede Tamandaré de Rádio e Televisão Ltda., no município de Picuí - PB;
- 13 - Portaria nº 1.018, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Cidade AM de Votuporanga Ltda., no município de Cardoso - SP;
- 14 - Portaria nº 71, de 25 de março de 2009 – Moriá FM Ltda., no município de General Carneiro - PR;
- 15 - Portaria nº 74, de 25 de março de 2009 – Fator Radiodifusão Ltda., no município de Barra do Ribeiro - RS;
- 16 - Portaria nº 75, de 25 de março de 2009 – Sociedade Rádio Vanguarda Limitada, no município de Marianópolis do Tocantins - TO;

- 17 - Portaria nº 76, de 25 de março de 2009 – Rádio Brasil Sul FM Ltda., no município de Santa Mariana - PR;
- 18 - Portaria nº 78, de 25 de março de 2009 – Rádio Tauá de Guiratinga Ltda., no município de Alto Paraguai - MT;
- 19 - Portaria nº 79, de 25 de março de 2009 – Sociedade Rádio Vanguarda Limitada, no município de Dom Aquino - MT;
- 20 - Portaria nº 80, de 25 de março de 2009 – Moriá FM Ltda., no município de Iguaraçu - PR;
- 21 - Portaria nº 81, de 25 de março de 2009 – Moriá FM Ltda., no município de Quinta do Sol - PR;
- 22 - Portaria nº 82, de 25 de março de 2009 – Rádio Vera Ltda., no município de Vera - MT;
- 23 - Portaria nº 84, de 25 de março de 2009 – Rádio Litoral Norte Ltda., no município de Piedade - SP;
- 24 - Portaria nº 85, de 25 de março de 2009 – Sistema Nativa de Comunicações Ltda., no município de Pinheiro Machado - RS;
- 25 - Portaria nº 86, de 25 de março de 2009 – Mar e Céu Comunicações Ltda., no município de Vila Rica - MT;
- 26 - Portaria nº 92, de 25 de março de 2009 – Rádio Voz do São Francisco Ltda., no município de São Francisco - MG;
- 27 - Portaria nº 261, de 7 de maio de 2009 – Sistema Arizona de Comunicação Ltda., no município de Acará - PA;
- 28 - Portaria nº 268, de 12 de maio de 2009 – Rádio Nativa FM Ltda., no município de Ipaba - MG;
- 29 - Portaria nº 275, de 13 de maio de 2009 – Rádio Ondas FM Ltda., no município de Colômbia - SP;
- 30 - Portaria nº 276, de 13 de maio de 2009 – Rádio Ondas FM Ltda., no município de Dolcinópolis - SP;
- 31 - Portaria nº 293, de 14 de maio de 2009 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Herculândia - SP;
- 32 - Portaria nº 294, de 14 de maio de 2009 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Euclides da Cunha Paulista - SP;
- 33 - Portaria nº 295, de 14 de maio de 2009 – Campo Grande Comunicação Ltda., no município de Angélica - MS;
- 34 - Portaria nº 296, de 14 de maio de 2009 – Campo Grande Comunicação Ltda., no município de Bataiporã - MS;
- 35 - Portaria nº 298, de 14 de maio de 2009 – Xaraés Comunicações Ltda., no município de Bodoquena - MS;
- 36 - Portaria nº 299, de 14 de maio de 2009 – Xaraés Comunicações Ltda., no município de Água Clara - MS;

- 37 - Portaria nº 300, de 14 de maio de 2009 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Taquarituba - SP;
- 38 - Portaria nº 301, de 14 de maio de 2009 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Teodoro Sampaio - SP;
- 39 - Portaria nº 303, de 14 de maio de 2009 – Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda., no município de Delmiro Gouveia - AL;
- 40 - Portaria nº 304, de 14 de maio de 2009 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de São José do Vale do Rio Preto - RJ;
- 41 - Portaria nº 306, de 14 de maio de 2009 – Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Porto de Moz - PA;
- 42 - Portaria nº 307, de 14 de maio de 2009 – Sistema de Comunicação Sol Ltda., no município de Barcelos - AM;
- 43 - Portaria nº 308, de 14 de maio de 2009 – Sistema de Comunicação Sol Ltda., no município de Apuí - AM;
- 44 - Portaria nº 309, de 14 de maio de 2009 – Sistema de Comunicação Sol Ltda., no município de Anori - AM;
- 45 - Portaria nº 310, de 14 de maio de 2009 – Rádio Difusora de Catanduva Ltda., no município de Catiguá - SP;
- 46 - Portaria nº 311, de 14 de maio de 2009 – Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Alenquer - PA;
- 47 - Portaria nº 331, de 28 de maio de 2009 – Web Comunicação Ltda., no município de Rio Pomba - MG;
- 48 - Portaria nº 332, de 28 de maio de 2009 – Web Comunicação Ltda., no município de Rio Novo - MG;
- 49 - Portaria nº 384, de 18 de junho de 2009 – Rádio Imprensa FM de Vargem Grande do Sul Ltda., no município de Roseira - SP;
- 50 - Portaria nº 389, de 18 de junho de 2009 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. - SIR, no município de São José da Bela Vista - SP.

Brasília, 4 de setembro de 2009

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to a senator or official, is written over the date line.

EM nº. 767/2008/MC

Brasília, 29 de dezembro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 028/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a **DIFUSORA NATUREZA FM LTDA** (Processo nº 53830.000438/2001) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA Nº 875 , DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000438/2001, Concorrência nº 028/2001-SSR/MC, resolve:

**Art. 1º** Outorgar permissão à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

**Art. 2º** Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

**Art. 3º** O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**HELIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 188, DE 2010**

**(nº 2.037/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga permissão à SUPER RÁDIO DM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 77 de 25 de março de 2009, que outorga permissão à Super Rádio DM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**



**Mensagem nº 729, de 2009.**

:

**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 525, de 13 de setembro de 2006 – Rádio Raio de Sol FM Ltda., no município de Canápolis - BA;
- 2 - Portaria nº 988, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda.-SIR, no município de Ribeirão Corrente - SP;
- 3 - Portaria nº 989, de 23 de dezembro de 2008 – Rede Paraibana de Radiodifusão, Sons e Imagens Ltda., no município de Santa Helena - PB;
- 4 - Portaria nº 990, de 23 de dezembro de 2008 – Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda., no município de Sidrolândia - MS;
- 5 - Portaria nº 991, de 23 de dezembro de 2008 – Serra Geral Sistema de Comunicação Ltda., no município de Nova Porteirinha - MG;
- 6 - Portaria nº 995, de 23 de dezembro de 2008 – Rede Paraibana de Radiodifusão, Sons e Imagens Ltda., no município de Poço Dantas - PB;
- 7 - Portaria nº 996, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Nacional de Radiodifusão Ltda., no município de Matozinhos - MG;
- 8 - Portaria nº 997, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Schappo Ltda., no município de Major Isidoro - AL;
- 9 - Portaria nº 998, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio FM Veneza Ltda., no município de Ubajara - CE;
- 10 - Portaria nº 999, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio FM Livramento Ltda., no município de Trairi - CE;
- 11 - Portaria nº 1.000, de 23 de dezembro de 2008 – Rede de Rádio e Televisão Fenebi Ltda., no município de Tacuru - MS;
- 12 - Portaria nº 1.002, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda., no município de Nuporanga - SP;
- 13 - Portaria nº 1.003, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Lajinha - MG;
- 14 - Portaria nº 1.004, de 23 de dezembro de 2008 – Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda., no município de São Domingos do Prata - MG;
- 15 - Portaria nº 1.006, de 23 de dezembro de 2008 – Sociedade Paraibana de Comunicação Ltda., no município de Remigio - PB;
- 16 - Portaria nº 1.009, de 23 de dezembro de 2008 – Portal Comunicações, Rádio e Televisão Ltda., no município de Campo Grande - MS;

- 17 - Portaria nº 1.010, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda., no município de Wanderlândia - TO;
- 18 - Portaria nº 1.011, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Lagoa Formosa - MG;
- 19 - Portaria nº 1.012, de 23 de dezembro de 2008 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Campina do Monte Alegre - SP;
- 20 - Portaria nº 1.015, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda., no município de Lagoa Grande - MG;
- 21 - Portaria nº 1.016, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Machado - MG;
- 22 - Portaria nº 1.017, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integração de Rádio Ltda., no município de Careagu - MG;
- 23 - Portaria nº 1.019, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Maior de Comunicação Ltda., no município de Cubatão - SP;
- 24 - Portaria nº 1.020, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Centauro Ltda., no município de Divinésia - MG;
- 25 - Portaria nº 1.021, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Noroeste de Comunicação Ltda.EPP, no município de Piacatu - SP;
- 26 - Portaria nº 1.022, de 23 de dezembro de 2008 – Transmissão de Rádio e Televisão do Nordeste Ltda., no município de João Pessoa - PB;
- 27 - Portaria nº 1.023, de 23 de dezembro de 2008 – Organização Condinho Ltda., no município de Santa Vitória - MG;
- 28 - Portaria nº 1.024, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Torre de Comunicação Ltda., no município de Rubinéia - SP;
- 29 - Portaria nº 1.029, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Xavante de Ipanema Ltda., no município de Ipanema - MG;
- 30 - Portaria nº 1.244, de 31 de dezembro de 2008 – Terra FM Comunicações Ltda., no município de Tapejara - PR;
- 31 - Portaria nº 1.245, de 31 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda., no município de Guaxupé - MG;
- 32 - Portaria nº 1.246, de 31 de dezembro de 2008 – Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda., no município de Xambioá - TO;
- 33 - Portaria nº 1.247, de 31 de dezembro de 2008 – Rede Tamandaré de Rádio e Televisão Ltda., no município de Umbuzeiro - PB;
- 34 - Portaria nº 47, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Floresta do Araguaia - PA;
- 35 - Portaria nº 50, de 24 de março de 2009 – Rádio Litoral Norte Ltda., no município de Américo Brasiliense - SP;
- 36 - Portaria nº 51, de 24 de março de 2009 – Sociedade Rádio Contemporânea FM Ltda., no município de Gaurama - RS;

37 - Portaria nº 52, de 24 de março de 2009 – Sistema Brésia de Radiodifusão Ltda., no município de Nova Brésia - RS;

38 - Portaria nº 54, de 24 de março de 2009 – Rádio FM Serra Azul Ltda., no município de São Pedro do Piauí - PI;

39 - Portaria nº 56, de 24 de março de 2009 – Mar e Céu Comunicações Ltda., no município de Porto Esperidião - MT;

40 - Portaria nº 62, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Curionópolis - PA;

41 - Portaria nº 63, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Dom Eliseu - PA;

42 - Portaria nº 64, de 25 de março de 2009 – Torres & Camargo Ltda., no município de Estrela D'Oeste - SP;

43 - Portaria nº 65, de 25 de março de 2009 – Ponto Norte Rádio FM Ltda., no município de Frederico Westphalen - RS;

44 - Portaria nº 66, de 25 de março de 2009 – Moriá FM Ltda., no município de Florai - PR;

45 - Portaria nº 67, de 25 de março de 2009 – Neusa e Lemos Comunicações Ltda., no município de Cerejeiras - RO;

46 - Portaria nº 77, de 25 de março de 2009 – Super Rádio DM Ltda., no município de Ibiracu - ES;

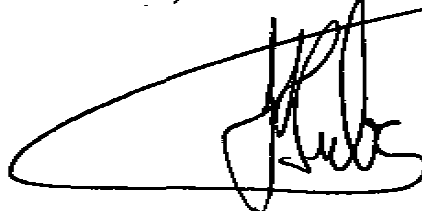
47 - Portaria nº 83, de 25 de março de 2009 – Rádio Simpatia Ltda., no município de Chapada - RS;

48 - Portaria nº 279, de 13 de maio de 2009 – Minuzzi Comunicação Ltda., no município de São Vicente do Sul - RS;

49 - Portaria nº 302, de 14 de maio de 2009 – Irmãos Thomé Ltda., no município de Autazes - AM; e

50 - Portaria nº 305, de 14 de maio de 2009 – Pereira e França Ltda., no município de Barreirinha - AM.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 445/2009 – MC

Brasília, 17 de abril de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 066/1997-SFO/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Super Rádio DM Ltda (Processo nº 53660.000461/1997) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA Nº 77 , DE 25 DE MARÇO DE 2009.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53660.000461/1997, Concorrência nº 066/1997-SFO/MC, resolve:

**Art. 1º** Outorgar permissão à **SUPER RÁDIO DM LTDA.** para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ibirapu, Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

**Art. 2º** Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

**Art. 3º** O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

## Nº 189, DE 2010

(nº 2.039/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à BEIJA-FLOR RÁDIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curionópolis, Estado do Pará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 62 de 24 de março de 2009, que outorga permissão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curionópolis, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 729, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

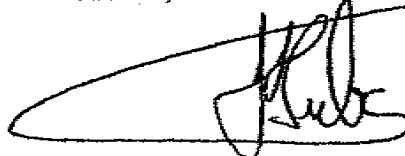
- 1 - Portaria nº 525, de 13 de setembro de 2006 – Rádio Raio de Sol FM Ltda., no município de Canápolis - BA;
- 2 - Portaria nº 988, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda.-SIR, no município de Ribeirão Corrente - SP;
- 3 - Portaria nº 989, de 23 de dezembro de 2008 – Rede Paraibana de Radiodifusão, Sons e Imagens Ltda., no município de Santa Helena - PB;
- 4 - Portaria nº 990, de 23 de dezembro de 2008 – Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda., no município de Sidrolândia - MS;
- 5 - Portaria nº 991, de 23 de dezembro de 2008 – Serra Geral Sistema de Comunicação Ltda., no município de Nova Porteirinha - MG;
- 6 - Portaria nº 995, de 23 de dezembro de 2008 – Rede Paraibana de Radiodifusão, Sons e Imagens Ltda., no município de Poço Dantas - PB;
- 7 - Portaria nº 996, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Nacional de Radiodifusão Ltda., no município de Matozinhos - MG;
- 8 - Portaria nº 997, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Schappo Ltda., no município de Major Isidoro - AL;

- 9 - Portaria nº 998, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio FM Veneza Ltda., no município de Ubajara - CE;
- 10 - Portaria nº 999, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio FM Livramento Ltda., no município de Trairi - CE;
- 11 - Portaria nº 1.000, de 23 de dezembro de 2008 – Rede de Rádio e Televisão Fenebi Ltda., no município de Tacuru - MS;
- 12 - Portaria nº 1.002, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda., no município de Nuporanga - SP;
- 13 - Portaria nº 1.003, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Lajinha - MG;
- 14 - Portaria nº 1.004, de 23 de dezembro de 2008 – Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda., no município de São Domingos do Prata - MG;
- 15 - Portaria nº 1.006, de 23 de dezembro de 2008 – Sociedade Paraibana de Comunicação Ltda., no município de Remígio - PB;
- 16 - Portaria nº 1.009, de 23 de dezembro de 2008 – Portal Comunicações, Rádio e Televisão Ltda., no município de Campo Grande - MS;
- 17 - Portaria nº 1.010, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda., no município de Wanderlândia - TO;
- 18 - Portaria nº 1.011, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Lagoa Formosa - MG;
- 19 - Portaria nº 1.012, de 23 de dezembro de 2008 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Campina do Monte Alegre - SP;
- 20 - Portaria nº 1.015, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda., no município de Lagoa Grande - MG;
- 21 - Portaria nº 1.016, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Machado - MG;
- 22 - Portaria nº 1.017, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integração de Rádio Ltda., no município de Caracau - MG;
- 23 - Portaria nº 1.019, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Maior de Comunicação Ltda., no município de Cubatão - SP;
- 24 - Portaria nº 1.020, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Centauro Ltda., no município de Divinésia - MG;
- 25 - Portaria nº 1.021, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Noroeste de Comunicação Ltda.EPP, no município de Piacatu - SP;
- 26 - Portaria nº 1.022, de 23 de dezembro de 2008 – Transmissão de Rádio e Televisão do Nordeste Ltda., no município de João Pessoa - PB;
- 27 - Portaria nº 1.023, de 23 de dezembro de 2008 – Organização Condinho Ltda., no município de Santa Vitória - MG;
- 28 - Portaria nº 1.024, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Torre de Comunicação Ltda., no município de Rubinéia - SP;
- 29 - Portaria nº 1.029, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Xavante de Ipanema Ltda., no município de Ipanema - MG;
- 30 - Portaria nº 1.244, de 31 de dezembro de 2008 – Terra FM Comunicações Ltda., no município de Tapejara - PR;
- 31 - Portaria nº 1.245, de 31 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda., no município de Guaxupé - MG;
- 32 - Portaria nº 1.246, de 31 de dezembro de 2008 – Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda., no município de Xambioá - TO;
- 33 - Portaria nº 1.247, de 31 de dezembro de 2008 – Rede Tamandaré de Rádio e Televisão Ltda., no município de Umbuzeiro - PB;
- 34 - Portaria nº 47, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Floresta do Araguaia - PA;
- 35 - Portaria nº 50, de 24 de março de 2009 – Rádio Litoral Norte Ltda., no município de Américo Brasiliense - SP;
- 36 - Portaria nº 51, de 24 de março de 2009 – Sociedade Rádio Contemporânea FM Ltda., no município de Gaurama - RS;



- 37 - Portaria nº 52, de 24 de março de 2009 – Sistema Brésia de Radiodifusão Ltda., no município de Nova Brésia - RS;
- 38 - Portaria nº 54, de 24 de março de 2009 – Rádio FM Serra Azul Ltda., no município de São Pedro do Piauí - PI;
- 39 - Portaria nº 56, de 24 de março de 2009 – Mar e Céu Comunicações Ltda., no município de Porto Esperidião - MT;
- 40 - Portaria nº 62, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Curionópolis - PA;
- 41 - Portaria nº 63, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Dom Eliseu - PA;
- 42 - Portaria nº 64, de 25 de março de 2009 – Torres & Camargo Ltda., no município de Estrela D'Oeste - SP;
- 43 - Portaria nº 65, de 25 de março de 2009 – Ponto Norte Rádio FM Ltda., no município de Frederico Westphalen - RS;
- 44 - Portaria nº 66, de 25 de março de 2009 – Morá FM Ltda., no município de Florai - PR;
- 45 - Portaria nº 67, de 25 de março de 2009 – Neusa e Lemos Comunicações Ltda., no município de Cerejeiras - RO;
- 46 - Portaria nº 77, de 25 de março de 2009 – Super Rádio DM Ltda., no município de Ibiragu - ES;
- 47 - Portaria nº 83, de 25 de março de 2009 – Rádio Simpatia Ltda., no município de Chapada - RS;
- 48 - Portaria nº 279, de 13 de maio de 2009 – Minuzzi Comunicação Ltda., no município de São Vicente do Sul - RS;
- 49 - Portaria nº 302, de 14 de maio de 2009 – Irmãos Thomé Ltda., no município de Autazes - AM; e
- 50 - Portaria nº 305, de 14 de maio de 2009 – Pereira e França Ltda., no município de Barreirinha - AM.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 438/2009 – MC

Brasília, 17 de abril de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 080/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Curionópolis, Estado do Pará.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Beija-Flor Radiodifusão Ltda (Processo nº 53720.000296/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA Nº 62 , DE 24 DE MARÇO DE 2009.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53720.000296/2000, Concorrência nº 080/2000-SSR/MC, resolve:

**Art. 1º** Outorgar permissão à **BEIJA-FLOR RADIODIFUSÃO LTDA.** para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curionópolis, Estado do Pará.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

**Art. 2º** Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

**Art. 3º** O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 190, DE 2010**

**(nº 2.040/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga permissão à BEIJA-FLOR RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Floresta do Araguaia, Estado do Pará.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 47 de 24 de março de 2009, que outorga permissão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Floresta do Araguaia, Estado do Pará.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

**Mensagem nº 729, de 2009.**

**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 525, de 13 de setembro de 2006 – Rádio Raio de Sol FM Ltda., no município de Canápolis - BA;
- 2 - Portaria nº 988, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda.-SIR, no município de Ribeirão Corrente - SP;
- 3 - Portaria nº 989, de 23 de dezembro de 2008 – Rede Paraibana de Radiodifusão, Sons e Imagens Ltda., no município de Santa Helena - PB;
- 4 - Portaria nº 990, de 23 de dezembro de 2008 – Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda., no município de Sidrolândia - MS;
- 5 - Portaria nº 991, de 23 de dezembro de 2008 – Serra Geral Sistema de Comunicação Ltda., no município de Nova Porteirinha - MG;
- 6 - Portaria nº 995, de 23 de dezembro de 2008 – Rede Paraibana de Radiodifusão, Sons e Imagens Ltda., no município de Poço Dantas - PB;
- 7 - Portaria nº 996, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Nacional de Radiodifusão Ltda., no município de Matozinhos - MG;
- 8 - Portaria nº 997, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Schappo Ltda., no município de Major Isidoro - AL;
- 9 - Portaria nº 998, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio FM Veneza Ltda., no município de Ubajara - CE;
- 10 - Portaria nº 999, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio FM Livramento Ltda., no município de Trairi - CE;
- 11 - Portaria nº 1.000, de 23 de dezembro de 2008 – Rede de Rádio e Televisão Fenebi Ltda., no município de Tacuru - MS;
- 12 - Portaria nº 1.002, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda., no município de Nuporanga - SP;
- 13 - Portaria nº 1.003, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Lajinha - MG;
- 14 - Portaria nº 1.004, de 23 de dezembro de 2008 – Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda., no município de São Domingos do Prata - MG;
- 15 - Portaria nº 1.006, de 23 de dezembro de 2008 – Sociedade Paraibana de Comunicação Ltda., no município de Remígio - PB;
- 16 - Portaria nº 1.009, de 23 de dezembro de 2008 – Portal Comunicações, Rádio e Televisão Ltda., no município de Campo Grande - MS;

- 17 - Portaria nº 1.010, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda., no município de Wanderlândia - TO;
- 18 - Portaria nº 1.011, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Lagoa Formosa - MG;
- 19 - Portaria nº 1.012, de 23 de dezembro de 2008 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Campina do Monte Alegre - SP;
- 20 - Portaria nº 1.015, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Itauense de Radiodifusão Ltda., no município de Lagoa Grande - MG;
- 21 - Portaria nº 1.016, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Machado - MG;
- 22 - Portaria nº 1.017, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integração de Rádio Ltda., no município de Careagu - MG;
- 23 - Portaria nº 1.019, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Maior de Comunicação Ltda., no município de Cubatão - SP;
- 24 - Portaria nº 1.020, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Centauro Ltda., no município de Divinésia - MG;
- 25 - Portaria nº 1.021, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Noroeste de Comunicação Ltda.EPP, no município de Piacatu - SP;
- 26 - Portaria nº 1.022, de 23 de dezembro de 2008 – Transmissão de Rádio e Televisão do Nordeste Ltda., no município de João Pessoa - PB;
- 27 - Portaria nº 1.023, de 23 de dezembro de 2008 – Organização Condinho Ltda., no município de Santa Vitória - MG;
- 28 - Portaria nº 1.024, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Torre de Comunicação Ltda., no município de Rubinéia - SP;
- 29 - Portaria nº 1.029, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Xavante de Ipanema Ltda., no município de Ipanema - MG;
- 30 - Portaria nº 1.244, de 31 de dezembro de 2008 – Terra FM Comunicações Ltda., no município de Tapejara - PR;
- 31 - Portaria nº 1.245, de 31 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda., no município de Guaxupé - MG;
- 32 - Portaria nº 1.246, de 31 de dezembro de 2008 – Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda., no município de Xambioá - TO;
- 33 - Portaria nº 1.247, de 31 de dezembro de 2008 – Rede Tamandaré de Rádio e Televisão Ltda., no município de Umbuzeiro - PB;
- 34 - Portaria nº 47, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Floresta do Araguaia - PA;
- 35 - Portaria nº 50, de 24 de março de 2009 – Rádio Litoral Norte Ltda., no município de Américo Brasiliense - SP;
- 36 - Portaria nº 51, de 24 de março de 2009 – Sociedade Rádio Contemporânea FM Ltda., no município de Gaurama - RS;

37 - Portaria nº 52, de 24 de março de 2009 – Sistema Brésia de Radiodifusão Ltda., no município de Nova Brésia - RS;

38 - Portaria nº 54, de 24 de março de 2009 – Rádio FM Serra Azul Ltda., no município de São Pedro do Piauí - PI;

39 - Portaria nº 56, de 24 de março de 2009 – Mar e Céu Comunicações Ltda., no município de Porto Esperidião - MT;

40 - Portaria nº 62, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Curionópolis - PA;

41 - Portaria nº 63, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Dom Eliseu - PA;

42 - Portaria nº 64, de 25 de março de 2009 – Torres & Camargo Ltda., no município de Estrela D'Oeste - SP;

43 - Portaria nº 65, de 25 de março de 2009 – Ponto Norte Rádio FM Ltda., no município de Frederico Westphalen - RS;

44 - Portaria nº 66, de 25 de março de 2009 – Moriá FM Ltda., no município de Florai - PR;

45 - Portaria nº 67, de 25 de março de 2009 – Neusa e Lemos Comunicações Ltda., no município de Cerejeiras - RO;

46 - Portaria nº 77, de 25 de março de 2009 – Super Rádio DM Ltda., no município de Ibiracu - ES;

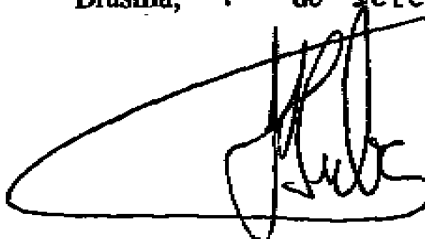
47 - Portaria nº 83, de 25 de março de 2009 – Rádio Simpatia Ltda., no município de Chapada - RS;

48 - Portaria nº 279, de 13 de maio de 2009 – Minuzzi Comunicação Ltda., no município de São Vicente do Sul - RS;

49 - Portaria nº 302, de 14 de maio de 2009 – Irmãos Thomé Ltda., no município de Autazes - AM; e

50 - Portaria nº 305, de 14 de maio de 2009 – Pereira e França Ltda., no município de Barreirinha - AM.

Brasília, 4 de setembro de 2009.

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to a high-ranking official, is written over the date line.

**EM nº. 372/2009-MC**

**Brasília, 27 de março de 2009.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da República,**

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 080/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Floresta do Araguaia, Estado do Pará.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Beija-Flor Radiodifusão Ltda (Processo nº 53720.000296/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

**Respeitosamente,**

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA Nº 47 , DE 24 DE MARÇO DE 2009.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53720.000296/2000, Concorrência nº 080/2000-SSR/MC, resolve:

**Art. 1º** Outorgar permissão à **BEIJA-FLOR RADIODIFUSÃO LTDA.** para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Floresta do Araguaia, Estado do Pará.

**Parágrafo único.** A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

**Art. 2º** Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

**Art. 3º** O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 191, DE 2010**

**(nº 2.041/2009, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga permissão à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.012 de 23 de dezembro de 2008, que outorga permissão à Difusora Natureza FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 729, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 525, de 13 de setembro de 2006 – Rádio Raio de Sol FM Ltda., no município de Canápolis - BA;
- 2 - Portaria nº 988, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda.-SIR, no município de Ribeirão Corrente - SP;
- 3 - Portaria nº 989, de 23 de dezembro de 2008 – Rede Paraibana de Radiodifusão, Sons e Imagens Ltda., no município de Santa Helena - PB;
- 4 - Portaria nº 990, de 23 de dezembro de 2008 – Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda., no município de Sidrolândia - MS;
- 5 - Portaria nº 991, de 23 de dezembro de 2008 – Serra Geral Sistema de Comunicação Ltda., no município de Nova Porteirinha - MG;
- 6 - Portaria nº 995, de 23 de dezembro de 2008 – Rede Paraibana de Radiodifusão, Sons e Imagens Ltda., no município de Poço Dantas - PB;
- 7 - Portaria nº 996, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Nacional de Radiodifusão Ltda., no município de Matozinhos - MG;
- 8 - Portaria nº 997, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Schappo Ltda., no município de Major Isidoro - AL;
- 9 - Portaria nº 998, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio FM Veneza Ltda., no município de Ubajara - CE;
- 10 - Portaria nº 999, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio FM Livramento Ltda., no município de Trairi - CE;
- 11 - Portaria nº 1.000, de 23 de dezembro de 2008 – Rede de Rádio e Televisão Fenebi Ltda., no município de Tacuru - MS;
- 12 - Portaria nº 1.002, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda., no município de Nuporanga - SP;
- 13 - Portaria nº 1.003, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Lajinha - MG;
- 14 - Portaria nº 1.004, de 23 de dezembro de 2008 – Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda., no município de São Domingos do Prata - MG;
- 15 - Portaria nº 1.006, de 23 de dezembro de 2008 – Sociedade Paraibana de Comunicação Ltda., no município de Remígio - PB;
- 16 - Portaria nº 1.009, de 23 de dezembro de 2008 – Portal Comunicações, Rádio e Televisão Ltda., no município de Campo Grande - MS;

- 17 - Portaria nº 1.010, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda., no município de Wanderlândia - TO;
- 18 - Portaria nº 1.011, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Lagoa Formosa - MG;
- 19 - Portaria nº 1.012, de 23 de dezembro de 2008 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Campina do Monte Alegre - SP;
- 20 - Portaria nº 1.015, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda., no município de Lagoa Grande - MG;
- 21 - Portaria nº 1.016, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Machado - MG;
- 22 - Portaria nº 1.017, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integração de Rádio Ltda., no município de Careagu - MG;
- 23 - Portaria nº 1.019, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Maior de Comunicação Ltda., no município de Cubatão - SP;
- 24 - Portaria nº 1.020, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Centauro Ltda., no município de Divinésia - MG;
- 25 - Portaria nº 1.021, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Noroeste de Comunicação Ltda.EPP, no município de Piacatu - SP;
- 26 - Portaria nº 1.022, de 23 de dezembro de 2008 – Transmissão de Rádio e Televisão do Nordeste Ltda., no município de João Pessoa - PB;
- 27 - Portaria nº 1.023, de 23 de dezembro de 2008 – Organização Condinho Ltda., no município de Santa Vitória - MG;
- 28 - Portaria nº 1.024, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Torre de Comunicação Ltda., no município de Rubinéia - SP;
- 29 - Portaria nº 1.029, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Xavante de Ipanema Ltda., no município de Ipanema - MG;
- 30 - Portaria nº 1.244, de 31 de dezembro de 2008 – Terra FM Comunicações Ltda., no município de Tapejara - PR;
- 31 - Portaria nº 1.245, de 31 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda., no município de Guaxupé - MG;
- 32 - Portaria nº 1.246, de 31 de dezembro de 2008 – Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda., no município de Xambioá - TO;
- 33 - Portaria nº 1.247, de 31 de dezembro de 2008 – Rede Tamandaré de Rádio e Televisão Ltda., no município de Umbuzeiro - PB;
- 34 - Portaria nº 47, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Floresta do Araguaia - PA;
- 35 - Portaria nº 50, de 24 de março de 2009 – Rádio Litoral Norte Ltda., no município de Américo Brasiliense - SP;
- 36 - Portaria nº 51, de 24 de março de 2009 – Sociedade Rádio Contemporânea FM Ltda., no município de Gaurama - RS;

37 - Portaria nº 52, de 24 de março de 2009 – Sistema Bréscia de Radiodifusão Ltda., no município de Nova Bréscia - RS;

38 - Portaria nº 54, de 24 de março de 2009 – Rádio FM Serra Azul Ltda., no município de São Pedro do Piauí - PI;

39 - Portaria nº 56, de 24 de março de 2009 – Mar e Céu Comunicações Ltda., no município de Porto Esperidião - MT;

40 - Portaria nº 62, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Curionópolis - PA;

41 - Portaria nº 63, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Dom Eliseu - PA;

42 - Portaria nº 64, de 25 de março de 2009 – Torres & Camargo Ltda., no município de Estrela D'Oeste - SP;

43 - Portaria nº 65, de 25 de março de 2009 – Ponto Norte Rádio FM Ltda., no município de Frederico Westphalen - RS;

44 - Portaria nº 66, de 25 de março de 2009 – Moriá FM Ltda., no município de Florai - PR;

45 - Portaria nº 67, de 25 de março de 2009 – Neusa e Lemos Comunicações Ltda., no município de Cerejeiras - RO;

46 - Portaria nº 77, de 25 de março de 2009 – Super Rádio DM Ltda., no município de Ibirapu - ES;

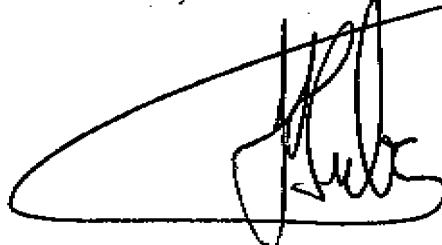
47 - Portaria nº 83, de 25 de março de 2009 – Rádio Simpatia Ltda., no município de Chapada - RS;

48 - Portaria nº 279, de 13 de maio de 2009 – Minuzzi Comunicação Ltda., no município de São Vicente do Sul - RS;

49 - Portaria nº 302, de 14 de maio de 2009 – Irmãos Thomé Ltda., no município de Autazes - AM; e

50 - Portaria nº 305, de 14 de maio de 2009 – Pereira e França Ltda., no município de Barreirinha - AM.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 167/2009 – MC

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 028/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Difusora Natureza FM Ltda (Processo nº 53830.000438/2001) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA Nº 1012 , DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000438/2001, Concorrência nº 028/2001-SSR/MC, resolve:

**Art. 1º** Outorgar permissão à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo.

**Parágrafo único.** A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

**Art. 2º** Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

**Art. 3º** O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**HELIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*



# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 192, DE 2010**

**(nº 2.042/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA NACIONAL DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 996 de 23 de dezembro de 2008, que outorga permissão à Sistema Nacional de Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

**Mensagem nº 729, de 2009.**

**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 525, de 13 de setembro de 2006 – Rádio Raio de Sol FM Ltda., no município de Canápolis - BA;
- 2 - Portaria nº 988, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda.-SIR, no município de Ribeirão Corrente - SP;
- 3 - Portaria nº 989, de 23 de dezembro de 2008 – Rede Paraibana de Radiodifusão, Sons e Imagens Ltda., no município de Santa Helena - PB;
- 4 - Portaria nº 990, de 23 de dezembro de 2008 – Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda., no município de Sidrolândia - MS;
- 5 - Portaria nº 991, de 23 de dezembro de 2008 – Serra Geral Sistema de Comunicação Ltda., no município de Nova Porteirinha - MG;
- 6 - Portaria nº 995, de 23 de dezembro de 2008 – Rede Paraibana de Radiodifusão, Sons e Imagens Ltda., no município de Poço Dantas - PB;
- 7 - Portaria nº 996, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Nacional de Radiodifusão Ltda., no município de Matozinhos - MG;
- 8 - Portaria nº 997, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Schappo Ltda., no município de Major Isidoro - AL;
- 9 - Portaria nº 998, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio FM Veneza Ltda., no município de Ubajara - CE;
- 10 - Portaria nº 999, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio FM Livramento Ltda., no município de Trairi - CE;
- 11 - Portaria nº 1.000, de 23 de dezembro de 2008 – Rede de Rádio e Televisão Fenebi Ltda., no município de Tacuru - MS;
- 12 - Portaria nº 1.002, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda., no município de Nuporanga - SP;
- 13 - Portaria nº 1.003, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Lajinha - MG;
- 14 - Portaria nº 1.004, de 23 de dezembro de 2008 – Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda., no município de São Domingos do Prata - MG;
- 15 - Portaria nº 1.006, de 23 de dezembro de 2008 – Sociedade Paraibana de Comunicação Ltda., no município de Remígio - PB;
- 16 - Portaria nº 1.009, de 23 de dezembro de 2008 – Portal Comunicações, Rádio e Televisão Ltda., no município de Campo Grande - MS;

- 17 - Portaria nº 1.010, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda., no município de Wanderlândia - TO;
- 18 - Portaria nº 1.011, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Lagoa Formosa - MG;
- 19 - Portaria nº 1.012, de 23 de dezembro de 2008 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Campina do Monte Alegre - SP;
- 20 - Portaria nº 1.015, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda., no município de Lagoa Grande - MG;
- 21 - Portaria nº 1.016, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Machado - MG;
- 22 - Portaria nº 1.017, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integração de Rádio Ltda., no município de Careagu - MG;
- 23 - Portaria nº 1.019, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Maior de Comunicação Ltda., no município de Cubatão - SP;
- 24 - Portaria nº 1.020, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Centauro Ltda., no município de Divinésia - MG;
- 25 - Portaria nº 1.021, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Noroeste de Comunicação Ltda.EPP, no município de Piacatu - SP;
- 26 - Portaria nº 1.022, de 23 de dezembro de 2008 – Transmissão de Rádio e Televisão do Nordeste Ltda., no município de João Pessoa - PB;
- 27 - Portaria nº 1.023, de 23 de dezembro de 2008 – Organização Condinho Ltda., no município de Santa Vitória - MG;
- 28 - Portaria nº 1.024, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Torre de Comunicação Ltda., no município de Rubinéia - SP;
- 29 - Portaria nº 1.029, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Xavante de Ipanema Ltda., no município de Ipanema - MG;
- 30 - Portaria nº 1.244, de 31 de dezembro de 2008 – Terra FM Comunicações Ltda., no município de Tapejara - PR;
- 31 - Portaria nº 1.245, de 31 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda., no município de Guaxupé - MG;
- 32 - Portaria nº 1.246, de 31 de dezembro de 2008 – Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda., no município de Xambioá - TO;
- 33 - Portaria nº 1.247, de 31 de dezembro de 2008 – Rede Tamandaré de Rádio e Televisão Ltda., no município de Umbuzeiro - PB;
- 34 - Portaria nº 47, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Floresta do Araguaia - PA;
- 35 - Portaria nº 50, de 24 de março de 2009 – Rádio Litoral Norte Ltda., no município de Américo Brasiliense - SP;
- 36 - Portaria nº 51, de 24 de março de 2009 – Sociedade Rádio Contemporânea FM Ltda., no município de Gaurama - RS;

37 - Portaria nº 52, de 24 de março de 2009 – Sistema Brésia de Radiodifusão Ltda., no município de Nova Brésia - RS;

38 - Portaria nº 54, de 24 de março de 2009 – Rádio FM Serra Azul Ltda., no município de São Pedro do Piauí - PI;

39 - Portaria nº 56, de 24 de março de 2009 – Mar e Céu Comunicações Ltda., no município de Porto Esperidião - MT;

40 - Portaria nº 62, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Curionópolis - PA;

41 - Portaria nº 63, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Dom Eliseu - PA;

42 - Portaria nº 64, de 25 de março de 2009 – Torres & Camargo Ltda., no município de Estrela D'Oeste - SP;

43 - Portaria nº 65, de 25 de março de 2009 – Ponto Norte Rádio FM Ltda., no município de Frederico Westphalen - RS;

44 - Portaria nº 66, de 25 de março de 2009 – Moriá FM Ltda., no município de Florai - PR;

45 - Portaria nº 67, de 25 de março de 2009 – Neusa e Lemos Comunicações Ltda., no município de Cerejeiras - RO;

46 - Portaria nº 77, de 25 de março de 2009 – Super Rádio DM Ltda., no município de Ibirapu - ES;

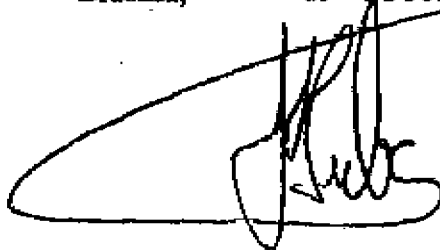
47 - Portaria nº 83, de 25 de março de 2009 – Rádio Simpatia Ltda., no município de Chapada - RS;

48 - Portaria nº 279, de 13 de maio de 2009 – Minuzzi Comunicação Ltda., no município de São Vicente do Sul - RS;

49 - Portaria nº 302, de 14 de maio de 2009 – Irmãos Thomé Ltda., no município de Autazes - AM; e

50 - Portaria nº 305, de 14 de maio de 2009 – Pereira e França Ltda., no município de Barreirinha - AM.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 160/2009 – MC

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 069/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que o Sistema Nacional de Radiodifusão Ltda (Processo nº 53710.000855/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 996 , DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53710.000855/2000, Concorrência nº 069/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao SISTEMA NACIONAL DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
HÉLIO COSTA

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 193, DE 2010**

**(nº 2.043/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. - SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 988 de 23 de dezembro de 2008, que outorga permissão à Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. - SIR para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**



Mensagem nº 729, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

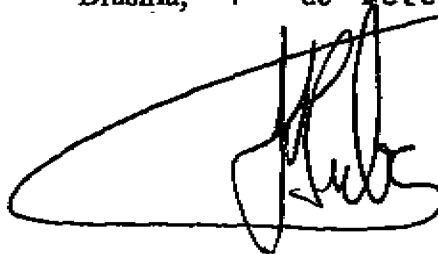
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 525, de 13 de setembro de 2006 – Rádio Raio de Sol FM Ltda., no município de Canápolis - BA;
- 2 - ~~Portaria nº 988~~ Portaria nº 988, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda.-SIR, no município de Ribeirão Corrente - SP;
- 3 - Portaria nº 989, de 23 de dezembro de 2008 – Rede Paraibana de Radiodifusão, Sons e Imagens Ltda., no município de Santa Helena - PB;
- 4 - Portaria nº 990, de 23 de dezembro de 2008 – Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda., no município de Sidrolândia - MS;
- 5 - Portaria nº 991, de 23 de dezembro de 2008 – Serra Geral Sistema de Comunicação Ltda., no município de Nova Porteirinha - MG;
- 6 - Portaria nº 995, de 23 de dezembro de 2008 – Rede Paraibana de Radiodifusão, Sons e Imagens Ltda., no município de Poço Dantas - PB;
- 7 - Portaria nº 996, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Nacional de Radiodifusão Ltda., no município de Matozinhos - MG;
- 8 - Portaria nº 997, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Schappo Ltda., no município de Major Isidoro - AL;
- 9 - Portaria nº 998, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio FM Veneza Ltda., no município de Ubajara - CE;
- 10 - Portaria nº 999, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio FM Livramento Ltda., no município de Trairi - CE;
- 11 - Portaria nº 1.000, de 23 de dezembro de 2008 – Rede de Rádio e Televisão Fenebi Ltda., no município de Tacuru - MS;
- 12 - Portaria nº 1.002, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda., no município de Nuporanga - SP;
- 13 - Portaria nº 1.003, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Lajinha - MG;
- 14 - Portaria nº 1.004, de 23 de dezembro de 2008 – Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda., no município de São Domingos do Prata - MG;
- 15 - Portaria nº 1.006, de 23 de dezembro de 2008 – Sociedade Paraibana de Comunicação Ltda., no município de Remígio - PB;
- 16 - Portaria nº 1.009, de 23 de dezembro de 2008 – Portal Comunicações, Rádio e Televisão Ltda., no município de Campo Grande - MS;

- 17 - Portaria nº 1.010, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda., no município de Wanderlândia - TO;
- 18 - Portaria nº 1.011, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Lagoa Formosa - MG;
- 19 - Portaria nº 1.012, de 23 de dezembro de 2008 – Difusora Natureza FM Ltda., no município de Campina do Monte Alegre - SP;
- 20 - Portaria nº 1.015, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda., no município de Lagoa Grande - MG;
- 21 - Portaria nº 1.016, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Ultra FM Ltda., no município de Machado - MG;
- 22 - Portaria nº 1.017, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Integração de Rádio Ltda., no município de Careçu - MG;
- 23 - Portaria nº 1.019, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Maior de Comunicação Ltda., no município de Cubatão - SP;
- 24 - Portaria nº 1.020, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Centauro Ltda., no município de Divinésia - MG;
- 25 - Portaria nº 1.021, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Noroeste de Comunicação Ltda.EPP, no município de Piacatu - SP;
- 26 - Portaria nº 1.022, de 23 de dezembro de 2008 – Transmissão de Rádio e Televisão do Nordeste Ltda., no município de João Pessoa - PB;
- 27 - Portaria nº 1.023, de 23 de dezembro de 2008 – Organização Condinho Ltda., no município de Santa Vitória - MG;
- 28 - Portaria nº 1.024, de 23 de dezembro de 2008 – Sistema Torre de Comunicação Ltda., no município de Rubinéia - SP;
- 29 - Portaria nº 1.029, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Xavante de Ipanema Ltda., no município de Ipanema - MG;
- 30 - Portaria nº 1.244, de 31 de dezembro de 2008 – Terra FM Comunicações Ltda., no município de Tapejara - PR;
- 31 - Portaria nº 1.245, de 31 de dezembro de 2008 – Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda., no município de Guaxupé - MG;
- 32 - Portaria nº 1.246, de 31 de dezembro de 2008 – Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda., no município de Xambioá - TO;
- 33 - Portaria nº 1.247, de 31 de dezembro de 2008 – Rede Tamandaré de Rádio e Televisão Ltda., no município de Umbuzeiro - PB;
- 34 - Portaria nº 47, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Floresta do Araguaia - PA;
- 35 - Portaria nº 50, de 24 de março de 2009 – Rádio Litoral Norte Ltda., no município de Américo Brasiliense - SP;
- 36 - Portaria nº 51, de 24 de março de 2009 – Sociedade Rádio Contemporânea FM Ltda., no município de Gaurama - RS;

- 37 - Portaria nº 52, de 24 de março de 2009 – Sistema Brésia de Radiodifusão Ltda., no município de Nova Brésia - RS;
- 38 - Portaria nº 54, de 24 de março de 2009 – Rádio FM Serra Azul Ltda., no município de São Pedro do Piauí - PI;
- 39 - Portaria nº 56, de 24 de março de 2009 – Mar e Céu Comunicações Ltda., no município de Porto Esperidião - MT;
- 40 - Portaria nº 62, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Curionópolis - PA;
- 41 - Portaria nº 63, de 24 de março de 2009 – Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Dom Eliseu - PA;
- 42 - Portaria nº 64, de 25 de março de 2009 – Torres & Camargo Ltda., no município de Estrela D'Oeste - SP;
- 43 - Portaria nº 65, de 25 de março de 2009 – Ponto Norte Rádio FM Ltda., no município de Frederico Westphalen - RS;
- 44 - Portaria nº 66, de 25 de março de 2009 – Moriá FM Ltda., no município de Florai - PR;
- 45 - Portaria nº 67, de 25 de março de 2009 – Neusa e Lemos Comunicações Ltda., no município de Cerejeiras - RO;
- 46 - Portaria nº 77, de 25 de março de 2009 – Super Rádio DM Ltda., no município de Ibirapu - ES;
- 47 - Portaria nº 83, de 25 de março de 2009 – Rádio Simpatia Ltda., no município de Chapada - RS;
- 48 - Portaria nº 279, de 13 de maio de 2009 – Minuzzi Comunicação Ltda., no município de São Vicente do Sul - RS;
- 49 - Portaria nº 302, de 14 de maio de 2009 – Irmãos Thomé Ltda., no município de Autazes - AM; e
- 50 - Portaria nº 305, de 14 de maio de 2009 – Pereira e França Ltda., no município de Barreirinha - AM.

Brasília, 4 de setembro de 2009.

A large, stylized handwritten signature in black ink, written over the date line.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

de fevereiro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 134/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que o Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda - SIR (Processo nº 53830.000448/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA Nº 988 , DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000448/2002, Concorrência nº 134/2001-SSR/MC, resolve:

**Art. 1º** Outorgar permissão ao **SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA – SIR** para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.

**Parágrafo único.** A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

**Art. 2º** Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

**Art. 3º** O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 194, DE 2010**

**(nº 2.046/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PLANALTO DE EUCLIDES DA CUNHA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Euclides da Cunha, Estado da Bahia.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 17 de julho de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 30 de abril de 2006, a concessão outorgada à Rádio Planalto de Euclides da Cunha Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Euclides da Cunha, Estado da Bahia.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 727, de 2009.

**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, concessões outorgadas a diversas entidades para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, conforme segue:

**Decreto de 8 de agosto de 2006 (DOU do dia subsequente):**

1 - Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda., no município de Cerro Largo - RS;

**Decretos de 27 de fevereiro de 2009 (DOU de 2 de março subsequente):**

2 - Rádio Record de Campos Ltda., no município de Campos dos Goytacazes -

3 - Rádio Panamericana S.A., no município de São Paulo - SP;

4 - Fundação Educacional União da Serra, no município de Marau - RS;

5 - Rádio Porto Alegre de Curitiba Ltda., no município de Curitiba - PR;

6 - Rádio Barretos Ltda., no município de Barretos - SP;

**Decretos de 10 de junho de 2009 (DOU do dia 12 subsequente):**

7 - Rádio Tiradentes Ltda., no município de Belo Horizonte - MG;

8 - Fundação Educativa Nordeste, no município de Lagoa Vermelha - RS;

9 - Rádio Princesa do Jacuí Ltda., no município de Candelária - RS;

10 - Rádio Planalto de Perdizes Ltda., no município de Perdizes - MG;

11 - Rádio Record de Curitiba Ltda., no município de Curitiba - PR;

**Decretos de 12 de junho de 2009 (DOU do dia 15 subsequente):**

12 - Rádio Globo Eldorado Ltda., no município do Rio de Janeiro - RJ;

13 - Rádio Miriam Ltda., no município de Farroupilha - RS;



14 - Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda., no município de São João Nepomuceno - MG;

15 - Rádio TV do Amazonas Ltda., no município de Manacapuru - AM;

16 - Rádio Agulhas Negras de Resende Ltda., no município de Resende - RJ;

17 - Rádio Mirador Ltda., no município de Rio do Sul - SC;

18 - Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., no município de Araçatuba - SP;

19 - Rádio Club de Nova Aurora Ltda., no município de Nova Aurora - PR;

20 - Rádio Cabo Frio Ltda., no município de Cabo Frio - RJ;

21 - Fundação Champagnat, no município de Curitiba - PR;

22 - Fundação Aldeia SOS de Goioerê, no município de Goioerê - PR;

Decretos de 17 de julho de 2009 (DOU do dia 20 subsequente):

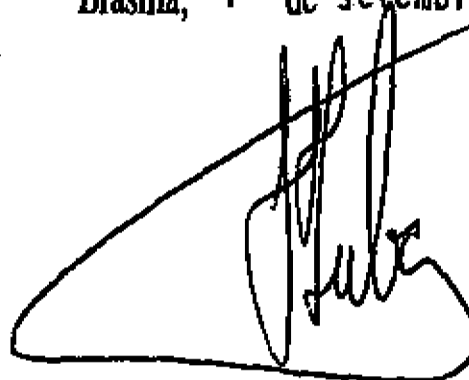
23 - Empresa Fluminense de Comunicação Ltda., no município de Niterói - RJ;

24 - Rádio Planalto de Euclides da Cunha Ltda., no município de Euclides da Cunha - BA;

25 - Rádio Ribeirão Preto Ltda., no município de Ribeirão Preto - SP; e

26 - Fundação José de Paiva Netto, no município do Rio de Janeiro - RJ.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 773/2008-MC

Brasília, 29 de dezembro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto, para renovação da concessão outorgada à RÁDIO PLANALTO DE EUCLIDES DA CUNHA LTDA. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, no Município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia, pelo prazo de 10 (dez) anos
2. A concessão foi outorgada por meio do Decreto nº 92.572, de 18 de abril de 1986, publicado no D.O.U. de 22 de abril de 1986.
3. Pretende a Requerente a renovação de sua concessão por igual período, ou seja, 10 (dez) anos, a partir de 30 de abril de 2006.
4. Observo que a renovação do prazo de vigência da outorga para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.
5. Cumpre ressaltar que os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o de acordo com a legislação aplicável e demonstrando possuir a entidade as qualificações necessárias à renovação da concessão, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.
6. Nessa conformidade, e em observância aos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado dos Processos nº 53000.025266/2004 e nº 53640.000.938/95, que lhe deram origem.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

Nº 136, segunda-feira, 20 de julho de 2009

## Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1676-2339

## DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Comunicação LMW Ltda.-ME para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Igarua, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º A concessão ora outorgada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helo Costa

## DECRETO DE 17 DE JULHO DE 2009

Renova a concessão outorgada à Agência Goiana de Comunicação Ltda. - AGECOM, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, sem direito de exclusividade, no Município de Goiânia, Estado de Goiás.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1963, e o que consta do Processo Administrativo nº 53006.065092/2006,

## DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 25 de abril de 2006, a concessão outorgada à Agência Goiana de Comunicação Ltda. - AGECOM, pelo Decreto nº 92.333, de 27 de janeiro de 1986, renovada pelo Decreto de 19 de setembro de 2001, e aprovado pelo Decreto Legislativo nº 881, de 19 de novembro de 2003, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, no Município de Goiânia, Estado de Goiás.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helo Costa

## DECRETO DE 17 DE JULHO DE 2009

Transfere para a Rádio Novo Mafé Ltda. a concessão outorgada à Rádio Globo S/A para explorar serviços de radiodifusão sonora em ondas curtas, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, da Constituição, e nos termos do art. 94, item 3, alínea "a", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

## DECRETA:

Art. 1º Fica transferida para a Rádio Novo Mafé Ltda. a concessão outorgada à Rádio Globo S/A pelo Decreto nº 36.779, de 18 de janeiro de 1955, renovada pelo Decreto de 25 de agosto de 1998, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 31, de 22 de março de 2003, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 53000.045516/2008).

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja concessão é transferida por este Decreto, rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helo Costa

## DECRETO DE 17 DE JULHO DE 2009

Outorga concessão à Amazônia Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Moju, Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53720.000473/2001, Concorrência nº 057/2001-SSR/MC,

## DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Amazônia Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Moju, Estado do Pará.

Art. 2º A concessão ora outorgada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helo Costa

## DECRETO DE 17 DE JULHO DE 2009

Renova a concessão outorgada à Rádio Planalto de Euclides da Cunha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1963, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nºs 53006.025266/2004 e 53640.000.938/05,

## DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de abril de 2006, a concessão outorgada à Rádio Planalto de Euclides da Cunha Ltda., pelo Decreto nº 92.572, de 18 de abril de 1986, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helo Costa

## DECRETO DE 17 DE JULHO DE 2009

Outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Itaituba, Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53720.000473/2001, Concorrência nº 057/2001-SSR/MC,

## DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Itaituba, Estado do Pará.

Art. 2º A concessão ora outorgada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helo Costa

## DECRETO DE 17 DE JULHO DE 2009

Outorga concessão à Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Barcarena, Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53720.000492/2001, Concorrência nº 058/2001-SSR/MC,

## DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Barcarena, Estado do Pará.

Art. 2º A concessão ora outorgada rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Helo Costa

## DECRETO DE 17 DE JULHO DE 2009

Outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de São Domingos do Capim, Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53720.000473/2001, Concorrência nº 057/2001-SSR/MC,

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

## Nº 195, DE 2010

(nº 2.050/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE CERRO AZUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 8 de agosto de 2006, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul.

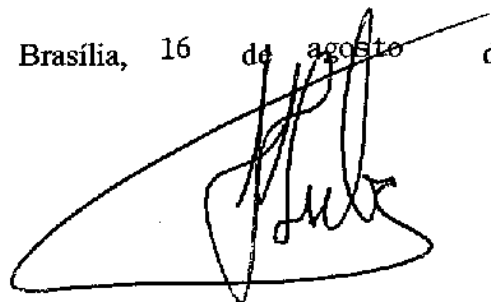
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 706, de 2006.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 8 de agosto de 2006, que “Renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul”.

Brasília, 16 de agosto de 2006.

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to the President of the Senate, is written over the date. The signature is fluid and cursive, with a large loop at the bottom.

MC 00402 EM

Brasília, 27 de dezembro de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto, para renovação da concessão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE CERRO AZUL LTDA., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de 10 (dez) anos.
2. A Requerente recebeu a outorga, originariamente, pelo portaria MVOP nº 356, de 22 de abril de 1957, sendo que última renovação da outorga ocorreu através do Decreto Legislativo nº 31, de 1999, publicado no Diário Oficial de 23 de abril de 1999.
3. Pretende a Requerente a renovação de sua concessão por igual período, ou seja, 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004.
4. Observo que a renovação do prazo de vigência da outorga para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.
5. Cumpre ressaltar que os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o de acordo com a legislação aplicável e demonstrando possuir a entidade as qualificações necessárias à renovação da concessão, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.
6. Nessa conformidade, e em observância aos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo nº 53000.008831/2004, que lhe deu origem.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

Mensagem nº 727, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, concessões outorgadas a diversas entidades para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, conforme segue:

Decreto de 8 de agosto de 2006 (DOU do dia subsequente):

1 - Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda., no município de Cerro Largo - RS;

Decretos de 27 de fevereiro de 2009 (DOU de 2 de março subsequente);

2 - Rádio Record de Campos Ltda., no município de Campos dos Goytacazes -

RJ;

3 - Rádio Panamericana S.A., no município de São Paulo - SP;

4 - Fundação Educacional União da Serra, no município de Marau - RS;

5 - Rádio Porto Alegre de Curitiba Ltda., no município de Curitiba - PR;

6 - Rádio Barretos Ltda., no município de Barretos - SP;

Decretos de 10 de junho de 2009 (DOU do dia 12 subsequente):

7 - Rádio Tiradentes Ltda., no município de Belo Horizonte - MG;

8 - Fundação Educativa Nordeste, no município de Lagoa Vermelha - RS;

9 - Rádio Princesa do Jacuí Ltda., no município de Candelária - RS;

10 - Rádio Planalto de Perdizes Ltda., no município de Perdizes - MG;

11 - Rádio Record de Curitiba Ltda., no município de Curitiba - PR;

Decretos de 12 de junho de 2009 (DOU do dia 15 subsequente):

12 - Rádio Globo Eldorado Ltda., no município do Rio de Janeiro - RJ;

13 - Rádio Miriam Ltda., no município de Farroupilha - RS;



14 - Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda., no município de São João Nepomuceno - MG;

15 - Rádio TV do Amazonas Ltda., no município de Manacapuru - AM;

16 - Rádio Agulhas Negras de Resende Ltda., no município de Resende - RJ;

17 - Rádio Mirador Ltda., no município de Rio do Sul - SC;

18 - Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., no município de Araçatuba - SP;

19 - Rádio Club de Nova Aurora Ltda., no município de Nova Aurora - PR;

20 - Rádio Cabo Frio Ltda., no município de Cabo Frio - RJ;

21 - Fundação Champagnat, no município de Curitiba - PR;

22 - Fundação Aldeia SOS de Goioerê, no município de Goioerê - PR;

Decretos de 17 de julho de 2009 (DOU do dia 20 subsequente):

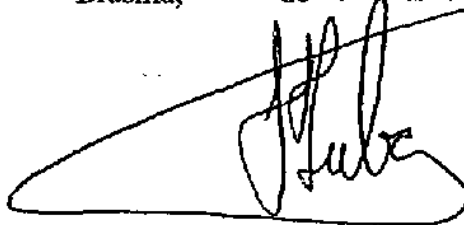
23 - Empresa Fluminense de Comunicação Ltda., no município de Niterói - RJ;

24 - Rádio Planalto de Euclides da Cunha Ltda., no município de Euclides da Cunha - BA;

25 - Rádio Ribeirão Preto Ltda., no município de Ribeirão Preto - SP; e

26 - Fundação José de Paiva Netto, no município do Rio de Janeiro - RJ.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 588/2008-MC

Brasília, 15 de outubro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.008831/2004, de interesse da entidade RÁDIO SOCIEDADE CERRO AZUL LTDA, objeto de renovação da concessão para executar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul.
2. Urge salientar que o presente feito já foi objeto de análise por parte desta Casa e a referida renovação da concessão fora autorizada por meio do Decreto de 8 de agosto de 2006, publicado no D.O.U. de 9 de agosto de 2006. No entanto, em razão das exigências demandadas pelo Ato Normativo nº 01, de 1999, da CCTCI, os autos retornaram a este Ministério para reexame, através da Mensagem Presidencial nº 417, de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de junho de 2007.
3. Ademais, após o devido reexame do feito, tem-se que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
4. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

## DECRETO DE 8 DE AGOSTO DE 2006.

Renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, sem direito de exclusividade, no Município de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, *caput*, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 22 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.008831/2004,

**D E C R E T A :**

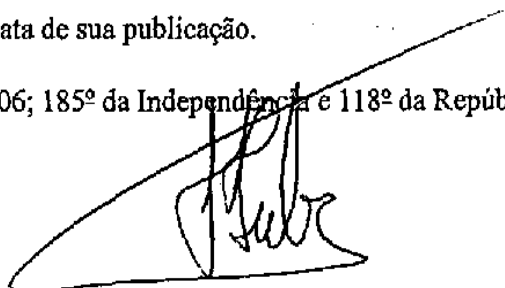
Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul, outorgada à Rádio Cerro Azul Ltda, pela Portaria MVOP nº 356, de 22 de abril de 1957, e renovada por intermédio do Decreto de 8 de janeiro de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 9 de janeiro de 1997, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 31, de 22 de abril de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 23 de abril de 1999.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República.



*Referendado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*  
D-RADIO SOC CERRO AZUL(MC EM 402)(L2)

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

## Nº 196, DE 2010

(nº 2.051/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV ALIANÇA PAULISTA S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 27 de fevereiro de 2009, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 26 de agosto de 2003, a concessão outorgada à TV Aliança Paulista S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 726, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por quinze anos, as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão de sons e imagens:

Decreto de 27 de fevereiro de 2009 (DOU do dia 2 de março subsequente):

- 1 - Rádio e Televisão Record S.A., no município de São Paulo - SP;
- 2 - TV Aliança Paulista S.A., no município de Sorocaba - SP;

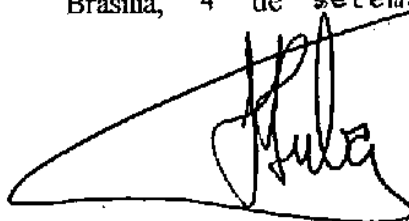
Decreto de 10 de junho de 2009 (DOU do dia 12 subsequente):

- 3 - Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda., na cidade de Brasília - DF;
- 4 - TV Planície Ltda., no município de Campos dos Goytacazes - RJ;
- 5 - Tropical Comunicação Ltda., no município de Natal - RN;
- 6 - Empresa Paulista de Televisão S.A., no município de Ribeirão Preto - SP;
- 7 - Empresa Pioneira de Televisão S.A., no município de São Carlos - SP;
- 8 - RBS TV Santa Rosa Ltda., no município de Santa Rosa - RS;
- 9 - Rede 21 Comunicações Ltda., no município de São Paulo - SP;
- 10 - TV Tocantins Ltda., no município de Anápolis - GO;

Decreto de 12 de junho de 2009 (DOU do dia 15 subsequente):

- 11 - TV Bauru S.A., no município de Bauru - SP;
- 12 - Televisão Cultura S.A., no município de Florianópolis - SC;
- 13 - Rádio TV do Amazonas Ltda., no município de Manaus - AM;
- 14 - Televisão Guaíba Ltda., no município de Porto Alegre - RS;
- 15 - Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda., no município de Vitória - ES;
- 16 - Rádio TV do Amazonas Ltda., no município de Rio Branco - AC; e
- 17 - Rádio TV do Amazonas Ltda., no município de Porto Velho - RO.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 591/2008-MC

Brasília, 15 de outubro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto, para renovação da concessão outorgada à TV ALIANÇA PAULISTA S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo, pelo prazo de 15 (quinze) anos.
2. A requerente recebeu a outorga pelo Decreto nº 96.592, de 25 de agosto de 1988, publicado no Diário Oficial da União de 26 de agosto de 1988.
3. Pretende a Requerente a renovação de sua outorga por igual período, ou seja, 15 (quinze) anos, a partir de 26 de agosto de 1988.
4. Observo que a renovação do prazo de vigência da outorga para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.
5. Cumpre ressaltar que os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o de acordo com a legislação aplicável e demonstrando possuir a entidade as qualificações necessárias à renovação da concessão, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.
6. Nessa conformidade, e em observância aos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

## DECRETO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2009.

Renova a concessão outorgada à TV Aliança Paulista S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.009946/2003,

**DECRETA:**

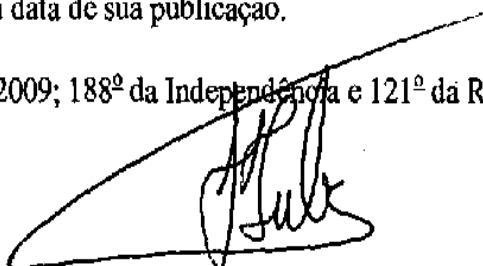

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 26 de agosto de 2003, a concessão outorgada à TV Aliança Paulista S.A. pelo Decreto nº 96.592, de 25 de agosto de 1988, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)



# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

## Nº 197, DE 2010

(nº 2.052/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à MOVIMENTO JOVEM DE PÍO XII - MOJOP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pío XII, Estado do Maranhão.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.224 de 30 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Movimento Jovem de Pío XII - MOJOP para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pío XII, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 733, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 1.091, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária com Ações Participantes, no município de Jucas - CE;
- 2 - Portaria nº 1.092, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Pró-Cidadania – Associação de Voluntários no Desenvolvimento Humano e Difusão Cultural de Cidade Ocidental, no município de Cidade Ocidental - GO;
- 3 - Portaria nº 1.098, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Cidade FM, no município de Caldas Novas - GO;
- 4 - Portaria nº 1.099, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Difusão Comunitária de Novo Destino, no município de Santa Rita do Novo Destino - GO;
- 5 - Portaria nº 1.101, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Mimoso de Goiás - GO, no município de Mimoso de Goiás - GO;
- 6 - Portaria nº 1.103, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Bragança - ASDEGAB, no município de Bragança - PA;
- 7 - Portaria nº 1.106, de 23 de dezembro de 2008 – Associação “Josefa de Medeiros Lira”, no município de Cruzeta - RN;
- 8 - Portaria nº 1.107, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Boa Vista do Incra - ICBVI, no município de Boa Vista do Incra - RS;
- 9 - Portaria nº 1.108, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Rádio Momento FM, no município de Osório - RS;
- 10 - Portaria nº 1.109, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária Ferraria, no município de Campo Largo - PR;
- 11 - Portaria nº 1.114, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Comunitária de Taquari, no município de Taquari - RS;
- 12 - Portaria nº 1.115, de 23 de dezembro de 2008 – ADCX - Associação de Difusão Comunitária de Xerém, no município de Duque de Caxias - RJ;
- 13 - Portaria nº 1.116, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Comunitária Coronel Bicaco, no município de Coronel Bicaco - RS;
- 14 - Portaria nº 1.117, de 23 de dezembro de 2008 – Clube do Livro Amigos da Leitura, no município de Três de Maio - RS;
- 15 - Portaria nº 1.119, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Teutônia, no município de Teutônia - RS;
- 16 - Portaria nº 1.120, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária São Francisco de Assis, no município de Abelardo Luz - SC;

- 17 - Portaria nº 1.121, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Beneficente de Radiodifusão de Inimutaba, no município de Inimutaba - MG;
- 18 - Portaria nº 1.122, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Miguelina de Rádio Difusão Comunitária, no município de São Miguel das Missões - RS;
- 19 - Portaria nº 1.123, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Mariana Pimentel, no município de Mariana Pimentel - RS;
- 20 - Portaria nº 1.125, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Paverama, no município de Paverama - RS;
- 21 - Portaria nº 1.126, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Governador Mangabeira, no município de Governador Mangabeira - BA;
- 22 - Portaria nº 1.127, de 23 de dezembro de 2008 – União Comunitária Ativa Única, no município de Paulista - PB;
- 23 - Portaria nº 1.132, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Difusão Comunitária, no município de Matina - BA;
- 24 - Portaria nº 1.136, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Amigos de Caravelas, no município de Caravelas - BA;
- 25 - Portaria nº 1.137, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária Voz Livre, no município de São Ludgero - SC;
- 26 - Portaria nº 1.142, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Educativa de Sussuapara, no município de Sussuapara - PI;
- 27 - Portaria nº 1.144, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cultural Mostardense, no município de Mostardas - RS;
- 28 - Portaria nº 1.145, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Magalhães Barata - ASDERACOMAB, no município de Magalhães Barata - PA;
- 29 - Portaria nº 1.147, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Dezesseis de Novembro - RS, no município de Dezesseis de Novembro - RS;
- 30 - Portaria nº 1.149, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cultural e Recreativa de Marapanim - ASCCREM, no município de Marapanim - PA;
- 31 - Portaria nº 1.150, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Comunitária de Eldorado dos Carajás, no município de Eldorado dos Carajás - PA;
- 32 - Portaria nº 1.154, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Solidariedade, no município de Novo Hamburgo - RS;
- 33 - Portaria nº 1.156, de 23 de dezembro de 2008 – Fundação Fronteiras, no município de Fronteiras - PI;
- 34 - Portaria nº 1.159, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Gregório de Souza Mororó - Bairro Acampamento, no município de Varjota - CE;
- 35 - Portaria nº 1.161, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária e Cultural Nova Era, no município de David Canabarro - RS;

36 - Portaria nº 1.163, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Oiapoque - ASCOQUE, no município de Oiapoque - AP;

37 - Portaria nº 1.166, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Artística Dr. Juca Ribeiro, no município de Sacramento - MG;

38 - Portaria nº 1.177, de 30 de dezembro de 2008 – Obra Social e Cultural Santo Antônio, no município de Caçapava - SP;

39 - Portaria nº 1.178, de 30 de dezembro de 2008 – Instituto de Comunicação Popular a Voz do Rincão, no município de Bonito - MS;

40 - Portaria nº 1.181, de 30 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Bairro da Muritiba, no município de Nazaré - BA;

41 - Portaria nº 1.182, de 30 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores da Vila Amorim (AMVA), no município de Corumbá - GO;

42 - Portaria nº 1.206, de 30 de dezembro de 2008 – ACCLTP - Associação de Comunicação Comunitária Liberdade de Três Palmeiras/RS, no município de Três Palmeiras - RS;

43 - Portaria nº 1.211, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Ladário - ACOLA, no município de Ladário - MS;

44 - Portaria nº 1.214, de 30 de dezembro de 2008 – Associação de Amigos de Apiacás, no município de Apiacás - MT;

45 - Portaria nº 1.217, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária dos Moradores e Amigos de Oiapoque, no município de Oiapoque - AP;

46 - Portaria nº 1.221, de 30 de dezembro de 2008 – MEAC - Movimento Esportivo Amador Coquense, no município de Vitória do Mearim - MA;

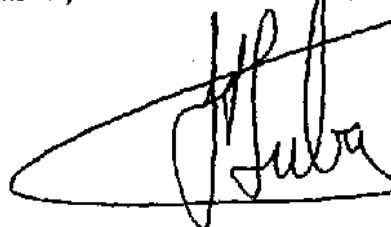
47 - Portaria nº 1.223, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária e Cultural do Bairro do Riacho, no município de Barreirinhas - MA;

48 - Portaria nº 1.224, de 30 de dezembro de 2008 – Movimento Jovem de Pio XII - MOJOP, no município de Pio XII - MA;

49 - Portaria nº 326, de 28 de maio de 2009 – Associação Recreativa e Esportiva Grupo Manoel Marchetti, no município de Ibirama - SC; e

50 - Portaria nº 366, de 16 de junho de 2009 – Associação Beneficente Joaquim Cocundo, no município de Bezerras - PE.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 138/2009 – MC

Brasília, 17 de fevereiro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **Movimento Jovem de Pio XII - MOJOP**, no Município de Pio XII, Estado do Maranhão, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53720.000428/1999, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 1224 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53720.000428/1999 e do Parecer/MC/CONJUR/JSN/Nº 0232 - 1.08 / 2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização ao **Movimento Jovem de Pio XII - MOJOP**, com sede à Rua Alferes Sudário, n.º 239, Centro, no município de Pio XII, Estado do Maranhão, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 03º49'56"S e longitude em 45º09'10"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HELIO COSTA**

Ministro de Estado das Comunicações

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

## Nº 198, DE 2010

(nº 2.053/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DE APIACÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apiacás, Estado de Mato Grosso.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.214 de 30 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação de Amigos de Apiacás para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apiacás, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



Mensagem nº 733, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 1.091, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária com Ações Participantes, no município de Jucas - CE;
- 2 - Portaria nº 1.092, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Pró-Cidadania – Associação de Voluntários no Desenvolvimento Humano e Difusão Cultural de Cidade Ocidental, no município de Cidade Ocidental - GO;
- 3 - Portaria nº 1.098, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Cidade FM, no município de Caldas Novas - GO;
- 4 - Portaria nº 1.099, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Difusão Comunitária de Novo Destino, no município de Santa Rita do Novo Destino - GO;
- 5 - Portaria nº 1.101, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Mimoso de Goiás - GO, no município de Mimoso de Goiás - GO;
- 6 - Portaria nº 1.103, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Bragança - ASDEGAB, no município de Bragança - PA;
- 7 - Portaria nº 1.106, de 23 de dezembro de 2008 – Associação “Josefa de Medeiros Lira”, no município de Cruzeta - RN;
- 8 - Portaria nº 1.107, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Boa Vista do Incra - ICBVI, no município de Boa Vista do Incra - RS;
- 9 - Portaria nº 1.108, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Rádio Momento FM, no município de Osório - RS;
- 10 - Portaria nº 1.109, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária Ferraria, no município de Campo Largo - PR;
- 11 - Portaria nº 1.114, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Comunitária de Taquari, no município de Taquari - RS;
- 12 - Portaria nº 1.115, de 23 de dezembro de 2008 – ADCX - Associação de Difusão Comunitária de Xerém, no município de Duque de Caxias - RJ;
- 13 - Portaria nº 1.116, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Comunitária Coronel Bicaco, no município de Coronel Bicaco - RS;
- 14 - Portaria nº 1.117, de 23 de dezembro de 2008 – Clube do Livro Amigos da Leitura, no município de Três de Maio - RS;
- 15 - Portaria nº 1.119, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Teutônia, no município de Teutônia - RS;
- 16 - Portaria nº 1.120, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária São Francisco de Assis, no município de Abelardo Luz - SC;

- 17 - Portaria nº 1.121, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Beneficente de Radiodifusão de Inimutaba, no município de Inimutaba - MG;
- 18 - Portaria nº 1.122, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Miguelina de Rádio Difusão Comunitária, no município de São Miguel das Missões - RS;
- 19 - Portaria nº 1.123, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Mariana Pimentel, no município de Mariana Pimentel - RS;
- 20 - Portaria nº 1.125, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Paverama, no município de Paverama - RS;
- 21 - Portaria nº 1.126, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Governador Mangabeira, no município de Governador Mangabeira - BA;
- 22 - Portaria nº 1.127, de 23 de dezembro de 2008 – União Comunitária Ativa Única, no município de Paulista - PB;
- 23 - Portaria nº 1.132, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Difusão Comunitária, no município de Matina - BA;
- 24 - Portaria nº 1.136, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Amigos de Caravelas, no município de Caravelas - BA;
- 25 - Portaria nº 1.137, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária Voz Livre, no município de São Ludgero - SC;
- 26 - Portaria nº 1.142, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Educativa de Sussuapara, no município de Sussuapara - PI;
- 27 - Portaria nº 1.144, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cultural Mostardense, no município de Mostardas - RS;
- 28 - Portaria nº 1.145, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Magalhães Barata - ASDERACOMAB, no município de Magalhães Barata - PA;
- 29 - Portaria nº 1.147, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Dezesseis de Novembro - RS, no município de Dezesseis de Novembro - RS;
- 30 - Portaria nº 1.149, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cultural e Recreativa de Marapanim - ASCCREM, no município de Marapanim - PA;
- 31 - Portaria nº 1.150, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Comunitária de Eldorado dos Carajás, no município de Eldorado dos Carajás - PA;
- 32 - Portaria nº 1.154, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Solidariedade, no município de Novo Hamburgo - RS;
- 33 - Portaria nº 1.156, de 23 de dezembro de 2008 – Fundação Fronteiras, no município de Fronteiras - PI;
- 34 - Portaria nº 1.159, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Gregório de Souza Mororó - Bairro Acampamento, no município de Varjota - CE;
- 35 - Portaria nº 1.161, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária e Cultural Nova Era, no município de David Canabarro - RS;

36 - Portaria nº 1.163, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Oiapoque - ASCOQUE, no município de Oiapoque - AP;

37 - Portaria nº 1.166, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Artística Dr. Juca Ribeiro, no município de Sacramento - MG;

38 - Portaria nº 1.177, de 30 de dezembro de 2008 – Obra Social e Cultural Santo Antônio, no município de Caçapava - SP;

39 - Portaria nº 1.178, de 30 de dezembro de 2008 – Instituto de Comunicação Popular a Voz do Rincão, no município de Bonito - MS;

40 - Portaria nº 1.181, de 30 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Bairro da Muritiba, no município de Nazaré - BA;

41 - Portaria nº 1.182, de 30 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores da Vila Amorim (AMVA), no município de Corumbá - GO;

42 - Portaria nº 1.206, de 30 de dezembro de 2008 – ACCLTP - Associação de Comunicação Comunitária Liberdade de Três Palmeiras/RS, no município de Três Palmeiras - RS;

43 - Portaria nº 1.211, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Ladário - ACOLA, no município de Ladário - MS;

44 - Portaria nº 1.214, de 30 de dezembro de 2008 – Associação de Amigos de Apiacás, no município de Apiacás - MT;

45 - Portaria nº 1.217, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária dos Moradores e Amigos de Oiapoque, no município de Oiapoque - AP;

46 - Portaria nº 1.221, de 30 de dezembro de 2008 – MEAC - Movimento Esportivo Amador Coquense, no município de Vitória do Mearim - MA;

47 - Portaria nº 1.223, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária e Cultural do Bairro do Riacho, no município de Barreirinhas - MA;

48 - Portaria nº 1.224, de 30 de dezembro de 2008 – Movimento Jovem de Pio XII - MOJOP, no município de Pio XII - MA;

49 - Portaria nº 326, de 28 de maio de 2009 – Associação Recreativa e Esportiva Grupo Manoel Marchetti, no município de Ibirama - SC; e

50 - Portaria nº 366, de 16 de junho de 2009 – Associação Beneficente Joaquim Cocundo, no município de Bezerros - PE.

Brasília, 4 de setembro de 2009.

EM nº. 209/2009 – MC

Brasília/ 6 de março de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação de Amigos de Apiacás**, no Município de Apiacás, Estado do Mato Grosso, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.064666/2006, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 1214 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.064666/2006 e do PARECER/MC/CONJUR/JSN/Nº 1667 - 1.08 / 2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação de Amigos de Apiacás**, com sede à Rua das Hortências, s/n.º, Quadra 05, casa 10, Bairro Primavera, no município de Apiacás, Estado do Mato Grosso, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 09º34'19"S e longitude em 57º23'48"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 199, DE 2010**

**(nº 2.056/2009, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL NOVA ERA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de David Canabarro, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.161 de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Nova Era para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de David Canabarro, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



Mensagem nº 733, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 1.091, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária com Ações Participantes, no município de Jucas - CE;
- 2 - Portaria nº 1.092, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Pró-Cidadania – Associação de Voluntários no Desenvolvimento Humano e Difusão Cultural de Cidade Ocidental, no município de Cidade Ocidental - GO;
- 3 - Portaria nº 1.098, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Cidade FM, no município de Caldas Novas - GO;
- 4 - Portaria nº 1.099, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Difusão Comunitária de Novo Destino, no município de Santa Rita do Novo Destino - GO;
- 5 - Portaria nº 1.101, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Mimoso de Goiás - GO, no município de Mimoso de Goiás - GO;
- 6 - Portaria nº 1.103, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Bragança - ASDEGAB, no município de Bragança - PA;
- 7 - Portaria nº 1.106, de 23 de dezembro de 2008 – Associação “Josefa de Medeiros Lira”, no município de Cruzeta - RN;
- 8 - Portaria nº 1.107, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Boa Vista do Incra - ICBVI, no município de Boa Vista do Incra - RS;
- 9 - Portaria nº 1.108, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Rádio Momento FM, no município de Osório - RS;
- 10 - Portaria nº 1.109, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária Ferraria, no município de Campo Largo - PR;
- 11 - Portaria nº 1.114, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Comunitária de Taquari, no município de Taquari - RS;
- 12 - Portaria nº 1.115, de 23 de dezembro de 2008 – ADCX - Associação de Difusão Comunitária de Xerém, no município de Duque de Caxias - RJ;
- 13 - Portaria nº 1.116, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Comunitária Coronel Bicaco, no município de Coronel Bicaco - RS;
- 14 - Portaria nº 1.117, de 23 de dezembro de 2008 – Clube do Livro Amigos da Leitura, no município de Três de Maio - RS;
- 15 - Portaria nº 1.119, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Teutônia, no município de Teutônia - RS;
- 16 - Portaria nº 1.120, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária São Francisco de Assis, no município de Abelardo Luz - SC;



- 17 - Portaria nº 1.121, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Beneficente de Radiodifusão de Inimutaba, no município de Inimutaba - MG;
- 18 - Portaria nº 1.122, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Miguelina de Rádio Difusão Comunitária, no município de São Miguel das Missões - RS;
- 19 - Portaria nº 1.123, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Mariana Pimentel, no município de Mariana Pimentel - RS;
- 20 - Portaria nº 1.125, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Paverama, no município de Paverama - RS;
- 21 - Portaria nº 1.126, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Governador Mangabeira, no município de Governador Mangabeira - BA;
- 22 - Portaria nº 1.127, de 23 de dezembro de 2008 – União Comunitária Ativa Única, no município de Paulista - PB;
- 23 - Portaria nº 1.132, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Difusão Comunitária, no município de Matina - BA;
- 24 - Portaria nº 1.136, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Amigos de Caravelas, no município de Caravelas - BA;
- 25 - Portaria nº 1.137, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária Voz Livre, no município de São Ludgero - SC;
- 26 - Portaria nº 1.142, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Educativa de Sussuapara, no município de Sussuapara - PI;
- 27 - Portaria nº 1.144, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cultural Mostardense, no município de Mostardas - RS;
- 28 - Portaria nº 1.145, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Magalhães Barata - ASDERACOMAB, no município de Magalhães Barata - PA;
- 29 - Portaria nº 1.147, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Dezesseis de Novembro - RS, no município de Dezesseis de Novembro - RS;
- 30 - Portaria nº 1.149, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cultural e Recreativa de Marapanim - ASCCREM, no município de Marapanim - PA;
- 31 - Portaria nº 1.150, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Comunitária de Eldorado dos Carajás, no município de Eldorado dos Carajás - PA;
- 32 - Portaria nº 1.154, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Solidariedade, no município de Novo Hamburgo - RS;
- 33 - Portaria nº 1.156, de 23 de dezembro de 2008 – Fundação Fronteiras, no município de Fronteiras - PI;
- 34 - Portaria nº 1.159, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Gregório de Souza Mororó - Bairro Acampamento, no município de Varjota - CE;
- 35 - Portaria nº 1.161, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária e Cultural Nova Era, no município de David Canabarro - RS;

36 - Portaria nº 1.163, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Oiapoque - ASCOQUE, no município de Oiapoque - AP;

37 - Portaria nº 1.166, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural e Artística Dr. Juca Ribeiro, no município de Sacramento - MG;

38 - Portaria nº 1.177, de 30 de dezembro de 2008 – Obra Social e Cultural Santo Antônio, no município de Caçapava - SP;

39 - Portaria nº 1.178, de 30 de dezembro de 2008 – Instituto de Comunicação Popular a Voz do Rincão, no município de Bonito - MS;

40 - Portaria nº 1.181, de 30 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Bairro da Muritiba, no município de Nazaré - BA;

41 - Portaria nº 1.182, de 30 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores da Vila Amorim (AMVA), no município de Corumbá - GO;

42 - Portaria nº 1.206, de 30 de dezembro de 2008 – ACCLTP - Associação de Comunicação Comunitária Liberdade de Três Palmeiras/RS, no município de Três Palmeiras - RS;

43 - Portaria nº 1.211, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Ladário - ACOLA, no município de Ladário - MS;

44 - Portaria nº 1.214, de 30 de dezembro de 2008 – Associação de Amigos de Apiacás, no município de Apiacás - MT;

45 - Portaria nº 1.217, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária dos Moradores e Amigos de Oiapoque, no município de Oiapoque - AP;

46 - Portaria nº 1.221, de 30 de dezembro de 2008 – MEAC - Movimento Esportivo Amador Coquense, no município de Vitória do Mearim - MA;

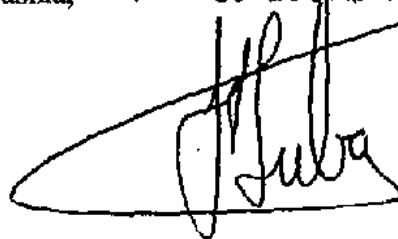
47 - Portaria nº 1.223, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária e Cultural do Bairro do Riacho, no município de Barreirinhas - MA;

48 - Portaria nº 1.224, de 30 de dezembro de 2008 – Movimento Jovem de Pio XII - MOJOP, no município de Pio XII - MA;

49 - Portaria nº 326, de 28 de maio de 2009 – Associação Recreativa e Esportiva Grupo Manoel Marchetti, no município de Ibirama - SC; e

50 - Portaria nº 366, de 16 de junho de 2009 – Associação Beneficente Joaquim Cocundo, no município de Bezerros - PE.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 316/2009 – MC

Brasília, 17 de março de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL NOVA ERA**, localizada no Município de David Canabarro, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53100.000788/04, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 1161 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53100.000788/04 e do PARECER/MC/CONJUR/FHL/Nº 0859 - 1.08 / 2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL NOVA ERA**, com sede na Rua Progresso, nº 420, no município de David Canabarro, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 28°23'23"S e longitude em 51°50'51"W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

## Nº 200, DE 2010

(nº 2.062/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à CENTRO COMUNITARIO DE PINHEIRAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinheiral, Estado do Rio de Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.239 de 31 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Centro Comunitário de Pinheiral para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinheiral, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

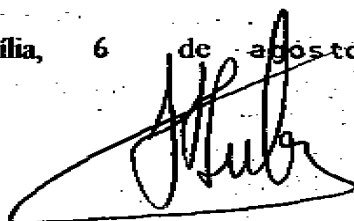
Mensagem nº 634, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 674, de 14 de outubro de 2008 – Associação Comunitária Ibiacaense - ACIBI, no município de Ibiaca - RS;
- 2 - Portaria nº 770, de 20 de novembro de 2008 – Associação dos Moradores da Agrovila Riacho do Mel, no município de Capoeiras - PE;
- 3 - Portaria nº 1.094, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Alegria - RS, no município de Alegria - RS;
- 4 - Portaria nº 1.129, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Passofundense de Radiodifusão Comunitária, no município de Passo Fundo - RS;
- 5 - Portaria nº 1.207, de 30 de dezembro de 2008 – Associação de Moradores e Amigos do Jardim Lagoa Nova, no município de Limeira - SP;
- 6 - Portaria nº 1.215, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Feliz Natal, no município de Feliz Natal - MT;
- 7 - Portaria nº 1.216, de 30 de dezembro de 2008 – Associação de Vaqueiros de Cristalândia do Piauí, no município de Cristalândia do Piauí - PI;
- 8 - Portaria nº 1.219, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Bacuriense de Radiodifusão Comunitária, no município de Bacuri - MA;
- 9 - Portaria nº 1.222, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Meio Ambiente do Planalto “Zé Gomes”, Brejo, Estado do Maranhão, no município de Brejo - MA;
- 10 - Portaria nº 1.225, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária, Cultural e Beneficente “Camisão”, no município de Jardim - MS;
- 11 - Portaria nº 1.239, de 31 de dezembro de 2008 – Centro Comunitário de Pinheiral, no município de Pinheiral - RJ;
- 12 - Portaria nº 1.242, de 31 de dezembro de 2008 – Associação Pró-Desenvolvimento Cultural de Pinhal Rádio Comunitária Alegria - FM, no município de Pinhal - RS;
- 13 - Portaria nº 32, de 5 de março de 2009 – Associação dos Pais de Alunos e Moradores do Bairro Alto da Caixa D’Água, no município de Parnamirim - PE;
- 14 - Portaria nº 60, de 24 de março de 2009 – Associação Comunitária e Cultural de Salete/SC, no município de Salete - SC;
- 15 - Portaria nº 89, de 25 de março de 2009 – Associação Cultural Comunitária Rômulo Almeida, no município de Alagoinhas - BA;
- 16 - Portaria nº 102, de 25 de março de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária Ativa de Vale do Anari, no município de Vale do Anari - RO;
- 17 - Portaria nº 154, de 1º de abril de 2009 – Associação Comunitária Portal do Sertão, no município de Arcoverde - PE;
- 18 - Portaria nº 189, de 22 de abril de 2009 – Associação de Desenvolvimento Comunitário da Cultura, Esporte e Lazer de Fazenda Rio Grande, no município de Fazenda Rio Grande - PR; e
- 19 - Portaria nº 199, de 22 de abril de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação de Buritis, no município de Buritis - RO.

Brasília, 6 de agosto de 2009.



EM nº. 222/2009 – MC

Brasília, 6 de março de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **CENTRO COMUNITÁRIO DE PINHEIRAL**, localizada no Município de Pinheiral, Estado do Rio de Janeiro, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53770.000147/02, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*



**PORTARIA Nº 1239 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.770.000.147/02 e do PARECER/MC/CONJUR/FHL/Nº 1229 - 1.08 / 2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **CENTRO COMUNITÁRIO DE PINHEIRAL**, com sede na Avenida Nilton Penna Botelho, nº 173, sala 02, bairro São Jorge, no município de Pinheiral, Estado do Rio de Janeiro, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º30'34"S e longitude em 44º00'54"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

## Nº 201, DE 2010

(nº 2.065/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ESTRELA POLAR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 311 de 11 de junho de 2008, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Estrela Polar Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaboticabal, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 630, de 2009.

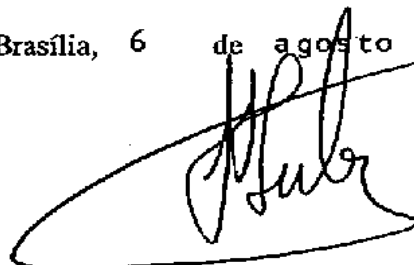
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 698, de 29 de dezembro de 2005 – Rádio e TV Schappo Ltda., no município de Imperatriz - MA;

- 2 - Portaria nº 178, de 3 de abril de 2006 - JR Radiodifusão Ltda., no município de Água Branca - AL;
- 3 - Portaria nº 301, de 11 de junho de 2008 - Rádio 1030 Ltda., no município de Nova Guataporanga - SP;
- 4 - Portaria nº 302, de 11 de junho de 2008 - Empresa de Radiodifusão Ouro Preto Ltda., no município de Vale do Paraíso - RO;
- 5 - Portaria nº 304, de 11 de junho de 2008 - Rádio Anhanguera de Morro Agudo Ltda., no município de Morro Agudo - SP;
- 6 - Portaria nº 308, de 11 de junho de 2008 - Empresa de Radiodifusão Estrela Polar Ltda., no município de Maracá - SP;
- 7 - Portaria nº 311, de 11 de junho de 2008 - Empresa de Radiodifusão Estrela Polar Ltda., no município de Jaboticabal - SP;
- 8 - Portaria nº 313, de 11 de junho de 2008 - Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda., no município de Breu Branco - PA;
- 9 - Portaria nº 314, de 11 de junho de 2008 - SBC - Radiodifusão Ltda., no município de Bujaru - PA;
- 10 - Portaria nº 315, de 11 de junho de 2008 - SBC - Radiodifusão Ltda., no município de Chaves - PA;
- 11 - Portaria nº 316, de 11 de junho de 2008 - Som da Ilha Comércio e Produções Ltda.-ME, no município de Novais - SP;
- 12 - Portaria nº 317, de 11 de junho de 2008 - Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda., no município de Capitão Poço - PA;
- 13 - Portaria nº 318, de 11 de junho de 2008 - Canadá Radiodifusão Ltda., no município de Neves Paulista - SP;
- 14 - Portaria nº 319, de 11 de junho de 2008 - Aquidauana Radiodifusão Ltda., no município de Rio Crespo - RO;
- 15 - Portaria nº 320, de 11 de junho de 2008 - Sobral & Mayrink Ltda., no município de Rancharia - SP;
- 16 - Portaria nº 321, de 11 de junho de 2008 - Empresa de Radiodifusão Estrela Polar Ltda., no município de Itapeva - SP;
- 17 - Portaria nº 322, de 11 de junho de 2008 - Empresa de Radiodifusão Ouro Preto Ltda., no município de Seringueiras - RO;
- 18 - Portaria nº 323, de 11 de junho de 2008 - Empresa de Radiodifusão Ouro Preto Ltda., no município de Theobroma - RO;
- 19 - Portaria nº 324, de 11 de junho de 2008 - Rádio FM D.A. Ltda., no município de Guia Lopes da Laguna - MS; e
- 20 - Portaria nº 329, de 11 de junho de 2008 - Prisma Radiodifusão Ltda., no município de Imbé - RS.

Brasília, 6 de agosto de 2009.



EM Nº 383/2008/MC

Brasília, 2 de julho de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 031/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Jaboticabal, Estado de São Paulo.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Empresa de Radiodifusão Estrela Polar Ltda (Processo nº 53830.000557/2001) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 311 , DE 11 DE JUNHO DE 2008.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000557/2001, Concorrência nº 031/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ESTRELA POLAR LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Jaboticabal, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

Publicado no DSF, de 1º/4/2010.

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 202, DE 2010

(nº 2.066/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS FÃS CLUBES DO PARÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belém, Estado do Pará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 225 de 28 de abril de 2009, que outorga autorização à Associação dos Fãs Clubes do Pará para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belém, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 734, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 845, de 17 de dezembro de 2008 – Associação Cantarcira, no município de São Paulo - SP;

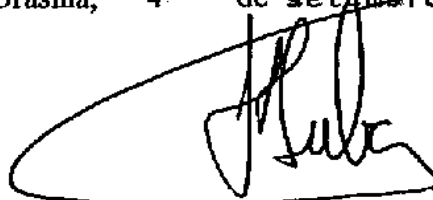
2 - Portaria nº 912, de 22 de dezembro de 2008 – Radiodifusão Comunitária Gralha Azul FM, no município de Araucária - PR;

- 3 - Portaria nº 966, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação de Sud Mennucci, no município de Sud Mennucci - SP;
- 4 - Portaria nº 975, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Rádio Comunitária de Botucatu, no município de Botucatu - SP;
- 5 - Portaria nº 1.048, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Cultural Kanhru - ARCK, no município de Ipuacú - SC;
- 6 - Portaria nº 1.052, de 23 de dezembro de 2008 – Sociedade de Radiodifusão de Mambucaba FM Estéreo, no município de Angra dos Reis - RJ;
- 7 - Portaria nº 1.053, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Comunitária Corupá, no município de Corupá - SC;
- 8 - Portaria nº 1.055, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Goianésia do Pará, no município de Goianésia do Pará - PA;
- 9 - Portaria nº 1.083, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Junco - ASCOMJU, no município de Granjeiro - CE;
- 10 - Portaria nº 1.135, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação São Domingos, no município de São Domingos - BA;
- 11 - Portaria nº 1.148, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Nely Andrade, no município de Salvaterra - PA;
- 12 - Portaria nº 1.164, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Comunicação Social e Cultural do Baixo Tocantins, no município de Barcarena - PA;
- 13 - Portaria nº 104, de 25 de março de 2009 – Associação da Rádio Comunitária Rota da Imigração (ARCRI), no município de Criciúma - SC;
- 14 - Portaria nº 105, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária, Cultural e Artística de Nova Santa Rosa, no município de Nova Santa Rosa - RJ;
- 15 - Portaria nº 108, de 25 de março de 2009 – Associação de Comunicação Comunitária Santa Izabel, no município de Viamão - RS;
- 16 - Portaria nº 111, de 25 de março de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Estação Cocal, no município de Morro da Fumaça - SC;
- 17 - Portaria nº 113, de 25 de março de 2009 – Associação Para o Fomento e Desenvolvimento Comunitário Rio Verdense – Águas do Pantanal, no município de Rio Verde de Mato Grosso - MS;
- 18 - Portaria nº 114, de 25 de março de 2009 – Associação Cultural de Difusão Comunitária Jacutinguense, no município de Jacutinga - RS;
- 19 - Portaria nº 119, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Amar e Servir, no município de Itajuípe - BA;
- 20 - Portaria nº 120, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão Maria Natividade, no município de Escada - PE;
- 21 - Portaria nº 121, de 25 de março de 2009 – Associação Cultural Comunitária Transvida, no município de Cutralinho - PA;
- 22 - Portaria nº 122, de 25 de março de 2009 – Associação Cultural de Difusão Comunitária Canaã, no município de Ji-Paraná - RO;



- 23 - Portaria nº 123, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Bragança Paulista, no município de Bragança Paulista - SP;
- 24 - Portaria nº 124, de 25 de março de 2009 – Associação de Comunicação e Cultura de Palmeira, no município de Palmeira - SC;
- 25 - Portaria nº 126, de 25 de março de 2009 – Associação Educativa e Cultural de Correntina, no município de Correntina - BA;
- 26 - Portaria nº 127, de 25 de março de 2009 – Associação Radiodifusão Comunitária e Ecológica Desperta FM – Rádio Comunitária Desperta FM, no município de Cachoeiras de Macacu - RJ;
- 27 - Portaria nº 133, de 25 de março de 2009 – Associação dos Amigos do Bairro do Aeroporto, no município de Breves - PA;
- 28 - Portaria nº 161, de 14 de abril de 2009 – Associação Cultural e Artística de Radiodifusão Comunitária Laminense, no município de Lamim - MG;
- 29 - Portaria nº 162, de 14 de abril de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária Amigos dos Bairros Quilombo dos Palmares e Vila Tereza, no município de Cataguases - MG;
- 30 - Portaria nº 190, de 22 de abril de 2009 – Associação de Turismo de Taquaritinga do Norte, no município de Taquaritinga do Norte - PE;
- 31 - Portaria nº 206, de 22 de abril de 2009 – Associação Comunitária e Cultural de Novo Horizonte, no município de Novo Horizonte - SP;
- 32 - Portaria nº 207, de 22 de abril de 2009 – Associação Beneficente dos Moradores de Jacumã, no município de Conde - PB;
- 33 - Portaria nº 208, de 22 de abril de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Palma Sola, no município de Palma Sola - SC;
- 34 - Portaria nº 225, de 28 de abril de 2009 – Associação dos Fãs Clubes do Pará, no município de Belém - PA;
- 35 - Portaria nº 313, de 21 de maio de 2009 – Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Timóteo, no município de Timóteo - MG;
- 36 - Portaria nº 324, de 28 de maio de 2009 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico Santiago, no município de Santiago do Sul - SC; e
- 37 - Portaria nº 329, de 28 de maio de 2009 – Associação Beneficente de Radiodifusão Comunitária Floresta, no município de Rio Fortuna - SC.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 481/2009-MC

Brasília, 12 de maio de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação dos Fãs Clubes do Pará**, no Município de Belém, Estado do Pará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.004870/04, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 225 DE 28 DE ABRIL DE 2009.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.004.870/04 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 0349 – 1.08/2009, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação dos Fãs Clubes do Pará**, com sede na Rua Júlio Gomes, nº 35, Bairro Campina, no município de Belém, estado do Pará, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 01º 17' 58"S e longitude em 48º 28' 28"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

## Nº 203, DE 2010

(nº 2.069/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIO COMUNITÁRIA DE BOTUCATU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Botucatu, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 975 de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Botucatu para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Botucatu, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 734, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

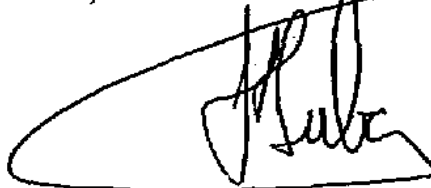
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 845, de 17 de dezembro de 2008 – Associação Cantareira, no município de São Paulo - SP;
- 2 - Portaria nº 912, de 22 de dezembro de 2008 – Radiodifusão Comunitária Gralha Azul FM, no município de Araucária - PR;

- 3 - Portaria nº 966, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação de Sud Mennucci, no município de Sud Mennucci - SP;
- 4 - Portaria nº 975, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Rádio Comunitária de Botucatu, no município de Botucatu - SP;
- 5 - Portaria nº 1.048, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Cultural Kanhru - ARCK, no município de Ipuacú - SC;
- 6 - Portaria nº 1.052, de 23 de dezembro de 2008 – Sociedade de Radiodifusão de Mambucaba FM Estéreo, no município de Angra dos Reis - RJ;
- 7 - Portaria nº 1.053, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Comunitária Corupá, no município de Corupá - SC;
- 8 - Portaria nº 1.055, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Goianésia do Pará, no município de Goianésia do Pará - PA;
- 9 - Portaria nº 1.083, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Junco - ASCOMJU, no município de Granjeiro - CE;
- 10 - Portaria nº 1.135, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação São Domingos, no município de São Domingos - BA;
- 11 - Portaria nº 1.148, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Nely Andrade, no município de Salvaterra - PA;
- 12 - Portaria nº 1.164, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Comunicação Social e Cultural do Baixo Tocantins, no município de Barcarena - PA;
- 13 - Portaria nº 104, de 25 de março de 2009 – Associação da Rádio Comunitária Rota da Imigração (ARCRI), no município de Criciúma - SC;
- 14 - Portaria nº 105, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária, Cultural e Artística de Nova Santa Rosa, no município de Nova Santa Rosa - RJ;
- 15 - Portaria nº 108, de 25 de março de 2009 – Associação de Comunicação Comunitária Santa Izabel, no município de Viamão - RS;
- 16 - Portaria nº 111, de 25 de março de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Estação Cocal, no município de Morro da Fumaça - SC;
- 17 - Portaria nº 113, de 25 de março de 2009 – Associação Para o Fomento e Desenvolvimento Comunitário Rio Verdense – Águas do Pantanal, no município de Rio Verde de Mato Grosso - MS;
- 18 - Portaria nº 114, de 25 de março de 2009 – Associação Cultural de Difusão Comunitária Jacutinguense, no município de Jacutinga - RS;
- 19 - Portaria nº 119, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Amar e Servir, no município de Itajuípe - BA;
- 20 - Portaria nº 120, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão Maria Natividade, no município de Escada - PE;
- 21 - Portaria nº 121, de 25 de março de 2009 – Associação Cultural Comunitária Transvida, no município de Curralinho - PA;
- 22 - Portaria nº 122, de 25 de março de 2009 – Associação Cultural de Difusão Comunitária Canaã, no município de Ji-Paraná - RO;

- 23 - Portaria nº 123, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Bragança Paulista, no município de Bragança Paulista - SP;
- 24 - Portaria nº 124, de 25 de março de 2009 – Associação de Comunicação e Cultura de Palmeira, no município de Palmeira - SC;
- 25 - Portaria nº 126, de 25 de março de 2009 – Associação Educativa e Cultural de Correntina, no município de Correntina - BA;
- 26 - Portaria nº 127, de 25 de março de 2009 – Associação Radiodifusão Comunitária e Ecológica Desperta FM – Rádio Comunitária Desperta FM, no município de Cachoeiras de Macacu - RJ;
- 27 - Portaria nº 133, de 25 de março de 2009 – Associação dos Amigos do Bairro do Aeroporto, no município de Breves - PA;
- 28 - Portaria nº 161, de 14 de abril de 2009 – Associação Cultural e Artística de Radiodifusão Comunitária Laminense, no município de Lamim - MG;
- 29 - Portaria nº 162, de 14 de abril de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária Amigos dos Bairros Quilombo dos Palmares e Vila Tereza, no município de Cataguases - MG;
- 30 - Portaria nº 190, de 22 de abril de 2009 – Associação de Turismo de Taquaritinga do Norte, no município de Taquaritinga do Norte - PE;
- 31 - Portaria nº 206, de 22 de abril de 2009 – Associação Comunitária e Cultural de Novo Horizonte, no município de Novo Horizonte - SP;
- 32 - Portaria nº 207, de 22 de abril de 2009 – Associação Beneficente dos Moradores de Jacumã, no município de Conde - PB;
- 33 - Portaria nº 208, de 22 de abril de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Palma Sola, no município de Palma Sola - SC;
- 34 - Portaria nº 225, de 28 de abril de 2009 – Associação dos Fãs Clubes do Pará, no município de Belém - PA;
- 35 - Portaria nº 313, de 21 de maio de 2009 – Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Timóteo, no município de Timóteo - MG;
- 36 - Portaria nº 324, de 28 de maio de 2009 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico Santiago, no município de Santiago do Sul - SC; e
- 37 - Portaria nº 329, de 28 de maio de 2009 – Associação Beneficente de Radiodifusão Comunitária Floresta, no município de Rio Fortuna - SC.

Brasília, 4 de setembro de 2009..



EM nº. 88/2009 – MC

Brasília, 16 de fevereiro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **Associação de Rádio Comunitária de Botucatu**, no Município de Botucatu, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.063313/2006, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*



**PORTARIA Nº 975 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.063313/2006 e do PARECER/MC/CONJUR/JSN/Nº 1632 - 1.08 / 2008, resolve:

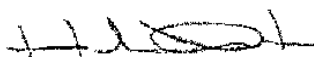
Art. 1º Outorgar autorização à **Associação de Rádio Comunitária de Botucatu**, com sede à Rua Romeu Levi, 81-A, Jardim Palos Verdes, no município de Botucatu, Estado de São Paulo; para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 25º54'30"S e longitude em 48º26'16"W, utilizando a frequência de 87,9.MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**  
**Nº 204, DE 2010**  
(nº 2.027/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à NORTÃO COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 27 de fevereiro de 2009, que outorga concessão à Nortão Comunicação e Publicidade Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 731, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que outorgam concessões às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em onda média:

Decreto de 27 de fevereiro de 2009 (DOU do dia 2 de março subsequente):

- 1 - Empresa de Rad iodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Prainha - PA;
- 2 - Nortão Comunicação e Publicidade Ltda., no município de Santo Antônio do Içá - AM;
- 3 - Nortão Comunicação e Publicidade Ltda., no município de São Gabriel da Cachoeira - AM;

Decreto de 10 de junho de 2009 (DOU do dia 12 subsequente):

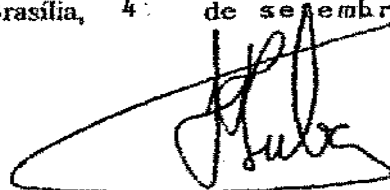
- 4 - Rádio e Televisão Belo Monte Ltda., no município de Senador José Porfírio, Estado do Pará;

5 - Camy Telecomunicações Ltda., no município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul;

Decreto de 17 de julho de 2009 (DOU do dia 20 subsequente):

- 6 - Amazônia Comunicações Ltda., no município de Moju - PA;
- 7 - Sistema de Rádio e Televisão Vale do Sucuriú Ltda., no município de Nioaque - MS;
- 8 - Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de Itaituba - PA;
- 9 - Beija-Flor Radiodifusão Ltda., no município de São Domingos do Capim - PA;
- 10 - Sistema de Rádio e Televisão Vale do Sucuriú Ltda., no município de Ribas do Rio Pardo - MS;
- 11 - Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Almeirim - PA;
- 12 - Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda., no município de Barcarena - PA;
- 13 - Rádio Comunicação LMW Ltda.-ME, no município de Jauru - MT; e
- 14 - Rádio Comunicação LMW Ltda.-ME, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 594/2008-MC

Brasília, 15 de outubro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 146/2001-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Nortão Comunicação e Publicidade Ltda (Processo nº 53630.000143/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a concessão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

## DECRETO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2009.

Outorga concessão a Nortão Comunicação e Publicidade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, *caput*, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo nº 53630.000143/2002, Concorrência nº 146/2001-SSR/MC,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica outorgada concessão a Nortão Comunicação e Publicidade Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas.

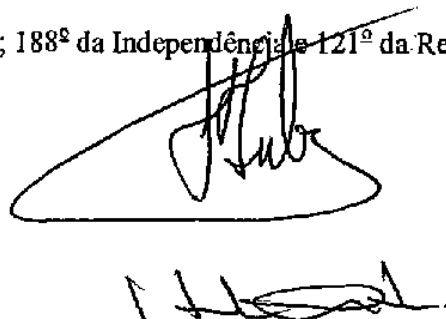
Art. 2º A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data da publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de fevereiro de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.



(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 205, DE 2010**

**(nº 2.067/2009, na Câmara dos Deputados)**

**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL NELY ANDRADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvaterra, Estado do Pará.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.148 de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural Nely Andrade para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvaterra, Estado do Pará.**

**Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.**

Mensagem nº 734, de 2009.

**Senhores Membros do Congresso Nacional,**

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 845, de 17 de dezembro de 2008 – Associação Cantareira, no município de São Paulo - SP;
- 2 - Portaria nº 912, de 22 de dezembro de 2008 – Radiodifusão Comunitária Gralha Azul FM, no município de Araucária - PR;

- 3 - Portaria nº 966, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação de Sud Mennucci, no município de Sud Mennucci - SP;
- 4 - Portaria nº 975, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Rádio Comunitária de Botucatu, no município de Botucatu - SP;
- 5 - Portaria nº 1.048, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Cultural Kanhu - ARCK, no município de Ipuacú - SC;
- 6 - Portaria nº 1.052, de 23 de dezembro de 2008 – Sociedade de Radiodifusão de Mambucaba FM Estéreo, no município de Angra dos Reis - RJ;
- 7 - Portaria nº 1.053, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Comunitária Corupá, no município de Corupá - SC;
- 8 - Portaria nº 1.055, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Goianésia do Pará, no município de Goianésia do Pará - PA;
- 9 - Portaria nº 1.083, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Junco - ASCOMJU, no município de Granjeiro - CE;
- 10 - Portaria nº 1.135, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação São Domingos, no município de São Domingos - BA;
- 11 - Portaria nº 1.148, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Nelv Andrade, no município de Salvaterra - PA;
- 12 - Portaria nº 1.164, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Comunicação Social e Cultural do Baixo Tocantins, no município de Barcarena - PA;
- 13 - Portaria nº 104, de 25 de março de 2009 – Associação da Rádio Comunitária Rota da Imigração (ARCRJ), no município de Criciúma - SC;
- 14 - Portaria nº 105, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária, Cultural e Artística de Nova Santa Rosa, no município de Nova Santa Rosa - RJ;
- 15 - Portaria nº 108, de 25 de março de 2009 – Associação de Comunicação Comunitária Santa Izabel, no município de Viamão - RS;
- 16 - Portaria nº 111, de 25 de março de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Estação Cocal, no município de Morro da Fumaça - SC;
- 17 - Portaria nº 113, de 25 de março de 2009 – Associação Para o Fomento e Desenvolvimento Comunitário Rio Verdense – Águas do Pantanal, no município de Rio Verde de Mato Grosso - MS;
- 18 - Portaria nº 114, de 25 de março de 2009 – Associação Cultural de Difusão Comunitária Jacutinguense, no município de Jacutinga - RS;
- 19 - Portaria nº 119, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Amar e Servir, no município de Itajuípe - BA;
- 20 - Portaria nº 120, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão Maria Natividade, no município de Escada - PE;
- 21 - Portaria nº 121, de 25 de março de 2009 – Associação Cultural Comunitária Transvida, no município de Curralinho - PA;
- 22 - Portaria nº 122, de 25 de março de 2009 – Associação Cultural de Difusão Comunitária Canaã, no município de Ji-Paraná - RO;

23 - Portaria nº 123, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Bragança Paulista, no município de Bragança Paulista - SP;

24 - Portaria nº 124, de 25 de março de 2009 – Associação de Comunicação e Cultura de Palmeira, no município de Palmeira - SC;

25 - Portaria nº 126, de 25 de março de 2009 – Associação Educativa e Cultural de Correntina, no município de Correntina - BA;

26 - Portaria nº 127, de 25 de março de 2009 – Associação Radiodifusão Comunitária e Ecológica Desperta FM – Rádio Comunitária Desperta FM, no município de Cachociras de Macacu - RJ;

27 - Portaria nº 133, de 25 de março de 2009 – Associação dos Amigos do Bairro do Aeroporto, no município de Breves - PA;

28 - Portaria nº 161, de 14 de abril de 2009 – Associação Cultural e Artística de Radiodifusão Comunitária Laminense, no município de Lamim - MG;

29 - Portaria nº 162, de 14 de abril de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária Amigos dos Bairros Quilombo dos Palmares e Vila Tereza, no município de Cataguases - MG;

30 - Portaria nº 190, de 22 de abril de 2009 – Associação de Turismo de Taquaritinga do Norte, no município de Taquaritinga do Norte - PE;

31 - Portaria nº 206, de 22 de abril de 2009 – Associação Comunitária e Cultural de Novo Horizonte, no município de Novo Horizonte - SP;

32 - Portaria nº 207, de 22 de abril de 2009 – Associação Beneficente dos Moradores de Jacumã, no município de Conde - PB;

33 - Portaria nº 208, de 22 de abril de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Palma Sola, no município de Palma Sola - SC;

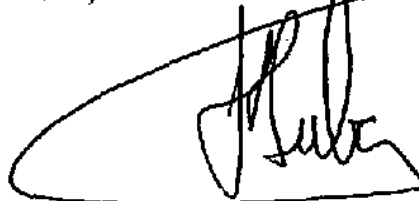
34 - Portaria nº 225, de 28 de abril de 2009 – Associação dos Fãs Clubes do Pará, no município de Belém - PA;

35 - Portaria nº 313, de 21 de maio de 2009 – Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Timóteo, no município de Timóteo - MG;

36 - Portaria nº 324, de 28 de maio de 2009 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico Santiago, no município de Santiago do Sul - SC; e

37 - Portaria nº 329, de 28 de maio de 2009 – Associação Beneficente de Radiodifusão Comunitária Floresta, no município de Rio Fortuna - SC.

Brasília, 4 de setembro de 2009.





EM nº. 311/2009 – MC

Brasília, 17 de março de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a Associação Cultural Nely Andrade, no Município de Salvaterra, Estado do Pará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53100.000213/2004, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 1148 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53100.000213/2004 e do PARECER/MC/CONJUR/JSN/Nº 0636 - 1.08 / 2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Cultural Nely Andrade**, com sede na Rua Carlos Carneiro dos Santos, n.º 1028 - 4ª Rua, entre 10ª e 11ª travessa, no município de Salvaterra, Estado do Pará, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 00º45'17"S e longitude em 48º31'20"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa)*

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do inciso III do art 91 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal, os Projetos que acabam de ser lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Cafeteira, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Pois não, Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para solicitar a minha inscrição para uma breve comunicação, por gentileza do Senador Roberto Cavalcanti, que me cedeu a primeira inscrição. E S. Ex<sup>a</sup> ficaria com a segunda, não é isso?

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB – PB) – Sr. Presidente, na verdade, eu cedo a minha posição, já que eu estava em primeiro lugar, fazendo só uma referência à despedida do Senador Sadi Cassol.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – A primeira inscrição...

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (PRB – PB) – A primeira seria minha, mas eu cedo ao líder Tião Viana.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – A primeira oradora inscrita é a Senadora Marisa Serrano, que cedeu para o Senador Geovani Borges.

**O SR. MÃO SANTA** (PSC – PI) – Eu pediria que V. Ex<sup>a</sup> me inscrevesse...

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Para uma comunicação inadiável, tenho inscritos o Senador Tião Viana e o Senador Roberto Cavalcanti.

**O SR. MÃO SANTA** (PSC – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que me inscrevesse como Líder do Partido Social Cristão, V. Ex<sup>a</sup> que fazia a sua campanha no Maranhão: “Fé Cafeteira, Fé dentro do coração”. É um partido de fé e estamos na Semana Santa, temos que lembrar a crucificação de Cristo. V. Ex<sup>a</sup> era um líder desse partido, que se caracteriza pela doutrina cristã com obras: falou, cumpriu; prometeu, cumpriu. Cafeteira, o melhor prefeito da história de São Luís.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Muito obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Geovani Borges, por cessão da Senadora Marisa Serrano. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cafeteira, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ouvintes e telespectadores da Rádio e da TV Senado, estive em duas audiências nesta semana que se está findando. Uma, com o Embaixador Antônio Patriota, acompanhado do Deputado Feijão, da Deputada Fátima, do Deputado Evandro Milhomem, do Deputado Sebastião Rocha e do Deputado Estadual Paulo José e a Vereadora Adriana Ramos. Naquela oportunidade, Sr. Presidente, tratamos de uma situação de constrangimento entre brasileiros e franceses, lá no extremo norte do País, no Município do Oiapoque, com as Guianas, com São Jorge. Isso vem se tornando uma rotina, vem se repetindo, o que não é bom nem para os brasileiros nem para os franceses, ou seja, não é bom para os dois países. Saí muito animado pelos avanços das negociações do Itamaraty, do Ministério das Relações Exteriores, com a França. Inclusive estamos fazendo uma ponte interligando os dois países, com a provável implantação de um consulado ainda este ano no Município de Oiapoque, no extremo norte do nosso País.

Estivemos, a nossa bancada, acompanhados do Deputado Antonio Feijão, da Deputada Fátima Pelaes, do meu partido, da nossa querida Deputada Federal Dalva Figueiredo, do Deputado Eider Pena e de várias lideranças, presididas pelo Sr. Francisco, da região do Maracá, Presidente da Tecmax, o Rogério, a D. Irene, o Edson, o Alex, como consultor, com o Presidente do Incra, o Dr. Rolf, para tratar da anuência do plano de manejo daqueles assentados.

Estava havendo um entrave no meu Estado, como há em todo o Brasil, já que as gerências regionais do Incra não estavam tendo autonomia, porque dependiam, para homologar os planos, de uma revogação de uma portaria que as impediavam disso. Graças a Deus, está prevista para esta quinta-feira agora a publicação dessa instrução normativa que está emperrando todo o País. Acho que quem ganha com isso é o Brasil, pois as regras de todos os assentados neste País vão pegar um outro ritmo e esses obstáculos serão superados.

São duas boas notícias, duas audiências muito produtivas. E protocolamos um documento no Itamaraty que, oportunamente, estarei apresentando nesta tribuna.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não sei se estou me tornando repetitivo, mas vou voltar a bater na tecla do Projeto de Lei do Senado Federal nº 186, de 2006, do Senador Gilvam Borges, que prevê a extinção do exame da OAB.

Recebi um *e-mail* interessante, que vou tornar público para o povo brasileiro, principalmente para os

bacharéis em Direito do meu País que estão impedidos de exercer a profissão por causa de um ato inconstitucional que está prevalecendo neste País. O *e-mail* foi encaminhado por Ana Carolina Godoy Tercioti, de Campinas – SP. Ela começa dizendo o seguinte:

Senhor Senador Geovani Borges,

Escrevo para reiterar o meu apoio pela iniciativa do Projeto de Lei do Senado nº 186/06 [de autoria do Senador Gilvam Borges], que prevê a extinção do Exame da OAB.

Como tenho me sentido discriminada por não ter logrado aprovação no último exame, e vendo o quanto isso tem me trazido aflição por não poder trabalhar, mesmo já estando de posse de meu diploma registrado, e ter cursado uma faculdade tida como uma das melhores do país, a PUC Campinas, envio o meu Histórico Escolar (em anexo) para que o senhor possa ver que mesmo sendo uma boa aluna em todos os anos do curso, mesmo assim não foi suficiente para obter sucesso no exame [disseram que é cheio de pegadinhas], já que o nível do exame não condiz com o preparo que temos na faculdade. Isso só ressalta que o problema deve ser resolvido não pela OAB, mas sim pelo Ministério da Educação, que deve fechar os cursos que não estão à altura de preparar um advogado.

Confio no seu empenho para aprovar o referido projeto e muita força e garra para que não desista da sua aprovação e não caia em esquecimento.

Por favor, lute até o fim e não se esqueça que são milhões os bacharéis que se formaram honestamente e com suor, e agora não podem trabalhar, porque a OAB insiste em fazer uma seleção que só compete ao mercado de trabalho!!!!

Muito obrigada!

Forte abraço,

Ana Carolina.

A Ana Carolina, só para efeito de curiosidade de todos os nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da *Rádio FM*, tem média entre 8,5 e 9 em toda a grade curricular da PUC, universidade de Campinas, em São Paulo. São notas impressionantes e vou fazer questão de anexar este *e-mail* a meu pronunciamento de hoje, para que faça parte do meu pronunciamento hoje nos Anais desta Casa. E essa aluna não conseguiu êxito em uma prova que acredito que não mede competência nem capacidade de ninguém.

Há um outro *e-mail*, encaminhado por Cristina Sodré, que faço questão de ler:

Exmo Senador Geovani Borges.

Tomei a liberdade de lhe escrever uma vez que sou Bacharel em Direito, e tendo eu sabido do vosso Projeto de Lei [que é do Senador Gilvam Borges, o 186/6], simpatizei-me e tornei-me fiel seguidora desta corrente, até porque faço parte dela também.

Prezado Senador, esta luta que você defende é minha e de todos nós estudantes, acadêmicos e bacharéis. Nessa seara, antes de saber da existência do vosso projeto, pleiteei, como num imaginário, uma carta ao Ministro da Educação, na tentativa de ser ouvida.

Todavia estou lhe encaminhando uma cópia, pois acredito que jamais serei ouvida, e serei apenas mais uma na multidão. Mas, nesta oportunidade, gostaria de parabenizá-lo e agradecê-lo por tudo que tem feito, pelo tempo que se tem dedicado ao projeto.

Depois de assistir seus vídeos e palestras sobre o projeto, passei a admirá-lo e acreditar nos meus colegas que já diziam “tem alguém lutando por nós”.

E vi que é real e agradeço (...)

Na sua carta... Pela exiguidade do meu tempo, vou pedir ao nosso Presidente um pouco mais de tolerância para concluir meu pronunciamento. Ela redige uma carta em que relata toda uma trajetória, dirigida ao Ministro Fernando Haddad. Mas, infelizmente, é um pouco grande e não terei condições de ler a sua íntegra. Mas pode ter certeza de que eu já a li em meu gabinete, tomei conhecimento e estou registrando-a aqui.

Recebi outros *e-mails*: do Daniel, do Onésimo de Abreu, do SDB, do Fernando Guimarães, do Antônio Miguel, do Mário e milhares que estão chegando ao meu gabinete a todo instante.

Quero aproveitar a oportunidade para agradecer, sensibilizado, por essas manifestações de incentivo, de apoio, de carinho, de encorajamento. E eu gostaria de fazer um apelo a todos aqueles que estão mandando *e-mails* para nosso gabinete sobre o projeto de lei do Senador Gilvam Borges e a PEC nº 01/2010, sobre a extinção do exame da OAB: identifiquem o Estado de onde está encaminhando o *e-mail*, pois é bom para meu gabinete. Assim, saberemos que todo o Brasil está junto nessa luta em prol de justiça, no combate a essa inconstitucionalidade gritante em nosso País.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria também de solicitar à Mesa que faça parte deste meu pronunciamento o documento encaminhado ao Sr. Embaixa-

dor Antônio Patriota, Ministro das Relações Exteriores, Palácio do Itamaraty, Esplanada dos Ministérios, sobre essa situação que está ocorrendo entre brasileiros e franceses no Oiapoque, no meu Estado. Que se chegue a um bom termo.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> que já me deu 53 segundos. Se V. Ex<sup>a</sup> me concedesse mais um minuto para concluir o meu pronunciamento eu gostaria de ler na íntegra esse documento que foi protocolado na audiência que tivemos, recentemente, com a bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Na forma do Regimento, V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP) – Muito obrigado.

Ao passo em que apresentamos nossos cordiais cumprimentos, nós Membros da Bancada Federal do Estado do Amapá e da sociedade de um modo geral, preocupados com a situação de conflito na fronteira Brasil e França, mais propriamente na região do Oiapoque (...)”

E aí faço um ligeiro histórico. Peço que considere o restante como lido nesta tarde de hoje.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela tolerância do tempo e pela sua generosidade.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR GEOVANI BORGES EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Ofício nº 3/2010 – BANCAP

Brasília-DF, 29 de março de 2010

Exmº Sr

Embaixador Antônio Patriota

Ministro das Relações Exteriores

Palácio Itamaraty – Esplanada dos Ministérios,

Bloco “H”

70170-900 Brasília/DF

Ao passo em que apresentamos nossos cordiais cumprimentos, nós Membros da Bancada Federal do Estado do Amapá e da sociedade de um modo geral, preocupados com a situação de conflito na fronteira Brasil e França, mais propriamente da região do Oiapoque, vem perante Vossa Excelência expor a situação para no final solicitar algumas medidas que possam evitar um futuro conflito, na mesma proporção ou maior do que ocorreu recentemente no Suriname.

Vossa Excelência é sabedor da história do Amapá, e porque não dizer da Amazônia, que no seu passado, nomeadamente no final do Século XIX, uma verdadeira chacina na região que hoje é Município do Estado do Amapá, e na época pertencia do Estado do Pará, onde

os franceses comandados por uma guarnição militar adentraram naquela vila e cometeram vários atos de barbaridade, ceifando a vida de uma população inocente, fato este conhecido pelo Itamarati como conflito do contestado em que França e Brasil disputavam aquele território. Com Sabedoria e o brilhantismo do maior diplomata das Américas José da Silva Paranhos, famoso Barão do Rio Branco, a quem a Amazônia e o Brasil muito devem e rendem eternas homenagens, o Brasil conseguiu reverter aquela situação de conflito pela assinatura do laudo Suíço, em primeiro de dezembro de 1900, pacificando a região e mantendo-a no território brasileiro.

Ocorre que, na década de 60, com a construção da base de foguetes espaciais em Kourou, a França precisou da mão-de-obra barata dos brasileiros, especialmente dos amapaenses e paraenses, para edificação daquele magnífico projeto. Assim, milhares de brasileiros se deslocaram para aquela região que hoje representa quase 30% da população guianense.

França e Brasil, portanto, sempre mantiveram uma relação comercial e cultural amistosa, mesmo em momentos difíceis, como foi na época da II Guerra Mundial, em que o Brasil praticamente sustentava a Guiana Francesa com fornecimento de alimentos.

Vale ressaltar, que a questão cultural é muito forte entre o Amapá e a Guiana, pois, até mesmo os ritmos caribenhos que entram pela Guiana Francesa adentram no Amapá e se espalham pela Amazônia.

Recentemente esta situação de amizade vem se deteriorando, face a dois problemas: o primeiro, a reclamação de garimpeiros brasileiros que, por falta de oportunidades no Brasil, se deslocaram para o território francês, mas ali, dizem, estão sendo tratados com brutalidade, sofrendo apreensões do ouro, além de serem presos; o segundo, de igual gravidade, refere-se ao risco que correm os cidadãos brasileiros que visitem St. Georges de serem presos ou deportados, ainda que não tenham ânimo de permanecer ali.

As populações de Oiapoque e de St. Georges sempre tiveram uma convivência harmoniosa e uma boa relação comercial, devido às peculiaridades regionais. É importante frisar que nas áreas fronteiriças, o trânsito é feito por cidadãos das duas nacionalidades envolvidas.

No entanto, em St. Georges, qualquer cidadão brasileiro que visitar aquela cidade fronteiriça sem animus de permanecer corre o risco de ser preso e até deportado. Em seus relatos, brasileiros que ali vivem, afirmam que alguns policiais franceses agem assim para mostrar desempenho na produtividade, “como se os amazônidas fossem bois que se conduz para o curral.”



Senhor Ministro, os franceses entram e saem do nosso território sem qualquer problema, e por que não é assim com os brasileiros em relação à Guiana Francesa?

Excelência, assim sendo, solicitamos as seguintes providências:

1 – Maior estruturação do consulado na Guiana Francesa para melhor assistirem aos brasileiros que ali residem, proporcionando inclusive apoio jurídico;

2 – A criação de um Vice Consulado em St. Georges, também para apoio aos brasileiros;

3 – Sugerir ao governo francês que, ao enviar policiais para aquela região, que sejam funcionários com o perfil adequado para tratar com respeito os cidadãos brasileiros.

Na certeza de contar com a especial atenção de Vossa Excelência, apresentamos protesto de estima e consideração.

Assim, na certeza de contar com a especial atenção de Vossa Excelência na análise criteriosa do presente assunto, renovamos protestos da mais alta estima e distinta consideração. – Desembargador **Gilberto Pinheiro**, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá – Senador **Papaléo Paes**, PSDB/AP – Senador **Geovani Borges**, PMDB/AP – Deputada **Fátima Pelaes**, PMDB/AP – Deputado **Evandro Milhomem**, PCdoB/AP – Deputada **Lucenira Pimentel**, PR/AP – Deputado **Sebastião Bala Rocha**, PDT/AP – Deputado **Antonio Feijão**, PTC/AP – Deputado Estadual **Paulo José**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá – Vereadora **Adrianna Ramos**, Câmara de Vereadores de Macapá/AP.

#### **Ao Excelentíssimo Senhor Doutor Ministro da Educação do Brasil.**

“Caro Ministro Fernando Haddad, encorajei-me a escrever a V. Ex<sup>a</sup>, peço-lhe que me perdoe a ousadia de comunicar-me e pedir vossa atenção, sabendo eu que és mui ocupado.

Sei que são tantas coisas, e administrar a Educação de um País é inimaginável, mas eu como representante do povo, afirmo que o Senhor tem sido “Um grande Líder e zeloso para com o seu povo, no que tange a Educação”.

Ministro não tenho medido esforços como cidadã brasileira que sou, em fazer a minha parte, mas não restou-me alternativa em buscar vossa orientação, pois encontro-me em situação humilhante e porque não dizer vexatória, como muitos que não tiverem nem mesmo coragem para escrever-lhe, e dizer sou Bacharel em Direito, apenas mais uma.

Minha história se mistura com a de muitos e porque não dizer milhões. Me formei através do FIES, e

só prestei o exame uma vez, mas como tantos me vejo formada e suplicando serviços para grandes escritórios ou mesmo fazendo serviços como de “Office boy” para outros da mesma categoria. Não querendo de forma alguma desmerecer os serviços dos Office boys, pois sei que todo trabalho honesto é digno.

Todos fazem cinco anos de Faculdade e se formam em médicos, engenheiros, contadores e nós em direito nos formamos em ...bacharéis... que no mercado, somos quase chamados de “Nada”.

Por esta razão, sei que em muitos países, o exame da OAB, nem existe. E isto não desabilita um bacharel a exercer sua profissão. Sei da seleção e da filtragem de bons profissionais, mas somos muitos, muitos mesmos, as Faculdades de Direitos, em cada canto nasce uma, vendem o curso como em armazéns de época, mais muitos se formam com sonhos de um ideal e muitos atualmente de vêm perdidos na sua vida social e familiar, sem saída financeira. E, outras até dizem que ser bacharel não é nada, quando se passa no exame da ordem. Somos muito mais de quatro milhões na mesma situação.

Queria muito dizer-lhe que tem sido exemplo de vida, caráter e vitória para nós, seu povo, a qual represento neste momento em que escrevo, e mesmo que não tenha tempo de ler ou que esta jamais chegue ao vosso conhecimento, dou-me por satisfeita em supor que chegaria esta por algum meio aos vossos olhos, nosso País tem sido educado com amor, pelas vossas mãos.

Sei que existem inúmeros fatores da existência do Exame da Ordem dos Advogados Brasileiros, sei também da corrente fortíssima da OAB, mas o que tenho certeza é que é realmente fático é que o referido exame nos deixa à mercê à mercê, e agora além do mais nem mesmo seguro e transparente tem sido sua elaboração.

Tudo isto são danos irreparáveis para nossa honra como pessoa, sendo que muitos estudantes como eu, nem mesmo conseguiram pagar o Fies, pois recebem como estagiários e tratados como meio termo, sem distinção dentro do Estado democrático brasileiro, e ferindo nossa Lei Maior.

Somos desacreditados até mesmo pelas próprias famílias que nos ajudaram a custear um sonho, que agora é um pesadelo, acreditando que somos incapazes de passar num simples teste, não sabendo eles, que existe todo um sistema por trás. Sei quem em vários cursos não precisam desta seleção como da OAB, aliás todos sabem senão hoje em dia não teríamos excelentes Magistrados entre outros que até mesmo foram nomeados antes de 1994, e continuam sendo exemplos de profissionais, mais que não tinham OAB.

Suplico para que analise esta situação que é minha, que é nossa, que é de muitos que gritam sem voz, com tristeza, excluídos por um exame chamado “seleção” que rasga a constituição...

Peço-lhe revise esta situação com acuidade, por favor.

Aliás, se puderes em algum momento me entender e nos ajudar, terá sido válido a minha iniciativa.

Quem poderá definitivamente restaurar vidas, nossa honra, agora no abismo, sem saída, sabemos que somos qualificados e ensinados durante longos cinco anos, e agora a nossa mão de obra só serve para carregar processos para outros da mesma categoria e muitas das vezes nos humilham como se estivessem num pedestral.

Francisco Veras Teotonio

**Boa Tarde Senador!!**

**Estou muito feliz, de saber que temos políticos que se preocupa com a situação dos milhares de bachareis em direito, que estão vítimas de um exame que em nada avalia o conhecimento dos candidatos que a ele se submetem.**

**Temos que lutar, para que a fiscalização se dê nas instituições de ensino, e não nos bachareis em direito, não se pode permitir que a parte mais fraca dessa relação sofra, por não haver uma fiscalização mais severa junta às faculdades.**

**A OAB, enquanto entidade de classe deve se preocupar com as instituições de ensino, defendendo aqueles que escolheram a Carreira Jurídica como profissão, ela não pode a pretexto de defender a dignidade jurídica, impor uma prova que em não avalia conhecimento algum, infelizmente o que se vê é uma nitida, reserva de mercado que se faz às avessas.**

**É com muita satisfação que lhe dou o meu apoio.**

**Francisco Hélio de Azevedo Aquino**

**Bom dia Exmº Senhor Senador.**

**Parabenizo V.Exª pelo brilhante trabalho defendendo os salários dos médicos e dentistas. Aguardo com muita ansiedade a vossa palavra no dia de hoje onde irá novamente se manifestar contra o exame de ordem da OAB, em favor dos desiguais "Bachareis em Direito".**

**Parabens pela sua luta que também é nossa.**

**José Candido Teixeira**

**Piracicaba - SP.**

**CPF.: 715.943.968-68**



## **Francisco Hélio de Azevedo Aquino**

Nova Friburgo, 29 de março de 2009

Sr. Senador,

Tenho acompanhado através da imprensa os seus valiosos esforços no sentido de moralizar o ensino jurídico no Brasil. Sua luta para por um fim ao famigerado Exame de Ordem da OAB tem sido um dos poucos (senão o único) motivo pelo qual ainda tenho esperanças na política desse país. Pela primeira vez em meus poucos 24 anos de vida consigo sentir-me verdadeiramente representado no Congresso Nacional, e experimentar essa sensação faz com que surja uma nova noção de cidadania para mim.

Antes de tudo, portanto, quero agradecer-lhe muito os esforços envidados e pedir-lhe que não desista dessa luta, que vá até o fim, pois junto ao senhor estão muitos outros cidadãos desse país que são, ano após ano, lesados no seu justo direito de trabalhar, de competir no mercado de trabalho, de dignificar-se como homem (ou mulher) no exercício do labor diário - sem o qual nada mais somos do que párias da sociedade.

Gostaria, agora, de compartilhar com o senhor alguns pensamentos que tenho sobre o Exame de Ordem. Acho importante que o debate tenha fulcro em aspectos verdadeiramente relevantes sobre essa questão. O senhor mesmo já levantou muitos aspectos importantes, como a questão sobre o papel que a OAB e o MEC possuem (e que não podem se misturar, sob pena de que a OAB tome para si atividade que não lhe compete - o que vem acontecendo). Um aspecto importante, e que merece ser combatido, diz respeito à verdadeira falácia inventada pela Ordem dos Advogados do Brasil no sentido de que o Exame de Ordem contribui para o aprimoramento do ensino jurídico e combate a proliferação de cursos jurídicos chamados de 'estelionatários'.

A OAB sempre apresenta este argumento para validar a importância do Exame. Ocorre, senhor Senador, que este argumento, a meu ver, NÃO procede de todo.

Inicialmente temos que este Exame de Ordem está longe de ser elaborado com a finalidade de AVALIAR conhecimento. Não. Antes disso, o Exame em questão visa à reprovação em massa, que alimenta os cofres da OAB com uma fortuna (não nos esqueçamos que o Exame de Ordem é uma das provas mais caras do país) sobre a qual a Ordem não presta contas e, sobretudo, fomenta a indústria dos cursinhos (muitos dos quais mantidos por juristas e advogados, e cujo lobby favorece o enrijecimento sem medidas dos critérios de avaliação da prova - vide a infame correção das provas de segunda fase do exame 2009.2).

Em segundo lugar existe a sempre polêmica questão da lisura do Exame. A fraude ocorrida no Exame 2009.3 (amplamente noticiada pela mídia) apenas revela o que é o Exame de Ordem e a OAB. É claro que não se pode generalizar, contudo, está mais do que evidente que a venda de gabaritos não é novidade no certame. Ademais, a velocidade com que a OAB concluiu sua sindicância interna e lavou suas mãos (uma semana) revela um completo descaso com a verdadeira lisura do Exame. A Ordem dos Advogados prefere anular o Exame, prejudicando milhares de candidatos sérios e comprometidos com os estudos, e lançar uma nova data sem, para tanto, anunciar qualquer providência nova em relação à segurança do certame, tampouco prestando qualquer informação relevante sobre os fatos noticiados. Adota, ao contrário do que reza sua própria cartilha, o silêncio e a obscuridade - em detrimento da transparência e publicidade de que seus atos deveriam gozar.

Por fim, uma questão de grande relevância surgiu quando fiz um breve quadro comparativo sobre o argumento da OAB supracitado. Conforme já salientei, a OAB gosta de "arrostar" que o Exame de Ordem coíbe a "mercantilização do ensino" e inibe a criação de cursos jurídicos "caça-níquel" (engraçado que a OAB, covardemente, nunca diz QUAIS são esses cursos, mas gosta de dizer que eles existem). Pois bem, o Exame de Ordem surgiu em 1994 e justamente nos anos subsequentes foi que o Brasil experimentou o "boom" de cursos jurídicos. Só entre 1995 e 1997 houve 589 pedidos de abertura de cursos jurídicos novos

no país. Isto não ficou por aí, pois o que vimos nos anos seguintes foi o exponencial crescimento destes números, até alcançarmos as estatísticas que encontramos hoje.

Ora, não é preciso muita perspicácia para entender o que quero dizer. Se o Exame de Ordem é uma ferramenta TÃO eficaz assim no combate à mercantilização do ensino, então porque justamente sob sua égide é que veio ocorrendo o grande crescimento de cursos de Direito no Brasil? Logicamente, fica claro que o Exame de Ordem não é uma ferramenta tão importante e eficaz como a OAB quer nos fazer crer. Aliás, como o senhor já bem citou em recente discurso no plenário do Senado, o Exame só vem contribuindo é para o fortalecimento da indústria de cursinhos preparatórios.

Mais do que isso, o Exame de Ordem, dada sua relevância para a vida do bacharel, vem se transformando em verdadeiro paradigma para que as Universidades elaborem suas grades e conteúdos de disciplinas (preocupadas que ficam em ver seus alunos bem sucedidos no Exame). Ou seja, está havendo toda uma distorção nefasta do sistema, em que as Universidades se vêem prostradas diante do poder da OAB, que agora pode lhes ditar de forma autoritária o que devem e o que não devem ensinar (basta observar o último provimento da OAB sobre o Exame de Ordem, que incluiu NOVAS disciplinas no Exame) e COMO devem ensinar.

Diante deste quadro, falar em usurpação do poder do MEC é pouco. Estamos diante é de uma verdadeira máquina de fazer dinheiro e de controle do ensino jurídico. Se a OAB, amanhã, decidir exigir "Direito Constitucional Americano" em seu Exame, ninguém poderá impedir e os bacharéis e universidades terão que engolir.

É chegada a hora de dar um basta a esta situação. Chega desta eructação prepotente da OAB, que faz demagogia com a vida de milhares de bacharéis.

Espero que este texto possa ajudar de alguma forma.

Tens meu apoio Senador!

Sinceramente,

Mario Berger de Sousa

Email encaminhado por: **Cristina Sodré**

Exmº Senador Geovani Borges.

Tomei a liberdade de lhe escrever uma vez que sou Bacharel em Direito, e tendo eu sabido do vosso projeto de Lei 186/06, simpatizei-me e tornei fiel seguidora desta corrente, até porque faço parte dele também.

Prezado Senador, esta luta que você defende é minha e de todos nós estudantes, acadêmicos e bacharéis. Nesta seara, antes de saber da existência do vosso projeto, pleiteei, como num imaginário, uma carta ao Ministro da Educação, na tentativa de ser ouvida.

Todavia estou lhe encaminhando uma cópia, pois acredito que jamais serei ouvida, e serei apenas mais

uma na multidão. Mas nesta oportunidade, gostaria de parabenizá-lo e agradecer-lo por tudo que tem feito, pelo tempo que tem se dedicado ao projeto.

Depois de assistir seus vídeos e palestras sobre o projeto, passei a admirá-lo e acreditar nos meus colegas que já diziam “tem alguém lutando por nós.”

E, vi que é real e agradeço à Deus, por isto, pelo líder que você tem sido para nós.

Um forte Abraço, estamos juntos e juntos continuamos.

O seu sucesso será definitivamente o nosso!!

Reitero votos de distinguida consideração e apreço.

Cordialmente – Bacharela **Cristina Sodré**.

### **Francisco Hélio de Azevedo Aquino**

Caro Senador Geovani,

Sei que a discussão ainda está no início, mas concordo totalmente no que se refere a inconstitucionalidade do Exame da Ordem - OAB.

Não sou da área de Jurídica, porém, vejo várias pessoas que se formam no curso de Direito e são obrigadas a trabalharem em outra área, pois obviamente precisam de dinheiro para se sustentarem, sendo mal remunerados e praticamente jogando no lixo o curso superior realizado através de muito esforço e também muito dinheiro pois não conseguem tirar a famosa “Carteirinha”.

Sou formado em Análise de Sistemas mas se tivesse que prestar uma prova para “provar” minha capacidade também acharia muito injusto fazer isso através de uma prova onde, algumas vezes, mais de 90% dos candidatos são reprovados. Isso não mede nada, o credenciamento na OAB poderia ter alguns níveis de profissionalismo de acordo com o tempo de trabalho mas não pode restringir a carreira das pessoas. Isso é um absurdo.

Sei que pode não ser tão importante, mas tem meu apoio com relação a esse assunto. A batalha pode ser dura, mas com certeza você ganhará muitos adeptos com uma possível proposta para rever o exame ou até mesmo abolí-lo criando uma outra forma para garantir a qualidade dos nossos advogados.

Um abraço,  
Daniel Kiel

### **Francisco Hélio de Azevedo Aquino**

Parabéns senador pela iniciativa, é uma pena não ter tanto apoio como deveria a causa que o senhor defende de tornar o diploma das instituições de ensino superior suficientes, e que o referido exame de ordem para OAB é completamente inconstitucional, uma vez que a mesma toma para si um poder que é de única competência do MEC.

Estou apoiando e acompanhando o tramite da PEC, pois como muitos outros bacharéis em direito, estamos sendo prejudicados com um exame que nem se quer retrata a realidade da advocacia, veja passei em 2 exames e sempre acontece algo, como nesse agora que foi anulado. Estou com 1 ano de formado e impossibilitado de exercer a profissão.

É um absurdo.

Att.

Antônio Miguel

## Francisco Hélio de Azevedo Aquino

Boa Tarde.

Gostaria de manifestar meu total apoio ao seu projeto.

Passei na primeira fase, fui prejudicado pela vazamento da prova de segunda fase, neste último exame. Espero para fazer a prova no dia 18 de abril.

Escrevo este e-mail para manifestar minha total indignação com este exame, pois nos tratam com total falta de consideração e desrespeito. Dependemos deste exame para trabalhar, o que francamente é totalmente descabido, pois estudamos 5 anos, alguns 6...Acho que o mercado de trabalho definirá o joio do trigo, e não uma prova desse nível, que é visívelmete feita para arrecadação de fundos....

Desculpe pelo desabafo, mas a pressão psicológica que nos bacharéis passamos é desumana... Obrigado por termos uma voz no senado federal, obrigado pela sua coragem de lutar por nossos direitos.

Forte abraço desse gaúcho.. de NONOAI -RS.

## Francisco Hélio de Azevedo Aquino

prezado senador gostaria de parabenizá-lo pelo brilhante trabalho que vem fazendo em prol dos estudante. Sou formada em Direito há dois anos, tempo este que venho fazendo os exames da OAB e não tenho obtido resultado suficiente para a aprovação, não podendo assim exercer a profissão que tanto sonhei. Gostaria que fosse aprovado o projeto de emenda a constituição que permite <sup>direito</sup> ~~direito~~ <sup>Direito</sup> nós operadores do ~~direito~~ <sup>Direito</sup> exercer livremente nossa profissão.

Ademais, o exame de ordem nunca qualificou ninguém, e mais, nos advogados temos 4 recursos para os processos, e os médicos e os demais formandos na área de saúde, não possuem nenhum.

Para finalizar queria dizer que uma prova não seleciona conhecimento, muito menos competência, sabemos que somos selecionados pelas pessoas no nosso dia a dia.

Gostaria muito que aprovassem esse projeto para excluir o exame de ordem..

Mais uma vez parabens pelo brilhante trabalho em prol dos estudantes.

Att. Karoline Piccinin

Abelardo Luz/SC,

e-mail: karolpiccinin@hotmail.com

Não ter liberdade no que se sonhou e conquistou, é ter uma vida vazia sem dignidade, é quase não existir.

Hoje agradeço por tudo que já tem feito por nós estudantes, pelas crianças, pelo ensino, pelos olhos que o Mundo atual tem—nos visto, pelas famílias brasileiras que tem voltado a sonhar com o filho estudando e formado, e como acredito em Deus, tenho certeza que pelas mãos de um grande líder e espero que possa sinceramente sê-lo, com mão forte seremos li-

bertos e não mais cativos de tamanha discriminação e preconceitos, e quem sabe clamaremos com alta voz antes choro seremos risos e nos orgulharemos de nossa Constituição e sentir-mos dignos de exercer nossa profissão.

Nesta oportunidade reitero votos de distinguida admiração

Atenciosamente, – **Cristina Sodré Farias Trindade**, até o presente apenas Bacharela em Direito.

### **Francisco Hélio de Azevedo Aquino**

Caríssimo Senador, bom dia

Gostaria de parabenizá-lo pelo belo discurso feito em plenário, objetivando o fim do exame de ordem da OAB. Coaduno com as convicções de Vossa Excelência no sentido de valorizar o ensino prestado em nossas faculdades, bem como o do papel do MEC em fiscalizar tais instituições. Acertada posição Vossa Excelência tomou ao levantar essa bandeira de tamanha importância. Não é papel da OAB avaliar a qualidade de ensino dos bacharéis em direito ao final do curso, cabe a ela juntamente com o MEC lutar para aprimorar os métodos de ensino, bem como retirar do mercado as instituições gananciosas que não se preocupam com a boa formação dos seus profissionais. Cheira a calote o fato de um determinado cidadão se formar em um curso de péssima qualidade ( muitas vezes por oferecerem preços mais em conta) , e ao final ter que gastar tufos de dinheiro para conseguir aprovação em uma avaliação que não mede de forma nenhuma o conhecimento profissional. Parabenizo Vossa Excelência, pela disposição, e pela forma que vem conduzindo todo esse processo. O senhor é um daqueles poucos políticos que ainda dão orgulho ao povo brasileiro.FORÇA SENADOR!!Att. Onésimo Abreu Pessoa.

Email encaminhado por **Ana Carolina Godoy Tercitoti** de Campinas-SP.

Senhor Senador Geovani Borges,

Escrevo para reiterar o meu apoio pela iniciativa do Projeto de Lei do Senado 186/06, que prevê a extinção do Exame da OAB.

Como tenho me sentido discriminada por não ter logrado aprovação no último exame, e vendo o quanto isso tem me trazido aflição por não poder trabalhar, mesmo já estando de posse de meu diploma registrado, e ter cursado uma faculdade tida como uma das melhores do país, a PUC Campinas, envio o meu Histórico Escolar (em anexo) para que o senhor possa ver que mesmo sendo uma boa aluna em todos os anos do curso, mesmo assim não foi o suficiente para obter sucesso no exame, já que o nível do exame não condiz com o preparo que temos na faculdade. Isso só

ressalta que o problema deve ser resolvido não pela OAB, mas sim pelo Ministério da Educação, que deve fechar os cursos que não estão à altura de preparar um advogado.

Confio no seu empenho para aprovar o referido projeto e muita força e garra para que não desista de sua aprovação e não caia em esquecimento.

Por favor, lute até o fim e não se esqueça que são milhões os bacharéis que se formaram honestamente e com suor, e agora não podem trabalhar, porque a OAB insiste em fazer uma seleção que só compete ao mercado de trabalho!!!

Muito obrigada!

Forte abraço, – Ana Carolina.

RA: 06079487

Curso: 225021

Nome: Ana Carolina Godoy Tercitoti

Nome do curso: direito - MAT

Situação: formado(a)

Cód	Disciplina	Ano	Média	Curso	C.Hor	Situação
70335	INTROD ESTUDO DO DIREITO A	2005	8,5	225021	68	Aprovado
70343	INTROD ESTUDO DO DIREITO B	2005	8,5	225021	68	Aprovado
70416	POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO	2005	9,5	225021	34	Aprovado
70424	DIREITO E TEORIA DO ESTADO	2005	9,5	225021	34	Aprovado
70432	SOCIOLOGIA DO DIREITO	2005	8,5	225021	34	Aprovado
70467	INTROD FILOSOFIA DIREITO A	2005	8,0	225021	34	Aprovado
70475	INTROD FILOSOFIA DIREITO B	2005	7,5	225021	34	Aprovado
72974	ECONOMIA BRASILEIRA	2005	8,5	225021	34	Aprovado
73253	DIREITO CIVIL A	2005	9,0	225021	68	Aprovado
73334	SOCIOLOGIA GERAL	2005	9,5	225021	34	Aprovado
73342	ECONOMIA POLÍTICA	2005	8,5	225021	34	Aprovado
28380	ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA A	2006	—	225021	34	Dispensa Indeferida
28380	ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA A	2006	9,0	225021	34	Aprovado
28398	ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA B	2006	—	225021	34	Dispensa Indeferida
62294	PE-REDAÇÃO PARA UNIVERSITÁRIOS	2006	—	225021	34	Satisfatório(Aprovado)
70441	METODOLOGIA DA PESQ JURÍDICA A	2006	—	225021	34	Dispensa Indeferida
70441	METODOLOGIA DA PESQ JURÍDICA A	2006	10,0	225021	34	Aprovado
70459	METODOLOGIA DA PESQ JURÍDICA B	2006	—	225021	34	Dispensa Indeferida
70459	METODOLOGIA DA PESQ JURÍDICA B	2006	10,0	225021	34	Aprovado
70483	INTROD DIREITO PROCESSUAL A	2006	7,5	225021	68	Aprovado
70491	INTROD DIREITO PROCESSUAL B	2006	8,0	225021	68	Aprovado
70505	ESTÁG SUP PRÁT JURÍDICA A	2006	—	225021	34	Satisfatório(Aprovado)
70513	ESTÁG SUP PRÁT JURÍDICA B	2006	—	225021	34	Satisfatório(Aprovado)
70521	ESTÁG SUP PRÁT JURÍDICA C	2006	—	225021	34	Satisfatório(Aprovado)
70530	ESTÁG SUP PRÁT JURÍDICA D	2006	—	225021	34	Satisfatório(Aprovado)
73261	DIREITO CIVIL B	2006	5,5	225021	68	Aprovado
73270	DIREITO CIVIL C	2006	9,0	225021	68	Aprovado
73288	DIREITO CIVIL D	2006	9,0	225021	68	Aprovado
73296	DIREITO PENAL A	2006	8,0	225021	68	Aprovado
73300	DIREITO PENAL B	2006	7,5	225021	68	Aprovado
73318	DIREITO PENAL C	2006	6,5	225021	68	Aprovado
73326	DIREITO PENAL D	2006	6,0	225021	68	Aprovado
73351	DIREITO CONSTITUCIONAL A	2006	9,0	225021	68	Aprovado
73369	DIREITO CONSTITUCIONAL B	2006	8,0	225021	68	Aprovado
82252	ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE FORMAÇÃO A	2006	—	225021	17	Suficiente(Aprovado)
82261	ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE FORMAÇÃO B	2006	—	225021	17	Suficiente(Aprovado)
82279	ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE FORMAÇÃO C	2006	—	225021	17	Suficiente(Aprovado)
82287	ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE FORMAÇÃO D	2006	—	225021	17	Suficiente(Aprovado)
90131	PE-MICROSOFT WINDOWS	2006	—	225021	17	Satisfatório(Aprovado)
91481	PE-LEITURA EM LÍNGUA INGLESA	2006	—	225021	17	Satisfatório(Aprovado)

95028	PF-PRIMEIROS PASSOS DIREÇÃO COMUNIC ORAL INGLÊS	2006	---	225021	17	Satisfatório(Aprovado)
01978	PF-PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	2007	---	225021	34	Satisfatório(Aprovado)
02039	PF-CULTURA E TEXTO: PRÁTICAS DE LEITURA	2007	---	225021	34	Satisfatório(Aprovado)
28398	ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA B	2007	10,0	225021	34	Aprovado
70351	DIREITO CIVIL E	2007	8,5	225021	68	Aprovado
70360	DIREITO CIVIL F	2007	8,0	225021	68	Aprovado
70394	DIREITO PENAL E	2007	8,5	225021	68	Aprovado
70408	DIREITO PENAL F	2007	7,5	225021	68	Aprovado
70548	ESTÁG SUP PRÁT JURÍDICA E	2007	8,0	225021	34	Aprovado
70556	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PRÁTICA JURÍDICA F	2007	9,5	225021	34	Aprovado
70653	DIREITO ADMINISTRATIVO A	2007	10,0	225021	68	Aprovado
70661	DIREITO ADMINISTRATIVO B	2007	10,0	225021	68	Aprovado
73377	DIREITO COMERCIAL A	2007	8,0	225021	68	Aprovado
73385	DIREITO COMERCIAL B	2007	6,0	225021	68	Aprovado
73407	DIREITO PROCESSUAL CIVIL A	2007	9,0	225021	68	Aprovado
73415	DIREITO PROCESSUAL CIVIL B	2007	9,0	225021	68	Aprovado
82295	ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE FORMAÇÃO E	2007	---	225021	17	Suficiente(Aprovado)
82309	ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE FORMAÇÃO F	2007	---	225021	17	Suficiente(Aprovado)
02007	PF-DIREITO PENAL E CINEMA	2008	---	225021	17	Satisfatório(Aprovado)
70378	DIREITO CIVIL G	2008	8,5	225021	34	Aprovado
70386	DIREITO CIVIL H	2008	8,0	225021	34	Aprovado
70564	ESTÁG SUP PRÁT JURÍDICA G	2008	9,5	225021	34	Aprovado
70572	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PRÁTICA JURÍDICA H	2008	9,5	225021	34	Aprovado
70602	DIREITO COMERCIAL D	2008	8,5	225021	34	Aprovado
70696	DIREITO TRIBUTÁRIO A	2008	8,0	225021	68	Aprovado
70700	DIREITO TRIBUTÁRIO B	2008	10,0	225021	68	Aprovado
70718	DIREITO TRABALHO B	2008	10,0	225021	68	Aprovado
70742	FILOSOFIA DO DIREITO A	2008	8,5	225021	34	Aprovado
70751	FILOSOFIA DO DIREITO B	2008	10,0	225021	34	Aprovado
70769	METODOLOGIA E APLICAÇÃO AO DIREITO A	2008	8,0	225021	34	Aprovado
70777	METODOLOGIA E APLICAÇÃO AO DIREITO B	2008	6,0	225021	34	Aprovado
73393	DIREITO COMERCIAL C	2008	8,5	225021	34	Aprovado
73423	DIREITO PROCESSUAL CIVIL C	2008	7,0	225021	34	Aprovado
73431	DIREITO PROCESSUAL CIVIL D	2008	9,0	225021	34	Aprovado
73440	DIREITO TRABALHO A	2008	10,0	225021	68	Aprovado
73458	DIREITO PROCESSUAL PENAL A	2008	10,0	225021	34	Aprovado
73466	DIREITO PROCESSUAL PENAL B	2008	8,5	225021	34	Aprovado
82317	ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE FORMAÇÃO G	2008	---	225021	17	Suficiente(Aprovado)
82325	ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE FORMAÇÃO H	2008	10,0	225021	17	Aprovado
01811	DIREITOS HUMANOS A	2009	9,0	225021	34	Aprovado
01812	DIREITOS HUMANOS B	2009	10,0	225021	34	Aprovado



01814	DIREITO PROCESSUAL TRABALHO A	2009	8,0	225021	34	Aprovado
01815	DIREITO PROCESSUAL TRABALHO B	2009	7,5	225021	34	Aprovado
01816	PROCEDIM CARÁTER COLETIVO	2009	8,0	225021	34	Aprovado
01817	DIREITO DE EMPRESA APLICADO	2009	10,0	225021	34	Aprovado
29181	ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA C	2009	10,0	225021	34	Aprovado
70581	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PRÁTICA JURÍDICA I	2009	8,5	225021	34	Aprovado
70599	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PRÁTICA JURÍDICA J	2009	10,0	225021	34	Aprovado
70611	DIREITO COMERCIAL E	2009	9,0	225021	34	Aprovado
70629	DIREITO COMERCIAL F	2009	7,5	225021	34	Aprovado
70637	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E	2009	8,0	225021	34	Aprovado
70645	DIREITO PROCESSUAL CIVIL F	2009	7,0	225021	34	Aprovado
70785	TEMAS ATUAIS DE DIREITO PRIVADO A	2009	9,0	225021	34	Aprovado
70793	TEMAS ATUAIS-DIREITO PRIVADO B	2009	9,5	225021	34	Aprovado
70840	DIREITO CONSUMIDOR A	2009	8,5	225021	34	Aprovado
70858	DIREITO CONSUMIDOR B	2009	10,0	225021	34	Aprovado
73474	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	2009	9,0	225021	34	Aprovado
73482	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	2009	7,5	225021	34	Aprovado
73491	DIREITO CANÔNICO	2009	10,0	225021	34	Aprovado
82333	ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE FORMAÇÃO I	2009	10,0	225021	17	Aprovado
82341	ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE FORMAÇÃO J	2009	10,0	225021	17	Aprovado
86053	MONOGRAFIA A	2009	10,0	225021	68	Aprovado
86061	MONOGRAFIA B	2009	10,0	225021	68	Aprovado
86070	ATIVIDADES AUTÔNOMAS DE MONOGRAFIA A	2009	10,0	225021	34	Aprovado
86088	ATIVIDADES AUTÔNOMAS DE MONOGRAFIA B	2009	10,0	225021	34	Aprovado

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana para uma comunicação inadiável. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Epitácio Cafeteira, Srs. Senadores, trago aqui um reconhecimento público à Desembargadora do TRF da 14ª Região, Maria Cesarineide Souza Lima, porque foi reconhecida, assim como todo o Tribunal da 14ª Região, como o melhor Tribunal em desempenho, pelo Conselho Nacional de Justiça, entre as chamadas metas de desempenho no cumprimento do nivelamento do Poder Judiciário, referente ao ano de 2009.

Isso foi uma forma de estímulo e apoio institucional e cooperação institucional oferecida pelo Conselho Nacional de Justiça. O Ministro Gilmar Mendes fez o reconhecimento público e oficial ao desempenho que teve a 14ª Região do Tribunal Regional Federal do Trabalho. Então, a Desembargadora Maria Cesarineide de Souza Lima expressou o seguinte momento que vive aquele Tribunal:

Foi emocionante ver o empenho de todos. Com essa união conseguimos um bom resultado, a partir da coordenação do CNJ, que é de fundamental importância para todo o Judiciário brasileiro e para a sociedade, que depende tanto de nós.

Além de cumprir as metas do Judiciário de 2009, o TRT da 14ª Região também conseguiu alcançar quase integralmente uma meta interna de julgar todos os processos que ingressaram no Tribunal até o final de 2008. Os poucos processos que restaram, segundo a Desembargadora, não foram julgados pela dificuldade em se realizar perícias.

Então, isso é digno de um reconhecimento, de um voto de aplauso, de uma manifestação de apreço do Poder Legislativo àquele Tribunal em razão de um cumprimento de metas da reorganização do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e em razão até do que houve no passado daquele Tribunal: momentos de crise, de dificuldade de imagem, descumprimento de funções restritas ao Tribunal, escândalos na imprensa brasileira. Mas aqueles juízes, aqueles servidores se uniram fizeram uma recuperação da instituição e apontaram novos caminhos e nova prática dentro da vida jurisdicional.

E isso é digno do reconhecimento e do apreço de todos na nossa região. Nos Estados do Acre e de Rondônia há o reconhecimento, assim como no Brasil todo através do Conselho Nacional de Justiça.

Trago também o reconhecimento público ao Governador do Estado do Acre, Binho Marques, pela implantação do Programa Brasil Profissionalizado em nosso Estado. É único o avanço do ensino profissionalizante no Governo do Acre junto à comunidade, sobretudo entre os jovens.

O Programa foi instituído pelo Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007, *“com vistas a estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais”*.

O objetivo era fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica, possibilitando a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integradas à educação profissional, uma das metas do PDE, o Plano de Desenvolvimento da Educação. O objetivo era integrar o conhecimento do ensino médio à prática.

A iniciativa se deu com repasses de recursos pelo Governo Federal, para que os Estados brasileiros investissem em suas escolas técnicas. A previsão de investimentos foi da ordem de R\$900 milhões com apoio a 1.800 Municípios, tendo sido o Estado do Acre agraciado na segunda etapa, com vinte Municípios que, portanto, receberam o apoio do Governo Federal, Sr. Presidente.

Então, o Brasil Profissionalizado leva em consideração o desenvolvimento da educação básica na rede local de ensino e faz uma projeção dos resultados para melhoria da aprendizagem. Um diagnóstico do ensino médio contém a descrição dos trabalhos político-pedagógicos, orçamento detalhado e cronograma das atividades. O incremento de matrículas e os indicadores sociais da região, como analfabetismo, escolaridade, desemprego, violência, criminalidade de jovens entre 18 e 29 anos também são componentes anexos à responsabilidade que têm o Governo do Estado e o Governo Federal na meta do ensino profissionalizante.

Nos últimos dez anos, o Acre marcou suas ações nessa área com uma verdadeira revolução na educação. Foi a partir do ano 2000 que se elaborou o Plano de Educação Profissional (PEP). O Governo estadual iniciou a estruturação da sua rede de Educação Profissional e Tecnológica, inicialmente desenvolvida pela Secretaria de Educação do Estado, por meio da Gerência de Educação Profissional. Posteriormente, vêm a Secretaria Estadual de Educação e a Gerência de Ensino Profissional para implementar um *status* de política de Estado, inserindo, de maneira transversal, os programas do Governo do Estado que tivessem

vínculo com a educação e o ensino profissional. Foi, então, criado o Instituto de Educação Dom Moacir Grechi, atuando como uma rede dinâmica, envolvendo os centros de educação profissional localizados entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

Hoje, o Plano de Educação Profissional para 2009-2016 foi lançado pelo Governador Binho Marques. Isso ocorreu no dia de ontem junto ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, de quem tive a honra de estar ao lado. Estabeleceu-se um pacto de avanços extraordinários para que se alcancem melhorias na qualidade do ensino profissionalizante.

Nós já temos dezenas de milhares de cidadãos no Estado beneficiados com esse programa, sobretudo cidadãos jovens, Sr. Presidente, acolhendo uma perspectiva de ingresso no mercado de trabalho da nossa região.

Então, é um fantástico avanço do ensino profissionalizante. Ele atinge uma população sensível, que são os jovens, que são exatamente os que estão vinculados a um maior índice de desemprego no nosso País.

O Governo Federal, através do Ministro Fernando Haddad, no dia de ontem, hipotecou e assinou um compromisso junto ao Governador do Estado, Binho Marques, para uma transferência de R\$53 milhões para o alcance das metas entre 2009 e 2016. Então, houve um consolidado abraço na juventude do Estado do Acre e a expansão para as dezenas de milhares de jovens que já são acolhidos no ensino profissionalizante e a implantação das escolas técnicas federais no meu Estado.

Em razão disso, trago aqui o reconhecimento, o aplauso público ao Governador Binho Marques, ao Ministro Fernando Haddad e ao Presidente Lula pelo consenso em estabelecer prioridade para a juventude como meta de geração de emprego e qualificação profissional para os próximos anos.

Muito obrigado a V.Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Concedo a palavra, por permuta com o Senador César Borges, ao Senador Sadi Cassol, esse grande Senador, que tem tudo para voltar a esta Casa.

**O SR. SADI CASSOL** (Bloco/PT – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Estimado Presidente, Senador Cafeteira, demais Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna esta tarde não para anunciar uma despedida, mas, sim, para comunicar uma vitória nesse Parlamento, onde, nestes últimos seis meses, tive oportunidade de atuar, representando o meu querido Estado do Tocantins e o meu partido, o Partido dos Trabalhadores, o PT.

Eu gostaria da compreensão e tolerância de V. Ex<sup>a</sup>, Senador, no sentido de me dar um pouquinho mais

de 10 minutos para que eu possa fazer uma leitura de algumas ações nestes últimos seis meses. Como ainda há poucas presenças, claro que os ilustres Senadores, colegas, vão permitir que eu use um pouco mais de 10 minutos. Eu gostaria dessa compreensão, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há seis meses, chegava a esta Casa para exercer o mais importante cargo de toda a minha vida pública. Se de um lado sentia uma enorme expectativa por integrar a Câmara Alta do meu País, de outro lado, encarava o desafio de representar com dignidade o Estado do Tocantins e a sua valorosa população.

Tive o privilégio de ser o primeiro representante do Partido dos Trabalhadores a integrar a bancada federal do Tocantins, fato altamente relevante para consolidar a presença do nosso partido nos quadros públicos e políticos do local.

A convivência fraterna que aqui mantive com os meus nobres pares de todas as cores partidárias revelou-se para mim um incalculável aprendizado que me será bastante útil em toda a minha trajetória de homem público.

Tenho uma longa experiência parlamentar. Exerci mandato de Vereador nos legislativos municipais de Ibiraiaras e Veranópolis, no meu querido Estado natal do Rio Grande do Sul. Posteriormente, mudei-me para Palmas, capital do Tocantins, onde também tive a oportunidade de me eleger Vereador.

Essa experiência parlamentar enriqueceu-se significativamente com a minha passagem pelo Senado da República e reforçou em mim o sentimento que tenho sobre a importância do Parlamento na organização social e política do nosso País.

Esta é a casa do diálogo, da livre manifestação de pensamentos, da pluralidade de ideias. Aqui, todos os segmentos da sociedade se fazem representar e é aqui que eles têm oportunidade de apresentar e defender as suas demandas.

Não existe poder mais democrático e transparente. A valorização do Parlamento é essencial à democracia, conquista tão prezada por todos nós.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, neste período em que aqui estive, procurei dar efetividade ao meu mandato e apresentar proposições legislativas focadas na garantia dos direitos do consumidor e, sobretudo, no fortalecimento dos Municípios brasileiros.

Nem poderia ser diferente. Os Municípios passam por grande dificuldade por terem sido os mais atingidos pela grave crise financeira internacional ocorrida em 2009, com efeitos devastadores sobre as suas finanças.

É no Município que o cidadão busca o atendimento de suas necessidades mais elementares. É lá que a população procura serviços de saúde, de educação, de transporte, de segurança e tantos outros.

Pensando assim, propusemos algumas iniciativas para auxiliar os Municípios a superarem este momento de crise, como a dispensa da contrapartida nos convênios firmados com o Governo Federal para transferências voluntárias. Tal medida, apresentada na forma de sugestão, teve o propósito de proporcionar algum alívio financeiro aos entes municipais na celebração de convênios e de outros repasses.

Outra iniciativa importante foi de natureza tributária. Apresentamos proposta de alteração da lei complementar para definir o local de cobranças do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS-QN) incidente sobre serviços relativos a cartão de crédito e débito.

A nossa ideia foi induzir o recolhimento desse tributo municipal nas transações efetuadas com o uso de cartões de crédito e débito, já previsto na legislação. Essa medida, que não propõe a criação de nenhum tributo novo, concorreria para aumentar a arrecadação dos Municípios e ajudá-los a equacionar as suas dificuldades de caixa.

No que diz respeito aos direitos dos consumidores, apresentamos projeto de decreto legislativo para impedir o repasse indevido de recursos oriundos do seguro obrigatório de veículos automotores para entidades como a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e a Fundação Escola Nacional de Seguros.

O nosso objetivo foi o de conferir a transparência sobre arrecadação e a destinação dos recursos do seguro obrigatório de veículos, que superou os R\$4,6 bilhões em 2008.

Apresentamos, também, projeto de lei instituindo normas especiais para licitações e contratos de obras, serviços, compras e alienações da administração pública relativas às construções e reformas dos complexos esportivos a serem utilizados na Copa do Mundo de 2014 e nas Olimpíadas de 2016.

A proposta visa a dar celeridade às obras relativas a esses dois grandiosos eventos esportivos que o Brasil sediará, sem, contudo, abrir mão dos princípios da moralidade, da austeridade e do trato da coisa pública.

A Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 serão a grande oportunidade de o Brasil exibir a sua excepcional vocação turística e de se consolidar como um dos grandes e principais roteiros mundiais.

Outra iniciativa nossa foi a proposta de emenda à Constituição que obriga os órgãos da administração federal, municipal e estadual a observarem, na reali-

zação de concursos públicos, o piso salarial, vigente no País, das diversas categorias.

Eu concedo um aparte ao Senador Tião Viana.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Peço um aparte a V. Exª, Senador Sadi Cassol, para apenas externar o mais elevado respeito, o agradecimento a V. Exª pelo cumprimento honroso do mandato de Senador nesse período aqui no Senado Federal. Honrou o mandato junto ao nosso partido, foi solidário, defendeu a unidade da base do Governo, cumpriu todos os desafios e pedidos de colaboração que o Governo fez sobre votar, sobre defender e sobre debater. Legislou como um parlamentar com autonomia e com a larga experiência que tem, no sexto mandato que ocupa, cumpriu as metas de fiscalizar e também zelou por aquilo que é essencial para o Senado: a defesa do interesse federativo. V. Exª olhou para o Estado do Tocantins com carinho, com apreço, com responsabilidade. Defendeu a tese do financiamento público revisado e melhorado para o seu Estado, através dos repasses constitucionais, discutiu política tributária, fez debates, nas comissões, à altura dos desafios que lhe foram apresentados pelo partido. Então, nos deu muita alegria. Eu tenho certeza de que V. Exª elevou o nome do Tocantins no Senado Federal e tem enormes desafios parlamentares pela frente. Eu espero que não tenha cumprido apenas seis mandatos na vida, mas que esteja, em breve, junto ao Senado brasileiro, cumprindo os maiores desafios que o Estado do Tocantins há de lhe confiar, dividindo com V. Exª, como os desafios em relação ao futuro. Tenho muita admiração e muito respeito por V. Exª, e deixaria uma marca de observação da nossa convivência com traços bonitos de humildade e companheirismo que V. Exª exerceu junto a todos nós. Parabéns e obrigado pela boa convivência, amizade e responsabilidade política com que exerceu o seu mandato.

**O SR. SADI CASSOL** (Bloco/PT – TO) – Muito obrigado Senador Tião Viana. Ouvir as referências de V. Exª, com a admiração que o País tem por V. Exª e pelo seu trabalho, para mim é muito gratificante; e pode ter certeza de que não vou esquecer nenhuma dessas palavras pelo resto da minha vida.

Muito obrigado mesmo.

Ouçó o nobre Senador Geovani Borges.

**O Sr. Geovani Borges** (PMDB – AP) – Senador Sadi Cassol, realmente, tive a oportunidade e o privilégio de observar a atuação de V. Exª nesta Casa, seja nas Comissões, seja aqui no plenário, tanto na tribuna como conduzindo os trabalhos desta Casa na Presidência, bem assim os apartes de V. Exª, os seus pronunciamentos, as suas propostas de emenda à Constituição, seus projetos. E Tocantins, neste momento, deve sentir um orgulho muito grande de V. Exª,



pelo caráter, pelo parceiro, pela personalidade com que defende os interesses daquela gente, do povo tocanтинense. Foi uma honra para mim muito grande ter convivido esse tempo com V. Exª aqui. Daqui a alguns dias também estarei...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Geovani Borges** (PMDB – AP) – (...) fazendo o mesmo pronunciamento de despedida, só que será a terceira vez que subirei à tribuna para fazer esse tipo de pronunciamento, e volto. Esta Casa, com certeza, receberá V. Exª novamente, para continuar a luta pelos interesses do povo de Tocantins. Parabéns a V. Exª, um abraço muito carinhoso e boa sorte na campanha.

**O SR. SADI CASSOL** (Bloco/PT – TO) – Muito obrigado, Senador Geovani Borges. Agradeço e quero fazer recíprocas as palavras, pela admiração que já tenho no pouco tempo em que nos encontramos aqui. O senhor também é suplente de Senador e demonstrou uma capacidade enorme nesta Casa.

Muito obrigado pelas referências.

Concedo um aparte ao ilustre Senador Romeu Tuma e, em seguida, ao meu padrinho nesta Casa, o Senador Mão Santa.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – V. Exª precisa tomar a bênção dele, então, já que a mão é santa e é seu padrinho. Mas, Senador Cassol, tenho uma alegria imensa, incorporada a uma tristeza também, por vê-lo despedir-se desta Casa. A alegria é por Deus ter aberto as portas para fazermos uma amizade sincera...

**O SR. SADI CASSOL** (Bloco/PT – TO) – Muito obrigado.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – (...) simpática e de admiração por V. Exª, pela sua educação, pela sua tranquilidade ao conversar, sempre com uma voz bem suave, para não trazer nenhum constrangimento a quem com V. Exª dialoga. V. Exª é um gaúcho que levou os seus conhecimentos ao Tocantins, o Estado mais novo da Federação. Para lá levou a sua experiência e também teve uma atividade político-representativa na Câmara Municipal, segundo a sua descrição. Veio para o Senado no cargo mais alto do Legislativo nacional e, aqui, se comportou com elegância, com exemplo de trabalho, trazendo assuntos seriíssimos à tribuna, trazendo ao nosso conhecimento vários fatos de que, às vezes, por mais tempo que aqui se passe, não se tem conhecimento. Sua defesa dos engenheiros, o salário básico de pessoas que precisam ser reconhecidas nas suas profissões, tudo isso V. Exª trouxe com muita força, dentro da dignidade com que conduziu o seu mandato até agora. Tenho certeza de que qualquer dia desses V. Exª estará de volta como

titular nesta Casa. Boa sorte, que Deus o abençoe e lhe dê todo o sucesso!

**O SR. SADI CASSOL** (Bloco/PT – TO) – Obrigado, Senador Romeu Tuma. Eu, há muitos anos, acho que há umas duas décadas ou mais, tenho acompanhado o seu trabalho, ainda como delegado da Polícia Federal, e tenho uma admiração que não é de hoje, no Parlamento, mas de umas duas, três décadas atrás, pelo seu trabalho sério neste País.

Ouvir de V. Exª essas referências engrandece muito a minha pessoa, o meu Tocantins, a minha família, os meus amigos todos, porque são referências sinceras, de pessoas do nível de V. Exª. Para mim, é um orgulho muito grande ouvir isso de V. Exª.

Muito obrigado, Senador Romeu Tuma, do fundo do coração.

Concedo a palavra, como já disse antes, ao meu padrinho, Senador Mão Santa, que foi o primeiro que me abriu a oportunidade de presidir o Senado. Essa é uma oportunidade que poucos suplentes têm, e eu tive essa oportunidade.

Agradeço ao Senador Mão Santa e passo-lhe a palavra para um aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – A Mesa faz questão de registrar que comunga dessa alegria dos Senadores e, inclusive, está permitindo apartes. Agora, vai apartear-lo o Senador Mão Santa, que, depois, usará da palavra.

**O SR. SADI CASSOL** (Bloco/PT – TO) – Muito obrigado, Presidente.

**O Sr. Mão Santa** (PSC – PI) – Sadi Cassol, eu faria uma pergunta: quantos dias V. Exª passou como Senador da República?

**O SR. SADI CASSOL** (Bloco/PT – TO) – Seis meses, completados dia 22 deste mês, e os dias de lá para cá. Seis meses e dez dias.

**O Sr. Mão Santa** (PSC – PI) – V. Exª veio demonstrar ao País... Nós conhecemos os avanços do regime democrático brasileiro. Então, o suplente sofreu, vamos dizer, injustamente, por falta de conhecimento da opinião pública, da imprensa, certas agressividades, mas, muito pelo contrário, o suplente ganha junto com o Senador. O candidato ao Senado disputa com uma equipe. É como num time de basquetebol, em que você vai escalar os melhores. Então, não há isso que a imprensa acha, que não tem valor, não sei o quê. Um quadro vale por dez mil palavras. Adentrou neste Senado Fernando Henrique Cardoso como suplente por São Paulo. Franco Montoro elegera-se Governador do Estado. Ele, suplente, passou quatro anos aqui. E, queiramos ou não, marco ou não, é o maior estadista que o País tem. Eu não sou do partido dele não. E foi tão brilhante que saiu daqui para ser Presidente e re-

volucionou este País. Este País era uma zorra. Quem fala mal de Fernando Henrique é simplesmente idiota – e não sou do partido dele, nunca fui –, porque isso era uma zorra. Eu fui prefeito, prefeitinho. Olha, havia mês que a inflação era de 100% ao mês! Era o maior monstro. Comia logo a metade do salário do trabalhador. Todos os meses eu fazia a folha de pagamento para atualizar. Eu não ia analisar todo, não. Isso era uma zorra, e ninguém sabia quanto a gente devia, quem devia.... Os prefeitos tiravam, irresponsavelmente – o Cafeteira se lembra –, a tal da ARO – Antecipação de Receita Orçamentária –, que era a maior imoralidade, a maior indignidade. E ele enterrou isso. O Brasil, Sadi Cassol, tem 5.866 Municípios. Então, quando perdia a eleição, ele ia a um banco – lá no Ceará, tinha um BIC pertinho –, chegava lá e tirava quanto queria: Antecipação da Receita Orçamentária. Tirava dinheiro e deixava tudo endividado. Era dinheiro em banco aí de todo jeito. Olha, ele acabou com isso. Lei de Responsabilidade Fiscal. O homem mais competente e mais digno da história e da economia chama-se Pedro Malan. E eu vi o arrocho. Eu era Governador, depois de ser prefeito. E ninguém gosta de pagar não. Eu não gostei não. Mas teve de juntar a dívida naquele bolo todo e renegociar e pagar a dívida – não é, Cafeteira você que foi Prefeito. Então, ele entrou como suplente e encantou. E V. Exª chega e, agora, o Tocantins lhe conhece mais. Olha, eu nunca vi uma pessoa em tão pouco tempo ter tantas atividades como V. Exª. Neste exato momento, sou da Mesa Diretora e substituo o Presidente Sarney, que está hospitalizado, e, muitas vezes, chamei V. Exª justamente porque eu aposto no nome de V. Exª. Juscelino Kubitschek... Estudei muito, sou médico, psicologia, professor, e há uma tal de Neurolinguística, que diz, Cafeteira, que tem de ter “modelagem”. Você tem de ter um modelo. Você quer ser jogador de futebol, vai imitar o Pelé, o Ronaldinho. Você quer ser cantor, Roberto Carlos e outros. Então, nessa modelagem, o Juscelino Kubitschek disse o seguinte: “Para você ser político, a primeira coisa: tem de ser conhecido; ter visibilidade”. E aquele meu gesto de chamá-lo para Presidente é porque eu queria dar visibilidade a V. Exª, para Tocantins e o País conhecê-lo. V. Exª é do PT – eu não sou do PT, eu até andei dizendo, mas é um negócio aí... É o seguinte: V. Exª é do PT do bem, é do PT cristão.

**O SR. SADI CASSOL** (Bloco/PT – TO) – Muito obrigado.

**O Sr. Mão Santa** (PSC – PI) – Além do seu estoicismo aqui no Plenário, nas Comissões, defendendo os temas, representando o Senado... Outro dia, V. Exª estava lá vendo a Embraer, com o Azeredo, com o Cristovam, representando todas elas. Então, disse

Juscelino Kubitschek: “Tem de ter duas coisas: visibilidade – ser conhecido, ter charme, e V. Exª com esse bigode aí... Sarney tem bigode; esse pessoal de bigode... Então, V. Exª está credenciado... Aliás, o povo do Brasil quer V. Exª neste Congresso. Então, compete ao povo de Tocantins esse reconhecimento. Portanto, nossa admiração, que é tamanha, tamanha... Eu, que represento o Partido Social Cristão, posso testemunhar, Cafeteira, o espírito cristão desse homem, a doutrina cristã, a sua efervescência e de como ele fala da doutrina de Cristo, de Jerusalém, da vida de Cristo e estamos na Semana Santa. Então, foi gratificante conviver com V. Exª. Apreendi muito... Apreendi até isso: amar mais a Deus, a Cristo e ao próximo. O Tocantins tem muito a ver com o pronunciamento que eu vou fazer, no sentido de que este País deve criar novos Estados. Cafeteira, eu sou o homem, no mundo, que mais criou cidades. Criei 78! Eu sei que V. Exª foi um prefeito melhor do que eu; foi o melhor prefeito de São Luís. Eu era menino, e ele botava no muro: Prometeu; cumpriu; prometeu; cumpriu! Prometeu;... Foi um Governador extraordinário com quem eu aprendi. Mas, talvez, pelo seu exemplo, eu sou o brasileiro que mais criou cidades neste País. Criamos 78 novas cidades quando governamos o Piauí. Peguei o Estado com 145 e o entreguei com mais 78. Então, vou entrar numa campanha para que se criem Estados. E aí é o quadro: Tocantins, que beleza de exemplo! Um crescimento, e até naquelas riquezas, um crescimento político, mandando um representante da estirpe de V. Exª para o Senado da República. Então, associe-me a Deus e ao Cristo para lhe proteger, lhe iluminar e lhe mandar de volta ao Congresso Nacional, para representar, com a sua grandeza, a grandeza do povo de Tocantins.

**O SR. SADI CASSOL** (Bloco/PT – TO) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. É claro que eu não tenho palavras suficientes para agradecer essa manifestação, até por que tenho limitações que qualquer ser humano tem. Mas, com certeza absoluta, serão guardadas em mim, e em todo o Tocantins, essas referências de V. Exª. Dias atrás, fui homenageado no Município de Veranópolis, Rio Grande do Sul, recebendo o título de Cidadão Veranopolitano, e em Ibiraiaras, Rio Grande do Sul, recebendo o Título Emérito, e, no voo regional que fiz de Porto Alegre a Passo Fundo, em um pequeno avião, alguém viu que eu portava o bóton do Senado e perguntou-me se eu era Senador, eu disse que sim. E ele disse-me: “Olha, assisto sempre à TV Senado porque gosto da política, gosto dos debates, mas vocês tem um Senador lá que sempre que ele usa à tribuna, eu gosto de ouvir, o Mão Santa”. Quero dar esse testemunho a V. Exª de que a sua participação é no Brasil todo, não é só no Piauí.

Muito obrigado por tudo, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, para concluir, farei os agradecimentos agora. Permita-me fazer a leitura dos agradecimentos às pessoas que eu quero mencionar aqui.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estou apresentando esse breve relatório da minha atuação parlamentar por entender que devo a sociedade brasileira, de um modo geral, e ao povo tocantinense, em particular, uma prestação de contas do trabalho aqui desempenhado.

No plano político, integrei a base de sustentação do Presidente Lula, apoiando as ações e iniciativas de seu Governo, que estão produzindo uma verdadeira transformação da realidade brasileira, especialmente no que diz respeito aos avanços sociais por ele conseguidos.

Mantive diversas audiências com Ministros de Estado e com o alto escalão do Governo Federal não apenas para levar reivindicações do Estado de Tocantins, mas também para oferecer a nossa contribuição política.

Pude participar ativamente das instâncias de decisões partidárias, encontrando-me com os dirigentes nacionais do PT, como o Presidente Lula e com a pré-candidata, Dilma Rousseff.

Acompanhei a execução de obras do Programa de Aceleração do Crescimento, o qual tem sido responsável, juntamente com os programas de transferência de renda, pela melhoria efetiva na qualidade de vida da população brasileira.

A política econômica responsável do Governo Federal e os investimentos realizados permitiram que o nível de empregos batesse recorde no ano passado, com a criação de mais de oito milhões de vagas formais. A expansão da classe média brasileira, que já supera metade da população, assim como o aumento de renda média do trabalhador são indicadores importantes de que estamos no caminho certo na redução das desigualdades no Brasil.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao fazer essa minha despedida do mandato de Senador da República, não poderia deixar de fazer alguns agradecimentos.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo dom da vida e pelas bênçãos a mim concedidas.

Quero agradecer ao Senador Leomar Quintanilha, titular do mandato, homem público tão comprometido com as causas do nosso Estado que para lá se dirigiu para assumir a Secretaria da Educação num momento crítico de instabilidade política.

Agradeço também ao Governador Carlos Henrique Gaguim, que assumiu o Governo do Estado em meio a uma crise que ameaçava a governabilidade,

mas soube buscar o apoio das lideranças políticas locais para viabilizar um governo de coalizão.

Agradeço ao Senador José Sarney, nosso Presidente, que me recebeu de forma tão cortês nesta Casa e aos colegas de bancada do Partido dos Trabalhadores, especialmente meu líder Aloízio Mercadante, pela calorosa acolhida. De igual forma, agradeço aos colegas de representação do Tocantins, o Senador João Ribeiro e a Senadora Kátia Abreu, que junto comigo defendem os interesses do Estado de maneira apaixonada.

Quero agradecer aos servidores da Secretaria de Comunicação Social do Senado, aos profissionais de imprensa que atuam nesta Casa, pela ampla divulgação que dão do trabalho legislativo.

Agradeço aos veículos de comunicação do meu Estado, à imprensa escrita, às emissoras de TV e de rádio, assim como aos portais de internet, que cobrem, em tempo real, a atuação da bancada tocantinense no Congresso Nacional.

Agradeço o apoio recebido dos prefeitos e vereadores tocantinenses, tanto do meu partido quanto de outras agremiações.

Os meus agradecimentos aos dirigentes do Partido dos Trabalhadores no meu Estado, na figura do seu presidente, Donizeti Nogueira, assim como aos companheiros de luta, como o Prefeito de Palmas, Raul Filho, que me confiou a honra de colaborar com o seu governo na condição de secretário municipal e de Ouvidor-Geral do Município.

Agradeço também as Forças Armadas Brasileiras pela oportunidade que me proporcionaram de conhecer o trabalho de pesquisa que realizam no Continente Antártico, o monitoramento da região amazônica e o desenvolvimento das tecnologias de defesa e a indústria aérea.

Quero compartilhar esse sucesso de minha missão com os colegas Senadores, que me receberam de forma tão amistosa e confirmaram a impressão que sempre tive desta Casa, que abriga homens e mulheres dignos de respeito e de confiança da população brasileira.

Especialmente ao Senador Mão Santa, agradeço a honrosa oportunidade que tive de presidir a Mesa dos trabalhos do Senado Federal em diversas oportunidades, em uma gentil deferência dos meus Pares.

Quero agradecer também ao qualificado corpo do Senado Federal, a Secretária Cláudia Lyra e toda a sua equipe da Secretaria-Geral, os funcionários de forma geral, que nos dão o suporte necessário para as atividades no plenário.

Agradeço aos servidores do meu Gabinete de apoio, cuja competente colaboração foi essencial para



que eu pudesse exercer meu mandato parlamentar com a eficiência que a população tocantinense esperava.

Quero fazer uma referência especial às servidoras do meu Gabinete que trabalham no apoio, como a Adriana, a Margarida e a Noêmia; às que pertencem a empresas terceirizadas e atuam na limpeza, como a Sr<sup>a</sup> Arlete, Dona Dadá, Sr<sup>a</sup> Helena e Dona Maria.

Neste mês em que homenageamos as mulheres, quero aproveitar para cumprimentar todas elas na figura da Líder do meu Partido, Dona Raimunda, quebradeira de coco de Babaçulândia, do Bico do Papagaio, que representa como ninguém a força e o espírito de luta da mulher brasileira.

Por fim, quero agradecer a todos os tocantineses pela oportunidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Depois de ouvir tantos agradecimentos a meu respeito, inclusive da parte do Senador Mão Santa, concedo a palavra ao Senador Mão Santa, que falará pela Liderança do PSC. S. Ex<sup>a</sup>, embora seja do Piauí, é conhecedor profundo da política do Maranhão.

**O SR. MÃO SANTA** (PSC – PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador Cafeteira, que preside esta sessão de 31 de março; brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado; Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares presentes na Casa, em 31 de março, deu-se um ato revolucionário, houve um hiato na nossa história republicana democrática. E o povo brasileiro constrói uma das democracias mais perfeitas do mundo.

Atentai bem: na França, a República começou cem anos antes, em 1789, e foi complicado o negócio, pois houve guilhotina, rolaram cabeças. Aqui, mesmo tardiamente – a nossa República começou cem anos depois –, houve somente dois períodos de exceção que chamamos ditadura, não é, Cafeteira? Um desses períodos foi o governo de um homem muito bom, Getúlio Vargas. Mas ditadura não é bom. Está aí o livro *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos. Não é bom ditadura, mesmo o ditador sendo bom, como bom era Getúlio, um homem trabalhador. A ditadura militar, nós a vivemos. Há as obras do jornalista Elio Gaspari. Ela atingiu seu auge com a publicação do AI-5. Um grande homem deste País, que era Vice-Presidente da República, recusou-se a assinar o AI-5. Não assumiu a Presidência Pedro Aleixo. Ele foi, Suplicy, o fundador do meu Partido, o Partido Social Cristão (PSC). Ele se recusou a assinar o AI-5, que dava poderes para fechar o Congresso, para não deixar que fosse impedido *habeas corpus* e para impor exílios.

Então, essa é nossa história. Mas quis Deus que estivessem aqui dois homens intelectuais: Felipe Sei-

bel, que está ali e que é autor de um livro interessante; e Valter Pereira, homem continuador do ideal de Rui Barbosa, amante da lei e da justiça.

Aqui, está o livro *Atlas Ambiental – Santana da Parnaíba*, São Paulo, Brasil. Atentai bem, ô Romeu Tuma, para a grandeza do Piauí. Essa cidade era Parnaíba. Ela foi Santana da Parnaíba, porque já existia Parnaíba. Mais ou menos há 764 anos, 765 anos, houve uma batalha em torno de quem ficaria com o nome de Parnaíba. E, apesar de aqui estarmos admirando essa obra, ganhamos, e a nossa era mais antiga. Sei que aqui é uma maravilha, e os dois intelectuais que fazem o livro estão aqui. Vinicius Saraceni, diretor-geral; Felipe Seibel, diretor de conteúdo; Meire Cavalcante, coordenador; e Juliana Borges, editora, fazem uma obra educativa para todo o País, com o título *Atlas Ambiental – Santana de Parnaíba*, que vou ler.

No passado, nós, da Parnaíba, de grande gente, travamos essa luta. Bastaria citar, para não cansá-lo, talvez o maior jurista deste País. E digo isso diante de Valter Pereira, conhecedor da história do Direito. Há um homem que pode estar ao lado de Rui Barbosa: Evandro de Lins e Silva. Ele nasceu na minha Parnaíba. É o único jurista. E ele tem a ensinar ao Brasil de hoje. Ele foi Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) na ditadura. Ele é que deu *habeas corpus* para tudo que foi preso político, contra a força militar que governava este País.

Então, houve esse encontro de duas grandiosas cidades que disputaram o nome de Parnaíba, e queremos aumentar o intercâmbio dessas duas cidades.

Eu daria o exemplo de outra pessoa que representa a grandeza de nossa vitória na batalha para ficar com o nome de Parnaíba. Neste País, no período ditatorial, nos anos de 1930, houve uma luz. Foi um período de muito desenvolvimento nas universidades, nas pesquisas, na comunicação, mas a luz, o farol dos militares foi João Paulo dos Reis Velloso, o melhor Ministro do Planejamento deste País. Ele fez o primeiro e o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Lembra-se, Romeu Tuma, de João Paulo dos Reis Velloso? Ele deu um ensinamento muito atual para hoje. Ele era filho de carteiro e de costureira. Aos dez anos, ele abria a fábrica de meu avô. Saiu por aí estudando, até em Harvard, com mania de primeiro lugar. Mas ele deu um ensinamento. Passou vinte anos, Paulo Paim, sendo a luz, o farol, o guia do regime militar, sem qualquer indignidade, corrupção ou imoralidade. Bastaria isso para ele ficar na história como o grande Ministro do Planejamento deste País.

Nossa vinda aqui, ô Romeu Tuma, deve-se ao seguinte fato: quero ler um *e-mail* que recebi. Hoje são 31 de março, e eu o recebi ontem. Nele, é dito:

Excelentíssimo Senador Mão Santa, em nome da boa pessoa que é V. Ex<sup>a</sup>, peço que leia esta carta na Tribuna do Senado. Todos os dias, eu assisto ao vosso pronunciamento. Vou estar atento para ouvir este.

Grato, Adelmir Alves de Andrade.

Entendo – vou falar aqui, Senador Valter Pereira – que, com certeza, sou o homem que mais criou cidades no mundo. Como instrumento de Deus – foi Ele que me permitiu fazê-lo –, criei 78 novas cidades no Piauí. A ideia não foi minha, mas do Governador que nos antecedeu, Freitas Neto. Ele foi Senador da República, e eu era Prefeito. Até fiquei em uma situação embaraçosa, porque nasceu o desejo de dois povoados da minha cidade se transformarem em cidades. Parnaíba, geograficamente, era pequena, embora fosse a mais importante, e enfrentei aquilo. De repente, no meu governo na prefeitura, surgiram duas novas cidades polo. E, dois anos depois, o povo do Piauí me elegeu Governador do Estado. Então, Sadi Cassol, vi que aquilo foi bom. Os povoados se transformaram em cidades. E eu peguei o trem andando. Quando Freitas Neto assumiu o governo, eram 115 cidades. Ele me entregou o Piauí com 145 cidades, e, andando, transformei 78 povoados em 78 cidades.

Sadi Cassol, “o essencial é invisível aos olhos”. Quem vê bem vê com o coração. Além do que se vê em uma cidade, as ruas iluminadas, a praça para namorar, o mercado para comercializar, a escola para educar, o hospital para promover saúde, a cadeia para botar ordem, como manda a Bandeira, Pedro Simon, o mais importante é transformar aqueles homens do interior em líderes, em vereadores, em vice-prefeitos e em prefeitos.

Valter Pereira, tenho a experiência de que, nas cidades criadas, aqueles saltaram para a cidade-mãe, que chamo capital, e se transformaram em prefeitos. Há o Joãozinho Félix, que foi prefeitinho de Jatobá do Piauí, que era um povoado, como os povoados brasileiros, com grama, igreja, pequenos pastos. Ele foi bom prefeito. O irmão era engenheiro. Reeleito, é Prefeito de Campo Maior, a cidade que fez a Batalha de Jenipapo para obter a unidade nacional. Há também uma encantadora mulher que era Prefeita em uma dessas cidadezinhas criadas, a cidade de Joca Marques. Foi reeleita e, hoje, é Prefeita da cidade-mãe Lucilândia.

Então, é isto: esse chamamento de oportunidades a novos líderes. Isso eu senti, e o Piauí modificou-se.

Então, Valter Pereira – V. Ex<sup>a</sup> é jurista –, está a morrer, como esta carta...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PSC – PI) – Senador Romeu Tuma, conceda-me mais cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PTB – SP. *Fora do microfone.*) – O Senador Valter Pereira vai ficar bravo.

**O SR. MÃO SANTA** (PSC – PI) – Não fica, não. S. Ex<sup>a</sup> já entendeu o espírito da lei, de Montesquieu. “O homem é o homem e suas circunstâncias.” Vou falar por cinco minutos somente das qualidades dele. Cinco minutos é muito pouco para descrever a firmeza. Disse Abraham Lincoln: “Caridade para todos, malícia para nenhum e firmeza no Direito”.

Eu queria dizer que o Piauí quer se dividir em dois. E, no Piauí – dou um exemplo, Pedro Simon –, cabem doze Sergipes. O tamanho e a extensão não querem dizer grandeza.

Penso que é hora de criarmos os Estados. O Pará quer o Estado do Carajás. O Amazonas é grande demais. O Maranhão quer o Estado de Imperatriz, o Maranhão do Sul, a capital. E o Piauí também quer se dividir.

Deus fez bonito, mas o homem fez mal. Olhem o mapa!

**O Sr. Sadi Cassol** (Bloco/PT – TO) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Mão Santa?

**O SR. MÃO SANTA** (PSC – PI) – Senadora Serys, hoje é o último dia com a presença do Sadi Cassol aqui. Então, dê tempo à vontade para S. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Sadi Cassol** (Bloco/PT – TO) – Quero apenas me congratular com V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, por essa visão de emancipar as comunidades que já são de maior idade e que precisam buscar seu caminho. Trabalhei na emancipação do Distrito de Ibiraiaras, no Município de Lagoa Vermelha, aos 20 anos de idade. Eu fazia parte da emancipação e depois me elegi vereador, aos 21 anos. E, hoje, aquele é um Município grandioso, o progresso está na sua comunidade. Senador Pedro Simon, que está olhando para mim, estou dizendo do nosso querido Ibiraiaras, de onde sou natural. Trabalhei na emancipação daquele Município – o Senador Simon acompanhou tudo na época –, e, agora, estamos trabalhando na criação do Estado do Carajás, apoiando nossos vizinhos do Pará, o que é uma vontade da população. Sempre que se chega à maioria e que há condições de caminhar com as próprias pernas, é preciso deixar essa população seguir. O exemplo maior deste País, Senador Mão Santa, é o Tocantins, que, depois da sua criação, é um dos Estados mais pujantes, com respeito a todos os demais. Estamos em franco desenvolvimento, com grandes progressos, o que nos orgulha. Dá-nos alegria de sermos tocantinenses o que está acontecendo hoje em nosso Estado. Os recursos federais e os do

Estado estão chegando ali, bem como empréstimos internacionais e investidores, principalmente. Então, é realmente um progresso sustentável. Por isso, quero agradecer a V. Exª e parabenizá-lo pela criação de tantas cidades! Com certeza, aquela população é grata a V. Exª. Parabéns! Muito obrigado.

**O SR. MÃO SANTA** (PSC – PI) – Se cidade é bom, incorporo todas as suas palavras. Aqui, está um exemplo. Um quadro vale por dez mil palavras. Está ali o nosso representante do Mato Grosso do Sul. Além da riqueza que todo mundo conhece, a pujança do Estado, há essa representatividade aqui. Dá-nos saudade Ramez Tebet, e V. Exª continua com o mesmo brilho.

Então, é hora de o Congresso fazer andar os projetos que existem aí. Olhe o mapa dos Estados Unidos, Professora Serys: parece um azulejo, é todo quadrado, são os Estados. Olhe o do Brasil: o limite do Piauí sai do local em que nasci, no mar, e chega à Bahia. São 1,8 mil quilômetros, é um Estado comprido. Então, há o desejo de transformar o sul no Estado Gurgueia. Assim, também o Pará quer dividir o Estado em dois, criando Carajás. E, da mesma forma, é o que se quer no Maranhão. E penso que isso só traz o bem.

Primeiro, vamos ver o seguinte: nos Estados Unidos, são cinquenta Estados; é tudo mais ou menos igual. O mapa parece um azulejo, com tudo igual, nas mesmas dimensões. No México, com menos da metade da área territorial do Brasil, na última vez em que fui lá, havia 35 Estados.

Então, é a hora de fazermos isso. Aqui, vem este *e-mail*, em que se pede somente a criação do Gurgueia. O povo do sul quer criar o Estado Gurgueia, e aplaudi essa iniciativa.

Quando governei o Estado do Piauí, Valter Pereira, eu estava no Palácio de Pirajá, luxuoso, e dei para o reitor o Palácio luxuoso e me recolhi ao antigo, para que ele criasse a Universidade Estadual do Piauí num palácio muito maior. Mas recebi setenta homens do sul do Estado que estavam a cavalo e que pediam essa divisão. Isso levaria tempo, mas fui advertido a injetar progresso lá. Mas, hoje, reconheço que essa luta está tardando. Sempre fui favorável à divisão e à criação de Estados.

Ele diz:

Carta ao Senador Mão Santa

Excelentíssimo Senador Mão Santa, ao cumprimentá-lo, quero antes parabenizá-lo pelo seu desempenho no Senado Federal [...]. Tenho prazer em vê-lo na tribuna do Senado Federal, não por V. Exª ser apenas um piauiense, mas por ser piauiense e defender com veemência o Estado em que moramos, e nos orgulhamos em dizer: “O meu Piauí”.

Honrado Senador, meu nome é Adelmir Alves de Andrade [...].

Aí ele conta a última vez em que nos vimos numa campanha e diz que está fazendo um livro sobre a Colônia do Gurgueia, uma cidade do sul, do lado de Alvorada do Gurgueia, que eles imaginam que poderá ser a próxima capital. Eu acho que poderia ser até Bom Jesus. Seria mais econômico, porque é uma cidade rica, que acolheu muitos desses homens do sul que lá chegaram para produzir grãos: soja, milho e arroz.

Continuo a leitura:

Honrado Senador, a minha outra solicitação é que, neste ano de 2010, por ser um ano de eleição, não venham engavetar no Congresso os projetos que criam o Estado do Gurgueia [quando fui Governador, não pudemos dividir]. Lembro-me de que, no vosso governo, o “Gurgueia” foi visto com bons olhos. Lá o governo Mão Santa incentivou a produção de grãos, principalmente nos cerrados, o que despertou na época grandes investimentos, como a instalação da BUNGE, uma conquista para o Estado. No seu governo, V. Exª construiu a ponte que interliga os Municípios de Colônia do Gurgueia, Manoel Emídio e Elizeu Martins.

Levamos energia, 220 watts, para o cerrado e universidade a várias cidades do sul do Piauí. Ele alerta os ambientalistas de que o rio Gurgueia está morrendo. É por meio de cartas como essa que queremos advertir.

Pedro Simon, que nos lidera neste Senado, é hora de nos debruçarmos sobre essa questão.

Está ouvindo, Presidente Serys? V. Exª é do Partido dos Trabalhadores e cedeu à criação de um novo Estado, o Mato Grosso do Sul.

Aqui, Sadi Cassol dá o exemplo da grandeza do Tocantins.

Então, que nos debrucemos sobre essa questão e estudemos a possibilidade de os projetos que estão aí serem transformados em lei, para que haja a criação de novos Estados: o de Carajás, o do Maranhão do Sul e o nosso Gurgueia.

Para isso, temos de contar ainda com a inteligência de Osmar Dias. S. Exª já nos vai deixar e ser Governador, mas vê aguar essa semente – S. Exª é agricultor – que entendo que traz desenvolvimento. Digo isso, com minha experiência de ter criado no Estado do Piauí novas cidades. Quero crer que, com a criação de novos Estados, a exemplo de Mato Grosso do Sul e de Tocantins, o Brasil só vai melhorar.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Epitácio Cafeteira deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valter Pereira.*

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Valter Pereira deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente.*

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Mão Santa.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Pela ordem, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É bem rápido, Srª Presidente. É apenas para anunciar os 317 anos de Curitiba, a nossa capital.

O aniversário ocorreu na segunda-feira, mas faço hoje este anúncio, festejando a nossa capital, que é considerada uma capital modelo para o País inteiro, um orgulho para todos nós, paranaenses. E, sobretudo, aquilo que nós mais queremos é que ela continue prosperando e oferecendo qualidade de vida para toda a população e não apenas para uma parcela. É o desejo que nós temos. Quem sabe, um dia, isso seja alcançado, Presidente! Que tenhamos mais segurança na capital, que os problemas que hoje existem lá sejam resolvidos e que as pessoas possam viver tranquilas, em uma capital que já foi muito pacífica, mas que hoje sofre de problemas de segurança, que precisam ser amenizados!

Também, quero desejar ao Vice-Governador, Orlando Pessuti – que vai assumir o mandato de Governador do Paraná, já que o Governador Requião renunciou ao mandato, para concorrer ao Senado –, todo o sucesso nessa sua missão de governar o Paraná por nove meses. Eu fui adversário...

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Permite-me, Senador? Permite-me, Senador?

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Já permito...

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Provavelmente, candidato à Presidência da República...

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Ah, o Governador Requião... o Governador Requião...

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – O Governador Requião é candidato a Presidente da República.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Isso, para o Paraná, seria...

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Pedro Simon.

O senhor pediu pela ordem, Senador?

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Para dizer a S. Exª, que fez uma referência quanto ao Governador ter renunciado para ser candidato ao Senado... Estou dizendo que houve um equívoco: ele renunciou para ser candidato à Presidência da República.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Senador Simon, para o Paraná seria...

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Continua com a palavra, pela ordem, o Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Vou concluir, Srª Presidente. Mas, para o Paraná, seria – claro – honroso ter um candidato a Presidente da República, principalmente quem já governou o Estado por três vezes, como é o caso do Requião.

Fui adversário do Requião em 2006, mas devo reconhecer que, se ele foi eleito três vezes pelo Paraná... Todas as vezes, fui aliado e coordenador da campanha do Governador Requião. Nessa, nós disputamos, e a diferença foi de 10,4 mil votos. Foi uma disputa apertada, mas, evidentemente, devo aqui reconhecer os méritos que o levaram a ser três vezes governador do Paraná.

Tenho, Srª Presidente, portanto, aqui, a honra de comunicar que temos uma capital com 317 anos. Pena que o prefeito tenha renunciado ao mandato, faltando quase três anos para concluí-lo, praticamente na mesma data do aniversário da cidade! Mas são coisas da política.

Queremos desejar a todos os curitibanos que tenhamos, realmente, motivos para nos orgulhar, cada vez mais, da nossa capital; e, ao Vice-Governador, Orlando Pessuti, muito sucesso na missão que inicia. Tenho certeza de que ele vai fazer tudo para levar até o fim o desafio de governar o Paraná.

Muito boa sorte ao Pessuti e parabéns a Curitiba!

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Osmar Dias.

Enquanto se desloca até a tribuna, pela inscrição, o Senador Valter Pereira, eu gostaria também de saudar a nossa bela capital do Paraná, a nossa Curitiba, e todos aqueles que lá vivem, que lá nasceram, que para lá foram. Terra boa, de povo trabalhador. Parabéns, Curitiba!

Com a palavra, o Senador Valter Pereira, pela inscrição.



**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores...

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Srª Presidente.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Srª Presidente! Eu acho que a Senadora Serys fez a correção no devido momento, e, com todas as reverências, nós fazemos a retificação.

Então, Srª Presidente, Srs. Senadores, há exatos 46 anos os quartéis se armaram para derrubar o governo legítimo do Presidente João Goulart e para conspirar contra a democracia.

Os historiadores insistem em que as lições da História devem ser bem aprendidas e bem lembradas e advertem que o esquecimento de fatos relevantes que foram tragados pelo tempo podem conduzir à repetição de erros muitas vezes trágicos.

Não é diferente a minha convicção, e, por isso, me proponho hoje a esta reflexão.

Afinal, ali se inaugurava um período de trevas, ameaças e perseguições que marcaram profundamente a vida de todos os brasileiros. Eu mesmo pude sentir na própria pele a truculência do regime que me encarcerou no dia seguinte ao golpe e por outras duas ocasiões.

Em todas as vezes, o refrão era o mesmo: “Vocês estão presos por ordens superiores. Não adianta perguntarem por quê. Não adianta chamarem advogados, dado que a investigação é de interesse da segurança nacional”.

Muitos, como eu, tiveram a sorte de sofrer detenções passageiras, mas outros foram vítimas de prolongados constrangimentos e duras retaliações. Mais do que isso: presos foram torturados, vidas foram ceifadas, e há, ainda hoje, famílias que procuram os restos mortais de entes queridos.

A verdade é que o arbítrio e a intolerância dos chamados “anos de chumbo” abriram feridas tão profundas que precisam ser lembradas em função do aprendizado que podem propiciar.

Já transcorreram mais de 21 anos da promulgação da Constituição Cidadã, que ocorreu em outubro de 1988. Há, portanto, hoje, Srª Presidente, uma geração inteira de brasileiros nascida após a restauração da democracia em nosso País.

Em benefício deles, em benefício desta nova geração, não podemos deixar cair no esquecimento a experiência de quem viveu sem liberdade, de quem perdeu a garantia da lei, dos que foram proibidos de se opor e compelidos a se calar.

É fundamental que a História seja recordada em benefício dos jovens, em favor do futuro deste País, para que a tragédia nunca mais se repita.

Quantos brasileiros não perderam o emprego e até o direito de exercer a profissão?

Quantos patrícios não foram forçados a viver no exílio durante tantos anos, durante longos anos, como aconteceu, por exemplo, com o ex-Governador Miguel Arraes, de saudosa memória?

Todavia, é preciso ir às causas do golpe. Nesse sentido, uma digressão da conjuntura internacional é muito importante para analisar a deflagração e a vigência do regime militar.

É sabido que, em meados da década de 60, o mundo era perturbado pela chamada Guerra Fria.

O antagonismo político que opunha o bloco ocidental, capitaneado pelos Estados Unidos, aos países comunistas, liderados pela então União Soviética, era o caldo de cultura para promover tensões e aventuras militares.

Foi esse cenário que inspirou as forças mais reacionárias do Brasil a conspirar, mais uma vez, contra um governo regularmente constituído. Digo mais uma vez porque a nossa História é rica de golpes tentados, ameaçados e consolidados desde a própria proclamação da República.

Quem não se lembra da insidiosa conspiração movida contra o Presidente Getúlio Vargas em 1954?

Quem não se lembra de que golpistas de plantão tentaram abortar a posse do então Presidente Juscelino Kubitschek?

Com o Presidente João Goulart, não foi diferente.

E o pretexto? O mesmo dos golpistas latino-americanos: os riscos do comunismo internacional.

O proselitismo sobre tais perigos não se restringia, na verdade, às casernas, como muitos imaginam.

Ao contrário, no mundo político, na imprensa, na sociedade civil, especialmente na própria igreja, era imenso o alarido sobre a possível “sovietização” do Brasil.

Três dos mais importantes Governadores, Ademar de Barros, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, maquinavam o tempo todo sob o mesmo refrão. Era a força de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais que articulava a intervenção militar, obviamente junto com os militares.

As ruas dos grandes centros urbanos foram palco de manifestações de mulheres, de grandes manifestações que acabaram levando as protagonistas desses movimentos a ficarem conhecidas como as “marchadeiras”, porque o movimento delas tinha o nome de “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

No pano de fundo das contestações estavam as reformas de base anunciadas pelo Governo. Por seu turno, trabalhadores, estudantes, intelectuais e sobretudo religiosos progressistas também invadiam as ruas. Estavam na defesa das mudanças e entupiam auditórios em busca desses objetivos.

Documentos da CIA – Central de Inteligência Americana – que foram divulgados nestes últimos anos reconhecem que não faltou o empurrão do Departamento de Estado americano para aquela lastimável empreitada.

Ao invés de reformas democráticas, o que se acabou implantando foi um retrocesso institucional de longos e dolorosos anos. Com efeito, confiscou-se o direito de eleger o Presidente da República, os Governadores de Estado e os Prefeitos de capitais, de estâncias hidrominerais e das cidades mais importantes do nosso País. O Legislativo foi castrado por cassações de mandatos e por perda de funções destas duas Casas do Congresso. O Judiciário perdeu autonomia administrativa e independência dos magistrados para exercer a jurisdição. Até o direito de *habeas corpus* para os acusados de atividades políticas, que eram inconvenientes para o regime, foi suprimido. Os partidos políticos foram dissolvidos. A Confederação Geral dos Trabalhadores, a União Nacional dos Estudantes e tantas outras entidades representativas da sociedade civil foram colocadas na ilegalidade. Os meios de comunicação e as manifestações culturais passaram a ser censurados.

Nesse contexto de opressão, Sr<sup>a</sup> Presidente, os verdadeiros democratas juntaram-se em uma frente unida contra o regime ditatorial sob a bandeira do glorioso MDB. Ali se deu a luta democrática para alcançarmos a plena restauração do regime democrático em 1988, com a promulgação da nova Constituição do Brasil; uma luta marcada pelo idealismo e o desprendimento de figuras como o inesquecível Ulysses Guimarães, o “Prosador das Arcadas” do Largo de São Francisco, o “Senhor das Diretas”; uma luta liderada por homens da tempera de Paulo Brossard e desse que remanesce aqui nesta Casa como uma das referências de todos nós, esse grande Senador Pedro Simon. Pedro Simon, que tive a oportunidade de conhecer quando esteve numa atividade como que missionária, junto com outros companheiros como Brossard, Odacir Klein, João Gilberto e tantos outros.

Lembro-me da participação de Tancredo Neves, daquele que foi meu líder na Câmara dos Deputados, o saudoso Freitas Nobre, Lysâneas Maciel, Alencar Furtado, Chico Pinto, Jarbas Vasconcelos, Marcos Freire, Fernando Lyra, enfim a todos que homenageio

e que foram os grandes soldados da democracia em nosso País.

Honra-me, Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> pelo seu oportuno, importante e brilhante pronunciamento. Repare, é verdade que é uma quarta-feira da Semana Santa, plenário vazio, e o 31 de março, a rigor, passaria despercebido. Todos os partidos estão preocupados com os últimos dias de renúncia de mandato de Ministros, Governadores que querem se candidatar a cargos eletivos. E hoje é o primeiro pronunciamento, a primeira manifestação que estou vendo falando no dia 31 de março. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> que fez parte e à equipe que V. Ex<sup>a</sup> recorda dos ilustres companheiros na Câmara dos Deputados. V. Ex<sup>a</sup> era um deles, que lutou bravamente para chegarmos aonde chegamos. E considero um dos grandes fatos da humanidade, meu querido líder, a nossa derrota da ditadura, a vitória que o povo teve no Brasil contra a ditadura. Não tenha dúvida de que um dos fatos mais melancólicos e mais tristes foi o 31 de março. Momento duro. Até a nossa Igreja Católica esteve nas ruas, andou na rua – não digo e nem passa na minha cabeça que foi deliberadamente a serviço do golpe – e foi usada para isso. As caminhadas com Deus, com a Pátria, com a família, foram usadas para isso. O que se fez no sentido de destronar a democracia neste País foi uma coisa fantástica, foi uma coisa fantástica. Olha, foi aqui neste plenário que o Presidente do Senado decretou vaga a Presidência da República quando as lideranças apresentaram ofício ao Presidente. Mas o Dr. João Goulart se encontrava em Porto Alegre a serviço do seu cargo; estávamos nós em Porto Alegre, o Presidente da República em Porto Alegre, o Comandante do Terceiro Exército debatendo e discutindo; e aqui no Senado o Presidente decreta vaga a Presidência da República. Foi um golpe triste, foi um golpe duro, foi um golpe difícil que nós sofremos e que o Brasil sofreu. Mas foi uma caminhada muito bonita a que o povo brasileiro fez para retornar à democracia. Foi uma jornada realmente muito importante essa e os nomes a que V. Ex<sup>a</sup> está se referindo: o velho Ulysses, o velho Tancredo, o bravo Teotônio e tantos, tantos outros, Montoro, Mário Covas, pessoas que se destacaram nessa longa caminhada. Felicito V. Ex<sup>a</sup>. Sinto-me emocionado neste dia. É verdade que, no Rio Grande do Sul, costumamos dizer que a Revolução não foi em 31 de março, mas em 1º de abril. No entanto, o dia em que é destacada e chamada é o dia 31 de março. Destaco o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. E esta Casa, felizmente, tem a TV Senado, porque durante muito tempo, muitas vezes, falávamos aqui e nada saía daqui, porque

a imprensa silencia o que quer e diz o que quer. Mas agora a elite, a intelectualidade, os líderes, desde os mais simples aos mais importantes, acompanham esta sessão e estão acompanhando o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, estão lembrando, por intermédio do importante pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, do que foi, em 1964, a noite escura que se abateu no Brasil – e se sofreu muito! Hoje, muitos dos que estão no poder – e ficam no Poder e merecem estar no poder, porque o povo os elegeu – esquecem-se dessa caminhada que foi longa, que foi difícil e que restabeleceu a democracia neste País. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>. Com muita emoção e com muita alegria eu o felicito, porque hoje é um dia negro, mas a partir do dia seguinte começou a resistência, que foi longa, mas permanente, e o Brasil, pela sua gente e pelo seu povo, restabeleceu a democracia neste País. Meu abraço muito carinhoso. Com muito orgulho felicito V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS)** – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Tem razão V. Ex<sup>a</sup> de se emocionar, afinal de contas é um dos apóstolos da resistência democrática que remanesce nesta Casa, conservando a mesma verve, conservando os mesmos princípios que o levaram às ruas para defender a democracia, a ética e a decência. Minhas homenagens a todos aqueles bravos companheiros na pessoa do Senador Pedro Simon.

Eu não poderia deixar aqui de relemburar um fato relevante desse momento histórico que vivemos quando o regime militar já começava a mostrar algumas fraquezas. Naquele instante, o velho Ulysses, no ouvido de um conterrâneo meu, Deputado Dante de Oliveira, sugeria que se apresentasse a emenda das Diretas Já, que foi, na verdade, o fato que começou a virar a página dessa fase triste da ditadura.

O Golpe Militar de 1964 lançou este País num longo período de obscurantismo, mas a resistência que se criou a ele, uma resistência que fez os bravos soldados, os bravos missionários da democracia, que lançou sobre eles até mesmo cães e canhões, além das prisões, acabou vencendo a ditadura e o Brasil restabeleceu a plenitude da sua democracia.

Não podemos desperdiçar a oportunidade de comentar sobre esse evento para espantar aquelas figuras exóticas que vez por outra aparecem questionando as virtudes da democracia, os excessos que ela permite e apontando como solução a volta a esse passado obscuro.

Era esse o nosso pronunciamento, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT)** – Obrigada, Senador Valter Pereira.

Nós tínhamos aqui, pela liderança, o Senador Romeu Tuma, mas S. Ex<sup>a</sup> precisou ausentar-se. V. Ex<sup>a</sup> vai usar da palavra? (*Pausa.*)

Passo a palavra, pela liderança, ao Senador Sérgio Zambiasi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.)** – Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhoras e senhores, venho a esta tribuna para fazer um chamamento, um pedido especial à Casa, às Comissões, ao Senado, institucionalmente, para a responsabilidade que temos em relação à aprovação imediata de um projeto que considero da mais alta relevância.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989, do então Senador Francisco Rollemberg, que cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O descarte incorreto desses resíduos representa um dos mais graves problemas ambientais atualmente, uma vez que 80% das cidades brasileiras jogam o seu lixo diretamente na natureza.

O projeto, que já tramita no Congresso Nacional, como eu disse, há 21 anos – já se somam 21 anos desde a sua apresentação, ou seja, está completando a maioria –, juntamente com outras 140 proposições semelhantes, nestas últimas semanas recebeu um avanço enorme, porque houve um consenso entre Governo, empresários, ambientalistas e, principalmente, entidades de reciclagem, podendo finalmente ser aprovado na Câmara dos Deputados na forma de um substitutivo que aperfeiçoa o texto original do Senado.

O texto retornou a esta Casa no último dia 25 de março e aguarda agora designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Vamos torcer para que o Senador Demóstenes Torres, Sr. Presidente, designe rapidamente – quem sabe já tenha designado hoje – o relator, e esse relator também dê a celeridade necessária à apreciação desse projeto. Aliás, eu acho que, para alguns casos, o nosso Regimento deveria prever urgência para a apreciação de projetos também nas Comissões. São alterações fundamentais, porque a informação que eu tenho é que o projeto vai tramitar em quatro Comissões desta Casa. E isso implica uma demora que talvez a natureza não tenha tanta paciência para esperar. E essa é a questão para a qual eu quero chamar a atenção.

Esperar esses 21 anos para ser aprovado na forma de substituto talvez tenha sido até benéfico, porque se acrescentaram aperfeiçoamentos extremamente importantes, mas agora está na hora. As mudanças climáticas exigem ações rápidas e contundentes para que tenhamos uma responsabilidade maior em relação as



mais diversas formas de lixo que jogamos na natureza. E nós estamos aqui falando de resíduos sólidos.

Eu resumo aqui algumas linhas desse projeto:

Afirma o conceito de ciclo de vida do produto, onde se considera todas as etapas da cadeia de produção, desde o seu desenho e a escolha das matérias-primas até as formas de reciclagem e disposição final;

Determina que as embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem e sejam restritas em volume e peso;

Infelizmente, tem muita embalagem que não pode ser reciclada. Uma dessas embalagens de reciclagem difícil são as embalagens de suco, de leite, essas embalagens longa vida, complexas. Elas representam um peso extra ao recolhimento e significam uma dificuldade maior para sua reciclagem. Isso é muito complexo.

Estabelece a responsabilidade compartilhada pós-consumo entre fabricantes, comerciantes, importadores e consumidores;

Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex<sup>a</sup> que é uma defensora do ambiente, uma lutadora pelas causas ambientais.

Determina a obrigação aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de estabelecerem sistema de retorno pós-consumo, independente do serviço de limpeza pública para embalagens, agrotóxicos, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes, produtos eletroeletrônicos e seus componentes;

Incentiva a criação e desenvolvimento de cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Senhoras e Senhores, o descarte de computadores, impressoras, celulares, micro-ondas, baterias ou pilhas, o chamado lixo eletrônico, de fato, ainda é um grande desafio.

Estudo recente da Organização das Nações Unidas coloca o Brasil no topo da lista da produção desse lixo. Por ano, o Brasil abandona quase 100 mil toneladas métricas de PCs. O volume só é inferior ao da China, com 300 mil toneladas. Mas, *per capita*, o Brasil é o líder. Cada brasileiro produz, em média 0,5kg de lixo eletrônico por ano, contra 230g da China, com uma população muito maior.

Para piorar o quadro, não há nenhuma estratégia para lidar com o fenômeno por aqui. Sem uma legislação que obrigue fabricantes a darem destino correto a seus produtos e com pouca informação aos consumidores, eletroeletrônicos se acumulam nas casas ou em aterros sanitários, quando poderiam estar gerando emprego, renda e lucro.

Já existem iniciativas de várias empresas que vão ao encontro do objeto dessa proposta. Cito aqui, por exemplo, a Philips que, na semana passada, lançou

um programa chamado Ciclo Sustentável. Ela montou 40 postos de coleta em mais de 20 cidades brasileiras. Três desses postos de coleta estão no nosso Rio Grande do Sul, Senador Simon, dois em Porto Alegre e um em Novo Hamburgo. O objetivo é coletar os eletroeletrônicos e eletrodomésticos usados, da marca Philips, para fins de reciclagem. Estima-se que o volume dessa coleta em 2010 será de 200 toneladas em todo o País, só de uma marca. Apenas de uma marca de eletroeletrônicos serão 200 toneladas, 200 mil quilos de eletroeletrônicos.

Nesse sentido, esse projeto prioriza a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes terão de investir para colocar no mercado artigos recicláveis e que gerem a menor quantidade possível de resíduos sólidos. O mesmo se aplica às embalagens.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) –** Permite-me, Senador?

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) –** Senador Simon.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) –** Eu vejo V. Ex<sup>a</sup> na tribuna e quero manifestar, mais uma vez, a admiração, o respeito e o carinho que tenho por V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> foi um grande Deputado Estadual e está sendo um excepcional Senador. É impressionante a admiração que V. Ex<sup>a</sup> tem no Brasil inteiro e, de um modo especial, lá no Rio Grande do Sul. V. Ex<sup>a</sup> é um homem que começou no rádio. Tinha um programa na rádio que começava às 6h30 e ia até 13h30. Sessenta e cinco por cento da audiência de todas as rádios eram do programa de V. Ex<sup>a</sup>. Quando V. Ex<sup>a</sup> aceitou um convite para entrar na política, deixando a rádio, há 20 anos – o eleitorado era a metade de hoje –, V. Ex<sup>a</sup> fez 350 mil votos para Deputado; na segunda, mais 350; depois, mais 350. E, para Senador, foi uma votação fantástica. A imprensa tem publicado que V. Ex<sup>a</sup> tem saudades do tempo de rádio. O programa de rádio de V. Ex<sup>a</sup> realmente era fantástico, era emocionante. Eu fui umas três vezes, principalmente para poder falar com V. Ex<sup>a</sup>, porque senão não conseguia falar, para insistir para que V. Ex<sup>a</sup> entrasse na política. Terminei ficando o programa inteiro, porque eu não conseguia entender como V. Ex<sup>a</sup> levava aquele programa: eram quatro microfones, eram cinco telefones, era uma infinidade de gente, e V. Ex<sup>a</sup> falando com o Rio Grande e com o Brasil. A sua preocupação eram os problemas sociais. A sua grande preocupação eram os problemas sociais, principalmente dos mais necessitados. São inúmeros, inúmeros os empreendimentos de V. Ex<sup>a</sup>. Lá em Porto Alegre, há o Projeto Vida, com o qual, nas condições mais humildes, um cidadão – para mim, é um milagre

o trabalho dele – tira as pessoas da rua, os drogados. Eu já fui lá várias vezes. Pessoas que não tinham nenhuma chance em lugar nenhum, nem em clínica. Pessoas importantes, ilustres, com dinheiro, mas que não tinham chance nenhuma de recuperação, ali se recuperaram. Eu falo com médicos, com psiquiatras, com professores, com clínicas de Porto Alegre e de São Paulo, e eles me dizem: “Eu não sei. Mas, para nós, no nível da intelectualidade, não há nenhuma grande clínica no mundo que recupere”. Agora, lá em Porto Alegre, há uma. É modesta, é simples, quase se dorme num colchão no chão, mas se recupera. Está lá V. Ex<sup>a</sup> toda sexta-feira, fazendo sua visita, e mantendo. Sou um grande fã. Realmente, V. Ex<sup>a</sup> é uma pessoa fantástica. Em vez de ficar seis horas na rádio, das seis da manhã ao meio dia, pode ficar três horas na rádio e três horas no Senado, ou três horas no governo do Estado. V. Ex<sup>a</sup> não pode abandonar a política. Falo de coração, porque dá para fazer as duas coisas, Senador. Quando falo às pessoas aqui, a alguns Senadores, que nós não podemos continuar assim: o Senado só funciona terça à tarde, quarta o dia inteiro e quinta de manhã. V. Ex<sup>a</sup> sabe que eu tenho um projeto para que o Senado funcione segunda, terça, quarta, quinta, sexta e, se preciso, sábado e domingo, ou seja, funcione até completar a votação daquele mês e depois volte para casa. E, quando falo sobre isso com alguns Senadores, dizem: “V. Ex<sup>a</sup> não sabe preencher o seu tempo. Eu tenho o meu tempo todo tomado. Terça, quarta e quinta de manhã estou no Senado, quinta à tarde e sexta estou nas minhas rádios e minhas televisões; e sábado e domingo estou cuidando das minhas propriedades”. Realmente, eles têm essas ocupações. Não é isso que V. Ex<sup>a</sup> vai fazer, mas pode se ocupar aqui e se ocupar na rádio. V. Ex<sup>a</sup> não tem o direito de nos abandonar, não tem o direito de abandonar a política. V. Ex<sup>a</sup> era o candidato natural ao governo do Estado. Inclusive, quando o procurei, disse que havia o entendimento de todos de que, se fosse V. Ex<sup>a</sup> o candidato, fechávamos em torno da sua candidatura para o governo do Estado. Não aceitou. Eu respeito, mas largar a política V. Ex<sup>a</sup> não pode. É o apelo que faço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS)** – Eu fui surpreendido, pegou-me de surpresa, em meio à manifestação que fazia em relação a algo que me chama muita atenção, que é a questão da reciclagem. E querem fazer comigo o mesmo: uma reciclagem também. Uma retomada da própria identidade, que eu acho importante.

Emocionou-me profundamente o depoimento de uma pessoa do alto da vida pública, política e pessoal, o Senador Simon, que é do meu Estado e que me

conhece realmente. Conhece a minha identidade comunitária e a minha identidade periférica. Realmente, a minha identidade não é intelectual. Não faço nenhuma questão, mesmo admirando muito e tentando me aproximar, porque acho importante. Procuro ler muito, tentar também ultrapassar algumas barreiras para vencer eventuais dificuldades de convívio. E aprendi muito. O Senado para mim foi muito importante. Foi um aprendizado riquíssimo nesses sete anos e meio em que eu já estou convivendo com a Casa. Mas essa é uma decisão definitiva.

Eu sou um sujeito muito disciplinado, muito determinado e também muito comprometido com as palavras. Em 2008, eu já havia decidido que não seria mais candidato ao Senado, buscando um objeto fundamental, que é a oxigenação, a renovação. Acho que a Casa precisa também se renovar.

Nós vamos ter aqui oportunidade de renovar algumas cadeiras. Outras se renovam pela própria reeleição do colega, pelo seu trabalho. Mas alguém que pregue renovação não pode, não tem o direito de se oferecer como opção.

E eu estou pregando renovação, razão pela qual eu abdicó da minha cadeira para trazer uma nova liderança do meu Estado. Nós temos já algumas candidaturas importantes: o Paim vai à reeleição, é um trabalho importante que ele vem fazendo e não pode interromper agora; temos lá, do meu partido, Luiz Francisco Barbosa, advogado das comunidades pobres, humildes e simples; o ex-Governador Germano Rigotto, que foi o apaziguador daquele nosso Rio Grande em seu Governo, então tem uma marca fantástica; Ana Amélia Lemos, uma jornalista com uma história de resultados comunitários impressionantes. Então, o Estado está muito rico em nomes para representar, junto com o Senador Simon e o Senador Paim, as três cadeiras do Rio Grande do Sul. Mas eu fico muito emocionado, muito feliz, e vou guardar este momento, estes minutos...

*(Interrupção do som)*

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS)** – Senadora Serys, o Senador Tuma me ofereceu o espaço em que ele estava inscrito.

**O Sr. Marco Maciel (DEM – PE)** – Nobre Senador Zambiasi...

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex<sup>a</sup> já usou o tempo do inscrito e o outro, mas estou concedendo mais um tempo. O senhor já usou os dois tempos.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS)** – Eu te agradeço como conterrânea, como gaúcha. Eu não admito que a Senadora Serys abdique da condição de

gaúcha, mesmo dedicando sua vida ao Mato Grosso. Orgulhamo-nos muito da presença dos gaúchos no Mato Grosso.

Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel** (DEM – PE. Com revisão do orador.) – – Nobre Senador Sérgio Zambiasi, eu gostaria de secundar o que acaba de dizer o Senador Pedro Simon, que V. Exª merece, pelo excelente mandato que realizou, a recondução para esta Casa do Congresso Nacional. E devo ressaltar seu trabalho não somente aqui e alhures, inclusive no Parlamento do Mercosul, muito interessado na consolidação desse parlamento, mas também o trabalho que realiza em seu Estado. Acredito que, ao lado da renovação que deseja promover, é muito cedo para V. Exª se retirar da vida pública, sobretudo pelo acervo de realizações que deixou ao longo não somente deste mandato, mas também ao tempo em que foi Deputado Estadual, tratando especificamente das questões do Rio Grande, um dos mais importantes Estados da Federação brasileira. Por isso, quero cumprimentar também V. Exª, e serei breve, por ferir hoje um tema a meu ver cada vez mais dramático para o País – a questão do meio ambiente, da sustentabilidade. Fico muito preocupado com o pouco caso que infelizmente se tem dado à questão. O fracasso da reunião de Copenhague me deixou muito cético com relação ao futuro. Temo que, quando viermos a tomar providências mais profundas com relação a esse tema, já seja tarde e tenhamos comprometido a qualidade de vida no mundo, inclusive no Brasil. Daí por que concluiria o aparte que V. Exª me concede dizendo que está na hora de votarmos a PEC de autoria do Senador Demóstenes Torres – ele é o primeiro subscritor e, como tantos outros, a subscrevi também, – para que incluamos o cerrado e a caatinga como biomas nacionais, pois estão sendo desconsiderados e num processo de perda de seu *habitat*. Então, consoante o que V. Exª recomenda, acho que está na hora de o Brasil – que possui um grande território, mas que convive com muitas assimetrias – pensar, de forma mais aguda, na questão da sustentabilidade, na questão ambiental, portanto. Cumprimentos a V. Exª pelo desempenho no Senado Federal, mas, sobretudo pelo discurso que ora profere.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

**O Sr. Mão Santa** (PSC – PI) – Senador Zambiasi...

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PSC – PI) – Senador Zambiasi, atentamente estamos ouvindo. V. Exª enriquece a política. Eu sei que o Rio Grande do Sul tem uma

tradição de grandes políticos. Eu entendo, e entendo bem. V. Exª revive aqui alguns políticos ligados à comunicação, ao rádio, à imprensa. Houve muitos: Raul Brunini; Amaral Neto; no meu Piauí, Carlos Augusto de Araújo; Carlos Lacerda. Carlos Lacerda, extraordinário legislador, comunicador ímpar como V. Exª, cada um no seu estilo, mas todos são comunicadores. Ele saiu e foi para o Executivo. E eu estava no Rio de Janeiro na época. Ninguém realizou mais do que ele. Essa sua experiência, essa sua visão o credencia.

*(Interrupção do som)*

**O Sr. Mão Santa** (PSC – PI) – Com a ajuda de Deus *(Fora do Microfone.)* e a inteligência do povo gaúcho, V. Exª é o próximo Prefeito de Porto Alegre. E de lá, depois vai para o Governo, como já o profeta Pedro Simon assinalou. Mas está aí Carlos Lacerda, que encantou... Quer dizer, todo mundo o viu como comunicador, como orador, como legislador, mas ele superou as expectativas e hoje é o maior exemplo de governador na história do Brasil.

E vejo em V. Exª essa semelhança. E é bíblica, está aí o Marco Maciel... Tiago diz que fé sem obra já nasce morta, e é onde V. Exª vai mostrar obras para melhorar a vida do povo gaúcho. O Padre Antônio Vieira dizia que palavras vão ao vento, e as obras entram no coração. V. Exª vai apenas mudar, vai sair do Legislativo, da comunicação, para ser o próximo Prefeito de Porto Alegre. Eu quero estar lá!

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Obrigado Senador Mão Santa. Nós estamos na base do Governo em Porto Alegre, atualmente nas mãos do Vice-Prefeito Fortunati, hoje Prefeito Fortunati, e estaremos torcendo muito para que ele execute uma administração de sucesso. E, se isso acontecer, Senador Mão Santa, estarei lá como militante do Prefeito Fortunati; estarei lá, torcendo para que ele repita uma boa administração. Esse é um compromisso pessoal que tenho com ele. Não ambiciono cargos, torço para que o cidadão possa viver bem. Se a gente atingir este objetivo, o cargo é secundário. E com esses objetivos é que desempenho minha atividade pública.

Para encerrar, Senadora Serys, no rádio, trabalhei muito essa questão da consciência ambiental, da proteção dos mananciais, da proteção das nascentes, do lixo jogado no lixo com o cuidado necessário. E vejo agora que está aqui, nas mãos do Senado, um projeto que seguramente vai mudar os conceitos, inclusive com relação à proteção ambiental: é o Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1989. Quem sabe este ano seja o ano em que recuperemos os conceitos de defesa ambiental, por meio da aprovação desse projeto.

Temos, ainda, uma caminhada longa nesta Casa, porque passa por quatro Comissões. Mas quando esta

Casa quer, ela consegue superar os tempos, trazendo para o Plenário algo de extrema importância, no sentido da responsabilização, no sentido da conscientização e no sentido da realização desses efeitos. É isso que esse projeto está trazendo.

Por isso, faço um apelo, desde já, aos Presidentes das Comissões, para que deem a celeridade necessária, e tenhamos esse projeto aprovado no mais breve tempo possível, porque assim a vida e a natureza agradecerão.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Zambiasi.

Passo a Presidência agora ao Senador Mão Santa, porque usarei da palavra.

*A Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A Senadora Serys Slhessarenko representa o Estado do Mato Grosso e o Partido dos Trabalhadores. Também, a exemplo de Zambiasi, tem uma vida ao Parlamento. Na Assembleia Legislativa do seu Estado, foi brilhante, Presidenta também. Ela tem um título maior do que o de Senadora: representa a grandeza das professoras do Brasil. E luta para que cada vez a mulher esteja mais presente.

**A SRª SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos ouvem, eu gostaria de iniciar cumprimentando as trabalhadoras e os trabalhadores do meu Estado de Mato Grosso, do serviço público, pessoas competentes, comprometidas, que, no dia a dia, prestam serviço à educação, à saúde, na área do meio ambiente, em todas as áreas do serviço público.

Eu queria falar, especialmente, às trabalhadoras e aos trabalhadores que fazem parte da área da saúde e do meio ambiente, do sindicato Sisma, sindicato da área da saúde e do meio ambiente. Quero falar da sua presidente, Aparecida Silva, e, em nome de três pessoas, quero saudar todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores da área da saúde e do meio ambiente do Estado do Mato Grosso – e já vou dizer por quê. Em nome da Aparecida Silva, em nome da Zuleide Klein, em nome do Oscarlino Júnior, em nome dessas três pessoas, eu quero saudar todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores da área da saúde e do meio ambiente do meu Estado de Mato Grosso.

Os trabalhadores estavam com dificuldades de negociação com o Governo do Estado, mas ontem,

por ocasião da reunião com o então Governador Blairo Maggi – porque, hoje pela manhã, eu já participei da passagem do Governo por Blairo Maggi para o agora Governador Silval Barbosa, no meu Estado de Mato Grosso –, eu sei que esse sindicato negociou, com a competência que tem, um acordo com o então Governador Blairo Maggi, o então Vice-Governador Silval Barbosa e o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado José Riva. Enfim, pelo que tudo indica, foi o acordo possível e a gente acredita que hoje, na assembleia geral, todos conseguirão sair vitoriosos, especialmente os trabalhadores.

Ontem, falei por telefone com as autoridades que estavam negociando e, mesmo depois de terminada a reunião, falei com o hoje já Governador Silval Barbosa, que me disse que o entendimento tinha sido possível. Vamos esperar, agora, o resultado da assembleia geral. Espero que os trabalhadores sejam vitoriosos.

Quero falar, rapidamente, de várias questões.

Em primeiro lugar, neste final de semana, tivemos duas importantíssimas reuniões com professores de Mato Grosso. A primeira foi em Rondonópolis – eu não pude estar presente, mas a minha assessoria lá esteve –, sobre a questão da revalidação dos diplomas emitidos no exterior, especialmente nos países ligados ao Mercosul. Lá estiveram, fazendo suas ponderações, o professor Fernandes, o professor Dr. Manoel, nosso colega da Universidade Federal de Mato Grosso, o professor Rogério, a professora Sebastiana e o professor Edmilson. Enfim, estiveram lá nesse trabalho para que a gente realmente consiga formatar, formular um projeto que resolva esse problema de uma vez por todas.

Na segunda-feira, estive com o Senador Jayme Campos e com o Deputado Eliene. Nós nos reunimos, em Cuiabá, com outra delegação de professores que cursam pós-graduação em países do Mercosul, especialmente no Paraguai.

Nossos companheiros e companheiras, professores Wander, Fernandes, Fátima, Regina e tantos outros, estão se empenhando na solução desse problema da revalidação, mobilizando os interessados e nos pressionando – têm mais que nos pressionar mesmo – para que a gente consiga dar uma direção na solução desse problema. Digo sempre que é assim que se constrói uma democracia, com a população atuando junto aos seus representantes.

Essa questão sempre fez parte das minhas preocupações, tanto que um dos primeiros projetos que apresentei, em 2003, foi o que tratava da revalidação dos diplomas no exterior. Preciso destacar que louvo a intenção dos professores do Estado de buscar cursos de pós-graduação. É na formação continuada, no desenvolvimento dos conhecimentos que conseguiremos



dar o salto necessário para nossa educação básica. Quando tivermos mestres e doutores ensinando nossas crianças e jovens, finalmente, com certeza, teremos real qualidade na educação pública.

Quero declarar, por fim, com relação a essa questão, que nós, Senadores, tanto eu quanto o Senador Jayme Campos e quanto o Senador Goellner, estaremos, junto com os demais Senadores, especialmente os que fazem parte do Mercosul, trabalhando nessa questão.

Os nossos professores não têm de se resignar e estagnar na profissão. Têm de buscar ampliar, aumentar, subir na sua carreira. Precisam de formação para melhorar seus salários, para ascender na carreira.

Estamos muito preocupados com essa questão e os projetos de lei de minha autoria e de autoria de outros Parlamentares circularão, com certeza, avançando nessa questão com a maior rapidez possível.

Eu queria ainda registrar desta tribuna que, hoje pela manhã, eu participei da solenidade de transmissão de cargo, no meu Estado de Mato Grosso – e já estou aqui, agora à tarde – do Governador Blairo Maggi para o seu Vice, agora já Governador Silval Barbosa. Foi uma solenidade muito prestigiada na Assembleia Legislativa, onde autoridades, servidores públicos, populares e empresários estiveram presentes, agradecendo pelos sete anos de Governo de Blairo Maggi e desejando boa sorte, agora, ao Governador Silval Barbosa.

Como Senadora da República, quero reconhecer, publicamente, os vários avanços que Mato Grosso viveu nesse período, principalmente na organização de sua economia. Penso que somente ao longo da História poderemos ter a exata dimensão da gestão Blairo Maggi, mas tenho certeza de que será uma dimensão positiva.

Desejo boa sorte ao amigo Blairo Maggi nas suas novas lutas e desafios.

Da mesma forma, desejo muito boa sorte ao Governador Silval Barbosa e que tenha êxito na condução administrativa e política do nosso Estado. Como Senadora da República eleita por Mato Grosso, estarei em plantão permanente para acompanhar e ajudar o nosso Governador a administrar Mato Grosso. Boa sorte, Governador Silval Barbosa, e que Deus o ilumine.

Ontem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu registrei que nos dias 26 e 27 de março realizou-se, em Manaus, o I Fórum Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, para o qual eu tive a honra de ser convidada, mas ao qual não pude comparecer em virtude de compromissos políticos em Mato Grosso.

Foi um evento da maior importância para o Amazonas e, sobretudo, para o Brasil. Esse evento contou com a presença de convidados ilustres, como o ex-

Vice-Presidente dos Estados Unidos e Prêmio Nobel da Paz, Al Gore; o Dr. Thomas Lovejoy, Diretor do Centro John Heinz III para a Ciência, a Economia e o Meio Ambiente, sediado em Washington; o cineasta James Cameron, diretor do filme *Avatar*, e diversas outras personalidades do meio acadêmico, político e empresarial. Enfim, Sr. Presidente, foi um evento de magnitude ímpar, cujo anfitrião foi o Governador do Amazonas, Eduardo Braga, a quem cumprimento nesta oportunidade.

Um dos motivos que originaram o convite para meu comparecimento a esse fórum mundial de sustentabilidade foi o PLS nº 329, que apresentei em agosto de 2003, projeto esse convertido na Lei nº 11.799, sancionada pelo Presidente Lula em 28 de outubro de 2008, que transforma a Estação Ecológica de Anavilhanas em parque nacional. O arquipélago fluvial de Anavilhanas é um dos maiores, senão o maior do mundo, contando com cerca de 400 ilhas. Localizado no rio Negro, próximo ao Parque Nacional do Jaú, abrange os Municípios de Manaus e Novo Airão. Tem uma área de 350 mil hectares e foi reconhecido como estação ecológica pelo Decreto nº 86.061, de 02 de junho de 1981.

Naquela época, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, a região era um lugar habitual para a pesca e a caça, sobretudo do peixe-boi. Além disso, outros problemas afetavam o local, como o tráfego de embarcações, a presença de posseiros, a extração de madeira e areia, e o turismo descontrolado.

Portanto, o objetivo do então Presidente da República, João Figueiredo, ao editar o mencionado decreto, era o de resguardar aquela região de todo tipo de exploração, permitindo seu uso apenas para a pesquisa científica. Para isso, converteu-a em Estação Ecológica, ainda sob a égide da Lei nº 6.908, de 1981.

Ocorre que o arquipélago de Anavilhanas, situado a apenas 100 quilômetros da cidade de Manaus, é passagem obrigatória para embarcações que interligam a capital do Estado aos demais centros urbanos e povoações ao longo do rio Negro. Esse fato, aliado à beleza paisagística e à riqueza biológica do arquipélago, fazia com que fosse grande a demanda pelo turismo ecológico, atividade que, sabidamente, é fonte significativa de emprego e renda.

Por isso, estava acontecendo uma situação paradoxal. Apesar de o turismo ser permitido em estações ecológicas, não raro encontrávamos agências de viagem oferecendo “pacotes”, cujo destino era Anavilhanas. Isso era um absurdo, mas, enfim, acontecia.

Foi por entendermos o âmago dessa contradição, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que, na condição de Presidente da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento

Sustentável, Agenda 21, e a pedido do então Deputado Federal pelo Amazonas, Humberto Michiles, apresentamos o PLS nº 329, de 2003, convertendo a Estação Ecológica de Anavilhanas em Parque Nacional. Isto porque os parques nacionais, como sabemos, permitem conciliar a preservação de ecossistemas naturais com o desenvolvimento de atividades de educação, de recreação, em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Por isso, consideramos, então, que a categoria de Parque Nacional seria a mais adequada para o arquipélago de Anavilhanas, haja vista que isso permitiria o melhor aproveitamento dos recursos naturais da região, sem prejuízo da conservação dos ecossistemas ali presentes.

Para nossa felicidade, o Presidente, o nosso Presidente Lula, graças à sua inegável sensibilidade política, soube reconhecer a pertinência desses argumentos e houve por bem sancionar o PLS nº 329, de 2003, convertendo-o na Lei nº 11.799, de 2008.

A sanção dessa lei, Sr. Presidente, constitui uma vitória do Estado do Amazonas e da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável do nosso Congresso Nacional.

Desse momento em diante, inúmeros têm sido os benefícios para os Municípios do rio Negro – São Gabriel da Cachoeira, Santa Izabel do Rio Negro, Barcelos, Iranduba, Novo Airão e Manaus –, Municípios que passaram a ter viabilizado seu desenvolvimento sustentável. Aliás, Sr. Presidente, diga-se de passagem, o rio Negro é o rio mais preservado do mundo, porque conta em sua bacia com várias Unidades de Conservação, como o Parque Nacional do Jaú; a Área Indígena dos Atroaris-Waimiris e o recém-criado Parque Nacional de Anavilhanas.

Entre os benefícios gerados após a entrada da lei em vigor, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de destacar primeiramente a criação da Região Metropolitana da Grande Manaus, que, ao se estender até o Município de Novo Airão, abrange todo o Parque Nacional de Anavilhanas. Em segundo lugar, destaco a construção da ponte sobre o rio Negro. Trata-se de uma obra orçada em R\$574 milhões, com 3,6 quilômetros de extensão, que irá interligar Manaus a Iranduba e Novo Airão, com desdobramento em mais de 31 cidades. Isso irá proporcionar, com toda a certeza, a integração e o desenvolvimento para a região, graças aos significativos ganhos logísticos que ela permitirá.

Portanto, Sr. Presidente, os benefícios decorrentes da Lei nº 11.799, de 2008, passam, inevitavelmente, pelo desenvolvimento sustentável da região, aliás, uma das grandes preocupações do Governador Eduardo Braga, à frente do Estado do Amazonas.

Por esse motivo, eu gostaria de, neste momento, mencionar aqui alguns dos projetos do Governador Eduardo Braga em prol do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. Embora eu não tenha sido eleita pelo Estado do Amazonas – alguns devem estar se questionando, como o nosso Senador Marco Maciel, que ali nos olha admirado –, embora não seja Senadora pelo Amazonas, tenho imenso carinho por aquela terra, conhecida pelo calor e pela generosidade do seu povo. Por isso, peço licença à bancada do nosso querido Estado do Amazonas, aqui muito bem representada pelos nossos eminentes Senadores – ninguém vai questionar a grande representatividade dos Srs. Senadores do Amazonas –, mas entrei com esse projeto realmente bem no início do nosso mandato, por solicitação do então Deputado Michiles.

Reitero aqui que o nosso Amazonas é muito bem representado pelos eminentes Senadores, meu companheiro de partido, meu querido Senador João Pedro – que espero que volte logo –, e o que está retornando ao Senado, Senador Alfredo Nascimento; pelo Senador Jefferson Praia; especialmente também o Senador Arthur Virgílio, que está sempre aqui presente, muito ativo. Então, peço licença à bancada do Amazonas para fazer justiça ao Governador Eduardo Braga pelos relevantes serviços que tem prestado à ecologia em nosso País. Inclusive, encontrei-me com o Governador Eduardo Braga, em uma Mesa, junto ao G-8+5, num debate na Dinamarca, em Copenhague. Participei de uma Mesa junto com o Governador Eduardo Braga, e lá conheci bem de perto todos os projetos de proteção ao meio ambiente que o Governador do Amazonas vem desenvolvendo.

Nessa linha de raciocínio, uma de suas ações mais destacadas é a criação do Programa Zona Franca Verde, responsável pela reestruturação de todo o setor agropecuário e pesqueiro do Amazonas. Trata-se, Sr. Presidente, de iniciativa baseada numa nova concepção de desenvolvimento sustentável, com enfoque na interiorização das ações do Governo e nos investimentos voltados para o fortalecimento das cadeias produtivas do setor agropecuário.

O Programa Zona Franca Verde já beneficia diretamente 108 mil famílias de produtores de grãos, frutas, mandioca, juta, malva, famílias que produzem 387 mil toneladas de alimentos em 153 mil hectares de terra. O programa beneficia também cerca de 32 mil pescadores, 230 piscicultores, 10 mil criadores de bovinos, suínos, aves e caprinos, atingindo aproximadamente 1,5 mil comunidades rurais do Estado do Amazonas.

Outra ação de impacto desenvolvida pelo Governador Eduardo Braga é o Programa Bolsa Floresta, iniciativa pioneira que beneficia diretamente 8,5 mil

famílias que residem nas Unidades de Conservação do Amazonas. Cada uma dessas famílias recebe R\$50,00 por mês para não derrubar a floresta. Como resultado, temos a preservação de mais de 98% da floresta nativa dessas áreas. Vale mencionar que, atualmente, as Unidades de Conservação reúnem 17 milhões de hectares de floresta no Estado do Amazonas.

Destaco ainda o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, o chamado Prosamim, responsável pela maior transformação urbanística da capital nos últimos 50 anos. Por meio dessa iniciativa, o Governo do Estado do Amazonas, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tem promovido o saneamento, o desassoreamento e a utilização racional do solo às margens dos igarapés de Manaus, com vistas à manutenção do patrimônio natural e à melhoria das condições de vida da população envolvida. Com isso, criou-se um padrão de desenvolvimento socialmente integrado e um processo de crescimento econômico ambientalmente sustentável.

Na área legislativa, cabe mencionar que o Governador sancionou a primeira Lei de Mudanças Climáticas e Conservação Ambiental do Brasil, que consolida o compromisso do Estado com os seus povos, a floresta, a evolução tecnológica e o bem-estar do Planeta.

Por fim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero mencionar que o Governador Eduardo Braga é o criador da Fundação Amazonas Sustentável, instituída com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável, a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das comunidades moradoras e usuárias das Unidades de Conservação no Estado do Amazonas. Ela constitui, atualmente, o principal esteio de sustentação da política de combate às mudanças climáticas implementada pelo Governo do Amazonas.

Portanto, Sr. Presidente, nada mais justo que o I Fórum Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável tenha ocorrido em Manaus, na gestão do Governador Eduardo Braga.

Como Senadora pelo Estado de Mato Grosso, embora não tenha podido estar lá presente, fui convidada para esse evento por ter conseguido, através do meu projeto de lei, já sancionado, transformar as 400 ilhas de Anavilhanas, que abrangem Novo Airão e Manaus principalmente, em parque nacional, fazendo com que realmente o turismo com sustentabilidade aconteça no Estado do Amazonas.

E quero dizer, como Senadora por Mato Grosso, que o meu Estado possui interesses comuns, não apenas com o Amazonas, mas também com o Pará, com Rondônia e Tocantins, Estados com os quais o meu Mato Grosso faz fronteira, e que vem somando e buscando somar, cada vez mais, forças e esforços

na busca pelo desenvolvimento com sustentabilidade da nossa Amazônia.

Que nossas bancadas no Congresso Nacional possam caminhar unidas nessa direção, pelo bem da nossa Amazônia e do Brasil!

Tenho convicção de que todos os esforços desses Estados, dos nossos Estados que compõem a Amazônia, são imprescindíveis. Todos os esforços, com certeza, são necessários. Estive também em Copenhague, com o governador Blairo Maggi, compondo a mesa com todos os governadores lá presentes, a minha querida governadora Ana Júlia Carepa, a minha querida governadora do Pará, e tantos outros governadores, os governadores todos da chamada Amazônia Legal. Lá estavam, num debate franco, decidido e determinado no sentido da proteção a nossa Amazônia.

Fiz esse relato das ações do Governador Eduardo Braga, Governador do Amazonas, porque aconteceu este fórum lá agora – e, inclusive, tenho uma homenagem de cidadã manauara, de cidadã de Novo Airão etc., por conta desse projeto. Mas quero dizer que todos os Governadores dos Estados que compõem a Amazônia estiveram presentes em Copenhague, e sei do esforço de cada um aqui no Brasil em seu Estado. É grande o esforço. É o Governador Blairo Maggi vem fazendo um esforço... Vinha, porque hoje ele passou o governo para o Governador Sival Barbosa. Mas, lá mesmo, hoje, a gente já conversava sobre a importância da nossa SEMA, lá em Mato Grosso – a Secretaria de Meio Ambiente –, e das ações todas que ela já vem fazendo e que continuará fazendo para, cada vez mais, avançar, avançar e avançar o desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental. Essa, a vontade e essa, a determinação – e estou convicta porque tenho participado de muitos eventos – de todos os governadores dos Estados que compõem a Amazônia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – É com muita satisfação que vimos aqui a presença desse extraordinário piauiense, que é o Dr. Antônio Araújo. Ele, que mostra e representa, com grandeza, as virtudes da cultura do homem do Piauí, serviu, quando Presidente desta Casa, a Petrônio Portella e, hoje, com a mesma dedicação e estoicismo, serve a esse homem da República que é Marco Maciel. Antônio Araújo é um patrimônio do Piauí e da sua encantadora cidade de Floriano. A ele, nosso respeito e nossa emoção como gente do Piauí!

Consultando a lista de oradores inscritos, aqui está o Senador Pedro Simon, que falará por permuta com o Senador Renato Casagrande.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa...



**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Senador vai à tribuna, eu queria ver com a nossa Cláudia Lyra, que coordena os trabalhos da Mesa, se poderíamos ler hoje a matéria referente ao Fundo Social do Pré-Sal. Fui indicado como Relator pela Senadora Rosalba Ciarlini na Comissão de Assuntos Sociais. Com o processo e as emendas em mão, eu queria estudar a matéria no fim de semana, se possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Hoje, a Mesa Diretora recebeu as emendas. Vamos fazer a leitura e devolver a matéria às Comissões. Mas quero dizer que a repercussão da atuação de V. Ex<sup>a</sup> tem sido enorme.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Sua atuação tem sido fundamental principalmente naquela emenda que dá esperança à seguridade social, que fortalece a saúde e que dá esperança aos velhinhos aposentados que estão a sofrer.

Já está na tribuna o Senador Pedro Simon, que é a tradução da grandeza do Parlamento brasileiro e do nosso Senado.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Querido Presidente Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, enfim, um grande debate nacional! Não sei se alguém já cunhou essa frase, nem mesmo se ela é moldada pelo bom gosto, mas o petróleo é ainda, em se tratando de movimentos políticos, nosso melhor combustível, porque, mesmo em águas profundas, ainda assim, instiga na superfície sentimentos patrióticos, tão esquecidos nesses tempos de globalização.

De repente, um tema que envolve diretamente o Brasil inteiro, 26 Estados, o Distrito Federal e mais de 5,5 mil Municípios. Também de repente, de novo, o povo nas ruas, bandeiras em punho, gritos de ordem e caras pintadas. Quem sabe, então, estejamos em um novo momento de participação popular para pressionar de fora para dentro, como venho defendendo ao longo do tempo, as mudanças de que tanto necessitamos?! Quem sabe também seja o fim do sentimento de anestesia e a volta da capacidade de indignação do povo brasileiro?!

Acho, portanto, que a chamada Emenda Ibsen Pinheiro, que redefine a distribuição de *royalties* e a participação especial sobre a produção de petróleo no mar, além de seu conteúdo propriamente dito, tem

essas virtudes: restaurou o debate que ultimamente tinha sido substituído pelo monólogo; colocou novamente em pauta um tema que já foi motivo de grande movimentação pela soberania; trouxe novamente a população para o centro da discussão, democratizando a ação política; suscitou outras discussões sobre assuntos correlatos, que também andam esquecidos, por incompetência ou por conveniência, como, por exemplo, o nosso chamado pacto federativo e a tão necessária reforma tributária.

O Brasil é ainda, embora haja evidentes avanços, um dos países com pior distribuição de renda em todo o planeta. Ora, se temos os principais recursos naturais estratégicos, parece desnecessário dizer que o grande problema nacional hoje é, obviamente, o da distribuição de nossas riquezas. Continuamos sendo um País rico, de pobres. Sr. Presidente, somos um País rico, de pobres!

O Brasil cuidou, nesses mesmos últimos tempos, muito mais da descentralização das responsabilidades, mas sem desconcentrar, o necessário e o suficiente, os recursos para arcar com essas mesmas responsabilidades.

Aproveitando a polêmica e a abrangência desse tema da distribuição dos *royalties* do petróleo, proponho a continuidade do debate, agora fortalecido pela necessidade de discutirmos a melhor partilha dos nossos recursos, recursos de todos e de todas as ordens, para que possamos sair do rodapé dos índices da distribuição regional e pessoal de renda em todo o planeta.

Sr. Presidente Mão Santa, em 2009, o Governo Federal encaminhou a esta Casa projeto que define o regime de concessão de exploração por partilha do petróleo na área do chamado pré-sal, sem, no entanto, definir a questão dos *royalties*. A matéria seria regulada depois por projeto específico, o que, em tese, implicaria que, até lá, estaria valendo a regra da chamada Lei do Petróleo, a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. A Câmara alterou a proposta e definiu, por meio da Emenda Ibsen, que, na verdade, é assinada também pelos Deputados Humberto Souto e Marcelo Castro, novos critérios de destruição dos *royalties*: 50% para todos os Estados e 50% para todos os Municípios, repartidos pelo mesmo critério adotado pelos Fundos de Participação – Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM) –, independentemente de os entes federados serem ou não afetados pela distribuição do petróleo ou pela produção do petróleo. Por falta de ampla distribuição e de amplo debate na Câmara dos Deputados, deixou-se de incluir, no texto aprovado, como pretendiam o Deputado Ibsen e seus colegas autores, um mecanismo

de transição que fortalecesse a justiça distributiva ali implantada e que, ao mesmo tempo, preservasse os Estados e os Municípios que sofreriam perdas significativas com a mudança. Os Estados mais afetados, de modo especial o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, argumentam que sofreriam perdas irreparáveis e que seria aviltado o princípio da Federação. Só no Rio de Janeiro, segundo o Governador Sérgio Cabral, estimam-se perdas de receita da ordem de R\$5 bilhões no âmbito do Estado e de mais R\$2 bilhões na esfera dos Municípios.

Essa polêmica, na verdade, é apenas o reflexo da falta de um novo ordenamento de repartição de ativos e de passivos da Federação, só possível com o aperfeiçoamentos legais imprescindíveis, como a reforma fiscal, a reforma tributária e a reforma administrativa, que nem o Governo de Fernando Henrique Cardoso, depois do relatório do Deputado Germano Rigotto, que estava pronto para ir à votação no plenário, nem o Governo Lula, com o relatório do Deputado Virgílio Guimarães, quiseram colocar em prática. Ambos, Fernando Henrique e Lula, contentaram-se em preservar e prorrogar apenas o que mais interessava à União: a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Agora, o Senado Federal tem a rara oportunidade e o sagrado dever de restaurar o equilíbrio tributário federativo e de instituir mecanismos de compensação aos Estados e aos Municípios afetados, durante o período de transição entre os modelos de repartição. Essa justa proporção e sua indispensável contrapartida de ganhos e perdas só serão viáveis, política e economicamente, se houver a indispensável participação da União Federal. Repito: isso só será possível se houver a indispensável participação da União Federal.

**O Sr. Marco Maciel** (DEM – PE) – Nobre Senador Simon, permita-me um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Com o maior prazer, concedo-lhe o aparte.

**O Sr. Marco Maciel** (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Interrompo o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, aliás extremamente oportuno, para me solidarizar com as considerações que produz na tribuna desta Casa. V. Ex<sup>a</sup> alude com razão que a questão federativa brasileira é ainda não resolvida. A Constituição de 1891 – a primeira Carta republicana e que se caracterizou pela sua concisão e pela sua vertebração correta – não gerou uma verdadeira federação. Aliás, há especialistas no assunto, inclusive poderia citar Charles Rousseau, que foi um grande internacionalista francês, um grande especialista em Direito Internacional, disse, certa feita, que o Estado Federal só é verdadeiramente um

Estado Federal quando nasce de um Estado que seja ou um Estado Confederal ou um Estado que já seja caracterizado por uma grande distribuição de competência entre os Estados e Municípios. Tal não ocorre no Brasil. Nascemos de um Estado unitário, era já a herança da Constituição de 1924, que conseguiu vigorar até as vésperas da Proclamação da República. Mas o fato é que, embora a Constituição de 1891 tenha se proclamado uma Constituição Republicana, Federativa, Bicameral, Presidencialista, não conseguiu fazer com que a semente da Federação vicejasse no território nacional. A mesma coisa aconteceu obviamente com a Constituição de 1934. Foi um sonho de Getúlio, mas que durou apenas três anos, com o fechamento do Congresso Nacional em 1937. As grandes esperanças se voltaram, então, para a Constituição de 1946, que realmente foi uma Constituição moderna e que, mais uma vez, contemplou a questão federativa. Mas, ainda assim, o Brasil é um Estado caracterizado por uma grande concentração de poderes em torno da União, em detrimento dos Estados e Municípios. Falo sobretudo dos Municípios, porque esses são os *primos pobres* da Federação brasileira. É bom lembrar que a Constituição de 1988 foi a primeira a conferir a condição de entes federativos aos Municípios, o que levou o jurista Miguel Reale a proclamar que, pela primeira vez no Brasil, passamos a ter um federalismo trino, ou seja, uma federação caracterizada pela União, Estados e Municípios. Mas, ainda assim, sabemos que os Municípios estão, sobretudo os do Norte e do Nordeste carentes da ajuda do Governo Federal. Oxalá que as palavras que V. Ex<sup>a</sup> pronuncia a respeito da questão do pré-sal e emenda Ibsen Pinheiro, gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que fico em dúvida se realmente nós vamos ter no País uma verdadeira Federação, posto que não vejo uma outra saída a não ser desconcentrar, descentralizar e, portanto, prestigiar os primeiros entes da Federação, que são os Municípios.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Agradeço o oportuno e profundamente correto aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Eu repito, Sr. Presidente, agora o Senado tem a rara oportunidade e o sagrado dever de restaurar o equilíbrio tributário federativo, destituir mecanismos de compensação aos Estados e aos Municípios afetados durante o período de transição entre os modelos de repartição. Esta justa proporção e sua indispensável contrapartida de ganhos e perdas só serão viáveis, política e economicamente, se obtiverem indispensável participação da União Federal.

1º) É da União a responsabilidade pelas distorções atuais, todas decorrentes de lei federal;

2º) É da União a maior parte da destinação dos *royalties* e participação especial, em condições, por-

tanto, de absorver, sem grandes danos de receita, os efeitos financeiros da compensação provisória;

3º) É da União o papel de fiadora principal do pacto federativo; e essa prerrogativa central corresponde também aos encargos que assim deixariam injustamente de ser repassados aos Estados excluídos, entre os quais estão os mais pobres da Federação.

O texto final da Câmara dos Deputados, aprovado por 369 dos 513 Deputados – portanto, uma esmagadora e eloquente maioria de 72% – deu a seguinte redação ao art. 45 do projeto:

Art. 45. Ressalvada a participação da União, a parcela restante dos royalties e participações especiais oriundas dos contratos de partilha de produção e de concessão de que trata a Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, será dividida entre Estados, Distrito Federal e Municípios da seguinte forma:

I – 50% para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre todos os Estados e Distrito Federal, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados – FPE;

II – 50% para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre todos os Municípios, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Pelos dados oficiais, fornecidos pela Agência Nacional do Petróleo, o Estado e os Municípios do Rio de Janeiro deixarão de arrecadar recursos da ordem de 4,29 bilhões, o que significa quase 70% do que é repassado a todos os Estados e Municípios, incluindo o Distrito Federal, e quase 45% do total arrecadado nacionalmente com os *royalties* do petróleo.

Para compensar as perdas pelos Estados e Municípios afetados negativamente pelas perdas que decorrem de mudança de critério aprovada por tão ampla maioria na Câmara dos Deputados, eu apresentei, inclusive por apelo do próprio Deputado Ibsen Pinheiro, apresentei no Senado emenda nos seguintes termos:

A União Federal compensará, com recursos oriundos de sua parcela em royalties e participação especial, os Estados e Municípios que sofrerem redução de suas receitas em virtude dessa lei até que essas se recomponham mediante o aumento do petróleo no mar.

Essa compensação deverá ser feita pela União, com os recursos que ela arrecada com *royalties* e

participação especial – R\$3,45 bilhões ou 55% dessas receitas.

Eu estou apresentando ainda outra emenda ao projeto que veio da Câmara que, além de corrigir o que é para mim um equívoco, em se tratando de um recurso tão estratégico para o País, irá propiciar os recursos necessários para compensar os estados afetados.

Esta minha emenda suprime o §2º do art. 42, incluído na votação na Câmara dos Deputados ao projeto original do Governo. Não veio no projeto do Governo. Surpreendentemente, uma emenda foi apresentada e foi acatada, a que trata da devolução dos valores dos *royalties* pagos pelo consórcio das empresas petroleiras.

Pelo que foi aprovado na Câmara na última hora, esses mesmos consórcios receberão de volta, em petróleo, os valores que pagaram em reais a título de *royalties*. Ora, isso acarretaria, pelo menos, dois problemas principais: primeiro, que então essas empresas concretamente não estariam pagando absolutamente nada a título de *royalties*; segundo, que elas receberiam de volta um bem sabidamente estratégico para o País.

Pela estimativa dos especialistas na matéria, calcula-se que esse valor hoje seria algo como US\$8 bilhões, ou aproximadamente R\$15 bilhões. Recursos que, pela minha emenda, irão, como devido, para os cofres da União. Recursos mais que suficientes, portanto, para compensar as perdas dos Estados afetados pela mudança do critério de distribuição de ganhos do petróleo, que, pela emenda Ibsen, irão para todos os Estados e Municípios, além do Distrito Federal.

Eu acredito que essas minhas propostas retomam, de forma moderada, a discussão e sugerem, pelo menos, um roteiro para uma negociação responsável e equilibrada sobre este tema, reconhecidamente sensível.

Volto a dizer, em muitos momentos de nossa história recente, muito se falou em descentralização das ações de poder. Cá entre nós, pouco se fez, ou se fez o insuficiente, em termos de desconcentração de recursos, recursos necessários para o financiamento das ações que se transferiram para a responsabilidade dos Estados e Municípios. A responsabilidade das ações foi para os Estados e Municípios, mas a verba necessária ficou com a União. O que se fez, portanto, foi descentralizar, mas sem desconcentrar. Ou a realidade tem mostrado que se descentralizou o ônus, mantendo-se centralizado o bônus, o dinheiro.

Essa descentralização não acompanhada da desconcentração aumentou o hiato entre a necessidade de recursos dos Estados, necessidade de recursos

dos Municípios e efetiva solução de seus principais problemas.

Como Município e Estado são as instâncias mais próximas do cidadão ou onde ele mais se sente “dentro”, é maior a pressão sobre os Governadores e Prefeitos na busca de soluções para os problemas do dia a dia da população. Governadores e Prefeitos tiveram que adquirir, portanto, maiores habilidades como negociadores, nem que, para tanto, tivessem que se distanciar de suas reais aptidões enquanto executores de ações públicas.

E essa é a razão das verdadeiras caravanas ou procissões de Prefeitos e Governadores pedintes pelos corredores dos Ministérios e pelos corredores do Congresso, na ânsia, na busca de recursos que lhes faltam para financiar programas e projetos cobrados pelas populações locais, notadamente nos campos da educação, saúde, segurança, infra-estrutura e economia social.

Com prazer, ouço o Senador Cristovam. Já lhe darei um aparte, Senador Suplicy.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Pode conceder, se preferir, porque ele já estava...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – É que eu tenho um par de óculos Varilux muito importantes. Eu estou sem eles, porque quebrei. Então, tenho outro par que é só para ler e, quando estou com ele, não enxergo nada. (Risos) Então, peço desculpas, porque estou meio atrapalhado.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, creio que o senhor – tenho acompanhado pela imprensa – realmente trouxe um caminho diferente daquele que a gente vinha discutindo a partir da Emenda Ibsen. Mas ainda acho que é um caminho tradicional. Nós temos discutido muito o problema da federação, da distribuição, da centralização, mas pensando espacialmente. Não estamos pensando temporalmente. E aí que eu acho um perigo essa ideia de usar os recursos finitos do petróleo, recursos que não durarão mais muitas décadas, e gastá-los no presente, tanto faz se Rio, São Paulo, onde for que se gaste. Se gastarmos no presente, daqui a algumas décadas, descobriremos que não temos petróleo e, mais grave, não transformamos o petróleo em algo novo e permanente. Vamos continuar gastando, ou se vamos continuar gastando, no custeio da máquina pública ou em projetos provisórios, nós vamos jogar fora o petróleo. Estamos queimando. Nós queimamos o petróleo quando usamos e nós queimamos quando gastamos o dinheiro que ele gera. Para mim, o grande debate é como descentralizar no tempo. E eu estava escutando o aparte do Senador Marco Maciel sobre como descentralizar no tempo, como “despresentizar”

– desculpem o neologismo – os recursos do petróleo, como fazer com que ele cheguem lá adiante, no próximo século. E este está só iniciando. Falo próximo o século XXII. Tenho a impressão de que a proposta que eu apresentei junto com o Senador Tasso Jereissati, sobretudo com sua contribuição, isso é verdade, eu acho que ajudaria nisso. A ideia de, primeiro, vincular o uso na educação, até porque, se continuarmos como o Governo Federal propôs a usar o fundo para saúde, pobreza, cultura, ciência e tecnologia, e educação, ele desaparece. Se a gente concentrar – aí sim, concentrar no sentido do destino setorial – na educação das crianças, nem mesmo para o ensino superior, a gente vai ter a transformação do petróleo, que é finito e provisório, em um recurso permanente, que é a massa cinzenta do povo brasileiro a partir da formação de suas crianças. Bem, como distribuir, no presente, esse dinheiro? Para mim, a proposta que apresentamos foi distribuir entre os Estados, todos eles, proporcionalmente ao número de crianças que estão na escola. O Rio de Janeiro vai ser o segundo Estado mais beneficiado. O primeiro é São Paulo. Mas não porque o petróleo está no Rio, mas porque as crianças brasileiras que estão no Rio são em número bastante grande para que o Brasil ajude o Rio de Janeiro a educar as crianças brasileiras. Então, eu quero dizer que o seu projeto, a meu ver, avança. Mas o Senador Tasso Jereissati e eu, apesar de pressentir – eu pelo menos – o avanço da sua emenda, do seu projeto, da sua proposta, nós preferimos dar entrada a esse outro, a essa outra emenda, como resultado até de um projeto nosso, que já tem acho que quase dois anos. É o projeto de vincular, não é centralizar a palavra, vincular no setor educacional. E, segundo, “despresentizar”, investir hoje para colher amanhã. E a proporção, do ponto de vista da federação, é ver a federação com olhos de brasileiros, não com olhos estaduais e municipais. Com olhos de brasileiros significa ver onde tem mais criança e colocar mais dinheiro. Essa é a proposta que nós estamos apresentando. Já apresentamos porque o prazo terminou ontem. E eu espero que, nos debates que tenhamos aqui, com a sua proposta, com a minha, como está a do Governo e como está aprovado na Câmara, a gente possa servir ao Brasil, mais do que a cada Estado individualmente.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Eu agradeço muito o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e quero já esclarecer o seguinte: eu recebi o telefonema de V. Ex<sup>a</sup>. Para muita honra minha, V. Ex<sup>a</sup> pelo menos me disse que era um dos primeiros que estava falando, era comigo, sobre a sua emenda. E eu, de saída, sou solidário com ela, como disse a V. Ex<sup>a</sup>. Quando nos reunimos, o Deputado Ibsen e os outros parlamentares, nós analisa-



mos e chegamos à seguinte conclusão: a emenda de V. Exª era tão importante e tão significativa que trazia um debate diferente para a questão. V. Exª não estava entrando na distribuição, na questão tanto para um tanto para outro; V. Exª estava entrando na destinação, o que, aliás, é nota 10.

Então nós achamos que era mais interessante as emendas entrarem separadas, para, na hora de votar, a gente fazer a conjunção. Se nós fossemos meter a emenda de V. Exª junto com a nossa, ela não teria nexos. Nós tínhamos que ficar nessa parte de como é que vai ser feita a distribuição. A distribuição é assim. Mas quero dizer a V. Exª que sou totalmente solidário, o Deputado Ibsen e as outras pessoas que comigo falaram são totalmente solidários à emenda de V. Exª. Acho que ela é corretíssima. Só quero esclarecer porque V. Exª e eu nos falamos pelo telefone que nós não incluímos aqui porque achamos que era muito importante que ela fosse uma emenda só, isolada, sem a briga de Rio com o resto do Brasil, sobre quanto é que vai para cá, quanto vai para lá. Isso é outra coisa. Seja o que for, em qualquer distribuição que se faça, é importante a emenda de V. Exª. Que a destinação seja esta: em primeiro lugar a educação.

Então, quero dizer que estou solidário, totalmente favorável, e quero apenas esclarecer que, conforme conversamos pelo telefone, achamos que não era para incluir porque a emenda de V. Exª tinha de ter um lugar especial, um destaque especial e uma votação em separado. Porque, no que tange a sua emenda, achamos que deva ser uma unanimidade que não tem nada a ver com essa aqui. Aqui pode haver divisão. Quem quer mais aqui, quem quer mais lá, quanto vai para cá, quanto vai para lá. Agora, com relação à destinação, nós achamos que deve haver uma unanimidade com relação a emenda de V. Exª.

Pois não.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Pedro Simon, V. Exª aqui busca como chegarmos a um maior equilíbrio na destinação dos recursos do pré-sal e, sobretudo, que possam todos os brasileiros se beneficiar. Se na nossa Constituição está explicitado, como é de bom senso, que os recursos naturais pertencem à União, isso significa que pertencem ao povo brasileiro. A Constituição também estabelece, no art. 20, § 1º, que aos Estados e Municípios onde a produção, o transporte provoquem eventuais efeitos ao meio ambiente, também é de se propor uma compensação. Esse princípio deve ser resguardado. Também deve ser resguardado aquilo que o Senador Cristovam Buarque propõe. Aqueles países, ou Estados, ou comunidades que puderam ter sucesso na aplicação dos benefícios do petróleo, muitas vezes,

pensaram nisso. Um dos exemplos mais notáveis é aquilo que aconteceu no Alasca, pois, em 1976, o então Governador Jay Hammond observou aos seus 300 mil constituintes, concidadãos: *“Precisamos pensar não apenas na geração presente, mas na vindoura porque o petróleo e outros recursos naturais não são renováveis. Então, vamos separar uma parcela [primeiro ele propôs 50%, mas na lei ficou pelo menos 25%] dos recursos provenientes da exploração do petróleo e recursos naturais para instituir um fundo que a todos pertencerá.”* A proposta foi aprovada por 76 mil a 38 mil, porque ele fez questão que todo povo participasse em um referendo. A partir dos anos 80, então, aqueles recursos passaram a ser investidos em títulos de renda fixa e *U.S. Bonds*, ações de empresas do Alasca que contribuíram para diversificar a sua economia, ações de empresas dos Estados Unidos internacionais, inclusive das 30 empresas brasileiras mais rentáveis, como a Petrobras, a Vale do Rio Doce, o Bradesco e o Itaú, o que significa que contribuímos para que isso exista lá, e empreendimentos imobiliários.

Ficou acertado na lei que os recursos sempre deveriam ser acumulados para que isso pudesse se acumular no tempo e, portanto, haveria a preocupação daquela riqueza ficar maior e maior sempre. Só se poderia, eventualmente, dispor daqueles recursos no que diz respeito àquilo que for o rendimento do Fundo Permanente do Alasca. Ademais, todos os anos, na lei estava dito que seria necessário reaplicar, no que fosse necessário, para recompor eventual perda de poder aquisitivo decorrente da inflação. E o Fundo passou de US\$1 bilhão, no início dos anos 80, para cerca de US\$40 bilhões, em anos recentes. E cada pessoa residente no Alasca foi recebendo, ano a ano, primeiro 300 e depois mais e mais, chegando, em 2008, a US\$2,069 mil. Dada a crise, a diminuição do preço do petróleo e a diminuição no preço das ações, em 2009, baixou para US\$1,35 mil. Mas algo em torno de US\$2 mil tem sido o benefício anual de cada uma das pessoas residente no Alasca. Hoje são 700 mil pessoas. Desde que ali residente há um ano ou mais, a pessoa recebe algo como US\$2 mil. Em uma família de, digamos, 5 pessoas – pai, mãe e 3 filhos –, são US\$10 mil. O economista Scott Goldsmith, da Universidade do Alasca, observou que esse instrumento fez do Alasca, conforme os dados econômicos dos Estados Unidos, o mais igualitário dos 50 Estados norte-americanos. Ele observa que qualquer liderança política que proponha o fim do sistema de dividendos do Fundo Permanente do Alasca cometerá suicídio político, porque, hoje, toda a população o considera adequado. Então, avalio que, dentre as diversas ideias, inclusive relacionadas ao objetivo de erradicação da pobreza absoluta, deve

também ser considerada – coloquei isto como emenda, às 8h30 da noite de ontem – a aplicação da Lei nº 10.835, que institui, por etapas, a Renda Básica de Cidadania. Ou seja, também essa proposta alternativa deve ser considerada. Mas cumprimento V. Exª porque o objetivo de V. Exª é fazer com que os Senadores das 27 unidades da Federação cheguem a um entendimento de bom senso que nos pacifique, que nos leve a um bom entendimento.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Agradeço muito o aparte de V. Exª, que lembra muito bem a questão do Alasca. Aliás, temos de reconhecer os lados positivos do americano. O exemplo do Alasca é algo impressionante, como é impressionante o que o americano está fazendo lá no sul, onde ele, pura e simplesmente, está deixando para o futuro as reservas como reservas técnicas. Quer dizer, eles também têm águas profundas. No Texas, eles têm uma reserva de petróleo que dizem é de Primeiro Mundo, mas eles não mexem nela. Não mexem porque estão deixando para o que vai acontecer no futuro.

No Alasca – aliás, é uma coisa engraçada –, que eles ganharam não sei como, que eles compraram da Rússia, eles fizeram um exemplo, como V. Exª diz, que foi perfeito. E no Texas – não sei qual o termo que V. Exª usaria –, que eles ganharam numa guerra, que eles compraram, que eles roubaram do México – não quero ser deselegante, mas acho que é mais ou menos por aí –, está a reserva técnica esperando para a hora necessária. E nós aqui brigando sem saber o que temos e o que não temos e o que vai ser feito, se é que nós temos.

Ouçõ o aparte do Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel (DEM – PE.** Com revisão do orador) – Nobre Senador Pedro Simon, serei muito breve. Eu só gostaria de fazer duas considerações. Em primeiro lugar, com relação ao Alasca, é bom lembrar que é um enorme território escassamente povoado. E as reservas lá são extremamente abundantes. Não é à toa que os americanos mantêm o território do Alasca sob permanente vigilância, porque é uma reserva estratégica, entre muitas que os Estados Unidos têm no campo energético. Essa é a primeira observação. A segunda observação que eu gostaria de fazer a V. Exª diz respeito a algo que foi suscitado pelo Senador Eduardo Suplicy. Acredito que a solução desse processo político que desabrochou com os projetos do pré-sal, há de ser encontrada através do entendimento. Aqui se diz com muita frequência – em grande parte é verdade – que o Senado é a Casa da Federação. Não vejo outro caminho a não ser o entendimento, como o Senador Suplicy salientou. Tivemos oportunidade de elucidar questões mais graves de maneira bastante simples e

acho que não teremos dificuldade em encontrar um denominador comum com relação a essa questão do pré-sal. O tempo nos ajuda e há um sentimento na sociedade brasileira de fazer com que esses recursos sejam adequadamente partilhados. Se somos um Estado federal, devemos ter sempre presente que os entes federativos não podem ser esquecidos a partir, inclusive, da sua primeira instância, que é a municipal. Cumprimento V. Exª pelo discurso.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Obrigado a V. Exª, Senador Marco Maciel.

Continuo.

Quer dizer que Governadores e Prefeitos concorrem entre si por recursos que continuam concentrados para resolver os problemas cuja solução foi descentralizada.

A União, por outro lado, ostenta sucessivos recordes de arrecadação, que atinge patamares e percentuais dos mais elevados do Planeta.

Agora mesmo, o noticiário dá conta de que a recuperação econômica, em relação ao início do último ano, resultou em um novo recorde nas receitas federais relativas ao primeiro bimestre, com aumento de 13,46% em termos reais.

Em janeiro e fevereiro de 2010, já se arrecadaram mais de R\$127 bilhões. Em 2009, o ano ainda corria e a arrecadação de impostos já ultrapassava os doze zeros à direita.

Nesse contexto de concentração, qualquer perda de arrecadação nos demais níveis, os Estados e os Municípios, é acompanhada do clamor, quando não da comoção, dos governantes locais.

O contraponto é verdadeiro: a mera possibilidade de aumento de recursos pode trazer a Estados e Municípios a expectativa de melhores condições de transformar projetos em ação efetiva. Nesse caso, a comoção dá lugar à emoção.

Esse é, sem dúvida, o contexto da discussão sobre a chamada Emenda Ibsen, que nós, do Senado Federal, vamos ter de ter a competência e a responsabilidade de fazer a discussão adequada, como ela merece. O projeto abre a possibilidade de se discutir um tema que há muito vem se arrastando, que é o nosso federalismo, que é a necessidade, mais que urgente agora, de uma efetiva reforma tributária. O federalismo brasileiro foi ferido profundamente nesses tempos de “guerra fiscal”. Um perfeito “maquiavelismo” da União, em detrimento dos melhores conceitos da Federação, mais ligados a “tratado”, “aliança”, “associação”, “liga”, algumas vezes, a “amizade”. Quer dizer, com tanta concorrência por recursos federais, por meio desse mesmo maquiavelismo, a União não é o que nos une; a União é hoje o que nos desune. A voz inclusive que

não mais chamam federalismo brasileiro; não mais chamam o federalismo brasileiro de cooperativo mas de predatório. É hora, portanto, do resgate de um melhor conceito de federação e, conseqüentemente, de fazer com que a descentralização das ações se façam acompanhar da devida desconcentração dos recursos necessários para tanto.

É hora de se debater nesta Casa que essa distribuição necessária dos recursos do pré-sal vem reforçar a tardia e cada vez mais necessária reforma tributária. O debate sobre os recursos do pré-sal não podem e não devem acirrar ânimos que se opõem ao verdadeiro federalismo, nem podem alimentar ideias separatistas, como em muitos casos em nossa história. Ao contrário, deve reforçar o debate sobre uma reforma tributária que nos devolva o conceito de federação enquanto união política entre Estados ou províncias que gozem de relativa autonomia e que se associam sob um governo central, como nos melhores dicionários.

Então, esse mesmo governo central tem papel fundamental no resgate do verdadeiro federalismo. A União tem que ser de fato aquilo que nos une. Daí o papel do Governo Federal neste momento não só para resolver essa questão da perda de recursos dos Estados afetados pelas novas regras de distribuição dos *royalties*, mas para de fato conceber e colocar em prática a reforma tributária – tão prometida, mas nunca cumprida.

Em todas as iniciativas sob o codinome de “reforma tributária”, o que se percebeu foi o artifício de votar, apenas, o que interessa ao Governo Federal, como – repito – as prorrogações da CPMF e da DRU.

Se a reforma tributária já tivesse sido concretizada, como prometida, certamente não teríamos tamanho acirramento de ânimo, nem mesmo a comoção dos dias atuais, e que não envolve tão somente o Rio de Janeiro e o Espírito Santo.

Essa discussão abrange, por todos os motivos aqui enunciados, não só Estados e Municípios na iminência de perda de recursos, mas também aqueles que vêem, nas mudanças propostas, a oportunidade de ampliar receitas tão bem-vindas neste tempo de penúria financeira.

“O petróleo é nosso”, mote para os grandes movimentos nacionais pela soberania de outros tempos, parece ter-se transformado em “o *royalty* é nosso”, para a sobrevivência dos Estados e Municípios, afetados pela mudança ou não, nos dias atuais.

Não cabe a justificativa, principalmente com a aprovação da minha emenda, na qual as empresas petroleiras realmente pagarão os devidos *royalties*, de que a União não terá recursos suficientes para compen-

sar a perda dos Estados e Municípios afetados com os novos critérios de distribuição desses recursos.

Trata-se de uma questão de prioridade. E aí eu não tenho dúvida de que as nossas disparidades de distribuição de renda são o melhor motivo para critérios mais democráticos de distribuição de recursos.

Os Estados afetados não podem, entretanto, como que numa morte súbita, ficar sem os recursos que são o seu próprio oxigênio para a asfixia causada pela concentração no âmbito federal. Entretanto, essa mesma asfixia tem sido epidêmica em todas as unidades da Federação. Então que se dirijam os recursos para os Estados afetados, mas que não se restrinja esse mesmo oxigênio. Ao contrário, que essa decisão se transforme no início efetivo de uma política de verdadeira desconcentração de recursos. E esse “tratamento” se chama reforma tributária.

Muito se discute hoje sobre a necessidade premente de uma reforma política. E eu sou um dos maiores defensores, nesta terra, da importância da reforma política.

Os fatos mais recentes corroboram a necessidade de que se alterem paradigmas que têm-se mostrado alimentadores da corrupção, da impunidade. Entretanto, não haverá um pacto federativo apenas com a reforma política.

A reforma política, portanto, é necessária. Mas não será suficiente se desacompanhada de uma reforma tributária. Juntas serão, portanto, os elementos necessários suficientes para a construção de uma verdadeira soberania. E, obviamente, da tão desejada cidadania.

A discussão sobre a distribuição dos *royalties* do petróleo pode ser o gatilho para um debate que se arrasta há tanto tempo.

Portanto, essa polêmica, de tão importante, pode levar, também, à discussão igualmente postergada sobre o País que desejamos e para quem o desejamos. Um País que, hoje, ostenta os primeiros lugares da economia mundial, mas que se mantém, repito, na tangência do rodapé da distribuição da renda em todo o planeta. Riqueza não nos falta, e não só o petróleo.

Que esse recurso tão importante seja assim melhor distribuído, sem que os Estados afetados tenham perda. Cabe à União a solução dessa equação distributiva.

O local mais apropriado para se discutir o novo pacto federativo e a reforma tributária é, sem dúvida, o Senado Federal. E o momento é agora; e o momento é já!

O Senado é a representação legislativa que mais fiel representa a Federação. São 26 Estados e um Distrito Federal. Cada Estado tem três Senadores,



independentemente de seu tamanho geográfico e populacional.

São Paulo tem oitenta Senadores; Piauí, oito. São Paulo tem oitenta Deputados; o Piauí tem oito, mas São Paulo tem três Senadores; Rio Grande do Sul tem três; Piauí tem três; Amazonas tem três.

Aqui, a Federação está realmente representada. Aliás, no Brasil pode-se dizer que o único lugar onde há a representação justa e equitativa da Federação é aqui no Senado Federal. Por isso, este é o local desse debate e dessa discussão.

Eu já disse aqui e agora reitero: cada um de nós tem necessariamente de se revestir de um conhecimento vertical do seu Estado, mas temos também necessariamente de ter uma visão horizontal, em termos do conjunto do País. Visão de Nação. Visão de Federação.

As emendas que estou apresentando, com a emenda importante do Senador Cristovam ao projeto que vem da Câmara dos Deputados, têm, portanto, uma perspectiva vertical e objetiva, qual seja, a de, aprovadas as novas regras de distribuição dos *royalties* do petróleo, que os Estados afetados não sejam penalizados com a imediata perda de recursos.

Mas, essa mesma emenda procura ter, também, uma perspectiva horizontal: pensar um País de tamanhos contrastes.

Há, portanto, na minha proposta, um objetivo específico: a compensação pela perda de recursos desses Estados. Mas, ela tem, também, um objetivo geral: o de construir uma verdadeira Federação.

Uma Federação que seja sinônimo, como nos dicionários e nos melhores compêndios de política, de “associação”, de “aliança”, de “liga”. E, principalmente, de “União”.

A má distribuição da renda é a argamassa de um muro que nos divide. Isso, em um país com tantos e com os mais valiosos recursos naturais de todo o planeta, que não se restringem, como já disse, só ao petróleo. Temos os mais estratégicos minerais, além do maior rio, da maior floresta, de todos os microclimas que se possa imaginar. Essas riquezas devem servir para derrubar o nosso muro da vergonha, e não para, ao contrário, torná-lo ainda mais intransponível para os excluídos.

Que essa discussão sobre o petróleo, como em tantas outras lutas históricas pela nossa soberania, transforme-se, portanto, no alicerce da construção coletiva do País que verdadeiramente desejamos.

Essa é a contribuição que faço, neste momento, no sentido de que possamos realmente encontrar uma grande saída; de que possamos fazer o diálogo, o debate. Que o Líder do Governo, Senador Jucá, do

meu Partido, não diga que há gente que está pensando que não se sente como se fosse filho da Pátria e que a Nação não pode ser o pai de todos. Deve ser. Acho que a Nação deve ser a grande responsável por esse entendimento.

Vou dizer algo que não tive coragem de escrever. Não tive coragem de escrever. Mas, assim como o Lula diz, muitas vezes, no improviso, aquilo que tenho certeza de que sua Assessoria não botaria no papel, eu digo aqui de improviso. Há algo muito interessante, muito importante. Eu não me sinto, nunca consegui sentir o que eu seria na Presidência da República. Sempre me considerei uma pessoa pequena, sem condição nenhuma para chegar a pensar numa coisa como essa, no que faria numa hipótese. Mas penso o seguinte: acho que ninguém que está lá na cadeira do Presidente, no fundo e no final, termina concordando em abrir receita da União. Com Fernando Henrique foi assim, com Lula foi assim, com Sarney foi assim, com a Assembleia Nacional Constituinte foi assim, na ditadura militar foi assim. Ninguém quer abrir mão. Na hora, na hora, por mais que haja receita, o cara quer mais.

Está acontecendo um fato realmente importante. Se não se fizer agora, não vai ser a Dilma que vai fazer, se ganhar a eleição, e muito menos o Serra; até a Marina, também não. Agora, o Lula pode fazer. O Lula pode ser o herói. O Lula pode ser o homem que terá tido a coragem de fazer; que passará para a história, se fizer essa reforma, realmente, da justa distribuição.

E, cá entre nós, ele pode fazer, até porque quem vai pagar a conta é a Dilma ou o Serra. Não vai ser no Governo dele. Então, ele vai ter a tranquilidade de fazer o entendimento; vai ter a visão, a responsabilidade de fazer o grande gesto, e que a conta seja paga pelo Serra ou pela Dilma.

Isso é muito importante, porque, se o Lula não fizer – o Lula não fez no início do primeiro Governo. A hora de fazer era no início dos primeiros quatro anos; não fez. O Lula não fez na hora do segundo Governo, poderia ter feito e não fez.

A emenda, a Reforma Tributária, o projeto do Deputado Rigotto, coordenador, Relator, que tinha como Presidente o ex-Ministro da Fazenda do Lula, aprovado por todos os Ministros da Fazenda, por todos os Governadores, por todos os Parlamentares, foi para votação. O Lula não deixou. Na hora de se votar, não saiu. Então, não vai sair nem no Governo da Dilma, nem no Governo do Serra. Agora, o Lula pode fazer. Ele pode ter o grande gesto... São coisas que acontecem. Mas as circunstâncias o colocaram nessa situação. Ele assina, faz o que tem que fazer, e vamos ver que a Dilma ou o Serra ou a Marina terminarão levando o País melhor do que antes.

Obrigado, Srs. Parlamentares.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Após brilhante e oportuno pronunciamento de Pedro Simon, pela Federação do Brasil, chamaremos o último Senador inscrito para uma comunicação inadiável, César Borges.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Sr. Presidente, eu pediria pela ordem, para ser inscrito pela Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex<sup>a</sup> já está inscrito. Chegou um documento aqui, V. Ex<sup>a</sup> está inscrito como Líder. Ele vai ser o último orador inscrito para uma comunicação inadiável, é o terceiro. Acabou a comunicação, lerei a Ordem do Dia, e esta sessão se tornou, pelo número, não deliberativa.

Então, estamos tendo o espírito da lei, a tolerância. O Pedro Simon, por exemplo, regimentalmente, teria dez minutos. Foi uma hora, mas o tema dele, muito importante: a distribuição da riqueza.

E, agora, este também extraordinário homem público do Nordeste, Senador César Borges, que hoje é do PR, um dos Partidos mais tradicionais na história do Brasil.

**O SR. CÉSAR BORGES** (Bloco/PR – BA) – Partido da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – De Rui Barbosa, por isso V. Ex<sup>a</sup> o segue.

**O SR. CÉSAR BORGES** (Bloco/PR – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, dizer da minha satisfação de que a Medida Provisória nº 471, de origem do Executivo, que foi aprovada na Câmara dos Deputados e por este Senado sem nenhuma modificação e que prorroga os benefícios fiscais para as indústrias localizadas no Norte, Nordeste e Centro Oeste, foi transformada em lei, a Lei nº 12.228, sancionada pela Senadora Serys, que estava respondendo pela Presidência, já que um projeto aprovado sem modificação, uma Medida Provisória aprovada sem modificação na Câmara e aqui pode ser sancionada pelo próprio Congresso Nacional.

E isso permite a expansão da Ford na Bahia. Vai-se gerar mais de mil empregos, investimentos de mais de R\$2,5 bilhões, para se desenvolverem tecnologia, novos produtos, novos engenheiros. Ou seja, um momento muito importante para a Ford.

Temos de agradecer a compreensão do Presidente Lula, porque foi uma luta da Bahia, do Governador Jaques Wagner e de todos nós, para que esses incentivos fiscais fossem prorrogados até o ano de 2015, tendo-se como contrapartida mais investimentos ainda

para a Bahia. Então, esse era o primeiro assunto que eu queria trazer neste momento, Sr. Presidente.

O segundo, Sr. Presidente, é um assunto recorrente.

Já vim diversas vezes a esta tribuna, mas serei incansável. Virei dezenas, centenas, se for necessário. Nós precisamos dar uma solução para o grave problema que aflige a cacauicultura baiana. Estamos vivendo uma crise interminável, e, apesar da boa vontade demonstrada pelos governos federais, tanto o que antecedeu o Governo do Presidente Lula, o do Presidente Fernando Henrique, quanto o do atual Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, que lançou o programa PAC do cacau, lamentavelmente a situação continua grave.

Estivemos aqui, Sr. Presidente, na semana passada. A Medida Provisória nº 470, lamento, transformou-se em uma medida provisória sem eficácia, porque foi vencido o seu prazo. Essa medida provisória tinha sofrido diversas modificações na Câmara dos Deputados, e novas emendas estavam previstas aqui no Senado, incorporadas pelo Relator revisor, Senador Gim Argello. Mas, por falta de acordo, esse novo texto não foi votado, e o prazo de vigência da medida provisória, inclusive com a prorrogação, expirou-se.

Sr. Presidente, entre as emendas previstas, destaco, como de particular interesse, as que tentavam solucionar, equacionar a dívida dos cacauicultores do Estado da Bahia, que, volto a repetir, tem-se arrastado por mais de uma década. Na verdade, essa crise começou em 1989. Então, já são duas décadas e alguns anos. Começou com a chegada da vassoura-de-bruxa naquela região, depois houve a queda do preço do cacau, enfim, também projetos de recuperação que não tiveram sucesso.

Então, esse momento difícil da cacauicultura tem se arrastado por décadas, com prorrogações que não apresentam a saída definitiva para recuperar a produção, a produtividade e os empregos de uma região que abriga mais de 3 milhões de habitantes. Já houve um desemprego de mais 250 mil trabalhadores rurais.

A crise do cacau na Bahia gera efeitos sociais perversos como a queda de renda dos Municípios e o desemprego em massa, numa atividade econômica intensiva em mão de obra. Isso atinge, em maior ou menor escala, 105 Municípios baianos, ou seja, um quarto do total dos Municípios do Estado.

A partir da vassoura-de-bruxa, que chegou na Bahia em 1989, as produtividades das lavouras passaram a declinar progressiva e acentuadamente com perdas médias ao redor de 85%. Essa situação agravou as condições financeiras dos produtores que já estavam combatidas em razão da queda internacional

do preço do cacau, devido aos elevados estoques do mercado.

Sr. Presidente, o que tem ocorrido ao longo dos últimos 20 anos é que os produtores de cacau têm assumido dívidas crescentes na vã esperança de combater a vassoura-de-bruxa e assim tentar recuperar a produção, a renda e soerguer o agronegócio do cacau.

É fato notório também, Sr. Presidente, isso é muito grave, que os produtores foram induzidos, compelidos, digo até mesmo obrigados a aceitar pacotes tecnológicos incompatíveis com a realidade local, que não solucionaram o problema dos produtores no combate à praga da vassoura-de-bruxa e aumentou drasticamente o endividamento do setor, quando esse combate deveria ter sido feito com recursos públicos. Os cacaucultores foram obrigados a fazer com endividamento pessoal.

O que é pior, Sr. Presidente, não houve resultado, não houve solução para o problema. Endividou-se a lavoura, endividaram-se os produtores e não houve solução para a melhoria da produtividade da lavoura que deveria alcançar com combate indicado, na época, pelo órgão técnico, que era a Ceplac.

Sr. Presidente, as linhas de crédito e as reestruturações das dívidas foram incompatíveis com a realidade do setor. Para uma lavoura em crise, produtores descapitalizados e com dívidas astronômicas, a linha de crédito não foi adequada, pois estava associada com encargos financeiros elevados, eu diria impagáveis. E como mencionei, o crédito foi utilizado para implantar os pacotes técnicos caros e, infelizmente, totalmente ineficazes, sem nenhuma participação do produtor. Eles foram induzidos a um erro técnico, aconselhados por um órgão técnico que deveria estar zelando para que pudesse ser recuperada a lavoura com recursos públicos e com medidas técnicas adequadas, compatíveis e corretas.

Essa ineficácia foi até reconhecida, veja bem, reconhecida em 2001 pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central, que permitiram que os financiamentos contraídos nas primeiras etapas do programa de recuperação da lavoura cacaueira fossem renegociados, o que representou um certo alívio, mas que evidentemente não solucionou o problema dos produtores. E estes atualmente acumulam a dívida de quase R\$1 bilhão.

Como consequência, o desemprego alcançou 250 mil trabalhadores e a maioria desse contingente também perdeu suas moradias que se encontravam nas próprias propriedades rurais, nas fazendas. A produção na Bahia, que já esteve próxima a 380 mil toneladas ao ano, atualmente, Sr. Presidente, veja e registre-se, situa-se entre 100 a 150 mil toneladas. Quer dizer, nós

que éramos francos exportadores de um cacau de alta qualidade, passamos a ser importadores de cacau de baixa qualidade de países da Ásia, como a Indonésia, para manter a indústria moageira, que foi implantada na cidade de Ilhéus, para poder processar o nosso cacau, acrescendo na pauta de exportação brasileira valores agregados. Hoje, nós somos, lamentavelmente, importadores de cacau.

Assim, vieram os planos de recuperação da lavoura cacaueira em suas várias etapas, e mais recentemente, Sr. Presidente, aproximadamente dois anos, veio o PAC do Cacau, lançado pelo Presidente Lula. Entretanto, essas medidas estão se mostrando ainda totalmente insuficientes para solucionar esse grave problema do cacau na Bahia.

A solução para esse problema é uma luta que temos travado aqui no Senado. O Governo da Bahia tem travado, por meio da Secretaria da Agricultura, tem travado junto com os produtores, os produtores mobilizados, todos nós. Entretanto, motivados por requerimentos da minha autoria, a Comissão de Agricultura já realizou duas audiências públicas com autoridade do setor: uma, no ano de 2007 e, outra, no ano passado, em 2009. O intuito sempre foi de ouvir os produtores e os representantes do governo, de forma a tentar equacionar o problema do endividamento da lavoura.

Nessa última audiência pública, ficou o compromisso do Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Sr. Gerardo Fontelles, que conhece como ninguém a questão do cacau, de encaminhar uma proposta que pudesse dar novo fôlego para os cacaucultores em termos de prazo, carência e crédito novo para recuperar a produtividade do setor.

Nesta última Medida Provisória nº 470, duas emendas apresentadas ao Relator por setores do próprio governo, basicamente, tratavam da prorrogação do prazo e da incorporação de contratos no âmbito do chamado PAC do Cacau.

Entretanto, Sr. Presidente, fui procurado pelos representantes do setores produtivos, inclusive da Federação da Agricultura do Estado da Bahia, e da Associação dos Produtores de cacau, que buscavam novas emendas que contemplassem uma solução que pudesse ser definitiva, uma solução que fosse aquela que viesse atender à toda a lavoura para a questão do endividamento

Desse modo, negociamos aqui, no plenário desta Casa, com o Senador Romero Jucá, com o Líder do Governo, que teve a melhor das boas vontades, apresentando as razões e as necessidades das emendas complementares. Isto porque não adianta novas meias soluções, meia-sola não adianta, Sr. Presidente, meias propostas também não para um problema velho que

se prolonga há mais de vinte anos, numa agonia interminável, um reclamo interminável dos produtores de cacau da Bahia.

Finalmente, houve a promessa e o compromisso público do Senador Romero Jucá de incluir as proposições da Medida Provisória nº 472 – que já chegou a esta Casa e será discutida na próxima semana – já que na MP 470 não foi possível, não foi viável, porque houve uma obstrução da Oposição e ela caducou. Então, vamos verificar se, com a boa vontade deste Plenário, do Líder Jucá, dos setores governamentais, nós teremos agora na Medida Provisória nº 472 a oportunidade de incluir na sua inteireza as medidas necessárias para que solucionemos de uma vez por todas essa grave e angustiante questão da lavoura cacaueira no Estado da Bahia.

Quero destacar, Sr. Presidente, que, na última segunda-feira, o Presidente Lula, que visitou a região cacaueira Itabuna/Ilhéus na sexta-feira da semana passada, insensível ao reclamo dos agricultores, recomendou ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega que haja uma atenção especial para sanar os problemas da cacaucultura baiana.

Ontem eu conversei com o Ministro Mantega, que mostrou boa vontade de examinar exatamente as emendas discutidas aqui com os produtores e que foram discutidas com o Senador Romero Jucá, para serem incluídas na Medida Provisória 470. Eu encaminhei essas propostas para análise do Ministério da Fazenda e estou informado de que o Ministério da Fazenda está analisando, disse-me o Senador Romero Jucá, que tem essa informação. Nós vamos tentar que isso seja incluído na Medida Provisória nº 472 na próxima semana e que haja um compromisso do Governo de, quando aprovarmos aqui no Congresso Nacional, não sofra vetos quando for para sanção do Presidente da República.

As emendas que denomino de complementares têm três objetivos. Primeiro, beneficiar 1.300 produtores que representam 25% da área cultivada na Bahia. Esses produtores estão impedidos de contratar crédito novo em razão de as hipotecas de primeiro grau estarem no Banco do Brasil e as hipotecas de segundo grau, no Banco do Nordeste. As proposições concentram essas hipotecas em uma única instituição, que deveria ser o Banco do Nordeste, e também prorrogam o prazo para regularizar a dívida desses produtores.

Segundo, um novo dispositivo foi incluído para ampliar os prazos para liquidação, vencido em 30/12/2009, ou seja, uma negociação a vencer já em 30/03/2010, da dívida rural inscrita na dívida ativa da União. A proposta confere aos produtores condições para renegociar suas dívidas, inclusive com suspensão das

lamentáveis execuções fiscais, que trazem uma inquietação tão grande a qualquer produtor que receba uma execução fiscal para uma dívida que sequer foi fiscal, foi bancária, transformando-se, posteriormente, em execução fiscal.

Terceiro, Sr. Presidente, novas tabelas foram introduzidas repactuando os descontos e as faixas de incidências desses descontos referentes às dívidas do programa de recuperação da lavoura cacaueira. Os descontos originários contidos na Lei nº 11.775, de 2008, não são suficientes para suprir os prejuízos causados aos produtores. Portanto, as novas tabelas propostas resgatam, com justiça, os descontos merecidos para os produtores que continuaram na atividade, apesar de todas as adversidades vividas ao longo desse tempo.

Finalmente, Sr. Presidente, também propus a inclusão de mais de 2.800 contratos de operações de crédito, no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) ou do Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para renegociação e liquidação, conforme as condições estabelecidas para a etapa 4 do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana. A proposta original do Governo incluiria apenas 1.400 contratos. Essa correção ampliará o alcance social do PAC do cacau, pois abrangerá o conjunto maior de produtores rurais, principalmente de pequenos produtores.

Em breve, Sr. Presidente, na próxima semana, a MP 472 estará aqui sendo discutida no Plenário, e eu estarei atento para que o compromisso afirmado e reafirmado tenha a sua concretude.

Também estarei lutando para que as emendas já garantidas pelo Governo Federal sejam mantidas. Certamente, defenderei todos aqueles que dependem do cacau como fonte de renda e de emprego. Sou um baiano, reconheço a importância dessa lavoura para a Bahia e também sou filho e descendente de produtores – vidas e gerações dedicadas à atividade e que não podem ser abandonadas à própria sorte.

Espero que a sensibilidade do Presidente Lula, demonstrada em Ilhéus e aqui na segunda-feira, sensibilize também as autoridades do Ministério da Fazenda, o Ministro Guido Mantega e tenhamos possibilidade de ver acatadas essas propostas e emendas, aprovadas e transformadas em lei, sancionadas para trazer um mínimo de segurança e esperança aos produtores rurais da lavoura cacaueira baiana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) –  
Passa-se à



## ORDEM DO DIA

Tendo em vista a falta de quórum em plenário, a Presidência encerra a Ordem do Dia e transfere os itens da pauta para a próxima sessão deliberativa ordinária.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

### 1

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2010

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Gim Argello), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009*.

### 2

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos*.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

### 3

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda

nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

### 4

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional*.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

### 5

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior*.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

### 6

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 100, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos*.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

### 7

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº

138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude)*.

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

## 8

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que *dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece*.

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

## 9

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional*.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

## 10

### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”,*

*para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.*

## 11

### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que *proíbe a utilização do jateamento de areia a seco*.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

## 12

### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985*.

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

## 13

### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica*.

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

## 14

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000,

na Casa de origem), que *extingue as listas trípticas do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995*.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

### 15

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (no 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto)*.

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a Emenda nº 1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

### 16

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2004 (nº 3.842/97, na Casa de origem, do Deputado Inácio Arruda), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas*.

Parecer favorável, sob nº 2.539, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Flávio Arns, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, de redação, que apresenta.

### 17

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo),

que *define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior; e

– de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador João Durval.

### 18

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006 (nº 709/2003, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas autarquias e fundações públicas*.

Pareceres sob nºs 2.520 e 2.521, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta; e

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

### 19

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”)*.

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

### 20

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001,



na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), que *dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna*.

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

**21****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que *altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos)*.

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

**22****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

**23****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente)*.

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

**24****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências*.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

**25****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica*.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

**26****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz)*.

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais.

**27****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (nº 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que *dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina*.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

**28****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que *altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

**29****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços)*.

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

**30****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003,

que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos*.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

**31****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social*.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

**32****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados*.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

**33****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer*.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

**34****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito*.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

**35****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor)*.

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

**36****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008**

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que *dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências*.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

**37****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (nº 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que *regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências*.

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

**38****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que *altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial*.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

**39****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que *inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança*.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

**40****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que *dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

41

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Rissotto), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.*

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

42

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas.*

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

43

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).*

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidania, Relator: Senador Romero Jucá.

44

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2007**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Pa-

recer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que *aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.*

45

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2009**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que *aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.*

46

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006**

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

47

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que *acrescenta*



*o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.*

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

**48**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

**49**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.*

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

**50**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.*

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

**51**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

## 52

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2003– COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

## 53

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar,

de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

## 54

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação

ção conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

**55****PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

**56****PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar,

de autoria do Senador Jefferson Peres, que *acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

**57****PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que *altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes



Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

## 58

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

## 59

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de

maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

## 60

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

## 61

**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que *altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

## 62

**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a deci-*

*são que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

## 63

**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

## 64

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que *acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

## 65

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei*

*Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

## 66

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes



Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea c/gz do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a

*suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

69

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008**

*(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos

da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

**70****PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que *altera a redação da alínea c do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

**71****PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa*

*e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

**72****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.*

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

**73****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.*

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

#### 74

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

#### 75

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.*

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

#### 76

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo*

*de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.*

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

#### 77

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.*

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

**O SR. JAYME CAMPOS** (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, Senador Jayme Campos, do DEM.

**O SR. JAYME CAMPOS** (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estou na ordem de inscrição como orador na tarde de hoje, mas também quero inscrever-me pela Liderança do Partido, Líder do Democratas.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Pois não.

Chamaremos agora o Senador Lobão Filho, que tem um documento, como Líder do PMDB. O Senador Lobão Filho parece-me que se despede, e vem o Lobão pai. Apreendi de Leonardo da Vinci que mau discípulo é o que não suplanta o mestre. Mas o mestre de V. Ex<sup>a</sup> é seu pai. Vai ser difícil superá-lo, pois ele já foi três vezes Senador da República eleito, duas vezes Deputado Federal, e mais, ali ele esteve como jornalista descrevendo a história do Senado. Inclusive ele esteve presente até quando houve tiroteio no Senado. Então, é uma vida muito...

Eu sou ali do Estado vizinho, e ele, com essa extraordinária mulher, dá exemplo de que o amor constrói para a eternidade. E V. Ex<sup>a</sup> é o produto desse amor, mas vai ter – eu gosto muito de você, Lobão – que suar a camisa. Maior discípulo é o que não suplanta o mestre. Eu sei que ele quer que você o suplante, mas a carreira do seu pai foi muito brilhante.

E eu dou o testemunho. Eu moro ali ao lado, na Parnaíba, e eu acordava de madrugada, quando ele governava o Maranhão, e ouvia transmitida a voz dele



por uma rádio que nós temos em Parnaíba. Ele ma-  
drugava falando para o povo.

Naquele tempo, a eleição do grupo que V. Ex<sup>a</sup> re-  
presenta estava perdida. E eu, por acaso, era Prefeito  
de Parnaíba e fui buscá-lo. Quando estava em vista  
de uma derrota, eu me lembro muito bem, fomos ao  
hotel deixá-lo, e ele, com seu entusiasmo, com sua  
competência – claro, apoiado pela Adalgizinha dele  
que está ali –, virou o jogo, ganhou e foi Governador,  
extraordinário Governador do Maranhão. E, no Senado  
da República, nós devemos muito a ele, e o País deve  
ao Senado. Ele chegou à Presidência num dos momen-  
tos mais difíceis. Nós tivemos momentos difíceis este  
ano, e eu estou na Mesa Diretora. Mas ele foi naquele  
*affair* – Antonio Carlos Magalhães e Jádér Barbalho –;  
num momento difícil, ele assumiu esta Presidência, e  
o Senado saiu fortalecido.

Então V. Ex<sup>a</sup> vai ter que suar para superar o mes-  
tre, como disse Leonardo da Vinci.

Com a palavra, o Senador Lobão Filho.

**O SR. LOBÃO FILHO** (PMDB – MA. Pronuncia o  
seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presi-  
dente, meu amigo Senador Mão Santa, longe de mim  
querer superar esse a quem substituo. Na realidade,  
desejo-me espelhar nele para dar a minha modesta  
e singela contribuição para o meu Estado e para o  
meu País. E é exatamente em razão disso que, hoje,  
me encontro aqui, numa prestação de contas desse  
período de dois anos e quase meio que me encontro  
nesta Casa, para meu orgulho e minha satisfação e  
para o prazer de poder conviver com figuras ilustres,  
Ex-Governadores, como temos aqui neste momento,  
presentes, V. Ex<sup>a</sup>, meu eterno Governador César Bor-  
ges e tantos outros.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje é um  
dia especial para mim.

Antes de iniciar o meu discurso, Sr. Presidente,  
eu gostaria de fazer o registro da presença da De-  
putada Nice Lobão, aqui no plenário da nossa Casa,  
minha genitora e também a razão maior de eu estar  
aqui hoje.

Hoje é um dia muito especial para mim e, por isso  
mesmo, eu gostaria de registrar aqui desta tribuna, que  
tanto relevo tem na história do Brasil, algumas palavras,  
as quais julgo serem merecedoras do acolhimento da  
atenção de V. Ex<sup>as</sup>.

É com muita emoção que ofereço a todos, com  
muito carinho, da lavra deste meu coração talvez ain-  
da jovem para os padrões desta Casa, algumas con-  
siderações. Elas são especialmente dirigidas a meus  
prezados Colegas do Senado Federal, bem como  
também a todos que nos honram com suas atenções

neste momento em que me despeço das atividades  
desta Casa.

Este meu gesto, embora modesto, é, porém, ei-  
vado de sinceros votos e bons sentimentos, os quais  
gostaria de compartilhar com V. Ex<sup>as</sup>. Confesso também  
que a minha vinda aqui hoje a esta tribuna é para mim  
uma iniciativa de justificado regozijo. O que me levou  
a estar nesta tribuna é tão-somente, e por que não di-  
zer, fundamentalmente e verdadeiramente, a riqueza  
de boas experiências e valiosíssimas amizades aqui  
estabelecidas, bem como o acolhimento que recebi  
nesta Casa legislativa.

Essas experiências, Sr. Presidente, e amiza-  
des criaram raízes profundas no meu coração e, com  
certeza, para minha felicidade, ali permanecerão no  
porvir. Assim, o meu muito obrigado a todos aqueles  
que, de uma forma ou de outra, participaram de tudo  
aquilo que construí em minhas atividades no Senado  
da República ao longo desses dois últimos anos.

O destino nos coloca muitas vezes diante de gran-  
des desafios que nos fortalecem ao longo da caminhada  
por Ele traçada. A Providência, em sua sabedoria, e  
onipresença sobre a história e nossas vidas pessoas  
só nos delega tarefas que podemos executar.

Deus me proporcionou uma vida a qual só te-  
nho a louvar e a agradecer, seja no âmbito da minha  
querida família Lobão, como também na minha vida  
empresarial, as quais sempre exerci com necessário  
sentimento de responsabilidade social e em benefício  
do nosso País e do meu Maranhão, notadamente de  
sua gente querida e trabalhadora.

Como eu disse, este é um momento especial-  
mente significativo para mim, quando me preparo para  
deixar o Senado da República. Nessa circunstância,  
quero falar com muito carinho da minha abençoada  
família Lobão.

A envergadura política do meu pai, Edison Lobão,  
Ministro das Minas e Energia nos últimos dois anos e  
dois meses, Senador da República por três mandatos,  
conforme V. Ex<sup>a</sup> mesmo mencionou, ex-Governador do  
nosso Estado, ex-Deputado Federal por dois manda-  
tos, ex-Presidente desta Casa, ex-Presidente da Co-  
missão de Constituição e Justiça do Senado, dentre  
outros cargos importantes, emoldurou em mim, desde  
a minha juventude, o exemplo de homem público de  
grande envergadura a ser seguido; o homem público  
talhado para as questões de Estado e defesa do nos-  
so povo.

Modestamente, espero ter conseguido preencher,  
nesse período no Senado da República, com altivez  
e honradez e sobretudo humildade, a cadeira do Se-  
nador Edison Lobão. Uma tarefa difícil por tudo aquilo



de destaque e importância que ele representa para a vida pública do nosso País.

Ressalto também o meu reconhecimento, minha reverência e profunda gratidão pela minha amada mãe, Deputada Federal Nice Lobão, a quem dedico este momento principalmente. Ela também agora inicia uma nova cruzada de um novo mandato; ela, que é Deputada já por três mandatos, irá conquistar seu quarto mandato.

**O Sr. João Ribeiro** (Bloco/PR – TO) – Vim para apartear-lo, meu Senador, quando puder.

**O SR. LOBÃO FILHO** (PMDB – MA) – Com todo o prazer, Senador João Ribeiro.

**O Sr. João Ribeiro** (Bloco/PR – TO) – Senador Edinho Lobão, eu estava no meu gabinete, e cheguei até um pouco cansado, porque, depois que a gente passa dos cinquenta, não pode correr muito.

**O SR. LOBÃO FILHO** (PMDB – MA) – V. Exª não tem cinquenta ainda. Deve ter mal e mal quarenta.

**O Sr. João Ribeiro** (Bloco/PR – TO) – Tenho um pouquinho mais, Senador. Fui avisado pela minha assessoria que V. Exª estava na tribuna. E eu deixei a minha assessoria de plantão. Disse: olha, quando o Senador Lobão Filho for para a tribuna, quero estar presente para poder dizer algumas palavras, sobretudo neste momento em que ele se despede do Senado para ceder o lugar ao titular, o seu pai, que é meu padrinho. Aliás, ele me deu uma notícia muito boa. Tenho dito sempre que ele é um dos homens mais retos que conheci na vida pública. Estive com ele há mais ou menos três, quatro meses, levei o atual Governador do Tocantins, Carlos Henrique Gaguim, para solicitarmos apoio do Ministro no sentido de liberar recursos para o Programa Reluz, que é o programa que melhora a iluminação das vias públicas dos Municípios por este Brasil afora. Um programa do Ministério, executado pela Eletrobrás. E o Ministro Lobão, correto como é, mandou disparar o projeto e disse a mim e ao Governador, naquele momento, que poderíamos procurar adequar o projeto e agilizá-lo porque, antes de ele sair, ele liberaria os recursos. E hoje, para minha alegria, ele me telefonou e fui dar um abraço no meu amigo Lobão, que disse que não poderia deixar o ministério sem me atender nessa minha solicitação, que é uma solicitação do povo do Tocantins, do Governador e de todos nós. Então, só para que as pessoas conheçam e saibam quem é o Senador Edison Lobão pai e também quem é o Senador Edison Lobão Filho, um dos melhores amigos que constitui nesta Casa, por quem tenho profundo respeito e admiração. E até ousaria dizer que o Brasil ganhou com a ida do Senador Lobão pai para o ministério, que fez um excelente trabalho à frente do Ministério das Minas e Energias, um homem

competente, dedicado à causa pública e ao País, e ganhou um grande Senador aqui no Senado. O Senador Lobão Filho não deixou nada a desejar nesse período, já que, se em qualquer momento ele tivesse qualquer dificuldade, bastaria pegar o telefone e ligar: pai, como eu faço com isso? Então, V. Exª tem essa alegria. E veja que a nossa Deputada Nice Lobão, que deve estar muito orgulhosa, sempre esteve, de todos os filhos que tem, do marido que tem e, sobretudo, dela mesma, que é uma grande Parlamentar, que foi uma grande Primeira Dama do Maranhão e que exerce um excelente mandato de Deputada federal. Mas, ela está aqui orgulhosa hoje, como mãe, por ver seu filho na tribuna. Tenho certeza de que, para ela, é o filho querido.

O filho nunca deixa de ser pequeno, de ser aquele do colo, de ser aquele que ela acarinha, que ela faz o carinho e que ela tem sempre o olhar de mãe, o carinho e o respeito de mãe. E você, como é um filho carinho também, Senador Edinho, sei que está muito orgulhoso de ver a sua mãe aqui. Então, eu acho que a felicidade é completa, porque V. Exª hoje, ao deixar, ao se despedir da tribuna do Senado, tem a sensação do dever cumprido. E V. Exª partirá para nova missão, já que tenho informações de que o Ministro Senador Edison Lobão é amplo favorito na disputa das eleições deste ano para o Senado Federal. Eu, do lado de cá, no Tocantins, se tiver um maranhense que vota do outro lado, eu vou dizer: olha, o homem é o Lobão! Disse isso esses dias na tribuna numa fala que pude fazer lá no encontro da usina hidrelétrica do Estreito. V. Exª não estava, mas o Ministro Lobão estava, mandei um abraço e um recado por ele, e disse aos maranhenses que ali estava um dos maiores homens públicos do Brasil e que, portanto, o Lobão, por merecimento e competência, deveria retornar ao Senado Federal, cargo que ele pretende disputar este ano. Então, para não tomar muito o tempo de V. Exª e não impedir que continue o seu pronunciamento, eu só quero dizer que V. Exª tem aqui um amigo, um sertanejo simples lá do Tocantins. Se Deus quiser, no ano que vem, estarei aqui novamente como Senador, já que pretendo disputar a eleição este ano também. E como vou estar por onde V. Exª andar, pode dizer: tenho amigos no Brasil inteiro e lá no Tocantins além dos muitos que V. Exª tem, eu tenho um amigo, que é o Senador João Ribeiro, que é amigo meu, do meu pai, da minha família. Então, que Deus ilumine muito V. Exª e o seu pai, e a família toda nesta caminhada de grandes representantes do povo do grande Estado do Maranhão e do Brasil. Meus cumprimentos e parabéns a V. Exª pelo trabalho que aqui realizou e realiza.

**O SR. LOBÃO FILHO** (PMDB – MA) – Senador João Ribeiro, eu agradeço emocionado suas palavras. Saiba que não recorri apenas ao Ministro Lobão quando da minha entrada aqui, recorri também ao grande amigo que vou carregar para o resto da minha vida no meu coração, meu amigo João Ribeiro, Líder do seu Partido aqui no Senado. E, justiça seja feita, foi o primeiro convite que recebi para entrar no Partido foi o de V. Ex<sup>a</sup>. Assim que me desliguei do Democratas, V. Ex<sup>a</sup> me comunicou que sentira muito honrado com o meu ingresso no PR. E aquilo, naquela época, já me deixou extremamente sensibilizado, o que fez com que os nossos laços chegassem ao ponto em que chegaram de uma amizade inamovível, eterna, pere-ne, forte e sincera. Saiba que tem em mim um grande admirador do seu trabalho como homem público no seu Estado do Tocantins e torcedor pelo seu sucesso eleitoral nesse pleito que se avizinha. Tenho certeza que o Estado do Tocantins irá reconhecer o grande homem público que V. Ex<sup>a</sup> é.

Tenho certeza de que o Estado de Tocantins irá reconhecer o grande homem público que V. Ex<sup>a</sup> é. Muito obrigado, meu amigo.

**O Sr. João Ribeiro** (PR – TO) – Senador Edinho, agradeço-lhe pelas palavras. Tenho, inclusive, Senador Mão Santa, a satisfação de dizer que o tempo para o primeiro pronunciamento do Senador Edinho Lobão – não era tentando conquistá-lo para que ele viesse para o Partido, porque todo mundo o queria naquele momento – foi cedido por mim, como Líder. Cedi o tempo do meu Partido para que ele pudesse fazer seu primeiro pronunciamento nesta Casa. Acho que ele estava sem Partido naquele dia e eu disse: o tempo do PR está à sua disposição. E ele pode usar meu tempo para fazer o seu pronunciamento, o seu primeiro pronunciamento nesta Casa. Boa sorte e uma brilhante caminhada para V. Ex<sup>a</sup>. Muito obrigado.

**O Sr. Jayme Campos** (DEM – MT) – Senador, Lobão, conceda-me um aparte, por gentileza.

**O SR. LOBÃO FILHO** (PMDB – MA) – Concedo, com todo o prazer, um aparte ao Senador Jayme Campos, meu amigo.

**O Sr. Jayme Campos** (DEM – MT) – Prezado Senador Lobão Filho, quero, nesta oportunidade em que V. Ex<sup>a</sup> se despede do extraordinário trabalho que realizou como Senador nesta Casa, dizer que, para mim – um político com uma idade mais avançada e que já teve a oportunidade de conviver por muitos anos com o querido pai, Ministro Lobão – a família Lobão fez uma história não só no Maranhão, mas certamente também do Brasil. Neste momento em que V. Ex<sup>a</sup> se despede do seu mandato, tendo em vista que o Ministro Lobão retorna, vejo aqui sentada a sua querida mãe, a Depu-

tada Eunice. Não tenho dúvida nenhuma de que um dos motivos de que ela mais se orgulha é o de vê-lo aqui na tribuna como Senador da República. Quero dizer à Deputada Eunice que tive a primazia de conhecer Edison Lobão Filho. E, para mim, confesso que é um exemplo de político, um exemplo de cidadão, de brasileiro, que veio aqui compromissado com a sociedade brasileira, sobretudo defendendo boas leis para o Brasil. Quando V. Ex<sup>a</sup> se despede nesta oportunidade, pode ter certeza de que V. Ex<sup>a</sup> travou uma aliança para a história do Senado Federal. Não é em vão a sua passagem. Muito pelo contrário, V. Ex<sup>a</sup> deixou marcas. Espero, sem dúvida, que V. Ex<sup>a</sup> retorne a esta Casa, para o Congresso Nacional. É de jovens que, como V. Ex<sup>a</sup>, são determinados, obstinados, vivendo em busca efetivamente de um Brasil melhor que o País precisa. Por isso, tenho certeza absoluta de quando V. Ex<sup>a</sup> se despede aqui de seus Pares, sob os olhares de sua mãe, não tenho dúvida alguma de que nós que o conhecemos, nos orgulhamos de dizer que Lobão Filho fez um trabalho exemplar, não só para o povo maranhense, mas para o povo brasileiro. Eu espero que o povo maranhense, bondoso, generoso, realmente lhe dê essa procuração para bem representá-lo. Posso aqui, de público, diante das câmeras da TV Senado, dos microfones da Rádio Senado, dizer ao povo maranhense que feliz o povo que tem um Lobão pai como Senador, um Lobão Filho como Senador no exercício do mandato, que tem uma representante da brava e valorosa mulher brasileira, como Deputada Federal. Vocês não só fizeram a história do Maranhão, mas também fizeram a história do Brasil. Eu conheço o Senador Edison Lobão há mais de trinta anos, lá do antigo PDS, PFL, do Democratas. Confesso que senti quando o Ministro Lobão deixou a nossa agremiação partidária. Isso tocou-me profundamente. Defendi, literalmente, que o Partido abrisse de forma democrática um diálogo, um entendimento melhor, para não perder pessoas do quilate, da estirpe do Ministro Lobão, de César Borges, de Romeu Tuma. Enfim, a tese que defendi é que homens como esses jamais o nosso Partido poderia perder. E V. Ex<sup>a</sup> mesmo deixou a nossa agremiação partidária e foi para o PMDB, que achou espaço de convivência, de relacionamento melhor. Isso é o instrumento, é a ferramenta que temos no Estado democrático de direito, da verdadeira democracia, da liberdade de expressão. Mas quero aqui testemunhar, como ex-Governador de Mato Grosso, três vezes Prefeito da minha querida cidade de Várzea Grande, como cidadão da República, que você para mim foi uma das gratas revelações, não só na política do Maranhão, mas sobretudo na política brasileira. Ficam aqui os meus efusivos cumprimentos, na certeza de que, dentro em breve, V. Ex<sup>a</sup> pode-

rá retornar a esta Casa para bem representar o povo maranhense no Congresso Nacional. Parabéns e que Deus abençoe V. Ex<sup>a</sup> nessa nova caminhada.

**O SR. LOBÃO FILHO** (PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos, meu amigo pessoal, a quem aprendi a admirar e por quem tenho grande carinho. Eu quando saí do Democratas, saí da agremiação do Partido, mas levo comigo, no meu coração, a saudade dos meus companheiros, dentre os quais V. Ex<sup>a</sup>, que tem um lugar especial no meu coração.

O Mato Grosso precisa de políticos como V. Ex<sup>a</sup>. Eu tenho certeza – tu não me disseste isso – que neste pleito, o teu caminho natural é o Governo do Estado, para levantar ainda mais esse belo Estado a que V. Ex<sup>a</sup> pertence.

Dando continuidade, eu queria fazer também um agradecimento especial à minha esposa, Paula Lobão, aqui presente. Sem ela, também não seria possível eu estar aqui hoje. A nossa vida é uma vida empresarial, no nosso Estado, muito complicada; de manhã à noite, é uma guerra.

Eu tive que tê-la como minha substituta, como meu apoio, como meu baluarte, para que eu pudesse estar aqui, nesta Casa, desempenhando o meu papel de homem público. A ela o meu profundo agradecimento.

E o registro da minha filha e do meu neto, aqui, nesta tarde também, dando continuidade a essa geração da Família Lobão; e a minha sobrinha, querida, também aqui presente.

Sr. Presidente, na realidade, estar hoje, nesta Casa, é o resultado de 32 anos, andando no interior do meu Estado, seguindo, apoiando, gerenciando, administrando as campanhas políticas do meu pai e da minha mãe.

Percorri e percorro, diuturnamente, os Municípios do meu Estado, conversando com seus Prefeitos, com seus Vereadores, conversando com as suas lideranças comunitárias, conversando com o povo, sentindo as suas angústias e suas súplicas. Isto tudo forjou em mim a necessidade de ser um homem, não só público, mas empresário voltado e focado para a melhoria das condições do nosso povo.

Particpei de centenas de carreatas, passeatas, ao longo de 30 anos. E, ao longo desse tempo, está incutida em minha alma essa necessidade de dar minha contribuição ao meu povo.

Nesta minha despedida, eu saúdo, com carinho especial, mais do que especial, o bravo povo maranhense, com quem sempre convivi, ouvindo suas demandas, sensibilizando-me com suas carências, bem como também festejando suas conquistas, como as

agora levadas ao nosso Estado pelo Ministro Edison Lobão.

Eu quero dar, aqui, alguns exemplos.

A Refinaria Premium, que está em processo de implantação no meu Estado, sendo implantada para gerar, produzir, trabalhar 600 mil barris por dia, o que representa, Sr. Presidente, apenas para termos noção, um terço de toda a produção de petróleo atual do nosso País. Essa refinaria será localizada na cidade de Bacabeira, no Estado do Maranhão.

No Programa Luz para Todos, conseguimos investir no Estado do Maranhão mais de R\$1 bilhão, nos últimos dois anos. Está sendo finalizada no Estado do Maranhão também a grande Usina Hidrelétrica de Estreito, que levou emprego para mais de 50 mil pessoas com investimentos da ordem de R\$4 bilhões, e agora está por ser finalizada. E logo após a sua finalização, já iniciaremos a obra da Usina de Serra Quebrada, do mesmo porte ou um pouco maior, levando prosperidade, desenvolvimento, justiça social para o sul do nosso Estado.

Esses são apenas alguns exemplos das conquistas que o povo maranhense pode receber ao longo desses últimos 48 meses.

Fui parte, com muita honra, dessas conquistas e dessa trajetória política. Sou oriundo e filho de uma família política: a Família Lobão, que tanto honra o Poder Legislativo, o País e o Estado do Maranhão. Esta minha família possibilitou-me agregar valores tais como o amor, a obstinação, o destemor e o desapego às pequenas coisas deste mundo, além, sobretudo, da valorização das amizades e o inabalável senso de justiça.

Escuto o aparte do nobre amigo Senador Paulo Paim, com todo prazer.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Edison Lobão Filho, neste momento, quero me dirigir também à sua esposa, à sua filha, ao seu neto, à sua sobrinha, aos parentes, aos amigos, aos funcionários do gabinete e também à minha amiga, sua mãe, Nice Lobão. Ela não sabe, mas eu falo muito no nome dela. Senador Cristovam, foi graças a um projeto da Deputada Nice Lobão que, na Câmara dos Deputados, aprovamos a política de cota para pobres, negros e índios, que está em debate aqui, no Senado da República. Meu amigo Edison Lobão Filho, teve uma grande parceria com seu pai enquanto ele estava aqui como Senador e, naturalmente, como Ministro. Chegando à Casa, fui elevado à figura de Vice-Presidente do Senado Federal, e foi ele que me passou o cargo, foi ele que me orientou sobre como ele entendia que eu poderia fazer uma boa gestão. Então, fica aqui um abraço também para ele. Com você, de forma rápida

e especial, fizemos uma parceria permanente aqui. Não houve um projeto que não votássemos juntos, em que não encaminhásemos juntos. Mesmo agora, nesse das empregadas domésticas, dialogamos muito sobre a questão do salário, sobre a vinculação ao mínimo. Enfim, construímos alternativas juntos. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> voltará a esta Casa, com o carinho que o povo do Maranhão, com certeza, tem por V. Ex<sup>a</sup>. Vamos continuar juntos nessa bela caminhada. Quando V. Ex<sup>a</sup> entrava, eu dizia: “Já fez seu discurso?” E V. Ex<sup>a</sup>: “Não, vou fazer esta noite”. Eu respondia: “Vou ficar aqui para fazer o aparte”. Enfim, parabéns a V. Ex<sup>a</sup>! Para mim, foi um grande momento conviver com esse grande Senador da República. Um abraço a V. Ex<sup>a</sup>. Leve também o carinho do povo gaúcho. Sei que continuaremos caminhando juntos. Um abraço.

**O SR. LOBÃO FILHO** (PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. V. Ex<sup>a</sup>, que é um baluarte na defesa dos aposentados do nosso País, por toda sua competência, também foi um espelho para mim no exercício do meu mandato aqui nesta Casa. Agradeço profundamente as palavras carinhosas que V. Ex<sup>a</sup> proferiu neste momento.

No Senado da República, repito, tive a honra desta oportunidade profícua de convivência com V. Ex<sup>as</sup>. Nesses últimos quase dois anos e meio, senti de perto, aqui, no dia a dia, nos trabalhos legislativos, nas comissões, no plenário, em minhas atividades no gabinete parlamentar, como Senador da República, o que disse em meu pronunciamento no dia 18 de fevereiro de 2008, quando aqui cheguei.

Agradeço a V. Ex<sup>as</sup> a acolhida carinhosa que recebi aqui desde o princípio.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não posso deixar de fazer um agradecimento especial também a meus funcionários e colaboradores, essa equipe maravilhosa que me acompanhou ao longo desses dois últimos anos. Sem vocês, nada do que fiz nesta Casa, nenhum projeto, nenhuma relatoria, seria possível e teria sido em vão a minha permanência nesse período nesta augusta Casa.

Agradeço em meu nome e em nome da minha família a todos vocês, individualmente, que me acompanharam num ritmo de trabalho frenético. Tínhamos tempo a ganhar, não podíamos perder tempo e vocês foram meus companheiros nessa jornada e nessa corrida. Agradeço do fundo do meu coração.

Não posso deixar de também agradecer aos jornalistas desta Casa, aos funcionários da Mesa, enfim, a todos os funcionários do Senado.

Muito aprendi, muito agreguei à minha vida e espero ter conseguido oferecer, com minha dedicação, o melhor para o desenvolvimento do meu querido País e

principalmente do seu povo. Ao meu Maranhão, meu suor, minha dedicação e minha vida.

Agradeço, finalmente, a Deus por me ter permitido esta oportunidade. Agradeço aos meus companheiros de PMDB, nobres amigos que me receberam como se eu fosse um deles. No meio de tantos ex-Governadores, de tantas figuras ilustríssimas do nosso País, fui recebido carinhosamente como um igual. Não posso deixar de fazer uma referência especial ao meu querido Presidente José Sarney e ao meu Líder, Renan Calheiros, meu amigo pessoal, e ao ex-Líder Valdir Raupp, que me acolheu também como Líder. A todos esses que me deram o estímulo e a energia necessária para desempenhar meu mandato, agradeço.

Enfim, Sr. Presidente, essas são minhas palavras.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Há dois Senadores querendo participar do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>: o Senador José Nery e o Professor Cristovam.

**O SR. LOBÃO FILHO** (PMDB – MA) – Com certeza e com prazer, concedo o aparte.

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Senador Lobão Filho, nestas duas tardes, de ontem e de hoje, o Senado Federal testemunha e acompanha a despedida de vários Senadores que exerceram aqui o mandato por serem suplentes de titulares que estão retornando a esta Casa em função da desincompatibilização do exercício de cargo no Poder Executivo para poderem se habilitar e disputar as próximas eleições. É o caso do Senador Edison Lobão, de quem o senhor é suplente nesta Casa, e do Senador Leomar Quintanilha, titular pelo Estado do Tocantins, que tem como suplente o Senador Sadi Cassol, com quem tivemos a convivência nos últimos meses e que hoje também apresentou da tribuna suas despedidas desta Casa. Ontem se despediram os Senadores Wellington Salgado, de Minas, e João Pedro, do Amazonas, cujos titulares também retornam a esta Casa. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, por mais que, em vários temas, inclusive por conta das várias crises políticas que vivemos nesta Casa nos últimos dois anos, possamos ter divergido sobre aspectos do debate político corrente nesta Casa do Congresso Nacional, o mais importante a salientar é que o debate político feito com transparência, feito com convicção sempre é motivo de engrandecimento da política. Por isso, quero desejar a V. Ex<sup>a</sup> o melhor êxito em suas atividades e fazer a V. Ex<sup>a</sup> um pleito especial, que tem, em alguma medida, relação entre os nossos Estados, o Estado do Maranhão e o Estado do Pará. V. Ex<sup>a</sup> sabe que aqui coordeno a Frente Parlamentar pela Erradicação do Trabalho Escravo e também presido a Subcomissão Permanente do Senado da Comissão de Direitos Hu-



manos pela Erradicação do Trabalho Escravo. É uma realidade muito triste, Deputada Nice Lobão, que acaba unindo aí o Estado do Pará e o Estado do Maranhão. Trata-se dos trabalhadores, cidadãos maranhenses, do Piauí, que, em grande medida, acabam tornando-se mão-de-obra degradante ou escrava no meu Estado do Pará, porque para lá são levados pelos chamados empreiteiros de mão de obra, os gatos, que colocam o trabalhador em condições análogas às de escravo. Então, no momento em que V.Exª volta do exercício do mandato de Senador da República pelo Estado do Maranhão para o exercício de suas atividades profissionais, como empresário, especialmente também na área de comunicação, é, na verdade, um pedido de que, no Estado do Maranhão, possamos, com o apoio de V. Exª realizar atividades, ações que avancem na luta pela erradicação do trabalho escravo no Brasil, não no Pará e no Maranhão, mas no Brasil. E é bom ter aqui o testemunho da Deputada Federal pelo Maranhão, Nice Lobão, para dizer da importância da aprovação pela Câmara dos Deputados da PEC nº 438, que trata da punição exemplar, do confisco de terras onde sejam constatadas a prática criminosa de trabalho escravo. Infelizmente, o meu Estado do Pará ainda é o campeão brasileiro de trabalho escravo. Portanto, nós, que temos acompanhado e assumido essa luta aqui no Parlamento, juntamente com tantos partidos e Parlamentares, quero desejar êxito em suas novas tarefas, mas fazer esse pedido especial, para que possamos, e o senhor, pela possibilidade que tem, sobretudo na área da comunicação, divulgar, sobretudo, os direitos trabalhistas, os direitos sociais dos trabalhadores e fazer com que os nossos Estados, que reúnem aí o Nordeste e Amazônia, simbolizando duas grandes regiões do País que ainda não são tratadas pelo poder central como prioridade, com a atenção necessária. Por isso, ainda vivemos situações de miséria e opressão. E, portanto, homenageando o seu período, o seu trabalho, a sua atuação no Congresso Nacional, eu diria que V. Exª apresenta aqui um balanço de sua atuação e considerações sobre esse período de seu trabalho no Senado da República, desejando êxito, solicitar a V. Exª que coloque, entre as atividades, uma atuação nessa direção, porque temos certeza de que será fundamental para o resgate da cidadania do povo maranhense, do povo do Pará, do povo brasileiro, do povo nordestino, dos amazônidas, enfrentarmos essa luta. Como essa é uma bandeira pela qual temos trabalhado com muita ênfase e com muita determinação aqui no Congresso Nacional, é com essa mensagem que apresento a V. Exª os melhores votos de continuidade do seu trabalho em defesa do Maranhão e do seu povo, desejando-lhe sucesso nas suas atividades. Muito obrigado.

**O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA)** – Agradeço as palavras do Senador José Nery. Quero tranquilizar V. Exª ao dizer que deixo esta Casa, o exercício parlamentar, mas vou exercer continuamente meu dever de cidadão.

Por intermédio dos meus veículos de comunicação, com certeza, irei defender os interesses do trabalhador brasileiro, irei atacar situações como a do trabalho escravo e atacar, por exemplo – algo a que vou me dedicar este ano arduamente –, a presença do *crack* junto à juventude deste País, esta situação absurda que o Brasil vive hoje com a sua juventude. A juventude precisa, Senador Cristovam Buarque, é de educação, e não que o Estado feche os olhos para essa situação calamitosa, que é o avanço do *crack* entre as nossas crianças.

Portanto, quero tranquilizá-lo, Senador José Nery, porque irei exercer de forma contundente meu papel de cidadão, por meio das minhas empresas, dos meus veículos de comunicação.

Concedo, com grande prazer também, ao Senador Cristovam Buarque um aparte.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF)** – Senador Lobão Filho, quero dizer que, durante a sua fala e de outros hoje aqui se despedindo nestes dias, estou começando a ficar preocupado, porque estou ficando com um pouquinho de inveja dos que se despedem. Não só porque vão poder levar uma vida mais livre, que essa escravidão que a gente vive aqui as pessoas não acreditam, como também hoje tanta crítica em cima da gente que a gente se pergunta se vale a pena pagar esse preço. Mas a gente não pode deixar cair nisso até porque a sua última fala achei muito importante quando o senhor disse que vai continuar na luta aqui ou com mandato, mas vai continuar na luta de um Brasil melhor. Quero dizer também que estava me animando para falar da sua juventude, mas, no meio do seu discurso, o senhor falou que vai ter um neto. E aí eu disse: não pode ser jovem quem vai ser avô. Mas pode ser jovial, mesmo que não seja jovem. E o senhor é um dos Senadores que aqui demonstrou a jovialidade, que outros, nem sempre, nesta Casa de velhos, demonstram. E nessa jovialidade, percebi sempre embutida uma grande simpatia e amizade pelos seus colegas. Quero que o senhor saiba que eu percebi e agradeço sempre essa maneira jovial, gentil e simpática com que o senhor, pelo menos a mim, me tratou todo o tempo, seja aqui, seja nas Comissões. Quero dizer que, quando a gente sai, é que merece aplauso, não é quando entra nesta Casa. Quando a gente sai, é que merece parabéns, não é quando entra aqui. Eu lhe dou os parabéns pelos meses, anos até, que o senhor ficou aqui conosco, pela maneira como adquiriu

o respeito entre os seus Pares. Boa sorte e continue na luta, porque avô ou não, o senhor tem muitos anos à frente para servir ao País.

**O SR. LOBÃO FILHO** (PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Sou também admirador de V. Ex<sup>a</sup>, V. Ex<sup>a</sup> foi meu reitor quando estudei na UnB. E quero dizer que o Distrito Federal anseia, espera e precisa da presença de V. Ex<sup>a</sup> para tentar dar uma melhorada na situação aqui no Distrito Federal.

Agradeço profundamente a palavra de todos, essa amizade que irei carregar no meu coração, a minha família, aos meus companheiros, a esses amigos que conquistei e que quero preservar para o resto da minha vida.

Agradeço a todos. Muito obrigado.

E, se Deus quiser, até breve.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Lobão Filho, quis Deus eu estar aqui representando a Presidência do Presidente Sarney. E leve ao povo do Maranhão a necessidade de trazer logo o nosso Edison Lobão, porque aí ele entra na Fórmula 1. Ele se iguala a Rui Barbosa, a Pedro Simon, que têm quatro mandatos. Ele entra naquela categoria, o Lobão, seu pai.

E V. Ex<sup>a</sup> não fica com aquele negócio de Leonardo Da Vinci. V. Ex<sup>a</sup> vai seguir o que aquele líder do Renascimento disse: “Mau discípulo é aquele que não suplanta o mestre”.

A história se repete. Sei que o nosso Edison Lobão é grande, a Nice está aí, mas acontece que a história se repete. Alexandre foi grande porque teve o Felipe da Macedônia. E o seu Felipe da Macedônia é o nosso Ministro Edison Lobão. Você ainda vai, tem muito espaço, ser como Alexandre, o Grande. Continuou Felipe da Macedônia, e V. Ex<sup>a</sup>, pelo Maranhão, com o qual me entusiasmo, porque sou filho de maranhense. Meu pai era maranhense e também o pai de Adalgisa. Então, V. Ex<sup>a</sup> pode sair e dizer, como Julio César: vim, vi e venci. Diga isso para seu pai.

Convidamos, agora, para falar Paulo Paim – está aqui na lista.

Peço permissão para prorrogar a sessão por mais uma hora, em que falarão todos os oradores. E, depois, V. Ex<sup>a</sup>, Jayme Campos. Jayme Campos traz o maior exemplo a todos nós, do Senado: carrega ali, com muito orgulho, o retrato do filho, do Jayme Filho, que não veio para a tribuna do Senado – Edison Lobão mandou o filho –: Deus o chamou para o céu, pelo exemplo que foi.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador Mão Santa, quero ainda desejar vida longa ao Senador Edison Lobão Filho, a seu pai, Edison Lobão, a Nice Lobão. E me

permita que diga ainda: o Relator de um dos projetos mais importantes de minha autoria, polêmico aqui no Senado, foi o Senador Edison Lobão. É o projeto que vai garantir o vale-transporte gratuito para todos os trabalhadores brasileiros; já está lá na Câmara dos Deputados.

Mas, Senador Mão Santa, rapidamente, agora, quero só registrar documento que recebi da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em favor de todos os projetos que beneficiam os aposentados e pensionistas e que esta Casa já aprovou: tanto o do fim do fator e o do reajuste integral como o da reposição das perdas. Exatamente 36 Deputados Estaduais do Rio Grande do Sul, todos que estavam presentes àquela sessão, aprovaram por unanimidade essa moção de apoio. Quem me entregou a moção foi o Deputado Cassiá Carpes, a quem quero aqui agradecer essa iniciativa.

A Associação ressaltou que os 36 Deputados gaúchos o enviam à Câmara dos Deputados, ao Presidente Michel Temer, como forma de pressão para votação dos três projetos dos aposentados e pensionistas.

É verdade, Sr. Presidente, que esses projetos dizem e fazem parte de uma caminhada longa, de interesse de todo o povo brasileiro, porque quem não é aposentado sonha um dia em se aposentar e de forma decente.

Quero dizer que ainda hoje fiz contato com setores do Governo, com Parlamentares, com a Deputada Maria do Rosário, com Henrique Fontana, com diversos Deputados, que estão trabalhando na perspectiva de que a Câmara garanta a aprovação, na semana que vem, de um reajuste decente para todos os aposentados e pensionistas.

São duas emendas que serão votadas naquela Casa: uma garante o reajuste de 100% do PIB, e outra, de 80% do PIB. Claro que vamos trabalhar para aprovar o ideal.

Quero também, Sr. Presidente, fazer outro registro. Termina hoje, em São Bernardo do Campo, São Paulo, a 1ª Conferência sobre Política Industrial para o Brasil, evento organizado pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos ligados à Central Única.

A Conferência está reunindo dirigentes sindicais do ramo metalúrgico de todo o País, para debater o presente e o futuro da indústria nacional. Estão lá centenas de representantes dos metalúrgicos de todo o País.

Afirmou o Presidente da CNM, Carlos Grana:

Trata-se de um momento histórico, em que o Brasil está se firmando como uma das grandes potências econômicas do mundo. E os trabalhadores são protagonistas desse processo.



Assim que receber as deliberações, é intenção deste Parlamentar apresentá-las aqui, desta tribuna. Tenho o entendimento de que fortalecer a indústria nacional, fonte geradora de empregos, é pensar no presente e também no futuro para toda a nossa gente.

Nessa linha, Sr. Presidente, quero concluir esta minha fala, apresentando, na tribuna do Senado, documento divulgado pelo Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), que tem como foco a formação de mão de obra em nosso País, para atender à demanda dos postos de trabalho. Refere-se, principalmente, a trabalhadores com formação profissional.

Segundo essa pesquisa, vai faltar mão de obra qualificada no Brasil de 2010. O principal setor a sentir essa falta será o do comércio e reparação, em que se concentram os serviços de manutenção em geral.

O Ipea divulgou que o número de vagas que deixarão de ser preenchidas por falta de profissionais capacitados em 2010, no setor, será de aproximadamente 200 mil trabalhadores. São Paulo será o Estado a registrar o maior número: será algo em torno de 140 mil postos de trabalho excedentes ao número de empregados capacitados.

Sr. Presidente, os cálculos do Ipea dão conta também de que outros três setores terão mais vagas do que trabalhadores qualificados: educação, saúde e serviços sociais, e que sobrarão 50 mil vagas.

O maior número de geração de vagas em 2010 deverá ser, como dizia, no setor de comércio e reparação, com mais de 850 mil novos postos de trabalho; no setor industrial, mais de 300 mil novas vagas; no setor de alojamento e alimentação, mais de 250 mil novas vagas a serem preenchidas.

Como vemos, esses setores são os principais responsáveis pela prática de rotatividade de mão de obra, que acontece principalmente pela demissão e admissão de trabalhadores, geralmente pelos baixos salários.

Serão cerca de 16,6 milhões de contratos de trabalho interrompidos.

A demanda total por trabalhadores qualificados em 2010 é estimada em 18,6 milhões. O levantamento aponta, no entanto, que cinco setores terão menos vagas que o número de trabalhadores capacitados para preenchê-las.

A indústria será o que deixará mais trabalhadores qualificados sem emprego: haverá escassez de algo em torno de 140 mil. Em relação a todo o País, depois da indústria, vem o setor agrícola; depois, a Administração Pública.

Mas, em resumo, o Presidente do Ipea, Márcio Pochmann, fez a seguinte observação:

Como, no Brasil, o grosso da ocupação é proveniente dos pequenos negócios, os pequenos negócios, de maneira geral, não estão preparados [para este novo momento da economia nacional].

Fortalece-se aqui, mais uma vez, a idéia da importância, Senador Jefferson Praia, de haver mais profissionais, mais homens e mulheres preparados para este novo momento da história nacional.

Termino, dizendo, Sr. Presidente, que esses dados fortalecem a proposta por nós apresentada na Casa: a do Fundep, que é um fundo de investimento do ensino técnico profissionalizante. Eu falava, hoje, com a Deputada Maria do Rosário, que é uma estudiosa desse tema. Ela disse que está apaixonada pelo Fundep. Acha que, se o Fundep, que é uma PEC que vai gerar algo em torno de R\$9 bilhões, for aprovado aqui no Senado – e está no Plenário –, a Câmara deverá aprová-lo ainda este ano.

Senador Jefferson Praia, com alegria, um aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que tem demonstrado enorme preocupação com este tema: capacitação, emprego e renda do povo brasileiro.

**O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM)** – Muito obrigado, Senador Paim. Nós que estamos dentro desse contexto de crescimento – isso é muito bom para o nosso País – deparamo-nos com um grande desafio a ser vencido, que é a questão relacionada à capacitação e qualificação profissional para os postos de trabalho que serão abertos, que já estão sendo abertos, e que nós precisamos ter mão de obra capacitada e qualificada. V. Ex<sup>a</sup> tocou muito bem nesse assunto, faz referência sobre o Ipea. Eu estava aqui, lembrando um pouco da minha experiência quando fui Secretário do Trabalho, Emprego e Renda, em Manaus. Nós focamos essa área de capacitação e qualificação profissional como uma das áreas prioritárias, vamos dizer, uma das ações mais importantes que tínhamos que fazer lá. E aí eu chamo a atenção para os prefeitos que devem também trabalhar dentro do contexto de tornar essa questão da capacitação e da qualificação prioritária. Muita gente pensa que nós precisamos de muitos recursos. Sim, precisamos de muitos recursos para aquelas áreas em que você vai preparar o trabalhador, como no caso que tivemos lá, em Manaus, técnicos da área de gás e petróleo. Aí você tem que fazer toda essa preparação com uma instituição preparada adequadamente, com laboratórios, como o Senai. Fizemos uma parceria com o Senai. Mas para V. Ex<sup>a</sup> ter uma idéia. Em três anos e três meses, nós chegamos a entregar 60 mil certificados em Manaus; sessenta mil, não são seis mil certificados. Eu não digo o número de pessoas, porque alguns fizeram mais de um

curso. Nós não tivemos condição de perceber quantas pessoas foram beneficiadas. Mas 60 mil certificados, Senador Paim, dá-nos uma experiência, permitindo-nos falar um pouquinho, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, dessa experiência que tivemos em Manaus e da simplicidade dessas ações. Para V. Ex<sup>a</sup> ter uma ideia, fizemos parcerias com todo mundo. A Prefeitura tinha um programa chamado Universidade do Povo, um programa criado pelo Prefeito Serafim Corrêa. O Universidade do Povo fazia parcerias nas comunidades. Portanto, a comunidade era parceira. Ela fazia o cadastro. A comunidade via o local. Quando não tínhamos escolas, nós fazíamos em salões de igreja, em sindicatos, nas casas das pessoas, Senador Paim. Os cursos foram feitos em muitas casas. Muita gente abriu suas casas para que fizéssemos cursos, por exemplo, de empreendedorismo. Fizemos cursos, para V. Ex<sup>a</sup> ter ideia, até embaixo de árvore. Por que embaixo de árvore? Um dos locais de que me lembro muito bem ao qual estive presente foi num galpão – e o Amazonas é muito quente –, mas estava tão quente que mudamos. Era um curso de artesanato e todo mundo foi ali para debaixo daquela árvore e lá tivemos uma semana de curso, no pleno verão da nossa cidade, e tivemos tardes maravilhosas embaixo das árvores. Portanto, com um investimento bem pequeno, parcerias das mais diversas, com o Sebrae, com o Senai, com o Sesi, com o Senac, com todos esses praticamente fizemos parcerias. E com isso diminuimos o custo para a Prefeitura, e chegamos a entregar, como falei a V. Ex<sup>a</sup>, em três anos e três meses, sessenta mil certificados. Eu falo isso, porque muitos Prefeitos pensam que, para preparar as pessoas, às vezes, em atividades simples, precisam de muitos recursos. Não, acho que precisamos de criatividade, de boa vontade, de parceria com o povo e com as comunidades. É claro que se precisa de recursos para termos uma qualidade adequada. Quanto à qualidade, a menor nota que tivemos, em média, avaliada pelo povo, foi de 9,3, no nível de qualidade dos cursos proporcionados pela Secretaria. Portanto, para mim, foi uma experiência muito valiosa. Hoje, percebo que deveremos avançar muito no nosso País em relação à capacitação, à qualificação profissional, porque, daqui para a frente, o Brasil entra num rumo de crescimento econômico, que vai demandar muitos trabalhadores capacitados e qualificados, e temos de preparar bem os nossos trabalhadores. Muito obrigado pelo aparte, Senador Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jefferson Praia, que dá um exemplo de que temos de pensar na qualificação com criatividade, gastando pouco e ajudando na formação da nossa juventude. Nós, hoje, aprovamos – vimos o discurso

do Senador Edison Lobão Filho e uma das linhas de atuação dele vai ser o combate ao *crack* –, por iniciativa do Senador Botelho, uma audiência pública para debater como combater a dependência química das chamadas drogas lícitas e ilícitas. Entendo que essa é uma forma de combater, dando formação para essa juventude, para que ela também tenha condição de ocupar, com salário decente, o mercado de trabalho, e não só ganhar um salário mínimo, quando vem toda essa máfia que existe nesse campo das drogas e oferece a ele dois, três, quatro, cinco mil reais. Aí, perdemos, infelizmente, parte da nossa juventude. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Cristovam.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador Paim, fico feliz de ver sempre o senhor trazendo assunto de qualificação profissional. Esse deveria ser o tema de todos nós, permanente. Talvez a juventude seja o ponto chave de quem quiser encontrar um rumo para o Brasil. Todos os nossos problemas decorrerão, nos próximos anos, da desatenção à juventude, como também, nos anos adiante, decorrerão da desatenção para com as crianças. E a qualificação profissional é o caminho. Ontem, quando vi, pelos jornais, o lançamento do PAC 2, fiquei muito preocupado porque eu não vi uma referência explícita à qualificação profissional. Eu não vi uma referência explícita à educação e, dentro da linha do que falou o Senador Jefferson Praia, nós não vamos ter crescimento econômico, desenvolvimento econômico sem o mais importante dos capitais que hoje existe, o fundamental capital do conhecimento. Esse é o capital fundamental. As máquinas, elas foram o capital fundamental até os anos 1980, 1990; hoje, são as máquinas inteligentes, e as máquinas inteligentes exigem um trabalhador preparado, com conhecimento e não só com habilidade nas mãos como era antes. Estudei em torno, não trabalhei com torno, mas estudei com solda, solda elétrica e toda solda. Cheguei a praticar isso como estudante na Escola de Engenharia, mas, naquela época, bastava habilidade. Hoje não. Hoje você aperta o botão, e a máquina faz. Você precisa falar a linguagem da máquina e não manusear a máquina. Você não manuseia mais a máquina; você fala com ela, apertando os botõezinhos como a gente aperta aqui. Isso exige muita formação. Sem isso, a gente vai ter o *crack*, porque o jovem que não tem emprego termina caindo no vazio e escorregando para a droga. A gente vai ter pais de família que não vão estar preparados para gerenciar, administrar e manter a própria família em casa. A gente não vai ter futuro sem investimentos na área de formação de mão de obra, formação do capital conhecimento. Eu acho que ainda é tempo do PAC 2 incorporar isso antes do PAC 3. Ao mesmo

tempo, não vai haver mais a formação profissional fácil sem um ensino fundamental de qualidade. O Presidente Lula – é preciso reconhecer, e o senhor já falou aqui mais de uma vez – deu um grande salto em número de escolas técnicas, grande salto. Mas essas escolas correm o risco de fracasso por falta de alunos preparados para segui-las. Antigamente, quem soubesse ler entrava numa escola técnica e aprendia um ofício. Não basta mais apenas saber ler. É preciso não ter medo de computador, pelo menos, não ter medo das palavras em inglês que aparecem hoje no dia a dia à frente das máquinas. O ensino fundamental é uma condição necessária para a qualificação profissional. Por isso, seu discurso é tão importante. E por isso eu espero que ainda haja um despertar. Agora, espero que, no grande debate que vai haver entre os candidatos à Presidência da República, surja a ideia de qualificação profissional como prioridade fundamental econômica e social e também a ideia de que, para a qualificação profissional, é preciso ensino fundamental de qualidade. Era isso, Sr. Presidente e Sr. Senador.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Cristovam. V. Exª sempre enriquece o pronunciamento de qualquer Parlamentar que venha à tribuna, e sempre com essa marca clara, nítida, de estar à frente do tempo, do nosso tempo, apontando o futuro, que é a educação.

Nós não podemos olhar para o futuro... E V. Exª carimbou em cada um que subia aqui: fale de tudo, mas nunca esqueça que a educação é que faz a revolução.

Parabéns a V. Exª. Muito obrigado, Senador.

Senador Mão Santa, considere os discursos na íntegra, porque eu só comentei os três pronunciamentos que vim fazer aqui neste momento.

#### **SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, termina hoje, em São Bernardo do Campo, São Paulo, a “1ª Conferência Nacional sobre Política Industrial para o Brasil”, evento organizado pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) da CUT.

A conferência está reunindo dirigentes sindicais do ramo metalúrgico de todo o país para debater o presente e o futuro da indústria no Brasil. Estão lá cerca de 100 representantes da base.

Segundo o presidente da CNM, Carlos Grana, “trata-se de um momento histórico, em que o Brasil está se firmando como uma das grandes potências econômicas do mundo. E os trabalhadores são protagonistas deste processo”.

Assim que receber as deliberações e os resultados finais da Conferência terei o grato prazer de lê-las aqui nesta tribuna. Feito o registro.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou falar de um assunto divulgado pela imprensa, centrado em pesquisa recente do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) e que também foi foco de uma Audiência Pública realizada pela Comissão de Infra-Estrutura do Senado.

Segundo essa pesquisa, vai faltar mão de obra qualificada no Brasil em 2010. O principal setor a sentir essa falta será o de comércio e reparação, onde se concentram os serviços de manutenção em geral.

O IPEA divulgou que, os números de vagas que deixarão de ser preenchidas por falta de profissionais capacitados em 2010, no setor de comércio e reparação, será de 187,5 mil.

São Paulo será o estado a registrar o maior número. Serão 134,5 mil postos de trabalho excedentes ao número de empregados capacitados.

Vejam, Srªs. e Srs., que esses números são muito expressivos. E os cálculos do IPEA dão conta também de que outros três setores terão mais vagas que trabalhadores qualificados: educação, saúde e serviços sociais, onde sobrarão 50 mil vagas.

O maior número de geração de vagas em 2010 deverá acontecer no setor de comércio e reparação, com mais de 850 mil novos postos, no setor industrial, mais de 300 mil novas vagas e alojamento e alimentação, com mais de 250 mil novos empregos.

Como todos sabem, esses setores são os principais responsáveis pela prática da rotatividade da mão de obra que acontece principalmente pela demissão e admissão de trabalhadores, geralmente pelos baixos salários praticados. Serão mais de 16,6 milhões de contratos de trabalho rompidos.

A demanda total por trabalhadores qualificados em 2010 é estimada em 18,6 milhões.

O levantamento aponta, no entanto, que cinco setores terão menos vagas que o número de trabalhadores capacitados para preenchê-las.

A indústria será o que deixará mais trabalhadores qualificados sem emprego: haverá escassez de 145,9 mil vagas.

Em relação a todo o país, depois da indústria, o setor agrícola é o que deixará mais pessoas capacitadas sem trabalho, 122,4 mil; seguido por administração pública, 46,8 mil. O setor outros serviços coletivos, sociais e pessoais terá escassez de 612,2 mil vagas.

O presidente do Ipea, Marcio Pochmann, fez uma observação a respeito: “Como no Brasil, o grosso da

ocupação é proveniente dos pequenos negócios, os pequenos negócios de maneira geral não estão preparados para contratar pessoas qualificadas”

Na somatória geral de todos os setores, em 2010, o país terá um contingente de 653 mil trabalhadores qualificados a mais que o número de vagas no mercado.

Sr. Presidente, para fazer esse levantamento, o Ipea utilizou a estimativa do Ministério do Trabalho de que serão criados 2 milhões de empregos em 2010. Também foi considerada a previsão, do governo federal, de crescimento de 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Vamos ao comparativo que o IPEA fez.

A oferta estimada da força de trabalho no Brasil para 2010 é de 24,8 milhões de trabalhadores. O estoque de desempregados: 6,5 milhões. Os novos ingressantes no mercado de trabalho: 1,7 milhão e os empregados demitidos: 16,6 milhões

A oferta estimada da força de trabalho com qualificação e experiência profissional para o pronto emprego no Brasil em 2010 é de 1,9 milhão (29,4% do total). Os novos ingressantes no mercado de trabalho: 752 mil (45,1% do total). Os empregados demitidos: 16,6 milhões (100% do total).

Vocês todos que estão me ouvindo e me vendo em suas casas devem estar pensando que é preciso fazer algo a respeito.

Como eu disse no início desse pronunciamento, a Comissão de Infra-Estrutura do Senado realizou audiência pública para debater o assunto e eu faço questão de cumprimentar o meu colega, Senador Fernando Collor, por esta importante iniciativa.

Quero dizer ainda, que essa iniciativa vem ao encontro do projeto que apresentei, a criação do Fundo de Desenvolvimento para Educação profissional, o FUNDEP.

Esse projeto espera votação no Plenário desta Casa. Já falei sobre ele inúmeras vezes, mas essa pesquisa realizada pelo IPEA reforça a importância que um projeto assim tem no sentido de mudar as previsões feitas.

Vamos votar o FUNDEP. Isso só trará benefícios ao Brasil!

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de fazer um registro sobre abaixo-assinado por Parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em favor dos projetos, de minha autoria, que beneficiam aqueles que estão prestes a se aposentar e os que já se aposentaram.

Eu falo do PL 3299/2008 que acaba com o fator previdenciário e da emenda ao PL 01/2007 que fixa que os aposentados deverão receber o mesmo percentual de reajuste dado ao salário mínimo.

Parlamentares dos mais diferentes partidos endossaram essa luta que é em favor da justiça social.

Membros da Associação Nacional por Justiça aos Aposentados, Pensionistas e Contribuintes do INNS procuraram alguns Deputados na Assembléia e dizem ter tido a melhor recepção na pessoa do Dep. Cassiá Carpes o qual, atendendo seu contato, tomou a iniciativa de colher as assinaturas.

A Associação ressaltou que as 36 assinaturas de Deputados gaúchos foram enviadas, pela Assembléia Legislativa, ao Dep. Federal Michel Temer, “como forma de pressão para votação dos seus (nossos) Projetos”.

É verdade, esses projetos dizem respeito a toda população brasileira. Essa é uma luta de todos nós, porque o trabalhador de hoje será o aposentado de amanhã.

A justiça feita hoje se reverterá na justiça praticada amanhã.

Meu muito obrigado aos membros da Associação e aos Parlamentares que se unem ao clamor da nossa gente!

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, de acordo com o Regimento.

Convidamos para usar da palavra, como Líder do DEM, Jayme Campos, Senador que representa o Mato Grosso.

O Senador Jayme Campos é um dos homens mais vitoriosos na política. Foi três vezes extraordinário Prefeito de sua cidade natal, Várzea Grande.

**O SR. JAYME CAMPOS** (DEM – MT. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de iniciar de fato o meu pronunciamento, realmente tem toda razão o Senador Paulo Paim quando fala aqui do projeto de lei que se encontra já na Câmara, o dos nossos aposentados.

Já demanda algum tempo, agora chegou o momento de os nossos Deputados votarem esse projeto, tendo em vista a importância que tem para os nossos aposentados. Não pode passar em hipótese alguma deste mês, no máximo do mês que vem, até porque daqui para lá imagino que muitos velhinhos vão morrer de fome por falta de um salário, de uma aposentadoria mais digna.

Sr. Presidente, o que me traz hoje a esta tribuna é falar das mudanças no campo político-administrativo do Mato Grosso. Nesta oportunidade deixou o Governo



estadual Blairo Maggi, assumindo o Vice-Governador, Silval Barbosa. Também deixa a prefeitura da capital, Cuiabá, o companheiro professor Wilson Santos, assumindo, o nosso companheiro professor Francisco Galindo, o cargo de Prefeito daquela cidade.

Mas, Sr. Presidente, entre as raízes mais profundas do Estado de Direito, a alternância de poder impõe-se como o instituto político mais puro e saudável da democracia. A sucessão pacífica e tranquila de governantes consagra-se como a travessia do tédio para a renovação da esperança. Abre-se como um alvorecer, banhando de luz a autoconfiança de toda a comunidade.

Se a intolerância é capaz de cegar a coerência e, muitas vezes, mutilar os próprios interesses coletivos, a sucessão republicana lança um farol intenso sobre os males que se escondem à sombra do continuísmo.

A substituição dos agentes públicos cria pontes invisíveis, permitindo a travessia da rotina para o idealismo, ao mesmo tempo em que projeta a construção de novos cenários políticos em favor da sociedade.

Quando um governante deixa seu posto, ele estabelece uma aliança com a história. Seu legado não pertence mais somente a ele ou a uma facção; sua herança institucional é invariavelmente incorporada à memória de uma geração; suas obras modificam a paisagem, mas suas atitudes políticas transformam vidas.

Há uma tênue diferença entre governantes e estadistas: o governante olha para o presente, enquanto que o estadista antevê o futuro; o governante edifica construções, já o estadista remove as estruturas para sedimentar o terreno; o governante renuncia ao cargo, o estadista jamais se afasta de suas obrigações.

Mas, Sr. Presidente, Mato Grosso vive hoje um dia especial. Tomam posse, respectivamente, o Sr. Silval Barbosa, como Governador do Estado, como disse, em substituição ao empresário Blairo Maggi, e o Sr. Francisco Galindo como Prefeito de Cuiabá, na vaga do professor Wilson Santos. É, portanto, um momento de jubilo democrático, uma data para ser guardada em nossa história.

Encerra-se um ciclo político e inicia-se uma nova era nas relações institucionais de nossa região. Tanto o Ex-Governador Blairo Maggi, quanto o Prefeito Wilson Santos deixaram seus legados à posteridade. Uma trajetória feita de acertos e equívocos, mas que agora cabe à história julgar.

Os dois exoneraram-se dos seus cargos para concorrer ao pleito que se avizinha. É a forma mais honesta para colocar à prova suas atuações frente à gestão dos negócios públicos.

Saúdo ambos pela coragem e pelo compromisso cívico de ofertarem à comunidade a experiência que carregam como políticos e administradores nestas eleições.

Devo, contudo, manifestar o meu sentimento de profundo apreço e reconhecimento ao Prefeito tucano Wilson Santos, pois ele teve o destemor de mexer com velhas estruturas da gestão municipal cuiabana, recuperando as finanças públicas, valorizando o funcionalismo e investindo em setores como educação e saúde. Dentro das possibilidades de que dispunha, investiu em obras estruturantes e promoveu ações na área social.

Wilson foi um bravo à frente da prefeitura de Cuiabá. Não descansou um dia sequer. Seu otimismo e entusiasmo diante das inúmeras crises que se impuseram à sua gestão foram comoventes. Ele nunca se abateu, jamais deixou de acreditar no potencial do cidadão que representava.

Exatamente por esse espírito altivo e aguerrido é que o nosso partido, o Democratas, resolveu apoiá-lo na disputa pelo Governo estadual, reeditando em Mato Grosso a aliança que elegerá José Serra para o Palácio do Planalto.

Mas, Sr. Presidente Senador Mão Santa, ao se fechar mais essa etapa da vida institucional mato-grossense com a despedida dos antigos governantes e a consequente posse dos novos mandatários do Governo do Estado e da prefeitura da capital, desejo sucesso na área privada aos que se retiram temporariamente da cena pública. E peço a Deus que dê temperança e serenidade ao Governador Silval Barbosa e ao Prefeito Francisco Galindo, recém-empossados.

Como mato-grossense e como Senador, desejo de todo o meu coração que a missão abraçada por ambos seja coroada de pleno êxito, porque repousa sobre suas almas, agora, a esperança de milhares de cidadãos, homens, mulheres e crianças, que precisam da proteção do Estado e que dependem do Poder Público para construir uma existência digna e decente.

Dirijo-me neste instante, especialmente, ao Governador Silval Barbosa, chamando sua atenção para o fato de que Mato Grosso é um todo, uma comunidade indivisível em seus aspectos sociais e políticos. E governar, Senador Mão Santa, significa aproveitar os resultados positivos da economia, gerar oportunidades para a maioria.

O crescimento econômico não se limita à lucratividade individual. Ele deve-se espalhar para toda a sociedade, como um vento suave que dinamiza a coletividade, pois não existe Estado rico onde o povo é pobre e morre nas filas por falta de atendimento médico.

Governador Silval Barbosa, governar é promover harmonia e diminuir desigualdades sociais.

Para finalizar, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desejo ao povo de Mato Grosso, ao meu querido povo de Mato Grosso, que a sucessão de governantes signifique uma reflexão sobre o papel do Poder Público na vida de cada um, lembrando sempre que os governos existem para representar o povo e que o Estado jamais pode se sobrepor aos interesses da população.

Portanto, Sr. Presidente, no dia de hoje, Mato Grosso tem nova alternativa de poder. Assume o vice-Governador Silval Barbosa e assume o novo Prefeito de Cuiabá, a nossa querida capital eterna, capital verde, cidade verde, que é Cuiabá. Espero que, tanto o Professor Chico Galino como Silval Barbosa façam um governo, sobretudo um governo em que possamos dar mais cidadania, em que pese o mandato do governador que assume ser apenas por alguns meses, temporário, tempo apenas para aguardarmos as eleições no dia 3 de outubro.

Todavia, imagino que seja um bom tempo, suficiente para tirarmos os 120 mil pais de famílias, mulheres, jovens que estão na fila do SUS, aguardando uma consulta médica, para tirarmos as mais de cinquenta mil pessoas que estão aguardando o exame de ultrassonografia, exame de alta complexidade, exame que V. Ex<sup>a</sup> conhece como bom profissional médico da saúde, e que também façamos alguma coisa para a segurança pública.

Num dos discursos do nosso Governador, ele disse que tinha algumas dívidas ainda com o povo mato-grossense, sobretudo na questão da segurança, que ele gostaria de ter aumentado o efetivo da Polícia Militar, da Polícia Civil e, entretanto, não foi possível. Mas, espero que o Governador Silval Barbosa recrute mais, ou seja, faça um novo concurso público para que possamos aumentar o efetivo da nossa gloriosa Polícia Militar e oferecer uma melhor segurança, porque, com muita tristeza, hoje, assistindo ao jornal do meio-dia da Globo, que mostrou o mapa da violência do Brasil, ali foi mostrada a cidade de Juarena, no Mato Grosso, uma das cidades mais violentas do Brasil. Para tanto, precisamos capacitar, dar bons salários, dar instrumentos, ferramentas às nossas Polícias para oferecer uma segurança pública de boa qualidade, sobretudo uma polícia inteligente. Não uma polícia repressiva, mas uma polícia preventiva, inteligente, para ofertar ao povo mato-grossense realmente a segurança que ele merece.

Concluindo, Sr. Presidente, vi aqui uma matéria num *site*, um artigo lá do seu Estado, em que o Lavador Francisco Lima retratou tudo da verdade. V. Ex<sup>a</sup>

é um exemplo de Senador da República, representa com muita galhardia o povo piauiense. Estou torcendo para que V. Ex<sup>a</sup> represente o PSC, se possível na chapa composta entre PSDB, Democratas, PPS, como, se possível, se o meu partido indicar – e parece-me que neste exato momento não tem ainda um acordo firmado – V. Ex<sup>a</sup>, com o PSC, venha para a composição desse arco de aliança composto com José Serra como Presidente da República e V. Ex<sup>a</sup>, se possível, como nosso candidato a vice-Presidente da República. A sua presença na chapa de José Serra vai enriquecer, sem dúvida alguma, a chapa que vai ser vitoriosa nestas eleições de 2010. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> tem a minha solidariedade. Eu ficaria muito feliz se tivesse a oportunidade de ver o Senador Mão Santa compondo a chapa de José Serra como vice-presidente da república.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Nós agradecemos a sua opinião pessoal, mas nós temos a nossa convicção de que o DEM é o grandioso coligado do PSDB nessa caminhada vitoriosa do próximo Presidente da República, José Serra. De uma coisa nós temos certeza: valores o DEM os tem. Agora que V. Ex<sup>a</sup> é um dos melhores valores, não só do DEM, não do Mato Grosso, mas do Brasil. Eu estava atentamente ouvindo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, mostrando as preocupações quanto aos Governos que assumiram e dando uma luz para eles, que se comportem como Governadores com perspectivas de estadista que V. Ex<sup>a</sup> já o é. Fernando Henrique Cardoso e V. Ex<sup>a</sup>: grandes estadistas deste País. Agradeço.

Agora convidamos a Senadora Lúcia Vânia, que representa Goiás. Sem dúvida nenhuma, uma das mulheres de maior experiência político-administrativa deste País, brilhante Deputada Federal, Senadora e executiva extraordinária do Governo do Fernando Henrique Cardoso. Ela e Ruth Cardoso, duas mulheres que levaram solidariedade, amor e responsabilidade à sociedade brasileira.

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, pelas suas palavras e pode ter certeza de que V. Ex<sup>a</sup>, também no meu Estado, como no Estado de vários outros Senadores aqui, é uma referência. Tem um apoio popular talvez até maior do que o nosso nos nossos Estados.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, à meia-noite desta quarta-feira, como ocorre há 265 anos, as ruas da cidade histórica de Goiás, também conhecida como Cidade de Goiás ou, oficialmente, Vila Boa de Goiás, serão percorridas pelos vistosos e, ao mesmo tempo, fantasmagóricos farricocos.

É a mesma cidade de Cora Coralina, a mulher dos becos de Goiás. A nossa maior poetisa.



Para certa de 15 mil pessoas que anualmente assistem à cena, são séculos de História percorrendo as ruas da antiga capital de Goiás.

E, até para um Município que remonta ao passado em cada uma de suas esquinas e construções impecavelmente preservadas, o acontecimento é notável.

Trata-se da Procissão do Fogaréu, uma tradição que completa hoje, à meia-noite desta quarta-feira, 265 anos. A Procissão subverteu a via-sacra e tornou-se a principal atração da Semana Santa na Cidade de Goiás.

Na chamada “Quarta-Feira de Trevas” uma multidão se acotovela à frente da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte. A luz das tochas portadas pelos farricocos duela com a da lua cheia. Daquele local vai se iniciar, mais uma vez, a Procissão do Fogaréu.

Meia-noite em ponto, e o batuque da fanfarra precede a chegada à igreja dos 40 homens, cobertos dos pés à cabeça pelas túnicas.

Uma hora antes, a agitação já é grande no Quartel do Vinte, próximo à igreja. Em poucos minutos, 40 homens que ali se encontram, entre os muitos organizadores do evento, se destacarão por usar túnicas reluzentes de cores vibrantes e cobrir os rostos com capuzes pontudos com apenas duas aberturas para permitir a visão. São os farricocos, personagens centrais da procissão.

No tumulto dos bastidores desse que é o maior evento turístico e religioso daquela cidade, algumas notas vindas de um clarim se sobressaem.

Além do sentimento de entrega mística e preciso muita força física para encarar o percurso e vencer os paralelepípedos irregulares que forram boa parte das ruas da Cidade de Goiás, sobretudo quando se estará quase correndo, descalços, como farão os farricocos.

Celebrar a Semana Santa para os cristãos é aprofundar as dimensões mais importantes da vida humana, é ocasião privilegiada oferecida pela liturgia para a renovação de um compromisso com a vida e com a fonte da vida, a única que tem força para superar a morte e os esmagamentos que pesam sobre o povo. A Semana Santa comemora a paixão de Cristo, sua morte e ressurreição. A cruz simboliza fé e redenção. O povo venera Cristo como o “homem das dores”, o Nazareno sofredor e moribundo. Com ele vive a sua agonia. Por essa razão é que a sexta-feira santa e não do domingo de ressurreição a festa cristão popular de maior impacto na Semana Santa. É o momento de dor.

Antigamente, marcada pelo silêncio e recolhimento, hoje ainda observada com contrição.

A morte de Cristo é o símbolo de todo sofrimento, tanto do natural como do indevido. A identificação

com o crucificado, leva o povo a plasmar em imagens, gestos e orações a sua espiritualidade.

A celebração da Semana Santa é muito importante não somente para os cristãos, mas para toda a humanidade, já que serve para fortalecer o sentimento de esperança, de solidariedade e de libertação, além da ressurreição, comemorada no domingo.

Na sociedade atual, a Semana Santa vem perdendo o clima religioso popular. Porém, sobrevivem manifestações de devoção, centralizada na paixão de Cristo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, o importante é que estamos aqui para, no decorrer da Semana Santa, celebrar a história de vida de Jesus, a fé, a liberdade e a esperança, e termos, sempre Nele e inspirados Nele, motivos para reviver a sua luta em favor dos oprimidos e no combate às desigualdades.

Que pelo menos isto nos fique: a capacidade de transportarmos a esperança que vem da ressurreição do Cristo para a contemporaneidade das pessoas que vivem em nosso País e buscam uma melhor condição de vida.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada por esta oportunidade. Eu desejo a todos uma feliz Páscoa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex<sup>a</sup> engrandece o Senado, Goiás e o País.

V. Ex<sup>a</sup> lembrou o momento que vivemos: a cristandade. Eu lembro a V. Ex<sup>a</sup> que, como eu ressaltei, o Governo Fernando Henrique... Aliás, atentai bem, a figura da mulher Ruth Cardoso, que hoje é santa, e de V. Ex<sup>a</sup>. E como a Bíblia mostrou sempre três mulheres, eu incluo Adalgisa, que me auxiliou como Governador e é sua amiga.

Então, neste momento de vida e reflexão sobre Cristo, aqui vem uma outra grande mulher. Nós temos de fazer uma reflexão, vendo, ô Cristovam, que nós, homens, todos falhamos. Pilatos fraquejou. Adalgisinha diz: Não faça isso! Todos os homens... Anás, Caifás, os que se banquetearam com ele; Pedro, de quem ele disse: antes de o galo cantar, tu irás me negar. Todos os homens falhamos. A Verônica venceu o cerco militar... As três Marias, a mãe dele, na hora; as mulheres que foram na sepultura dele ver se ele subiu aos céus.

Então, V. Ex<sup>a</sup> representou essa grandeza da mulher. Hoje, neste Senado, fazendo com que todos nós tenhamos uma reflexão na vida e obra de Cristo. E que, nesta vida e obra, nós vimos que foi enaltecido o papel da mulher tão bem com V. Ex<sup>a</sup>, que é presença nesta Casa, no Goiás, e no Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Não esqueço a participação da mulher – Dona Ruth e V. Ex<sup>a</sup> – que escreveram as mais belas páginas de amor e solidariedade no Governo Brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que, durante o prazo único previsto no art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, inciso I, do Regimento Interno, foram apresentadas doze emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010** (nº 5.940, de 2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.*

As emendas vão à publicação no *Diário do Senado Federal* e em avulsos, na forma regimental.

A matéria volta às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Serviços de Infraestrutura; e de Assuntos Econômicos para exame do projeto e das emendas.

São as seguintes as Emendas apresentadas:

## EMENDAS

### EMENDAS APRESENTADAS NO PRAZO ÚNICO PREVISTO NO ART. 122, II, “B”, COMBINADO COM O ART. 375, I, DO REGIMENTO INTERNO, AO

**Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 (nº 5.940/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.***

---

#### Emendas apresentadas:

Senador Eduardo Suplicy – 4  
Senadora Fátima Cleide e outros – 5  
Senadora Ideli Salvatti – 10  
Senador Jefferson Praia – 6  
Senador José Nery – 2 e 11  
Senadora Marina Silva – 3, 7 a 9  
Senadora Rosalba Ciarlini – 1  
Senador Sérgio Zambiasi – 12

Total – 12 emendas

**EMENDA Nº 1**  
**(ao PLC nº 7, de 2010-Modificativa)**

:

Dê-se ao Art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 7 de 2010, a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criado o Fundo Social - FS, de natureza contábil e financeira, vinculado à Presidência da República, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos assim distribuídos:

I – 60% para as áreas de desenvolvimento da educação pública básica, da cultura e da saúde pública;

II – 40% para combate à pobreza, desenvolvimento da ciência e tecnologia e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. (NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

É inegável que o aprimoramento da educação básica pública e da saúde pública só serão possíveis com substanciosos investimentos financeiros nos Estados e Municípios.

No caso da educação, o Brasil precisa urgentemente criar condições de para matricular e manter na escola a totalidade dos seus estudantes. Atualmente, apenas cerca de 51,3% do estudantes concluem o Ensino Fundamental e 38,6% terminam o Ensino Médio. Esses dados são ainda mais assustadores quando constatamos que somente 14,9% dos nossos estudantes concluem o Ensino Superior.

O Brasil, que pretende ingressar no grupo dos países desenvolvidos, não pode continuar sustentando esses dados medíocres que são superados por outras nações de igual ou menor potencial econômico, área geográfica e parque tecnológico.

No caso da saúde pública, não podemos continuar pacificamente assistindo nossa população enfrentando filas gigantescas por horas, e até dias, para fazer uma simples consulta ou um exame laboratorial em qualquer hospital público deste país.

Pensando nas pessoas de menor poder aquisitivo é que propomos que os recursos do Fundo Social do Pré-sal sejam investidos exclusivamente na educação básica pública e na saúde pública do Brasil.

Sala da Comissão,

  
Senadora **Rosalba Ciarlini**  
DEM/RN

**EMENDA Nº 2**  
**(ao PLC nº 7, de 2010)**  
(Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Cria o Fundo Social – FS, e dá outras providências.

Art. 1º O art. 1º e o inciso II do art. 2º do PLC nº 7, de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criado o Fundo Social - FS, de natureza contábil e financeira, vinculado à Presidência da República, com a finalidade de constituir fonte regular de recursos para a realização de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, **da saúde, da reforma agrária, da previdência**, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental.”

“Art. 2º O FS tem por objetivos:

...

II - oferecer fonte regular de recursos para o desenvolvimento social, na forma de projetos e

programas nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, **da saúde, da reforma agrária, da previdência**, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental; e” (NR)

### JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei ora emendado, ao criar o Fundo Social, deixou de fora importantes áreas de atuação do Estado, quais sejam: saúde, reforma agrária, e previdência social.

A presente emenda tem a finalidade de incluí-los, dentre os objetivos do Fundo Social, de forma a garantir que a riqueza oriunda do petróleo seja melhor partilhada, e abranja as áreas tão necessitadas de recursos, como a saúde, a reforma agrária e a previdência social.

Sala das Sessões, 30 de março de 2010.

  
Senador JOSE NERY  
PSOL/Pará



**EMENDA Nº 3****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2010.**

*Cria o fundo Social – FS;  
dispõe sobre sua estrutura e fontes de  
recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto  
de 1997; e dá outras providências.*

Acrescenta a expressão “da previdência social e da proteção do meio ambiente”, fazendo com que o art. 1º passe a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criado o Fundo Social – FS, de natureza contábil e financeira, vinculado à Presidência da República, com a finalidade de constituir fonte regular de recursos para a realização de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia, da previdência social e da proteção do meio ambiente”.

**Justificativa**

A emenda visa ampliar o comando original do art. 1º, substituindo a expressão “mitigação e adaptação às mudanças climáticas” por “proteção ao meio ambiente. A alteração proposta também acrescenta a previdência social na lista dos beneficiários do Fundo.

Sala Senador Josaphat Marinho, 30 de março de 2010.

  
Senadora Marina Silva

**EMENDA Nº 4**

(ao PLC nº 7, DE 2010)

Dê-se ao § 2º do Art. 1º nos termos do que dispõe o Projeto de Lei da Câmara, nº 7, de 2009, a seguinte redação:

**“Art. 1º.....**

§ 2º - Os programas e projetos previstos no *caput* no que se refere ao combate à pobreza devem observar o disposto na Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001, permitindo-se o uso dos recursos para investimentos em infraestrutura de conteúdo social e na Lei 10.835, de 8 de janeiro de 2004, que institui a Renda Básica de Cidadania.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**





A presente emenda tem o objetivo de adequar o Fundo Social ao financiamento de uma Renda Básica de Cidadania, que se constituirá no direito de todos os brasileiros residentes no País e estrangeiros residentes há pelo menos 5 (cinco) anos no Brasil, não importando sua condição socioeconômica, conforme a Lei 10.835, de 08 de janeiro de 2004.

Sala das Comissões ,



Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 30/03/2010		Proposição Projeto de Lei da Câmara 7, de 2010		
Autores Senadora Fátima Cleide, Senadora Ideli Salvatti, Senador João Pedro e Senador Inácio Arruda		nº do protocolo		
1. Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. X aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p style="text-align: center;"><b>EMENDA ADITIVA Nº 5</b> (ao PLC nº 7, de 2010)</p> <p style="text-align: right;"><i>Cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997; e dá outras providências.</i></p> <p>Inclua-se parágrafo 3º ao artigo 1º do Projeto de Lei da Câmara 7, de 2010, com a seguinte redação.</p> <p>§ 3º Do total da receita auferida pelo Fundo Social de que trata o caput, 50% deverão ser aplicados em programas direcionados ao desenvolvimento da educação, pública, básica e superior.</p> <p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICAÇÃO</b></p> <p>As carências educacionais são apontadas como um dos principais gargalos ao desenvolvimento nacional. Sem maciços investimentos na universalização e na qualidade da educação básica, profissional e superior não teremos cidadãos preparados para ampliar o parque científico e tecnológico nacional, incrementar a indústria e colocar o Brasil em condições de competitividade internacional.</p> <p>O Plano Nacional de Educação, destinado a alavancar essa área de 2011 a 2020, precisa de recursos consistentes.</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: flex-end;"><div style="text-align: center;"> <b>Senadora FÁTIMA CLEIDE</b></div><div style="text-align: center;"> <b>Senadora IDELI SALVATTI</b></div></div> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: flex-end;"><div style="text-align: center;"> <b>Senador JOAO PEDRO</b></div><div style="text-align: center;"> <b>Senador INÁCIO ARRUDA</b></div></div>				

**EMENDA Nº 6**  
**(ao PLC nº 7, de 2010)**

Introduza-se o seguinte § 3º ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010:

“Art. 1º .....

.....  
§ 3º No mínimo vinte por cento dos recursos utilizados para financiar os programas e projetos previstos no *caput* deverão ser direcionado para programas e projetos que visem simultaneamente desenvolvimento tecnológico, combate à pobreza e preservação da Amazônia”.

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo desta emenda é assegurar que no mínimo 20% dos recursos do Fundo Social sejam aplicados em projetos destinados à redução da pobreza e preservação da Amazônia.

O petróleo corresponde a um paradigma energético e de desenvolvimento que, inexoravelmente, irá se esgotar. Nesse processo, contudo, a emissão de gases continuará produzindo seus impactos negativos sobre o meio ambiente e sobre o clima.

Nada mais justo, portanto, que utilizar os recursos oriundos da exploração do petróleo para mitigar os efeitos ambientais e climáticos. A preservação da Amazônia surge como resposta natural e racional aos impactos negativos da indústria do petróleo. A Amazônia, como é de amplo conhecimento, é uma região que se sobressai pela capacidade de absorver as emissões decorrentes da queima do petróleo e vem sofrendo intensamente a ação predatória do homem.

A preservação da Amazônia, contudo, requer elevados investimentos em tecnologia e redução da pobreza. Investimentos em tecnologia são necessários para garantir um manejo sustentável e racional do bioma, o que permite aumentar a produtividade e, consequentemente, a renda da população local. 30682.92585  
população, em situação de extrema pobreza e carência, se vê tentada a trabalhar para a indústria extrativista predatória, com o objetivo de auferir uma renda mínima no presente, ainda que isso comprometa os rendimentos futuros – próprios e das gerações subseqüentes.

Sala da Comissão,

  
Senador Jefferson Praia  
PDT/AM

**EMENDA Nº 7****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2010.**

*Cria o fundo Social – FS;  
dispõe sobre sua estrutura e fontes de  
recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto  
de 1997; e dá outras providências.*

Modifica o inciso II do art. 2º, que passa a ter a seguinte redação:

“II - Oferecer fonte regular de recursos para o desenvolvimento social, na forma de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza, educação, ciência e tecnologia e o meio ambiente.”

**Justificativa**

No texto original é oferecida fonte regular de recursos apenas para o desenvolvimento social e regional. Pensamos que outras áreas como educação, ciência e tecnologia e o meio ambiente também devem ser beneficiadas, por isso apresentamos a presente emenda.

Sala Senador Josaphat Marinho, 30 de março de 2010.

  
Senadora Marina Silva

**EMENDA Nº 8****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2010.**

*Cria o fundo Social – FS;  
dispõe sobre sua estrutura e fontes de  
recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto  
de 1997; e dá outras providências.*

Acrescente-se inciso IV ao art. 2º com a seguinte redação:

“IV - na aplicação dos recursos em projetos e programas voltados à sustentabilidade ambiental serão priorizadas as ações de mitigação da mudança do clima e de adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos.”

**Justificativa**

A emenda visa à eficácia do Fundo em termos da efetiva proteção ambiental, fazendo com que sejam priorizadas as ações de mitigação da mudança do clima e de adaptação às mudanças climáticas e aos seus efeitos.

Sala Senador Josaphat Marinho, 30 de março de 2010.

  
Senadora Marina Silva



**EMENDA Nº 9****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2010.**

*Cria o fundo Social – FS;  
dispõe sobre sua estrutura e fontes de  
recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto  
de 1997; e dá outras providências.*

Acrescente-se inciso IV ao art. 2º, com a seguinte redação:

“IV - oferecer fonte regular de recursos para a efetivação de pesquisas voltadas ao desenvolvimento tecnológico de energias renováveis, conservação marinha e proteção dos biomas brasileiros.”

**Justificativa**

A emenda objetiva garantir recursos para as pesquisas voltadas ao desenvolvimento de energias renováveis, conservação marinha e proteção dos biomas brasileiros. Áreas de fundamental importância, logo, não podem ser esquecidas neste momento.

Sala Senador Josaphat Marinho, 30 de março de 2010.

  
Senadora Marina Silva

## **EMENDA Nº 10**

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 7, de 2010, a seguinte redação:

**Art. 3º. No mínimo 5% (cinco por cento) dos recursos a serem aplicados no combate à pobreza serão repassados, em caráter permanente, ao FUNDO DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.**

### **JUSTIFICATIVA**

O art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 (nº 5.940/2009, na Casa de origem), destina, em caráter temporário, pelo menos 5% dos recursos destinados ao Fundo Social – FS para recomposição de perdas previdenciárias dos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Parece ser extemporânea tal proposição, uma vez que parte do pressuposto de perdas, sem mensurá-las, impondo uma medida sem o respaldo das entidades envolvidas no tema.

Ademais, a destinação dos recursos à Previdência Social na forma proposta dá-se de forma temporária, como se as alegadas perdas não tivessem repercussão permanente nas contas do Fundo do Regime Geral de Previdência Social.

Contudo, embora o pressuposto da destinação dos recursos à Previdência Social careça de fundamentação técnica, a destinação em si é bastante auspiciosa para a sustentabilidade do RGPS, devendo ser mantida, não em caráter temporário, mas permanente.

O financiamento atual do sistema de Previdência Pública é insuficiente, particularmente para assegurar os benefícios dos Segurados Especiais, não obstante esses benefícios constituírem uma forma de reconhecimento pela contribuição do trabalhador, ainda que de forma não-monetária, para a sociedade. A necessidade de financiamento, nesse caso, é encarada como parte do modelo de previdência rural, com poucas possibilidades de equilíbrio, pela sua própria essência.

O programa de proteção previdenciária ao homem do campo se assemelha aos programas de aposentadoria básica existentes em alguns países europeus de orientação *beveridgiana*, cujo benefício é diretamente financiado pelo Estado.

A necessidade de repasse de recursos do Tesouro Nacional para complementar o financiamento da Previdência Social, em valores correntes de 12/2009 é de R\$43,61 bilhões, R\$38,72 bilhões em 2008, e de R\$51,00 bilhões em 2007. Para 2010, estima-se que serão necessários R\$ 44,6 bilhões.

Essa a motivação que nos leva a propor a presente Emenda que assegura participação da Previdência Social na receita proveniente do gigantesco reservatório de petróleo e gás natural, conhecido por "camada pré-sal", recém descoberto, para complementar suas receitas em benefício da sustentabilidade do modelo estabelecido no § 8º do art. 195 da Constituição da República, de forma a assegurar segurança e continuidade do atendimento da clientela de que trata o disposto no § 8º do art. 195 da Constituição da República.

Sala das Comissões,

Senadora Idec Salvatti



**EMENDA Nº 11**  
**(ao PLC nº 7, de 2010)**  
(Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Cria o Fundo Social – FS, e dá outras providências.

Art. 1º Substitua-se os arts. 4º ao 11 do PLC Nº 7 de 2010, renumerando-se os demais dispositivos, pelo seguinte artigo:

“Art. 4º Os recursos do FS serão destinados da seguinte forma:

I - 15% para o Ministério de Minas e Energia, a serem aplicados em investimentos, pesquisa e tecnologia energética, inclusive fontes alternativas de energias renováveis.

II - 10% ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, destinados ao desenvolvimento de estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo;

III - 15% para o Ministério da Saúde;

IV - 15% para o Ministério da Educação;

V - 10% para habitação e saneamento básico

VI - 10% para infraestrutura

VII - 10% para reforma agrária

VIII – 10% para a Previdência Social

VIII - 5% para o fundo soberano de natureza contábil e financeira, criado por lei específica com a finalidade de constituir fonte regular de recursos para a realização de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental.

Parágrafo Único: Os recursos serão totalmente gastos durante o ano calendário, e não poderão ser contingenciados.

## JUSTIFICAÇÃO

O PL cria o Fundo Social (FS), que, de acordo com o Art. 1º, teria a finalidade de “constituir fonte regular de recursos para a realização de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental.”

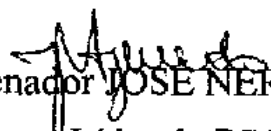
Porém, este fundo não destinará os recursos para tais áreas sociais, mas, conforme o Art. 4º, os aplicará em ativos que possam proporcionar “rentabilidade, a segurança e a liquidez de suas aplicações, e assegurar sua sustentabilidade financeira para o cumprimento das finalidades definidas no art. 1º”.

Ou seja: fica completamente afastada a hipótese dos recursos serem destinados diretamente às áreas sociais, dado que estas, por definição, não geram rentabilidade. Na realidade, somente o rendimento do FS é que será destinado às áreas sociais, conforme o Art. 6º, I, segundo o qual “cabe ao Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social (CGFFS) definir o montante a ser, anualmente, resgatado do FS, assegurada sua sustentabilidade financeira”.

Por estas razões apresentamos a presente emenda, que elimina todo o Capítulo III do Projeto (Arts. 4º a 11), garantindo a destinação imediata dos recursos do Pré Sal para as urgentes necessidades

nacionais. A emenda ainda veda o contingenciamento de tais recursos, dado que, nos últimos anos, o governo tem destinado os Royalties do Petróleo para o superávit primário da União, e posteriormente, para o pagamento da dívida, utilizando-se da brecha legal instituída pela Medida Provisória 450/2008. Em 2008, nada menos que R\$ 20 bilhões foram desviados desta forma, o que é um verdadeiro escândalo.

Sala das Sessões, 30 de março de 2010.

  
Senador JOSE NERY  
Líder do PSOL

**EMENDA Nº 12**  
**(ao PLC nº 7, de 2010)**

Dê-se ao § 1º do art. 7º do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 7º.....

*§1º. O CGFFS terá sua composição e funcionamento estabelecido em ato do Poder Executivo, assegurada a participação do Ministro de Estado da Fazenda, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Presidente do Banco Central do Brasil e de entidade de representação dos Municípios com abrangência nacional.”*  
(NR)

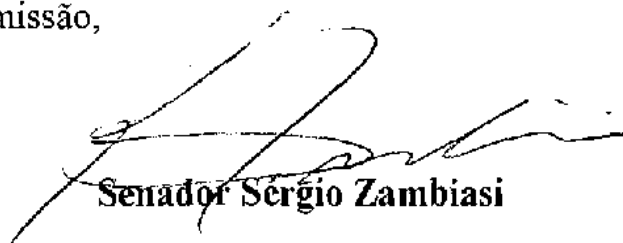


## JUSTIFICATIVA

A presente proposta objetiva garantir representação dos Municípios no Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social. Tal representação é medida de inteira justiça já que o Fundo Social tem por finalidade garantir fonte regular de recursos para a realização de projetos e programas que em última análise são executados, na grande maioria das vezes, pelos entes locais.

Assim, permitir que os municípios sejam representados na composição do Comitê permitirá uma melhor adequação da política de investimento do FS para com os interesses da maioria da nossa população.

Sala da Comissão,



Senador Sérgio Zambiasi

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Serviços de Infraestrutura; e de Assuntos Econômicos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que, durante o prazo único previsto no art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, inciso I, do Regimento Interno, foram apresentadas cinco emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2010** (nº 5.941/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza a União a ceder, onerosamente, a Petróleo Brasileiro S/A, Petrobras, o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos*

*fluidos, de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

As emendas vão à publicação no *Diário do Senado Federal* e em avulsos, na forma regimental.

A matéria volta às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Serviços de Infraestrutura para exame do projeto e das emendas.

São as seguintes as Emendas apresentadas:

## EMENDAS

### EMENDAS APRESENTADAS NO PRAZO ÚNICO, PREVISTO NO ART. 122, II, “B”, COMBINADO COM O ART. 375, I, DO REGIMENTO INTERNO, AO

**Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2010** (nº 5.941/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

---

Emendas apresentadas:

Senador Inácio Arruda – nº 2

Senadora Marina Silva – nºs 3 e 5

Senador Paulo Paim – nº 1

Senador Renato Casagrande – nº 4

Total – 5 emendas

**EMENDA Nº 1**  
**(ao PLC nº 8, de 2010)**

Suprima-se no § 3º a expressão “ressalvada a parcela de que trata o § 4º” e o § 4º do artigo 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 8 de 2010.

**JUSTIFICAÇÃO**

Entendemos que tal medida deva prescindir de mais acurada discussão para preservar o interesse público e, sobretudo as condições e qualidades de emprego existentes nestes postos maduros.

As decisões açodadas tem se demonstrado imperfeitas quando não demandam retomadas de posições. Em que pese à urgência de decisões em algumas áreas, opinamos, neste caso, pela melhor deliberação

Importante, ainda, preservar os investimentos, já ocorridos, em grande número destes poços o que, certamente, propiciará retornos esperados de proveito público.

Em face do exposto, peço a colaboração dos Ilustres Pares à aprovação desta emenda.

Sala das Sessões,

  
Senador **PAULO PAIM**

**EMENDA MODIFICATIVA Nº 2**  
**(ao PLC nº 8, de 2010)**

**O § 4º do Art. 1º passa a ter a seguinte redação, alterando-se em consequência o caput do Art. 2º e do Art. 11º, do PLC nº 8 de 2010:**

**Art. 1º .....**

**§ 4º** O pagamento de que trata o § 3º, poderá ser efetivado mediante a devolução pela Petrobras, em comum acordo com a ANP, de áreas sob contratos de concessão relativos a pequenos campos terrestres maduros.

**Art. 3º** Os volumes de barris equivalentes de petróleo de que trata o § 2º do art. 1º, bem como os seus respectivos valores econômicos, serão determinados a partir de laudos técnicos elaborados por entidades certificadoras, observadas as melhores práticas da indústria do petróleo.

**Parágrafo Único. ....**

**Art. 11.** Caso a Petrobras exerça a faculdade referida no § 4º do art. 1º, os pequenos campos terrestres maduros devolvidos pela Petrobras deverão ser objetos de licitação, conforme definido no art. 23 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, somente podendo participar do referido certame empresas produtoras independentes de petróleo e gás natural de pequeno e médio porte.

**Parágrafo Único. ....**

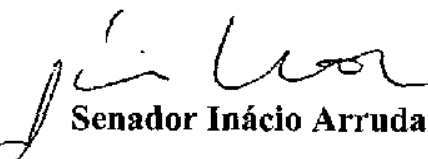
**Justificativa**

A emenda visa garantir a manutenção e a ampliação dos investimentos realizados pela Petrobras sobre os atuais campos maduros, estes com forte concentração na região Nordeste do Brasil.

Os valores históricos aplicados e os já aprovados no recente plano de negócios da companhia para esse segmento, constituem-se em importantes meios que impulsionarão o desenvolvimento econômico e social da

região, contribuindo dessa forma no combate as desigualdades regionais no país. Diminuir a Petrobras desse papel é apostar na incerteza política e econômica para com o Nordeste brasileiro. Nesse negócio intensivo de capitais, não será qualquer estrutura empresarial que terá a condição de fazê-lo a contento.

Essa emenda permite que a Petrobras continue sendo pela sua escala de capital, o ente público capaz de aglutinar os demais agentes produtivos interessados em atender os interesses sócio-econômico da região Nordeste do Brasil.



**Senador Inácio Arruda**

### **EMENDA Nº 3**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2010.**

*Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro SA – PETROBRAS, o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos de que trata o inciso I do artigo 177 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

Acrescenta parágrafo único ao art. 2º com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

Parágrafo único. Para o cumprimento do estabelecido no inciso I deste artigo, devem ser promovidos estudos técnicos que apontem obrigatoriamente todas as informações de cunho ambiental, necessárias ao prévio diagnóstico quanto à vulnerabilidade ambiental das áreas.”

**Justificativa**

Com os estudos técnicos que apontem obrigatoriamente todas as informações de cunho ambiental, necessárias ao prévio diagnóstico quanto à vulnerabilidade ambiental das áreas, entendemos que o projeto se cercará das cautelas ambientais mínimas necessárias ao desenvolvimento das atividades propostas.

Sala Senador Josaphat Marinho, 30 de março de 2010.

  
Senadora Marina Silva

**EMENDA Nº 4**  
**(ao PLC nº 8, de 2010)**

Introduzam-se os seguintes §§ 2º, 3º, 4º e 5º ao art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2010, renumerando o atual parágrafo único para § 1º:

"Art. 3º .....  
....."

§ 2º O valor que a Petrobras terá de pagar à União pela cessão onerosa de que trata o art. 1º não poderá ser inferior a vinte e cinco por cento do valor médio do barril equivalente de petróleo nos doze meses que antecederem o contrato de cessão.

§ 3º Caberá a ANP calcular o valor do barril equivalente previsto no § 2º, em função dos preços do mercado do petróleo, gás natural ou condensado, das especificações do produto e da localização do campo.

§ 4º Caso o valor a ser pago pela cessão onerosa não atenda ao disposto no § 2º, será necessária autorização do Senado Federal para a celebração do contrato.

§ 5º Caso a Petrobras exerça a faculdade referida no § 4º do art. 1º, o valor das áreas devolvidas, para efeito de pagamento da Petrobras à União, será equivalente aos recursos obtidos na licitação prevista no art. 11."



## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 8, de 2010, permite que a União ceda onerosamente para a Petrobras o direito de exploração de cinco bilhões de barris equivalentes de petróleo, sem licitação.

A ausência de licitação impõe grande dificuldade de estabelecer o preço justo, que é o preço máximo que alguém estaria disposto a pagar para ter o direito de exploração. Lembremos que o direito de exploração do óleo é uma propriedade da União. Por isso, a cessão de direitos é, na realidade, uma transferência de patrimônio, que deveria ser feita pelo melhor preço possível.

Em um sistema de licitação, o preço justo pode ser definido em leilão. Mas, na modalidade de cessão onerosa, proposta pelo PLC, não há como garantir que o preço estabelecido seja o preço justo. Destaca-se que, assim como em outros setores da economia, há grande assimetria de informações na indústria do petróleo. Por exemplo, os custos e a tecnologia de produção de cada potencial licitante não são conhecidos de todos. E, obviamente, o quanto cada empresa está disposta a pagar depende de seus custos, de sua tecnologia, de seus planos de investimento, apetite ao risco, etc – todas informações privadas. Isso implica que não há avaliação técnica que consiga determinar o melhor preço de um direito de exploração.

Como está em jogo a cessão de até cinco bilhões de barris, as chances de perda para a União não são desprezíveis. Digamos que a avaliação técnica proponha um preço somente US\$ 1 abaixo daquele que seria justo. Isso implica uma transferência patrimonial da União para a Petrobras – beneficiária do PLC – de nada menos do que US\$ 5 bilhões. Supondo que cerca de 60% das ações da Petrobras pertençam ao setor privado, a cessão onerosa, no exemplo dado, implicaria uma doação da ordem de US\$ 3 bilhões aos acionistas privados da estatal. Se a discrepância entre a avaliação técnica e o preço justo for maior, a transferência indevida de patrimônio da União para os acionistas privados da Petrobras seria ainda maior!

Por isso propusemos neste PLC limitar as potenciais perdas da União com a cessão onerosa, impondo um preço mínimo, correspondente a 25% de uma média do preço internacional do barril de petróleo.

É importante lembrar que o PLC nº 8, de 2010, não prevê o pagamento de participação especial e mantém os *royalties* da área cedida em 10%, enquanto o PLC nº 16, de 2010, que disciplina a exploração do petróleo na área do pré-sal e se encontra em tramitação na Casa, propõe majorar os *royalties* de 10% para 15%.

Estudos mostram que a exploração do pré-sal sob o regime de concessão já são viáveis com o preço do barril equivalente do petróleo abaixo de US\$ 40 dólares. A cessão onerosa proposta é ainda mais benevolente, pois, conforme mencionado, não prevê a cobrança de participação especial. Considerando o preço atual do petróleo produzido no Brasil da ordem de US\$ 60 o barril, a União poderia cobrar algo acima de US\$ 20 pelo direito de exploração e, ainda assim, a produção seria viável. Estamos propondo que o preço mínimo do direito de exploração seja de 25% do preço de venda do barril de petróleo.

Dessa forma, o que estamos propondo é somente prevenir perdas substanciais com a cessão, sem engessar o processo. Tampouco propusemos impedir que o preço da cessão seja inferior a 25% do preço do barril. É possível que em determinadas situações, por exemplo, diante de queda substancial do preço do barril do petróleo, o patamar mínimo de 25% do preço do barril inviabilize a produção. Nessas situações, o Senado Federal poderá autorizar a cessão onerosa.

O PLC prevê ainda que a Petrobras possa pagar parte dos direitos (até o limite de 100 milhões de barris de óleo equivalente) mediante devolução de áreas sob contratos de concessão relativos a campos terrestres em desenvolvimento ou em produção. Propusemos nesta emenda que o valor dessas áreas seja equivalente àquilo que for arrecadado em leilões de licitação.

Sala da Comissão,



Senador Renato Casagrande

**EMENDA Nº 5****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2010.**

*Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro SA – PETROBRAS, o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do artigo 177 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

Acrescenta artigo 12, com § 1º, renumerando os atuais artigos 12 e 13 do PLC.

"Art. 12 Será devida compensação pela emissão de gases de efeito estufa decorrentes da exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

§ 1º A compensação de que trata o caput será paga pela Petrobras, correspondendo a 0,5% (meio por cento) do valor de mercado do petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos produzidos, a serem aplicados, prioritariamente, em ações de mitigação da mudança do clima e de adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos."

**Justificativa**

Esta emenda objetiva criar uma compensação pela emissão de gases de efeito estufa que será pago à Petrobras correspondente a 0,5%. Os recursos advindos da compensação serão prioritariamente aplicados em ações de mitigação da mudança climática e de adaptação à mudança do clima e seus efeitos.

Sala Senador Josaphat Marinho, 30 de março de 2010.

  
Senadora Marina Silva

*(As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Serviços de Infraestrutura.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que, durante o prazo único previsto no art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, inciso I, do Regimento Interno, foram apresentadas 54 emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010** (nº 5.938/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências (exploração e produção de petróleo; competência da CNPE, da ANP e do Ministério de Minas e Energia; casos de*

*contratação direta e de licitação para exploração de petróleo; contratos de partilha de produção; rateio das rendas governamentais no regime de partilha de produção (royalties); comercialização do petróleo).*

As emendas vão à publicação no *Diário do Senado Federal* e em avulsos, na forma regimental.

A matéria volta às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Serviços de Infraestrutura para exame do projeto e das emendas.

São as seguintes as Emendas apresentadas:

## EMENDAS

### EMENDAS APRESENTADAS NO PRAZO ÚNICO, PREVISTO NO ART. 122, II, “B”, COMBINADO COM O ART. 375, I, DO REGIMENTO INTERNO, AO

Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010 (nº 5.938/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências (exploração e produção de petróleo; competências do CNPE, da ANP e do Ministério de Minas e Energia; casos de contratação direta e de licitação para a exploração de petróleo; contratos de partilha de produção; rateio das rendas governamentais no regime de partilha de produção (royalties); comercialização do petróleo).*

---

#### Emendas apresentadas:

Senador Adelmir Santana – nºs 1 a 6, 10, 16, 18 a 25, 53

Senador Alvaro Dias – nº 32

Senador Antonio Carlos Valadares – nº 30

Senador Francisco Dornelles e outro – nº 33

Senador Gerson Camata – nº 31

Senadora Ideli Salvatti – nº 54

Senador Inácio Arruda – nºs 42 e 47

Senador Jefferson Praia – nº 37

Senador José Nery – nº 12

Senador Marcelo Crivella – nºs 29, 35, 48 e 52

Senadora Marina Silva – nºs 8, 9, 11, 15, 17 e 26

Senador Paulo Duque – nº 38

Senador Paulo Paim – nº 51

Senador Pedro Simon – nºs 27 e 45  
Senador Renato Casagrande – nºs 13, 14, 28, 43 e 46  
Senador Renato Casagrande e outros – nº 34  
Senador Roberto Cavalcanti – nºs 36, 40, 41, 49 e 50  
Senador Sérgio Zambiasi – nº 44  
Senador Tasso Jereissati e outro – nº 7  
Senador Valter Pereira e outros – nº 39  
Total – 54 emendas

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010**

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.

#### **EMENDA Nº 1** (Modificativa)

Dê-se ao art. 1º, art. 3º, parágrafo único do art. 6º, art. 7º, art. 36, art. 37 e art. 55 (naquilo que modifica a redação do art. 23 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997) do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, a seguinte redação:

*“Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em áreas do pré-sal e altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.”*

*“Art. 3º A exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos na área do pré-sal serão contratadas pela União no regime de partilha de produção, na forma desta Lei.”*

*“Art.*

*6º .....*

***Parágrafo único. A União, por intermédio de fundo específico criado por lei, poderá participar dos investimentos nas atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção na área do pré-sal, caso em que assumirá os riscos correspondentes à sua participação, nos termos do respectivo contrato."***

***"Art. 7º Previamente à contratação sob o regime de partilha de produção, o Ministério de Minas e Energia, diretamente ou por meio da ANP, poderá promover a avaliação do potencial das áreas do pré-sal."***

***"Art. 36. A União, representada pela empresa pública referida no § 1º do art. 8º e com base nas avaliações realizadas pela ANP, celebrará com os interessados, nos casos em que as jazidas da área do pré-sal se estendam por áreas não concedidas ou não partilhadas, acordo de individualização da produção, cujos termos e condições obrigarão o futuro concessionário ou contratado sob regime de partilha de produção."***

***"Art. 37. A União, representada pela ANP, celebrará com os interessados, após as devidas avaliações, nos casos em que a jazida não se localize na área do pré-sal e se estenda por áreas não concedidas, acordo de individualização da produção, cujos termos e condições obrigarão o futuro concessionário."***

***"Art. 55. A Lei nº 9.478, de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:***

***"Art. 23. As atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural serão exercidas mediante contratos de concessão, precedidos de licitação, na forma estabelecida nesta Lei, ou sob o regime de partilha de produção nas áreas do pré-sal, conforme legislação específica."***



## JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da presente emenda é alterar a redação de diversos dispositivos do Projeto de Lei, que se referem ao conceito de "áreas estratégicas", que estariam sujeitas ao regime de partilha de produção, segundo o texto original do Projeto de Lei. Tais dispositivos para os quais se propõem alterações são: art. 1º; art. 3º; art. 6º, parágrafo único; art. 7º; art. 36; art. 37; e art. 55 (no que se refere à alteração do art. 23 da Lei nº 9.478 de 1997).

A definição de "área estratégica" prevista no Projeto de Lei especifica quais áreas podem ser caracterizadas nesta condição, a saber, aquelas que possuem baixo risco exploratório e elevado potencial de produção. Sabe-se, no entanto, que esses conceitos são muito relativos e subjetivos.

Da forma como foi conceituada a "área estratégica", o que se verifica, em termos práticos, é uma definição aberta, que poderia vir a ser aplicada pelo Poder Executivo com ampla discricionariedade e sem qualquer limite ou critério objetivo. Ou seja, significa dizer que o Poder Executivo não terá qualquer restrição para estender o regime de partilha de produção a novas áreas — ou mesmo áreas conhecidas.

Isso pode representar uma enorme insegurança para o setor, na medida em que a descoberta de qualquer nova fronteira petrolífera no País — ainda que efetivamente não se caracterize como de baixo risco exploratório e elevado potencial produtivo — poderá ser indiscriminadamente enquadrada no conceito de "área estratégica" e, como tal, tornar-se sujeita ao regime de partilha de produção.

Além do exposto, é importante destacar a implicação grave que a possibilidade de aplicação do conceito de "áreas estratégicas" poderá trazer para o pacto federativo, pois o regime de partilha altera significativamente a distribuição de royalties em comparação com o regime de concessão.


Dessa forma, ao manipular a definição de “área estratégica” e, conseqüentemente, determinar a adoção do regime de concessão ou de partilha da produção, na prática, o Poder Executivo acabaria por definir, isoladamente, como se daria a distribuição de royalties entre os Estados, o que pode gerar instabilidade na distribuição dessas receitas, além de grandes impactos na arrecadação dos Estados e Municípios envolvidos.

Por tudo isso, seria de todo recomendável que a extensão do novo regime para áreas outras que não a área do pré-sal (já devidamente delimitada no anexo do Projeto de Lei) dependesse de lei específica, naturalmente precedida de discussões no Congresso Nacional, onde o tema seria adequadamente considerado, de forma democrática e legítima.

Em face de todo o exposto, propõe-se que o Projeto de Lei seja modificado, de modo que o conceito de “área estratégica” não permaneça no texto legal. Caso o Poder Executivo deseje estender o novo regime de partilha de produção para outras áreas além das áreas do pré-sal, deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional um novo projeto de lei para essa finalidade específica.

Por fim, para que se preserve a finalidade desta emenda, torna-se imperativo que seja ela considerada em conjunto também com a emenda que suprime o inciso V do art. 2º, o inciso V do art. 9º e o art. 47, e a emenda que altera os incisos III e IV do art. 2º, todas apresentadas nesta data e relativas ao mesmo Projeto de Lei.

Sala da Comissão



Senador ADELMIR SANTANA

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010**

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.

**EMENDA Nº 2**  
**(Modificativa)**

**Dê-se aos incisos II, III e X do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, as seguintes redações:**

*\*Art.*

*2º. ....*

*II - custo em óleo: parcela da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos exigível unicamente em caso de descoberta comercial, correspondente aos custos e aos investimentos realizados pelo contratado no bloco, relativos à execução das atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações, sujeita a limites, prazos e condições estabelecidos em contrato;*

*III – excedente em óleo: parcela da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos cuja propriedade deve ser repartida entre a União e a contratada segundo critérios definidos em contrato, resultante da diferença entre o volume*

*total da produção e as parcelas relativas ao custo em royalties”*

.....

*X – ponto de medição ou de partilha: local definido no plano de desenvolvimento de cada campo onde é realizada a medição volumétrica do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos produzidos, conforme regulação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, bem como onde há repartição da propriedade de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos entre a União e o contratado, nos termos do respectivo contrato de partilha de produção;”*

### **JUSTIFICAÇÃO**

O marco regulatório proposto pelo Projeto de Lei para a exploração do petróleo localizado na província petrolífera do pré-sal pretende adotar o modelo de partilha de produção, no qual é garantido ao contratado, que assume todos os riscos da exploração do petróleo, uma parcela da produção e ressarcimento dos investimentos em caso de descoberta comercial.

De acordo com esse modelo, uma parte da produção permanece com o contratado (é o chamado custo em óleo), enquanto o restante da produção é dividido entre o Estado e o contratado (excedente em óleo).

Verifica-se que a definição de custo em óleo e de excedente em óleo nos contratos de partilha de produção é um ponto de fundamental importância para a compreensão e implementação do regime de partilha de produção, sendo, portanto, um dos mais importantes do Projeto de Lei.

Essas definições se revestem de uma enorme carga técnica, não podendo ser introduzidas sem o rigor que lhes é inerente, sob pena de comprometer a finalidade da proposta.

Diante disso, esta emenda propõe evitar lacunas ou indefinições que possam

vir a prejudicar as partes na execução dos contratos de partilha, **30742.11646** garantir, assim, a segurança jurídica que deve orientar os investimentos no setor.

Ao definir o custo em óleo, o inciso II do art. 2º estabelece expressamente que toda atividade realizada no bloco pelo contratado seja reconhecida como custo por ele incorrido, a ser classificado como recuperável.

Vale ressaltar que os custos de todas as operações da fase de exploração, quando resultem em descoberta comercial e posterior produção no bloco, deverão ser ressarcidos na forma de custo em óleo.

Os contratados assumirão integralmente o risco relacionado à exploração dos blocos, e, por isso, deverão ter direito a um reembolso com base em critérios prévia e claramente definidos na hipótese de uma descoberta comercial e posterior produção no bloco.

No caso do excedente em óleo, a proposta de inclusão da expressão "propriedade" na redação do art. 2º, inciso III, tem por finalidade determinar expressamente que o contratado será desde logo o proprietário da parte que lhe cabe da partilha da produção, por se tratar de aquisição originária da propriedade pelo contratado e que decorre diretamente da produção.

Já a proposta para o inciso X do art. 2º almeja esclarecer que haverá um único ponto de medição e de partilha para que, desta forma, não existam diferenças ou incongruências entre o volume medido e o volume partilhado. Caso contrário, se houvesse ponto de medição e ponto de partilha distintos, poderia haver inconsistências quanto ao montante a ser partilhado entre o Estado e o(s) contratado(s).

Sala da Comissão,



Senador ADELMIR SANTANA

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010**

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.

**EMENDA Nº 3**  
**(Modificativa)**

**Dê-se aos incisos III e IV do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, as seguintes redações:**

*“Art. 2º Para os fins desta Lei, ficam estabelecidas as seguintes definições:*

.....  
.....

*III – excedente em óleo: parcela da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos a ser repartida entre a União e o contratado, segundo critérios definidos em contrato, resultante da diferença entre o volume total da produção e as parcelas relativas ao custo em óleo e aos royalties;*

*IV – área do pré-sal: região do subsolo formada por um prisma vertical de profundidade indeterminada, com superfície poligonal definida pelas coordenadas geográficas de seus vértices estabelecidas no Anexo desta Lei;”*



## JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da presente emenda é alterar a redação dos incisos III e IV do art. 2º do Projeto de Lei, pelos motivos a seguir expostos.

Com a alteração do inciso III do art. 2º, exclui-se a referência ao art. 47 do Projeto de Lei, que trata da aplicação do regime de partilha de produção a blocos localizados em terra. O art. 47 foi objeto de outra emenda apresentada nesta mesma data, razão pela qual é imperativo que estas emendas sejam apreciadas em conjunto.

O inciso IV do art. 2º, por sua vez, define "área do pré-sal" como sendo, além da superfície poligonal definida no anexo do Projeto de Lei, outras regiões que venham a ser determinadas em ato do Poder Executivo, de acordo com a "evolução do conhecimento geológico". A presente emenda pretende restringir a possibilidade de o Poder Executivo determinar, discricionária e subjetivamente, novas áreas como sendo estratégicas.

Os parâmetros para a definição do que venha a ser "evolução do conhecimento geológico" não são previstos no Projeto de Lei. Em outras palavras, o Poder Executivo não terá qualquer restrição para estender o regime de partilha de produção a novas áreas ou mesmo a áreas já conhecidas.

Isso pode representar uma enorme insegurança para o setor, na medida em que a descoberta de qualquer nova fronteira petrolífera no País – ainda que efetivamente não se caracterize como de baixo risco exploratório e elevado potencial produtivo – poderá ser indiscriminadamente enquadrada no conceito de "área estratégica" e, como tal, tornar-se sujeita ao regime de partilha de produção.

Além do exposto, é importante destacar a implicação grave que a possibilidade de aplicação do conceito de "áreas estratégicas" poderá trazer para o pacto

federativo, pois o regime de partilha altera significativamente a ~~partilha~~ royalties em comparação com o regime de concessão. 30734.44801

Dessa forma, ao manipular a definição de "área estratégica" e, conseqüentemente, determinar a adoção do regime de concessão ou de partilha da produção, na prática, o Poder Executivo acabaria por definir, isoladamente, como se daria a distribuição de royalties entre os Estados, o que pode gerar instabilidade na distribuição dessas receitas, além de grandes impactos na arrecadação dos Estados e Municípios envolvidos.

Por tudo isso, seria de todo recomendável que a extensão do novo regime para áreas outras que não a área do pré-sal (já devidamente delimitada no anexo do Projeto de Lei) dependesse de lei específica, naturalmente precedida de discussões no Congresso Nacional, onde o tema seria adequadamente considerado, de forma democrática e legítima.

Em face de todo o exposto, e para manter coerência com a proposta de supressão do conceito "áreas estratégicas" propõe-se que os incisos III e IV do art. 2º do Projeto de Lei sejam alterados, de modo que o conceito de "área estratégica" não permaneça no texto legal. Caso o Poder Executivo deseje estender o novo regime de partilha de produção para outras áreas além das áreas do pré-sal, deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional um novo projeto de lei para essa finalidade específica.

Por fim, para que se preserve a finalidade desta emenda, torna-se imperativo que seja ela considerada em conjunto com a emenda que suprime o inciso V do art. 2º, o inciso V do art. 9º e o art. 47; e a emenda que altera os arts. 1º; 3º; 6º, parágrafo único; 7º, *caput*, 36, *caput*, 37; e 55 (no que se refere à alteração do art. 23 da Lei 9.478 de 1997), todas apresentadas nesta data e relativas ao mesmo Projeto de Lei.

Sala da Comissão,



Senador ADELMIR SANTANA

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010**

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.

**EMENDA Nº 4**  
**(Modificativa)**

Dê-se aos incisos VI e VII do art. 2º, ao art. 4º, ao inciso II do art. 11, ao inciso IV do art. 15, ao art. 20, ao caput e ao inciso I do art. 30 e ao caput e ao parágrafo único do art. 49 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010 as seguintes redações:

*"Art.*

*2º .....*

*VI - operadora: empresa responsável pela condução e execução de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção;"*

*VII - contratado: a empresa ou consórcio vencedor da licitação para a exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em regime de partilha de produção;"*

*"Art. 4º A operadora do contrato de partilha de produção deverá ter uma participação mínima no consórcio previsto no art. 20, a ser definida no edital de licitação."*

**\*Art. 11 .....**

***II - elaborar e submeter à aprovação do Ministério de Minas e Energia as minutas dos contratos de partilha de produção e dos editais de licitação;\****

**\*Art. 15 .....**

***IV – o consórcio previsto no art. 20 e a respectiva minuta de contrato de consórcio;\****

***\*Art. 20 Nos termos do artigo 16, quando as empresas que tenham participado conjuntamente do processo licitatório sejam vencedoras, as mesmas deverão constituir um consórcio na forma do disposto no art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.***

***§1º Os direitos e obrigações patrimoniais dos contratados serão proporcionais às suas respectivas participações no consórcio.***

***§2º O contrato de constituição de consórcio deverá indicar a operadora como responsável pela execução do contrato, sem prejuízo da responsabilidade solidária das consorciadas perante o contratante ou terceiros.\****

***\*Art. 30. A operadora deverá:***

***I - informar ao comitê operacional e à ANP, no prazo contratual, qualquer descoberta de petróleo, gás natural ou de quaisquer minerais;\****

***\*Art. 49 O petróleo, o gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos que pertençam à União serão comercializados mediante licitação, segundo a política de comercialização referida nesta lei.***

***Parágrafo único. A empresa pública de que trata o § 1º do art. 8º, representando a União, poderá contratar, mediante licitação, agente comercializador do petróleo e do gás natural referidos no caput.\****

## **JUSTIFICAÇÃO**

### **I. CONTRATAÇÃO DIRETA DA PETROBRAS, SEM LICITAÇÃO:**

- a) para o desempenho das atividades de exploração e produção de petróleo, gás e outros hidrocarbonetos fluidos;

A contratação direta da Petrobras para a exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos é inconstitucional e o Projeto de Lei, na sua forma original, abre margem para questionamentos perante o Supremo Tribunal Federal, pois coloca a Petrobras numa posição privilegiada, diferenciada das outras empresas, na medida em que não precisaria se submeter ao certame licitatório para contratar com a União. Essa previsão viola o princípio da igualdade (art. 5º e art. 173, II e §2º da Constituição Federal) e os princípios que regem a licitação (art. 37, inciso XXI da Constituição Federal).

Com a flexibilização do monopólio instituída pela Emenda Constitucional nº 9/1995, as atividades de exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos passaram a estar ao alcance de outras empresas mediante contratação com a União. Como a Petrobras é sociedade de economia mista, com aproximadamente 60% do seu capital social em poder de acionistas privados, e, portanto, pessoa jurídica de direito privado que exerce atividade econômica em igualdade de condições de competição com outras empresas, a Petrobras só poderia adquirir direitos relacionados à exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos ao participar de licitações e se sagrar vencedora.

Com efeito, as atividades de exploração e produção contempladas no inciso I do art. 177 da Constituição Federal não constituem exceção aos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência. Este, inclusive, é o entendimento do Supremo Tribunal Federal, conforme decisão proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3273/DF.

Ademais, não seria cabível sequer falar-se em dispensa de licitação, pois tal dispensa representaria um privilégio à Petrobras, o qual seria injustificável em face dos princípios da igualdade e da livre iniciativa.

Assim, mesmo que se trate de atividade sujeita ao monopólio da União, aplicar-se-á o art. 173 da Constituição Federal. Desta forma, a contratação direta de uma empresa específica, mesmo sendo de economia mista, viola o art. 173, §1º e os princípios da livre iniciativa, da livre concorrência e do livre exercício de atividade econômica (Constituição Federal, arts. 1º, IV; 170, caput, IV e parágrafo único, respectivamente), além de violar os princípios da igualdade e que regem a licitação.

A notória competência da Petrobras para desenvolver as atividades de exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos não é justificativa para elevá-la a um patamar privilegiado, uma vez que há outras empresas no mercado que possuem capacidade técnica e financeira suficientes para o exercício de tais atividades.

A ausência de competição impede a comparação entre distintos conceitos de execução de projetos e cronogramas de investimentos, ferindo, desse modo, as melhores práticas da indústria do petróleo. Em suma, a possibilidade de contratação direta da Petrobras pode comprometer a eficiência operacional das atividades de exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, entre outras atividades, nas áreas do pré-sal, além da capacidade que o Poder Público teria para contratar de forma mais benéfica para o País.

:

Historicamente, a concorrência entre empresas vem se demonstrando o melhor meio de consagrar o ideal da coletividade, pois, ao estimular e assegurar a competição justa, o Estado promove o aperfeiçoamento tecnológico, a redução dos custos operacionais e, conseqüentemente, dos preços.



A emenda está, portanto, em sintonia com o interesse público em um mercado competitivo, que pode resultar no incremento da eficiência e da tecnologia, na redução de custos, na criação de empregos e no fomento da cadeia de fornecedores locais, além de preservar a transparência do setor.

## **II. CONTRATAÇÃO DIRETA DA PETROBRAS, SEM LICITAÇÃO:**

- b) para fins de avaliação do potencial de áreas;
- c) para a avaliação de jazidas da área do pré-sal; e
- d) para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos oriundos da partilha de produção e destinados à União.

A contratação direta da Petrobras para as demais hipóteses, previstas acima, também é inconstitucional, abrindo, portanto, margens para questionamentos perante o Supremo Tribunal Federal, pois coloca a Petrobras numa posição privilegiada, na medida em que isenta a empresa de se submeter ao certame licitatório para contratar com a União as atividades listadas. Viola-se, assim, o princípio da igualdade (art. 5º da Constituição Federal), e os princípios que regem a licitação (art. 37, inciso XXI da Constituição Federal).

Além da alteração de todos os vícios de constitucionalidade já expostos, entende-se que deveria haver também a proibição da contratação de concessionárias ou licitantes em futuros certames licitatórios para a exploração e produção de hidrocarbonetos para as áreas em que tais concessionárias ou licitantes tenham realizado estudos exploratórios, necessários à avaliação do potencial das áreas do pré-sal e das áreas estratégicas. Tal vedação se faz necessária para evitar vantagens competitivas indevidas e conflitos de interesse caso a região previamente estudada venha a ser oferecida numa futura licitação para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos. Do contrário, comprometer-se-ia a aplicação dos princípios da isonomia e da livre iniciativa, maculando-se, assim, a legalidade da referida licitação.

### III - OPERADOR ÚNICO

O Projeto de Lei, na sua forma original, abria margem para possível declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal no que diz respeito à atribuição conferida à Petrobras como operadora única de todos os blocos do pré-sal. Os dispositivos objeto de emenda colocam a Petrobras num patamar privilegiado, diferenciando-a das demais empresas. Essa previsão viola, uma vez mais, os princípios constitucionais da igualdade e da livre iniciativa.

De fato, a União, quando opta por não exercer, ela própria, a atividade por ela monopolizada, pode contratar a realização da atividade (nos termos do §1º do art. 177 da Constituição Federal), porém, sempre em observância ao procedimento licitatório inserido no art. 37, *caput* e inciso XXI da Constituição Federal.

Novamente, não é cabível a dispensa de licitação. A dispensa, a rigor, não deve ser direcionada a uma pessoa natural ou jurídica específica, como prevê o Projeto de Lei, mas sim em face de uma circunstância que justifique a não realização do certame, sem que isso implique a contratação de uma determinada empresa.

Ademais, mesmo em se tratando de atividades sujeitas ao monopólio da União, tem aplicação o art. 173 da Constituição Federal no que diz respeito a empresas estatais. Tal dispositivo prevê que empresas estatais terão igualdade de tratamento em relação a empresas do setor privado. Nesse particular, estabelece que empresas estatais não deverão gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado, o que dá o tom da igualdade buscada pelo legislador constituinte.

Desta forma, a imposição legal da Petrobras como operadora única, mesmo sendo ela uma sociedade de economia mista, viola o art. 173, §1º, da Constituição Federal e os princípios da livre iniciativa, da livre concorrência e do livre exercício de atividade econômica (Constituição Federal, arts. 1º, IV; 5º, XIII; 170, *caput*, IV e parágrafo único, respectivamente).

Não fossem suficientes as infrações constitucionais, o fato de o Projeto de Lei impor a uma empresa específica que ela seja a operadora única de todos os blocos da área do pré-sal pode acarretar para esta um ônus excessivo, na medida em que é materialmente difícil direcionar seus esforços a diversas operações simultâneas, o que poderá comprometer sua capacidade de gestão e mesmo seus recursos financeiros.

A proposta, inclusive, poderia prejudicar a própria Petrobras, que teria obrigatoriamente que operar todas as áreas licitadas do pré-sal, sem a possibilidade de escolher quais áreas julga mais interessantes. Além disso, a Petrobras teria que incorrer em investimentos vultuosos para operar todas essas áreas. Em última instância, os próprios acionistas da Petrobras – tanto a União, como investidores privados, inclusive com recursos do FGTS – poderiam ser prejudicados por essa exigência legal.

Neste sentido, não deveria ser prevista a designação obrigatória da Petrobras como operadora única. De acordo com a prática que vem sendo adotada no Brasil até o momento, a operadora sempre é designada pelas empresas vitoriosas no processo licitatório, e não por força de lei. Tais empresas vitoriosas, por serem as únicas responsáveis pela execução das atividades e por assumirem todos os riscos no contrato de partilha de produção, devem ter o direito de indicar a operadora.

A possibilidade de empresas diversas serem operadoras torna o ambiente mais atraente para investimentos, o que resulta em maior competição, inclusive com lances mais elevados e, como consequência, maiores ganhos para a União. Ademais, a multiplicidade de operadoras possibilita ao País o acesso a tecnologias certamente úteis na superação dos desafios técnico-operacionais vindouros na exploração e produção no pré-sal, além de gerar novos empregos, fomentar a competitividade da indústria de bens e serviços, acelerar o conhecimento geológico e a delimitação das reservas existentes, possibilitando um melhor planejamento estratégico da produção e distribuição da receita resultante.

Um exemplo do benefício dessa competição é a própria Petrobras, que vivenciou um enorme crescimento, especialmente tecnológico, após a flexibilização do monopólio, figurando hoje entre as maiores empresas do mundo. Isto lhe assegura as ferramentas necessárias para competir em igualdade de condições com outras empresas e figurar, inclusive, como operadora por eleição dos licitantes vencedores.

A ausência de competição para a seleção da operadora impediria a comparação entre distintos conceitos de execução de projetos, cronogramas de investimentos e produção de petróleo. Em suma, a existência de uma única operadora para todas as áreas, por imposição legal, poderia comprometer a eficiência operacional em áreas do pré-sal.

Neste sentido, a emenda busca estabelecer um ambiente de competitividade, sem que haja uma operadora única por imposição legal. A Petrobras, em igualdade de condições com outras empresas, poderá participar de certames e ser escolhida, mediante negociação com outros consorciados, como operadora de determinadas áreas, como é a prática atual. Resguarda-se assim, a possibilidade de outras empresas também se tornarem operadoras, o que condiz com a natureza empreendedora conferida à atividade.

#### IV - PARTICIPAÇÃO MÍNIMA (E COMPULSÓRIA) DA PETROBRAS NOS CONSÓRCIOS

A proposta de se atribuir uma participação mínima à Petrobras nos consórcios firmados para a exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos também é inconstitucional. O Projeto de Lei abre margem para questionamentos perante o Supremo Tribunal Federal, pois coloca a Petrobras numa posição privilegiada, violando, assim, o princípio da igualdade (art. 5º da Constituição Federal), o princípio da livre associação (art. 5º, inciso XVII da Constituição Federal), e os princípios que regem a licitação (art. 37, inciso XXI da Constituição Federal).

A Petrobras só poderia participar de consórcios se assim pactuasse com os demais consorciados, em respeito aos princípios da livre associação e da autonomia da vontade. Neste sentido, a Petrobras poderá, se assim o desejar, formar consórcio com outras empresas para concorrer nos certames licitatórios.

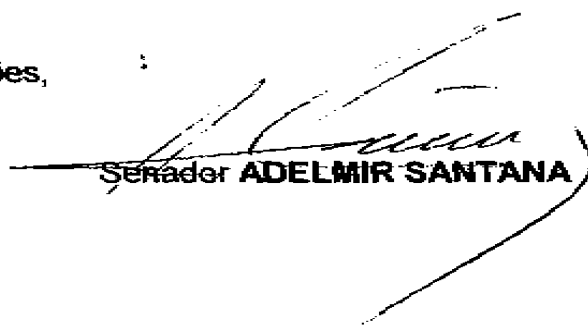
Além disso, o Projeto de Lei coloca a Petrobras em posição privilegiada ao permitir que tal empresa venha a "aderir" ao consórcio vencedor, violando, pois, os princípios da igualdade, da livre iniciativa e da livre concorrência.

A Petrobras deve ser vista como um agente de mercado, assim como as demais empresas, e sua participação em consórcios não deve ser compulsória e deve ser livremente pactuada entre os vários consorciados.

Assim, mesmo que se trate de atividade sujeita ao monopólio da União, a previsão de participação mínima obrigatória de uma sociedade de economia mista em consórcios viola o art. 173, §1º da Constituição, e, conforme citado exaustivamente, os princípios da livre iniciativa, da livre concorrência e do livre exercício de atividade econômica (Constituição Federal, arts. 1º, IV; 170, caput, IV e parágrafo único, respectivamente), além de violar os princípios da igualdade, da livre associação e que regem a licitação (Constituição Federal, art. 5º, caput e inciso XVII, e art. 37, caput e inciso XXI).

Por tal razão, justificam-se as supressões aos dispositivos que prevêm participação mínima e automática da Petrobras em consórcios para exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos nas áreas do pré-sal, a saber, a alínea "c" do inciso III do art. 10, o art. 14, §1º do art. 20 e o parágrafo único do art. 31 do Projeto de Lei.

Sala das Comissões,



Senador **ADELMIR SANTANA**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010**

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.

**EMENDA Nº 5  
(Supressiva)**

**Suprima-se o inciso V do art. 2º, o inciso V do art. 9º, e o art. 47 do Projeto de Lei da Câmara nº16, de 2010.**

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem como objetivo excluir do Projeto de Lei o conceito de "áreas estratégicas" que estariam sujeitas ao regime de partilha de produção, segundo o texto original do Projeto de Lei.

Tendo em vista a proposta de eliminação do conceito de "área estratégica" contida no inciso V do §2º, resta prejudicado o art. 47, que trata de blocos localizados em terra, não fazendo sentido a sua permanência no Projeto de Lei.

A definição de "área estratégica" prevista no Projeto de Lei especifica quais áreas podem ser caracterizadas nesta condição, a saber, aquelas que possuem baixo risco exploratório e elevado potencial de produção. Sabe-se, no entanto, que esses conceitos são muito relativos e subjetivos.



Da forma como foi conceituada a "área estratégica", o que se verifica, em termos práticos, é uma definição aberta, que poderia vir a ser aplicada pelo Poder Executivo com ampla discricionariedade e sem qualquer limite ou critério objetivo. Ou seja, significa dizer que o Poder Executivo não terá qualquer restrição para estender o regime de partilha de produção a novas áreas – ou mesmo áreas conhecidas.

Isso pode representar uma enorme insegurança para o setor, na medida em que a descoberta de qualquer nova fronteira petrolífera no País – ainda que efetivamente não se caracterize como de baixo risco exploratório e elevado potencial produtivo – poderá ser indiscriminadamente enquadrada no conceito de "área estratégica" e, como tal, tornar-se sujeita ao regime de partilha de produção.

Além do exposto, é importante destacar a implicação grave que a possibilidade de aplicação do conceito de "áreas estratégicas" poderá trazer para o pacto federativo, pois o regime de partilha altera significativamente a distribuição de royalties em comparação com o regime de concessão.

Dessa forma, ao manipular a definição de "área estratégica" e, conseqüentemente, determinar a adoção do regime de concessão ou de partilha da produção, na prática, o Poder Executivo acabaria por definir, isoladamente, como se daria a distribuição de royalties entre os Estados, o que pode gerar instabilidade na distribuição dessas receitas, além de grandes impactos na arrecadação dos Estados e Municípios envolvidos.

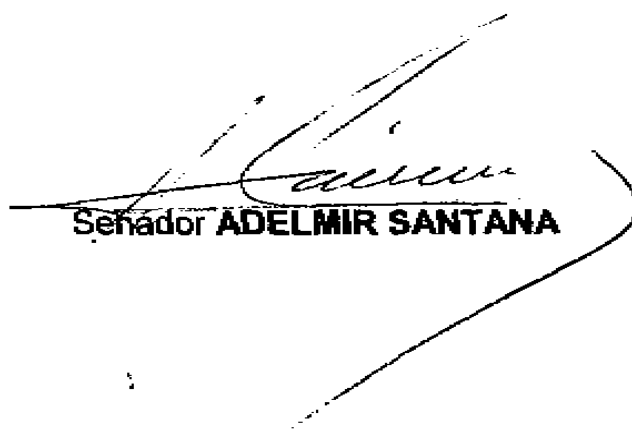
Por tudo isso, seria de todo recomendável que a extensão do novo regime a áreas outras que não a área do pré-sal (já devidamente delimitada no anexo do Projeto de Lei) dependesse de lei específica, naturalmente precedida de discussões no Congresso Nacional, onde o tema seria adequadamente considerado, de forma democrática e legítima.

Em face de todo o exposto, propõe-se, por meio da supressão do inciso V do art. 2º, que o conceito de "área estratégica" seja retirado do Projeto de Lei e que, caso o Poder Executivo deseje estender o novo regime de partilha de produção à outras áreas além das áreas do pré-sal, deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional um novo projeto de lei para essa finalidade específica.

Propõe-se, ainda, a supressão do inciso V do art. 9º, que trata do poder do Conselho Nacional de Política Energética para a delimitação discricionária do que venha a ser "área estratégica", uma vez mais respeitando a separação entre os poderes, e reconhecendo a competência do Poder Legislativo para definir quais seriam tais "áreas estratégicas" e o regime a ser aplicável a essas áreas.

Para que se preserve a finalidade desta emenda, torna-se imperativo que seja ela considerada em conjunto com a emenda que altera os arts. 1º; 3º; 6º, parágrafo único; 7º, *caput*; 36, *caput*; 37; e 55 (no que se refere à alteração do art. 23 da Lei 9.478 de 1997), e ainda em conjunto com a emenda que altera os incisos III e IV do art. 2º, todas apresentadas nesta data e relativas ao mesmo Projeto de Lei.

Sala da Comissão,



Senador ADELMIR SANTANA

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010**

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.

**EMENDA Nº 6  
(Supressiva)**

**Suprima-se o inciso XI do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, renumerando-se os demais incisos.**

**JUSTIFICAÇÃO**

O modelo de partilha de produção que se pretende adotar no Brasil com o marco regulatório do pré-sal insere no ordenamento jurídico brasileiro novos conceitos que precisarão ser incorporados pelos operadores jurídicos.

No caso do Projeto de Lei em tela, esses conceitos estão definidos no art. 2º e são essenciais para a compreensão do novo marco regulatório.

Dentre esses conceitos, destacam-se o ponto de medição e o ponto de partilha. Como essas definições se revestem de uma enorme carga técnica, elas não podem ser introduzidas sem o rigor que lhes é inerente, sob pena de poder comprometer a finalidade da proposta.

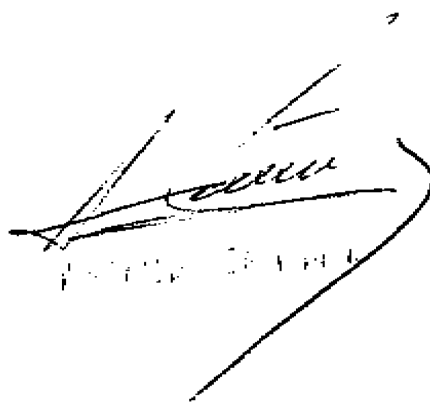
Diante disso, esta emenda propõe suprimir o inciso XI do art. 2º, tendo em vista que, de acordo com emenda apresentada nesta mesma data, haveria apenas uma definição para a expressão "ponto de medição ou de partilha", que passaria a estar prevista no inciso X do art. 2º. Com efeito, não haverá diferença entre o ponto de medição e o ponto de partilha, uma vez que a medição e a partilha dos hidrocarbonetos acontecerão no mesmo local e no mesmo momento.

Caso contrário, se houvesse ponto de medição e ponto de partilha distintos, poderia haver inconsistências quanto ao montante a ser partilhado entre o Estado e o(s) contratado(s).

Portanto, é imperativo que esta emenda seja considerada em conjunto com a emenda dos incisos II, III e X do art. 2º, apresentada nesta mesma data e relativa a este Projeto de Lei, uma vez que a presente emenda é uma decorrência natural daquela.

Sala da Comissão, em      de março de 2010.

Senador

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Luis Carlos", written over a faint, larger signature or stamp. The signature is fluid and cursive.

**EMENDA Nº 7**  
**(ao PLC nº 16, de 2010)**

Dê-se a seguinte redação ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, suprimindo-se o § 2º do art. 42 e os arts. 45, 48, 51 e 52.

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010**

“Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, cria o Fundo do Petróleo para Formação de Poupança e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNPEB, e dá outras providências” (NR).

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

.....

**CAPÍTULO II**  
**DAS DEFINIÇÕES TÉCNICAS**

.....

**Art. 2º** .....

**XIV – participação especial: participação governamental estabelecida no edital ou no contrato de partilha, devida nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade.”**

.....  
**Art. 42** .....

I – .....

II .....

III – participação especial.

§ 1º .....

**§ 2º (SUPRIMA-SE)**

§ 3º .....

§ 4º O pagamento das participações especiais devidas pelo contrato sob o regime de partilha de produção observará o disposto no inciso I do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerado o excedente em óleo referido no inciso III do art. 2º desta Lei.

**Art. 43** .....

**Art. 44.** O produto da arrecadação de *royalties* exigidos nos termos do art. 43 e das participações especiais exigidas nos termos do § 4º do art. 42 será assim distribuído:

I- 85% (oitenta e cinco por cento) para órgão da administração direta da União;

II – 10% (dez por cento) para os Estados onde ocorrer a produção;

III- 5% (cinco por cento) para os Municípios onde ocorrer a produção e que sejam afetados por operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural.

**Parágrafo único.** A arrecadação da União decorrente dos *royalties* de que trata este artigo será integralmente destinada ao Ministério da Educação e aplicada no fundo para formação de poupança e desenvolvimento da educação básica, de que tratam os arts. 50-O e 50-P.



**Art. 45 (SUPRIMA-SE)**

**Art. 46.** O bônus de assinatura devido pelo contratado sob o regime de partilha de produção será arrecadado pela União e integralmente aplicado no fundo para formação de poupança e desenvolvimento da educação básica, de que tratam os arts. 50-O e 50-P.

**Art. 47.** .....

§ 1º .....

§ 2º .....

**Art. 48 (SUPRIMA-SE)**

**CAPÍTULO VI**  
**DA COMERCIALIZAÇÃO DO PETRÓLEO, DO GÁS NATURAL E DE**  
**OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS DA UNIÃO**

**Art. 49** .....

**Parágrafo único** .....

**Art. 50** A receita líquida da União advinda da comercialização referida no art. 49 será assim destinada:

I- parcela, nunca superior a 20% (vinte por cento) do total arrecadado, em fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir poupança pública de longo prazo e fonte regular de recursos para a realização de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde pública, da ciência e tecnologia e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas;

II- o restante da receita em fundo para formação de poupança e desenvolvimento da educação básica, de que tratam os arts. 50-O e 50-P.

Parágrafo único. A receita de que trata o *caput* será apurada após deduzidos os pagamentos de participações especiais e de royalties devidos, respectivamente, nos termos do § 4º do art. 42 e do art. 43.

## CAPÍTULO VII

### DO FUNDO DO PETRÓLEO PARA FORMAÇÃO DE POUPANÇA E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

#### SEÇÃO I

##### Do objetivo do Fundo do Petróleo para Formação de Poupança e Desenvolvimento da Educação Básica

**Art. 50-A.** Fica instituído o Fundo do Petróleo para Formação de Poupança e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNPEB), vinculado ao Ministério da Educação, com o objetivo de direcionar recursos da União oriundos da exploração de petróleo e gás natural para a educação básica e redução da dívida pública.

#### SEÇÃO II

##### Da Origem e do Uso dos Recursos do FUNPEB

**Art. 50-B.** Constituem recursos do FUNPEB:

I – parcela da União no produto da arrecadação dos *royalties* e das participações especiais incidentes sobre a exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos líquidos explorados em áreas contratadas sob o regime de partilha, a que se refere o art. 44;

II – parcela da União no produto da arrecadação dos *royalties* e da participação especial incidentes sobre a exploração de petróleo e gás natural em áreas concedidas, previstas no art. 45 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, na forma de seus arts. 48-A, 48-B, 49-A, 49-B, 50-A e 50-B;

**III – a arrecadação de bônus de assinatura devido pelo contratado sob o regime de partilha de produção a que se refere o art. 46;**

**IV – receita advinda da venda da parcela do óleo excedente pertencente à União, a que se refere o inciso II do art. 50;**

**V – o rendimento das aplicações financeiras realizadas com recursos do Fundo;**

**VI – outros recursos que lhe sejam destinados.**

**Art. 50-C. Os recursos do FUNPEB serão aplicados:**

**I – na educação básica;**

**II – na aquisição de ativos financeiros;**

**III – no resgate de títulos da dívida pública federal;**

**§ 1º Os recursos destinados à educação básica serão destinados aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, sendo que os critérios de rateio, a serem estabelecidos em regulamento, serão função:**

**I – obrigatoriamente, do número de alunos matriculados em regime de tempo integral na respectiva rede pública;**

**II – obrigatoriamente, do desempenho dos alunos matriculados em regime de tempo integral auferido em exames nacionais;**

**III – obrigatoriamente, da evolução do desempenho auferido no inciso II;**

**IV – opcionalmente, da qualificação do corpo docente, dos equipamentos, e das instalações físicas das instituições de ensino cuja maior parte dos alunos esteja matriculada em regime de tempo integral.**

**§ 2º O regulamento definirá ponderações para o número de alunos matriculados, previstos no inciso I do §1º, com base na distribuição dos alunos de acordo:**

- a) com a série cursada;**
- b) com a localização da escola, se em área rural ou urbana;**
- c) com a natureza do curso, se profissionalizante ou não.**

**§ 3º Os parâmetros e a fórmula de rateio entre os entes da Federação serão propostos pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal.**

**§ 4º As liberações serão realizadas a cada dez dias, na mesma data de crédito dos fundos de participação previstos no art. 159, da Constituição, e caberá ao Tribunal de Contas da União calcular e publicar o coeficiente de participação de cada ente da Federação, bem assim acompanhar e divulgar a liberação dos respectivos créditos.**

**§ 5º Os recursos distribuídos na forma do § 1º poderão ser utilizados, conforme estabelecido no regulamento, para melhoria das instalações físicas, para aquisição de equipamentos ou para concessão de benefícios pecuniários ao corpo docente.**

**§ 6º O FUNPEB poderá adquirir ativos financeiros do exterior ou, no caso de ativos financeiros de emissores domésticos, exceto pelo disposto nos §§ 7º e 8º, esses deverão ser constituídos exclusivamente por títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, que deverão ser adquiridos, preferencialmente, do Tesouro Nacional, ou, alternativamente, do mercado secundário.**

**§ 7º O FUNPEB poderá comprar títulos de outros emissores domésticos que não o Tesouro Nacional, se o resultado primário do governo central acumulado no ano anterior for inferior ao valor dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e adquiridos pelo FUNPEB no mesmo período.**

**§ 8º Os títulos adquiridos de outros emissores domésticos devem apresentar remuneração e risco de crédito semelhante ou melhor que do que o Tesouro Nacional.**

**§ 9º O regulamento definirá a forma de comparar os riscos de crédito, as taxas de juros, as maturidades e durações previstas no § 7º, bem como o risco máximo e o retorno esperado dos ativos adquiridos do exterior.**

**§ 10. Nos termos do regulamento, o FUNPEB poderá transferir títulos para**

**o Tesouro Nacional para quitar a dívida pública federal quando atendidas as condições impostas nos arts. 50-G e 50-L.**

**§ 11. É vedada a aplicação de recursos do FUNPEB no custeio de despesas da União com pessoal ou qualquer outro custo de manutenção ou expansão das atividades necessárias à gestão deste fundo.**

**Art. 50-D.** O FUNPEB poderá aplicar imediatamente até sessenta por cento dos recursos arrecadados na forma dos incisos I e II, do art. 50-B, na educação básica, devendo a arrecadação restante ser acumulada nos termos previstos nos arts. 50-G e 50-L.

**§ 1º** Dos sessenta por cento previstos no *caput*, o montante que não for destinado aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios para aplicação em educação até o final do primeiro trimestre do ano seguinte ao da arrecadação deverá ser capitalizado nos termos previstos nos arts. 50-G e 50-L.

**§ 2º** Para atendimento ao disposto no § 1º, considera-se somente o valor não transferido aos Estados, Distrito Federal ou Municípios em decorrência do disposto no art. 50-Q.

### SEÇÃO III

#### Da Acumulação do Patrimônio do FUNPEB

**Art. 50-E.** As normas de acumulação previstas nesta Seção não se aplicam aos recursos liberados imediatamente para aplicação na educação básica previstos no *caput* do art. 50-D.

**Art. 50-F.** Os recursos previstos no inciso III do art. 50-B deverão ser aplicados na aquisição de ativos financeiros por um prazo mínimo de vinte e cinco anos, a partir do qual, aplicar-se-ão as regras previstas nos arts. 50-K e 50-L.

**Art. 50-G.** O uso de recursos do FUNPEB para resgatar títulos do Tesouro Nacional, previsto no inciso III do *caput* do art. 50-C, só poderá ser feito a partir do décimo ano de funcionamento do Fundo.

**Art. 50-H.** Durante os primeiros doze meses de funcionamento do FUNPEB, não haverá gastos destinados à educação básica, previstos no inciso I do *caput* do art. 50-C.

**Art 50-I.** Entre o décimo terceiro e o sexagésimo mês de funcionamento do FUNPEB, os gastos com educação básica em cada período de doze meses não poderão ser superiores a vinte por cento do rendimento auferido pelo Fundo, derivada das aplicações previstas no inciso IV do art. 50-B, durante os doze meses anteriores.

**Art. 50-J.** Entre o sexagésimo primeiro mês e o centésimo vigésimo mês de funcionamento do FUNPEB, os gastos com educação básica em cada período de doze meses não poderão ser superiores a cinquenta por cento da variação do valor do patrimônio financeiro do Fundo observada nos doze meses anteriores.

*Parágrafo único.* O limite de cinquenta por cento previsto no *caput* poderá ser reduzido de forma a garantir a preservação do valor real do patrimônio do Fundo.

**Art 50-K.** A partir do décimo ano de funcionamento do FUNPEB, a soma dos gastos com educação básica e com resgate de títulos da dívida pública federal em cada ano não poderá ser superior ao menor dos valores abaixo:

I – variação, em termos reais, do patrimônio do Fundo ocorrida no ano anterior;

II – variação média anual, em termos reais, do patrimônio do Fundo, tomando como base de cálculo os três anos anteriores.

**§ 1º** Desde que seja atendido o disposto no *caput*, a variação de gastos com educação básica entre dois períodos subseqüentes de doze meses deverá ser inferior a quinze por cento em termos reais.

**§ 2º** O regulamento definirá a forma de calcular a variação do patrimônio, em termos reais.

**Art. 50-L.** Somente serão liberados recursos do FUNPEB para resgate da dívida pública federal quando o patrimônio do Fundo superar vinte por cento do Produto Interno Bruto (PIB).



## SEÇÃO IV

### Do Redirecionamento dos Recursos Oriundos da Exploração do Petróleo e do Gás

**Art. 50-M.** Acrescente-se o seguinte § 4º ao art. 45 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997:

**“Art.45. ....**

**§ 4º** O disposto no § 3º não se aplica ao Fundo do Petróleo para Formação de Poupança e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNPEB), instituído pela Lei que deu origem a este dispositivo.” (NR)

**Art. 50-N.** Acrescentem-se os seguintes arts. 48-A e 48-B à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997:

**“Art. 48-A** A parcela do valor do *royalty*, previsto no contrato de concessão, que representar cinco por cento, correspondente ao montante mínimo referido no §1º do artigo 47, da produção de poços que entrarem em operação a partir da vigência da Lei que deu origem a este dispositivo, terá a seguinte distribuição:

**I – quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:**

a) trinta e cinco por cento para os Estados onde ocorrer a produção, ou o Distrito Federal, se for o caso;

b) dez por cento para os Municípios onde ocorrer a produção;

c) cinco por cento para os Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

d) cinquenta por cento para o Ministério da Educação, que alocará integralmente os recursos no FUNPEB;

**II – quando a lavra ocorrer na plataforma continental:**

a) quinze por cento para os Estados produtores confrontantes;

b) quinze por cento para os Municípios produtores confrontantes;

c) cinco por cento para os Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

d) até seis por cento, para o Comando da Marinha;

e) o restante da arrecadação de que trata este inciso, para o Ministério da Educação, que alocará integralmente os recursos no FUNPEB.

**Parágrafo único.** O Plano Plurianual da União, previsto no art. 165 da Constituição Federal, poderá prever porcentagem inferior à máxima prevista na alínea *d* do inciso II, de modo a destinar a diferença ao FUNPEB.

**Art. 48-B.** A partir do terceiro ano de vigência da Lei que deu origem a este dispositivo, os *royalties* pagos a Estados, Municípios e Fundo Especial, nos termos dos arts. 48 e 48-A, decorrentes da produção de campos que já haviam sido licitados na data de vigência da Lei que instituiu este dispositivo, serão calculados da seguinte forma:

I – no terceiro ano de vigência da Lei que deu origem a este dispositivo: noventa por cento do valor calculado com base no art. 48 e dez por cento do valor calculado com base no art. 48-A;

II – a cada ano subsequente, até o nono ano, inclusive, de vigência da Lei que deu origem a este dispositivo, retiram-se quinze pontos percentuais do peso atribuído no ano anterior ao valor calculado com base no art. 48, e adicionam-se quinze pontos percentuais ao peso atribuído no ano anterior ao valor calculado com base no art. 48-A.”

**Art. 50-O.** Acrescentem-se os seguintes arts. 49-A e 49-B à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997:

“**Art. 49-A.** A parcela do valor do *royalty*, previsto no contrato de concessão, que exceder a cinco por cento da produção dos campos que forem licitados a partir da vigência da Lei que deu origem a este dispositivo, e os *royalties* decorrentes dos contratos de partilha terão a seguinte distribuição:

I – quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:

- a) vinte e seis inteiros e vinte e cinco centésimos por cento (26,25%) para os Estados onde ocorrer a produção, ou o Distrito Federal, se for o caso;
- b) sete inteiros e cinco décimos por cento (7,5%) para os Municípios onde ocorrer a produção;
- c) três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento (3,75%) para os Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;
- d) até sete inteiros e cinco décimos (7,5%) para o Ministério da Ciência e Tecnologia;
- e) o restante da arrecadação de que trata este inciso, para o Ministério da Educação, para alocação integral ao FUNPEB;

**II – quando a lavra ocorrer na plataforma continental:**

- a) onze inteiros e vinte e cinco centésimos por cento (11,25%) para os Estados produtores confrontantes;
- b) onze inteiros e vinte e cinco centésimos por cento (11,25%) para os Municípios produtores confrontantes;
- c) três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento (3,75%) para os Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;
- d) até quatro inteiros e cinco décimos por cento (4,5%) para o Ministério da Marinha;
- e) até sete inteiros e cinco décimos por cento (7,5%) para o Ministério da Ciência e Tecnologia;
- f) o restante da arrecadação de que trata este inciso, para o Ministério da Educação, para alocação integral ao FUNPEB;

**Parágrafo único.** O Plano Plurianual da União, previsto no art. 165 da Constituição Federal, poderá prever porcentagem inferior à máxima prevista nas alíneas *d* do inciso I e *d* e *e* do inciso II, devendo a diferença ser destinada ao FUNPEB.

**Art. 49-B.** A partir do terceiro ano de vigência da Lei que deu origem a este dispositivo, os *royalties* pagos a Estados, Municípios e ao Fundo Especial, nos termos dos arts. 49 e 49-A, decorrentes da produção de poços situados em campos que já haviam sido licitados na data de vigência da Lei que instituiu este dispositivo, serão calculados da seguinte forma:

I – no terceiro ano de vigência da Lei que deu origem a este dispositivo: noventa por cento do valor calculado com base no art. 49 e dez por cento do valor calculado com base no art. 49-A;

II – a cada ano subsequente, até o nono ano, inclusive, de vigência da Lei que deu origem a este dispositivo, retiram-se quinze pontos percentuais do peso atribuído no ano anterior ao valor calculado com base no art. 49, e adicionam-se quinze pontos percentuais ao peso atribuído no ano anterior ao valor calculado com base no art. 49-A.”

**Art. 50-P.** Acrescentem-se os seguintes arts. 50-A e 50-B à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997:

“**Art. 50-A.** Os recursos da participação especial de que trata o art. 50 decorrentes da produção de campos que forem licitados a partir da vigência da Lei que deu origem a este dispositivo, terão a seguinte distribuição:

I) até doze por cento para o Ministério de Minas e Energia;

II) até três por cento para o Ministério do Meio Ambiente;

III) vinte por cento para Estados produtores, ou para o Distrito Federal, se for o caso;

IV) cinco por cento para os Municípios produtores;

II) no mínimo, sessenta por cento para o Ministério da Educação, que alocará integralmente no FUNPEB.

**Parágrafo único** O Plano Plurianual da União, previsto no art. 165 da Constituição Federal, poderá prever alíquotas inferiores à máxima prevista nos incisos I e II, devendo os recursos decorrentes da diferença entre a alíquota estabelecida e a alíquota prevista na referida alínea ser destinados ao FUNPEB.

**Art. 50-B.** A partir do terceiro ano de vigência da Lei que deu origem a este dispositivo, os recursos da participação especial dos Estados e Municípios, nos termos dos arts. 50 e 50-A, decorrentes da produção de poços situados em campos que já haviam sido licitados na data de vigência da Lei que instituiu este dispositivo, serão calculados da seguinte forma:

I – no terceiro ano de vigência da Lei que deu origem a este dispositivo: noventa por cento do valor calculado com base no art. 50 e dez por cento do valor calculado com base no art. 50-A;

II – a cada ano subsequente, até o nono ano, inclusive, de vigência da Lei que deu origem a este dispositivo, retiram-se quinze pontos percentuais do peso atribuído no ano anterior ao valor calculado com base no art. 50, e adicionam-se quinze pontos percentuais ao peso atribuído no ano anterior ao valor calculado com base no art. 50-A.”

#### SEÇÃO IV

##### Das Disposições Transitórias Referentes à Aplicação de Recursos do FUNPEB

**Art. 50-Q.** Durante os dez primeiros anos seguintes à instituição do FUNPEB, a transferência para Estados, Distrito Federal e Municípios por aluno matriculado em regime de tempo integral na respectiva rede de ensino não poderá superar em cinco vezes o montante máximo transferido por aluno pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Ensino – FUNDEB, instituído pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Art. 50-R.** Nos vinte e cinco primeiros exercícios financeiros, contados daquele em que for instituído o FUNPEB, será formada uma reserva especial para estimular a universalização do ensino básico em regime de tempo integral.

§ 1º A reserva será composta pelos seguintes recursos do FUNPEB:

I- a arrecadação integral realizada no período previsto no *caput* decorrente do bônus de assinatura, prevista no inciso III do art. 50-B;

**II-** parcela das receitas provenientes de *royalties*, participações especiais e comercialização e destinadas ao FUNPEB nos termos dos incisos I, II e IV do art. 50-B.

**§ 2º** A parcela prevista no inciso II do § 1º será:

**I-** de doze inteiros e cinco décimos por cento (12,5%) no primeiro exercício financeiro em que for instituído o FUNPEB;

**II-** reduzida em cinco décimos (0,5) ponto percentual a cada exercício seguinte ao primeiro;

**III-** anulada a partir do vigésimo sexto financeiro, inclusive.

**§ 3º** Os recursos da reserva de que trata este artigo serão transferidos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios observado o seguinte:

**I-** um terço, na proporção direta do número de alunos matriculados na respectiva rede pública de ensino; e

**II-** dois terços, na proporção inversa do valor aplicado anualmente por aluno matriculado na respectiva rede, em atendimento ao determinado pelo caput e § 1º do art. 212, da Constituição Federal.

**§4º** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aplicar integralmente os recursos que receberem por conta da reserva do FUNPEB na ampliação da oferta de ensino básico em regime de tempo integral.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 51 (SUPRIMA-SE)**

**Art. 52 (SUPRIMA-SE)**

**Art. 53.....**

**Art. 54 .....**

**Parágrafo único. ....**



**Art. 55** .....

**Art. 56** .....

**Art. 57**.....

**Art. 58**.....

**Art. 59.** .....

## **JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda tem por objetivo alterar o destino dos recursos oriundos da exploração de petróleo e gás natural, por meio da criação de um fundo destinado a financiar a educação básica e reduzir a dívida pública: o Fundo do Petróleo para Formação de Poupança e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNPEB).

Tendo em vista o grande número de dispositivos introduzidos e alterados, em nome da boa técnica legislativa, optamos por considerar a numeração do projeto, introduzindo as seguintes alterações:

- i) foram suprimidos os arts 45, 48, 51 e 52 e o § 2º do art. 42;
- ii) foi dada nova redação aos arts. 2º, 42, 44 e 50;
- iii) a redação proposta incorpora os novos arts. 50-A a 50-R, introduzidos após o art. 50 do Projeto, que formam o novo Capítulo VII, que dispõe sobre as receitas, aplicações e regras de acumulação do patrimônio do FUNPEB.

Atualmente, com base no art. 20 da Constituição Federal e na Lei nº 9.478, de 1997, os *royalties* e a participação especial decorrentes da produção de petróleo, gás e outros hidrocarbonetos têm sido direcionados, em larga medida, aos estados e municípios produtores. A União e demais estados e municípios do País têm recebido algo em torno de 35% dos *royalties* e de 50% dos recursos da participação especial. Para se ter uma idéia da magnitude dos valores envolvidos, a arrecadação total de *royalties* e participação especial variaram, entre 2005 e 2008, de R\$ 13,2 a R\$ 22,6 bilhões de reais. São valores que têm crescido significativamente, tanto em função do aumento do preço quanto da produção. Basta dizer que, em 2000, o total dos *royalties* e participação especial foi de R\$ 5,3 bilhões. Nos próximos dez anos, com a provável entrada em operação da produção dos campos situados na chamada camada pré-sal, os pagamentos de *royalties* e outras participações governamentais deverão aumentar ainda mais.

Tendo em vista os prognósticos favoráveis para a indústria de petróleo, é necessário nos anteciparmos e corrigirmos uma situação que, se hoje já é injusta, tornar-se-á insustentável no futuro: a apropriação, por poucos entes federativos, da maior parte da receita advinda do petróleo, bem pertencente à União.

Não se trata aqui de negar o direito – previsto na Constituição – de estados e municípios produtores receberem tratamento especial na distribuição das participações governamentais. Reconhecemos as externalidades negativas que a exploração do petróleo causa às comunidades mais próximas, como a poluição e outros danos ambientais. Também reconhecemos que a atividade petrolífera incentiva o influxo de migrantes, o que pressiona municípios e estados afetados a ampliarem a oferta de serviços públicos.

O problema é que, com o aumento da produção e do preço do petróleo observado ao longo da última década, o montante que municípios e estados vêm recebendo ultrapassa, em muito, o que seria razoável, a título de compensação ambiental ou econômica.

Resumidamente, esta emenda reconhece o direito de municípios e estados produtores receberem uma compensação pela exploração de petróleo. Mas propõe uma nova distribuição dos valores, com a participação de estados e municípios produtores reduzindo-se em 50% da participação atual em relação ao total dos *royalties*. Para os

Ministérios, a redução proposta é de 70%. Observe-se que o impacto sobre as finanças de estados e municípios produtores é bem menor do que o corte, à primeira vista, sugere.

Em primeiro lugar, porque a nova distribuição somente afetará, de imediato, os campos licitados após a vigência da Lei. Propusemos uma regra de transição para os campos já licitados, mas que será bastante gradual, começando no terceiro ano após a vigência da Lei e se estendendo por mais nove anos.

Em segundo lugar, nos campos licitados sob o regime de partilha, a alíquota dos *royalties* sobe de 10% para 15%, ou seja, aumenta em 50%. Assim, para um dado volume de produção, a nova distribuição proposta implica redução de 25% dos *royalties* arrecadados, e não de 50%, como pareceria à primeira vista.

Em terceiro lugar, o volume de produção deverá aumentar significativamente com a exploração do pré-sal. Dessa forma, em reais, os estados e municípios produtores deverão arrecadar mais.

Em quarto lugar, ao suprimir o art. 48 e alterar a redação do art. 42, reinstituímos a participação especial, que, nos últimos anos, tem gerado tantos recursos quanto os *royalties*.

Por fim, o que estamos propondo é redirecionar os recursos dos *royalties* e participação especial para o FUNPEB, que irá aplicá-los no financiamento da educação básica, que inclui desde a creche até o ensino médio. Os estados e municípios produtores receberão, assim, de volta, parte importante da arrecadação, na proporção de alunos matriculados em tempo integral na respectiva rede de ensino.

Além dos recursos oriundos do pagamento de *royalties* e da participação especial, o FUNPEB contará com a arrecadação integral do bônus de assinatura e, no mínimo, 80% da receita da União de comercialização do óleo (até 20% será alocado ao Fundo Social, criado em outro projeto de lei). Não custa destacar que esta segunda receita terá importância especial no regime de partilha de produção porque será ampliada pelos impostos e contribuições sobre faturamento e lucros que deixarão de ser recolhidos em relação ao regime de concessão, porque a União não é contribuinte daqueles tributos.

**Destaca-se que somente farão jus ao recebimento dos recursos dos FUNPEB os estados e municípios que oferecerem ensino em tempo integral. Pretende-se, com isso, aumentar o tempo da criança e adolescente na escola, o que traz inegáveis benefícios para o aprendizado e socialização do aluno. Adicionalmente, o ensino integral é uma forma mais eficiente de preencher o tempo da criança e do adolescente, reduzindo a probabilidade de acesso a drogas ou ao crime.**

**Tendo em vista que a educação integral ainda não é disseminada no País, propusemos duas regras dentro da regra de transição. A primeira limita, durante os dez primeiros anos do Fundo, o pagamento por aluno na rede de ensino integral em cinco vezes o valor máximo transferido pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Ensino, o FUNDEB. Isso porque, como há poucas escolas públicas com ensino integral no País, corria-se o risco de, nos primeiros anos do FUNPEB, as dezenas de milhões de reais (podendo chegar a centenas, ou mesmo bilhões de reais) serem distribuídas para poucas escolas, com conseqüente desperdício de dinheiro público.**

**A segunda regra de transição destina, por 25 anos (uma geração), os recursos do FUNPEB decorrentes do bônus e, na partida, 12,5% dos provenientes de royalties, participações e comercialização, para uma reserva especial, a ser aplicada na expansão da rede para permitir a universalização do ensino básico. À parte o bônus de assinatura, o aporte terá uma trajetória decrescente – aquele percentual será reduzido em 0,5 ponto por ano. O grande diferencial da reserva respeita ao critério de rateio entre estados e municípios para beneficiar aqueles das regiões e localidades menos desenvolvidas do País: um terço, será na proporção direta dos alunos matriculados (aqui contados também estudantes que não estão em regime integral, ao contrário do rateio básico do FUNPEB); e dois terços, na proporção inversa do valor per capita (por aluno) da vinculação nacional da receita de impostos para ensino (para harmonizar os diferentes governos, não são computadas as vinculações superiores a 25% exigidas por algumas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais). Busca-se, com isso, permitir que entes federativos mais pobres disponham de proporcionalmente mais recursos para a educação e possam, com isso, reduzir as disparidades regionais.**

**Investir em educação é a melhor opção para aplicar os recursos do petróleo. Como é de amplo conhecimento, o petróleo é um recurso não renovável. É necessário, portanto, que a renda gerada pelo petróleo crie**

fonte permanente de riqueza. É também de amplo conhecimento que a educação é a mola do desenvolvimento. A literatura especializada reconhece que o maciço investimento em educação básica foi um dos principais fatores, se não o mais importante, que permitiu o crescimento acelerado dos países do leste asiático. Há inúmeros estudos mostrando que, quanto mais alto o grau de instrução de uma sociedade, mais produtiva é sua mão-de-obra e, conseqüentemente, mais altos são os salários e os rendimentos do trabalho.

Também não é nenhuma novidade que o Brasil apresenta um desempenho medíocre em relação à educação básica. Em diversos indicadores, como escolaridade média, índices de evasão e repetência e desempenho de alunos em exames, estamos piores do que muitos de nossos vizinhos latino-americanos. A distância em relação aos países desenvolvidos, então, é ainda maior. Por exemplo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2007, calculado pelo Ministério da Educação, mostrou que estamos avançando, mas a meta é alcançar o desempenho dos países desenvolvidos somente na década de 2020.

O Fundo proposto pretende contribuir para reduzir o hiato educacional existente atualmente. É importante detalhar algumas características desse Fundo, para uma melhor compreensão de como ele poderá ser útil para atingir o objetivo proposto.

Em primeiro lugar, é um fundo misto, em que até 60% dos recursos poderão ser gastos imediatamente, e os 40% restantes serão acumulados. Para esses 40%, nos cinco primeiros anos de funcionamento, somente uma pequena parcela, correspondente a 20% do rendimento auferido, poderá ser aplicada em educação. Do quinto ao décimo ano de funcionamento, somente metade da variação patrimonial poderá ser gasta. E mesmo a partir do décimo ano, quando toda a variação patrimonial poderá ser gasta em educação ou redução da dívida pública, ainda assim limitamos a variação dos gastos em 15% ao ano. Também com o intuito de garantir a acumulação de patrimônio, propusemos, no art. 50-M que o superávit financeiro não seja transferido para o Tesouro, como ocorre com os demais órgãos da administração pública federal, conforme dispõe o § 3º do art. 45 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Pretendemos, com essas medidas, construir um fundo suficientemente sólido, capaz de garantir um fluxo constante de recursos

para a educação. Isso é essencial para o planejamento de políticas educacionais e evita o desperdício de escassos recursos públicos.

É importante lembrar que o preço do petróleo é extremamente volátil. Se, em vez de constituirmos um fundo, propuséssemos somente a transferência direta de recursos para a educação, o que ocorreria é que o orçamento para educação iria se tornar uma peça de ficção: dificilmente, em função da volatilidade dos preços, a receita esperada seria aquela planejada. Incorreriâmos, dessa forma, no risco de iniciar projetos que seriam interrompidos, quando houvesse frustração de receita, ou de estimular gastos supérfluos, simplesmente para fazer uso de uma receita acima da prevista. Em qualquer caso, na ausência de um fundo, estaríamos estimulando o mau uso do dinheiro público.

Em segundo lugar, tivemos a preocupação de garantir um bom uso dos recursos do Fundo. Na conjuntura atual, há poucos ativos financeiros que conseguem oferecer a combinação rentabilidade/segurança oferecida pelos títulos do Tesouro Nacional. Por isso, propusemos que o patrimônio financeiro do Fundo seja constituído somente de títulos do Tesouro. Mas, para evitar que a demanda cativa se torne um estímulo para descontrole fiscal, sugerimos que a obrigatoriedade de adquirir títulos do Tesouro só seja efetiva se houver um resultado fiscal primário mínimo. Além disso, quando houver uma melhora das condições macroeconômicas do País, e a taxa de juros doméstica cair, pode se tornar interessante que o Fundo forme uma carteira mais diversificada, passando a adquirir títulos de outros emissores.

Deixamos em aberto a possibilidade de aplicar os recursos do Fundo no exterior. Isso permite maior diversificação em relação ao risco cambial e pode contribuir para evitar que ocorra uma excessiva apreciação do real, caso o Brasil venha a se consolidar como grande exportador da commodity.

O Fundo também poderá resgatar títulos da dívida pública, o que representa, na prática, uma transferência de recursos para o Tesouro. A elevada dívida pública é um dos principais motivos de a taxa de juros ser tão alta no País. O resgate dos títulos públicos pode contribuir, dessa maneira, para uma redução da taxa de juros, o que beneficiará toda a sociedade. Pode-se questionar por que o Fundo prioriza a educação, e não a dívida pública. Afinal, o resgate da dívida somente poderá ocorrer quando o patrimônio do Fundo atingir 20% do Produto Interno Bruto. De fato, há



uma questão subjetiva, já que estamos diante de dois graves problemas nacionais. A diferença é que o problema da educação deve ser resolvido, prioritariamente, por meio de maiores investimentos. Já o problema da dívida pública pode ser atacado de outras formas, algumas com melhor impacto sobre a sociedade, por exemplo, a redução dos gastos públicos.

Conforme já colocado, os recursos do FUNPEB serão distribuídos para estados e municípios em proporção ao número de alunos matriculados em tempo integral na respectiva rede pública de ensino. É importante, contudo, ir além do objetivo puramente quantitativo. Atualmente, o Ministério da Educação já dispõe de indicadores, como o IDEB, que permitem aferir o desempenho das escolas. É mais do que justo que municípios e estados recebam mais recursos se suas instituições de ensino vierem apresentando bons resultados, ou se vierem progredindo sistematica e satisfatoriamente. Esses recursos poderão ser utilizados tanto para aquisição de equipamentos e melhoria dos prédios, como para aumentar a remuneração dos professores.

Sala da Comissão,



Senador TASSO JEREISSATI



Senador CRISTOVAM BUARQUE

### EMENDA Nº 8

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010.

*Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6*

*de agosto de 1997, e dá outras providências.  
(Exploração e produção de petróleo; competências do  
CNPE, da ANP e do Ministério de Minas e Energia;  
casos de contratação direta e de licitação para  
exploração de petróleo; contratos de partilha de  
produção; rateio das rendas governamentais no  
regime de partilha de produção (royalties);  
comercialização do petróleo.)*

**Acrescenta parágrafos 1º, 2º e 3º ao art.3º com a seguinte redação:**

**“Art.3º.....**

**§ 1º As emissões de gases que provocam efeito estufa – GEF, advindas da exploração e produção do petróleo e gás oriundos das reservas do pré-sal e excedentes as produzidas na região do pós-sal, deverão ser taxadas.**

**§ 2º A taxaçaõ a que se refere o § 1º deste artigo deverá ser efetivada considerando as orientações emanadas do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, aprovado no âmbito do Protocolo de Quioto.**

**§ 3º Os recursos advindos da taxaçaõ a que se refere o § 1º deverão ser, na sua totalidade, excetuando-se os custos administrativos referentes à cobrança da taxaçaõ, repassados ao Ministério do Meio Ambiente, até a criação de um Fundo Nacional para a mitigação e a adaptação às Mudanças Climáticas.”**

#### **Justificativa**

Esta emenda está sintonizada com as preocupações do mundo em relação às emissões de gases de efeito estufa. Propomos que essas emissões sejam taxadas considerando as orientações emanadas do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL.

**Sala Senador Josaphat Marinho, 30 de março de 2010.**

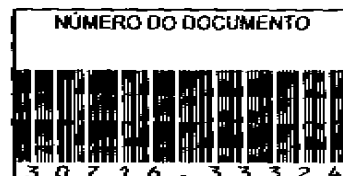
  
Senadora Marina Silva



# Senado Federal

## Sistema de Envio de Documentos Legislativos

Recibo de envio da cópia eletrônica de documentos.

**DESTINO**

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ

**DESCRIÇÃO**

Emenda aditiva

Tipo da Emenda: Aditiva

Referente à Matéria: SF - PLC nº 00016/2010

**TIPO DO DOCUMENTO**

EMD - Emendas

**AUTOR**

Marina Silva

**RESPONSÁVEL PELO ENVIO DO DOCUMENTO**

Erlando Alves da Silva Melo

**DATA E HORA DO ENVIO**

30/03/2010 - 19:50

**NOME E TAMANHO DO ARQUIVO ENVIADO**

3 Emenda - marco regulatório.rtf - 1321781 bytes (Texto inicial)

**DADOS ADICIONAIS DO DOCUMENTO****Observação:**

O conteúdo do texto eletrônico enviado será o mesmo do texto subscrito pelo Senador e essa correspondência é de exclusiva responsabilidade do Gabinete remetente.

O envio eletrônico do presente documento pelo Gabinete pressupõe autorização para sua divulgação na página do Senado Federal na Internet, após o recebimento pelo Órgão de destino.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

Recebido em 30/03/2010 às 20:17 horas, por Fabiana Carneiro Carvalho.

**EMENDA Nº 9****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010.**

*Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências. (Exploração e produção de petróleo; competências do CNPE, da ANP e do Ministério de Minas e Energia; casos de contratação direta e de licitação para exploração de petróleo; contratos de partilha de produção; rateio das rendas governamentais no regime de partilha de produção (royalties); comercialização do petróleo.)*

**Acrescenta parágrafos ao Art. 3º com a seguinte redação:**

**Art. 3º.....**

**“§ 1º As emissões de gases que provocam efeito estufa – GEF, advindas da exploração e produção do petróleo e gás oriundos das reservas do pré-sal deverão ser compensadas ou mitigadas integralmente, priorizando-se as áreas degradadas.**

**§ 2º A responsabilidade pela compensação a que se refere o § 1º deste artigo deverá ser proporcional às receitas de faturamento das empresas beneficiadas.**

**§ 3º Além da compensação a que se refere o § 2º deste artigo, as empresas beneficiárias do faturamento deverão compensar**

adicionalmente em 5% (cinco por cento) os impactos ambientais causados.”

### **Justificativa**

A emenda visa obrigar que as emissões de gases que provocam efeito estufa – GEF, advindas da exploração e produção do petróleo e gás oriundos das reservas do pré-sal deverão ser compensadas ou mitigadas integralmente, priorizando-se as áreas degradadas.

Propomos também que as empresas beneficiárias do faturamento deverão compensar adicionalmente em 5% os impactos ambientais causados

Sala Senador Josaphat Marinho, 30 de março de 2010.



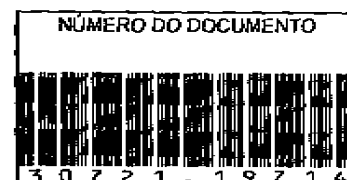
Senadora Marina Silva



# Senado Federal

## Sistema de Envio de Documentos Legislativos

Recibo de envio da cópia eletrônica de documentos.

**DESTINO**

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ

**DESCRIÇÃO**

emenda ditiva

Tipo da Emenda: Aditiva

Referente à Matéria: SF - PLC nº 00016/2010

**TIPO DO DOCUMENTO**

EMD - Emendas

**AUTOR**

Marina Silva

**RESPONSÁVEL PELO ENVIO DO DOCUMENTO**

Erlando Alves da Silva Melo

**DATA E HORA DO ENVIO**

30/03/2010 - 19:54

**NOME E TAMANHO DO ARQUIVO ENVIADO**

6 Emenda - marco.rtf - 1321963 bytes (Texto Inicial)

**DADOS ADICIONAIS DO DOCUMENTO****Observação:**

O conteúdo do texto eletrônico enviado será o mesmo do texto subscrito pelo Senador e essa correspondência é de exclusiva responsabilidade do Gabinete remetente.

O envio eletrônico do presente documento pelo Gabinete pressupõe autorização para sua divulgação na página do Senado Federal na Internet, após o recebimento pelo Órgão de destino.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

Recebido em 30/03/2010 às 20:33 horas, por Fabiana Carneiro Carvalho.



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010**

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.

**EMENDA Nº 10  
(Supressiva)**

Suprimam-se os seguintes dispositivos: parágrafo único do art. 7º, dos incisos I e II do art. 8º, do inciso II do art. 9º, da alínea "c" do inciso III do art. 10, do art. 12, do art. 14, do art. 19, do parágrafo único do art. 31 e do art. 38 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010.

**JUSTIFICAÇÃO****I. CONTRATAÇÃO DIRETA DA PETROBRAS, SEM LICITAÇÃO:**

- a) para o desempenho das atividades de exploração e produção de petróleo, gás e outros hidrocarbonetos fluidos;

A contratação direta da Petrobras para a exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos é inconstitucional e o Projeto de Lei, na sua forma original, abre margem para questionamentos perante o Supremo Tribunal Federal, pois coloca a Petrobras numa posição privilegiada,

diferenciada das outras empresas, na medida em que não ~~podem~~ <sup>podem</sup> submeter ao certame licitatório para contratar com a União. Essa previsão viola o princípio da igualdade (art. 5º e art. 173, II e §2º da Constituição Federal) e os princípios que regem a licitação (art. 37, inciso XXI da Constituição Federal).

Com a flexibilização do monopólio instituída pela Emenda Constitucional nº 9/1995, as atividades de exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos passaram a estar ao alcance de outras empresas mediante contratação com a União. Como a Petrobras é sociedade de economia mista, com aproximadamente 60% do seu capital social em poder de acionistas privados, e, portanto, pessoa jurídica de direito privado que exerce atividade econômica em igualdade de condições de competição com outras empresas, a Petrobras só poderia adquirir direitos relacionados à exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos ao participar de licitações e se sagrar vencedora.

Com efeito, as atividades de exploração e produção contempladas no inciso I do art. 177 da Constituição Federal não constituem exceção aos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência. Este, inclusive, é o entendimento do Supremo Tribunal Federal, conforme decisão proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3273/DF.

Ademais, não seria cabível sequer falar-se em dispensa de licitação, pois tal dispensa representaria um privilégio à Petrobras, o qual seria injustificável em face dos princípios da igualdade e da livre iniciativa.

Assim, mesmo que se trate de atividade sujeita ao monopólio da União, aplicar-se-á o art. 173 da Constituição Federal. Desta forma, a contratação direta de uma empresa específica, mesmo sendo de economia mista, viola o art. 173, §1º e os princípios da livre iniciativa, da livre concorrência e do livre exercício de atividade econômica (Constituição Federal, arts. 1º, IV; 170, caput, IV e parágrafo único, respectivamente), além de violar os princípios da igualdade e que regem a licitação.

A notória competência da Petrobras para desenvolver a exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos não é justificativa para elevá-la a um patamar privilegiado, uma vez que há outras empresas no mercado que possuem capacidade técnica e financeira suficientes para o exercício de tais atividades.

A ausência de competição impede a comparação entre distintos conceitos de execução de projetos e cronogramas de investimentos, ferindo, desse modo, as melhores práticas da indústria do petróleo. Em suma, a possibilidade de contratação direta da Petrobras pode comprometer a eficiência operacional das atividades de exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, entre outras atividades, nas áreas do pré-sal, além da capacidade que o Poder Público teria para contratar de forma mais benéfica para o País.

Historicamente, a concorrência entre empresas vem se demonstrando o melhor meio de consagrar o ideal da coletividade, pois, ao estimular e assegurar a competição justa, o Estado promove o aperfeiçoamento tecnológico, a redução dos custos operacionais e, conseqüentemente, dos preços.

A emenda está, portanto, em sintonia com o interesse público, estabelecendo um mercado competitivo, que pode resultar no incremento da eficiência e da tecnologia, na redução de custos, na criação de empregos e no fomento da cadeia de fornecedores locais, além de preservar a transparência do setor.

## II. CONTRATAÇÃO DIRETA DA PETROBRAS, SEM LICITAÇÃO:

- b) para fins de avaliação do potencial de áreas;
- c) para a avaliação de jazidas da área do pré-sal; e
- d) para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos oriundos da partilha de produção e destinados à União.

A contratação direta da Petrobras para as demais hipóteses, previstas acima, também é inconstitucional, abrindo, portanto, margens para

perante o Supremo Tribunal Federal, pois coloca a Petrobras numa posição privilegiada, na medida em que isenta a empresa de se submeter ao certame licitatório para contratar com a União as atividades listadas. Viola-se, assim, o princípio da igualdade (art. 5º da Constituição Federal), e os princípios que regem a licitação (art. 37, inciso XXI da Constituição Federal).

Além da alteração de todos os vícios de constitucionalidade já expostos, entende-se que deveria haver também a proibição da contratação de concessionárias ou licitantes em futuros certames licitatórios para a exploração e produção de hidrocarbonetos para as áreas em que tais concessionárias ou licitantes tenham realizado estudos exploratórios, necessários à avaliação do potencial das áreas do pré-sal e das áreas estratégicas. Tal vedação se faz necessária para evitar vantagens competitivas indevidas e conflitos de interesse caso a região previamente estudada venha a ser oferecida numa futura licitação para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos. Do contrário, comprometer-se-ia a aplicação dos princípios da isonomia e da livre iniciativa, maculando-se, assim, a legalidade da referida licitação.

### III - OPERADOR ÚNICO

O Projeto de Lei, na sua forma original, abriria margem para possível declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal no que diz respeito à atribuição conferida à Petrobras como operadora única de todos os blocos do pré-sal. Os dispositivos objeto de emenda colocam a Petrobras num patamar privilegiado, diferenciando-a das demais empresas. Essa previsão viola, uma vez mais, os princípios constitucionais da igualdade e da livre iniciativa.

De fato, a União, quando opta por não exercer, ela própria, a atividade por ela monopolizada, pode contratar a realização da atividade (nos termos do §1º do art. 177 da Constituição Federal), porém, sempre em observância ao

**procedimento licitatório inserido no art. 37, *caput* e inciso XXI da Constituição Federal.**

**Novamente, não é cabível a dispensa de licitação. A dispensa, a rigor, não deve ser direcionada a uma pessoa natural ou jurídica específica, como prevê o Projeto de Lei, mas sim em face de uma circunstância que justifique a não realização do certame, sem que isso implique a contratação de uma determinada empresa.**

**Ademais, mesmo em se tratando de atividades sujeitas ao monopólio da União, tem aplicação o art. 173 da Constituição Federal no que diz respeito a empresas estatais. Tal dispositivo prevê que empresas estatais terão igualdade de tratamento em relação a empresas do setor privado. Nesse particular, estabelece que empresas estatais não deverão gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado, o que dá o tom da igualdade buscada pelo legislador constituinte.**

**Desta forma, a imposição legal da Petrobras como operadora única, mesmo sendo ela uma sociedade de economia mista, viola o art. 173, §1º, da Constituição Federal e os princípios da livre iniciativa, da livre concorrência e do livre exercício de atividade econômica (Constituição Federal, arts. 1º, IV; 5º, XIII; 170, *caput*, IV e parágrafo único, respectivamente).**

**Não fossem suficientes as infrações constitucionais, o fato de o Projeto de Lei impor a uma empresa específica que ela seja a operadora única de todos os blocos da área do pré-sal pode acarretar para esta um ônus excessivo, na medida em que é materialmente difícil direcionar seus esforços a diversas operações simultâneas, o que poderá comprometer sua capacidade de gestão e mesmo seus recursos financeiros.**

**A proposta, inclusive, poderia prejudicar a própria Petrobras, que teria obrigatoriamente que operar todas as áreas licitadas do pré-sal, sem a possibilidade de escolher quais áreas julga mais interessantes. Além disso, a Petrobras teria que incorrer em investimentos vultuosos para operar todas essas áreas. Em última instância, os próprios acionistas da Petrobras – tanto a**

União, como investidores privados, inclusive com recursos, poderiam ser prejudicados por essa exigência legal.

Neste sentido, não deveria ser prevista a designação obrigatória da Petrobras como operadora única. De acordo com a prática que vem sendo adotada no Brasil até o momento, a operadora sempre é designada pelas empresas vitoriosas no processo licitatório, e não por força de lei. Tais empresas vitoriosas, por serem as únicas responsáveis pela execução das atividades e por assumirem todos os riscos no contrato de partilha de produção, devem ter o direito de indicar a operadora.

A possibilidade de empresas diversas serem operadoras torna o ambiente mais atraente para investimentos, o que resulta em maior competição, inclusive com lances mais elevados e, como consequência, maiores ganhos para a União. Ademais, a multiplicidade de operadoras possibilita ao País o acesso a tecnologias certamente úteis na superação dos desafios técnico-operacionais vindouros na exploração e produção no pré-sal, além de gerar novos empregos, fomentar a competitividade da indústria de bens e serviços, acelerar o conhecimento geológico e a delimitação das reservas existentes, possibilitando um melhor planejamento estratégico da produção e distribuição da receita resultante.

Um exemplo do benefício dessa competição é a própria Petrobras, que vivenciou um enorme crescimento, especialmente tecnológico, após a flexibilização do monopólio, figurando hoje entre as maiores empresas do mundo. Isto lhe assegura as ferramentas necessárias para competir em igualdade de condições com outras empresas e figurar, inclusive, como operadora por eleição dos licitantes vencedores.

A ausência de competição para a seleção da operadora impediria a comparação entre distintos conceitos de execução de projetos, cronogramas de investimentos e produção de petróleo. Em suma, a existência de uma única operadora para todas as áreas, por imposição legal, poderia comprometer a eficiência operacional em áreas do pré-sal.



Neste sentido, a emenda busca estabelecer um ambiente de competitividade, sem que haja uma operadora única por imposição legal. A Petrobras, em igualdade de condições com outras empresas, poderá participar de certames e ser escolhida, mediante negociação com outros consorciados, como operadora de determinadas áreas, como é a prática atual. Resguarda-se assim, a possibilidade de outras empresas também se tornarem operadoras, o que condiz com a natureza empreendedora conferida à atividade.

#### IV - PARTICIPAÇÃO MÍNIMA (E COMPULSÓRIA) DA PETROBRAS NOS CONSÓRCIOS

A proposta de se atribuir uma participação mínima à Petrobras nos consórcios firmados para a exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos também é inconstitucional. O Projeto de Lei abre margem para questionamentos perante o Supremo Tribunal Federal, pois coloca a Petrobras numa posição privilegiada, violando, assim, o princípio da igualdade (art. 5º da Constituição Federal), o princípio da livre associação (art. 5º, inciso XVII da Constituição Federal), e os princípios que regem a licitação (art. 37, inciso XXI da Constituição Federal).

A Petrobras só poderia participar de consórcios se assim pactuasse com os demais consorciados, em respeito aos princípios da livre associação e da autonomia da vontade. Neste sentido, a Petrobras poderá, se assim o desejar, formar consórcio com outras empresas para concorrer nos certames licitatórios.

Além disso, o Projeto de Lei coloca a Petrobras em posição privilegiada ao permitir que tal empresa venha a "aderir" ao consórcio vencedor, violando, pois, os princípios da igualdade, da livre iniciativa e da livre concorrência.

A Petrobras deve ser vista como um agente de mercado, assim como as demais empresas, e sua participação em consórcios não deve ser compulsória e deve ser livremente pactuada entre os vários consorciados.

Assim, mesmo que se trate de atividade sujeita ao monopólio da União, a previsão de participação mínima obrigatória de uma sociedade de economia mista

mista em consórcios viola o art. 173, §1º da Constituição, e, conforme citado exaustivamente, os princípios da livre iniciativa, da livre concorrência e do livre exercício de atividade econômica (Constituição Federal, arts. 1º, IV; 170, caput, IV e parágrafo único, respectivamente), além de violar os princípios da igualdade, da livre associação e que regem a licitação (Constituição Federal, art. 5º, caput e inciso XVII, e art. 37, caput e inciso XXI).

Por tal razão, justificam-se as supressões aos dispositivos que prevêm participação mínima e automática da Petrobras em consórcios para exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos nas áreas do pré-sal, a saber, a alínea "c" do inciso III do art. 10, o art. 14, §1º do art. 20 e o parágrafo único do art. 31 do Projeto de Lei.

Sala das Comissões,



Senador **ADELMIR SANTANA**

**EMENDA Nº 11****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010.**

*Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências. (Exploração e produção de petróleo; competências do CNPE, da ANP e do Ministério de Minas e Energia; casos de contratação direta e de licitação para exploração de petróleo; contratos de partilha de produção; rateio das rendas governamentais no regime de partilha de produção (royalties); comercialização do petróleo.)*

Acrescenta parágrafo e modifica o parágrafo único, que passa a ser § 2º, com a seguinte redação:

“Art. 7º .....

§ 1º Para o cumprimento do estabelecido no *caput*, devem ser promovidos estudos técnicos que apontem obrigatoriamente todas as informações de cunho ambiental, necessárias ao prévio diagnóstico quanto a vulnerabilidade ambiental das áreas.

§ 2º A PETROBRAS poderá ser contratada diretamente para realizar a avaliação e os estudos necessários a que se refere este artigo.”

**Justificativa**

A emenda objetiva introduzir ao PLC cuidados ambientais, tornando obrigatório os estudos técnicos que apontem todas as informações necessárias ao prévio diagnóstico quanto a vulnerabilidade as áreas exploradas.

Sala Senador Josaphat Marinho, 30 de março de 2010.

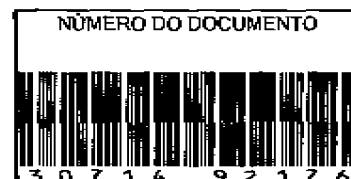
  
Senadora Marina Silva



# Senado Federal

## Sistema de Envio de Documentos Legislativos

Recibo de envio da cópia eletrônica de documentos.

**DESTINO**

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ

**DESCRIÇÃO**

Emenda aditiva

Tipo da Emenda: Aditiva

Referente à Matéria: SF - PLC nº 00016/2010

**TIPO DO DOCUMENTO**

EMD - Emendas

**AUTOR**

Marina Silva

**RESPONSÁVEL PELO ENVIO DO DOCUMENTO**

Erlando Alves da Silva Melo

**DATA E HORA DO ENVIO**

30/03/2010 - 19:46

**NOME E TAMANHO DO ARQUIVO ENVIADO**

2 Emenda - Marco regulatório.rtf - 1320353 bytes (Texto inicial)

**DADOS ADICIONAIS DO DOCUMENTO****Observação:**

O conteúdo do texto eletrônico enviado será o mesmo do texto subscrito pelo Senador e essa correspondência é de exclusiva responsabilidade do Gabinete remetente.

O envio eletrônico do presente documento pelo Gabinete pressupõe autorização para sua divulgação na página do Senado Federal na Internet, após o recebimento pelo Órgão de destino.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

Recebido em 30/03/2010 às 20:16 horas, por Fabiana Carneiro Carvalho.

**EMENDA Nº 12**  
**(ao PLC nº 16, de 2010)**  
**(Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania-Supressiva)**

Suprima-se o inciso II do art. 8 do PLC nº 16 de 2010.

**Justificação**

O inciso II do art. 8 do PLC nº16 de 2010 versa sobre os contratos de partilha de produção a serem celebrados pela União por intermédio do Ministério de Minas e Energia, prevê a possibilidade da firmação de contratos mediante licitação na modalidade leilão, notadamente com entes privados, como já vem ocorrendo hoje.

Para garantir o controle público, a soberania do Estado brasileiro sobre seus recursos minerais e o pleno desenvolvimento das atividades previstas no projeto em tela, julgo ser necessário evitar os mecanismos que, a exemplo dos leilões, colocam em risco o controle do Estado sobre parte fundamental da produção de petróleo.

Sendo assim, conto com o apoio dos meus ilustres pares no acolhimento dessa emenda supressiva.

Sala das Comissões,

  
Senador JOSE NERY  
PSOL/Pará

**EMENDA Nº 13**  
**(ao PLC nº 16, de 2010)**

Altere-se a alínea *b* do inciso III do art. 10 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, e acrescente-se o § 1º abaixo a esse artigo, renumerando-se os demais, da seguinte forma:

“Art. 10. ....

III – .....

*b*) o percentual mínimo do excedente em óleo da União, que não poderá ser inferior a 20% (vinte por cento) do volume total da produção;

§ 1º A definição de percentual mínimo do excedente em óleo da União em percentual inferior ao definido na alínea *b* do inciso III deve ser aprovada, caso a caso, pelo Senado Federal, vedada autorização genérica.

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

Por esta emenda, pretende-se garantir, no texto legal, um mínimo de excedente em óleo para a União. É imperioso, como uma medida de resguardo do interesse público, que se defina um limite mínimo para o excedente em óleo para a União, pois o único critério de julgamento na licitação dos blocos será a oferta de uma maior participação à União na partilha do óleo excedente. Explicamos:

Não há definição legal de um teto para o custo em óleo (a proposição não o prevê). Quanto maior esse custo, menor será o excedente em óleo, do qual será retirada a participação da União. Na forma como está definido no projeto, há um perverso incentivo para que se inflam os custos de envolvidos nas atividades de execução das atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção, que levarão a um alto custo em óleo.

Ora, se a parcela correspondente ao custo em óleo for alta (inflacionada, até), o excedente em óleo será mínimo. Nesse caso, tornar-se-á

possível ofertar um percentual altíssimo para o excedente em óleo da União, garantindo a vitória no certame licitatório, mas que resultará, ao final, em um parco volume de óleo para o Poder Público.

Pelo PLC nº 16, de 2010, competirá ao Ministério de Minas e Energia definir, em cada caso, tanto o percentual mínimo do excedente em óleo da União quanto os critérios e os percentuais máximos da produção anual destinados ao pagamento do custo em óleo (atuais alíneas *b* e *d* do inciso III do art. 10 do PLC). Esta emenda pretende definir balizamento legal para a definição do percentual mínimo do excedente em óleo da União, em 20% do volume total da produção. É uma medida protetiva e de resguardo, conforme já salientado. Trata-se do estabelecimento de um teto indireto para o custo em óleo.

O piso de 20% do volume total da produção para o excedente em óleo da União é mais do que razoável, considerando que ela terá de devolver ao contratado, em óleo, o correspondente aos *royalties* por ele pagos, que somam 15% do volume total da produção. Assegura-se, portanto, o mínimo de 5% do volume total da produção como receita efetiva para a União.

Não se pode admitir que o Legislativo fique completamente alheio a definições que afetam tão diretamente as receitas advindas da exploração das áreas licitadas sob o regime de partilha da produção. Igualmente, entende-se que, para algumas áreas específicas o percentual mínimo definido nesta emenda revele-se ainda alto. Para situações como essas, de caráter excepcional, prevê-se, no novo § 1º incluído no art. 10, a necessidade de autorização do Senado Federal para que se determine percentual mínimo do excedente em óleo da União em percentual inferior aos 20% estatuídos como padrão. Essa autorização exige análise individual, caso a caso, estando expressamente vedada a concessão de autorizações genéricas.

Estamos convictos da importância das medidas ora apresentadas, voltadas ao aprimoramento do marco regulatório da exploração sob o regime de partilha de produção.

Sala da Comissão,



Senador Renato Casagrande



**EMENDA Nº 14**  
**(ao PLC nº 16, de 2010)**

Acrescente-se o § 1º ao art. 10 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, com a seguinte redação:

**“Art. 10. ....**

**§ 1º É limitada a 10% (dez por cento) ao ano a apropriação dos custos e dos investimentos realizados pelo contratado na execução das atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, previstos como parte componente do custo em óleo, conforme o inciso II do art. 2º.**

**”**

**JUSTIFICAÇÃO**

Com o intuito de evitar que os interesses particulares se sobrepujem aos interesses do Estado, é recomendável estabelecer em lei regra expressa para limitar a velocidade de apropriação dos custos e investimentos realizados pelo contratado na execução das atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, previstos como parte componente do custo em óleo. Nossa proposta é de apropriação à razão de 10% ao ano, o que permitirá que todos esses custos sejam apropriados em 10 anos.

Estamos convictos da importância das medidas ora apresentadas, voltadas ao aprimoramento do marco regulatório da exploração sob o regime de partilha de produção.

Sala da Comissão,

  
Senador Renato Casagrande

**EMENDA Nº 15****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010.**

*Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências. (Exploração e produção de petróleo; competências do CNPE, da ANP e do Ministério de Minas e Energia; casos de contratação direta e de licitação para exploração de petróleo; contratos de partilha de produção; rateio das rendas governamentais no regime de partilha de produção (royalties); comercialização do petróleo.)*

**Modifica o inciso I do art. 11, que passa a ter a seguinte redação:**

**“Art. 11 .....**

**I – promover estudos técnicos para subsidiar o Ministério de Minas e Energia na delimitação dos blocos que serão objeto de contrato de partilha de produção, após o cumprimento do estabelecido no art. 7º desta lei;”**

**Justificativa**

O art. 7º, com a alteração que propusemos em outra emenda, objetiva introduzir ao PLC cuidados ambientais, tornando obrigatório os estudos técnicos que apontem todas as informações necessárias ao prévio diagnóstico quanto a vulnerabilidade as áreas exploradas, por isso, remetemos o inciso modificado a esse artigo.

**Sala Senador Josaphat Marinho, 30 de março de 2010.**

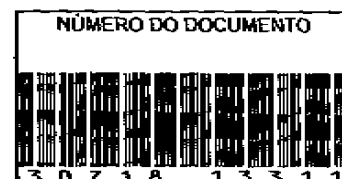
  
Senadora Marina Silva



# Senado Federal

## Sistema de Envio de Documentos Legislativos

Recibo de envio da cópia eletrônica de documentos.

**DESTINO**

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ

**DESCRIÇÃO**

Emenda modificativa

Tipo da Emenda: Modificativa

Referente à Matéria: SF - PLC nº 00016/2010

**TIPO DO DOCUMENTO**

EMD - Emendas

**AUTOR**

Marina Silva

**RESPONSÁVEL PELO ENVIO DO DOCUMENTO**

Erlando Alves da Silva Melo

**DATA E HORA DO ENVIO**

30/03/2010 - 19:51

**NOME E TAMANHO DO ARQUIVO ENVIADO**

4 Emenda - Marco.rtf - 1321008 bytes (Texto inicial)

**DADOS ADICIONAIS DO DOCUMENTO****Observação:**

O conteúdo do texto eletrônico enviado será o mesmo do texto subscrito pelo Senador e essa correspondência é de exclusiva responsabilidade do Gabinete remetente.

O envio eletrônico do presente documento pelo Gabinete pressupõe autorização para sua divulgação na página do Senado Federal na Internet, após o recebimento pelo Órgão de destino.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

Recebido em 30/03/2010 às 20:21 horas, por Fabiana Carneiro Carvalho.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010**

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.

**EMENDA Nº 16**  
**(Aditiva)**

**Adicione-se o inciso XVI ao art. 15 e o inciso XXIV ao art. 29 ao Projeto de Lei nº 16, de 2010:**

*“Art.*

*15 . .....*

*XVI – definição dos custos e investimentos realizados pelo contratado que poderão ser recuperados como custo em óleo”;*

*“Art.*

*29 . .....*

*XXIV – a definição dos custos e investimentos realizados pelo contratado que poderão ser recuperados como custo em óleo”;*

**JUSTIFICAÇÃO**

No modelo de partilha de produção que se pretende adotar no Brasil com o marco regulatório do pré-sal, o contratado assume todos os riscos da exploração, recebendo em troca uma parcela da produção resultante, caso venha a se verificar a exploração comercial do bloco.

A partilha da produção é determinada da seguinte forma: uma parte é retida pelo contratado, a título de custo em óleo, e o restante é dividido entre o Estado e o contratado, a título de excedente em óleo.

No modelo de contrato de partilha de produção, ganha grande importância a definição precisa dos custos e sua possibilidade de recuperação pelos contratados, haja vista a remuneração das partes se dar em óleo, sendo, portanto, um dos pontos fundamentais a ser previstos no Projeto de Lei.

Neste contexto, esta emenda propõe adicionar os incisos XVI ao art. 15 e XXIV ao art. 29, de modo a prever expressamente a inclusão de critérios objetivos para o estabelecimento do custo em óleo, tanto no edital de licitações quanto no contrato de partilha da produção a ser firmado entre as partes.

Com as alterações propostas, possibilita-se ao licitante melhor avaliar a viabilidade econômica do investimento, respeitando-se, com esta previsibilidade, o postulado constitucional da segurança jurídica, pois os critérios para determinação do custo em óleo já estarão definidos desde a concepção do contrato de partilha da produção. Evita-se, assim, que a União possa vir a ter contendas com os contratados no que se refere à composição do custo em óleo, controvérsias estas que poderiam pôr em risco a estabilidade das novas regras para o pré-sal.

Em uma economia globalizada, em que existe muita competitividade, investidores buscam oportunidades em locais cujas legislações e práticas administrativas propiciam segurança jurídica, com regras claras e estáveis, além de obrigações bem delimitadas por critérios objetivos, cuja aplicação é feita pelas autoridades com consistência e previsibilidade.

Caso isso não seja verificado no novo marco regulatório, a consequência direta poderá ser o nível reduzido ou mesmo a ausência de investimentos no setor.

É justamente para evitar que isto ocorra e conferir segurança jurídica ao modelo que a presente emenda se justifica.

Sala da Comissão,



Senador **ADELMIR SANTANA**

### **EMENDA Nº 17**

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010.**

*Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de*

*produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências. (Exploração e produção de petróleo; competências do CNPE, da ANP e do Ministério de Minas e Energia; casos de contratação direta e de licitação para exploração de petróleo; contratos de partilha de produção; rateio das rendas governamentais no regime de partilha de produção (royalties); comercialização do petróleo.)*

Acrescenta parágrafo único ao art. 15, com a seguinte redação:

“Art. 15.....

Parágrafo único. As empresas que pretenderem explorar petróleo e gás oriundos do pré-sal, além do cumprimento das exigências acima, deverão demonstrar disponibilidade financeira para cobrir os custos ambientais.”

#### Justificativa

O objetivo não outro que não garantir que as empresas que pretenderem explorar petróleo e gás oriundos do pré-sal dêem garantia financeira para cobrir os custos ambientais advinda de exploração.

Sala Senador Josaphat Marinho, 30 de março de 2010.

  
Senadora Marina Silva





# Senado Federal

## Sistema de Envio de Documentos Legislativos

Recibo de envio da cópia eletrônica de documentos.

NÚMERO DO DOCUMENTO



3 0 7 1 9 - 1 3 4 2 3

**DESTINO**

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ

**DESCRIÇÃO**

Emenda aditiva

Tipo da Emenda: Aditiva

Referente à Matéria: SF - PLC nº 00016/2010

**TIPO DO DOCUMENTO**

EMD - Emendas

**AUTOR**

Marina Silva

**RESPONSÁVEL PELO ENVIO DO DOCUMENTO**

Erlando Alves da Silva Melo

**DATA E HORA DO ENVIO**

30/03/2010 - 19:53

**NOME E TAMANHO DO ARQUIVO ENVIADO**

5 Emenda - Marco.rtf - 1320688 bytes (Texto inicial)

**DADOS ADICIONAIS DO DOCUMENTO****Observação:**

O conteúdo do texto eletrônico enviado será o mesmo do texto subscrito pelo Senador e essa correspondência é de exclusiva responsabilidade do Gabinete remetente.

O envio eletrônico do presente documento pelo Gabinete pressupõe autorização para sua divulgação na página do Senado Federal na Internet, após o recebimento pelo Órgão de destino.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

Recebido em 30/03/2010 às 20:32 horas, por Fabiana Carneiro Carvalho.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010**

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.

**EMENDA Nº 18**  
**(Modificativa)**

**Dê-se nova redação ao art. 20, art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 25 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010:**

*“Art. 20 Nos termos do artigo 16, quando as empresas que tenham participado conjuntamente do processo licitatório sejam vencedoras, as mesmas deverão constituir um consórcio na forma do disposto no art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.*

*§ 1º Os direitos e obrigações patrimoniais dos contratados serão proporcionais às suas respectivas participações no consórcio.*

*§ 2º O contrato de constituição de consórcio deverá indicar a operadora como responsável pela execução do contrato, sem prejuízo da responsabilidade solidária das consorciadas perante o contratante ou terceiros.*

***“Art. 21. A empresa pública de que trata o § 1 do art. 8 representará os interesses da União no contrato de partilha de produção.”***

***“Art. 22. A administração do contrato de partilha caberá ao comitê operacional.”***

***“Art. 23. O comitê operacional será composto por representantes da empresa pública de que trata o § 1 do art. 8 e representantes do contratado.***

***Parágrafo Único. A empresa pública de que trata o § 1º do art. 8º indicará a metade dos integrantes do comitê operacional, inclusive o seu presidente, cabendo ao contratado a indicação dos outros integrantes.”***

***“Art. 24. Caberá ao comitê operacional:***

***I – validar os planos de exploração a serem submetidos à análise e aprovação da ANP;***

***II – validar o plano de avaliação de descoberta de jazida de petróleo e de gás natural a ser submetida à análise e a aprovação da ANP;***

***III – validar o plano de desenvolvimento da produção do campo, a ser submetido à análise e aprovação da ANP;***

***IV – validar os programas anuais de trabalho e de produção a serem submetidos à análise e aprovação da ANP;***

***V – analisar e aprovar os orçamentos relacionados às atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e abandono previstas no contrato;***

***VI – supervisionar as operações e aprovar a contabilização dos custos realizados;***

***VII – validar os termos do acordo de individualização da produção a ser firmado com o titular da área adjacente, observado o disposto no capítulo IV desta lei; e***

**VIII – outras atribuições definidas no contrato de partilha de produção**

*“Art. 25. O presidente do comitê operacional terá poder de veto, desde que tecnicamente justificado e em linha com as melhores práticas da indústria do petróleo, a respeito das matérias previstas nos incisos III, IV, V, VI e VII do artigo 30, exclusivamente para as atividades subseqüentes à declaração de comercialidade e relativas a cada jazida descoberta.”*

**JUSTIFICAÇÃO**

O Projeto de Lei estabelece que a empresa pública a ser criada pela União não assumirá os riscos e custos das atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e abandono decorrentes do contrato de partilha de produção. Ademais, o Projeto de Lei outorga-lhe poderes absolutos de decisão no âmbito do comitê operacional por meio da indicação de metade dos seus integrantes, do seu presidente, além do exercício do poder de veto e do voto de qualidade.

Ocorre, entretanto, que a PETRO-SAL, representante dos interesses da União, é uma empresa que não poderia participar do contrato de consórcio, uma vez que este deveria ser formado somente pelas empresas contratadas pela própria União.

Logo, pela emenda proposta, a PETRO-SAL não mais fará parte do consórcio, porém manterá a sua figura central no papel estabelecido pelo Projeto de Lei, como representante dos interesses da União no contrato de partilha de produção (e não no consórcio), até mesmo porque é a representante dos interesses da União, portanto, da contratante.

Do contrário, aqueles que incorrem em custos e que suportam a atividade estariam privados da possibilidade de se organizar por meio do consórcio, para executar as atividades que lhe foram atribuídas pelo contrato de partilha de produção.

Adicionalmente, a obrigatoriedade da participação da Petrobras no contrato de consórcio não pode subsistir, na medida em que a mesma deveria se submeter ao certame licitatório para contratar com a União é, portanto, passar a ser uma contratada. Caso contrário, se estaria violando o princípio da igualdade (art. 5º e art. 173, II e §2º da Constituição Federal) e os princípios que regem a licitação (art. 37, inciso XXI da Constituição Federal).

Caso o texto do Projeto de Lei seja aprovado na sua forma original, sem a realização de certame licitatório, a União não irá receber propostas diversas e, portanto, não poderá contratar com a empresa que poderia oferecer as melhores condições operacionais e econômicas.

Retirar, portanto, a obrigatoriedade da Petrobras de ser uma consorciada está em sintonia com o interesse público, estabelecendo um mercado competitivo, que pode resultar no incremento da eficiência e da tecnologia, na redução de custos, na criação de empregos e no fomento da cadeia de fornecedores locais, além de preservar a transparência do setor.

A emenda ora proposta, portanto, tem como objetivos:

- Esclarecer que o consórcio será formado, exclusivamente, pelas empresas contratadas, que assumem integralmente os riscos e custos associados à execução das atividades estabelecidas no contrato de partilha de produção; e que à PETRO-SAL não cabe o papel de contratada;
- Transferir, do âmbito do consórcio, a atuação do Comitê Operacional, do qual participa a PETRO-SAL, para o âmbito do contrato de partilha, de

forma a garantir que a empresa pública exerça a sua atribuição de gestora dos custos associados às operações;

- Garantir e esclarecer que o Comitê Operacional vise a controlar o cumprimento das obrigações previstas no contrato de partilha de produção pelo consórcio (e não do contrato de consórcio que regula a relação entre as empresas do grupo contratado). Desta forma, a PETRO-SAL não terá ingerência no contrato de consórcio, mas sim no contrato de partilha de produção, onde existirá o comitê operacional formado por representantes dos contratados e da PETRO-SAL;
- Evitar que seja limitada a capacidade decisória dos contratados para cumprir com as obrigações assumidas no contrato de partilha de produção (uma vez que, de acordo com o texto original do Projeto de Lei, quem efetivamente tomará as decisões será a PETRO-SAL, dotada de poderes absolutos de controle). As atuais atribuições da PETRO-SAL estão em descompasso com a assunção integral dos riscos pelas demais empresas, deixando-as sem qualquer poder de decisão com relação às atividades que executarão;
- Assegurar que o poder de veto e o voto de qualidade da PETRO-SAL, na forma proposta pelo Projeto de Lei, se limite aos custos das atividades contratadas e que o seu exercício esteja em linha com as melhores práticas da indústria de petróleo. A ausência destes critérios pode afetar negativamente a atratividade de investimentos, a segurança jurídica no âmbito do consórcio e, por conseguinte, o interesse nacional;
- Propor que o exercício do poder de veto venha a existir após a eventual declaração de comercialidade, dada a exposição e o risco assumido integralmente pelos contratados. De fato, tão somente com a declaração de comercialidade é que os referidos custos virão, eventualmente, a ser recuperados); e, finalmente,

- Esclarecer que a PETRO-SAL terá efetivo poder de gestão dos custos no âmbito do contrato de partilha de produção, sem, no entanto, interferir no bom andamento das operações necessárias para o cumprimento das obrigações assumidas integralmente pelos contratados, e, principalmente, a boa atuação do operador, este sim detentor da capacidade técnica requerida para conduzir e executar as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção.

Sala da Comissão,



Senador **ADELMIR SANTANA**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010**

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob



o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.

### **EMENDA Nº 19** **(Modificativa)**

**Dê-se ao inciso X do art. 29 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, a seguinte redação:**

*“Art.*

*29. ....*

*X – as regras para a realização da atividade, por conta e risco do contratado, que não implicarão em qualquer obrigação para a União;”*

### **JUSTIFICAÇÃO**

O marco regulatório proposto pelo Projeto de Lei para a exploração do petróleo localizado na província petrolífera do pré-sal pretende adotar o modelo de partilha de produção, no qual é garantido ao contratado, que assume todos os riscos da exploração do petróleo, uma parcela da produção em caso de descoberta comercial.

De acordo com esse modelo, uma parte da produção permanece com o contratado (é o chamado custo em óleo), enquanto o restante da produção é dividido entre o Estado e o contratado (excedente em óleo).

Nesse contexto, a definição do que venha a ser admitido como custo em óleo é um ponto de fundamental importância para a compreensão e implementação do regime de partilha de produção, sendo, portanto, um dos mais importantes do Projeto de Lei.

A nova redação proposta ao inciso X do art. 29 tem por objetivo garantir que o contrato de partilha estabelecerá, desde a sua concepção, que custos e investimentos realizados em atividades no bloco pelo contratado serão recuperados por meio do custo em óleo, conforme previsto no modelo de partilha de produção. A possibilidade de ressarcimento justo e adequado pelos custos é a razão fundamental para que as empresas possam assumir todos os riscos relacionados à exploração do petróleo.

Caso esses custos não pudessem ser recuperados, o que a redação do Projeto de Lei dá a entender na forma como se encontra, o modelo de partilha de produção não teria condições de atrair todos os investimentos necessários, pois os contratados não vislumbrariam a possibilidade de retorno de seus investimentos.

*É justamente para se evitar tal ocorrência que esta emenda é apresentada, a fim de aumentar a atratividade para investimentos e reduzir a possibilidade de conflitos entre contratados e o Estado quando do cálculo do produto a ser partilhado, cálculo esse que passa pela definição do custo em óleo.*

Sala da Comissão,



Senador ADELMIR SANTANA

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010**

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.

**EMENDA Nº 20  
(Supressiva)**

**Suprima-se o inciso VI do art. 32 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010.**

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda tem por finalidade eliminar a hipótese de extinção do contrato de partilha de produção pela recusa do contratado em firmar o acordo de individualização da produção após decisão da ANP (art. 32, inciso VI, do Projeto de Lei). Tal medida não atende aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade que orientam a atuação da Administração Pública.

Muito embora a individualização da produção seja obrigatória, a ameaça de rescisão do contrato de partilha, ou seja, de toda a área do contrato de partilha da produção, não pode servir de instrumento de pressão para que se chegue a um acordo quanto à individualização da produção. Vale dizer que a jazida a ser “individualizada”, ocupará, na maioria dos casos, apenas parte da área sob

contrato de partilha de produção. Trata-se, portanto, de medida que pode dar margem a injustiças e violações de direitos.

Como em qualquer conflito de interesses, a ausência de acordo quanto à individualização da produção poderia ser submetida à mediação, à arbitragem ou mesmo ao Poder Judiciário. Daí a necessidade de supressão do inciso VI do art. 32 do Projeto de Lei.

Para que se preserve a finalidade desta emenda, torna-se imperativo que esta seja considerada em conjunto com a emenda que modifica o art. 40, apresentada nesta data e relativa ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010.

Sala da Comissão,

  
Senador **ADELMIR SANTANA**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010**

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.

**EMENDA Nº 21**  
**(Modificativa)**

**Dê-se a seguinte redação ao § 2º do art. 33 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010:**

*"Art.*

**33** .....

*§ 2º. A ANP determinará o prazo, não inferior a 180 dias, para que os interessados celebrem o acordo de individualização da produção, observadas as diretrizes do CNPE."*

**JUSTIFICAÇÃO**

A alteração sugerida ao § 2º do art. 33 tem por objetivo proporcionar maior segurança às partes que porventura se vejam envolvidas na negociação de um acordo de individualização da produção, conferindo-lhes a garantia de que, ao estipular um prazo para a celebração do acordo, a ANP observará o mínimo de 180 dias.

Sabe-se que a negociação do acordo de individualização da produção é um processo complexo, que pode requerer uma avaliação técnica detalhada e, conseqüentemente, um tempo mínimo necessário para a sua formalização. O prazo mínimo de 180 dias é compatível com outros prazos existentes na regulamentação vigente, como, por exemplo, o prazo para apresentação do Plano de Desenvolvimento.

A proposição desta emenda se justifica, portanto, na medida em que assegura um prazo mínimo às partes para negociar e celebrar o acordo de individualização da produção.

Sala da Comissão,

  
Senador **ADELMIR SANTANA**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010**

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.

**EMENDA Nº 22**  
**(Aditiva)**

**Inclua-se o § 3º ao art. 33 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010:**

*\*Art.*

33 .....

*§3º. Os termos e condições do acordo de individualização da produção não alterarão o regime vigente das áreas concedidas sob regime de concessão ou contratadas sob o regime de partilha de produção.\**

**JUSTIFICAÇÃO**

A definição de regras para a individualização da produção é um aspecto de significativa importância no regime proposto pelo Projeto de Lei. Diante desse fato, é fundamental que tais regras observem direitos e contratos pré-existentes.

Esta emenda adiciona o §3º ao art. 33, guardando observância ao princípio constitucional da segurança jurídica, pois assegura que não será alterado o regime então vigente nas áreas concedidas ou contratadas pela União sob os regimes de concessão ou de partilha de produção. Defende-se, portanto, que a celebração de um acordo de individualização da produção não altere o regime contratual preestabelecido.

Desse modo, afasta-se a possibilidade inconstitucional de revisão ou quebra dos contratos celebrados pela União para a realização das atividades de exploração e produção, na forma do §1º do art. 177 da Constituição Federal, uma vez que tais contratos são atos jurídicos perfeitos e devem ser preservados, em observância ao inciso XXXVI do art. 5º da Constituição Federal.

Sala da Comissão,



Senador **ADELMIR SANTANA**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010**

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.



**EMENDA Nº 23**  
**(Modificativa)**

**Dê-se a seguinte redação ao caput, incisos I e II e parágrafo único do art. 34 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010:**

*"Art. 34. O acordo de individualização da produção estipulará:*

*I – a participação de cada uma das partes na jazida individualizada;*

*II – o plano de desenvolvimento da jazida objeto da individualização da produção; e*

*III*

*– .....  
.....*

*Parágrafo único. A ANP acompanhará a negociação entre os interessados sobre os termos do acordo de individualização da produção e estabelecerá procedimentos e diretrizes que garantam a prevalência de critérios técnicos, que previnam eventuais conflitos de interesses, segundo as melhores práticas da indústria do petróleo,*

**JUSTIFICAÇÃO**

As alterações propostas nesta emenda têm como escopo trazer maior clareza técnica ao art. 34 do Projeto de Lei, no qual se definem regras e procedimentos para a realização de acordos de individualização da produção.

A modificação proposta para o caput do art. 34 busca trazer para o corpo legal, em vez de relegar à regulamentação, o conteúdo mínimo do acordo de individualização da produção. Orienta-se, assim, o que a ANP poderá vir a exigir quando da apresentação do acordo de individualização da produção.

Cumpra salientar que, em nenhum momento, perderá a ANP o seu poder de regulamentar e fiscalizar as atividades e os acordos de individualização da produção, devendo apenas guardar estrita observância ao mandamento legal.

A proposta para o inciso I do art. 34 respeita a liberdade de contratação ao dar a opção de que as partes estabeleçam como se dará a revisão das suas participações no acordo de individualização da produção. Tal medida vai ao encontro do fundamento constitucional da livre iniciativa, a qual não pode ser restringida por uma norma infraconstitucional. O acordo de individualização da produção, conforme mencionado anteriormente, é negócio jurídico de complexidade técnica e suas premissas e pressupostos, inclusive no que diz respeito à participação de cada uma das partes na jazida individualizada, dar-se-ão caso a caso, sempre em respeito aos limites da regulação.

A alteração do inciso II do art. 34 tem o escopo de uniformizar os termos utilizados no Projeto de Lei, substituindo a expressão "área" por "jazida", por ser esta o objeto do acordo de individualização da produção, conforme dispõe o próprio Projeto de Lei, além de refletir as melhores práticas da indústria do petróleo.

A terceira alteração se refere ao parágrafo único do art. 34 e tem a finalidade de estabelecer que a ANP aplicará critérios uniformes e objetivos, a fim de assegurar tratamento não-discriminatório às partes envolvidas no acordo de individualização da produção. Com isso, não serão permitidos privilégios ou preferências, em respeito aos princípios constitucionais da igualdade e da impessoalidade, para que as partes possam negociar o acordo com base nas mesmas informações.

Sala da Comissão,

Senador  **ADELMIR SANTANA**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010**

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.

**EMENDA Nº 24**  
**(Modificativa)**

**Dê-se a seguinte redação aos §§ 1º e 2º do art. 36 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010:**

*“Art. 36 .....*

*§1º A ANP deverá fornecer à empresa pública referida no §1º do art. 8º e aos interessados todas as informações existentes relacionadas ao objeto do acordo para individualização da produção.*

*§2º O regime de exploração e produção a ser adotado nas jazidas de que trata o caput será o regime vigente na área adjacente concedida ou partilhada.”*

**JUSTIFICAÇÃO**

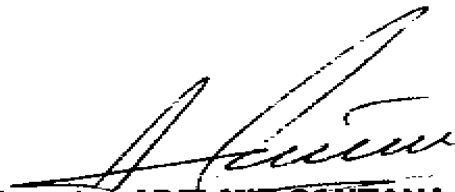
A alteração sugerida ao §1º do art. 36 tem a finalidade de estabelecer que a ANP assegurará o acesso equânime por todas as partes às informações relativas ao objeto do acordo para individualização da produção, para que possam negociar o acordo com base nas mesmas informações. Dessa forma, a ANP aplicará critérios uniformes e objetivos, a fim de assegurar tratamento não-discriminatório às partes

envolvidas na negociação do acordo de individualização da produção, sem permitir privilégios ou preferências, em respeito ao princípio constitucional da igualdade.

A alteração do §2º do art. 36 uniformiza os termos utilizados no Projeto de Lei, substituindo a expressão “área” por “jazida”, por ser esta o objeto do acordo de individualização da produção, conforme dispõe o próprio Projeto de Lei, além de refletir as melhores práticas da indústria do petróleo.

Ademais, também propõe-se alterar o §2º do art. 36 para que o regime de exploração e produção a ser adotado nas áreas não concedidas ou não partilhadas siga o mesmo regime do bloco adjacente já contratado sob o regime de concessão ou de partilha de produção.

Sala da Comissão,.



Senador **ADELMIR SANTANA**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010**

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e

de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.

**EMENDA Nº 25**  
**(Modificativa)**

**Dê-se a seguinte redação ao art. 40 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010.**

*“Art. 40. Transcorrido o prazo estabelecido no §2º do art. 33 e não havendo acordo entre as partes, caberá à ANP determinar, em até cento e vinte dias e com base em laudo técnico e nos critérios previstos no art. 34, a forma como serão apropriados os direitos e obrigações sobre a jazida e notificar as partes para que firmem o respectivo acordo de individualização da produção.*

*Parágrafo único. A recusa de uma das partes em firmar o acordo de individualização da produção implicará na perda dos direitos e obrigações do concessionário ou contratado sobre o objeto do acordo da individualização da produção, após a conclusão do processo de resolução de controvérsias por meio de arbitragem, mediação ou pelo Poder Judiciário, nos termos da lei ou do contrato aplicável.”*

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por finalidade trazer maior clareza técnica ao art. 40, no que diz respeito a regras e procedimentos para a realização de acordos de individualização da produção.

Propõe-se que a ANP observe, durante as negociações do acordo de individualização da produção, o tratamento não-discriminatório entre os envolvidos. Tal medida resguarda a igualdade consagrada pelo art. 5º da Constituição, bem como a impessoalidade, princípio que rege a atuação da Administração Pública, conforme determina o art. 37 da Constituição.

Sugere-se, ainda, a alteração do parágrafo único do art. 40, a fim de que a recusa em firmar acordo de individualização da produção não caracterize motivo que possa levar à extinção dos contratos de partilha de produção ou de concessão legitimamente firmados com a União. A extinção destes contratos, nessas condições, atenta contra os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Muito embora a individualização da produção seja obrigatória, a ameaça de rescisão do contrato de partilha ou de concessão, ou seja, de toda a área dos contratos em questão, não pode servir de instrumento de pressão para que se chegue a um acordo quanto à individualização da produção. Vale dizer que a jazida a ser "individualizada", ocupará, na maioria dos casos, apenas parte da área sob contrato de partilha de produção ou sob concessão. Trata-se, portanto, de medida arbitrária e que pode dar margem a injustiças e violações de direitos.

Como em qualquer conflito de interesses, a ausência de acordo quanto à individualização da produção pode ser submetida à mediação, à arbitragem ou mesmo ao Poder Judiciário.

Sendo assim, a recusa referida no parágrafo único do art. 40 não deve ser causa de resilição ou extinção integral e unilateral do contrato de concessão ou de partilha de produção, uma vez que essa imposição ignora os critérios de proporcionalidade que devem conduzir a atuação – inclusive punitiva – da Administração Pública.

Para que se preserve a finalidade desta emenda, torna-se imperativo que esta seja considerada em conjunto com a emenda que suprime o inciso VI do art. 32, apresentada nesta data e relativa ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010.

Sala da Comissão,

Senador **ADELMIR SANTANA**





**EMENDA Nº 26****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010.**

*Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências. (Exploração e produção de petróleo; competências do CNPE, da ANP e do Ministério de Minas e Energia; casos de contratação direta e de licitação para exploração de petróleo; contratos de partilha de produção; rateio das rendas governamentais no regime de partilha de produção (royalties); comercialização do petróleo.)*

Acrescenta inciso III e parágrafo 4º ao art. 42, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 42. ....

III – compensação pela emissão de gases de efeito estufa decorrentes da exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

§ 4º A compensação de que trata o inciso III do caput corresponderá a 0,5% (meio por cento) do valor de mercado do petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos produzidos."

**Justificativa**

A emenda visa acrescentar como receita governamental a compensação pela emissão de gases de efeito estufa decorrentes da exploração de petróleo.

Sala Senador Josaphat Marinho, 30 de março de 2010.

  
Senadora Marina Silva

## **EMENDA Nº 27**

### **(Supressiva)**

Suprima-se o §2º do art. 42 do PLC nº 16, de 2010.

### **Justificação**

A presente emenda tem por finalidade suprimir o §2º do projeto de lei em tela por tratar-se de dispositivo insólito, completamente estranho ao projeto de lei original, acrescentado ao texto substitutivo da Câmara dos Deputados pelo relator da matéria naquela Casa.

Ademais, a alteração além de não se coadunar com o projeto original, destoa das práticas habituais de tratamento do regime de royalties.

Assim, conto com o apoio dos meus ilustres pares no acolhimento dessa emenda supressiva.

Sala das Comissões,

  
Senador PEDRO SIMON

**EMENDA Nº 28**  
**(ao PLC nº 16, de 2010)**

Suprima-se o § 2º do art. 42 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010.

**JUSTIFICAÇÃO**

A partilha de produção divide o petróleo em óleo de custo e óleo excedente. O óleo de custo pertence integralmente ao contratado. Apenas o óleo excedente será partilhado entre a União e o contratado.

Daí, é possível visualizar o risco aos interesses da União, derivados do modelo de partilha de produção: se os custos do contratado forem muito elevados, o excedente em óleo poderá ser mínimo, inferior a 10% do total de petróleo produzido, por exemplo, ou mesmo inexistente.

O custo da empresa contratada pode ser elevado, inclusive, porque há exigência de contratação de bens e serviços produzidos apenas no Brasil (requisito conhecido como “conteúdo local”), os quais costumam ser mais caros do que sucedâneos oferecidos no mercado internacional.

Nesse cenário, a experiência internacional costuma fixar um teto para o cálculo do óleo de custo, entre 40% e 60% de todo o petróleo produzido: se o custo da empresa contratada for exagerado, ela não poderá exigir que todo o petróleo produzido seja tratado como óleo de custo, porque haverá um teto para essa recuperação de óleo.

Isso é importante porque a rentabilidade do Estado depende da fixação de um teto que limite a recuperação de custos pelo contratante, dado que este possui incentivos perversos para superfaturar seus custos.

Para a fixação do teto de recuperação de óleo de custo, há um critério tradicional e outro alternativo.

O critério tradicional corresponde à limitação do valor de custos recuperáveis pelo contratante, fixado, em regra, entre 40% e 60% do petróleo produzido, alíquota essa que varia muito de país para país, mecanismo capaz de garantir, sempre, a existência de uma parcela de óleo excedente (ou, como denominado na literatura especializada, de *profit oil*).

O critério alternativo é a fixação de *royalties*, como proposto pelo PLC nº 16, de 2010, o qual garante que, na ausência de óleo excedente, pelo menos o valor dos *royalties* será auferido pela União.

E o grave erro do PLC nº 16, de 2010, no § 2º do art. 42, é o de permitir o ressarcimento pela União, ao contratado, dos *royalties* por ele pagos. É previsto o ressarcimento em óleo.

Ora, tal ressarcimento retira o teto de recuperação de custos e torna o modelo brasileiro de partilha de produção extremamente vantajoso para as empresas exploradoras, bem como arriscado para a União, dado que:

- a) o PLC nº 16, de 2010, não prevê teto de recuperação de custos definido em fração do volume total de óleo produzido; e
- b) o PLC nº 16, de 2010, a despeito de prever *royalties*, autorizou o seu integral ressarcimento à empresa contratada, na forma de óleo *in natura*.

A ausência de teto para a recuperação de custos representa mecanismo temerário, capaz de afastar *in totum* o mérito do projeto, dado que não há nenhuma garantia legal de que sempre haverá uma fatia, ainda que mínima, de óleo excedente.

E a presente emenda, ao suprimir o § 2º do art. 42 do PLC nº 16, de 2010, reinsere um teto indireto no ressarcimento de custos pelo consórcio contratado, o que garantirá à União, sempre, ao menos 15% do petróleo extraído, ainda que os custos de exploração sejam elevadíssimos se comparados ao volume de petróleo extraído do campo.

Solicitamos assim o apoio dos ilustres Senadores à aprovação dessa Emenda.

Sala das Comissões,



Senador RENATO CASAGRANDE

**EMENDA Nº 29**

Dê-se ao art. 43, §1º, do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010 (PLC nº 16/2010), a seguinte redação:

"Art. 43.....

§1º Os *royalties* serão pagos mensalmente, em moeda nacional, a partir da data de início da produção comercial de cada campo, em montante correspondente a 15% (quinze por cento) da produção de petróleo, gás natural ou de outros hidrocarbonetos fluidos." (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A nova redação dada ao §1º, do art. 43 do PLC 16/2010, com o acréscimo do termo "outros hidrocarbonetos fluidos", tem o propósito de adequar este dispositivo à ementa e, principalmente, ao art. 2º, inciso XIII, que trata da definição dos *royalties*, conforme previsão constitucional.

Sala das Comissões,



Senador MARCELO CRIVELLA

**EMENDA Nº 30**  
**(ao PLC nº 16, de 2010)**

Acrescente-se ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, o seguinte § 4º ao art. 43:

“Art. 43. ....

.....

§ 4º Os recursos originários dos *royalties* a que se refere este artigo terão cinquenta por cento do seu valor aplicados em despesas de capital, bem como nas áreas de saúde e educação.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda busca assegurar que, ao menos metade dos recursos originários dos *royalties* do pré-sal sejam aplicados em despesas de capital, bem como nas áreas de saúde e educação.

Entendemos que os recursos da riqueza extraordinária do pré-sal devam servir à transformação do ambiente socioeconômico dos municípios e estados beneficiários dessa compensação financeira. Por isso, o destino desses recursos não deve estar submetido à total discricionariedade dos respectivos gestores.

É justa uma indagação corrente em todo o país: para onde estão indo esses recursos, se não é possível perceber com clareza os benefícios nas comunidades às quais deveriam servir? Até que ponto a flexibilidade de utilização dos *royalties* está contribuindo para que eles sejam destinados a importantes e necessárias políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas residentes nesses locais?



Convém lembrar, ainda, nobres colegas, que essas receitas são dependentes de um recurso muitas vezes não renovável, cuja exaustão deveria estar sendo compensada, há muito, com ações integradas destinadas a melhorar as condições de vida da população. É com essa preocupação que vislumbramos a possibilidade de atrelar uma parcela desses recursos a investimentos em infra-estrutura, conferindo-lhes uma aplicação mais nobre.

Em razão do alcance social e da conformidade da proposição com o propósito mais elevado da Constituição Federal, que é o de garantir cidadania e dignidade para o conjunto do povo brasileiro, solicito o apoio dos Senhores Congressistas para a transformação desta iniciativa em lei.

Sala da Comissão,

  
**Senador ANTONIO CARLOS VALADARES**  
**Líder do PSB**

**EMENDA Nº 31**  
**(ao PLC nº 16, de 2010)**

Suprimam-se os arts. 45, 51 e 52 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, renumerando-se os demais, e dê-se a seguinte redação ao art. 44:

“**Art. 44** Os *royalties* serão distribuídos da seguinte forma:

I – quando a lavra ocorrer em terra, lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:

- a) oito inteiros e trinta e três centésimos para a União para serem destinados ao Comando da Marinha, para atender aos encargos da fiscalização e proteção das áreas de produção, e ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e à indústria petroquímica de primeira e segunda gerações;
- b) quarenta inteiros e oitenta e três centésimos por cento aos estados produtores;
- c) onze inteiros e sessenta e sete centésimos por cento aos municípios produtores;
- d) cinco inteiros e oitenta e três centésimos por cento por cento aos municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de

- e) petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP; dezesseis inteiros e sessenta e sete centésimos por cento para constituição de Fundo Especial da União que deverá distribuir os recursos entre os Estados e o Distrito Federal, de acordo com os critérios definidos no regulamento;
- f) dezesseis inteiros e sessenta e sete centésimos por cento para constituição de Fundo Especial da União a ser distribuído entre os Municípios, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Municípios, previsto no art. 159 da Constituição Federal.

II – quando a lavra ocorrer na plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva:

- a) vinte por cento para a União para serem destinados ao Comando da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas de produção, e ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico, aplicados à indústria do petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e à indústria petroquímica de primeira e segunda gerações;
- b) dezessete inteiros e cinco décimos por cento para os estados produtores confrontantes;

- c) dezessete inteiros e cinco décimos por cento para os municípios produtores confrontantes;
- d) cinco inteiros e oitenta e três centésimos para os municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;
- e) dezenove inteiros e cinquenta e nove centésimos por cento para constituição de Fundo Especial da União que deverá distribuir os recursos entre os Estados e o Distrito Federal, de acordo com os critérios definidos no regulamento;
- f) dezenove inteiros e cinquenta e oito centésimos por cento para constituição de Fundo Especial da União, que deverá distribuir os recursos entre os Municípios, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Municípios, previsto no art. 159 da Constituição Federal.

§ 1º O critério de repartição do Fundo Especial previsto na alínea *e* dos incisos I e II, deverá garantir que, pelo menos cinquenta por cento dos recursos, sejam distribuídos entre as unidades da federação em proporção direta de sua população e em proporção inversa de sua renda *per-capita*.

§ 2º Os recursos do Fundo a que se refere a alínea *e* do inciso I não serão destinados aos Estados que se beneficiarem do disposto na alínea *b* do inciso I;

§ 3º Os recursos do Fundo a que se refere a alínea *e* do inciso II não serão destinados aos Estados que se beneficiarem do disposto na alínea *b* do inciso II;

§ 4º Os valores que corresponderiam às unidades da federação de que tratam os §§ 2º e 3º por conta da aplicação do critério de partilha do Fundo Especial previsto na alínea *e* dos incisos I e II, serão repartidos entre as demais unidades da federação, mantido, em relação a essas, o critério de partilha.

§ 5º Os recursos do Fundo a que se refere a alínea *f* do inciso II não serão destinados aos municípios que se beneficiarem do disposto nas alíneas *c* e *d* do inciso II.

§ 6º Os recursos do Fundo a que se refere a alínea *f* do inciso I não serão destinados aos municípios que se beneficiarem do disposto nas alíneas *c* e *d* do inciso I.

§ 7º Os valores que corresponderiam aos municípios de que tratam os §§ 4º e 5º por conta da aplicação do critério de partilha do Fundo de Participação dos Municípios previsto na alínea *f* dos incisos I e II, serão repartidos entre os demais Municípios, mantido, em relação a esses, o critério de partilha.

§ 8º Estados e municípios beneficiados pelas alíneas *b*, *c* e *d* dos incisos I e II poderão optar por não receber os *royalties* para participar do rateio dos fundos previstos nos incisos *e* e *f* dos incisos I e II.”

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo restituir aos estados e municípios produtores o tratamento preferencial na distribuição dos *royalties* que a Constituição Federal lhes garante. Para tanto, propusemos, em primeiro lugar, a supressão dos arts. 45, 51 e 52 do PLC nº 16, de 2010. Todos esses dispositivos alteram a distribuição das participações governamentais: o art. 45 para todas as áreas, licitadas ou partilhadas da plataforma continental ou que venham a ser licitadas ou partilhadas; e os arts. 51 e 52 (em clara contradição com o disposto no art. 45), somente para áreas já licitadas do pré-sal.

Na distribuição proposta, estados e municípios produtores mantêm a mesma arrecadação, em termos absolutos a que têm direito na legislação atual, garantida pela Lei nº 9.478, de 1997, conhecida como Lei do Petróleo. Mas, como a alíquota dos *royalties* aumenta de 10% para 15%, a participação dos estados e municípios produtores relativa ao total distribuído cai.

O direcionamento de recursos para estados e municípios produtores está previsto no § 1º do art. 20 da Constituição Federal e justifica-se, do ponto de vista econômico, como forma de compensar estados e municípios pelos efeitos negativos da exploração de petróleo em seu território ou na plataforma continental confrontante.

Há vários motivos para justificar a compensação. A atividade petrolífera traz impactos ambientais significativos. Adicionalmente,

estimula a imigração para os centros produtores, o que aumenta a demanda por serviços públicos de educação, saúde, segurança, ou por provimento de infra-estrutura. Por fim, é de amplo conhecimento que as reservas de petróleo irão se exaurir em um futuro talvez não muito distante. É, portanto, essencial que estados e municípios que vivem de sua exploração disponham de recursos para aplicar em infraestrutura e em outros projetos destinados a propiciar maior diversificação da atividade econômica. Pretende-se, com isso, impedir um esvaziamento econômico de suas regiões quando o petróleo acabar.

Conforme já explicado, o PLC aumenta de 10% para 15% a alíquota dos *royalties*. Todo o aumento de arrecadação será destinado à União que, por sua vez, repassará para estados e municípios não produtores.

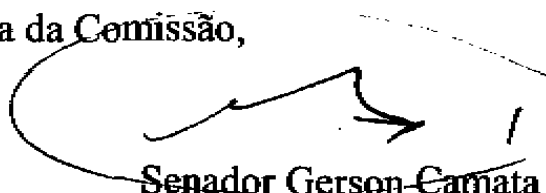
No caso dos municípios não produtores, a repartição dos recursos seguirá os critérios de rateio estabelecidos no Fundo de Participação dos Municípios, previsto no art. 159 da Constituição Federal. Já para os estados não produtores, propusemos que os critérios de rateio sejam definidos em regulamento, desde que pelo menos 50% dos recursos sejam distribuídos de forma diretamente proporcional à população e inversamente proporcional à renda *per-capita*. Consideramos esse critério melhor do que a proposta do PLC, baseado no Fundo de Participação dos Estados. Em primeiro lugar, porque está sendo julgada a constitucionalidade do critério de rateio desse Fundo. Em segundo lugar, porque o atual critério foi estabelecido em lei complementar de 1989, quando a distribuição espacial da população e da atividade econômica era consideravelmente diferente da que se observa atualmente.

A supressão do art. 45, juntamente com os arts. 51 e 52, também foi motivada pelo desejo de evitar que a nova lei altere a distribuição dos *royalties* provenientes de áreas já licitadas. O Senado Federal deve ser firme na posição de que não se alteram regras já estabelecidas e contratos já firmados. É a forma de garantir maior segurança jurídica para estados, municípios e para o setor privado em geral, gerando, consequentemente, um ambiente mais propício para investimentos.

A preocupação com a manutenção de regras vai além do respeito ao previsto no inciso XXXVI do art. 5º da Constituição Federal, que garante o direito adquirido e o ato jurídico perfeito. Devemos buscar proteger os entes da federação que fizeram contratos das mais variadas formas – contratação de mão-de-obra, construção de obras públicas,

empréstimos, e, para lembrar o exemplo mais evidente, oferta para sediar os jogos olímpicos – prevendo a arrecadação que decorreria dos *royalties* e da participação especial. O mesmo raciocínio se aplica para os fornecedores, financiadores e todas as empresas e famílias que se instalaram nas regiões produtoras. É fácil entender que uma empresa ou família irá se instalar onde a oferta de infraestrutura for melhor ou os serviços públicos de melhor qualidade. Ao alterar as regras atuais para áreas já licitadas, aumenta-se a probabilidade de que as novas regras propostas venham a ser novamente alteradas no futuro, gerando incerteza jurídica para todos os agentes econômicos.

Sala da Comissão,

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and a final arrow-like stroke pointing to the right. The signature is written over the printed name of the senator.

Senador Gerson Camata



**EMENDA Nº 32**  
**(ao PLC nº 16, de 2010)**

No Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, suprimam-se os arts. 45, 51 e 52, renumerando os demais, e dê-se ao art. 44 a seguinte redação:

**“Art. 44 Os *royalties* decorrentes da extração do petróleo em áreas outorgadas sob a forma de contratos de partilha e do xisto betuminoso serão distribuídos da seguinte forma:**

**I – quando a lavra ocorrer em terra, lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:**

- a) setenta por cento para os Estados produtores;
- b) vinte por cento para os municípios produtores;
- c) dez por cento para os municípios onde se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque de óleo bruto, xisto betuminoso ou gás natural;

**II – quando a lavra ocorrer na plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva:**

- a) vinte por cento para o Comando da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas de produção;
- b) trinta por cento para os estados produtores confrontantes;
- c) trinta por cento para os municípios produtores confrontantes e suas respectivas áreas geoeconômicas;
- d) dez por cento para os municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo, gás natural ou xisto betuminoso, na forma e critério estabelecidos pela ANP;
- e) dez por cento para constituir um fundo especial a ser distribuído entre os Estados, Municípios e Territórios. ”

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo restabelecer a distribuição de *royalties* de petróleo, gás natural e xisto betuminoso, prevista na Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Com o tempo, em especial, com a Lei nº 9.478, de 1997, conhecida como a Lei do Petróleo, a União foi se apoderando cada vez mais dos recursos dos *royalties*. O PLC nº 16, de 2010, pretende acabar de vez com a participação dos produtores nas receitas do petróleo.

A lei de 1989 previa uma distribuição mais justa, que beneficiava primordialmente os estados e municípios produtores, justamente os entes federativos mais afetados pela extração de recursos energéticos em seus territórios ou na plataforma continental confrontante. Destaca-se que a própria Constituição Federal, no art. 20 § 1º, prevê que estados e municípios produtores devem ter participação no resultado da exploração ou compensação financeira por esta exploração. Essa emenda, portanto, vem obedecer aos ditames constitucionais e restituir um direito dos estados e municípios produtores que foi gradualmente perdido.

Sala da Comissão,



Senador ALVARO DIAS

**EMENDA Nº 33**  
**(ao PLC nº 16, de 2010)**

Suprimam-se os arts. 51 e 52 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, renumerando-se os demais, e dê-se aos arts. 44, 45 e 50 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, a seguinte redação:

**“Art. 44** Os *royalties* oriundos da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos extraídos de campos contratados após a vigência desta Lei, nos termos do art. 8º, serão distribuídos da seguinte forma:

I – quando a lavra ocorrer em terra, lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:

- a) seis pontos percentuais e cento e vinte e cinco milésimos (6,125 pontos percentuais) aos estados produtores;
- b) um ponto percentual e setenta e cinco centésimos (1,75 ponto percentual) aos municípios produtores;
- c) oitocentos e setenta e cinco milésimos de ponto percentual (0,875 ponto percentual) aos municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;
- d) seis pontos percentuais e vinte e cinco centésimos (6,25 pontos percentuais) para a União dos quais:

1) dois pontos percentuais e cinco décimos (2,5 pontos percentuais) para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre os Estados e o Distrito Federal, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, previsto no art. 159 da Constituição Federal;

2) dois pontos percentuais e cinco décimos (2,5 pontos percentuais) para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre os Municípios, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Municípios, previsto no art. 159 da Constituição Federal;

3) um ponto percentual e vinte e cinco centésimos (1,25 ponto percentual) para o Ministério de Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e à indústria petroquímica;

II – quando a lavra ocorrer na plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva:

- a) quatro pontos percentuais e cinco décimos (4,5 pontos percentuais) aos estados produtores confrontantes;
- b) três pontos percentuais e cento e vinte e cinco milésimos (3,125 pontos percentuais) aos municípios produtores confrontantes;
- c) oitocentos e setenta e cinco milésimos de ponto percentual (0,875 ponto percentual) aos municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;
- d) seis pontos percentuais e cinco décimos (6,5 pontos percentuais) para a União, dos quais:

1) dois pontos percentuais e cinco décimos (2,5 pontos percentuais) para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre os Estados e o Distrito Federal, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, previsto no art. 159 da Constituição Federal;

2) dois pontos percentuais e cinco décimos (2,5 pontos percentuais) para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre os Municípios, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Municípios, previsto no art. 159 da Constituição Federal;

3) cinco décimos de ponto percentual (0,5 ponto percentual) para o Comando da Marinha.

4) cinco décimos de ponto percentual (0,5 ponto percentual) para o Ministério de Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural, dos bicom bustíveis e à indústria petroquímica;

5) cinco décimos de ponto percentual (0,5 ponto percentual) para constituição de Fundo Especial, a ser criado por lei, para o desenvolvimento de ações e programas para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, bem como para proteção ao ambiente marinho .”

**“Art. 45** A receita da União advinda da comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos, obtida nos contratos de partilha de produção, será destinada da seguinte forma:

I – cinquenta e cinco inteiros por cento para constituição do Fundo Social a que se refere o art. 50;

II – vinte e um inteiros e cinco décimos por cento para constituição de fundo especial, distribuído a todos Estados e Distrito Federal, obedecidos os mesmos critério de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o art. 159, I, “a”, da Constituição Federal;

III – vinte e três inteiros e cinco décimos por cento para constituição de fundo especial, distribuído a todos Municípios, obedecidos os mesmos critérios de rateio do Fundo de Participação dos Municípios, de que trata o art. 159, I, “b”, da Constituição Federal.

**Parágrafo único.** Os repasses dos fundos previstos nos incisos II e III serão realizados em intervalos de dez dias, decorridos até dez dias da arrecadação da receita, e caberá ao Tribunal de Contas da União apurar e divulgar os coeficientes de participação e acompanhar as liberações.”

**“Art. 50** O Fundo Social, a que se refere o art. 45, I, será de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir poupança pública de longo prazo e fonte regular de recursos para a realização de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde pública, da ciência e tecnologia e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.”

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivos garantir a vigência de contratos de concessão em áreas já licitadas e propor uma distribuição de *royalties* mais justa, restituindo a estados e municípios produtores aquilo que a legislação atual lhes garante.

Os arts. 45, 51 e 52 do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 16, de 2010, estabelecem nova distribuição dos *royalties* e da participação especial para áreas já licitadas. São dispositivos confusos, contraditórios e de difícil interpretação.

Os artigos mencionados propõem alterar regras vigentes e previstas em contrato, ferindo os princípios constitucionais de preservação do ato jurídico perfeito e do direito adquirido, previstos no inciso XXVI do art. 5º de nossa Lei Maior.

Ao se alterar as regras vigentes, o PLC está criando insegurança jurídica para os estados e municípios afetados, agredindo, inclusive, princípios federativos.

Além da questão jurídica, é preciso considerar a questão econômica. Estados e municípios produtores foram obrigados a realizar despesas com transporte, saneamento, educação, saúde, segurança e justiça contando com a arrecadação decorrente de contratos de concessão já assinados.

Além de quebrar acordos vigentes, o art. 45 apresenta flagrante inconstitucionalidade, ao estabelecer que todo o *royalty* oriundo da exploração na plataforma continental será repartido entre todos os estados e municípios de acordo com os critérios do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e dos Municípios (FPM).

A Constituição de 1988 dispõe no art. 20, parágrafo 1º, que “é assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal [...] participação no resultado da exploração do petróleo ou gás natural, [...] no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração”.

É óbvio que o Constituinte, ao estabelecer esse dispositivo, pretendia compensar os estados e municípios produtores. Isso porque são os estados e municípios produtores que sofrem com os danos ambientais decorrentes da atividade de extração, que são obrigados a prover infraestrutura para a indústria petroleira, e que têm de dar conta de expandir a oferta de serviços públicos para acomodar a população atraída para o local.

A Constituição Federal também prevê, em seu art. 155, §§ 2º e 4º, que o ICMS do petróleo, ao contrário do que ocorre com outros produtos, deve ser pago no estado de consumo, e não no estado onde é

produzido. Por isso os estados produtores deixam de arrecadar mais de R\$ 10 bilhões por ano. Assim, os *royalties* também podem ser interpretados como uma forma de compensar os estados produtores pela perda de arrecadação com o ICMS.

Para destinar royalties do petróleo aos estados e municípios não produtores e não afetados deve-se estabelecer metodologia que respeite os preceitos constitucionais. Como somente a União, estados e municípios produtores têm direito à compensação pela exploração do petróleo, propomos alterar o art. 44 do Projeto, para destinar à União 6,25 pontos percentuais dos 15 por cento devidos a título de royalties da exploração em terra, e 6,5 pontos percentuais dos 15 por cento oriundos da exploração na plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva. Por sua vez, a União destinará, da parte que lhe couber, 5 pontos percentuais para todos os estados e municípios, com base nos critérios do FPM e FPE, implicando significativo aumento em relação à participação atual.

O PLC nº 16, de 2010, traz também uma enorme perda aos estados e municípios produtores, pois prevê o fim da participação especial, que, só em 2009, gerou mais de R\$ 5 bilhões aos entes produtores.

Os recursos da participação especial passarão, na realidade, a ficar com a União, na forma da parcela de óleo excedente que lhe será destinada. Esta emenda, portanto, vem compensar, ainda que somente de forma parcial, os prejuízos dos estados e municípios produtores decorrentes da aprovação do PLC nº 16, de 2010, e ampliar significativamente a participação dos estados e municípios não produtores nos resultados da exploração do petróleo.

Deve ser ainda esclarecido que da parcela da União, 1,75% será destinados ao Ministério de Ciência e Tecnologia, 0,5% ao Comando da Marinha e 0,5% ao Fundo Especial destinado ao desenvolvimento de ações e programas para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

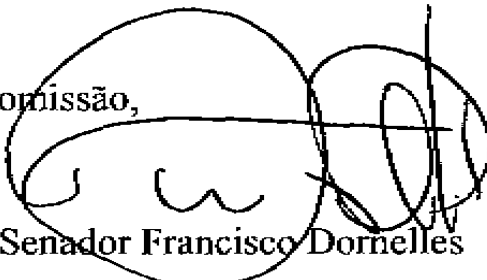
A emenda dá nova redação no art. 45 do projeto para dispor sobre a distribuição do resultado líquido que terá a União com o novo regime de partilha. No regime de concessão, os estados recebem, diretamente, as participações especiais e, indiretamente, parcelas dos lucros que as empresas têm no regime de concessão, cujo imposto de renda devido acaba sendo parcialmente repartido via fundos de participação. Por isso, é proposto que toda receita de comercialização da União seja compartilhada, aplicando-se 55% na constituição do Fundo Social, e 45% nos fundos a serem repassados aos estados e municípios, obedecendo a mesma lógica constitucional dos fundos de participação (FPE – 21.5% e FPM – 23.5%), tanto na sua formação quanto nos critérios de rateio.



Ainda que o Fundo Social esteja sendo regulado por outro projeto de lei, para melhorar a compatibilização e técnica redacional, esta emenda deixa bem claro com a nova redação sugerida para o art. 50 que será parcialmente constituído por parcela das receitas da União decorrentes da comercialização do óleo.

Em resumo, esta emenda visa ao respeito à segurança jurídica e à preservação do equilíbrio federativo, função maior do Senado federal.

Sala da Comissão,



Senador Francisco Dornelles



**EMENDA Nº 34**  
**(ao PLC nº 16, de 2010)**

Suprimam-se os arts. 51 e 52 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, renumerando-se os demais, e dê-se aos arts. 44, 45 e 50 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, a seguinte redação:

**“Art. 44** Os *royalties* oriundos da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos extraídos de campos contratados após a vigência desta Lei, nos termos do art. 8º, serão distribuídos da seguinte forma:

I – quando a lavra ocorrer em terra, lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:

a) seis pontos percentuais e cento e vinte e cinco milésimos (6,125 pontos percentuais) aos estados produtores;

b) um ponto percentual e setenta e cinco centésimos (1,75 ponto percentual) aos municípios produtores;

c) oitocentos e setenta e cinco milésimos de ponto percentual (0,875 ponto percentual) aos municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

d) seis pontos percentuais e vinte e cinco centésimos (6,25 pontos percentuais) para a União dos quais:

1) dois pontos percentuais e cinco décimos (2,5 pontos percentuais) para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre os Estados e o Distrito Federal, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, previsto no art. 159 da Constituição Federal;

2) dois pontos percentuais e cinco décimos (2,5 pontos percentuais) para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre os Municípios, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Municípios, previsto no art. 159 da Constituição Federal;

3) um ponto percentual e vinte e cinco centésimos (1,25 ponto percentual) para o Ministério de Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e à indústria petroquímica;

**II – quando a lavra ocorrer na plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva:**

a) quatro pontos percentuais e cinco décimos (4,5 pontos percentuais) aos estados produtores confrontantes;

b) três pontos percentuais e cento e vinte e cinco milésimos (3,125 pontos percentuais) aos municípios produtores confrontantes;

c) oitocentos e setenta e cinco milésimos de ponto percentual (0,875 ponto percentual) aos municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

d) seis pontos percentuais e cinco décimos (6,5 pontos percentuais) para a União, dos quais:

1) dois pontos percentuais e cinco décimos (2,5 pontos percentuais) para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre os Estados e o Distrito Federal, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, previsto no art. 159 da Constituição Federal;

2) dois pontos percentuais e cinco décimos (2,5 pontos percentuais) para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre os Municípios, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Municípios, previsto no art. 159 da Constituição Federal;

3) cinco décimos de ponto percentual (0,5 ponto percentual) para o Comando da Marinha.

4) cinco décimos de ponto percentual (0,5 ponto percentual) para o Ministério de Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural, dos bicom bustíveis e à indústria petroquímica;

5) cinco décimos de ponto percentual (0,5 ponto percentual) para constituição de Fundo Especial, a ser criado por lei, para o desenvolvimento de ações e programas para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, bem como para proteção ao ambiente marinho .”

**“Art. 45** A receita da União advinda da comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos, obtida nos contratos de partilha de produção, será destinada da seguinte forma:

**I –** cinquenta e cinco inteiros por cento para constituição do Fundo Social a que se refere o art. 50;

**II –** vinte e um inteiros e cinco décimos por cento para constituição de fundo especial, distribuído a todos Estados e Distrito Federal, obedecidos os mesmos critério de rateio do Fundo de Participação

dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o art. 159, I, “a”, da Constituição Federal;

III – vinte e três inteiros e cinco décimos por cento para constituição de fundo especial, distribuído a todos Municípios, obedecidos os mesmos critérios de rateio do Fundo de Participação dos Municípios, de que trata o art. 159, I, “b”, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Os repasses dos fundos previstos nos incisos II e III serão realizados em intervalos de dez dias, decorridos até dez dias da arrecadação da receita, e caberá ao Tribunal de Contas da União apurar e divulgar os coeficientes de participação e acompanhar as liberações.”

**“Art. 50** O Fundo Social, a que se refere o art. 45, I, será de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir poupança pública de longo prazo e fonte regular de recursos para a realização de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde pública, da ciência e tecnologia e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.”

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivos garantir a vigência de contratos de concessão em áreas já licitadas e propor uma distribuição de *royalties* mais justa, restituindo a estados e municípios produtores aquilo que a legislação atual lhes garante.

Os arts. 45, 51 e 52 do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 16, de 2010, estabelecem nova distribuição dos *royalties* e da participação especial para áreas já licitadas. São dispositivos confusos, contraditórios e de difícil interpretação.

Os artigos mencionados propõem alterar regras vigentes e previstas em contrato, ferindo os princípios constitucionais de preservação do ato jurídico perfeito e do direito adquirido, previstos no inciso XXVI do art. 5º de nossa Lei Maior.

Ao se alterar as regras vigentes, o PLC está criando insegurança jurídica para os estados e municípios afetados, agredindo, inclusive, princípios federativos.

Além da questão jurídica, é preciso considerar a questão econômica. Estados e municípios produtores foram obrigados a realizar despesas com transporte, saneamento, educação, saúde, segurança e justiça contando com a arrecadação decorrente de contratos de concessão já assinados.

Além de quebrar acordos vigentes, o art. 45 apresenta flagrante inconstitucionalidade, ao estabelecer que todo o *royalty* oriundo da exploração na plataforma continental será repartido entre todos os estados e municípios de acordo com os critérios do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e dos Municípios (FPM).

A Constituição de 1988 dispõe no art. 20, parágrafo 1º, que “é assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal [...] participação no resultado da exploração do petróleo ou gás natural, [...] no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração”.

É óbvio que o Constituinte, ao estabelecer esse dispositivo, pretendia compensar os estados e municípios produtores. Isso porque são os estados e municípios produtores que sofrem com os danos ambientais decorrentes da atividade de extração, que são obrigados a prover infraestrutura para a indústria petroleira, e que têm de dar conta de expandir a oferta de serviços públicos para acomodar a população atraída para o local.

A Constituição Federal também prevê, em seu art. 155, §§ 2º e 4º, que o ICMS do petróleo, ao contrário do que ocorre com outros produtos, deve ser pago no estado de consumo, e não no estado onde é produzido. Por isso os estados produtores deixam de arrecadar mais de R\$ 10 bilhões por ano. Assim, os *royalties* também podem ser interpretados como uma forma de compensar os estados produtores pela perda de arrecadação com o ICMS.

Para destinar royalties do petróleo aos estados e municípios não produtores e não afetados deve-se estabelecer metodologia que respeite os preceitos constitucionais. Como somente a União, estados e municípios produtores têm direito à compensação pela exploração do petróleo, propomos alterar o art. 44 do Projeto, para destinar à União 6,25 pontos percentuais dos 15 por cento devidos a título de royalties da exploração em terra, e 6,5 pontos percentuais dos 15 por cento oriundos da exploração na plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva. Por sua vez, a União destinará, da parte que lhe couber, 5 pontos percentuais para todos os estados e municípios, com base nos critérios do FPM e FPE, implicando significativo aumento em relação à participação atual.

O PLC nº 16, de 2010, traz também uma enorme perda aos estados e municípios produtores, pois prevê o fim da participação especial, que, só em 2009, gerou mais de R\$ 5 bilhões aos entes produtores.

Os recursos da participação especial passarão, na realidade, a ficar com a União, na forma da parcela de óleo excedente que lhe será destinada. Esta emenda, portanto, vem compensar, ainda que somente de forma parcial, os prejuízos dos estados e municípios produtores decorrentes da aprovação do PLC nº 16, de 2010, e ampliar significativamente a participação dos estados e municípios não produtores nos resultados da exploração do petróleo.

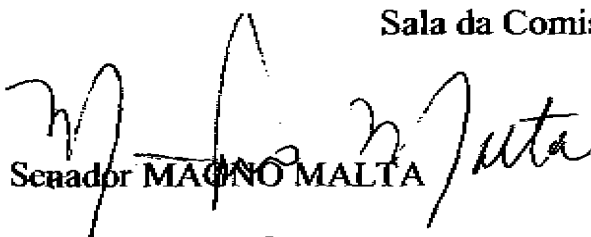
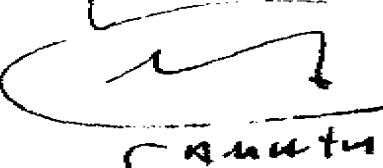
Deve ser ainda esclarecido que da parcela da União, 1,75% será destinados ao Ministério de Ciência e Tecnologia, 0,5% ao Comando da Marinha e 0,5% ao Fundo Especial destinado ao desenvolvimento de ações e programas para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

A emenda dá nova redação no art. 45 do projeto para dispor sobre a distribuição do resultado líquido que terá a União com o novo regime de partilha. No regime de concessão, os estados recebem, diretamente, as participações especiais e, indiretamente, parcelas dos lucros que as empresas têm no regime de concessão, cujo imposto de renda devido acaba sendo parcialmente repartido via fundos de participação. Por isso, é proposto que toda receita de comercialização da União seja compartilhada, aplicando-se 55% na constituição do Fundo Social, e 45% nos fundos a serem repassados aos estados e municípios, obedecendo a mesma lógica constitucional dos fundos de participação (FPE – 21.5% e FPM – 23.5%), tanto na sua formação quanto nos critérios de rateio.

Ainda que o Fundo Social esteja sendo regulado por outro projeto de lei, para melhorar a compatibilização e técnica redacional, esta emenda deixa bem claro com a nova redação sugerida para o art. 50 que será parcialmente constituído por parcela das receitas da União decorrentes da comercialização do óleo.

Em resumo, esta emenda visa ao respeito à segurança jurídica e à preservação do equilíbrio federativo, função maior do Senado federal.

Sala da Comissão,

  
Senador MAGNO MALTA  


  
Senador RENATO CASAGRANDE 4º  
  
Senador FRANCISCO DORNELLES

**EMENDA Nº 35**  
**(ao PLC nº 16, de 2010)**

Dê-se ao art. 44, inciso II do Projeto de Lei da Câmara nº. 16, de 2.010 a seguinte redação, suprimindo-se o seu art. 45:

**Art. 44.** Os royalties devidos pelo contratado sob o regime de partilha de produção observará as seguintes regras:

**I** – quanto a lavra ocorrer em terra ou em lagos; rios; ilhas, fluviais ou lacustres; e em áreas estratégicas:

.....

**II** - quando a lavra ocorrer na plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva:

.....

**c)** 25% (vinte e cinco por cento) para os estados produtores confrontantes;

**d)** 6% (seis por cento) para os municípios produtores confrontantes;

**e)** 3% (três por cento) para os municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo, gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, na forma e critérios estabelecidos pela ANP;

**f)** 22% (vinte e dois por cento) para a constituição de Fundo Especial, a ser distribuído entre todos os Estados, exceto aqueles referidos na alínea c);

**g)** 22% (vinte e dois por cento) para a constituição de Fundo Especial, a ser distribuído entre todos os Municípios, exceto aqueles referidos na alínea d).



## JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda tem por mérito compilar os atuais arts. 44 e 45, do PLC 16/2.010, dando-lhe maior concisão, em observância ao que dispõe a Lei Complementar nº. 95/1989 (*“Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.”*).

Com efeito, o referido art. 45 apenas se presta a excepcionar da participação na partilha nele referido, do Fundo de Participação dos Estados e o dos Municípios (FPE e FPM), aqueles entes federados já beneficiados pela partilha de que trata o art. 44, desiderato que pode ser atingido apenas pela inclusão das novas alíneas *f)* e *g)*, ora sugeridas.

Ademais, no que diz respeito as “áreas estratégicas”, a proposta de sua inclusão no rol do art. 44, inciso I, resgata a mesma lógica observada para a partilha da lavra em terra, prevista no projeto original apresentado a Câmara dos Deputados.

Quanto a alteração dos percentuais de distribuição royalties devidos pelo contratado no regime de partilha decorrentes da exploração de petróleo, advindos da chamada emenda Ibsen-Souto, o seu objetivo é o de minimizar os terríveis e imediatos prejuízos que serão causados aos entes federados produtores de petróleo, caso a proposta seja aprovado como se encontra redigida.

Os seus defensores alegam que o petróleo é propriedade da União e, portanto, a sua riqueza deve ser fraternalmente dividida, argumento que ganhou força após a divulgação da descoberta das fabulosas reservas petrolíferas do Pré-Sal e a proximidade das eleições.

É verdade que o petróleo é um dos bens integrantes do patrimônio da União. A Constituição assim o prevê. Entretanto, não é igualmente verdadeiro que os royalties sigam o mesmo destino, e é a mesma Constituição que faz essa ressalva.

O royalty, ou compensação financeira pela exploração, como a ele se refere a Carta Cidadã, não se confunde com a propriedade sobre as reservas naturais do subsolo, da plataforma continental ou da zona economicamente exclusiva. Ele constitui uma compensação pelas perdas sofridas pelo ente federado onde essa exploração se dá ou onde ela repercute. Ademais, ao contrário do que muitos alegam, o royalty não é uma **receita tributária**, repassada aos entes federados produtores para a minimização dos impactos ambientais, tal qual a que decorre da cobrança pelo exercício do poder de soberania do Estado, para a arrecadação de receitas tributárias destinadas ao custeio das despesas públicas. Se assim fosse, não haveria sentido em reclamá-lo quando a extração ocorresse a centenas de quilômetros da faixa litorânea.

Entretanto, o royalty constitui **receita patrimonial**, instituída pela Constituição, para garantir a compensação pelos diferenciados impactos e danos decorrentes dessa atividade. É uma recomposição financeira, que embora exigida por lei, advém da exploração de bens públicos, exploração essa que se insere no campo das receitas patrimoniais. A doutrina jurídica nos possibilita a perfeita compreensão conceitual da compensação financeira assegurada pelo art. 20, § 1º da Constituição, com a lição do eminente professor **Ives Gandra Martins** (*"Comentários à Constituição do Brasil promulgada em 5 de outubro de 1988"*; S.P.; Saraiva; 1992; p. 96), confirmamos:

*"O artigo tem o nítido objetivo desconcentrador. Pretende fortalecer a Federação na medida em que a exploração de um bem que o*

*constituente outorgou à União, embora situados nos Estados e Municípios, inclusive no Distrito Federal, representa perda de patrimônio destes a favor da entidade maior do estado federativo. Por essa razão, de forma mais explícita, o constituinte houve por bem centralizar a propriedade do bem e descentralizar o resultado de sua exploração.”*

O **Supremo Tribunal Federal**, ao interpretar, de forma unânime, o mesmo dispositivo, produziu uma mestral lição sobre o tema, através do voto do eminente Relator, Ministro Sepúlveda Pertence, vejamos:

*“A que espécie de perda, porém, se refere implicitamente a Constituição? Não certamente, à perda dos recursos minerais em favor do explorador, pois, nesse caso, a compensação financeira, para compensá-la efetivamente, haveria de corresponder à totalidade dos recursos minerais explorados – o que inviabilizaria a sua exploração econômica privada.*

*Nem corresponde, muito menos, à “perda” dos potenciais de energia elétrica, que, sendo inesgotáveis, não sofrem qualquer diminuição ao serem explorados. Em todo caso, não seria lógico compensar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios pela perda de bens que não lhes pertencem, mas exclusivamente à União.*

*A compensação financeira se vincula, ao meu ver, não à exploração em si, mas aos problemas que gera. (...) Problemas ambientais (...) sociais e econômicos, advindos do crescimento da população e da demanda por serviços públicos. (Recurso Extraordinário 228.800/DF; Relator Ministro Sepúlveda Pertence; Tribunal Pleno; **unânime**; DJ 19/12/2003)*

No mesmo julgamento, eminente Ministro Gilmar Mendes, ao proferir seu voto, o assim se posicionou:

*“(...) estamos a falar de um direito subjetivo da unidade federada. Trata-se de receita originária que lhe é confiada diretamente pela Constituição.”*

Outro equívoco que deve ser desmistificado, é o de que a partilha de royalties se impõe, por beneficiar exagerada e injustamente aos entes federados produtores, em detrimento demais.

A esse respeito, convém uma análise das razões que levaram ao legislador constituinte originário a retirar o royalty da legislação ordinária, para encartá-lo no texto constitucional. Para tanto, nos louvaremos no testemunho do Ministro Nelson Jobim, um dos constituintes de 1988, proferido, tempos depois, durante julgamento no Supremo Tribunal Federal:

*“Em 1988, quando se discutiu a questão do ICMS, o que tínhamos? Houve uma grande discussão na constituinte sobre se o ICMS tinha que ser na origem, ou seja, os estados do Sul continuavam gratuitamente tributando as poupanças consumidas nos estados do Norte e do Nordeste. Aí surgiu um problema envolvendo dois grandes assuntos: energia elétrica – recursos hídricos – e petróleo. Ocorreu o seguinte: os estados onde ficasse sediada a produção de petróleo e a produção de energia elétrica acabariam recebendo ICMS incidente sobre o petróleo e energia elétrica. O que se fez? Participei disso diretamente, lembro-me que era, na época, o Senador Richard quem defendia os interesses do Estado do Paraná e o Senador Almir Gabriel quem defendia os interesses do Estado do Pará, além do Rio de Janeiro e Sergipe, em relação às plataformas de petróleo.*

*Então, qual foi o entendimento político naquela época que deu origem a dois dispositivos na Constituição? Daí por que preciso ler o §1º do Art. 20, em combinação com o inciso X do art. 155, ambos da Constituição Federal. O que se fez? Estabeleceu-se que o ICMS não incidiria sobre operações que se destinassem a outros estados - petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos, gasosos e derivados e energia elétrica - ou seja, tirou-se da origem a incidência do ICMS.*

*Vejam bem, toda a produção de petróleo realizada no Estado do Rio de Janeiro, ou toda produção de energia elétrica, no Paraná e no Pará, eram decorrentes de investimentos da União, porque o monopólio era da União. Toda a arrecadação do País contribuiu para aquela produção.*

*Assim, decidiu-se da seguinte forma: tira-se o ICMS da origem e se dá aos estados uma compensação financeira pela perda dessa receita. (...)*

*Então, Ministra Ellen, estou tentando recompor a questão histórica, com isso, estou entendendo que não é uma receita da União que liberalmente está dando, por convênio, ao Estado; é uma receita originária dos Estados, face à compensação financeira da exploração em seu território de um bem, de um produto sobre o qual não incide o ICMS. Essa é a origem do problema. (...)*

Como se vê, além do royalty passa a ser instituído, pela Constituição Federal, para compensar problemas gerados pela exploração de recursos naturais, ainda teve como objetivo compensar os estados produtores pela exceção incluída, por motivação política, à regra de recolhimento do ICMS.

Dáí, subverter, por lei ordinária, a natureza jurídica dos royalties definida pela Constituição e, de uma mesma penada, manter a regra política que excepcionou o recolhimento de ICMS nos estados produtores de petróleo, é uma dupla, injusta e draconiana agressão.

Sala das Comissões,



Senador **MARCELO CRIVELLA**

**EMENDA Nº 36**

*Ao PLC Nº 16, DE 2010 que “dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências”.*

A alínea “c”, do inciso I, do art. 44 passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 44. ....*

*I – ....*

*c) 5% (cinco por cento) aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural;*

*.....”*



## JUSTIFICAÇÃO

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) discrimina, em relação ao pagamento de *royalties*, os Municípios afetados por pontos de entrega, às concessionárias estaduais, de gás natural produzido no País.

Em todo mundo, os *city gates* são pontos de embarque e desembarque de gás natural. Nesses locais, muda-se a propriedade do gás natural. No Brasil, em geral, a Petrobras é proprietária do gás natural dentro do gasoduto; no *city gate*, o gás natural é entregue para a concessionária estadual, que passa a ser a proprietária do produto.

Durante o período em que a Petrobras exerceu o monopólio da produção e transporte de gás natural, os Municípios afetados pelos chamados *city gates* recebiam parcela do valor do *royalty* que representa 5% da produção, conforme disposto na Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, além de garantir essa parcela, garantiu aos Municípios afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural uma parcela do valor do *royalty* que exceder a 5% da produção.

Com o fim do monopólio da Petrobras, a ANP assumiu a arrecadação e distribuição de *royalties* no Brasil. Até 2001, a ANP utilizou os mesmos critérios da Petrobras. A partir de 2002, os critérios começaram a ser alterados.

Em apresentação feita em Audiência Pública na Câmara dos Deputados no dia 2 de dezembro de 2008, intitulada “Fundamentos para o NÃO enquadramento de Ponto de Entrega e Gasoduto como Instalações de Embarque e Desembarque de Gás Natural para fins de pagamento de *Royalties* aos Municípios”, o Sr. José Gutman, Superintendente de Controle das Participações Governamentais da ANP, alegou que ponto de entrega (*city gate*):

- não coleta de campo produtor e não transfere gás natural;

- não transita por ele gás natural;
- não é instalação que enseja *royalties*.

Ressalte-se, no entanto, que a própria ANP, no capítulo 14 (Glossário de Termos Técnicos), página 150, do documento “Guia dos *Royalties* do Petróleo e do Gás Natural”, apresenta a seguinte definição para ponto de entrega ou *city gate*:

“*City gate* ou Estação de Entrega e Recebimento de Gás Natural ou Estação de Transferência de Custódia de Gás Natural: conjunto de instalações contendo *manifolds* e sistema de medição, destinado a entregar o gás natural oriundo de uma concessão, de uma unidade de processamento de gás natural, de um sistema de transporte ou de um sistema de transferência, para a concessionária estadual distribuidora de gás canalizado.”

Observa-se, então, que o Superintendente da ANP ao alegar que ponto de entrega “não coleta de campo produtor”, “não transfere gás natural” e “não transita por ele gás natural” entra em contradição com a definição dada pela própria ANP.

Ressalte-se que a definição dada no documento da ANP deixa claro que *city gate* é um conjunto de instalações destinada a entregar gás natural. Dessa forma, os Municípios afetados por *city gates* fazem jus ao recebimento de *royalties*.

No entanto, para evitar confusões conceituais e interpretativas, como os alegados pelo Superintendente da ANP, a emenda ora apresentada define, explicitamente, tanto para os contratos de partilha de produção quanto para os contratos de concessão, que pontos de entrega, às concessionárias estaduais, de gás natural produzido no País serão considerados instalações de embarque e desembarque, ensejando, assim, o pagamento de *royalties* aos Municípios afetados por essas operações.

Nesse contexto, a presente Emenda propõe que seja retirado da ANP o poder de estabelecer forma e critério para determinar os Municípios afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, evitando-se, assim, a proliferação de ações judiciais, que hoje se avolumam nos Tribunais, e os prejuízos para as cidades afetadas por *city Gates*.

Sala das Comissões, em

Senador  **ROBERTO CAVALCANTI**

**EMENDA Nº 37**  
**(ao PLC nº 16, de 2010)**

Dê-se a seguinte redação ao art. 44 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010:

**“Art. 44 Os *royalties* serão distribuídos da seguinte forma:**

**I – .....**

**II – quando a lavra ocorrer na plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva:**

**a) dezenove por cento para a União para serem destinados ao Comando da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas de produção, e ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados ao uso racional da floresta amazônica, à indústria de petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e à indústria petroquímica de primeira e segunda gerações;**

**b) .....**

**§ 3º Dos recursos destinados ao Ministério de Ciência e Tecnologia previstos na alínea *a* do inciso II, vinte por cento serão destinados a projetos aplicados ao uso racional da floresta amazônica.**

**§ 4º Dos recursos destinados para o fundo especial previsto na alínea *b* do inciso II, cinquenta por cento serão destinados para programas que visem a conservação do bioma amazônico”.**

**JUSTIFICAÇÃO**

:

O objetivo desta emenda é garantir que uma parcela mínima de recursos dos *royalties* do petróleo sejam aplicados na conservação da floresta amazônica ou em projetos destinados ao uso racional dos recursos da floresta. Mais especificamente, 20% do que for destinado ao Ministério da Ciência e Tecnologia deverá ser aplicado em projetos que visem

o aproveitamento racional da Amazônia, e 50% do fundo especial a ser criado será destinado à preservação da floresta.

Todos sabemos da importância da preservação do bioma amazônico. Também é de amplo conhecimento a necessidade de recursos para preservar a mais importante floresta equatorial do planeta. Por fim, é impossível ignorar os impactos do uso do petróleo sobre o meio ambiente, bem como seus efeitos sobre o clima.

Sem investimentos em pesquisa e sem recursos para conservação do bioma, será difícil evitar o desmatamento continuado da floresta amazônica. Com a exploração das reservas de petróleo do pré-sal, o Brasil poderá, enfim, dispor de recursos para a preservação e uso racional da Amazônia, o que poderá compensar, ainda que parcialmente, os impactos negativos do maior uso do petróleo sobre o meio ambiente.

Sala da Comissão,



**Senador Jefferson Praia**  
**PDT/AM**

**EMENDA Nº 38**  
**(ao PLC nº 16, de 2010)**

Do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, suprima-se os arts. 45, 51 e 52, renumerando-se os demais, e dê-se a seguinte redação ao art. 44:

**“Art. 44 Os *royalties* serão distribuídos da seguinte forma:**

.....  
**II – quando a lavra ocorrer na plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva:**  
.....

- c) vinte e cinco por cento para os estados produtores confrontantes;
- d) seis por cento para os municípios produtores confrontantes;
- e) três por cento para os municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;
- f) vinte e dois por cento para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre os Estados e o Distrito Federal, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, previsto no art. 159 da Constituição Federal;
- g) vinte e dois por cento para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre os Municípios, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Municípios, previsto no art. 159 da Constituição Federal.”

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 16, de 2010, viola a Constituição Federal e comete duas injustiças que esta emenda pretende corrigir: altera a distribuição de *royalties* e participação especial para campos já licitados e retira dos estados e municípios produtores a participação a que têm direito.

Iniciando a discussão pelo primeiro problema, o artigo 45 altera a distribuição dos *royalties* e participação especial para todas as áreas já concedidas na plataforma continental. Já os artigos 51 e 52 propõem, para *royalties* e participação especial, respectivamente, nova distribuição especificamente para a área do pré-sal. Independentemente de quem perde com a redistribuição proposta, a nova alocação dos recursos prevista pelos artigos 45, 51 e 52 é inaceitável por incidir sobre áreas já licitadas.

Também é inaceitável sob o ponto de vista jurídico, por violar o direito adquirido e o ato jurídico perfeito, garantidos no inciso XXVI do art. 5º de nossa Lei Maior. É inaceitável ainda sob o ponto de vista econômico, por gerar insegurança jurídica aos agentes, públicos e privados.

Os municípios e estados produtores, diante do potencial de receita de *royalties* e participação especial, negociaram empréstimos, contrataram serviços e mão-de-obra e fizeram seu planejamento de gastos com base na arrecadação que a lei lhes garantia.

A decisão de empresas e famílias se instalarem nos municípios e estados produtores certamente levou em consideração a infra-estrutura oferecida, a qualidade do ensino, segurança e saúde pública, o valor do IPTU e IPVA, entre outros aspectos importantes para decisões locacionais.



Tudo isso pode ser bruscamente alterado caso o PLC nº 16, de 2010, venha a ser aprovado na forma como se encontra. Em primeiro lugar, pela perda repentina de receita dos estados e municípios produtores, que superou R\$ 5 bilhões em 2009. Isso representará salários atrasados, não pagamento a fornecedores e rompimento de vários contratos, com todos os efeitos negativos de segunda ordem sobre o nível de emprego, produção e renda. Certamente, alteração tão brusca nas finanças municipais estaduais e municipais ferem os princípios constitucionais do equilíbrio federativo e da razoabilidade.

Adicionalmente, se a lei pode alterar, neste momento, a distribuição de *royalties* e participação especial para campos já licitados e contratados, nada impede que, no futuro, nova lei proponha outra distribuição das participações governamentais. Como criar um ambiente propício aos negócios diante de tanta incerteza jurídica? O Senado Federal tem a obrigação de, neste momento, impedir a redistribuição daquilo que já foi contratado e dar uma clara mensagem aos brasileiros – governantes, investidores e famílias – de que vivemos em um País com regras estáveis e previsíveis.

Os problemas do art. 45 do PLC nº 16, de 2010, contudo, não se limitam a alterar a distribuição das participações governamentais oriundas de campos já licitados. O artigo também propõe que todos os *royalties* e participação especial, exceto a parte destinada à União, serão distribuídos para todos estados e municípios do País – produtores ou não – com base nos critérios dos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e dos Municípios (FPM). Essa proposta agride frontalmente a Constituição Federal que, no § 1º do art. 20, assegura que estados e municípios produtores terão direito à participação no resultado da exploração do petróleo ou gás natural, ou à compensação financeira por essa exploração.

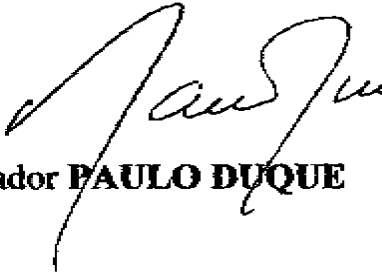
Esse dispositivo constitucional não surgiu por um simples capricho dos constituintes: Todos sabemos dos impactos ambientais que a indústria de petróleo traz. Adicionalmente, há impactos econômicos não desprezíveis: a atividade petroleira atrai migrantes para os municípios produtores, aumentando a demanda por serviços públicos como educação, saúde e segurança. A própria indústria do petróleo requer investimentos significativos em infra-estrutura, como portos e estradas.

Apenas para citar alguns exemplos, quem vive em municípios como Macaé sabe bem como o fluxo constante de helicópteros e navios petroleiros interfere na qualidade de vida de seus habitantes. Pescadores artesanais de municípios confrontantes têm de ir cada vez mais longe buscar o produto de seu sustento, em decorrência do impacto das plataformas de petróleo sobre a localização dos cardumes. É, portanto, mais do que justo que municípios e estados produtores sejam devidamente compensados pela extração do petróleo em seu território ou na plataforma continental confrontante.

Entendemos, contudo, que o petróleo pertence à União e, dessa forma, é um bem de todos os brasileiros. Também reconhecemos o caráter geograficamente concentrador da legislação atual, em que mais de 60% dos *royalties* extraídos na plataforma continental são destinados aos estados e municípios produtores.

Por esses motivos propomos, nesta emenda, que estados e municípios produtores tenham um tratamento diferenciado, mas que aumente a participação dos demais entes da federação. Entendemos que a proposta da emenda substitutiva inicialmente apresentada na Câmara dos Deputados, que foi posteriormente derrotada pela chamada emenda Ibsen, que introduziu o art. 45 no PLC, satisfaz adequadamente a todas as demandas: garante uma participação de 34% – montante razoável, porém não excessivo – a estados e municípios produtores e afetados por operações de embarque e desembarque do petróleo, e aumenta, dos atuais quase 9% para 44%, a participação de todos os municípios e estados do País.

Sala da Comissão,



Senador **PAULO DUQUE**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data  
**29.03.2010**

Proposição  
**Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010.**

Autor  
**SENADOR VALTER PEREIRA**

nº do prontuário

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ MODIFICATIVA 4. ☒ ADITIVA 5. ☐ Substitutivo global

Página Artigo Inclusão Parágrafo Inciso Alinea

**TEXTO E JUSTIFICAÇÃO**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, de 2010.**

**EMENDA MODIFICATIVA ADITIVA Nº 39**

1) O art. 44 do PLC nº 16, de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 44. Os royalties referentes ao regime de partilha serão distribuídos da seguinte forma:*

*I - .....*

*II – quando a lavra ocorrer na plataforma continental;*

*a) .....*

*b) .....*

*c) 22% (vinte e dois por cento) para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre todos os Estados, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados – FPE;*

*d) 22% (vinte e dois por cento) para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre todos os Municípios, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Municípios -- FPM;*

*e) 25% (vinte e cinco por cento) para o Estado confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção;*

*f) 9% (nove por cento) para os Municípios dos estados confrontantes com as plataformas continentais onde se realizar a produção, proporcionalmente à população de cada Ente”.*

2) O art. 45 do PLC nº 16, de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 45. As participações especiais oriundas dos contratos de concessão de que trata o art. 50, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, serão distribuídas na seguinte proporção:*

*I – 50% (cinquenta por cento) para os órgãos da administração direta da União, conforme o previsto nos incisos I e II, do parágrafo 2º, do art. 50 da Lei citada no caput;*

*II - 25% (vinte e cinco por cento) para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre todos os Estados, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados – FPE;*

*III - 25% (vinte e cinco por cento) para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre todos os Municípios, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.*

*Parágrafo único. As eventuais diferenças negativas entre os valores de royalties e participações especiais, apurados de acordo com os critérios de distribuição previstos neste artigo, no período compreendido entre 2011 e 2014, e o valor total dos royalties e das participações recebidas pelos Estados e Municípios em 2009, tomado como ano referencial, serão compensados pela União, utilizando os recursos da participação especial que lhe cabe.*

3) O art. 59 do PLC nº 16, de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 59. Ficam revogados o § 1º do art. 23, o art. 27 e os incisos III e IV do § 2º do art. 50, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997”.*

## JUSTIFICAÇÃO

Segundo estudo realizado pela Confederação Nacional de Municípios – CNM, as atuais regras de distribuição de royalties e as participações especiais do petróleo

entre Estados e Municípios não atendem a qualquer critério técnico e racional do ponto de vista sócio-econômico, uma vez que foram estabelecidas no passado com base em negociações políticas que visavam atenuar o viés centralizador da política fiscal brasileira. Com o decorrer do tempo, entretanto, tais regras acabaram acentuando esse mesmo viés concentrador, desta vez não nas mãos da União, mas na de uma minoria de Estados e de Municípios.

As recentes descobertas do pré-sal explicitaram o quão inadequadas se tornaram essas regras. Afinal, o petróleo de alto mar não é produzido nos limites territoriais de nenhum Estado em particular, constituindo-se claramente em riqueza de toda a nação brasileira. A própria Constituição, no seu artigo 20, é clara em estabelecer que a plataforma continental e os recursos minerais pertencem à União, ressaltando apenas que o fruto da exploração dos mesmos deve ser repartido com Estados e Municípios na conformidade da lei.

A presente emenda, proposta pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), quer modernizar e aperfeiçoar as atuais legislações referentes à distribuição dos royalties e das participações especiais, corrigindo algumas graves distorções na legislação vigente e, ao mesmo tempo, resgatando alguns acordos anteriormente estabelecidos.

Tal princípio é aplicado da seguinte forma na redação da emenda da CNM:

I – Os royalties decorrentes dos novos contratos de exploração do pré-sal, que se darão pelo regime de partilha, serão repartidos da seguinte forma: 22% para a União, sendo 19% para a Marinha e 3% para o Ministério do Meio Ambiente; 22% para todos os Municípios através do FPM; 22% para todos os Estados através do FPE; 25% para os Estados confrontantes com as áreas de produção e 9% para os Municípios dos Estados confrontantes com as áreas de produção, proporcionalmente à população de cada Ente.

II - Os royalties referentes aos contratos firmados sob o regime de concessão permanecerão com suas regras inalteradas.

III – É mantida, em parte, a redação já proposta e aprovada na Câmara para as participações especiais (art. 45), que são, na verdade, uma tributação criada pela Lei nº 9478/1997 sobre o lucro das empresas nos poços mais rentáveis, o que equivale ao Imposto de Renda, que é base de cálculo do FPM e do FPE.

Acrescentamos o parágrafo único com o intuito de assegurar que as eventuais perdas sofridas por Estados e Municípios, atualmente beneficiados pela desproporcionalidade da regra vigente, não afetem a governabilidade dos mesmos, estabelecendo que, no período em que possa ocorrer impacto significativo, a União utilizando os recursos resultantes da sua participação especial compense as eventuais perdas, que sabemos, pelos cálculos realizados pela equipe técnica da CNM, não serão de vulto capaz de afetar a arrecadação da União.

Esta proposta visa não só restabelecer um pouco de justiça no atual sistema de distribuição de receitas provenientes da atividade petrolífera, como sanar um atentado que a Lei do Petróleo cometeu ao pacto federativo em 1997, na medida em que a participação especial por ela criada constituiu-se numa espécie de imposto de renda especial sobre o lucro do setor petrolífero e não uma compensação tradicional ao estilo dos royalties.

Desta forma, tendo a característica de um imposto de renda e representando um pagamento extraordinário sobre os lucros extras da atividade petrolífera, a participação especial deveria desde sua origem ter sido destinada ao FPM e ao FPE, como prevê a regra constitucional.

Além de não ser distribuída pelo FPM e pelo FPE, a participação especial é deduzida legalmente da base de cálculo do imposto de renda, produzindo perdas para os fundos de participação, já que 45% de toda receita de Imposto de Renda é destinada a tais fundos. Sendo assim, a maioria dos Estados e Municípios é duplamente prejudicada pela Lei do Petróleo no que se refere às regras da participação especial.

Atualmente, apenas 29 Municípios brasileiros recebem alguma receita proveniente de participações especiais e, destes 29 Municípios, um deles concentra mais de 50% dos valores pagos. Não há razão para que, além de serem privilegiados pelos royalties, alguns poucos Estados e Municípios tenham direito especial sobre uma renda que é de toda nação brasileira.

Segundo análise da Confederação Nacional de Municípios (CNM), o Projeto de Lei nº 5.938/2009, aprovado pela Câmara dos Deputados, que proporciona uma redistribuição mais justa das rendas oriundas do petróleo entre os Entes Federados, provoca impacto financeiro negativo para 2 Estados da Federação e 177 Municípios.

A presente emenda, elaborada pela CNM, busca reduzir este impacto e o número de Entes afetados negativamente.

As simulações da CNM indicam ainda que a aprovação desta emenda **reduzirá o número de Estados perdedores em todo o país para 2 e o número de Municípios prejudicados para apenas 5.**

Ainda, o impacto negativo será decrescente ao longo da próxima década e, mesmo sem considerarmos os novos ingressos de receita decorrentes da exploração do petróleo do pré-sal a partir de 2020, não haverá mais nenhum Ente Federado perdendo recursos em relação ao ano-base de 2009.

Em razão disto, entendemos que a presente Emenda faz justiça ao povo brasileiro que passará a usufruir do resultado financeiro da riqueza nacional e manterá intactas as regras do pacto federativo.

PARLAMENTAR  
  
Senador VALTER PEREIRA



---

**TEXTO E JUSTIFICAÇÃO**

---

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, de 2010.****EMENDA MODIFICATIVA ADITIVA**

1) O art. 44 do PLC nº 16, de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

*\*Art. 44. Os royalties referentes ao regime de partilha serão distribuídos da seguinte forma:*

*I - .....*

*II – quando a lavra ocorrer na plataforma continental;*

*a) .....*

*b) .....*

*c) 22% (vinte e dois por cento) para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre todos os Estados, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados – FPE;*

*d) 22% (vinte e dois por cento) para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre todos os Municípios, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Municípios – FPM;*

*e) 25% (vinte e cinco por cento) para o Estado confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção;*

*f) 9% (nove por cento) para os Municípios dos estados confrontantes com as plataformas continentais onde se realizar a produção, proporcionalmente à população de cada Ente".*

2) O art. 45 do PLC nº 16, de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 45. As participações especiais oriundas dos contratos de concessão de que trata o art. 50, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, serão distribuídas na seguinte proporção:*

*I – 50% (cinquenta por cento) para os órgãos da administração direta da União, conforme o previsto nos incisos I e II, do parágrafo 2º, do art. 50 da Lei citada no caput;*

*II - 25% (vinte e cinco por cento) para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre todos os Estados, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados – FPE;*

*III - 25% (vinte e cinco por cento) para constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre todos os Municípios, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.*

*Parágrafo único. As eventuais diferenças negativas entre os valores de royalties e participações especiais, apurados de acordo com os critérios de distribuição previstos neste artigo, no período compreendido entre 2011 e 2014, e o valor total dos royalties e das participações recebidas pelos Estados e Municípios em 2009, tomado como ano referencial, serão compensados pela União, utilizando os recursos da participação especial que lhe cabe.*

3) O art. 59 do PLC nº 16, de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 59. Ficam revogados o § 1º do art. 23, o art. 27 e os incisos III e IV do § 2º do art. 50, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997".*

### **JUSTIFICAÇÃO**

Segundo estudo realizado pela Confederação Nacional de Municípios – CNM, as atuais regras de distribuição de royalties e as participações especiais do petróleo entre Estados e Municípios não atendem a qualquer critério técnico e racional do ponto de vista sócio-econômico, uma vez que foram estabelecidas no passado com base em negociações políticas que visavam atenuar o viés centralizador da política

fiscal brasileira. Com o decorrer do tempo, entretanto, tais regras acabaram acentuando esse mesmo viés concentrador, desta vez não nas mãos da União, mas na de uma minoria de Estados e de Municípios.

As recentes descobertas do pré-sal explicitaram o quão inadequadas se tornaram essas regras. Afinal, o petróleo de alto mar não é produzido nos limites territoriais de nenhum Estado em particular, constituindo-se claramente em riqueza de toda a nação brasileira. A própria Constituição, no seu artigo 20, é clara em estabelecer que a plataforma continental e os recursos minerais pertencem à União, ressaltando apenas que o fruto da exploração dos mesmos deve ser repartido com Estados e Municípios na conformidade da lei.

A presente emenda, proposta pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), quer modernizar e aperfeiçoar as atuais legislações referentes à distribuição dos royalties e das participações especiais, corrigindo algumas graves distorções na legislação vigente e, ao mesmo tempo, resgatando alguns acordos anteriormente estabelecidos.

Tal princípio é aplicado da seguinte forma na redação da emenda da CNM:

I – Os royalties decorrentes dos novos contratos de exploração do pré-sal, que se darão pelo regime de partilha, serão repartidos da seguinte forma: 22% para a União, sendo 19% para a Marinha e 3% para o Ministério do Meio Ambiente; 22% para todos os Municípios através do FPM; 22% para todos os Estados através do FPE; 25% para os Estados confrontantes com as áreas de produção e 9% para os Municípios dos Estados confrontantes com as áreas de produção, proporcionalmente à população de cada Ente.

II - Os royalties referentes aos contratos firmados sob o regime de concessão permanecerão com suas regras inalteradas.

III – É mantida, em parte, a redação já proposta e aprovada na Câmara para as participações especiais (art. 45), que são, na verdade, uma tributação criada pela Lei nº 9478/1997 sobre o lucro das empresas nos poços mais rentáveis, o que equivale ao Imposto de Renda, que é base de cálculo do FPM e do FPE.

Acrescentamos o parágrafo único com o intuito de assegurar que as eventuais perdas sofridas por Estados e Municípios, atualmente beneficiados pela

desproporcionalidade da regra vigente, não afetem a governabilidade dos mesmos, estabelecendo que, no período em que possa ocorrer impacto significativo, a União utilizando os recursos resultantes da sua participação especial compense as eventuais perdas, que sabemos, pelos cálculos realizados pela equipe técnica da CNM, não serão de vulto capaz de afetar a arrecadação da União.

Esta proposta visa não só restabelecer um pouco de justiça no atual sistema de distribuição de receitas provenientes da atividade petrolífera, como sanar um atentado que a Lei do Petróleo cometeu ao pacto federativo em 1997, na medida em que a participação especial por ela criada constituiu-se numa espécie de imposto de renda especial sobre o lucro do setor petrolífero e não uma compensação tradicional ao estilo dos royalties.

Desta forma, tendo a característica de um imposto de renda e representando um pagamento extraordinário sobre os lucros extras da atividade petrolífera, a participação especial deveria desde sua origem ter sido destinada ao FPM e ao FPE, como prevê a regra constitucional.

Além de não ser distribuída pelo FPM e pelo FPE, a participação especial é deduzida legalmente da base de cálculo do imposto de renda, produzindo perdas para os fundos de participação, já que 45% de toda receita de Imposto de Renda é destinada a tais fundos. Sendo assim, a maioria dos Estados e Municípios é duplamente prejudicada pela Lei do Petróleo no que se refere às regras da participação especial.

Atualmente, apenas 29 Municípios brasileiros recebem alguma receita proveniente de participações especiais e, destes 29 Municípios, um deles concentra mais de 50% dos valores pagos. Não há razão para que, além de serem privilegiados pelos royalties, alguns poucos Estados e Municípios tenham direito especial sobre uma renda que é de toda nação brasileira.

Segundo análise da Confederação Nacional de Municípios (CNM), o Projeto de Lei nº 5.938/2009, aprovado pela Câmara dos Deputados, que proporciona uma redistribuição mais justa das rendas oriundas do petróleo entre os Entes Federados, provoca impacto financeiro negativo para 2 Estados da Federação e 177 Municípios.

A presente emenda, elaborada pela CNM, busca reduzir este impacto e o número de Entes afetados negativamente.

As simulações da CNM indicam ainda que a aprovação desta emenda **reduzirá o número de Estados perdedores em todo o país para 2 e o número de Municípios prejudicados para apenas 5.**

Ainda, o impacto negativo será decrescente ao longo da próxima década e, mesmo sem considerarmos os novos ingressos de receita decorrentes da exploração do petróleo do pré-sal a partir de 2020, não haverá mais nenhum Ente Federado perdendo recursos em relação ao ano-base de 2009.

Em razão disto, entendemos que a presente Emenda faz justiça ao povo brasileiro que passará a usufruir do resultado financeiro da riqueza nacional e manterá intactas as regras do pacto federativo.

PARLAMENTAR

Senador

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ  
PLC nº 16 DE 2010  
14.4

**EMENDA Nº 50**

*Ao PLC Nº 16, DE 2010 que “dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências”.*

O inciso II, do art. 44 passa a vigorar acrescido da seguinte alínea “c”:

*“Art. 44. ....*

*II – ....*

*c) 3% (três por cento) aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural;”*



## JUSTIFICAÇÃO

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) discrimina, em relação ao pagamento de *royalties*, os Municípios afetados por pontos de entrega, às concessionárias estaduais, de gás natural produzido no País.

Em todo mundo, os *city gates* são pontos de embarque e desembarque de gás natural. Nesses locais, muda-se a propriedade do gás natural. No Brasil, em geral, a Petrobras é proprietária do gás natural dentro do gasoduto; no *city gate*, o gás natural é entregue para a concessionária estadual, que passa a ser a proprietária do produto.

Durante o período em que a Petrobras exerceu o monopólio da produção e transporte de gás natural, os Municípios afetados pelos chamados *city gates* recebiam parcela do valor do *royalty* que representa 5% da produção, conforme disposto na Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, além de garantir essa parcela, garantiu aos Municípios afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural uma parcela do valor do *royalty* que exceder a 5% da produção.

Com o fim do monopólio da Petrobras, a ANP assumiu a arrecadação e distribuição de *royalties* no Brasil. Até 2001, a ANP utilizou os mesmos critérios da Petrobras. A partir de 2002, os critérios começaram a ser alterados.

Em apresentação feita em Audiência Pública na Câmara dos Deputados no dia 2 de dezembro de 2008, intitulada “Fundamentos para o NÃO enquadramento de Ponto de Entrega e Gasoduto como Instalações de Embarque e Desembarque de Gás Natural para fins de pagamento de *Royalties* aos Municípios”, o Sr. José Gutman, Superintendente de Controle das Participações Governamentais da ANP, alegou que ponto de entrega (*city gate*):



- não coleta de campo produtor e não transfere gás natural;
- não transita por ele gás natural;
- não é instalação que enseja *royalties*.

Ressalte-se, no entanto, que a própria ANP, no capítulo 14 (Glossário de Termos Técnicos), página 150, do documento “Guia dos *Royalties* do Petróleo e do Gás Natural”, apresenta a seguinte definição para ponto de entrega ou *city gate*:

“*City gate* ou Estação de Entrega e Recebimento de Gás Natural ou Estação de Transferência de Custódia de Gás Natural: conjunto de instalações contendo *manifolds* e sistema de medição, destinado a entregar o gás natural oriundo de uma concessão, de uma unidade de processamento de gás natural, de um sistema de transporte ou de um sistema de transferência, para a concessionária estadual distribuidora de gás canalizado.”

Observa-se, então, que o Superintendente da ANP ao alegar que ponto de entrega “não coleta de campo produtor”, “não transfere gás natural” e “não transita por ele gás natural” entra em contradição com a definição dada pela própria ANP.

Ressalte-se que a definição dada no documento da ANP deixa claro que *city gate* é um conjunto de instalações destinada a entregar gás natural. Dessa forma, os Municípios afetados por *city gates* fazem jus ao recebimento de *royalties*.

No entanto, para evitar confusões conceituais e interpretativas, como os alegados pelo Superintendente da ANP, a emenda ora apresentada define, explicitamente, tanto para os contratos de partilha de produção quanto para os contratos de concessão, que pontos de entrega, às concessionárias estaduais, de gás natural produzido no País serão considerados instalações de embarque e desembarque, ensejando, assim, o pagamento de *royalties* aos Municípios afetados por essas operações,

Nesse contexto, a presente Emenda propõe que seja retirado da ANP o poder de estabelecer forma e critério para determinar os Municípios afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, evitando-se, assim, a proliferação de ações judiciais, que hoje se avolumam nos Tribunais, e os prejuízos para as cidades afetadas por *city Gates*.

Sala das Comissões, em



Senador **ROBERTO CAVALCANTI**

**EMENDA Nº 41**

*Ao PLC Nº 16, DE 2010 que “dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências”.*

Acrescente-se ao inciso II, do art. 44, o seguinte parágrafo 3º:

“Art. 44. ....

II

— .....

*§3º Os pontos de entrega às concessionárias estaduais de gás natural produzido no País serão considerados instalações de embarque e desembarque, para fins de pagamento de royalties aos Municípios afetados por essas operações, em razão do disposto na alínea “c” do inciso I e na alínea “c” do inciso II.” (NR)*

## JUSTIFICAÇÃO

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) discrimina, em relação ao pagamento de *royalties*, os Municípios afetados por pontos de entrega, às concessionárias estaduais, de gás natural produzido no País.

Em todo mundo, os *city gates* são pontos de embarque e desembarque de gás natural. Nesses locais, muda-se a propriedade do gás natural. No Brasil, em geral, a Petrobras é proprietária do gás natural dentro do gasoduto; no *city gate*, o gás natural é entregue para a concessionária estadual, que passa a ser a proprietária do produto.

Durante o período em que a Petrobras exerceu o monopólio da produção e transporte de gás natural, os Municípios afetados pelos chamados *city gates* recebiam parcela do valor do *royalty* que representa 5% da produção, conforme disposto na Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, além de garantir essa parcela, garantiu aos Municípios afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural uma parcela do valor do *royalty* que exceder a 5% da produção.

Com o fim do monopólio da Petrobras, a ANP assumiu a arrecadação e distribuição de *royalties* no Brasil. Até 2001, a ANP utilizou os mesmos critérios da Petrobras. A partir de 2002, os critérios começaram a ser alterados.

Em apresentação feita em Audiência Pública na Câmara dos Deputados no dia 2 de dezembro de 2008, intitulada “Fundamentos para o NÃO enquadramento de Ponto de Entrega e Gasoduto como Instalações de Embarque e Desembarque de Gás Natural para fins de pagamento de *Royalties* aos Municípios”, o Sr. José Gutman, Superintendente de Controle das Participações Governamentais da ANP, alegou que ponto de entrega (*city gate*):

- não coleta de campo produtor e não transfere gás natural;
- não transita por ele gás natural;
- não é instalação que enseja *royalties*.

Ressalte-se, no entanto, que a própria ANP, no capítulo 14 (Glossário de Termos Técnicos), página 150, do documento “Guia dos *Royalties* do Petróleo e do Gás Natural”, apresenta a seguinte definição para ponto de entrega ou *city gate*:

“*City gate* ou Estação de Entrega e Recebimento de Gás Natural ou Estação de Transferência de Custódia de Gás Natural: conjunto de instalações contendo *manifolds* e sistema de medição, destinado a entregar o gás natural oriundo de uma concessão, de uma unidade de processamento de gás natural, de um sistema de transporte ou de um sistema de transferência, para a concessionária estadual distribuidora de gás canalizado.”

Observa-se, então, que o Superintendente da ANP ao alegar que ponto de entrega “não coleta de campo produtor”, “não transfere gás natural” e “não transita por ele gás natural” entra em contradição com a definição dada pela própria ANP.

Ressalte-se que a definição dada no documento da ANP deixa claro que *city gate* é um conjunto de instalações destinada a entregar gás natural. Dessa forma, os Municípios afetados por *city gates* fazem jus ao recebimento de *royalties*.

No entanto, para evitar confusões conceituais e interpretativas, como os alegados pelo Superintendente da ANP, a emenda ora apresentada define, explicitamente, tanto para os contratos de partilha de produção quanto para os contratos de concessão, que pontos de entrega, às concessionárias estaduais, de gás natural produzido no País serão considerados instalações de embarque e desembarque, ensejando, assim, o pagamento de *royalties* aos Municípios afetados por essas operações.

Nesse contexto, a presente Emenda propõe que seja retirado da ANP o poder de estabelecer forma e critério para determinar os Municípios afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, evitando-se, assim, a proliferação de ações judiciais, que hoje se avolumam nos Tribunais, e os prejuízos para as cidades afetadas por *city Gates*.

Sala das Comissões, em



Senador **ROBERTO CAVALCANTI**

## **EMENDA MODIFICATIVA Nº 42**

### **(Ao PLC nº 16 de 2010)**

**Inclua-se um § 3º ao art. 44 e dê-se ao art. 45 a seguinte redação:**

**\*Art. 44. (...)**

**§ 3º Ressalvada a participação da União, os royalties relativos ao Inciso II serão distribuídos entre Estados, Distrito Federal e Municípios da seguinte forma:**

**I – 10% (dez por cento) para constituição de um fundo a ser repartida pelos Estados produtores confrontantes à área de pré-sal, segundo a proporção da produção realizada na respectiva área confrontante em relação à produção nacional do pré-sal;**

**II – 40% (quarenta por cento) para constituição de um fundo a ser distribuído entre todos os Estados e o Distrito Federal, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE;**

**III – 10% (dez por cento) para constituição de um fundo a ser repartida pelos Municípios pertencentes as unidades federadas de que trata o inciso I, segundo o critério ali estabelecido, na proporção da população de cada município em relação à população da unidade federada em que se situe, segundo os coeficientes de tabela constante de Anexo desta Lei;**



**IV – 5% (cinco por cento) para constituição de um fundo a ser distribuído igualmente entre os Municípios de que trata o inciso III e que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural oriundos das áreas de que trata esta Lei;**

**V – 35% (trinta e cinco por cento) para constituição de um fundo a ser distribuído entre todos os Municípios, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.**

**Parágrafo único. Os critérios e metodologia do cálculo de destinação das parcelas serão determinadas pelo decreto de que trata o § 2º do art. 43; sendo a população de cada município ou unidade federada, de que trata o inciso III, fixada conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para o ano imediatamente anterior ao do exercício vigente, segundo o censo ou, no intervalo entre os censos, por estimativa.”**

**“Art. 45. Os royalties e participações especiais dos contratos de concessão de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, excetuada a parte da União, serão assim distribuídos entre Estados, Distrito Federal e Municípios da seguinte forma:**

**I – nos contratos em vigor até a data de publicação desta Lei:**

**os royalties serão distribuídos para Estados e o Distrito Federal conforme determinam o art. 48 e o inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;**

**metade da participação especial, para os Estados e Distrito Federal, sendo 20% (vinte por cento) distribuído de acordo com o critério estabelecido no inciso I do § 3º do art. 44 desta Lei, considerando-se como produção nacional a da plataforma continental sob os contratos de concessão vigentes, e o restante conforme o critério do inciso II do mesmo parágrafo citado;**

**os royalties e a participação especial restantes, para os Municípios, sendo 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) de acordo, respectivamente, com os critérios dos incisos III e IV do art. 44 desta Lei e o restante 70% (setenta por cento) conforme o critério do inciso V do mesmo parágrafo;**

**II – nos demais contratos, os royalties e a participação especial serão distribuídos conforme o estabelecido no art. 44 desta Lei, considerando-se como produção nacional, para a proporção de que trata o inciso I do § 3º do art. 44, aquela da plataforma continental sob contratos de concessão.**

**Parágrafo único. Durante os dez primeiros anos, contados a partir do primeiro ano imediatamente subsequente àquele da publicação desta Lei, os valores das compensações financeiras calculados conforme o inciso I serão distribuídos a cada unidade federada ou município, conforme o caso, reduzindo-se de um décimo a cada exercício a diferença entre os valores estabelecidos por esta Lei e aqueles resultantes da aplicação da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.”**

**ANEXO****TABELA DE COEFICIENTES INDIVIDUAIS DE PARTICIPAÇÃO DOS  
MUNICÍPIOS NA PARCELA DE QUE TRATA O INCISO III DO § 3º DO ART.****44. :**

<b>Número de habitantes do município</b>	<b>Coeficiente</b>
até 20.000	1,00
de 20.001 a 40.000	1,1
de 40.001 a 60.000	1,2
de 60.001 a 80.000	1,3
de 80.001 a 100.000	1,4
de 100.001 a 120.000	1,5
de 120.001 a 140.000	1,6
de 140.001 a 160.000	1,7
de 160.001 a 180.000	1,8
de 180.001 a 200.000	1,9
de 200.001 a 220.000	2,0
de 220.001 a 240.000	2,1
de 240.001 a 260.000	2,2
de 260.001 a 280.000	2,3
de 280.001 a 300.000	2,4
de 300.001 a 320.000	2,5
de 320.001 a 340.000	2,6
de 340.001 a 360.000	2,7
de 360.001 a 380.000	2,8
de 380.001 a 400.000	2,9
acima de 400.000	3,0

## **JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo de nossa emenda é contribuir para que o Projeto de Lei da Câmara alcance uma distribuição mais equilibrada das compensações financeiras do petróleo, sem provocar, no entanto, a inviabilidade fiscal de Estados confrontantes e vários de seus Municípios. Ela é uma proposta conciliatória à tensão federativa que se instaurou com a disputa pelas compensações financeiras oriundas da produção de hidrocarbonetos na plataforma continental brasileira.

Sabemos que as compensações financeiras de que trata o art. § 1º do art. 20 da Constituição são devidas ao proprietário do bem exaurido, não devendo ser confundida como instrumento de compensações por danos ambientais ou pela utilização das infraestruturas produtivas e sociais dos territórios que dão suporte às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Desse modo, consideramos como justa a demanda, consubstanciada na Emenda Ibsen no art. 45 do PLC, pela distribuição mais equitativa das referidas compensações financeiras entre o conjunto dos entes federados subnacionais. Sendo o proprietário desta riqueza, a União, isto é, a sociedade brasileira, correto seria que estas compensações fossem distribuídas de forma menos concentrada do que aquela prevista na norma vigente de rateio.

No entanto, o legislador deve considerar a situação de fato, constituída pela lei, sem maiores objeções, desde a década de 1980. É impossível ao Congresso Nacional pretender uma mudança de tal porte e que afeta fortemente a harmonia federativa, sem considerar os efeitos danosos imediatos e duradouros sobre alguns de seus entes. Daí a necessidade de se considerar as opções legislativas que tragam satisfação e harmonia a todos os entes federativos.

Propomos, então, uma nova distribuição que dará a todas as unidades federadas e Municípios um quinhão significativo dos royalties e participações especiais de todos os contratos de exploração, tanto das atuais concessões como dos futuros contratos de partilha, mas ainda mantendo um tratamento diferencial para aqueles Estados considerados produtores confrontantes e seus Municípios e um período de transição, condição fundamental para viabilizar a mudança pretendida.

Assim como no texto do art. 45, fruto da "emenda Ibsen", os recursos dos royalties dos contratos em regime de partilha, ressalvada a parte da União, são divididos em duas grandes parcelas, uma para as unidades federadas e outra para os Municípios. Porém, os critérios propostos na emenda ainda distinguem com um maior quinhão aquelas unidades da Federação, consideradas produtoras confrontantes, e a seus Municípios, especialmente aqueles em que se verificam embarque e desembarque do petróleo, reservando para todos estes entes uma parcela de até 25% dos recursos totais dos royalties dos contratos em regime de partilha, mas dirigindo para todos os demais Estados e Municípios do Brasil os 75% restantes.

**Também diferentemente do art. 45 do Projeto de Lei da Câmara, a emenda estabelece um período de transição de dez anos para os contratos de concessão vigentes, devendo-se corrigir os valores para mais ou para menos, em relação a situação atual, em um décimo a cada ano. Esse período de transição – que se iniciaria em 2011 e terminaria em 2020 – viabiliza a mudança das regras, ele permite que os atuais Estados e Municípios mais beneficiados possam administrar seus fluxos de caixa à medida em que eles poderão contar com os recursos crescentes oriundos do pré-sal para compensar o declínio das receitas advindas dos contratos de concessão.**

**Uma outra inovação é quanto ao critério de participação dos Municípios dos Estados produtores confrontantes nas compensações financeiras. Em vez de mantermos o atual critério de confrontação – que beneficia alguns Municípios de forma desproporcional em decorrência de uma sorte geográfica – estendemos a participação a todos os Municípios do Estado confrontante de forma diretamente proporcional a sua população. Além de beneficiar um maior número de Municípios, a adoção do critério populacional tem a vantagem de introduzir um critério social em lugar do meramente geográfico.**

**Os coeficientes de população adotados na tabela constante do Anexo introduzido pela emenda, são uma adaptação da tabela utilizada pela regulamentação da Lei nº 7.525, de 1986, relativo ao inciso II de seu art. 5º. A adaptação foi feita em virtude do adensamento da rede urbana brasileira nestas duas últimas décadas, com ampliação da heterogeneidade do tamanho populacional dos Municípios. Tais coeficientes são fundamentais, ainda, para compensar a presença das capitais dos atuais Estados produtores confrontantes que, por concentrarem parcela expressiva da população de cada um, distorceriam o resultado da distribuição em detrimento da imensa maioria dos Municípios médios e pequenos.**

**Abre-se uma exceção na regra geral da população, acima citada, para aqueles Municípios diretamente afetados pela produção petrolífera da plataforma continental, considerando-se como tais aqueles que situem operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural. Neste caso, a emenda destina um parcela específica do total, tanto no caso dos contratos de partilha como dos contratos de concessão, ressalvada as características de cada um desses contratos. Nesse caso, consideramos necessário adotar um critério de justa compensação a esses Municípios.**

**Quanto às compensações financeiras dos atuais contratos de concessão da plataforma continental, mantemos para os royalties dos Estados as regras atuais da Lei nº 9.478, de 1997, sejam eles oriundos dos contratos no pré-sal ou no pós-sal. Quanto à parcela dos Estados relativas à participação especial, bem como os royalties e a participação especial dos Municípios dos contratos vigentes ou futuros, já serão distribuídos realizado segundo os novos critérios estabelecidos em nossa emenda. Da mesma forma, todos os contratos de concessão futuros, também distribuirão suas compensações financeiras na mesma regra geral dos contratos em regime de partilha.**

**As três tabelas anexas ao final dessa justificação comparam os valores recebidos atualmente por todos os entes federativos com os valores que seriam determinados pela aplicação da nossa emenda e também da emenda Ibsen (art. 45 do PLC). A tabela 1 faz esse comparativo em relação às transferências para os Estados e a tabela 2 faz o mesmo em relação aos Municípios. Já a tabela 3, mostra os valores calculados segundos as regras de nossa emenda, ano a ano, durante o período de transição, , assumindo que o período de transição abrangeria os anos de 2011 a 2020.**



Vale notar que não se considera nessas simulações a entrada dos novos fluxos de compensações financeiras do pré-sal, seja dos atuais contratos de concessão seja dos futuros contratos em regime de partilha. Caso se tome por base a meta de se dobrar a atual produção diária de barris de petróleo-equivalente até 2020, durante o período de transição, em especial a partir de 2014, os atuais Estados produtores confrontantes não sentiriam qualquer perda no fluxo de recurso de suas compensações financeiras somadas.

Esperamos que essa emenda contribua para resolver o difícil problema da distribuição das compensações financeiras entre todas unidades federadas e Municípios, atendendo ao mesmo tempo os critérios de equidade, justiça e constitucionalidade.

Sala das Comissões, 30 de março de 2010.



Senador Inácio Arruda

TABELA 1

Distribuição dos Royalties e PEs dos Contratos já Celebrados: Comparativo do Rateio Vigente com o Proposto pela Emenda Inácio Arruda e Emenda Ibsen, Estados, Ano: 2009. Em R\$ 1.000,00

ESTADOS	UF	Total Regras Atuais	Diferenças da Emenda Inácio Arruda com o Rateio Vigente		Diferenças da Emenda Ibsen com o Rateio Vigente (art. 45 do PLC)	
			Ganhos e Perdas		Total Emenda Ibsen	Abs.
			Total Emenda Inácio Arruda	%		
Acre	AC	4.303,96	61.489,22	57.185,26	1328,7%	152.141,58
Alagoas	AL	33.826,49	103.811,57	69.985,08	206,9%	183.433,98
Amazonas	AM	146.381,65	193.032,78	46.651,13	31,9%	125.575,14
Amapá	AP	4.291,37	61.309,42	57.018,05	1328,7%	151.696,72
Bahia	BA	151.056,22	311.900,09	160.843,87	106,5%	403.185,21
Ceará	CE	20.339,26	144.793,49	124.454,23	611,9%	318.902,40
Distrito Federal	DF	868,34	12.405,72	11.537,38	1328,7%	30.695,23
Espírito Santo	ES	315.068,93	197.763,69	(117.305,24)	-37,2%	95.589,98
Goiás	GO	3.574,05	51.061,22	47.487,18	1328,7%	126.339,79
Maranhão	MA	9.086,13	129.810,57	120.724,44	1328,7%	321.187,77
Minas Gerais	MG	5.600,18	80.007,90	74.407,72	1328,7%	197.961,99
Mato Grosso do Sul	MS	1.673,76	23.912,47	22.238,71	1328,7%	59.166,17
Mato Grosso	MT	2.907,06	41.532,19	38.625,13	1328,7%	102.762,29
Pará	PA	7.689,23	109.853,54	102.164,31	1328,7%	271.808,49
Paraná	PB	6.028,06	86.120,86	80.092,81	1328,7%	213.087,18
Pernambuco	PE	8.683,42	124.076,17	115.392,75	1328,9%	306.952,30
Piauí	PI	5.436,58	77.670,59	72.234,01	1328,7%	192.178,83
Paraná	PR	3.709,16	51.865,17	48.156,01	1298,3%	128.034,44
Rio de Janeiro	RJ	4.886.752,19	2.115.018,23	(2.771.733,96)	-56,7%	69.988,79
Rio Grande do Norte	RN	154.555,58	227.845,25	73.289,67	47,4%	326.674,95
Rondônia	RO	3.548,88	50.701,64	47.152,76	1328,7%	125.450,07
Roraima	RR	3.121,00	44.588,67	41.467,67	1328,7%	110.324,89
Rio Grande do Sul	RS	2.937,40	42.251,36	39.293,97	1328,7%	104.541,73
Santa Catarina	SC	1.610,84	23.013,51	21.402,67	1328,7%	58.552,71
Sergipe	SE	99.914,82	173.007,16	73.092,34	73,2%	170.205,33
São Paulo	SP	1.258,47	18.769,34	17.510,87	1391,4%	45.744,31
Tocantins	TO	8.975,88	81.544,31	72.568,43	808,5%	198.530,30
Total		5.893.218,89	4.639.156,15	(1.254.062,74)	-21,3%	5.115.709,58
						(777.509,31)
						-13%

TABELA 2

**Distribuição das Royalties e PEs dos Contratos já Celebrados: Comparativo do Rateio Vigente com o Proposto pela Emenda Inácio Arruda e Emenda Ibsen, Municípios. Ano: 2009. Em R\$ 1.000,00**

ESTADOS	UF	Total Regras Atuais	Diferenças da Emenda Inácio Arruda com o Rateio Vigente		Diferenças da Emenda Ibsen com o Rateio Vigente		
			Total Emenda Inácio Arruda		Total Emenda Ibsen		
			Abs.	%	Abs.	%	%
Acre	AC	2.667,95	18.935,81	609,8%	16.267,86	609,8%	21.576,53 809%
Alagoas	AL	45.545,76	116.306,83	155,4%	70.761,08	155,4%	120.766,82 165%
Amazonas	AM	63.228,25	145.888,26	130,7%	82.660,01	130,7%	114.768,08 82%
Amapá	AP	2.163,74	14.107,23	552,0%	11.943,49	552,0%	18.013,61 733%
Bahia	BA	152.690,31	415.661,86	172,2%	262.971,55	172,2%	465.762,64 205%
Ceará	CE	55.144,77	240.694,52	336,5%	185.549,75	336,5%	242.927,49 341%
Distrito Federal	DF	855,76	6.073,75	609,8%	5.217,99	609,8%	7.776,53 809%
Espírito Santo	ES	198.241,24	184.573,85	-6,9%	(13.667,39)	-6,9%	90.133,44 (108.107,80) -55%
Goiás	GO	18.272,94	129.692,43	609,8%	111.419,49	609,8%	166.051,84 147.778,90 809%
Maranhão	MA	20.991,23	148.985,51	609,8%	127.994,29	609,8%	190.753,76 169.762,54 809%
Minas Gerais	MG	66.515,67	469.531,16	605,9%	403.015,48	605,9%	601.046,06 534.530,38 804%
Mato Grosso do Sul	MS	7.651,48	54.306,47	609,8%	46.654,99	609,8%	69.531,35 51.879,87 809%
Mato Grosso	MT	9.211,98	65.382,13	609,8%	56.170,15	609,8%	83.712,08 74.500,11 809%
Pará	PA	19.308,57	129.960,08	573,1%	110.651,51	573,1%	166.119,17 146.810,60 760%
Paraíba	PB	16.447,15	115.589,63	602,8%	99.142,48	602,8%	147.942,50 131.495,35 800%
Pernambuco	PE	66.860,44	181.133,61	170,9%	114.273,17	170,9%	231.269,26 164.408,83 246%
Piauí	PI	12.534,33	88.962,57	609,8%	76.428,24	609,8%	113.903,33 101.369,00 809%
Paraná	PR	34.264,74	242.592,72	608,0%	208.327,98	608,0%	310.603,85 276.339,11 806%
Rio de Janeiro	RJ	2.680.866,30	1.131.747,14	-57,9%	(1.549.119,16)	-57,9%	135.613,76 (2.545.252,54) -95%
Rio Grande do Norte	RN	141.706,78	187.741,57	32,5%	46.034,80	32,5%	172.597,49 30.890,72 22%
Rondônia	RO	4.429,80	31.440,59	609,8%	27.010,78	609,8%	40.254,99 35.825,19 809%
Roraima	RR	1.711,52	12.147,50	609,8%	10.435,98	609,8%	15.553,06 13.841,55 809%
Rio Grande do Sul	RS	72.888,58	291.424,29	299,8%	218.535,71	299,8%	312.063,05 239.174,46 328%
Santa Catarina	SC	41.321,07	157.319,38	280,7%	115.998,32	280,7%	177.945,36 136.624,29 331%
Sergipe	SE	103.898,93	173.758,61	67,2%	69.859,68	67,2%	103.646,83 (252,11) 0%
São Paulo	SP	200.973,91	519.043,20	158,3%	318.069,29	158,3%	605.214,23 404.240,32 201%
Tocantins	TO	7.551,48	54.306,47	609,8%	46.654,99	609,8%	69.531,35 61.879,87 809%
Total		4.048.044,67	5.327.307,20	31,6%	1.279.262,52	31,6%	4.797.746,42 749.701,75 19%

TABELA 3

REGRAS DE TRANSIÇÃO: SIMULAÇÃO PARA VALORES DOS ESTADOS 2011-2020

ESTADOS	UF	Total Regras Atuais	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Décimos acumulados			0,9	0,9	0,7	0,6	0,5	0,4	0,3	0,2	0,1
			0,1	0,2	0,3	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8	0,9
Acre	AC	4.303,98	10.022,48	16.741,01	21.459,54	27.178,08	32.896,59	38.615,11	44.333,64	50.052,17	55.770,69
Alegres	AL	33.828,49	40.825,02	47.823,51	54.822,02	61.820,52	68.819,03	75.817,54	82.816,05	89.814,56	96.813,06
Amazônia	AM	146.381,65	151.046,76	155.711,88	160.376,99	165.042,10	169.707,22	174.372,33	179.037,44	183.702,55	188.367,67
Amapá	AP	4.291,37	9.993,18	15.694,98	21.396,79	27.098,59	32.800,40	38.502,20	44.204,01	49.905,81	55.607,62
Bahia	BA	181.056,22	187.140,61	193.225,00	199.309,38	215.393,77	231.478,16	247.562,55	263.646,93	279.731,32	295.815,71
Ceará	CE	20.399,28	32.784,68	45.230,11	57.675,53	70.120,96	82.566,38	95.011,80	107.457,23	119.902,65	132.348,07
Distrito Federal	DF	866,34	2.022,08	3.175,92	4.329,76	5.483,59	6.637,43	7.791,27	8.945,11	10.098,94	11.252,78
Espírito Santo	ES	315.068,93	303.338,40	291.607,88	279.877,35	268.146,83	256.416,31	244.685,78	232.955,26	221.224,73	209.494,21
Goiás	GO	3.574,05	8.322,78	13.071,48	17.820,20	22.568,92	27.317,63	32.066,35	36.815,07	41.563,79	46.312,50
Maranhão	MA	9.086,13	21.158,68	33.231,02	45.303,46	57.375,91	69.448,35	81.520,80	93.593,24	105.665,68	117.738,13
Minas Gerais	MG	6.600,18	13.040,95	20.481,72	27.922,49	35.363,27	42.804,04	50.244,81	57.685,58	65.126,36	72.567,13
Mato Grosso do Sul	MS	1.973,76	3.897,83	6.121,92	8.345,37	10.569,25	12.793,12	15.016,99	17.240,86	19.464,73	21.688,60
Mato Grosso	MT	2.907,06	6.768,67	10.632,09	14.494,60	18.357,11	22.219,62	26.082,14	29.944,65	33.807,16	37.669,68
Pará	PA	7.689,23	17.905,66	28.122,10	38.338,53	48.554,96	58.771,39	68.987,82	79.204,25	89.420,68	99.637,11
Paraíba	PB	6.026,06	14.037,34	22.046,62	30.055,90	38.065,18	46.074,46	54.083,74	62.093,02	70.102,30	78.111,58
Pernambuco	PE	8.683,42	20.222,70	31.751,97	43.301,25	54.840,52	66.379,80	77.919,07	89.458,35	100.997,62	112.536,90
Piauí	PI	5.436,68	12.659,96	19.883,38	27.106,78	34.330,18	41.553,58	48.776,99	56.000,39	63.223,79	70.447,19
Paraná	PR	3.709,16	8.524,76	13.340,36	18.155,97	22.971,57	27.787,17	32.602,77	37.418,37	42.233,97	47.049,57
Rio de Janeiro	RJ	4.886.752,19	4.806.576,79	4.332.405,40	4.055.292,00	3.778.058,80	3.500.885,21	3.223.711,81	2.946.538,42	2.669.365,02	2.392.191,62
Rio Grande do Norte	RN	154.555,98	161.884,54	169.213,91	176.542,48	183.871,45	191.200,41	198.529,38	205.858,35	213.187,31	220.516,28
Rondônia	RO	3.548,86	8.284,15	12.979,43	17.694,70	22.409,98	27.125,26	31.840,53	36.555,81	41.271,08	45.986,36
Roraima	RR	3.121,00	7.267,77	11.414,53	15.561,30	19.708,07	23.854,84	28.001,60	32.148,37	36.295,14	40.441,91
Rio Grande do Sul	RS	2.957,40	6.886,79	10.816,19	14.745,59	18.674,98	22.604,38	26.533,78	30.463,17	34.392,57	38.321,97
Santa Catarina	SC	1.610,84	3.751,10	5.891,37	8.031,84	10.171,91	12.312,17	14.452,44	16.592,71	18.732,97	20.873,24
Sergipe	SE	99.914,82	107.224,05	114.533,29	121.842,52	129.151,76	136.460,99	143.770,22	151.079,46	158.388,69	165.697,93
São Paulo	SP	1.258,47	3.009,55	4.760,64	6.511,73	8.262,81	10.013,90	11.764,99	13.516,08	15.267,16	17.018,25
Tocantins	TO	8.975,86	19.232,72	23.489,58	30.748,41	38.003,25	45.260,09	52.516,94	59.773,78	67.030,62	74.287,46
Total		5.883.218,89	5.767.612,72	5.642.408,55	5.517.000,37	5.391.594,20	5.266.189,02	5.140.781,85	5.015.375,68	4.889.968,50	4.764.563,33

**EMENDA Nº 43**  
**(ao PLC nº 16, de 2010)**

Inclua-se no art. 44 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, os seguintes parágrafos:

"Art. 44 .....

.....  
§ 3º Os recursos dos fundos a que se referem as alíneas d e e do inciso I deste artigo deverão ser aplicados exclusivamente em investimentos, inclusive os respectivos rendimentos financeiros das disponibilidades, visando:

I - universalização dos serviços de saneamento básico;

II - destinação final de resíduos sólidos;

III - universalização do ensino fundamental e atendimento à educação infantil;

IV - atendimento à saúde;

V - construção de habitação para população de baixa renda;

VI - drenagem e pavimentação de vias urbanas;

VII - construção de centros integrados de assistência social;

VIII - formação profissional;

IX - transportes;

X - segurança;

XI - inclusão digital; e

XII - geração de emprego e renda."

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 16, de 2010, trata da distribuição, entre entes da União, do produto da arrecadação de *royalties* e participação especial sobre a exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

Considerando que as receitas oriundas desse dispositivo legal correspondem a valores significativos para Estados, DF e, sobretudo, para Municípios, é oportuno prever mecanismos que restrinjam a aplicação desses recursos pelo ente público, canalizando-os de forma eficiente para aplicações que atendam necessidades básicas da população e que promovam o desenvolvimento.

Essa condição vem atender às demandas da sociedade, buscando a expansão da oferta de serviços públicos, bem como a melhoria qualitativa na prestação desses serviços.

Assim, a emenda busca canalizar recursos para destinações que efetivamente promovam o desenvolvimento social e permitam a geração de oportunidades para a população.

Sala da Comissão,



Senador Renato Casagrande

**EMENDA Nº 44**  
**(ao PLC nº 16, de 2010)**

Suprimam-se os arts. 51 e 52 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, renumerando-se os demais, e dê-se ao art. 45 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, a seguinte redação:

*“Art. 45 Ressalvada a participação da União e do percentual destinado à constituição do Fundo Especial referido na alínea b do inciso II do art. 44 desta Lei, a parcela restante dos royalties e participações especiais oriundos dos contratos de partilha de produção e de concessão de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, será dividida entre Estados, Distrito Federal e Municípios da seguinte forma:*

*Parágrafo único. Em relação às áreas previamente licitadas, a União compensará Estados, Distrito Federal e Municípios pelas perdas que sofrerem com a implantação dos critérios definidos nesta lei, tomando-se por base os valores que lhes seriam destinados caso prevalecessem as regras vigentes na data imediatamente anterior ao da publicação desta lei.” (NR)*

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda tem por objetivo aprimorar o art. 45 do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 16, de 2010, incluído pela denominada Emenda Ibsen, compatibilizando-o com o restante do texto do projeto. Por esse motivo, impõe-se a exclusão dos arts. 51 e 52, com ele materialmente incompatíveis.

Procura-se resguardar os entes federados que, eventualmente, venham a sofrer prejuízos em sua arrecadação de *royalties* e participações especiais oriundos dos contratos de concessão de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, objetos de licitações anteriores à publicação da lei



**em que resultar a proposição emendada, motivados pelas disposições do art. 45.**

O petróleo é um bem de todos os brasileiros. Dessa forma, não é justo que apenas uma pequena porção dos entes federados beneficie-se dos frutos de sua exploração. Entretanto, também não é justo que a eles se inflija um prejuízo inesperado, tornando inviáveis sua saúde financeira e a estabilidade econômica. O pacto federativo exige a garantia de uma compensação pelas perdas que possam vir a sofrer com a aprovação do PLC nº 16, de 2010, de maneira a manter estáveis suas finanças, de acordo com as justas expectativas de receitas futuras pelos blocos já licitados.

A grande beneficiária do novo regime exploratório em implantação é a União, sem qualquer sombra de dúvida. Pagos os custos de produção e as remunerações dos contratados para explorar as jazidas sob o regime de partilha da produção, a União será a proprietária do óleo e o comercializará em um mundo com cada vez maior escassez da *commodity*. Nada mais justo que seja ela quem arque com a equalização das perdas. A grande, e promissora, fronteira de exploração é o pré-sal, no qual o regime de partilha da produção será o único aplicável.

As jazidas do pré-sal prenunciam um futuro promissor. Que ele seja para todo o País, para todos os brasileiros, para todos os componentes da Federação, e não apenas para a União.

Sala da Comissão,



**Senador Sergio Zambiasi**

## **EMENDA Nº 45**

### **(Aditiva)**

O art. 45 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

*“Art. 45. ....*

*I – ....*

*II – ....*

*Parágrafo único - A União Federal compensará, com recursos oriundos de sua parcela em royalties, e participação especial, os estados e municípios que sofrerem redução de suas receitas em virtude desta lei, até que estas se recomponham mediante o aumento da produção de petróleo no amar.”*

### **Justificação**

Em 2009, O Governo Federal encaminhou o projeto que define o regime de concessão de exploração por partilha do petróleo na área do Pré-sal sem, no entanto definir a questão dos royalties. A matéria seria regulada depois por projeto específico, o que em tese, implicaria que até lá estaria valendo a regra da chamada “Lei do Petróleo” (Lei n. 9.478, de 6 de agosto de 1997).

A Câmara alterou a proposta e definiu (Emenda Ibsen Pinheiro – Humberto Souto – Marcelo Castro) novos critérios de distribuição dos royalties: 50% para TODOS os Estados e 50% para TODOS os Municípios, repartidos pelo mesmo critério adotado pelos fundos de participação – FPE e FPM -, independente de os entes federados serem ou não “produtores”.

Além disso, por falta de uma ampla negociação na casa de origem, deixou-se de incluir no texto aprovado, como pretendiam os Deputados autores, um mecanismo de transição que fortalecesse a justiça distributiva ali implantada e que, ao mesmo tempo, preservasse os Estados e Municípios que sofrerão perdas significativas com a mudança.

A presente emenda tem por finalidade compensar os Estados afetados pelas perdas que vierem a sofrer face a nova distribuição dos royalties. Assim, o Senado Federal visa restaurar o equilíbrio tributário federativo e instituir o mecanismo de compensação aos entes produtores. Esta justa proporção e sua indispensável contrapartida de ganhos e perdas só serão viáveis política e economicamente se tiverem a indispensável participação da União Federal, pois:

- a) É da União a responsabilidade pelas distorções atuais, todas decorrentes de lei federal;
- b) É da União a maior parte da destinação dos royalties e participação especial, em condições, portanto, de absorver, sem grandes danos de receitas, os efeitos financeiros da compensação provisória;
- c) É da União, independentemente da procedência inquestionável dos itens anteriores, o papel de fiadora principal do pacto federativo, e a essa prerrogativa central correspondem também os encargos, que assim deixariam de ser repassados injustamente aos Estados excluídos, entre os quais estão os mais pobres do País.

Acreditamos que essa proposta retoma de forma moderada a discussão, e sugere, pelo menos, um roteiro para uma negociação responsável e equilibrada sobre esse sensível tema.

Sala das Comissões,



Senador PEDRO SIMON

**EMENDA Nº 46**  
**(ao PLC nº 16, de 2010)**

Inclua-se no art. 45 do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, os seguintes parágrafos:

:

"Art. 45 .....

.....  
§ 1º Os recursos dos fundos a que se referem os incisos I e II deste artigo deverão ser aplicados exclusivamente em investimentos, inclusive os respectivos rendimentos financeiros das disponibilidades, visando:

I - universalização dos serviços de saneamento básico;

II - destinação final de resíduos sólidos;

III - universalização do ensino fundamental e atendimento à educação infantil;

IV - atendimento à saúde;

V - construção de habitação para população de baixa renda;

VI - drenagem e pavimentação de vias urbanas;

VII - construção de centros integrados de assistência social;

VIII - formação profissional;

IX - transportes;

X - segurança;

XI - inclusão digital; e

XII - geração de emprego e renda."

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 16, de 2010, trata da distribuição, entre entes da União, do produto da arrecadação de *royalties* e participação especial sobre a exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

Considerando que as receitas oriundas desse dispositivo legal correspondem a valores significativos para Estados, DF e, sobretudo, para Municípios, é oportuno prever mecanismos que restrinjam a aplicação desses recursos pelo ente público, canalizando-os de forma eficiente para aplicações que atendam necessidades básicas da população e que promovam o desenvolvimento.

Essa condição vem atender às demandas da sociedade, buscando a expansão da oferta de serviços públicos, bem como a melhoria qualitativa na prestação desses serviços.

Assim, a emenda busca canalizar recursos para destinações que efetivamente promovam o desenvolvimento social e permitam a geração de oportunidades para a população.

Sala da Comissão,



Senador Renato Casagrande

**EMENDA Nº 47**  
**(ao PLC nº 16, de 2010)**

**Inclua-se o art. 45.A ao PLC nº 16 de 2010:**

**Art. 45.A** Para receberem os recursos, de que tratam os Artigos. 44º e 45º desta Lei, os Municípios, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com:

I - Fundo de desenvolvimento;

II - Conselho de desenvolvimento, com composição paritária de representantes do poder executivo e da sociedade civil;

III - Plano de desenvolvimento;

IV - Relatórios de gestão que permitam o controle da aplicação do ano anterior e;

V- No caso dos municípios, o acompanhamento orçamentário específico desses recursos para outras finalidades, segundo regulamente a Lei Municipal.

§ 1º. O não atendimento pelos Municípios, ou pelos Estados, ou pelo Distrito Federal, dos requisitos estabelecidos neste artigo, implicará em que os recursos concernentes sejam vinculados ao fundo previsto no parágrafo único do Art. 6º desta lei.

§ 2º Lei específica estadual ou municipal regulamentará os incisos do caput desse Artigo.

**Justificação**

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 16, de 2010, trata da distribuição, entre entes da União, do produto da arrecadação de *royalties* e participação especial sobre a exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

Considerando que as receitas oriundas desse dispositivo legal correspondem a valores significativos para Estados, DF e, sobretudo, para Municípios, é oportuno prever mecanismo que permita, ou facilite, o controle social e o controle exercido pelas respectivas instâncias oficiais.

Esse intento vem ao encontro de anseios da sociedade, que muito tem reclamado dos critérios usados para a aplicação de recursos por parte de entes federados, em especial de *royalties* do petróleo.

Assim, a emenda busca criar mecanismos de controle que possam gerar uma aplicação de recursos mais racional e que atenda às finalidades desejadas pela sociedade.

Sala das Comissões,



**Senador Inácio Arruda**



## **EMENDA Nº 48**

Dê-se ao art. 50, do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010 (PLC nº 16/2010), a seguinte redação:

"Art. 50. A receita advinda da comercialização referida no art. 49 será destinada a fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir poupança pública de longo prazo e fonte regular de recursos para a realização de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde pública, da segurança pública, da ciência e tecnologia e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas". (NR)

## **JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda inclui a segurança pública no rol das atividades previstas para aplicação de recursos do Fundo Social estabelecido com recursos do Pré-Sal. Ocorre que as três principais áreas de atuação prioritária do Estado são: saúde, educação e segurança pública. As duas primeiras já estão contempladas no projeto. No entanto, um dos grandes problemas sociais do Brasil é o alto índice de criminalidade em todas as regiões. Não se trata apenas do combate à violência em si, mas também às causas que lhe dão origem.

Assim, entendemos que os investimentos na segurança pública se constituem numa necessidade premente da sociedade brasileira, inclusive em benefício das futuras gerações, para que possam ter melhores condições de vida.

Sala das Comissões,



Senador MARCELO CRIVELLA

**EMENDA Nº 49**

*Ao PLC Nº 16, DE 2010 que “dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências”.*

O inciso III, do art. 51, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 50. ....*

*III – 5% (cinco por cento) aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural”;*

*”*

## JUSTIFICAÇÃO

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) discrimina, em relação ao pagamento de *royalties*, os Municípios afetados por pontos de entrega, às concessionárias estaduais, de gás natural produzido no País.

Em todo mundo, os *city gates* são pontos de embarque e desembarque de gás natural. Nesses locais, muda-se a propriedade do gás natural. No Brasil, em geral, a Petrobras é proprietária do gás natural dentro do gasoduto; no *city gate*, o gás natural é entregue para a concessionária estadual, que passa a ser a proprietária do produto.

Durante o período em que a Petrobras exerceu o monopólio da produção e transporte de gás natural, os Municípios afetados pelos chamados *city gates* recebiam parcela do valor do *royalty* que representa 5% da produção, conforme disposto na Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, além de garantir essa parcela, garantiu aos Municípios afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural uma parcela do valor do *royalty* que exceder a 5% da produção.

Com o fim do monopólio da Petrobras, a ANP assumiu a arrecadação e distribuição de *royalties* no Brasil. Até 2001, a ANP utilizou os mesmos critérios da Petrobras. A partir de 2002, os critérios começaram a ser alterados.

Em apresentação feita em Audiência Pública na Câmara dos Deputados no dia 2 de dezembro de 2008, intitulada “Fundamentos para o NÃO enquadramento de Ponto de Entrega e Gasoduto como Instalações de Embarque e Desembarque de Gás Natural para fins de pagamento de *Royalties* aos Municípios”, o Sr. José Gutman, Superintendente de Controle das Participações Governamentais da ANP, alegou que ponto de entrega (*city gate*):

- não coleta de campo produtor e não transfere gás natural;
- não transita por ele gás natural;
- não é instalação que enseja *royalties*.

Ressalte-se, no entanto, que a própria ANP, no capítulo 14 (Glossário de Termos Técnicos), página 150, do documento “Guia dos *Royalties* do Petróleo e do Gás Natural”, apresenta a seguinte definição para ponto de entrega ou *city gate*:

“*City gate* ou Estação de Entrega e Recebimento de Gás Natural ou Estação de Transferência de Custódia de Gás Natural: conjunto de instalações contendo *manifolds* e sistema de medição, destinado a entregar o gás natural oriundo de uma concessão, de uma unidade de processamento de gás natural, de um sistema de transporte ou de um sistema de transferência, para a concessionária estadual distribuidora de gás canalizado.”

Observa-se, então, que o Superintendente da ANP ao alegar que ponto de entrega “não coleta de campo produtor”, “não transfere gás natural” e “não transita por ele gás natural” entra em contradição com a definição dada pela própria ANP.

Ressalte-se que a definição dada no documento da ANP deixa claro que *city gate* é um conjunto de instalações destinada a entregar gás natural. Dessa forma, os Municípios afetados por *city gates* fazem jus ao recebimento de *royalties*.

No entanto, para evitar confusões conceituais e interpretativas, como os alegados pelo Superintendente da ANP, a emenda ora apresentada define, explicitamente, tanto para os contratos de partilha de produção quanto para os contratos de concessão, que pontos de entrega, às concessionárias estaduais, de gás natural produzido no País serão considerados instalações de embarque e desembarque, ensejando, assim, o pagamento de *royalties* aos Municípios afetados por essas operações.

Nesse contexto, a presente Emenda propõe que seja retirado da ANP o poder de estabelecer forma e critério para determinar os Municípios afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, evitando-se, assim, a proliferação de ações judiciais, que hoje se avolumam nos Tribunais, e os prejuízos para as cidades afetadas por *city Gates*.

Sala das Comissões, em



Senador **ROBERTO CAVALCANTI**

**EMENDA Nº 50**

*Ao PLC Nº 16, DE 2010 que “dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências”.*

Acrescente-se ao art. 51, o seguinte parágrafo 3º:

*§ 3º Os pontos de entrega, às concessionárias estaduais, de gás natural produzido no País serão considerados instalações de embarque e desembarque para fins de pagamento de royalties aos Municípios afetados por essas operações, em razão do disposto no inciso III.” (NR)*



## JUSTIFICAÇÃO

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) discrimina, em relação ao pagamento de *royalties*, os Municípios afetados por pontos de entrega, às concessionárias estaduais, de gás natural produzido no País.

Em todo mundo, os *city gates* são pontos de embarque e desembarque de gás natural. Nesses locais, muda-se a propriedade do gás natural. No Brasil, em geral, a Petrobras é proprietária do gás natural dentro do gasoduto; no *city gate*, o gás natural é entregue para a concessionária estadual, que passa a ser a proprietária do produto.

Durante o período em que a Petrobras exerceu o monopólio da produção e transporte de gás natural, os Municípios afetados pelos chamados *city gates* recebiam parcela do valor do *royalty* que representa 5% da produção, conforme disposto na Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, além de garantir essa parcela, garantiu aos Municípios afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural uma parcela do valor do *royalty* que exceder a 5% da produção.

Com o fim do monopólio da Petrobras, a ANP assumiu a arrecadação e distribuição de *royalties* no Brasil. Até 2001, a ANP utilizou os mesmos critérios da Petrobras. A partir de 2002, os critérios começaram a ser alterados.

Em apresentação feita em Audiência Pública na Câmara dos Deputados no dia 2 de dezembro de 2008, intitulada “Fundamentos para o NÃO enquadramento de Ponto de Entrega e Gasoduto como Instalações de Embarque e Desembarque de Gás Natural para fins de pagamento de *Royalties* aos Municípios”, o Sr. José Gutman, Superintendente de Controle das Participações Governamentais da ANP, alegou que ponto de entrega (*city gate*)<sup>1</sup>

- não coleta de campo produtor e não transfere gás natural;
- não transita por ele gás natural;
- não é instalação que enseja *royalties*.

Ressalte-se, no entanto, que a própria ANP, no capítulo 14 (Glossário de Termos Técnicos), página 150, do documento “Guia dos *Royalties* do Petróleo e do Gás Natural”, apresenta a seguinte definição para ponto de entrega ou *city gate*:

“*City gate* ou Estação de Entrega e Recebimento de Gás Natural ou Estação de Transferência de Custódia de Gás Natural: conjunto de instalações contendo *manifolds* e sistema de medição, destinado a entregar o gás natural oriundo de uma concessão, de uma unidade de processamento de gás natural, de um sistema de transporte ou de um sistema de transferência, para a concessionária estadual distribuidora de gás canalizado.”

Observa-se, então, que o Superintendente da ANP ao alegar que ponto de entrega “não coleta de campo produtor”, “não transfere gás natural” e “não transita por ele gás natural” entra em contradição com a definição dada pela própria ANP.

Ressalte-se que a definição dada no documento da ANP deixa claro que *city gate* é um conjunto de instalações destinada a entregar gás natural. Dessa forma, os Municípios afetados por *city gates* fazem jus ao recebimento de *royalties*.

No entanto, para evitar confusões conceituais e interpretativas, como os alegados pelo Superintendente da ANP, a emenda ora apresentada define, explicitamente, tanto para os contratos de partilha de produção quanto para os contratos de concessão, que pontos de entrega, às concessionárias estaduais, de gás natural produzido no País serão considerados instalações de embarque e desembarque, ensejando, assim, o pagamento de *royalties* aos Municípios afetados por essas operações/

Nesse contexto, a presente Emenda propõe que seja retirado da ANP o poder de estabelecer forma e critério para determinar os Municípios afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, evitando-se, assim, a proliferação de ações judiciais, que hoje se avolumam nos Tribunais, e os prejuízos para as cidades afetadas por *city Gates*.

Sala das Comissões, em

Senador **ROBERTO CAVALCANTI**

**EMENDA Nº 51**  
**(ao PLC nº 16, de 2010)**

Suprima-se o art. 54 do Projeto de Lei da Câmara nº 16 de 2010 renumerando-se os demais artigos.

**JUSTIFICAÇÃO**


Entendemos que tal medida deva prescindir de mais acurada discussão para preservar o interesse público e, sobretudo, as condições e qualidades de emprego existentes nestes postos maduros.

As decisões açodadas tem se demonstrado imperfeitas quando não demandam retomadas de posições. Em que pese à urgência de decisões em algumas áreas, opinamos, neste caso, pela melhor deliberação

Importante, ainda, preservar os investimentos, já ocorridos, em grande número destes poços o que, certamente, propiciará retornos esperados em proveito público.

Em face do exposto, peço a colaboração dos Ilustres Pares à aprovação desta emenda.

Sala das Sessões,

  
Senador **PAULO PAIM**

## EMENDA Nº 52

Acrescente-se ao Projeto de lei da Câmara nº. 16, de 2.010, um art. 54-A, com a seguinte redação:

**“Art. 54-A.** Da parcela dos recursos recebidos pela União, a título de *royalties* pela exploração de petróleo, gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, em regime de contrato de partilha de produção, serão repassados pelo menos 3% (três por cento) para os fundos setoriais de ciência e tecnologia destinados a apoiar financeiramente projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação, no âmbito da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

**Parágrafo único.** A distribuição dos recursos entre os fundos setoriais, previstos no caput, será realizada mensalmente em percentuais definidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, que levará em consideração a ordem cronológica dos projetos já aprovados.

## JUSTIFICAÇÃO

Muito embora a distribuição dos *royalties* prevista no projeto de lei nº 16, de 2010, contemplo o setor de ciência e tecnologia, a destinação dos recursos

se limita ao financiamento de programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e à indústria petroquímica de primeira e segunda gerações. Nas demais áreas de C,T&I são previstos investimentos apenas com recursos advindos da receita financeira do Fundo Social que está sendo proposto no conjunto de medidas do pré-sal.

O Brasil carece imensamente de investimentos em projetos de C,T&I nas mais diversas áreas do conhecimento humano. Os recursos disponibilizados nos fundos setoriais de ciência e tecnologia ainda não são suficientes para atender a demanda dos pesquisadores e das empresas interessadas no desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.

Há importantes projetos aprovados no âmbito da FINEP que não são executados por falta de recursos financeiros. Outros, que poderiam ser aprovados, mas não o são pelo mesmo motivo. Assim, nada mais oportuno do que redirecionar uma pequena parte dos *royalties* do pré-sal para serem investidos no desenvolvimento da C,T&I em nosso País.

Sala das Comissões,

Senador MARCELO CRIVELLA

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2010**

Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.

**EMENDA Nº 53**  
**(Aditiva)**

**Inclua-se o art. 57 no Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, renumerando-se os demais:**

*"Art 56. Serão mantidas as propostas vencedoras nos blocos objeto da 8ª Rodada de Licitações, promovida pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, cuja contratação com a União será feita sob o regime de concessão, na forma da Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, não se aplicando a tais contratações o regime de partilha de produção previsto nesta Lei."*

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda objetiva esclarecer que as propostas vencedoras e ainda pendentes de formalização contratual para os blocos ofertados na 8ª Rodada de Licitações, ainda que localizados na área delimitada no anexo do Projeto de Lei ("polígono pré-sal"), não serão alcançadas pelo regime de partilha de produção que se pretende criar no Brasil.



A exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos tendo por objeto tais blocos com propostas vencedoras na 8ª Rodada de Licitações deverão se dar pelo regime de concessão, visto que licitantes vencedoras legitimamente incorreram em custos para participar no certame e apresentaram as propostas levando em consideração a lei e o modelo contratual vigentes à época do leilão, propostas essas que foram consideradas vencedoras pela ANP.

É fundamental que tais empresas tenham assegurados os direitos decorrentes da 8ª Rodada, em observância ao direito adquirido e à segurança jurídica, para que haja garantia de estabilidade nas relações jurídicas, essencial ao Estado Democrático de Direito, como se verifica no artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal.

O direito adquirido é definido como aquele que se constitui regular e definitivamente, a respeito do qual foram cumpridos os requisitos legais e de fato para sua constituição e estabilização. Configura-se, portanto, com a ocorrência de um fato que dê ensejo a uma determinada situação representativa de um direito protegido contra futuras mudanças legislativas que regulem o fato pelo qual fez surgir esse direito, conservando-se o princípio da segurança jurídica.

Por outro lado, ressalta-se que, ainda que essa licitação viesse a ser revogada por razões de interesse público motivado, restaria clara a vedação a que tais blocos fossem objeto de nova licitação, de acordo com o art. 50 da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e dos Contratos Administrativos). Nesta hipotética situação, a União ficaria impedida de contratar as áreas ofertadas na 8ª Rodada, o que acarretaria claro prejuízo ao País. Daí por que o Projeto de Lei deve resguardar os direitos referentes aos blocos vencedores decorrentes da 8ª Rodada de Licitações.

Por fim, é importante observar que a própria Resolução CNPE nº 6/2007, que estabeleceu diretrizes específicas para a realização da 9ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios da ANP, em seu art. 3º, determinou "a rigorosa observação dos direitos adquiridos e atos jurídicos perfeitos, relativos às áreas concedidas ou arrematadas em leilões da ANP". Trata-se de manifestação inequívoca da própria Administração Pública no sentido de que as propostas vencedoras da 8ª Rodada devem ser respeitadas.

Em face de todos os argumentos expostos, em conjunto com o dever de boa fé e do respeito ao princípio da confiança legítima do particular no Estado, justifica-se o respeito aos direitos decorrentes da 8ª Rodada de Licitações, não se aplicando a essa situação este Projeto de Lei que prevê o modelo de partilha de produção aos blocos licitados na 8ª Rodada de Licitações.

Sala da Comissão,



Senador **ADELMIR SANTANA**

**EMENDA Nº 54**  
**(ao PLC nº 16, de 2010)**

**Art. 1º** Inclua-se no PLC 16 de 2010, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. . A Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 9º.....

I – tratar as linhas de projeção dos limites territoriais dos Estados e Municípios confrontantes, segundo as seguintes regras: (NR)

a) tomar as coordenadas do ponto de intersecção determinado pelo prolongamento das linhas formadas pelo azimuth oficialmente definido para o limite internacional entre o Brasil e a Guiana e o azimuth definido entre o Brasil e o Uruguai;

b) adotando-se esta coordenada como vértice, traçar linhas unindo este ponto até os pontos de cada uma das divisas entre os Estados e das divisas entre os Municípios brasileiros que fazem limite com o oceano Atlântico;

c) o prolongamento destas linhas até o limite da plataforma continental brasileira definirá o mar territorial correspondente a cada Estado e a cada Município da Federação.”

Sala da Comissão,

Senadora Ideli Salvatti

## JUSTIFICATIVA

Também apresento proposta que define novas regras para determinar os limites entre os diversos entes federados confrontantes com as províncias petrolíferas brasileiras, objetivando dirimir possíveis dúvidas e, principalmente, evitar arbitragens ou disputas judiciais na definição de limites territoriais na plataforma continental brasileira.

A proposta que submeto à apreciação dos colegas visa à superação de inúmeras dificuldades presentes na legislação em vigor, como demonstro a seguir:

**1. Independência da delimitação da plataforma continental.** Encontra-se em estágio avançado o pleito do Brasil junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU para ampliar a plataforma continental brasileira dos atuais 3.539.919 km<sup>2</sup> para 4.489.919 km<sup>2</sup>. Este pleito, já foi aprovado pelas áreas técnicas da ONU.

Desta forma, os limites da plataforma continental brasileira serão significativamente ampliados. A atual legislação não prevê mecanismos que suportem tais variações, significando que, se o Congresso Nacional não se anteciper, ocorrerão duríssimas disputas judiciais por ocasião da delimitação das novas áreas.

**2. Eliminação de cruzamentos das projetantes anteriores às 200 milhas, ou 350 milhas que o Brasil pleiteia junto à ONU.** Em função das saliências e reentrâncias da costa brasileira, existem muitas dificuldades em determinar claramente os limites de cada Estado ou Município, visto que muitas linhas divisórias se cruzam muito antes de alcançarem os limites da plataforma continental.

Os maiores exemplos destes cruzamentos e dos problemas que podem acarretar são os Estados do Piauí e Paraná que, por terem litoral extremamente estreito e convergente, suas linhas divisórias se cruzam antes dos limites das 200 milhas. Esta situação obrigou o IBGE, que é responsável pela definição dos limites, a arbitrar critérios para garantir a extensão das linhas divisórias de cada estado até o limite das 200 milhas.

Na medida em que o Brasil amplia o limite de sua plataforma continental até próximo das 350 milhas, todos os cálculos anteriores, que consideravam as 200 milhas, deverão ser revistos. Com o método que proponho, estas revisões serão desnecessárias.

**3. Superação das dificuldades provocadas pelas zonas de saliências e reentrâncias da costa brasileira.** As dificuldades para definir com exatidão os limites geográficos dos Municípios brasileiros vinculam-se a diversos aspectos, entre os quais se destacam as zonas de saliências e reentrâncias da costa brasileira.

A solução técnica identificada para solucionar esta dificuldade é a utilização pelo IBGE das

chamadas linhas de base reta, definidas na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, celebrada em Montego Bay, Jamaica, em 1982.

Tomando por base as linhas de base reta o IBGE define linhas geodésicas ortogonais, como determina a legislação. Entretanto, como já citamos, existem situações em que as linhas do litoral são convergentes, o que provoca cruzamentos entre limites e possibilita interpretações diversas e conseqüentes disputas.

**4. Redução de parâmetros arbitrados.** Com a superação dos itens que mais provocam disputas e dúvidas relativas aos limites traçados pelo IBGE, baseado nas determinações em vigor, sejam os cruzamentos entre limites, sejam as saliências e reentrâncias, sejam os critérios arbitrados, tenho certeza que estaremos contribuindo decisivamente para a superação das disputas judiciais em curso e evitaremos novas e intermináveis disputas.

Por tudo isso, conto com o apoio de todos os colegas senadores, pois estou convencida de que precisamos adotar providências urgentes para evitar problemas futuros, enquanto o país inicia a exploração das novas províncias petrolíferas na costa brasileira.

**Art. 1º** Inclua-se no PLC 16 de 2010, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. . A Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Art. 9º**.....

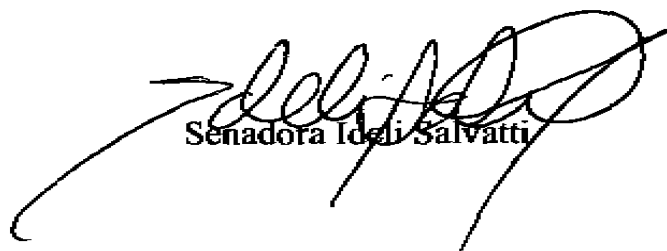
I – tratar as linhas de projeção dos limites territoriais dos Estados e Municípios confrontantes, segundo as seguintes regras: (NR)

a) tomar as coordenadas do ponto de intersecção determinado pelo prolongamento das linhas formadas pelo azimuth oficialmente definido para o limite internacional entre o Brasil e a Guiana e o azimuth definido entre o Brasil e o Uruguai;

b) adotando-se esta coordenada como vértice, traçar linhas unindo este ponto até os pontos de cada uma das divisas entre os Estados e das divisas entre os Municípios brasileiros que fazem limite com o oceano Atlântico;

c) o prolongamento destas linhas até o limite da plataforma continental brasileira definirá o mar territorial correspondente a cada Estado e a cada Município da Federação.”

Sala da Comissão,



Senadora Ideli Salvatti

## **JUSTIFICATIVA**

Também apresento proposta que define novas regras para determinar os limites entre os diversos entes federados confrontantes com as províncias petrolíferas brasileiras, objetivando dirimir possíveis dúvidas e, principalmente, evitar arbitragens ou disputas judiciais na definição de limites territoriais na plataforma continental brasileira.

A proposta que submeto à apreciação dos colegas visa à superação de inúmeras dificuldades presentes na legislação em vigor, como demonstro a seguir:

**1. Independência da delimitação da plataforma continental.** Encontra-se em estágio avançado o pleito do Brasil junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU para ampliar a plataforma continental brasileira dos atuais 3.539.919 km<sup>2</sup> para 4.489.919 km<sup>2</sup>. Este pleito, já foi aprovado pelas áreas técnicas da ONU.

Desta forma, os limites da plataforma continental brasileira serão significativamente ampliados. A atual legislação não prevê mecanismos que suportem tais variações, significando que, se o Congresso Nacional não se antecipar, ocorrerão duríssimas disputas judiciais por ocasião da delimitação das novas áreas.

**2. Eliminação de cruzamentos das projetantes anteriores às 200 milhas, ou 350 milhas que o Brasil pleiteia junto à ONU.** Em função das saliências e reentrâncias da costa brasileira, existem muitas dificuldades em determinar claramente os limites de cada Estado ou Município, visto que muitas linhas divisórias se cruzam muito antes de alcançarem os limites da plataforma continental.

Os maiores exemplos destes cruzamentos e dos problemas que podem acarretar são os Estados do Piauí e Paraná que, por terem litoral extremamente estreito e convergente, suas linhas divisórias se cruzam antes dos limites das 200 milhas. Esta situação obrigou o IBGE, que é responsável pela definição dos limites, a arbitrar critérios para garantir a extensão das linhas divisórias de cada estado até o limite das 200 milhas.



Na medida em que o Brasil amplia o limite de sua plataforma continental até próximo das 350 milhas, todos os cálculos anteriores, que consideravam as 200 milhas, deverão ser revistos. Com o método que proponho, estas revisões serão desnecessárias.

**3. Superação das dificuldades provocadas pelas zonas de saliências e reentrâncias da costa brasileira.** As dificuldades para definir com exatidão os limites geográficos dos Municípios brasileiros vinculam-se a diversos aspectos, entre os quais se destacam as zonas de saliências e reentrâncias da costa brasileira.

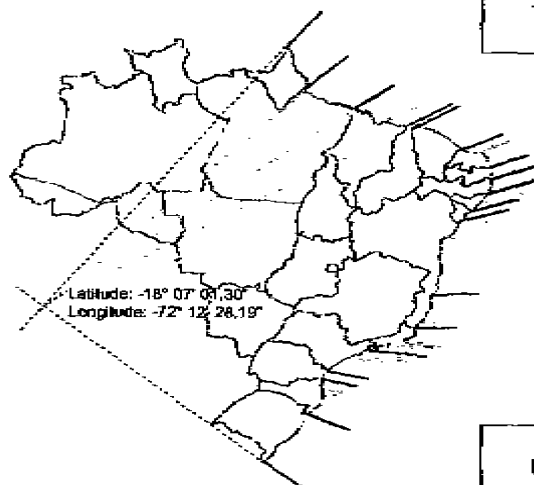
A solução técnica identificada para solucionar esta dificuldade é a utilização pelo IBGE das

chamadas linhas de base reta, definidas na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, celebrada em Montego Bay, Jamaica, em 1982.

Tomando por base as linhas de base reta o IBGE define linhas geodésicas ortogonais, como determina a legislação. Entretanto, como já citamos, existem situações em que as linhas do litoral são convergentes, o que provoca cruzamentos entre limites e possibilita interpretações diversas e conseqüentes disputas.

**4. Redução de parâmetros arbitrados.** Com a superação dos itens que mais provocam disputas e dúvidas relativas aos limites traçados pelo IBGE, baseado nas determinações em vigor, sejam os cruzamentos entre limites, sejam as saliências e reentrâncias, sejam os critérios arbitrados, tenho certeza que estaremos contribuindo decisivamente para a superação das disputas judiciais em curso e evitaremos novas e intermináveis disputas.

Por tudo isso, conto com o apoio de todos os colegas senadores, pois estou convencida de que precisamos adotar providências urgentes para evitar problemas futuros, enquanto o país inicia a exploração das novas províncias petrolíferas na costa brasileira.

**IBGE****Um Método Alternativo**

**Delimitação Brasil / Guiana Francesa**  
Tratado de Paris (30/01/1981).  
Azimute: 221° 30' 00"

**Ponto de interseção:**  
Latitude: -18° 07' 01,30"  
Longitude: -72° 12' 28,19"

**Delimitação Brasil / Uruguai**  
Notas Reversais (21/07/1972).  
Azimute: 308° 00' 00"

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Serviços de Infraestrutura.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – O orador inscrito agora, como Líder, é o Professor Cristovam Buarque.

Antes, porém, quero agradecer os livros, os compêndios que recebi, relativos aos pronunciamentos feitos por esse grande estadista professor: “Pé na porta – Discursos proferidos por Cristovam Buarque no plenário do Senado”. Já vi aqui, vou ler, vou aprender muito. Gostei.

Já está assinalado um fato de muita gravidade para o que V. Exª chama atenção: mentira também é corrupção. Olha, o que esse povo está acostumado a mentir não é brincadeira! Eu leio aqui e, lá, no Piauí, eles usam isso e abusam. Eu nunca vi. Nós, que estudamos em colégios religiosos... A mentira é um pecado. “De tanto repetir mentiras, estamos criando, no imaginário brasileiro, sobretudo nos jovens, a corrupção de pensar que não há política sem mentira e de que a mentira é a regra a ser seguida pelos políticos.

Olhe, isso cai bem no Piauí. Mas são dias de mentira que nós vivemos e que, graças a Deus, Deus nos livrou. E diz mais: “É mentira dizer que o Bolsa Família vai emancipar o povo brasileiro [isso é profundo]. Se ele não vier acompanhado de um programa educacional revolucionário, continuará, para sempre, um programa de assistência, exigindo cada vez mais recursos e produzindo cada vez menos efeito. É mentira dizer que o Bolsa Família como está resolverá qualquer problema do Brasil.”

Atentai bem, e essa frase é dita pelo pai do Bolsa Escola.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador. Primeiro obrigado pela divulgação do livro. Quero explicar que o título “Pé na porta” é o que nós fazemos aqui. Nós aqui colocamos o pé na porta da história. É possível até que a gente não escancare a porta porque isso é mais daqueles grandes estadistas que conseguem ocupar cargos e uns poucos de nós. Mas, pelo menos, a gente põe o pé na porta para tentar entrar na história do Brasil. E isso está faltando em muitos de nós que não temos essa ou ambição, não sei se é a palavra certa, ou esse objetivo de fazer aqui um trabalho que nos deixe na história.

Quero dizer que não se preocupe de ter feito a publicidade porque o livro é gratuito e os que quiserem peçam no meu *e-mail* que a gente manda, porque é uma publicação do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Ainda bem, Cristovam, porque tem aquele “Atentai bem, assim falou Mão Santa”, do grande jornalista do nosso Piauí, Zózimo Tavares, mas o que eu recebo de *e-mails* me pedindo...

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Eu tenho o livro e fui no lançamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Ele é comercializado, mas buscado como o quê.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Esse não é comercializado. A distribuição é gratuita.

Senador Mão Santa, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, quero comentar aqui dois aniversários que merecem ser comemorados. São de dimensões muito diferentes e de consequências opostas. Um aniversário, Senador Praia, é comemorado em Brasília. Hoje faz 13 anos que se iniciou em Brasília uma prática que é exemplo no Brasil inteiro: a faixa de pedestres. As pessoas, hoje, quando ouvem falar de Brasília, pensam em corrupção. Aqui há um dos melhores exemplos brasileiros de cidadania: o motorista respeita o pedestre. Aqui em Brasília, pedestre é rei. Não é carro que é rei.

Aproveito até para comentar que vejo com preocupação a comemoração, também hoje, nos jornais, de que nunca, em nenhum mês da história do Brasil, se vendeu tanto carro. É claro que, para quem olha apenas a superficialidade, isso é um motivo de comemoração, porque passa a ideia de enriquecimento. Mas quem se aprofunda um pouco e, em vez de olhar hoje, olha lá na frente, como o Senador Mão Santa e o Senador Paim falaram, só tem de se preocupar, porque tanto carro significa menos dinheiro para saúde e educação e mais dinheiro mais viadutos e obras urbanas. Senão, esses carros vão engarrafar todos na nossa cidade. Mais carros, à primeira vista, parece mais riqueza, mas significa também mais consumo de petróleo, o que corresponde a um aumento da temperatura do planeta. Então, às vezes, a gente precisa olhar com cuidado o que comemora.

Já a faixa do pedestre não precisamos ter nenhum cuidado em comemorar. É um exemplo de cidadania e um exemplo de educação, não no sentido da instrução que vem da escola em geral, mas da educação no sentido dos costumes. O motorista para o carro em respeito àquele que vai andando e estira a mão. Isso existe em Brasília, embora muitos não acreditem, a não ser quando chegam aqui e percebem que, de fato, aqui pedestre é rei. Não é o motorista que é o rei.

Nós estamos comemorando e eu tenho muito orgulho de dizer que isso, Senador Praia, começou quando eu era Governador. Foi um esforço de meses de formação da população. Passamos meses, sobretudo educando as crianças na escola para que as crianças educassem os pais, para que as crianças, dentro do carro, quando o pai via alguém querendo atravessar e já ia passando por cima, dissessem: “Pai, aqui tem faixa de pedestre!”

Foi educação colocando nas faixas de pedestres pessoas que educavam, inclusive muitos PMs, a quem nós devemos as faixas de pedestres. No Distrito Federal, os policiais militares foram professores de cidadania ao criar essa consciência do respeito à faixa de pedestre. Isso está sendo comemorado hoje.

Mas também, Senador Praia – depois eu lhe dou o aparte, com muito prazer –, lamentavelmente, nós estamos hoje lembrando, eu não digo comemorando, o Golpe Militar de 1964. Eu digo que não estamos comemorando porque, mesmo reconhecendo muitas das obras que foram feitas durante os vinte anos do regime militar, mesmo reconhecendo que, por exemplo, esta cidade, Brasília, foi consolidada graças ao regime militar – talvez um regime civil, continuando João Goulart, não tivesse mantido esta cidade como capital –, mesmo reconhecendo que grande parte da nossa infraestrutura veio da força, da vontade e das prioridades dos governos militares, nós não podemos deixar de dizer que aquele governo impediu a democracia de funcionar, impediu as manifestações, cassou uma geração de políticos. E hoje, quando a gente vê a classe política tão desmoralizada, temos que ir lá atrás para, certamente, vermos que uma das causas é termos ficado 21 anos sem poder fazer a prática política da civilidade, sem poder fazer a prática política com liberdade. Isso deixou uma marca pela qual até hoje a gente continua pagando.

Creio que não podemos esquecer que faz 46 anos hoje... Nós ainda não sabíamos, porque, de fato, o movimento começou, como lembrou muito bem, hoje de manhã, o Senador José Nery, no dia 1º de abril, mas, certamente, no dia 31, já estavam dadas as ordens para que os tanques tomassem conta das ruas. Para quem tem a minha idade, que nessa época estava na universidade, ou estava trabalhando, ou estava em alguma atividade, eu acho que esse é um dia que a gente jamais vai esquecer, aquele 1º de abril em que, de repente, saindo ninguém sabia de onde os tanques tomaram conta das ruas.

Eu tenho um toque muito pessoal nisso, Senador Mão Santa, porque eu estava, sim, com um grupo de estudantes, na frente do palácio do Governador de Pernambuco. Lá dentro estava sendo preso Miguel Arraes e lá fora estávamos nós nos manifestando. Naquela manifestação, dois jovens, adolescentes, foram assassinados pelos tiros das tropas. Hoje, eu lembro esses jovens. Lembro que eles caíram ali no solo, caíram com sangue, praticamente não chegaram vivos ao hospital, porque ali gritávamos “liberdade”, porque ali gritávamos “democracia”, porque ali gritávamos pela legalidade, nada mais do que isso. Eles caíram e nós levamos 21 anos para recuperar a democracia no Brasil.

Por isso, não podemos esquecer. Não podemos esquecer aqueles 21 anos sem liberdade, sem democracia, sem participação popular, sem prática da política transparente e aberta, mas também quero lembrar aqui que, nesses 25 anos de democracia, que já são mais do que os 21 da ditadura, a gente deixou de fazer muita coisa que poderia fazer para que pudéssemos dizer hoje que, de fato, nós construímos uma democracia no País.

Nós acabamos a ditadura, mas ainda não construímos a democracia. Não há democracia com a corrupção que a gente sabe que há hoje no Brasil. Não há democracia, Senador Mão Santa, com as mentiras, como o senhor mesmo leu uma frase no livro, como hoje a gente costuma fazer a política mais como teatro de *marketing* do que como propostas de líderes para conduzir o País a um novo tempo.

Não se faz democracia sem saúde pelo menos igual para todos. Se algum morre antes do que outro, é por causa do destino, é por causa da herança genética, é por causa de acidentes, mas não por falta de dinheiro. E, no Brasil, a gente sabe que a saúde é comprada. Logo, a gente sabe que o número de anos que uma pessoa vive no Brasil é diretamente proporcional à quantidade de dinheiro que ela tem no banco. É triste dizer isso, mas, do mesmo jeito que você diferencia pelo dinheiro uma pessoa que tem um carro bonito, que tem boas roupas, que vai a bons restaurantes por causa do dinheiro, você diferencia também quantos anos ela vive pelo dinheiro que tem.

A democracia pode conviver perfeitamente, Senador Eurípedes, com alguns de carro bonito e outros andando de ônibus; pode conviver perfeitamente com uns com roupa bonita e outras com roupa não tão bonita; mas não é democracia viver mais anos ou menos anos dependendo da conta bancária, dependendo do contracheque, dependendo do lugar onde se trabalha. Isso não é democracia.

Não é democracia termos educação desigual conforme o dinheiro dos pais. A democracia convive com pessoas mais educadas ou menos educadas, porque educação, no fundo, tem a ver com o seu talento, com a sua vocação, com a sua persistência. Então, é possível haver uma pessoa mais educada e outra menos educada na democracia, mas não escolas diferentes. Ser mais educado ou menos educado vai depender do talento, da persistência, da vocação que se tem. Com isso se convive na democracia. Mas, no Brasil, não é o talento que diferencia na educação. Não é a persistência que diferencia a educação. O que diferencia a educação no Brasil é a conta bancária do pai para pagar uma boa escola para o filho, salvo raras exceções

daqueles que conseguiram uma vaga nas boas escolas públicas que este País tem, mas que são raras.

Não é democracia uma sociedade onde estamos comemorando hoje quase 300 dias de censura a um jornal, *O Estado de S. Paulo*. Não é democracia.

Você pode dizer que essa censura é diferente da anterior, porque a anterior os militares a faziam, agora a fazem os juízes. Pode até ter essa sutileza, mas a censura a um veículo de comunicação não é um gesto democrático. E a gente vive hoje 250, 260 dias, não sei quantos, de censura sobre o jornal *O Estado de S. Paulo*, um jornal que tem uma tradição ligada a grupos conservadores, mas que foi censurado durante o regime militar e que continua censurado 25 anos depois de o regime militar ter acabado.

Não é democracia o sistema que desperdiça crianças. E o Brasil é um País desperdiçador de crianças. Ao longo de quatro séculos de escravidão, nós desperdiçávamos seres humanos jogados dos convés dos navios negreiros no mar, porque morriam no trajeto. Hoje, a gente não joga pelo convés dos navios, mas a gente joga para fora da escola. E, para fora da escola, é tão grave do ponto de vista do futuro da criança quanto para aquela família que ficava ainda no navio negreiro, vendo os parentes serem jogados do convés abaixo.

Não é democracia um País que desperdiça crianças. Sessenta crianças saem da escola no Brasil por minuto. Por minuto, sessenta crianças, claro, é preciso dizer, tomando o ano de 200 dias, que é o ano letivo, e tomando o dia de 4 horas, que é o período escolar no Brasil. Não é democracia ainda. Vinte e cinco anos depois, quatro anos a mais do que o regime militar, não há desculpa para isso.

E o grave, Senadores, é que estamos realizando aqui uma Conferência da Educação, Senador Eurípedes. E essa Conferência da Educação está lutando para conseguir colocar que se gaste menos de R\$2 mil, por ano, por criança na escola. Dois mil por criança corresponde, se a gente dividir pelo número de dias do ano, resultará R\$5,00, um pouco mais, por dia por criança. Não é séria a democracia que canaliza R\$2 mil, por ano, por criança para a sua educação. Enquanto, do outro lado, uma família de posse canaliza, por ano, R\$12 mil, pelo menos R\$6 mil. Queremos chegar como o grande resultado de uma conferência que esperou os oito anos do Governo Lula para se realizar, estamos tentando aprovar lá, pelo que tenho lido, em torno de R\$1,9 mil, por ano, por criança.

Que democracia fajuta é essa que reserva para suas crianças um valor tão insignificante? Não é democracia, 25 anos depois de conquistada, o sistema cujo piso salarial em torno de R\$1 mil por mês de um

professor não consegue ser aplicado porque pediram a inconstitucionalidade da lei, que saiu do Congresso e foi sancionada pelo Presidente Lula, e está dormindo no Supremo Tribunal Federal. O pedido de inconstitucionalidade não é votado, não é discutido, não é aprovado, não é democracia.

A democracia em que quatro, cinco Governadores entram na justiça para pedir a inconstitucionalidade de um piso mínimo para o professor não é democracia. É como se, na época da escravidão, alguns governantes tivessem entrado na justiça para dizer que era inconstitucional a Lei Áurea. Felizmente, em 1988, esses Governadores não estavam no poder das províncias brasileiras, porque teriam entrado contra a Princesa Isabel, para declarar que a sua lei era inconstitucional.

Não é democracia um País onde a gente não dá valor ao meio ambiente. Porque democracia que só pensa no presente é uma democracia capenga, insuficiente. Democracia tem de levar em conta as crianças, o futuro e, sem meio ambiente, não vai haver vida. Nós precisamos completar a democracia, nós precisamos fazer com que a democracia brasileira seja capaz de manter o meio ambiente equilibrado, acabar a corrupção, acabar essa coisa absurda do desperdício de crianças. Talvez nenhum crime maior se cometa hoje do que este: desperdiçar crianças. Quem não se horroriza diante do crime absurdo de Hitler de ter crematórios onde colocava minorias comunistas, especialmente os de crença judia? Nenhum outro crime foi tão grave no século XX, e olhe que foi um século de crimes sociais. Mas e nós, que queimamos cérebros, que fazemos do Brasil um crematório de cérebros e de florestas? Queimamos o futuro duplamente; queimamos o futuro ao destruir florestas e queimamos o futuro ao destruir cérebros. Nós somos um crematório e não há democracia com crematório. Democracia rima com berço, não com crematório. Mas a nossa está muito mais para crematório do que para berço.

Por isso, nesse período, neste dia em que estamos hoje lembrando o golpe militar de 1964, sem esquecer as boas coisas que aconteceram durante aqueles 21 anos, mas sem deixar de dizer que o impedimento da prática democrática, da liberdade, da organização política deixou uma marca muito negativa no Brasil, temos de lembrar que a democracia já tem mais que os 21 anos da ditadura e nós, nestes 25 anos, não diminuimos – eu acho que aumentamos – bastante a corrupção. Não diminuimos. Eu acho que aumentamos, por meio do *marketing*, não da censura, a mentira na política. Nós diminuimos muito a censura, quase acabamos, mas ela continua ainda vigente sob outras formas. Nós, sem dúvida alguma, demos liberdade para que se diga o que quer, mas não conseguimos apro-



var as leis necessárias para que o Brasil não seja um crematório de cérebros, para que o Brasil não seja um País de desperdício de crianças, para que o Brasil não seja um País destruidor da natureza. Vamos lembrar o que aconteceu antes, mas vamos refletir sobre o que está acontecendo agora.

Eu quis falar aqui desse aniversário das faixas de pedestres, do respeito às faixas de pedestres, da soberania do pedestre sobre o motorista, como acontece de uma maneira ímpar, praticamente inusitada, apesar de algumas experiências em outras cidades, mas, de uma maneira tão forte, enraizada na consciência e no coração do brasileiro. Esse aniversário da cidadania plena, educada. E também esse aniversário daquela interrupção de um processo democrático que começou em 45 e que, com menos de 20 anos, com 19 anos, aquele processo foi interrompido. E, 21 anos depois, reconquistamos a democracia e, 25 anos depois, olhando esses anos que construímos, vemos o quanto falta fazer e o quanto não vemos em debate.

E, finalmente, antes de passar a palavra aos dois Senadores que pediram apertes, quero dizer que também não é democracia aquele regime que não traz a verdade total sobre o que aconteceu naqueles 21 anos. O Brasil teve uma lei de anistia, que – não vamos nos enganar – foi concedida pelos militares. Claro que fomos para as ruas, gritamos e fizemos movimentos. Eles tiveram de ceder, mas eles poderiam ter segurando um ano, dois anos, três anos, cinco anos mais sem dar a anistia. A anistia foi algo que saiu da caneta do Presidente Figueiredo. Por isso, aquela anistia perdoou os que estavam de um lado e os que estavam do outro, e creio que temos de respeitar isso. Mas a lei da anistia não é a lei da amnésia. Anistia é uma coisa, esquecimento é outra. Por isso, a democracia está em dívida ainda com a história, porque a democracia continua escondendo grande parte da história daqueles anos. E esconde até corpos que até hoje não foram devolvidos às famílias. Nós não podemos dizer que temos uma democracia enquanto existirem corpos perdidos nas selvas onde tombaram. Não podemos dizer que temos democracia enquanto temos apagões nas lembranças trágicas daqueles momentos. E, quando digo apagões, eu não digo apenas os crimes de um lado, digo para contar-se também os crimes do outro lado. Porque, se alguém deu um tiro na selva para matar um guerrilheiro, houve guerrilheiros que colocaram bombas para matar soldados, e, às vezes, mataram civis por atos terroristas. Tem de ser esclarecido. Perdoados, sim. Esquecidos, não. Têm que ser ditos e reditos. Não podem ser esquecidos os fatos do passado. Um País sem memória não é uma Nação, é apenas um território cheio de gente andando em cima. O Brasil

precisa deixar de ser apenas um País e transformar-se em uma Nação. E quem faz uma nação é a sua história, dita completa, sem nenhum apagão. O Brasil é um País de apagões mentais. A gente fala tanto em apagão elétrico, em apagão nos aeroportos e esquece o apagão histórico dos corpos não devolvidos às famílias, dos nomes não ditos dos que sofreram, dos nomes não ditos dos que torturaram.

Nós precisamos completar a democracia em homenagem ao Brasil, não apenas às pessoas. Mas é em nome do Brasil que é preciso saber de tudo, mesmo se reconhecendo que estão perdoados os crimes, mas não esquecidos.

Tudo isso creio que vale a pena lembrar, no momento em que a gente lembra aquele trágico 1º de abril, em que o Brasil interrompeu seu processo democrático – um processo democrático caótico, confuso, que poderia levar a um regime autoritário. Ninguém pode negar que havia esse risco. Mesmo assim, era um processo democrático que deveríamos ter continuado, e que foi interrompido.

Era isso, Sr. Presidente, o que tinha a falar. Mas, antes de terminar, passo a palavra ao Senador Praia e depois ao Senador Nery.

**O Sr. Jefferson Praia** (PDT – AM) – Senador Cristovam, V. Ex<sup>a</sup> é um educador na política, uma raridade nesse contexto. V. Ex<sup>a</sup> é um educador na política. Houve, na história deste País, poucos educadores na política. E eu me lembrava aqui, neste momento, de Jefferson Peres, do trabalho que fez. V. Ex<sup>a</sup>, no que continua fazendo e no que fez – como, por exemplo, esta iniciativa das faixas de pedestre. Quer dizer, um ato, como governante, de educar. Acredito que, num primeiro momento, o povo não tenha entendido. V. Ex<sup>a</sup> pode ter até tido algumas reações contrárias, mas o processo de educar, de governar, educando foi muito maior e passa a ser reconhecido hoje, depois desses treze anos, e todos os dias, quando presenciamos os pedestres com todo o respeito que têm nas faixas, ao atravessarem as ruas. Portanto, quero, nesses treze anos, parabenizar V. Ex<sup>a</sup>, que continua nessa linha do educador na política, porque são pessoas como V. Ex<sup>a</sup> – como foi Jefferson Peres – que são os nossos espelhos. São os espelhos dos mais jovens, dos adolescentes e das crianças, daqueles que sonham um País melhor e que percebem que na política tem de haver, sim, boas pessoas; que existem boas pessoas, que não fazem apenas as políticas públicas mais imediatas ou aquelas que o povo vai achar muito mais fácil ou aquelas que vão ter uma aceitação melhor, mas que fazem o que tem de ser feito. O exemplo que V. Ex<sup>a</sup> deu, para mim, é muito importante. E nós temos, agora, de debruçar-nos, para verificar como podemos

levar essa experiência de Brasília. O povo de Brasília está de parabéns, e V. Ex<sup>a</sup>, lá atrás, quando estabeleceu essa política. Temos de ver como podemos levar isso para as demais cidades brasileiras. Portanto, meu aparte é neste sentido, do político educador, do político que não faz a ação apenas em troca do voto, mas que faz o que tem de ser feito, porque entende que aquela política pública é importante para a sociedade que ele está governando. Muito obrigado.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF)** – Eu que tenho a agradecer, Senador Praia, a fala e, sobretudo, a lembrança do nosso amigo, orientador em alguns momentos, que me deu o imenso privilégio de aceitar ser candidato a Vice-Presidente junto a mim, quando, na verdade, deveria ter ocorrido, como eu dizia sempre, na época, o contrário: no máximo, eu ser o Vice-Presidente dele. Muito obrigado.

Senador Nery, a quem agradeço aqui, de público. Confesso que eu estava esquecido de que hoje era esta data de 31 de março, que a gente tinha de lembrar. Foi o senhor, hoje, de manhã, na Comissão de Direitos Humanos, em que tivemos uma excelente audiência com os Conselhos Tutelares, que me chamou à lembrança e me fez trocar o tema que eu ia abordar, para falar sobre isso.

Não podemos deixar que esqueçamos essa data e tudo que ela teve de consequências para o Brasil, sobretudo as coisas negativas na política, sem negar algumas coisas positivas na economia e na infraestrutura.

**O Sr. José Nery (PSOL – PA)** – Senador Cristovam Buarque, V. Ex<sup>a</sup> traz, em seu pronunciamento, a memória e a lembrança do golpe de 1º de abril de 1964, ocorrido há exatos 46 anos, mas, oficialmente, marcado no calendário institucional como sendo 31 de março. É bom lembrar que, até há 25 anos, quando do período da redemocratização – que o País vem construindo a passos ainda lentos –, o 31 de março era marcado pelas comemorações, por desfiles militares e pela ordem do dia dos comandantes e militares das três Forças Armadas, enaltecendo-se o golpe, a ditadura, bem como tentando-se sedimentar uma visão, junto à população brasileira, de que o golpe de 64 tinha sido feito em nome da preservação das instituições democráticas; de que o golpe seria uma contraofensiva dos setores reacionários do País ao que chamavam de um processo de subversão para implantação do comunismo. E essa versão dos vencedores de 64 predominou tanto tempo na cena política brasileira, mas o fato de ninguém mais se lembrar, nos quartéis, de tratar desse tema, nem do registro desse fato, que V. Ex<sup>a</sup> tão bem traz neste momento, no seu pronunciamento, no plenário do Senado Federal... É bom que muitos deixem

de lembrar o golpe, por aquilo que ele representou de reafirmação de princípios conservadores, violadores dos direitos humanos. Mas nós, que combatemos o regime militar, que enfrentamos a perseguição política e ideológica e a censura, que apoiamos tantos que resistiram na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, que nos somamos, ainda na juventude, às manifestações da sociedade brasileira para garantir um processo de redemocratização, no qual tem importância fundamental a luta por eleições diretas no País e aquelas gigantescas manifestações populares que o Brasil experimentou no ano de 1984, em que este País se levantou pela aprovação da emenda das Diretas Já, a chamada Emenda Dante de Oliveira, que foi derrotada, no dia 25 de abril de 1984, dando-se origem àquele processo que culminou com a eleição indireta de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral... Esse processo todo da luta pela redemocratização, temos que lembrar a luta pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que acabou, se não foi uma Constituinte exclusiva, mas o Congresso eleito em 1986 se transformou em uma Assembleia Constituinte, e ali construiu os pilares e, efetivamente, realizou projeto de oferecer ao Brasil uma nova Constituição, a Constituição democrática e cidadã, porém com muitas dívidas ainda a serem resgatadas pelos governos, pela sociedade, no sentido de garantir que os preceitos estabelecidos na própria Constituição Federal, inclusive a regulamentação de muitos de seus artigos, são dívidas que ainda temos para com a sociedade brasileira. Mas eu quero, especialmente, me dirigir a V. Ex<sup>a</sup> para, informando ao vosso pronunciamento, homenagear a todos os brasileiros e brasileiras que resistiram, combateram, que tiveram suas vidas ameaçadas, que tiveram sua privacidade violada, a violação das correspondências, a violação do domicílio, a prisão por conta simplesmente de terem um posicionamento, uma visão política diferente dos donos do poder de então. Lembrar a memória daqueles que foram cassados, exilados, desaparecidos e mortos. Creio que nada é tão importante do que cobrar, no dia de hoje, no Governo do Presidente Lula, a abertura total e irrestrita dos arquivos da ditadura militar, fazendo e protagonizando no País o que países vizinhos e irmãos nossos no Cone Sul já fizeram. Na Argentina, no Paraguai e no Chile, todos os arquivos já foram colocados à disposição da sociedade para pleno conhecimento das atrocidades e da violência do Estado contra o cidadão, a democracia e a liberdade, que ceifou tantas vidas, tantos sonhos e nos colocou durante 21 anos de joelhos numa ditadura feroz. Sei de tantas pessoas que, para fazer uma reunião, a fizeram no cemitério como se estivessem rezando, porque não havia liberdade para reunir-se. Havia os que eram proibidos de fazer uma



manifestação, porque poderia resultar na prisão ou no enquadramento na famosa e famigerada Lei de Segurança Nacional. Havia a proibição do funcionamento livre dos sindicatos e das universidades, que tiveram muitos dos seus professores aposentados pelo AI-5, muitos estudantes punidos com a expulsão, ou então estudantes mortos pela ditadura. E lembro como são tantos brasileiros vítimas do regime militar. Da Igreja, da Igreja progressista, da Teologia da Libertação, que teve seus pastores perseguidos, presos e humilhados. Mas quero lembrar, simbolizando todos os brasileiros que foram mortos, perseguidos ou assassinados, a memória do estudante paraense assassinado no restaurante do Calabouço, no Rio de Janeiro, em março de 1968, Edson Luís de Lima Santos, cuja família ainda hoje mora em Belém do Pará. Eu posso lembrar operários, posso lembrar intelectuais, posso lembrar políticos, posso lembrar advogados, posso lembrar membros da Igreja e do movimento sindical, mas, com certeza, Senador Cristovam Buarque...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Sr. Presidente, o senhor foi formado na escola da democracia. Eu sou obrigado a dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o senhor não marcou tempo dos outros oradores. Então, se o senhor não marcou tempo eu reivindico isonomia para poder fazer este aparte, que já estou concluindo. Quero dizer, Senador Cristovam Buarque, que a lembrança que V. Ex<sup>a</sup> traz ao Brasil da tribuna do Senado Federal, tem o sentido fundamental de fazer com que a geração que enfrentou as agruras do regime e as novas gerações, a juventude brasileira, que não viveu aqueles tempos, possam ter conhecimento dessa memória histórica...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – Só mais um minuto, Sr. Presidente! E fazer disso um compromisso de lutar, sob todas as formas, para não permitir que o Brasil possa sofrer, em algum momento da sua história futura, qualquer tipo de retrocesso que nos remeta ao crime praticado pelo Estado, contra a liberdade, contra a justiça e contra a democracia. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> por trazer esse tema à tribuna, cujo tratamento iniciou hoje, como V. Ex<sup>a</sup> bem lembrou, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A sua lembrança como educador, como intelectual, como Senador, ex-Governador, militante das causas populares, serve ao Brasil, neste momento, trazendo à memória esse fato histórico tão relevante....

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. José Nery** (PSOL – PA) – ...e, enquanto memória, para superá-lo e não aceitá-lo. V. Ex<sup>a</sup> receba

do PSOL e de todos os que lutaram os meus cumprimentos e a certeza de que o senhor contribui com essa fala, mais uma vez, fazendo história. E, como disse o Senador Jefferson Praia, o senhor é um educador na política. Muito obrigado!

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Nery. Eu peço dois minutos para concluir, Senador Mão Santa, e falar de duas coisas, e um minuto para cada uma, ou até trinta segundos para uma, e o resto para outra.

Uma, que pioramos o processo democrático; e outra, que a meu ver, é o que mais melhorou nesses 25 anos, o que mais diferente é hoje do que era antes da democracia. A meu ver, o que piorou foi o comportamento nosso, dos políticos, porque perdemos aquela guerra por princípios, passamos a fazer um jogo de cena mais do que uma luta por objetivos.

Perdemos a guerra de lutar por utopias, inclusive aquela que era a democracia. Nós pioramos. A política pode dizer que não piorou porque ela ficou democrática, mas nós pioramos quando nos comparamos, cada um de nós, com os grandes daquele tempo.

Agora, para mim, uma coisa melhorou muito, Senador Mão Santa: o quartel, os militares. Nada é mais diferente de vinte e cinco anos atrás para hoje do que um quartel. Por isso, estranho muito essa demora em liberar todas as informações, porque hoje os militares brasileiros, com o seu profissionalismo, com a sua competência, com sua isenção no quadro político, com a aceitação inimaginável de um comandante civil, o Ministro da Defesa – era inimaginável o comandante civil no Ministério da Defesa que foi criado na democracia recentemente; era inimaginável que a gente tivesse uma mudança tão positiva no comportamento dos militares brasileiros... Lamento que eu não possa dizer o mesmo do comportamento dos políticos brasileiros.

Sr. Presidente, essa era a reflexão que eu queria fazer no dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Esse é o Prof. Cristovam Buarque, acompanhado do Senador José Nery, discutindo as ditaduras que passamos.

Conclui-se que nenhuma é boa, mesmo o ditador sendo bom – Getúlio Dornelles Vargas era um homem bom. Leiam *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos, para afastarmos ela de nossa vida. E a recente que nós vivemos. O Prof. Cristovam relatou a prisão do nosso grande líder de Pernambuco Miguel Arraes.

E vou mais ainda. Houve homens de muita coragem naquele tempo: Petrônio Portela e mais Evandro Lins e Silva. Ele que concedeu o *habeas corpus*, a soltura de quase todos presos políticos, e foi Presi-

dente da corte suprema, do Supremo Tribunal Federal, naquela difícil época.

Mas está aí a literatura. Nós vivemos. Mas está aí a literatura de Elio Gaspari, que retrata as crueldades.

Então, o Senado da República é grandioso por isso, porque estamos fazendo essa reflexão, para nunca mais. E nós fizemos, nós somos importantes, e nós melhoramos. Nós que advertimos. Nós somos os pais da Pátria. Nós somos preparados.

Aqui, na nossa capital, nós fomos os primeiros a dizer que tinham que seguir a cadeia da Constituição nas alterações fundamentais; que eles deveriam seguir os degraus que a Constituição prega. E estamos vendo a Câmara Distrital buscando a solução, aproximando-se da Constituição, não fazendo um estupro, como vieram no começo a querer fazer, uma intervenção. E foi assim, atentai bem, José Nery, afastando o presidente civil do Governo Costa e Silva, que veio a sofrer um acidente vascular cerebral, Pedro Aleixo, que, por sair da cadeia sucessória constitucional, nós levamos 21 anos para retornar a democracia. E foi este Senado, grandioso pela nossa presença e nossa competência, nós fomos os primeiros, a chamar a atenção. A ignorância é audaciosa: muitos clamavam por uma intervenção, e nós mostramos o perigo de uma intervenção. E hoje estão buscando uma saída constitucional, não é verdade?

Então, esses são os ensinamentos que nós estamos a dar. E, sem dúvida nenhuma, V. Ex<sup>a</sup> mostrou essa importância toda.

Mas eu quero melhorar o militar. E outra melhora que tivemos neste País, sei que a cidadania está longe, basta a gente ver as filas dos hospitais, a violência, a educação, que nós nos envergonhamos quando V. Ex<sup>a</sup> lutou, liderou, conseguiu fazer uma lei e ela não existe na nossa Pátria, do piso salarial da professora. Aquilo é uma vergonha, é uma nódoa, como o próprio resgate da aposentadoria dos velhinhos.

Então, nós ainda temos muita coisa boa. Mas, além dos militares, nós tem uma coisa muito boa que houve neste País: o aumento da força da religiosidade cristã, surgiram aí outras. Depois da reforma de Lutero, elas chegaram até nós, na formação de Calvino, e está havendo neste País uma religiosidade, com várias igrejas que nos aproximam de uma vida melhor, cristã.

Convidamos agora para usar da palavra, como orador inscrito, o Senador Jefferson Praia e, depois, anunciamos para o Pará e para o País, no dia 31 de março, que vai usar da palavra o Senador José Nery, e que diga que ditadura nunca mais.

**O SR. JEFFERSON PRAIA** (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero hoje me reportar a um dos assuntos sobre o qual cheguei a falar rapidamente ontem, que é a questão relacionada à mineração do nosso País, é claro, na minha região amazônica.

Estive participando, segunda-feira, do Congresso Brasileiro para Retomada do Desenvolvimento dos Setores de Mineração em Metais, em São Paulo. Fui um dos expositores no Painel Meio Ambiente, Sustentabilidade na Atividade Minerária e Siderúrgica.

E aproveito, Sr. Presidente, um material muito bem feito pela Consultoria do Senado para, neste momento, compartilhar com meus nobres colegas Senadores e Senadoras e todos que estão nos acompanhando pela TV Senado.

A mineração, Sr. Presidente, tem desempenhado um papel relevante no País desde os tempos de colônia, período em que forneceu importantes matérias-primas, dinamizou a economia e até contribuiu para a expansão territorial. Hoje, fornece matéria-prima para as indústrias metalúrgicas, siderúrgicas, petroquímicas e de fertilizantes.

O subsolo brasileiro possui importantes depósitos minerais, alguns dos quais são expressivos no cenário mundial. Os recursos minerais estão associados a todos os eletrodomésticos, aos meios de transporte e à grande maioria dos utensílios que usamos.

O setor conta com grandes mineradoras, de estatua internacional, mas é constituído sobretudo por pequenas e médias empresas. A pequena mineração, por exemplo, que predomina sobretudo nas áreas ligadas à construção civil, representa mais de 70% do total de empresas de mineração do País e 25% da mão de obra contratada formalmente.

De acordo com dados do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração), relativos a um período que se estende até 2008, a produção mineral brasileira vem crescendo significativamente. Naquele ano, o PIB Mineral alcançou R\$51 bilhões, um aumento de 11% se comparado ao de 2007, que foi de R\$46 bilhões, excluídos petróleo e gás. Se considerarmos a indústria da mineração e transformação mineral, o valor da produção mineral brasileira alcançou R\$152 bilhões, valor 13% maior do que o de 2007 (R\$134 bilhões).

Em 2008, a indústria da mineração e transformação mineral contribuiu com US\$84 bilhões, ou seja, aproximadamente 5,25% do total do PIB do Brasil, que alcançou US\$1,57 trilhão. A previsão é de que até 2013 os investimentos do setor mineral totalizarão US\$47 bilhões ou, em média, US\$9,4 bilhões/ano.

O setor também foi forte aliado na obtenção de saldos comerciais. Em 2008, o saldo estimado (exportações menos importações) do setor mineral (bens primários, sem transformação, excluídos petróleo e gás) alcançou novo recorde de US\$13 bilhões, representando 52% do saldo total do comércio exterior do País, que foi de US\$25 bilhões.

Contribuiu também de forma significativa para a arrecadação tributária/fiscal. Em 2008, a arrecadação da Cfem bateu um novo recorde: R\$857 milhões, ou seja, 57% superior à de 2007, que foi de R\$547 milhões.

Outra virtude do setor é que a indústria da mineração está presente em aproximadamente 1.500 cidades e, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), esses Municípios apresentam Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) maior do que o de seus respectivos Estados. O total de mão de obra empregada (empregos diretos) na mineração em 2008 alcançou 161 mil trabalhadores. Estudos feitos pelo Serviço Geológico Brasileiro mostram que o efeito multiplicador de empregos é de 1:13 no setor mineral, ou seja, para cada posto de trabalho da mineração, são criadas 13 outras vagas ao longo da cadeia produtiva.

Portanto, pode-se considerar que o setor mineral gerou, em 2008, cerca de dois milhões de empregos, sem levar em conta os que foram gerados nas fases de pesquisa, prospecção, planejamento e mão de obra ocupada nos garimpos.

A legislação brasileira exige de qualquer atividade de aproveitamento de recursos minerais um Estudo de Impacto Ambiental (EIA), cujas normas e critérios básicos, e diretrizes de implementação, são estabelecidos pela Resolução nº1, de 1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). A exigência do EIA aplica-se aos empreendimentos voltados à exploração de qualquer substância mineral. Entretanto, para as substâncias minerais de emprego imediato na construção civil, poderá ser dispensada a apresentação do EIA, em função das características do empreendimento. Nesse caso, a empresa de mineração deverá apresentar o Relatório de Controle Ambiental (RCA), em conformidade com as diretrizes do órgão ambiental estadual competente.

O EIA, que deve estar consubstanciado no Relatório de Impacto Ambiental (Rima), é submetido ao órgão estadual de meio ambiente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), para análise e aprovação. Em casos de empreendimentos com impacto ambiental de âmbito nacional ou regional, a competência para efetuar o licenciamento ambiental é do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis (Ibama), órgão federal vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

Nesta fase, o Rima deve se tornar público para que a coletividade ou qualquer outro interessado tenha acesso ao projeto e aos seus eventuais impactos ambientais e possa conhecê-los e discuti-los livremente em audiência pública.

A aprovação do Eia/Rima é requisito básico para que a empresa interessada possa pleitear o licenciamento ambiental de seu projeto de mineração.

Qualquer proposta, Sr. Presidente, de desenvolvimento sustentável requer um duplo compromisso: com as gerações presentes e com as futuras gerações. A preocupação com a sustentabilidade é especialmente vital no caso da mineração, uma vez que os recursos minerais não são renováveis. Do ponto de vista da geração atual, a mineração pode promover o desenvolvimento sustentável, se ampliar o nível de bem estar socioeconômico e minimizar os danos ambientais. Do ponto de vista das gerações futuras, isso ocorrerá se conseguir proporcionar riqueza alternativa que compense os recursos exauridos.

Sabe-se que a sustentabilidade requer a adoção de um padrão de desempenho muito acima das demandas dos textos regulatórios. Implica a integração de vários instrumentos, tais como auditorias, inspeções, monitoramento de práticas, sistemas de gestão ambiental e sistemas de informação. Somente assim os dirigentes das empresas podem planejar a longo prazo, antecipar os problemas de desperdício e lidar melhor com os problemas ambientais. Algumas dessas ferramentas são usadas quando uma companhia adota um sistema de certificação ambiental como a ISO 14.001, por exemplo.

Conforme recomendam os Organismos Internacionais que formulam as políticas globais para a mineração, tais como o Conselho Internacional de Metais e Meio Ambiente e o Banco Mundial, é preciso, cada vez mais, ir além da preocupação com a simples deterioração do meio ambiente. Há que se estar atento às questões relativas à pobreza, vulnerabilidade das comunidades mineradoras e suas necessidades socioeconômicas. Em todo o mundo, o reconhecimento das necessidades e dos direitos das comunidades está se tornando um princípio forte para a tomada de decisões sobre novos investimentos, principalmente para as empresas com maior visibilidade. A proteção do meio ambiente se converteu em um valor social e, para ter aceitação no mercado, as empresas precisam ter uma boa reputação e ser reconhecidas por práticas socialmente responsáveis.

As certificações ambiental e social que vêm sendo adotadas mundialmente são importantes instrumentos

que têm o potencial de induzir as práticas corporativas sustentáveis. Há duas grandes categorias de certificação. Uma está focada nos aspectos ecológicos da gestão empresarial e é reconhecida como a série ISO 14000. Seu objetivo é exigir que a empresa reconheça os seus impactos negativos e faça um plano de mitigação e melhoria.

A outra certificação, voltada para os aspectos sociais da gestão corporativa e tem foco no balanço social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Ibase, e nos indicadores de responsabilidade social do Instituto Ethos.

O Sistema ISO está em vias de lançar, ainda em 2010, a série ISO 26000, que será a norma internacional de responsabilidade social.

Para resguardar os interesses das gerações futuras, uma das soluções tem sido a criação de fundos minerais. A ideia é que com a poupança de uma parcela de renda líquida anual da mineração (receita menos custos com trabalho e capital), é possível criar um fundo suficientemente grande para garantir às futuras gerações uma receita líquida equivalente às rendas minerais, mesmo após a exaustão da mina. Esses fundos têm obtido êxito nas áreas desenvolvidas, como o Estado americano do Alasca, a Província canadense de Alberta e a Noruega. Por essa razão, vêm sendo recomendados como alternativas de políticas públicas e referidos como bons exemplos de uso das rendas e de equidade intergeracional. No entanto, há que se avaliar até que ponto esses exemplos são, de fato, replicáveis para outras economias de base mineira com indicadores socioeconômicos mais fracos.

Sr. Presidente, segundo Orlando Lima, por mais paradoxal que pareça, poucas indústrias estão mais próximas de promover um novo paradigma de desenvolvimento sustentável que as dos setores de mineração e petróleo. As grandes empresas de mineração e petróleo, historicamente combatidas como geradoras de degradação ambiental, vêm se engajando em processos que podem ser o prenúncio de novos tempos de sustentabilidade territorial. Na grande maioria das vezes, as reservas minerais se situam em regiões carentes, levando as empresas a realizar investimento em infraestrutura e a desenvolver estratégias para se adaptar às condições. Além disso, essas empresas chegam a esses territórios para ali permanecer ao longo de décadas e buscam um convívio local nas melhores condições possíveis para que possam operar nos níveis desejados de produtividade. Se esse relacionamento não for positivo, conflitos podem comprometer a própria viabilidade do empreendimento.

É com satisfação que vemos mineradoras trilhando um novo caminho, em que se verifica a convergên-

cia dos interesses da mineradora e da população local, graças a um novo padrão de parceria entre empreendedor, Poder Público e sociedade civil. Mineradoras têm investido em capacitação da população local e subsequentemente contratado a mão de obra local, aumentando a renda na região. Têm investido também em infraestrutura e habitação, o que favorece um desenvolvimento urbano sustentável. Mas estratégias desse tipo não ocorrem espontaneamente: precisam ser planejadas e gerenciadas.

É claro que a mineração acarreta sérios problemas ambientais quando despeja produtos químicos no meio ambiente. Mas, segundo Celso Ferraz, os rejeitos de mineradoras e de usinas metalúrgicas são, proporcionalmente, bem inferiores aos rejeitos de outras indústrias e resíduos urbanos. O problema estaria na mineração ilegal, como no caso do garimpo do ouro, que lança resíduos de mercúrio no meio ambiente. Outro problema estaria em um passivo ambiental, ou seja, uma poluição gerada pela atividade mineradora de grandes empresas quando inexistia uma legislação reguladora, o que ainda precisa ser aferido detalhadamente.

Sr. Presidente, estou caminhando para minha conclusão.

Destaco ainda que “uma mineração que se inicia hoje tem de ter o impacto ambiental negativo 60% a 70% menor que uma mineração que começou a operar há anos”, como afirma Ferraz. Quando se prevê um elevado saldo ambiental negativo, o projeto só é autorizado mediante compromisso da mineradora de adotar medidas mitigadoras e compensatórias.

Mas não basta uma legislação mais rígida. Segundo relatório elaborado pelo pesquisador Carlos Eugênio Gomes Farias, no final de 2002, para o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e para o Pnud, o setor mineral brasileiro é composto por 95% de empresas pequenas e médias, sendo que muitas dessas atuam na informalidade. Estima-se que 40% dos trabalhadores do setor não sejam registrados. Sendo assim, a superação dos problemas dos dejetos passa também por um maior controle dos empreendimentos informais.

Além disso, embora a legislação ambiental seja extensa e avançada, sua aplicação é frequentemente difícil. Uma das dificuldades está na delimitação das fronteiras de responsabilidade entre as três esferas de poder (União, Estados e Municípios), com vistas a uma definição da respectiva competência para controle da atividade mineral. Nota-se a falta de real integração intergovernamental e também de entrosamento com a sociedade civil, com vistas à elaboração de uma política mineral que venha estabelecer parâmetros e



critérios para o desenvolvimento sustentável da atividade mineral com a garantia de preservação do meio ambiente.

Sr. Presidente, outro desafio reside nos conflitos entre a legislação ambiental e o Código de Mineração de 1967. O Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conama, introduziu grande número de restrições. Dificuldades se devem também à atuação do Ministério Público, que tem emitido pareceres cujo embasamento técnico tem sido objeto de questionamento e muitas vezes em conflito com os órgãos de meio ambiente. Além disso, há carências relativas a estrutura e aparelhamento de determinados órgãos de fiscalização.

Sr. Presidente, apesar da crise de 2008, já se observa, desde 2009, a tomada do crescimento. Nesse aspecto, a China tem desempenhado elevado papel por suas elevadas taxas de crescimento terem favorecido o aumento nos preços de metais. A conjuntura promissora impulsiona inúmeros novos projetos minerais e metalúrgicos em todo o mundo.

O Brasil ocupa posição de destaque nesse cenário pela riqueza de sua geodiversidade, presença de mão de obra especializada em diversos níveis e marcos legais estáveis e seguros para investimentos. Internamente, o quadro de demanda por bens minerais também é favorável. O crescimento sustentado da economia previsível para, nos próximos anos, aliado aos investimentos em custos do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, permitem prever uma demanda crescente por bens minerais e produtos derivados. É sabido que o Brasil apresenta baixos níveis de consumo *per capita* de minerais, bem como de energia: menos da metade dos níveis de consumos dos Países, Sr. Presidente, desenvolvidos.

O desafio, então, é crescer com foco cada vez maior na sustentabilidade. Isso é crítico sobretudo numa região como a minha, Sr. Presidente, a Amazônia.

Finalizo, Sr. Presidente, falando um pouco da minha região e agradeço a atenção de V. Ex<sup>a</sup>. É indiscutível a importância da Amazônia no contexto das mudanças climáticas e do potencial que tem de biodiversidade. Essa importância se dá para o Brasil e para o mundo. Com um potencial mineral fantástico, essa região precisa, na minha avaliação, de um modelo inovador, Sr. Presidente, com tecnologias avançadas de exploração e beneficiamento com um mínimo de danos ambientais, respeitado o meio ambiente e com resultados substanciais para a melhoria da qualidade de vida da população principalmente nas áreas de mineração.

Diversas são as experiências, Sr. Presidente, quanto ao aproveitamento dos minérios da Amazônia. Destaco um pouco o aproveitamento do meu Estado, o

Amazonas. O gás de petróleo de Urucu, a cassiterita e a columbita na área de Pitinga, ambas no nosso querido Amazonas. Ressalto o potencial que temos em nosso Estado: caulim, entre Manaus e Presidente Figueiredo, potássio e silvinita no Baixo Madeira, calcário e gipsita em Nhamundá e Urucará, entre outros.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero colocar a fórmula que acredito, pelo menos neste momento, ser aquela para podermos viabilizar a mineração na Amazônia. Primeiramente, precisamos ter uma tecnologia avançada, Sr. Presidente.

Não dá para investirmos em mineração na Amazônia sem tecnologia avançada, que respeite, acima de tudo, o meio ambiente.

Termos a agregação de valor. Essa é uma outra variável para mim importante dentro do contexto dessa fórmula para o aproveitamento dos minérios da região amazônica. Não dá para nós continuarmos exportando minérios de forma bruta, sem agregarmos valor.

Um outro ponto importante, Sr. Presidente, que acabei de falar também é a questão do respeito ao meio ambiente. Qualquer investimento na Amazônia deve ser e será, daqui para frente, com muito respeito, com muito cuidado ao meio ambiente.

E é claro, Sr. Presidente, para finalizar essa fórmula, acredito que nós não podemos esquecer de um outro ponto importante, que é a questão relacionada ao bem estar econômico e social. Não dá para termos atividades de mineração na Amazônia deixando como resultado as pessoas mais pobres daquela região. Queremos investimento em mineração, sim, com tecnologia avançada, com agregação de valor, com respeito ao meio ambiente e com bem estar econômico e social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Esse foi o Senador Jefferson Praia, mostrando suas preocupações com o desenvolvimento, com competência, da Amazônia. Daí estarmos lendo – viu, José Nery? – *O Livro das Competências*. E o Senador acabou de exigir um desenvolvimento competente da Amazônia.

Convidamos, como último orador, José Nery, que representa o Pará e o PSOL.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero registrar o meu apoio à luta dos trabalhadores e trabalhadoras da educação no Estado do Pará. Essa luta foi marcada no dia de hoje, Sr. Presidente, por uma grande paralisação dos professores liderada pelo combativo Sintep, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública, no Estado do Pará, sindicato que representa a categoria em nível estadual.

O Governo do Estado tem-se mantido apenas no discurso, quando se trata da valorização dos trabalhadores do serviço público estadual. Por isso, os trabalhadores e trabalhadoras em educação realizaram duas massivas greves em 2008 e 2009, que mobilizaram cerca de 90% da categoria para pressionar o Governo Ana Júlia e, com isso, trazer o mínimo de avanço à educação e à categoria.

Contudo, até o momento, não houve avanço nas negociações com o Executivo Estadual. No último congresso da categoria, foi aprovado, como eixo principal da campanha salarial e educacional de 2010, a aprovação imediata do Plano de Carreira, Cargos e Remuneração, PCCR, que contemplasse todos os trabalhadores em educação no Estado do Pará.

Contudo, até o momento, o Governo do Estado tem sinalizado que pretende apresentar uma proposta diferente à que está sendo construída no âmbito da categoria.

Por isso, a mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras cumpriu mais uma etapa no dia de hoje com uma paralisação das redes estadual e municipal para deixar claro que a categoria está em alerta, reafirmando que a educação pública de qualidade passa pela valorização dos trabalhadores e trabalhadoras em educação.

No último dia 26 de fevereiro aconteceu, na sede da Secretaria de Estado e Planejamento, Orçamento e Finanças, reunião da Comissão Permanente de Negociação entre o Sintep e o Governo do Estado, para definir as diretrizes do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração unificado em fase de definição na forma de projeto de lei estadual. O Sindicato avalia que o Governo não avançou no conteúdo das propostas econômicas do PCCR, o que pode levar a categoria a uma nova greve.

O Sintep solicitou ao Secretário de Planejamento, Dr. José Júlio, à Professora Drª Socorro Coelho, Secretária de Estado de Educação, e ao Sr. Mauro Leônidas, membros da Comissão de Negociação representando o Governo, uma resposta concreta às propostas apresentadas pelo Sindicato há três meses.

O Governo não revelou sua proposta, informando que sua versão de PCCR seria encaminhada diretamente à Assembleia Legislativa até o dia 15 de março, mesmo que não houvesse acordo com a categoria. É bom registrar que até a presente data, 31 de março de 2010, o referido Plano de Carreira não foi encaminhado à Assembleia Legislativa.

Neste sentido, Sr. Presidente, proponho diretamente ao Governo do Estado do Pará e à Governadora Ana Júlia que se realize, imediatamente, uma reunião com a direção estadual do Sintep, visando à constru-

ção de um acordo em que a proposição de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários seja minimamente realizado, discutido e acordado entre as partes, garantindo, efetivamente, aos trabalhadores em educação no Pará condições dignas de remuneração, de trabalho, bem como sejam atendidas outras necessidades da categoria, dos alunos e da comunidade escolar no Estado do Pará.

Trata-se da necessidade de um plano de reestruturação de toda a rede física das escolas estaduais, tendo em vista que, em grande parte delas, o que encontramos são escolas sem condições de acolhimento aos alunos para a realização da tarefa de promover ali, naqueles espaços, a educação. São escolas que necessitam de reformas e ampliação. Alguns lugares precisam mesmo é da construção de novas escolas estaduais.

É com satisfação que concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Nery,** fico satisfeito de vê-lo trazendo esse problema da greve dos professores no Estado do Pará, mas lembro que não é só ao Estado do Pará que deveríamos dedicar mais tempo aqui.

Hoje, estão em greve os professores de São Paulo, estão em greve os professores da UnB, estão em greve os professores do Pará e, provavelmente, de outros Estados. A greve de professor é uma tragédia. São semanas que crianças ficam sem aula. Nós temos que descobrir um meio para que os professores reinvidiquem sem necessidade de greve ou, melhor ainda, que a gente chegue ao dia em que não seja preciso de greve de professor. Fui visitar a Finlândia para saber porque ali a educação deu certo. Os professores fizeram uma grande festa quando comemoraram trinta anos sem greve. Fizeram uma festa. Lá, Senador Mão Santa, o sindicato não se diz dos professores, mas sindicato da educação. Eles são combativos. Eles brigam, sobretudo na rua, e conseguem passar anos e anos sem uma greve e terem os melhores salários do país, de todas as categorias. A gente precisa chegar a esse ponto. Enquanto não chegamos, fico satisfeito de ver o senhor trazendo propostas. Quero aqui, de público, dizer que ontem recebi um grupo de professores da UnB, aqui, a essa hora da noite. Eles me pediram para eu ligar para o Ministro da Educação, Fernando Haddad, para ver se ele podia recebê-los. O Ministro disse: “Venha aqui agora”. E daí a vinte minutos, por causa do trânsito que estava muito ruim, estávamos todos, os professores e eu, com o Ministro Fernando Haddad. Na manhã de ontem, tivemos uma reunião muito tensa e difícil com o Ministro do Planejamento, que, de certa maneira, diz que está amarrado e impossibilitado de

atender o que os professores querem. É preciso dizer que, no caso da UnB, o que os professores querem é não haver redução do salário.

**O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA)** – Não é nem reajuste.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF)** – Não é reajuste, não é aumento. Eles querem, na verdade, duas coisas: saber quanto vão ganhar no próximo mês, porque cada mês está vindo um salário diferente, e não perder. Os professores de nível superior, mais alto, mais velhos... Eu dou aula lá sem receber nada, obviamente, mas, se estivesse lá, perderia pouco. Mas os professores em início de carreira estão perdendo uma parte substancial dos salários. O Ministro do Planejamento resistiu muito; o Ministro da Educação foi absolutamente simpático, embora tenha dito que reconhece que o Ministro do Planejamento não poderá cumprir o que os professores querem sem que a Advocacia-Geral da União aceite. É preciso dizer que o Supremo Tribunal Federal, por um parecer da Ministra, já deu ganho aos professores. O problema está na interpretação. O Ministério do Planejamento interpreta que o que a Ministra deu leva ao cálculo do salário de uma maneira; os professores dizem que a maneira de calcular é outra. O problema é que a maneira dos professores mantém o salário e a do Ministério diminui o salário. Não é possível uma coisa dessas. A gente vê no Pará, vê em São Paulo, vê se espalhando por aí. Temos que descobrir uma forma de, neste País, professor não precisar fazer greve. Precisamos de duas coisas. Uma delas é entender que professor é solução, não é problema. Em geral, o governante vê professor como problema, não como solução. A segunda coisa é, de fato, os sindicatos serem menos corporativos também, porque há momentos em que os professores terminam sendo levados à greve por influências às vezes até políticas. Vamos reconhecer isso. Não podemos esconder nada. São levados até por influência política, mais do que por, de fato, interesse da categoria. A gente precisa quebrar o corporativismo e mudar a mentalidade dos governantes. Só assim a gente vai ter um país em que professor não faça greve, não precise fazer greve, e aí a criança vai poder ter aula o dia inteiro.

Um dia sem aula não é recuperado. A gente diz que ele é reposto. Ele não é exatamente reposto. Você repõe a sua ida lá, mas não é a mesma coisa. Não é a mesma coisa essa tal de reposição. Na universidade até que dá mais ou menos, mas na educação de base a reposição é com uma perda muito grande. Temos que descobrir uma maneira de o professor ter seus direitos não apenas garantidos, como a UnB quer, mas até melhorados sem que seja preciso fazer greve. E aí eu concluo dizendo: menos corporativismo e politi-

zação por parte dos sindicatos e mais compreensão e sensibilidade por parte dos governantes. É isto que eu desejo que a gente tenha no Brasil.

**O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA)** – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Espero que, no meu Estado do Pará, nós consigamos fazer com que o Governo do Estado e o sindicato que representa a educação pública estadual no Pará consigam um acordo que evite a greve, porque, na verdade, no dia de hoje ocorreu uma paralisação. Fiz aqui menção às greves de 2008 e 2009, mas espero, tal qual ocorreu no exemplo que V. Ex<sup>a</sup> referiu, da discussão em relação aos direitos dos trabalhadores, sobretudo em relação à questão de garantia salarial dos professores da UnB, que teve uma resposta imediata do Ministro de Estado de Educação, Ministro Fernando Haddad. Mas eu espero que a proposta que estou aqui apresentando de público ao Governo do Estado do Pará, para que, numa reunião de trabalho conjunta com o sindicato, apresente a sua proposta ou tente, numa reunião conjunta, construir de forma consensual ou naquilo que for possível, uma proposta de plano de carreira, cargos e salários a ser remetida à consideração dos Deputados Estaduais, que serão os responsáveis pela aprovação desse plano de carreira.

Portanto, o que V. Ex<sup>a</sup> diz é muito relevante. O ideal e o sonho é que não tenhamos greve de educadores, greve de professores em nenhum dos entes da Federação: nem no Município, nem nos Estados e também na União, porque, para isso ocorrer, é preciso que cada ente estatal, cada esfera de governo compreenda, de uma vez por todas, que valorizar a educação, garantir condições dignas de trabalho, garantir a construção de um processo democrático de gestão educacional, com a participação da comunidade escolar, dos estudantes, dos pais e responsáveis, bem como do corpo técnico, dos funcionários, da direção, da coordenação pedagógica das escolas, é fundamental para avançarmos nesse princípio de educação cidadã e inclusiva.

Portanto, eu espero que o processo de negociação real, objetivo, direto entre o sindicato e o Governo do Estado, para apresentar um plano de carreira, cargos e remuneração o mais consensual possível, eu diria que é uma medida fundamental que pode evitar uma nova greve em 2010. Por isso, a categoria insiste em alguns pontos fundamentais para garantir essa valorização da carreira. Eles dizem que consideram fundamentais, por exemplo, a garantia de um piso salarial adequado; jornada de trabalho com garantia da hora/atividade para planejamento escolar; progressão vertical automática da carreira para o novo título; garantia da progressão horizontal por tempo de serviço; gratificação do aprimoramento profissional; especia-



lização, mestrado e doutorado; dentre outros pontos, além de garantir a inclusão dos funcionários da educação, entre outros.

Para que essas propostas sejam viabilizadas no processo de negociação com o Governo e com os Deputados Estaduais, que têm a tarefa de aprovar o PCCR, o Sintep tem cumprido um calendário de lutas que teve início no dia 16 de março de 2010, quando foi realizado um debate sobre políticas educacionais, prosseguindo com a realização de assembleias gerais de trabalhadores nos Municípios e, hoje, com a paralisação estadual, momento decisivo na luta dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação no Pará para a garantia e a efetivação do Plano de Carreira, Cargos e Remuneração.

O sindicato está atento e trabalha inclusive com a possibilidade de uma greve estadual no início do ano letivo, caso o PCCR não atenda aos interesses da categoria.

E é na condição de professor da rede estadual, de Parlamentar que representa o povo do Estado do Pará que me coloco, com toda certeza, Sr. Presidente, ao lado da luta dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, na defesa do seu Plano de Carreira, do salário digno, da valorização profissional e, consequentemente, da valorização da educação pública gratuita e de qualidade.

Portanto, espero uma resposta adequada aos pleitos da categoria, uma negociação firme, madura e conseqüente, que resulte em um acordo entre as partes, para que o plano a ser apresentado à Assembleia Legislativa do Pará seja resultado de um amplo diálogo e do entendimento entre as partes.

Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero, na parte final do meu pronunciamento, abordar uma questão que considero digna de nota e de registro no plenário do Senado Federal. Trata-se de uma sentença judicial histórica, que honra a Justiça do Trabalho no Pará, porque faz justiça a numerosos trabalhadores de prestadoras de serviços à Companhia Vale do Rio Doce, na mina de ferro de Carajás, e requalifica as suas relações de trabalho.

Reporto-me à memorável decisão do Juiz da Vara do Trabalho de Parauapebas, no sudeste do Pará, Dr. Jônatas Andrade, proferida em 10 de março passado, que condena a Companhia Vale do Rio Doce e aquelas empresas que lhe prestam serviço a incluírem as horas itinerantes nas jornadas de trabalho dos funcionários terceirizados – as horas gastas com longos e penosos deslocamentos da ida e retorno de seus locais de trabalho – e a indenizá-los com valores que somam R\$300 milhões pelos anos de omissão e descumprimento dessa obrigação. São R\$200 milhões a serem

revertidos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e R\$100 milhões por danos morais coletivos.

O Juiz Jônatas Andrade acatou a ação do Procurador Dr. José Adilson Pereira da Costa, do Ministério Público do Trabalho, contra a empresa, por considerar que a poderosa companhia de mineração estava lucrando indevidamente com o artifício de ignorar as horas itinerantes. Mas, até porque instado a responder a numerosos recursos impetrados pelas empresas, com o mal disfarçado interesse de procrastinar o julgamento da ação, qualificou-a ainda mais, construindo uma peça jurídica primorosa, que há de prevalecer sobre quaisquer novos e velhos argumentos que a Vale e contratadas possam levar às instâncias superiores da Justiça do Trabalho, no intuito evidente de inviabilizar a sentença proferida e prolatada pelo eminente Juiz Jônatas Andrade.

Está perfeitamente demonstrado pelo juiz que os funcionários terceirizados da Vale do Rio Doce são lesados com a subtração de sua jornada de trabalho e, por conseguinte, de seus salários, de muitas horas consumidas com o percurso entre o centro da cidade de Parauapebas e as minas de ferro da Serra de Carajás.

O aspecto central da referida sentença diz respeito à consideração do tempo de deslocamento até a chegada às minas no cômputo da jornada de trabalho. A Consolidação das Leis do Trabalho dispõe que o tempo gasto pelo empregado até o local de trabalho e para seu retorno, independentemente do meio de transporte usado, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando por tratar-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornece a condução. A Vale optou pela conveniência de ignorar a real dificuldade de acesso às suas minas de ferro e simular a existência de transporte público regular até as mesmas, para desobrigar-se de respeitar e garantir o cumprimento desse direito de seus funcionários terceirizados, como forma adicional de obtenção de lucro da exploração do trabalho.

O Juiz do Trabalho, Dr. Jônatas Andrade, faz história ao condenar a Vale pela prática de redução artificial, inescrupulosa e ilegal de custos com seus funcionários terceirizados, para pagar as horas que gastavam com deslocamentos aos seus locais de trabalho, a uma distância de 50 km entre o centro da cidade de Parauapebas e a área de exploração mineral de Carajás, e assim conseguir vantagens competitivas adicionais àquelas que o Estado já lhe concede. Está de parabéns pela coragem e brilhantismo com que defendeu seus argumentos e proferiu sua sentença.

Portanto, Sr. Presidente, ainda para tratar de questões ligadas à Companhia Vale do Rio Doce, na

próxima semana, aqui apresentarei considerações sobre a realização do primeiro encontro mundial de trabalhadores atingidos pela Vale do Rio Doce. São trabalhadores que perderam o emprego, que foram dispensados mesmo em tratamento de saúde. Também apresentarei, de forma mais direta e mais concreta, a nossa solidariedade aos trabalhadores da Vale Inco, no Canadá, que estão em greve há oito meses, exigindo respeito a direitos trabalhistas

Concedo um breve aparte ao Senador Cristovam Buarque, com a condescendência, evidentemente, do nosso Presidente Mão Santa.

**O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF)** – Não é nem mesmo um aparte. É uma informação, pegando carona, porque não é diretamente relativa ao assunto da justiça do trabalho, mas tem tudo a ver com algo com que o senhor se preocupa muito, relacionado à Justiça. É para comunicar que, aqui no Distrito Federal, o PDT decidiu que vai aplicar a ficha limpa antes de ela virar lei. Está todo mundo falando que é preciso uma lei. Qualquer partido que quiser pode dizer: “Neste Partido só vai ser candidato quem tiver ficha limpa”. Não precisava nem de lei. Então, aqui a Executiva do PDT decidiu, por unanimidade, que vai praticar a ficha limpa, antes de que a ideia da ficha limpa vire lei. Esta seria uma ideia que a gente deveria espalhar por todo o Brasil: “Não vote em partido que não exija ficha limpa para seus candidatos.”

**O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA)** – Senador Cristovam Buarque, V. Ex<sup>a</sup> sempre traz boas notícias, quando fala da tribuna deste Senado, quando fala com os estudantes da universidade ou quando fala com o povo nas ruas de Brasília ou em qualquer lugar deste País. Sem dúvida, é uma notícia alvissareira e concreta essa com que V. Ex<sup>a</sup> brinda o Senado e o Brasil, na noite de hoje, quase no final desta sessão ordinária do Senado Federal, ao comunicar a decisão do Partido Democrático Trabalhista em Brasília de adotar critérios e procedimentos próprios para escolha de seus candidatos às eleições para o Legislativo e para o Executivo em 2010. O Partido decidiu adotar o que o Movimento pela Ética na Política vem orientando desde 2008, quando das eleições municipais, publicando, inclusive, nos *sites* de várias organizações pertencentes a esse movimento pela ética e contra a corrupção eleitoral a relação dos candidatos e os processos judiciais que eles estão respondendo na Justiça – sobretudo processos criminais e de improbidade administrativa.

Quero saudar, com entusiasmo, Sr. Presidente, a decisão do PDT do Distrito Federal e torcer para que todos os partidos... Inclusive, participarei brevemente de uma reunião do diretório nacional do PSOL e pretendendo, com o estímulo dessa sua notícia, solicitar ao

meu Partido que oriente uma providência dessa natureza a todos os diretórios estaduais do PSOL, retirando o direito à candidatura daqueles que, eventualmente – creio que já há uma certa preocupação prática com esses procedimentos na nossa curta história do PSOL, que é um Partido com apenas seis anos de existência; há uma preocupação muito grande com que pessoas que respondem por crimes, seja na área penal seja por improbidade administrativa, não venham a ser candidatos. Portanto, saliento aqui a relevância dessa decisão, esperando que haja adesão voluntária. Creio que é uma campanha que precisamos fazer a partir do Parlamento, a partir do Congresso Nacional: convocar todos os Partidos, para que tomem essa decisão independentemente de exigência legal.

Quero agradecer ao Sr. Presidente a paciência e a condescendência em relação ao tempo que utilizei e desejar a todos os brasileiros e brasileiras uma feliz Páscoa e renovação, já que estamos encerrando os nossos trabalhos, para viver os dias da Semana Santa, e que cada um possa aproveitar esse tempo, para refletir, renovar-se e ajudar a construir um Brasil que nós sonhamos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI)** – Professor Cristovam, V. Ex<sup>a</sup> deu uma grande contribuição, quando se candidatou a Presidente da República. Entendo que se igualou a Rui Barbosa. As épocas eram diferentes. Ele evitou um militarismo na República. Surgiram dois Presidentes militares, e haveria um terceiro. Ele perdeu, mas está aí, sendo o símbolo maior da democracia. Ele deixou escrito e orgulhosamente anunciamos. Ele disse: “Só há um caminho e uma salvação: a lei e a justiça”.

Está ouvindo, Professor Cristovam? V. Ex<sup>a</sup>, nos dias de hoje, ensina que só há um caminho e uma salvação: a educação. Essa é a variação de Rui Barbosa para V. Ex<sup>a</sup>. São, vamos dizer, dois Dom Quixotes da democracia. Sonharam, e sonhar é bem.

O exemplo de V. Ex<sup>a</sup> não foi em vão. Com a ajuda de Deus e com exemplos como o que V. Ex<sup>a</sup> tem dado, acreditamos que temos de ser otimistas e que a democracia vai melhorar.

**O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA)** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI)** – Quero aproveitar para... Acabei de receber uma comunicação.

**O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Senador Cristovam Buarque, faço questão de registrar, neste momento, aqui no plenário do Senado Federal, a visita da professora, sindicalista, ex-Depu-

tada Estadual no Estado do Pará, por dois mandatos combativos em defesa dos trabalhadores na educação no Pará, a professora Araceli Lemos, que nos honra com a visita ao Senado Federal.

Eu convidei a professora Araceli para vir ao plenário, para testemunhar e dizer da nossa satisfação em recebê-la e para cumprimentá-la pelo seu trabalho à frente do nosso Partido no Estado do Pará, o PSOL, que dirige com entusiasmo, com a participação de todos os filiados, dos diretórios municipais, nesse processo de construção e de afirmação de uma alternativa de esquerda e socialista, organizando-se o povo e um partido muito jovem, que se destaca por sua luta em defesa da ética na política, contra a corrupção e pela defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo brasileiro, em especial do povo paraense.

Então, pedi a palavra para registrar e agradecer a V. Exª a possibilidade de que o Pará e o Brasil saibam que estamos recebendo, neste momento, a nossa querida Presidente do PSOL no Estado do Pará.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI)

– Pois eu queria passar a ela um ensinamento que aprendi de Heloísa Helena. Ética – não vi ninguém definir melhor do que ela – é vergonha na cara e bondade no coração.

Então, vamos levar essa mensagem de Heloísa Helena. Isso melhoraria a democracia que somos.

Mas, José Nery, V. Exª defendeu os movimentos da classe dos professores em greve.

E eu aí recebi um e-mail:

*Caro Senador Mão Santa, venho através deste, mui respeitosamente, encaminhar a Vossa Senhoria uma carta de manifestação sobre a situação do servidor da Adapi, Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí.*

*Senhor Senador Mão Santa, venho através deste, mui respeitosamente, pedir-lhe, novamente, auxílio na questão de greve dos servidores da ADAPI - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí.*

*Vossa senhoria deve ter notícias de que nenhuma proposta foi encaminhada pelo governo para negociação com o movimento grevista, e que a cada dia, estamos recebendo mais ameaças das instâncias superiores, no intuito de barrar nossas manifestações e cercar nosso direito à reivindicação por melhorias salariais de condições de serviço.*

*O governo petista [por isso que a Heloísa Helena deixou o PT], por meio do nosso ilustríssimo governador [graças a Deus, parece que ele está saindo. Deus foi bom para*

*o Piauí. Livrai-nos do PT! ], vem a cada dia fechando o cerco, através de ameaças veladas e da insistência no autoritarismo, quando declara publicamente que não negocia com grevistas, o que é um fato, no mínimo irônico, uma vez que o PARTIDO DOS TRABALHADORES sempre se declarou defensor dos direitos dos trabalhadores, neste caso incluía-se o direito à greve, resguardado a todo e qualquer empregado, quer seja de instituição pública ou particular.*

*Ademais, a pessoa do excelentíssimo governador, enquanto servidor da Caixa Econômica [o Governador que, graças a Deus, deixou lá era auxiliar da Caixa Econômica Federal] era um dos defensores mais veementes das manifestações de classe e lutador aguerrido por melhorias para sua classe. Agora, como Governador, esquece os dias de trabalho pesado, mal-remunerados e, principalmente, das horas que passou sob sol e chuva em manifestações.*

*É decepcionante e desestimulador ver nosso voto ser transformado em interesses politiqueros, pois foi com nosso voto e nossa empenhada campanha que estes políticos que hoje estão no poder foram eleitos, e no momento em que reivindicamos e lutamos, justamente, por nossos direitos, somos ignorados.*

*É usando o nosso esforço, de horas e horas sob sol escaldante do Piauí, realizando fiscalizações às propriedades e vacinação de rebanhos bovinos, nos arriscando por estradas mal-conservadas em veículos.....*

Mas, enfim, vamos resumir a carta.

O serviço público estadual recebendo vencimentos que vão de R\$586,00 para o técnico de nível médio e, atentai bem, José Nery, R\$893,00 pago ao técnico de nível superior. Isso é uma vergonha nesse País.

Nós sabemos isso, José Nery, porque sofremos... Ela que é professora... Um movimento que o Dom Quixote Cristovam Buarque pela educação fez ser aprovada uma lei que dava um piso de R\$900,00, e neste nosso País sabe-se que entraram com uma liminar e impediram esse piso.

Aqui os trabalhadores do Piauí que hoje tiveram a bênção de Deus que o governo do PT saiu e entra um do PSB.

Vamos ver se melhora. Isso é o que vou encaminhar. O valor pago era R\$ 893,00, aos técnicos de nível superior. Isso é uma vergonha. Quer dizer, um homem da área e há funcionários públicos ganhando quase R\$ 30 mil. Deus não fez eles com seis estôma-

gos e a professorinha e o formado superior da Universidade de Sanidade Animal de Vegetal... Isso é o que eles pedem.

E o pior e mais vergonhoso é que, desde outubro, eles querem uma audiência com o Senador, que é do PT. Por isso que a Heloísa Helena deixou o PT. E hoje parece que é um dia de felicidade no Piauí, quando ele deixa o Governo e vai entrar um médico, que é do PSB. Então, fica a esperança. Está no livro de Deus: é pecado perder a esperança. E o povo do Piauí, então, tem esperança. Daqui faço um apelo. Como José Nery fez o apelo para resolver lá o problema das professoras, nós fazemos o apelo ao Governador que entra, Deputado Wilson Martins, médico, neurocirurgião, que trabalhou com o professor Walli Ferraz e foi líder do meu Governo: que ele receba os servidores da Adapi – Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí. Este é o pedido do Senador do Piauí ao novo governante, Dr. Wilson Martins, que repousa a esperança em melhores dias para os servidores da Adapi.

Há mais alguma coisa?

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

## PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 85, DE 2010

(Complementar)

**Altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, para regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, serão concedidas isenções, incentivos e benefícios fiscais relacionados ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, atendendo ao disposto no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea g, da Constituição Federal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A ementa da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Dispõe sobre convênios para, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, regular a forma como serão concedidas isenções, incentivos e benefícios fiscais relacionados ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, nos termos

do art. 155, § 2º, inciso XII, alínea g, da Constituição Federal.” (NR)

Art. 2º Os arts. 2º a 4º, 7º, 8º e 11 da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º .....

§ 1º As reuniões realizar-se-ão com a presença de representantes da maioria dos Estados e do Distrito Federal.

§ 2º A autorização para a concessão e a revogação, total ou parcial, de isenções, incentivos e benefícios fiscais dependerá de decisão da maioria absoluta dos Estados e Distrito Federal representados.

.....” (NR)

“Art. 3º Os convênios podem dispor que a aplicação de qualquer de suas cláusulas seja limitada a um ou alguns dos Estados ou Distrito Federal.” (NR)

“Art. 4º Dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação dos convênios no Diário Oficial da União, e independentemente de qualquer outra comunicação, o Poder Executivo de cada Estado e do Distrito Federal publicará decreto ratificando ou não os convênios celebrados, considerando-se ratificação tácita dos convênios a falta de manifestação no prazo assinalado neste artigo.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se também aos Estados e ao Distrito Federal cujos representantes não tenham comparecido à reunião em que hajam sido celebrados os convênios.

§ 2º Considerar-se-á rejeitado o convênio que não for expressa ou tacitamente ratificado pelo Poder Executivo da maioria absoluta dos Estados e Distrito Federal.” (NR)

“Art. 7º Os convênios ratificados obrigam todos os Estados e o Distrito Federal, inclusive os que, regularmente convocados, não se tenham feito representar na reunião.” (NR)

“Art. 8º A infração aos dispositivos desta Lei Complementar caracteriza inobservância ao art. 11 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e será punida segundo o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950; o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967; a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992; e demais normas da legislação pertinente.” (NR)



“Art. 11 O Regimento das reuniões de representantes dos Estados e do Distrito Federal será aprovado em convênio.” (NR)

Art. 3º Observado o disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, ficam mantidos os benefícios, as isenções e os incentivos fiscais vigentes à data de promulgação desta Lei Complementar, independentemente da base legal que lhes deu origem, até que revogados ou alterados, nos termos estipulados nesta Lei Complementar.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

A proposta tem por objetivo adequar a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, à nova ordem constitucional e, principalmente, à realidade do País. Decorridos aproximadamente trinta e cinco anos desde a sua edição, o sistema de deliberação conjunta dos Estados e do Distrito Federal mostrou-se insatisfatório para atender aos objetivos republicanos.

De fato, a prática tem demonstrado que as medidas destinadas ao fomento regional, ou de interesse de um ou poucos Estados, são rejeitadas por falta de consenso. Em consequência, muitas unidades federativas acabam sendo forçadas a legislar à margem do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, como única forma de preservar legítimos interesses econômicos e sociais, na busca da redução de desigualdades objetivada pelo art. 3º, inciso III, da Constituição Federal (CF).

Entretanto, as desonerações concedidas unilateralmente têm gerado disputas judiciais no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que sistematicamente tem julgado inconstitucionais incentivos e benefícios concedidos sem prévia autorização de todas as unidades federativas. Além disso, têm motivado a glosa de créditos de ICMS em face dos contribuintes localizados nos Estados para os quais são destinadas mercadorias.

Essa situação cria notável insegurança jurídica, abalando as relações entre os entes federativos e inibindo investimentos necessários ao desenvolvimento nacional equilibrado. Estudos realizados pela Consultoria “Rosemberg Consultores Associados” comprovam que os incentivos regionais proporcionaram, ao longo dos anos, notável desconcentração econômica, com reflexos positivos não apenas no campo econômico, materializados pela elevação de receitas tributárias, mas principalmente no âmbito social. Houve a inclusão social de milhares de famílias beneficiadas pela geração de empregos em áreas de difícil exploração econômica, em virtude da distância dos centros consumidores. Em contrapartida, reduziu-se o êxodo para

as grandes cidades, criando-se um movimento inverso de interiorização. Indiretamente, os Estados mais privilegiados tiveram redução de custos com habitação e segurança.

Os estudos mostram também que a supressão desses incentivos teria efeitos perversos sobre as economias estaduais que deles necessitam, inibindo a continuidade de empreendimentos produtivos e, com isso, gerando grave crise econômica e social. Os Estados perderiam receitas tributárias e teriam de amparar as famílias que dependem da permanência das empresas nesses Estados para prover seu sustento. Como reflexo, poderia haver a elevação da carga tributária, em proporção correspondente aos incentivos suprimidos, sem que disso resultasse o aumento da arrecadação, em virtude de sonegação e informalidade. Acresce-se a isso que muitos Estados seriam instados a reparar os prejuízos decorrentes da quebra de contratos de implantação ou expansão de empreendimentos econômicos firmados com a iniciativa privada e que tinham na desoneração do ICMS sua principal contrapartida.

Portanto, contrariando o senso comum de que a concessão unilateral de incentivos e benefícios relacionados ao ICMS seria apenas uma forma interesseira de cooptar contribuintes de outros Estados, propiciando competição predatória, o fato é que grande parte desses incentivos são absolutamente necessários para a subsistência da economia dos Estados das regiões menos favorecidas e para a sobrevivência digna de suas populações.

No contexto do federalismo cooperativo apregoado pela Constituição de 1988, a regra da unanimidade estabelecida pela Lei Complementar nº 24, de 1975, não tem mais razão de ser, pois inviabiliza a promoção dos mais básicos princípios democráticos, ao favorecer a ditadura da minoria sobre a maioria. Afinal, basta um único Estado discordar para que não sejam concedidas desonerações fiscais que, muitas vezes, têm como objetivo principal induzir agentes econômicos a realizarem ações necessárias ao atendimento do interesse público. A visão meramente arrecadatória, nesses casos, é sinal de miopia ou de falta de compreensão quanto aos anseios da Nação. Todavia, é a que tem prevalecido.

Assim, faz-se necessária a modernização da referida lei complementar para que os Estados possam verdadeiramente debater as questões de interesse nacional, aí incluído o fomento das regiões menos desenvolvidas, de forma eficaz. Como as matérias passam a ser aprovadas por maioria absoluta, faz-se necessário incluir dispositivo que torne os convênios autorizativos.

Ademais, convém suprimir as sanções previstas nos incisos I e II do art. 8º da Lei Complementar nº 24, de 1975, pois, embora conflitantes com a atual Constituição, continuam sendo aplicadas unilateralmente por diversos Estados, como forma de retaliação à concessão de incentivos e benefícios sem anuência dos demais. Há, nesse entendimento, manifesta usurpação da competência do Poder Judiciário para decidir sobre a legitimidade das normas estaduais atacadas, além de violação clara ao princípio da não-cumulatividade do ICMS (CF, art. 155, § 2º, I). Realmente, para que as sanções sejam aplicadas cumulativamente, é necessário que um órgão determine sua observância concomitante pelos Estados. Tal função compete, no atual sistema constitucional, ao Supremo Tribunal Federal. Por outro lado, se forem aplicadas de forma conjunta, as sanções acarretarão dupla exigência do ICMS: uma vez, pelo Estado de origem, em decorrência da invalidade da lei concessiva do benefício; outra, pelo Estado de destino, mediante denegação do crédito do valor correspondente ao dispensado na origem. Dessa forma, nega-se vigência à norma constitucional garantidora da dedução do ICMS incidente nas sucessivas etapas do ciclo de circulação de mercadorias e serviços.

Também as penalidades previstas no parágrafo único do art. 8º ficaram completamente prejudicadas. Primeiro, o repasse de recursos vedado seria dos impostos únicos sobre combustíveis e minerais, que não mais existem. Segundo, o Tribunal de Contas da União não pode controlar os Estados e o Distrito Federal, sujeitos ao controle dos respectivos Tribunais de Contas (CF, arts. 71, VI, e 75).

Para evitar que perdure essa situação de patente gravidade institucional, é conveniente a alteração do art. 8º da lei complementar em questão, para prever sanções adequadas para coibir e punir a concessão de incentivos e benefícios sem autorização legal.

Com esse propósito, converte-se-se a concessão de incentivos e benefícios em desacordo com a Lei Complementar nº 24, de 1975, em conduta contrária ao art. 11 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), cujo *caput* impõe “a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação”, vedando o seu parágrafo único “a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no *caput*, no que se refere aos impostos”. Além disso, fica expresso que o administrador público se sujeita às sanções penais pertinentes, tal qual previsto no art. 73 da LRF.

Propomos, ainda, que a Lei Complementar nº 24, de 1975, tenha seu texto atualizado de modo a tornar-se, efetivamente, a lei complementar exigida pelo art.

155, § 2º, inciso XII, alínea *g*, da Constituição Federal. Para tanto, alteramos diversos dispositivos, a fim de atualizar a terminologia utilizada no texto da lei. Os arts. 3º, 4º, 7º e 11 são alterados para que o termo “unidades da federação” seja substituído pelo termo “Estados e Distrito Federal”, visto que, pelo texto Constitucional de 1988, os municípios também são considerados “unidades da federação” autônomas. Faz-se necessário deixar expresso na referida lei complementar que as obrigações e poderes ali descritos restringem-se aos Estados e ao Distrito Federal.

Também a título de atualização propomos nova redação ao art. 1º da lei complementar, não só para atualizar o nome do imposto em questão (“imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação”), como também para adotar ampla definição para isenções, incentivos e benefícios fiscais, com fundamento na terminologia adotada na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Propomos, ainda, solução definitiva para os incentivos, isenções e benefícios concedidos no passado recente e que carecem de amparo legal. Assim, sugerimos que esses instrumentos sejam validados pela nova lei. – Senador **Marconi Perillo**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 24, DE 7 DE JANEIRO DE 1975

*Dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências.*

**Art. 2º** - Os convênios a que alude o art. 1º, serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência de representantes do Governo federal.

§ 1º - As reuniões se realizarão com a presença de representantes da maioria das Unidades da Federação.

§ 2º - A concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados; a sua revogação total ou parcial dependerá de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes presentes.

§ 3º - Dentro de 10 (dez) dias, contados da data final da reunião a que se refere este artigo, a resolução nela adotada será publicada no *Diário Oficial* da União.

**Art. 3º** - Os convênios podem dispor que a aplicação de qualquer de suas cláusulas seja limitada a uma ou a algumas Unidades da Federação.

**Art. 4º** - Dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação dos convênios no *Diário Oficial* da União, e independentemente de qualquer outra comunicação, o Poder Executivo de cada Unidade da Federação publicará decreto ratificando ou não os convênios celebrados, considerando-se ratificação tácita dos convênios a falta de manifestação no prazo assinalado neste artigo.

§ 1º - O disposto neste artigo aplica-se também às Unidades da Federação cujos representantes não tenham comparecido à reunião em que hajam sido celebrados os convênios.

§ 2º - Considerar-se-á rejeitado o convênio que não for expressa ou tacitamente ratificado pelo Poder Executivo de todas as Unidades da Federação ou, nos casos de revogação a que se refere o art. 2º, § 2º, desta Lei, pelo Poder Executivo de, no mínimo, quatro quintos das Unidades da Federação.

**Art. 7º** - Os convênios ratificados obrigam todas as Unidades da Federação inclusive as que, regularmente convocadas, não se tenham feito representar na reunião.

**Art. 8º** - A inobservância dos dispositivos desta Lei acarretará, cumulativamente:

I - a nulidade do ato e a ineficácia do crédito fiscal atribuído ao estabelecimento recebedor da mercadoria;

II - a exigibilidade do imposto não pago ou devolvido e a ineficácia da lei ou ato que conceda remissão do débito correspondente.

Parágrafo único - As sanções previstas neste artigo poder-se-ão acrescer a presunção de irregularidade das contas correspondentes ao exercício, a juízo do Tribunal de Contas da União, e a suspensão do pagamento das quotas referentes ao Fundo de Participação, ao Fundo Especial e aos impostos referidos nos itens VIII e IX do art. 21 da Constituição federal.

**Art. 11** - O Regimento das reuniões de representantes das Unidades da Federação será aprovado em convênio.

## Título VI

### Da Tributação e do Orçamento

#### Capítulo I

#### Do Sistema Tributário Nacional

#### Seção IV

#### Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal

**Art. 155.** Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

III - propriedade de veículos automotores.

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

I - será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;

II - a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

III - poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

IV - resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;

V - é facultado ao Senado Federal:

a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

VI - salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, g, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais;

VII - em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:

a) a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto;

b) a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele;



VIII - na hipótese da alínea a do inciso anterior, caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

IX - incidirá também:

a) sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço;

b) sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

X - não incidirá:

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;

b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;

c) sobre o ouro, nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º;

d) nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita;

XI - não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos;

XII - cabe à lei complementar:

a) definir seus contribuintes;

b) dispor sobre substituição tributária;

c) disciplinar o regime de compensação do imposto;

d) fixar, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações

relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços;

e) excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos além dos mencionados no inciso X, a;

f) prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias;

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

h) definir os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade, hipótese em que não se aplicará o disposto no inciso X, b);

i) fixar a base de cálculo, de modo que o montante do imposto a integre, também na importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço.

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 307, DE 2010**

Nos termos regimentais, requeiro a tramitação autônoma do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2009, que hoje tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado de nºs 423 e 495 de 2003; 106, de 2006, 470 e 681, de 2007, 138 e 465, de 2008 e 194, de 2009.

Sala das Sessões, 31 de março de 2010. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação, e será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

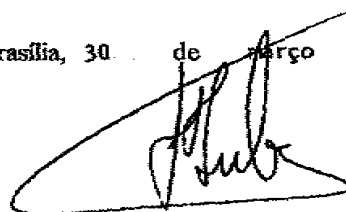
**MENSAGEM**  
**Nº 86, DE 2010**  
**(nº 138/2010, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **FREDERICO CEZAR DE ARAUJO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

Os méritos do Senhor Frederico Cezar de Araujo que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 30 de março de 2010.



EM No 00121 MRE

Brasília, 24 de março de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **FREDERICO CEZAR DE ARAUJO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **FREDERICO CEZAR DE ARAUJO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim*

**INFORMAÇÃO****CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *FREDERICO CEZAR DE ARAUJO***

CPF.: 031.657.527-53

ID.: 3348 MRE

1944 Filho de Sylvio Bretas de Araujo e Maria Emília Cezar de Araujo, nasce em 29 de novembro, no Rio de Janeiro/RJ

1966 CPCD - IRBr

1967 Terceiro Secretário em, 24 de novembro

1968 Cerimonial, assistente

1969 Divisão de Cooperação Técnica, assistente

1971 Secretaria-Geral de Política Exterior, assessor

1971 Segundo Secretário, por antigüidade, em 01 de junho

1972 Embaixada em Londres, Segundo Secretário

1976 Embaixada em Lima, Segundo e Primeiro Secretário

1977 Primeiro Secretário, por merecimento, em 26 de março

1977 Embaixada em Tóquio, Primeiro Secretário e Conselheiro

1981 Conselheiro, por merecimento, em 23 de junho

1983 Divisão de Visitas, Chefe

1986 Embaixada em Londres, Conselheiro

1987 CAE - IRBr, O Chile e a mediterraneidade da Bolívia. Aspectos diplomáticos.

1988 Gabinete do Ministro de Estado, Introdutor Diplomático, Chefe

1988 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 16 de junho

1990 Consulado-Geral em Londres, Côsul-Geral

1993 Embaixada em Londres, Ministro-Conselheiro

1993 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro

1995 Cerimonial, Chefe

1995 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 16 de dezembro

2000 Presidência da República, Cerimonial, Chefe

2003 Embaixada em Camberra, Embaixador

2006 Embaixada em La Paz, Embaixador

**ADRIANO SILVA PUCCI**

Diretor, interino, do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**Subsecretaria-Geral da América do Sul**  
**Departamento da América do Sul II**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**



**DADOS BÁSICOS**

<b>CAPITAL:</b>	Santiago
<b>ÁREA:</b>	756.946 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO:</b>	16,5 milhões (2008)
<b>IDIOMA:</b>	Espanhol
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	Cristianismo - 85,1% (católicos 70%, evangélicos 15,1%); outras religiões - 4,4%; sem religião, ateus ou agnósticos - 8,3 %
<b>SISTEMA POLÍTICO:</b>	República presidencialista
<b>CHEFE DE ESTADO</b>	Presidente Michelle Bachelet (desde 2006)
<b>CHANCELER:</b>	Mariano Fernández (desde março de 2009)
<b>PIB (2008):</b>	Nominal: US\$ 173,1 bilhões PPP: US\$ 227,8 bilhões
<b>PIB PER CAPITA (2008):</b>	Nominal: US\$ 9.698 PPP: US\$ 14.688
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	Peso chileno
<b>EMBAIXADOR DO CHILE NO BRASIL:</b>	Álvaro Humberto Abel Díaz Pérez
<b>EMBAIXADOR DO BRASIL NO CHILE:</b>	Mário Vilalva

**BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (em US\$ mil):**

<b>BRASIL → CHILE</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
<b>Exportações</b>	1.886.978	2.555.916	3.623.663	3.913.549	4.264.400	4.791.703	2.656.794
<b>Importações</b>	821.233	1.398.651	1.746.017	2.866.267	3.462.087	4.078.631	2.615.733
<b>Saldo</b>	1.065.745	1.157.265	1.877.646	1.047.282	802.313	713.072	41.061
<b>Intercâmbio</b>	2.708.211	3.954.567	5.369.680	6.779.816	7.726.487	8.870.334	5.272.527

**PERFIS BIOGRÁFICOS****PRESIDENTE MICHELLE BACHELET**

- Filha do General Alberto Bachelet e da arqueóloga Ángela Jeria, nasceu em Santiago, em 29 de setembro de 1951.
- Em 1970, ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade do Chile, na qual se titulou como médica cirurgiã pediatra.
- No início do Governo de Salvador Allende, ingressou na Juventude Socialista.
- Após o golpe de 11 de setembro de 1973, o General Alberto Bachelet foi detido por “traição à pátria”. Submetido a torturas, faleceu, após sofrer ataque cardíaco, em março de 1974, no Cárcere Público de Santiago.
- Por continuar apoiando o Partido Socialista na clandestinidade, Bachelet e sua mãe foram presas em janeiro de 1975 e submetidas a torturas. Após um ano de prisão, partiram para o exílio (Austrália, depois Alemanha Oriental).
- Retornou ao Chile em 1979 e retomou seus estudos na Universidade do Chile. Especializou-se em Pediatria e Saúde Pública.
- Em 2000, foi nomeada Ministra da Saúde.
- Em 2002, tornou-se a primeira mulher na história do Chile a desempenhar o cargo de Ministra da Defesa.
- Em 2006, tornou-se a primeira mulher a ser eleita Presidente no Chile e a 6ª na América Latina. Seu mandato termina em março de 2010.

**PRESIDENTE ELEITO SEBASTIÁN PIÑERA**

- Miguel Juan Sebastián Piñera Echenique nasceu em Santiago, em 1 de dezembro de 1949.
- Formou-se em Economia Comercial, em 1971, pela Pontifícia Universidade Católica do Chile.
- Mestre e Doutor em economia pela Universidade de Harvard.
- Entre 1974 e 1976, desempenhou funções de consultor do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- Em 1976, trabalhou como economista para a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL).



- Entre 1971 e 1990, foi professor de economia na Universidade do Chile, na Pontificia Universidade Católica do Chile e na Universidade Adolfo Ibáñez.
- Iniciou suas atividades empresariais na década de 70. Entre suas empresas estão a companhia aérea LAN Chile e o canal de televisão Chilevisión. É dono do time de futebol Colo-Colo.
- Em 1988, ajudou a financiar a campanha do “Não”, em oposição à continuidade do General Pinochet no poder.
- Entre 1990 e 1998, foi Senador pelo partido de direita Renovação Nacional (RN).
- Foi presidente da RN, entre 2001 e 2004.
- Nas eleições presidenciais de 2005, foi derrotado no segundo turno pela atual presidente, Michelle Bachelet.
- Venceu as últimas eleições presidenciais pela “Coalición por el Cambio”, acordo político que congrega a Renovação Nacional, a UDI (União Democrata Independente) e dissidentes da Concertação.
- No segundo turno, Sebastián Piñera obteve 51,61%, enquanto Eduardo Frei alcançou 48,38% dos votos válidos.

### RELAÇÕES BILATERAIS

Após as visitas do Presidente Lula ao Chile, em agosto de 2004, e da Presidente Bachelet ao Brasil, em abril de 2006, consolidou-se a percepção de que as relações com o Brasil ocupam posição central na política externa chilena.

O grande destaque conferido à visita do Presidente Lula, em abril de 2007, reforçou esse ponto de vista. Na ocasião, além de assinar seis acordos bilaterais (nas áreas de saúde, educação, turismo, previdência social, energia e ciência e tecnologia), os Presidentes Lula e Bachelet destacaram a importância do corredor bioceânico Santos-Arica para as relações bilaterais.

Em abril de 2009, o Chanceler Mariano Fernández visitou o Brasil, para encontrar-se com o Senhor Ministro de Estado, passar em revista as relações bilaterais, discutir temas regionais e internacionais e tratar da visita da Presidente Bachelet ao Brasil, que veio a realizar-se em São Paulo, em 30 de julho de 2009.

Durante essa visita, os Presidentes encerraram o Encontro Empresarial Brasil-Chile e assinaram acordos nas áreas de consultas políticas, envios postais, serviços aéreos, cooperação em matéria educacional, previdência social e cooperação aduaneira. Na mesma oportunidade, foi firmado Memorando de Entendimento para criar a Comissão Bilateral Brasil-Chile, em nível de Chanceleres, que deverá reunir-se anualmente para tratar dos principais temas da agenda bilateral. Com vistas a viabilizar o início dos trabalhos da Comissão, foi realizada reunião de consultas políticas Brasil-Chile, chefiada pelo Subsecretário-Geral para a América do Sul, em 21 de novembro de 2009.



Em 12 de fevereiro de 2010, o Ministro Celso Amorim realizou visita oficial a Santiago, na qual foram assinadas a Ata de Instalação da Comissão Bilateral e o Memorando de Entendimento de Cooperação na Área da Televisão Digital Terrestre.

O excelente nível das relações bilaterais manifesta-se na atuação coordenada no Haiti, no G-20 e na Iniciativa Global Contra a Fome e a Pobreza. Destacam-se, ainda, a estreita coordenação para encontrar solução rápida, na OEA e no Grupo do Rio, para o incidente diplomático entre Colômbia e Equador, e a elevada sintonia no que se refere à UNASUL.

Há consenso de que as relações com o Brasil terão caráter prioritário para o Presidente-eleito do Chile. O Brasil é, na visão de Piñera, país fundamental, não somente pela amizade histórica e pelos interesses compartilhados, mas também por ter-se transformado em potência regional. Como demonstração dessa prioridade, circula entre políticos e ex-chanceleres próximos ao Presidente-eleito a informação de que a primeira viagem internacional de Piñera seria para o Brasil.

#### RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS

Em 2009, o comércio bilateral foi equilibrado, embora o fluxo comercial tenha sofrido queda. As exportações brasileiras foram de US\$ 2,66 bilhões (- 44,6%) e as importações de US\$ 2,61 bilhões (- 33,8%), totalizando intercâmbio de US\$ 5,27 bi (-39,6%). As importações brasileiras concentraram-se no cobre (60%) e as chilenas no petróleo (20%). O Brasil manteve sua posição de quarto maior parceiro comercial do Chile (5,8% do intercâmbio total) e de quinto maior fornecedor do mercado chileno. A recuperação das cotações internacionais do cobre e do petróleo e os sinais de retomada do crescimento no Brasil e no Chile prenunciam perspectivas favoráveis para o comércio no ano de 2010 (como se recorda, em 2008, antes da crise, o comércio bilateral alcançou cerca de US\$ 9 bilhões, mantendo o Chile a posição de segundo parceiro comercial do Brasil na América Latina).

#### Comércio Bilateral (2009 em comparação com 2008)

	2008	2009
<b>Corrente de Comércio</b>	8.743.294.388	5.272.526.725
<b>Exportações</b>	4.791.703.200	2.656.793.690
<b>Importações</b>	3.951.591.188	2.615.733.035
<b>Saldo Comercial</b>	840.112.012	41.060.655

*Em US\$.*

#### Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML)

Aventa-se a possibilidade de que sejam iniciadas as negociações entre Brasil e Chile para estabelecimento de um sistema de pagamentos em moeda local (SML), à semelhança do que já foi estabelecido no MERCOSUL e entre Brasil e Argentina. O Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, anunciou, em sua última visita ao Chile (outubro de 2008), seu interesse em dar início às conversações com seu homólogo chileno sobre a possibilidade de instituir o SML.

Os Presidentes Lula e Bachelet, no Comunicado Conjunto de 30 de julho de 2009, determinaram aos Bancos Centrais dos dois países a examinar a possibilidade de estabelecimento de sistema de pagamento em moeda local e instruíram os Ministérios de Fazenda de ambos os países estudar a possibilidade adotar medidas que contribuam para uma maior integração dos respectivos mercados de capitais. Empresas brasileiras que operam no Chile já manifestaram interesse pela iniciativa, à luz da economia de custos de transação e da maior previsibilidade nas operações cambiais. Seria de interesse dar início às conversações sobre o tema instruindo os respectivos bancos centrais para que comecem a examinar o assunto.

### **Integração de cadeias produtivas**

As instâncias competentes, públicas e privadas, dos dois países propuseram a realização de encontros setoriais para tratar da possibilidade de integração de cadeias produtivas em diversas áreas, com vistas a aproveitar a extensa rede de acordos comerciais do Chile (que representam cerca de 90% do PIB mundial). Os encontros abrangeriam as cadeias de têxteis e vestuário; madeiras e móveis; jóias, cosméticos e frutas.

Segundo informação do MDIC, até o momento, foi realizado apenas o encontro setorial do setor têxtil, no primeiro semestre de 2009, com a participação da ABIT pelo lado brasileiro. Em função da crise financeira que sobreveio no segundo semestre daquele ano, não houve evolução das tratativas iniciadas nem foi dado seguimento às propostas sugeridas para outros setores. O próprio Chile teria pedido, por ocasião do último encontro bilateral, que fosse adiada a indicação da próxima cadeia setorial a ser tratada.

Em função do interesse mútuo e da importância desse tipo de cooperação, o MDIC espera que o assunto seja retomado em breve.

### **Investimentos**

São crescentes os fluxos bilaterais de investimentos entre o Brasil e o Chile. O estoque de investimentos chilenos no Brasil alcança US\$ 8 bilhões, enquanto as inversões brasileiras no Chile chegam a US\$ 2 bilhões.

Os setores que concentram os principais investimentos brasileiros no Chile são: distribuição de gás e combustíveis (Petrobrás); financeiro (Itaú); carne e alimentos (frigoríficos, Sadia); mineração (Vale, EBX, Votorantin); construção (OAS, Queiroz Galvão, Camargo Corrêa); siderurgia (Gerdau).

Em 2009, o Brasil foi o principal destino dos investimentos chilenos no exterior (principalmente no setor florestal - a CMPC adquiriu ativos da "Melhoramentos Papéis" por US\$ 162 milhões, além de unidade de produção de celulose da Aracruz, no RS, por US\$ 1,4 bilhão).

É de interesse do Brasil incentivar a expansão dos investimentos de grandes empresas brasileiras no Chile, a exemplo da Petrobrás e o do Banco Itaú, entre outras. Além da aquisição da rede de distribuição Esso no Chile, Petrobrás pretende investir, na construção de dutos de carga e descarga ao oceano, para facilitar a

distribuição de combustíveis a partir de petroleiros. A empresa aproveitará as instalações e a estrutura de armazenamento da COPEC em Coquimbo e Mejillones, ao norte do Chile. As obras facilitarão a operação de navios Panamax de 65.000 DWT ("Dead Weight Tonnage", ou Toneladas Porte Bruto), com a finalidade de enviar, através de um oleoduto, o combustível à planta de combustíveis da COPEC em Mejillones. A vida útil do projeto é estimada em 20 anos.

### **Compra dos ativos da EXXON pela PETROBRAS**

Em agosto de 2008, após disputa com os grupos empresariais Luksic, do Chile, e Eurnekian, da Argentina, a PETROBRAS concluiu as negociações para compra dos ativos da EXXON no Chile, em operação estimada em US\$ 400 milhões. Dessa forma, a empresa passou a responder por 16% do mercado varejista chileno e 7% do setor industrial.

No dia 4 de agosto de 2009, a PETROBRAS anunciou a inauguração do primeiro dos 230 postos de abastecimento no Chile com a sua marca, iniciando a participação da estatal brasileira no segmento de distribuição de combustíveis no país.

### **Acordo sobre Investimentos**

Em 2008, os dois Governos acordaram iniciar negociações com vistas à assinatura de um acordo de investimentos. Como as negociações no formato 4+1, no âmbito do MERCOSUL, não avançaram no ritmo desejado, foi iniciada negociação bilateral. Realizou-se Santiago, nos dias 3 e 4 de dezembro de 2009, reunião entre autoridades do Brasil e do Chile, com vistas a cumprir mandato definido na Declaração Conjunta de 30 de julho de 2009. A reunião em Santiago centrou-se no intercâmbio de informações relacionadas à proposta apresentada pelo Brasil, nos termos do modelo aprovado pela Câmara de Comércio Exterior, em agosto de 2007, além de debater fórmulas, de conveniência a ambas as partes, para estimular a promoção do investimento recíproco concomitantemente com sua proteção. Foi agendada segunda reunião, a realizar-se no Brasil, em abril de 2010, para dar continuidade às discussões sobre o tema.

### **ACE-35**

Em 2009 o Brasil procedeu à internalização de dois protocolos adicionais ao ACE-35. O 53º Protocolo Adicional, que versa sobre o Comércio de Serviços entre o MERCOSUL e o Chile, assinado em 27 de maio de 2009 (internalizado pelo Decreto nº 7064, publicado em 14 de janeiro de 2010); e o 54º Protocolo Adicional ao ACE-35, que aplica o regime de preferências estabelecido no Acordo para todas as mercadorias elaboradas ou provenientes de Zonas Francas (Decreto nº 7064, de 14 de janeiro de 2010). Os dois Protocolos foram internalizados também pelo Chile.

### **Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral**

A Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral foi instalada em outubro de 2006 e, desde então, reuniu-se 5 vezes, tendo sido realizado o último encontro em 3 de novembro de 2009, em Santiago.

A V Reunião permitiu dar substância à agenda comercial positiva dos dois países com o tratamento de matérias de cooperação bilateral (comércio de serviços, harmonização estatística, negociação de acordo sobre investimentos, certificação digital de origem) e o encaminhamento de dificuldades ocasionais (questões sanitárias e regulatórias de ambos os lados).

### **Turismo**

Em 2009, o fluxo de turistas entre o Brasil e o Chile totalizou cerca de 370 mil turistas, uma queda de 32,1% com relação ao ano de 2008, quando superou 420 mil. A queda deu-se em consequência da crise financeira e da gripe A H1N1, ambos fatores já superados. Para 2010, há expectativas de volta do turismo aos índices de anos anteriores, quando o Chile chegou a ser o quinto principal emissor de turistas para o Brasil, atrás apenas de Argentina, EUA, Portugal e Itália. O novo Acordo de Transportes Aéreos será o instrumento facilitador do aumento das frequências e de passageiros, além de estimular investimentos mútuos nessa área.

## **INFRAESTRUTURA**

### **Integração Rodoviária**

Em 16.12.2007, os Presidentes Lula, Evo Morales e Michelle Bachelet firmaram a "Declaração de La Paz", por meio da qual decidiram concretizar conexão rodoviária entre os três países, através de rota totalmente pavimentada, ligando os oceanos Atlântico e Pacífico.

O Corredor Interoceânico permitirá o tráfego rodoviário entre os portos de Arica e Iquique, no Chile, os Departamentos de La Paz, Oruro, Cochabamba e Santa Cruz, na Bolívia, os Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo e o porto de Santos, no Brasil.

Em 04.07.09, realizou-se, na cidade de Cochabamba, o II Encontro Trilateral Brasil-Bolívia-Chile sobre o Corredor Rodoviário Interoceânico, em seguimento ao I Encontro (Campo Grande, 04.07.08), com o objetivo principal de avaliar o estado atual da malha rodoviária da rota bioceânica, nos três países, e preparar a inauguração do Corredor pelos Presidentes Lula, Morales e Bachelet, de acordo com a Declaração de La Paz.

É o seguinte o estado atual da malha rodoviária nos três países:

a) no Brasil, todos os trechos estão concluídos e são operáveis, havendo apenas obras de manutenção em curso;

b) no Chile, há três trechos em fase de conclusão, no total de 33 km, estando previstos para terminarem dois em março e um em setembro de 2010;

c) na Bolívia, há dois trechos, na região oriental, entre Santa Cruz e Puerto Suárez (125 km, Paraíso–El Tinto, e 82 km, El Tinto–San José), totalizando 207 km, que, estima-se, só estariam finalizados em março de 2011. No lado ocidental, na ligação com o Chile, o trecho Toledo–Ancaravi (56 km), ainda não contratado, estaria pronto somente no final de 2011.

### **Integração Ferroviária**

Está sendo analisado projeto de construção de corredor ferroviário que unirá o Brasil ao Chile, envolvendo o Paraguai e a Argentina, e ligando os portos brasileiros de Santos e Paranaguá aos portos chilenos de Antofagasta e Mejillones, de modo a gerar maior eficiência no transporte de cargas, redução de custos logísticos para a exportação e integração das áreas sob sua influência.

Na IV Reunião do GT de Integração Ferroviária Bioceânica, realizada no Rio de Janeiro em 20.08.09, foi definido o traçado do Corredor Ferroviário Bioceânico:

Brasil: Paranaguá – Foz do Iguaçu

Paraguai: Ciudad del Este – Encarnación – Neembucu

Argentina: Norte de Resistência – Socompa

Chile: Socompa – Antofagasta/Mejillones

O BNDES assinou, em julho de 2009, contrato do Estudo de Viabilidade para o Corredor Ferroviário Bioceânico. O consórcio responsável por sua realização é composto pelas empresas Trends Engenharia, Enefer, Vetec Engenharia, Siqueira Castro Advogados e Ernest & Young. Os estudos de demanda, engenharia e modelagem tiveram início em setembro de 2009, com previsão de apresentação de resultados em 10 meses.

Existem, ainda em fase de estudos, dois outros projetos de conexão ferroviária entre Brasil e Chile, ambos envolvendo a Argentina. O primeiro é o projeto de túnel transandino de baixa altitude, a ser construído no passo "Los Libertadores", atualmente saturado e muitas vezes intransitável no inverno. Por este passo transitam hoje 70% das cargas terrestres entre Chile e Argentina. Orçado em US\$ 4,5 bilhões, o túnel, que ligaria as cidades de Los Andes e Mendoza, é iniciativa do empresário argentino Eduardo Eurkenian e foi declarado de interesse público pelos Governos da Argentina e do Chile. O projeto figurou nos anexos do Tratado de Integração assinado, em novembro passado, pelas Presidentes Michelle Bachelet e Cristina Kirchner. Construturas de ambos os países podem concorrer à construção de trechos do túnel.

O segundo projeto trata da construção do "Túnel Águas Negras". Em novembro de 2009, a empresa chilena CIS (Asociados Consultores en Transportes S/A) concluiu estudo, financiado pelo BNDES, de viabilidade do túnel, cujos 14Km de extensão permitiriam a ligação entre o porto chileno de Coquimbo e a província de San Juan, na Argentina. As empreiteiras brasileiras Norberto Odebrecht, Camargo Corrêa e OAS demonstraram interesse pelo projeto, orçado em US\$ 800 milhões. O início das obras está previsto para 2014; e a inauguração do túnel, para 2018. A obra também consta dos anexos do Tratado de Integração acima referido. Ainda não foi, entretanto, declarada de interesse público pelo Chile e a Argentina.



**OUTROS TEMAS BILATERAIS****Aeronáutica**

Em abril de 2008, a EMBRAER venceu licitação para a venda de aviões de treinamento da Força Aérea Chilena (FACH). A operação envolveu a venda de 12 aviões Super-Tucanos (cerca de US\$ 120 milhões), bem como pacote diferenciado de contrapartida comercial, que inclui compromisso da EMBRAER de compra de peças e equipamentos fabricados pela empresa chilena ENAER, no período de dez anos (US\$ 300 milhões).

**Novo Acordo de Transporte Aéreo**

A conclusão, em novembro de 2008, do novo Acordo de Transportes Aéreos entre a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e a Junta de Aeronáutica Civil do Chile (JAC) demonstra o bom relacionamento bilateral em questão importante para os dois países.

Em 2009, a TAM Linhas Aéreas foi a segunda empresa mais importante no tráfego aéreo internacional do Chile, com participação de mercado de 5%, superada somente pela LAN (50,5%). As perspectivas para 2010 são ainda mais favoráveis. Há espaço para ampliar o tráfego aéreo, haja vista o crescente número de brasileiros que visitam o Chile e o de chilenos que viajam para o Brasil.

**Energia**

Em abril de 2006, Brasil e Chile assinaram Memorando de Entendimento para estabelecer Comissão Mista (Comista) Permanente sobre Energia e Mineração. Em abril de 2007, foi firmado Memorando de Entendimento entre a Petrobras e a ENAPE (empresa estatal de petróleo chilena) que prevê a participação conjunta em projetos relacionados a biocombustíveis, GNL e exploração de petróleo. No mesmo mês, foi assinado o Memorando de Entendimento bilateral em matéria de biocombustíveis, que prevê, entre outros compromissos, intercâmbio de missões especializadas.

No Comunicado Conjunto emitido em julho de 2009, por ocasião da visita da Presidente Bachelet a São Paulo, os Presidentes reiteraram a importância de instalar a Comissão Mista e de enviar a missão de biocombustíveis, o que não se realizou.

Durante a Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia, em outubro de 2009, a Chefe da Assessoria Internacional do Ministério de Minas e Energia do Brasil propôs ao Chefe da delegação chilena a realização de reunião preparatória à Comissão Mista sobre Energia e Mineração entre técnicos dos dois países, no formato de videoconferência. Naquela oportunidade, a contraparte chilena concordou com a videoconferência e com a agenda proposta. Os representantes chilenos, no entanto, não puderam aceitar as propostas de data feitas pela parte brasileira para a realização da reunião preparatória, postergando a escolha de datas para depois das eleições presidenciais no Chile.

O MME manifestou o interesse de organizar as iniciativas pendentes durante o primeiro semestre de 2010, após a posse do Presidente Piñera. O lado brasileiro aguarda sugestão de data para realizar a videoconferência preparatória da Comista.

## **TV Digital**

O Brasil promoveu, entre outras iniciativas, três missões oficiais de divulgação do ISDB-T ao Chile, chefiadas pelo Ministro Hélio Costa. Também com esse propósito, foram encaminhadas duas cartas do Presidente Lula à Presidente Bachelet e carta do Ministro Hélio Costa ao seu homólogo chileno.

Após grande debate interno, o Chile anunciou, em setembro de 2009, a decisão de adotar o padrão ISDB-T para a TV Digital terrestre. Em dezembro do mesmo ano, as autoridades brasileiras encaminharam ao Chile proposta de Memorando de Entendimento de Cooperação na Área da Televisão Digital Terrestre. Em janeiro, o Brasil recebeu contraproposta que se encontra em análise no Ministério das Comunicações.

Na visita do Ministro Celso Amorim a Santiago, realizada em 12 de fevereiro de 2010, foi assinado o Memorando de Entendimento de Cooperação na Área da Televisão Digital Terrestre.

## **Cooperação Técnica**

O Programa de Cooperação Técnica Brasil – Chile tem como marco jurídico o Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, de 1990.

Por meio da Declaração Conjunta de 26 de abril de 2007, os Presidentes Lula e Bachelet anunciaram a disposição de implementar iniciativas de cooperação técnica em benefício de terceiros países.

O Diretor Geral de Política Exterior da Chancelaria Chile, em encontro realizado em Brasília, em agosto de 2009, reafirmou o interesse chileno em desenvolver projetos de cooperação trilateral, em benefício de países de menor desenvolvimento relativo na região, especialmente Bolívia, Paraguai e Haiti e aludiu, particularmente, ao interesse paraguaio por receber cooperação em matéria de gestão pública.

Está previsto o envio de missão da ABC para Santiago a fim de detalhar as propostas de cooperação técnica.

## **POLÍTICA INTERNA**

### **ELEIÇÃO DE SEBASTIÁN PIÑERA**

Em 17 de janeiro de 2010, Sebastián Piñera elegeu-se Presidente do Chile, derrotando o ex-presidente Eduardo Frei, candidato da *Concertación* (51,6% x 48,3%). A vitória de Piñera representa mudança importante no cenário político chileno, dominado, há 20 anos, pela coalizão de centro-esquerda. Sua eleição não deverá, contudo, acarretar mudanças substanciais em termos de políticas sociais e econômicas – temas sobre os quais existe relativo consenso na sociedade chilena.



Empresário de sucesso, Sebastián Piñera reuniu, ao longo de sua carreira, considerável fortuna, graças a investimentos nos mais variados setores, que vão desde companhias aéreas (LAN Chile) até equipes de futebol (Colo-colo), supermercados e clínicas médicas. Seu patrimônio é estimado entre 1 e 1,5 bilhão de dólares, o que lhe valeu inclusão na lista da revista Forbes de pessoas mais ricas do mundo.

Piñera ingressou na vida política no final da década de 1980, elegendo-se Senador independente em 1989. Filiou-se, posteriormente, ao Partido da Renovação Nacional (RN), ao qual pertence até hoje. Foi Senador entre 1990 e 1998 e esteve próximo de candidatar-se à Presidência da República em 1993, tendo desistido em razão de pressões da ala pinochetista da RN, que via com desconfiança o surgimento de uma direita liberal no Chile. Sob seu comando, a RN movimentou-se paulatinamente para o centro do espectro político chileno, afastando-se dos grupos mais conservadores. Sobre Augusto Pinochet, Piñera reconhece que conduziu o país à modernidade e abertura econômicas, embora tenha, em inúmeras ocasiões, se declarado contrário às violações dos direitos humanos (ele ajudou a financiar a campanha pelo “não” durante o plebiscito sobre a permanência de Pinochet, em 1989).

Além da vitória de Piñera, a coalizão de centro-direita venceu também o pleito para a Câmara de Deputados, logrando eleger 58 Deputados contra 54 da Concertação, que manteve, no entanto, sua maioria no Senado (19 Senadores contra 16 da Aliança).

## ECONOMIA

O Chile possui o quinto maior PIB nominal (preços correntes) da América do Sul (US\$ 152,5 bilhões), atrás de Brasil, Argentina, Venezuela e Colômbia, ou o quarto (US\$ 227,8 bilhões) em paridade de poder de compra (PPP), atrás de Brasil, Argentina e Colômbia. Em termos relativos, o Chile tem a maior renda *per capita* nominal da América do Sul em preços correntes (US\$ 9.698) ou a segunda maior em paridade de poder de compra (US\$ 14.688), atrás apenas da Argentina.

Desde 2006, o Chile se converteu no país com maior número de acordos de preferências comerciais do mundo. A rede de acordos (aproximadamente 60) cobre países que correspondem a 86% do PIB mundial e permite que mais de 91% das exportações chilenas sejam realizadas em bases preferenciais, o que fez reduzir a tarifa uniforme do país de 6% para 1,5%.

## IMPACTOS DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

Ao longo do ano de 2009, a economia chilena sofreu contração como consequência da crise econômico-financeira internacional. O principal veículo de transmissão da crise internacional para a economia chilena foram as exportações, prejudicadas pela queda generalizada nas cotações das “commodities” e pela contração da demanda nas economias desenvolvidas e emergentes.

Observaram-se também outros fenômenos negativos, como a elevada volatilidade, com tendência de queda, nas bolsas de valores internacionais e o aumento dos custos e maiores restrições de acesso a financiamentos, devido ao aumento dos riscos na economia internacional como um todo.

O PIB chileno, depois de crescer 3,2%, em 2008, teve contração de 1,7%, em 2009. De acordo com dados oficiais, o ciclo recessivo da economia chilena teve duração de doze meses (entre outubro de 2008 e outubro de 2009), apresentando fase mais crítica no segundo trimestre de 2009, quando o crescimento recuou 4,7% em relação ao mesmo período de 2008. A economia retomou o crescimento no último trimestre de 2009, com expansão de cerca de 2%. Em dólares correntes, o PIB chileno alcançou, em 2009, valor equivalente a US\$ 152,5 bilhões e o PIB por habitante situou-se ligeiramente acima de US\$ 9.000.

Os efeitos recessivos sentiram-se com especial força nos investimentos, que se contraíram em média em 16%, refletindo queda, em especial, na construção civil e no desenvolvimento da infra-estrutura. Declinou, igualmente, o investimento em bens de capital, principalmente importados, com impactos sobre a renovação e a capacidade produtiva da indústria. Sobrepuôs-se a isto maior dificuldade de financiamento interno e externo e mudança de expectativas a partir de setembro de 2008, quando a crise começava a dominar o cenário econômico internacional. De acordo com estimativas do setor privado, a taxa de investimento da economia chilena teria diminuído de 24% do PIB, em 2008, para 21,5% do PIB, em 2009.

Os demais componentes do PIB apresentaram a seguinte evolução durante o ano: consumo (1,5%); demanda interna (-3,3%); exportações de bens e serviços (-4,1%); importações de bens e serviços (-15,7%). Houve expansão moderada do consumo no final do ano, o que se explica em razão de uma inversão das expectativas negativas que prevaleceram durante todo o ano, bem como por evidências de que os ganhos salariais do período compensariam os efeitos do aumento do desemprego.

Segundo dados oficiais, a taxa média anual de desemprego aumentou de 7,8%, em 2008, para 9,7%, em 2009. Ao final de 2009, a força de trabalho do país totalizou 7,31 milhões de pessoas, das quais 666 mil se mantinham desempregadas. O aumento do desemprego seria resultado da contração do investimento e do menor dinamismo na atividade econômica interna, especialmente em setores intensivos de mão-de-obra, como a construção civil e o comércio.

## **COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

A despeito do complexo cenário econômico do ano passado, as contas externas chilenas apresentaram resultados favoráveis em relação ao ano anterior. O saldo positivo da balança comercial aumentou de US\$ 8,8 bilhões, em 2008, para US\$ 13,3 bilhões, em 2009. Em termos de valor, as exportações caíram, no entanto, 20,2%; e as importações, 31,1%.

Os termos de troca com o exterior, após diminuírem 15%, em 2008, aumentaram 0,3% em 2009. Os preços médios anuais dos principais produtos de exportação do país (cobre, celulose, madeiras, frutas, vinho, etc.) sofreram quedas similares às verificadas nos principais produtos de importação (petróleo, produtos alimentícios, como trigo, milho, açúcar, insumos industriais, bens de capital, computadores, aparelhos eletrônicos, etc.), o que favoreceu esse resultado.

As exportações de cobre totalizaram US\$ 26,9 bilhões (diminuição de 18% em relação a 2008). Houve queda de 25,7% na cotação média anual do metal (de US\$ 3,15 por libra-peso, em 2008, para US\$ 2,34 por libra-peso, em 2009). Houve, entretanto, expansão de cerca de 4% no volume dos embarques. Por sua vez, as importações de petróleo (o principal produto de importação chileno, com 16,8% do valor total) somaram US\$ 6,4 bilhões CIF, diminuindo 48,3% em relação a 2008, como resultado de queda de 38% na cotação média anual do combustível e da contração de 5,7% no volume das compras.

Em decorrência, principalmente, do melhor desempenho da balança comercial, o resultado da conta corrente do balanço de pagamentos foi revertido, passando de um déficit de US\$ 3,4 bilhões, em 2008 (2% do PIB), para um superávit de US\$ 3,3 bilhões em 2009 (2,1% do PIB).

Segundo dados oficiais, os investimentos estrangeiros diretos (IED) acumularam, nos três primeiros trimestres de 2009, saldo líquido de US\$ 4,3 bilhões (diferença entre os US\$ 9,5 bilhões recebidos e os US\$ 5,2 bilhões investidos no exterior). Em relação a 2008, os referidos montantes registraram quedas que oscilaram entre 25% e 57%, o que se explica pelo ambiente pouco propício ao investimento e pela menor disponibilidade de recursos para investir em nível global.

## **PERSPECTIVAS PARA 2010**

Nos meios políticos e econômicos locais, há otimismo em relação às perspectivas econômicas para 2010. São as seguintes as estimativas públicas e privadas para a economia chilena no ano:

- crescimento do PIB: entre 4% e 5%;
- taxa de inflação: entre 2,5% e 3%;
- termos de troca com o exterior: aumento variando entre 4,5% e 5%;
- cotação média anual do cobre: aumento de US\$ 2,34/libra para US\$ 2,70/libra (cada centavo de dólar de variação, a mais, na cotação do metal implica diferença de US\$ 110 milhões nas receitas anuais de exportação e de US\$ 40 milhões nas receitas do orçamento público);
- exportações: aumento de 15,8% (US\$ 60,9 bilhões); e
- importações: aumento de 21,2% (US\$ 47,9 bilhões).

**TEMAS MULTILATERAIS****MINUSTAH**

Engajado na Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH) desde o seu início, em 2004, o Chile contribui com 500 militares e 15 policiais. O primeiro Chefe da Missão no Haiti foi o Embaixador chileno Juan Gabriel Valdéz (agosto/2004 a maio/2006). O Chile integra o Grupo de Amigos do Haiti, o Grupo Consultivo *Ad Hoc* para o Haiti do ECOSOC, o mecanismo 2x9 e o Grupo de Contato.

**OMC**

Integrante do G-20 e do Grupo de Cairns, o Chile adotou perfil particularmente discreto em agricultura na fase final das negociações realizadas em 2008, a despeito de seu interesse ofensivo. A discrição em agricultura contrasta com o protagonismo apresentado em bens não-agrícolas (NAMA), em que o Chile se uniu ao grupo de países em desenvolvimento que defendem que a Rodada Doha deva produzir resultados ambiciosos em NAMA.

**G-20 FINANCEIRO**

O Chile tem manifestado a intenção de acompanhar de perto o seguimento das Cúpulas do G-20. Nesse sentido, tem destacado a importância de coordenação regional prévia a cada encontro do G-20. O Chile organizou reunião de Altas Autoridades de Ministérios da Fazenda da América e do Caribe, no início de julho corrente, para tratar da crise econômica internacional e pretende convocar reunião do GT Financeiro de Alto Nível da CALC.

## ANEXO I - INDICADORES ECONÔMICOS E COMERCIAIS

### DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CHILE

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República do Chile
Superfície	756.946 Km²
Localização	América do Sul
Capital	Santiago
Principais cidades	Santiago, Bio-Bio, Valparaíso, Los Lagos, Maule, La Araucania, O'Higgins
Idioma oficial	Espanhol
PIB a preços correntes (2009)	US\$ 157,6 bilhões
PIB per capita (2009)	US\$ 9.325
Moeda	Peso Chileno

Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report December 2009.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>(1)</sup>
População (em milhões de habitantes)	16,3	16,4	16,6	16,8	16,9
Densidade demográfica (hab/Km²)	21,5	21,7	21,9	22,2	22,3
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	118,3	145,8	163,9	169,5	157,6
Crescimento real do PIB (%)	5,6	4,6	4,7	3,2	-1,0
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	3,7	2,5	2,8	2,1	0,0
Reservas internacionais (US\$ bilhões)	16,9	19,4	16,8	23,1	25,7
Dívida Externa Total (US\$ bilhões) <sup>(2)</sup>	45,4	48,0	58,6	59,2	64,0
Câmbio (Ps/US\$)	514,21	534,43	495,82	629,11	502,72

Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report December 2009.

(1) 2009: Estimativa EIU

(2) 2008: estimativa

### DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CHILE

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)			
	2007	2008	2009 <sup>(1)</sup>
<b>A: Balança comercial (fob)</b>	<b>23.635</b>	<b>8.846</b>	<b>5.729</b>
Exportações	67.666	66.456	23.772
Importações	44.031	57.610	18.043
<b>B: Serviços (líquido)</b>	<b>-975</b>	<b>-646</b>	<b>-144</b>
Receita	8.952	10.755	4.512
Despesa	9.927	11.401	4.656
<b>C: Renda (líquido)</b>	<b>18.594</b>	<b>14.563</b>	<b>6.231</b>
Receita	6.336	6.186	2.488
Despesa	24.900	20.749	7.717
<b>D: Transferências unilaterais (líquido)</b>	<b>3.123</b>	<b>2.924</b>	<b>1.043</b>
<b>E: Transações correntes (A+B+C+D)</b>	<b>7.189</b>	<b>3.439</b>	<b>1.397</b>
<b>F: Conta de capitais (líquido)</b>	<b>16</b>	<b>3</b>	<b>6</b>
<b>G: Conta financeira (líquido)</b>	<b>-9.988</b>	<b>-12.806</b>	<b>-346</b>
Investimentos diretos (líquido)	9.568	9.696	2.657
Portfólio (líquido)	16.579	9.543	3.341
Outros	-1.987	11.654	2.338
<b>H: Erros e Omissões</b>	<b>-1.421</b>	<b>-2.109</b>	<b>-1.069</b>
<b>I. Saldo (E+F+G+H)</b>	<b>-3.214</b>	<b>6.461</b>	<b>-2</b>

Elaborado pelo MRE/DPNDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics, CD December 2009.

(1) Janeiro-junho

(2) Última posição disponível em 22/04/2010

COMÉRCIO EXTERIOR <sup>(1)</sup> (US\$ milhões)		2000	2001	2002	2003	2004	2005
Exportações (fob)		32.548	38.544	57.299	67.498	69.749	28.558
Importações (cif)		24.788	32.321	35.892	43.797	55.960	20.793
Balança comercial		7.760	6.223	21.407	23.701	13.789	7.765
Intercâmbio comercial		57.336	71.865	93.191	111.295	125.709	49.351

Elaborado pelo MRE/DPNDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD December 2009.

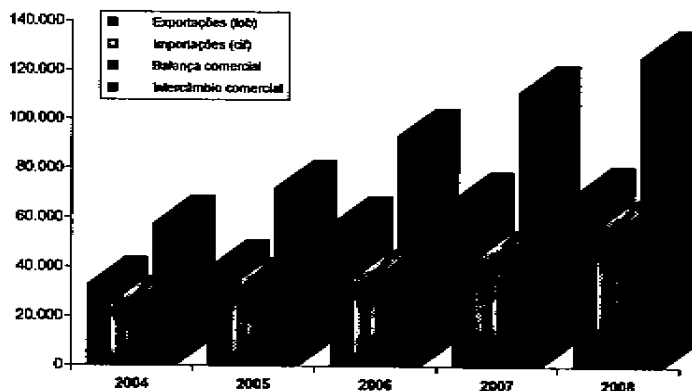
(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de cálculo.

(2) Janeiro-junho

(3) Última posição disponível em 22/04/2010

### COMÉRCIO EXTERIOR DO CHILE 2004 - 2008

(US\$ milhões)



Elaborado pelo MRE/DPNDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD December 2009.



# DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CHILE

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009 <sup>(1)</sup>	% no total
<b>EXPORTAÇÕES: (fob)</b>								
China	4.933	8,6%	9.980	14,8%	9.839	14,1%	4.800	16,8%
Estados Unidos	6.540	15,6%	10.420	12,5%	7.856	11,3%	3.223	12,5%
Japão	6.039	10,5%	7.091	10,5%	7.253	10,4%	2.303	8,1%
Brasil	2.758	4,8%	3.358	5,0%	4.082	5,9%	1.777	6,2%
República da Coreia	3.405	5,9%	3.849	5,7%	3.948	5,7%	1.855	6,5%
Países Baixos	3.015	6,7%	3.900	5,8%	3.040	5,2%	1.005	3,5%
Itália	2.812	4,9%	3.455	5,1%	3.051	4,4%	621	2,2%
México	2.288	4,0%	2.360	3,5%	2.488	3,6%	1.036	3,6%
França	2.412	4,2%	2.391	3,5%	2.118	3,0%	571	2,0%
Alemanha	1.758	3,1%	1.661	2,5%	2.011	2,9%	704	2,5%
Espanha	1.380	2,4%	1.338	2,0%	1.836	2,6%	530	1,9%
Índia	1.489	2,6%	2.211	3,3%	1.502	2,2%	674	2,4%
Canadá	1.289	2,2%	1.201	1,8%	1.467	2,1%	756	2,6%
Peru	932	1,6%	1.034	1,5%	1.335	1,9%	598	2,1%
Venezuela	492	0,9%	866	1,3%	1.194	1,7%	539	1,9%
Macao	1.533	2,7%	1.746	2,6%	1.043	1,5%	2	0,0%
Argentina	769	1,3%	877	1,3%	942	1,4%	443	1,5%
Reino Unido	4.665	8,1%	3.679	5,3%	3.747	5,4%	1.457	5,3%
Colômbia	492	0,9%	617	0,9%	653	1,0%	290	1,0%
Bélgica	732	1,3%	755	1,1%	801	1,2%	280	1,0%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>48.932</b>	<b>85,4%</b>	<b>67.805</b>	<b>85,5%</b>	<b>57.628</b>	<b>82,6%</b>	<b>22.663</b>	<b>79,4%</b>
<b>DEMAIS PAÍSES</b>	<b>8.367</b>	<b>14,6%</b>	<b>9.693</b>	<b>14,4%</b>	<b>12.121</b>	<b>17,4%</b>	<b>6.895</b>	<b>20,6%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>57.299</b>	<b>100,0%</b>	<b>67.498</b>	<b>100,0%</b>	<b>69.749</b>	<b>100,0%</b>	<b>28.558</b>	<b>100,0%</b>

Elaborado pelo MRE/PROIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Dirección de Trade Statistics, 02 December 2009.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

(1) janeiro-junho

(2) Última posição disponível em 27/01/2010

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009 <sup>(1)</sup>	% no total
<b>IMPORTAÇÕES: (cif)</b>								
Estados Unidos	5.593	15,6%	7.294	16,7%	10.689	19,1%	4.507	21,7%
China	3.481	9,7%	3.986	11,2%	5.657	11,9%	2.490	12,0%
Brasil	4.243	11,8%	4.501	10,3%	5.179	9,3%	1.458	7,0%
Argentina	4.509	12,6%	4.347	9,9%	4.910	8,6%	2.136	10,3%
República da Coreia	9	0,0%	3	0,0%	3.107	5,6%	1.218	5,9%
Japão	1.150	3,2%	1.614	3,7%	2.599	4,6%	621	3,2%
Colômbia	364	1,0%	883	2,0%	2.081	3,7%	740	3,6%
Alemanha	1.258	3,5%	1.574	3,6%	1.883	3,4%	712	3,4%
Peru	1.427	4,0%	1.687	3,9%	1.783	3,2%	559	2,7%
México	1.003	2,8%	1.050	3,1%	1.674	3,0%	625	3,0%
Angola	1.317	3,7%	963	2,2%	1.642	2,9%	674	3,2%
Ecuador	607	1,7%	756	1,7%	1.593	2,9%	560	2,7%
Canadá	483	1,3%	979	2,2%	944	1,7%	320	1,5%
Espanha	710	2,0%	947	2,2%	915	1,6%	469	2,2%
França	712	2,0%	793	1,8%	810	1,6%	342	1,6%
Turquia	712	2,0%	793	1,8%	810	1,6%	342	1,6%
Itália	630	1,8%	737	1,7%	799	1,4%	371	1,8%
Suécia	353	1,0%	392	0,9%	473	0,8%	155	0,7%
Índia	165	0,5%	208	0,5%	472	0,8%	147	0,7%
Reino Unido	301	0,8%	388	0,9%	463	0,8%	351	1,7%
Tailândia	273	0,8%	374	0,9%	375	0,7%	88	0,4%
Paraguai	182	0,5%	221	0,5%	359	0,6%	160	0,8%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>28.828</b>	<b>80,3%</b>	<b>35.621</b>	<b>81,3%</b>	<b>50.345</b>	<b>90,0%</b>	<b>18.758</b>	<b>90,2%</b>
<b>DEMAIS PAÍSES</b>	<b>7.072</b>	<b>19,7%</b>	<b>8.176</b>	<b>18,7%</b>	<b>5.615</b>	<b>10,0%</b>	<b>2.035</b>	<b>9,8%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>35.892</b>	<b>100,0%</b>	<b>43.797</b>	<b>100,0%</b>	<b>55.960</b>	<b>100,0%</b>	<b>20.793</b>	<b>100,0%</b>

Elaborado pelo MRE/PROIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Dirección de Trade Statistics, 02 December 2009.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

(1) janeiro-junho

(2) Última posição disponível em 27/01/2010



## DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CHILE

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2 0 0 8 <sup>(1)</sup>	
	(US\$ milhões)	Valor	Part. %
<b>EXPORTAÇÕES (fob)</b>			
Cobre e suas obras		21.527	34,7%
Minérios, escórias e cinzas		14.888	24,0%
Frutas, cascas de cítricos e de melões		4.707	7,6%
Peixes e crustáceos, moluscos e os outros invertebrados aquáticos		3.257	5,2%
Pasta de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas		2.244	3,6%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira		2.217	3,6%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres		1.498	2,4%
Produtos químicos inorgânicos		1.252	2,0%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas		839	1,4%
Ferro fundido, ferro e aço		835	1,3%
Preparações de produtos hortícolas, de frutas		612	1,0%
Carnes e miudezas comestíveis		554	0,9%
<b>Subtotal</b>		<b>54.430</b>	<b>87,7%</b>
<b>Demais Produtos</b>		<b>7.664</b>	<b>12,3%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>62.094</b>	<b>100,0%</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap.

O Chile não informou dados comerciais ao banco de dados do Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível em 27/01/2010.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2 0 0 8 <sup>(1)</sup>	
	(US\$ milhões)	Valor	Part. %
<b>IMPORTAÇÕES (cif)</b>			
Combustíveis, óleos e ceras minerais		11.707	24,5%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		6.318	13,2%
Veículos automotores, tratores, suas partes e acessórios		4.728	9,9%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		3.658	7,7%
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes		1.547	3,2%
Ferro fundido, ferro e aço		1.439	3,0%
Plásticos e suas obras		1.411	3,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço		884	1,9%
Cereais		778	1,6%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia		729	1,5%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose		691	1,4%
Vestuário e seus acessórios, de malha		676	1,4%
Produtos farmacêuticos		648	1,4%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha		635	1,3%
Borracha e suas obras		613	1,3%
Produtos químicos orgânicos		604	1,3%
Produtos diversos das indústrias químicas		546	1,1%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares		537	1,1%
Adubos ou fertilizantes		516	1,1%
Carnes e miudezas comestíveis		493	1,0%
<b>Subtotal</b>		<b>39.158</b>	<b>82,0%</b>
<b>Demais Produtos</b>		<b>8.618</b>	<b>18,0%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>47.776</b>	<b>100,0%</b>

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Trademap.

O Chile não informou dados comerciais ao banco de dados do Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível em 27/01/2010.

# **DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CHILE**

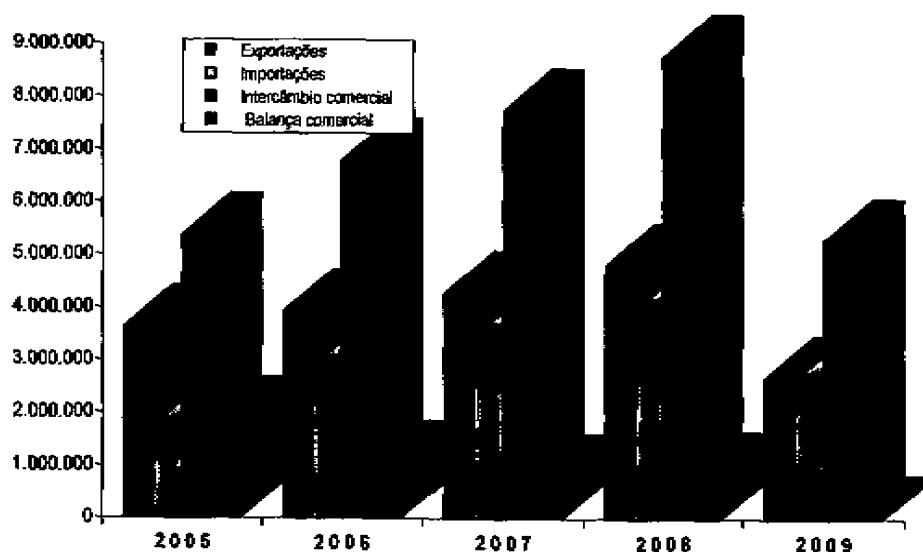
<b>INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CHILE<sup>(1)</sup></b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
(US\$ mil, fob)					
<b>Exportações</b>	<b>3.623.663</b>	<b>3.943.549</b>	<b>4.264.400</b>	<b>4.791.703</b>	<b>2.656.794</b>
Variação em relação ao ano anterior	41,8%	8,0%	9,0%	12,4%	-44,6%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul	17,1%	14,6%	13,4%	12,5%	9,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	3,1%	2,8%	2,7%	2,4%	1,7%
<b>Importações</b>	<b>1.746.017</b>	<b>2.866.267</b>	<b>3.462.086</b>	<b>3.951.630</b>	<b>2.615.733</b>
Variação em relação ao ano anterior	24,8%	64,2%	20,8%	14,1%	-33,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras da América do Sul	15,3%	19,2%	18,7%	16,3%	13,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	2,4%	3,1%	2,9%	2,3%	2,0%
<b>Intercâmbio comercial</b>	<b>5.369.680</b>	<b>6.779.816</b>	<b>7.726.486</b>	<b>8.743.333</b>	<b>5.272.527</b>
Variação em relação ao ano anterior	35,8%	28,3%	14,0%	13,2%	-39,7%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a América do Sul	16,9%	16,3%	15,3%	14,0%	11,4%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	2,8%	3,0%	2,7%	2,4%	1,9%
<b>Balança comercial</b>	<b>1.877.646</b>	<b>1.047.282</b>	<b>1.022.312</b>	<b>1.840.073</b>	<b>1.061.061</b>

Elaborado pelo MRE/DPD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alisoweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações de país a vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferenças metodológicas de apuração.

## **INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CHILE 2005 - 2009**

(US\$ mil - fob)



Elaborado pelo MRE/DPD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alisoweb.

# DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CHILE

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CHILE	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
(US\$ mil - fob)						
<b>EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos e principais produtos)</b>						
Combustíveis, óleos e ceras minerais	1.397.858	32,8%	1.504.186	31,4%	521.985	19,6%
Óleos brutos de petróleo	1.392.968	32,7%	1.497.273	31,2%	518.600	19,5%
Veículos automotores, tratores, suas partes e acessórios	750.273	17,6%	809.748	16,9%	401.855	15,1%
Veículos automotores para transp. >=10 pessoas, com motor diesel	67.978	1,6%	119.971	2,5%	99.444	3,7%
Carrocerias para veículos automotores para transporte de mais de 10 pessoas ou para carga	95.074	2,2%	98.510	2,1%	60.228	2,3%
Chassis c/ motor para veículos automotores para transporte de mais de 10 pessoas	94.753	2,2%	86.866	1,8%	49.520	1,9%
Tratores rodoviários p/semirreboques	60.147	1,4%	74.038	1,5%	37.903	1,4%
Chassis c/ motor diesel e cabina, carga >20t	98.190	2,3%	111.189	2,3%	23.660	0,9%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	355.554	8,3%	459.555	9,4%	289.525	9,8%
Partes de maq. e apar. p/ selecionar subst. minerais	15.493	0,4%	19.680	0,4%	17.184	0,6%
Motor para compressor hermético, capac. <4700 frigorif. hora	16.283	0,4%	16.928	0,4%	10.677	0,4%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	256.461	6,0%	299.835	6,3%	238.739	9,0%
Terminais portáteis de telefonia celular	101.908	2,4%	126.355	2,6%	49.500	1,9%
Transformador de dielétrico líquido, pot. >1000KVA	16.890	0,4%	23.993	0,5%	35.978	1,4%
Plásticos e suas obras	205.305	4,8%	182.264	3,8%	144.758	5,4%
Ous. polietileno s/ carga, d >= 0,94, em formas primárias	61.669	1,4%	56.983	1,2%	34.383	1,3%
Polietileno sem carga, densidade <0,94, em forma primária	20.462	0,5%	5.774	0,1%	11.475	0,4%
Ferro fundido, ferro e aço	232.674	5,5%	376.772	7,9%	128.238	4,8%
Lamin. ferroaço quente L >= 60cm montado e >10mm	17.586	0,3%	15.781	0,3%	26.544	1,0%
Outros lamin. ferroaço, p >= 6mm, quente, rolos, e <3mm	28.716	0,7%	91.657	1,9%	16.005	0,6%
Lamin. de ferroaço quente L >= 60cm montado <4,75 e <10mm	85.100	2,0%	87.555	1,8%	91.570	3,5%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	85.687	2,2%	126.808	2,6%	86.040	3,2%
Óleos essenciais e resínidos, produtos de perfumaria	45.577	1,1%	61.835	1,3%	65.283	2,4%
Borracha e suas obras	72.295	1,7%	74.446	1,6%	67.115	2,5%
Obras de ferro fundido, ferro e aço	51.304	1,2%	160.935	3,3%	57.332	2,2%
Produtos farmacêuticos	40.382	0,9%	51.198	1,1%	49.735	1,9%
Produtos diversos das indústrias químicas	50.038	1,2%	55.509	1,2%	45.335	1,7%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos e suas partes	237	0,0%	632	0,0%	37.862	1,4%
Produtos químicos orgânicos	70.406	1,7%	41.335	0,9%	37.077	1,4%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	45.726	1,1%	81.012	1,7%	27.390	1,0%
Alumínio e suas obras	48.971	1,2%	47.937	1,0%		0,0%
<b>Subtotal</b>	<b>3.719.625</b>	<b>87,2%</b>	<b>4.194.931</b>	<b>87,5%</b>	<b>2.172.062</b>	<b>81,8%</b>
<b>Demais Produtos</b>	<b>544.772</b>	<b>12,8%</b>	<b>596.772</b>	<b>12,5%</b>	<b>484.732</b>	<b>18,2%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4.264.397</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.791.703</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.656.794</b>	<b>100,0%</b>

Elaborado pelo MRE/OPRDC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MRC/SECEX/Mercado.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

# DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CHILE

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CHILE	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
(US\$ mil - fob)						
<b>IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)</b>						
Cobre e suas obras	1.480.762	42,8%	1.804.929	45,7%	971.949	37,2%
Cátodos de cobre refinado/seus elementos, em forma bruta	240.529	35,8%	356.517	39,5%	314.182	31,1%
Fios de cobre refinado	211.013	6,1%	212.623	5,4%	104.291	4,0%
Minérios, escórias e cinzas	1.110.513	32,1%	986.760	25,0%	621.010	23,7%
Sulfetos de minérios de cobre	942.544	27,2%	800.125	20,2%	587.266	22,5%
Molibdenita utilizada (minérios de molibdeno)	167.792	4,8%	175.375	4,4%	25.284	1,0%
Pelres e crustáceos, moluscos	116.392	3,4%	159.376	4,0%	192.612	7,4%
Adubos ou fertilizantes	150.549	1,5%	63.455	2,1%	126.734	4,8%
Produtos químicos orgânicos	145.968	4,2%	221.788	5,8%	99.572	3,8%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	68.436	2,0%	73.590	1,9%	37.272	3,3%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	48.175	1,4%	51.384	1,3%	61.673	2,4%
Produtos químicos inorgânicos	53.138	1,5%	63.637	2,1%	48.364	1,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	30.406	0,9%	69.348	1,8%	48.522	1,9%
Veículos automotores, tratores e suas partes/acessórios	26.595	0,8%	39.441	1,0%	43.578	1,7%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	47.958	1,4%	44.458	1,1%	39.027	1,5%
<b>Subtotal</b>	<b>3.178.890</b>	<b>91,8%</b>	<b>3.617.960</b>	<b>91,6%</b>	<b>2.341.113</b>	<b>89,5%</b>
<b>Demais Produtos</b>	<b>283.188</b>	<b>8,2%</b>	<b>333.631</b>	<b>8,4%</b>	<b>274.620</b>	<b>10,5%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.462.078</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.951.591</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.615.733</b>	<b>100,0%</b>

Elaborado pelo MRE/OPRDC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MRC/SECEX/Mercado.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

Aviso nº 176 - C. Civil.

Em 30 de março de 2010.

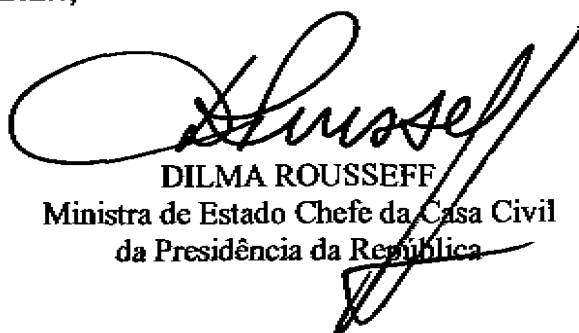
A Sua Excelência o Senhor  
Senador HERÁCLITO FORTES  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FREDERICO CEZAR DE ARAUJO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

*(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) –  
A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e  
Defesa Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) –  
Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República  
que passo a ler.

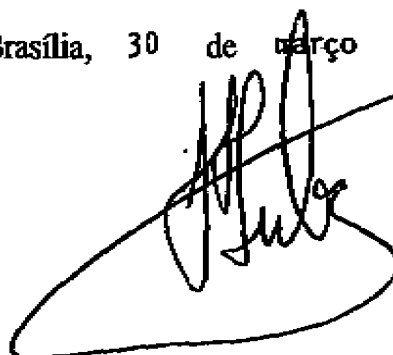
É lida a seguinte:

**MENSAGEM**  
**Nº 87, DE 2010**  
**(nº 137/2010, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, proponho a Vossas Excelências seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 17,759,050.00 (dezesete milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos são relacionados com a Linha de Crédito Adicional do BID vinculada ao “Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO)” e destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro - PROFAZ”, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Brasília, 30 de março de 2010.





EM nº 19/2010 - MF

Brasília, 19 de março de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Estado do Rio de Janeiro (RJ) requereu a este Ministério a garantia da República Federativa do Brasil para a contratação de operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de USD 17,759,050.00 (dezessete milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos são relacionados com a Linha de Crédito Adicional do BID vinculada ao “Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO)” e destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro - PROFAZ”.

2. A Constituição da República de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, consoante o art. 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante a Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e a Resolução nº 43, de 2001, e respectivas alterações posteriores.

3. O Programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), de que trata o Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000.

4. A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao Mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito, sob a condição da comprovação de cumprimento da condição prévia ao primeiro desembolso e à celebração do contrato de contragarantia.

5. O Banco Central do Brasil efetuou o chamado “credenciamento” da operação, no âmbito do Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), sob o registro TA531161-BACEN, cuja cópia encontra-se a esta anexa.

6. A seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais, concluindo não haver óbice legal à concessão da garantia por parte da União, por meio do Parecer cuja cópia encontra-se em anexo, juntamente com a cópia da minuta contratual da operação em tela e do pronunciamento da Secretaria do Tesouro Nacional.

7. Em razão do acima exposto, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar à Presidência da República que envie Mensagem ao Senado Federal, a fim de submeter à apreciação daquela Casa o pedido de autorização para contratação da operação de crédito externo, bem como para concessão da garantia da República Federativa do Brasil nos termos descritos nesta Exposição de Motivos.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Guido Mantega*

**PARECER****PGFN/COF/Nº 442/2010**

Exame jurídico de operação de crédito externo a ser celebrada entre o Estado do Rio de Janeiro (RJ) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 17,759,050.00 (dezessete milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos são relacionados com a Linha de Crédito Adicional do BID vinculada ao "Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO)" e destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro – PROFAZ".

Contratação sujeita à autorização do Senado Federal. Aplicação do art. 52, inciso V, da Constituição. Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974; Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967; Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e a Resolução nº 43, de 2001, com atualizações posteriores, do Senado Federal.

- I -

Trata-se de operação de crédito externo a ser celebrada entre o Estado do Rio de Janeiro (RJ) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 17,759,050.00 (dezessete milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos são relacionados com a Linha de Crédito Adicional do BID vinculada ao "Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO)" e destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro – PROFAZ".

---

<sup>1</sup> Processo Administrativo nº 17944.001097/2009-67.



- II -

**DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO EXTERNO**

2. O empréstimo será concedido pelo BID, Organismo Internacional do qual a República Federativa do Brasil faz parte.
3. O Mutuário é o Estado do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de Direito Público Interno, a quem incumbe praticar os atos de natureza financeira previstos contratualmente, e também compete fazer constar, em momento oportuno, em suas propostas orçamentárias, os recursos necessários para o pagamento dos compromissos assumidos.
4. A operação financeira externa, consoante ressaltado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN-MF), no PARECER nº 137/2010/GERFI/COPEM/SUBSEC4/STN/MF, de 8 de março de 2010 (fls. 230/238), tem como objetivo geral “melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal do Estado do Rio de Janeiro” (item 5).
5. As formalidades prévias à contratação são aquelas prescritas na Constituição da República Federativa do Brasil; na versão atual das Resoluções do Senado Federal nºs 43, consolidada e republicada em 10 de abril de 2002, e 48, de 21 de dezembro de 2007; no Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974; na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; na Portaria nº 497, de 27 de agosto de 1990, alterada pela Portaria nº 650, de 1º de outubro de 1992, ambas do então Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, como se acham em vigor; e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes.
6. Tais aspectos normativos são objeto de análise a seguir fundamentada.

**ANÁLISE DO PROGRAMA PELA COFIEIX**

7. O Programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX), de que trata o Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000, conforme a RECOMENDAÇÃO nº 1.049, de 26 de setembro de 2008 (fls. 9).

**AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA DO MUTUÁRIO**

8. A LEI ESTADUAL Nº 5.226, de 17 de abril de 2008 (fls. 22), alterado pela LEI ESTADUAL Nº 5.579, de 26 de novembro de 2009 (fls. 107), autorizou o Poder Executivo do Mutuário a contratar a operação de crédito no valor de até USD 25,000,000.00 (vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o BID, para financiar o Programa em questão.

9. O primeiro diploma autorizou o Poder Executivo a oferecer em contragarantia à garantia da União as cotas de repartição constitucional do Estado previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias próprias descritas no art. 155, em consonância com a norma do § 4º do art. 167, todos da Constituição da República.

**PLANO PLURIANUAL E ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS**

10. Conforme verificação feita pela STN, nos termos do Parecer em voga (item 14), as ações do Programa objeto do financiamento foram devidamente previstas na LEI ESTADUAL Nº 5.631, de 4 de janeiro de 2010 (fls. 186/188), que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual (PPA) do Mutuário, para o período de 2008 a 2011, instituído pela LEI ESTADUAL Nº 5.181, de 2 de janeiro de 2008 (fls. 185/186).

11. A STN indicou, outrossim, no item 14 do mesmo Parecer, que:

“14. (...). Cabe destacar que consta, às fls. 111, consta declaração do Secretário de Estado de Planejamento e Gestão (e quadros anexos às fls. 187/188) na qual este indica a ação e o programa que irão suportar a execução do ao as referidas ações encontram-se amparadas dentro do Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro – PROFAZ.”

12. Conforme apontamento da STN (item 15, do referido PARECER), a LEI ESTADUAL Nº 5.632, de 4 de janeiro de 2010 (fls. 112), que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2010, “contempla dotação para o presente Programa no referido ano” (cf. também quadro detalhado de fls. 178/183) — e indica, adiante, que:

“15. (...). Complementarmente, às fls. 111, consta Declaração do Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, que informa estar o ingresso dos recursos da operação em conformidade com a Lei Estadual nº 5.632, estando consignado no Programa de Trabalho nº 2001.04.123.0054.1645, o valor total de R\$ 12.395.000,00 em Fonte 11. Declara, ainda que o pagamento dos encargos da operação está em conformidade com a LOA 2010, consignado no Programa de Trabalho nº 3702.28.844.0000.0005, na Fonte 00 e na ocorrência de acréscimos eventuais, serão os mesmos suportados.

16. Assim, considerando as informações prestadas pelo Estado, conforme parágrafo 9 deste Parecer, entende-se que o mutuário dispõe das dotações necessárias para dar início à execução do Programa.”

#### ASPECTOS FISCAIS DO MUTUÁRIO

13. De acordo com o PARECER nº 732/2009 – COPEM/STN, de 28 de setembro de 2009, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional (COPEM/STN-MF), juntado às fls. 76/80, foi atestado, quanto aos limites de endividamento do Estado do Rio de Janeiro, estabelecidos nas Resoluções nºs 40, de 20 de dezembro de 2001, e 43, de 21 de dezembro de 2001, e suas alterações, ambas do Senado Federal, “que foram calculados e considerados atendidos” (cf. item 18, do supracitado PARECER nº 137/2010/GERFI/COPEM/SUBSEC4/STN/MF).

14. A seu turno, a Coordenação-Geral de Relação e Análise Financeira dos Estados e Municípios da STN (COREM/STN-MF) realizou o estudo de capacidade de pagamento do Mutuário, conforme NOTA TÉCNICA nº 1.350/2009/COREM/STN, de 22 de setembro de 2009 (fls. 58/59), na qual é indicado que o Mutuário está classificado na Categoria “B”, “suficiente, portanto, para o recebimento da garantia da União nos termos da Portaria MF 89, de 25.04.1997.” (item 20, *idem*)

15. A respeito, a STN afirmou, nos termos do citado Parecer, que:

“21. Ademais, a Coordenação-Geral de Relação e Análise Financeira dos Estados e Municípios – COREM/STN informou, na supracitada Nota, que a operação está prevista no Programa de Ajuste Fiscal do Estado, limitada ao valor de US\$ 19.762 mil. Além disso, registrou que o Estado encontra-se adimplente com as metas e compromissos assumidos no Programa, conforme à última avaliação realizada, não caracterizando violação do contrato de refinanciamento firmado junto à União. Registra, ainda, que a operação não se enquadra na excepcionalização prevista no § 8º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 21.12.2001.”

16. Não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Município de Fortaleza nos últimos anos, decorrentes de garantias concedidas, de acordo com acompanhamento da STN (cf. item 27, do supracitado PARECER nº 137/2010/GERFI/COPEM/SUBSEC4/STN/MF).

17. Relativamente à adimplência do Mutuário junto à União com vistas à concessão da garantia, esta é verificada mediante consulta aos CNPJs da Administração Direta, para efeitos do art. 40, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, sendo que, a tal propósito, não há registros de pendências em relação ao ente, conforme consulta feita, nesta data, ao Subsistema “CAUC – REGULARIDADE SIAFI” (fls. 243/247).

18. A propósito, o Senhor Secretário de Estado da Fazenda do Mutuário declarou, nesta data, que a lista de CNPJs constante da lista do Subsistema CAUC é completa e exaustiva em relação aos órgãos, unidades e centros de competência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (fls. 248/250).

19. Verificou a STN, nos termos do PARECER nº 137/2010/GERF/COPEM/SUBSEC4/STN/MF, o seguinte:

“32. No que concerne ao pleno exercício da competência tributária do Estado, bem como o cumprimento dos artigos 198, com a redação da EC 29, e 212, todos da Constituição Federal, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro emitiu Certidões, às fls. 189/194, atestando, *(sic)* o cumprimento destes dispositivos legais em 2008 (último exercício analisado), bem como no exercício de 2009, com base nos Relatórios da LRF.

33. Ademais, atestou também aquele Tribunal (certidões às fls. 189/194) que a despesa com pessoal dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público Estadual, nos exercícios de 2008 e 2009, não extrapolou os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

34. Complementarmente, consta às fls. 195/196 Declaração do Governador do Estado, de 12.02.2010, na qual este atesta, em relação às contas do exercício ainda não analisado, o pleno cumprimento das competências tributárias e a aplicação dos recursos mínimos nas ações de saúde e educação. Declara, igualmente, o atendimento aos limites de gastos com pessoal do exercício de 2009 (posição em 31.12.2009).”

20. E adicionou:

“35. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, conforme disposto na LRF (art. 40 §2º combinado com o art. 25, inciso IV, alínea c) e na Resolução do Senado Federal nº 48/2007 (art. 10, inciso II, alínea c), é entendimento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme exarado no Parecer PGFN/COF/nº 468/2008 que tais limites, conforme mencionam as citadas normas legais, estão a referir-se, exclusivamente, ao art. 42 da LRF, único limite legal existente para tal efeito. O referido art. 42 dispõe o seguinte:

*“Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito”.*

*Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.”*

36. Dessa forma, a exigência da verificação da comprovação de atendimento ao que determina o citado artigo 42 da LRF, não se aplica, no momento, ao Governo do Município de Fortaleza.

37. O artigo 28 da Lei nº 11.079/2004, alterado pelo Art. 10 da Lei nº 12.024/2009, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, impede a União a conceder garantia aos demais entes, caso a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias por eles contratadas tiver excedido, no ano anterior, a 3% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 3% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

38. Vale acrescentar que, conforme Declaração do Governador e do Secretário de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro (fls. 12), aquele estado não realizou nenhum contrato de parceria público-privada.”

#### **PARECER FAVORÁVEL DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

21. Considerando os documentos constantes dos autos, a STN emitiu o aludido PARECER nº 137/2010/GERFI/COPEM/SUBSEC4/STN/MF, em que descreve as condições financeiras da operação de crédito, atesta o cumprimento das condições necessárias à contratação e à concessão da garantia, presta as demais informações pertinentes e manifesta-se favoravelmente à contratação do contrato de empréstimo externo, sob a condição do atendimento da condição prévia referida no item 28, do citado Parecer (entrada em vigor do Regulamento Operacional do Programa), e à celebração do contrato de contragarantia.

#### **MANIFESTAÇÃO JURÍDICA DO MUTUÁRIO**

22. Para fins do disposto no art. 32, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e da Portaria MEFP nº 497, de 1990, alterada pela Portaria MEFP nº 650, de 1992, o

Senhor Assessor Jurídico-Chefe da Secretaria de Fazenda do Estado do Mato Grosso do Sul, Procurador do Estado, concluiu, por meio da manifestação jurídica colacionada às fls. 199/206, de 26 de janeiro de 2010, pela legalidade das cláusulas constantes da minuta contratual ora sob análise.

#### **CREDENCIAMENTO DA OPERAÇÃO PELO BACEN**

23. O Banco Central do Brasil (BACEN) credenciou o Estado a negociar a operação externa, conforme o Ofício nº 34/2010/DESIG/DICIC-SUREX, de 12 de março de 2010, nas condições descritas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), sob o registro TA531161-BACEN (fls. 240).

### **- III -**

#### **DA MINUTA DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO EXTERNO**

24. O empréstimo será concedido pelo BID, sendo certo que nas respectivas minutas contratuais foram estipuladas as cláusulas usuais de tais operações (cf. fls. 119/171).

25. Cumpre ressaltar que o preceito contido no art. 42, § 5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993<sup>2</sup>, possibilita, em realização de obras com recursos provenientes de organismo financeiro internacional, a aplicação de regras e ritos específicos licitatórios exigidos pelo organismo internacional, no caso, o BID.

---

<sup>2</sup> - § 5º Para a realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja partê, poderão ser admitidas, na respectiva licitação, as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimentos daquelas entidades, inclusive quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas exigidos para a obtenção do financiamento ou da doação, e que também não conflitem com o princípio do julgamento objetivo e sejam objeto de despacho motivado do órgão executor do contrato, despacho esse ratificado pela autoridade imediatamente superior."



26. Na minuta, foi observado, ainda, o disposto no art. 8º da Resolução nº 48 de 2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

- IV -

27. Diante do exposto, deve o assunto ser submetido à consideração do Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que, em entendendo cabível, encaminhe a matéria para exame e final pronunciamento do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição da República, ressalvando-se que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser formalizado o contrato de contragarantia, bem como implementada a condição apontada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN-MF).

É o parecer que se submete à superior consideração.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO,  
em 16 de março de 2010.

  
**CARLOS ANTÔNIO CORRÊA DE VIANA BANDEIRA**  
Procurador da Fazenda Nacional

De acordo à consideração superior.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO,  
em 16 de março de 2010.

  
**MAURÍCIO CARDOSO OLIVA**  
Coordenador-Geral

Aprovo o Parecer. Encaminhe-se o assunto à Secretaria-Executiva (SE-MF), em prosseguimento.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 16 de março de 2010.

  
**SÔNIA PORTELLA**  
Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal e Financeira  
Interina

Parecer nº. **137** 2010/GERFI/COPEM/SUBSEC4/STN/MF

Em **8 de março** de 2010.

**ASSUNTO:** Estado do Rio de Janeiro. Operação de crédito externo, com a garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US\$ 19.759.050,00. Recursos destinados ao "Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro - PROFAZ".

**Pedido de concessão de garantia da União.**

Ref.: Processo MF 17944.001097/2009-67

Senhor Subsecretário,

Trata o presente parecer de pedido de concessão de garantia da União (Ofício GG nº 734, de 03.09.2009, às fls. 04), à operação de crédito externo, de interesse do Estado do Rio de Janeiro, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US\$ 19.759.050,00 (dezenove milhões setecentos e cinquenta e nove mil e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América). Tais recursos serão destinados ao "Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro - PROFAZ".

#### **Recomendação da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX**

2. A Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX, por meio da Recomendação nº 1.049, de 26.09.2008, às fls. 09, homologada pelo Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 07.10.2008, recomendou a preparação do "**Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro - PROFAZ**", com apoio de financiamento externo, no valor de até US\$ 19.759.050,00.

#### **Objetivos do Programa, Arranjo Institucional e Análise de Custo-Benefício**

3. De acordo com o Parecer Técnico encaminhado pelo interessado, datado de 03.09.2009, às fls. 23/31, os recursos do *PROFAZ* possibilitarão ao Governo do Estado promover investimentos em melhorias na gestão das receitas e do gasto público, buscando-se resultados cada vez mais compatíveis com o tamanho e potencial econômico do Estado, em sua busca da otimização da relação custo-benefício das ações governamentais.

4. O Programa está inserido na Linha de Crédito Condicional (CCLIP)/Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO), aprovada pela Diretoria Executiva do BID, por meio da Resolução DE-132/08, em 05.11.2008.

5. O PROFAZ tem como objetivo geral melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal do Estado do Rio de Janeiro visando a: (i) aperfeiçoar os instrumentos de planejamento, orçamento e finanças para apoiar a tomada de decisões; (ii) incrementar a receita própria do Estado; (iii) aperfeiçoar os mecanismos de transparência e aumentar a eficiência e a eficiência e melhorar o

controle do gasto público; e (iv) melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) ao contribuinte. Espera-se, assim, atingir os seguintes resultados:

- Aumentar em 1%, no período de 4 anos, a arrecadação do ICMS do Estado, graças à implantação de um modelo de planejamento, execução e controle de fiscalização de empresas;
- Aumentar em 1%, no período de 4 anos, a arrecadação do IPVA do Estado, em função da gestão da cobrança deste imposto passar a ser exclusivamente da SEFAZ;
- Reduzir em 60% o atendimento presencial ao contribuinte com a disponibilização via *web* de 25 novos serviços, gerando economia de custo e ganho de receita pela maior facilidade para que o contribuinte cumpra suas obrigações tributárias;
- Reduzir a evasão fiscal, por meio do aumento do controle da fiscalização das mercadorias em trânsito com implantação de solução piloto de fiscalização nas divisas;
- Reduzir o custo burocrático pela agilização do processo de abertura de inscrição no cadastro do ICMS no comércio varejista.

6. Após a sua implantação, o Programa beneficiará: (i) o Estado do Rio de Janeiro - com o aumento da arrecadação, redução da evasão fiscal, aprimoramento dos mecanismos de fiscalização e ampliação de sua capacidade de gestão financeira e melhor controle interno; (ii) os cidadãos – em decorrência do aumento da oferta de bens e serviços públicos, bem como de sua melhoria; (iii) os contribuintes – com a redução da burocracia; (iv) o corpo funcional relacionado ao universo abrangido direta ou indiretamente pelo Programa – com a ampliação do conhecimento, através do aprimoramento de suas competências técnicas e comportamentais.

7. O Programa foi estruturado em 4 Componentes e respectivos subcomponentes:

#### **Componente I - Gestão Estratégica Integrada**

Este componente inclui atividades agrupadas em dois subcomponentes:

(a) Aperfeiçoamento organizacional e integração da gestão fazendária. Com os recursos alocados neste subcomponente serão financiadas a implantação de modelos de diagnóstico da situação atual e alternativas de modelos de: (i) planejamento estratégico e organizacional; (ii) gestão de processos; e (iii) projeção de variáveis econômico-fiscais no médio prazo; e.

(b) Cooperação interinstitucional nacional e internacional. Com os recursos alocados neste subcomponente será financiada a implantação de um programa de cooperação interinstitucional nacional e internacional.

#### **Componente II - Administração Tributária e Contencioso Fiscal**

Este componente inclui atividades agrupadas nos seguintes subcomponentes:

(a) Melhoria da eficiência e eficácia da administração tributária. Com os recursos alocados neste subcomponente será financiada a implantação de: (i) modelo de dados do cadastro de contribuintes do ICMS reestruturado e implantado; (ii) modelo de gestão de informações econômico-fiscais implantado; (iii) modelo de planejamento, execução e controle de fiscalização de empresas definido e implantado; (iv) sistema de controle de ECF; (v) modelo de gestão do IPVA; (vi) modelo de fiscalização de mercadorias em trânsito; (vii) modelo de gestão de concessão/renovação de benefícios fiscais; (viii) modelo de gestão da legislação tributária estadual; (ix) processo administrativo-tributário eletrônico; e (x) ampliação da assistência eletrônica ao contribuinte via Internet; e

(b) Aperfeiçoamento da gestão do cadastro e implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Este subcomponente financiará a modernização e a ampliação da infraestrutura de tecnologia da informação (TI), com a finalidade de viabilizar a implantação da NF-e e do SPED.

### **Componente III - Administração Financeira, Patrimonial e Controle Interno**

Este componente inclui atividades agrupadas nos seguintes subcomponentes:

(a) Melhoria da eficiência e da eficácia da administração financeira. Com recursos alocados a este subcomponente será financiada a implantação de: (i) sistema integrado de administração financeira; e (ii) modelo de apropriação e contabilidade de custos; e

(b) Aperfeiçoamento dos mecanismos de auditoria e controle interno e da gestão fiscal. Este subcomponente financiará a atualização do modelo de gestão do controle interno do Estado.

### **Componente IV- Gestão de Recursos Estratégicos**

Este componente contemplará os seguintes subcomponentes:

(a) Aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência e comunicação com a sociedade. Este subcomponente financiará a disseminação do Programa de Educação Fiscal;

(b) Modernização da gestão e aperfeiçoamento dos serviços de tecnologia da informação e comunicação. Este subcomponente financiará: (i) a elaboração do modelo de gestão de Tecnologia da Informação; (ii) o modelo de segurança da informação; e (iii) a implantação da Arquitetura de Sistemas Voltada para Serviços (SOA); e

(c) Aperfeiçoamento da gestão de recursos humanos. Este subcomponente financiará a implantação: (i) do programa de gestão de talentos e de educação e formação dos funcionários da SEFAZ; (ii) a biblioteca física e virtual na SEFAZ; e (iii) o modelo de comunicação;

8. A execução do Programa ficará a cargo da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro (SEFAZ). Serão constituídos um comitê supervisor e uma unidade para coordenar o Programa, ambos no âmbito da Subsecretaria - Geral de Fazenda.

### **Fluxo Financeiro**

9. De acordo com informações do interessado, às 31, o Programa contará com investimentos totais de US\$ 22.300.000,00, sendo US\$ 19.759.050,00 financiados pelo BID e o restante proveniente da contrapartida estadual. Os desembolsos deverão ocorrer de 2010 a 2013, conforme quadro:

**Quadro 1 – Cronograma Estimativo de Desembolso**

	US\$ mil				
	2010	2011	2012	2013	Total
<b>BID</b>	3.688.510	6.091.333	6.070.783	3.908.424	19.759.050
<b>Estado</b>	2.540.950*	-	-	-	2.540.950
<b>Total</b>	6.229.460	6.091.333	6.070.783	3.908.424	22.300.000

(\*) BNDES/PMAE

### **Condições Financeiras**

10. Conforme minuta do contrato de empréstimo (fls. 119/166), as condições financeiras da operação de crédito em foco, inseridas no Sistema de Registro de Operações Financeiras – ROF, do Banco Central do Brasil, sob o registro TA531161 (fls. 223/229), objeto de manifestação favorável desta Secretaria, serão as seguintes:

Quadro II: Condições financeiras da operação de crédito

<b>Valor do Empréstimo:</b>	US\$ 19.759.050,00
<b>Credor:</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
<b>Modalidade:</b>	Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR.
<b>Prazo de Desembolsos:</b>	4(quatro) anos, contados a partir da vigência do presente contrato.
<b>Amortização:</b>	Parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, pagas nos dias 15 dos meses de abril e de outubro de cada ano, vencendo-se a primeira após transcorridos 5 (cinco) anos, e a última antes de transcorridos 20 (vinte) anos, ambos contados da data da assinatura do contrato.
<b>Juros Aplicáveis:</b>	Exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do Empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID, e composta pela (a) taxa de juros LIBOR trimestral para dólar norte-americano; (b) mais ou menos uma margem de custo relacionada aos empréstimos do BID que financiam os empréstimos do Mecanismo Unimonetário com taxa de juros baseada na LIBOR; (c) mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da LIBOR e (d) mais a margem ( <i>spread</i> ) para empréstimos do capital ordinário.
<b>Comissão de Crédito:</b>	A ser estabelecida periodicamente pelo Banco, e calculada sobre o saldo não desembolsado do Financiamento, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato. Em caso algum poderá exceder ao percentual de 0,75% a.a.
<b>Despesas com Inspeção e Supervisão Gerais:</b>	Por decisão de política atual, o Banco não cobrará montante para atender despesas com inspeção e supervisão geral. Conforme revisão periódica de suas políticas, este notificará ao mutuário um valor devido em um semestre determinado, que não poderá ser superior a 1% do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.
<b>Opções de Conversão:</b>	<p>O mutuário poderá, com o consentimento por escrito do Fiador, e desde que sejam respeitados os termos e condições estabelecidos na cláusula 2.03 do contrato de empréstimo, solicitar ao Banco: (i) conversão para uma Taxa de Juros Fixa, de parte ou totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na Libor, e (ii) uma nova conversão de parte ou da totalidade dos saldos devedores do Empréstimo calculados a uma Taxa de Juros Fixa para a Taxa de Juros Baseada na Libor.</p> <p>Os prazos e montantes mínimos requeridos para as conversões estão estabelecidos na Cláusula 2.03 do contrato de empréstimo.</p> <p>Os custos decorrentes da realização das opções de conversão serão repassados pelo Banco ao Mutuário.</p>

11. Foi anexado ao presente Parecer, e às fls. 207 do processo, o cálculo estimativo do serviço da dívida, bem como do custo efetivo da operação com o BID, situado em 5,30% a.a. flutuante, conforme a variação da LIBOR. Considerando o custo atual da curva média de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional, a operação encontra-se em patamares aceitáveis a esta Secretaria.

### **Requisitos Legais e Normativos**

12. Relativamente ao disposto na Lei Complementar nº. 101/00, na Resolução do Senado Federal nº. 48/07, alterada pela Resolução SF nº 41/2009, e na Portaria MEFP nº 497/90, e alterações, com vistas à concessão da garantia da União, vale ressaltar o seguinte:

#### **I – Verificação dos Limites Previstos no art. 32 da LRF**

13. Mediante Parecer nº 732/2009 – COPEM/STN, de 28.09.2009 (fls. 76/80), esta Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios – COPEM pronunciou-se quanto aos limites e condições para a contratação de operação de crédito externo pelo Estado do Rio de Janeiro, tendo sido cumpridas as exigências dispostas nas Resoluções do Senado Federal nº 40/2001 e 43/2001 e suas alterações, e atendidos os requisitos mínimos previstos no art. 32 da LRF. Entretanto, por tratar-se de operação com a garantia da União, a análise acerca dos aspectos orçamentários foi realizada no âmbito deste Parecer.

#### **II - Inclusão no Plano Plurianual**

14. Encontra-se às fls. 186/188 a Lei estadual nº 5.631, de 04.01.2010, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2008/2011, instituído pela Lei nº 5.181, de 02.01.2008 (fls. 185). Cabe destacar que consta, às fls. 111, declaração do Secretário de Estado de Planejamento e Gestão (e quadros anexos às fls. 187/188) na qual este indica a ação e o programa que irão suportar a execução do Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro – PROFAZ.

#### **III - Previsão Orçamentária**

15. A Lei Estadual nº. 5.632, de 04.01.2010, (fls. 112), que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2010, contempla dotações para o Programa no referido ano. O quadro de detalhamento da despesa encontra-se às fls. 178/183. Complementarmente, às fls. 111, consta Declaração do Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, que informa estar o ingresso dos recursos da operação em conformidade com a Lei Estadual nº 5.632, estando consignado no Programa de Trabalho nº 2001.04.123.0054.1645, o valor total de R\$ 12.395.000,00 em Fonte 11. Declara, ainda, que o pagamento dos encargos da operação está em conformidade com a LOA 2010, consignado no Programa de Trabalho nº 3702.28.844.0000.0005, na Fonte 00 e na ocorrência de acréscimos eventuais, serão os mesmos suplementados.

16. Assim, considerando as informações prestadas pelo Estado, conforme parágrafo 9 deste Parecer, entende-se que o mutuário dispõe das dotações necessárias para dar início à execução do Programa.

#### **IV - Autorização Legislativa – Contratação e Contragarantias à Garantia da União**

17. A Lei Estadual nº 5.226, de 17.04.2008 (fls. 22), autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o BID, no montante de até US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco



milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinado ao financiamento do Programa em questão. Adicionalmente, a referida Lei, que foi alterada pela Lei nº 5.579, de 26.11.2009 (fls. 107), dispõe que o Poder Executivo do Estado está autorizado a vincular como contragarantias à garantia da União, as parcelas necessárias e suficientes das receitas a que se referem os artigos 155 e 157 e os incisos I, alínea "a", e II, do artigo 159, na forma do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los.

#### **V - Limites de Endividamento do Estado**

18. Quanto aos limites de endividamento do Estado do Rio de Janeiro, estabelecidos nas Resoluções do Senado Federal nº 40, de 20.12.2001, e nº 43, de 21.12.2001, e suas alterações, observe-se que foram calculados e considerados atendidos pela COPEM/STN, em seu citado Parecer nº 732/2009 – COPEM/STN, de 28.09.2009 (fls. 76/80).

#### **VI - Limites para a Concessão da Garantia da União**

19. De acordo com as informações contidas no Relatório de Gestão Fiscal da União para o terceiro quadrimestre de 2009 (fls. 208), há margem, na presente data, para a concessão da pleiteada garantia da União, nos limites estabelecidos pelo Senado Federal nos termos do artigo 9º da Resolução SF 48/2007.

#### **VII - Capacidade de Pagamento e Aspectos Fiscais do Estado**

20. Segundo a análise da capacidade de pagamento consignada na Nota nº. 1.350/2009/COREM/STN, de 22.09.2009 (fls. 58/59), o Estado de Rio de Janeiro foi classificado na categoria "B", suficiente, portanto, para o recebimento da garantia da União, nos termos da Portaria MF 89, de 25.04.1997.

21. Ademais, a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – COREM/STN informou, na supracitada Nota, que a operação está prevista no Programa de Ajuste Fiscal do Estado, limitada ao valor de US\$ 19.762 mil. Além disso, registrou que o Estado encontra-se adimplente com as metas e compromissos assumidos no Programa, conforme a última avaliação realizada, não caracterizando violação do contrato de refinanciamento firmado junto à União. Registra, ainda, que a operação não se enquadra na excepcionalização prevista no § 8º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 21.12.2001.

#### **VIII- Contragarantias à Garantia da União e Margem Disponível**

22. Conforme mencionado no parágrafo 17 deste Parecer, o Poder Executivo do Estado está autorizado a vincular como contragarantias à garantia da União, as parcelas necessárias e suficientes das receitas a que se referem os artigos 155 e 157 e os incisos I, alínea "a", e II, do artigo 159, na forma do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los.

23. De acordo com estudo elaborado por esta Secretaria acerca do comprometimento das transferências federais e receitas próprias do Estado do Rio de Janeiro (fls. 209), as garantias oferecidas pelo Estado são consideradas suficientes para ressarcir a União caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação em epígrafe.

24. O referido estudo abrange os anos de 2008 (realizado) e as projeções para 2009 até 2018. A margem disponível apurada é sempre positiva e crescente para os exercícios projetados, partindo



de R\$ 19.974,27 milhões em 2009 e chegando a R\$ 47.165,56 milhões em 2018. Quanto aos pagamentos a serem efetuados pelo Estado, em consequência da operação de crédito ora pleiteada, os maiores valores devidos estão projetados para 2015, quando entre amortização e juros, deverão ser pagos aproximadamente US\$ 2.272 milhões. Note-se que em 2015 a margem disponível é de 36.625,36 milhões, suficientes, portanto, para cobrir eventual dívida com a União, se esta tiver que honrar a garantia. O Estado terá compromissos de pagamento decorrentes desta operação até 2028 e a projeção das receitas foi feita até 2018. Contudo, nada indica que a tendência de crescimento normal das receitas estaduais se reverterá, a não ser na hipótese de algum evento absolutamente imprevisto.

25. Assim, entendemos que o oferecimento das citadas contragarantias é suficiente, devendo ser formalizado mediante contrato a ser celebrado junto à União, podendo o Governo Federal reter as importâncias necessárias para satisfação dos compromissos assumidos diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Estado.

#### **IX - Situação de Adimplência**

26. Tendo em vista a Resolução do Senado Federal nº 41/2009, que alterou a RSF nº 48/2007, onde foi disciplinado que a comprovação de adimplência do ente garantido (adimplência financeira e de recursos recebidos da União) se dará por ocasião da assinatura dos instrumentos contratuais, a STN não mais efetuará a verificação prévia desse requisito.

#### **X - Antecedentes junto à Secretaria do Tesouro Nacional**

27. Não há registros de compromissos honrados pela União em nome do Governo do Estado de Rio de Janeiro nos últimos anos, decorrentes de garantias concedidas.

#### **XI - Alcance das Obrigações Contratuais**

28. De acordo com a Cláusula 3.02 do Acordo de Empréstimo (fls. 119/166), e sem prejuízo das disposições constantes da Seção 4.01 das Normas Gerais aplicáveis aos empréstimos com o BID, o primeiro desembolso está condicionado a que o Estado do Rio de Janeiro cumpra, de forma satisfatória ao Banco, o seguinte requisito: a entrada em vigor do Regulamento Operacional do Programa.

29. De modo a se evitar o pagamento desnecessário de comissão de compromisso, bem como a permitir uma boa execução do Programa, entendemos que, preliminarmente à formalização dos instrumentos contratuais, deva ser verificado, pelo Ministério da Fazenda, o grau de cumprimento da mencionada condicionalidade, mediante, inclusive, manifestação prévia do BID.

30. Entendemos que as demais obrigações contratuais constantes das minutas do Acordo de Empréstimo, bem como do Contrato de Garantia (às fls.167/171), são passíveis de cumprimento pelas partes envolvidas, não atribuindo ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com organismos multilaterais de crédito.

#### **XII - Demais Exigências da Portaria n.º 497/90, da Resolução SF n.º48/07, alterada pela Resolução SF n.º 41/2009, da Lei Complementar n.º 101/2000, da Lei n.º 11.079/2004 e da Lei n.º 12.024/2009.**

31. Cumpre esclarecer que estão apensas ao processo (fls. 210/222), as informações elaboradas pela STN relativas às finanças da União, as quais encontram-se atualizadas no endereço <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>.

32. No que concerne ao pleno exercício da competência tributária do Estado, bem como o cumprimento dos artigos 198, com a redação da EC 29, e 212, todos da Constituição Federal, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro emitiu Certidões, às fls. 189/194, atestando, o cumprimento destes dispositivos legais em 2008 (último exercício analisado), bem como no exercício de 2009, com base nos Relatórios da LRF.

33. Ademais, atestou também aquele Tribunal (certidões às fls. 189/194) que a despesa com pessoal dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público Estadual, nos exercícios de 2008 e 2009, não extrapolou os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

34. Complementarmente, consta às fls. 195/196 Declaração do Governador do Estado, de 12.02.2010, na qual este atesta, em relação às contas do exercício ainda não analisado, o pleno cumprimento das competências tributárias e a aplicação dos recursos mínimos nas ações de saúde e educação. Declara, igualmente, o atendimento aos limites de gastos com pessoal do exercício de 2009 (posição em 31.12.2009).

35. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, conforme disposto na LRF (art. 40 § 2º, combinado com o art. 25, inciso IV, alínea c) e na Resolução do Senado Federal nº 48/2007 (art. 10, inciso II, alínea c), é entendimento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme exarado no Parecer PGFN/COF/nº 468/2008, que tais limites, conforme mencionado nas citadas normas legais, estão a referir-se, exclusivamente, ao art. 42 da LRF, único limite legal existente para tal efeito. O referido artigo 42 dispõe o seguinte:

**“Art. 42.** É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito”.

**Parágrafo único.** Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.”

36. Dessa forma, a exigência da verificação da comprovação de atendimento ao que determina o citado artigo 42 da LRF, não se aplica, na presente data, ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.


37. O artigo 28 da Lei nº 11.079/2004, alterado pelo Art. 10 da Lei nº 12.024/2009, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, impede a União de conceder garantia aos demais entes, caso a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias por eles contratadas tiver excedido, no ano anterior, a 3% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 3% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

38. Vale esclarecer que, conforme Declaração do Governador e do Secretário de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (fls. 12), aquele estado não realizou nenhum contrato de parceria público-privada.

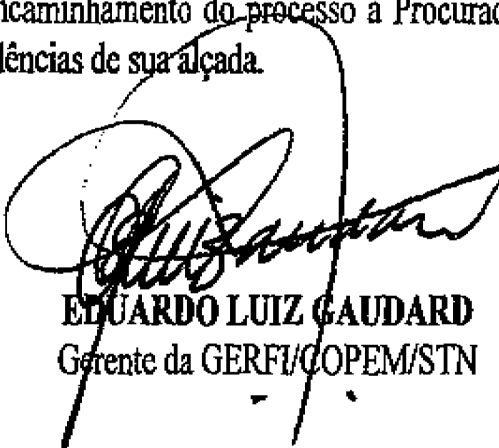
### Conclusão

39. Diante do exposto, nada temos a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado pelo Ministério da Fazenda o cumprimento substancial da condicionalidade mencionada no parágrafo 28 deste Parecer, assim como seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia.

À consideração superior, sugerindo o encaminhamento do processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN/COF para as providências de sua alçada.



**ELIANE BUCAR**  
Analista de Finanças e Controle




**EDUARDO LUIZ GAUDARD**  
Gerente da GERFI/COPEM/STN

De acordo. À consideração do Sr. Secretário do Tesouro Nacional



**EDUARDO COUTINHO GUERRA**  
Subsecretário do Tesouro Nacional

De acordo. Encaminhe-se o processo à PGFN/COF como sugerido.



**ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO**  
Secretário do Tesouro Nacional

Projeto	Programa de Modernização do Gestão Financeira - PROFAZPROFISCO	
Ministério	Estado do Rio de Janeiro	
Orçador	Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID	
Modalidade	Empréstimo Modalidade LIBOR (3 meses)	
Valor Total	US\$	21.308.808,00
Empréstimo	US\$	18.758.858,00
Contratante	US\$	2.549.950,00

Amortização:	30
Amortização:	US\$ 658.635,00
Data 1ª Amortização:	15/10/2013
Data Última Amortização:	15/10/2020
Carência:	4 anos
Comissão de Compromisso:	0,25%
Taxa de Juros:	Libor US\$ + Spread (margem variável)
Custo BR Captação Libor:	0,00% dado indisponível
Custo BR de Mitigação:	0,00% dado indisponível
Spread Atual	0,95%
Front-end fee (100% financiada):	0%
Front-end fee:	\$ -

15-out-10	3.688.510,00	-	13.815,32	-	1,40%	-	13.815,32	3.688.510,00	1,24%	(2.051.945,61)
15-out-11	3.045.867,00	-	20.311,30	-	2,40%	45.791,88	66.103,24	6.734.177,80	1,53%	(2.033.612,94)
15-out-11	3.045.868,00	-	16.552,44	-	2,03%	86.485,32	86.817,76	6.736.843,80	2,23%	(2.051.218,51)
15-out-12	3.036.382,00	-	12.881,81	-	2,18%	108.488,47	121.170,36	12.815.236,08	2,89%	(2.268.741,83)
15-out-12	3.034.301,00	-	8.824,43	-	3,55%	231.208,28	248.030,71	15.849.826,00	2,80%	(2.803.611,40)
15-out-13	3.036.424,00	-	-	-	4,16%	332.651,31	332.651,31	18.758.050,00	2,95%	(3.271.674,40)
15-out-13	-	658.635,00	-	-	4,43%	444.674,76	1.103.509,78	19.100.415,00	3,11%	988.779,41
15-out-14	-	658.635,00	-	-	4,32%	475.074,29	1.133.709,29	18.441.789,00	3,44%	887.046,30
15-out-14	-	658.635,00	-	-	5,08%	498.737,81	1.127.352,81	17.783.145,08	3,73%	952.185,08
15-out-15	-	658.635,00	-	-	5,38%	484.221,08	1.142.858,08	17.124.518,08	3,97%	938.388,08
15-out-15	-	658.635,00	-	-	5,41%	478.815,39	1.139.558,39	16.485.875,08	4,16%	897.785,39
15-out-16	-	658.635,00	-	-	5,71%	478.185,26	1.135.830,26	15.907.240,00	4,32%	878.408,60
15-out-16	-	658.635,00	-	-	5,88%	457.288,82	1.115.901,82	15.348.805,00	4,45%	834.862,80
15-out-17	-	658.635,00	-	-	5,81%	452.350,31	1.110.885,31	14.488.878,00	4,57%	805.652,80
15-out-17	-	658.635,00	-	-	5,78%	425.882,08	1.084.487,08	13.631.336,00	4,87%	783.161,17
15-out-18	-	658.635,00	-	-	5,86%	417.045,43	1.075.688,43	13.172.708,08	4,76%	734.322,08
15-out-18	-	658.635,00	-	-	5,95%	388.152,27	1.058.787,27	12.514.885,08	4,84%	688.458,52
15-out-19	-	658.635,00	-	-	6,10%	385.187,17	1.044.825,17	11.855.430,80	4,85%	668.838,80
15-out-19	-	658.635,00	-	-	6,11%	368.336,39	1.028.973,39	11.788.785,00	5,05%	632.356,00
15-out-20	-	658.635,00	-	-	6,14%	349.718,28	1.008.351,28	10.538.180,00	5,24%	588.346,33
15-out-20	-	658.635,00	-	-	5,80%	315.753,10	974.388,10	9.478.520,00	5,34%	553.515,48
15-out-21	-	658.635,00	-	-	6,09%	302.540,84	881.178,84	8.228.888,08	5,50%	524.951,80
15-out-21	-	658.635,00	-	-	6,23%	292.030,86	850.885,86	8.588.255,08	5,61%	488.352,40
15-out-22	-	658.635,00	-	-	6,47%	277.573,44	838.288,44	7.903.620,60	5,71%	471.485,75
15-out-22	-	658.635,00	-	-	6,81%	283.448,49	824.084,49	7.244.885,80	5,81%	447.018,32
15-out-23	-	658.635,00	-	-	6,81%	249.352,41	808.187,41	6.588.320,00	5,90%	422.063,00
15-out-23	-	658.635,00	-	-	7,04%	235.588,10	884.203,10	5.927.715,00	5,98%	398.155,68
15-out-24	-	658.635,00	-	-	7,26%	218.223,48	877.856,48	5.269.080,00	6,06%	376.388,33
15-out-24	-	658.635,00	-	-	7,53%	204.787,54	880.432,54	4.610.445,00	6,11%	354.753,57
15-out-25	-	658.635,00	-	-	8,95%	181.958,85	838.581,85	3.851.810,00	6,14%	328.757,00
15-out-25	-	658.635,00	-	-	8,85%	121.488,00	788.115,00	3.283.175,08	6,14%	301.282,10
15-out-26	-	658.635,00	-	-	6,14%	102.291,12	788.026,12	2.634.540,00	6,13%	285.417,08
15-out-26	-	658.635,00	-	-	6,75%	83.601,13	742.290,13	1.975.905,00	6,12%	270.393,13
15-out-27	-	658.635,00	-	-	6,36%	83.487,40	722.122,40	1.317.270,00	6,12%	255.493,82
15-out-27	-	658.635,00	-	-	6,47%	43.334,35	701.869,35	658.635,00	6,11%	241.195,39
15-out-28	-	658.635,00	-	-	6,67%	22.681,12	680.716,12	-	6,08%	227.143,18
00-jan-00	-	-	-	-	0,95%	-	-	-	0,00%	-
00-jan-00	-	-	-	-	0,95%	-	-	-	0,00%	-
00-jan-00	-	-	-	-	0,95%	-	-	-	0,00%	-
00-jan-00	-	-	-	-	0,95%	-	-	-	0,00%	-
00-jan-00	-	-	-	-	0,95%	-	-	-	0,00%	-
00-jan-00	-	-	-	-	0,95%	-	-	-	0,00%	-
00-jan-09	18.758.858,00	18.758.858,00	71.985,48	0,00	-	8.822.315,93	28.652.351,40	355.132.888,80	1,78	-758.808,08

(1) Custo de Captação do Tesouro corresponde aos valores percentuais da Curva Sobereana Zero, estimada conforme metodologia própria, na mesma moeda de operação de crédito.

(2) A TIR corresponde ao custo efetivo da operação, ou seja, o taxa de juro média que ignora o valor presente do fluxo a zero.

(3) Duration - É a média ponderada do valor presente do fluxo de caixa, expressa em anos.

(4) Modified Duration - É a Duration modificada considerando o custo efetivo da operação.

TIR do BR 10	8,1%
Modified Duration	8,14
TIR do BR 240	8,4%
Modified Duration	8,17

TIR equivalente	8,295%
-----------------	--------

(\*) A TIR Equivalente corresponde a uma interpolação entre as taxas referentes a dois títulos soberanos informados para comparação.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação – Desig

Divisão de Capitais Internacionais e Câmbio – Dicio

SBS Quadra 3, Bloco B, 4º andar, Edifício Sede – 70074-900 – Brasília (DF)

Telefone: 61 3414-2141 – Fax: 61 3414-3757

E-mail: [dicio.desig@bcb.gov.br](mailto:dicio.desig@bcb.gov.br)

Ofício nº 34/2010/Desig/Dicio-Sured

Brasília, 12 de março de 2010.

Pt. 1001470635

A Sua Senhoria a Senhora

**SÔNIA DE ALMENDRA FREITAS PORTELLA NUNES**

Coordenadora-Geral de Operações Financeiras da União – COF

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN

Esplanada dos Ministérios – Bloco "P" – 8º Andar – Sala 803

70048-900 Brasília

Fax: 3412-1740

**Assunto: ROF TA531161 – Comunica Credenciamento – Estado do Rio de Janeiro / Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**

Senhora Coordenadora-Geral,

1. Referimo-nos ao Registro de Operação Financeira (ROF) TA531161, de 8.2.2010, por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro solicita credenciamento para negociar a operação de crédito externo com o BID, com garantia da República Federativa do Brasil (RFB), no valor de até US\$19.759.050,00, destinados ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro – Profaz.

2. A propósito, informamos que, por meio do Ofício nº 32/2010/Desig/Dicio-Sured (anexo), o Banco Central do Brasil, com base no Art. 98 do Decreto 93.872, de 23.12.1986 e na Portaria 497, de 27.8.1990, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, credenciou o Estado do Rio de Janeiro a negociar referida operação no exterior, nas condições constantes do ROF supracitado.

Atenciosamente,

0.849.391-X - Antônio Augusto Pinto Pinheiro

Chefe Adjunto Substituto

Desig

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação – Desig  
Divisão de Capitais Internacionais e Câmbio – Dicio  
SBS Quadra 3, Bloco B, 4º andar, Edifício Sede – 70074-900 – Brasília (DF)  
Telefone: 61 3414-2141 – Fax: 61 3414-3757  
E-mail: dicio.desig@bcb.gov.br

Ofício nº 32/2010/Desig/Dicio-Sured

Brasília, 12 de março de 2010.

Pl. 1001470635

A Sua Senhoria a Senhora

**VALÉRIA DE MORAES BARBOSA** – Superintendente

Estado do Rio de Janeiro – Secretaria de Fazenda – Subsecretaria de Finanças

Superintendência de Controle e Acompanhamento da Dívida Pública e de Captação de Recursos

Rua da Alfândega, 42 – 2º andar

20070-000 Rio de Janeiro (RJ)

Fax: 21 2334-4535

**Assunto: ROF TA531161 – Comunica Credenciamento – Estado do Rio de Janeiro / Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**

Senhora Superintendente,

1. Referimo-nos ao Registro de Operação Financeira (ROF) ROF TA531161, de 8.2.2010 e ao Ofício SUCADPCR Nº 00180/2010, de 18.2.2010, por meio dos quais V.Sa. solicita credenciamento para negociar a operação de crédito externo com o BID, com garantia da República Federativa do Brasil (RFB), no valor de até US\$19.759.050,00, destinados ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro – Profaz.
2. A propósito, de acordo com o disposto no artigo 9º do Decreto 93.872, de 23.12.86 e na Portaria 497, de 27.08.90, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, comunicamos que o Banco Central do Brasil credenciou o Estado do Rio de Janeiro a negociar referida operação no exterior, nas condições discriminadas a seguir, constantes do citado ROF:
  - i) *devedor*: Estado do Rio de Janeiro;
  - ii) *credor*: BID;
  - iii) *garantidor*: RFB;
  - iv) *valor*: até US\$19.759.050,00 (dezenove milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e cinquenta dólares norte-americanos);
  - v) *modalidade*: Empréstimo do Mecanismo Unimonetário do capital ordinário do BID com Taxa de Juros baseada na Libor;
  - vi) *amortização*: em 30 parcelas semestrais e consecutivas, na medida do possível iguais, vencíveis após o período de carência;

vii) *juros*: pagos semestralmente, calculados sobre os saldos devedores diários do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID, composta pela: a) taxa de juros Libor trimestral para dólar norte-americano; b) mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos do BID que financiam os empréstimos do Mecanismo Unimonetário com taxa de juros baseada na Libor; c) mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da Libor; e d) mais a margem para empréstimos do capital ordinário;

viii) *comissão de crédito*: exigida semestralmente nas mesmas datas do pagamento dos juros, a um percentual que será estabelecido pelo Banco periodicamente, como resultado de sua revisão de encargos financeiros, em conformidade com as disposições aplicáveis da política do Banco sobre metodologia para o cálculo de encargos para empréstimos do capital ordinário, sendo certo que em caso algum poderá exceder o percentual de 0,75% a.a. sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato; e

ix) *recursos para inspeção e supervisão gerais*: durante o período de desembolso, o Banco não cobrará montante para atender despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo se o BID estabelecer o contrário durante o mencionado período. O valor devido pelo Mutuário, para atender às referidas despesas, em um semestre determinado, não poderá ser superior a 1% do valor do Financiamento, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

3. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

4. O credenciamento foi concedido com base nas declarações e nos documentos apresentados pelo devedor e credor, podendo o Banco Central do Brasil apurar a veracidade das informações, na forma do artigo 62 do Decreto 55.762, de 17.02.65. Fica vedado o pagamento, a qualquer título, em moeda nacional ou estrangeira, de ônus ou encargos que não estejam expressamente aprovados pelo Banco Central do Brasil.

5. A operação estará definitivamente registrada no ROF com a condição de "concluído" após a inclusão dos eventos 9006 (manifestação da STN/COPEM), 9001 (Resolução do Senado Federal) e 9007 (manifestação da PGFN e aprovação do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda).

Atenciosamente,



0.849.391-X - Antônio Augusto Pinto Pinheiro

Chefe Adjunto Substituto

Desig



Nota nº 229/2010/GERFI/COPEM/SUBSEC4/STN/MF

Em 8 de março de 2010.

**ASSUNTO:** Estado do Rio de Janeiro. Operação de crédito externo, com a garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US\$ 19.759.050,00. Recursos destinados ao "Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro - PROFAZ".

**Pedido de concessão de garantia da União.**

Ref.: Processos MF 17944.001097/2009-67

De modo a atender ao disposto na Carta-Circular n.º 2.771, de 20.11.97, do Banco Central do Brasil, que trata dos procedimentos para o Registro de Operações Financeiras, sugerimos a inserção no sistema da seguinte manifestação para o ROF TA531161: "Esta Secretaria, nos termos do artigo 98 do Decreto n.º 93.872, de 23.12.86, nada tem a opor seja o Estado do Rio de Janeiro credenciado a negociar operação de crédito externo, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro - PROFAZ", no valor de até US\$19.759.050,00, autorizado pela Lei Estadual n.º 5.226, de 17.04.2008 (fls. 22), e objeto da Recomendação COFIEX nº 1.049, de 26.09.2008 (fls. 09). Importa ressaltar, todavia, que a decisão deste Ministério somente será formalizada quando do encaminhamento do pleito ao Senado Federal".

À consideração superior.

  
ELIANE BUCAR

Analista de Finanças e Controle

  
EDUARDO LUIZ GAUDARD  
Gerente da COPEM/STN

Processo nº 17944.001097/2009-67  
Estado do Rio de Janeiro

**PARECER Nº 32 /2009 - COPEM/STN**

Brasília, 28 de setembro de 2009.

**Operação de Crédito com Banco Interamericano de Desenvolvimento.**

**TIPO DA OPERAÇÃO** - Recursos destinados ao financiamento do Projeto de Modernização para Melhoria da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial do Estado.

**Relatório**

1. O Governo do Estado do Rio de Janeiro solicitou a verificação do cumprimento dos limites e condições para contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiamento do Projeto de Modernização para Melhoria da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial do Estado, com as seguintes características:

- a) **Valor da operação:** US\$ 19.759.050,00 (dezenove milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e cinquenta dólares americanos), equivalentes a R\$ 35.400.313,98 (trinta e cinco milhões, quatrocentos mil e trezentos e treze reais e noventa e oito centavos), pela Taxa de Câmbio de R\$ 1,7916, de 23/09/2009 (fl. 60).
- b) **Fonte/origem de recursos:** Não informada;
- c) **Juros:** 1,42% ao ano (LIBOR – 3º quadrimestre);
- d) **Amortização:** 180 (cento e oitenta) meses;
- e) **Carência:** 60 (sessenta) meses;
- f) **Prazo total:** 240 (duzentos e quarenta) meses;
- g) **Indexador:** Dólar;
- h) **Liberação:** US\$ 3.688.510,00 em 2010, equivalentes a R\$ 6.608.334,52; US\$ 6.091.333,00 em 2011, equivalentes a R\$ 10.913.232,20; US\$ 6.070.783,00 em 2012, equivalentes a R\$ 10.876.414,82 e; US\$ 3.908.424,00 em 2013, equivalentes a R\$ 7.002.332,44;
- i) **Lei autorizadora:** nº 5226, de 17/04/2008.

2. O parecer do órgão técnico (fis. 23/31) foi apresentado em cumprimento ao inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001 e atesta a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação.

3. O parecer do órgão jurídico e declaração firmada pelo Chefe do Poder Executivo (fis. 32/35) foi apresentado em cumprimento ao inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001. Este documento manifesta o entendimento de que o Governo cumpre os requisitos, conforme disposto no Manual de Instrução de Pleitos - MIP, bem como assinala o cumprimento

do art. 5º da Resolução nº 43/2001-SF, segundo o qual o Governo do Estado do Rio de Janeiro ~~(X)~~ não infringiu nenhuma das vedações.

4. De acordo com as disposições sobre a matéria, constantes das Resoluções do Senado Federal nºs 40/2001 e 43/2001, o Governo apresentou os seguintes limites quantitativos, considerando-se o valor e os dispêndios da operação sob exame:

a) art. 6º § 1º Inciso I da Resolução nº 43, de 2001-SF - **despesas de capital relativas ao exercício anterior:**

a.1) despesas de capital executadas no exercício anterior: (fl. 52)	R\$ 2.771.014.000,00
a.2) receitas de operações de crédito realizadas no exercício anterior: (fl. 52)	R\$ 175.610.000,00
<b>Saldo:</b>	<b>R\$ 2.595.404.000,00</b>

b) art. 6º § 1º Inciso II da Resolução nº 43, de 2001-SF - **despesas de capital relativas ao exercício atual:**

b.1) Despesas de capital do exercício ajustadas: (fl. 51)	R\$ 5.104.391.000,00
b.2) Liberações de crédito já programadas: (fl. 19)	R\$ 353.055.384,07
b.3) Liberação da operação sob exame: (fl. 17/18)	R\$ 0,00
<b>Saldo:</b>	<b>R\$ 4.751.335.615,93</b>

c) art. 7º Inciso I da Resolução nº 43, de 2001-SF: **Montante Global de todas as operações realizadas em um exercício financeiro (MGA) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL).**

**Tabela I - Montante Global das operações realizadas em um exercício financeiro (fls. 17/18 e 19)**

Ano	Desembolso Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	MGA/RCL (%)
	Operação em Exame	Liberações Programadas		
2009	0,00	353.055.384,07	31.566.945.316,59	1,12
2010	6.608.334,52	587.164.480,92	32.693.885.264,39	1,82
2011	10.913.232,20	397.029.860,70	33.861.056.968,33	1,20
2012	10.876.414,82	53.285.218,43	35.069.896.702,10	0,18
2013	7.002.332,44	55.968.524,15	36.321.892.014,36	0,17
2014	0,00	33.803.071,22	37.618.583.559,28	0,09
2015	0,00	1.089.150,00	38.961.566.992,34	0,00

Projeção da RCL pela taxa média de 3,57% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos. O ano de 2015 é o último para o qual há liberações informadas.

d) art. 7º Inciso II da Resolução nº 43, de 2001-SF: **Comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL.**

**Tabela II - Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos (fls. 17/18 e 20/21)**

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	Operação em Exame	Demais Operações		
2009	0,00	3.522.096.870,00	31.566.945.316,59	11,16
2010	23.652,40	3.285.055.613,00	32.693.885.264,39	10,05
2011	132.898,76	3.367.091.531,00	33.861.056.968,33	9,94
2012	288.416,53	3.456.571.155,00	35.069.896.702,10	9,86
2013	428.313,92	3.604.024.754,00	36.321.892.014,36	9,92

2014	502.684,46	3.541.051.937,00	37.618.583.559,28	9,41
2015	2.854.258,46	3.611.108.932,00	38.961.566.992,34	9,28
2016	2.593.964,32	3.669.348.042,00	40.352.494.933,97	9,16
2017	2.787.233,86	3.751.428.230,00	41.793.079.003,11	8,98
2018	2.753.721,56	3.779.435.791,00	43.285.091.923,52	8,74
2019	2.720.209,27	3.822.387.357,00	44.830.369.705,19	8,53
2020	2.687.615,12	3.862.137.025,00	46.430.813.903,67	8,32
2021	2.653.184,67	3.966.680.023,00	48.088.393.960,03	8,25
2022	2.619.672,38	4.056.419.160,00	49.805.149.624,40	8,15
2023	2.586.160,07	4.161.914.832,00	51.583.193.465,99	8,07
2024	2.553.198,66	4.316.761.046,00	53.424.713.472,73	8,08
2025	2.519.135,49	4.382.249.007,00	55.331.975.743,71	7,92
2026	2.485.623,18	4.509.909.401,00	57.307.327.277,76	7,87
2027	2.452.110,89	4.641.385.023,00	59.353.198.861,57	7,82
			<b>Média:</b>	<b>8,92</b>

Projeção da RCL pela taxa média de 3,57% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

e) art. 7º Inciso III da Resolução nº 43, de 2001-SF: **número de vezes o valor da receita corrente líquida relativamente ao montante da dívida consolidada líquida.**

e.1) Limite ao final do exercício de 2016:	2,00
e.2) Limite atual para relação DCL/RCL:	2,00
e.3) Receita Corrente Líquida:	R\$ 31.904.823.000,00
e.4) Dívida Consolidada Líquida:	R\$ 45.488.519.000,00
e.5) Operações de crédito contratadas, autorizadas e em tramitação:	R\$ 1.481.395.689,49
e.6) Valor da operação em exame:	R\$ 35.400.313,98
e.7) Saldo Total da Dívida Líquida:	R\$ 47.005.315.003,47
e.8) Relação Saldo Total da Dívida Líquida/RCL:	1,47

5. Salientamos que os dados relativos à Receita Corrente Líquida (data-base jun/2009) constantes na alínea "d" do item anterior têm como fonte o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (fls. 47/48) coletado junto ao SISTN. Adicionalmente, assinalamos que os dados referentes à relação DCL/RCL do exercício de 2009 têm como fonte o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, coletado junto ao SISTN, conforme fl. 49.

### Análise

6. No que diz respeito aos requisitos mínimos aplicáveis à operação, o Governo do Estado do Rio de Janeiro atendeu a todas as exigências previstas nos artigos 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001-SF. Relativamente ao cumprimento dos limites estabelecidos nas Resoluções nº 40 e 43, de 2001-SF, expressos nos itens do § 3º retro, registramos:

**Tabela III - Análise dos Limites**

Itens	Limites	Resultado
a	receita de operações de crédito menor que a despesa de capital - exercício anterior	ENQUADRADO
b	receita de operações de crédito menor que a despesa de capital - exerc. corrente	ENQUADRADO
c	MGA/RCL < 16%	ENQUADRADO
d	CAED/RCL < 11,5%	ENQUADRADO
e	limite atual para a relação DCL/RCL < 2	ENQUADRADO

7. Destacamos, ainda, no que tange ao item "d", que a média para o período futuro de dezenove anos não é superior a 10% e que o comprometimento anual não apresenta tendência crescente.
8. Por se tratar de operação de crédito com garantia da União, o processo deverá ser encaminhado, preliminarmente, à análise da Coordenação-Geral de Responsabilidades Financeiras e Haveres Mobiliários do Setor Público - COREF que, conforme Nota Conjunta nº 7/2009 - STN/COPEM/COREF, de 12 de fevereiro de 2009, verificará as certidões de adimplência exigíveis, de acordo com o disposto no art. 16 e art. 21, inciso VIII, da Resolução nº 43/2001-SF. Conforme estabelece o parágrafo único de art. 16 da citada Resolução, *o pleito em análise não será encaminhado para autorização do Senado Federal sem a prévia constatação por parte deste Ministério da adimplência do tomador com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional*. Cabe ressaltar que, a partir de 1º de maio de 2009, a verificação de adimplência abrange o número de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da entidade tomadora da operação de crédito, bem como de todos os órgãos integrantes da Administração Direta do Estado ao qual pertença o mesmo (relação constante das páginas 34/35), conforme a Resolução do Senado Federal nº 48, de 23 de Dezembro de 2008, que alterou o art. 21 da Resolução nº 43/2001-SF.
9. No que concerne ao art. 21, Inciso IV, da Resolução, a Certidão do Tribunal de Contas do Estado (fls. 42/43) atestou o cumprimento pelo Estado do disposto na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, relativamente ao último exercício analisado (2008) e ao exercício em curso (2009).
10. Em consonância com o disposto na Portaria nº 109, de 2002 e alterações, verificamos mediante o sistema de consulta da Caixa Econômica Federal (SISTN) que o Estado atualizou as informações constantes das referidas portarias, nos termos do art. 27 da Resolução nº 43/2001-SF, conforme Histórico das Declarações à folha 46.
11. Quanto ao atendimento do art. 51 da LRF, verificou-se que o Estado encaminhou tempestivamente suas contas ao Poder Executivo da União conforme comprova o item 501 do extrato (fl. 61).
12. Cabe ressaltar que o Estado cumpre as metas estabelecidas no Programa de Ajuste e Reestruturação Fiscal, em conformidade com o disposto na Resolução nº 43/2001-SF e a operação de crédito em questão não representa violação do acordo de refinanciamento firmado com a União, nos termos do inciso IV, art. 5º, da Resolução nº 43/2001-SF (fls. 54 e 57/59).
13. Em relação à adimplência financeira junto à União, quanto aos financiamentos e refinanciamentos concedidos e quanto às garantias eventualmente honradas, não constam pendências em relação ao Ente, conforme consulta à COAFI (fls. 53 e 55/56).
14. Relativamente às demais exigências, de ordem documental, aplicam-se as regras da Resolução nº 43/2001-SF, as quais estão devidamente atendidas.
15. A constatação da inclusão dos recursos das operações de crédito no orçamento, em atendimento ao disciplinado no inciso II, § 1º, do art. 32 da LRF, é atualmente realizada tanto por esta COPEM, como pela Coordenação-Geral de Responsabilidades Financeiras e Haveres Mobiliários - COREF (no caso de operações que envolvam garantia da União). Nesse sentido, considerando que a competência para verificação do item em discussão é do Ministério da

Fazenda, conforme especificado no art. 32 da LRF, não se restringindo, portanto, a nenhuma coordenação específica desta Secretaria, permitimo-nos sugerir que a exigência de sua comprovação se dê tão somente no âmbito da COREF, conforme disposto na Nota Conjunta nº 10/2009 - STN/COPEM/COREF, de 18 de março de 2009.

### Conclusão

16. Tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, e considerando a verificação dos limites e condições constantes da RSF nº 43/2001, o Ente **CUMPRE** os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF, **RESSALVANDO-SE** que a exigência de comprovação de inclusão dos recursos da operação de crédito no orçamento, assim como as verificações de adimplência especificadas no art. 16 e no inciso VIII, do art. 21, daquela Resolução, deverão ser realizadas no âmbito da análise da Garantia.

17. Registramos, portanto, que por se tratar de operação de crédito com garantia da União, o processo deverá ser encaminhado, preliminarmente, à análise da Coordenação-Geral de Responsabilidades Financeiras e Haveres Mobiliários do Setor Público - COREF, para as providências de sua alçada e, posteriormente, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e ao Senado Federal.

À consideração superior.

  
**EDUARDO SIMÃO DE SOUZA VIEIRA**  
Analista de Finanças e Controle

  
**PAULO ROBERTO DE SOUZA TRAJANO DA SILVA**  
Gerente, substituto

De acordo. À consideração do Coordenador-Geral.

  
**RICARDO BOTELHO**  
Coordenador de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Sr. Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional.

  
**RONALDO CAMILLO**  
Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo.

  
**EDUARDO COUTINHO GUERRA**  
Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional







Nota nº **1350**/2009/COREM/STN

Em **22** de setembro de 2009.

Ao Sr. Coordenador-Geral da COPEM

**Assunto:** Análise da capacidade de pagamento para contratação da operação de crédito destinada a financiar o Projeto PROFAZ (PROFISCO) – Estado do Rio de Janeiro.

1. O Estado do Rio de Janeiro (RJ) solicitou concessão de garantia da União para contratar a operação de crédito externa com o BID, no valor de US\$ 19.759 mil, destinada a financiar o Projeto de Modernização para Melhoria da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial do Estado – PROFAZ (PROFISCO).
2. A Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COREM), por meio do Memorando nº 2000/2009 – STN/COPEM, de 16 de setembro de 2009, solicitou a análise da capacidade de pagamento do Estado para a operação em referência, a fim de subsidiar a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional quanto ao pleito estadual.
3. Assim, foi realizada a análise da capacidade de pagamento do Estado para todas as operações de crédito a contratar que constam de seu Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) relativo ao triênio 2009-2011, atualmente em negociação, inclusive para a operação pleiteada e para aquelas que devem ser incluídas na revisão.
4. Com fundamento na Portaria MF nº 89/97, a presente análise utiliza dados dos Balanços do Estado de 2005 a 2008, ajustados segundo os critérios do Programa, e projeções para os anos de 2009 a 2018. Os dados de liberações e dispêndios das operações de crédito sob responsabilidade do tesouro estadual foram obtidos a partir dos demonstrativos 1.17 (Condições Contratuais das Dívidas do Tesouro Estadual) e 1.21.a (Liberações e Serviço de Dívida de Operações de Crédito Contratadas e a Contratar) elaborados pelo Estado.
5. As projeções de receitas e despesas relativas aos exercícios de 2009 a 2011 seguem as medidas e parâmetros do Programa em negociação, com ajuste das despesas com investimentos de 2011, que foram obtidas utilizando-se a média dos anos de 2005 a 2010, corrigidas pelo IGP-DI médio projetado de 2011. De 2012 a 2018, as projeções baseiam-se no exercício de 2011, com a aplicação dos parâmetros que influenciam os títulos contratuais do Balanço, incluindo a variação real do Produto Interno Bruto<sup>1</sup> e o crescimento vegetativo da folha de pagamento de pessoal.
6. O resultado primário médio ponderado é o parâmetro básico utilizado para classificar a situação financeira do Estado, segundo os critérios estabelecidos na Portaria

<sup>1</sup> IGP-DI: Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
COORDENAÇÃO GERAL DAS RELAÇÕES FISCALIS FINANCEIRAS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS - COMISSÃO

RUBRICAS	PROJEÇÃO em milhões de reais (PROJ. 500)															CATEGORIA B	
	REALIZADO															TOTAL	
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	001	100
1. PRECATORIO EM PAGAMENTO	133.296	210.863	812.663	40.306	143.883	116.849	103.784	64.333	66.683	45.888	32.981	34.642	19.218	20.686	2.532.136		
2. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
3. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
4. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
5. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
6. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
7. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
8. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
9. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
10. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
11. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
12. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
13. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
14. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
15. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
16. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
17. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
18. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
19. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
20. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
21. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
22. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
23. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
24. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
25. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
26. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
27. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
28. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
29. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
30. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
31. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
32. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
33. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
34. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
35. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
36. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
37. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
38. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
39. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
40. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
41. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
42. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
43. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
44. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
45. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
46. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
47. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
48. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
49. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
50. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
51. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
52. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
53. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
54. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
55. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
56. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
57. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
58. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
59. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
60. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
61. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
62. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
63. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
64. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
65. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
66. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
67. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
68. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
69. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
70. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
71. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
72. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
73. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
74. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
75. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
76. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
77. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
78. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
79. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
80. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
81. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
82. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
83. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
84. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
85. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
86. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
87. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
88. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
89. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
90. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
91. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
92. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
93. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
94. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
95. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
96. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
97. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
98. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
99. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	
100. PRECATORIO EM PAGAMENTO - Juros																	

Fonte: Sistema de Informações Financeiras do Tesouro Nacional - SIFTN. Dados em milhões de reais. Projeções a partir de 2010.



# D.O.

**AVISO:** O Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro  
Parte I - Poder Executivo (com o Caderno de Notícias),  
Parte I (DPGE) — Defensoria Pública Geral do Estado,  
Parte I-A — Ministério Público,  
Parte I-B — Tribunal de Contas e Parte IV - Municipalidades  
circulam hoje em um só caderno

**ANO XXXV - Nº 216**  
**SEXTA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 2009 - R\$ 2,50**

## DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Parte é editada eletronicamente desde 3 de março de 2008

### ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 5579

DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO AO BANCO DO BRASIL S.A. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM EXERCÍCIO**

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R\$ 91.662.000,00 (noventa e um milhões, seiscentos e sessenta e dois mil reais), observado o disposto na Resolução nº 3794, de 7 de outubro de 2009, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações, bem como as demais disposições legais em vigor para a contratação de operações de crédito.

**§ 1º** - Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no caput serão obrigatoriamente aplicados na viabilização de despesas de capital, vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes ou dividas não contradas junto à própria instituição concedente, em consonância com o §1º do art. 35, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

**§ 2º** - As despesas de capital de que trata o caput do artigo dizem respeito à melhoria do sistema de infraestrutura urbana e social de obras do PAC Favelas, preferencialmente as obras dos Complexos de Mangueiras, Alemão, Rocinha e Pavão-Pavãozinho, e à execução de obras de ampliação/implantação de Saneamento Básico (Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário) através do PAC Saneamento.

**Art. 2º** - No caso de o principal, juros e outros encargos da operação de crédito não serem pagos até determinado horário da data prevista inicialmente, fica o Banco do Brasil S.A. autorizado a debitar, nos termos do contrato de financiamento a ser firmado, os montantes necessários a cobrir os valores dos encargos da operação na conta corrente mantida pelo Estado em sua agência, a ser indicada no contrato, onde serão efetuados os créditos dos recursos do Estado, ou, na falta de recursos suficientes, nessa conta, em quaisquer de suas contas de depósito.

**Parágrafo único** - No caso de os recursos do Estado não serem depositados no Banco do Brasil S.A., fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil S.A.

**Art. 3º** - Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou créditos adicionais.

**Art. 4º** - O orçamento do Estado consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das contrapartidas de responsabilidade do Estado e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por Lei.

**Art. 5º** - Fica alterado o Parágrafo Único do Artigo 1º da Lei nº 5226, de 17 de abril de 2008, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º [...] "

**Parágrafo único.** Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo destinam-se ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro - PROFAZ.

buscando a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial do estado. Além da gestão de receitas, visa prioritariamente, ações de melhoria na gestão do gasto, incluindo os seguintes componentes: (i) gestão estratégica integrada, (ii) administração tributária e contabilidade fiscal, (iii) administração financeira, patrimonial e controle interno e (iv) gestão de recursos estratégicos." (NR)

**Art. 6º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.  
Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2009

**LUIZ FERNANDO DE SOUZA**  
Governador em Exercício

Projeto de Lei nº 2769/2009

Autoria: Poder Executivo, Mensagem nº 53/2009  
Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça

Id: 879216

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 42.145 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009

**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR A DIVERSOS ÓRGÃOS E ENTIDADES ESTADUAIS NO VALOR GLOBAL DE R\$ 296.276.611,00, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS AO ORÇAMENTO EM VIGOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM EXERCÍCIO**, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO:**

- o art. 6º da Lei Estadual nº 5.369, de 08 de janeiro de 2009, que estende a Recolha e fixa a Despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2009;

- o Decreto nº 41.682, de 09 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece normas para execução orçamentária do Poder Executivo para o exercício de 2009;

- o que consta dos Processos nºs E-01/268/2009, E-01/270/2009 e E-01/53.158/2009,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de Diversos Órgãos e Entidades Estaduais no valor global de R\$ 296.276.611,00 (duzentos e noventa e seis milhões, duzentos e setenta e seis mil seiscentos e onze reais), para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo I.

**Art. 2º** - O crédito de que trata o artigo anterior será compensado na forma do § 2º, item 3 do art. 120 da Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, com anulação de igual valor nos saldos de dotações orçamentárias, na forma do Anexo I.

**Art. 3º** - Fica modificado o Quadro de Detalhamento das Despesas Orçamentárias do Fundo Estadual de Saúde - FES no valor de R\$ 6.700.000,00 (seis milhões e setecentos mil reais), pelo remanejamento de dotações orçamentárias, na forma do Anexo II.

**Art. 4º** - Ficam excepcionabilizados os diversos Órgãos e Entidades Estaduais, constantes deste decreto, do art. 1º do Decreto nº 41.810, de 08 de abril de 2009.

**Art. 5º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2009

**LUIZ FERNANDO DE SOUZA**  
Governador em Exercício

#### ANEXO I

#### CRÉDITO SUPLEMENTAR

CÓDIGOS		NATUREZA DA DESPESA	FR	VALOR SUPLEMENTADO (R\$)	VALOR CANCELADO (R\$)
PROGRAMA DE TRABALHO	ESF				

	<b>GOVERNO DO Rio de Janeiro</b>	<b>SECRETARIA DE FAZENDA</b>	E- 04/000431/2010 Data: 15/01/2010
			108 JBM

Parecer nº 37/10 - PE

**CONTRATO DE EMPRÉSTIMO ENTRE O BANCO MUNDIAL (BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD) E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DESTINADO AO FINANCIAMENTO DO PROFAZ/RJ. SUBSUNÇÃO ÀS REGRAS DO ORGANISMO INTERNACIONAL. CUMPRIMENTO DE TODAS AS EXIGÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS.**

## **I- RELATÓRIO**

Trata-se de consulta formulada a esta Assessoria Jurídica acerca da juridicidade da minuta do contrato de empréstimo do Estado do Rio de Janeiro junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD.

Minuta do contrato às fls. 07/57.

É o relatório.

## **II- DA FUNDAMENTAÇÃO**

Cuida-se de Minuta de Contrato de Empréstimo a ser firmado entre o Banco Mundial e o Estado do Rio de Janeiro (este na qualidade de mutuário), no valor de US\$ 19.759.050,00,00 (dezenove milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e cinquenta dólares). Os recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (PROFAZ/RJ), visando o aperfeiçoamento organizacional e integração da gestão fazendária; a cooperação interinstitucional nacional e internacional; melhoria da eficiência e eficácia da administração tributária, aperfeiçoamento da gestão do cadastro e implantação do Sistema Público de Escrituração Digital; melhoria da eficiência e da eficácia da

administração financeira; aperfeiçoamento dos mecanismos de auditoria e controle interno e da gestão fiscal; aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência e comunicação com a sociedade; modernização da gestão e aperfeiçoamento dos serviços de tecnologia da informação e comunicação e aperfeiçoamento da gestão de recursos humanos.

A presente operação faz parte da linha de crédito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil PROFISCO (BR-X1005), aprovada pelo Diretório do Banco, por meio da Resolução DE-132/08, datada de 5 de novembro de 2008.

Conforme manifestação anterior da Procuradoria Geral do Estado, proveniente do Parecer nº 20/93 – LRB, da lavra do ilustre Procurador do Estado Luis Roberto Barroso, *“como é de praxe em contratos celebrados com organismos internacionais, a análise desenvolvida pela Procuradoria não se prende aos padrões e critérios ordinariamente aplicáveis aos contratos celebrados pelo Poder Público. Intuitivamente, não é possível submeter-se um contrato de financiamento internacional com o Banco Interamericano de Desenvolvimento a determinadas regras e procedimentos locais. De fato, de fora parte aspectos negociais, no âmbito jurídico tais contratos são regidos, substancialmente, pela adesão do contratante às regras e procedimentos do organismo internacional”*.

Porém, alguns pontos jurídicos necessitam de expressa referência.

Trata-se de requisito inafastável para a operação de crédito a existência de lei estadual específica autorizando o Poder Executivo a contrair empréstimo, em virtude do que preceitua o artigo 99, inc. XXVI<sup>1</sup> da Constituição Estadual. Tal condição foi cumprida com a edição da Lei Estadual nº 5.226 de 17 de abril de 2008, cujo teor abaixo se transcreve:

---

<sup>1</sup> Art. 99 – Compete privativamente à Assembléia Legislativa:

(...)  
XXVI – autorizar previamente operações financeiras externas de interesse do Estado;

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a contratar em nome do Estado do Rio de Janeiro, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, operação de crédito externo até o limite de US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares americanos), através da linha de crédito PROFISCO, observadas as condições e as exigências dos órgãos encarregados da política econômico-financeira do Governo Federal.

**Parágrafo único.** Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo destinam-se ao financiamento do Projeto de Modernização para Melhoria da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial do Estado, visando, além da gestão de receitas, prioritariamente, ações de melhoria na área da gestão do gasto, incluindo os seguintes componentes: gestão estratégica integrada; administração tributária e contencioso fiscal; administração financeira, patrimônio e controle interno; e gestão de recursos estratégicos.

**Art. 2º** Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

**Art. 3º** As contragarantias a serem oferecidas à garantia da União para o cumprimento do disposto nesta Lei são constituídas, durante o prazo de vigência do contrato, de parcelas necessárias e suficientes, das receitas a que se referem os artigos 155 e 157 e os incisos I, alínea a, e II, do artigo 159, na forma do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los.

**Parágrafo único.** Na hipótese de insuficiência dos recursos previstos no caput, fica o Poder Executivo autorizado a vincular, mediante prévia aceitação do BID, outros recursos para assegurar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato celebrado.

**Art. 4º** O Poder Executivo enviará para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro cópia do contrato de empréstimo.

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Há, portanto, legislação estadual apta a lastrear a operação de crédito sob exame. A Lei nº 5.226/08 prevê, inclusive, um limite maior de endividamento (25 milhões de dólares) do que previsto no contrato (19.759.050,00 milhões de dólares).



A lei acima reproduzida autoriza o Estado, também, a prestar contragarantia à União consistente na vinculação de receitas, como autoriza o art. 167, §4º, da Constituição da República.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/00, determina que o ente federativo que pretenda contratar operações de crédito instrua seu pedido com os pareceres técnicos e jurídicos respectivos, a fim de encaminhá-lo ao Ministério da Fazenda, órgão que centraliza as informações atinentes às operações de crédito antes referidas (para posterior encaminhamento ao Senado Federal) *in verbis*:

**Art. 32.** O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

(...)

§ 4º Sem prejuízo das atribuições próprias do Senado Federal e do Banco Central do Brasil, o Ministério da Fazenda efetuará o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, garantido o acesso público às informações, que incluirão:

I - encargos e condições de contratação;

II - saldos anualizados e limites relativos às dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

As operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nº 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. A primeira trata do limite global para a dívida consolidada dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Já a Resolução nº 43, de 2001, trata das operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. Os pedidos dos Estados devem ser dirigidos ao Ministério da Fazenda, que os encaminhará ao Senado Federal. Transcreve-se o dispositivo pertinente da Resolução nº 43/2001:

Art. 21. Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios encaminharão ao Ministério da Fazenda os pedidos de autorização para a realização das operações de crédito de que trata esta Resolução, acompanhados de proposta da instituição financeira, instruídos com:

I - pedido do chefe do Poder Executivo, acompanhado de pareceres técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o cumprimento dos limites e condições estabelecidos por esta Resolução;

II - autorização legislativa para a realização da operação;

III - comprovação da inclusão no orçamento dos recursos provenientes da operação pleiteada, exceto no caso de operações por antecipação de receita orçamentária;

IV - certidão expedida pelo Tribunal de Contas competente atestando:  
a) em relação às contas do último exercício analisado, o cumprimento do disposto no § 2º do art. 12; no art. 23; no art. 33; no art. 37; no art. 52; no § 2º do art. 55; e no art. 70, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000;

- b) em relação às contas dos exercícios ainda não analisados, e, quando pertinente, do exercício em curso, o cumprimento das exigências estabelecidas no § 2º do art. 12; no art. 23; no art. 52; no § 2º do art. 55; e no art. 70, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000, de acordo com as informações constantes nos relatórios resumidos da execução orçamentária e nos de gestão fiscal;
- c) a certidão deverá ser acompanhada de declaração do chefe do Poder Executivo de que as contas ainda não analisadas estão em conformidade com o disposto na alínea a;

V - declaração do chefe do Poder Executivo atestando o atendimento do inciso III do art. 5;

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se aos objetivos especificados no Anexo Único do instrumento sob análise (fl. 23): “(i) *aperfeiçoar os instrumentos de planejamento, orçamento e finanças para apoiar a tomada de decisões; (ii) aumentar as receitas próprias; (iii) aperfeiçoar os mecanismos de transparência; e (iv) melhorar a qualidade dos serviços prestados pela SEFAZ.*”

A amortização, de acordo com a cláusula 2.01 do Capítulo II da minuta, será feita em prestações semestrais, consecutivas e a primeira deverá ser paga após cinco anos e seis meses contados da data da assinatura do contrato, de acordo com o disposto no Artigo 3.01 das Normas Gerais, e a última, até vinte anos contados também da assinatura.

O prazo para o desembolso dos recursos do financiamento, previsto na cláusula 3.04 do Capítulo III da minuta, será de 4 (quatro) anos, contados da vigência do contrato. A cláusula 3.02 do mesmo Capítulo prevê que o primeiro desembolso, por sua vez, está condicionado, além das condições prévias no Artigo 4.01 das Normas Gerais, ao cumprimento de dois requisitos específicos: “(a) a entrada em vigor do Regulamento Operacional do Programa, nos termos acordados com o Banco; e (b) a criação do Comitê Supervisor do Programa descrito no Anexo Único.”

Em especial, a alínea “a” da cláusula 3.02, acima descrita, refere-se à entrada em vigor do Regulamento Operacional do Programa (ROP) da linha de crédito PROFISCO BR-X1005. (fls. 63/107)

Este Regulamento estabelece as normas e procedimentos que regem o financiamento dos projetos de modernização da gestão fiscal brasileira, no âmbito da linha de crédito CCLIP – BR – X1005 (PROFISCO), dispondo, sem suma, das disposições gerais do PROFISCO, da preparação e aprovação do projeto objeto de cada operação, da contratação da operação de crédito externo, execução, monitoramento e supervisão.

O ROP e seus anexos constituirão parte integrante do contrato a ser assinado com o BIRD, devendo, para tanto, serem aprovados em âmbito estadual. A forma adequada para esta aprovação entende-se ser a Resolução, pelos fundamentos expostos a seguir.

A Lei Estadual nº 5.226/2008, acima transcrita, autoriza o “Poder Executivo a contratar” a operação de crédito em questão, em nome do Estado do Rio de Janeiro. Nos termos do art. 135 da Constituição do Estado, o Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado, auxiliado pelos Secretários de Estado.

A aprovação do ROP é necessária para a execução do PROFAZ, operação cujos efeitos inserem-se no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda, pois os recursos destinam-se à modernização fiscal.

Nesse contexto, o ato normativo infralegal proposto, Resolução, se inclui entre as competências atribuídas ao Secretário de Estado de Fazenda, nos

termos do Decreto nº 40.613/2007 e do próprio Regimento Interno da Secretaria de Fazenda, aprovado pela Resolução nº 45/2007.

Quanto ao contrato de garantia, tem como parte contratante, na qualidade de avalista, a República Federativa do Brasil, isto é, a União, que figurará como devedora primária pelo pagamento devido e pontual de todos os pagamentos do empréstimo assumidos pelo Estado do Rio de Janeiro. Não cabe a esta Assessoria Jurídica manifestar-se sobre tal contrato.

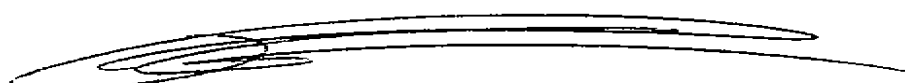
A maioria das cláusulas integrantes do referido instrumento revestem-se de caráter eminentemente técnico-financeiro, tais como a de percentuais de atualização e multa pelo inadimplemento do contrato, cuja avaliação compete ao órgão técnico desta Secretaria.

Assim, de modo geral, opino no sentido da constitucionalidade e legalidade da minuta em questão.

### III- CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino favoravelmente quanto à juridicidade do contrato de empréstimo em questão.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2010.

  
PAULO ENRIQUE MAINIER DE OLIVEIRA  
PROCURADOR DO ESTADO  
ASSESSOR JURÍDICO-CHEFE - SEFAZ

13º Ofício de Notas  
Luis Fernando Carvalho de Paris - Tabelião - Matrícula  
nº 110 - Rua Branco 135 - Branco 311 - RJ - Tel. 2124-0411  
Certifico que a presente é copia fiel  
do original que foi arquivado.

Rio de Janeiro, 11 de Fevereiro de 2010  
ROSANGELA MACIEL DUARTE - TMO - JMF  
Língua Portuguesa com Selo de Fiscalização. Total R\$1,00



Rio de Janeiro, 03 de setembro de 2009

Ofício GG nº 134/2009

Exmo. Senhor.  
**Guido Mantega**  
Ministro de Estado da Fazenda

Senhor Ministro,

Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar concessão de garantia da União para contratação de operação de crédito externo a ser firmada por este Estado do Rio de Janeiro junto ao Banco Interamericano - BID, no montante de US\$ 19.759.050,00 (dezenove milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e cinquenta dólares americanos), destinada ao financiamento do Projeto de Modernização para Melhoria da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial do Estado do Rio de Janeiro - PROFUZ.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro dispõe-se a oferecer como contragarantia do financiamento durante o prazo de vigência do contrato, parcelas necessárias e suficientes das receitas de arrecadação própria e das cotas de repartição constitucional das receitas tributárias de que o Estado é titular, na forma dos artigos 155, 157 e os incisos I "a", e II, ambos do artigo 159, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los, conforme autorização Legislativa - Lei Estadual nº 5.226, de 17/04/2008, publicada em 18/04/2008, no diário oficial do Estado do Rio de Janeiro.

O parágrafo único do Art. 1º, da referida Lei estabelece a finalidade da operação, assim transcrito:

*"Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo, destinam-se ao financiamento do Projeto de Modernização para Melhoria da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial do Estado, visando, além da gestão de receitas, prioritariamente, ações de melhoria na área da gestão do gasto, incluindo os seguintes componentes: gestão estratégica integrada; administração tributária e contencioso fiscal; administração financeira, patrimônio e controle interno; e gestão de recursos estratégicos".*

As condições financeiras a serem contratadas, referem-se ao prazo de 20 anos, 5 anos de carência, prazo de desembolso de 4 anos e taxa de juros fixados pela LIBOR.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

Respeitosamente,



Sérgio Cabral  
Governador do Estado do Rio de Janeiro





**GOVERNO DO  
Rio de Janeiro****SECRETARIA  
DE FAZENDA**

**PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FAZENDÁRIA, DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PROFAZ, A SER FINANCIADO PELO DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID, NO ÂMBITO DA LINHA DE CRÉDITO CLIPP/PROFISCO.**

### **PARECER TÉCNICO**

#### **1) Descrição do Projeto**

##### ***Introdução***

Pretende o Estado do Rio de Janeiro contratar, nos termos da Lei Estadual nº. 5.226, de 17/04/2008<sup>1</sup>, operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para execução do Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro - PROFAZ, no valor de US\$ 19.759.050,00, conforme Comunicado COFIEIX nº 11/2008<sup>2</sup>.

O PROFAZ objetiva a melhoria na administração das receitas, ações de melhoria na gestão da execução orçamentária, contábil, financeira e controle interno, por meio de gestão estratégica e integrada e do aperfeiçoamento dos recursos estratégicos, humanos e tecnológicos.

Complementarmente ao Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial – PMAE<sup>3</sup> - que concentra suas ações nos produtos: Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), e Cadastro Sincronizado; o PROFAZ recepcionará parte dessas ações, como contrapartida do Tesouro Estadual, ficando a composição de fontes assim distribuídas:

<sup>1</sup> Publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 18/04/08

<sup>2</sup> Publicada no Diário Oficial da União 13/10/08 – Seção 3, página 198

<sup>3</sup> Projeto financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

	BID	Tesouro Estadual	Total
Valor (US\$)	19.759.050,00	2.540.950,00	22.300.000,00
Participação (%)	88,6%	11,4%	100,0%

O Projeto será executado pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ, por meio da Unidade de Coordenação do Projeto – UCP, que coordenará a elaboração, implantação, monitoramento e avaliação do referido Projeto.

As condições financeiras serão contratadas conforme disposições da linha de crédito do Banco, sendo a taxa de juros efetiva equivalente à *Libor-Dólar*, prazo de total de 20 anos, com carência de 05 anos.

#### *Situação-problema*

Na década passada, os dados relativos à economia do Estado do Rio de Janeiro não eram animadores. Persistia um desequilíbrio das contas públicas, onde as receitas não eram suficientes para cobrir as despesas. Os processos da área tributária e os de gestão financeira necessitavam ser revistos. Faltavam, à área fazendária do Estado, as ferramentas de controle necessárias e não se dispunha de tecnologia em informática para melhoria de seus processos.

A partir de 1997, com o acordo de cooperação técnica firmado com o BID, através do Governo Federal, no âmbito do PNAFE<sup>4</sup>, pode-se observar na área fazendária um salto qualitativo, tanto na informatização desse segmento, como na revisão e modernização de alguns de seus processos.

A Secretaria de Fazenda passou a contar com uma assessoria de tecnologia da informação modelada para trabalhar em ambiente web, utilizando equipamentos de última geração.

---

<sup>4</sup> Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros

Alguns processos foram informatizados, disponibilizando-se, tanto para o Estado quanto para o contribuinte, novas ferramentas para agilizar as operações tributárias.

Na área de capacitação e treinamento, foi criada a Escola Fazendária, com o objetivo de se investir no aprimoramento dos servidores.

Nas áreas específicas da ação fiscal também foram conseguidos alguns avanços no que tange às mercadorias em trânsito, ao planejamento fiscal e à arrecadação.

Os recursos provenientes do PNAFE foram significativos para a área fazendária do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que, com a coordenação do governo federal, promoveu-se a troca de informações e conhecimento entre os estados, ampliando-se o leque de soluções e favorecendo a relação de custo e benefício de bens e serviços.

Contudo, dada a complexidade e natureza dinâmica dos processos e a crescente ampliação dos objetivos, metas e resultados esperados pela organização, não se esgotou a demanda por melhorias, sendo necessários novos investimentos que garantam o contínuo aperfeiçoamento e a sustentabilidade dos avanços alcançados.

A área de Tecnologia da Informação é uma das mais sensíveis aos avanços tecnológicos e necessita de contínuo esforço de investimento, sendo eixo estratégico das instituições. Aprimoramento do portal da área fazendária, ampliação dos sistemas de telecomunicação, aumento da capacidade do acesso à internet, ampliação da oferta de serviços por meio eletrônico ao contribuinte e ao cidadão, crescimento da rede de dados, incremento da capacidade de processamento e armazenamento de dados e segurança das informações, são exemplos de resultados que devem ser permanentemente buscados, por meio de novos investimentos.

Com a criação da atual Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ em 2007, reunindo as funções fiscais e financeiras (anteriormente essas áreas eram geridas por secretarias distintas); surge a necessidade de revisão de processos, das normas vigentes e da infra-estrutura que abriga as novas unidades estratégicas. A ação fiscal é uma atividade permanente, que tem que ser criativa, inteligente, e segura. Seus processos têm que ser continuamente revistos e modernizados. Além disso, é preocupação constante a busca pela transparência de processos e o aprimoramento dos controles para inibir a evasão fiscal, sendo fundamental o estabelecimento de acordos de cooperação técnica com outros estados, visando ações conjuntas e integradas.

Sintetizando, os principais problemas identificados pela Instituição são:

- Perda de eficiência e pouca articulação no planejamento, na tomada de decisão e na implementação das ações pelas diversas áreas da SEFAZ.
- Deficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; no controle interno e na transparência
- Baixo aproveitamento do potencial de arrecadação do Estado
- Baixa eficácia na cobrança do contencioso;
- Atendimento insatisfatório das demandas internas e externas dirigidas à SEFAZ
- Ineficiência dos processos organizacionais;
- Deficiência dos mecanismos de atendimento ao cidadão/contribuinte;
- Desatualização do parque de informática;
- Descontinuidade de tecnologia nos sistemas de informática;
- Baixo aproveitamento do potencial dos servidores.

Assim, pode-se dizer que, com as melhorias planejadas na máquina fazendária estadual, na exploração do potencial tributário e na indução de maior eficiência e eficácia do gasto público; pretende-se em última análise, aumentar e melhorar a oferta de bens e serviços públicos.

*Ações de melhoria*

Nesse contexto, o Estado do Rio de Janeiro, no âmbito da Secretaria de Fazenda, tem focado suas ações na integração e compartilhamento de informações, e redução de custo e burocracia, a exemplo do projeto PMAE, destinado à implantação dos sistemas: Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

Tal projeto integra a relação dos Projetos Prioritários do Governo, como parte do Planejamento Estratégico (2007-2010), e está sendo financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Registre-se também o Convênio de Cooperação Técnico-Financeira firmado entre o Estado e a União, visando à viabilização de infra-estrutura tecnológica para implantação do Projeto Nacional da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e); através do qual a SEFAZ recebeu um "KIT" de equipamentos de informática para aparelhamento dos postos fiscais, do próprio ambiente da Secretaria e do franqueamento de uso do sistema "Sefaz Virtual".

Entretanto, tais investimentos, em que pese sua relevância, atendem apenas em parte às necessidades de modernização do Estado, no que tange à área de gestão fiscal e financeira.

Para tanto, o PROFAZ promoverá investimentos em melhorias na gestão das receitas, e do gasto público, buscando-se resultados cada vez mais compatíveis com o tamanho e potencial econômico do Estado, com racionalização da utilização dos recursos e busca da otimização da relação custo-benefício das ações governamentais.

## **2) Objetivos e Resultados Esperados**

A implantação do PROFAZ tem por objetivo dotar a SEFAZ de recursos estratégicos: tecnológicos e humanos, necessários à eficácia da gestão fiscal, financeira e de controle interno, de forma a assegurar a continuidade, atualidade e integração das soluções adotadas. Espera-se com isso alcançar

**melhor aproveitamento das receitas, proporcionando à gestão governamental oportunidade de melhorar a qualidade gasto público e maior alcance do atendimento às demandas por ações governamentais, mais especificamente:**

- **Aumentar a arrecadação do ICMS do Estado em 1% em 4 anos, em função de implantação de modelo de planejamento, execução e controle de fiscalização de empresas;**
- **Aumentar a arrecadação do IPVA do Estado em 1% em 4 anos, em função da gestão da cobrança desse imposto passar a ser plena da SEFAZ;**
- **Reduzir em 60% o atendimento presencial ao contribuinte com a disponibilização via WEB de 25 novos serviços, gerando economia de custo e ganho de receita pela maior facilidade para o contribuinte cumprir as obrigações tributárias;**
- **Redução da evasão fiscal por meio de aumento do controle da fiscalização das mercadorias em trânsito com implantação de solução piloto de fiscalização nas divisas;**
- **Redução do custo burocrático pela agilização do processo de abertura de inscrição no cadastro do ICMS no comércio varejista.**

### **3) Localização e Áreas de Abrangência**

**O projeto abrange todo o território geográfico do Estado do Rio de Janeiro, no que compete à Secretaria Estadual de Fazenda.**

**O Decreto nº. 40.613, de 15/02/2007<sup>5</sup>, dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ, compondo-se das Subsecretarias: Geral, da Receita, de Finanças, de Política Fiscal, de Estudos Econômicos e de Assuntos Jurídicos; da Auditoria Geral do Estado e da Contadoria Geral do Estado, onde se concentrarão as ações do Projeto.**

---

<sup>5</sup> Publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 16/02/07.



No âmbito da Subsecretaria de Receita serão também abrangidas pelo Projeto unidades fazendárias conforme a seguir: as 12 Inspetorias de Fiscalização Especializadas - IFE, as 10 Inspetorias Regionais de Fiscalização da Capital e as 24 Inspetorias Regionais de Fiscalização do Interior, e os 10 Postos de Controle Interestadual – PCI; coordenados pela IFE Barreiras e Trânsito de Mercadorias.

#### **4) Ações Previstas para Implementação do Projeto**

- Definir e implantar o planejamento estratégico da SEFAZ;
- Mapear e redesenhar os macro processos da SEFAZ;
- Implantar sistema para projeção de médio prazo de variáveis econômico-fiscais;
- Promover a participação dos técnicos fazendários em programas de cooperação interinstitucional;
- Reestruturar a base de dados do cadastro de contribuintes do ICMS;
- Implantar modelo de gestão das informações econômico-fiscais;
- Definir e implantar modelo de planejamento, execução e controle de fiscalização de empresas;
- Implantar sistema de controle dos equipamentos de emissor de cupom fiscal – ECF;
- Implantar sistema de gestão da cobrança do IPVA;
- Definir e implantar modelo de fiscalização de mercadorias em trânsito;
- Ampliar o atendimento eletrônico ao contribuinte via WEB;
- Definir e implantar modelo de gestão de concessão / renovação de benefícios fiscais;
- Revisar e consolidar a legislação tributária estadual;
- Implantar o processo administrativo tributário eletrônico – e-PAT;
- Disponibilizar infra-estrutura tecnológica para implantação da NF-e, SPED (Contábil e Fiscal);
- Implantar sistema integrado de administração financeira do Estado do Rio de Janeiro – SIAFERJ, em substituição ao SIAFEM;
- Definir e implantar modelo de contabilização de custos;

- Atualizar e sistematizar a gestão de controle interno do Estado;
- Disseminar o Programa de Educação Fiscal;
- Implantar modelo de comunicação e orientação ao contribuinte cidadão;
- Prover a SEFAZ de infra-estrutura de hardware e de telecomunicações necessária ao funcionamento dos sistemas;
- Implantar modelo de segurança da informação na SEFAZ;
- Implantar arquitetura de sistemas orientada para serviços;
- Promover capacitação de servidores, implantando programa de gerenciamento de talentos;
- Criar biblioteca física e virtual na SEFAZ;
- Implantar modelo de comunicação institucional.

## 5) Aplicação dos Recursos e Custo do Projeto

Os recursos serão aplicados em investimentos, classificados como despesas de capital, nos termos do Artigo 167, inciso III da Constituição Federal de 1988 e do Anexo III da Portaria Interministerial nº 163/2001, (STN/MF e SOF/MP); conforme quadro a seguir:

Itens Financiáveis	Valor US\$	%
CAPACITAÇÃO	1.906.550	9
CONSULTORIA	5.174.000	23
EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	12.892.700	58
EQUIPAMENTOS, MATERIAL E SERVIÇOS DE APOIO OPERACIONAL	826.750	4
INSTALAÇÕES FÍSICAS	1.500.000	7
<b>Total</b>	<b>22.300.000</b>	<b>100</b>

## **6) Beneficiários**

O Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro – PROFAZ, após a sua implantação, beneficiará o Estado do Rio de Janeiro: cidadãos, contribuintes e servidores, sendo os principais benefícios esperados:

Para o Estado, espera-se o aumento da arrecadação face ao maior aproveitamento do potencial econômico do Estado, com redução da evasão fiscal, pelo aprimoramento dos mecanismos de fiscalização e a ampliação de sua capacidade de gestão financeira e melhor controle interno, para fazer frente à crescente demanda por ações governamentais.

Para os cidadãos fluminenses, em decorrência do aumento da oferta de bens e serviços públicos, bem como de sua melhoria.


Para os contribuintes, espera-se redução dos seus custos de conformidade, pela diminuição da burocracia, dando-se maior agilidade aos processos - desde abertura da empresa, até seu relacionamento regular relativo às obrigações tributárias principais e acessórias, e de acesso à legislação tributária.

Para o corpo funcional relacionado ao universo abrangido direta ou indiretamente pelo projeto, espera-se um salto qualitativo, com ampliação do conhecimento, através do aprimoramento de suas competências técnicas e comportamentais, revertendo-se em melhoria de resultados, pelo aumento de eficiência e produtividade.

## 7) Cronograma de Desembolso e Quadro de Usos e Fontes

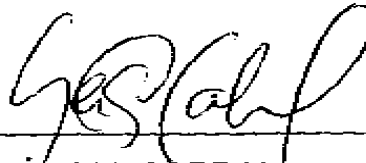
Usos e Fontes	Desembolso (em US\$)				Total
	2010	2011	2012	2013	
<b>USOS</b>	<b>6.229.460</b>	<b>6.091.333</b>	<b>6.070.783</b>	<b>3.908.424</b>	<b>22.300.000</b>
CAPACITAÇÃO	272.708	428.853	531.761	673.228	1.906.550
CONSULTORIA	1.191.719	1.250.938	1.547.938	1.183.405	5.174.000
EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	4.374.230	3.556.560	3.330.726	1.631.185	12.892.700
EQUIPAMENTOS, MATERIAL E SERVIÇOS DE APOIO OPERACIONAL	140.804	354.982	160.357	170.607	826.750
INSTALAÇÕES FÍSICAS	250.000	500.000	500.000	250.000	1.500.000
<b>FONTES</b>	<b>6.229.460</b>	<b>6.091.333</b>	<b>6.070.783</b>	<b>3.908.424</b>	<b>22.300.000</b>
BID	3.688.510	6.091.333	6.070.783	3.908.424	19.759.050
CONTRAPARTIDA (BNDES/PMAE)	2.540.950				2.540.950

Rio de Janeiro, 03 de setembro de 2009

  
 JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY  
 Secretário de Estado de Fazenda

RENATA VIEIRA  
 Suplente do Secretário de Fazenda  
 Matrícula - 401.723-8

De acordo:

  
 SÉRGIO CABRAL  
 Governador do Estado

**PARECER JURÍDICO E DECLARAÇÃO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO****OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO**

Exmo. Sr.

JOSÉ MAURÍCIO DE LIMA NOLASCO

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2009.

Sr. Presidente,

Em observância ao art.32 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, e do art. 21 da Resolução n.º 43, de 21 de dezembro de 2001, do Senado Federal, estamos solicitando autorização ao Ministério da Fazenda para contratar a operação de crédito, no valor de US\$ 19.759.050,00 (dezenove milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e cinquenta dólares norte americanos), junto ao Banco Interamericano - BID, destinado ao financiamento do Projeto de Modernização para melhoria da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial.

Para as providências que esse Tribunal julgar necessárias, informamos que encaminharemos àquele Ministério, através da 2ª via deste expediente protocolizada nesse Tribunal, para os devidos fins de direito e para que produza os efeitos necessários o seguinte Parecer:

**PARECER JURÍDICO**

Trata-se de análise das condições legais para a contratação pelo Estado do Rio de Janeiro de operação de crédito, no valor de US\$ 19.759.050,00 (dezenove milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e cinquenta dólares norte americanos), junto ao Banco Interamericano - BID.

I. A operação de crédito foi autorizada por meio da Lei nº 5.226, de 17/04/2008, publicada em 18/04/2008, no diário oficial do Estado do Rio de Janeiro. O parágrafo único da referida Lei estabelece a finalidade da operação, assim transcrito:

*"Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo, destinam-se ao financiamento do Projeto de Modernização para Melhoria da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial do Estado, visando além da gestão de receitas, prioritariamente, ações de melhoria na área da gestão do gasto, incluindo os seguintes componentes: gestão estratégica integrada; administração tributária e contencioso fiscal; administração financeira, patrimônio e controle; e gestão de recursos estratégicos."*

II. Os recursos da operação de crédito estão incluídos na Lei Orçamentária nº 5.369 de 08/01/2009, publicada em 09/01/2009, no diário oficial do Estado do Rio de Janeiro e não serão aplicados em despesas correntes;

III. Estão atendidas as disposições do inciso III do artigo 167 da Constituição Federal, visto que no exercício atual a Lei Orçamentária nº 5.369 de 08/11/2009, prevê receitas de operações de crédito no valor de R\$ 829.040.605,00 (oitocentos e vinte e nove milhões, quarenta mil e seiscentos e cinco reais) e despesas de capital no valor de R\$ 5.702.875.038,00 (cinco bilhões, setecentos e dois milhões, oitocentos e setenta e cinco mil e trinta e oito reais);

IV. O Estado do Rio de Janeiro não praticou nenhuma das ações vedadas pelo art. 5º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal;

V. O Estado do Rio de Janeiro, em relação ao art. 33 da Lei Complementar 101/2000, não realizou parcelamentos de débitos junto às cooperativas de crédito e não realizou parcelamentos de débitos junto às instituições não-financeiras;

VI. O Estado do Rio de Janeiro, em relação ao art. 35 da Lei Complementar 101/2000, não realizou operação de crédito junto a outro Ente da Federação;

VII. O Estado do Rio de Janeiro não contratou operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz, estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24/7/2000;

VIII. O Estado do Rio de Janeiro não se encontra inadimplente com instituições integrantes do sistema financeiro nacional, para fins de comprovação da vedação a que se refere o art. 16 da Resolução nº 43/2001, bem como demais adimplências exigidas pela Resolução SF nº 43, de 2001 (INSS, FGTS, CRP, Receita Federal do Brasil e Dívida Ativa da União);

IX. O Estado do Rio de Janeiro, em relação às contas do exercício ainda não analisado pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto: a) no art. 23 - limites de pessoal; no art. 33 – cancelamento de eventuais operações contratadas irregularmente; no art. 37 – não realização de operações vedadas; no art. 52 – publicação do relatório resumido da execução orçamentária e no § 2º do art. 55 – publicação do relatório de gestão fiscal, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como cumpre o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição – limite das operações de crédito em relação às despesas de capital;

X. Relativamente aos exercícios corrente e anterior, não há despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal;

XI. O Estado do Rio de Janeiro cumpre os limites e condições fixados pelo Senado Federal e observa as restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 – LRF;

XII. O Estado do Rio de Janeiro, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar 101/2000, apresenta no quadro abaixo os seguintes valores das despesas com pessoal no período de Maio de 2008 a Abril de 2009:

DESPESAS COM PESSOAL	Em R\$			
	PODER EXECUTIVO Despesa Liquidada (Últimos 12 Meses)	PODER LEGISLATIVO(2) Despesa Liquidada (Últimos 12 Meses)	PODER JUDICIÁRIO Despesa Liquidada (Últimos 12 Meses)	MINISTÉRIO PÚBLICO Despesa Liquidada (Últimos 12 Meses)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (a + b + c + d) = (I)	13.365.833.660,00	673.174.693,00	1.482.085.056,00	412.760.199,00
Pessoal Ativo (a)	6.528.931.981,00	673.174.693,00	1.482.085.056,00	412.760.199,00
Pessoal Inativo (b)	5.228.578.626,00	-	-	-
Pensionistas (c)	1.360.782.128,00	-	-	-
Outras despesas com pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18 §1º da LRF) (d)	247.540.825,00	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 18, § 1º da LRF) (II) (1)	6.645.917.332,00	39.045,00	75.222.071,00	22.966.633,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (Contribuições Patronais) (III)	838.173.543,00	10.803.744,80	39.295.352,00	9.024.248,00
TOTAL DE DESPESAS COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I + II + III)	7.558.089.771,00	683.939.292,00	1.466.158.337,00	398.798.814,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	31.923.868.000,00	31.923.868.000,00	31.923.868.000,00	31.923.868.000,00
IMPOSTO DE RENDA NA FONTE - IRRF (Ativo, Inativo e Pensionistas) (informar somente se o IRRF não estiver computado na despesa bruta com pessoal)	-	-	-	-
% do TOTAL DA DESPESA COM O PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV/V) * 100	23,98	2,14	4,53	1,25

(1) Compreendem as despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF): indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária; decorrentes de decisão judicial; despesas de exerdados anteriores; inativos e pensionistas com recursos vinculados.

(2) Incluído o Tribunal de Contas do Estado, e o Tribunal de Contas dos Municípios, quando houver.

### XIII. O Estado do Rio de Janeiro, possui os seguintes números de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, relativamente aos órgãos pertencentes a Administração Direta:

#### PODER EXECUTIVO

CNPJ	SIGLA	ÓRGÃO
42.498.600/0001-71	CASA CIVIL	Secretaria de Estado da Casa Civil
03.161.283/0001-41	SEGOV	Secretaria de Estado de Governo
42.498.634/0001-66	SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
42.498.675/0001-52	SEFAZ	Secretaria de Estado de Fazenda
42.498.683/0001-07	SEDEIS	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços
08.599.767/0001-90	SEOBRAS	Secretaria de Estado de Obras
42.498.725/0001-00	SESEG	Secretaria de Estado de Segurança
05.482.345/0001-42	SEAP	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
42.498.717/0001-65	SESDEC	Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil
42.498.659/0001-60	SEEDUC	Secretaria de Estado de Educação
27.865.021/0001-26	SECT	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
05.486.181/0001-21	SEHAB	Secretaria de Estado de Habitação
42.498.687/0001-08	SETRANS	Secretaria de Estado de Transportes
42.498.709/0001-09	SEAMB	Secretaria de Estado do Ambiente
42.498.642/0001-02	SEAPPA	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento
28.317.881/0001-98	SETRAB	Secretaria de Estado do Trabalho e Renda
28.001.384/0001-11	SEC	Secretaria de Estado de Cultura
02.932.524/0001-46	SEASDH	Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos
06.222.709/0001-18	SETE	Secretaria de Estado de Turismo, Esportes e Lazer
28.060.424/0001-60	PGE	Procuradoria Geral do Estado
31.443.526/0001-70	DPGE	Defensoria Pública Geral do Estado



**OUTROS PODERES**

CNPJ	SIGLA	ÓRGÃO
<b>Poder Judiciário</b>		
28.538.734/0001-48 TJ		Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
<b>Poder Legislativo</b>		
30.449.862/0001-67 ALERJ		Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
30.051.023/0001-96 TCE		Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
<b>Ministério Público</b>		
28.305.936/0001-40 MPRJ		Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

**Declaro, para os devidos fins de direito e para que produza os efeitos necessários, que:**

O Sr. Joaquim Vieira Ferreira Levy, CI. RG. nº 4452103-7-IFP, CPF 727.920.007/91, ocupante do cargo de Secretário de Fazenda é o responsável pela administração financeira do Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Eugenio Manuel da Silva Machado, ocupante do cargo de Auditor Geral é o responsável pelo controle interno do Estado Rio de Janeiro.

*Eric Paixão*

**Procurador do Estado**

Aprovo o parecer e declaro serem verdadeiras as informações que deram base à opinião jurídica.

ERICK RIBEIRO MAUÉS PAIXÃO  
Procurador do Estado  
Assessor Jurídico - Chefe da SEFAZ  
Matr. 859948-2

*Sérgio Cabral*  
**Sérgio Cabral**  
Governador do Estado

*Joaquim Vieira Ferreira Levy*  
**Joaquim Vieira Ferreira Levy**  
Secretário de Estado de Fazenda

*Manoel José Sarinhe*  
**MANOEL JOSÉ SARINHE**  
Subsecretário de Finanças  
Matr. 932.713-1

*Eugenio Manuel da Silva Machado*  
**Eugenio Manuel da Silva Machado**  
Auditor Geral do Estado



exercício das funções. Segundo, os Poderes, inclusive o Tribunal de Contas, e o Ministério Público, primeiramente, por ato próprio, e nos momentos necessários, nos atos das subseqüentes, a mobilização de empenho e comprometimento financeiros, excludendo os recursos destinados às despesas que se constituem nas obrigações constitucionais ou legais de prestação, de acordo

F - O Poder Executivo demonstrava aos demais Poderes, inclusive ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público, o acompanhamento das despesas justificativas, metodológicas e memoriais de cálculo, o momento que caberia a cada um em sua respectiva esfera de atuação e de movimentação financeira.

**Parágrafo Único**— Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo disponibilizará e divulgará o cumprimento das metas locais de cada quadrimestre, em audiência pública conjunta com a Comissão de Orçamento.

Finanças, Fiscalização Financeira e Controle e a Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

**DAS DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DA EXECUÇÃO DA LEI DO ORÇAMENTO ANUAL**

Art. 37- Parágrafo único de controle de custos dos produtos realizados e de avaliação de resultados dos programas implementados através da Lei de Orçamento Anual, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão deverá produzir

**Parágrafo Único:** A apuração dos resultados mencionados em cada um dos capítulos se fará através de indicadores de forma periódica, considerando o Plano de Trabalho, o Plano de Ação e o Plano de Desenvolvimento.

**CAPÍTULO V**  
**DA POLÍTICA PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS**  
**AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO**

Art. 38- As agências financeiras oficiais de fomento na concessão de financiamento, observarão, entre outros requisitos:

I - atendimento à política de promoção e investimento do Estado;

III - aproveitamento das potencialidades econômicas sociais e ambientais do Estado;

IV- atendimento a projetos destinados à oferta de microcrédito produtivo que beneficiem os micro e pequenos empreendedores, inclusive os informais;

VII - atendimento a projetos de habitação destinados aos servidores públicos e em especial aos servidores vinculados à Secretaria de Estado de Segurança;

VII - atendimento a projetos que contribuam para a  
luta, preservação e recuperação do meio ambiente.

IX - atendimento a projetos de P&D nas empresas  
através das instituições de ensino e pesquisa filiações.

X - atendimento ao ensino técnico profissionalizante.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS SOBRE ALTERAÇÕES**  
**NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**  
**Art. 39.** - O Poder Executivo considerará na elaboração de projetos concernentes ao conteúdo das leis, a sua

§ 1º A justificativa ou mensagem que acompanhe o projeto de lei de alteração da legislação tributária discrimina:

5. 2º Caso as alterações não sejam aprovadas, as despesas correspondentes, se contempladas na Lei do Orçamento Anual, terão seus rubricações canceladas mediante a emissão de ofício.

**CAPÍTULO VII**  
**DAS DIRETRIZES FINAIS**

Art. 40- O Poder Executivo Estadual procederá no sentido de se adequar para todo o Estado do Rio de Janeiro

Art. 41- O Projeto de Lei do Departamento Anual deverá ser encaminhado pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa, para apreciação, até 30 de setembro de 2008.

Art. 42.- Na Lei Orçamentária Anual para 2009 as despesas financiadas com recursos provenientes do adicional do ICMS destinados ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza e Desigualdades Sociais serão apresentadas com fontes de recursos específicas.

1 - Incidem, no sentido de reduzir ou anular dotações relativas a despesas com pessoal e encargos sociais e serviços de dívida;

Parte I - Poder Executivo

PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI	R\$ 109,00
PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI	R\$ 109,00 (*)
PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI	R\$ 109,00 (*)
PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI	R\$ 109,00 (*)

[illegible]

DIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Marquês de Olinda 29,  
 CEP 20036-170, Tel.: (021) 2026-1122 FAX: (021) 2718-4547  
[www.imprensaoficial.rj.gov.br](http://www.imprensaoficial.rj.gov.br)  
 008-7844575 das 8h às 18h

[illegible]

ALZAÇÃO  
CAÇÃO  
RNK

CG87541















DIÁRIO OFICIAL D.O.  
do Estado do Rio de Janeiro

o que corrobora dos processos nº E-01003/2008, E-01004/2008, E-04113/4902/08 e E-1273/4112/08, DECRETA:

Art. 1.º - Fica absterido crédito suplementar nos Orçamentos Anuais e do Suplemento Social, em diversos Órgãos e Entidades Estaduais no valor de R\$ 215.410.999,44 e doze (12) milhões e noventa e quatro (94) mil e setenta e quatro (94.074) reais em dotações em favor de diversas entidades, para custeio de despesas operacionais, na forma do Anexo I.

Art. 2.º - O percento de que trata o artigo anterior será computado sobre o montante de R\$ 220.000.000,00 do Estado Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, na forma do Anexo II.

Art. 3.º - Fica modificado o Quadro de Enquadramento das Despesas Orçamentárias de diversos Órgãos e Entidades Estaduais no valor de R\$ 104.062.275,00 (cento e quatro milhões e sessenta e dois mil e setenta e cinco (95) reais) em favor de diversas entidades, para custeio de despesas operacionais, na forma do Anexo A.

Art. 4.º - Fica atualizado o valor do Limite para Suplementação o Empenho de Diversos Órgãos e Entidades Estaduais conforme estabelecido no Anexo I do Decreto nº 43.162 de 30 de janeiro de 2008.

MO-SICRA	DIVISÃO/REALIZAÇÃO	LIMITE ANUAL PARA EMPENHO ATUALIZADO
0000-0000	0000-0000	999.999.999,99
0000-0000	0000-0000	999.999.999,99

US41-PHARJ	7,829,204	7,125,383
77M-SEIE	54,737,691	55,401,818
171-SUGERJ	20,067,945	18,121,056
172-TURBSPQ	1,547,282	1,237,663
180-SEEDUC	806,823,591	806,826,553
2401-SEA	35,074,178	35,063,254
2402-SESHM	45,221,284	45,192,708

2004-01-01	12.896,1136	12.896,1136	12.896,1136
2004-03-01	599,297,5124	599,297,5124	599,297,5124
2004-05-01	2.000,857,499	2.000,857,499	2.000,857,499
2004-07-01	12.176,8599	12.176,8599	12.176,8599
2004-09-01	3.498,1427	3.498,1427	3.498,1427
2004-11-01	2.906,854,804	2.906,854,804	2.906,854,804
2005-01-01	1003,959,212	1003,959,212	1003,959,212
2005-03-01	80,447,109	80,447,109	80,447,109
2005-05-01	21.532,8186	21.532,8186	21.532,8186
2005-07-01	14.643,335	14.643,335	14.643,335

Ante o exposto, considerando a necessidade de manter-se o valor de 12.896,1136, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 12 de maio de 2005, a seguinte resolução:

TOURÊTO N° 41.611 DE 24 DE DEZEMBRO DE 2004

[illegible]

Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - RAETEC, Fundação Amã Maranhão de Artes do Estado do Rio de Janeiro - FLNARJ, Fundação Estado de Saúde - FES e Superintendência de Defesa do Meio Ambiente - SUDAM do Rio de Janeiro, com as restrições do art. 5º do Decreto nº 6.301, de 2008:

Art. 3º - Ficam excepcionadas das restrições do art. 3º do Decreto nº 41.558, de 24 de novembro de 2008 as "Obras de Arte e Esculturas em Espaço Público", bem como as UOCs de Arte e Esculturas em Espaço Público.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2008.

\_\_\_\_\_  
SILVIO CAVALCANTE

CÓDIGOS		CRÉDITO ADICIONAL		VALOR SUPLEMENTADO (R\$)		VALOR COMPENSADO/ CANCELADO (R\$)	
PROGRAMA DE TRABALHO	E.S.F.	NATUREZA DA DESPESA	FN				
<b>Especie de Contas e Ocorrências do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - EDC TCE-RJ</b>							
0231.01.129.0130.2023	F	3300.39	00			1.000.178,00	
Capacit. e Treinam de Rec Humanos do TCE-RJ		Outros Serv de Terceiros - Pessoa Jurídica					
<b>Tribunal de Justiça - TJ</b>							
0301.02.122.0140.2008	F	3100.11	00			5.500.000,00	
Pessoal e Encargos Sociais - TJ		Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
	F	3100.13	00			780.000,00	
		Outros Encargos Sociais					

[illegible]

# RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, fevereiro/2010

Esta publicação encontra-se disponível no site da Secretaria do Tesouro Nacional — [www.tesouro.fazenda.gov.br/br/resultado.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/br/resultado.asp) — com acesso aos exemplares anteriores e ao cronograma anual de divulgação.

**MINISTRO DA FAZENDA**  
Guido Mantega

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**  
Nelson Machado

**SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL**  
Aneio Hugo Augustin Filho

**SECRETÁRIO-ADJUNTO**  
André Luiz Barreto de Paiva Filho

**CHEFE DE GABINETE**  
Lindemberg de Lima Bezerra

**SUB-SECRETÁRIOS**  
Cleber Ubratan de Oliveira  
Eduardo Coutinho Guerra  
Lisio Fábio de Brasil Camargo  
Marcus Pereira Araújo  
Paulo Fontoura Valle

**COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**  
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

**EQUIPE**  
Andressa Costa Biazon  
Angela Carbellido Fernandez  
Bruno Fabrício Ferreira da Rocha  
Felipe Augusto Trevisan Ortiz  
Felipe Palmeira Bardella  
Heliane Berlukucci Fernandes  
Heloisa Teixeira Saito  
Janet Maria Pereira  
Renato Nogueira Starling

O **RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**  
(61) 3412-3970/3971

**Informações:**  
Tel: (61) 3412-2203  
Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesef.dif.stn@fazenda.gov.br](mailto:cesef.dif.stn@fazenda.gov.br)  
**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

**Ministério da Fazenda**  
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar  
70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e exatidão do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem conter-se eventuais erros.*

**ISSN 1518-2970**

**Referência bibliográfica**

**BRASIL.** Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 16, n. 1, janeiro 2010. 26 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995) – . – Brasília : ., STM, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.  
ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

O resultado primário do Governo Central em janeiro de 2010 foi superavitário em R\$ 13,9 bilhões, contra R\$ 1,7 bilhão em dezembro de 2009. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 17,6 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 3,7 bilhões e R\$ 8,0 milhões, respectivamente.

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL**  
**BRASIL, 2009-2010**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões		
	DEZ 2009	JAN 2010	2010
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>79.447,3</b>	<b>82.845,6</b>	<b>73.886,1</b>
I.1. Receitas do Tesouro	53.787,3	59.883,4	59.881,4
I.1.1. Receita Bruta (1)	56.927,9	59.888,5	60.488,6
I.1.2. (-) Restituições	-3.130,6	-176,1	-822,0
I.1.3. (-) Isenções Fiscais	0,0	0,0	-5,2
I.2. Receitas da Previdência Social	25.581,5	12.831,8	14.876,0
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbana (2)	25.147,2	11.733,2	13.728,4
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	444,3	298,6	355,6
I.3. Receitas do Banco Central	258,4	121,4	181,7
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>13.896,2</b>	<b>10.457,2</b>	<b>10.858,6</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (4-6)</b>	<b>65.731,3</b>	<b>52.383,3</b>	<b>63.248,5</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>84.851,5</b>	<b>48.698,5</b>	<b>48.341,8</b>
IV.1. Despesas do Tesouro	33.889,5	28.893,9	31.387,8
IV.1.1. Passivos e Encargos Sociais (1)	18.859,3	18.495,0	14.253,6
IV.1.2. Custos e Capital	22.878,2	13.348,7	17.055,7
IV.1.2.1. Despesas do FAT	2.151,7	1.485,6	1.425,7
IV.1.2.2. Subsídios e Subsídios Econômicos (2)	760,3	1.077,6	931,7
IV.1.2.3. Benefícios Acumulados (3, OMS/INAM)	1.641,6	1.386,5	1.587,6
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custos e Capital	18.384,6	9.417,2	13.111,4
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custos	11.411,9	7.873,4	10.231,3
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	6.972,7	1.493,6	2.850,9
IV.1.3. Transferências do Tesouro ao Banco Central	142,1	34,2	78,5
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	23.835,0	18.348,5	17.714,4
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbana (2)	19.047,8	14.690,8	14.247,2
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	4.787,5	3.657,8	3.437,2
IV.3. Despesas do Banco Central	328,8	145,8	188,7
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)</b>	<b>1.896,8</b>	<b>3.877,8</b>	<b>13.988,8</b>
VI.1. Tesouro Nacional	11,6	18.335,2	17.623,0
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	1.758,5	-6.337,7	-3.708,4
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbana (2)	8.049,7	-2.957,6	-626,6
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-4.293,1	-3.380,1	-3.181,6
VI.3. Banco Central (8)	-68,3	-23,8	-8,0
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO PIB</b>		<b>1,65%</b>	<b>5,22%</b>

\* Dados revisados, sujeitos a atualização. Não inclui receitas da contribuição de FICIS e despesas com a compensação de distribuição monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 81/2008.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) as despesas de pessoal e pessoal e honorários CPSS de servidor público federal, excluídas do resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração da receita e da RGPS por clientela urbana e rural é realizada pela tabela de Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subsídios em favor do INSS, a partir de 2005, despesas com subsídios de passivos.

(4) Despesa correspondente à integralização do valor de FSB no Fundo Fiscal da União e do Estado (FPE), conforme previsto na Lei nº 11.861/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita da contribuição para benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas (despesas de pessoal próprio) e despesas de transferência de recursos (despesas de transferência).

O resultado primário do Governo Central em janeiro de 2010 foi superavitário em R\$ 13,9 bilhões, R\$ 9,9 bilhões superior ao verificado em janeiro de 2009.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADAS JAN/10		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Receitas	-3,7%	17,8%
Tesouro	-4,8%	17,7%
Previdência	7,4%	17,0%
Transferências	3,3%	1,8%
Receita Líquida	-3,8%	20,7%
Despesas	24,2%	2,8%
Benefícios	13,7%	-3,2%
Passivo	31,2%	-13,8%
Custos e Capital	34,8%	18,0%
FAT	32,3%	-2,7%
Subsídios	147,2%	-13,8%
LOASTOMV	86,1%	14,2%
Outras	31,3%	38,2%
Custos	34,3%	45,8%
Capital	80,3%	-198,0%
PIB	3,8%	11,8%

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve crescimento de R\$ 3,6 bilhões (6,3%), passando de R\$ 56,9 bilhões em dezembro de 2009 para R\$ 60,5 bilhões em janeiro de 2010. Essa evolução decorre, principalmente, dos seguintes fatores: i) pagamento, em janeiro, da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL relativa ao resultado apurado no trimestre anterior; ii) antecipação de recolhimento de ajuste referente ao lucro do ano anterior; iii) arrecadação semestral de ERF-Rendimentos do Capital relativo a aplicações financeiras em fundos de investimento; e iv) pagamento trimestral de royalties relativos à extração de petróleo.

As transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 10,7 bilhões em janeiro de 2010, contra R\$ 13,9 bilhões no mês anterior, apresentando redução de 23,4%. As transferências constitucionais registraram R\$ 7,7 bilhões, com redução de 36,2% frente a dezembro de 2009, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPT) especialmente no terceiro decêndio de dezembro, transferido em janeiro. As demais transferências cresceram R\$ 660,0 milhões em janeiro; destaque para o aumento de R\$ 516,1 milhões em outras transferências, decorrente da concessão de Apoio financeiro pela União aos Entes Federados (Lei nº 12.058/2009) no valor de R\$ 516,6 milhões, referente à parcela de pagamento remanescente do exercício de 2009.

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS**  
**BRASIL, 2009 (R\$ milhões)**

RECEITAÇÃO	dez09	jan10
Constitucionais (IR/IPT)	13.946,8	7.688,1
Outras Constitucionais		409,1
Lei Comp. nº 100/2000	192,9	1.025,3
Demais	1.086,8	2.346,8
<b>Total</b>	<b>15.226,5</b>	<b>11.469,3</b>

Fonte: Tesouro Nacional

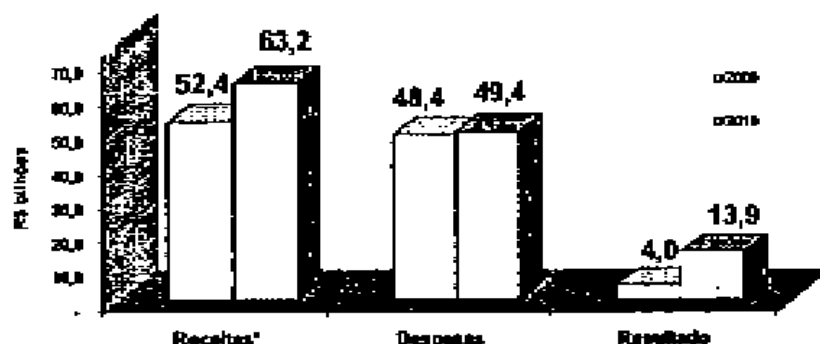
Do lado dos dispêndios, verificou-se a retração de R\$ 8,5 bilhões (21,2%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a dezembro de 2009, explicada, principalmente, pelas diminuições de R\$ 6,1 bilhões nas despesas com benefícios previdenciários, de R\$ 2,6 bilhões com o pagamento de pessoal e encargos, de R\$ 3,4 bilhões com o PAC e de 2,0 bilhões com as despesas discricionárias.

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 3,7 bilhões, contra superávit de R\$ 1,8 bilhão apurado em dezembro. A despesa apresentou queda sazonal devido ao pagamento em dezembro da 2ª metade do abono anual correspondente à gratificação de Natal a aposentados e pensionistas enquanto a receita previdenciária caiu sazonalmente devido à arrecadação em dezembro das contribuições sobre as gratificações natalinas aos trabalhadores. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 526,8 milhões no mês, contra superávit de R\$ 6,0 bilhões em dezembro, enquanto a parcela rural registrou déficit de R\$ 3,2 bilhões em janeiro sendo que, em dezembro, esse valor havia atingido R\$ 4,3 bilhões.

*Em janeiro de 2010 o superávit primário do Governo Central correspondeu a 5,21% do PIB.*

Em comparação com janeiro de 2009, houve crescimento de R\$ 5,9 bilhões no superávit apurado. Essa evolução reflete o crescimento de R\$ 7,3 bilhões no superávit do Tesouro Nacional e a redução de R\$ 2,6 bilhões no déficit da previdência.

### RECEITAS, DESPESAS E RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN (R\$ bilhões)



A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de 18,9% (R\$ 9,6 bilhões) relativamente a janeiro de 2009. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) incremento de R\$ 2,4 bilhões na arrecadação do IRPJ e de R\$ 1,2 bilhão na de CSLL decorrente da antecipação de recolhimento do ajuste relativo ao ano de 2009; ii) aumento de R\$ 2,4 bilhões na arrecadação de Confins refletindo a realização de compensações de pagamento devido ou a maior em janeiro de 2009; iii) crescimento de R\$ 1,2 bilhão na arrecadação da cota parte de compensações.

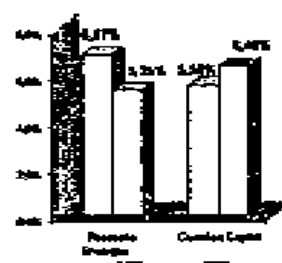
As despesas do Tesouro Nacional em janeiro de 2010 diminuíram 5,1% frente ao mesmo período de 2009. Essa evolução decorre, principalmente, dos seguintes fatores: i) redução de R\$ 2,2 bilhões nas despesas de pessoal e encargos, decorrente do pagamento de R\$ 3,3 bilhões de precatórios e sentenças judiciais de pessoal em janeiro de 2009, contra R\$ 132,4 milhões em janeiro de 2010, ii) incremento das despesas discricionárias, as quais se elevaram R\$ 4,0 bilhões, e iii) pagamento de R\$ 1,5 bilhão em sentenças judiciais em janeiro de 2009, contra R\$ 9,1 milhões no mês. Cumpre salientar o incremento de R\$ 1,4 bilhão (91,5%) dos investimentos em janeiro de 2010 relativamente ao mesmo período de 2009, e de R\$ 613,1 milhões (137,4%) das despesas do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Por fim, o déficit da Previdência Social foi reduzido em 41,5% (R\$ 2,6 bilhões) relativamente a janeiro de 2009, alcançando R\$ 3,7 bilhões frente aos R\$ 6,3 bilhões apurados no ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 2,0 bilhões (17,0%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários diminuíram R\$ 585,1 milhões (3,2%) refletindo, sobretudo, a redução de R\$ 2,8 bilhões no valor de precatórios pagos.

### RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN (% do PIB)

DESCRIÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	-4,31%	-0,41%
Previdência Social	-2,44%	-1,38%
Banco Central	-0,41%	0,00%
Governo Central	1,04%	5,23%

### DESPESA DO TESOURO NACIONAL



Os investimentos cresceram 91,5% (R\$ 1,4 bilhão) em 2010 em comparação a 2009.

## Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de 6,3% relativamente ao mês anterior, em função, sobretudo, de fatores sazonais.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL  
Bilhões, mil e cem mil reais

RECEITAÇÃO*	DEZEMBRO	JANEIRO
<b>Impostos</b>	14.200,7	14.852,4
Imposto de Renda	8.688,1	9.294,7
IP	1.204,2	2.314,1
Outros	3.894,4	3.448,4
<b>Contribuições</b>	10.262,3	10.448,9
Café	12.211,9	11.416,3
CPLP	4,4	4,4
CSLL	2.371,8	2.301,2
Cota - Cartão Verde	150,4	488,2
Outros	4.224,3	4.204,3
<b>Demais</b>	12.174,6	4.116,1
Cota parte	1.264,3	2.622,3
Contribuição Autocatalis	1.801,6	3.228,3
Quotização de Vendas	5.812,2	76,1
Correções	181,4	212,1
Outros	2.225,3	11,3
<b>Total Bruto</b>	36.637,6	39.639,8

\* Se forem afetados o recolhimento de tributos e contribuições antecipadas.

## Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 526,8 milhões, que corresponde a 14,2% do déficit total do regime, e a parcela rural registrou déficit de R\$ 3,2 bilhões (85,8% do déficit do RGPS).

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 60,5 bilhões em janeiro de 2010 contra R\$ 56,9 bilhões verificados em dezembro de 2009 (crescimento de 6,3%). Este comportamento é explicado pela queda de R\$ 4,1 bilhões nas demais receitas do Tesouro e pelos incrementos de R\$ 4,0 bilhões na arrecadação de impostos e de R\$ 3,7 bilhões nas receitas de contribuições.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 28,9 bilhões e as de contribuições R\$ 23,4 bilhões em janeiro, apresentando, respectivamente, crescimento de R\$ 4,0 bilhões (16,1%) e de R\$ 3,7 bilhões (18,9%) em relação aos valores apurados em dezembro. Essa evolução reflete os seguintes fatores: i) o incremento de R\$ 6,0 bilhões no IR – Pessoa Jurídica e de R\$ 3,7 bilhões da CSLL, em função do pagamento, no mês de janeiro, da 1ª cota ou cota única relativa ao resultado apurado no último trimestre de 2009, além da antecipação do recolhimento do item Declaração de Ajuste referente ao lucro obtido no exercício anterior; e ii) o decréscimo de R\$ 2,1 bilhões do IRRF – Rendimentos de Capital, em função da apuração semestral do tributo sobre aplicações financeiras em fundos de investimentos, com recolhimento realizado no mês de dezembro de 2009 (Lei nº 10.892/2004)..

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 8,2 bilhões no mês contra R\$ 12,3 bilhões registrados em dezembro de 2009, apresentando redução de R\$ 4,1 bilhões (33,5%). Tal variação decorre dos seguintes fatores: i) crescimento de R\$ 2,6 bilhões na cota-parte das compensações financeiras, em função do pagamento trimestral, em janeiro, de participação especial relativo à exploração de petróleo e gás natural; ii) a diminuição de R\$ 5,8 bilhões na arrecadação de dividendos.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 22,7% do PIB em janeiro de 2010, dos quais 10,8% correspondem à arrecadação de impostos, 8,8% a contribuições e 3,1% relativos às demais receitas.

Comparada a janeiro de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 9,6 bilhões (18,9%), passando de R\$ 50,9 bilhões para R\$ 60,5 bilhões. Esse resultado é decorrente, principalmente, de fatores sazonais, do crescimento de 12,1% na produção industrial de dezembro de 2009 em relação a dezembro de 2008, bem como da prorrogação do pagamento do Simples Nacional, da competência dezembro/2008 para fevereiro/2009 (Resolução CGSN nº 49/2008).



O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- incremento de R\$ 2,4 bilhões na arrecadação do IRPJ e de R\$ 1,2 bilhão no CSLL, em função da maior antecipação do recolhimento do item Declaração de Ajuste de IRPJ e CSLL, em janeiro de 2010;
- incremento de R\$ 2,4 bilhões na Cofins e de R\$ 497,5 milhões no PIS-Pasep, devido a compensação de débitos dessas contribuições, em janeiro de 2009, no valor de R\$ 311,0 milhões, por pagamento indevido ou a maior realizado em período anterior;
- queda de R\$ 809,5 milhões (7,4%) no TRRF, principalmente devido: i) ao declínio de R\$ 616,8 milhões (38,2%) do IRRF – Remessas ao Exterior, influenciado por quedas relativas a juros sobre capital próprio e rendimentos do trabalho; ii) à redução de R\$ 380,9 milhões (13,8%) do IRRF – Rendimentos do Capital, devido principalmente à redução na taxa de juros e à maior estabilidade da taxa de Câmbio em 2009; e iii) ao crescimento de R\$ 646,1 milhões (122,41%) no IRRF – Outros Rendimentos, reflexo do aumento nominal observado no item Prêmios (Módulo em Concursos, em decorrência do pagamento de prêmios acumulados e do aumento no número de concursos.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou crescimento de R\$ 2,2 bilhões (36,0%) em relação a janeiro de 2009, decorrente, sobretudo, do acréscimo de R\$ 1,2 bilhão (47,9%) na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras, em função do aumento do preço internacional do petróleo.

Em janeiro, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 10,7 bilhões, contra R\$ 13,9 bilhões no mês anterior, apresentando decréscimo de 23,4%. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 7,7 bilhões, com diminuição de R\$ 4,4 bilhões (36,2%) frente a dezembro, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IP), especialmente no terceiro decêndio de dezembro, com reflexo nas transferências de janeiro.

Em relação a janeiro de 2009, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 193,3 milhões (1,8%), elevando-se de R\$ 10,5 bilhões em 2009 para R\$ 10,7 bilhões em 2010.

RECEITA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL  
R\$ MIL - 2009 (milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Impostos	26.088,0	28.082,0
Imposto de Renda	21.063,1	22.588,7
IR	2.266,1	2.216,5
Outros	18.797,0	20.372,2
Contribuições	66.179,8	72.348,8
Cofins	3.083,7	31.494,8
Cofins	3,6	3,6
CSLL	6.103,1	6.771,4
Cofin - Contribuintes	33,8	88,2
Outros	4.058,8	4.814,3
Demais	6.892,8	8.864,3
Cota-parte	2.393,3	3.207,3
Despesas Antecipadas	2.315,2	2.239,4
Despesas de União	47,8	71,8
Concessões	294,7	232,6
Outros	1.658,8	1.342,8
Total Líquido	92.267,6	100.430,8

\* Os valores relativos à cota-parte de IR e IP são estimados com base nos dados disponíveis.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO  
R\$ MIL - 2009 (milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Demais	6.892,8	8.864,3
Cota-parte	2.393,3	3.207,3
Prêmio de Seguro (CPRM)	788,8	941,7
Despesas Antecipadas	2.315,2	2.239,4
Despesas de União	47,8	71,8
Concessões	294,7	232,6
Outros	341,8	1.803,8

## Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS  
R\$ MIL - 2009 (milhões)

DISCRIMINAÇÃO	DEZEMBRO	JANEIRO
Contribuições (BRPP/Proap)	12.048,8	7.698,1
ODE - Contribuintes	-	453,1
Lei Comp. nº 115/2007*	167,3	882,3
Demais	1.088,8	2.266,5
Total	13.284,9	10.899,9

\* não inclui transferências

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO  
R\$ MIL - 2009 (milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Demais	6.892,8	8.864,3
Prêmio de Seguro	788,8	941,7
Despesas Antecipadas	2.315,2	2.239,4
Despesas de União	47,8	71,8
Concessões	294,7	232,6
Outros	341,8	1.803,8

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS  
R\$ MIL - 2009 (milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Contribuições (BRPP/Proap)	12,048,8	7,698,1
ODE - Contribuintes	0,000,0	0,453,1
Lei Comp. nº 115/2007*	0,167,3	0,882,3
Demais	1,088,8	2,266,5
Total	13,284,9	10,899,9

\* não inclui transferências

## Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

**DESPEAS DO TESOURO NACIONAL**  
(R\$ mil, 2009=2009, em milhões)

DESIGNAÇÃO	DEZEMBRO	JANEIRO
Pessoal e Encargos	94.006,3	94.203,3
Custos e Capital	23.071,3	17.005,7
Despesas do FAT	3.701,7	3.403,7
Subsídios e Subvenções	209,3	891,1
LOA/MPD	1.891,8	1.907,6
Outras	10.394,3	13.913,4
Transferências em Dinheiro	105,1	80,5

\* Inclui despesas que subvertem montantes registrados, a partir de 2009, quando não houverem montantes disponíveis.

**SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS**  
(R\$ mil, 2009=2009, em milhões)

DESIGNAÇÃO*	DEZEMBRO	JANEIRO
Agronegócio	204,3	797,4
Custos Agronegócio	2,8	3,9
Benefícios Pluri	0,4	7,9
Programa Agrícola	89,2	487,3
- ECF	8,7	86,9
- ARF	30,9	288,9
- Outros do setor	11,6	131,2
Provet	-3,7	23,0
Proex	188,7	29,4
Cocor	0,0	0,0
Securização	0,0	0,0
Fundo de Tombamento	88,4	238,9
FUNCAPÉ	2,8	30,8
Resíduos	0,8	0,8
Outras	34,8	-127,3
Indústria (PIS)	0,8	0,8
FMD	-2,3	-4,3
Interesse (FPM)	39,1	-102,2
Total	209,3	891,1

\* Inclui despesas com o pagamento de empréstimos e operações de crédito em nome do Tesouro Nacional.

**OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL**  
(R\$ mil, 2009=2009, em milhões)

DESIGNAÇÃO	DEZEMBRO	JANEIRO
Despesas Autônomas	10,3	0,0
Legislação Judiciária	990,4	1.005,1
Costeio Excepcional*	280,1	338,8
PAC	4.418,4	1.889,3
Outras	238,8	436,2
Despesas	13.701,7	16.882,7
Ativ. de Des. Social	4.894,9	4.159,1
Ativ. de Des. Rural	1.048,9	1.287,7
Ativ. de Segurança	1.228,0	1.588,6
Ativ. de Defesa	1.271,7	1.126,1
Ativ. de Ciência e Tec.	671,8	885,0
Ativ. de Des. Regional	284,8	202,0
Ativ. de Justiça	284,3	288,1
Ativ. de Previdência	344,3	1.012,2
Ativ. de Transportes	144,5	208,1
Ativ. de Comunicação	288,7	89,4
Outras	7.259,2	1.797,8
Total	18.394,3	19.113,4

\* Inclui despesas com o pagamento de empréstimos e operações de crédito em nome do Tesouro Nacional.

\* Despesas com o pagamento de empréstimos e operações de crédito em nome do Tesouro Nacional, incluindo as despesas com o pagamento de empréstimos e operações de crédito em nome do Tesouro Nacional, incluindo as despesas com o pagamento de empréstimos e operações de crédito em nome do Tesouro Nacional.

Em janeiro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 31,4 bilhões, apresentando decréscimo de R\$ 8,5 bilhões (21,2%) relativamente a dezembro. Contribuíram para este resultado a redução de R\$ 5,8 bilhões (25,3%) registrado nas despesas de Custeio e Capital e de R\$ 2,6 bilhões (15,5%) registrado na despesa de Pessoal e Encargos Sociais.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais reduziram em relação ao mês anterior, devido, principalmente, ao pagamento da segunda parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) e das férias dos servidores do Poder Executivo no mês de dezembro.

O decréscimo observado nas despesas de Custeio e Capital deve-se, sobretudo, a redução de Outras Despesas de Custeio e Capital, R\$ 5,3 bilhões (28,7%). Por outro lado, houve aumento nas despesas de Subsídios e Subvenções Econômicas de R\$ 230,8 milhões (33,0%), enquanto as despesas do FAT diminuíram R\$ 726,0 milhões (33,7%).

No caso das despesas do FAT, verificou-se que não houve desembolso para o programa benefícios de abono salarial PIS/Pasep no mês de janeiro, contra R\$ 294,2 milhões no mês anterior, conforme calendário de pagamento do abono salarial referente ao exercício 2009/2010 (julho/2009 a junho/2010), regulamentado pela Resolução Codefat nº 605, de 27 de maio de 2009. Ademais, os gastos com seguro desemprego atingiram R\$ 1,4 bilhão, em janeiro, despesa 22,05% inferior a do mês de dezembro.

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, o aumento das despesas decorreu, principalmente, da execução do Programa Aquisição do Governo Federal – AGF superior em R\$ 310,5 milhões, e do Fundo da Terra/Incra em R\$ 167,5 milhões, em relação ao mês anterior. Por outro lado, houve diminuição nas despesas com Proex em R\$ 152,5 milhões.

No âmbito das Outras Despesas de Custeio e Capital, o decréscimo de R\$ 5,3 bilhões (28,7%) concentrou-se principalmente nas despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que tiveram uma exceção a menor em R\$ 3,4 bilhões (76,3%), e nas despesas discricionárias, em R\$ 2,0 bilhões (15,4%). Dentre as despesas discricionárias houve um aumento no desempenho dos Ministérios do Desenvolvimento Social (R\$ 701,4 milhões), da Saúde (R\$ 78,4 milhões), e dos Transportes (R\$ 58,6 milhões). Por outro lado, houve redução no desempenho dos Ministérios da Defesa (R\$ 1,1 bilhão), da Ciência e Tecnologia (R\$ 410,0 milhões), da Educação (R\$ 158,2 milhões), e das Cidades (R\$ 138,3 milhões).

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram 11,79% do PIB em janeiro, contra 12,45% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 1,5 bilhão (5,1%) em relação a 2009, destacado-se os incrementos de R\$ 3,7 bilhões (28,0%) nas Despesas de Custeio e Capital, em contrapartida à redução de R\$ 2,2 bilhões (13,6%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

Os dispêndios com a folha salarial registram redução de 1,52 p.p. em relação ao PIB no período, passando de 6,87% em 2009, para 5,35% em 2010. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, a redução foi de R\$ 222,0 milhões (8,2%) enquanto no Poder Executivo houve acréscimo de R\$ 1,2 bilhão (12,4%). A expressiva redução decorreu do pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R\$ 132,4 milhões frente ao desembolso de R\$ 3,8 bilhões no mesmo período do ano anterior.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 5,56% para 6,41% do PIB (acréscimo de 0,85 p.p.), explicados por: i) incremento de 1,01 p.p. na rubrica 'Outras Despesas de Custeio e Capital'; ii) aumento de 0,02 p.p. nos dispêndios com LOAS/RMV; iii) redução de 0,08 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro desemprego e gastos operacionais do FAT; e iv) redução de 0,10 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas.

Em 2010 as despesas do FAT tiveram desempenho similar ao desembolso do mesmo período do ano anterior, com queda de 2,7%. A redução é decorrente da inexistência de desembolso para pagamento do benefício abono salarial no mês de janeiro frente à despesa de R\$ 105,0 milhões em janeiro de 2009.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 931,1 milhões em 2010, contra R\$ 1,1 bilhão em 2009, decréscimo de R\$ 146,5 milhões (13,6%). Este resultado decorreu da redução dos seguintes Programas: i) Proex (R\$ 215,3 milhões); ii) Proinf (R\$ 199,7 milhões); iii) Custeio Agropecuário (R\$ 102,5 milhões). Por outro lado, houve incremento nos dispêndios do Fundo da Terra (R\$ 170,7 milhões) e do Programa Aquisição do Governo Federal – AGF (R\$ 118,9 milhões) e Empréstimo do Governo Federal – EGF (R\$ 84,1 milhões). As despesas com os fundos regionais passaram de R\$ 324,0 milhões para R\$ 160,1 milhões, enquanto as despesas de recondicionamento de passivos em janeiro totalizaram R\$ 110,6 milhões.

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 201,1 milhões (14,5%) em relação ao mesmo período de 2009. Essa variação é explicada pelos reajustes de 12,05% e 9,68% do salário mínimo nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 8,40% no período de janeiro de 2010 relativamente a 2009 (média anual). Do total de benefícios pagos, 1,5 milhão foi destinado aos idosos e 1,6 milhão aos portadores de necessidades especiais.

## Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESCRIÇÃO	2009	2010
Outras Despesas	10,43%	10,77%
Pessoal e Encargos	4,81%	5,35%
Custeio e Capital	5,56%	6,41%
Despesas do FAT	0,11%	0,10%
Subsídios e Subvenções	0,10%	0,36%
LOAS/RMV	0,30%	0,87%
Outros	3,82%	4,88%
Emprestimos do Tesouro	1,07%	0,93%

Fonte: despesas em execução em janeiro segundo a Lei nº 296/2000, disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil/leis/296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/296.htm)

DESCRIÇÃO	2009	2010
Agricultura	640,7	582,5
Custeio Agropecuário	102,5	3,0
Investimentos Florestais	15,7	7,8
Pagamentos Agrícolas	249,6	467,3
- EGF	2,3	84,3
- AGF	146,7	238,8
- Subsídios de preços	96,6	174,2
Proex	222,4	23,4
Fundo da Terra	6,0	20,4
Casos	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo de Tesouro	46,2	238,9
FUNCAP	31,0	30,4
Benefícios	0,0	0,0
Outros	83,8	-127,1
Habilitação (PSB)	0,0	0,0
FND	-10,8	-1,7
Exercícios (Proex)	40,8	-125,3
Total	234,7	640,1

Fonte: dados do Tesouro Nacional, disponíveis em [www.treasury.gov.br](http://www.treasury.gov.br)

Em 2010, os gastos com investimentos do governo federal apresentaram incremento de R\$ 1,4 bilhão (91,5%) em relação ao exercício de 2009.

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS  
BRASIL, 2007-2010**

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Meses	Variação em relação à média do ano anterior	Participação de Beneficiários Capacitados	Variação em relação à média do ano anterior
maio 2007	1.250.000	-	444.946	-	645.054	-
maio 2008	1.435.000	15%	531.617	20%	823.383	28%
maio 2009	1.621.487	12%	627.880	18%	1.003.607	22%
maio 2010	1.808.983	12%	821.298	32%	1.077.685	7%
maio 2005	2.173.634	15%	1.083.778	23%	1.170.856	9%
maio 2006	2.380.858	10%	1.231.008	13%	1.257.111	8%
maio 2007	2.575.467	8%	1.339.848	10%	1.335.619	0%
maio 2008	2.893.338	12%	1.508.233	12%	1.456.303	9%
maio 2009	3.053.385	6%	1.643.696	9%	1.564.729	8%
maio 2010	3.230.758	6%	1.788.857	9%	1.712.095	9%
maio 2011	3.351.898	4%	1.878.831	5%	1.753.067	2%
maio 2012	3.473.554	4%	1.968.168	5%	1.805.386	3%
maio 2013	3.595.210	4%	2.057.505	5%	1.857.705	3%
maio 2014	3.716.866	4%	2.146.842	5%	1.910.024	3%
maio 2015	3.838.522	4%	2.236.179	5%	1.962.343	3%
maio 2016	3.959.178	4%	2.325.516	5%	2.013.662	3%
maio 2017	4.079.834	4%	2.414.853	5%	2.064.981	3%
maio 2018	4.199.490	4%	2.504.190	5%	2.115.300	3%
maio 2019	4.319.146	4%	2.593.527	5%	2.165.619	3%
maio 2020	4.438.802	4%	2.682.864	5%	2.215.938	3%
maio 2021	4.558.458	4%	2.772.201	5%	2.266.257	3%
maio 2022	4.678.114	4%	2.861.538	5%	2.316.576	3%

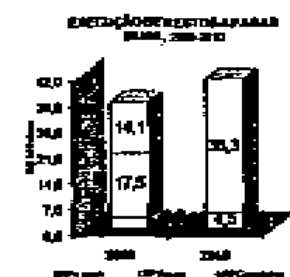
**OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL**

**BRASIL, 2007-2010**

Despesa	2007	2010
Despesa com Pessoal	1.400,0	6,9
Despesa com Material	400,0	400,0
Despesa com Energia	140,0	200,0
Despesa com Transporte	400,0	1.000,0
Despesa com Outros	40,0	400,0
Despesa com Desenvolvimento	6.000,0	10.000,0
Despesa com Saúde	1.420,0	4.950,0
Despesa com Educação	800,0	1.200,0
Despesa com Defesa	200,0	2.100,0
Despesa com Ciência e Tecnologia	100,0	800,0
Despesa com Meio Ambiente	100,0	700,0
Despesa com Agricultura	100,0	800,0
Despesa com Indústria	100,0	400,0
Despesa com Comércio	100,0	200,0
Despesa com Serviços	100,0	1.000,0
Despesa com Outros	100,0	1.000,0
Total	1.400,0	10.100,0

Fonte: dados estatísticos do Ministério da Economia e Desenvolvimento.

\* Despesa com Pessoal: inclui despesa com pessoal, despesa com material, despesa com energia, despesa com transporte, despesa com outros, despesa com desenvolvimento, despesa com saúde, despesa com educação, despesa com defesa, despesa com ciência e tecnologia, despesa com meio ambiente, despesa com agricultura, despesa com indústria, despesa com comércio, despesa com serviços, despesa com outros.



As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 3,7 bilhões (39,2%) em janeiro em relação ao exercício anterior, destacando-se os gastos discricionários, com aumento de R\$ 4,0 bilhões (57,4%) e o Programa de Aceleração do Crescimento com elevação de R\$ 613,1 milhões (137,4%). Responderam pelo crescimento dos gastos discricionários principalmente os Ministérios da Educação (R\$ 956,5 milhões), da Defesa (R\$ 855,0 milhões), do Desenvolvimento Social (R\$ 769,1 milhões) e da Saúde (R\$ 723,2 milhões). Destaca-se que os investimentos totais (Tabela II) atingiram R\$ 2,9 bilhões, o que representou um incremento de R\$ 1,4 bilhão (91,5%) em relação ao ano de 2009.

O montante pago de restos a pagar (RP) em janeiro de 2010, segundo o Decreto de Programação Financeira, correspondeu a R\$ 4,5 bilhões, equivalentes a 11,0% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 7,7 % do mesmo período do ano anterior, sendo que R\$ 1,0 bilhão refere-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 3,9% do total programado para o ano. Do total dos RP pagos, os principais desempenhos concentraram-se principalmente nos Ministérios da Saúde (R\$ 1,5 bilhão), da Educação (R\$ 895,1 milhões), da Fazenda (R\$ 256,7 milhões), da Defesa (R\$ 362,1 milhões) e do Desenvolvimento Social (R\$ 174,1 milhões).

## Previdência Social

Em janeiro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 3,7 bilhões contra um superávit de R\$ 1,8 bilhão em dezembro. A despesa apresentou queda sazonal devido ao pagamento em dezembro da 2ª metade do abono anual correspondente à gratificação de Natal a aposentados e pensionistas; também a receita previdenciária caiu sazonalmente devido à arrecadação em dezembro das contribuições sobre as gratificações natalinas aos trabalhadores. Em relação a janeiro

do ano anterior, observou-se uma redução do déficit no montante de R\$ 2,6 bilhões (41,5%).

**TABELA 2**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2009-2010**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	DEZ	JAN	
	2009	2009	2010
<b>I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>25.591,5</b>	<b>12.031,8</b>	<b>14.076,8</b>
Arrecadação Bruta	27.239,8	14.463,8	15.821,8
- Contribuição Previdenciária	25.434,5	13.759,5	15.061,7
- Simples	1.460,5	541,6	1.605,1
- CFT	88,6	45,2	53,3
- Depósitos Judiciais	267,7	91,4	90,1
- Ruffa	10,5	26,2	11,6
(-) Restituição/Devolução	-67,8	-13,0	-12,2
(-) Transferências a Terceiros	-1.580,4	-2.419,0	-2.733,5
<b>II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>23.835,0</b>	<b>18.369,5</b>	<b>17.784,4</b>
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>1.756,5</b>	<b>-6.337,7</b>	<b>-3.708,4</b>
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>		<b>-2,64%</b>	<b>-1,39%</b>

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 14,1 bilhões em janeiro, apresentando uma redução de R\$ 11,5 bilhões (45,0%) relativamente aos ingressos líquidos de dezembro de 2009. As principais razões foram: i) o efeito sazonal da gratificação natalina sobre as contribuições previdenciárias; e ii) o incremento sazonal das transferências a terceiros no mês de janeiro, devido ao impacto das contribuições sobre as gratificações natalinas com respeito ao valor dos reajustes devidos a terceiras entidades (FUNDE, Sesi, Senai, Sesc e outros). Em relação a janeiro de 2009, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 2,0 bilhões (17,0%). Contribuiu para esse crescimento o aumento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada em 2009 foi 9,9% superior à verificada em 2008.

As despesas com benefícios este mês alcançaram o montante de R\$ 17,8 bilhões, tendo se reduzido R\$ 6,1 bilhões (25,4%) com relação a dezembro de 2009 (recomenda do efeito sazonal já mencionado – e R\$ 585,1 milhões (3,2%) em relação a janeiro de 2009. Deve-se ressaltar, ainda, a redução de R\$ 2,8 bilhões (92,6%) no pagamento de procatórios e sentenças judiciais.

No esboço de benefícios de janeiro de 2010, comparado ao mesmo período de 2009, destacam-se os aumentos de 610,7 mil aposentadorias (4,2%) e de 179,4

Em janeiro de 2010, a Previdência Social registrou um déficit de R\$ 3,7 bilhões, equivalente a 1,39% do PIB.

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA**  
**BRASIL, JAN (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Contribuição	12.891,8	14.876,8	17,0%
Unidade	11.200,3	13.238,4	18,6%
Rural	289,3	355,3	12,1%
Benefícios	15.364,5	17.784,4	3,2%
Unidade	14.889,9	16.262,3	3,9%
Rural	3.875,3	3.957,2	3,0%
Res. Previd.	-6.337,7	-3.708,4	-41,5%
Unidade	-3.857,5	-388,9	-89,2%
Rural	-2.399,3	-4.911,3	-3,9%

**BENEFÍCIOS EMBORGO DA PREVIDÊNCIA**  
**BRASIL, JAN 2010**

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Quantidade RPPS*	22,8	23,3	3,2%
Valor médio RPPS**	405,3	716,8	17,7%

\* em milhões  
\*\* em R\$ mil

mil posições por morte (2,8%), bem como a redução de 74,4 mil benefícios de auxílio-doença (5,9%).

**TABELA 3**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2009-2009**

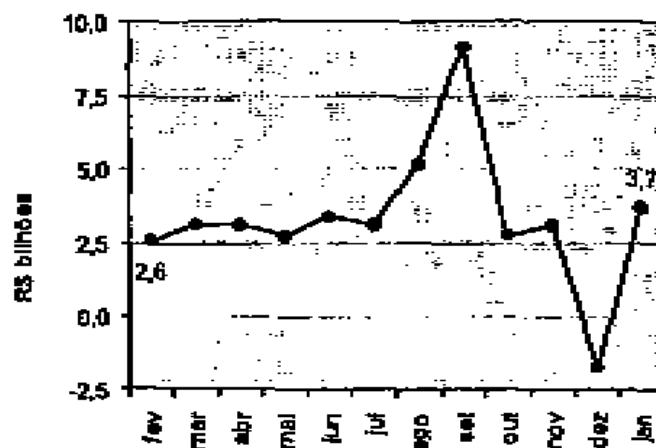
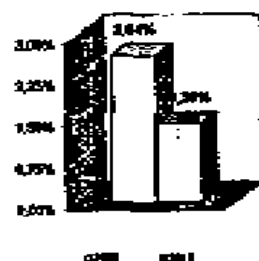
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - JAN (% do PIB)		
DISCROMIAÇÃO	2009	2008
Contribuição	5,81%	5,20%
Urbano	4,89%	5,17%
Rural	8,12%	8,18%
Benefícios	7,05%	6,67%
Urbano	6,12%	5,38%
Rural	1,33%	1,29%
Des. Previd.	-2,64%	-1,28%
Urbano	-1,23%	-0,38%
Rural	-4,41%	-1,96%

	Em mil benefícios		
	DEZ 2009	JAN 2009	2010
<b>Benefícios do RGPS</b>	<b>23.534</b>	<b>22.784</b>	<b>23.521</b>
<b>Previdenciários</b>	<b>22.736</b>	<b>21.884</b>	<b>22.723</b>
Aposentadorias	15.078	14.502	15.107
Idade	7.857	7.526	7.878
Invalidez	2.903	2.842	2.903
Tempo de contribuição	4.317	4.135	4.327
Pensão por morte	6.458	6.287	6.468
Auxílio-Doença	1.078	1.096	1.037
Salário - automaticidade	71	54	69
Outros	53	46	53
<b>Acidentários</b>	<b>798</b>	<b>888</b>	<b>787</b>
Aposentadorias	160	154	160
Pensão por morte	127	128	127
Auxílio - doença	182	186	151
Auxílio - acidente	275	273	275
Auxílio - suplementar	75	79	74

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,27 p.p. em relação a janeiro de 2009. Por sua vez, os gastos com benefícios previdenciários diminuíram 0,98 p.p. Como resultado, o déficit primário do RGPS se reduziu para 1,39% do PIB, 1,25 p.p. menor que o registrado no mesmo período do ano anterior.

**DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2009/2010**

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
BRASIL, JAN (% do PIB)



## DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREIRO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 813,5 bilhões em janeiro, o correspondente a 25,5% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve redução de R\$ 9,6 bilhões em termos nominais, o que equivale a 0,7 ponto percentual do PIB. Contribuiu para esse resultado, a redução do estoque da dívida interna líquida em R\$ 12,5 bilhões, compensado em parte pelo aumento de R\$ 2,9 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

TABELA 4  
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREIRO NACIONAL (\*)  
BRASIL, 2009/2010

DESCRIÇÃO	R\$ milhões		
	2009	2010	
	JAN	DEZ	JAN
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	711.238	724.448	711.098
I.1. Dívida Interna	1.005.179	2.037.345	1.941.073
I.2. Haveres Internos	973.868	1.312.145	1.237.979
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	138.637	88.744	101.615
II.1. Dívida Externa	131.144	96.974	101.028
II.2. Haveres Externos	347	239	233
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREIRO NACIONAL	842.087	833.194	813.533
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREIRO NACIONAL/PIB <sup>II</sup>	27,4%	25,2%	25,5%

(\*) Dados sujeitos a revisão.

II PIB atualizado pelo IGC do comércio.

Em relação ao ano anterior, a DLTN tomada em proporção do PIB reduziu 1,9 ponto percentual, passando de 27,4% em janeiro de 2009 para 25,5% em janeiro de 2010. Em termos nominais, houve redução de R\$ 28,6 bilhões, no mesmo período, resultado da queda de R\$ 29,2 bilhões no estoque da dívida externa líquida e do crescimento de R\$ 648,0 milhões no estoque da dívida interna líquida.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de janeiro com um saldo de R\$ 711,9 bilhões, o equivalente a 22,3% do PIB. Em comparação ao mês anterior, houve redução de R\$ 12,5 bilhões em termos nominais, o que corresponde a 0,8 p.p. do PIB, efeito da combinação da queda de R\$ 87,7 bilhões no estoque da dívida e de R\$ 75,2 bilhões nos haveres internos.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, reduziu 0,8 p.p., passando de 23,1% em janeiro de 2009 para 22,3% em janeiro de 2010. Em termos nominais observou-se um crescimento de R\$ 648,0 milhões, resultado do aumento de R\$ 264,8 bilhões no estoque da dívida interna compensado em grande parte pelo crescimento de R\$ 264,1 bilhões nos haveres internos.

Em janeiro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 813,5 bilhões, o equivalente a 25,5% do PIB.



## Dívida Interna Líquida



**TABELA 5**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2009/2010**

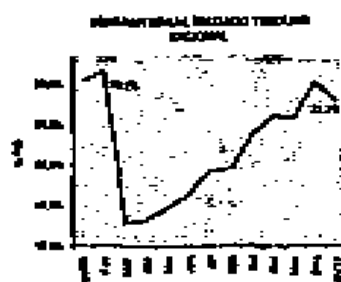
DISCRIMINAÇÃO	R\$ bilhões		
	2009		2010
	JAN	FEV	JAN
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.065.119</b>	<b>2.037.585</b>	<b>1.949.828</b>
<b>I.1. Dívida Mobiliária</b>	<b>1.682.285</b>	<b>2.016.827</b>	<b>1.933.134</b>
DPMFi em Poder do Público <sup>(1)</sup>	1.221.087	1.399.415	1.355.728
DPMFi em Poder do Banco Central	457.300	457.315	458.726
(-) Aplicações em Títulos Públicos <sup>(2)</sup>	(42.079)	(19.503)	(23.309)
<b>I.2. Dívida Obrigações Internas</b>	<b>22.234</b>	<b>21.657</b>	<b>19.744</b>
<b>II. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>873.888</b>	<b>1.312.148</b>	<b>1.237.979</b>
<b>II.1. Disposições Internas</b>	<b>956.236</b>	<b>406.470</b>	<b>323.783</b>
<b>II.2. Dívidas junto aos Governos Regionais</b>	<b>459.885</b>	<b>437.395</b>	<b>437.857</b>
<b>II.3. Dívidas da Administração Indireta</b>	<b>265.422</b>	<b>220.960</b>	<b>219.545</b>
<b>II.4. Dívidas Administradas pelo STN</b>	<b>152.649</b>	<b>243.549</b>	<b>256.610</b>
<b>III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>711.236</b>	<b>724.446</b>	<b>715.888</b>
<b>IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>(3)</sup></b>	<b>23,1%</b>	<b>23,1%</b>	<b>22,3%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

(1) Inclui TON e dívida securitizada.

(2) Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos mantidas públicas federais.

(3) Calculado pelo IGP-DI corrigido.



**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO**  
**TESOURO NACIONAL**  
**BRASIL, 2009/2010**

Título	2009		
	JAN	FEV	JAN
<b>Em Poder do Público</b>	<b>1.682</b>	<b>2.016</b>	<b>1.933</b>
LFT	478	359	368
LTN	176	247	235
NTN-F	385	336	341
NTN-C	88	85	57
DPMF	164	254	188
Descont <sup>(1)</sup>	-48	-26	-38
<b>Após, em T.O. Público</b>	<b>-129</b>	<b>-139</b>	<b>-125</b>
<b>No âmbito do BCB</b>	<b>457</b>	<b>457</b>	<b>458</b>
<b>Total</b>	<b>1.980</b>	<b>2.320</b>	<b>2.166</b>
<b>Saldo</b>	<b>873</b>	<b>1.312</b>	<b>1.238</b>
	81,2%	64,2%	58,4%

Descontos públicos descontados PIB.

A Dívida Interna Líquida caiu de R\$ 23,1% do PIB, em dezembro, para 22,3 %, totalizando R\$ 711,9 bilhões no mês de janeiro.

A Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e outros fundos públicos em títulos federais, reduziu R\$ 83,5 bilhões comparativamente ao mês anterior (3,6 p.p. em relação ao PIB). Essa redução da DPMFi está associada ao resgate líquido de R\$ 96,4 bilhões, compensado pela apropriação de juros no valor de R\$ 16,6 bilhões. Em relação a janeiro do ano anterior, o aumento foi de R\$ 270,3 bilhões em termos nominais, ou 6,6 p.p. em proporção do PIB, passou de 54,1% para 60,6% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público, houve redução de R\$ 42,7 bilhões, em decorrência do resgate líquido de R\$ 54,4 bilhões, contra uma apropriação de juros no total de R\$ 11,7 bilhões. Na carteira do Banco Central também houve redução de R\$ 37,1 bilhões, consequência do resgate líquido no valor de R\$ 42,0 bilhões e da apropriação de juros no valor de R\$ 4,9 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, as variações mais significativas, comparadas ao mês anterior, ocorreram no estoque de NTN-F (redução de R\$ 37,7 bilhões), de LTN (redução de R\$ 32,7 bilhões) e de LFT (aumento de R\$ 17,0 bilhões).

**TABELA 6**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, JAN2010**

Fatores de Variação <sup>1)</sup>					R\$ bilhões
Título	Saldo Dez/09	Fatores de Variação <sup>1)</sup>			Saldo Jan/10
		Emisões	Resgates <sup>2)</sup>	Juros <sup>3)</sup>	
Em poder do público	1.398,4	45,8	-100,1	11,7	1.350,7
LFT	508,2	14,1	-0,4	3,3	517,2
LTM	247,3	16,5	-50,9	1,7	214,6
NTN-B	330,6	9,2	-0,8	3,1	341,5
NTN-C	58,0	0,0	-1,9	0,8	56,9
NTN-F	224,2	5,8	-45,2	1,7	189,5
Demais <sup>4)</sup>	38,7	0,1	-0,8	1,1	39,1
Na carteira do BCB	637,8	1,8	-41,5	4,9	600,7
Total	2.036,2	47,2	-142,8	16,6	1.850,5

(\*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações ativas em títulos públicos.

<sup>1)</sup> Valores negativos (resgates) incluem descalços (contas) no saldo de subscrição.

<sup>2)</sup> Inclui cancelamentos relativos a juros e demais débitos e outros apurados.

<sup>3)</sup> Refere-se aos juros apropriados por competência.

<sup>4)</sup> Inclui títulos de oferta secundária e RDB.

Os haveres internos do Tesouro Nacional diminuíram R\$ 75,1 bilhões em relação ao mês anterior. Houve redução de R\$ 82,7 bilhões nas disponibilidades internas e de R\$ 1,4 bilhão nos haveres da administração indireta. No mesmo período, aumentaram os haveres administrados pela STN em R\$ 8,5 bilhões, e os haveres junto aos governos regionais em R\$ 511,8 milhões.

Relativamente aos haveres da administração indireta, a maior variação ocorreu nos haveres do FAT, com redução de R\$ 1,5 bilhão. Nos haveres administrados pela STN, a variação mais significativa ocorreu no saldo dos haveres de legislação específica, cujo aumento alcançou R\$ 7,0 bilhões. Também aumentou o saldo dos haveres das operações estruturadas (aumento de R\$ 1,0 bilhão) em decorrência da elevação dos saldos dos contratos da Eletrobrás como resultado da variação cambial.

Em relação aos haveres junto aos governos regionais, aumentou o saldo dos Bônus Renegociados, R\$ 432,4 milhões, e os saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01, com crescimento de R\$ 327,1 milhões e de R\$ 224,1 milhões, respectivamente. As dívidas refinanciadas ao amparo da Lei nº 8.727/93 reduziram o estoque em R\$ 327,6 milhões.

Em janeiro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 101,6 bilhões, contra R\$ 98,7 bilhões em dezembro. Houve aumento de R\$ 2,9 bilhões em termos nominais e de 0,1 p.p. do PIB.

**HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS**  
**BRASIL, 20092010**

Classificação	Em bilhões		
	2009		
	JAN	DEZ	JAN
Lei 9.496/97	319,1	316,4	319,3
MP 2.185/01	33,1	36,3	33,8
Lei 8.727/93	11,1	11,8	10,3
Operações de Resgate	12,3	11,3	11,1
Bônus Renegociados	3,8	3,1	4,6
Lei 9.496/97	1,1	1,8	0,9
Demais Haveres	16,7	16,8	16,7
<b>Total</b>	<b>387,2</b>	<b>432,4</b>	<b>439,3</b>
a. PIB	14,1%	15,1%	15,3%

**HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO**  
**INDIRETA**  
**BRASIL, 20092010**

Entidade	Em bilhões		
	2009		
	JAN	DEZ	JAN
FAT	134,3	140,7	138,3
Fundo Patrocinado	46,4	51,3	51,2
Demais	28,3	28,1	29,1
<b>Total</b>	<b>209,0</b>	<b>220,1</b>	<b>218,6</b>

## ***Dívida Externa*** ***Líquida***

A Dívida Externa Líquida em janeiro totalizou R\$ 101,6 bilhões, equivalentes a 3,2% do PIB.

**TABELA 7**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2009/2010**

DESCRIMINAÇÃO	R\$ bilhões		
	2009	2010	2010
	JAN	DEZ	JAN
<b>I. Dívida Externa</b>	<b>121.844</b>	<b>96.874</b>	<b>101.609</b>
<b>I.1. Dívida Mobiliária</b>	<b>100.804</b>	<b>78.005</b>	<b>80.369</b>
Estr.	12.459	9.382	9.819
Global LRS	77.338	56.659	40.085
Global BR	10.288	10.034	10.443
Demais	388	230	238
<b>I.2. Dívida Contratual</b>	<b>21.040</b>	<b>18.870</b>	<b>21.240</b>
Organismos Internacionais	20.047	16.655	17.583
Bancos Privados e Agências Governamentais	993	1.214	1.657
<b>II. Reservas Externas</b>	<b>207</b>	<b>234</b>	<b>203</b>
<b>II.1. Disponibilidades de Fedor, Antecipações e Fidejussões</b>	<b>207</b>	<b>234</b>	<b>203</b>
<b>III. Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional</b>	<b>121.637</b>	<b>96.740</b>	<b>101.406</b>
<b>III. Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional em %</b>	<b>4,3%</b>	<b>3,1%</b>	<b>3,1%</b>

(\*) Dados sujeitos a alterações.

II R\$ autorizada pelo IOF-Operatório.



A variação nos valores nominais resultou da apropriação positiva de juros no valor de R\$ 686,7 milhões e da variação cambial no montante de R\$ 6,3 bilhões, do resgate líquido de R\$ 2,3 bilhões, além do efeito negativo do ajuste metodológico de R\$ 1,7 bilhão. Houve mudança na forma de apuração do estoque, que a partir de janeiro de 2010 passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMG.

Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 29,2 bilhões, passando de R\$ 130,8 bilhões em janeiro de 2009 para R\$ 101,6 bilhões em janeiro de 2010. Em percentual do PIB, a redução foi de 1,1 p.p.

**TABELA 8**  
**VARIAÇÃO DA DíVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL**  
**BRASIL, JANEIRO**

DESCRIMINAÇÃO	Estoque R\$ bil.	Fatores de Variação					Estoque Jan'10
		Extinções	Resgate <sup>1</sup>	Juros <sup>2</sup>	Ajuste metodológico <sup>3</sup>	Variação Cambial	
<b>Dívida Mobiliária<sup>4</sup></b>	<b>80.369</b>	<b>0</b>	<b>(2.000)</b>	<b>408</b>	<b>(7.207)</b>	<b>4.238</b>	<b>80.369</b>
Dívida LRS	80.369	0	(2.000)	264	(7.869)	4.282	80.369
Estr.	9.819	0	0	33	(378)	358	9.819
Global BR	10.443	0	(999)	88	268	4	10.443
Demais	238	0	0	2	58	17	238
Dívida Contratual	21.240	0	(3.89)	60	0	2.498	21.240
Org. Internacionais	17.583	1	(4.17)	28	0	1.303	17.583
Bancos Privados, etc.	3.657	0	(38)	32	0	395	3.657
<b>Total</b>	<b>101.609</b>	<b>0</b>	<b>(2.349)</b>	<b>468</b>	<b>(7.207)</b>	<b>6.736</b>	<b>101.609</b>

<sup>1</sup> Extinções por cancelamento de títulos, pagamento antecipado e outros ajustes.

<sup>2</sup> Juros em mil reais, com os apurados por antecipação ao vencimento de títulos, incluindo juros acumulados por não recebimento de fluxos de paridade.

<sup>3</sup> A partir de janeiro de 2010, o método de apuração do estoque da dívida externa passou a ser o método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMG.

Do estoque total da dívida, a dívida mobiliária corresponde a 78,9% (R\$ 80,4 bilhões), e a dívida contratual representa 21,1% (R\$ 21,2 bilhões).

# Anexos

## ***a) Lista de Abreviaturas***

## ***b) Tabelas do Resultado Fiscal (informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central**

**Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional**

**Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central**

**Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)**

## ***c) Tabelas da Dívida (informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional**

**Tabela A6 – Dívida do Tesouro Nacional**

**Tabela A7 – Haveres do Tesouro Nacional**

## ***d) Outras Informações***

**Tabela A8 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Janeiro 2010/2009**

## ***e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios***

**Boletim FPE/FPM/IFI Exportação**

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

### **Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal**

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
 CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica  
 CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
 Confins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
 CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
 CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
 CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
 Emgea – Empresa Gestora de Ativos  
 FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
 FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
 FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
 FPE – Fundo de Participação de Estados  
 FPM – Fundo de Participação de Municípios  
 ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
 IGP-DM – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
 INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
 IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
 IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
 IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
 IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
 LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
 PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
 Pasa – Parcelamento Especial  
 Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
 PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
 PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
 PIB – Produto Interno Bruto  
 PIS – Programa de Integração Social  
 PODOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
 Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
 Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
 PSN – Programa de Subsídio à Habitação  
 Relis – Programa de Recuperação Fiscal  
 RFB – Receita Federal do Brasil  
 RGPS – Regime Geral de Previdência Social  
 RMV – Renda Mensal Vitalícia

### **Abreviaturas mais comuns da Dívida**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
 CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
 CVS – Título representativo da dívida do FCVS  
 DPFE – Dívida Pública Federal Externa  
 DPMFI – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
 FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
 Flea – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
 IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
 Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
 ITR – Imposto Territorial Rural  
 IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
 LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
 LTN – Letras do Tesouro Nacional  
 NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
 PAF – Plano Anual de Financiamento  
 Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
 TDA – Títulos da Dívida Agrária  
 TR – Taxa Referencial









TESOURO NACIONAL

TABELA 3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL \*

	Jan/2009	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez	Jan/2010
<b>I. RECEITAS ORÇUNARIAS DO BACEN</b>	13.977,2	1.832,7	16.328,4	38.972,2	17.386,8	2.735,8	11.344,0	42.986,8	2.883,8	2.841,9	3.017,7	2.188,8	4.338,3
I.1. Emissão de Títulos	11.677,4	0,0	7.565,4	22.889,1	14.003,8	322,8	8.176,8	39.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.670,1
I.2. Remineração das Obrigações	1.879,6	1.832,7	2.901,1	2.884,8	3.323,0	3.323,0	2.843,0	3.138,0	2.830,8	2.519,3	2.898,0	3.088,8	3.660,8
I.3. Remuneração das Ações, Participações em Upe	130,2	186,4	140,0	152,2	170,0	184,3	223,2	289,5	189,0	122,2	116,8	66,7	188,8
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	37.500,0	1.000,0	0,0	11.899,0	10.800,0	3.400,0	26.600,0	840,0	2.200,0	12.330,0	10.913,2	7.829,8	-18.000,0
II.1. Resgate de Títulos	20.000,0	0,0	0,0	11.000,0	7.850,7	2.843,1	20.000,0	3,3	2.100,0	11.210,0	8.102,2	6.857,9	-30.000,0
II.2. Encargos da DPMF	7.500,0	1.000,0	0,0	500,0	2.919,3	356,9	5.000,0	836,7	1.100,0	1.120,5	2.811,1	2.070,7	-8.000,0
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	-24.112,8	832,7	16.328,4	14.672,2	6.586,8	235,8	-14.856,0	42.046,8	-216,2	-8.848,1	-7.895,5	-4.783,1	48.338,3

\* Dados revisados, sujeitos a correção.





TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL

	JAN/09	FEV	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN/10
<b>L DÍVIDA INTERNA</b>	5.885.510,3	5.714.331,9	5.751.481,5	5.774.875,8	5.790.914,9	5.820.194,9	5.841.321,7	5.899.882,4	5.917.874,7	5.975.923,9	5.948.184,7	5.835.384,8	5.848.877,6
<b>L.1. DÍVIDA EM PODER DO PÚBLICO*</b>	5.281.097,6	5.047.386,7	5.247.783,6	5.261.197,1	5.276.255,5	5.291.874,6	5.349.863,8	5.404.882,4	5.428.888,8	5.570.913,6	5.546.416,8	5.438.754,1	5.458.754,1
L1T	470.404,3	483.383,0	471.308,1	483.887,7	500.787,9	499.732,3	537.802,9	545.295,8	511.384,2	510.223,4	519.178,3	500.204,8	617.198,8
L1V	178.147,3	188.118,3	212.214,8	187.256,1	197.626,5	222.325,3	217.223,8	246.189,7	248.189,7	214.248,0	232.188,3	247.289,8	214.198,8
L1V-B	504.646,4	508.444,3	511.243,8	510.844,4	501.486,6	501.500,4	507.009,7	530.319,4	524.644,6	500.143,4	532.134,6	516.898,8	541.449,1
L1V-C	67.583,8	84.874,4	57.465,4	57.716,0	58.074,5	58.481,8	68.914,8	57.180,8	57.999,9	87.188,4	57.127,5	58.006,3	58.462,5
L1V-D	164.204,0	168.110,4	181.172,8	172.341,8	180.324,9	187.542,1	188.261,6	200.337,7	205.834,1	213.814,0	218.723,9	224.208,1	186.492,8
Dívida Securities	14.939,8	14.802,3	14.798,3	14.709,8	14.623,9	14.522,3	14.268,3	12.180,8	12.113,2	12.113,4	12.268,6	12.030,1	11.843,0
Dívida "Títulos em Poder do Público"	31.029,3	31.443,1	30.932,2	29.798,8	28.877,8	28.448,8	27.878,1	27.848,8	27.376,0	27.818,4	28.897,4	29.844,4	27.182,8
<b>L.2. DÍVIDA EM PODER DO BANCO CENTRAL</b>	482.346,3	448.516,4	483.118,8	474.243,2	475.365,3	493.848,1	496.861,4	494.892,3	528.282,9	547.418,8	545.348,3	532.815,8	540.723,7
L2T	180.500,3	190.020,0	191.823,8	203.384,6	206.040,0	215.086,7	224.705,8	229.288,5	227.837,0	229.417,8	230.333,8	242.856,3	244.438,8
L2V	46.077,1	88.801,8	108.302,5	95.271,7	98.951,2	109.875,1	81.908,8	92.886,7	102.782,4	85.832,4	105.300,5	121.199,7	103.068,7
Dívida "Títulos na Carteira do BCB"	174.130,0	174.785,6	174.839,3	178.377,8	168.878,1	174.881,3	174.197,7	174.188,1	188.475,6	88.1.448,8	17.888,1	881.764,1	363.197,3
<b>L.3. (4) APLICAÇÕES OPCIONAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS</b>	30.879,8	38.774,2	38.406,8	41.163,8	41.809,2	41.879,8	40.943,6	49.828,5	45.547,2	49.523,5	49.344,8	49.803,3	52.328,2
<b>L.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS</b>	22.333,8	22.515,1	22.182,4	21.938,1	21.402,2	21.892,3	21.877,7	21.449,3	21.289,2	21.198,4	21.090,2	20.897,3	18.743,8
<b>L DÍVIDA EXTERNA</b>	131.143,7	133.379,5	134.493,1	122.247,8	114.067,8	112.736,6	107.201,0	108.886,1	103.261,8	101.814,1	101.878,3	88.874,6	181.887,8
<b>L.1. DÍVIDA BILHETÁRIA</b>	106.030,7	103.837,1	108.142,6	94.064,8	88.512,7	87.833,8	83.828,3	84.841,9	80.288,4	79.833,6	60.880,9	78.864,2	40.383,8
CDO	12.035,8	12.038,3	12.327,8	10.308,1	10.534,9	10.208,2	10.121,8	10.287,6	8.714,6	8.731,3	10.514,7	8.182,6	8.618,8
CDOs US\$	77.339,1	78.332,4	78.899,8	74.328,8	67.008,4	64.184,7	63.581,7	63.799,3	59.927,8	59.164,9	56.300,5	64.888,0	60.083,2
CDOs R\$	10.247,8	10.246,9	10.468,0	10.265,6	10.666,0	10.783,8	10.287,8	10.242,4	10.340,4	10.288,4	10.338,4	10.834,3	19.443,2
Dívida "Títulos Externos"	267,8	378,4	324,4	308,8	279,4	277,7	287,8	271,1	231,6	218,6	259,4	210,1	248,7
<b>L.2. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	21.112,8	21.892,4	21.862,3	28.469,6	26.546,4	24.182,8	24.161,7	24.438,5	23.775,9	22.882,8	21.883,4	20.888,7	21.841,8
Organismo Multilateral	20.068,7	20.511,7	20.443,3	23.887,7	21.550,4	21.287,3	20.447,8	20.451,3	19.224,3	18.747,4	18.234,1	18.858,2	17.882,4
Créditos Próprios e Ag. Desempenhadas	4.044,3	5.080,7	4.830,0	4.315,3	3.288,8	3.882,2	3.874,1	3.785,8	3.881,3	3.312,3	3.281,2	3.214,6	3.378,8
<b>L DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (M-1)</b>	5.816.203,2	5.647.951,8	5.881.891,8	5.899.891,3	5.899.873,4	5.934.384,6	5.964.353,7	5.988.888,3	5.939.878,7	6.051.358,7	5.948.874,5	5.158.358,1	5.851.883,4
<b>DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (M-2)</b>	58,1%	60,8%	62,8%	61,2%	61,8%	63,0%	64,1%	66,1%	64,3%	67,3%	68,3%	68,1%	64,3%

Notas: Dados apurados e consolidados  
 \* Não inclui Títulos emitidos pelo BCB  
 \* Os dados são em milhões de reais



TABELA A7 - HAVERSA DO TESOURO NACIONAL

	Jan/09	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez	Jan/10
<b>I. HAVERSA INTERIORES</b>	979.890,4	999.180,3	1.211.190,8	1.193.307,2	1.148.887,0	1.340.484,5	1.344.444,3	1.299.693,2	1.273.918,0	1.254.097,2	1.474.148,2	1.313.144,8	1.227.879,4
<b>I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS</b>	164.337,7	163.333,3	318.094,6	274.293,5	373.903,9	497.458,1	368.316,6	346.434,1	374.196,2	494.743,5	374.181,7	494.494,3	343.763,9
<b>I.2. HAVERSA JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS</b>	466.164,8	465.193,7	449.347,6	443.821,8	443.891,1	443.483,3	449.794,7	434.349,5	437.712,2	437.993,2	437.893,7	437.394,8	437.373,7
<b>Recursos Remanescentes</b>	8.864,8	8.978,6	8.969,4	7.644,8	7.311,1	7.103,3	8.820,7	8.924,9	8.469,3	8.610,3	8.005,0	8.071,8	8.405,8
<b>Haveres Originários do Proad (Art. 2, 14/001)</b>	2.800,0	2.773,4	2.782,7	2.774,1	2.897,3	2.870,3	2.944,9	2.818,0	2.583,1	2.583,1	2.584,2	2.609,8	2.477,8
<b>Crédito de Cédulas do Tesouro (Art. 8, 17/991)</b>	11.071,2	11.047,3	11.042,1	10.999,9	10.974,9	10.973,0	10.944,4	10.911,3	10.906,4	10.907,2	10.877,2	10.858,3	10.841,7
<b>Recurso de Dívidas Juntas em Geral (Resolução (Caj) 7, 97/081)</b>	1.000,0	1.001,8	1.010,7	980,5	945,9	943,3	941,7	941,6	944,7	944,7	944,7	944,7	944,7
<b>Marfing de Dívidas Juntas em Geral (Resolução (Caj) 8, 737/93)</b>	41.269,3	41.046,4	40.410,0	40.124,3	39.779,4	39.487,6	39.200,8	38.902,2	38.408,9	38.294,3	37.864,9	37.030,7	37.365,1
<b>Reapropriação de Dívidas Específicas (Art. 8, 19/87)</b>	318.145,8	319.774,8	319.643,3	318.831,0	317.172,7	317.800,8	318.733,3	314.879,7	316.331,6	318.018,0	318.805,6	318.343,9	318.897,0
<b>Reapropriação de Dívidas Específicas (Art. 8, 19/87)</b>	60.079,5	60.346,9	60.223,3	59.843,1	59.188,4	58.137,0	60.193,0	59.899,8	60.007,9	60.183,7	60.343,3	60.343,2	60.307,3
<b>Antecipação de Receitas</b>	12.043,0	12.228,0	12.228,0	11.874,3	11.469,3	11.444,2	11.318,3	11.280,2	11.481,0	11.262,4	11.213,4	11.187,4	11.078,8
<b>Débito Haveres Juntas em Geral em Geral</b>	5.811,6	5.892,8	5.774,3	5.701,8	5.637,2	5.583,7	5.583,7	5.583,7	5.583,7	5.583,7	5.583,7	5.583,7	5.583,7
<b>I.3. HAVERSA DA ADMINISTRAÇÃO DEPENDENTE</b>	298.422,4	298.886,2	297.973,7	298.199,6	298.099,0	297.259,8	297.458,7	297.259,8	297.458,7	297.259,8	297.458,7	297.259,8	297.458,7
<b>Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)</b>	14.792,1	14.792,1	14.792,1	14.792,1	14.792,1	14.792,1	14.792,1	14.792,1	14.792,1	14.792,1	14.792,1	14.792,1	14.792,1
<b>Fundo Constitucional Regional</b>	41.267,3	41.267,3	41.267,3	41.267,3	41.267,3	41.267,3	41.267,3	41.267,3	41.267,3	41.267,3	41.267,3	41.267,3	41.267,3
<b>Fundo Eleitoral</b>	16.373,0	16.373,0	16.373,0	16.373,0	16.373,0	16.373,0	16.373,0	16.373,0	16.373,0	16.373,0	16.373,0	16.373,0	16.373,0
<b>I.4. HAVERSA ADMINISTRADA PELA GTN</b>	182.844,3	182.844,3	182.844,3	182.844,3	182.844,3	182.844,3	182.844,3	182.844,3	182.844,3	182.844,3	182.844,3	182.844,3	182.844,3
<b>Haveres de Dívidas Específicas</b>	8.818,0	8.818,0	8.818,0	8.818,0	8.818,0	8.818,0	8.818,0	8.818,0	8.818,0	8.818,0	8.818,0	8.818,0	8.818,0
<b>Haveres de Dívidas Específicas</b>	50.044,3	50.044,3	50.044,3	50.044,3	50.044,3	50.044,3	50.044,3	50.044,3	50.044,3	50.044,3	50.044,3	50.044,3	50.044,3
<b>Haveres de Dívidas Específicas</b>	7.418,9	7.418,9	7.418,9	7.418,9	7.418,9	7.418,9	7.418,9	7.418,9	7.418,9	7.418,9	7.418,9	7.418,9	7.418,9
<b>Haveres de Dívidas Específicas</b>	80.100,2	80.100,2	80.100,2	80.100,2	80.100,2	80.100,2	80.100,2	80.100,2	80.100,2	80.100,2	80.100,2	80.100,2	80.100,2
<b>Débito Haveres Administrados pela GTN</b>	26.100,0	26.100,0	26.100,0	26.100,0	26.100,0	26.100,0	26.100,0	26.100,0	26.100,0	26.100,0	26.100,0	26.100,0	26.100,0
<b>I.5. HAVERSA EXTERIORES</b>	348,8	348,8	348,8	348,8	348,8	348,8	348,8	348,8	348,8	348,8	348,8	348,8	348,8
<b>Disponibilidades em Moeda Estrangeira</b>	348,8	348,8	348,8	348,8	348,8	348,8	348,8	348,8	348,8	348,8	348,8	348,8	348,8
<b>II. HAVERSA DO TESOURO NACIONAL (NT)</b>	674.174,3	669.679,2	1.211.390,3	1.193.377,7	1.148.887,0	1.340.484,5	1.344.444,3	1.299.693,2	1.273.918,0	1.254.097,2	1.474.148,2	1.313.144,8	1.227.879,4
<b>HAVERSA DO TESOURO NACIONAL (NT)</b>	31,79	32,67	26,95	26,30	25,24	41,14	41,14	42,79	40,89	41,14	41,14	41,14	39,47

NT - Total das Haveres e Débitos  
 U - R\$ - Unidade em Reais  
 U - R\$ - Unidade em Dólares

TABELA A6 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO JANEIRO 2010/2009\*

ÓRGÃO SUPERIOR	2009				2010			
	Despesa empresarial em mil	Despesa empresarial	Valor pago de exercício	Despesa paga no ano Total	Despesa empresarial	Valor pago de exercício	Despesa paga no ano Total	
Câmara dos Deputados	278.220,7	17.770,0	-	1.350,0	169.276,2	5.211,8	163,9	
Senado Federal	47.207,9	5.330,0	2,0	204,4	42.430,0	333,8	486,4	
Tribunal de Contas da União	44.088,8	78,6	-	2.767,7	38.232,7	1.335,5	1.806,8	
Supremo Tribunal Federal	79.360,0	271,4	-	898,9	61.790,7	-	-	
Supremo Tribunal de Justiça	14.360,0	548,0	-	2.778,8	17.843,0	6,1	6,1	
Justiça Federal	24.900,7	272.778,1	222.778,1	10.335,4	345.307,4	319.480,7	11.433,0	
Justiça Militar	10.660,7	30,2	0,2	245,9	7.760,0	102,7	244,7	
Justiça Eleitoral	148.201,4	3.104,2	5,0	8.002,3	6.060,5	12.370,6	28.977,8	
Justiça do Trabalho	250.511,3	27.998,8	11,1	7.348,9	179.077,1	9.797,9	8.819,7	
Justiça do Trabalho e das Temporárias	89.143,9	1.800,8	4,4	8.453,7	47.899,8	447,8	5.161,6	
Constituinte Nacional de Justiça	1.770.120,0	42.378,4	-	-	62.708,7	-	1.079,4	
Presidência da República	407.328,8	1.103,5	16,6	20.344,8	173.004,9	5,2	32.343,9	
Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão	1.112.304,0	8.771,7	267,0	268,8	628.002,6	183,5	19.499,9	
Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.468.411,0	20.911,9	9.043,7	41.303,9	1.518.832,6	-	19.259,3	
Ministério de Ciência e Tecnologia	832.250,2	8.122,0	0,1	63.640,4	1.875.471,5	763,0	90.237,9	
Ministério de Educação	4.904.712,1	1.378,1	73,0	3.780,8	643.016,5	6.663,7	72.361,0	
Ministério de Esporte	1.008.846,8	34,1	-	106.811,4	8.890.111,1	900,1	605,1	
Ministério da Integração Nacional	5.144.723,8	1.104,2	28,8	1.353,5	379.194,1	198,9	556.661,9	
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	255.825,8	40.008,8	-	33.458,6	-	-	480,1	
Ministério das Cidades	8.654.012,2	14.818,1	6,3	33.458,6	7.187.467,8	9,0	51.243,0	
Ministério das Pátrias e Agricultura	-	-	-	-	187.200,3	-	4.756,3	
Ministério de Minas e Energia	78.175,8	3.780,6	9,1	1.467,9	185.608,7	-	31.941,1	
Ministério da Previdência Social	249.639,1	71,4	-	4.386,9	-	-	9.903,1	
Ministério Público da União	144.042,1	6.756,2	-	8.277,1	180.442,1	-	9.903,1	
Ministério das Relações Exteriores	122.478,0	949,6	102,9	3.263,3	183.006,9	-	91,1	
Ministério da Saúde	3.641.876,2	8.770,0	37,4	73.305,1	4.446.643,8	75,0	99.448,3	
Ministério de Transportes e Infraestrutura	42.780,4	2,1	-	1.895,8	30.056,5	-	4.064,3	
Ministério das Cidades	974.374,3	56.793,2	5,4	387.786,0	13.446.516,2	-	338.190,2	
Ministério das Comunicações	90.826,6	3,1	-	14.756,1	49.961,4	-	405,5	
Ministério da Cultura	288.971,1	244,8	1,7	4.466,1	615.460,8	-	10.271,7	
Ministério do Meio Ambiente	188.850,0	34,1	-	2.142,8	199.972,8	-	1.008,4	
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.226.337,7	446.186,3	0,0	2.161,9	1.849.972,3	-	84.450,0	
Ministério do Esporte	1.008.846,8	34,1	-	39.292,2	1.849.972,3	-	84.450,0	
Ministério da Defesa	4.441.937,2	48.897,1	7,2	12.961,7	1.870.190,3	-	1.899,8	
Ministério da Integração Nacional	5.144.723,8	1.104,2	28,8	120.879,1	9.365.117,1	-	447.030,9	
Ministério da Justiça	2.189.711,3	8,9	-	39.266,5	6.394.125,0	-	164.175,1	
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	255.825,8	40.008,8	-	35.954,9	2.739.973,9	-	18.920,1	
Ministério das Cidades	8.654.012,2	14.818,1	6,3	3.717,2	347.497,1	-	7.173,3	
Ministério das Pátrias e Agricultura	-	-	-	141.208,8	7.478.012,8	-	31.897,0	
TOTAL	57.748.356,4	1.287.156,3	233.541,3	1.346.348,3	64.777.443,3	11.417,3	2.638.818,3	

\* Considerando as despesas com Pessoal, Locais, Material, Manutenção, Transporte, Comunicação, Energia, e outros, incluídas no Orçamento Geral da União, e não no Orçamento da Despesa Empresarial e Patrimonial (DEP).

\* Despesas com pessoal, incluídas no Orçamento Geral da União, e não no Orçamento da Despesa Empresarial e Patrimonial (DEP).

\* Não foram incluídas as despesas com pessoal, incluídas no Orçamento Geral da União, e não no Orçamento da Despesa Empresarial e Patrimonial (DEP).

\* Não foram incluídas as despesas com pessoal, incluídas no Orçamento Geral da União, e não no Orçamento da Despesa Empresarial e Patrimonial (DEP).

\* Não foram incluídas as despesas com pessoal, incluídas no Orçamento Geral da União, e não no Orçamento da Despesa Empresarial e Patrimonial (DEP).

\* Não foram incluídas as despesas com pessoal, incluídas no Orçamento Geral da União, e não no Orçamento da Despesa Empresarial e Patrimonial (DEP).

\* Não foram incluídas as despesas com pessoal, incluídas no Orçamento Geral da União, e não no Orçamento da Despesa Empresarial e Patrimonial (DEP).

\* Não foram incluídas as despesas com pessoal, incluídas no Orçamento Geral da União, e não no Orçamento da Despesa Empresarial e Patrimonial (DEP).

\* Não foram incluídas as despesas com pessoal, incluídas no Orçamento Geral da União, e não no Orçamento da Despesa Empresarial e Patrimonial (DEP).

\* Não foram incluídas as despesas com pessoal, incluídas no Orçamento Geral da União, e não no Orçamento da Despesa Empresarial e Patrimonial (DEP).

\* Não foram incluídas as despesas com pessoal, incluídas no Orçamento Geral da União, e não no Orçamento da Despesa Empresarial e Patrimonial (DEP).

\* Não foram incluídas as despesas com pessoal, incluídas no Orçamento Geral da União, e não no Orçamento da Despesa Empresarial e Patrimonial (DEP).

\* Não foram incluídas as despesas com pessoal, incluídas no Orçamento Geral da União, e não no Orçamento da Despesa Empresarial e Patrimonial (DEP).

\* Não foram incluídas as despesas com pessoal, incluídas no Orçamento Geral da União, e não no Orçamento da Despesa Empresarial e Patrimonial (DEP).

\* Não foram incluídas as despesas com pessoal, incluídas no Orçamento Geral da União, e não no Orçamento da Despesa Empresarial e Patrimonial (DEP).

\* Não foram incluídas as despesas com pessoal, incluídas no Orçamento Geral da União, e não no Orçamento da Despesa Empresarial e Patrimonial (DEP).

\* Não foram incluídas as despesas com pessoal, incluídas no Orçamento Geral da União, e não no Orçamento da Despesa Empresarial e Patrimonial (DEP).

\* Não foram incluídas as despesas com pessoal, incluídas no Orçamento Geral da União, e não no Orçamento da Despesa Empresarial e Patrimonial (DEP).

\* Não foram incluídas as despesas com pessoal, incluídas no Orçamento Geral da União, e não no Orçamento da Despesa Empresarial e Patrimonial (DEP).

\* Não foram incluídas as despesas com pessoal, incluídas no Orçamento Geral da União, e não no Orçamento da Despesa Empresarial e Patrimonial (DEP).

\* Não foram incluídas as despesas com pessoal, incluídas no Orçamento Geral da União, e não no Orçamento da Despesa Empresarial e Patrimonial (DEP).

## Boletim FPE / FPM / IPI Exportação Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XV - nº 1 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

**JANEIRO / 2010**

### Comentários

Em janeiro de 2010, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de - 38,5%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior, considerando nesse cálculo o pagamento em dezembro de 2009 da parcela do 1% adicional ao FPM instituída pela Emenda Constitucional 55/2007. Não considerado esse fator a redução foi de - 23 %.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 5.823.755,1 (mil), ante R\$ 9.792.447,8 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

Em 28 de janeiro de 2010 foi creditada aos municípios a parcela final do Apoio Financeiro instituído pela Lei nº 12.058/09, no valor total de R\$ 516.609.664,89. Esta transferência teve como base de cálculo a diferença negativa nos repasses individuais do FPM bruto de 2009 em relação ao de 2008.

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avessos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

### Distribuição do FPM/FPE

Origem	R\$ mil					
	2008	2009	2009	2010	Variação Nominal	
	Dezembro*	Janeiro	Dezembro*	Janeiro	Jan/2010 Dez/2009	Jan/2010 Jan/2009
FPM	3.432.358,3	3.526.052,2	6.033.658,5	3.029.193,1	-49,6%	-14,1%
FPE	3.279.808,9	3.389.338,6	3.758.789,3	2.894.582,1	-23,0%	-14,1%
IPI-Exp	215.329,2	215.888,2	265.128,4	226.763,5	-14,5%	5,1%

Observações: Valores já deduzidos do FUNDEB (-20%).

No FPM de dezembro de 2008 e de 2009 está incluído a parcela referente à Emenda Constitucional 55/2007 (1%).

### Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
JANEIRO	- 17 %	- 23 %	- 17 %	- 23 %	- 9 %	- 14,5 %

\* Obs.: sem considerar o pagamento no FPM referente à emenda Constitucional 55/2007 em dezembro/2008

### Estimativa Trimestral

FUNDOS	FEV/MAR	ABR/FEV	ABR/MAR
FPM/FPE/IPI-EXP	+ 17 %	- 22 %	+ 23 %
IPI-EXP	- 8 %	- 3 %	- 15 %



### Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originados de parcela da arrecadação do imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/12/2009 a 20/01/2010, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data de Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IMI-EXP	TOTAL
DEZ/3º DEC	2.080.534	5.411.117	7.471.751	JAN/1º DEC	1.285.141	1.344.915	164.851	2.794.907
JAN/1º DEC	582.225	2.354.771	2.936.996	JAN/2º DEC	505.183	528.659	46.578	1.080.441
JAN/2º DEC	191.685	8.226.418	8.428.102	JAN/3º DEC	1.104.258	1.155.816	15.335	2.275.211
TOTAL	2.854.544	13.994.306	16.828.849	TOTAL	2.894.562	3.029.193	226.783	6.150.538

#### Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais;
- No arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Incluídos na arrecadação do 2º decêndio de janeiro informada acima, os montantes de R\$ 56.354 (mil) no IR e R\$ 8.375 (mil) no IPI, são decorrentes da classificação das receitas relativas aos Depósitos Judiciais - Dívida Ativa, arrecadados nos códigos de DARF 7525 e 7961, no período de 1/1set a 31/1dez/09, sendo o respectivo repasse das transferências constitucionais ocorrido em 28/01/2010.
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% para o FUNDEB.

### Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IMI-EXP
ACRE	AC	14.998,3	98.023,0	23,2
ALAGOAS	AL	72.108,4	120.418,7	811,7
AMAZONAS	AM	44.762,2	80.769,9	2.444,9
AMAPÁ	AP	10.743,6	98.762,5	239,2
BAHIA	BA	275.171,4	271.978,8	11.704,9
CEARÁ	CE	158.148,6	212.371,1	1.874,5
DISTRITO FEDERAL	DF	5.071,9	19.978,3	293,3
ESPIRITO SANTO	ES	52.159,7	43.418,4	10.834,5
GOIÁS	GO	110.646,8	82.295,3	3.538,6
MARANHÃO	MA	128.295,8	208.935,3	2.347,6
MINAS GERAIS	MG	397.232,3	128.938,3	30.008,8
MATO GROSSO DO SUL	MS	48.124,7	38.555,6	2.158,3
MATO GROSSO	MT	55.948,3	66.803,6	2.804,1
PARÁ	PA	110.397,0	178.915,6	12.373,6
PARAÍBA	PB	97.882,4	138.617,7	405,0
PERNAMBUCO	PE	152.231,0	199.730,6	1.308,2
PIAUÍ	PI	80.305,6	125.085,8	78,5
PARANÁ	PR	205.571,0	83.458,0	19.960,8
RIO DE JANEIRO	RJ	91.576,9	44.220,2	35.780,8
RIO GRANDE DO NORTE	RN	76.370,4	120.931,9	328,9
RONDÔNIA	RO	28.535,6	81.489,3	438,1
RORAIMA	RR	8.327,9	71.805,4	15,1
RIO GRANDE DO SUL	RS	205.423,3	88.181,1	27.073,9
SANTA CATARINA	SC	117.554,4	37.044,8	14.538,8
SERGIPE	SE	44.060,1	120.277,7	172,6
SÃO PAULO	SP	400.404,0	28.945,8	45.952,7
TOCANTINS	TO	42.021,2	125.624,0	64,6
TOTAL		3.029.193,1	2.894.562,1	226.783,5

Obs.: Deduzidos 20 % do FUNDEB.

*Versão negociada em 3 de fevereiro de 2010*

---

Resolução DE-\_\_/\_

**CONTRATO DE EMPRÉSTIMO No. \_\_\_\_/OC-BR**

entre o

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

e o

**BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO**

Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro (PROFAZ/RJ)  
**PROFISCO-RJ**

---

(Data prevista)

---

LEG/SGO/CSC/IDBDOCS: 2255580

***NOTA: ESTA MINUTA É PRELIMINAR E INFORMAL NÃO CONSTITUINDO UMA PROPOSTA DE CONTRATO. A MINUTA FINAL SOMENTE SERÁ ENVIADA DEPOIS DA APROVAÇÃO DO EMPRÉSTIMO PELO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO.***

## **MINUTA DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO INDIVIDUAL**

### **DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**

#### **INTRODUÇÃO**

#### **Partes, Objeto, Elementos Integrantes, Órgão Executor, Garantia e Definições**

##### **1. PARTES E OBJETO DO CONTRATO**

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO celebrado no dia \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_ entre o ESTADO DO RIO DE JANEIRO, da República Federativa do Brasil, a seguir denominado “Mutuário”, e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, a seguir denominado “Banco”, para cooperar na execução de um programa de apoio ao fortalecimento da administração fazendária do Estado destinado a aperfeiçoar os instrumentos de planejamento, orçamento e finanças para apoio ao processo decisório; aumentar os ingressos próprios do Estado; aperfeiçoar mecanismos de transparência da gestão fiscal; e melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, a seguir denominado “Programa”. O Anexo Único apresenta os aspectos mais relevantes do Programa.

##### **2. ELEMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO E REFERÊNCIA ÀS NORMAS GERAIS**

- (a) Integram este Contrato as Disposições Especiais, as Normas Gerais e o Anexo Único, que se juntam ao presente. Se alguma estipulação das Disposições Especiais, do Anexo Único ou do Contrato de Garantia não concordar ou estiver em contradição com as Normas Gerais, prevalecerá o disposto nas Disposições Especiais, no Anexo Único, ou no Contrato de Garantia, conforme o caso. Quando existir discrepância ou contradição entre estipulações das Disposições Especiais, do Anexo Único ou do Contrato de Garantia, será aplicado o princípio de que a disposição específica prevalece sobre a geral.
- (b) As Normas Gerais estabelecem pormenorizadamente as disposições de procedimento relativas à aplicação das cláusulas sobre amortização, juros, comissão de crédito, inspeção e supervisão, desembolso, bem como outras disposições relacionadas com a execução do Programa. As Normas Gerais incluem também definições de caráter geral.

##### **3. ÓRGÃO EXECUTOR**

A execução do Programa e a utilização dos recursos do financiamento do Banco serão efetuadas pelo Mutuário, por intermédio da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, que para os fins deste Contrato será denominada indistintamente “SEFAZ” ou “Órgão Executor”.

#### **4. GARANTIA**

Este Contrato fica sujeito a que a República Federativa do Brasil, a seguir denominada "Fiador", assine o Contrato de Garantia e assuma as obrigações nele estipuladas.

#### **5. DEFINIÇÕES**

CCLIP é uma Linha de Crédito Condicional para Empréstimos de Investimento que consta do Documento GN-2246-1 aprovado pela Diretoria Executiva do Banco em 16 de julho de 2003 e reformulado pelo Documento GN-2246-7, de 10 de dezembro de 2007.

PROFISCO é o Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil, do qual o Empréstimo objeto deste Contrato constitui uma Operação Individual.

CCLIP-PROFISCO é a CCLIP para o PROFISCO aprovada pela Diretoria Executiva do BID por meio da Resolução DE-132/08, em 5 de novembro de 2008.

### **CAPÍTULO I**

#### **Custo, Financiamento e Recursos Adicionais**

**CLÁUSULA 1.01. Custo do Programa.** O custo total do Programa é estimado em quantia equivalente a US\$ 22.300.000,00 (vinte e dois milhões trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América). O termo "dólares" significa a moeda de curso legal nos Estados Unidos da América.

**CLÁUSULA 1.02. Valor do Financiamento.** (a) Nos termos deste Contrato, o Banco compromete-se a conceder ao Mutuário, e este aceita, um financiamento, a seguir denominado "Financiamento", a débito dos recursos do Mecanismo Unimonetário do capital ordinário do Banco, até um montante de US\$ 19.759.050,00 (dezenove milhões setecentos e cinquenta e nove mil e cinquenta dólares), que façam parte dos referidos recursos. As quantias desembolsadas a débito deste Financiamento constituirão o "Empréstimo".

(b) O Empréstimo será um Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR.

**CLÁUSULA 1.03. Disponibilidade de Moeda.** Não obstante o disposto nas Cláusulas 1.02 e 3.01(a) destas Disposições Especiais, se o Banco não tiver acesso à Moeda Única pactuada, este, em acordo com o Mutuário, com a não objeção do Fiador, desembolsará os recursos do Financiamento em outra Moeda Única que julgue apropriada. O Banco poderá continuar efetuando os desembolsos em outra Moeda Única que julgue apropriada enquanto continuar a falta de acesso à Moeda Única pactuada. A amortização do Empréstimo pelo Mutuário será feita na Moeda Única desembolsada, com os encargos financeiros que correspondam a essa moeda.

**CLÁUSULA 1.04. Recursos adicionais.** O valor dos recursos adicionais que, de acordo com o Artigo 6.04 das Normas Gerais, o Mutuário se compromete a fornecer oportunamente para a completa e ininterrupta execução do Programa, é estimado em quantia equivalente a US\$ 2.540.950 (dois milhões quinhentos e quarenta mil novecentos e cinquenta dólares), sem que esta estimativa implique limitação ou redução da obrigação do Mutuário de acordo com o referido Artigo. Para calcular a equivalência em dólares, será adotada a regra indicada na alínea (b) do Artigo 3.06 das Normas Gerais, com a redação dada pela Cláusula 1.05 abaixo.

**CLÁUSULA 1.05. Taxa de câmbio.** O Artigo 3.06 das Normas Gerais terá a seguinte redação:

*"ARTIGO 3.06. Taxa de câmbio. (a) A taxa de câmbio a ser utilizada para estabelecer a equivalência da Moeda Local em relação à Moeda do Financiamento será a seguinte:*

- (i) A taxa de câmbio correspondente ao entendimento vigente entre o Banco e o respectivo país membro em matéria de manutenção do valor da moeda, conforme estabelecido na Seção 3 do Artigo V do Convênio Constitutivo do Banco.*
- (ii) Na ausência de um entendimento entre o Banco e o respectivo país membro a respeito da taxa de câmbio a ser aplicada para fins de manutenção do valor de sua moeda em poder do Banco, este terá o direito de exigir que, para os fins de pagamento de amortização e juros, seja aplicada a taxa de câmbio utilizada nessa data pelo Banco Central do país membro, ou pela correspondente autoridade monetária para a venda de unidades da Moeda do Financiamento aos residentes no país, que não sejam entidades governamentais, para efetuar as seguintes operações: (a) pagamento a título de capital e juros devidos; (b) remessa de dividendos ou de outras rendas provenientes de investimentos de capital no país; e (c) remessa de capitais investidos. Se, para estas três classes de operações, não existir taxa de câmbio idêntica, será aplicável a mais alta, ou seja, a que represente o maior número de unidades na moeda do respectivo país por cada unidade da Moeda do Financiamento.*
- (iii) Se, na data em que deva ser efetuado o pagamento, a regra anterior não puder ser aplicada por inexistência das mencionadas operações, o pagamento será efetuado com base na taxa de câmbio mais recente utilizada para tais operações dentro dos 30 (trinta) dias anteriores à data do vencimento.*
- (iv) Se, não obstante a aplicação das regras acima mencionadas, não for possível determinar a taxa de câmbio a ser aplicada para fins de pagamento, ou se surgirem discrepâncias quanto a essa*

*determinação, observar-se-á, nesta matéria, o que o Banco resolver, levando em consideração as realidades do mercado de câmbio no respectivo país membro.*

- (v) *Se, por descumprimento das regras anteriores, o Banco considerar que o pagamento efetuado na moeda correspondente foi insuficiente, deverá comunicá-lo de imediato ao Mutuário para que este proceda à cobertura da diferença dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados a partir da data do recebimento do aviso. Se, ao contrário, a quantia recebida for superior à devida, o Banco procederá à devolução do excesso de recursos dentro do mesmo prazo.*

(b) *A equivalência na Moeda do Financiamento de uma despesa efetuada na Moeda Local será regida pelas seguintes disposições:*

- (i) *Para determinar a equivalência de uma despesa paga total ou parcialmente com recursos do Financiamento, será aplicada, à totalidade da despesa, a mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão para Moeda Local dos recursos desembolsados na Moeda do Financiamento.*
- (ii) *Para determinar a equivalência de uma despesa paga com recursos distintos aos do Financiamento e para a qual o Mutuário solicite seu reembolso total ou parcial a débito do Financiamento, ou seu reconhecimento a débito da contrapartida local, será aplicada, à totalidade da despesa, a taxa de câmbio indicada no inciso (a) deste Artigo, vigente no dia anterior à data da apresentação ao Banco da solicitação de reembolso ou reconhecimento da mencionada despesa; e*
- (iii) *No caso de pagamentos diretos a consultores, empreiteiros, fornecedores de bens ou prestadores de serviços, aplicar-se-á a taxa de câmbio indicada no inciso (a) deste Artigo, vigente na data do respectivo pagamento ao consultor, empreiteiro, fornecedor de bens ou prestador de serviços."*

## CAPÍTULO II

### Amortização, Juros, Inspeção e Supervisão e Comissão de Crédito

**CLÁUSULA 2.01. Amortização.** O Empréstimo deverá ser amortizado pelo Mutuário mediante o pagamento de prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais. A primeira prestação deverá ser paga no dia 15 de [abril] [outubro] de 20\_\_<sup>1</sup>, de acordo com o

<sup>1</sup> *Primeira data de pagamento (abril ou outubro, conforme seja o caso), após transcorridos cinco anos da data de assinatura do Contrato de Empréstimo.*

disposto no Artigo 3.01 das Normas Gerais, e a última até o dia 15 de [outubro] [abril] de 20\_\_.<sup>2</sup>

**CLÁUSULA 2.02. Juros.** (a) O Mutuário pagará juros sobre os saldos devedores diários do Empréstimo a uma taxa que será determinada de acordo com o estipulado no Artigo 3.04 das Normas Gerais para um Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR. O Banco notificará o Mutuário, tão logo seja possível, depois de determinar a taxa de juros aplicável durante cada Trimestre.

(b) Os juros serão pagos semestralmente nos dias 15 dos meses de abril e outubro de cada ano, a partir de \_\_\_\_ de [abril] [outubro] de \_\_\_\_<sup>3</sup>, de acordo com o disposto no Artigo 3.01 das Normas Gerais.

**CLÁUSULA 2.03. Fixação da Taxa de Juros do Financiamento e Pagamentos Antecipados de saldos devedores com Taxa de Juros Fixa.** (a) Para os fins deste Contrato de Empréstimo, não se aplicará o disposto no Artigo 4.01(g) das Normas Gerais.

(b) O Mutuário, com o consentimento por escrito do Fiador, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, poderá solicitar a conversão de parte ou da totalidade dos saldos devedores do Empréstimo sujeitos à Taxa de Juros Baseada na LIBOR, para uma Taxa de Juros Fixa, que será determinada pelo Banco e comunicada por escrito ao Mutuário. Para efeitos de aplicação da Taxa de Juros Fixa aos saldos devedores do Empréstimo, cada conversão somente poderá ser realizada em valor mínimo equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do montante líquido aprovado do Financiamento (montante do Financiamento menos cancelamentos) ou US\$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares), o que for maior. Os modelos de carta para efetuar a conversão mencionada nesta alínea serão enviados ao Mutuário uma vez que este tenha manifestado seu interesse em realizar tal conversão.

(c) O Mutuário, com o consentimento por escrito do Fiador, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, poderá solicitar nova conversão de parte ou da totalidade dos saldos devedores do Empréstimo calculados a uma Taxa de Juros Fixa para a Taxa de Juros Baseada na LIBOR, mediante comunicação por escrito ao Banco. Cada nova conversão à Taxa de Juros Baseada na LIBOR somente se realizará pelo saldo remanescente da conversão original correspondente, desde que respeitado o valor mínimo de US\$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares). Qualquer ganho ou perda decorrente do cancelamento ou modificação da captação do Banco associada à nova conversão será transferido ao Mutuário ou dele cobrado pelo Banco, conforme seja o caso, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da nova conversão. Em caso de ganho, o mesmo se aplicará, em primeiro lugar, a qualquer saldo devedor vencido do Empréstimo, pendente de pagamento por parte do Mutuário ao Banco.

---

<sup>2</sup> Última data de pagamento (abril ou outubro, conforme seja o caso), antes de transcorridos vinte anos da data de assinatura do Contrato de Empréstimo.

<sup>3</sup> Data de pagamento (abril ou outubro, conforme seja o caso) anterior aos seis meses da data de assinatura do Contrato de Empréstimo.



(d) Mediante notificação prévia, por escrito, de caráter irrevogável, apresentada ao Banco, com o consentimento por escrito do Fiador, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, o Mutuário poderá pagar antecipadamente, total ou parcialmente, em uma das datas de pagamento de amortização, o saldo devedor do Empréstimo sujeito à Taxa de Juros Fixa, sempre que na data do pagamento não exista débito a título de comissões ou juros. Em tal notificação, o Mutuário deverá especificar o montante que pretende pagar de forma antecipada. Caso o pagamento antecipado não cubra a totalidade do saldo devedor sujeito à Taxa de Juros Fixa, o pagamento será aplicado de forma proporcional às cotas de amortização pendentes de pagamento. O Mutuário não poderá realizar pagamentos antecipados de saldos devedores do Empréstimo sujeitos à Taxa de Juros Fixa em montantes inferiores a US\$3.000.000,00 (três milhões de dólares), salvo nos casos em que o valor total do saldo devedor do Empréstimo seja menor do que tal valor.

(e) Sem prejuízo do disposto na alínea (d) acima, nos casos de pagamento antecipado antes referidos, qualquer ganho ou perda decorrente do cancelamento ou modificação da correspondente captação do Banco associada ao pagamento antecipado será transferido ao Mutuário ou dele cobrado pelo Banco, conforme seja o caso, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data do pagamento antecipado. Em caso de ganho, o mesmo se aplicará, em primeiro lugar, a qualquer saldo devedor vencido do Empréstimo, pendente de pagamento por parte do Mutuário ao Banco.

(f) Da mesma forma, o Banco cobrará do Mutuário qualquer custo em que incorra como consequência: (i) da revogação ou de alterações feitas nos termos estabelecidos na solicitação de conversão para uma Taxa de Juros Fixa ou de nova conversão para uma Taxa de Juros Baseada na LIBOR; ou (ii) do descumprimento de um pagamento antecipado parcial ou total do saldo devedor do Empréstimo sujeito à Taxa de Juros Fixa previamente solicitado pelo Mutuário por escrito, de acordo com a alínea (d) desta Cláusula.

(g) Para os efeitos desta Cláusula, “Taxa Base Fixa” significa a taxa base de *swap* praticada no mercado na data efetiva de cada conversão; e “Taxa de Juros Fixa” significa a soma da (i) Taxa Base Fixa *mais* (ii) a margem para empréstimos do Capital Ordinário expressa em pontos básicos (pbs), que será estabelecida periodicamente pelo Banco de acordo com o indicado no Artigo 3.04 das Normas Gerais.

**CLÁUSULA 2.04. Recursos para inspeção e supervisão gerais.** Durante o período de desembolsos, o Banco não cobrará montante para atender despesas do Banco de inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante o mencionado período, como consequência da revisão periódica dos encargos financeiros dos empréstimos em conformidade com as disposições aplicáveis da política do Banco sobre metodologia para o cálculo de encargos para empréstimos do capital ordinário que concede e notificar o Mutuário a respeito. O valor devido pelo Mutuário para atender às referidas despesas em um semestre determinado não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor do Financiamento, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

**CLÁUSULA 2.05. Comissão de Crédito.** (a) O Mutuário pagará uma Comissão de Crédito em um percentual que será estabelecido pelo Banco periodicamente, como resultado de sua

revisão de encargos financeiros, em conformidade com as disposições aplicáveis da política do Banco sobre metodologia para o cálculo de encargos para empréstimos do capital ordinário, sendo certo que em caso algum poderá exceder o percentual previsto no Artigo 3.02 das Normas Gerais.

(b) Modifica-se a alínea (a) do Artigo 3.02 das Normas Gerais para que passe a vigorar com a seguinte redação:

**"ARTIGO 3.02. Comissão de crédito. (a) Sobre o saldo não desembolsado do Financiamento que não seja na moeda do país do Mutuário, este pagará uma comissão de crédito, conforme estabelecido na Cláusula 2.05 das Disposições Especiais, que começará a vigorar 60 (sessenta) dias após a data do Contrato e cujo valor não poderá exceder de 0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento) ao ano."**

### **CAPÍTULO III**

#### **Desembolsos**

**CLÁUSULA 3.01. Moedas dos desembolsos e utilização dos recursos.** (a) O Financiamento será desembolsado em dólares que façam parte do Mecanismo Unimonetário dos recursos do capital ordinário do Banco, para pagar bens adquiridos e obras e serviços contratados de acordo com as Políticas identificadas nas Cláusulas 4.01 e 4.05 destas Disposições Especiais e para os demais propósitos indicados neste Contrato.

(b) Os recursos do Financiamento serão utilizados somente para o pagamento de bens e serviços originários dos países membros do Banco.

**CLÁUSULA 3.02. Condições especiais prévias ao primeiro desembolso.** O primeiro desembolso dos recursos do Financiamento está condicionado a que se cumpram, de forma que o Banco considere satisfatória, além das condições prévias estipuladas no Artigo 4.01 das Normas Gerais, o seguinte requisito: a entrada em vigor do Regulamento Operacional do Programa, nos termos acordados com o Banco.

**CLÁUSULA 3.03. Reembolso de despesas a débito do Financiamento.** Com a concordância do Banco, dos recursos do Financiamento poderá ser utilizada quantia equivalente a até US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares) para reembolsar despesas efetuadas na preparação do Programa. Essas despesas devem ter sido efetuadas antes de \_\_\_\_\_ [data de aprovação da Proposta de Empréstimo pela Diretoria Executiva do Banco], mas após \_\_\_\_\_ [17 de julho de 2009 ou a data que anteceda em 18 meses a data da aprovação da Proposta de Empréstimo pela Diretoria Executiva do Banco, o que for posterior], desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Contrato. Com a concordância do Banco, os recursos do Financiamento também poderão ser utilizados para reembolsar despesas efetuadas ou financiar as que se efetuem com o Programa a partir de \_\_\_\_\_ [data de aprovação do Empréstimo pela Diretoria Executiva do Banco] e até a data da entrada em vigor do presente Contrato, desde que se tenham cumprido os mencionados requisitos.

**CLÁUSULA 3.04. Prazo para desembolsos.** O prazo para o desembolso dos recursos do Financiamento será de 4 (quatro) anos, contados a partir da entrada em vigor do presente Contrato.

**CLÁUSULA 3.05. Fundo Rotativo.** Os relatórios e demonstrações financeiras referentes à execução do Programa que o Mutuário deverá apresentar ao Banco, conforme o Artigo 7.03 das Normas Gerais deverão incluir a informação contábil-financeira sobre a administração dos recursos do Fundo Rotativo de acordo com as normas exigidas pelo Banco.

## **CAPÍTULO IV**

### **Execução do Programa**

**CLÁUSULA 4.01. Aquisição de bens e contratação de obras e serviços.** As contratações de obras e serviços (conforme definido nas Políticas de Aquisições a seguir identificadas) e as aquisições de bens financiadas, total ou parcialmente, pelo Banco deverão ser efetuadas de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2349-7 (“Políticas para a aquisição de obras e bens financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento”), de julho de 2006 (doravante denominado “Políticas de Aquisições”), que o Mutuário declara conhecer, e pelas seguintes disposições desta Cláusula:

- (a) Concorrência Pública Internacional: Salvo disposição em contrário no inciso (b) desta Cláusula, as contratações das obras e serviços e as aquisições dos bens deverão ser efetuadas de acordo com as disposições da Seção II das Políticas de Aquisições.
- (b) Outros Procedimentos de Aquisições: Os seguintes métodos também poderão ser utilizados para a aquisição dos bens e a contratação das obras e serviços financiados pelo Banco, desde que se cumpram os requisitos estabelecidos nas disposições da Seção III das Políticas de Aquisições:
  - (i) Concorrência Internacional Limitada, de acordo com o previsto no parágrafo 3.2 de tais políticas;
  - (ii) Licitação Pública Nacional, para a contratação das obras cujo custo estimado seja inferior ao equivalente a US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares) por contrato e para aquisição dos bens e contratação dos serviços cujo custo estimado seja inferior ao equivalente a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares) por contrato, de acordo com o disposto nos parágrafos 3.3 e 3.4 de tais políticas. Em todos os casos, as seguintes disposições deverão ser observadas:
    - (1) Os contratos deverão ser formalizados com o licitante cuja proposta for avaliada como a de menor valor, sendo tal avaliação baseada no preço e, conforme apropriado, levando em

consideração fatores similares àqueles dispostos nos parágrafos 2.51 e 2.52 das Políticas de Aquisições. A avaliação da proposta deverá basear-se sempre em fatores que possam ser quantificados objetivamente e o procedimento para tal quantificação deverá constar do edital de licitação;

- (2) Sempre que requerido pelo Banco, as convocações dos editais de licitação deverão ser publicadas em um jornal de grande circulação no país;
  - (3) Os editais de licitação poderão estabelecer critérios de avaliação da capacidade financeira dos concorrentes mediante a aplicação de coeficientes de liquidez, endividamento e rentabilidade, e de faturamento médio anual;
  - (4) Os editais de licitação não poderão estabelecer, para o propósito de aceitação de propostas, faixas de preços;
  - (5) Não será permitido ao contratante, sem a prévia não-objeção do Banco, emitir alteração de ordem de compra que aumente ou diminua em mais de 15% (quinze por cento) a quantidade de bens ou serviços sem uma alteração no preço unitário ou outros termos e condições da venda; e
  - (6) Desde que incluídos no Plano de Aquisições e Contratações do Programa, respeitados os demais requisitos desta Cláusula, as restrições estipuladas acima e as condições estabelecidas nas normas e procedimentos do Banco, o Mutuário poderá adotar, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns financiados pelo Banco, os procedimentos estabelecidos na legislação brasileira para a modalidade de licitação Pregão, nas formas presencial e eletrônico, admitindo-se também o sistema de registro de preços. Ressalvada a possibilidade de autorização por escrito de maiores valores pelo Banco, os limites de contratação para essas modalidades são: (i) para pregão presencial: o limite adotado para Comparação de Preços; e (ii) para pregão eletrônico e sistema de registro de preços: o limite adotado para Licitação Pública Nacional.
- (iii) Comparação de Preços, de acordo com o disposto no parágrafo 3.5 das Políticas de Aquisições, para: (1) a contratação de obras ou serviços cujo custo estimado seja inferior ao equivalente a US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares) por contrato; e (2) a aquisição dos bens cujo custo estimado seja inferior ao equivalente a US\$ 100.000,00 (cem mil dólares) por contrato;

- (iv) Contratação Direta, de acordo com o disposto nos parágrafos 3.6 e 3.7 das Políticas de Aquisições;
- (v) Contratação através de agência especializada contratada diretamente, desde que cumpridas as seguintes condições:
  - (1) o Banco deverá aprovar previamente o contrato a ser celebrado com a agência especializada;
  - (2) a agência especializada deverá assumir o compromisso de seguir as políticas e os procedimentos do Banco sobre aquisições e contratações;
  - (3) não se permitirá a contratação de consultores para realizar atividades rotineiras próprias da execução do Programa; e
  - (4) caso a agência especializada seja o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o contrato deverá cumprir o disposto na Carta Convênio firmada entre o Banco e o PNUD em 20 de junho de 2003; e
- (vi) O Mutuário poderá utilizar a legislação federal sobre aquisições e contratações no caso de obras por montantes inferiores a US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares) por contrato e no caso de bens e serviços por montantes inferiores a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares) por contrato sempre que:
  - (1) respeitado o disposto no inciso (ii) da alínea (b) desta Cláusula com relação à Licitação Pública Nacional; e
  - (2) o Mutuário indique no correspondente Plano de Aquisições e Contratações sua opção pela aplicação da legislação federal.
- (c) Obrigações em matéria de aquisição de bens e contratação de obras e serviços. O Mutuário se compromete a proceder à contratação das obras e serviços e à aquisição dos bens de acordo com os planos gerais, as especificações técnicas, sociais e ambientais, os orçamentos e os demais documentos requeridos para a aquisição ou a construção e, sendo o caso, as especificações e demais documentos necessários para a convocação; e no caso de obras, a obter, antes de seu início, com relação aos imóveis onde serão realizadas, a posse legal, as servidões ou outros direitos necessários para iniciar as referidas obras, bem como os direitos sobre as águas que se requeiram.
- (d) Revisão pelo Banco das decisões em matéria de aquisições:
  - (i) Planejamento das aquisições de bens e contratações de obras e serviços: Antes de efetuar qualquer convite para pré-qualificação ou realizar

licitação, o Mutuário deverá apresentar para revisão e aprovação do Banco o Plano de Aquisições proposto para o Programa, que deverá incluir o custo estimado dos contratos, o agrupamento destes se aplicável, os critérios de seleção e os procedimentos aplicáveis a cada um, de acordo com o disposto no parágrafo 1 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições. Este Plano deverá ser atualizado ao menos a cada 12 (doze) meses durante a execução do Programa e cada versão atualizada será submetida à revisão e aprovação do Banco. A aquisição dos bens e a contratação de obras e serviços deverão ser efetuadas de acordo com o referido Plano de Aquisições aprovado pelo Banco e de acordo com o disposto no referido parágrafo 1.

- (ii) Revisão ex ante: Salvo disposição escrita em contrário pelo Banco, todos os contratos serão revisados de forma *ex ante* durante o primeiro ano da execução do Programa e, a partir do segundo ano, serão revisados de forma *ex ante*: (1) as contratações diretas; (2) as aquisições de bens e serviços por montantes superiores a US\$5.000.000,00 (cinco milhões de dólares); e (3) a contratação de obras por montantes superiores a US\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares), em todos os casos, de acordo com os procedimentos estabelecidos nos parágrafos 2 e 3 do Apêndice 1 de tais Políticas. Para tais propósitos o Mutuário deverá apresentar ao Banco evidência de cumprimento com o disposto no inciso (c) desta Cláusula.
- (iii) Revisão ex post: A revisão *ex post* das aquisições será aplicada a cada contrato não compreendido no inciso (d)(ii) desta Cláusula, de acordo com os procedimentos estabelecidos no parágrafo 4 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições.

**CLÁUSULA 4.02. Manutenção.** O Mutuário se compromete a: (a) conservar adequadamente as obras e equipamentos compreendidos no Programa, de acordo com normas técnicas geralmente aceitas; e (b) apresentar ao Banco, durante os 2 (dois) anos seguintes à conclusão da primeira obra do Programa, e dentro do primeiro trimestre de cada ano, um relatório sobre o estado dessas obras e equipamentos e o plano anual de manutenção, conforme disposto na Seção V do Anexo Único. Se ficar comprovado, com base nas inspeções feitas pelo Banco ou nos relatórios recebidos, que a manutenção efetuada encontra-se abaixo dos níveis acordados, o Mutuário deverá adotar as medidas necessárias para que as deficiências sejam corrigidas de forma satisfatória para o Banco.

**CLÁUSULA 4.03. Modificação de disposições legais e de documentos básicos.** O Mutuário não poderá introduzir qualquer alteração no Regulamento Operacional mencionado na Cláusula 3.02(a) destas Disposições Especiais. Em caso de conflito entre as disposições do Regulamento Operacional e as deste Contrato, prevalecerão estas últimas.

**CLÁUSULA 4.04. Reconhecimento de despesas a débito da contrapartida local.** O Banco poderá reconhecer como parte dos recursos da contrapartida local, despesas efetuadas no Programa distintas das previstas na Cláusula 3.03 até quantia equivalente a US\$ 2.540.950,00.



(dois milhões quinhentos e quarenta mil novecentos e cinquenta dólares) na preparação do Programa, que tenham sido efetuadas antes de \_\_\_\_\_ [data de aprovação do Empréstimo pela Diretoria Executiva do Banco], mas após \_\_\_\_\_ [17 de julho de 2009 ou a data que anteceda em 18 meses a data da aprovação da Proposta de Empréstimo pela Diretoria Executiva do Banco, o que for posterior], desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Contrato. O Banco também poderá reconhecer como parte da contrapartida local, as despesas efetuadas ou que venham a ser efetuadas com o Programa a partir de \_\_\_\_\_ [data de aprovação do Empréstimo pela Diretoria Executiva do Banco] e até a data da entrada em vigor do presente Contrato, desde que se tenham cumprido os mencionados requisitos.

**CLÁUSULA 4.05. Seleção e contratação de consultores.** A seleção e contratação de consultores financiadas total ou parcialmente com recursos do Financiamento deverão ser efetuadas de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2350-7 ("Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento"), de julho de 2006 (doravante denominado "Políticas de Consultores"), que o Mutuário declara conhecer, e pelas seguintes disposições desta Cláusula:

- (a) Seleção baseada na qualidade e no preço: Salvo quando o inciso (b) desta Cláusula estabeleça o contrário, a seleção e contratação de consultores deverão ser efetuadas mediante contratos cujos objetos tenham sido adjudicados de acordo com as disposições da Seção II das Políticas de Consultores e seus parágrafos 3.16 a 3.20. Para efeitos do disposto no parágrafo 2.7 das Políticas de Consultores, a lista curta de consultores cujo custo estimado seja inferior ao equivalente a US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares) por contrato poderá estar composta em sua totalidade por consultores nacionais.
- (b) Outros procedimentos de seleção e contratação de consultores: Os seguintes métodos de seleção poderão ser utilizados para a contratação de consultores que, de acordo com o Banco, reúnam os requisitos estabelecidos nas Políticas de Consultores:
  - (i) Seleção Baseada na Qualidade, de acordo com o previsto nos parágrafos 3.1 a 3.4 de tais políticas;
  - (ii) Seleção Baseada em Orçamento Fixo, de acordo com o previsto nos parágrafos 3.1 e 3.5 de tais políticas;
  - (iii) Seleção Baseada no Menor Custo, de acordo com o previsto nos parágrafos 3.1 e 3.6 de tais políticas;
  - (iv) Seleção Baseada nas Qualificações dos Consultores, de acordo com o previsto nos parágrafos 3.1, 3.7 e 3.8 de tais políticas;
  - (v) Contratação Direta da Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda da República Federativa do Brasil (ESAF), de acordo com o previsto nos parágrafos 3.9 a 3.13 de tais políticas, para a provisão de



serviços de capacitação de pessoal da administração pública estadual. O Mutuário também poderá contratar diretamente de acordo com tais políticas sua escola de governo ou fazendária para a provisão de serviços de capacitação se o Banco determinar que a respectiva escola tenha capacidade instalada para a prestação dos mencionados serviços. No caso da escola de governo ou fazendária do Mutuário, quando esta tiver personalidade jurídica própria e for parte integrante da administração pública indireta do Mutuário, bem como no caso da ESAF, o Mutuário apresentará ao Banco, antes da transferência de recursos do Financiamento a estas entidades, instrumento jurídico apropriado no qual a respectiva escola se comprometa a: (1) utilizar as Políticas de Aquisições e Contratações e de Consultores estabelecidas no respectivo Contrato de Empréstimo entre o Estado e o Banco caso adquira bens ou subcontrate consultores para a provisão dos mencionados serviços e (2) permitir que o Banco e os auditores do Programa tenham acesso à documentação que ampara essas aquisições e contratações;

(vii) Consultores individuais, para serviços que reúnam os requisitos estabelecidos no parágrafo 5.1 das Políticas de Consultores, de acordo com o disposto nos parágrafos 5.2 e 5.3 de tais políticas. Nos casos excepcionais indicados no parágrafo 5.4 de tais políticas, os consultores individuais poderão ser contratados diretamente, com a aprovação prévia do Banco; e

(viii) Contratação através de agência especializada contratada diretamente, desde que cumpridas as seguintes condições:

- (1) o Banco deverá aprovar previamente o contrato a ser celebrado com a agência especializada;
- (2) a agência especializada deverá assumir o compromisso de seguir as políticas e os procedimentos do Banco sobre aquisições e contratações;
- (3) não se permitirá a contratação de consultores para realizar atividades rotineiras próprias da execução do Programa; e
- (4) caso a agência especializada seja o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o contrato deverá cumprir o disposto na Carta Convênio firmada entre o Banco e o PNUD em 20 de junho de 2003.

(c) Revisão pelo Banco do processo de seleção de consultores:

- (i) Planejamento da seleção e contratação: Antes de efetuar a primeira solicitação de propostas aos consultores, o Mutuário, por intermédio do Órgão Executor, deverá apresentar à revisão e aprovação do Banco, um

Plano de Aquisições que deverá incluir o custo estimado do contrato, o agrupamento dos contratos e os critérios de seleção e os procedimentos aplicáveis, de acordo com o disposto no parágrafo 1 do Apêndice 1 das Políticas de Consultores. Este plano deverá ser atualizado a cada 12 (doze) meses durante a execução do Programa e cada versão atualizada será submetida à revisão e aprovação do Banco. A seleção e contratação de consultores serão efetuadas de acordo com o Plano de Aquisições do Programa aprovado pelo Banco e suas atualizações correspondentes.

(ii) Revisão ex ante: Salvo disposição escrita em contrário pelo Banco, os seguintes contratos serão revisados de forma *ex ante*, de acordo com os procedimentos estabelecidos nos parágrafos 2 e 3 do Apêndice 1 das Políticas de Consultores:

- (1) Todos os contratos durante o primeiro ano da execução do Programa;
- (2) Segundo o Banco considere necessário, a partir do segundo ano de execução do Programa, as contratações diretas de consultores do Programa, em cujo caso o Mutuário deverá apresentar à consideração e aprovação do Banco as qualificações e a experiência do consultor selecionado diretamente, os termos de referência e os termos e condições da respectiva contratação, podendo ser celebrado o contrato somente após aprovação do Banco;
- (3) Segundo o Banco considere necessário, a partir do segundo ano de execução do Programa, a contratação de firmas consultoras que excedam U\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares) por contrato; e
- (4) Segundo o Banco considere necessário, a partir do segundo ano de execução do Programa, a contratação de consultores individuais que excedam U\$200.000,00 (duzentos mil dólares) por contrato.

(iii) Revisão ex post: A revisão *ex post* das contratações será aplicada a cada contrato não compreendido no inciso (c)(ii) desta Cláusula, de acordo com os procedimentos estabelecidos no parágrafo 4 do Apêndice 1 das Políticas de Consultores.

## **CAPÍTULO V**

### **Registros, Inspeções e Relatórios**

**CLÁUSULA 5.01. Registros, inspeções e relatórios.** (a) O Mutuário se compromete a manter registros, permitir inspeções e apresentar relatórios e demonstrações financeiras, de acordo com as disposições estabelecidas no Capítulo VII das Normas Gerais.

(b) O Mutuário apresentará ao Banco os relatórios semestrais a que se refere a Cláusula 7.03(i) das Normas Gerais e enviará cópia dos mesmos à Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda da República Federativa do Brasil. Os referidos relatórios incluirão informações sobre o estágio corrente de implantação das ações de integração nacional, independentemente da origem dos recursos que as financiem, a saber: Cadastro Nacional Sincronizado (CadSin) e Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), composto por Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Escrituração Contábil Digital (ECD) e Escrituração Fiscal Digital (EFD).

(c) Os relatórios listados no inciso (b) acima, uma vez aprovados pelo Banco, serão disponibilizados ao público através do sítio eletrônico oficial do Mutuário.

(d) O Mutuário deverá compilar, armazenar e manter consigo todas as informações, indicadores e parâmetros, incluindo os Planos Operacionais Anuais.

**CLÁUSULA 5.02. Auditorias.** (a) Com relação ao estabelecido no Artigo 7.03 das Normas Gerais, o Mutuário apresentará as demonstrações financeiras do Programa anualmente durante o período de sua execução, devidamente auditadas por uma empresa de auditores independente aceita pelo Banco ou pelo Tribunal de Contas do Estado, caso este venha a ser credenciado pelo Banco.

(b) A auditoria de que trata esta Cláusula será efetuada de acordo com os termos de referência previamente acordados com o Banco e com os requerimentos das políticas e os procedimentos do Banco sobre auditorias. Na seleção e contratação da empresa de auditoria referida inciso (a) (a) desta Cláusula, utilizar-se-ão os procedimentos indicados pelo Banco e que constam do documento AF-200 do Banco. As despesas com auditoria serão efetuadas a débito do Financiamento.

## **CAPÍTULO VI**

### **Disposições Diversas**

**CLÁUSULA 6.01. Vigência do Contrato.** Este Contrato começa a vigorar na data de sua assinatura.

**CLÁUSULA 6.02. Extinção.** O pagamento total do Empréstimo, juros e comissões dará por extinto este Contrato e todas as obrigações dele derivadas.

**CLÁUSULA 6.03. Validade.** Os direitos e obrigações estabelecidos neste Contrato são válidos e exigíveis, de acordo com os termos nele estabelecidos, sem referência à legislação de qualquer país.

**CLÁUSULA 6.04. Comunicações.** Salvo acordo escrito em que se estabeleça outro procedimento, todo aviso, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra

em virtude deste contrato será feito por escrito e considerar-se-á efetuado no momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário no respectivo endereço, abaixo indicado:

Do Mutuário:

Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro  
Rua da Alfândega, 42, 1.º andar  
Centro  
20070-000 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Fax: (55-21) 2334-4513

Do Banco:

Endereço postal:

Banco Interamericano de Desenvolvimento  
1300 New York Ave., N.W.  
Washington, D.C. 20577  
Estados Unidos da América

Fax: +1 (202) 623-3096

**CLÁUSULA 6.05. Correspondência.** O Banco e o Mutuário comprometem-se a encaminhar à Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no endereço abaixo indicado, cópia das correspondências relativas ao Programa.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN  
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 5º andar  
70040-906, Brasília, DF, Brasil

Fax: +55 (61) 2020-5006

## CAPÍTULO VII

### Arbitragem

**CLÁUSULA 7.01. Cláusula compromissória.** Para a solução de qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato que não seja dirimida por acordo entre as partes, estas se submetem incondicional e irrevogavelmente ao processo e sentença do Tribunal de Arbitragem a que se refere o Capítulo IX das Normas Gerais.

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Mutuário e o Banco, atuando cada qual por intermédio de seu representante autorizado, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor em *[lugar da assinatura]* no dia acima indicado.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

BANCO INTERAMERICANO DE  
DESENVOLVIMENTO

---

[Nome e título do Representante]

---

[Nome e título do Representante]

## SEGUNDA PARTE

### NORMAS GERAIS

#### CAPÍTULO I

##### Aplicação das Normas Gerais

**ARTIGO 1.01.** Aplicação das Normas Gerais. Estas Normas Gerais aplicam-se aos Contratos de Empréstimo que o Banco Interamericano de Desenvolvimento celebra com seus Mutuários e, portanto, suas disposições constituem parte integrante deste Contrato.

#### CAPÍTULO II

##### Definições

**ARTIGO 2.01.** Definições. Para os efeitos dos compromissos contratuais contraídos pelas partes, são adotadas as seguintes definições:

- (a) "Banco" designa o Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- (b) "Contrato" designa o conjunto de Disposições Especiais, Normas Gerais e Anexos.
- (c) "Custo dos Empréstimos Unimonetários Qualificados com Taxa de Juros Ajustável" significa o custo para o Banco dos Empréstimos Unimonetários Qualificados com Taxa de Juros Ajustável na Moeda Única do Financiamento, expresso em termos de uma porcentagem anual, de acordo com o que seja determinado pelo Banco.
- (d) "Custo dos Empréstimos Unimonetários Qualificados com Taxa de Juros LIBOR" significa o custo para o Banco dos Empréstimos Unimonetários Qualificados com Taxa de Juros LIBOR na Moeda Única do Financiamento, expresso em termos de uma porcentagem anual, de acordo com o que seja determinado pelo Banco.
- (e) "Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre" significa o dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano civil. A Taxa de Juros Baseada na LIBOR determinada pelo Banco em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será aplicada retroativamente aos primeiros 15 (quinze) dias do Trimestre respectivo e continuará sendo aplicada durante e até o último dia do Trimestre.
- (f) "Diretoria" ou "Diretório" designa a Diretoria Executiva do Banco.

- (g) "Disposições Especiais" designa o conjunto de cláusulas que compõem a Primeira Parte deste Contrato e que contém os elementos peculiares da operação.
- (h) "Empréstimo" designa os recursos que se desembolsem a débito do Financiamento.
- (i) "Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Ajustável" significa qualquer Empréstimo ou parte de um Empréstimo concedido pelo Banco para ser desembolsado, contabilizado e amortizado em uma Moeda Única dentro do Mecanismo Unimonetário e que, conforme as Disposições Especiais deste Contrato de Empréstimo, seja aplicável a uma Taxa de Juros Ajustável, determinada conforme o estipulado no Artigo 3.04(a) destas Normas Gerais.
- (j) "Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR" significa qualquer Empréstimo ou parte de um Empréstimo concedido pelo Banco para ser desembolsado, contabilizado e amortizado em uma Moeda Única dentro do Mecanismo Unimonetário e que, conforme as Disposições Especiais deste Contrato de Empréstimo, esteja sujeito a uma Taxa de Juros Baseada na LIBOR, determinada conforme estipulado no Artigo 3.04(b) destas Normas Gerais.
- (k) "Empréstimos Unimonetários Qualificados", para Empréstimos expressos em qualquer moeda, significa: (i) desde a data em que o primeiro empréstimo na moeda selecionada seja aprovado pela Diretoria, recursos do mecanismo transitório de estabilização dessa moeda e recursos captados pelo Banco nessa moeda que sejam destinados a financiar os Empréstimos concedidos com o Mecanismo Unimonetário; (ii) a partir do primeiro dia do sétimo Semestre após a data mencionada, recursos captados pelo Banco que se destinem a financiar os Empréstimos, na moeda selecionada, com o Mecanismo Unimonetário.
- (l) "Financiamento" designa os recursos que o Banco convém em colocar à disposição do Mutuário para contribuir para a realização do Projeto.
- (m) "Fundo Rotativo" designa o Fundo que o Banco poderá estabelecer, de acordo com Artigo 4.07 destas Normas Gerais, com o objeto de adiantar recursos relacionados com a execução do Projeto que sejam financiáveis com os recursos do Empréstimo.
- (n) "Fraude e corrupção" significa o(s) ato(s) definido(s) no Artigo 5.02(c) destas Normas Gerais.
- (o) "Fiador" designa a parte que garante o cumprimento das obrigações contraídas pelo Mutuário, assumindo outras obrigações que, segundo o Contrato de Garantia, sejam de sua responsabilidade.



- (p) "Mecanismo Unimonetário" significa o mecanismo que o Banco estabeleceu para conceder Empréstimos em certas moedas conversíveis selecionadas periodicamente.
- (q) "Moeda que não seja a do país do Mutuário" ou "Moeda Conversível" designa qualquer moeda circulante legal de um país que não o do Mutuário, os Direitos Especiais de Saque do Fundo Monetário Internacional e qualquer outra unidade que represente a obrigação do serviço da dívida de um empréstimo contraído pelo Banco.
- (r) "Moeda Única" significa qualquer moeda conversível que o Banco tenha selecionado para conceder Empréstimos com o Mecanismo Unimonetário.
- (s) "Mutuária" ou "Mutuário" designa a parte à qual o Financiamento é colocado à disposição.
- (t) "Normas Gerais" designa o conjunto de artigos que compõem a Segunda Parte deste Contrato e refletem as políticas básicas do Banco aplicáveis uniformemente a seus Contratos de Empréstimo.
- (u) "Órgão Contratante" significa a entidade com capacidade legal para subscrever o Contrato de Aquisição de Obras e Bens e a Seleção e Contratação de Consultores para com o empreiteiro, fornecedor e a empresa consultora ou consultor individual, conforme o caso.
- (v) "Órgão(s) Executor(es)" significa a(s) entidade(s) encarregada(s) de executar o projeto, total ou parcialmente.
- (w) "Projeto" designa o Programa ou Projeto para o qual é concedido o Financiamento.
- (x) "Semestre" designa os primeiros ou os segundos seis meses de um ano civil.
- (y) "Taxa de Juros LIBOR" significa qualquer uma das seguintes definições, conforme a moeda do Empréstimo: <sup>1f</sup>
  - (i) No caso de Empréstimos do Mecanismo Unimonetário em dólares:
    - (A) A Taxa de Juros LIBOR em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a "USD-LIBOR-BBA", que é a taxa aplicável a depósitos em dólares em um prazo de 3 (três) meses, que figure na Página

<sup>1f</sup>

Qualquer termo que figure em maiúsculas no parágrafo (w) do Artigo 2.01 e que não esteja definido de outra forma neste parágrafo terá o mesmo significado que lhe foi atribuído nas Definições do ISDA de 2000, segundo a publicação do International Swaps and Derivatives Association, Inc., em suas versões modificadas e complementadas, as quais são incorporadas a este documento por referência.

Telerate 3750 às 11:00 horas da manhã, hora de Londres, em uma data que seja 2 (dois) Dias de Expediente Bancário em Londres antes da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre. Se essa taxa não constar da Página Telerate 3750, a taxa correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada como se as partes houvessem especificado "USD-LIBOR-Bancos de Referência" como a Taxa de Juros LIBOR aplicável.

- (B) "USD-LIBOR-Bancos de Referência" significa que a taxa correspondente a uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada em função das taxas às quais os Bancos de Referência estejam oferecendo os depósitos em dólares aos bancos de primeira ordem no mercado interbancário de Londres, aproximadamente às 11:00 horas da manhã, hora de Londres, em uma data que seja 2 (dois) Dias de Expediente Bancário em Londres antes da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, a um prazo de 3 (três) meses, contado a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um Montante Representativo. O Agente ou Agentes de Cálculo utilizado(s) pelo Banco solicitará(ão) uma cotação dessa taxa ao escritório principal em Londres de cada um dos Bancos de Referência. Se for obtido um mínimo de 2 (duas) cotações, a taxa correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a média aritmética das cotações. Se forem obtidas menos de 2 (duas) cotações segundo solicitadas, a taxa correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a média aritmética das taxas cotadas pelos principais bancos na cidade de Nova York, escolhidos pelo Agente ou Agentes de Cálculo, aproximadamente às 11:00 horas da manhã, hora de Nova York, nessa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, aplicável a empréstimos em dólares concedidos aos principais bancos europeus, em um prazo de 3 (três) meses, contado a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um Montante Representativo. Se o Banco obtiver a taxa de juros de mais de um Agente de Cálculo, como resultado do procedimento descrito anteriormente, o Banco determinará, a seu exclusivo critério, a taxa de juros LIBOR aplicável numa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, com base nas taxas de juros proporcionadas pelos Agentes de Cálculo. Para os propósitos desta disposição, se a Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada

Trimestre não for um dia de expediente bancário na cidade de Nova York, serão utilizadas as taxas cotadas no primeiro dia bancário em Nova York imediatamente seguinte.

(ii) No caso de Empréstimos do Mecanismo Unimonetário em euros:

- (A) A Taxa de Juros LIBOR em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a taxa "EUR-LIBOR-Telerate, que é a taxa para depósitos em euros em um prazo de 3 (três) meses que figure na Página Telerate 248 às 11:00 horas da manhã, hora de Bruxelas, em uma data que seja 2 (dois) Dias de Liquidação TARGET antes da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre. Se essa taxa não constar da Página Telerate 248, a taxa correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada como se as partes houvessem especificado "EUR-EURIBOR-Bancos de Referência" como a Taxa de Juros LIBOR aplicável.
- (B) "EUR-EURIBOR-Bancos de Referência" significa que a taxa correspondente a uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada em função das taxas às quais os Bancos de Referência estejam oferecendo os depósitos em euros aos bancos de primeira ordem no mercado interbancário da zona do euro, aproximadamente às 11:00 horas da manhã, hora de Bruxelas, em uma data que seja 2 (dois) Dias de Liquidação TARGET antes dessa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, a um prazo de 3 (três) meses, contado a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um Montante Representativo, partindo de um cálculo real de 360 dias. O Agente ou Agentes de Cálculo utilizado(s) pelo Banco solicitará(ão) uma cotação dessa taxa ao escritório principal na zona do euro de cada um dos Bancos de Referência. Se forem obtidas ao menos 2 (duas) cotações, a taxa correspondente a tal Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a média aritmética das cotações. Se forem obtidas menos de 2 (duas) cotações de acordo com o solicitado, a taxa correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a média aritmética das taxas cotadas pelos principais bancos da zona do euro, escolhidos pelo Agente ou Agentes de Cálculo utilizado(s) pelo Banco, aproximadamente às 11:00 horas da manhã, hora de Bruxelas, nessa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, aplicável a empréstimos em euros concedidos aos principais bancos europeus, em um prazo de 3

(três) meses, contado a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um Montante Representativo. Se o Banco obtiver a taxa de juros de mais de um Agente de Cálculo, como resultado do procedimento descrito anteriormente, o Banco determinará, a seu exclusivo critério, a taxa de juros LIBOR aplicável numa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, com base nas taxas de juros proporcionadas pelos Agentes de Cálculo. Para os propósitos desta disposição, se a Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre não for um dia de expediente bancário em Bruxelas e na zona do euro, serão utilizadas as taxas cotadas no primeiro dia de expediente bancário em Bruxelas e na zona do euro imediatamente seguinte.

(iii) No caso de Empréstimos do Mecanismo Unimonetário em ienes:

- (A) A Taxa de Juros LIBOR em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a “JPY-LIBOR-BBA”, que é a taxa para depósitos em ienes em um prazo de 3 (três) meses que figure na Página Telerate 3750 às 11:00 horas da manhã, hora de Londres, em uma data que seja 2 (dois) Dias de Expediente Bancário em Londres antes da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre. Se essa taxa não constar da Página Telerate 3750, a taxa correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada como se as partes houvessem especificado a “JPY-LIBOR-Bancos de Referência” como a Taxa de Juros LIBOR aplicável.
- (B) “JPY-LIBOR-Bancos de Referência” significa que a taxa correspondente a uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada em função das taxas às quais os Bancos de Referência estejam oferecendo os depósitos em ienes aos bancos de primeira ordem no mercado interbancário de Londres, aproximadamente às 11:00 horas da manhã, hora de Londres, em uma data que seja 2 (dois) Dias de Expediente Bancário em Londres antes da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, a um prazo de 3 (três) meses, contado a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um Montante Representativo. O Agente ou Agentes de Cálculo utilizado(s) pelo Banco solicitará(ão) uma cotação dessa taxa ao escritório principal em Londres de cada um dos Bancos de Referência. Se for obtido um mínimo de 2 (duas) cotações, a taxa correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a

média aritmética das cotações. Se forem obtidas menos de 2 (duas) cotações conforme solicitado, a taxa correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a média aritmética das taxas cotadas pelos principais bancos de Tóquio, escolhidos pelo Agente ou Agentes de Cálculo utilizado(s) pelo Banco, aproximadamente às 11:00 horas da manhã, hora de Tóquio, nessa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, aplicável a empréstimos em ienes concedidos aos principais bancos europeus, em um prazo de 3 (três) meses, contado a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um Montante Representativo. Se o Banco obtiver a taxa de juros de mais de um Agente de Cálculo, como resultado do procedimento descrito anteriormente, o Banco determinará a seu exclusivo critério, a taxa de juros LIBOR aplicável numa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, com base nas taxas de juros proporcionadas pelos Agentes de Cálculo. Para os propósitos desta disposição, se a Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre não for um dia de expediente bancário em Tóquio, serão utilizadas as taxas cotadas no primeiro dia de expediente bancário em Tóquio imediatamente seguinte.

(iv) No caso de Empréstimos do Mecanismo Unimonetário em francos suíços:

- (A) A Taxa de Juros LIBOR em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a “CHF-LIBOR-BBA”, que é a taxa para depósitos em francos suíços em um prazo de 3 (três) meses que figure na Página Telerate 3750 às 11:00 horas da manhã, hora de Londres, em uma data que seja 2 (dois) Dias de Expediente Bancário em Londres antes da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre. Se essa taxa não constar da Página Telerate 3750, a taxa correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada tal como se as partes houvessem especificado “CHF-LIBOR-Bancos de Referência” como a Taxa de Juros LIBOR aplicável.
- (B) “CHF-LIBOR-Bancos de Referência” significa que a taxa correspondente a uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada em função das taxas às quais os Bancos de Referência estejam oferecendo os depósitos em francos suíços aos bancos de primeira ordem no mercado interbancário de Londres, aproximadamente às 11:00 horas da manhã, hora de Londres, em uma data que seja 2 (dois) Dias de Expediente Bancário em Londres antes da Data de

**Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre**, a um prazo de 3 (três) meses, a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um Montante Representativo. O Agente ou Agentes de Cálculo utilizado(s) pelo Banco solicitará(ão) uma cotação dessa taxa ao escritório principal em Londres de cada um dos Bancos de Referência. Se for obtido um mínimo de 2 (duas) cotações, a taxa correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a média aritmética das cotações. Se forem obtidas menos de 2 (duas) cotações de acordo com o solicitado, a taxa correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a média aritmética das taxas cotadas pelos principais bancos de Zurique, escolhidos pelo Agente ou Agentes de Cálculo utilizados pelo Banco, aproximadamente às 11:00 horas da manhã, hora de Zurique, nessa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, aplicável a empréstimos em francos suíços concedidos aos principais bancos europeus, em um prazo de 3 (três) meses, contado a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um Montante Representativo. Se o Banco obtiver a taxa de juros de mais de um Agente de Cálculo, como resultado do procedimento descrito anteriormente, o Banco determinará a seu exclusivo critério, a taxa de juros LIBOR aplicável numa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, com base nas taxas de juros proporcionadas pelos Agentes de Cálculo. Para os propósitos desta disposição, se a Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre não for um dia de expediente bancário em Zurique, serão utilizadas as taxas cotadas no primeiro dia de expediente bancário em Zurique imediatamente seguinte.

- (z) “Trimestre” significa cada um dos seguintes períodos de 3 (três) meses do ano calendário: o período que começa no dia 1º de janeiro e termina no dia 31 de março; o período que começa no dia 1º de abril e termina no dia 30 de junho; o período que começa no dia 1º de julho e termina no dia 30 de setembro; e o período que começa no dia 1º de outubro e termina no dia 31 de dezembro.

### **CAPÍTULO III**

#### **Amortização, Juros e Comissão de Crédito**

**ARTIGO 3.01. Datas para o Pagamento da Amortização e dos Juros.** O Mutuário deverá amortizar o Empréstimo em prestações semestrais nas mesmas datas determinadas na Cláusula 2.02 das Disposições Especiais para o pagamento dos juros. Se a data de vigência deste Contrato for entre os dias 15 (quinze) e 30 (trinta) de junho ou entre 15 (quinze) e 31 (trinta) e



um) de dezembro, as datas de pagamento dos juros, assim como da primeira parcela de amortização e as parcelas de amortização consecutivas serão 15 (quinze) de junho e 15 (quinze) de dezembro, respectivamente.

**ARTIGO 3.02. Comissão de crédito.** (a) Sobre o saldo não desembolsado do Financiamento que não seja na moeda do país do Mutuário, este pagará uma comissão de crédito que começará a vigorar 60 (sessenta) dias após a data do Contrato. O valor de tal comissão será indicado nas Disposições Especiais, em nenhum caso poderá exceder de 0,75% ao ano.

(b) No caso de Empréstimos em dólares dos Estados Unidos da América com o Mecanismo Unimonetário, esta comissão será paga em dólares dos Estados Unidos da América. No caso de Empréstimos com o Mecanismo Unimonetário numa moeda que não seja o dólar dos Estados Unidos da América, a comissão será paga na moeda do Empréstimo. Esta comissão será paga nas mesmas datas estipuladas para o pagamento dos juros, conforme previsto nas Disposições Especiais.

(c) Esta comissão deixará de vigorar, no todo ou em parte, conforme o caso, na medida em que: (i) tenham sido efetuados os respectivos desembolsos; ou (ii) o Financiamento tenha ficado total ou parcialmente sem efeito, em conformidade com os Artigos 3.15, 3.16 e 4.02 destas Normas Gerais e com os artigos pertinentes das Disposições Especiais.

**ARTIGO 3.03. Cálculos de juros e da comissão de crédito.** Os juros e a comissão de crédito serão calculados com base no número exato de dias do Semestre correspondente.

**ARTIGO 3.04. Juros.** Os juros incidirão sobre os saldos devedores diários do Empréstimo a uma taxa anual que o Banco fixará periodicamente de acordo com sua política sobre taxas de juros e poderá ser uma das seguintes conforme o estipulado nas Disposições Especiais ou na carta do Mutuário a que se refere o Artigo 4.01(g) destas Normas Gerais, se o Mutuário decidir alterar sua opção quanto à alternativa de taxa de juros do Empréstimo do Mecanismo Unimonetário conforme o estipulado na Cláusula 2.03 das Disposições Especiais:

- (a) No caso de Empréstimos do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Ajustável, os juros incidirão sobre os saldos devedores diários do Empréstimo a uma taxa anual para cada Semestre que será determinada em função do Custo dos Empréstimos Qualificados com uma Taxa de Juros Ajustável na Moeda Única do Financiamento, acrescida da margem vigente para empréstimos do capital ordinário expressa em termos de uma percentagem anual; ou
- (b) No caso de Empréstimos do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR, os juros incidirão sobre os saldos devedores diários do Empréstimo a uma taxa anual para cada Trimestre determinada pelo Banco em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, calculada da seguinte forma: (i) a respectiva Taxa de Juros LIBOR, conforme se define no Artigo 2.01(y) destas Normas Gerais; (ii) mais ou menos uma margem de custo calculada trimestralmente como a média ponderada de todas as margens de custo para o Banco relacionadas com os empréstimos



atribuídos à cesta de empréstimos do Banco que financiam os Empréstimos do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR; (iii) mais o valor líquido de qualquer custo e/ou lucro, calculado trimestralmente, gerado por qualquer operação com instrumentos derivados em que o Banco participe para mitigar o efeito de flutuações extremas na Taxa de Juros LIBOR dos empréstimos obtidos pelo Banco para financiar o Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR; (iv) mais a margem para empréstimos do capital ordinário vigente na Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre expressa em termos de uma porcentagem anual.

(c) Para os efeitos do Artigo 3.04(b):

- (i) O Mutuário e o Fiador de qualquer Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR expressamente aceitam e acordam que: (A) a Taxa de Juros LIBOR a que se refere o Artigo 3.04(b)(i) anterior e a margem de custo dos empréstimos do Banco a que se refere o Artigo 3.04(b)(ii) anterior poderão estar sujeitas a consideráveis flutuações durante a vigência do Contrato de Empréstimo, razão pela qual a alternativa de Taxa de Juros Baseada na LIBOR pode acarretar riscos financeiros significativos para o Mutuário e o Fiador; (B) o Banco poderá, a seu exclusivo critério, participar em qualquer operação com instrumentos derivados com o objetivo de mitigar o impacto de flutuações extremas na Taxa de Juros LIBOR aplicável aos empréstimos obtidos pelo Banco para financiar os Empréstimos do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR, conforme estipulado no Artigo 3.04(b)(iii) anterior; e (C) qualquer risco de flutuações na alternativa de Taxa de Juros Baseada na LIBOR dos Empréstimos do Mecanismo de Moeda Única será assumido em sua integridade pelo Mutuário e o Fiador, se for o caso.
- (ii) O Banco, a qualquer momento, devido a alterações que ocorram na prática do mercado e que afetem a determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para os Empréstimos do Mecanismo Unimonetário e visando a proteger os interesses de seus mutuários em geral e os do Banco, poderá aplicar uma base de cálculo diferente da estipulada no Artigo 3.04(b)(i) anterior para determinar a taxa de juros aplicável ao Empréstimo, desde que notifique, com pelo menos 3 (três) meses de antecedência, ao Mutuário e ao Fiador, a nova base de cálculo aplicável. A nova base de cálculo entrará em vigência na data de vencimento do período de notificação, a menos que o Mutuário ou o Fiador, notifique ao Banco durante tal período de sua objeção, caso em que tal modificação não será aplicável ao Empréstimo.

**ARTIGO 3.05. Desembolsos e pagamentos de amortizações e juros em moeda nacional.** (a) Os montantes que sejam desembolsados na moeda do país do Mutuário serão aplicados ao Financiamento e debitados em seu equivalente em dólares dos Estados Unidos da

América, determinado de acordo com a taxa de câmbio vigente na data do respectivo desembolso.

(b) O pagamento das quotas de amortização e juros deverá ser efetuado na moeda desembolsada, em seu equivalente em dólares dos Estados Unidos da América, determinado de acordo com a taxa de câmbio vigente na data do pagamento.

(c) Para determinar as equivalências estipuladas nas alíneas (a) e (b) supra, será utilizada a taxa de câmbio que corresponder, de acordo com o estabelecido no Artigo 3.06 destas Normas Gerais.

**ARTIGO 3.06. Taxa de câmbio.** (a) A taxa de câmbio a ser utilizada para estabelecer a equivalência da moeda do país do Mutuário em relação ao dólar dos Estados Unidos da América será a seguinte:

- (i) A taxa de câmbio correspondente ao entendimento vigente entre o Banco e o respectivo país membro em matéria de manutenção do valor da moeda, conforme estabelecido na Seção 3 do Artigo V do Convênio Constitutivo do Banco.
- (ii) Na ausência de um entendimento entre o Banco e o respectivo país membro a respeito da taxa de câmbio a ser aplicada para fins de manutenção do valor de sua moeda em poder do Banco, este terá o direito de exigir que, para os fins de pagamento de amortização e juros, seja aplicada a taxa de câmbio utilizada nessa data pelo Banco Central do país membro, ou pela correspondente autoridade monetária para a venda de dólares dos Estados Unidos da América aos residentes no país, que não sejam entidades governamentais, para efetuar as seguintes operações: (a) pagamento a título de capital e juros devidos; (b) remessa de dividendos ou de outras rendas provenientes de investimentos de capital no país; e (c) remessa de capitais investidos. Se, para estas três classes de operações, não existir taxa de câmbio idêntica, será aplicável a mais alta, ou seja, a que represente o maior número de unidades na moeda do respectivo país por dólar dos Estados Unidos da América.
- (iii) Se, na data em que deva ser efetuado o pagamento, a regra anterior não puder ser aplicada por inexistência das mencionadas operações, o pagamento será efetuado com base na taxa de câmbio mais recente utilizada para tais operações dentro dos 30 (trinta) dias anteriores à data do vencimento.
- (iv) Se, não obstante a aplicação das regras acima mencionadas, não for possível determinar a taxa de câmbio a ser aplicada para fins de pagamento, ou se surgirem discrepâncias quanto a essa determinação, observar-se-á, nesta matéria, o que o Banco resolver, levando em

consideração as realidades do mercado de câmbio no respectivo país membro.

- (v) Se, por descumprimento das regras anteriores, o Banco considerar que o pagamento efetuado na moeda correspondente foi insuficiente, deverá comunicá-lo de imediato ao Mutuário para que este proceda à cobertura da diferença dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados a partir da data do recebimento do aviso. Se, ao contrário, a quantia recebida for superior à devida, o Banco procederá à devolução do excesso de recursos dentro do mesmo prazo.

(b) Para determinar a equivalência em dólares dos Estados Unidos da América de uma despesa efetuada com a moeda do país do Mutuário, será utilizada a taxa de câmbio aplicável na data do pagamento da respectiva despesa, observada a regra assinalada na alínea (a) do presente Artigo. Para tanto, entende-se que a data de pagamento da despesa é aquela em que o Mutuário, o Órgão Executor ou qualquer outra pessoa natural ou jurídica à qual tenha sido delegada a faculdade de efetuar despesas, realize os respectivos pagamentos em favor do empreiteiro ou fornecedor.

**ARTIGO 3.07. Desembolsos e pagamentos de amortização e juros em Moedas Únicas.**

No caso de Empréstimos concedidos com o Mecanismo Unimonetário, os desembolsos e pagamentos a título de amortização e juros serão efetuados na Moeda Única do Empréstimo.

**ARTIGO 3.08. Determinação do valor de moedas conversíveis.** Sempre que, nos termos deste Contrato, seja necessário determinar o valor de uma Moeda que não seja a do país do Mutuário em termos de uma outra moeda, tal valor será aquele que o Banco vier razoavelmente a fixar.

**ARTIGO 3.09. Participações.** (a) O Banco poderá ceder a outras instituições públicas ou privadas, a título de participação, os direitos correspondentes às obrigações pecuniárias do Mutuário provenientes deste Contrato. O Banco informará imediatamente o Mutuário a respeito de cada cessão.

(b) Poderão ser acordadas participações em relação a: (i) qualquer montante do Empréstimo que tenha sido desembolsado antes da formalização do acordo de participação; ou (ii) qualquer montante do Financiamento ainda pendente de desembolso no momento de ser celebrado o acordo de participação.

(c) O Banco poderá, com a anuência prévia do Mutuário, ceder total ou parcialmente o importe não desembolsado do Financiamento a outras instituições públicas ou privadas. Para tanto, a parcela sujeita à participação será expressa em termos de um número fixo de unidades de uma ou várias moedas conversíveis. Igualmente, com prévia anuência do Mutuário, o Banco poderá estabelecer, para esta parcela sujeita à participação, uma taxa de juros diferente da estabelecida no presente Contrato. Os pagamentos dos juros e das quotas de amortização serão efetuados na moeda especificada em que se realizou a participação e nas datas especificadas no

Artigo 3.01. O Banco proporcionará ao Mutuário e ao Participante uma tabela de amortização, após efetuado o último desembolso.

**ARTIGO 3.10. Imputação dos pagamentos.** Todo pagamento será imputado primeiramente à devolução de adiantamentos não justificados de recursos, depois a comissões e juros exigíveis na data do pagamento e, existindo saldo, à amortização de prestações vencidas do principal.

**ARTIGO 3.11. Pagamentos antecipados.** Mediante notificação prévia por escrito ao Banco, com prazo não inferior a 45 (quarenta e cinco) dias, o Mutuário poderá pagar, numa das datas de pagamento de juros indicada nas Disposições Especiais, qualquer parcela do Empréstimo antes do respectivo vencimento, sempre que na data do pagamento não exista débito a título de comissões ou juros. Salvo acordo por escrito em contrário, qualquer pagamento antecipado será imputado às prestações vincendas do principal, na ordem inversa dos correspondentes vencimentos.

**ARTIGO 3.12. Recibos.** A pedido do Banco, o Mutuário deverá emitir e entregar ao Banco, ao final dos desembolsos, os recibos que representem as quantias desembolsadas.

**ARTIGO 3.13. Vencimento em dias feriados.** Todo pagamento ou qualquer outra prestação que, de acordo com o Contrato, deva realizar-se em um sábado, domingo ou feriado bancário segundo a lei do lugar em que deva ser efetuado, considerar-se-á válido se realizado no primeiro dia útil subsequente, não sendo cabível, neste caso, a cobrança de qualquer acréscimo.

**ARTIGO 3.14. Lugar de pagamento.** Todo pagamento será efetuado na sede do Banco, em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, salvo se o Banco designar outro lugar para tal efeito, notificando previamente por escrito ao Mutuário.

**ARTIGO 3.15. Renúncia à parte do Financiamento.** O Mutuário, com a concordância do Fiador, se houver, poderá, mediante aviso por escrito enviado ao Banco, renunciar ao direito de utilizar qualquer parcela do Financiamento que não tenha sido desembolsada antes do recebimento do referido aviso, desde que dita parcela não se encontre em qualquer das circunstâncias previstas no Artigo 5.03 destas Normas Gerais.

**ARTIGO 3.16. Cancelamento automático de parte do Financiamento.** Salvo acordo expresso e por escrito do Banco com o Mutuário e o Fiador, se houver, no sentido de prorrogar os prazos de desembolso, a parcela do Financiamento que não houver sido comprometida ou desembolsada, conforme o caso, dentro do prazo correspondente, ficará automaticamente cancelada.

## **CAPÍTULO IV**

### **Normas Relativas a Desembolsos**

**ARTIGO 4.01. Condições prévias ao primeiro desembolso.** O primeiro desembolso do Financiamento estará condicionado a que se cumpram, de maneira satisfatória para o Banco, os seguintes requisitos:

- (a) Que o Banco tenha recebido um ou mais pareceres jurídicos fundamentados, com indicação das disposições constitucionais, jurídicas e regulamentares pertinentes, no sentido de que as obrigações contraídas pelo Mutuário neste Contrato e pelo Fiador no Contrato de Garantia, se for o caso, são válidas e exigíveis. Ditos pareceres deverão, ademais, abranger o exame de qualquer consulta de natureza jurídica que, razoavelmente, o Banco considere cabível formular.
- (b) Que o Mutuário, diretamente ou por meio do Órgão Executor, se pertinente, tenha designado um ou mais funcionários que possam representá-lo em todos os atos relacionados com a execução deste Contrato e que tenha feito chegar ao Banco exemplares autênticos das assinaturas desses representantes. Se forem designados dois ou mais funcionários, o Mutuário indicará se os mesmos poderão atuar separada ou conjuntamente.
- (c) Que o Mutuário, diretamente ou por intermédio do Órgão Executor, se pertinente, tenha demonstrado ao Banco que disporá oportunamente de recursos suficientes para atender, pelo menos durante o primeiro ano civil, à execução do Projeto, de acordo com o cronograma de investimentos mencionado na alínea que se segue. Quando esse Financiamento constituir a continuação da mesma operação, cuja etapa ou etapas anteriores o Banco esteja financiando, a obrigação contida nesta alínea não será aplicável.
- (d) Que o Mutuário, diretamente ou por intermédio do Órgão Executor, se pertinente, tenha apresentado ao Banco um relatório inicial, preparado segundo a forma indicada pelo Banco, que sirva de base para a elaboração e avaliação dos relatórios de progresso a que se refere a alínea (a)(i) do Artigo 7.03 destas Normas Gerais. Além de outras informações que o Banco possa razoavelmente solicitar nos termos deste Contrato, o relatório inicial deverá compreender:
  - (i) um plano de execução do Projeto que inclua, quando não se tratar de um programa de concessão de créditos, os planos e especificações que, a juízo do Banco, sejam necessários;
  - (ii) um calendário ou cronograma de trabalho, ou de concessão de crédito, conforme o caso; e
  - (iii) um quadro de origem e aplicação dos recursos, de que constem cronogramas pormenorizados de investimentos, de acordo com as respectivas categorias de investimento, indicadas no Anexo Único deste Contrato, e as indicações das contribuições anuais necessárias de cada uma das distintas fontes de recursos com os quais será financiado o Projeto. Estando previsto neste Contrato o reconhecimento de despesas anteriores à sua assinatura ou à da resolução aprobatória do Financiamento, serão incluídas no relatório inicial uma demonstração dos investimentos e, segundo os objetivos do Financiamento, uma descrição

das obras executadas no Projeto ou uma relação dos créditos já formalizados, conforme o caso, até uma data imediatamente anterior à do relatório.

- (e) Que o Mutuário ou o Órgão Executor tenha apresentado ao Banco o plano, catálogo ou código de contas a que se refere o Artigo 7.01 destas Normas Gerais.
- (f) Que o Órgão Oficial de Fiscalização a que se referem as Disposições Especiais tenha acordado em desempenhar as funções de auditoria previstas na alínea (b) do Artigo 7.03 destas Normas Gerais e nas Disposições Especiais, ou que o Mutuário ou o Órgão Executor tenha concordado com o Banco quanto à firma de auditores públicos independente que realizará estas funções.
- (g) O Banco deverá haver recebido uma carta devidamente assinada pelo Mutuário, com o consentimento escrito do Fiador, se for o caso, confirmando sua decisão de manter a alternativa de taxa de juros originalmente escolhida para o Financiamento, conforme estipulado nas Cláusulas 1.02(b) e 2.02(a) das Disposições Especiais; ou comunicando sua decisão de alterar sua opção de alternativa de taxa de juros do Financiamento, conforme estipulado na Cláusula 2.03 das Disposições Especiais deste Contrato de Empréstimo. Se o Mutuário, com o consentimento escrito do Fiador, se for o caso, decidir alterar sua opção de alternativa de taxa de juros aplicável ao Financiamento, o Mutuário deverá notificar por escrito ao Banco sua decisão, pelo menos 30 (trinta) dias antes da apresentação ao Banco de sua solicitação para o primeiro desembolso do Financiamento. Para fins desta notificação, o Mutuário deverá utilizar o modelo de carta requerido pelo Banco. A alteração da opção de alternativa de taxa de juros aplicável ao Financiamento não poderá ser realizada, em nenhuma circunstância, após decorridos os 30 (trinta) dias calendário anteriores à data de apresentação ao Banco da solicitação para o primeiro desembolso do Financiamento.

**ARTIGO 4.02. Prazo para o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.** Se dentro de 180 (cento e oitenta) dias contados da vigência deste Contrato, ou de um prazo maior que as partes ajustem por escrito, não forem cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso estipuladas no Artigo 4.01 destas Normas Gerais e nas Disposições Especiais, o Banco poderá pôr termo a este Contrato, dando ao Mutuário o aviso correspondente.

**ARTIGO 4.03. Requisitos para qualquer desembolso.** Para que o Banco efetue qualquer desembolso será necessário que: (a) o Mutuário ou o Órgão Executor, conforme o caso, tenha apresentado por escrito um pedido de desembolso e que, em apoio ao mesmo, tenham sido fornecidos ao Banco os documentos pertinentes e demais antecedentes que este possa haver solicitado. No caso de Empréstimos nos quais o Mutuário haja optado por receber financiamento numa combinação de Moedas Únicas, ou em uma ou mais Moedas Únicas, o pedido deve indicar o montante específico da Moeda(s) Única(s) a ser desembolsado; (b) os pedidos sejam apresentados, o mais tardar, 30 (trinta) dias antes da data de expiração do prazo para desembolsos ou da prorrogação que o Mutuário e o Banco tenham acordado por escrito; (c) não



tenham ocorrido quaisquer das circunstâncias descritas no Artigo 5.01 destas Normas Gerais; e (d) o Fiador, quando for o caso, não esteja em mora com relação às suas obrigações de pagamento para com o Banco, a título de qualquer Empréstimo ou Garantia, por período superior a 120 (cento e vinte) dias.

**ARTIGO 4.04. Desembolsos para Cooperação Técnica.** Se as Disposições Especiais contemplarem Financiamento de despesas para Cooperação Técnica, os desembolsos para esse propósito poderão ser efetuados depois de cumpridos os requisitos estabelecidos nas alíneas (a) e (b) do Artigo 4.01 e no Artigo 4.03 destas Normas Gerais.

**ARTIGO 4.05. Pagamento da quota de inspeção e supervisão.** Se o Banco estabelecer que será cobrado um montante para cobrir despesas a título de inspeção e supervisão, de acordo com o disposto nas Disposições Especiais, o Banco notificará ao Mutuário a respeito, e este deverá indicar se pagará tal montante diretamente ao Banco ou se o Banco deverá retirar e reter tal montante dos recursos do Financiamento. Tanto o pagamento por parte do Mutuário como a retenção por parte do Banco de qualquer montante que se destine à inspeção e supervisão serão realizados na moeda do Empréstimo.

**ARTIGO 4.06. Procedimento de desembolso.** O Banco poderá efetuar desembolsos a débito do Financiamento: (a) transferindo a favor do Mutuário as quantias a que este tenha direito de acordo com este Contrato; (b) efetuando pagamentos por conta do Mutuário, e de comum acordo, a outras instituições bancárias; (c) constituindo ou renovando o Fundo Rotativo a que se refere o Artigo 4.07 seguinte; e (d) mediante outro procedimento que as partes acordem por escrito. Qualquer despesa bancária cobrada por terceiros em razão dos desembolsos correrá por conta do Mutuário. Salvo acordo das partes em contrário, somente serão feitos desembolsos, em cada oportunidade, de quantias não inferiores a um montante equivalente a US\$ 100.000 (cem mil dólares dos Estados Unidos da América).

**ARTIGO 4.07. Fundo Rotativo.** (a) A débito do Financiamento e uma vez cumpridos os requisitos previstos nos Artigos 4.01 e 4.03 destas Normas Gerais e nas Disposições Especiais pertinentes, o Banco poderá adiantar recursos do Financiamento a fim de estabelecer, ampliar ou renovar um Fundo Rotativo para a cobertura de despesas relacionadas com a execução do Projeto financiáveis com tais recursos, de acordo com as disposições deste Contrato.

(b) Salvo acordo expreso entre as partes, o montante do Fundo Rotativo não excederá a 5% (cinco por cento) do montante do Financiamento. O Banco poderá ampliar ou renovar total ou parcialmente o Fundo Rotativo, se assim lhe for justificadamente solicitado, na medida em que os recursos sejam utilizados e desde que se cumpram os requisitos do Artigo 4.03 destas Normas Gerais e os estabelecidos nas Disposições Especiais. O Banco poderá também reduzir ou cancelar o montante do Fundo Rotativo caso determine que os recursos desembolsados através do referido Fundo excedem as necessidades do Projeto. A constituição e renovação do Fundo Rotativo serão considerados desembolsos para todos os efeitos deste Contrato.

(c) O plano, catálogo ou código de contas que o Mutuário ou o Órgão Executor deverá apresentar ao Banco, conforme o Artigo 4.01(e) destas Normas Gerais, indicará o método



contábil que o Mutuário utilizará para verificar as transações e demonstrativo de contas do Fundo Rotativo.

(d) Até 30 (trinta) dias antes da data de vencimento do prazo de desembolso do Financiamento, o Mutuário deverá apresentar ao Banco a justificação final sobre o uso dos recursos do Fundo Rotativo e efetuar a devolução de qualquer saldo pendente não justificado.

(e) No caso de Empréstimo no qual o Mutuário tenha optado por receber financiamento em uma combinação de Moedas Únicas, ou em uma ou várias Moedas Únicas, o Mutuário poderá, dependendo da disponibilidade de saldo não desembolsado nessas moedas, optar por receber um desembolso do Fundo Rotativo em qualquer das Moedas Únicas do Empréstimo, ou em qualquer outra combinação destas moedas.

**ARTIGO 4.08.** Disponibilidade de moeda nacional. O Banco estará obrigado a efetuar desembolsos ao Mutuário na moeda do país do Mutuário somente na medida em que o respectivo depositário do Banco a tenha colocado à sua efetiva disposição.

## **CAPÍTULO V**

### **Suspensão de Desembolsos e Vencimento Antecipado**

**ARTIGO 5.01.** Suspensão de desembolsos. O Banco, mediante aviso escrito ao Mutuário, poderá suspender os desembolsos se ocorrer e enquanto subsistir qualquer das seguintes circunstâncias:

- (a) Mora no pagamento das quantias devidas pelo Mutuário ao Banco a título de principal, comissões e juros, devolução de adiantamentos ou qualquer outro título, de acordo com este Contrato ou com qualquer outro Contrato de Empréstimo celebrado entre o Banco e o Mutuário.
- (b) Inadimplemento, por parte do Mutuário, de qualquer outra obrigação estipulada neste Contrato ou Contratos subscritos com o Banco para financiamento do Projeto.
- (c) A retirada ou suspensão, como membro do Banco, do país em que o Projeto deva ser executado.
- (d) Quando o Projeto ou os propósitos do Financiamento puderem ser afetados por:
  - (i) qualquer restrição, modificação ou alteração da competência legal, das funções ou do patrimônio do Mutuário ou Órgão Executor; ou
  - (ii) qualquer modificação ou emenda que tenha sido efetuada sem a anuência escrita do Banco, nas condições básicas cumpridas antes da Resolução aprovatória do Financiamento ou da assinatura do Contrato. Nesses casos,

o Banco terá o direito de requerer do Mutuário e do Órgão Executor informações justificadas e pormenorizadas e somente após ouvir o Mutuário ou o Órgão Executor e examinar suas informações e esclarecimentos, ou no caso de falta de manifestação do Mutuário e do Órgão Executor, poderá suspender os desembolsos se considerar que as modificações introduzidas afetam substancial e negativamente o Projeto ou tornam impossível sua execução.

- (e) Inadimplemento, por parte do Fiador, se existir, de qualquer obrigação estipulada no Contrato de Garantia.
- (f) Qualquer circunstância extraordinária que, a critério do Banco, e não se tratando de Contrato em que o Mutuário seja a República, torne improvável que o Mutuário possa cumprir as obrigações contraídas neste Contrato, ou que não permita atingir os propósitos que se tiveram em conta ao celebrá-lo.
- (g) Caso seja determinado, em qualquer etapa, que existe evidência suficiente para confirmar uma alegação de que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou do Órgão Contratante cometeu um ato de fraude ou corrupção durante o processo de licitação, de negociação de um contrato ou da execução do Contrato.

**ARTIGO 5.02. Término, vencimento antecipado ou cancelamento parcial de quantias não desembolsadas e outras medidas.** (a) O Banco poderá pôr termo a este Contrato relativamente à parte do Financiamento que não tenha sido desembolsada até aquela data ou declarar vencida e exigível, de imediato, a totalidade do Empréstimo ou parte dele, com os juros e comissões devidos até a data do pagamento se: (i) qualquer das circunstâncias previstas nas alíneas (a), (b), (c), e (e) do Artigo anterior se prolongar por mais de 60 (sessenta) dias, ou (ii) se a informação a que se refere o inciso (d) do Artigo anterior, ou se os esclarecimentos ou informações adicionais apresentados pelo Mutuário, Órgão Executor ou pelo Órgão Contratante, conforme o caso, não forem satisfatórios para o Banco.

(b) O Banco poderá cancelar a parte não desembolsada do Financiamento referente à aquisição de determinados bens e serviços correlatos, à contratação de obras, serviços correlatos ou serviços de consultoria, ou declarar vencida e exigível a parte do Empréstimo correspondente às mencionadas aquisições, caso já tenha havido desembolsos, se, a qualquer momento, determinar que: (i) a mencionada aquisição ocorreu sem que tenham sido seguidos os procedimentos indicados neste Contrato; ou (ii) representantes do Mutuário, do Órgão Executor, ou do Órgão Contratante tenham incorrido em qualquer ato de fraude ou corrupção, seja durante o processo de seleção do empreiteiro, fornecedor ou consultor, ou durante a negociação ou execução do respectivo contrato, sem que, para corrigir a situação, o Mutuário tenha tomado medidas apropriadas oportunas, aceitáveis para o Banco de acordo com as garantias de devido processo estabelecidas na legislação do país do Mutuário.

(c) Para os efeitos da alínea anterior, entende-se que as práticas corruptas incluem, mas não se limitam aos seguintes atos: (i) prática corrupta consiste em oferecer, receber ou

solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra parte; (ii) prática fraudulenta é qualquer ato ou omissão, incluindo uma declaração falsa que, deliberadamente ou por negligência grave, engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evitar uma obrigação; (iii) prática coercitiva consiste em prejudicar ou causar dano ou na ameaça de prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar, de forma indevida, as ações de uma parte; e (iv) prática colusiva é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito indevido, incluindo influenciar, de forma indevida, as ações de outra parte.

(d) Caso seja comprovado que, de acordo com os procedimentos administrativos do Banco, qualquer empresa, entidade ou indivíduo que apresente oferta ou participe de um projeto financiado pelo Banco incluindo, entre outros, mutuários, licitantes, fornecedores, empreiteiros, subempreiteiros, concessionários, Órgãos Executores ou Órgãos Contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes) tenha cometido um ato de fraude, o Banco poderá:

- (i) decidir não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato ou de um contrato adjudicado para obras, bens, serviços correlatos e serviços de consultoria financiados pelo Banco;
- (ii) suspender os desembolsos do Financiamento, como descrito no Artigo 5.01(g) anterior destas Normas Gerais, se se determinar, em qualquer etapa, que há evidência suficiente para confirmar uma alegação de que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou do Órgão Contratante tenha cometido um ato de fraude ou corrupção;
- (iii) cancelar e/ou acelerar o pagamento de uma parte do Empréstimo ou da doação relacionada com um contrato, como descrito no Artigo 5.02(b) anterior destas Normas Gerais, quando houver evidência de que o representante do Mutuário não tomou as medidas corretivas adequadas em um período de tempo que o Banco considere razoável e conforme as garantias de devido processo legal estabelecidas na legislação do país do Mutuário;
- (iv) emitir uma admoestação na forma de uma carta formal de censura à conduta da empresa, entidade ou indivíduo;
- (v) declarar uma pessoa, entidade ou empresa inelegível, permanentemente ou por um determinado período de tempo, para que se lhe adjudiquem contratos nos termos de projetos financiados pelo Banco, exceto nos termos e condições que o Banco considere apropriadas;
- (vi) enviar o caso às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou

- (vii) impor outras sanções que considere apropriadas conforme as circunstâncias do caso, incluindo a imposição de multas que representem para o Banco um reembolso dos custos vinculados às investigações ou autuações. Essas sanções poderão ser impostas de forma adicional ou em substituição a outras sanções.

(e) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco nos termos das disposições anteriormente referidas poderá ser efetuada de forma pública ou privada.

**ARTIGO 5.03. Obrigações não atingidas.** Não obstante o disposto nos Artigos 5.01 e 5.02 precedentes, nenhuma das medidas previstas neste Capítulo atingirá o desembolso por parte do Banco: (a) das quantias sujeitas à garantia de uma carta de crédito irrevogável; e (b) das quantias às quais o Banco tenha se comprometido especificamente por escrito, perante o Mutuário, ou o Órgão Executor, ou o Órgão Contratante, conforme o caso, a débito dos recursos do Financiamento, para efetuar pagamentos a um empreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços correlatos, ou serviços de consultoria. O Banco poderá deixar sem efeito o compromisso indicado nesta alínea (b) quando for determinado, de maneira que o Banco considere satisfatória, que, durante o processo de seleção, negociação ou execução do contrato para a aquisição das mencionadas obras, bens e serviços correlatos, ou serviços de consultoria, ocorreram um ou mais atos de fraude e corrupção.

**ARTIGO 5.04. Reserva de direitos.** O atraso ou a abstenção, por parte do Banco, do exercício dos direitos estabelecidos neste Contrato não poderão ser interpretados como renúncia do Banco a tais direitos, nem como aceitação de acontecimentos ou circunstâncias que lhe teriam facultado exercê-los.

**ARTIGO 5.05. Disposições não atingidas.** A aplicação das medidas estabelecidas neste Capítulo não atingirá as obrigações do Mutuário estipuladas neste Contrato, as quais continuarão em pleno vigor, salvo no caso do vencimento antecipado da totalidade do Empréstimo, em que somente permanecerão em vigor as obrigações pecuniárias do Mutuário.

## **CAPÍTULO VI**

### **Execução do Projeto**

**ARTIGO 6.01. Disposições gerais relativas à execução do Projeto.** (a) O Mutuário acorda que o Projeto será executado com a devida diligência, em conformidade com eficientes normas financeiras e técnicas e de acordo com os planos, especificações, cronograma de investimentos, orçamentos, regulamentos e outros documentos que o Banco haja aprovado. Convém, igualmente, em que todas as obrigações que lhe cabem serão cumpridas à satisfação do Banco.

(b) Qualquer modificação substancial nos planos, especificações, cronograma de investimentos, orçamentos, regulamentos e outros documentos que o Banco haja aprovado, assim

como qualquer modificação substancial no contrato ou contratos de bens ou serviços custeados com os recursos destinados à execução do Projeto, ou nas categorias de investimento, dependerá de prévio consentimento escrito do Banco.

**ARTIGO 6.02.**      **Preços e licitações.** Os contratos de execução de obras, aquisição de bens e prestação de serviços para o Projeto deverão estabelecer um custo razoável, que será geralmente o preço mais baixo do mercado, levando-se em consideração fatores de qualidade, eficiência e outros fatores pertinentes.

**ARTIGO 6.03.**      **Utilização de bens.** Salvo autorização expressa do Banco, os bens adquiridos com os recursos do Financiamento deverão destinar-se exclusivamente aos fins do Projeto. Concluída a execução do Projeto, a maquinaria e o equipamento de construção utilizados nessa execução poderão ser empregados para outros fins.

**ARTIGO 6.04.**      **Recursos adicionais.** (a) O Mutuário deverá fornecer oportunamente todos os recursos adicionais aos do Empréstimo necessários para a completa e ininterrupta execução do Projeto, cujo valor estimado se declara nas Disposições Especiais. Se durante o processo de desembolso do Financiamento se verificar um aumento no custo estimado do Projeto, o Banco poderá exigir a alteração no cronograma de investimentos a que se refere a alínea (d) do Artigo 4.01 destas Normas Gerais, para que o Mutuário atenda esse aumento.

(b) A partir do ano civil seguinte ao do início do Projeto e durante o período de sua execução, o Mutuário deverá demonstrar ao Banco, nos primeiros 60 (sessenta) dias de cada ano civil, que disporá, oportunamente, dos recursos necessários para efetuar a contribuição local ao Projeto durante esse ano.

## CAPÍTULO VII

### **Registros, Inspeções e Relatórios.**

**ARTIGO 7.01.**      **Controle interno e registros.** O Mutuário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, deverá manter um sistema adequado de controles internos contábeis e administrativos. O sistema contábil deverá estar organizado de modo a prover a documentação necessária para verificar as transações e a facilitar a oportuna preparação das demonstrações financeiras e dos relatórios. Os registros do Projeto deverão ser mantidos por um período mínimo de 3 (três) anos contados a partir da data do último desembolso do Empréstimo, de modo a: (a) permitir a identificação das quantias recebidas das diferentes fontes; (b) consignar, em conformidade com o registro de contas que o Banco tenha aprovado, os investimentos no Projeto, tanto com recursos do Empréstimo como com os demais recursos cuja contribuição esteja prevista para sua total execução; (c) conter os pormenores necessários para a identificação das obras realizadas, dos bens adquiridos e dos serviços contratados, bem como a utilização das referidas obras, bens e serviços; (d) incluir nos referidos documentos a documentação relacionada ao processo de licitação e execução dos contratos financiados pelo Banco, o que compreende, mas não se limita a, avisos de licitação, pacotes de ofertas, resumos, avaliações de ofertas, contratos, correspondência, produtos e minutas de trabalho e faturas,

inclusive documentos relacionados ao pagamento de comissões e pagamentos a representantes, consultores e empreiteiros, e (e) demonstrar o custo dos investimentos em cada categoria e o progresso das obras. Quando se tratar de programas de crédito, os registros deverão precisar, ainda, os créditos concedidos, os resgates recebidos e a utilização dos mesmos.

**ARTIGO 7.02.      Inspeções.** (a) O Banco poderá estabelecer os procedimentos de inspeção que julgue necessários para assegurar-se do desenvolvimento satisfatório do Projeto.

(b) O Mutuário, o Órgão Executor e o Órgão Contratante, conforme o caso, deverão permitir que o Banco inspecione a qualquer tempo o Projeto, assim como os equipamentos e materiais correspondentes, e examine os registros e documentos cujo conhecimento considere pertinente. No desempenho dessa tarefa, o pessoal que o Banco enviar ou designar para o cumprimento deste propósito, como investigadores, representantes, auditores ou peritos deverá contar com a mais ampla colaboração das respectivas autoridades. Todas as despesas relativas a transporte, salário e demais gastos efetuados com tal pessoal serão pagas pelo Banco.

(c) O Mutuário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, deverão proporcionar ao Banco, se eventualmente solicitado por seu representante autorizado, todos os documentos, inclusive os relacionados com as aquisições, que o Banco possa razoavelmente solicitar. Ademais, o Mutuário, o Órgão Executor e o Órgão Contratante deverão colocar à disposição do Banco, se assim solicitado com razoável antecipação, seu pessoal para que respondam às indagações que o pessoal do Banco possa ter em relação à revisão ou auditoria dos documentos. O Mutuário, o Órgão Executor e o Órgão Contratante, conforme o caso, deverá apresentar os documentos oportunamente, ou uma declaração juramentada na qual constem as razões pelas quais a documentação solicitada não se encontra disponível ou está sendo retida.

(d) Caso o Mutuário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, se recuse a cumprir a solicitação apresentada pelo Banco, ou de alguma maneira oponha obstáculos à revisão do assunto por parte do Banco, o Banco, a seu exclusivo critério, poderá adotar as medidas que considere apropriadas contra o Mutuário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso.

**ARTIGO 7.03.      Relatórios e demonstrações financeiras.** (a) O Mutuário, ou o Órgão Executor, se pertinente, apresentará ao Banco os relatórios a seguir indicados, nos prazos que se fixam para cada um deles:

- (i) Dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao término de cada Semestre civil, ou em outro prazo acordado pelas Partes, os relatórios referentes à execução do Projeto, preparados de acordo com as normas que, a respeito, forem acordadas com o Banco.
- (ii) Os demais relatórios que o Banco razoavelmente solicitar com relação ao investimento dos montantes emprestados, à utilização dos bens adquiridos com tais montantes e ao desenvolvimento do Projeto.



- (iii) Três exemplares das demonstrações financeiras correspondentes à totalidade do Projeto, ao encerramento de cada exercício econômico do Órgão Executor, e informação financeira complementar relativa a essas demonstrações. As demonstrações financeiras serão apresentadas dentro dos 120 (cento e vinte) dias seguintes ao encerramento de cada exercício econômico do Órgão Executor, a partir do exercício em que se inicie a execução do Projeto e durante o período assinalado nas Disposições Especiais.
  - (iv) Quando as Disposições Especiais assim exigirem, três exemplares das demonstrações financeiras do Mutuário, ao encerramento de seu exercício econômico, e informação financeira complementar relativa a essas demonstrações. As demonstrações serão apresentadas durante o período indicado nas Disposições Especiais, a partir das referentes ao exercício econômico em que se inicie o Projeto e dentro dos 120 (cento e vinte) dias seguintes ao encerramento de cada exercício econômico do Mutuário. Essa obrigação não será aplicável quando o Mutuário for a República ou o Banco Central.
  - (v) Quando as Disposições Especiais assim exigirem, três exemplares das demonstrações financeiras do Órgão Executor, ao encerramento de seu exercício econômico, e informação financeira complementar relativa a essas demonstrações. As demonstrações serão apresentadas durante o período indicado nas Disposições Especiais, a partir das referentes ao exercício econômico em que se inicie o Projeto e dentro dos 120 (cento e vinte) dias seguintes ao encerramento de cada exercício econômico do Órgão Executor.
- (b) As demonstrações e documentos descritos nas alíneas (a) (iii), (iv) e (v) deverão ser apresentados com o parecer da entidade auditora indicada nas Disposições Especiais deste Contrato e de acordo com requisitos que o Banco considere satisfatórios. O Mutuário ou o Órgão Executor, segundo pertinente, deverá autorizar a entidade auditora a proporcionar ao Banco a informação adicional que este venha razoavelmente a solicitar, relativa às demonstrações financeiras e aos relatórios de auditoria emitidos.
- (c) (i) Nos casos em que o parecer deva ser emitido por um organismo oficial de fiscalização e este não puder cumprir essa tarefa de acordo com requisitos que o Banco considere satisfatórios ou dentro dos prazos acima mencionados, o Mutuário ou o Órgão Executor contratará os serviços de uma firma de contadores públicos independente, aceitável para o Banco; (ii) As partes contratantes poderão acordar que sejam utilizados os serviços de uma firma de contadores públicos independente.



## CAPÍTULO VIII

### Disposição sobre Gravames e Isenções

**ARTIGO 8.01. Compromisso relativo a gravames.** Se o Mutuário decidir estabelecer algum gravame específico parcial ou total sobre seus bens ou rendimentos como garantia de uma dívida externa, deverá constituir, simultaneamente, um gravame que garanta ao Banco, em condições de igualdade e proporcionalmente, o cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do Contrato. Contudo, esta disposição não será aplicável: (a) aos gravames constituídos sobre bens, para assegurar o pagamento do saldo pendente do seu preço de aquisição; e (b) aos gravames constituídos em razão de operações bancárias para garantir o pagamento de obrigações cujos prazos de vencimento não sejam superiores a um ano. Se o Mutuário for um país membro do Banco, a expressão "bens ou rendimentos" refere-se a todo tipo de bens ou rendimentos pertencentes ao Mutuário ou a qualquer uma de suas dependências, que não sejam entidades autônomas com patrimônio próprio.

**ARTIGO 8.02. Isenção de impostos.** O Mutuário compromete-se a pagar tanto o capital como os juros e demais encargos do Empréstimo sem qualquer dedução ou restrição, livre de todo imposto, taxa, direito ou encargo estabelecidos ou que possam ser estabelecidos pelas leis de seu país, e a responsabilizar-se por todo imposto, taxa ou direito aplicável à realização, registro e execução deste Contrato.

## CAPÍTULO IX

### Arbitragem

**ARTIGO 9.01. Composição do Tribunal.** (a) O Tribunal Arbitral será constituído por três membros, designados da seguinte forma: um pelo Banco; outro pelo Mutuário; e um terceiro, doravante denominado o "Desempatador", por acordo direto entre as partes ou por intermédio dos respectivos árbitros. Se as partes ou os árbitros não chegarem a acordo com relação à nomeação do Desempatador, ou se uma das partes não puder designar árbitro, o Desempatador será designado, a pedido de qualquer das partes, pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. Se qualquer das partes não nomear árbitro, este será designado pelo Desempatador. Se qualquer dos árbitros nomeados, ou o Desempatador, não desejar ou não puder atuar, ou prosseguir atuando, proceder-se-á à sua substituição pela forma estabelecida para a sua designação original. O sucessor terá as mesmas funções e atribuições do substituído.

(b) Se a controvérsia envolver tanto o Mutuário como o Fiador, se houver, ambos serão considerados como uma só parte, e, por conseguinte, deverão atuar conjuntamente seja para a nomeação do árbitro, seja para os demais efeitos da arbitragem.

**ARTIGO 9.02. Início do Processo.** Para submeter a controvérsia ao processo de arbitragem, a parte reclamante dirigirá à outra parte uma comunicação, por escrito, expondo a natureza da reclamação, a satisfação ou reparação pretendida e o nome do árbitro que designa. A parte que receber essa comunicação deverá, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias,

comunicar à parte contrária o nome da pessoa que designa como árbitro. Se dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrega da referida comunicação à parte reclamante, as partes não houverem chegado a um acordo sobre a designação do Desempatador, qualquer delas poderá solicitar ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos que proceda à designação.

**ARTIGO 9.03. Constituição do Tribunal.** O Tribunal Arbitral constituir-se-á em Washington, Distrito de Columbia, Estados Unidos da América, na data em que o Desempatador determinar e, uma vez constituído, funcionará nas datas fixadas pelo próprio Tribunal.

**ARTIGO 9.04. Processo.** (a) O Tribunal terá competência para conhecer e decidir tão somente sobre a matéria da controvérsia. O Tribunal adotará suas próprias normas de processo e poderá, por iniciativa própria, designar os peritos que considerar necessário. Em qualquer caso, dará sempre às partes a oportunidade de apresentar razões em audiência.

(b) O Tribunal julgará *ex aequo et bono*, fundamentando sua decisão nos termos deste Contrato e proferirá sentença ainda que uma das partes não haja comparecido.

(c) A sentença será exarada por escrito e deverá ser adotada pelo voto concorrente de pelo menos dois membros do Tribunal, deverá ser proferida dentro do prazo aproximado de 60 (sessenta) dias contados a partir da data da nomeação do Desempatador e, a não ser que o Tribunal decida prorrogar o aludido prazo, em virtude de circunstâncias especiais e imprevistas, será notificada às partes por meio de comunicação subscrita, pelo menos, por dois membros do Tribunal, deverá ser cumprida dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data de notificação, terá efeito executório e será irrecurível.

**ARTIGO 9.05. Despesas.** Os honorários de cada árbitro serão custeados pela parte que o houver designado e os honorários do Desempatador serão custeados em parcelas iguais entre as partes. Antes de constituir-se o Tribunal, as partes entrarão em acordo quanto aos honorários das demais pessoas cuja intervenção no processo arbitral se julgar necessária. Se as partes, na oportunidade, não chegarem a um acordo, o próprio Tribunal fixará a remuneração que seja razoável para as pessoas referidas, segundo as circunstâncias. Cada parte custeará suas próprias despesas no processo de arbitragem, mas as despesas do Tribunal serão custeadas, em parcelas iguais, pelas partes. Qualquer dúvida relacionada com a divisão das despesas ou quanto à forma de pagamento será resolvida pelo próprio Tribunal, mediante decisão irrecurível.

**ARTIGO 9.06. Notificações.** Qualquer notificação relativa à arbitragem ou à sentença será efetuada segundo a forma prevista neste Contrato. As partes renunciam a qualquer outra forma de notificação.

## **ANEXO ÚNICO**

### **C PROGRAMA**

#### **Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro (PROFAZ/RJ) (PROFISCO-RJ)**

#### **I. Objetivo**

- 1.01** O objetivo geral do Programa é melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal do Estado do Rio de Janeiro visando a: (i) aperfeiçoar os instrumentos de planejamento, orçamento e finanças para apoiar a tomada de decisões; (ii) incrementar a receita própria do Estado; (iii) aperfeiçoar os mecanismos de transparência e aumentar a eficiência e a eficácia e melhorar o controle do gasto público; e (iv) melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (SEFAZ) ao contribuinte.

#### **II. Descrição**

- 2.01** O Programa faz parte da Linha de Crédito Condicional (CCLIP), Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO), número BR-X1005, aprovada pela Diretoria Executiva do Banco, por meio da Resolução DE-132/08, datada de 5 de novembro de 2008.

- 2.02** O Programa está estruturado em 4 (quatro) Componentes e respectivos Subcomponentes:

##### **Componente I – Gestão Estratégica Integrada**

- 2.03** Este componente contemplará os seguintes Subcomponentes e respectivos produtos:

- (a) Aperfeiçoamento organizacional e integração da gestão fazendária. Este Subcomponente financiará a implantação de modelos de diagnóstico da situação atual e alternativas de modelos de: (i) planejamento estratégico e organizacional; (ii) gestão de processos; e (iii) projeção de variáveis econômico-fiscais no médio prazo; e
- (b) Cooperação interinstitucional nacional e internacional. Este Subcomponente financiará a implantação de um programa de cooperação interinstitucional nacional e internacional.

## **Componente II - Administração Tributária e Contencioso Fiscal**

**2.04** Este componente contemplará os seguintes Subcomponentes e respectivos produtos:

- (a) Melhoria da eficiência e eficácia da administração tributária. Este Subcomponente financiará a implantação de: (i) modelo de dados do cadastro de contribuintes do ICMS reestruturado e implantado; (ii) modelo de gestão de informações econômico-fiscais implantado; (iii) modelo de planejamento, execução e controle de fiscalização de empresas definido e implantado; (iv) sistema de controle de ECF; (v) modelo de gestão do IPVA; (vi) modelo de fiscalização de mercadorias em trânsito; (vii) modelo de gestão de concessão/renovação de benefícios fiscais; (viii) modelo de gestão da legislação tributária estadual; (ix) processo administrativo-tributário eletrônico; e (x) ampliação da assistência eletrônica ao contribuinte via Internet; e
- (b) Aperfeiçoamento da gestão do cadastro e implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Este Subcomponente financiará a modernização e a ampliação da infraestrutura de tecnologia da informação (TI), com o fim de viabilizar a implantação da NF-e e do SPED.

## **Componente III - Administração Financeira, Patrimonial e Controle Interno**

**2.05** Este componente visa a melhorar o desempenho da administração financeira e aumentar o controle do gasto público. Neste contexto contemplará os seguintes Subcomponentes e respectivos produtos:

- (a) Melhoria da eficiência e da eficácia da administração financeira. Este Subcomponente financiará a implantação de: (i) sistema integrado de administração financeira; e (ii) modelo de apropriação e contabilidade de custos; e
- (b) Aperfeiçoamento dos mecanismos de auditoria e controle interno e da gestão fiscal. Este Subcomponente financiará a atualização do modelo de gestão do controle interno do Estado.

## **Componente IV – Gestão de Recursos Estratégicos**

**2.06** Este componente contemplará os seguintes Subcomponentes e respectivos produtos:

- (a) Aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência e comunicação com a sociedade. Este Subcomponente financiará a disseminação do Programa de Educação Fiscal;

- (b) Modernização da gestão e aperfeiçoamento dos serviços de tecnologia da informação e comunicação. Este Subcomponente financiará: (i) a elaboração do modelo de gestão de Tecnologia da Informação; (ii) o modelo de segurança da informação; e (iii) a implantação da Arquitetura de Sistemas Voltada para Serviços (SOA); e
- (c) Aperfeiçoamento da gestão de recursos humanos. Este Subcomponente financiará a implantação: (i) do programa de gestão de talentos e de educação e formação dos funcionários da SEFAZ; (ii) a biblioteca física e virtual na SEFAZ; e (iii) o modelo de comunicação.

### III. Custo do Programa e plano de financiamento

- 3.01 O custo total do Programa é estimado em quantia equivalente a US\$ 22.300.000,00 (vinte e dois milhões trezentos mil dólares), dos quais o Banco financiará até o equivalente a US\$ 19.759.050,00 (dezenove milhões setecentos e cinquenta e nove mil e cinquenta dólares) a débito do Mecanismo Unimonetário dos recursos do Capital Ordinário. Os recursos de contrapartida, no montante de US\$ 2.540.950,00 (dois milhões quinhentos e quarenta mil e novecentos e cinquenta dólares), serão aportados pelo Mutuário utilizando recursos provenientes do contrato de financiamento firmado entre o Mutuário e o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES no âmbito do PMAE e recursos próprios.

#### Custo e financiamento (US\$)

CATEGORIAS*	Banco	Local	TOTAL	%
<b>1 – Administração do Programa</b>	<b>245.550</b>	-	<b>245.550</b>	<b>1,10</b>
1.1 Gestão do Programa	115.550	-	115.550	
1.2 Monitoramento e Avaliação	130.000	-	130.000	
<b>2 - Custos Diretos</b>	<b>19.158.000</b>	<b>2.540.950</b>	<b>21.698.950</b>	<b>97,31</b>
2.1 Gestão Estratégica Integrada	1.448.000	-	1.448.000	
2.2 Administração Tributária e Contencioso Fiscal	3.680.000	2.540.950	6.220.950	
2.3 Administração Financeira, Patrimonial e Controle da Gestão Fiscal	6.544.000	-	6.544.000	
2.4 Gestão de Recursos Estratégicos	7.486.000	-	7.486.000	
<b>3 - Sem Alocação Específica</b>	<b>355.500</b>	-	<b>455.500</b>	<b>1,59</b>
<b>TOTAL</b>	<b>19.759.050</b>	<b>2.540.950</b>	<b>22.300.000</b>	
<b>PERCENTAGEM</b>	<b>88,6%</b>	<b>11,4%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

\* Os juros e os encargos financeiros do Empréstimo serão pagos pelo Mutuário com recursos não incluídos no Programa.

### IV. Execução

- 4.01 O Órgão Executor do Programa será o Mutuário, por intermédio da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro (SEFAZ/RJ).

- 4.02** A estrutura de execução do Programa consiste em um Comitê Supervisor (CS) e uma Unidade de Coordenação do Programa (UCP), ambos instituídos no âmbito da Subsecretaria-Geral de Fazenda.
- 4.03** O CS será composto pelos subsecretários da Fazenda e pelo coordenador-geral da UCP e será responsável pelo estabelecimento de prioridades, diretrizes e acompanhamento estratégico do Programa. A UCP será composta por funcionários do Estado e por: (i) um coordenador-geral; (ii) um coordenador técnico de administração tributária; (iii) um coordenador técnico de gestão fazendária; (iv) um coordenador administrativo-financeiro; e (v) um assistente técnico de monitoramento e avaliação.
- 4.04** A UCP terá as seguintes responsabilidades: (i) apresentar as solicitações de desembolso ao Banco, devidamente apoiadas pela documentação pertinente; (ii) supervisionar os processos de licitação e aquisição de bens, de licitação e contratação de obras e de seleção e contratação de serviços do Programa, de acordo com o Plano de Aquisições (PA) correspondente e com as políticas do Banco sobre a matéria; (iii) manter o sistema contábil-financeiro do Programa de forma apropriada, de acordo com as normas do Banco sobre a matéria; (iv) apresentar informes e relatórios sobre a execução do Programa; (v) apresentar planos operacionais e atualizar o PA; (vi) manter as respectivas faturas, bem como contratos e ordens de pagamento, e apresentá-los ao Banco e aos auditores do programa quando solicitados; e (vii) certificar-se de que as obras contratadas e os bens adquiridos com recursos do programa estão sendo mantidos em conformidade com normas técnicas de aplicação geral.
- 4.05** Além da estrutura básica de execução do Programa descrita acima, foram designados líderes para os produtos entre os funcionários das áreas contempladas pelo Programa.
- 4.06** O Programa será regido por um Regulamento Operacional (ROP) aprovado pelo Banco como parte integrante do CCLIP-PROFISCO. O Regulamento Operacional inclui os critérios de elegibilidade do Mutuário, do Programa e dos produtos financiáveis.
- 4.07** No caso de bens e serviços adquiridos com recursos do Programa serem transferidos a outros órgãos do Estado, os respectivos órgãos beneficiários deverão comprometer-se previamente, por escrito, com a adequada operação e manutenção de tais bens.
- 4.08** O Mutuário poderá realizar ações de integração e cooperação nacional e internacional na área fiscal, em especial no que se refere a compartilhar soluções técnicas, trocar informações, transferir conhecimentos, instituir redes temáticas e promover a cooperação interinstitucional.

## **V. Manutenção**

- 5.01** O propósito da manutenção é o de conservar as obras compreendidas no Programa nas condições de operação em que se encontravam no momento da conclusão das mesmas e

manter os bens e equipamentos de acordo com as normas técnicas geralmente aceitas e conforme seja o caso, ambos dentro de um nível compatível com os serviços que devem prestar.

- 5.02** O primeiro plano anual de manutenção deverá corresponder ao exercício fiscal seguinte ao da entrada em operação da primeira obra ou a primeira aquisição de bens ou equipamentos do Programa, o que ocorrer primeiro.
- 5.03** O plano anual de manutenção deverá incluir: (i) os detalhes da organização responsável pela manutenção, o pessoal encarregado e o número, tipo e estado dos equipamentos destinados à manutenção; (ii) a localização, o tamanho e o estado das instalações destinadas a reparação e armazenagem, bem como dos acampamentos de manutenção; (iii) a informação relativa aos recursos que serão investidos em manutenção durante o ano corrente e o montante dos que serão incluídos no orçamento do ano seguinte; e (iv) um relatório sobre as condições da manutenção, baseado no sistema de avaliação de suficiência estabelecido pelo Mutuário.



## **CONTRATO DE GARANTIA**

entre a

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

e o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Referente ao Empréstimo ao Estado do Rio de Janeiro para o  
Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro (PROFAZ/RJ)  
PROFISCO-RJ

[data]

## CONTRATO DE GARANTIA

CONTRATO celebrado no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_, entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (a seguir denominada "Fiador") e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (a seguir denominado "Banco").

### CONSIDERANDO:

Que por meio da Resolução DE-132/08, datada de 5 de novembro de 2008, a Diretoria Executiva do Banco aprovou a Linha de Crédito Condicional (CCLIP), Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO), no valor total de até US\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), a ser utilizada mediante a celebração de Contratos de Empréstimo para Operações Individuais entre o Banco e os Estados ou outras entidades da República Federativa do Brasil, desde que tais Contratos de Empréstimo contem com a garantia do Fiador.

Que por meio do Contrato de Empréstimo No. \_\_\_\_/OC-BR (a seguir denominado "Contrato de Empréstimo"), celebrado nesta mesma data em [lugar da assinatura], entre o Banco e o Estado do Rio de Janeiro (a seguir denominado "Mutuário"), o Banco concordou em outorgar ao Mutuário um Financiamento até a quantia de US\$ 19.759.050,00 (dezenove milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América) ou quantia equivalente em outras moedas que façam parte dos recursos do Mecanismo Unimonetário do Capital Ordinário do Banco, desde que o Fiador garanta solidariamente as obrigações financeiras do Mutuário estipuladas no referido Contrato de Empréstimo e que o referido Fiador contraia as obrigações adicionais que se especificam neste instrumento.

Que o Fiador, pelo fato de haver o Banco assinado o Contrato de Empréstimo com o Mutuário, concordou em garantir o referido Empréstimo, de acordo com o estipulado neste instrumento, observadas as autorizações estipuladas na legislação brasileira pertinente.

### AS PARTES CONTRATANTES têm justo e acordado o seguinte:

1. O Fiador, como devedor solidário, responsabiliza-se por todas as obrigações financeiras, tais como pagamento do principal, juros e demais encargos relativos ao Financiamento, contraídas pelo Mutuário no Contrato de Empréstimo, cujos termos o Fiador declara conhecer integralmente. As referidas obrigações financeiras não incluem o compromisso do Fiador de contribuir com recursos adicionais para a execução do Programa.

2. O Fiador se compromete a não tomar nenhuma medida nem permitir, no âmbito da sua competência, que sejam tomadas providências que dificultem ou impeçam a execução do Programa ou obstem o cumprimento de qualquer obrigação do Mutuário estabelecida no Contrato de Empréstimo.

3. O Fiador se compromete a, no caso de estabelecer qualquer gravame sobre seus bens ou receitas fiscais, como garantia de uma dívida externa, constituir, ao mesmo tempo, um

gravame que assegure ao Banco, em posição de igualdade e proporcionalmente, o cumprimento das obrigações contraídas neste Contrato. Esta disposição não se aplicará, entretanto: (a) aos gravames sobre bens comprados para garantir o pagamento do saldo devedor do respectivo preço; nem (b) aos gravames pactuados em operações bancárias para garantir o pagamento de obrigações cujos vencimentos não sejam superiores a um ano de prazo.

4. A expressão "bens ou receitas fiscais" refere-se, no presente Contrato, a qualquer classe de bens ou rendas que pertençam ao Fiador ou a qualquer de seus departamentos ou órgãos que não sejam entidades autônomas com patrimônio próprio.

5. O Fiador se compromete a:

- (a) cooperar, no âmbito de sua competência, para assegurar o cumprimento dos objetivos do Financiamento;
- (b) informar ao Banco, com a maior urgência possível, qualquer fato que dificulte ou possa dificultar a consecução dos fins do Financiamento, ou o cumprimento das obrigações do Mutuário;
- (c) no âmbito da sua competência, proporcionar ao Banco as informações que este, razoavelmente, solicitar quanto à situação do Mutuário;
- (d) facilitar, no âmbito da sua competência, aos representantes do Banco, o exercício das suas funções relacionadas com o Contrato de Empréstimo e a execução do Programa; e
- (e) informar ao Banco, com a maior urgência possível, caso esteja, em cumprimento de suas obrigações de devedor solidário, efetuando os pagamentos correspondentes ao serviço do Empréstimo.

6. O Fiador concorda que tanto o principal quanto os juros e demais encargos do Empréstimo serão pagos sem nenhuma redução ou restrição, livres de quaisquer impostos, taxas, direitos ou encargos estabelecidos nas leis da República Federativa do Brasil, e que tanto este Contrato como o Contrato de Empréstimo estarão isentos de qualquer imposto, taxa ou direito aplicáveis em relação à celebração, registro e execução de contratos.

7. O Fiador só ficará exonerado da responsabilidade contraída com o Banco depois de ter o Mutuário cumprido integralmente com todas as obrigações financeiras assumidas no Contrato de Empréstimo. Em caso de qualquer inadimplemento por parte do Mutuário, a obrigação do Fiador não estará sujeita a qualquer notificação ou interpelação, nem a qualquer formalidade processual, demanda ou ação prévia contra o Mutuário ou contra o próprio Fiador. O Fiador, ainda, renuncia expressamente a quaisquer direitos, benefícios de ordem ou de excussão, faculdades, favores ou recursos que lhe assistam, ou possam assistir. O Fiador declara-se ciente, igualmente, de que não se desobrigará da responsabilidade contraída para com o Banco se ocorrer: (a) omissão ou abstenção no exercício, por parte do Banco, de quaisquer direitos, faculdades ou recursos que lhe assistam contra o Mutuário; (b) tolerância ou

concordância do Banco com inadimplemento do Mutuário ou atrasos em que este venha a incorrer no cumprimento de suas obrigações; (c) prorrogações de prazos ou quaisquer outras concessões feitas pelo Banco ao Mutuário, desde que com a prévia anuência do Fiador; (d) alteração, aditamento ou revogação, total ou parcial, de qualquer das disposições do Contrato de Empréstimo, desde que feitos com a prévia anuência do Fiador. Sem prejuízo do que estabelece esta Cláusula, o Banco comunicará ao Fiador qualquer inadimplemento de obrigação do Mutuário.

8. O atraso ou a abstenção, por parte do Banco, no exercício dos direitos pactuados neste Contrato não poderão ser interpretados como renúncia a tais direitos, nem como aceitação das circunstâncias que lhe permitiriam exercê-los.

9. Qualquer controvérsia que surja entre as partes, com respeito à interpretação ou aplicação deste Contrato, que não possa ser dirimida por acordo mútuo, será submetida a sentença do Tribunal Arbitral, na forma estabelecida no Capítulo IX das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo. Para os fins dessa arbitragem, aplicam-se ao Fiador todas as referências feitas ao Mutuário no mencionado Capítulo das Normas Gerais. Se a controvérsia afetar tanto o Mutuário quanto o Fiador, ambos deverão atuar conjuntamente designando um mesmo árbitro.

10. Salvo acordo escrito em que se estabeleça outro procedimento, todos os avisos, solicitações ou notificações que as partes contratantes devam enviar uma à outra em virtude deste Contrato deverão ser efetuadas, sem exceção alguma, por escrito e considerar-se-ão efetivadas quando de sua entrega ao destinatário, por qualquer meio usual de comunicação, no respectivo endereço, a seguir indicado:

Ao Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento  
1300 New York Ave., N.W.  
Washington, D.C. 20577  
Estados Unidos da América

Fax: +1 (202) 623-3096

Ao Fiador:

Ministério da Fazenda  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional  
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 8º Andar  
Brasília - D.F. - Brasil  
70048-900

Fax: +55 (61) 3412-1740

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Fiador e o Banco, agindo cada qual por intermédio de seu representante autorizado, subscrevem este Contrato em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, em *[lugar da assinatura]*, na data mencionada na frase inicial deste Contrato.

REPÚBLICA FEDERATIVA  
DO BRASIL

BANCO INTERAMERICANO DE  
DESENVOLVIMENTO

---

[nome da pessoa que assina]  
[cargo da pessoa que assina]

---

[nome da pessoa que assina]  
[cargo da pessoa que assina]



**Aviso nº 175 - C. Civil.**

**Em 30 de março de 2010.**

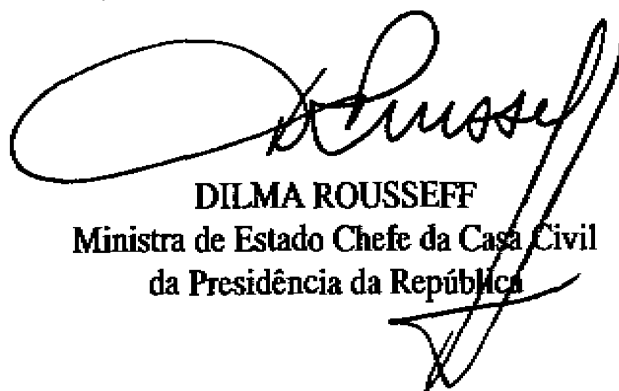
**A Sua Excelência o Senhor  
Senador HERÁCLITO FORTES  
Primeiro Secretário do Senado Federal**

**Assunto: Crédito externo.**

**Senhor Primeiro Secretário,**

**Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa à proposta para seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 17,759,050.00 (dezessete milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos são relacionados com a Linha de Crédito Adicional do BID vinculada ao “Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO)” e destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Modernização da Gestão Fazendária do Estado do Rio de Janeiro - PROFAZ”.**

**Atenciosamente,**



**DILMA ROUSSEFF**  
**Ministra de Estado Chefe da Casa Civil**  
**da Presidência da República**

*(À Comissão de Assuntos Econômicos)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar esta sessão, toda ela coordenada pelo nosso Dr. Zé Roberto e os demais funcionários.

Está encerrada a sessão do Senado da República, iniciada às 14 horas e com os votos de todo o País cristão, nós que somos líderes do Partido Social

Cristão aqui, que façamos uma reflexão do nascimento, vida, obra e ressurreição de Cristo e que unamo-nos com aquele pensamento de Cristo: Sou verdade, o caminho e a vida.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Está encerrada a sessão do Senado da República do Brasil.

*(Levanta-se a sessão às 21 horas e 15 minutos.)*

## **ATA DA 36ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 23 DE MARÇO DE 2010**

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 36**, de 24 de março de 2010)

### **RETIFICAÇÕES**

No final da página 08845:

**Onde se lê:**

EMENDA Nº - CAE

**Leia-se:**

EMENDA Nº 1 – CAE

---

No final da página 08846:

**Onde se lê:**

EMENDA Nº - CAE

**Leia-se:**

EMENDA Nº 2 – CAE

À página 09023, 2ª coluna, republique-se na íntegra o Requerimento nº 256, de 2010, por omissão gráfica das assinaturas.



## **REQUERIMENTO N.º 256 DE 2010 - SF**

Requeiro, nos termos do art. 160, do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente, do dia 17 de novembro de 2010, seja dedicado a comemorar o centenário de nascimento da escritora Rachel de Queiroz.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Estado do Ceará se regozija por ser o berço da ilustre escritora Rachel de Queiroz. Nascida em Fortaleza, em 17 de novembro de 1910, filha de Daniel de Queiroz e de Clotilde Franklin de Queiroz, Rachel descendia, pelo lado materno, da estirpe dos Alencar (sua bisavó materna, "dona Miliquinha", era prima de José de Alencar, autor de "O Guarani") e, pelo lado paterno, dos Queiroz, família de raízes profundamente lançadas em Quixadá, onde residiam e seu pai era Juiz de Direito.

Em 1917, em razão da forte seca de 1915, sua família transferiu-se para o Rio de Janeiro. Esse fato marcou sua vida de tal forma que veio a servir de inspiração para a criação de "O Quinze", seu livro de estréia. Com O Quinze Rachel alcançou lugar de destaque na literatura brasileira. Acabou tomando-se a primeira mulher a entrar para a Academia Brasileira de Letras, em 1977, ocupando a cadeira de número 5.

De volta ao Ceará, em 1925, formou-se professora aos 15 anos de idade. Já em 1927, inicia sua carreira de escritora de forma inusitada, com o pseudônimo de "Rita de Queiroz", ao redigir uma carta ao jornal "O Ceará", na qual ironizava o concurso "Rainha dos Estudantes".

Com vinte anos apenas, projetava-se na vida literária do país, agitando a bandeira do romance de fundo social, profundamente realista na sua dramática exposição da luta secular de um povo contra a miséria e a seca. Augusto Frederico Schmidt, Graça Aranha, Agripino Grieco e Gastão Gruls foram os principais críticos que avaliaram sua obra. A consagração veio com o Prêmio da Fundação Graça Aranha.

Em 1932, publicou um novo romance, intitulado "João Miguel", e em 1937, retornou com "Caminho de pedras". Dois anos depois, conquistou o prêmio da Sociedade Felipe de Oliveira com o romance "As Três Marias". Em 1950, publicou em folhetins, na revista O Cruzeiro, o romance "O galo de ouro".

Rachel foi autora de mais de duas mil crônicas, compiladas nos seguintes livros: "A donzela e a moura torta", "100 Crônicas escolhidas", "O brasileiro perplexo" e "O caçador de tatu". No Rio, onde residia desde 1939, colaborou no Diário de Notícias, em O Cruzeiro e em O Jornal.

Também foi autora de duas peças de teatro: "Lampião", criada em 1953, e "A Beata Maria do Egito", de 1958, laureada com o prêmio de teatro do Instituto Nacional do Livro, além de "O padrezinho santo", peça que escreveu para a televisão, inédita em livro. No campo da literatura infantil, escreveu o livro "O menino mágico", a pedido de Lúcia Benedetti, inspirado nas histórias que inventava para os netos. Dentre as atividades de Rachel, destaca-se também a de tradutora, com cerca de quarenta volumes traduzidos para o português.

Rachel fez parte do Conselho Federal de Cultura, desde a sua fundação, em 1967, até sua extinção, em 1989. Participou da 21ª Sessão da Assembléia Geral da ONU, em 1966, onde serviu como delegada do Brasil, trabalhando especialmente na Comissão dos Direitos do Homem. Em 1988, iniciou sua colaboração semanal no jornal O Estado de S. Paulo e no Diário de Pernambuco.

Entre os muitos prêmios que recebeu, cabe destaque: em 1980, foi condecorada com o Prêmio Nacional de Literatura de Brasília; recebeu também o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Ceará, em 1981; a Medalha Mascarenhas de Moraes, em solenidade realizada no Clube Militar (1983); a Medalha Rio Branco, do Itamarati (1985); a Medalha do Mérito Militar, no grau de Grande Comendador (1986); a Medalha da Inconfidência, do Governo de Minas Gerais (1989); O Prêmio Luís de Camões (1993); o Prêmio Moinho Santista, na categoria de romance (1996); o Diploma de Honra ao Mérito do Rotary Clube do Rio de Janeiro (1996); o título de Doutora Honoris Causa, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2000). Ainda em 2000, foi eleita para o elenco dos "20 Brasileiros empreendedores do Século XX", em pesquisa realizada pela PPE (Personalidades Patrióticas Empreendedoras).

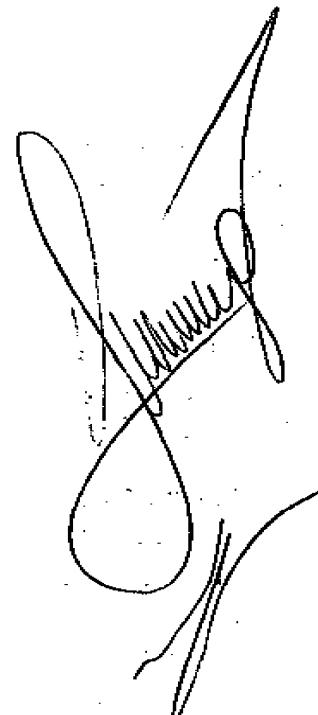
Portanto, nada mais justo que, ao se aproximar a data do centenário de seu nascimento, propor a criação desta Sessão Especial

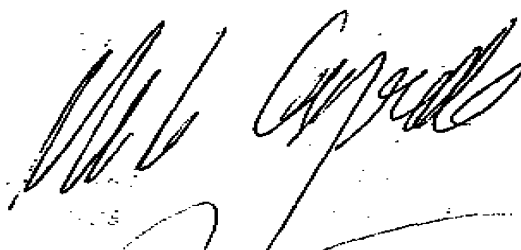
para homenagear a memória eternizada desta ilustre cearense, que muito orgulha, não somente o Estado do Ceará, mas a todo o Brasil.

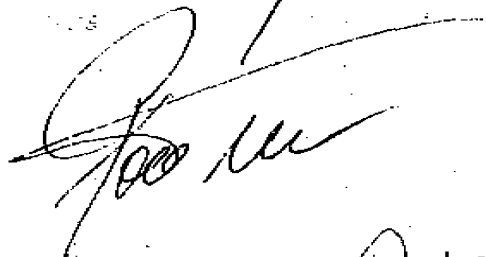
23 maio  
Sala das Sessões, 03 de fevereiro de 2010


  
Senador INÁCIO ARRUDA



  
Flávia (mão Santa)





 André Luiz

**SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 483**, ADOTADA EM 24 DE MARÇO DE 2010 E PUBLICADA EM 25 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA AS LEIS Nº<sup>06</sup> 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DOS MINISTÉRIOS, E 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993, QUE DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

<b>(CONGRESSISTAS)</b>		<b>EMENDAS NºS</b>
Deputado Ademir Camilo – PDT	21	
Senador Aloizio Mercadante – PT	35	
Deputado Arnaldo Madeira – PSDB	10, 14, 19	
Senador Arthur Virgílio – PSDB	08, 11, 16	
Deputado Edson Duarte – PV	03	
Deputado Fernando Coruja – PPS	12, 15, 17	
Senadora Kátia Abreu – DEM	18, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30	
Deputado Marcelo Ortiz – PV	38	
Deputado Paulo Bornhausen – DEM	01, 02, 04, 09, 13, 20, 27	
Senador Paulo Paim – PT	05, 06	
Deputado Paulo Teixeira – PT	34	
Senador Renato Casagrande – PSB	32	
Deputado Rodrigo Rocha Loures – PMDB	33	
Deputado Rodrigo Rollemberg – PSB	22, 31, 36	
Senadora Serys Stessarenko – PT	07	
Deputado Zonta – PP	37	

**SSACM**

**Total de Emendas: 038.**

MPV-483

00001

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 30/03/10	Proposição Medida Provisória nº 483/10
------------------	---

Autor Deputado PAULO BORNHUSEN DE OLIVEIRA	Nº do proponente
---	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao inciso VIII do art. 29, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, alterado pelo art. 1º da MP 483 de 24 de março de 2010, a seguinte redação:

\*Art. 29.....

.....

VIII - do Ministério do Desenvolvimento Agrário o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, o Conselho Curador do Banco da Terra e até três Secretarias, sendo que uma deverá coordenar, normatizar e supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal, nos termos do art. 33 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; (NR)


## Justificativa

O texto original da MP cria mais uma Secretaria no Ministério do Desenvolvimento Agrário para coordenar, normatizar e supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal.

A criação de mais uma estrutura administrativa acarreta aumento de despesa no âmbito do Poder Executivo.

Não há necessidade de criação de mais uma Secretaria para cuidar da regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal. Essa atribuição pode ser direcionada para uma das Secretarias já existentes no Ministério de Desenvolvimento Agrário.

PARLAMENTAR


---

**MPV-483****00002****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data</b> 30/03/10	<b>Proposição</b> <b>Medida Provisória nº 483/10</b>
-------------------------	---

<b>Autor</b> <b>Deputado PAULO ROSENTHAL</b>	<b>Nº do prontuário</b>
---	-------------------------

<input checked="" type="checkbox"/> <b>Supressiva</b>	<input type="checkbox"/> <b>substitutiva</b>	<input type="checkbox"/> <b>modificativa</b>	<input type="checkbox"/> <b>aditiva</b>	<input type="checkbox"/> <b>Substitutivo global</b>
---	--	--	---	---

<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Suprima-se o inciso XX do artigo 29, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, alterado pelo art. 1º da MP 483 de 24 de março de 2010.

**Justificativa**

O texto original da MP cria mais uma Secretaria no Ministério da Saúde.

A criação de mais uma estrutura administrativa acarreta aumento de despesa no âmbito do Poder Executivo.

Não há necessidade de criação de mais uma Secretaria. Além do mais, a atual gestão está em seu último ano de governo, faltando apenas 09 meses para o término, não havendo necessidade de alteração da estrutura da Presidência da República.

Por fim, na publicação desta MP, o Poder Executivo não anexou a Exposição de Motivos. Com isso, não há como saber a real necessidade da criação dessa Secretaria.

**PARLAMENTAR**

**MPV-483****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 483, DE 21  
(Do Poder Executivo)****00003**

Altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.

**EMENDA ADITIVA**

Inclua-se no artigo 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, o seguinte § 2º, renumerando-se os demais:

*"§2º Ficam prorrogados, em caráter excepcional, os contratos por prazo determinado de que trata a alínea "h", do inciso VI, do art. 2º desta Lei, até 31 de julho de 2013, independentemente da limitação do inciso III, do § 1º deste artigo, observado o limite de encerramento dos projetos de cooperação, conforme disposto no § 3º do art. 1º da Lei nº 12.084, de 30 de outubro de 2009".*

**JUSTIFICATIVA**

A proposta de prorrogação da vigência de contratos temporários por tempo determinado tem por objetivo permitir que diversos Projetos de Cooperação Técnica firmados com organismos internacionais possam ter assegurada a continuidade de suas atividades, agora no serviço público, sem prejuízo da qualidade do trabalho em função da falta de recursos humanos. Além disso, a proposta preserva o salto de qualidade que os servidores concursados temporários deram aos Órgãos nos quais ingressaram há aproximadamente 6 (seis) anos, após serem submetidos a rigoroso concurso público, denominado processo seletivo simplificado, composto de provas escritas, de caráter eliminatório, prova de títulos e comprovação de experiência profissional, estas duas últimas de caráter classificatório, em atendimento formal ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal.

Em 2002, foi assinado junto ao Ministério Público do Trabalho um termo de Conciliação Judicial, pelo qual a União se comprometia a substituir os contratos na modalidade Equipe Base de Projetos de Cooperação Técnica Internacional. As substituições previstas no mencionado Termo eram dos contratos que exerciam atividades com caráter de permanência, necessário à execução integral dos projetos. Tais contratos eram feitos diretamente com os organismos internacionais. O referido Termo de Conciliação judicial recomendava à União alteração na Lei nº. 8.745, de 1993, de modo a incluir como possibilidade de contratação temporária as atividades Técnicas Especializadas desenvolvidas no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado.



Tendo em vista as determinações emanadas do Termo de Conciliação Judicial, o Ministério do Planejamento autorizou em 2003 a realização de processos seletivos compostos de provas objetivas, subjetivas e de títulos para um total de 3.703 vagas. As vagas autorizadas permitiram o desenvolvimento das atividades em diversos projetos de cooperação. Com a edição da Lei nº 12.084, de 20 de outubro de 2009, resultante da conversão da Medida Provisória nº 467, de 30 de julho de 2009, buscou-se a manutenção das atividades desempenhadas por 437 servidores concursados temporários, tendo em vista o caráter estratégico para a continuidade das atividades sem perda de qualidade dos trabalhos, considerando-se a elevada capacitação técnica e experiência profissional deste quadro.

Diversos projetos foram prorrogados, tiveram suas atividades ampliadas ou foram substituídos por novos projetos. Nestes, o desempenho das atividades técnicas especializadas é importante para evitar, como já exposto, a descontinuidade das atividades propostas. Neste sentido, a solução que permite a manutenção dos projetos é a prorrogação da vigência dos contratos até 31 de julho de 2013.

Além do já exposto, a relevância dessa medida caracteriza-se por estabelecer estreita ligação entre os princípios da Legalidade e do Interesse Público, além de suprir a necessidade de se assegurar a continuidade das atividades técnicas especializadas mencionadas. A continuidade dos contratos temporários, referidos na presente proposta de emenda, são de fundamental importância para a execução de ações nas áreas de saúde, meio ambiente, educação, desenvolvimento social, ciência e tecnologia, dentre outras, cujos contratos vencem até julho de 2010, e que possuem ligação com as atividades emergenciais de que trata esta Medida Provisória, especialmente no que diz respeito às atividades de planejamento, a médio e longo prazo, voltadas a um melhor desempenho do poder público.

A urgência está também presente, devido à necessidade de suprir com recursos humanos especializados os órgãos da administração pública federal direta e indireta, para a execução das prioridades estabelecidas pelo Plano de Aceleração do Crescimento, bem como as ações relevantes para a recuperação e superação de gargalos na infra-estrutura nacional.

Com relação ao impacto orçamentário-financeiro, esclareceu o Ministro Paulo Bernardo, do Ministério do Planejamento, na justificativa à MP nº 467, de 2009, contida na EM nº 00170/2009/MP, que *"a prorrogação dos contratos temporários não gera aumento de despesa, uma vez que os contratos já existem e sua eventual prorrogação apenas exigiria dos órgãos e entidades envolvidos a manutenção da dotação específica utilizando para tanto do expediente de transferir para o pagamento dos custos de cada contrato os recursos já inscritos em seu orçamento de custeio"*.

Sala das Sessões, 30 de março de 2010.

  
DEP. EDSON DUARTE  
PV/BA

**MPV-483****00004****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data</b> 30/03/10	<b>Proposição</b> <b>Medida Provisória nº 483/10</b>
-------------------------	---

<b>Autor</b> <b>Deputado PAULO BANHAUSEN DEM/SE</b>	<b>Nº do precatório</b>
--	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se ao § 4º do art. 2º, da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, alterado pelo art. 2º da MP 483 de 24 de março de 2010, a seguinte redação:

“Art. 2º.....

§ 4º Para efeitos desta lei, ato do Poder Executivo disporá sobre a declaração de emergências em saúde pública, até que o Congresso Nacional discipline a matéria” (NR).

**Justificativa**

O texto original da MP determina que ato do Poder Executivo disporá sobre a declaração de emergências em saúde pública.

Entretanto, o excesso de discricionariedade atribuída ao Poder Executivo pode gerar desvio de finalidade na aplicação da lei.

Para evitar essa distorção, é necessário que a declaração de emergências em saúde pública seja regulado pelo Congresso Nacional.

Além do mais, a amplitude do termo “emergência em saúde pública” gera a necessidade de uma regulamentação mais específica.

PARLAMENTAR


---

**MPV-483****00005**

**EMENDA Nº .**  
**(à MPV Nº 483/2010)**

Inclua-se no artigo 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, constante no art. 2º da Medida Provisória nº 483, de 2010, o seguinte § 2º, reenumerando-se os demais:

“Art. 4º .....

§ 1º .....

*§ 2º Ficam prorrogados, em caráter excepcional, os contratos por prazo determinado de que trata a alínea “h”, do inciso VI, do art. 2º desta Lei, até 31 de julho de 2013, independentemente da limitação do inciso III, do § 1º deste artigo, observado o limite de encerramento dos projetos de cooperação, conforme disposto no § 3º do art. 1º da Lei nº 12.084, de 30 de outubro de 2009”.*

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta de prorrogação da vigência de contratos temporários por tempo determinado tem por objetivo permitir que diversos Projetos de Cooperação Técnica firmados com organismos internacionais possam ter assegurada a continuidade de suas atividades, agora no serviço público, sem prejuízo da qualidade do trabalho em função da falta de recursos humanos. Além disso, a proposta preserva o salto de qualidade que os servidores concursados temporários deram aos Órgãos nos quais ingressaram a aproximadamente 6 (seis) anos, após serem submetidos a rigoroso concurso público, denominado processo seletivo simplificado, composto por de provas escritas, de caráter eliminatório, prova de títulos e comprovação de experiência profissional, estas duas últimas de caráter classificatório, em atendimento formal ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal.

Em 2002, foi assinado junto ao Ministério Público do Trabalho um termo de Conciliação Judicial, pelo qual a União se comprometia a substituir os contratos na modalidade Equipe Base de Projetos de Cooperação Técnica Internacional. As substituições previstas no mencionado Termo eram dos contratos que exerciam atividades com caráter de permanência, necessário à execução integral dos projetos. Tais contratos eram feitos diretamente com os organismos internacionais. O referido Termo de Conciliação judicial recomendava à União alteração na Lei nº. 8.745, de 1993, de modo a incluir como possibilidade de contratação temporária as atividades Técnicas Especializadas desenvolvidas no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado.

Tendo em vista as determinações emanadas do Termo de Conciliação Judicial, o Ministério do Planejamento autorizou em 2003 a realização de processos seletivos compostos de provas objetivas, subjetivas e de títulos para um total de 3.703 vagas. As vagas autorizadas permitiram o desenvolvimento das atividades em diversos projetos de cooperação. Com a edição da Lei nº 12.084, de 20 de outubro de 2009, resultante da conversão da Medida Provisória nº 467, de 30 de julho de 2009, buscou-se a manutenção das atividades desempenhadas por 437 servidores concursados temporários, tendo em vista o caráter estratégico para a continuidade das atividades sem perda de qualidade dos trabalhos, considerando-se a elevada capacitação técnica e experiência profissional deste quadro.

Diversos projetos foram prorrogados, tiveram suas atividades ampliadas ou foram substituídos por novos projetos. Nestes, o desempenho das atividades técnicas especializadas é importante para evitar, como já exposto, a descontinuidade das atividades propostas. Neste sentido, a solução que permite a manutenção dos projetos é a prorrogação da vigência dos contratos até 31 de julho de 2013.

Além do já exposto, a relevância dessa medida caracteriza-se por estabelecer estreita ligação entre os princípios da Legalidade e do Interesse Público, além de suprir a necessidade de se assegurar a continuidade das atividades técnicas especializadas mencionadas. A continuidade dos contratos temporários, referidos na presente proposta de emenda, são de fundamental importância para a execução de ações nas áreas de saúde, meio ambiente, educação, desenvolvimento social, ciência e tecnologia, dentre outras, cujos contratos vencem até julho de 2010, e que possuem ligação com as atividades emergenciais de que trata esta Medida Provisória, especialmente no que diz respeito às atividades de planejamento, a médio e longo prazo, voltadas a um melhor desempenho do poder público.

A urgência está também presente, devido à necessidade de suprir com recursos humanos especializados os órgãos da administração pública federal direta e indireta, para a execução das prioridades estabelecidas pelo Plano de Aceleração do Crescimento, bem como as ações relevantes para a recuperação e superação de gargalos na infra-estrutura nacional.

Com relação ao impacto orçamentário-financeiro, esclareceu o Ministro Paulo Bernardo, do Ministério do Planejamento, na justificativa à MP nº 467, de 2009, contida na EM nº 00170/2009/MP, que *"a prorrogação dos contratos temporários não gera aumento de despesa, uma vez que os contratos já existem e sua eventual prorrogação apenas exigiria dos órgãos e entidades envolvidos a manutenção da dotação específica utilizando para tanto do expediente de transferir para o pagamento dos custos de cada contrato os recursos já inscritos em seu orçamento de custeio"*.

Sala das Sessões,



Senador PAULO PAIM PT

**MPV-483****00006****EMENDA Nº .  
(à MPV Nº 483/2010)**

Inclua-se no artigo 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, constante no art. 2º da Medida Provisória nº 483, de 2010, o seguinte § 2º, reenumerando-se os demais:

“Art. 4º .....

§ 1º .....

*§ 2º Ficam prorrogados, em caráter excepcional, os contratos por prazo determinado de que trata a alínea “h”, do inciso VI, do art. 2º desta Lei, independentemente da limitação do inciso III, do § 1º deste artigo, até a data de encerramento dos projetos de cooperação, conforme disposto no § 3º do art.1º da Lei nº 12.084, de 30 de outubro de 2009”.*

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta de prorrogação da vigência de contratos temporários por tempo determinado tem por objetivo permitir que diversos Projetos de Cooperação Técnica firmados com organismos internacionais possam ter assegurada a continuidade de suas atividades, agora no serviço público, sem prejuízo da qualidade do trabalho em função da falta de recursos humanos. Além disso, a proposta preserva o salto de qualidade que os servidores concursados temporários deram aos Órgãos nos quais ingressaram a aproximadamente 6 (seis) anos, após serem submetidos a rigoroso concurso público, denominado processo seletivo simplificado, composto por de provas escritas, de caráter eliminatório, prova de títulos e comprovação de experiência profissional, estas duas últimas de caráter classificatório, em atendimento formal ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal.

Em 2002, foi assinado junto ao Ministério Público do Trabalho um termo de Conciliação Judicial, pelo qual a União se comprometia a substituir os contratos na modalidade Equipe Base de Projetos de Cooperação Técnica Internacional. As substituições previstas no mencionado Termo eram dos contratos que exerciam atividades com caráter de permanência, necessário à execução integral dos projetos. Tais contratos eram feitos diretamente com os organismos internacionais. O referido Termo de Conciliação judicial recomendava à União alteração na Lei nº. 8.745, de 1993, de modo a incluir como possibilidade de contratação temporária as atividades Técnicas Especializadas desenvolvidas no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado.

Tendo em vista as determinações emanadas do Termo de Conciliação Judicial, o Ministério do Planejamento autorizou em 2003 a realização de processos seletivos compostos de provas objetivas, subjetivas e de títulos para um total de 3.703 vagas. As vagas autorizadas permitiram o desenvolvimento das atividades em diversos projetos de cooperação. Com a edição da Lei nº 12.084, de 20 de outubro de 2009, resultante da conversão da Medida Provisória nº 467, de 30 de julho de 2009, buscou-se a manutenção das atividades desempenhadas por 437 servidores concursados temporários, tendo em vista o caráter estratégico para a continuidade das atividades sem perda de qualidade dos trabalhos, considerando-se a elevada capacitação técnica e experiência profissional deste quadro.

Diversos projetos foram prorrogados, tiveram suas atividades ampliadas ou foram substituídos por novos projetos. Nestes, o desempenho das atividades técnicas especializadas é importante para evitar, como já exposto, a descontinuidade das atividades propostas. Neste sentido, a solução que permite a manutenção dos projetos é a prorrogação da vigência dos contratos até a data de encerramento dos projetos de cooperação, conforme disposto no § 3º do art. 1º da Lei nº 12.084, de 30 de outubro de 2009.

Além do já exposto, a relevância dessa medida caracteriza-se por estabelecer estreita ligação entre os princípios da Legalidade e do Interesse Público, além de suprir a necessidade de se assegurar a continuidade das atividades técnicas especializadas mencionadas. A continuidade dos contratos temporários, referidos na presente proposta de emenda, são de fundamental importância para a execução de ações nas áreas de saúde, meio ambiente, educação, desenvolvimento social, ciência e tecnologia, dentre outras, cujos contratos vencem até julho de 2010, e que possuem ligação com as atividades emergenciais de que trata esta Medida Provisória, especialmente no que diz respeito às atividades de planejamento, a médio e longo prazo, voltadas a um melhor desempenho do poder público.

A urgência está também presente, devido à necessidade de suprir com recursos humanos especializados os órgãos da administração pública federal direta e indireta, para a execução das prioridades estabelecidas pelo Plano de Aceleração do Crescimento, bem como as ações relevantes para a recuperação e superação de gargalos na infra-estrutura nacional.

Com relação ao impacto orçamentário-financeiro, esclareceu o Ministro Paulo Bernardo, do Ministério do Planejamento, na justificativa à MP nº 467, de 2009, contida na EM nº 00170/2009/MP, que *“a prorrogação dos contratos temporários não gera aumento de despesa, uma vez que os contratos já existem e sua eventual prorrogação apenas exigiria dos órgãos e entidades envolvidos a manutenção da dotação específica utilizando para tanto do expediente de transferir para o pagamento dos custos de cada contrato os recursos já inscritos em seu orçamento de custeio”*.

Sala das Sessões,



Senado PAULO PAIM

MPV-483

00007

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 02/04/2009		Proposição Medida Provisória nº. 483, de 24 de março de 2010		
Autor SENADORA SERYS GHESSARENKO PT/MT		nº. do proeminente		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se a Medida Provisória 483, de 24 de março de 2010, onde couber:

A Art. 2º A Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 9º .....

III – SUPRIMA-SE O INCISO III.

Art. 2º-A – Por força da Art. 73, inciso V, da Lei nº 9.504-97, de 30 de setembro de 1997, ficam prorrogados em caráter excepcional, os contratos por prazo determinado, de que trata o art. 2º, inciso VI, alínea "h", da Lei nº. 8.745, de 9 de dezembro de 1993, vigentes até 31 de julho de 2010, para 31 de julho de 2011, independentemente da limitação do art. 4º, parágrafo único, inciso III daquela Lei.

**JUSTIFICAÇÃO:**

Os contratos dos servidores por prazo determinado de que trata o art. 2º, inciso VI, alínea "h", da Lei nº. 8.745, de 9 de dezembro de 1993, em plena vigência, estão previstos para encerrar em 31 de julho de 2010, e isto ocorrerá dentro do período eleitoral quando existe restrição para nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem as eleições, sob pena de nulidade de pleno direito, cujo período passará a ser contado a partir de 3 de julho de 2010).

A Lei 9.504-97 em seu Artigo 73 diz que: "São proibidos aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:"

.....  
"V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício



funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou **exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem** e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados."

A proposta de prorrogação da vigência de contratos temporários por tempo determinado, tem por objetivo, além de impedir um flagrante desrespeito, a lei eleitoral permitir que diversos Projetos de Cooperação Técnica firmados com organismos internacionais, possam ter assegurada a continuidade de suas atividades, agora no serviço público, sem prejuízo das qualidades do trabalho em função da falta de recursos humanos.

Em 2002, foi assinado junto ao Ministério Público do Trabalho um Termo de Conciliação Judicial, pelo qual a União se comprometia a substituir os contratos na modalidade Equipe Base, de Projetos de Cooperação Técnica Internacional. As substituições previstas no mencionado Termo, eram dos contratos que exerciam atividades com caráter de permanência necessário à execução integral dos projetos. Tais contratos eram feitos diretamente com os organismos internacionais. O referido Termo de Conciliação Judicial recomendava à União alteração na Lei nº. 8.745, de 1993, de modo a incluir como possibilidade de contratação temporária as atividades Técnicas Especializadas desenvolvidas no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado.

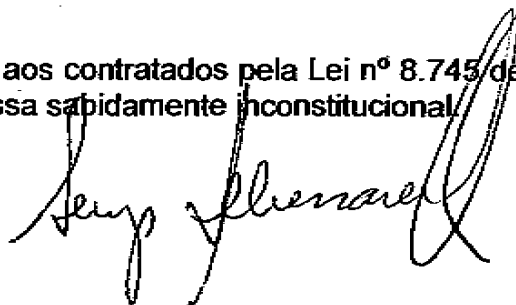
Tendo em vista as determinações emanadas do Termo de Conciliação Judicial, o Ministério do Planejamento autorizou, em 2003 a realização de processos seletivos simplificados para um total de 3.703 vagas. As vagas autorizadas permitiram o desenvolvimento das atividades em diversos projetos de cooperação. Em setembro de 2007, constatou-se a existência de 1.100 das vagas e por último em 2009, constata-se a existência de 437 servidores por força da lei nº 12.084, de 30 de outubro de 2009. Portanto, entre as autorizações do Ministério do Planejamento para cumprir as determinações do Termo de Conciliação Judicial, houve uma redução de cerca de 88,19% no número de contratos temporários amparados pela alínea "h" do inciso VI do art. 2º da Lei 8.745, de 1993.

Contudo, diversos projetos foram prorrogados, tiveram suas atividades ampliadas ou foram substituídos por novos projetos. Em tais projetos, o desempenho das atividades técnicas especializadas é importante para que se evite descontinuidade nas atividades propostas. Neste sentido, a solução que permite a manutenção dos projetos é a prorrogação da vigência dos contratos até 31 de julho de 2011.


Além do já exposto, a relevância dessa medida, está caracterizada pela necessidade de se assegurar a continuidade de atividades técnicas especializadas, de servidores já contratados e com larga experiência no âmbito dos órgãos e entidades que compõe a estrutura básica da Presidência de República e projetos de cooperação com organismos internacionais, que são de fundamental importância para a execução de ações nas áreas de saúde, meio ambiente, educação, desenvolvimento social, ciência e tecnologia, dentre outras, cujos contratos vencem até julho de 2010.

Com relação ao impacto orçamentário-financeiro, não gera aumento de despesa, uma vez que os contratos já existem e sua eventual prorrogação apenas exigiria dos órgãos e entidades envolvidos, a manutenção da dotação específica utilizando para tanto do expediente de transferir para o pagamento dos custos de cada contrato de recursos já destinados ao custeio.

A supressão do Inciso III, do art. 9º, impõe aos contratados pela Lei nº 8.745 de 1993, uma quarentena de 24 meses, exigência essa sabidamente inconstitucional.



**MPV-483****00008****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data</b> <b>25/03/2010</b>	<b>Proposição</b> <b>Medida Provisória nº 483, de 24 de março de 2010.</b>			
<b>Autor</b> <b>Senador ARTHUR VIRGÍLIO</b> <i>PSDB/AM</i>	<b>nº do parecer</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Supressiva</b>	<input type="checkbox"/> <b>2. substitutiva</b>	<input type="checkbox"/> <b>3. modificativa</b>	<input type="checkbox"/> <b>4. aditiva</b>	<input type="checkbox"/> <b>5. Substitutivo global</b>
<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>
<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>				
<p>Suprima-se o art. 4º, da Medida Provisória nº 483, de 2010.</p> <p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICAÇÃO</b></p> <p>As despesas correntes do governo federal têm aumentado de maneira significativa, o que vem provocando um grave desequilíbrio das contas públicas.</p> <p>Não há comprovação orçamentária de que a alteração dos referidos cargos não geram, efetivamente, qualquer aumento de despesas. Essas mudanças podem não causar um acréscimo, em primeiro plano, nos gastos do governo, mas a longo prazo tem um impacto maior com o pagamento de verbas indenizatórias e outros benefícios inerentes ao novo cargo criado.</p> <p>Diante do exposto, sugiro a aprovação da presente emenda.</p> <p style="text-align: right;">Sala das Sessões, 25 de março de 2010.</p> <p style="text-align: center;"> <b>Senador ARTHUR VIRGÍLIO</b></p>				

MPV-483

00009

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

<b>Data</b> 30/03/10	<b>Proposição</b> Medida Provisória nº 483/10
-------------------------	--

<b>Autor</b> Deputado PAULO BORNHAUSEN DEUSIL	<b>Nº do prontuário</b>
--	-------------------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 4º da MP 483 de 24 de março de 2010 e o parágrafo único do artigo 25, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, alterado pelo art. 1º da MP 483 de 24 de março de 2010.

## Justificativa

O art. 4º da MP transforma três cargos de Secretários Especiais em Ministros de Estado e dois cargos de Subchefe-Executivo em Secretário Executivo, sem aumento de despesa.


Ocorre que, essa transformação acarretará despesa a longo prazo, até porque o status de Ministro de Estado exige uma complexa estrutura de suporte.

Além do mais, a atual gestão está em seu último ano de governo, faltando apenas 09 meses para o término, não havendo necessidade de alteração da estrutura da Presidência da República, criando mais cargos de Ministros de Estado.

O que se percebe, é que essa MP é mais uma medida eleitoreira da atual gestão.

Por fim, na publicação desta MP, o Poder Executivo não anexou a Exposição de Motivos. Com isso, não há como saber a real necessidade da transformação desses cargos.

PARLAMENTAR



MPV-483

00010

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/03/2010	proposição Medida Provisória nº 483, de 2010
autor Deputado ARNALDO MADEIRA - PSDB-SP	nº do prolatário
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> substitutiva    3 <input type="checkbox"/> modificativa    4 <input type="checkbox"/> aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Art.    Parágrafo    Inciso    Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Suprima-se o art. 4º da Medida Provisória nº 483, de 2010.

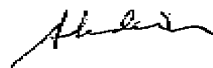
## JUSTIFICAÇÃO

Esta Medida Provisória visa promover uma série de modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo Federal, no âmbito da Presidência da República. Entre seus objetivos está a de transformação em cargos de Ministro de Estado dos cargos de natureza especial hoje ocupados pelos Secretários Especiais dos Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres e de Portos. A MPV também transforma os cargos de Subchefe-Executivo da Secretaria de Comunicação Social e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República em cargos de Secretário-Executivo da Secretaria de Comunicação Social e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; além de criar cargos de natureza especial e cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS. No total, são transformadas 481 Funções Comissionadas Técnicas (FCT-15) e 3 DAS (6) em 69 DAS (1 a 5) e 4 cargos de natureza especial (sem aumento de despesa). No entanto, são ainda criados 134 novos DAS (1 a 6), cujo impacto aos cofres públicos anual estima-se em R\$ 4.732.832,80.

Não é possível que admitamos, em pleno ano eleitoral, uma manipulação dessa ordem na Administração Pública. Além do impacto orçamentário descompromissado com a moralidade administrativa e a gestão fiscal responsável, ainda somos surpreendidos com a transformação de centenas de funções comissionadas técnicas em cargos de livre nomeação – os chamados cargos comissionados. Isso é um desrespeito ao servidor público concursado, que merece ser valorizado e incentivado a dedicar-se cada vez mais ao serviço público. No mais, essas Secretarias foram criadas desde o início do primeiro mandato do Presidente da República e somente agora se levanta interesse em modificar sua natureza.

Considero, portanto, esta Medida Provisória inoportuna e entendo que ela não respeita sequer os pressupostos constitucionais de urgência e relevância, necessários a justificar sua edição. Afinal, não há justificativa razoável ou jurídica para transformar essas Secretarias em Ministério, sobretudo a 9 meses do fim do mandato do Presidente da República.

PARLAMENTAR



**MPV-483****00011****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data</b> 25/03/2010	<b>Proposição</b> Medida Provisória nº 483, de 24 de março de 2010.			
<b>Autor</b> Senador ARTHUR VIRGÍLIO <i>PSDB/AM</i>	<b>nº do prontuário</b>			
<input checked="" type="checkbox"/> 1. Supressiva <input type="checkbox"/> 2. substitutiva <input type="checkbox"/> 3. modificativa <input type="checkbox"/> 4. aditiva <input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global				
<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>
<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>				

Suprima-se o art. 5º, da Medida Provisória nº 483, de 2010.

**JUSTIFICAÇÃO**

As despesas correntes do governo federal têm aumentado de maneira significativa, o que vem provocando um grave desequilíbrio das contas públicas.

Não há comprovação orçamentária de que a alteração dos referidos cargos não geram, efetivamente, qualquer aumento de despesas. Essas mudanças podem não causar um acréscimo em primeiro plano nos gastos do governo, mas a longo prazo tem um impacto maior, com o pagamento de verbas indenizatórias e outros benefícios inerentes ao novo cargo criado.

Diante do exposto, sugiro a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, 25 de março de 2010.

  
**Senador ARTHUR VIRGÍLIO**

**MPV-483****00012****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 483, DE 2010**

*Altera as Leis n.ºs 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.*

**EMENDA N.º**

Suprima-se o artigo 5º da Medida Provisória n.º 483, de 24 de março de 2010.

**JUSTIFICATIVA**

O artigo 5º da Medida Provisória n.º 483, de 2010, dispõe sobre a transformação de 3 cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS 6 e 481 Funções Comissionadas Técnicas – FCT-15 em 4 cargos de natureza especial (de Secretários-Executivos) e 69 novos DAS, todos de livre nomeação e exoneração. Apesar de essa transformação não incorrer em aumento de despesa, é importante salientar que as Funções Comissionadas previstas no art. 58 da Medida Provisória n.º 2.229-43, de 2001, mencionadas no art. 5º da MP, destinam-se exclusivamente a ocupantes de cargos efetivos, ou seja, investidos em virtude de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme o art. 37 da Constituição Federal.



Com efeito, muito provavelmente, faz-se necessária a disponibilização de uma estrutura de pessoal para os órgãos ali mencionados. O que não podemos concordar, contudo, é que a criação desses cargos seja exclusivamente ou majoritariamente da espécie de livre nomeação e exoneração. Essa prática é contrária à imposição de um limite para os gastos da União com a folha de pagamento e, principalmente, com o espírito republicano, que deve reger a Administração Pública.

A criação ou transformação de cargos comissionados não é novidade. O Governo Federal, nos últimos anos, sempre que possível e, no mais das vezes, por meio de medidas provisórias, vem insistindo em criar cargos em comissão na estrutura do Poder Executivo, em clara oposição ao princípio do concurso público. Apenas como exemplos, podemos mencionar as Medidas Provisórias n.º 437 e 377, em que foram criados, respectivamente, 260 e 626 cargos DAS.

Sala das Sessões, em        de março de 2010.



Deputado **FERNANDO CORUJA**  
**PPS/SC**

MPV-483

00013

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

<b>Data</b> 30/03/10	<b>Proposição</b> Medida Provisória nº 483/10
-------------------------	--

<b>Autor</b> Deputado PAULO BORRHAUSEN DEM/SC	<b>Nº do prontuário</b>
--	-------------------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 5º da MP 483 de 24 de março de 2010.

## Justificativa

O art. 5º da MP autoriza a transformação de 03 cargos DAS e 481 funções em 69 cargos DAS e 4 CNE's, sem aumento de despesa.

Ocorre que, essa transformação acarretará despesa a longo prazo, até porque o provimento de mais 70 cargos, aumentará gastos com a aposentaria, a saúde do servidor, dentre outros.

Além do mais, a função, que é direcionada ao servidor estável, é mais benéfica ao serviço público do que a criação de cargos comissionados. A primeira é fornecida ao servidor concursado, já na criação de cargos DAS não há nenhum tipo de seleção.

Por fim, na publicação desta MP, o Poder Executivo não anexou a Exposição de Motivos. Com isso, não há como saber a real necessidade da criação desses cargos.

PARLAMENTAR

**MPV-483****00014****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 30/03/2010	proposição <b>Medida Provisória nº 483, de 2010</b>
--------------------	--

autor <b>Deputado ARNALDO MADEIRA - PSDB-SP</b>	nº do proponente
--	------------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	---	---	------------------------------------	--

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	------	-----------	--------	--------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Suprima-se o art. 5º da Medida Provisória nº 483, de 2010.

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Medida Provisória visa promover uma série de modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo Federal, no âmbito da Presidência da República. Entre seus objetivos está a de transformação em cargos de Ministro de Estado dos cargos de natureza especial hoje ocupados pelos Secretários Especiais dos Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres e de Portos. A MPV também transforma os cargos de Subchefe-Executivo da Secretaria de Comunicação Social e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República em cargos de Secretário-Executivo da Secretaria de Comunicação Social e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; além de criar cargos de natureza especial e cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS. No total, são transformadas 481 Funções Comissionadas Técnicas (FCT-15) e 3 DAS (6) em 69 DAS (1 a 5) e 4 cargos de natureza especial (sem aumento de despesa). No entanto, são ainda criados 134 novos DAS (1 a 6), cujo impacto aos cofres públicos anual estima-se em R\$ 4.732.832,80.

Não é possível que admitamos, em pleno ano eleitoral, uma manipulação dessa ordem na Administração Pública. Além do impacto orçamentário descompromissado com a moralidade administrativa e a gestão fiscal responsável, ainda somos surpreendidos com a transformação de centenas de funções comissionadas técnicas em cargos de livre nomeação – os chamados cargos comissionados. Isso é um desrespeito ao servidor público concursado, que merece ser valorizado e incentivado a dedicar-se cada vez mais ao serviço público. No mais, essas Secretarias foram criadas desde o início do primeiro mandato do Presidente da República e somente agora se levanta interesse em modificar sua natureza.

Considero, portanto, esta Medida Provisória inoportuna e entendo que ela não respeita sequer os pressupostos constitucionais de urgência e relevância, necessários a justificar sua edição. Afinal, não há justificativa razoável ou jurídica para transformar essas Secretarias em Ministério, sobretudo a 9 meses do fim do mandato do Presidente da República.

**PARLAMENTAR**

**MPV-483****00015****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 483, DE 2010**

*Altera as Leis n.ºs 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.*

**EMENDA N.º**

Suprimam-se os artigos 5º e 6º da Medida Provisória n.º 483, de 24 de março de 2010.

**JUSTIFICATIVA**

Os artigos 5º e 6º da Medida Provisória n.º 483, de 2010, dispõem sobre a criação e a transformação de 207 cargos de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo. Os valores pagos aos ocupantes desses cargos variam de R\$ 2.115 a R\$ 11.179.

O art. 5º da referida Medida Provisória transforma 3 cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS 6 e 481 Funções Comissionadas Técnicas – FCT-15 em 4 cargos de natureza especial (de Secretários-Executivos) e 69 novos DAS. Apesar de essa transformação não incorrer em aumento de despesa, é importante salientar que as Funções Comissionadas previstas no art. 58 da Medida Provisória n.º 2.229-43, de

2001, mencionadas no art. 5º da MP, destinam-se exclusivamente a ocupantes de cargos efetivos, ou seja, investidos em virtude de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme o art. 37 da Constituição Federal.

Na mesma linha, o art. 6º da presente Medida Provisória cria 134 novos cargos DAS. Nesse caso, o impacto orçamentário no período de um ano será da ordem de oito milhões e quinhentos mil Reais. Com efeito, muito provavelmente, faz-se necessária a disponibilização de uma estrutura de pessoal para os órgãos ali mencionados. O que não podemos concordar, contudo, é que a criação desses cargos seja exclusivamente ou majoritariamente da espécie de livre nomeação e exoneração. Essa prática é contrária à imposição de um limite para os gastos da União com a folha de pagamento e, principalmente, com o espírito republicano, que deve reger a Administração Pública.

A criação de cargos comissionados não é novidade. O Governo Federal, nos últimos anos, sempre que possível e, no mais das vezes, por meio de medidas provisórias, vem insistindo em criar cargos em comissão na estrutura do Poder Executivo, em clara oposição ao princípio do concurso público. Apenas como exemplos, podemos mencionar as Medidas Provisórias n.º 437 e 377, em que foram criados, respectivamente, 260 e 626 cargos DAS.

Sala das Sessões, em            de março de 2010.



**Deputado FERNANDO CORUJA**  
**PPS/SC**

**MPV-483****00016****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data</b>  25/03/2010	<b>Proposição</b>  Medida Provisória nº 483, de 24 de março de 2010.
-------------------------------	--

<b>Autor</b> <b>Senador ARTHUR VIRGÍLIO</b> <i>PSDB/AM</i>	<b>nº do proponente</b>
---	-------------------------

<input checked="" type="checkbox"/> 1. Supressiva	<input type="checkbox"/> 2. substitutiva	<input type="checkbox"/> 3. modificativa	<input type="checkbox"/> 4. aditiva	<input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global
---	--	--	-------------------------------------	---

<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Suprima-se o art. 6º, da Medida Provisória nº 483, de 2010.

**JUSTIFICAÇÃO**

As despesas correntes do governo federal têm aumentado de maneira significativa, o que vem provocando um grave desequilíbrio das contas públicas.

Não há justificativa para a criação de novos cargos, tendo em vista a existência de uma grande quantidade de cargos comissionados já à disposição dos referidos Ministérios.

Diante do exposto, sugiro a aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, 25 de março de 2010.

  
**Senador ARTHUR VIRGÍLIO**

**MPV-483****00017****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 483, DE 2010**

*Altera as Leis n.ºs 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.*

**EMENDA N.º**

Suprima-se o artigo 6º da Medida Provisória n.º 483, de 24 de março de 2010.

**JUSTIFICATIVA**

O artigo 6º da Medida Provisória n.º 483, de 2010, dispõe sobre a criação de 134 cargos de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo. Os valores pagos aos ocupantes desses cargos variam de R\$ 2.115 a R\$ 11.179.

Nesse caso, o impacto orçamentário no período de um ano será da ordem de oito milhões e quinhentos mil Reais. Com efeito, muito provavelmente, faz-se necessária a disponibilização de uma estrutura de pessoal para os órgãos ali mencionados. O que não podemos concordar, contudo, é que a criação desses cargos seja exclusivamente ou majoritariamente da espécie de livre nomeação e exoneração. Essa prática é



contrária à imposição de um limite para os gastos da União com a folha de pagamento e, principalmente, com o espírito republicano, que deve reger a Administração Pública.

A criação de cargos comissionados não é novidade. O Governo Federal, nos últimos anos, sempre que possível e, no mais das vezes, por meio de medidas provisórias, vem insistindo em criar cargos em comissão na estrutura do Poder Executivo, em clara oposição ao princípio do concurso público. Apenas como exemplos, podemos mencionar as Medidas Provisórias n.º 437 e 377, em que foram criados, respectivamente, 260 e 626 cargos DAS.

Sala das Sessões, em        de março de 2010.



**Deputado FERNANDO CORUJA**  
**PPS/SC**

**MPV-483****00018**

**EMENDA Nº - CM**  
(à MP nº 483, de 2010)

Suprima-se o art. 6º da Medida Provisória 483, de 2010, renumerando os artigos subsequentes:

**JUSTIFICAÇÃO**

A contratação de funcionários públicos deve obedecer aos ditames constitucionais (inciso II, do art. 37), cujo acesso se dá por concurso público, procedimento balizado nos princípios de impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Portanto, o acesso ao serviço público mediante aprovação prévia em concurso público torna o processo seletivo democrático e livre de influências.

A presente emenda propõe suprimir o art. 6º da Medida Provisória nº 483, de 2010, a fim de evitar a contratação de novos servidores comissionados para atender interesses político-ideológicos.

Assim, contamos com o apoio dos ilustres pares para a aprovação dessas modificações ao texto da Medida Provisória nº 483, de 2010.

Sala das Sessões, em



**Kátia Abreu**

**MPV-483****00019****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 30/03/2010	proposição <b>Medida Provisória nº 483, de 2010</b>
--------------------	--

autor <b>Deputado ARNALDO MADEIRA - PSDB-SP</b>	nº do prontuário
--	------------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	---	---	------------------------------------	--

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se o art. 6º da Medida Provisória nº 483, de 2010.

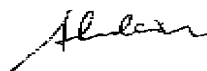
**JUSTIFICAÇÃO**

Esta Medida Provisória visa promover uma série de modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo Federal, no âmbito da Presidência da República. Entre seus objetivos está a de transformação em cargos de Ministro de Estado dos cargos de natureza especial hoje ocupados pelos Secretários Especiais dos Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres e de Portos. A MPV também transforma os cargos de Subchefe-Executivo da Secretaria de Comunicação Social e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República em cargos de Secretário-Executivo da Secretaria de Comunicação Social e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; além de criar cargos de natureza especial e cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS. No total, são transformadas 481 Funções Comissionadas Técnicas (FCT-15) e 3 DAS (6) em 69 DAS (1 a 5) e 4 cargos de natureza especial (sem aumento de despesa). No entanto, são ainda criados 134 novos DAS (1 a 6), cujo impacto aos cofres públicos anual estima-se em R\$ 4.732.832,80.

Não é possível que admitamos, em pleno ano eleitoral, uma manipulação dessa ordem na Administração Pública. Além do impacto orçamentário descompromissado com a moralidade administrativa e a gestão fiscal responsável, ainda somos surpreendidos com a transformação de centenas de funções comissionadas técnicas em cargos de livre nomeação – os chamados cargos comissionados. Isso é um desrespeito ao servidor público concursado, que merece ser valorizado e incentivado a dedicar-se cada vez mais ao serviço público. No mais, essas Secretarias foram criadas desde o início do primeiro mandato do Presidente da República e somente agora se levanta interesse em modificar sua natureza.

Considero, portanto, esta Medida Provisória inoportuna e entendo que ela não respeita sequer os pressupostos constitucionais de urgência e relevância, necessários a justificar sua edição. Afinal, não há justificativa razoável ou jurídica para transformar essas Secretarias em Ministério, sobretudo a 9 meses do fim do mandato do Presidente da República.

PARLAMENTAR



**MPV-483****00020****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data</b> 30/03/10	<b>Proposição</b> Medida Provisória nº 483/10
-------------------------	--

<b>Autor</b> Deputado PAULO BORNHAUSEN DEM/SC	<b>Nº do prontuário</b>
--	-------------------------

<input checked="" type="checkbox"/> 1 Supressiva	<input type="checkbox"/> 2 substitutiva	<input type="checkbox"/> 3 modificativa	<input type="checkbox"/> 4 aditiva	<input type="checkbox"/> 5 Substitutivo global
--	---	---	------------------------------------	--

<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se os arts. 6º e 9º da MP 483 de 24 de março de 2010.

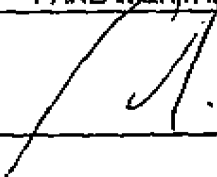
**Justificativa**

O art. 6º da MP cria 118 cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Integração Nacional.

Na publicação desta MP, o Poder Executivo não anexou a exposição de motivos. Com isso, não há como saber a real necessidade da criação desses cargos.

Além do mais, nesse período de recuperação da recente crise que envolveu o Mundo, há necessidade de evitar gastos excessivos.

**PARLAMENTAR**


---

MPV-483

00021

## EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Medida Provisória nº 483/2010 - CN

1 DE 1

## TEXTO

Acrescente-se ao Art. 6º da presente Medida Provisória.

III – no Ministério da Justiça, um DAS 5, três DAS 3, dois DAS 2, um DAS 1, dois FG 01, para serem alocados no Departamento de Polícia Ferroviária Federal.

IV – Fica criado o Quadro de Pessoal em Extinção, no Ministério da Justiça, com a finalidade de absorver os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho dos quadros de pessoal da extinta RFFSA, da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre – TRENSURB, que no exercício de atividade de POLICIA FERROVIÁRIA na função de AGENTE DE SEGURANÇA FERROVIÁRIA, SUPERVISOR DE SEGURANÇA FERROVIÁRIA, ASSISTENTE DE SEGURANÇA FERROVIÁRIA e ANALISTA DE SEGURANÇA FERROVIÁRIA, foram separados em efetivo à parte em 1991, para serem transferidos para o Ministério da Justiça.

§ 1º - O ingresso do pessoal no quadro de que trata o inciso IV, se dará por sucessão trabalhista, mediante opção, não caracterizando rescisão contratual.

§ 2º - Em caso de vacância, ficará extinto o emprego ora ocupado.

§ 3º - Aos empregados absorvidos serão assegurados todos os seus direitos e benefícios anteriormente conquistados, inclusive os das Leis 8.186 de 21/05/1991 e 10478 de 28/06/2002 e ainda o direito de permanência na REFER- Rede Ferroviária de Seguridade Social.

§ 4º - O Ministério da Justiça adotará as medidas administrativas visando implantar plano de carreira em extinção para enquadramento dos referidos empregados.

§ 5º - O Ministério da Justiça promoverá a presente absorção em até 90 dias a partir da promulgação desta Lei.

## JUSTIFICAÇÃO

A emenda em epigrafe tem por finalidade solucionar um problema que a burocracia não se mostrou capaz de superar. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 144, ao cuidar da Segurança Publica, estabeleceu no inciso III, que a Polícia Ferroviária Federal é um dos órgãos a exercer essa missão. Decorridos mais de vinte anos da promulgação da Carta Magna, até hoje não foi possível resolver a questão que parecia simples, qual seja, remanejar os Policiais Ferroviários, ligados às Administrações Ferroviárias, para o Departamento de Polícia Ferroviária Federal do Ministério da Justiça, visando assim, preencher uma grave lacuna existente na Segurança Publica, uma vez que, as ferrovias, sejam concedidas ou públicas, estão desprovidas de policiamento.

Chamado a baila, a AGU – Advocacia Geral da União analisando o caso emitiu parecer favorável no sentido de aproveitamento dos Policiais Ferroviários da forma proposta.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ADEMIR CAMILO

MG

PDT

DATA

30/03/2010

ASSINATURA



**MPV-483****00022****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****Data: 30/03/2010****Proposição: MP 483/2010****Autor: Dep. RODRIGO ROLLEMBERG – PSB/DF****Nº Prontuário: 416**☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☐ Modificativa ☒ Aditiva ☐ Substitutiva/Global**Página: 1/1****Artigo: 6****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:**

A Medida Provisória 483/2010 passa a vigorar acrescida do art. 6º, remunerando-se os demais.

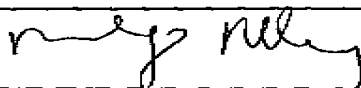
Art.6º - Ficam criados, sem aumento de despesas e mediante o processo de transformação de 396 cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, integrantes de Cargos do Ministério da Saúde em Cargos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais com provimento efetivo conforme especificado em anexo.

**Justificação**

As vésperas de completar seu cinquentenário o INPE tem uma extensa folha de serviços prestados ao país. Pioneiro no estudo das Ciências Espaciais, Meteorologia, Sensoriamento Remoto e Observação da Terra, o INPE projetou e construiu dois satélites de coleta de dados (SCD-1 e SCD-2), projetou e construiu três satélites em cooperação com a China (CBERS), monitora o desmatamento da Amazônia desde 1989 (projeto PRODES), faz previsões de tempo e temperatura (CPTEC) para uma gama de aplicações como previsão e colheita de safras, eventos, navegação aérea, marítima e terrestre e recentemente tem contribuído de maneira decisiva nos estudos do aquecimento global e suas consequências nas mudanças climática do planeta.

Nos próximos dez anos o desafio é continuar sendo um centro de excelência em pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, mas contribuindo para que o Brasil se torne uma potência ambiental. O objetivo do INPE é sim, conhecer os mistérios do Universo, mas, sobretudo, conhecer a Terra, diagnosticar seus problemas, antecipar seus desastres naturais e disseminar o conhecimento e as aplicações decorrentes dos avanços do Programa Espacial Brasileiro. E para cumprir esta missão, o INPE pretende lançar, até 2020, um satélite pro ano, começando em 2010 com o Amazônia-1, satélite genuinamente brasileiro, projetado para entender e monitorar a floresta amazônica.

Para tanto se faz necessário, além de recursos orçamentários crescentes, a contratação imediata de servidores RJU, conforme mostrado na tabela em anexo. Se tais contratações não forem efetivadas, corre-se o risco de se perder na próxima década tudo o que se conseguiu nestes primeiro 50 anos da existência do INPE.

**Assinatura**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****Anexo:****ESTIMATIVA DE IMPACTO NA FOLHA DE PAGAMENTO ANUAL DAS  
CONTRATAÇÕES**

<b>Cargos</b>	<b>Necessidade</b>	<b>Valor Mensal</b>	<b>Valor Anual</b>
Pesquisador Adjunto - J I	26	332.499,44	4.433.325,78
Pesquisador Associado - I I	26	373.738,04	4.983.173,78
Tecnologista Júnior - L I	70	508.017,30	6.773.564,00
Tecnologista Pleno 1 - K I	70	565.785,50	7.543.806,90
Tecnologista Pleno 2 - J I	60	615.050,40	8.200.672,20
Técnico 1 - O I	17	75.678,73	1.009.049,79
Técnico 2 - N I	17	84.266,96	1.123.559,41
Analista Júnior - L I	20	145.147,80	1.935.304,00
Analista Pleno 1 - K I	20	161.653,00	2.155.373,40
Analista Pleno 2 - J I	10	102.508,40	1.366.778,70
Assistente em C&T1 - T I	30	133.550,70	1.780.676,10
Assistente em C&T 2 - S I	30	148.706,40	1.982.751,90
<b>Total</b>	<b>396</b>	<b>3.246.602,67</b>	<b>43.288.035,96</b>

**Assinatura**



**MPV-483****00023****EMENDA Nº - CM**

(à MP nº 483, de 2010)

Inclua-se novo artigo 8º à MP. 483, de 2010, renumerando-se os artigos subsequentes:

Art. 8º. Dê-se a seguinte redação ao Art. 1º da Lei 9.445, de 14 de março de 1997:

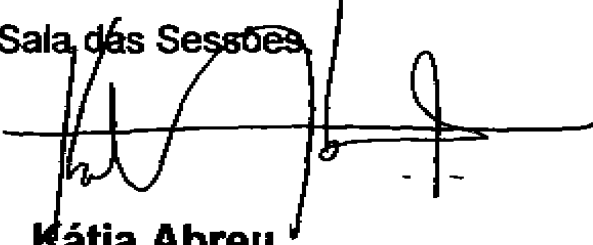
“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção econômica ao preço do óleo diesel adquirido para o abastecimento de embarcações pesqueiras nacionais e empresas nacionais de navegação de cabotagem e da navegação interior, limitada ao valor da diferença entre os valores pagos, por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O tratamento tributário do combustível marítimo representa o principal empecilho à competitividade do transporte de cabotagem.

A presente emenda pretende contribuir para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.

Sala das Sessões



**Kátia Abreu**

**MPV-483****00024****EMENDA Nº - CM**

(à MP nº 483, de 2010)

Inclua-se novo artigo 8º à MP. 483, de 2010, renumerando-se os artigos subsequentes:

**Art. 8º.** A Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, passa a vigor acrescido com o seguinte artigo:

Dê-se ao art. 4º da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, a seguinte redação:

Art. 4º. Compreende-se como empresa de trabalho temporário a pessoa física ou jurídica urbana ou rural, cuja atividade consiste em colocar à disposição de outras empresas, temporariamente, trabalhadores, devidamente qualificados, por elas remunerados e assistidos. (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda propõe nova forma de contratação para o setor rural, a fim de possibilitar o desenvolvimento econômico rural.

Assim, contamos com o apoio dos ilustres pares para a aprovação dessas modificações ao texto da Medida Provisória nº 483, de 2010.

Sala das Sessões, em

  
**Kátia Abreu**

**MPV-483****00025**

**EMENDA Nº - CM**  
(à MP nº 483, de 2010)

Inclua-se novo artigo 8º à MP. 483, de 2010, renumerando-se os artigos subsequentes:

**Art. 8º.** Dê-se ao art. 14-A da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, a seguinte redação:

“Art. 14-A. O produtor rural pessoa física ou jurídica, poderão realizar contratação de trabalhador rural por pequeno prazo para o exercício de atividades de natureza temporária. (NR)

.....

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda inova a forma de contratação para o setor rural, a fim de possibilitar o desenvolvimento econômico rural.

Assim, contamos com o apoio dos ilustres pares para a aprovação dessas modificações ao texto da Medida Provisória nº 483, de 2010.

Sala das Sessões, em

  
**Kátia Abreu**

**MPV-483****00026**

**EMENDA Nº - CM**  
(à MP nº 483, de 2010)

**Inclua-se novo artigo 8º à MP. 483, de 2010, renumerando-se os artigos subsequentes:**

**Art. 8º. A Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, passa a vigor acrescido com o seguinte artigo:**

**Art. 14-B. A Empresa prestadora de serviços terceirizados, dita simplesmente contratada, é a pessoa jurídica de direito privado que presta serviços especializados e determinados a pessoa física ou jurídica, dita simplesmente contratante, mediante contrato de terceirização.**

**§ 1º A empresa prestadora de serviços terceirizados contrata, remunera e dirige o trabalho realizado por seus trabalhadores, ou subcontrata outras empresas ou profissionais autônomos para a realização de parte dos serviços, desde que previsto no contrato firmado com a contratante, cabendo à contratada assumir todos direitos e obrigações de contratante, na forma prevista nesta lei.**

**§ 2º Não se configura vínculo empregatício entre a contratante e os empregados ou sócios da contratada ou de seus subcontratados, salvo se for judicialmente reconhecida a relação de emprego, nos termos do caput do art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.**

**§ 3º O contrato de serviços terceirizados poderá incluir o fornecimento de máquinas, equipamentos e/ou materiais, pela contratada, quando necessários à prestação dos serviços contratados com a contratante.**

**§ 4º Contratante é a pessoa física ou jurídica que celebra contrato com empresa prestadora de serviços terceirizados.**

**§ 5º A contratante será subsidiariamente responsável pelas obrigações trabalhistas da contratada relativas aos empregados que participarem da prestação de serviços, durante o período e nos limites da execução dos serviços contratados, inclusive no caso de haver subcontratação de serviços, nos termos do parágrafo 1º do art. 14º-B.**

**§ 6º A imputação de responsabilidade solidária ou subsidiária não gera vínculo de emprego entre a contratante e o empregado da contratada, implicando apenas o pagamento de direitos e o cumprimento de obrigações trabalhistas.**

**§ 7º O contrato de prestação de serviços terceirizados, que poderá abranger qualquer atividade da contratante, deverá ser escrito e conter, além dos requisitos exigidos pela lei civil, o seguinte:**

**I - especificação dos serviços;**

- II - local da prestação dos serviços;
- III - prazo de vigência, determinado ou indeterminado, permitidas sucessivas renovações; e
- IV - periodicidade e forma da verificação pela contratante do cumprimento, pela contratada, das obrigações trabalhistas relativas aos empregados que efetivamente participarem da execução dos serviços terceirizados.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe nova forma de contratação para o setor rural, a fim de possibilitar o desenvolvimento econômico rural.

Assim, contamos com o apoio dos ilustres pares para a aprovação dessas modificações ao texto da Medida Provisória nº 483, de 2010.

Sala das Sessões, em

  
**Kátia Abreu**

MPV-483

00027

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

<b>Data</b> 30/03/10	<b>Proposição</b> Medida Provisória nº 483/10
-------------------------	--

<b>Autor</b> Deputado PAULO BERNANDES DEM/SC	<b>Nº do prontuário</b>
---	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alínea</b>
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 8º da MP 483 de 24 de março de 2010, a seguinte redação:

"Art. 8 O Poder Executivo enviará projeto de lei à Câmara dos Deputados dispondo sobre a estrutura regimental da Secretaria de Direitos Humanos, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Secretaria de Portos da Presidência da República, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional." (NR).

## Justificativa

O texto original da MP determina que ato do Poder Executivo disporá sobre a estrutura regimental dos órgãos citados no art. 8º.

Entretanto, o excesso de discricionariedade atribuída ao Poder Executivo pode gerar desvio de finalidade na aplicação da lei.

Para evitar essa distorção, e fornecer maior transparência no âmbito do Executivo, é necessário que a proposta de estrutura regimental dos órgãos tramite na Câmara dos Deputados, sob a forma de projeto de lei.

PARLAMENTAR

**MPV-483****00028****EMENDA Nº - CM**

(à MP nº 483, de 2010)

Inclua-se novo artigo 9º à MP. 483, de 2010, renumerando-se os artigos subsequentes:

Art. 9º. Inclua-se a seguintes alíneas "a" e "b" ao inciso II do artigo 2º da Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997:

Art. 2º.....

I - .....

II - .....

a) É obrigatória a previsão do projeto executivo de eclusas ou dispositivos equivalentes de transposição, no momento da aprovação de projetos de construção de barragens destinadas a quaisquer finalidades em cursos de água navegáveis ou parcialmente navegáveis.(NR)

b) As empresas de construção de eclusas ou dispositivos equivalentes de transposição serão enquadradas aos benefícios contidos na Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004."(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A importância da construção de eclusas em conjunto com a construção de barragens para geração de energia, ou apresentação de projeto executivo, é que destas ações dependerá a viabilidade de tomar o rio navegável ou não.

A presente emenda pretende contribuir para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.

Sala das Sessões, em



**Kátia Abreu**



**MPV-483****00029****EMENDA Nº , DE 2010 - CM**

Inclua-se novo artigo 9º à MP. 483, de 2010, renumerando-se os artigos subsequentes:

Art. 9º. O § 2º do art. 4º da Lei nº. 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

\*Art. 4º. ....

§ 1º. ....

§ 2º. ....

b) misto, para movimentação de carga própria e de terceiros, independente do percentual de ambas as cargas;

**JUSTIFICAÇÃO**

O baixo investimento público em infraestrutura de transportes ao longo dos últimos 30 anos evidencia de forma incontestável a incapacidade governamental de honrar seus compromissos com esse suporte vital para o pleno desenvolvimento da economia brasileira.

De fato, a falta de investimentos se reflete no duplo problema de escassez de infraestrutura de transportes e na precária conservação do pouco existente, o que impõe enormes barreiras ao agronegócio e à interiorização do desenvolvimento brasileiro.

As concessões dos portos, ferrovias e rodovias executadas ao longo de pouco mais de uma década mostram resultados muito exitosos quando confrontados ao cenário anterior. A verdade é que o investidor privado trouxe melhorias operacionais aos portos, forte crescimento da oferta e da confiabilidade do transporte ferroviário, e a melhor conservação dentre as rodovias nacionais.

Mesmo o Presidente Lula e sua equipe, que notoriamente sempre foram refratários aos avanços do processo de concessões da infraestrutura, já se renderam às suas vantagens e concederam alguns trechos rodoviários, com aparente sucesso, que pode ser medido pela baixas tarifas de pedágio que serão cobradas dos usuários.

Assim, não faz sentido que um investidor privado que tenha capital e interesse não possa construir e explorar um porto para servir apenas às cargas de terceiros – com ou sem participação de suas próprias cargas –, como o impede a legislação atual.

O Brasil, ante o seguido crescimento de sua produção agrícola e ante a incapacidade de sua infra-estrutura para lidar com esse crescimento – como, aliás, vêm alertando as entidades representativas do setor, que já falam na possibilidade de um "apagão logístico" –, não pode prescindir da ajuda do investidor privado para resolver tais problemas, por conta de eventuais restrições ideológicas já abandonadas, até mesmo, por tradicionais correntes de esquerda.

Assim sendo, acreditamos ser urgente a revisão de dispositivo antiquado de nossa legislação, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres Pares à proposição que ora apresentamos.

Sala das Sessões, em



**Kátia Abreu**

**MPV-483****00030****EMENDA Nº - CM**

(à MP nº 483, de 2010)

Inclua-se novo artigo 9º à MP. 483, de 2010, renumerando-se os artigos subsequentes:

Art. 9º. O inciso IV do art. 14 da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, fica acrescido da seguinte alínea:

\*Art. 14.....  
I - .....  
II - .....  
III - .....  
IV - .....

m) produtos classificados nos códigos 0401.10, 09.01, 10.01, 10.05, 10.06, 1201.00, 1207.20, 1207.99.99, 3824.90.29, 2207.10.00 e 2207.20.10, todos da NCM." (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Com a deficiência da infra-estrutura, a comercialização agropecuária é onerada com taxas incidentes sobre fretes quando utiliza o sistema de transporte hidroviário, reduzindo a competitividade da produção agropecuária.

A presente emenda pretende contribuir para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.

Sala das Sessões, em

  
**Kátia Abreu**

MPV-483

00031

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 30/03/2010

Proposição: MP nº 483/2010

Autor: Rodrigo Rollemberg – PSB/DF

N.º Prontuário:416

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 1/2

Artigos: 10 e 11

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Acrescente-se, à MP nº 483, de 24 de março de 2010, os artigos 10 e 11, renumerando-se os demais:

**Art. 10.** O art. 1º, da Lei de nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º As instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, e a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, como secretaria-executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, poderão contratar, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado:

I - projetos abrangidos pela Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, desenvolvidos por Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, na forma da “Lei de Inovação”;

II - projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições federais contratantes, desenvolvidos por Fundações de Apoio.

§ 1º Para os fins desta Lei, entende-se por desenvolvimento institucional os programas, ações, projetos e atividades, inclusive aqueles de natureza infra-estrutural, diretamente relacionados com a missão principal das instituições federais de ensino superior de gerar, disseminar e transferir conhecimento e tecnologia e promover a formação acadêmica e profissional de qualidade, devidamente consignados em plano institucional aprovado pelo órgão superior da instituição.

§ 2º Não estão contemplados nos programas, ações, projetos e atividades previstos no parágrafo anterior os serviços e obras de manutenção, tais como limpeza, vigilância, conservação predial, reparo de equipamentos, jardinagem, copeiragem, cozinha e similares.

**Art. 11.** As parcelas vencidas em 2009, referentes às dívidas renegociadas, de que trata o art. 58, da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, ficam prorrogadas para um ano após o vencimento da operação, observada a exigência de laudo técnico comprovando a necessidade do benefício, ressalvado o disposto nos §§ 2º e 3º, a seguir:

§ 1º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2010 o prazo previsto no § 3º do art. 58 da Lei 11.775/08, sem prejuízo das demais condições estabelecidas no referido artigo.

§ 2º A requerimento do devedor, optante pelo parcelamento das dívidas com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, a que refere-se a Lei 11.775/08, as parcelas vencidas entre a data de consolidação do saldo devedor, previsto no art. 58, e a data de formalização do acordo, nos autos do processo, poderão ser diluídas nas parcelas vencidas até 15 de dezembro de 2020.

§ 3º Fica autorizada a renegociação de dívidas advindas das operações contratadas com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, relativas aos programas ADTEN, APN, ENGETEC, AGQ, AUSC, PME, AMPEG, ACN, em contencioso judicial, na forma do art. 58 da Lei nº 11.775/08.

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

### JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa, primeiramente, garantir à FINEP e ao CNPq tratamento isonômico ao conferido às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES quando do repasse de recursos financeiro às fundações de apoio dessas.

Essa alteração (art. 10 da MP), proposta ao *caput* do art. 1º da Lei de nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, justifica-se, pois, a FINEP repassa, diretamente, ou por meio do CNPq, na modalidade de convênios, às Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, criadas pela "Lei de Inovação" (Lei nº 10.973/04), e às fundações universitárias de apoio previstas na Lei, cerca de 40% (R\$ 800 milhões, em 2009) de seus recursos para projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico. A ausência, expressa, da FINEP e do CNPq na Lei, inobstante serem as duas Agências de Fomento do MCT fundamentais para o desenvolvimento desses projetos, vem causando dificuldade, seja na autorização desses repasses, seja na sua interrupção, inobstante, como relatado, representar parcela considerável do que as agências repassam para estas fundações.

No mesmo artigo (§ 1º e 2º) estabelece, igualmente, critérios explícitos do quem vem a ser "desenvolvimento institucional", definição essa não presente na Lei.

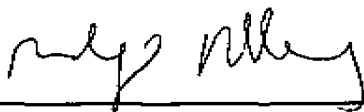
A definição desses critérios permite às IFES, se adequarem ao marco regulatório atual, no qual estão presentes as leis da Inovação, do Bem e da Informática. Estas leis permitem uma estreita colaboração entre as IFES e as empresas, especialmente as envolvidas com inovação e desenvolvimento tecnológico. Sem as Fundações, estas alternativas ficam prejudicadas pela dificuldade administrativa e burocrática que as IFES ainda possuem, apesar do esforço para vencer essa situação, feito pelo governo federal.

Assemelhadamente, a emenda, ao estender o prazo de renegociação de dívidas contraídas junto à FINEP (art. 11 da MP), autorizado pela Lei nº 11.775, de 17 de dezembro de 2008, e já expirado, porém não suficiente, conferirá mais tempo à FINEP para que essa retome as renegociações.

A semelhança do que ocorreu nos últimos anos, os termos de tal renegociação não foram suficientes para a recuperação da capacidade de pagamento dos produtores, tampouco para que estes voltassem a investir na atividade agrícola. O agricultor que renegociou suas dívidas em 2008 encontra-se, hoje, em pior situação do que a que motivou a providência. De lá para cá, os preços dos produtos agrícolas sofreram fortes oscilações, situando-se, hoje, em patamar inferior ao de antes, e a produtividade das lavouras caiu, em razão da incidência de estiagens em certas localidades e da adoção de menor padrão tecnológico, pela falta de crédito. A alteração, embora não equaciona todo o saldo devedor dos produtores junto a instituições financeiras, reconhece as dificuldades atuais e evita que a inadimplência se agrave ainda mais.

Aprovada a medida, abrir-se-á uma janela temporal para que se discuta e se promova uma reestruturação geral do endividamento rural, em bases mais adequadas do que as que até o momento têm sido oferecidas. Adicionalmente, tendo em vista as dificuldades econômico-financeiras apresentadas ao longo dos anos, por empresas de outros setores, observa-se a necessidade de buscar alternativas mais ágeis na recuperação de créditos inadimplidos, trazendo de volta aos cofres públicos recursos, os quais serão reinvestidos em projetos voltados à Pesquisa e a Inovação, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social do País.

Assinatura



**MPV-483****00032****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****Data: 30/03/2010****Proposição: MP nº 483/2010****Autor: Senador RENATO CASAGRADE - PSB/ES****N.º Prontuário:**1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ x Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global**Página: 1/2****Artigos: 10 a 12****Parágrafo:****Inciso:****Alinea:****TEXTO JUSTIFICATIVA**

Acrescente-se, à MP nº 483, de 24 de março de 2010, os seguintes artigos, renumerando os demais:

**Art. 10.** A Lei de nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, passa a vigor como nova redação ao art. 1º e acrescida de art. 1º-A, conforme segue:

“**Art. 1º** As instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica, poderão contratar, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos abrangidos pela Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - Lei de Inovação, projetos de pesquisa e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições federais, incluindo a gestão administrativa e financeira dos mesmos.

§ 1º Para os fins do que dispõe esta Lei, entende-se por desenvolvimento institucional os programas, ações, projetos e atividades que levem à melhoria das condições das Instituições Federais de Educação Superior e de pesquisa científica e tecnológica para o cumprimento de sua missão, conforme descrita no plano de desenvolvimento institucional.

§ 2º A atuação da fundação de apoio em projetos de desenvolvimento institucional para a melhoria de infraestrutura deverá limitar-se às obras de laboratórios e outras estruturas especificamente relacionadas às atividades de inovação e pesquisa científica e tecnológica, com recursos transferidos diretamente do contratante externo ou das agências oficiais de fomento à fundação de apoio, com anuência expressa da instituição apoiada.

§ 3º É vedado o enquadramento, no conceito de desenvolvimento institucional, de atividades como manutenção predial ou infra-estrutural, conservação, limpeza, vigilância e reparos, serviços administrativos na área de informática, expansões vegetativas, atividades administrativas de rotina, serviços administrativos gráficos e reprográficos, de telefonia, além de tarefas técnico-administrativas de rotina, realização de concursos vestibulares e outras tarefas que não estejam objetivamente definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da instituição apoiada.

**Art. 1º-A.** A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, como secretaria-executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, poderão contratar, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, instituições criadas com a finalidade de dar apoio às instituições federais na gestão administrativa e financeira de projetos mencionados no caput, com a anuência expressa das instituições apoiadas.”  
(NR)

**Art. 11.** O art. 3º, da Lei de nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, fica acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 1º Ficam, a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, como secretaria-executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, autorizados a realizar convênios, contratos, acordos e/ou ajustes com Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, bem como com suas fundações de apoio na condição de gestoras administrativas e financeiras.”  
(NR)

**Art. 12.** As parcelas vencidas em 2009, referentes às dívidas renegociadas, de que trata o art. 58, da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, ficam prorrogadas para um ano após o vencimento da operação, observada a exigência de laudo técnico comprovando a necessidade do benefício, ressalvado o disposto nos §§ 2º e 3º, a seguir:

§ 1º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2010 o prazo previsto no § 3º do art. 58 da Lei 11.775/08, sem prejuízo das demais condições estabelecidas no referido artigo.

§ 2º A requerimento do devedor, optante pelo parcelamento das dívidas com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, a que refere-se a Lei 11.775/08, as parcelas vencidas entre a data de consolidação do saldo devedor, previsto no art. 58, e a data de formalização do acordo, nos autos do processo, poderão ser diluídas nas parcelas vencidas até 15 de dezembro de 2020.

§ 3º Fica autorizada a renegociação de dívidas advindas das operações contratadas com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, relativas aos programas Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional- ADTEN, Apoio a Planos de Negócios de Parceiros Tecnológicos - APN, Apoio a Empresas de Engenharia e de Base Tecnológica - ENGTEC, Apoio à Gestão da Qualidade - AGQ, Apoio a Usuários de Serviços de Consultoria - AUSC, Programa de Mobilização Energética - PME, Apoio à Micro e Pequena Empresa com Fundo de Garantia de Crédito - AMPEG, Apoio à Consultoria Nacional - ACN, em contencioso judicial, na forma do art. 58 da Lei nº 11.775/08.

#### JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa, primeiramente (nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.958/94, art. 10 da MP), estabelecer critérios explícitos do quem vem a ser "desenvolvimento institucional", definição essa não presente na Lei.

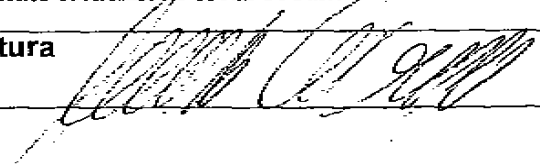
A definição desses critérios permitirá às IFES se adequarem ao marco regulatório atual, no qual estão presentes as leis da Inovação, do Bem e da Informática. Estas leis permitem uma estreita colaboração entre as IFES e as empresas, especialmente as envolvidas com inovação e desenvolvimento tecnológico. A colaboração se dá desde a concessão de bolsas, por parte das Fundações, quando regulamentadas pelas IFES, ata a utilização de prédios laboratoriais para pesquisas conjuntas ou a construção específica de laboratórios para finalidade exclusiva de pesquisa e desenvolvimento. Sem as Fundações, estas alternativas ficam prejudicadas pela dificuldade administrativa e burocrática que as IFES ainda possuem, apesar do esforço para vencer essa situação, feito pelo governo federal, garantir à FINEP e ao CNPq tratamento isonômico ao conferido às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES quando do repasse de recursos financeiro às fundações de apoio dessas.

Assemelhadamente, a inclusão de novo art. 1º-A, na Lei de nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, com necessária adequação da Lei de Inovação (art. 3º da Lei nº 8.958/94; art. 11 da MP), justifica-se, pois, a FINEP repassa, diretamente, ou por meio do CNPq, na modalidade de convênios, às Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, criadas pela "Lei de Inovação" (Lei nº 10.973/04), e às fundações universitárias de apoio previstas na Lei, cerca de 40% (R\$ 800 milhões, em 2009) de seus recursos para projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico. A ausência, expressa, da FINEP e do CNPq na Lei, inobstante serem as duas Agências de Fomento do MCT fundamentais para o desenvolvimento desses projetos, vem causando dificuldade, seja na autorização desses repasses, seja na sua interrupção, inobstante, como relatado, representar parcela considerável do que as agências repassam para estas fundações.

Por fim, a emenda, ao estender o prazo de renegociação de dívidas contraídas junto à FINEP (art. 12 da MP), autorizado pela Lei nº 11.775, de 17 de dezembro de 2008, e já expirado, porém não suficiente, conferirá mais tempo à FINEP para que essa retome as renegociações. À semelhança do que ocorreu nos últimos anos, os termos de tal renegociação não foram suficientes para a recuperação da capacidade de pagamento dos produtores, tampouco para que estes voltassem a investir na atividade agrícola. O agricultor que renegociou suas dívidas em 2008 encontra-se, hoje, em pior situação do que a que motivou a providência. De lá para cá, os preços dos produtos agrícolas sofreram fortes oscilações, situando-se, hoje, em patamar inferior ao de antes, e a produtividade das lavouras caiu, em razão da incidência de estiagens em certas localidades e da adoção de menor padrão tecnológico, pela falta de crédito. A alteração, embora não equaciona todo o saldo devedor dos produtores junto a instituições financeiras, reconhece as dificuldades atuais e evita que a inadimplência se agrave ainda mais.

Aprovada a medida, abrir-se-á uma janela temporal para que se discuta e se promova uma reestruturação geral do endividamento rural, em bases mais adequadas do que as que até o momento têm sido oferecidas. Adicionalmente, tendo em vista as dificuldades econômico-financeiras apresentadas ao longo dos anos, por empresas de outros setores, observa-se a necessidade de buscar alternativas mais ágeis na recuperação de créditos inadimplidos, trazendo de volta aos cofres públicos recursos, os quais serão reinvestidos em projetos voltados à Pesquisa e a Inovação, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social do País.

Assinatura





**MPV-483****00033****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 483, DE 25 DE MARÇO DE 2010.**

*Altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.*

**EMENDA Nº**

Acrescente-se, à MP nº 483, de 24 de março de 2010, os seguintes artigos, renumerando-se os demais:

**Art. 10.** A Lei de nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, passa a vigorar como nova redação ao art. 1º e acrescida de art. 1º-A, conforme segue:

**“Art. 1º** As instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica poderão contratar, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos abrangidos pela Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - Lei de Inovação, projetos de pesquisa e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, de interesse das instituições federais, incluindo a gestão administrativa e financeira dos mesmos.

**§ 1º** Para os fins do que dispõe esta Lei, entende-se por desenvolvimento institucional os programas, ações, projetos e atividades que levem à melhoria das condições das Instituições Federais de Educação Superior e de pesquisa científica e tecnológica para o cumprimento de sua missão, conforme descrita no plano de desenvolvimento institucional.

**§ 2º** A atuação da fundação de apoio em projetos de desenvolvimento institucional para a melhoria de infraestrutura deverá limitar-se às obras de laboratórios e outras estruturas especificamente relacionadas às atividades de inovação e pesquisa científica e tecnológica, com recursos transferidos diretamente do contratante externo ou das agências oficiais de fomento à fundação de apoio, com anuência expressa da instituição apoiada.

**§ 3º** É vedado o enquadramento, no conceito de desenvolvimento institucional, de atividades como manutenção predial ou infraestrutural, conservação, limpeza, vigilância

e reparos, serviços administrativos na área de informática, expansões vegetativas, atividades administrativas de rotina, serviços administrativos gráficos e reprográficos, de telefonia, além de tarefas técnico-administrativas de rotina, realização de concursos vestibulares e outras tarefas que não estejam objetivamente definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da instituição apoiada.

**Art. 1º-A.** A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, como secretaria-executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq poderão contratar, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, instituições criadas com a finalidade de dar apoio às instituições federais na gestão administrativa e financeira de projetos mencionados no *caput*, com a anuência expressa das instituições apoiadas.” (NR)

**Art. 11.** O art. 3º, da Lei de nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, fica acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 1º Ficam a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, como secretaria-executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq autorizados a realizar convênios, contratos, acordos e/ou ajustes com Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, bem como com suas fundações de apoio na condição de gestoras administrativas e financeiras.” (NR)

**Art. 12.** As parcelas vencidas em 2009, referentes às dívidas renegociadas, de que trata o art. 58, da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, ficam prorrogadas para um ano após o vencimento da operação, observada a exigência de laudo técnico comprovando a necessidade do benefício, ressalvado o disposto nos §§ 2º e 3º.

§ 1º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2010 o prazo previsto no § 3º do art. 58 da Lei nº 11.775/08, sem prejuízo das demais condições estabelecidas no referido artigo.

§ 2º A requerimento do devedor, optante pelo parcelamento das dívidas com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, a que refere-se a Lei nº 11.775/08, as parcelas vencidas entre a data de consolidação do saldo devedor, previsto no art. 58, e a data de formalização do acordo, nos autos do processo, poderão ser diluídas nas parcelas vincendas até 15 de dezembro de 2020.

§ 3º Fica autorizada a renegociação de dívidas advindas das operações contratadas com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, relativas aos programas Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional- ADTEN, Apoio a Planos de Negócios de Parceiros Tecnológicos - APN, Apoio a Empresas de Engenharia e de Base Tecnológica - ENGETEC, Apoio à Gestão da Qualidade - AGQ, Apoio a Usuários de Serviços de Consultoria - AUSC, Programa de Mobilização Energética - PME, Apoio à Micro e Pequena Empresa com Fundo de Garantia de Crédito - AMPEG, Apoio à Consultoria Nacional - ACN, em contencioso judicial, na forma do art. 58 da Lei nº 11.775/08.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa, primeiramente (nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.958/94, art. 10 da MP), estabelecer critérios explícitos do quem vem a ser “desenvolvimento institucional”, definição essa não presente na Lei.

A definição desses critérios permitirá às IFES se adequarem ao marco regulatório atual, no qual estão presentes as leis da Inovação, do Bem e da Informática. Estas leis permitem uma estreita colaboração entre as IFES e as empresas, especialmente as envolvidas com inovação e desenvolvimento tecnológico. A colaboração se dá desde a concessão de bolsas, por parte das Fundações, quando regulamentadas pelas IFES, até a utilização de prédios laboratoriais para pesquisas conjuntas ou a construção específica de laboratórios para finalidade exclusiva de pesquisa e desenvolvimento. Sem as Fundações, essas alternativas ficam prejudicadas pela dificuldade administrativa e burocrática que as IFES ainda possuem, apesar do esforço para vencer essa situação, feito pelo governo federal ao garantir à FINEP e ao CNPq tratamento isonômico ao conferido às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES quando do repasse de recursos financeiro às fundações de apoio dessas.

Assemelhadamente, a inclusão de novo art. 1º-A, na Lei de nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, com necessária adequação da Lei de Inovação (art. 3º da Lei nº 8.958/94; art. 11 da MP), justifica-se, pois, a FINEP repassa, diretamente, ou por meio do CNPq, na modalidade de convênios, às Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, criadas pela “Lei de Inovação” (Lei nº 10.973/04), e às fundações universitárias de apoio previstas na Lei, cerca de 40% (R\$ 800 milhões, em 2009) de seus recursos para projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico. A ausência, expressa, da FINEP e do CNPq na Lei, inobstante serem as duas Agências de Fomento do MCT fundamentais para o desenvolvimento desses projetos, vem causando dificuldade, seja na autorização desses repasses, seja na sua interrupção, inobstante, como relatado, representar parcela considerável do que as agências repassam para estas fundações.

Por fim, a emenda, ao estender o prazo de renegociação de dívidas contraídas junto à FINEP (art. 12 da MP), autorizado pela Lei nº 11.775, de 17 de dezembro de 2008, e já expirado, porém não suficiente, conferirá mais tempo à FINEP para que essa retome as renegociações. À semelhança do que ocorreu nos últimos anos, os termos de tal renegociação não foram suficientes para a recuperação da capacidade de pagamento dos produtores, tampouco para que estes voltassem a investir na atividade agrícola. O agricultor que renegociou suas dívidas em 2008 encontra-se, hoje, em pior situação do que a que motivou a providência. De lá para cá, os preços dos produtos agrícolas sofreram fortes oscilações, situando-se, hoje, em patamar inferior ao de antes, e a produtividade das lavouras caiu, em razão da incidência de estiagens em certas localidades e da adoção de menor padrão tecnológico, pela falta de crédito. A alteração, embora não equaciona todo o saldo devedor dos produtores junto a instituições financeiras, reconhece as dificuldades atuais e evita que a inadimplência se agrave ainda mais.

Aprovada a medida, abrir-se-á uma janela temporal para que se discuta e se promova uma reestruturação geral do endividamento rural, em bases mais adequadas do

que as que até o momento têm sido oferecidas. Adicionalmente, tendo em vista as dificuldades econômico-financeiras apresentadas ao longo dos anos, por empresas de outros setores, observa-se a necessidade de buscar alternativas mais ágeis na recuperação de créditos inadimplidos, trazendo de volta aos cofres públicos recursos, os quais serão reinvestidos em projetos voltados à Pesquisa e a Inovação, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social do País.

Sala das Sessões, em        de        de 2010.



RODRIGO ROCHA LOURES

Deputado Federal PMDB/PR

MPV-483

00034

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 30/03/2010

Proposição: MP nº 483/2010

Autor:

Paulo Teixeira PT

N.º Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 1/2

Artigos: 10 a 12

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

## TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Acrescente-se, à MP nº 483, de 24 de março de 2010, os seguintes artigos, renumerando os demais:

**Art. 10.** A Lei de nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, passa a vigor como nova redação ao art. 1º e acrescida de art. 1º-A, conforme segue:

“Art. 1º As instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica, poderão contratar, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos abrangidos pela Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - Lei de Inovação, projetos de pesquisa e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições federais, incluindo a gestão administrativa e financeira dos mesmos.

§ 1º Para os fins do que dispõe esta Lei, entende-se por desenvolvimento institucional os programas, ações, projetos e atividades que levem à melhoria das condições das Instituições Federais de Educação Superior e de pesquisa científica e tecnológica para o cumprimento de sua missão, conforme descrita no plano de desenvolvimento institucional.

§ 2º A atuação da fundação de apoio em projetos de desenvolvimento institucional para a melhoria de infraestrutura deverá limitar-se às obras de laboratórios e outras estruturas especificamente relacionadas às atividades de inovação e pesquisa científica e tecnológica, com recursos transferidos diretamente do contratante externo ou das agências oficiais de fomento à fundação de apoio, com anuência expressa da instituição apoiada.

§ 3º É vedado o enquadramento, no conceito de desenvolvimento institucional, de atividades como manutenção predial ou infra-estrutural, conservação, limpeza, vigilância e reparos, serviços administrativos na área de informática, expansões vegetativas, atividades administrativas de rotina, serviços administrativos gráficos e reprográficos, de telefonia, além de tarefas técnico-administrativas de rotina, realização de concursos vestibulares e outras tarefas que não estejam objetivamente definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da instituição apoiada.

**Art. 1º-A.** A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, como secretaria-executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, poderão contratar, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, instituições criadas com a finalidade de dar apoio às instituições federais na gestão administrativa e financeira de projetos mencionados no caput, com a anuência expressa das instituições apoiadas.”  
(NR)

**Art. 11.** O art. 3º, da Lei de nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, fica acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 1º Ficam, a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, como secretaria-executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, autorizados a realizar convênios, contratos, acordos e/ou ajustes com Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, bem como com suas fundações de apoio na condição de gestoras administrativas e financeiras.”  
(NR)

**Art. 12.** As parcelas vencidas em 2009, referentes às dívidas renegociadas, de que trata o art. 58, da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, ficam prorrogadas para um ano após o vencimento da operação, observada a exigência de laudo técnico comprovando a necessidade do benefício, ressalvado o disposto nos §§ 2º e 3º, a seguir:

§ 1º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2010 o prazo previsto no § 3º do art. 58 da Lei 11.775/08, sem prejuízo das demais condições estabelecidas no referido artigo.

§ 2º A requerimento do devedor, optante pelo parcelamento das dívidas com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, a que refere-se a Lei 11.775/08, as parcelas vencidas entre a data de consolidação do saldo devedor, previsto no art. 58, e a data de formalização do acordo, nos autos do processo, poderão ser diluídas nas parcelas vincendas até 15 de dezembro de 2020.

§ 3º Fica autorizada a renegociação de dívidas advindas das operações contratadas com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, relativas aos programas Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional - ADTEN, Apoio a Planos de Negócios de Parceiros Tecnológicos - APN, Apoio a Empresas de Engenharia e de Base Tecnológica - ENGTEC, Apoio à Gestão da Qualidade - AGQ, Apoio a Usuários de Serviços de Consultoria - AUSC, Programa de Mobilização Energética - PME, Apoio à Micro e Pequena Empresa com Fundo de Garantia de Crédito - AMPEG, Apoio à Consultoria Nacional - ACN, em contencioso judicial, na forma do art. 58 da Lei nº 11.775/08.

#### JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa, primeiramente (nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.958/94, art. 10 da MP), estabelecer critérios explícitos do quem vem a ser “desenvolvimento institucional”, definição essa não presente na Lei.

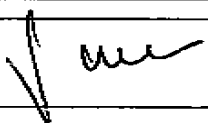
A definição desses critérios permitirá às IFES se adequarem ao marco regulatório atual, no qual estão presentes as leis da Inovação, do Bem e da Informática. Estas leis permitem uma estreita colaboração entre as IFES e as empresas, especialmente as envolvidas com inovação e desenvolvimento tecnológico. A colaboração se dá desde a concessão de bolsas, por parte das Fundações, quando regulamentadas pelas IFES, ata a utilização de prédios laboratoriais para pesquisas conjuntas ou a construção específica de laboratórios para finalidade exclusiva de pesquisa e desenvolvimento. Sem as Fundações, estas alternativas ficam prejudicadas pela dificuldade administrativa e burocrática que as IFES ainda possuem, apesar do esforço para vencer essa situação, feito pelo governo federal garantir à FINEP e ao CNPq tratamento isonômico ao conferido às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES quando do repasse de recursos financeiro às fundações de apoio dessas.

Assemelhadamente, a inclusão de novo art. 1º-A, na Lei de nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, com necessária adequação da Lei de Inovação (art. 3º da Lei nº 8.958/94; art. 11 da MP), justifica-se, pois, a FINEP repassa, diretamente, ou por meio do CNPq, na modalidade de convênios, às Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, criadas pela “Lei de Inovação” (Lei nº 10.973/04), e às fundações universitárias de apoio previstas na Lei, cerca de 40% (R\$ 800 milhões, em 2009) de seus recursos para projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico. A ausência, expressa, da FINEP e do CNPq na Lei, inobstante serem as duas Agências de Fomento do MCT fundamentais para o desenvolvimento desses projetos, vem causando dificuldade, seja na autorização desses repasses, seja na sua interrupção, inobstante, como relatado, representar parcela considerável do que as agências repassam para estas fundações.

Por fim, a emenda, ao estender o prazo de renegociação de dívidas contraídas junto à FINEP (art. 12 da MP), autorizado pela Lei nº 11.775, de 17 de dezembro de 2008, e já expirado, porém não suficiente, conferirá mais tempo à FINEP para que essa retorne as renegociações. À semelhança do que ocorreu nos últimos anos, os termos de tal renegociação não foram suficientes para a recuperação da capacidade de pagamento dos produtores, tampouco para que estes voltassem a investir na atividade agrícola. O agricultor que renegociou suas dívidas em 2008 encontra-se, hoje, em pior situação do que a que motivou a providência. De lá para cá, os preços dos produtos agrícolas sofreram fortes oscilações, situando-se, hoje, em patamar inferior ao de antes, e a produtividade das lavouras caiu, em razão da incidência de estiagens em certas localidades e da adoção de menor padrão tecnológico, pela falta de crédito. A alteração, embora não equaciona todo o saldo devedor dos produtores junto a instituições financeiras, reconhece as dificuldades atuais e evita que a inadimplência se agrave ainda mais.

Aprovada a medida, abrir-se-á uma janela temporal para que se discuta e se promova uma reestruturação geral do endividamento rural, em bases mais adequadas do que as que até o momento têm sido oferecidas. Adicionalmente, tendo em vista as dificuldades econômico-financeiras apresentadas ao longo dos anos, por empresas de outros setores, observa-se a necessidade de buscar alternativas mais ágeis na recuperação de créditos inadimplidos, trazendo de volta aos cofres públicos recursos, os quais serão reinvestidos em projetos voltados à Pesquisa e a Inovação, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social do País.

Assinatura





MPV-483

00035

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 30/03/2010

Proposição: MP nº 483/2010

Autor: Senador Aloizio Mercadante - PT/SP

N.º Prontuário:

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 1/2

Artigos: 10 a 12

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

## TEXTO JUSTIFICATIVA

Acrescente-se, à MP nº 483, de 24 de março de 2010, os seguintes artigos, renunciando os demais:

**Art. 10.** A Lei de nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, passa a vigor como nova redação ao art. 1º e acrescida de art. 1º-A, conforme segue:

“Art. 1º As instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica, poderão contratar, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos abrangidos pela Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - Lei de Inovação, projetos de pesquisa e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições federais, incluindo a gestão administrativa e financeira dos mesmos.

§ 1º Para os fins do que dispõe esta Lei, entende-se por desenvolvimento institucional os programas, ações, projetos e atividades que levem à melhoria das condições das Instituições Federais de Educação Superior e de pesquisa científica e tecnológica para o cumprimento de sua missão, conforme descrita no plano de desenvolvimento institucional.

§ 2º A atuação da fundação de apoio em projetos de desenvolvimento institucional para a melhoria de infraestrutura deverá limitar-se às obras de laboratórios e outras estruturas especificamente relacionadas às atividades de inovação e pesquisa científica e tecnológica, com recursos transferidos diretamente do contratante externo ou das agências oficiais de fomento à fundação de apoio, com anuência expressa da instituição apoiada.

§ 3º É vedado o enquadramento, no conceito de desenvolvimento institucional, de atividades como manutenção predial ou infra-estrutural, conservação, limpeza, vigilância e reparos, serviços administrativos na área de informática, expansões vegetativas, atividades administrativas de rotina, serviços administrativos gráficos e reprográficos, de telefonia, além de tarefas técnico-administrativas de rotina, realização de concursos vestibulares e outras tarefas que não estejam objetivamente definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da instituição apoiada.

**Art. 1º-A.** A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, como secretaria-executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, poderão contratar, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, instituições criadas com a finalidade de dar apoio às instituições federais na gestão administrativa e financeira de projetos mencionados no *caput*, com a anuência expressa das instituições apoiadas.” (NR)

**Art. 11.** O art. 3º, da Lei de nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, fica acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 1º Ficam, a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, como secretaria-executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, autorizados a realizar convênios, contratos, acordos e/ou ajustes com Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, bem como com suas fundações de apoio na condição de gestoras administrativas e financeiras.” (NR)



**Art. 12.** As parcelas vencidas em 2009, referentes às dívidas renegociadas, de que trata o art. 58, da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, ficam prorrogadas para um ano após o vencimento da operação, observada a exigência de laudo técnico comprovando a necessidade do benefício, ressalvado o disposto nos §§ 2º e 3º, a seguir:

§ 1º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2010 o prazo previsto no § 3º do art. 58 da Lei 11.775/08, sem prejuízo das demais condições estabelecidas no referido artigo.

§ 2º A requerimento do devedor, optante pelo parcelamento das dívidas com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, a que refere-se a Lei 11.775/08, as parcelas vencidas entre a data de consolidação do saldo devedor, previsto no art. 58, e a data de formalização do acordo, nos autos do processo, poderão ser diluídas nas parcelas vincendas até 15 de dezembro de 2020.

§ 3º Fica autorizada a renegociação de dívidas advindas das operações contratadas com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, relativas aos programas Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional - ADTEN, Apoio a Planos de Negócios de Parceiros Tecnológicos - APN, Apoio a Empresas de Engenharia e de Base Tecnológica - ENGTEC, Apoio à Gestão da Qualidade - AGQ, Apoio a Usuários de Serviços de Consultoria - AUSC, Programa de Mobilização Energética - PME, Apoio à Micro e Pequena Empresa com Fundo de Garantia de Crédito - AMPEG, Apoio à Consultoria Nacional - ACN, em contencioso judicial, na forma do art. 58 da Lei nº 11.775/08.

#### JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa, primeiramente (nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.958/94, art. 10 da MP), estabelecer critérios explícitos do quem vem a ser "desenvolvimento institucional", definição essa não presente na Lei.

A definição desses critérios permitirá às IFES se adequarem ao marco regulatório atual, no qual estão presentes as leis da Inovação, do Bem e da Informática. Estas leis permitem uma estreita colaboração entre as IFES e as empresas, especialmente as envolvidas com inovação e desenvolvimento tecnológico. A colaboração se dá desde a concessão de bolsas, por parte das Fundações, quando regulamentadas pelas IFES, ata a utilização de prédios laboratoriais para pesquisas conjuntas ou a construção específica de laboratórios para finalidade exclusiva de pesquisa e desenvolvimento. Sem as Fundações, estas alternativas ficam prejudicadas pela dificuldade administrativa e burocrática que as IFES ainda possuem, apesar do esforço para vencer essa situação, feito pelo governo federal, garantir à FINEP e ao CNPq tratamento isonômico ao conferido às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES quando do repasse de recursos financeiro às fundações de apoio dessas.

Assenelhadamente, a inclusão de novo art. 1º-A, na Lei de nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, com necessária adequação da Lei de Inovação (art. 3º da Lei nº 8.958/94; art. 11 da MP), justifica-se, pois, a FINEP repassa, diretamente, ou por meio do CNPq, na modalidade de convênios, às Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, criadas pela "Lei de Inovação" (Lei nº 10.973/04), e às fundações universitárias de apoio previstas na Lei, cerca de 40% (R\$ 800 milhões, em 2009) de seus recursos para projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico. A ausência, expressa, da FINEP e do CNPq na Lei, inobstante serem as duas Agências de Fomento do MCT fundamentais para o desenvolvimento desses projetos, vem causando dificuldade, seja na autorização desses repasses, seja na sua interrupção, inobstante, como relatado, representar parcela considerável do que as agências repassam para estas fundações.

Por fim, a emenda, ao estender o prazo de renegociação de dívidas contraídas junto à FINEP (art. 12 da MP), autorizado pela Lei nº 11.775, de 17 de dezembro de 2008, e já expirado, porém não suficiente, conferirá mais tempo à FINEP para que essa retorne as renegociações. A semelhança do que ocorreu nos últimos anos, os termos de tal renegociação não foram suficientes para a recuperação da capacidade de pagamento dos produtores, tampouco para que estes voltassem a investir na atividade agrícola. O agricultor que renegociou suas dívidas em 2008 encontra-se, hoje, em pior situação do que a que motivou a providência. De lá para cá, os preços dos produtos agrícolas sofreram fortes oscilações, situando-se, hoje, em patamar inferior ao de antes, e a produtividade das lavouras caiu, em razão da incidência de estiagens em certas localidades e da adoção de menor padrão tecnológico, pela falta de crédito. A alteração, embora não equaciona todo o saldo devedor dos produtores junto a instituições financeiras, reconhece as dificuldades atuais e evita que a inadimplência se agrave ainda mais.

Aprovada a medida, abrir-se-á uma janela temporal para que se discuta e se promova uma reestruturação geral do endividamento rural, em bases mais adequadas do que as que até o momento têm sido oferecidas. Adicionalmente, tendo em vista as dificuldades econômico-financeiras apresentadas ao longo dos anos, por empresas de outros setores, observa-se a necessidade de buscar alternativas mais ágeis na recuperação de créditos inadimplidos, trazendo de volta aos cofres públicos recursos, os quais serão reinvestidos em projetos voltados à Pesquisa e a Inovação, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social do País.

Assinatura

MPV-483

00036

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 30/03/2010

Proposição: MP nº 483/2010

Autor: Dep. Rodrigo Rollemberg – PSB/DF

N.º Prontuário: 416

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 1/2

Artigos: 10 a 12

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

## TEXTO/ JUSTIFICATIVA

Acrescente-se, à MP nº 483, de 24 de março de 2010, os artigos 10, 11 e 12, renumerando-se os demais:

**Art. 10.** A Lei de nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, passa a vigor como nova redação ao art. 1º e acrescida de art. 1º-A, conforme segue:

“**Art. 1º** As instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica, poderão contratar, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos abrangidos pela Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - Lei de Inovação, projetos de pesquisa e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições federais, incluindo a gestão administrativa e financeira dos mesmos.

§ 1º Para os fins desta Lei, entende-se por desenvolvimento institucional os programas, ações, projetos e atividades, inclusive aqueles de natureza infra-estrutural, diretamente relacionados com a missão principal das instituições federais de ensino superior de gerar, disseminar e transferir conhecimento e tecnologia e promover a formação acadêmica e profissional de qualidade, devidamente consignados em plano institucional aprovado pelo órgão superior da instituição.

§ 2º. Não estão contemplados nos programas, ações, projetos e atividades previstos no parágrafo anterior os serviços e obras de manutenção, tais como limpeza, vigilância, conservação predial, reparo de equipamentos, jardinagem, copeiragem, cozinha e similares.

**Art. 1º-A.** A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, como secretaria-executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, poderão contratar, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, instituições criadas com a finalidade de dar apoio às instituições federais na gestão administrativa e financeira de projetos mencionados no *caput*, com a anuência expressa das instituições apoiadas.” (NR)

**Art. 11.** O art. 3º, da Lei de nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, fica acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 1º Ficam, a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, como secretaria-executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, autorizados a realizar convênios, contratos, acordos e/ou ajustes com Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, bem como com suas fundações de apoio na condição de gestoras administrativas e financeiras.” (NR)

**Art. 12.** As parcelas vencidas em 2009, referentes às dívidas renegociadas, de que trata o art. 58, da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, ficam prorrogadas para um ano após o vencimento da operação, observada a exigência de laudo técnico comprovando a necessidade do benefício, ressalvado o disposto nos §§ 2º e 3º, a seguir:

§ 1º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2010 o prazo previsto no § 3º do art. 58 da Lei 11.775/08, sem prejuízo das demais condições estabelecidas no referido artigo.

§ 2º A requerimento do devedor, optante pelo parcelamento das dívidas com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, a que refere-se a Lei 11.775/08, as parcelas vencidas entre a data de consolidação do saldo devedor, previsto no art. 58, e a data de formalização do acordo, nos autos do processo, poderão ser diluídas nas parcelas vincendas até 15 de dezembro de 2020.

§ 3º Fica autorizada a renegociação de dívidas advindas das operações contratadas com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, relativas aos programas Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional-ADTEN, Apoio a Planos de Negócios de Parceiros Tecnológicos - APN, Apoio a Empresas de Engenharia e de Base Tecnológica - ENGETEC, Apoio à Gestão da Qualidade - AGQ, Apoio a Usuários de Serviços de Consultoria - AUSC, Programa de Mobilização Energética - PME, Apoio à Micro e Pequena Empresa com Fundo de Garantia de Crédito - AMPEG, Apoio à Consultoria Nacional - ACN, em contencioso judicial, na forma do art. 58 da Lei nº 11.775/08.

### JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa, primeiramente (nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.958/94, art. 10 da MP), estabelecer critérios explícitos do quem vem a ser "desenvolvimento institucional", definição essa não presente na Lei.

A definição desses critérios permitirá às IFES se adequarem ao marco regulatório atual, no qual estão presentes as leis da Inovação, do Bem e da Informática. Estas leis permitem uma estreita colaboração entre as IFES e as empresas, especialmente as envolvidas com inovação e desenvolvimento tecnológico. Sem as Fundações, estas alternativas ficam prejudicadas pela dificuldade administrativa e burocrática que as IFES ainda possuem, apesar do esforço para vencer essa situação, feito pelo governo federal, garantir à FINEP e ao CNPq tratamento isonômico ao conferido às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES quando do repasse de recursos financeiro às fundações de apoio dessas.

Assenhadamente, a inclusão de novo art. 1º-A, na Lei de nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, com necessária adequação da Lei de Inovação (art. 3º da Lei nº 8.958/94; art. 11 da MP), justifica-se, pois, a FINEP repassa, diretamente, ou por meio do CNPq, na modalidade de convênios, às Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, criadas pela "Lei de Inovação" (Lei nº 10.973/04), e às fundações universitárias de apoio previstas na Lei, cerca de 40% (R\$ 800 milhões, em 2009) de seus recursos para projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico. A ausência, expressa, da FINEP e do CNPq na Lei, inobstante serem as duas Agências de Fomento do MCT fundamentais para o desenvolvimento desses projetos, vem causando dificuldade, seja na autorização desses repasses, seja na sua interrupção, inobstante, como relatado, representar parcela considerável do que as agências repassam para estas fundações.

Por fim, a emenda, ao estender o prazo de renegociação de dívidas contraídas junto à FINEP (art. 12 da MP), autorizado pela Lei nº 11.775, de 17 de dezembro de 2008, e já expirado, porém não suficiente, conferirá mais tempo à FINEP para que essa retome as renegociações. À semelhança do que ocorreu nos últimos anos, os termos de tal renegociação não foram suficientes para a recuperação da capacidade de pagamento dos produtores, tampouco para que estes voltassem a investir na atividade agrícola. O agricultor que renegociou suas dívidas em 2008 encontra-se, hoje, em pior situação do que a que motivou a providência. De lá para cá, os preços dos produtos agrícolas sofreram fortes oscilações, situando-se, hoje, em patamar inferior ao de antes, e a produtividade das lavouras caiu, em razão da incidência de estiagens em certas localidades e da adoção de menor padrão tecnológico, pela falta de crédito. A alteração, embora não equaciona todo o saldo devedor dos produtores junto a instituições financeiras, reconhece as dificuldades atuais e evita que a inadimplência se agrave ainda mais.

Aprovada a medida, abrir-se-á uma janela temporal para que se discuta e se promova uma reestruturação geral do endividamento rural, em bases mais adequadas do que as que até o momento têm sido oferecidas. Adicionalmente, tendo em vista as dificuldades econômico-financeiras apresentadas ao longo dos anos, por empresas de outros setores, observa-se a necessidade de buscar alternativas mais ágeis na recuperação de créditos inadimplidos, trazendo de volta aos cofres públicos recursos, os quais serão reinvestidos em projetos voltados à Pesquisa e a Inovação, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social do País.

Assinatura



**MPV-483****00037****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data</b> <b>30/3/2010</b>	<b>Proposição</b> <b>Medida Provisória nº 483 de 2010.</b>
---------------------------------	---

<b>Autor</b> <b>DEP. ZONTA (PP-SC)</b>	<b>Nº. do prontuário</b>
---	--------------------------

<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	<input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	<input type="checkbox"/> AGLUTINATIVA
-------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------	---	---------------------------------------

<b>Página: 1</b>	<b>Artigo: 1º.</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>
<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>				

Acrescente-se onde couber na Medida Provisória 483/2010, o seguinte artigo:

**Art. 2º-A** A Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Art. 7º**.....

XVI - firmar contratos convênios e acordos de cooperação técnica com órgãos ou organizações de representação nacional, reconhecidas por lei e submeter, previamente, ao Ministro de Estado da Justiça aqueles que devem ser celebrados com organismos estrangeiros ou internacionais; (NR)

**Art. 8º**.....

X - submeter à aprovação do Plenário, proposta de contratos, convênios e acordos de cooperação técnica com órgãos ou organizações de representação nacional, reconhecidas por lei, bem como com organismos estrangeiros e internacionais.

**Art. 9º**.....

VI - instaurado processo administrativo para apuração da existência de infração à ordem econômica contra cooperativa, o Conselheiro relator, após recebida(s) defesa(s) do(s) Representado(s), enviará a Organização das Cooperativas Brasileiras, entidade incumbida pela Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, da representação nacional do Sistema Cooperativo Brasileiro, por ofício, cópias da instauração do processo, da representação e da(s) defesa(s), que as receberá para, querendo, emitir parecer sobre as matérias que envolvam interesses pertinentes à Política Nacional Cooperativista, o qual deverá ser apresentado antes do encerramento da instrução processual.

**JUSTIFICATIVA**

É preciso admitir que, entre nós, paira certo preconceito com relação ao modelo cooperativo, na maioria das vezes porque ofuscados os reais vetores que norteiam sua atividade. Ignora-se não apenas a proficuidade do liame que mantém com os cooperados, mas, especialmente, as vantagens que podem ser usufruídas por toda a comunidade em que atuam.

As cooperativas, tão logo alcançam algum sucesso, são acusadas de prejudicar a livre concorrência e a livre iniciativa, diminuindo o nível de atividade econômica e o emprego. Contra elas desfecham acusações genéricas de "sonegação de impostos", de "indevido aproveitamento de recursos públicos", de "abuso do poder econômico", ensejando a idéia de que suas atividades na verdade lesam toda a sociedade.

É verdade que há casos de má-gestão de cooperativas, assim como desvio de finalidades por administradores mal intencionados, mas também é correto afirmar que essas falhas, que ocorrem

igualmente em outros países e nas sociedades comerciais, não se prestam a justificar a execração de que esses entes são muitas vezes vítimas. Por conta do desvio de alguns, condena-se toda uma categoria, prejudicando milhões de pessoas.

Ao contrário dos empreendimentos mercantis, esses entes coletivos não guardam em sua essência a chamada "lógica de mercado", embora nele interajam outros agentes econômicos. Isso porque, não almejam lucro, mas sim, benefícios aos seus associados, i.e., a obtenção de proveitos comuns se adotado a terminologia da lei 5.764, de 1971.

A doutrina identifica o desenvolvimento do cooperativismo como reação às disfunções típicas do sistema capitalista, responsáveis historicamente pelas situações de caracterização de abuso do poder econômico. Com efeito, o modelo cooperativista funciona acaba por funcionar como um instrumento de correção dos efeitos auto-destrutíveis espontaneamente gerados pelo funcionamento do mercado, especialmente a exploração da classe trabalhadora, a concentração do poder econômico nas mãos de poucos, e o consumidor.

Vê-se, portanto, que as cooperativas não representam um "corpo estranho" na ordem econômica, tampouco são intrinsecamente antagônicas ao capitalismo; ao contrário, destinam-se a protegê-lo, agindo como "células de correção" inseridas no tecido econômico, visando à satisfação de outros interesses que não necessária e imediatamente identificados com o grande capital.

Não se pode negar que um vetor da Constituição de 88, que influencia fortemente a disciplina de nossa Ordem Econômica Constitucionalizada, identifica-se com o fomento das atividades das cooperativas. Empreende-se esse estímulo como forma de atingir a coesão social, a proteção da livre iniciativa e a dignidade da pessoa humana<sup>1</sup>, donde se extrai a atenção com o consumidor.

Porquanto, as mudanças propostas no âmbito da reorganização do modelo de atenção e defesa da concorrência passam necessariamente por colocar o cooperativismo no centro do processo de formulação e operacionalização das políticas de regulação econômica. É preciso ampliar a atenção ao fomento cooperativista, permitindo que seja possível consolidar como base ética e política, uma atuação orientada centralmente pelas necessidades do mercado consumidor, grande alvo da regulação econômica.

O desenvolvimento de instrumentos de controle social dentro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica é um avanço imprescindível para o bom funcionamento do modelo, na medida em que esse controle atua como elemento de legitimidade e eficiência na ação regulatória.

É na ampliação desses instrumentos que se concentra a maior inovação desta emenda. São instituídos, estendidos ou ampliados os mecanismos de controle, responsabilização e transparência como a participação do órgão de representação cooperativista, organizado pelas próprias cooperativas e reconhecido por lei.

Assim é que a emenda reserva atenção especial ao processo decisório do Cade, nele prevendo a faculdade de participação de entidades representação nacional, reconhecidas por lei, dentre elas, o órgão de representação cooperativista, quando a matéria envolver interesses pertinentes ao desenvolvimento da Política Nacional de Cooperativismo, que como vimos, busca atingir a coesão social, a proteção da livre iniciativa e a dignidade da pessoa humana, nela compreendida a atenção destinada ao consumidor brasileiro.

PARLAMENTAR

DEPUTADO ZONTA

<sup>1</sup> Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça já manifestou que: "a sua presença [de cooperativas] implica em que outros segmentos, para atender a suposta concorrência 'legal', viabilizem o acesso da população aos remédios necessários, a preços admissíveis com o que se protege, no seu mais amplo sentido, a 'vida digna', eleita como um dos fundamentos da República. [Recurso Especial n.º 709.006/TO, julgado em dezembro de 2.005. Relator Min. LUIZ FUX]"

MPV-483

00038

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 31-03-2010	proposição Medida Provisória nº 483			
autor Deputado Marcelo Ortiz	nº do promotor 			
<input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página 01/02		Inciso	alínea	
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Propõe-se a adição de artigo à Medida Provisória nº 483, de 24 março de 2010.</p> <p>Art. ....Os contratos de arrendamento de instalações portuária anteriores à Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, deverão ser adaptados a esta, inclusive quanto ao prazo, desde que estejam em operação e adimplentes às suas obrigações tributárias.</p> <p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>As mudanças operadas a partir da vigência da Lei dos Portos trouxeram evidentes benefícios para o setor portuário brasileiro. Entre esses benefícios inclui-se a estipulação de prazo dos contratos de exploração compatível com o volume dos investimentos demandado, garantindo desta forma a segurança para sua amortização, quer dizer, vinte e cinco anos prorrogáveis uma única vez por igual período.</p> <p>É estranho, portanto, que- tendo já passado quase duas décadas – ainda hoje não se tenha obtido uma equalização entre os operadores portuários. Isso se deve, particularmente, ao fato de alguns contratos vigentes na época da entrada em vigor da Lei dos Portos não terem se adaptados às novas regras. Importante destacar que essa situação de transitoriedade foi corretamente captada e disciplinada pela lei em questão, mais precisamente nos seus arts. 48 e 53, cujo conteúdo é o que se segue:</p> <p>Art. 48 – Os eventuais contratos de exploração de terminais ou embarcações de uso privativo deverão ser adaptados, no prazo de cento e oitenta dias, às disposições desta lei, assegurando aos titulares o direito de opção por qualquer das formas de exploração previstas no inciso II do § 2º do art. 4º desta lei.</p> <p>Art. 53 – O Poder Executivo promoverá, no prazo de cento e oitenta dias, a adaptação das atuais concessões, permissões e autorizações às disposições desta lei.</p>				
PARLAMENTAR				
Deputado Marcelo Ortiz-PR/SP				



## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data <b>31.03.2010</b>	proposição <b>Medida Provisória nº</b>
autor <b>Deputado Marcelo Ortiz</b>	nº do prontuário

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página <b>01/01</b>		Inciso	alínea
---------------------	--	--------	--------

## TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Ocorre que, apesar do comando legal imperativo, muitos contratos – diga-se, aqueles gerenciados pelas Autoridades Portuárias – não foram adaptados. Resultado: retração de

investimentos em importantes terminais, a maioria deles inseridos nos portos organizados mais dinâmicos do país.

Assim, tem-se uma situação em que antigos arrendatários que, de boa-fé, investiram no aperfeiçoamento dos negócios e das instalações, certo de que uma solução razoável seria encontrada pelas autoridades para a situação peculiar em que se achavam, hoje, defrontam-se com o alto risco de não recuperar alguns de seus investimentos.

Poderia e pode ser diferente, desde que se equipare o prazo total dos antigos arrendamentos ao prazo total dos novos arrendamentos, feitos após a Lei dos Portos. Os contratos antigos, mesmo com a adoção da regra aqui proposta, não terão um prazo total superior ao dos contratos mais recentes.

Lembre-se, aliás, que para vários casos- contratos já prorrogados por igual período – trata-se simplesmente de acrescentar alguns poucos anos aos que faltam para o término do ajuste.

Nesse Sentido, solicito apoio do nobre relator e apoio dos nobres pares para a aprovação da presente emenda.

PARLAMENTAR

Deputado Marcelo Ortiz - PV/SP



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Maioria-PP** - Francisco Dornelles\*\*

### Maranhão

**Maioria-PMDB** - Lobão Filho\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Mauro Fecury\* (S)  
**PTB** - Epitácio Cafeteira\*\*

### Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Wellington Salgado de Oliveira\* (S)  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Gilberto Goellner\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
**Minoria-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

### Ceará

**PDT** - Patrícia Saboya\*  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Moraes\*  
**Bloco-PRB** - Roberto Cavalcanti\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Cícero Lucena\*\*

### Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**PSC** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Minoria-DEM** - Raimundo Colombo\*\*

### Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Minoria-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

### Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Praia\* (S)  
**Bloco-PT** - João Pedro\*\* (S)

### Paraná

**Minoria-PSDB** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**PV** - Marina Silva\*  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valtér Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

### Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**PDT** - Acir Gurgacz\*\*

### Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Bloco-PT** - Sadi Cassol\* (S)  
**Minoria-DEM** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Maioria-PMDB** - Geovani Borges\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*\*

### Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) <sup>(15)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(28)</sup>

**RELATOR:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(27)</sup>

**Leitura:** 15/03/2007

**Designação:** 05/06/2007

**Instalação:** 03/10/2007

**Prazo final:** 12/05/2008

**Prazo prorrogado:** 22/11/2008

**Prazo prorrogado:** 01/07/2009

**Prazo prorrogado:** 21/02/2010

**Prazo final prorrogado:** 02/09/2010

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB ) <sup>(1)</sup></b>	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) <sup>(13)</sup>	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) <sup>(10,19)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,7)</sup>
Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(5,29,30)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(8)</sup></b>	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(12,22)</sup>	1. João Pedro (PT-AM) <sup>(18)</sup>
Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(2,6,20)</sup>	2. Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(25)</sup>
Eduardo Suplicy (PT-SP) <sup>(3,11,16,21)</sup>	

<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Neuto De Conto (PMDB-SC) <sup>(23)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(24)</sup>
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya (CE) <sup>(14,17,26)</sup>	
<b>PDT/PSOL <sup>(9)</sup></b>	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

**Notas:**

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
  2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
  3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
  4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
  5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
  6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
  7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
  8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
  9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
  10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
  11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
  12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
  13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
  14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
  15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
  16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
  17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
  18. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
  19. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
  20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
  21. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
  22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
  23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
  24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
  25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
  26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
  27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
  28. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).
  29. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
  30. Em 10.03.2010, o Senador Tasso Jereissati é designado membro titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (OF.Nº 10/10-GLPSDB)
- \*. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- \*\*. Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- \*\*\*. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- \*\*\*\*. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.

## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

**Prazo prorrogado:** 13/03/2009

**Prazo prorrogado:** 23/09/2009

**Prazo final prorrogado:** 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

**Notas:**

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJM nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

\*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

\*\*. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

\*\*\*. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

### 3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Leitura:** 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

**Notas:**

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

#### **4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

**Número de membros:** 13 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Leitura:** 24/06/2009

#### **5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Leitura:** 01/09/2009

## 6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Leitura:** 18/11/2009

### COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

#### 1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

**Número de membros:** 6

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

**Leitura:** 05/03/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo prorrogado:** 30/06/2009

**Prazo prorrogado:** 31/08/2009

**Prazo prorrogado:** 22/12/2009

**Prazo final prorrogado:** 17/07/2010

### MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

#### Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

\*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

\*\*. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

\*\*\*. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

\*\*\*\*. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

\*\*\*\*\*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.



## 2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro  
signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

**Leitura:** 02/07/2008

**Designação:** 26/08/2008

**Instalação:** 27/08/2008

**Prazo:** 22/12/2009

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(3,4)</sup>	1. Senador João Vicente Claudino

### Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
  2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
  3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
  4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- \*. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

**Secretário(a):** Irani Ribeiro dos Santos

**Telefone(s):** 33034854

**Fax:** 33031176

### 3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

**Finalidade:** Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**Leitura:** 10/03/2009

**Designação:** 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) <sup>(2)</sup>
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) <sup>(1,3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1.
	2.
	3.
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
<b>PDT</b>	
	1.

**Notas:**

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 3303514

**Fax:** 330311176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

**4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU**

**Finalidade:** Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(4)</sup>

**RELATOR:** Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 16/09/2009

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(2)</sup>
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Augusto Botelho (PT) <sup>(3)</sup>	1.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador Valter Pereira (PMDB) <sup>(1)</sup>	1.
<b>PTB</b>	
Senador Fernando Collor	1.

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).

2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).

3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).

4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).

5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).

\*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 33033514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

## 5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

**Finalidade:** Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

**Número de membros:** 6

**PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 16/09/2009

### MEMBROS

#### Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

#### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

#### Maioria ( PMDB, PP )

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(1,2)</sup>

#### PTB

Senador Gim Argello

#### Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (Of. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Aldemir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 3303514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

**6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE**

**Finalidade:** Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

**Número de membros: 7**

---

**MEMBROS**

---

**Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

---

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

---

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

---

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

---

**Maioria ( PMDB, PP )**

---

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(1)</sup>

---

**PTB**

---

Senador Romeu Tuma

---

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

**7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE**

**Finalidade:** Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

**Número de membros: 7**

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Coordenação:**

---

**MEMBROS**

---

**Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

---

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

---

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

---

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

---

**Maioria ( PMDB, PP )**

---

Senador Mão Santa (PSC) <sup>(2,3,4)</sup>

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) <sup>(1)</sup>

---

**PTB**

---

Senador João Vicente Claudino

---

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

\*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

**ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE**

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

**Número de membros: 5****PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)**Instalação:** 03/03/2009**MEMBROS**

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

**Secretário(a):** Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone(s):** 3303.4638**E-mail:** dirceuv@senado.gov.br



**CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)**

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

**Número de membros: 11**

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

**RELATOR-GERAL:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS:** Senador Tião Viana (PT-AC)

**RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

**RELATOR-PARCIAL - PROVAS:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

**RELATOR-PARCIAL - RECURSOS:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

**Instalação:** 20/05/2009

**MEMBROS****Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

Senador Aloizio Mercadante (PT) <sup>(3,5)</sup>

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

**Maioria ( PMDB, PP )**

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

**PTB**

Senador Romeu Tuma

**PDT**

Senadora Patrícia Saboya <sup>(1,2,4,6)</sup>

**Notas:**

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,  
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

PRAZOS<sup>1</sup>

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)<sup>2</sup>

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)<sup>2</sup>

PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009<sup>3</sup>

REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

<sup>1</sup> Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

<sup>2</sup> Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

<sup>3</sup> Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lossio

**Telefone(s):** 33033511

**Fax:** 33031176

**E-mail:** antioossio@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (6)</b>	
Eduardo Suplicy (PT) (34)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)
Delcídio Amaral (PT) (28)	2. Renato Casagrande (PSB) (30)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. João Pedro (PT) (11,41)
VAGO (37,93)	4. Ideli Salvatti (PT) (36)
Marcelo Crivella (PRB) (35)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (40)	6. Sadi Cassol (PT) (4,39,81,82,83,84,87)
César Borges (PR) (31)	7. João Ribeiro (PR) (32)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) (66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (56,59)	2. Geovani Borges (PMDB) (64,67,88,92)
Gerson Camata (PMDB) (54,70)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,60)
Valdir Raupp (PMDB) (63)	4. VAGO (1,60,80,85,86,91)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,53,69)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,65,71)
Pedro Simon (PMDB) (57,62)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,60)
Renan Calheiros (PMDB) (58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (58,77)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Eliseu Resende (DEM) (44)	1. Gilberto Goellner (DEM) (43)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,50)
Efraim Moraes (DEM) (49)	3. Heráclito Fortes (DEM) (46)
Raimundo Colombo (DEM) (52)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (43)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (13,51,76,79,89,90)	6. José Agripino (DEM) (5,45)
Cícero Lucena (PSDB) (24)	7. Alvaro Dias (PSDB) (23)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (22,75)
<b>PTB (7)</b>	
João Vicente Claudino (42)	1. Sérgio Zambiasi (12,42)
Gim Argello (42)	2. Fernando Collor (42)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

<b>PDT</b>	
Osmar Dias (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

**Notas:**

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
92. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4605 e 33113516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (3)</b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
<b>PMDB PDT PSDB</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(5)</sup></b>	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. VAGO (33,78)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Lobão Filho (PMDB) (51)
Geovani Borges (PMDB) (9,52,88,91)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Paulo Duque (PMDB) (6,56)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Cícero Lucena (PSDB) (24,67,85,92)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
<b>PTB <sup>(8)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
<b>PDT</b>	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

**Notas:**

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (1)</b>	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
<b>PMDB</b>	
Paulo Duque (4)	1. VAGO (5,13,14)
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
3. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
10. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (OF./GSFA/0898/2009).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) <sup>(13)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM) <sup>(5)</sup>	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(2,3)</sup>
Papaléo Paes (PSDB) <sup>(9)</sup>	2. VAGO <sup>(2,11,16)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT) <sup>(4)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB) <sup>(2,10)</sup>
<b>PMDB</b>	
Mão Santa (PSC) <sup>(12,14,15)</sup>	1. Paulo Duque <sup>(8)</sup>
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(6)</sup>	1. João Durval (PDT) <sup>(7)</sup>

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(1)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa (PSC) <sup>(2,3)</sup>	1. Wellington Salgado de Oliveira
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

**Notas:**

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo**Telefone(s):** 3303-3515**Fax:** 3303-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br



**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(6)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT) (32,70,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,38)
Aloizio Mercadante (PT) (10,35)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,31)
Eduardo Suplicy (PT) (32)	3. Marcelo Crivella (PRB) (34)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,72)
Ideli Salvatti (PT) (32)	5. César Borges (PR) (37,44)
Tiã Viana (PT) (30,44,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,39,77,84)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) (54,67)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,65)
Almeida Lima (PMDB) (60,67)	2. Renan Calheiros (PMDB) (57,64,86,93)
Geovani Borges (PMDB) (56,67,96,99)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,63,78)
Francisco Dornelles (PP) (58,67)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,68,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,67)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,61,69)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,59,66)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,67)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Kátia Abreu (DEM) (51)	1. Efraim Morais (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (45)	2. Adelmir Santana (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (52,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (46)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,43)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (42)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,41)
Alvaro Dias (PSDB) (24,74)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (25)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,71)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26,75,90,92)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
Romeu Tuma (47)	1. Gim Argello (49)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

**Notas:**

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
13. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
31. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
32. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
34. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
35. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
38. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

39. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
44. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
45. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
47. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
48. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
49. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
52. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
71. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
72. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
75. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMD).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMD 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMD)
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMD nº 205/2010).
100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 13/10-GLDBAG).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### 3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

### 3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

**RELATOR:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

**Designação:** 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

**Notas:**

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).

\*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### 3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

**Finalidade:** Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

**Número de membros:** 6 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

**RELATOR:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**Designação:** 10/02/2010

---

#### TITULARES

---

##### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )

---

Eduardo Suplicy (PT)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

---

##### Maioria ( PMDB, PP )

---

Pedro Simon (PMDB)

---

##### Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )

---

Jarbas Vasconcelos (PMDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

Antonio Carlos Júnior (DEM)

---

**Notas:**

\*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (93,106)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (73,79)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (3)</b>	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,89,92,94)	1. João Pedro (PT) (1,31)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. Gim Argello (PTB) (30,96,100)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (33,76,78,80,96)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
Sadi Cassol (PT) (35,85,86,87,98,101)	7. Marina Silva (PV) (37,80)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Geovani Borges (PMDB) (58,102,105)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (56)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54)
VAGO (57,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (61)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM) (4,42)	1. Gilberto Goellner (DEM) (41)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,50)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,52)	3. Jayme Campos (DEM) (49,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Moraes (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,48)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (22,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (25,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi (7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

**Notas:**

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009-GLPTB).
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Gerson Camata (PMDB) (3,18)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (19)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,20)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (7,17)	1. VAGO (17)

##### Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Designação:** 22/09/2009

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) <sup>(1)</sup>
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

**Notas:**

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

\*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB) <sup>(26)</sup>	1. Fátima Cleide (PT) <sup>(24)</sup>
Marina Silva (PV) <sup>(7,26,43,45)</sup>	2. César Borges (PR) <sup>(21)</sup>
João Pedro (PT) <sup>(20)</sup>	3. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(25)</sup>
João Ribeiro (PR) <sup>(22)</sup>	4. Delcídio Amaral (PT) <sup>(23)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(40,47,48,49,54)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(40)</sup>
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(40)</sup>	2. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(5,11,38)</sup>
Geovani Borges (PMDB) <sup>(39,50,53)</sup>	3. Almeida Lima (PMDB) <sup>(40)</sup>
Valter Pereira (PMDB) <sup>(40)</sup>	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(40)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) <sup>(33)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(35)</sup>
Kátia Abreu (DEM) <sup>(30)</sup>	2. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(1,27)</sup>
Heráclito Fortes (DEM) <sup>(29)</sup>	3. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(3,31)</sup>
Eliseu Resende (DEM) <sup>(34)</sup>	4. Jayme Campos (DEM) <sup>(9,32,44,46,51,52)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(10,14)</sup>	5. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(4,19)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(17)</sup>	6. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(18)</sup>
Marisa Serrano (PSDB) <sup>(16)</sup>	7. Mário Couto (PSDB) <sup>(15)</sup>
<b>PTB</b>	
Gim Argello <sup>(6,28)</sup>	1. Sérgio Zambiasi <sup>(28)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia <sup>(8,13,37,41)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(12,36,42)</sup>

### Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
23. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
24. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
34. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
35. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 30/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**Finalidade:** Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO <sup>(8)</sup>	2. VAGO <sup>(8)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO <sup>(3,4,6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(5,7)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA  
AMAZÔNIA  
(Requerimento Da Cma 8, de 2008)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (6,7,8,9)	1. VAGO (2,4)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho  
**Telefone(s):** 3311-3935  
**Fax:** 3311-1060  
**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(5)</sup>

**RELATOR:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) <sup>(6)</sup>

**Instalação:** 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Marina Silva (PV) <sup>(1,2)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(3,7,8,9)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

**Notas:**

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- \*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- \*\*. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

#### 5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 29/09/2009

**Atualização:** 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) <sup>(4)</sup>
César Borges (PR) <sup>(3)</sup>	2. João Pedro (PT) <sup>(3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(1,5,6,7)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
  2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
  3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
  4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
  5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
  6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
  7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- \*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- \*\* Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(6)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Shessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) <b>(cedida ao PDT)</b>	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (41,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Geovani Borges (PMDB) (34,68,72)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM) (2,25)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

**Notas:**

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (Of. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(16)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
Paulo Paim (PT) <sup>(6)</sup>	1. Fátima Cleide (PT) <sup>(5)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(15,17,18,20)</sup>	1. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(3,7,19)</sup>
Valter Pereira (PMDB) <sup>(11)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1,4,9)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(12)</sup>
Mário Couto (PSDB) <sup>(13)</sup>	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia <sup>(8)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(10)</sup>
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi <sup>(14)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (Of. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).
17. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
18. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
19. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
20. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (6)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

**Notas:**

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E  
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL****Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1. VAGO

**Notas:**

1. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

\*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

\*\*. Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. N° 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

**Secretário(a): Altair Gonçalves Soares****Telefone(s): 3311-4251/2005****Fax: 3311-4646****E-mail: scomcdh@senado.gov.br**

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(9)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT) <sup>(40)</sup>	1. Aloizio Mercadante (PT) <sup>(39,69,85,88,89)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(46,73)</sup>	2. Marina Silva (PV) <sup>(38,83,84)</sup>
João Ribeiro (PR) <sup>(44,68)</sup>	3. Renato Casagrande (PSB) <sup>(45,75)</sup>
João Pedro (PT) <sup>(47)</sup>	4. Magno Malta (PR) <sup>(43)</sup>
Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(42,55,67,86,87)</sup>	5. Augusto Botelho (PT) <sup>(22,41,50,72)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) <sup>(1)</sup>	1. Almeida Lima (PMDB) <sup>(5,65)</sup>
Francisco Dornelles (PP) <sup>(61)</sup>	2. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(6,76,77)</sup>
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(64)</sup>	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(2)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(3,70,74)</sup>	4. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(19,24,63)</sup>
Paulo Duque (PMDB) <sup>(4)</sup>	5. Geovani Borges (PMDB) <sup>(10,21,62,92,93)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Efraim Morais (DEM) <sup>(48)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(11,54)</sup>
Demóstenes Torres (DEM) <sup>(58)</sup>	2. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(7,51)</sup>
Marco Maciel (DEM) <sup>(18,29,57)</sup>	3. José Agripino (DEM) <sup>(23,27,56)</sup>
Heráclito Fortes (DEM) <sup>(8,52)</sup>	4. Romeu Tuma (PTB) <sup>(53,78,79,80)</sup>
João Tenório (PSDB) <sup>(33,66)</sup>	5. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(37)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB) <sup>(33)</sup>	6. Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(17,34,71)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(35)</sup>	7. Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(36)</sup>
<b>PTB <sup>(12)</sup></b>	
Fernando Collor <sup>(13,14,15,16,25,26,28,30,49)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti <sup>(49)</sup>
<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya <sup>(32,60,81,82,90,91)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(20,31,59)</sup>

**Notas:**

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.



45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. Nº 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. Nº 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG nº 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(3,4,6)</sup>	1. VAGO <sup>(7)</sup>
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(9,10)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO <sup>(7)</sup>
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO <sup>(5)</sup>

### Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

### 7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(1,4)</sup>	1. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(5)</sup>	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
<b>PMDB PP</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(1,3)</sup>	2. Romero Jucá (PMDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

**Notas:**

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo**Telefone(s):** 3303-3496**Fax:** 3303-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
Serys Slhessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. João Pedro (PT) (22)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54)
Geovani Borges (PMDB) (53,76,79)	2. Lobão Filho (PMDB) (29,50)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. VAGO (47,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (43)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (34)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Moraes (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
<b>PTB (4)</b>	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofzio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (56,58)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (3)</b>	
César Borges (PR) (28)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,26)
Serys Shessarenko (PT) (2,27)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (23)	3. Tião Viana (PT) (24,54)
José Nery (PSOL) (25)	4. VAGO (24)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Neuto De Conto (PMDB) (32,45,55,57)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (46)
Valter Pereira (PMDB) (1,43)	2. Pedro Simon (PMDB) (42)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,48)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41)
Almeida Lima (PMDB) (47)	4. Gerson Camata (PMDB) (44,49,51)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM) (34)	1. Gilberto Goellner (DEM) (38)
Marco Maciel (DEM) (35)	2. Jayme Campos (DEM) (37,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (36)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,31)
Adelmir Santana (DEM) (29)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,30)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,17,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (21,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
<b>PTB (5)</b>	
Gim Argello (33)	1. Mozarildo Cavalcanti (33)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia (8,15,40)	1. João Durval (16,39)

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
32. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
35. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
36. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

47. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

**Telefone(s):** 3311-4282

**Fax:** 3311-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
Sadi Cassol (PT) (23,63,67,70)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,62,64)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (17,52)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (2,11,44,47,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,48)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,39)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (41,42)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (26)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Jayme Campos (DEM) (8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,56,65,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279



44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -  
**Telefone(s):** 3311-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. VAGO <sup>(6,7,9)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO <sup>(5,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(3)</sup>
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE**

**Finalidade:** Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (4)</b>	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (21)
Renato Casagrande (PSB) (18)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Magno Malta (PR) (20)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,47)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,44)	4. João Ribeiro (PR) (19,42)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	1. Valter Pereira (PMDB) (40)
Lobão Filho (PMDB) (34)	2. Romero Jucá (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,35)	3. Geovani Borges (PMDB) (8,9,36,45,48,59,61)
Valdir Raupp (PMDB) (38,46)	4. VAGO (2,53,56,58,60)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (28)	1. Gilberto Goellner (DEM) (25)
Demóstenes Torres (DEM) (3,23)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Agripino (DEM) (6,12,29)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Moraes (DEM) (31)	4. Kátia Abreu (DEM) (26)
Cícero Lucena (PSDB) (17)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (15,24)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15,24)	6. Papaléo Paes (PSDB) (16,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (14,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,15,43)
<b>PTB (5)</b>	
Sérgio Zambiasi (30)	1. Fernando Collor (30)
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

**Notas:**

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
18. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
25. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
31. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).

43. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
44. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
45. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
61. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira  
**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -  
**Telefone(s):** 3311-1120  
**Fax:** 3311-2025  
**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA****Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PSDB) <sup>(4,5)</sup>	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

**Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira****Telefone(s): 3311-1120****Fax: 3311-2025****E-mail: scomcct@senado.gov.br**

**COMPOSIÇÃO**  
**CONSELHOS e ÓRGÃOS**

**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

**(Resolução nº 17, de 1993)**

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 05/03/2009

**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br



**2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) <sup>(4)</sup>**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )			
VAGO (3)		1. Delcídio Amaral (PT-MS)	
João Pedro (PT-AM)		2. Ideli Salvatti (PT-SC)	
VAGO (1)		3. Eduardo Suplicy (PT-SP)	
Inácio Arruda (PC DO B-CE)		4. Augusto Botelho (PT-RR)	
Maioria ( PMDB, PP )			
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)		1. Valdir Raupp (PMDB-RO)	
Almeida Lima (PMDB-SE)		2. Romero Jucá (PMDB-RR)	
VAGO (14)		3. Mão Santa (PSC-PI) (13)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)		4. VAGO (5)	
Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )			
VAGO (9)		1. VAGO (6)	
VAGO (12)		2. VAGO (10)	
VAGO (7)		3. VAGO (8)	
VAGO (11)		4. VAGO (11)	
VAGO (11)		5.	
PTB			
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)	
PDT			
João Durval (BA)		1. Jefferson Praia (AM)	
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Romeu Tuma (PTB/SP)			

**Atualização:** 22/12/2009**Notas:**

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRI, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Gilvam Borges, de acordo com o Requerimento nº 1712, de 2009, licencia-se, para tratamento de saúde, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo prazo de 121 dias, a partir de 22/12/2009.

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR****(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Demóstenes Torres (DEM/GO) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>(2)</sup>	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) <sup>(1)</sup>	PTB

**Atualização:** 17/04/2008**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.brEndereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(3)</sup>**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**Wellington Salgado de Oliveira (MG) <sup>(4)</sup>**DEM**

Marco Maciel (PE)

**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

**PT**

Fátima Cleide (RO)

**PTB**VAGO <sup>(2,11,12)</sup>**PDT**Patrícia Saboya (CE) <sup>(5,7,8)</sup>**PR**Magno Malta (ES) <sup>(1,6,9)</sup>**PSB**

Renato Casagrande (ES)

**PRB**

Marcelo Crivella (RJ)

**PC DO B**

Inácio Arruda (CE)

**PP**Francisco Dornelles (RJ) <sup>(10)</sup>**PSOL**

José Nery (PA)

**Atualização:** 04/01/2010**Notas:**

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
6. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of. GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme Of. GSEJUN nº 225/2009.
7. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
8. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
9. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
10. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
11. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
12. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES****Número de membros:** 14 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 23/03/2010

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
<b>DEM</b>
Adelmir Santana (DF)
<b>PSDB</b>
Eduardo Azeredo (MG)
<b>PT</b>
<b>PTB</b>
<b>PDT</b>
<b>PR</b>
César Borges (BA)
<b>PSB</b>
Antonio Carlos Valadares (SE)
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ)
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE)
<b>PP</b>
Francisco Dornelles (RJ)
<b>PSOL</b>
José Nery (PA)
<b>PSC</b>
Mão Santa (PI)
<b>PV</b>

**Atualização:** 23/03/2010

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

#### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Mão Santa (PSC-PI) <sup>1</sup>
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) <sup>4</sup>	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) <sup>2</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) <sup>3</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 23.03.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

<sup>1</sup> Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

<sup>4</sup> O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

<sup>2</sup> O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

<sup>3</sup> O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.



## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

## REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL COMPOSIÇÃO

**18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)**

**Designação: 27/04/2007**

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)<sup>12</sup>  
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)<sup>12</sup>  
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)<sup>12</sup>

### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<b>Maioria (PMDB)</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO <sup>6</sup> (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) <sup>13</sup>
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS <sup>4</sup> (PDT/PR)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY <sup>8</sup> (PSOL/PA)

### DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) <sup>10</sup>	1. MOACIR MICHELETTO <sup>7</sup> (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) <sup>11</sup>
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) <sup>14</sup>	1. LEANDRO SAMPAIO <sup>5</sup> (PPS/RJ)
GERALDO THADEU <sup>9</sup> (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO <sup>1</sup> (PP/SP)
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) <sup>15</sup>

(Atualizada em 22.03.2010)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880  
e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)  
[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup> Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup> Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

<sup>5</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

<sup>6</sup> O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

<sup>7</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

<sup>8</sup> Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

<sup>9</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

<sup>10</sup> Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

<sup>11</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

<sup>12</sup> Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

<sup>13</sup> O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

<sup>14</sup> Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

<sup>15</sup> Indicado conforme Of. PV nº 067/10/LIDPV, de 17.03.2010, do Líder do PV-CD, lido na Sessão do SF de 22.03.2010

## **MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**PRESIDENTE:** Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil  
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880  
e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)  
[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Senador Eduardo Azeredo<sup>1</sup>  
**Vice-Presidente:** Emanuel Fernandes

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> GUSTAVO FRUET <sup>2</sup> PSDB-PR	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 23.03.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

<sup>1</sup> O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

<sup>2</sup> O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

## **PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL**

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$31,00
Porte de Correio	R\$96,00
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

## **PREÇO DE ASSINATURA ANUAL**

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$62,00
Porte de Correio	R\$193,20
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$255,20 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

**ug** – 00001  
**gestão** – 020055

Os pedidos deverão ser acompanhados de Notas de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco de Brasil, Agência 4201-3, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 244-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-x
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**  
**PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA-DF – CEP-70165-900**  
**CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de assinaturas, Mourão ou Solange.

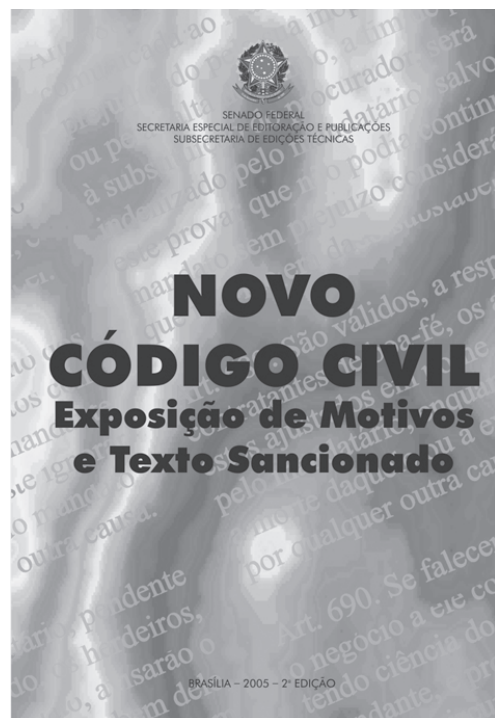


SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Novo Código Civil Brasileiro

Texto da Lei nº 10.406, sancionada pelo Poder Executivo em 12 de janeiro de 2002, acompanhado da respectiva Exposição de Motivos, datada de 1975.

**Conheça nosso catálogo na Internet**  
**[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)**



## Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.





Edição de hoje: 1016 páginas

OS: 2010/11581